



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXIV - Nº 152 - QUINTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Biênio 2009/2010)**

PRESIDENTE	MICHEL TEMER – PMDB-SP
1º VICE-PRESIDENTE	MARCO MAIA – PT-RS
2º VICE-PRESIDENTE	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO – DEM-BA
1º SECRETÁRIO	RAFAEL GUERRA – PSDB-MG
2º SECRETÁRIO	INOCÊNCIO OLIVEIRA – PR-PE
3º SECRETÁRIO	ODAIR CUNHA – PT-MG
4º SECRETÁRIO	NELSON MARQUEZELLI – PTB-SP
1º SUPLENTE	MARCELO ORTIZ – PV-SP
2º SUPLENTE	GIOVANNI QUEIROZ – PDT-PA
3º SUPLENTE	LEANDRO SAMPAIO – PPS-RJ
4º SUPLENTE	MANOEL JUNIOR – PSB-PB

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2009

Revoga os incisos V e VI do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, para suprimir a exigência de entrega de declaração por indicados aos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º São revogados os incisos V e VI do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de setembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2009

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até €4.324.442.181,00 (quatro bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e um euros), entre a República Federativa do Brasil e consórcio formado pelos bancos BNP Paribas, Sociéte Générale, Calyon, Credit Industriel et Commercial, Natixis e Santander, cujos recursos destinam-se ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até €4.324.442.181,00 (quatro bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e um euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e consórcio formado pelos bancos BNP Paribas, Sociéte Générale, Calyon, Credit Industrie] et Commercial, Natixis e Santander.

Parágrafo único. Os recursos oriundos da operação a que se refere o **caput** destinam-se ao financiamento, parcial, do Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º desta Resolução contém as seguintes características e condições básicas:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: consórcio formado pelos bancos BNP Paribas, Sociéte Générale, Calyon, Credit Industriel et Commercial, Natixis e Santander;

III – valor do empréstimo: até €4.324.442.181,00 (quatro bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e um euros), assim distribuídos:

a) €3.578.159.181,00 (três bilhões, quinhentos e setenta e oito milhões, cento e cinquenta e nove mil, cento e oitenta e um euros), referentes ao pagamento de bens, serviços e seguro de crédito;

b) €746.283.000,00 (setecentos e quarenta e seis milhões, duzentos e oitenta e três mil euros), referentes ao pagamento da transferência de tecnologia;

IV – prazo de desembolso: até 15 (quinze) anos após o cumprimento das condições precedentes ao primeiro desembolso, que deverão ser cumpridas antes desse desembolso ou, no mais tardar, até 240 (duzentos e quarenta) dias após a assinatura do contrato;

V – amortização: cada desembolso será amortizado em 10 (dez) parcelas semestrais, consecutivas e iguais, sendo a primeira parcela devida 6 (seis) meses após o desembolso correspondente;

VI – datas para o pagamento dos juros e do principal: 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano;

- VII – juros: 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano) sobre saldo devedor de cada desembolso;
- VIII – comissão de compromisso: 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) sobre o montante não desembolsado;
- IX – comissão de estruturação: 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do financiamento, a ser paga até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;
- X – despesas gerais e taxas legais: até €50.000,00 (cinquenta mil euros);
- XI – juros de mora: a maior entre as seguintes taxas:
- a) os juros pactuados acrescidos de 1% a.a. (um por cento ao ano);
- b) índice médio das operações de overnight com euro (EONIA – Euro Overnight Index Average) acrescido de margem de 1,5% a.a. (um inteiro e cinco décimos por cento ao ano) e de 1% a.a. (um por cento ao ano);
- XII – prêmio de seguro: equivalente a 2,38% (dois inteiros e trinta e oito centésimos por cento) do valor financiado, a ser adicionado ao montante de cada desembolso e financiado pelo consórcio de bancos nas mesmas condições do financiamento do principal.

Art. 3º A autorização prevista no art. 1º é condicionada à observação das seguintes condições:

I – demonstração, pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, de inclusão na Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008-2011, de ações que contemplem os objetivos e obrigações do Prosub no triênio 2009-2011;

II – demonstração, pela Secretaria de Orçamento Federal, de inclusão, na Lei 11.897, de 30 de dezembro de 2008, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009, e no Projeto de Lei Orçamentária para 2010, de dotações orçamentárias suficientes para atender às necessidades do Prosub.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de setembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 2009

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor total de até € 1.764.020.784,00 (um bilhão, setecentos e sessenta e quatro milhões, vinte mil, setecentos e oitenta e quatro euros), com um consórcio formado pelos bancos Société Générale, BNP Paribas S.A., Santander S.A. e Calyon S.A., cujos recursos destinam-se ao Projeto I-1-X BR (antigo CH-X),

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de até € 1.764.020.784,00 (um bilhão, setecentos e sessenta e quatro milhões, vinte mil, setecentos e oitenta e quatro euros), com um consórcio formado pelos bancos Société Générale, BNP Paribas S.A., Santander S.A. e Calyon S.A.

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o Projeto H-X BR (antigo CH-X).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: consórcio formado pelos bancos Société Générale, BNP Paribas S.A., Santander S.A. e Calyon S.A.;

III – valor: até € 1.764.020.784,00 (um bilhão, setecentos e sessenta e quatro milhões, vinte mil, setecentos e oitenta e quatro euros), subdivididos em dois contratos e nas condições financeiras especificadas nos incisos IV e V deste artigo;

IV – Contrato de Crédito Coface (**Credit Agreement**):

a) valor: € 1.570.250.999,45 (um bilhão, quinhentos e setenta milhões, duzentos e cinquenta mil, novecentos e noventa e nove euros e quarenta e cinco centavos);

b) prazo de desembolso: de 95 (noventa e cinco) meses após a data da eficácia do contrato e no mais tardar até 15 de maio de 2018, sendo que as condições do primeiro desembolso deverão ser cumpridas em até 240 (duzentos e quarenta) dias após a assinatura do contrato;

c) amortização: cada **tranche** será amortizada em 17 (dezesete) parcelas semestrais, consecutivas e iguais, sendo a primeira parcela devida 6 (seis) meses após o fechamento da **tranche**;

d) datas para pagamento de juros e principal: 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano;

e) juros: 5,10% a.a. (cinco inteiros e dez centésimos por cento ao ano) sobre o saldo devedor de cada **tranche**;

f) comissão de compromisso: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano), sobre o montante não desembolsado;

g) comissão de estruturação (**Arrangement Fee**): 0,60% (sessenta centésimos por cento) sobre o valor do financiamento;

h) despesas gerais e taxas legais: até € 50.000,00 (cinquenta mil euros);

i) juros de mora: a maior entre as seguintes taxas:

1) os juros pactuados acrescidos de 1% a.a. (um por cento ao ano);

2) índice médio das operações de overnight com euro (EONIA – **Euro Overnight Index Average**) acrescido de margem de 1,5% a.a. (um inteiro e cinco décimos por cento ao ano) e de 1% a.a. (um por cento ao ano);

j) prêmio de seguro: € 60.768.713,68 (sessenta milhões, setecentos e sessenta e oito mil, setecentos e treze euros e sessenta e oito centavos), pagos à Coface, à vista, sendo equivalentes a 3,87% (três inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) do valor financiado; e

k) taxa de alteração contratual ou de renúncia (**Amendment or Waiver Fee**): até € 15.000,00 (quinze mil euros) por alteração;

V – Contrato de Empréstimo Comercial (**Commercial Loan**):

a) valor: € 193.769.784,55 (cento e noventa e três milhões, setecentos e sessenta e nove mil, setecentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e cinco centavos);

b) prazo de desembolso: até 15 de novembro de 2010, sendo que as condições do primeiro desembolso deverão ser cumpridas em até 240 (duzentos e quarenta) dias após a assinatura do contrato;

c) amortização: será feita em 12 (doze) parcelas semestrais, consecutivas e iguais, sendo a primeira devida em 15 de dezembro de 2010 e a última em 15 de junho de 2016;

d) datas para pagamento de juros e principal: 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano;

e) juros: Euribor mais margem de 2,90% a.a. (dois inteiros e noventa centésimos por cento ao ano);

f) comissão de compromisso: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano), sobre o montante não desembolsado;

g) comissão de estruturação (**Arrangement Fee**): 0,60% (sessenta centésimos por cento) sobre o valor do financiamento;

h) despesas gerais e taxas legais: até € 50.000,00 (cinquenta mil euros);

i) juros de mora: em caso de mora, será cobrado índice médio das operações de **overnight** com euro (EONIA – **Euro Overnight Index Average**) acrescido de margem de 2,90% a.a. (dois inteiros e noventa centésimos por cento ao ano) + 1% a.a. (um por cento ao ano);

j) prêmio de seguro: não se aplica; e

k) taxa de alteração contratual ou de renúncia (**Amendment or Waiver Fee**): até € 15.000,00 (quinze mil euros) por alteração.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos previstos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de setembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 601, DE 2009(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de setembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF**, de 13-6-09.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 602, DE 2009(*)

Aprova o texto do Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a Correta Aplicação da Legislação Aduaneira e a Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a Correta Aplicação da Legislação Aduaneira e a Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 24-6-09.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de setembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 603, DE 2009(*)

Aprova o texto da Decisão nº 33/04 do Conselho do Mercado Comum (CMC), que criou o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (FEM), adotada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Decisão nº 33/04 do Conselho do Mercado Comum (CMC), que criou o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (FEM), adotada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Decisão, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de setembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Decisão acima citada está publicado no DSF de 24-6-09.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 604, DE 2009(*)

Aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático e Consular, celebrado em Brasília, em 27 de março de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático e Consular, celebrado em Brasília, em 27 de março de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de setembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 24-6-09.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 605, DE 2009(*)

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 24-6-09.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de setembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 606, DE 2009(*)

Aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 6 de agosto de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 6 de agosto de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de setembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Tratado acima citado está publicado no DSF de 24-6-09.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 607, DE 2009(*)

Aprova o texto das Resoluções MSC.180(79), MSC.203(81), MSC.209(81), STCW.6/Circ.3, STCW.6/Circ.4, STCW.6/Circ.5, STCW.6/Circ.6, STCW.6/Circ.7, STCW.6/Circ.8, STCW.6/Circ.9, STCW.6/Circ.10, adotadas nas Sessões do Subcomitê de Treinamento e Serviço de Quarto de Marítimos (STW) da Organização Marítima Internacional, que resultaram em emendas à Convenção Internacional sobre normas de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto de Marítimos (STCW-1978).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto das Resoluções MSC.180(79), MSC.203(81), MSC.209(81), STCW.6/Circ.3, STCW.6/Circ.4, STCW.6/Circ.5, STCW.6/Circ.6, STCW.6/Circ.7, STCW.6/Circ.8, STCW.6/Circ.9, STCW.6/Circ.10, adotadas nas Sessões do Subcomitê de Treinamento e Serviço de Quarto de Marítimos (STW) da Organização Marítima Internacional, que resultaram em emendas à Convenção Internacional sobre normas de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto de Marítimos (STCW-1978).

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão das referidas Resoluções, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de setembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto das Resoluções acima citadas está publicado no DSF de 24-6-09.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 608, DE 2009(*)

Aprova o texto do Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de setembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Protocolo acima citado está publicado no DSF de 24-6-09.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

SEÇÃO I

1 – ATA DA 228ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, EM 2 DE SETEMBRO DE 2009.

I – Abertura da sessão.

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior.

III – Leitura do expediente.

AVISO

Nº 490/09 – Da Senhora Dilma Rousseff, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, solicitando a devolução do Processo nº 53000.004148/2001, que trata da transferência direta da concessão outorgada à Radio Globo de Salvador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Salvador, BA..... 46684

MENSAGENS

Nº 667/2009 – Do Poder Executivo – Submete à consideração da Câmara dos Deputados, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, os textos da Emenda ao Artigo 1º da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser

Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados, adotada em 21 de dezembro de 2001, e do seu Protocolo sobre Restos Explosivos de Guerra – Protocolo V, adotado em 28 de novembro de 2003..... 46684

Nº 671/2009 – Do Poder Executivo – Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita, assinado em Riade, em 16 de maio de 2009..... 46692

OFÍCIOS

Nº 878/09 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do Bloco PMDB/PTC, comunicando que o Deputado Paulo Teixeira passa a integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 219/03..... 46695

Nº 880/09 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do Bloco PMDB/PTC, comunicando que a Deputada Fátima Pelaes passa a integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 488 – A/05. 46695

Nº 503/09 – Do Senhor Deputado Ronaldo Caiado, Líder do Democratas, indicando o Depu-

tado Alberto Fraga para integrar o quadro de Vice-Líderes do citado Partido.....	46695	dre Silveira para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Mensagem nº 253/08. .	46698
S/N/09 – Do Senhor Deputado José Aníbal, Líder do PSDB, informando que o Deputado Duarte Nogueira assume interinamente as funções regimentais de Líder do citado Partido no dia 2-9-09..	46695	Nº 233/09 – Do Senhor Deputado Fernando Coruja, Líder do PPS, indicando o Deputado Arnaldo Jardim para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 5.938/09.....	46699
Nº 721/09 – Do Senhor Deputado Duarte Nogueira, pela Liderança do PSDB, indicando os Deputados Eduardo Barbosa, Raimundo Gomes de Matos e Otavio Leite para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 347/09.....	46696	Nº 234/09 – Do Senhor Deputado Fernando Coruja, Líder do PPS, indicando o Deputado Dimas Ramalho para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 5.939/09.....	46699
Nº 230/09 – Do Senhor Deputado Márcio França, Líder do Bloco PSB/PCdoB/PMN/PRB, indicando os Deputados do Bloco para integrarem as Comissões Especiais que especifica.....	46696	Nº 235/09 – Do Senhor Deputado Fernando Coruja, Líder do PPS, indicando o Deputado Arnaldo Jardim para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 5.940/09.....	46699
Nº 231/09 – Do Senhor Deputado Márcio França, Líder do Bloco PSB/PCdoB/PMN/PRB, indicando o Deputado Severiano Alves para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 134-A/07.	46697	Nº 236/09 – Do Senhor Deputado Fernando Coruja, Líder do PPS, indicando o Deputado Nelson Proença para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 5.941/09.....	46699
Nº 300/09 – Do Senhor Deputado Sandro Mabel, Líder do PR, indicando os Deputados Chico Abreu e Gorete Pereira para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 347/09.....	46697	Nº 142/09 – Do Senhor Deputado Cleber Verde, indicando o seu nome e o do Deputado Léo Vivas para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 5.940/09.....	46699
Nº 493/09 – Do Senhor Deputado Mário Negronte, Líder do PP, indicando o Deputado Jairo Carneiro para integrar a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.....	46697	Nº 295/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 5.077-A/05.	46700
Nº 494/09 – Do Senhor Deputado Mário Negronte, Líder do PP, indicando o Deputado Jairo Carneiro para integrar a Comissão de Educação e Cultura.	46697	Nº 318/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.531-A/00.	46700
Nº 508/09 – Do Senhor Deputado Mário Negronte, Líder do PP, indicando o Deputado Benedito de Lira para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 190-A/07. ...	46697	Nº 319/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 4.200-A/01.	46700
Nº 285/09 – Do Senhor Deputado Sarney Filho, Líder do PV, informando que o Deputado Edson Duarte responderá pela Liderança do Partido nos dias 02 e 03.09.09.	46698	Nº 320/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 4.401-A/01.	46700
Nº 229/09 – Do Senhor Deputado Fernando Coruja, Líder do PPS, indicando o Deputado Alexandre Silveira para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 133-A/03. ...	46698	Nº 321/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 7.025-B/02.	46700
Nº 230/09 – Do Senhor Deputado Fernando Coruja, Líder do PPS, indicando o Deputado Alexandre Silveira para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 369-A/96. ...	46698	Nº 322/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.040-B/04.	46701
Nº 231/09 – Do Senhor Deputado Fernando Coruja, Líder do PPS, indicando o Deputado Alexandre Silveira para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 602-A/98. ...	46698	Nº 323/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação dos PLs nºs 3.984-A/04 e 2.545/03, apensado.	46701
Nº 232/09 – Do Senhor Deputado Fernando Coruja, Líder do PPS, indicando o Deputado Alexan-		Nº 324/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 5.252-B/05.	46701
		Nº 331/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e	

Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.536-A/08.	46701	Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 79-A/07.	46704
Nº 336/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 250-A/03.	46701	Nº 352/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 677-B/07.	46704
Nº 338/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 2.871-A/04.	46702	Nº 353/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 764-A/07.	46704
Nº 339/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 2.992-A/04.	46702	Nº 354/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 769-A/07.	46705
Nº 340/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.300-A/04.	46702	Nº 355/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 6.327-A/05.	46705
Nº 341/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.308-A/04.	46702	Nº 356/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 6.367-A/05.	46705
Nº 342/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.687-B/04.	46702	Nº 360/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 1.677-A/07.	46705
Nº 343/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.738-A/04.	46703	Nº 380/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.176-A/08.	46705
Nº 345/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 5.310-A/05.	46703	Nº 381/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.216-B/08.	46706
Nº 346/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação dos PLs nºs 5.540-A/05 e 5.777/05, apensado.	46703	Nº 382/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.313-A/08.	46706
Nº 347/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 6.277-B/05.	46703	Nº 383/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.373-A/08.	46706
Nº 348/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 7.022-A/06.	46703	Nº 384/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação dos PLs nºs 3.459-A/08 e 3.582/08, apensado.	46706
Nº 349/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 7.402-A/06.	46704	Nº 390/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.817-B/08.	46706
Nº 350/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 7.428-B/06.	46704	Nº 391/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.905-A/08.	46706
Nº 351/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e		Nº 393/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e	

Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 4.765-A/09.	46707	Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, no município de São Luís/MA.....	46714
Nº 344/09 – Do Senhor Deputado José Genoíno, Presidente em exercício da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 5.091-A/05.....	46707	Nº 5.200/2009 – Do Sr. Flávio Dino – Sugere ao Ministro da Defesa que, por intermédio da INFRAERO, promova a construção de pista de pouso no município de Santo Amaro do Maranhão/MA...	46715
Nº 212/09 – Da Senhora Deputada Ana Arraes, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, comunicando a apreciação do PL nº 5.050/09.....	46707	Nº 5.201/2009 – Do Sr. Ratinho Junior – Sugere ao Ministério da Educação (MEC) a implantação da Semana de Estudos da Constituição Federal e respectivas Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município nas escolas de ensino fundamental e médio.....	46715
Nº 258/09 – Da Senhora Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, comunicando a apreciação do PL nº 3.700/04.....	46707	Nº 5.202/2009 – Do Sr. Eliene Lima – Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Barra do Garças/MT.....	46716
Nº 176/09 – Do Senhor Deputado Alexandre Silveira, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, comunicando a aprovação do PL nº 4.004/01.	46707	Nº 5.203/2009 – Do Sr. Eliene Lima – Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Alta Floresta/MT..	46716
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO		Nº 5.204/2009 – Do Sr. Eliene Lima – Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Alto Araguaia/MT.	46717
Nº 398/2009 – Do Sr. Severiano Alves – Inserir o Capítulo IV ao Título V da Constituição Federal referente à atividade de inteligência e seus mecanismos de controle.....	46708	Nº 5.205/2009 – Do Sr. Eliene Lima – Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Alto Paraguai/MT.	46717
PROJETOS DE LEI		Nº 5.206/2009 – Do Sr. Eliene Lima – Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Barra do Bugres/MT.....	46717
Nº 5.921/2009 – Do Supremo Tribunal Federal – Dispõe sobre a revisão do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no art. 48, XV, da Constituição Federal.....	46712	Nº 5.207/2009 – Do Sr. Eliene Lima – Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Apicás/MT.....	46718
Nº 5.922/2009 – Do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – Dispõe sobre a revisão do subsídio do Procurador-Geral da República, referido no art. 37, XI e art. 39, § 4º, c/c o art. 127, § 2º, e art. 128, § 5º, I, c, todos da Constituição Federal.....	46712	Nº 5.208/2009 – Do Sr. Eliene Lima – Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Araputanga/MT..	46718
INDICAÇÕES		Nº 5.209/2009 – Do Sr. Eliene Lima – Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Arenópolis/MT.....	46719
Nº 5.193/2009 – Da Srª. Vanessa Grazziotin – Sugere ao Ministro da Educação providências no sentido de implantar o projeto Ensino Médio Inovador em todas as capitais.....	46713	Nº 5.210/2009 – Do Sr. Eliene Lima – Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Aripuanã/MT.	46719
5.194/2009 – Da Srª. Vanessa Grazziotin – Sugere ao Ministro da Educação providências no sentido de implantar o projeto Ensino Médio Inovador em todas as capitais.....	46713		
Nº 5.195/2009 – Da Srª. Vanessa Grazziotin – Sugere ao Ministro da Justiça providências no sentido de propor a realização de mutirões para registro civil da população nos municípios amazônicos.	46714		
Nº 5.198/2009 – Do Sr. Elismar Prado – Sugere ao Ministério dos Transportes, esforços necessários com vistas a assegurar o retorno imediato das obras de revitalização da BR-354 e da BR-365, no Estado de Minas Gerais.	46714		
Nº 5.199/2009 – Do Sr. Flávio Dino – Sugere ao Ministro de Estado da Defesa que, por intermédio da INFRAERO, promova a modernização do			

Nº 5.211/2009 – Do Sr. Saraiva Felipe – Sugere ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, a doação de bem imóvel localizado no Município de Santo Antônio do Amparo – MG, com vistas à redução de invasões de terras públicas e ao desenvolvimento de projeto de produção de mudas para o atendimento aos produtores locais.....	46720	Petróleo e Gás Natural S/A – PETRO-SAL, 5.940, de 2009, a respeito da criação do Fundo Social; e 5.941, de 2009, sobre a autorização pela União de cessão onerosamente à PETROBRAS do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos....	46725
Nº 5.212/2009 – Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão no Comércio. – Sugere ao Ministro Presidente do Banco Central do Brasil a redução dos depósitos compulsórios.	46721	IV – Pequeno Expediente MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE) – Expectativa quanto à decisão do Comitê de Política Monetária – COPOM do Banco Central a respeito da taxa básica de juros, a Taxa SELIC.	46725
Nº 5.213/2009 – Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão no Comércio. – Sugere ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Educação, que as diretrizes curriculares nacionais para a educação básica incluam o tema “educação financeira”.....	46722	LAEL VARELLA (DEM – MG) – Desempenho da agropecuária brasileira. Inadmissibilidade de elevação do índice de produtividade agrícola para atendimento à reivindicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.....	46726
Nº 5.214/2009 – Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão no Comércio. – Sugere ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Fazenda, que sejam priorizadas as ações para a implementação e efetivo funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação – ZPE”.....	46723	CAPITÃO ASSUMÇÃO (Bloco/PSB – ES) – Convite aos Deputados, policiais e bombeiros militares para acompanhamento dos trabalhos da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008. Transcurso do Dia do Profissional de Educação Física.	46727
Nº 5.215/2009 – Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão no Comércio. – Sugere ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Fazenda, a redução das alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) nas operações que especifica.....	46723	FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB – CE) – Realização do 1º Grito Nacional da Pesca e Aquicultura, no Estado do Rio Grande do Norte. Necessidade de Imediata regulamentação do setor de captura e comercialização de peixes ornamentais marinhos.	46728
REQUERIMENTO		VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Redução do desmatamento na Amazônia, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Consequências negativas para o comércio no Município de Manicoré, Estado do Amazonas, das constantes mudanças no comando da municipalidade. Anúncio da apresentação de requerimento de consignação em ata de voto de louvor pelo centenário da presença dos frades capuchinhos na região amazônica.	46729
Nº 5.436/09 – Do Senhor Deputado Vignatti, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, requerendo a desapensação dos Projetos de Lei Complementar nºs 462/09 e 468/09 do Projeto de Lei Complementar nº 399/08.....	46724	PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB – SC) – Realização, pela Comissão de Viação e Transportes, de audiência pública destinada ao debate da possível privatização dos aeroportos brasileiros. Documento sob o título <i>A Desmontagem da Rede Aeroportuária Brasileira</i> , produzido pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários.	46730
PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Presença em plenário do Sr. Odelmo Leão, Prefeito do Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. Leitura de Atos da Presidência acerca da criação de Comissões Especiais destinadas ao exame dos Projetos de Lei de nºs 5.938, de 2009, sobre a exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em área do pré-sal; 5.939, de 2009, sobre a criação da Empresa Brasileira de Administração de		PEDRO FERNANDES (PTB – MA. Pela ordem) – Congratulação ao Deputado Inocêncio Oliveira pela entrevista concedida à revista <i>Brasília em Dia</i> a respeito da sua trajetória política.	46738
		PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Agradecimento ao Deputado Pedro Fernandes.	46738
		SOLANGE AMARAL (DEM – RJ. Pela ordem) – Abertura, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, de negociações com representantes de hortomercados da COBAL na cidade do Rio de Janeiro em torno da melhoria de suas instalações.	46739

ELIENE LIMA (PP – MT) – Transcurso do Dia do Profissional de Educação Física. Crescimento do Turismo de Aventura no Brasil. Implementação do Programa Aventura Segura pelo Ministério do Turismo em parceria com Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – ABETA. Realização do Abeta Summit sob o tema <i>Aprenda-Inove-Venda</i>	46739	MANATO (PDT – ES. Pela ordem) – Defesa da destinação, para a área de saúde, de recursos oriundos da exploração de petróleo na camada pré-sal. ..	46745
JOSÉ CARLOS VIEIRA (DEM – SC) – Liberação de recursos do PAC do Saneamento Básico para Municípios dos Estado de Santa Catarina. Protesto contra o corte, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de recursos previstos em emenda da bancada catarinense destinados à reconstrução do Estado.....	46740	VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sucesso da lei do petróleo em vigência no País. Protesto contra o açodamento na discussão do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.....	46745
ERNANDES AMORIM (PTB – RO) – Repúdio à Portaria nº 148, de 2009, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a respeito da transferência de atribuições de Superintendentes e Delegados Federais da Agricultura para o Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA, Nelmon Oliveira Costa..	46740	JULIÃO AMIN (PDT – MA) – Apoio à chamada PEC dos Vereadores. Apoio ao posicionamento do Senador Eduardo Suplicy a favor do afastamento do Senador José Sarney da Presidência do Senado Federal.....	46746
GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB – PE) – Anúncio de votação, pela Casa, da chamada PEC dos Vereadores. Classificação de instituições de ensino superior do Estado de Pernambuco em avaliação realizada pelo Ministério da Educação. Classificação da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE em 8º lugar na avaliação da Pasta da Educação.....	46742	PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Saudações aos alunos da Escola Nossa Senhora das Graças, do Estado de São Paulo, presentes nas galerias do plenário.	46746
PEDRO WILSON (PT – GO) – Protesto contra a não divulgação, pelo Jornal da Câmara , da presença do Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi, na sessão solene realizada pela Casa ao ensejo do transcurso do 30º aniversário de promulgação da Lei da Anistia Política.....	46743	CELSO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Destinação de recursos do PAC do Saneamento Básico a Municípios do Estado de Santa Catarina. Apoio à votação pela Casa da proposta de interesse dos suplentes de Vereador. Inauguração das novas instalações da Escola de Educação Básica Paulo Schieffler, no Município de Caçador, em Santa Catarina.	46746
PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Saudações aos suplentes de Vereadores presentes nas galerias do plenário. Anúncio de votação da chamada PEC dos Vereadores.	46744	JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem) – Repúdio às ameaças do ex-Prefeito Municipal de Macapá, Roberto Góes, contra o Deputado Estadual Camilo Capiberibe, o Senador João Capiberibe, a oradora e sua família. Apoio à chamada PEC dos Vereadores.	46747
DR. TALMIR (PV – SP. Pela ordem) – Realização, pela Comissão de Seguridade Social e Família, de audiência pública para debate da eutanásia. Convite aos Deputados para participação do evento.	46744	FERNANDO FERRO (PT – PE) – Carta Aberta aos Parlamentares, subscrita pela União dos Vereadores do Brasil. Homenagem póstuma ao artista popular Francisco Nascimento Júnior, o Nascimento do Passo.	46747
ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB – BA. Pela ordem) – Saudações aos Vereadores brasileiros. Realização de encontro de gestoras públicas, Deputadas e Senadoras para debate do pleito eleitoral de 2010. Expectativa de aprovação pelo Senado Federal da proposta de reforma eleitoral.....	46744	DÉCIO LIMA (PT – SC) – Efeitos estarrecedores advindos do uso de <i>crack</i> . Urgente implantação de políticas públicas destinadas à prevenção e à recuperação de dependentes químicos.	46749
ALEX CANZIANI (PTB – PR. Pela ordem) – Defesa de aprovação das propostas de emendas à Constituição de interesse de policiais militares e suplentes de Vereadores.	46744	DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Crise da citricultura brasileira. Aplausos à Secretaria de Saúde do Governo do Estado de São Paulo pela edição de norma sobre estabelecimento de critérios sanitários mínimos para as habitações coletivas de trabalhadores rurais. Excelência do trabalho da Associação dos Policiais Militares Portadores de Deficiência do Estado de São Paulo – APMDFESP.....	46749
		LUIZ BASSUMA (PT – BA – Pela ordem. Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Falecimento do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, do Supremo Tribunal Federal. Apoio à chamada PEC dos Vereadores.	46752
		MARÇAL FILHO (Bloco/PMDB – MS) – Apoio à proposta de recomposição numérica das Câmaras de Vereadores. Apelo à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e ao Ministério das Relações Exteriores de intercessão perante as au-	

toridades portuguesas para traslado do corpo da brasileira Patrícia Nerino Penha para o Brasil.	46752	PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Resposta ao Deputado José Genoíno.	46760
DR. ROSINHA (PT – PR) – Documento de autoria de Egon Heck, coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, sobre perseguição praticada contra os índios kaiowás-guaranis no Estado de Mato Grosso do Sul.	46752	JOVAIR ARANTES (PTB – GO. Pela ordem) – Contradita à questão de ordem do Deputado José Genoíno.	46760
GLAUBER BRAGA (Bloco/PSB – RJ) – Realização da I Conferência Estadual de Comunicação, no Rio de Janeiro. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2009, a PEC dos Vereadores.	46754	PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Elogio aos Suplentes de Vereador pelo comportamento exemplar demonstrado nas galerias do plenário. ...	46760
MARCELO TEIXEIRA (PR – CE. Pela ordem) – Visita aos Municípios de Brejo Santo e Missão Velha, Estado do Ceará. Realização da 15ª Exposição Agropecuária de Itapipoca. Apoio à PEC dos Vereadores.	46755	JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP – Pela ordem. Discurso retirado pela oradora para revisão.) – Realização de encontro de Senadoras, Deputadas Federais, Deputadas Estaduais e Vereadoras para debate do tema <i>Poder e Mulher</i> , em Brasília, Distrito Federal. Contestação ao discurso do Líder do PTB a respeito da exploração de petróleo na camada pré-sal.	46760
EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem) – Congratulação ao Ministro da Previdência Social, José Pimentel, pela revisão do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção – FAP.	46755	CARLOS SANTANA (PT – RJ. Pela ordem) – Aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, da proposta de empréstimo do Governo Federal para reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras. Necessidade de criação de cursos profissionalizantes na indústria naval.	46760
EDINHO BEZ (Bloco/PMDB – SC) – Duplicação da BR-101, trecho Palhoça-Passo de Torres, Estado de Santa Catarina.	46755	LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2004, a PEC dos Vereadores. Assinatura de convênios entre o Ministério das Cidades e as Prefeituras Municipais de Governador Valadares e Caratinga, Estado de Minas Gerais. Importância para o País da exploração de petróleo na camada pré-sal. Expectativa de elevação de investimentos na área social com recursos oriundos do petróleo. Fortalecimento do Estado brasileiro no Governo Luiz Inácio Lula da Silva.	46761
LELO COIMBRA (Bloco/PMDB, ES. Pela ordem) – Falecimento do violonista Maurício de Oliveira, do Estado do Espírito Santo.	46756	FERNANDO NASCIMENTO (PT – PE) – Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2004, a PEC dos Vereadores. Elevado índice de violência contra a mulher registrado no Estado de Pernambuco.	46761
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB – RS) – Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2004, a PEC dos Vereadores. Defesa da aprovação de proposta sobre o fim do fator previdenciário. Posicionamento da à Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP contrário a acordo realizado entre o Governo Federal e as centrais sindicais, acerca de índice de reajuste para a categoria e alternativa para o cálculo do fator previdenciário.	46756	EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Classificação do Estado da Bahia em 22º lugar no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.	46762
SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT – AP. Pela ordem) – Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2004, a PEC os Vereadores. Paralisação das obras do Aeroporto Internacional de Macapá, Estado do Amapá.	46757	PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Consulta ao Deputado José Genoíno sobre a concessão da palavra a oradores.	46763
GERALDO RESENDE (Bloco/PMDB, MS) – Escalada da violência e da criminalidade em aldeias indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul.	46757	JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem) – Argumentação sobre a prerrogativa de concessão da palavra aos oradores da Presidência.	46763
JOVAIR ARANTES (PTB – GO – Como Líder) – Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2004, a PEC dos Vereadores. Conveniência de retirada da urgência constitucional para tramitação de projetos sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.	46759	MARCELO ITAGIBA (Bloco/PMDB – RJ) – Contrariedade à proposta de alteração da sistemática de distribuição de <i>royalties</i> do petróleo. Cartatestemunho do ex-Deputado Milton Steinbruch sobre a vida do empresário Mendel Steinbruch. Imediata inclusão na pauta de votações da Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 308, de 2004, sobre a criação da Polícias Penitenciárias Federal e Estaduais.	46763
JOSÉ GENOÍNO (PT – SP) – Questão de ordem sobre o descumprimento do Regimento Interno no tocante à chamada dos oradores inscritos para o uso da palavra.	46759		

JORGINHO MALULY (DEM – SP. Pela ordem) – Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2004, a PEC dos Vereadores.	46764	JOSÉ AIRTON CIRILO (PT – CE) – Defesa de inclusão na pauta das propostas de emendas à Constituição de interesse dos Suplentes de Vereadores e sobre a criação de novos Municípios. Transcurso do 46º aniversário da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços do Estado do Ceará – FETRACE. Realização do V Festival Latino-Americano de Cinema Curta-Metragem de Canoa Quebrada, no Município de Aracati. Transcurso do 113º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Senador Pompeu. Elogio ao Secretário de Meio Ambiente e Controle Urbano do Município Fortaleza, Deodato Ramalho, pelo trabalho desenvolvido contra a poluição sonora. Saudação à Prefeita Municipal de Fortaleza, Luizianne Lins.	46770
JERÔNIMO REIS (DEM – SE. Pela ordem) – Urgente votação, pela Casa, da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2004, a PEC dos Vereadores. Presença na Casa do suplente de Vereador Givaldo da Galinha, do Município de Lagarto, Estado de Sergipe.	46764	INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR – PE) – Modernização do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto do Recife, Estado de Pernambuco.	46771
CHICO D'ANGELO (PT – RJ) – Reiteração de pedido à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL de suspensão da cobrança de tarifa telefônica interurbana entre os Municípios de Resende, Porto Real e Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro. .	46765	SANDES JÚNIOR (PP, GO) – Falecimento do Prefeito Carlos Magalhães dos Santos, do Município de Sanclerlândia, Estado de Goiás, em decorrência de infecção pelo vírus da gripe A (H1N1).	46772
AIRTON ROVEDA (PR – PR) – Apresentação de projeto de lei sobre isenção de IPI para representantes comerciais, na aquisição de automóveis. ...	46765	RITA CAMATA (Bloco/PMDB – ES) – Imediato encaminhamento de documentos pendentes, pelo Governo Federal, à Rede de Monitoramento Amiga da Criança.	46772
PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Apoio à tramitação em regime de urgência urgentíssima dos projetos de lei do Poder Executivo sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.	46765	ACÉLIO CASAGRANDE (Bloco/PMDB – SC) – Posicionamento do orador contrário ao regime de urgência constitucional para tramitação de projetos de lei sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Conveniência de liberação, pelo Governo Federal, de recursos oriundos de emendas orçamentárias. Apoio à aprovação da chamada PEC dos Vereadores. Carta aberta ao povo brasileiro, subscrita pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP, em conjunto com federações filiais e outras entidades. Anúncio da realização de movimento de trabalhadores aposentados, em Brasília, Distrito Federal.	46779
FÉLIX MENDONÇA (DEM – BA. Pela ordem) – Importância do Vereador para os municípios brasileiros.	46766	NELSON BORNIER (Bloco/PMDB – RJ) – Transcurso do Dia do Soldado.	46780
EDUARDO GOMES (PSDB – TO. Pela ordem) – Aprovação, pela Comissão de Defesa do Consumidor, do Projeto de Lei nº 29, de 2007, sobre a regulamentação do mercado de TV por assinatura. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2004, a PEC dos Vereadores.	46766	MARCELO GUIMARÃES FILHO (Bloco/PMDB – BA) – Posicionamento do orador sobre os projetos de lei do Poder Executivo acerca do estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.	46781
ÍRIS DE ARAÚJO (Bloco/PMDB – GO) – Congratulações aos Vereadores presentes na Casa. Homenagem póstuma ao Senador norte-americano Edward Moore Kennedy.	46766	FELIPE BORNIER (PHS, RJ) – Posicionamento do orador com relação a escolha do Município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, para a instalação de estaleiro destinado à construção de submarinos nucleares pela Marinha do Brasil.	46782
GERSON PERES (PP – PA) – Apelo à Presidência de inclusão na pauta de votações da Casa da PEC dos Vereadores. Apoio à proposta de distribuição equânime de recursos oriundos da exploração de petróleo e gás natural na camada pré-sal.	46767	JEFFERSON CAMPOS (PTB, SP) – Distribuição aos Estados brasileiros de recursos oriundos da exploração de petróleo na camada pré-sal.	46783
ANTONIO FEIJÃO (PSDB – AP) – Posicionamento do orador a respeito da exploração de petróleo na camada pré-sal.	46768	IRAN BARBOSA (PT – SE) – Nota da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação	
HENRIQUE AFONSO (PT – AC) – Pedido à Presidência de inclusão da chamada PEC dos Vereadores na pauta de votações da Casa.	46769		
FRANCISCO PRACIANO (PT – AM) – Congratulações aos Vereadores presentes nas galerias. Pedido à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania de inclusão na pauta de votações do órgão, da proposta de emenda à Constituição sobre a indicação dos Conselheiros do Tribunal de Contas da União – TCU e dos Tribunais de Contas dos Estados.	46769		
DR. PAULO CÉSAR (PR – RJ) – Defesa de inclusão na pauta da proposta de interesse dos suplentes de Vereadores.	46770		

a respeito dos projetos de lei, do Poder Executivo, sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 336, de 2009, do Senado Federal, sobre o limite de despesas e a recomposição numérica das Câmaras de Vereadores.....	46783	HUGO LEAL (PSC, RJ) – Transcurso do Dia Nacional da Prevenção de Acidentes com Crianças. Manifesto pela Proteção e Respeito à Criança no Trânsito.	46792
LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Protesto contra a não convocação de candidatos aprovados em concurso público pela Prefeitura Municipal de Paulo Afonso, Estado da Bahia. Defesa da aprovação dos Projetos de Lei de nºs 175, de 2006; e 159, 160, 161 e 194, de 2009, do Senado Federal. Defesa do reconhecimento da profissão de trabalhadora doméstica pela Organização Internacional do Trabalho – OIT. Nota oficial da Reitoria da Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB, a respeito da classificação da instituição no Índice Geral de Cursos, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.	46784	VINICIUS CARVALHO (PTdoB – RJ) – Ilegalidade da cobrança da emissão de boleto bancário imposta aos consumidores.	46796
MANUELA D'ÁVILA (Bloco/PCdoB – RS) – Denúncia da Secretaria Especial dos Direitos Humanos sobre a prática de tortura contra crianças e utilização de armas de choque elétrico pela Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.	46786	FÁBIO SOUTO (DEM – BA) – Necessidade de adoção de política de financiamento do setor agropecuário.	46796
ANTONIO BULHÕES (Bloco/PMDB – SP) – Importância da realização de ações efetivas de proteção à criança e ao adolescente no País. Aumento do número de matrículas na educação básica, segundo da Faculdade de Economia da Fundação Getúlio Vargas.	46787	SOLANGE ALMEIDA (Bloco/PMDB – RJ) – Críticas ao Projeto de Lei Complementar nº 92, de 2007, sobre a criação de fundações estatais. Imediata regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, acerca da destinação de recursos para a saúde.....	46797
AFONSO HAMM (PP – RS) – Transcurso do Dia do Profissional de Educação Física. Promoção da Semana do Profissional de Educação Física no Estado do Rio Grande do Sul.....	46788	PAULO ROCHA (PT – PA) – Contrariedade à privatização do setor de saneamento básico no Município de Belém, Estado do Pará.....	46798
VIGNATTI (PT – SC) – Aplausos ao Governo Federal pela iniciativa de abertura de linha de crédito especial aos professores da rede de ensino público, para aquisição de computadores portáteis.	46788	MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC – MG) – Diminuição do número de pessoas em condição de pobreza no País de acordo com estudo intitulado <i>Desigualdade e Pobreza no Brasil Metropolitano Durante a Crise Internacional: Primeiros Resultados</i> , desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.	46799
CARLOS BEZERRA (Bloco/PMDB – MT) – Transcurso do Dia da Independência do Brasil. Homenagem ao colonista Jota Alves, responsável pela instituição do Dia do Brasil, em Nova York, Estados Unidos da América, e em Xangai, na República Popular da China.	46789	EUGÊNIO RABELO (PP – CE) – Realização do 5º Festival Latino-Americano de Curta-Metragem, no Município de Aracati, Estado do Ceará.	46800
CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Perseguição política praticada contra a empresa Nova Moda Confecções Ltda., pelo Prefeito Ricardo Fortunato, do Município de Trindade, Estado de Goiás.	46790	FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/PSB – PE) – Relevância dos projetos de lei, do Poder Executivo, a respeito do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal, em especial o Projeto de Lei nº 5.940, de 2009, sobre a instituição do Fundo Social.....	46800
MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB – AM) – Apoio ao manifesto da Associação de Geógrafos Brasileiros contra a aprovação dos Projetos de Lei de nºs 177 e 486, de 2008, do Senado Federal, sobre a alteração de fusos horários nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.	46790	RENATO AMARY (PSDB – SP) – Transcurso do 72º aniversário de fundação do Município de Boituva, Estado de São Paulo.	46801
		POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Reconhecimento, pelo Governo Federal, do acesso às graduações superiores dos membros do quadro de taifeiros da Aeronáutica. Pedido aos Deputados de aprovação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 5.919, de 2009, a respeito do tema. Caráter eleitoreiro de ataques da Oposição contra a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.	46801
		PROFESSOR VICTORIO GALLI (Bloco/PMDB – MT) – Apelo às autoridades competentes de regularização da situação de cidadãos estrangeiros residentes no Estado de Mato Grosso.	46802
		VITAL DO RÉGO FILHO (Bloco/PMDB – PB) – Efeitos positivos do Programa Luz para Todos, lançado pelo Governo Federal.....	46803
		JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Dificuldades enfrentadas pelos Trabalhadores Portuários Avulsos	

no Estado de Santa Catarina, em decorrência da destruição do Porto de Itajaí pelas enchentes.....	46804	WILSON PICLER (PDT – PR. Pela ordem) – Posicionamento do PDT favorável à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2004, a PEC dos Vereadores.	46812
ANTÔNIO ROBERTO (PV – MG) – Relevância do discurso proferido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Assembleia Geral da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Alcance social de programas do Governo petista destinados às populações de baixa renda. Destaque da política governamental de valorização do salário mínimo. Declaração de voto favorável ao Projeto de Lei nº 3.299, de 2008, do Senado Federal, sobre a extinção do fator previdenciário adotado no cálculo de aposentadorias.	46805	ROBERTO BRITTO (PP – BA. Pela ordem) – Posicionamento do Partido Progressista favorável à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2004, a PEC dos Vereadores.	46812
FÉLIX MENDONÇA (DEM – BA) – Informações prestadas aos membros da Comissão de Finanças e Tributação pelo Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustim, a respeito da repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e do pagamento de precatórios.	46806	O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Solicitação aos presentes na galerias de abstenção de manifestações ante o pronunciamento dos Srs. Deputados.	46812
ALEX CANZIANI (PTB – PR) – Estudo do economista Geraldo Langoni, da Fundação Getúlio Vargas, sobre a importância dos investimentos na educação. Criação, por grupo de empresários e especialistas do setor educacional, de movimento destinado à qualificação da demanda do ensino. Meta do grupo de inserção de crianças e jovens de 4 a 17 anos de idade no ensino escolar. Aumento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, segundo dados do Ministério da Educação. Papel preponderante desenvolvido pela educação no combate às desigualdades socioeconômicas brasileiras. Conveniência de implantação no País do programa de reformulação do sistema de ensino norte-americano, proposto pelo Presidente Barack Obama. Destaque do Município de Rolândia na geração de novos postos de trabalho, no Estado do Paraná.	46806	ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem) – Compromisso do Presidente Michel Temer e de Líderes partidários de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2004, a PEC dos Vereadores, na próxima semana.	46812
V – Grande Expediente		NILSON MOURÃO (PT, AC. Pela ordem) – Apelo aos partidos opositores de suspensão da obstrução das votações.	46812
JOÃO MAIA (PR – RN) – Concessão do Prêmio Selo Cidade Cidadã à Prefeitura Municipal de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. Realização de obras de infraestrutura viária no Estado. Empenho do Partido da República na alocação de recursos federais para o Município de Natal, com vistas à realização de jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 na municipalidade. Defesa da construção de sistema ferroviário de ligação de Natal ao Município de Mossoró. Agilização das obras do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Realização pelo Partido da República de reunião para debate acerca da proposta governamental de exploração de petróleo na camada pré-sal. Defesa de recomposição da representatividade nas Câmaras Municipais brasileiras.	46807	ERNANDES AMORIM (PTB – RO) – Reclamação contra o contingenciamento de recursos de emendas orçamentárias.	46812
PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Informação ao Plenário sobre a votação Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2004, a PEC dos Vereadores, na próxima semana.	46810	JOÃO CAMPOS (PSDB – GO) – Posicionamento do orador acerca de projeto de lei do Poder Executivo sobre estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal e da PEC dos Vereadores. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 471, de 2005, sobre a efetivação dos atuais responsáveis e substitutos pelos serviços notariais, investidos na forma da lei. Realização da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Tramitação na Casa de proposições referentes à área de segurança pública.	46813
		PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Saudações aos suplentes de Vereador presentes no Congresso Nacional. Anúncio de votação pela Casa de matéria de interesse da classe.	46816
		MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE. Pela ordem) – Homenagem póstuma ao Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, do Supremo Tribunal Federal.	46816
		SILVIO COSTA (Bloco/PMN – PE. Pela ordem) – Pedido à Presidência de celebração de acordo com Líderes opositores para votação da PEC dos Vereadores.	46816
		PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Resposta ao Deputado Silvio Costa.	46817
		ULDURICO PINTO (Bloco/PMN – BA. Pela ordem) – Imediata votação pela Casa da PEC dos Vereadores.	46817
		ELIZEU AGUIAR (PTB – PI. Pela ordem) – Apoio às propostas de criação de Zonas de Processamento de Exportação – ZPEs nos Municípios de Picos, Floriano e Bom Jesus, no Estado do Piauí.	46817

HUMBERTO SOUTO (PPS – MG. Pela ordem) – Apoio à aprovação da chamada PEC dos Vereadores.....	46818	pré-sal. Críticas ao posicionamento dos partidos oposicionistas com relação ao tema.....	46823
MANATO (PDT – ES. Pela ordem) – Modernização do Hospital Dório Silva, no Município de Serra, Estado do Espírito Santo. Imediata votação pela Casa da chamada PEC dos Vereadores	46818	WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB – PA. Pela ordem) – Contestação ao pronunciamento do Deputado Dr. Rosinha.....	46823
ZONTA (PP – SC. Pela ordem) – Pedido à Presidência de início da Ordem do Dia.	46819	LUIZ SÉRGIO (PT – RJ. Pela ordem) – Não apresentação de questão de ordem pelo Deputado Wandenkolk Gonçalves.	46823
PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Resposta ao Deputado Zonta.	46819	Apresentação de proposições: SENADO FEDERAL, CLEBER VERDE, MÁRCIO FRANÇA, RONALDO CAIADO, FERNANDO MARRONI, ELIENE LIMA, DELEY, ELIENE LIMA, BETO MANSUR, ZONTA, PROFESSOR VICTORIO GALLI, COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, VILSON COVATTI, WILSON PICLER, AIRTON ROVEDA, PAES LANDIM, EDSON DUARTE, COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, EMILIA FERNANDES, SOLANGE ALMEIDA, FRANCISCO PRACIANO, INDIO DA COSTA, REGIS DE OLIVEIRA, PAULO HENRIQUE LUSTOSA, CARLOS BEZERRA, MILTON MONTI, CARLOS WILLIAN, JÚLIO DELGADO, RONALDO CAIADO, PAULO BORNHAUSEN, DOMINGOS DUTRA, URZENI ROCHA, CEZAR SILVESTRI, JOÃO CAMPOS, LUIZ CARLOS HAULY, RICARDO TRIPOLI, FÁBIO SOUTO, ARNALDO FARIA DE SÁ, VANESSA GRAZZIOTIN, CELSO RUSSOMANNO, PAULO ROBERTO PEREIRA, EDUARDO VALVERDE, PAULO RUBEM SANTIAGO, RONALDO CAIADO, JOÃO OLIVEIRA, LUIZ CARLOS HAULY, REBECCA GARCIA, BRUNO ARAÚJO, BISPO GÊ TENUTA, RATINHO JUNIOR, ROSE DE FREITAS, SRS. LÍDERES, CAPITÃO ASSUMÇÃO, VITAL DO RÉGO FILHO, ANTÔNIO ROBERTO, VALDIR COLATTO, WALTER IHOSHI, FELIPE MAIA.	46824
JULIÃO AMIN (PDT – MA. Pela ordem) – Escalada da violência no Estado do Maranhão. Descaso do Governo Estadual com a área de segurança pública.	46819	VI – Ordem do Dia	
JOSÉ ROCHA (PR – BA. Pela ordem) – Apoio à chamada PEC dos Vereadores. Falecimento da Sra. Iani Fernandes Donato, do Município de Guanambi, Estado da Bahia. Pronunciamento do orador sobre a visita de delegação da Casa ao Município de Tiriós, Estado do Pará, para acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica – COMARA. ...	46820	PRESIDENTE (Humberto Souto) – Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 465-A, de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica, altera as Leis nºs 10.928, de 23 de julho de 2004, e 11.948, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências.....	46834
PROFESSOR VICTORIO GALLI (Bloco/PMDB – MT. Pela ordem) – Apoio à aprovação da chamada PEC dos Vereadores.	46820	Votação de requerimento de retirada da medida provisória da pauta.	46834
LOBBE NETO (PSDB – SP. Pela ordem) – Posicionamento da bancada do PSDB quanto à votação da chamada PEC dos Vereadores. Fator determinante da obstrução das votações pelos partidos oposicionistas.	46821	Usaram da palavra para encaminhamento da votação os Srs. Deputados EDUARDO VALVERDE (PT – RO), SILVIO COSTA (Bloco/PMN – PE).....	46834
JOÃO CAMPOS (PSDB – GO. Pela ordem) – Apresentação de proposta de emenda à Constituição sobre o estabelecimento de normas para a suplência de Senador da República.	46821	LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Pela ordem) – Usurpação do papel da Oposição por Deputado da base governista.	46835
MARÇAL FILHO (Bloco/PMDB – MS. Pela ordem) – Apoio à proposta de recomposição numérica das Câmaras de Vereadores. Pedido ao Ministério das Relações Exteriores de ampliação das políticas de assistência aos brasileiros residentes no exterior. Solicitação, à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e ao Ministério das Relações Exteriores, de adoção das providências necessárias para o traslado do corpo de brasileira falecida em Lisboa, Portugal, para o Estado de Mato Grosso do Sul.	46821	ALBERTO FRAGA (DEM – DF) – Questão de ordem sobre a apresentação de requerimento de retirada da matéria da pauta por Deputado da base governista.	46836
SILVIO COSTA (Bloco/PMN – PE) – Questão de ordem sobre a necessidade de início da Ordem do Dia.	46821		
PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Resposta ao Deputado Silvio Costa.	46821		
DR. ROSINHA (PT – PR. Pela ordem) – Obstrução das votações pelo PSDB e pelo DEM, em face do encaminhamento à Casa pelo Poder Executivo de projetos de lei, em regime de urgência constitucional, sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada			

PRESIDENTE (Humberto Souto) – Resposta ao Deputado Alberto Fraga.	46836	PASTOR MANOEL FERREIRA (PTB, RJ. Pela ordem) – Convocação dos Deputados do PTB ao plenário. Orientação da respectiva bancada.....	46840
Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados LUIZ SÉRGIO (PT – RJ), ALBERTO FRAGA (DEM, DF).....	46836	DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB – BA. Pela ordem) – Convocação dos Deputados do Bloco/PCdoB ao plenário.	46840
SILVIO COSTA (Bloco/PMN – PE) – Contestação aos pronunciamentos dos Deputados Alberto Fraga e Luiz Carlos Hauly.....	46836	WLADIMIR COSTA (Bloco/PMDB – PA. Pela ordem) – Imediata votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 336, de 2009, sobre a recomposição numérica das Câmaras Municipais.	46840
ALBERTO FRAGA (DEM – DF. Pela ordem) – Repúdio ao comportamento do Deputado Silvio Costa no plenário.....	46837	POMPEO DE MATTOS (PDT – RS. Pela ordem) – Convocação dos Deputados do PDT ao plenário. Orientação da respectiva bancada. Imediata votação da chamada PEC dos Vereadores.....	46840
WILSON PICLER (PDT – PR. Pela ordem) – Agradecimento ao Presidente Michel Temer pela concessão de audiência a Vereadores.	46837	ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem) – Realização de eventos em Municípios do Estado de São Paulo pela União Nacional das Entidades Islâmicas. Agradecimento ao Presidente Michel Temer pela instalação da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, a respeito da isonomia salarial de policiais e bombeiros militares. Expectativa quanto à votação das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 336 e 379, de 2009.....	46840
LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Pela ordem) – Usurpação do papel da Oposição demonstrada na apresentação, por Deputado da base governista, de requerimento de retirada da matéria da pauta.....	46837	DAMIÃO FELICIANO (PDT – PB. Pela ordem) – Ação social realizada no Município de Campina Grande pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba.	46840
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados LUIZ SÉRGIO (PT – RJ), RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF), PASTOR MANOEL FERREIRA (PTB – RJ) – RAUL JUNGSMANN (PPS – PE), ANTONIO CRUZ (PP – MS), LIRA MAIA (DEM – PA), JOSÉ ANÍBAL (PSDB, SP), IVAN VALENTE (PSOL – SP), SILAS CÂMARA (PSC, AM), WLADIMIR COSTA (Bloco/PMDB – PA), MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ), LINCOLN PORTELA (PR – MG), EDIGAR MÃO BRANCA (PV – BA), HENRIQUE FONTANA (PT – RS).....	46837	ELIZEU AGUIAR (PTB – PI. Pela ordem) – Convocação dos Deputados do PTB ao plenário. Necessidade de votação da chamada de PEC dos Vereadores.....	46841
PRESIDENTE (Michel Temer) – Rejeição do requerimento.....	46839	GORETE PEREIRA (PR, – CE. Pela ordem) – Convocação dos Deputados do Partido da República ao plenário. Orientação da respectiva bancada. Expectativa quanto à votação da chamada PEC dos Vereadores.....	46841
LOBBE NETO (PSDB – SP) – Pedido de verificação.	46839	CLEBER VERDE (Bloco/PRB – MA. Pela ordem) – Realização pela Casa de sessão solene ao ensejo do transcurso do Dia do Vereador. Defesa de aprovação da chamada PEC dos Vereadores. Presença de Edis nas galerias do plenário.	46841
LIRA MAIA (DEM – PA) – Pedido de verificação conjunta.	46839	EDSON DUARTE (PV – BA. Pela ordem) – Orientação da respectiva bancada. Apoio do PV à chamada PEC dos Vereadores.	46841
JOSÉ GENOÍNO (PT – SP) – Pedido de verificação conjunta.....	46839	BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB – MG. Pela ordem) – Apelo à Presidência de votação da chamada PEC dos Vereadores.....	46841
PRESIDENTE (Michel Temer) – Deferimento dos pedidos de verificação.	46839	PRESIDENTE (Michel Temer) – Informação ao Plenário sobre a votação da PEC dos Vereadores na semana vindoura.	46841
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados LOBBE NETO (PSDB – SP), LIRA MAIA (DEM – PA), LOBBE NETO (PSDB – SP), RAUL JUNGSMANN (PPS – PE), LIRA MAIA (DEM – PA), RAUL JUNGSMANN (PPS – PE).	46839	PEPE VARGAS (PT – RS. Pela ordem) – Convocação dos Deputados do PT ao plenário. Orientação da respectiva bancada. Defesa da votação do requerimento para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 3.299, de 2008, sobre a extinção do fator previdenciário.	46841
JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem) – Convocação dos Deputados do PT ao plenário. Orientação da respectiva bancada.	46840		
Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado RAUL JUNGSMANN (PPS – PE).	46840		
CELSO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem) – Convocação dos Deputados do PMDB ao plenário. Orientação da respectiva bancada.	46840		

JACKSON BARRETO (Bloco/PMDB – SE. Pela ordem) – Convocação dos Deputados do PMDB ao plenário. Orientação da respectiva bancada. Defesa da votação da chamada PEC dos Vereadores.	46842	D'ANGELO (PT – RJ), MARCELO ITAGIBA (Bloco/PMDB, RJ).....	46853
VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem) – Convite aos Deputados para participação em seminário sobre o Código Ambiental Brasileiro, no Auditório Nereu Ramos.	46842	PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação de requerimento de discussão da matéria por grupo de artigos.....	46853
JORGINHO MALULY (DEM – SP. Pela ordem) – Aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de projeto de lei sobre a limitação do número de alunos em sala de aula. Aprovação pelo órgão da proposta de regulamentação da profissão de turismólogo. Expectativa quanto à votação da chamada PEC dos Vereadores.	46842	Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado LIRA MAIA (DEM – PA)...	46854
JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem) – Pedido à Presidência para encerramento da votação.....	46842	Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV – SP), DÉCIO LIMA (PT – SC).....	46854
PRESIDENTE (Michel Temer) – Encerramento da votação.	46842	Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado JOSÉ GENOÍNO (PT – SP)..	46854
Rejeição do requerimento.....	46842	Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados FÁBIO RAMALHO (PV – MG), ALEXANDRE SANTOS (Bloco/PMDB – RJ), CLÓVIS FECURY (DEM, MA).	46854
PRESIDENTE (Michel Temer) – Anúncio de requerimento de discussão da medida provisória por grupo de artigos.	46851	Usou da palavra para orientação da respectiva bancada a Sra. Deputada ÍRIS DE ARAÚJO (Bloco/PMDB – GO).....	46854
Votação de requerimento de quebra de interstício para votação do requerimento de discussão da matéria artigo por artigo.	46851	Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado CLÓVIS FECURY (DEM – MA).....	46854
Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados VICENTE ARRUDA (PR – CE), MANOEL JUNIOR (Bloco/PSB – PB), CAPITÃO ASSUMÇÃO (Bloco/PSB – ES).....	46851	Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados JOSÉ GENOÍNO (PT – SP), ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ (PTB – AL), LIRA MAIA (DEM – PA).	46854
Usou da palavra para encaminhamento da votação os Sr. Deputado FERNANDO CORUJA (PPS – SC).....	46851	LOBBE NETO (PSDB – SP. Pela ordem) – Saudações aos Vereadores e suplentes presentes nas galerias do plenário. Esclarecimento aos Edis sobre a diferença entre os regimes de urgência constitucional e de urgência urgentíssima. Indagação ao Governo Federal sobre os motivos da não estatização da empresa Vale.....	46855
Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado JOSÉ GENOÍNO (PT – SP).	46851	Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas o Srs. Deputados CHICO ALENCAR (PSOL – RJ), ZONTA (PP – SC), JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PR – BA), ABELARDO CAMARINHA (Bloco/PSB – SP), BRIZOLA NETO (PDT – RJ), FERNANDO CORUJA (PPS – SC), ANTÔNIO ROBERTO (PV – MG), JURANDY LOUREIRO (PSC, ES), HENRIQUE FONTANA (PT – RS), ANDRÉ DE PAULA (DEM – PE).	46855
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados ASDRUBAL BENTES (Bloco/PMDB – PA), JOSÉ GENOÍNO (PT – SP), LOBBE NETO (PSDB – SP), CHICO ALENCAR (PSOL – RJ), MARCONDES GADELHA (Bloco/PSB – PB), JORGINHO MALULY (DEM – SP), JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PR – BA), ZONTA (PP – SC), LUIZ CARLOS BUSATO (PTB – RS), EDSON DUARTE (PV – BA), HUGO LEAL (PSC – RJ), CEZAR SILVESTRI (PPS – PR), HENRIQUE FONTANA (PT – RS), ANDRÉ DE PAULA (DEM – PE).....	46852	PRESIDENTE (Michel Temer) – Rejeição do requerimento.....	46856
PRESIDENTE (Michel Temer) – Rejeição do requerimento.....	46853	PRESIDENTE (Michel Temer) – Decisão da Presidência sobre questão de ordem apresentada pelo Deputado Fernando Coruja.	46856
Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados JOSÉ ROCHA (PR – BA), MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS), OSVALDO REIS (Bloco/PMDB – TO), GERSON PERES (PP, PA), VALADARES FILHO (Bloco/PSB – SE), MARCELO MELO (Bloco/PMDB – GO), MOACIR MICHELETTO (Bloco/PMDB – PR), AIRTON ROVEDA (PR – PR), VICENTINHO (PT – SP), CHICO		FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Pela ordem) – Apresentação de recurso à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania contra a decisão da Presidência.....	46858
		PRESIDENTE (Michel Temer) – Recebimento do recurso do Deputado Fernando Coruja.	46858
		Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB – RJ).....	46858

POMPEO DE MATTOS (PDT – RS. Pela ordem) – Pedido à Presidência de consulta aos Srs. Líderes sobre a possibilidade de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2004, a PEC dos Vereadores.	46858	Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados VANDER LOUBET (PT, MS), REGINALDO LOPES (PT, MG), SANDRA ROSADO (Bloco/PSB, RN), LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB, MG).	46864
PRESIDENTE (Michel Temer) – Resposta ao Deputado Pompeo de Mattos.	46859	Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado DR. UBIALI (Bloco/PSB, SP).	46864
Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados JOSÉ AIRTON CIRILO (PT – CE), ANTÔNIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG), ARNALDO VIANNA (PDT – RJ), WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS), LUIZ BASSUMA (PT – BA), GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB – PE)...	46859	Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS).	46865
Usaram da palavra para discussão da matéria os Srs. Deputados LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR), VICENTINHO (PT – SP).....	46859	PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação de requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da matéria.	46865
Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA), CIRO GOMES (Bloco/PSB – CE), GERALDO PUDIM (Bloco/PMDB – RJ), RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE).	46860	Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PSB – AL).	46865
RONALDO CAIADO (DEM – GO – Como Líder) – Efeitos negativos do encaminhamento ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, de projetos de lei sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal em regime de urgência constitucional. Necessidade de ampliação dos investimentos na saúde.	46860	Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado FERNANDO CORUJA (PPS – SC).	46865
Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados EDIO LOPES (Bloco/PMDB – RR), SABINO CASTELO BRANCO (PTB – AM), PEDRO CHAVES (Bloco/PMDB – GO).....	46861	Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado SÉRGIO BRITO (PDT – BA).	46865
Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP).....	46861	Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado JOSÉ GENÓINO (PT – SP)...	46865
Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, a Sra. Deputada REBECCA GARCIA (PP – AM).	46862	JOSÉ ANÍBAL (PSDB – SP. Como Líder) – Repúdio ao discurso da base governista a respeito do posicionamento dos partidos opositores com relação à PETROBRAS. Defesa da realização, pela Casa, de Comissão Geral para debate de projetos de lei sobre o marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Conveniência de retirada da urgência constitucional para a tramitação das proposições. Contingenciamento pelo Governo Federal de recursos de royalties de petróleo.....	46865
IVAN VALENTE (PSOL – SP – Como Líder) – Importância da discussão pela Casa da exploração de petróleo na camada pré-sal. Posicionamento do PSOL contrário à continuidade dos leilões da PETROBRAS e à criação de empresa estatal para gerenciamento da exploração de petróleo na camada pré-sal.	46862	HENRIQUE FONTANA (PT – RS – Como Líder) – Importância do debate, pelo Parlamento brasileiro, de projetos de lei sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal, apresentados pelo Governo petista. Defesa de tramitação das proposições em regime de urgência constitucional.	46866
Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados REBECCA GARCIA (PP, AM), RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB, DF), VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT, MG), WOLNEY QUEIROZ (PDT, PE).....	46863	Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado PEDRO WILSON (PT – GO). MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Pela ordem) – Possibilidade de discussão, pelo Líder do Governo, da retirada da urgência constitucional para tramitação de projetos de lei referentes ao marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.....	46868
Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado EDUARDO VALVERDE (PT, RO)..	46863	FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Como Líder) – Inadmissibilidade de aqodamento no estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Posicionamento contrário à tramitação, em regime de urgência constitucional, de proposições do Poder Executivo a respeito do tema.	46868
Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado SANDES JÚNIOR (PP, GO).	46863	Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado MAGELA (PT – DF).	46869
PRESIDENTE (Michel Temer) – Prorrogação da sessão por 1 hora.	46864	Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados RODRIGO	
Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado DUARTE NOGUEIRA (PSDB, SP)..	46864		

ROCHA LOURES (Bloco/PMDB – PR), CARLOS ZARATTINI (PT – SP), ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ (PTB – AL), JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA), DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP), DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB – BA), ZONTA (PP – SC), LINCOLN PORTELA (PR – MG), DAGOBERTO (PDT – MS), EDSON DUARTE (PV – BA), IVAN VALENTE (PSOL – SP), FERNANDO CORUJA (PPS – SC), TAKAYAMA (PSC – PR), LIRA MAIA (DEM – PA).	46869	Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado ERNANDES AMORIM (PTB, RO).	46881
PRESIDENTE (Michel Temer) – Aprovação do requerimento.....	46870	HENRIQUE FONTANA (PT – RS. Pela ordem) – Pedido aos Deputados da base governista de permanência no plenário.	46881
DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP) – Pedido de verificação.....	46870	Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, a Sra. Deputada JÔ MORAES (Bloco/PCdoB – MG)...	46881
LIRA MAIA (DEM – PA) – Pedido de verificação conjunta.	46870	Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado LIRA MAIA (DEM – PA).....	46881
FERNANDO FERRO (PT – PE) – Pedido de verificação conjunta.....	46870	Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados ALEX CANZIANI (PTB – PR), AUGUSTO FARIAS (PTB – AL), ODÍLIO BALBINOTTI (Bloco/PMDB – PR), CHICO ALENCAR (PSOL – RJ), CIRO NOGUEIRA (PP – PI), JÔ MORAES (Bloco/PCdoB – MG), MOREIRA MENDES (PPS – RO), ODÍLIO BALBINOTTI (Bloco/PMDB – PR), MIGUEL CORRÊA (PT – MG), LEONARDO VILELA (PSDB – GO), LUIZ FERNANDO FARRIA (PP – MG), LEANDRO SAMPAIO (PPS – RJ), SANDRA ROSADO (Bloco/PSB – RN), CARLOS WILLIAN (Bloco/PTC – MG).	46881
PRESIDENTE (Michel Temer) – Deferimento dos pedidos de verificação.	46870	Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado MARCELO ITAGIBA (Bloco/PMDB – RJ).....	46882
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados LIRA MAIA (DEM – PA), DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP), FERNANDO CORUJA (PPS – SC).	46870	Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados RODRIGO ROCHA LOURES (Bloco/PMDB – PR), FERNANDO FERRO (PT – PE), ERNANDES AMORIM (PTB – RO), JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA), FERNANDO FERRO (PT – PE).	46882
LAERTE BESSA (Bloco/PMDB – DF. Pela ordem) – Aplausos à Divisão de Repressão a Sequestros e à Divisão de Operações Especiais da Polícia Civil do Distrito Federal pelo resgate de empresário sequestrado na cidade-satélite de Planaltina, em Brasília.....	46870	PRESIDENTE (Michel Temer) – Encerramento da sessão. Abertura de novo painel para a sessão extraordinária.....	46885
CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP – Como Líder) – Importância do debate pela Casa dos projetos de lei, do Poder Executivo, sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.	46871	VII – Encerramento	
ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP. Pela ordem) – Esclarecimento ao Plenário sobre a tramitação na Casa, na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, da proposta de emenda à Constituição e do projeto de lei relativos à instituição da chamada Lei do Petróleo.	46872	DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM (PTB – PI – Como Líder.) NO PERÍODO DESTINADO A COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 216, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2009 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO: Homenagem à memória do Presidente Getúlio Vargas, ao ensejo do transcurso dos 55 anos do seu falecimento.	46886
PRESIDENTE (Michel Temer) – Encerramento da votação.	46872	2 – ATA DA 229ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EXTRAORDINÁRIA, NOTURNA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, EM 2 DE SETEMBRO DE 2009.	
Aprovação do requerimento.	46872	I – Abertura da sessão	
Encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da matéria.	46881	II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior	
Votação de requerimento de adiamento da votação da matéria por 2 sessões.....	46881	III – Leitura do expediente	
PRESIDENTE (Michel Temer) – Anúncio de convocação de sessão extraordinária para continuidade das votações.....	46881	LIRA MAIA (DEM – PA. Pela ordem) – Pedido de leitura da ata da sessão anterior.....	46892
LOBBE NETO (PSDB – SP. Pela ordem) – Exigência, pelo PSDB, de abertura de novo painel na sessão extraordinária e de leitura da ata da sessão anterior.....	46881	RODRIGO ROCHA LOURES (Bloco/PMDB – PR. Pela ordem) – Solicitação aos Deputados do PMDB de comparecimento ao plenário.	46892

PRESIDENTE (Michel Temer) – Determinação de leitura da ata da sessão anterior.....	46893	Executivo, em regime de urgência constitucional, de projetos de lei sobre o marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Presença, nas galerias do plenário, dos suplentes de Vereador da cidade catarinense de Lages Ênio Feliciano, Gotti Bachmann e Paulo Roberto e do assessor Edson Magaldi.	46897
IV – Breves Comunicações			
ANDRÉ VARGAS (PT – PR) – Defesa de realização, pelo Plenário, de amplo debate sobre a proposta de criação do crédito-prêmio do IPI para o setor de exportação.	46893	DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Defesa da exploração de petróleo na camada pré-sal.....	46897
ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Rejeição, pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP, do anunciado acordo entre o Governo Federal e centrais sindicais sobre o reajuste dos benefícios da categoria. Realização, pela Comissão de Seguridade Social e Família, de audiência pública para debate do assunto.	46893	VIGNATTI (PT – SC) – Relevância da criação, pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, da Sala dos Municípios.	46897
REBECCA GARCIA (PP – AM. Pela ordem) – Registro de voto proferido em sessão anterior..	46893	LEANDRO SAMPAIO (PPS – RJ) – Elogio à Federação das Indústria do Estado de Rio de Janeiro – FIRJAN pela realização de pesquisa acerca do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios brasileiros. Posicionamento das comunas fluminenses na pesquisa.	46898
RODRIGO ROCHA LOURES (Bloco/PMDB – PR) – Informação aos Deputados do PMDB sobre a necessidade de comparecimento ao plenário para registro de presença, tendo em vista a abertura de novo painel. Participação do Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, em reunião do PMDB para discussão dos projetos de lei, do Poder Executivo, sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Anúncio de votação, na Comissão Especial sobre Fontes Renováveis de Energia, do parecer oferecido pelo Deputado Fernando Ferro.	46893	V – Ordem do Dia	
PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Imediata discussão pela Casa dos projetos de lei sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.	46894	PRESIDENTE (Marco Maia) – Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 465-A, de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em operações de financiamento destinadas à aquisição de bens de capital e à inovação tecnológica e altera as Leis de nºs 2.928, de 23 de julho de 2004, e 11.948, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências.....	46902
FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Posicionamento do orador a respeito da discussão dos projetos de lei, do Poder Executivo, sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.	46894	Votação de requerimento de retirada da medida provisória da pauta.	46902
CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Importância da garantia da gestão pública do Estado brasileiro sobre os recursos oriundos da exploração de petróleo na camada pré-sal. Mensagem a respeito da crise política do Senado Federal, de autoria de Adelécio Freitas, veiculada pela Internet.....	46894	Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP).	46902
FERNANDO FERRO (PT – PE) – Convocação da bancada do Partido dos Trabalhadores ao plenário para registro de presença. Importância do debate pela Casa sobre a exploração de novas jazidas de petróleo.....	46896	ERNANDES AMORIM (PTB – RO) – Reclamação contra a exigência imposta ao orador de consulta ao Diretor do Serviço Médico da Casa para obtenção de dispensa nas votações no plenário por motivo de saúde.	46903
ACÉLIO CASAGRANDE (Bloco/PMDB – SC) – Defesa de votação, pela Casa, dos projetos de lei sobre a extensão de reajustes do salário mínimo aos benefícios de aposentados e pensionistas e a extinção do fator previdenciário adotado no cálculo de aposentadorias. Necessidade de realização de investimentos nas instituições hospitalares brasileiras.....	46897	PRESIDENTE (Marco Maia) – Encaminhamento da reclamação do Deputado Ernandes Amorim ao 1º Secretário da Casa.....	46903
CELSO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Acerto do encaminhamento à Casa pelo Poder		Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado SILVIO COSTA (Bloco/PMN – PE).....	46903
		LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Reclamação contra a usurpação do papel da Oposição demonstrada na apresentação, por Deputado da base governista, de requerimento de retirada da medida provisória da pauta.	46903
		PRESIDENTE (Marco Maia) – Existência de amparo regimental para a apresentação do requerimento pela base governista.....	46904
		Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados RODRIGO ROCHA LOURES (Bloco/PMDB – PR), JOSÉ GENÓINO (PT – SP), CHICO ALENCAR (PSOL – RJ), TAKAYAMA (PSC – PR), FERNANDO CORUJA	

(PPS – SC), EDSON DUARTE (PV – BA), PEDRO FERNANDES (PTB – MA), DAGOBERTO (PDT – MS), REBECCA GARCIA (PP – AM), LINCOLN PORTELA (PR – MG), RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF), DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP), ALBERTO FRAGA (DEM – DF).....	46904	Votação e aprovação do projeto de lei de conversão, ressalvados os destaques.....	46910
PRESIDENTE (Marco Maia) – Rejeição do requerimento.....	46905	Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP).....	46912
Anúncio de requerimento de votação da medida provisória artigo por artigo.....	46905	Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados LUIZ CARLOS BUSATO (PTB – RS), SANDRA ROSADO (Bloco/PSB – RN), FÁTIMA BEZERRA (PT – RN).....	46912
Votação de requerimento de quebra de interstício para o requerimento de votação da medida provisória artigo por artigo.....	46905	VI – Encerramento	
ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Questão de ordem sobre inexistência de amparo regimental para a votação do requerimento de quebra de interstício.....	46906	3 – ATOS DA PRESIDÊNCIA	
PRESIDENTE (Michel Temer) – Acolhimento da questão de ordem do Deputado Arnaldo Faria de Sá.....	46906	Retifica o Ato que criou a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 5.938/09.....	46949
PRESIDENTE (Michel Temer) – Prejudicialidade do requerimento de quebra de interstício.....	46906	Retifica o Ato que criou a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 5.940/09.....	46949
PRESIDENTE (Michel Temer) – Requerimento de votação da medida provisória artigo por artigo.....	46906	4 – PARECERES	
Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado JORGINHO MALULY (DEM – SP).....	46906	Projetos de Lei nºs 3531-B/2000, 4004-A/2001, 4220-B/2001, 4401-B/2001, 7025-C/2002, 250-B/2003, 2871-B/2004, 2992-B/2004, 3040-C/2004, 3300-B/2004, 3308-B/2004, 3687-C/2004, 3700-A/2004, 3738-B/2004, 3984-B/2004, 5077-B/2005, 5091-B/2005, 5252-C/2005, 5310-B/2005, 5540-B/2005, 6277-C/2005, 6327-B/2005, 6367-B/2005, 7022-B/2006, 7402-B/2006, 7428-C/2006, 79-B/2007, 677-C/2007, 764-B/2007, 769-B/2007, 1677-B/2007, 3176-B/2008, 3216-C/2008, 3313-B/2008, 3373-B/2008, 3459-B/2008, 3536-B/2008, 3817-C/2008, 3905-B/2008, 4765-B/2009 e 5050-A/2009.....	46950
Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado DELEY (PSC – RJ).....	46907	COMISSÕES	
PRESIDENTE (Michel Temer) – Proposta aos Líderes partidários de retirada de requerimentos e votação do mérito da medida provisória, ressalvados os destaques.....	46907	5 – ATAS	
Retirada de requerimentos.....	46907	a) Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – 41ª Reunião (Extraordinária, Audiência Pública), em 25-8-09 e 42ª reunião (Ordinária), em 26-8-09.....	46996
Votação do parecer do Relator quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária.....	46907	b) Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Termo de Reunião, em 2-9-09.....	46999
Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado RIBAMAR ALVES (Bloco/PSB – MA).....	46907	c) Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, 24ª Reunião (Ordinária), em 26-8-09 e 25ª Reunião (Audiência Pública conjunta com a Comissão de Educação e Cultura), em 27-8-09.....	46999
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB – SC), CARLOS ZARATTINI (PT – SP), ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP), DR. UBIALI (Bloco/PSB – SP), DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP), LIRA MAIA (DEM – PA), LINCOLN PORTELA (PR – MG), BENEDITO DE LIRA (PP – AL), DAGOBERTO (PDT – MS), TAKAYAMA (PSC – PR), EDSON DUARTE (PV – BA), IVAN VALENTE (PSOL – SP), FERNANDO CORUJA (PPS – SC).....	46907	d) Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, 62ª Reunião (Ordinária), em 1-9-09....	47002
Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado EDUARDO DA FONTE (PP – PE).....	46909	e) Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, 29ª Reunião (Audiência Pública), em 25-8-09 e 30ª Reunião (Ordinária), em 26-8-09.....	47009
PRESIDENTE (Michel Temer) – Aprovação do parecer.....	46909	f) Comissão de Direitos Humanos e Minorias, *Seminário, conjunto com as Comissões de: Legislação Participativa e de Educação e Cultura, em 14.5.09, *15ª Reunião (Audiência Pública), em 9-6-09, 16ª Reunião (Ordinária), em 10-6-09 e *Seminário, em 17-6-09.....	47012
		g) Comissão de Finanças e Tributação, 27ª Reunião (Ordinária), em 26-8-09.....	47092

h) Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, 35ª Reunião (Ordinária), 26-8-09, 36ª Reunião (Audiência Pública), em 27-8-09 e 37ª Reunião (Audiência Pública), em 1-9-09.....	47098
i) Comissão de Legislação Participativa, 25ª Reunião (Ordinária), em 26-8-09.....	47102
j) Comissão de Minas e Energia, 28ª Reunião (Ordinária), em 26-8-09 e *29ª Reunião (Extraordinária, Audiência Pública), em 26-8-09.....	47103
k) Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, 26ª Reunião (Ordinária), em 26-8-09 e 27ª Reunião (Audiência Pública), em 27-8-09.....	47134
l) Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, 26ª Reunião (Ordinária), em 26-8-09.....	47138
m) Comissão de Turismo e Desporto, 18ª Reunião (Ordinária), em 19-8-09 e 19ª Reunião (Extraordinária, Audiência Pública), em 25-8-09...	47140
n) Comissão Especial da PEC nº 59-A/07, 2ª Reunião (Ordinária), em 12-5-09.....	47143
o) Comissão Especial da PEC nº 47-A/03, 1ª Reunião (Ordinária), em 20-8-09.....	47143
* Atas com notas taquigráficas.	
6 – DESIGNAÇÕES	
a) Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em 2-9-09....	47144
b) Comissão de Defesa do Consumidor, em 2-9-09.....	47144
c) Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, em 2-9-09.....	47144

d) Comissão de Finanças e Tributação, em 2-9-09.....	47145
e) Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, em 2-9-09.....	47147

GRUPO DE TRABALHO DE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS

7 – ATA

3ª Reunião (Ordinária), em 19-8-09.....	47148
---	-------

SEÇÃO II

8 – ATOS DO PRESIDENTE

a) Exonerar: Adolfo Lúcio de Oliveira Fernandes, Caio Apolo Soares Fischer, Débora Balduino da Silva Gusmão Shibata, Fabian Bernardo Dias Costa, Flavia Renata Alves Borges, Jacqueline Balduino da Silva Gusmão de Queiroz, Renan Santos de Mendonça.....	47148
---	-------

b) Nomear: Dhiogo Márcio Nolasco de Lima, Fabiana Balduino da Silva Gusmão, Janne Raquel Figueredo Paulino, Ludmar Claury de Paiva Oliveira, Nilmara Aguiar Almeida, Renato de Azevedo Teixeira, William Vinicius Lopes Camargos.....	47149
--	-------

9 – MESA

10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

11 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

12 – COMISSÕES

SUPLEMENTO

Renúncia do Deputado Alexandre Silveira ao cargo de Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, sairá publicada em suplemento a este **Diário**.

SEÇÃO I

Ata da 228ª Sessão, 2 de setembro de 2009

Presidência dos Srs. Michel Temer, Presidente; Inocêncio Oliveira, 2º Secretário; Marcelo Ortiz, 1º Suplente de Secretário; Marçal Filho, Abelardo Lupion, Humberto Souto, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA

OS SRS.:

Michel Temer
 Marco Maia
 Antonio Carlos Magalhães Neto
 Rafael Guerra
 Inocêncio Oliveira
 Odair Cunha
 Nelson Marquezelli
 Marcelo Ortiz
 Giovanni Queiroz
 Leandro Sampaio
 Manoel Junior
 Partido Bloco

RORAIMA

Angela Portela PT
 Edio Lopes PMDB PmdbPtc
 Francisco Rodrigues DEM
 Luciano Castro PR
 Maria Helena PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Neudo Campos PP
 Urzeni Rocha PSDB
Presentes Roraima: 7

AMAPÁ

Antonio Feijão PSDB
 Evandro Milhomen PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Fátima Pelaes PMDB PmdbPtc
 Janete Capiberibe PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Jurandil Juarez PMDB PmdbPtc
 Sebastião Bala Rocha PDT
Presentes Amapá: 6

PARÁ

Asdrubal Bentes PMDB PmdbPtc
 Bel Mesquita PMDB PmdbPtc
 Elcione Barbalho PMDB PmdbPtc
 Gerson Peres PP
 Lúcio Vale PR
 Nilson Pinto PSDB
 Paulo Rocha PT
 Wandenkolk Gonçalves PSDB

Zé Geraldo PT
 Zenaldo Coutinho PSDB
 Zequinha Marinho PSC
Presentes Pará: 11

AMAZONAS

Átila Lins PMDB PmdbPtc
 Francisco Praciano PT
 Lupércio Ramos PMDB PmdbPtc
 Marcelo Serafim PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Sabino Castelo Branco PTB
Presentes Amazonas: 5

RONDÔNIA

Anselmo de Jesus PT
 Eduardo Valverde PT
 Ernandes Amorim PTB
 Marinha Raupp PMDB PmdbPtc
 Mauro Nazif PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Moreira Mendes PPS
 Natan Donadon PMDB PmdbPtc
Presentes Rondonia: 7

ACRE

Flaviano Melo PMDB PmdbPtc
 Gladson Cameli PP
 Henrique Afonso PT
 Ilderlei Cordeiro PPS
 Nilson Mourão PT
 Perpétua Almeida PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Presentes Acre: 6

TOCANTINS

Eduardo Gomes PSDB
 João Oliveira DEM
 Laurez Moreira PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Lázaro Botelho PP
 Moises Avelino PMDB PmdbPtc
 Osvaldo Reis PMDB PmdbPtc
 Vicentinho Alves PR
Presentes Tocantins: 7

MARANHÃO

Albérico Filho PMDB PmdbPtc
 Cleber Verde PRB PsbPCdoBPmnPrb
 Clóvis Fecury DEM
 Davi Alves Silva Júnior PDT
 Domingos Dutra PT
 Flávio Dino PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Julião Amin PDT
 Pedro Fernandes PTB
 Pedro Novais PMDB PmdbPtc
 Pinto Itamaraty PSDB
 Professor Setimo PMDB PmdbPtc
 Ribamar Alves PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Roberto Rocha PSDB
 Washington Luiz PT
 Zé Vieira PR

Presentes Maranhão: 15**CEARÁ**

Aníbal Gomes PMDB PmdbPtc
 Ariosto Holanda PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Arnon Bezerra PTB
 Chico Lopes PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Eunício Oliveira PMDB PmdbPtc
 Flávio Bezerra PMDB PmdbPtc
 Gorete Pereira PR
 José Airton Cirilo PT
 José Guimarães PT
 José Linhares PP
 Leo Alcântara PR
 Marcelo Teixeira PR
 Mauro Benevides PMDB PmdbPtc
 Pastor Pedro Ribeiro PMDB PmdbPtc
 Paulo Henrique Lustosa PMDB PmdbPtc
 Raimundo Gomes de Matos PSDB
 Vicente Arruda PR

Presentes Ceará: 17**PIAUI**

Átila Lira PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Ciro Nogueira PP
 Elizeu Aguiar PTB
 José Maia Filho DEM
 Júlio Cesar DEM
 Marcelo Castro PMDB PmdbPtc
 Osmar Júnior PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Paes Landim PTB

Presentes Piauí: 8**RIO GRANDE DO NORTE**

Fátima Bezerra PT
 Felipe Maia DEM

Henrique Eduardo Alves PMDB PmdbPtc
 Rogério Marinho PSDB

Presentes Rio Grande do Norte: 4**PARAÍBA**

Armando Abílio PTB
 Damião Feliciano PDT
 Efraim Filho DEM
 Luiz Couto PT
 Marcondes Gadelha PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Rômulo Gouveia PSDB
 Vital do Rêgo Filho PMDB PmdbPtc
 Wellington Roberto PR
 Wilson Braga PMDB PmdbPtc

Presentes Paraíba: 9**PERNAMBUCO**

Ana Arraes PSB PsbPCdoBPmnPrb
 André de Paula DEM
 Armando Monteiro PTB
 Bruno Araújo PSDB
 Carlos Eduardo Cadoca PSC
 Charles Lucena PTB
 Edgar Moury PMDB PmdbPtc
 Fernando Coelho Filho PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Fernando Ferro PT
 Fernando Nascimento PT
 Gonzaga Patriota PSB PsbPCdoBPmnPrb
 José Chaves PTB
 José Mendonça Bezerra DEM
 Maurício Rands PT
 Paulo Rubem Santiago PDT
 Pedro Eugênio PT
 Raul Henry PMDB PmdbPtc
 Roberto Magalhães DEM
 Silvio Costa PMN PsbPCdoBPmnPrb
 Wolney Queiroz PDT

Presentes Pernambuco: 20**ALAGOAS**

Antonio Carlos Chamariz PTB
 Augusto Farias PTB
 Benedito de Lira PP
 Carlos Alberto Canuto PMDB PmdbPtc
 Francisco Tenorio PMN PsbPCdoBPmnPrb
 Givaldo Carimbão PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Joaquim Beltrão PMDB PmdbPtc

Presentes Alagoas: 7**SERGIPE**

Albano Franco PSDB
 Eduardo Amorim PSC

Jackson Barreto PMDB PmdbPtc
 Jerônimo Reis DEM
 José Carlos Machado DEM
 Mendonça Prado DEM

Presentes Sergipe: 6**BAHIA**

Alice Portugal PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Claudio Cajado DEM
 Colbert Martins PMDB PmdbPtc
 Daniel Almeida PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Edigar Mão Branca PV
 Edson Duarte PV
 Emiliano José PT
 Fábio Souto DEM
 Félix Mendonça DEM
 Geraldo Simões PT
 Jairo Carneiro PP
 João Carlos Bacelar PR
 Jorge Khoury DEM
 José Carlos Araújo PR
 José Rocha PR
 Joseph Bandeira PT
 Jutahy Junior PSDB
 Lídice da Mata PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Luiz Alberto PT
 Luiz Bassuma PT
 Luiz Carreira DEM
 Marcelo Guimarães Filho PMDB PmdbPtc
 Márcio Marinho PR
 Marcos Medrado PDT
 Mário Negromonte PP
 Maurício Trindade PR
 Paulo Magalhães DEM
 Roberto Britto PP
 Sérgio Barradas Carneiro PT
 Sérgio Brito PDT
 Tonha Magalhães PR
 Uldurico Pinto PMN PsbPCdoBPmnPrb
 Veloso PMDB PmdbPtc

Presentes Bahia: 33**MINAS GERAIS**

Ademir Camilo PDT
 Aelton Freitas PR
 Alexandre Silveira PPS
 Antônio Andrade PMDB PmdbPtc
 Antônio Roberto PV
 Aracely de Paula PR
 Bilac Pinto PR
 Carlos Melles DEM
 Ciro Pedrosa PV
 Edmar Moreira PR

Eduardo Barbosa PSDB
 Elismar Prado PT
 Fábio Ramalho PV
 Gilmar Machado PT
 Humberto Souto PPS
 Jaime Martins PR
 Jairo Ataíde DEM
 Jô Moraes PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 João Magalhães PMDB PmdbPtc
 José Fernando Aparecido de OlivPV
 Júlio Delgado PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Lael Varella DEM
 Leonardo Monteiro PT
 Leonardo Quintão PMDB PmdbPtc
 Lincoln Portela PR
 Luiz Fernando Faria PP
 Márcio Reinaldo Moreira PP
 Marcos Lima PMDB PmdbPtc
 Marcos Montes DEM
 Maria Lúcia Cardoso PMDB PmdbPtc
 Mário Heringer PDT
 Mauro Lopes PMDB PmdbPtc
 Miguel Corrêa PT
 Paulo Delgado PT
 Paulo Piau PMDB PmdbPtc
 Reginaldo Lopes PT
 Saraiva Felipe PMDB PmdbPtc
 Silas Brasileiro PMDB PmdbPtc
 Virgílio Guimarães PT

Presentes Minas Gerais: 39**ESPÍRITO SANTO**

Camilo Cola PMDB PmdbPtc
 Capitão Assunção PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Jurandy Loureiro PSC
 Lelo Coimbra PMDB PmdbPtc
 Luiz Paulo Vellozo Lucas PSDB
 Manato PDT
 Rita Camata PMDB PmdbPtc
 Rose de Freitas PMDB PmdbPtc
 Sueli Vidigal PDT

Presentes Espírito Santo: 9**RIO DE JANEIRO**

Andreia Zito PSDB
 Antonio Carlos Biscaia PT
 Arolde de Oliveira DEM
 Brizola Neto PDT
 Carlos Santana PT
 Chico Alencar PSOL
 Chico D'Angelo PT
 Deley PSC
 Dr. Adilson Soares PR

Dr. Paulo César PR
 Edmilson Valentim PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Edson Ezequiel PMDB PmdbPtc
 Eduardo Cunha PMDB PmdbPtc
 Eduardo Lopes PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Felipe Bornier PHS
 Fernando Gabeira PV
 Filipe Pereira PSC
 Geraldo Pudim PMDB PmdbPtc
 Glauber Braga PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Hugo Leal PSC
 Jair Bolsonaro PP
 Luiz Sérgio PT
 Marcelo Itagiba PMDB PmdbPtc
 Miro Teixeira PDT
 Neilton Mulim PR
 Nelson Bornier PMDB PmdbPtc
 Pastor Manoel Ferreira PTB
 Paulo Rattes PMDB PmdbPtc
 Rodrigo Maia DEM
 Rogerio Lisboa DEM
 Silvio Lopes PSDB
 Simão Sessim PP
 Solange Almeida PMDB PmdbPtc
 Solange Amaral DEM
 Vinicius Carvalho PTdoB

Presentes Rio de Janeiro: 35

SÃO PAULO

Aline Corrêa PP
 Arlindo Chinaglia PT
 Arnaldo Faria de Sá PTB
 Arnaldo Jardim PPS
 Arnaldo Madeira PSDB
 Beto Mansur PP
 Bispo Gê Tenuta DEM
 Cândido Vaccarezza PT
 Carlos Zarattini PT
 Devanir Ribeiro PT
 Dimas Ramalho PPS
 Dr. Nechar PV
 Dr. Talmir PV
 Dr. Ubiali PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Edson Aparecido PSDB
 Eleuses Paiva DEM
 Emanuel Fernandes PSDB
 Fernando Chiarelli PDT
 Fernando Chucre PSDB
 Francisco Rossi PMDB PmdbPtc
 Guilherme Campos DEM
 Ivan Valente PSOL
 Janete Rocha Pietá PT
 Jefferson Campos PTB

Jilmar Tatto PT
 João Dado PDT
 Jorginho Maluly DEM
 José Aníbal PSDB
 José Genoíno PT
 José Mentor PT
 José Paulo Tóffano PV
 Julio Semeghini PSDB
 Lobbe Neto PSDB
 Márcio França PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Milton Monti PR
 Paes de Lira PTC PmdbPtc
 Paulo Maluf PP
 Paulo Pereira da Silva PDT
 Paulo Teixeira PT
 Regis de Oliveira PSC
 Renato Amary PSDB
 Ricardo Berzoini PT
 Ricardo Tripoli PSDB
 Roberto Alves PTB
 Roberto Santiago PV
 William Woo PSDB

Presentes São Paulo: 46

MATO GROSSO

Carlos Abicalil PT
 Carlos Bezerra PMDB PmdbPtc
 Eliene Lima PP
 Pedro Henry PP
 Professor Victorio Galli PMDB PmdbPtc
 Thelma de Oliveira PSDB
 Valtenir Pereira PSB PsbPCdoBPmnPrb

Presentes Mato Grosso: 7

DISTRITO FEDERAL

Jofran Frejat PR
 Laerte Bessa PMDB PmdbPtc
 Magela PT
 Osório Adriano DEM
 Rodrigo Rollemberg PSB PsbPCdoBPmnPrb

Presentes Distrito Federal: 5

GOIÁS

Carlos Alberto Leréia PSDB
 Chico Abreu PR
 Íris de Araújo PMDB PmdbPtc
 João Campos PSDB
 Jovair Arantes PTB
 Leandro Vilela PMDB PmdbPtc
 Leonardo Vilela PSDB
 Luiz Bittencourt PMDB PmdbPtc
 Pedro Chaves PMDB PmdbPtc
 Pedro Wilson PT

Professora Raquel Teixeira PSDB
 Ronaldo Caiado DEM
 Sandes Júnior PP
 Sandro Mabel PR
 Tatico PTB

Presentes Goiás: 15**MATO GROSSO DO SUL**

Antônio Carlos Biffi PT
 Antonio Cruz PP
 Dagoberto PDT
 Geraldo Resende PMDB PmdbPtc
 Marçal Filho PMDB PmdbPtc
 Vander Loubet PT
 Waldemir Moka PMDB PmdbPtc
 Presentes Mato Grosso do Sul: 7

PARANÁ

Abelardo Lupion DEM
 Alcení Guerra DEM
 Alex Canziani PTB
 Andre Vargas PT
 Andre Zacharow PMDB PmdbPtc
 Angelo Vanhoni PT
 Assis do Couto PT
 Cezar Silvestri PPS
 Chico da Princesa PR
 Dilceu Sperafico PP
 Dr. Rosinha PT
 Eduardo Sciarra DEM
 Gustavo Fruet PSDB
 Hermes Parcianello PMDB PmdbPtc
 Luiz Carlos Haully PSDB
 Luiz Carlos Setim DEM
 Marcelo Almeida PMDB PmdbPtc
 Moacir Micheletto PMDB PmdbPtc
 Nelson Meurer PP
 Odílio Balbinotti PMDB PmdbPtc
 Osmar Serraglio PMDB PmdbPtc
 Ratinho Junior PSC
 Ricardo Barros PP
 Rodrigo Rocha Loures PMDB PmdbPtc
 Takayama PSC
 Wilson Picler PDT

Presentes Paraná: 26**SANTA CATARINA**

Acélio Casagrande PMDB PmdbPtc
 Angela Amin PP
 Celso Maldaner PMDB PmdbPtc
 Décio Lima PT
 Edinho Bez PMDB PmdbPtc
 Gervásio Silva PSDB

João Matos PMDB PmdbPtc
 João Pizzolatti PP
 Jorge Boeira PT
 José Carlos Vieira DEM
 Nelson Goetten PR
 Paulo Bornhausen DEM
 Valdir Colatto PMDB PmdbPtc
 Vignatti PT

Presentes Santa Catarina: 14**RIO GRANDE DO SUL**

Afonso Hamm PP
 Beto Albuquerque PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Darcísio Perondi PMDB PmdbPtc
 Emilia Fernandes PT
 Fernando Marroni PT
 Geraldinho PSOL
 Germano Bonow DEM
 Henrique Fontana PT
 Ibsen Pinheiro PMDB PmdbPtc
 José Otávio Germano PP
 Luis Carlos Heinze PP
 Luiz Carlos Busato PTB
 Manuela D'Ávila PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Maria do Rosário PT
 Mendes Ribeiro Filho PMDB PmdbPtc
 Nelson Proença PPS
 Osvaldo Biolchi PMDB PmdbPtc
 Paulo Pimenta PT
 Paulo Roberto Pereira PTB
 Pepe Vargas PT
 Professor Ruy Pauletti PSDB
 Renato Molling PP
 Vieira da Cunha PDT

Presentes Rio Grande do Sul: 23**I – ABERTURA DA SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 405 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN, servindo como 2ª Secretária, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Passa-se à leitura do expediente.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN, servindo como 1ª Secretária, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

Aviso nº 490 – C. Civil.

Em 23 de julho de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Rafael Guerra
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Processo de Radiodifusão

Senhor Primeiro Secretário,

Solicito a Vossa Excelência a devolução do Processo nº 53000.004148/2001, que trata da transferência direta da concessão outorgada à Rádio Globo de Salvador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Salvador, Estado da Bahia, que tramita na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática dessa Casa, encaminhado por engano junto à Mensagem nº 90, de 2009.

Atenciosamente – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Defiro. Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

MENSAGEM Nº 667, DE 2009

(Do Poder Executivo)

AVISO Nº 599/2009 – C. CIVIL

Submete à consideração da Câmara dos Deputados, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, os textos da Emenda ao Artigo 1º da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados, adotada em 21 de dezembro de 2001, e do seu Protocolo sobre Restos Explosivos de Guerra – Protocolo V, adotado em 28 de novembro de 2003.

Despacho: Às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional E Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, sub-

meto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, os textos da Emenda ao Artigo 1º da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados, adotada em 21 de dezembro de 2001, e do seu Protocolo sobre Restos Explosivos de Guerra – Protocolo V, adotado em 28 de novembro de 2003.

Brasília, 25 de agosto de 2009.

EM Nº 117 MRE – PARD ONU

Brasília, 17 de abril de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a Convenção sobre a Proibição ou Restrição de Certas Armas Convencionais que Podem Ser Consideradas Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados (CCAC) foi promulgada pelo Decreto nº 2.739, de 20 de agosto de 1998, o que permitiu que suas disposições, assim como as disposições de seus três Protocolos originais (que dizem respeito, respectivamente, a fragmentos de munição não-detectáveis por raio-X, a minas antipessoal e a armas incendiárias), passassem a ter validade jurídica em território nacional.

2. Desde a conclusão da CCAC, em 1980, vários países vinham apontando algumas insuficiências no alcance das restrições e proibições estabelecidas por esse instrumento internacional. Com isso, deu-se origem a um processo intenso de reexame da Convenção, buscando dotar seu texto de maior precisão e alcance, de modo a torná-lo mais efetivo no que concerne à eliminação do sofrimento inflingido a populações civis pelo uso de certas armas convencionais. Em 1995, durante a Primeira Conferência de Revisão, foram aprovadas a adição de um quarto Protocolo, proibindo o uso de armas a laser que produzem cegueira, e a elaboração de uma emenda ao Protocolo II, estabelecendo regras mais rígidas para o controle da utilização de minas antipessoal. Tais revisões foram promulgadas, respectivamente, por meio dos Decretos nº 3.437 e nº 3.436, de 25 de abril de 2000.

3. Em continuidade ao processo de reexame da CCAC, a Segunda Conferência de Revisão, realizada em 2001, aprovou por consenso Emenda ao Artigo 1º, estabelecendo a extensão do escopo da Convenção

e de seus Protocolos a conflitos armados não internacionais. Em seguida, a Reunião de Estados-Parte da CCAC, ocorrida em 2003, aprovou, igualmente por consenso, a adição de um quinto Protocolo à Convenção, estabelecendo regras para o tratamento dos resíduos explosivos de guerra.

4. Originalmente, o Artigo 1º da CCAC estabelecia o escopo desta as situações caracterizadas no Artigo 2º da Convenção de Genebra para a Proteção de Vítimas Civis de Guerra, de 1949, isto é, para casos de guerra ou conflito não declarado deflagrado entre Estados-Parte da Convenção. Com a Emenda, ficam incluídos os casos previstos no Artigo 3º comum às quatro Convenções de Genebra de 1949, ou seja, “conflitos armados que não apresentem um caráter internacional e que ocorram no território de uma das partes contratantes”. A redação do Artigo emendado ressalva, em seus parágrafos 4 e 5, que a CCAC não poderá ser utilizada como instrumento para se atentar contra a soberania estatal, contra a unidade nacional e integridade territorial, ou como motivo de intervenção externa em qualquer Estado.

5. Quanto ao Protocolo V, o objetivo perseguido foi criar obrigações para os Estados que tenham utilizado explosivos durante uma situação de conflito, nos casos em que parte destes tenha permanecido, no pós-guerra, no território em litígio sem terem sido detonados. A incidência de casos de acidentes causados por esses explosivos envolvendo população civil de territórios já pacificados instou os Estados-Parte da CCAC a criar um instrumento que estabelecesse responsabilidades na limpeza, remoção e destruição desses artefatos, garantias de assistência a vítimas desses acidentes, obrigação de compartilhamento de informação a respeito da existência desses explosivos em territórios que foram palco de conflito e cooperação entre os Estados-Parte no sentido de facilitar a implementação desse Protocolo.

6. À luz do exposto, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, no qual se propõe a ratificação pelo Governo brasileiro do Artigo 1º emendado da CCAC e de seu Protocolo V, cujos textos traduzidos para o português se encaminham em anexo ao referido projeto.

Respeitosamente – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto.**

CONVENÇÃO SOBRE PROIBIÇÕES OU RESTRIÇÕES AO EMPREGO DE CERTAS ARMAS

CONVENCIONAIS QUE PODEM SER CONSIDERADAS COMO EXCESSIVAMENTE

LESIVAS OU GERADORAS DE EFEITOS INDISCRIMINADOS

EMENDA AO ARTIGO 1º DA CONVENÇÃO (21-12-01)

PROTOCOLO SOBRE RESTOS EXPLOSIVOS DE GUERRA (28-11-03)

Emenda ao Artigo 1º da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados

Por ocasião de sua Segunda Conferência de Revisão, realizada de 11 a 21 de dezembro de 2001, os Estados-Partes da Convenção decidiram modificar como segue o artigo 1º da mesma, com o objetivo de estender o âmbito de sua aplicação aos conflitos armados não-internacionais. Esta decisão figura na Declaração Final da Segunda Conferência de Revisão, tal como reproduzida no documento CCW/ CONF. II/ 2.

“Decidem emendar o artigo 1º da Convenção, que passa a ser lido como segue:

Esta Convenção e seus Protocolos anexos se aplicam nas situações referidas no artigo 2º das Convenções de Genebra sobre Proteção de Vítimas de Guerra, de 12 de agosto de 1949, incluindo toda situação descrita no parágrafo 4º do artigo 1º do Protocolo Adicional I dessas Convenções.

Esta Convenção e seus Protocolos anexos se aplicam também, além das situações mencionadas no parágrafo 1º do presente artigo, às situações referidas no artigo 3º das Convenções de Genebra sobre Proteção de Vítimas de Guerra, de 12 de agosto de 1949. A presente Convenção e seus Protocolos anexos não se aplicam a situações internas de tensão e desordem, como rebeliões, atos isolados e esporádicos de violência e outros atos de caráter similar que não sejam conflitos armados.

No caso de conflitos armados que não apresentem caráter internacional e que ocorram no território de uma das Altas Partes Contratantes, cada parte do conflito deverá aplicar as proibições e restrições previstas na presente Convenção e Protocolos anexos.

Nenhuma disposição da presente Convenção ou dos Protocolos anexos será evocada com o fim de atentar contra a soberania de um Estado ou contra a responsabilidade do Governo de, através dos meios legítimos, manter e restabelecer o estado de direito e a ordem no Estado ou defender sua unidade nacional e integridade territorial.

Nenhuma disposição da presente Convenção e dos seus Protocolos anexos será evocada como justificativa para intervenção, direta ou indireta, por qualquer razão, em um conflito armado ou em assuntos internos ou externos da Alta Parte Contratante em cujo território o conflito se produzir.

A aplicação das disposições da presente Convenção e de seus Protocolos anexos a partes de um conflito que não sejam Altas Partes Contratantes que tenham aceitado a Convenção ou seus Protocolos anexos não altera, explícita ou implicitamente, seu status jurídico ou o de um território contestado.

As disposições dos parágrafos 2 a 6 deste artigo não devem prejudicar Protocolos adicionais adotados após 1o de janeiro de 2002, os quais poderão retomar, excluir ou modificar o escopo de suas disposições em relação ao designado neste artigo.

CONVENÇÃO SOBRE PROIBIÇÕES OU RESTRIÇÕES AO EMPREGO DE CERTAS ARMAS

CONVENCIONAIS QUE PODEM SER CONSIDERADAS COMO EXCESSIVAMENTE

LESIVAS OU GERADORAS DE EFEITOS INDISCRIMINADOS

PROTOCOLO SOBRE RESTOS EXPLOSIVOS DE GUERRA

(Protocolo V da Convenção de 1980)

Adotado em 28 novembro 2003

As Altas Partes Contratantes,

Reconhecendo os sérios problemas humanitários pós-conflito causados por restos explosivos de guerra,

Conscientes da necessidade de concluir um Protocolo de medidas corretivas pós-conflito de natureza genérica, visando minimizar os riscos e efeitos dos restos explosivos de guerra,

E dispostas a adotar medidas preventivas de caráter genérico, por meio de melhores práticas voluntárias especificadas em um Anexo Técnico para aprimorar a confiabilidade das munições, minimizando assim a ocorrência de restos explosivos de guerra;

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1

Disposição Geral e Escopo de Aplicação

1. Em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com as normas do direito internacional sobre conflitos armados a elas aplicáveis, as Altas Partes Contratantes concordam em cumprir com as obrigações estipuladas neste Protocolo, tanto individualmente como em cooperação com outras Partes Contratantes, para mitigar os riscos e efeitos de restos explosivos de guerra em situações de pós-conflito.

2. Este Protocolo se aplicará aos restos explosivos de guerra no território terrestre das Altas Partes Contratantes, incluídas as águas interiores.

3. Este Protocolo se aplicará a situações resultantes de conflitos aos quais se referem os parágrafos de 1 a 6 do Artigo 1 da Convenção, conforme a emenda de 21 de dezembro de 2001.

4. Os Artigos 3, 4, 5 e 8 deste Protocolo se aplicam aos restos explosivos de guerra que não sejam os restos explosivos de guerra definidos no parágrafo 5 do Artigo 2 deste Protocolo.

ARTIGO 2

Definições para o propósito deste Protocolo

1. Munições Explosivas significam munições convencionais contendo explosivos, com a exceção de minas, armadilhas e outros dispositivos tais como definidos no Protocolo II desta Convenção, conforme as emendas de 3 de maio de 1996.

2. Munições não Explodidas significam munições explosivas que foram escorvadas, espoletadas, armadas, ou de outra forma preparadas para uso e usadas em um conflito armado. Podem ter sido disparadas, jogadas, lançadas ou arremessadas e deveriam ter explodido, mas falharam e não explodiram.

3. Munições Explosivas Abandonadas significam munições explosivas que não tenham sido utilizadas durante um conflito armado, que tenham sido abandonadas ou descartadas por uma das partes em um conflito armado e que não estejam mais sob o controle da parte que as abandonou ou descartou. Munições explosivas abandonadas podem ou não ter sido escorvadas, espoletadas, armadas, ou de outra forma preparadas para uso.

4. Restos Explosivos de Guerra significam munições não explodidas e munições explosivas abandonadas.

5. Restos Explosivos de Guerra Existentes significam munições não explodidas e munições explosivas abandonadas existentes antes da entrada em vigor deste Protocolo para as Altas Partes Contratantes em cujo território se encontrem.

ARTIGO 3

Limpeza, remoção ou destruição de restos explosivos de guerra

1. Cada Alta Parte Contratante e parte em um conflito armado deverá cumprir com as responsabilidades estabelecidas neste Artigo, com respeito a restos explosivos de guerra em território sob seu controle. Nos casos em que um usuário de munição explosiva que tenha se tornado um resto explosivo de guerra não exercer controle do território, o usuário deverá, após a cessação das ações de hostilidades, providenciar, quando for possível, entre outras coisas, assistência técnica, financeira, material ou de recursos humanos, bilateralmente, ou por meio de terceiros mutuamente acordados, inclusive, entre outros, por meio do sistema das Nações Unidas ou outras organizações relevantes, para facilitar a sinalização e limpeza, remoção ou destruição de tais restos explosivos de guerra.

2. Após a cessação das hostilidades ativas e tão logo seja possível, cada Alta Parte Contratante e parte em um conflito armado deverá sinalizar e limpar, remover ou destruir os restos explosivos de guerra em territórios afetados sob seu controle. Será conferida prioridade para limpeza, remoção ou destruição em áreas afetadas por restos explosivos de guerra que apresentem grave risco humanitário, conforme o parágrafo 3 deste artigo.

3. Após a cessação das hostilidades ativas e tão logo seja possível, cada Alta Parte Contratante e parte em um conflito armado deverá adotar as seguintes providências nos territórios afetados sob seu controle, de forma a reduzir os riscos apresentados por restos explosivos de guerra:

- inspecionar e avaliar a ameaça apresentada por restos explosivos de guerra;

- avaliar e priorizar a necessidade e a praticabilidade em termos de sinalização e limpeza, remoção ou destruição;

- sinalizar e limpar, remover ou destruir restos explosivos de guerra;

- tomar providências para mobilizar os recursos necessários para executar tais atividades.

4. Ao conduzir as atividades acima indicadas, as Altas Partes Contratantes e partes em um conflito armado deverão levar em consideração padrões internacionais, incluindo os Padrões Internacionais de Combate a Minas (“International Mine Action Standards”).

5. As Altas Partes Contratantes cooperarão, quando for apropriado, tanto entre si mesmas como com outros Estados, organizações internacionais e regionais e organizações não-governamentais apropriadas,

no fornecimento de, entre outras coisas, assistência técnica, financeira, material e de recursos humanos, incluindo, nas circunstâncias adequadas, na realização de operações conjuntas necessárias para cumprir com o disposto neste Artigo.

ARTIGO 4

Registro, manutenção e transmissão de informações

1. As Altas Partes Contratantes e partes em um conflito armado deverão, da maneira mais abrangente e tanto quanto for praticável, registrar e manter informações sobre o uso ou abandono de munições explosivas, de modo a facilitar a rápida sinalização e limpeza, remoção ou destruição dos restos explosivos de guerra, o esclarecimento sobre os riscos e o fornecimento de informações relevantes para a parte que exerça o controle do território e para as populações civis naquele território.

2. As Altas Partes Contratantes e partes em um conflito armado que tenham usado ou abandonado munições explosivas que possam ter se tornado restos explosivos de guerra deverão, sem demora, logo após a cessação das hostilidades e tanto quanto for possível, sujeito aos legítimos interesses de segurança destas partes, colocar tais informações à disposição da parte ou das partes que exerçam o controle da área afetada, bilateralmente ou por meio de terceiros mutuamente acordados, incluindo, entre outros, as Nações Unidas ou, por solicitação, a disposição de outros organismos apropriados que satisfaçam a parte que fornecer as informações, de que se encarregam ou irão encarregar-se do esclarecimento sobre os riscos, da sinalização e limpeza, remoção ou destruição de restos explosivos de guerra na área afetada.

3. Ao registrar, manter e transmitir tais informações, as Altas Partes Contratantes deverão levar em consideração a Parte 1 do Anexo Técnico.

ARTIGO 5

Outras precauções para a proteção da população civil, pessoas e bens civis contra os riscos e efeitos de restos explosivos de guerra

1. As altas Partes Contratantes e partes envolvidas em um conflito armado deverão tomar todas as precauções factíveis no território sob seu controle afetado por restos explosivos de guerra, de forma a proteger a população civil, pessoas e bens civis contra os riscos e efeitos de restos explosivos de guerra. Precauções factíveis são aquelas precauções que são viáveis ou possíveis em termos práticos, levando-se em conta todas as circunstâncias que prevalecerem na ocasião, incluindo considerações de ordem humanitária e mi-

litar. Estas precauções poderão incluir advertências, esclarecimento das populações civis sobre os riscos, sinalizações, instalação de cercas e monitoramento do território afetado por restos explosivos de guerra, conforme estipulado na Parte 2 do Anexo Técnico.

ARTIGO 6

Providências para a proteção de missões e organizações humanitárias contra os efeitos de restos explosivos de guerra

Cada Alta Parte Contratante e parte envolvida em um conflito armado deverá:

a) Proteger contra os restos explosivos de guerra, da melhor forma possível, as missões e organizações humanitárias que estejam operando ou que venham a operar em área sob controle da Alta Parte Contratante ou parte envolvida em um conflito armado, e com o consentimento daquela parte.

b) Por solicitação de tais missões ou organizações humanitárias, fornecer, da melhor forma possível, informações sobre a localização de todos os restos explosivos de guerra que sejam de seu conhecimento no território onde as missões ou organizações humanitárias solicitantes estejam ou estarão operando.

2. As disposições deste Artigo se aplicam sem prejuízo do Direito Internacional Humanitário vigente ou outros instrumentos internacionais aplicáveis ou decisões emanadas do Conselho de Segurança das Nações Unidas que prevejam um nível mais elevado de proteção.

ARTIGO 7

Assistência com respeito aos restos explosivos de guerra existentes

1. Cada Alta Parte Contratante tem o direito de buscar e receber assistência, quando for apropriado, de outras Altas Partes Contratantes, de Estados que não sejam partes do presente Protocolo e de organizações e instituições internacionais pertinentes que lidem com os problemas decorrentes de restos explosivos de guerra existentes.

2. Cada Alta Parte Contratante que esteja em condições de fazê-lo deverá fornecer assistência para tratar de problemas decorrentes de restos explosivos de guerra existentes, conforme seja necessário e possível. Ao prestar essa assistência, as Altas Partes Contratantes também deverão levar em consideração os objetivos humanitários desse Protocolo, bem como padrões internacionais, incluindo os Padrões Internacionais de Ação Contra as Minas.

ARTIGO 8

Cooperação e assistência

1. Cada Alta Parte Contratante que esteja em condições de fazê-lo deverá fornecer assistência para a sinalização e limpeza, remoção ou destruição de tais restos explosivos de guerra, e para o esclarecimento sobre riscos para a população civil e atividades correlatas, particularmente por meio do sistema das Nações Unidas, de outras organizações ou instituições internacionais, regionais ou nacionais adequadas, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, das sociedades nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e sua Federação Internacional, de organizações não-governamentais, ou em bases bilaterais.

2. Cada Alta Parte Contratante que esteja em condições de fazê-lo deverá fornecer assistência para o atendimento e a reabilitação e a reintegração social e econômica das vítimas de restos explosivos de guerra. Essa assistência poderá ser prestada, entre outros, por meio do sistema das Nações Unidas, de outras organizações ou instituições internacionais, regionais ou nacionais adequadas, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, das sociedades nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e sua Federação Internacional, organizações não-governamentais, ou em bases bilaterais.

3. Cada Alta Parte Contratante que esteja em condições de fazê-lo deverá contribuir para fundos de crédito dentro do sistema das Nações Unidas, assim como para outros fundos de crédito apropriados, para facilitar o fornecimento de assistência dentro do escopo desse Protocolo.

4. Cada Alta Parte Contratante deverá ter o direito de participar, do modo mais completo possível, do intercâmbio de equipamentos, materiais e informações científicas e tecnológicas, com exceção de tecnologias relacionadas a armamentos, que sejam necessárias para a implementação desse Protocolo. As Altas Partes Contratantes se comprometem a facilitar tais intercâmbios de acordo com a legislação nacional e não imporão restrições indevidas ao fornecimento de equipamentos de remoção de restos explosivos de guerra e nem de informações tecnológicas relacionadas com fins humanitários.

5. Cada Alta Parte Contratante se compromete a fornecer informações para as bases de dados relevantes de ação contra as minas estabelecidas dentro do sistema das Nações Unidas, especialmente informações a respeito dos vários meios e tecnologias para a remoção de restos explosivos de guerra, listas de especialistas, agências especializadas, ou pontos de contato nacionais para a remoção de

restos explosivos de guerra e, de forma voluntária, informações técnicas sobre os tipos de munições explosivas pertinentes.

6. As Altas Partes Contratantes podem apresentar solicitações de assistência, apoiadas por informações pertinentes, às Nações Unidas, a outros organismos apropriados, ou a outros Estados. Estas solicitações podem ser apresentadas ao Secretário-Geral das Nações Unidas, que as transmitirá a todas as Altas Partes Contratantes e aos organismos internacionais e organizações não-governamentais pertinentes.

7. No caso de solicitações feitas às Nações Unidas, o Secretário-Geral das Nações Unidas, dentro dos recursos de que disponha, poderá tomar as medidas cabíveis para avaliar a situação e, em cooperação com a Alta Parte Contratante solicitante e outras Altas Partes Contratantes com responsabilidade tal como estabelecida no Artigo 3 acima, recomendar as providências cabíveis para a assistência. O Secretário-Geral pode também se reportar às Altas Partes Contratantes sobre estas avaliações, assim como sobre o tipo e o alcance da assistência solicitada, incluindo possíveis contribuições oriundas dos fundos de crédito estabelecidos dentro do sistema das Nações Unidas.

ARTIGO 9

Medidas Gerais Preventivas

1. Tendo em vista as diferentes situações e capacidades, cada Alta Parte Contratante é encorajada a tomar medidas genéricas preventivas visando reduzir a ocorrência de restos explosivos de guerra, incluindo, mas não limitados a isso, os casos referidos na parte 3 do Anexo Técnico.

2. Cada Alta Parte Contratante poderá, de forma voluntária, realizar intercâmbio de informações relacionadas aos esforços para promover e estabelecer melhores práticas, com respeito ao parágrafo 1 deste Artigo.

ARTIGO 10

Consultas das Altas Partes Contratantes

1. As Altas Partes Contratantes se comprometem a se consultarem e cooperarem mutuamente sobre todas as questões relacionadas à implementação deste Protocolo. Para este fim, uma Conferência das Altas Partes Contratantes deverá ser realizada conforme seja do acordo da maioria, maioria essa de não menos que dezoito Altas Partes Contratantes.

2. O trabalho das Conferências das Altas Partes Contratantes deverá incluir:

a) revisão do status e da operação deste Protocolo;

b) considerações sobre assuntos pertinentes à implementação nacional deste Protocolo, incluindo emissão de relatórios e suas atualizações em bases anuais;

c) preparação de conferências de revisão.

3. Os custos das Conferências das Altas Partes Contratantes deverão ser arcados pelas Altas Partes Contratantes e Estados não parte que participem da Conferência, de acordo com a escala de avaliações das Nações Unidas devidamente ajustada.

ARTIGO 11

Cumprimento

1. Cada Alta Parte Contratante deverá determinar que suas forças armadas e agências ou departamentos pertinentes emitam instruções e procedimentos operacionais apropriados, e que seu pessoal receba treinamento consistente com as estipulações pertinentes deste Protocolo.

2. As Altas Partes Contratantes se comprometem a se consultarem e cooperarem mutuamente, bilateralmente, por meio do Secretário-Geral das Nações Unidas, ou por meio de outros procedimentos internacionais apropriados, para resolver quaisquer problemas que possam surgir em relação à interpretação e aplicação das estipulações desse Protocolo.

ANEXO TÉCNICO

Este Anexo Técnico contém melhores práticas sugeridas para atingir os objetivos contidos nos Artigos 4, 5 e 9 deste Protocolo. Este Anexo Técnico será implementado pelas Altas Partes Contratantes de forma voluntária.

1. Registro, arquivamento e liberação de informação para Munição Não Explodida (MNE) e Munição Explosiva Abandonada (MEA)

a) Registro de informações: Com referência a munição explosiva que possa se tornar uma MNE, um Estado deverá se empenhar para registrar as seguintes informações com a maior precisão possível:

i) a localização das áreas que tenham sido alvo de munições explosivas;

ii) o número aproximado de munições explosivas usadas nas áreas citadas em (i)

iii) o tipo e a natureza das munições explosivas usadas nas áreas citadas em (i)

iv) a localização geral de MNE conhecida e provável

Nos casos em que um Estado tenha sido obrigado a abandonar munições explosivas durante as operações bélicas, o mesmo deverá se esforçar para deixar a MEA de uma forma segura e registrar informações sobre esses armamentos, da seguinte forma:

V) A localização da MEA;

VI) A quantidade aproximada de MEA em cada local específico;

VII) Os tipos de MEA em cada local específico.

b) Arquivamento de Informações: nos casos em que um Estado tiver realizado registros em conformidade com o parágrafo a), estes deverão ser arquivados de modo a permitir a busca e subsequente liberação, em conformidade com o parágrafo c).

c) Liberação de Informações: as informações registradas e arquivadas por um Estado de acordo com os parágrafos a) e b) deverão, levando-se em conta os interesses de segurança e outras obrigações do Estado que fornece as informações, ser liberadas de acordo com as seguintes disposições:

Conteúdo:

Sobre MNE, a informação liberada deverá conter detalhes sobre:

1) a localização geral de MNE conhecida e provável;

2) os tipos e número aproximado de munições explosivas usadas nas áreas alvejadas;

3) o método para identificação de uma munição explosiva, incluindo cor, tamanho, formato e outros sinais relevantes;

4) o método para a eliminação segura das munições explosivas.

Sobre a MEA a informação liberada deverá conter detalhes sobre:

5) a localização da MEA;

6) o número aproximado de MEA em cada local específico;

7) os tipos de MEA em cada local específico;

8) o método para identificação de uma munição explosiva, incluindo cor, tamanho e formato

9) informações sobre tipos e métodos de acondicionamento de MEA;

10) estado de prontidão;

11) a localização e natureza de quaisquer armadilhas conhecidas que estejam presentes na área da MEA.

ii) Destinatário: as informações deverão ser liberadas para a parte ou partes que estiverem no controle do território afetado e para aquelas pessoas ou instituições as quais o Estado que libera as informações está convencido de que estão ou estarão envolvidas com o limpeza de MNE ou MEA na área afetada, no esclarecimento da população civil sobre os riscos de MNE ou MEA.

iii) Mecanismo: um Estado deverá, quando possível, fazer uso daqueles mecanismos estabelecidos internacional ou regionalmente para a liberação de informações, tais como através do UNMAS (Serviço das Nações Unidas para Ação contra as Minas), IMSMA (Sistema de Gerenciamento de Informações sobre Ação contra as Minas) e outras agências especializadas, que tal Estado considere adequado.

iv) Momento da liberação: as informações deverão ser liberadas tão logo seja possível, levando-se em consideração assuntos tais como operações militares ou humanitárias que estejam sendo realizadas nas áreas afetadas, a disponibilidade e confiabilidade das informações e questões de segurança pertinentes.

2. Avisos, esclarecimento sobre riscos, sinalização, isolamento e monitoração
Palavras Chave:

a) Avisos significam o fornecimento pontual de informações de cautela para a população civil, com a intenção de minimizar os riscos causados por restos explosivos de guerra em territórios afetados.

b) Esclarecimentos sobre riscos para a população civil devem ser constituídos por programas de educação sobre risco para facilitar a troca de informações entre as comunidades afetadas, autoridades governamentais e organismos humanitários, de tal forma que as comunidades afetadas possam ser informadas sobre a ameaça de restos explosivos de guerra. Programas de educação sobre riscos são, geralmente, uma atividade de longo prazo. Elementos de melhores práticas de avisos e educação sobre riscos

c) Todos os programas de avisos e educação sobre riscos deverão, sempre que possível, levar em conta os padrões nacionais e internacionais em vigor, incluindo os Padrões Internacionais de Ação contra as Minas.

d) Avisos e educação sobre riscos deverão ser fornecidos para a população civil afetada, o que inclui civis vivendo nas áreas

que contém restos explosivos de guerra ou em torno delas, assim como civis em trânsito por tais áreas.

e) Os avisos deverão ser dados, tão logo seja possível, dependendo do contexto e das informações disponíveis. Um programa de educação sobre riscos deverá substituir um programa de avisos tão logo seja possível. Avisos e educação sobre riscos deverão ser fornecidos para as comunidades afetadas o mais cedo possível.

f) As partes envolvidas em um conflito deverão utilizar-se de terceiros, tais como organizações internacionais e organizações não-governamentais, quando não possuírem recursos e conhecimentos necessários para aplicar um programa eficiente de educação sobre riscos.

g) As partes envolvidas em um conflito deverão fornecer, se possível, recursos adicionais para avisos e programa de educação sobre riscos. Tais itens podem incluir: fornecimento de apoio logístico, produção de materiais didáticos sobre o assunto, apoio financeiro e informações cartográficas gerais.

Sinalização, isolamento e monitoração de restos explosivos de guerra

h) Quando possível, a qualquer momento durante ou após um conflito, onde existirem restos explosivos de guerra, as partes envolvidas em um conflito deverão, o mais brevemente possível e da forma mais abrangente possível, assegurar-se que as áreas contendo restos explosivos de guerra estejam sinalizadas, isoladas e monitoradas de forma a assegurar a exclusão eficiente de civis, de acordo com as seguintes disposições.

i) Sinais de aviso baseados nos métodos de sinalização reconhecidos pela comunidade afetada deverão ser utilizados na sinalização de áreas de risco suspeitas. Os sinais e outras marcas sinalizadoras dos limites da área de risco deverão, tanto quanto possível, ser visíveis, legíveis, duráveis e resistentes aos efeitos do ambiente, e deverão identificar claramente qual dos lados da linha divisória é considerado como estando dentro de uma área afetada por restos explosivos de guerra e qual lado é considerado seguro.

j) Deverá ser estabelecida uma estrutura apropriada, responsável pelo monitoramento e pela manutenção de sistemas de sinalização permanentes e temporários, integrada aos

programas nacionais e locais de educação sobre riscos.

3. Medidas preventivas genéricas

Ao produzir ou adquirir munições explosivas, os Estados deverão, da forma mais abrangente e apropriada possível, aplicar esforços para assegurar-se que as seguintes medidas serão implementadas e respeitadas durante o ciclo de vida de munições explosivas.

a) Gestão da Fabricação de Munições

i) Os processos de produção deverão ser projetados com vistas a atingir maior confiabilidade das munições.

ii) Os processos de produção deverão estar sujeitos a medidas certificadas de controle de qualidade.

iii) Durante a produção de munições explosivas, deverão ser aplicados padrões certificados e internacionalmente reconhecidos de garantias de qualidade.

IV) Testes de aceitação deverão ser realizados por meio de provas de fogo real em diversas condições ou por meio de outros processos validados.

V) Padrões de alta confiabilidade deverão ser exigidos em transações ou transferências de munições explosivas.

b) Gestão de munições

De forma a assegurar o melhor grau possível de confiabilidade de longo prazo para as munições explosivas, os Estados são instados a aplicar as normas de melhores práticas e procedimentos operacionais relacionados à sua armazenagem, transporte, armazenagem em campo e manuseio de acordo com as seguintes orientações.

i) Munições explosivas, quando for necessário, deverão ser armazenadas em instalações seguras ou recipientes apropriados que possam proteger as munições explosivas e seus componentes em uma atmosfera controlada, se necessário.

ii) Um Estado deverá transportar munições explosivas entre as instalações de produção e instalações de armazenagem e o campo de maneira a minimizar os danos às munições explosivas.

iii) Um Estado deverá se utilizar de recipientes adequados e ambientes controlados, quando for necessário, ao estocar e transportar munições explosivas.

IV) O risco de explosões em paíóis deverá ser minimizado com o uso de arranjos adequados de estocagem.

V) Os Estados deverão aplicar procedimentos adequados para a catalogação, rastreamento e testes, que devem incluir informações sobre a data de fabricação de cada número, lote ou grupo de munições explosivas, e informações sobre os lugares onde as munições explosivas têm estado, as condições em que foram armazenadas e a quais fatores ambientais estiveram expostas.

VI) As munições explosivas armazenadas deverão, quando for apropriado, passar periodicamente por testes de fogo real para se assegurar de que as armas e munições funcionam conforme o desejado.

VII) Sub-montagens de munições explosivas armazenadas deverão, quando for apropriado, passar por testes de laboratório para se assegurar de que as armas e munições funcionam conforme o desejado.

VIII) Quando for necessário, medidas apropriadas deverão ser tomadas como resultado das informações adquiridas com as atividades de registro, rastreamento e testes, incluindo ajustes à vida útil esperada dos armamentos, de forma a manter a confiabilidade das munições explosivas estocadas.

c) Treinamento

O treinamento adequado de todo pessoal envolvido no manuseio, transporte e uso de munições explosivas é fator importante na busca por assegurar a confiabilidade das operações conforme o pretendido. Os Estados deverão, portanto, adotar e manter programas de treinamento adequados para assegurar-se de que o pessoal seja adequadamente treinado com respeito às munições com as quais terão que lidar.

d) Transferência

Um Estado que planeje transferir munição explosiva para outro Estado que já não seja possuidor daquele tipo de munição explosiva deverá envidar esforços no sentido de assegurar que o Estado que vai receber aquele tipo de munição explosiva tenha a capacidade para estocar, manter e usar aqueles explosivos corretamente.

e) Produção Futura

Um Estado deverá examinar as formas e meios para aperfeiçoar a confiabilidade das munições explosivas que pretende produzir ou adquirir, com vistas a obter a maior confiabilidade possível.

MENSAGEM Nº 671, DE 2009

(Do Poder Executivo)

Aviso nº 603/2009 – C. Civil

Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita, assinado em Riade, em 16 de maio de 2009.

Despacho: Às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD.)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita, assinado em Riade, em 16 de maio de 2009.

Brasília, 25 de agosto de 2009.

EM Nº 276 MRE – OM II/DAI/PAIN-BRAS-ARAB

Brasília, 23 de julho de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem que encaminha à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita, assinado em Riade em 16 de maio de 2009, quando da visita de Vossa Excelência ao Reino saudita. O mencionado Acordo substitui o Acordo de Cooperação Econômica e Técnica entre o Governo do Reino da Arábia Saudita e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em 1975, ampliando notadamente o seu conteúdo.

2. As negociações tiveram início em setembro de 2000, por ocasião de visita oficial ao Brasil do então Príncipe Herdeiro Abdullah bin Abdul Aziz al Saud, que propôs a atualização do instrumento jurídico de forma a estimular a cooperação entre o Brasil e a Arábia Saudita.

3. O Acordo celebrado com o Governo do Reino da Arábia Saudita visa a promover e apoiar a cooperação entre os dois Estados nos campos econômico, comercial, de investimentos, industrial, educacional,

científico, técnico, da informação, do turismo, da juventude, desportivo, ambiental, hídrico, elétrico e sistemas de infraestrutura. O referido Acordo, entre outras medidas, facilita os investimentos recíprocos de cidadãos e companhias em diversos campos, disposição importante em se tratando da Arábia Saudita, país que dispõe de vultosos recursos para aplicação no exterior. Trata-se, ademais, de instrumento que incentiva o estabelecimento de “joint ventures” entre empresas brasileiras sauditas. A celebração do Acordo oferece, ainda, cooperação para o desenvolvimento da infraestrutura nas áreas de ferrovias, transportes, aviação, construção de estradas, telecomunicações, energia e tratamento de lixo.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO REINO DA ARÁBIA SAUDITA

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo do Reino da Arábia Saudita (doravante denominados “Partes Contratantes”)

Animados pelo desejo de aumentar as relações de amizade entre os dois países e de fortalecer os laços históricos entre seus nacionais;

Desejosos de promover e apoiar a cooperação entre os dois países nos campos econômico, comercial, de investimentos, industrial, educacional, científico, técnico, da informação, do turismo, da juventude, desportivo, ambiental, hídrico, elétrico, e sistemas de infraestrutura;

Reconhecendo os benefícios que podem derivar do fortalecimento dessa cooperação, de acordo com a legislação vigente em ambos os países,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

As Partes Contratantes deverão estimular a cooperação econômica, comercial, de investimentos, financeira, industrial e técnica entre os dois países e seus nacionais, incluindo pessoas físicas ou jurídicas. Essa cooperação deve abranger, entre outros, o seguinte:

cooperação em todos os campos econômicos, incluindo projetos industriais, petrolíferos, gasíferos, de mineração, petroquímicos, agrícolas, pecuários, de transportes, turismo e sanitários;

intercâmbio de conhecimentos e especialização técnica necessários para programas de cooperação específicos.

ARTIGO 2

1. As Partes Contratantes deverão estimular a expansão e a diversificação de suas relações comerciais, incluindo o intercâmbio de bens e serviços. Com essa finalidade, e no marco do sistema internacional de comércio, deverão aplicar ao seu comércio recíproco a cláusula da nação mais favorecida (NMF). A cláusula NMF não abrange os privilégios concedidos por qualquer uma das Partes Contratantes aos cidadãos ou empresas de terceiros Estados, como resultado do estabelecimento de uma zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e de privilégios concedidos a países menos desenvolvidos ou qualquer outra forma de cooperação econômica regional de forma consentânea com as regras da Organização Mundial do Comércio.

2. As Partes Contratantes deverão incentivar a participação em exposições comerciais realizadas em ambos os países, oferecendo a elas as facilidades necessárias.

ARTIGO 3

1. As Partes Contratantes deverão estimular e facilitar os investimentos recíprocos de seus cidadãos e de suas companhias em todos os campos, exceto aqueles vedados por suas legislações nacionais.

2. As Partes Contratantes deverão incentivar o estabelecimento de “joint ventures” de acordo com as leis de investimento e as legislações vigentes em ambos os países.

3. As Partes Contratantes deverão estimular a constituição de um Conselho Empresarial Bilateral para promover ações e iniciativas nas áreas de comércio, investimentos, serviços, cooperação industrial e turismo.

ARTIGO 4

1. As Partes Contratantes estimularão a cooperação científica e técnica em recursos hídricos. Essa cooperação deverá incluir, entre outras, o intercâmbio de informações, ciência e tecnologia ligadas às seguintes áreas:

a) gerenciamento e avaliação de fontes subterrâneas de água;

b) tratamento e reutilização de esgotos e avaliação de seu impacto sobre o meio ambiente.

2. As Partes Contratantes estimularão os investimentos, a cooperação técnica e de engenharia nos campos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e o intercâmbio de experiências técnicas, informação, ciência e tecnologia relacionadas ao tema. Essa cooperação incluirá, entre outras, geren-

ciamento de carga, conservação e uso de diferentes fontes de energia elétrica, assim como a interconexão entre redes elétricas.

ARTIGO 5

As Partes Contratantes promoverão a(o):

a) cooperação nos campos da educação, pesquisa científica, ciência e tecnologia, por meio da troca de informações nas áreas de interesse comum, visitas de autoridades, pesquisadores, peritos e técnicos, treinamento de pesquisadores e auxiliares técnicos e participação em conferências e congressos científicos;

b) cooperação nos campos do desporto e da juventude por meio de programas de intercâmbio entre associações e grupos nacionais de juventude e desporto, bem como da troca de visitas e experiências entre as autoridades responsáveis pelos temas de esporte e juventude;

c) cooperação nos setores de mídia, televisão, rádio e publicações, por meio da troca de visitas e experiências entre as organizações de comunicação públicas e privadas com o objetivo de aperfeiçoar programas e tecnologias e intercambiar material de comunicação;

d) desenvolvimento do turismo por meio do intercâmbio de informações e promoção do turismo, individual ou em grupos, entre seus nacionais.

ARTIGO 6

As Partes Contratantes estimularão a cooperação para o desenvolvimento da infraestrutura, entre outras, nas seguintes áreas:

- a)** ferrovias;
- b)** transportes;
- c)** aviação;
- d)** construção de estradas;
- e)** telecomunicações;
- f)** energia; e
- g)** tratamento e reciclagem de lixo.

ARTIGO 7

A cooperação econômica, industrial, financeira, técnica e tecnológica deverá incluir, entre outras, as seguintes modalidades:

- a)** criação de "joint ventures", representações comerciais e filiais de empresas;
- b)** transferência de know-how e de tecnologia;
- c)** acordos de produção compartilhada, com a finalidade de maximizar a capacidade de utilização das fábricas, minimizar os custos de produção e aumentar a competitividade internacional;

d) construção, reabilitação, modernização, extensão e automação das fábricas e indústrias existentes;

e) "marketing", consultoria e outros serviços;

f) preparação de estudos de viabilidade;

g) troca de informações sobre educação técnico-profissional.

ARTIGO 8

As Partes Contratantes reconhecem a utilidade e a necessidade de aumentar a participação das pequenas e médias empresas nas relações econômicas bilaterais e promoverão, de acordo com as legislações de seus países, um ambiente de negócios adequado para esse fim.

ARTIGO 9

As Partes Contratantes incentivarão e facilitarão a troca de visitas tanto de representantes governamentais quanto de cidadãos, assim como a troca de visitas de delegações econômicas, comerciais, financeiras e técnicas, tanto do setor público quanto do privado, de conformidade com suas legislações nacionais.

ARTIGO 10

As Partes Contratantes concordam em organizar uma Comissão Mista que se reunirá, alternadamente, em ambos os países, em bases regulares, ou quando houver necessidade de consultas quanto às medidas e aos meios a serem adotados para a promoção, implementação e consolidação da cooperação em todos os campos tratados neste Acordo.

ARTIGO 11

As Partes Contratantes incentivarão a elaboração de Programas Executivos Comuns de Cooperação em qualquer das áreas abrangidas por este Acordo, assim como a conclusão de acordos em separado para áreas específicas de interesse mútuo, quando assim for necessário.

ARTIGO 12

Cada uma das Partes Contratantes assegurará que os documentos, informações ou qualquer outro dado obtido no âmbito da implementação deste Acordo não será repassado ou transmitido a terceiros sem o prévio consentimento, por escrito, da outra Parte Contratante.

ARTIGO 13

Este Acordo não deverá, em nenhuma hipótese, ser interpretado de forma a conflitar com qualquer compromisso e obrigação regional ou internacional de qualquer das Partes Contratantes, assim como com compromissos e obrigações resultantes de atual ou futura participação em qualquer acordo econômico regional ou internacional.

ARTIGO 14

1. Este Acordo entrará em vigor na data da última Nota, enviada pelos canais diplomáticos, que confirme o cumprimento por cada uma das Partes dos trâmites internos exigidos pelas respectivas legislações.

2. Este Acordo terá duração de cinco (5) anos, a partir de sua entrada em vigor, e será automaticamente renovado por períodos consecutivos de um (1) ano, a menos que uma das Partes Contratantes notifique a outra, por escrito, de sua intenção de denunciá-lo. O término deste Acordo terá lugar seis (6) meses após a data em que a notificação mencionada tenha sido recebida pela outra Parte Contratante.

3. Em caso de denúncia deste Acordo, suas disposições continuarão vigentes em relação aos programas, projetos, contratos ou compromissos que tenham sido concluídos em seu âmbito.

ARTIGO 15

Este Acordo substituirá o Acordo de Cooperação Econômica e Técnica entre o Governo do Reino da Arábia Saudita e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em 1975.

Feito em Riade, em 21/5/1430 AH, correspondendo a 16 de maio de 2009 AD, em duas cópias originais, cada uma em língua árabe, portuguesa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, a versão em inglês deverá prevalecer. – Pelo Governo da República Federativa do Brasil, **Celso Amorim**, Ministro das Relações Exteriores. – Pelo Governo do Reino da Arábia Saudita, **Saud Al Faisal**, Ministro de Assuntos Externos.

OF/GAB/I/Nº 878

Brasília, 31 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **PAULO TEIXEIRA – PT-SP** passa a integrar, na qualidade de **SUPLENTE**, a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 219, de 2003, que “regulamenta o inciso XXXIII do art. 5º, da Constituição Federal, dispondo sobre prestação de informações detidas pelos órgãos da Administração Pública” (fixa o prazo máximo de 15 ‘quinze’ dias úteis para prestação de informações), em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Henrique Alves**, Líder do BLOC.

Defiro. Publique-se.Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF/GAB/I/Nº 880

Brasília, 1 de setembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada **FÁTIMA PELAES** passa a integrar, na qualidade de **SUPLENTE**, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 488-A, de 2005, que “dá **nova redação ao art. 31** ^, **Emenda Constitucional nº 19, de 1998**”. (inclui os empregados do extinto Banco de Rorainieri cujo vínculo funcional tenha sido reconhecido, no quadro em extinção da Administração Federal, Altera a Constituição Federal de 1988), em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Defiro. Publique-se.Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 503-L-DEM/09

Brasília, 2 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **ALBERTO FRAGA** para integrar o quadro de Vice-Líderes da liderança do Democratas.

Respectivamente – Deputado **Ronaldo Caiado**.
Líder do Democratas.

Defiro. Publique-se.Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Of. nº /2009/PSDB

Brasília, 2 de setembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação para Líder Interino

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que, por motivos partidários, estarei ausente da Sessão da Câmara dos Deputados nesta data. Por esse motivo, indico o Deputado Duarte Nogueira para assumir interinamente as funções regimentais de Líder do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Respeitosamente – Deputado **José Aníbal**.
Líder do PSDB.

Publique-se.Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Of. nº 721/2009/PSDB

Brasília, 2 de setembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação para membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Eduardo Barbosa e Raimundo Gomes de Matos, como membros titulares, e o Deputado Otavio Leite, como membro suplente, para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 347/09, que altera a redação do inciso III do art. 208 da Constituição Federal.

Respeitosamente – Deputado **José Aníbal**, Líder do PSDB.

Publique-se.Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF.B/ 230 / 09.

Brasília, 1º de setembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a indicação dos parlamentares para integrarem a titularidade das Comissões Especiais abaixo relacionadas:

Prop.	Ementa	Titular
PL 4847/05	Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresarial".	João Dado-PDT
PEC 257/95	Dá nova redação ao inciso II do art. 37 da Constituição. Possibilita a investidura em cargo ou emprego público através de promoções efetuadas de acordo com os critérios dos respectivos planos de carreira dos servidores. Altera a Constituição Federal de 1988.	Ademir Camilo-PDT
PEC 343/09	Dá nova redação ao art. 21, caput, do ADCT. Garante ao juiz togado, de investidura limitada, direito a vitaliciedade, imovibilidade e irredutibilidade de subsídio. Altera a Constituição Federal de 1988.	Pompeo de Mattos-PDT
PEC 602/08	Altera os parágrafos do art. 143 da Constituição Federal. A lei dispora sobre a prestação de serviço civil obrigatório para os isentos e excedentes do serviço militar obrigatório ou dispensados de incorporação. Altera a Constituição Federal de 1988.	Ademir Camilo-PDT
PEC 347/09	Altera a redação do inciso III do art. 208 da Constituição Federal. Garante acesso à educação especializada para portadores de deficiência sem imposição de limite de faixa etária e nível de instrução, preferencialmente na rede regular de ensino. Altera a Constituição Federal de 1988.	Paulo Rubem Santiago-PDT
PEC 483/01	Altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Pantanal Mato-Grossense como patrimônio nacional. Alterando a Constituição Federal de 1988.	Dagoberto-PDT

Respeitosamente – Deputado **Márcio Franca** –
Líder do Bloco – PSB, PCdoB, PMN e PRB.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF.B/Nº 231/09

Brasília, 1º de setembro de 2009

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Severiano Alves (PDT – BA) para a vaga de titular Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 14-A, de 2007, do Sr. Alcení Guerra, que “acrescenta parágrafo ao art. 208 da Constituição Federal e dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 211”, em substituição ao Deputado Arnaldo Vianna (PDT – RJ).

Respeitosamente – Deputado **Márcio Franca** –
Líder do Bloco PSB, PCdoB, PMN e PRB.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Of. nº 300/09 – LPR

Brasília, 1º de setembro de 2009

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Indicação para membro de Comissão
Temporária.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Solicito especial deferência de V. Exª no sentido de indicar o Deputado Chico Abreu (PR – GO) para membro Titular e a Deputada Gorete Pereira (PR – CE) para membro Suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição PEC nº 347 de 2009, que “altera a redação do inciso III do art. 208 da Constituição Federal” (garante acesso à educação especializada para portadores de deficiência sem imposição de limite de faixa etária e nível de instrução, preferencialmente na rede regular de ensino).

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente – Deputado **Sandro Mabel** –
Líder do Partido da República.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Of. Nº 493

Brasília, 1º de setembro de 2009

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Indico o Deputado Jairo Carneiro (PP – BA) como Titular na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC em substituição ao Deputado João Leão (PP – BA).

Atenciosamente – Deputado **Mário Negromonte**,
Líder do PP.

Defiro. Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Of. Nº 494

Brasília, 1º de setembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Indico o Deputado Jairo Carneiro (PP-BA) como Suplente na Comissão de Educação e Cultura – CEC.

Atenciosamente – Deputado **Mário Negromonte**,
Líder do PP.

Defiro. Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 508

Brasília, 2 de setembro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Indico o Deputado Benedito de Lira (PP/AL) como Titular na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 190-A, de 2007, do Sr. Flávio Dino, que “acrescenta o artigo 93-A à Constituição Federal de 1988” (Estatuto dos Servidores do Judiciário).

Atenciosamente – Deputado **Mário Negromonte**,
Líder do PP.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 285/09 LIDPV

Brasília, 1º de setembro de 2009

Assunto: Substituição de Liderança

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que estarei ausente de Brasília nos dias 02 e 03 de setembro, quando estará respondendo por essa Liderança o vice-líder, Deputado Edson Duarte.

Colho o ensejo para reiterar meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF/LID/Nº 229/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Assunto: Indicação de membro para Comissão Especial

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, o Deputado Alexandre Silveira – PPS/MG, para ocupar a vaga de titular na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 133-A, de 2003, do Sr. Jaime Martins, que “altera os artigos 45 e 29 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário para cargos legislativos”.

Atenciosamente. – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF/LID/Nº 230/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor

Deputado Michel Temer

Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de membro para Comissão Especial

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, o Deputado Alexandre Silveira – PPS/MG, para ocupar a vaga de titular na Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 369-A, de 1996, do Poder Executivo, que “institui o serviço civil obrigatório”.

Atenciosamente. – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF/LID/Nº 231/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor

Deputado Michel Temer

Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de membro para Comissão Especial

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, o Deputado Alexandre Silveira – PPS/MG, para ocupar a vaga de titular na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 602-A, de 1998, do Senado Federal, que “altera os parágrafos do art. 143 da Constituição Federal.” (a Lei disporá sobre a prestação de serviço civil obrigatório para os isentos e excedentes do serviço militar obrigatório ou dispensados de incorporação).

Atenciosamente. – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF/LID/Nº 232/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor

Deputado Michel Temer

Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de membro para Comissão Especial

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, o Deputado Alexandre Silveira – PPS/MG, para ocupar a vaga de titular na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Mensagem nº 253/2008, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.

Atenciosamente – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF/LID/Nº 233/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de membro para Comissão Especial

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, o Deputado Arnaldo Jardim – PPS/SP, para ocupar a vaga de titular na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5.938, de 2009, do Poder Executivo, que “dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências”.

Atenciosamente – Deputado **Fernando Coruja**,
Líder do PPS.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF/LID/Nº 234/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de membro para Comissão Especial

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, o Deputado Dimas Ramalho – PPS/SP, para ocupar a vaga de titular na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5.939, de 2009, do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETRO-SAL, e dá outras providências”.

Atenciosamente – Deputado **Fernando Coruja**,
Líder do PPS.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF/LID/Nº 235/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de membro para Comissão Especial

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, o Deputado

do Arnaldo Jardim – PPS/SP, para ocupar a vaga de titular na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5.940, de 2009, do Poder Executivo, que “Cria o Fundo Social – FS, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**,
Líder do PPS.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF/LID/Nº 236/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de membro para Comissão Especial

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, o Deputado Nelson Proença – PPS/RS, para ocupar a vaga de titular na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5.941, de 2009, do Poder Executivo, que “Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição, e dá outras providências”.

Atenciosamente – Deputado **Fernando Coruja**,
Líder do PPS.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 142/2009

Brasília 2 de setembro de 2009

Ao Exmo. Sr.
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de Membro para Comissão Temporária – PL nº 5.940/2009 – Poder Executivo

Cumprimentando-o cordialmente, vimos pela presente indicar o nome dos Deputados Cleber Verde (PRB – MA) como titular, e do Deputado Léo Vivas (PRB – RJ), como suplente, para serem integrantes da Comissão Temporária – PL nº 5.940/2009 – Poder Executivo, que “cria a Fundo Social – FS, e dá outras providências”.

Na oportunidade, renovamos a nossa grande estima e elevada consideração.

Atenciosamente, – **Cleber Verde**, Deputado Federal, PRB-MA.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E DE CIDADANIA

OF. Nº 295 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 12 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei de nº 5.077-A/2005.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.**Publique-se.**Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 318 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.531-A/2000.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.**Publique-se.**Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 319 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por

este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 4.220-A/2001.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.**Publique-se.**Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 320 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 4.401-A/2001.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.**Publique-se.**Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 321 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 7.025-B/2002.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.**Publique-se.**Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 322 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.040-B/2004.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 323 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, dos Projetos de Lei nºs 3.984-A/2004 e 2.545/2003, apensado.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação dos referidos projetos e parecer a eles oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 324 - PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por

este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 5.252-B/2005.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 331 - PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.536-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 336 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 250-A/2003.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 338 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 2.871-A/2004.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 339 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 2.992-A/2004.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 340 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por

este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.300-A/2004.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 341 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.308-A/2004.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 342 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.687-B/2004.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 343 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.738-A/2004.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 345 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 5.310-A/2005.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 346 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por

este Órgão Técnico, nesta data, dos Projetos de Lei nºs 5.540-A/2005 e 5.777/2005, apensado.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação dos referidos projetos e parecer a eles oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 347 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 6.277-B/2005.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 348 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 7.022-A/2006.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 349 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 7.402-A/2006.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 350 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 7.428-B/2006.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

OF. Nº 351 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação

por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 79-A/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 352 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 677-B/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 353 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 764-A/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 354 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 769-A/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 355 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 6.327-A/2005.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 356 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação

por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 6.367-A/2005.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 360 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 1.677-A/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 380 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.176-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 381 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.216-B/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 382 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.313-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 383 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.373-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 384 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, dos Projetos de Lei nºs. 3.459-A/2008 e 3.582/2008, apensado.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação dos referidos projetos e parecer a eles oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 390 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.817-B/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 391 – PP/2009 – CCJC

Brasília, em 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.905-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 393 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 4.765-A/2009.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 344 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 5.091-A/2005.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente – Deputado **José Genoíno**, Presidente em exercício.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Ofício nº 212/2009 – P

Brasília, 19 de agosto de 2009.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Publicação do PL nº 5.050/2009.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a apre-

ciação do **Projeto de Lei nº 5.050/2009**, do Sr. Felipe Bornier, que “torna obrigatória a divulgação de tabela de preços dos seus serviços, pelas prestadoras de serviços de telefonia, de fornecimento de água, gás e energia elétrica, e dá outras providências”, para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente – Deputada **Ana Arraes**, Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Of. Pres. nº 258/09-CEC

Brasília, 19 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados
Edifício Principal

Assunto: Comunica apreciação de Proposição.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, que o **Projeto de Lei nº 3.700, de 2004**, foi apreciado, nesta data, por esta Comissão.

Atenciosamente – Deputada **Maria Do Rosário**, Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Comissão de Segurança Pública
e Combate ao Crime Organizado

Ofício nº 176/09 – Pres.

Brasília, 28 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião ordinária realizada em 19/8/09, preferiu parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.004/01, nos termos do parecer do Relator, Deputado Paes de Lira.

Respeitosamente – Deputado **Alexandre Silveira**, Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 398, DE 2009**
(Do Sr. Severiano Alves e Outros)

Inserir o Capítulo IV ao Título V da Constituição Federal referente à atividade de inteligência e seus mecanismos de controle.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Título V da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do Capítulo IV com a seguinte redação:

**CAPÍTULO IV
Da Inteligência**

**SEÇÃO I
Da Atividade de Inteligência**

Art. 144-A. A atividade de inteligência, que tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e da dignidade da pessoa humana, será exercida, por um sistema que integre os órgãos da Administração Pública direta e indireta dos entes federados.

§ 1º A lei regulará a atividade de inteligência e suas funções, bem como a organização e funcionamento do sistema brasileiro de inteligência e seus mecanismos de controle interno e externo.

§ 2º Os direitos, deveres e prerrogativas do pessoal de inteligência, inclusive no que concerne à preservação de sua identidade, o sigilo da atividade e seu caráter secreto são resguardados por esta Constituição, cabendo a lei específica dispor sobre esses assuntos.

Art. 144-B. A atividade de inteligência será desenvolvida, no que se refere aos limites de sua extensão e ao uso de técnicas e meios sigilosos, com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais e fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado.

Parágrafo único. A lei regulará o uso de meios e técnicas sigilosos pelos serviços secretos e os deveres e garantias do pessoal de inteligência no exercício de

suas funções, inclusive no que concerne ao recurso a meios e técnicas operacionais.

SEÇÃO II

Do Sistema Brasileiro de Inteligência

Art. 144-C. Para o efetivo exercício das ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao processo decisório em distintos níveis, a lei instituirá o Sistema Brasileiro de Inteligência, compostos pelos seguintes órgãos:

I – órgão central de inteligência, ao qual competirá o planejamento e a execução da atividade de inteligência estratégica e que coordenará as ações no sistema;

II – os serviços de inteligência militar;

III – os serviços de inteligência policial;

IV – os serviços de inteligência fiscal;

V – os serviços de inteligência financeira;

VI – outros órgãos e entidades da Administração Pública que, direta ou indiretamente, possam produzir conhecimentos de interesse das atividades de inteligência, em especial aqueles responsáveis pela defesa externa, segurança interna e relações exteriores.

§ 1º Os entes federados poderão constituir seus subsistemas de inteligência, os quais deverão estabelecer vínculos com o Sistema Brasileiro de Inteligência.

§ 2º O Sistema Brasileiro de Inteligência deverá operar de forma coordenada, em defesa do Estado e da sociedade, bem como dos direitos e garantias individuais, devendo seus membros estabelecerem mecanismos para o intercâmbio de informações, difusão do conhecimento produzido e iniciativas operacionais conjuntas em âmbito estratégico e tático.

SEÇÃO III

Do Controle da Atividade de Inteligência

Art. 144-D. O controle e a fiscalização da atividade de inteligência serão exercidos em âmbito interno e externo, na forma da lei.

Art. 144-E. O controle e a fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo Poder Legislativo, especialmente por meio de um órgão de controle externo composto por Deputados e Senadores, e com o auxílio do Conselho de Controle da Atividade de Inteligência, na forma da lei.

§ 1º O Conselho de Controle da Atividade de Inteligência, órgão auxiliar do controle externo do Poder

Legislativo, será composto por sete Conselheiros, escolhidos entre cidadãos brasileiros com notórios conhecimentos técnicos e experiência referentes ao controle finalístico da atividade de inteligência e indicados:

- I – dois pelo Senado Federal;
- II – dois pela Câmara dos Deputados;
- III – um pelo Presidente da República;
- IV – um pelo Conselho Nacional de Justiça;
- V – um pelo Conselho Nacional do Ministério

Público.

§ 2º Os Conselheiros terão mandato de cinco anos, admitida uma recondução, podendo ser destituídos apenas por decisão do Congresso Nacional, mediante proposta do órgão de controle externo ou de um quinto dos membros de cada Casa.

§ 3º A lei disporá sobre as atribuições e prerrogativas dos Conselheiros, estrutura e funcionamento do Conselho, bem como de sua organização e pessoal.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos dias atuais, diante das turbulências por que passa o mundo, sob ameaças tradicionais e as chamadas “novas ameaças”, é inquestionável a importância da atividade de inteligência no assessoramento ao processo decisório em diferentes níveis, particularmente nas altas esferas de governo. Também não há dúvida sobre a compatibilidade da atividade de inteligência com a democracia.

De fato, há um consenso internacional no sentido de que democracia nenhuma pode prescindir de serviços de inteligência eficientes e eficazes, que atuem de maneira efetiva na produção de conhecimento para assessoramento do processo decisório, em estrito cumprimento das normas constitucionais e legais e em defesa do Estado e da sociedade. Assim, serviços secretos são essenciais em qualquer regime democrático.

Note-se, entretanto, que também é fundamental para que a chamada comunidade de inteligência atue de maneira consentânea com os princípios democráticos, que os serviços secretos estejam sob efetivo controle interno e externo. O controle é a maneira pela qual a sociedade terá a garantia de que a inteligência atuará para defendê-la e que os agentes públicos que operam na área não cometerão arbitrariedades e abusos contra direitos e garantias individuais.

Como Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, surpreendeu-nos o fato de que uma Constituição tão abrangente quanto a nossa Carta de 1988 não faça qualquer referência em seu texto a assunto de tamanha

relevância quanto a atividade de inteligência. Afinal, uma vez que não podemos prescindir dos serviços secretos, é importante que haja na Lei Maior referência a estes, a suas atribuições e à estrutura básica da comunidade de inteligência brasileira. Também não pode faltar na Carta Magna referência à importância do controle, interno e externo, da inteligência.

Em termos de controle externo, exercido precipuamente pelo Parlamento, destacamos que este deve ser constante e efetivo, uma vez que se trata de tema do qual não se pode descuidar, sob pena de se ter a própria democracia ameaçada.

As discussões acerca do controle da atividade de inteligência no Brasil intensificaram-se no último ano, particularmente em virtude de abusos cometidos por algumas pessoas vinculadas aos serviços secretos, abusos esses, inclusive, contra autoridades dos três Poderes.

Entre as autoridades que tiveram sua privacidade violada, sob suspeita de que tenha sido por pessoas ligadas a órgãos de inteligência do Estado, estava o Senador Demóstenes Torres. A situação serviu para estimular o debate sobre o controle dos serviços secretos, e começaram a brotar diferentes e valiosas propostas, tanto para fortalecimento da CCAI, quanto para, defendeu o Senador Demóstenes Torres, a criação de um Conselho de Controle da Atividade de Inteligência, órgão de assessoramento do Poder Legislativo, vinculado ao Congresso Nacional e que, atuando em sintonia com a CCAI e a ela se reportando, pudesse exercer um controle diuturno e efetivo da comunidade de inteligência. Entendemos a proposta do Senador Demóstenes de grande valor, e vemos que, mais do que um emenda à Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, referente ao Sistema Brasileiro de Inteligência, o estabelecimento do Conselho de Controle deveria estar sob amparo constitucional. Assim, inserimos a proposta divulgada pelo Senador Demóstenes Torres como parte desta Emenda.

Por todo o exposto, e por considerar que não podemos deixar de assegurar o devido tratamento constitucional à comunidade de inteligência e a seu controle, apresentamos esta Proposta de Emenda à Constituição. Estamos seguros de que, ao elevarmos a inteligência ao **status** constitucional, tornaremos essa atividade não só mais transparente e consentânea com os princípios democráticos, o que será benéfico para os próprios serviços secretos e os servidores que neles trabalham, mas também para o controle exercido pelas instâncias competentes, em especial pelo Congresso Nacional. Assim, o Estado e a sociedade também serão beneficiados e a democracia fortalecida.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2009 – Deputado **Severiano Alves**.

Proposição: PEC Nº 398/09

Autor: SEVERIANO ALVES E OUTROS

Data de Apresentação: 26-08-09 4:11:00 PM

Ementa: Insere o Capítulo IV ao Título V da Constituição Federal referente à atividade de inteligência e seus mecanismos de controle.

Possui Assinaturas Suficientes: Sim

Total de Assinaturas:

Confirmadas:	182
Não Conferem:	4
Fora do Exercício:	0
Repetidas:	0
Ilegíveis:	0
Retiradas:	0
Total:	186

Assinaturas Confirmadas

1 – RAUL JUNGMANN (PPS – PE)	35 – VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS)
2 – ANDRE ZACHAROW (PMDB – PR)	36 – JOÃO CAMPOS (PSDB – GO)
3 – ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN)	37 – LUIZ SÉRGIO (PT – RJ)
4 – LUIZ COUTO (PT – PB)	38 – ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO)
5 – TATICO (PTB – GO)	39 – MANOEL JUNIOR (PSB – PB)
6 – ÁTILA LIRA (PSB – PI)	40 – DR. ROSINHA (PT – PR)
7 – WASHINGTON LUIZ (PT – MA)	41 – ANDRÉ DE PAULA (DEM – PE)
8 – REGIS DE OLIVEIRA (PSC – SP)	42 – FERNANDO GABEIRA (PV – RJ)
9 – MARCELO TEIXEIRA (PR – CE)	43 – FERNANDO LOPES (PMDB – RJ)
10 – PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB – CE)	44 – EDUARDO LOPES (PSB – RJ)
11 – ARIOSTO HOLANDA (PSB – CE)	45 – WALTER IHOSHI (DEM – SP)
12 – DR. TALMIR (PV – SP)	46 – MAURÍCIO RANDS (PT – PE)
13 – GERALDO RESENDE (PMDB – MS)	47 – ANGELA AMIN (PP – SC)
14 – WILLIAM WOO (PSDB – SP)	48 – RENATO AMARY (PSDB – SP)
15 – LELO COIMBRA (PMDB – ES)	49 – MANATO (PDT – ES)
16 – LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR)	50 – CHICO ABREU (PR – GO)
17 – ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA)	51 – FÁTIMA BEZERRA (PT – RN)
18 – LOBBE NETO (PSDB – SP)	52 – ANTONIO BULHÕES (PMDB – SP)
19 – JÚLIO DELGADO (PSB – MG)	53 – VELOSO (PMDB – BA)
20 – MARCONDES GADELHA (PSB – PB)	54 – JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG)
21 – NILSON MOURÃO (PT – AC)	55 – ELISEU PADILHA (PMDB – RS)
22 – JORGE KHOURY (DEM – BA)	56 – RICARDO BARROS (PP – PR)
23 – CARLOS ZARATTINI (PT – SP)	57 – JOÃO DADO (PDT – SP)
24 – MARINA MAGGESSI (PPS – RJ)	58 – LUCIANO CASTRO (PR – RR)
25 – MAURÍCIO TRINDADE (PR – BA)	59 – URZENI ROCHA (PSDB – RR)
26 – SEVERIANO ALVES (PDT – BA)	60 – PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT – PE)
27 – WILSON BRAGA (PMDB – PB)	61 – FÁTIMA PELAES (PMDB – AP)
28 – DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)	62 – NELSON BORNIER (PMDB – RJ)
29 – MOACIR MICHELETTO (PMDB – PR)	63 – DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS)
30 – JÚLIO CESAR (DEM – PI)	64 – DÉCIO LIMA (PT – SC)
31 – ANTÔNIO ROBERTO (PV – MG)	65 – ARNALDO VIANNA (PDT – RJ)
32 – MARIA LÚCIA CARDOSO (PMDB – MG)	66 – ANTÔNIO ANDRADE (PMDB – MG)
33 – ARNON BEZERRA (PTB – CE)	67 – NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP)
34 – BISPO GÊ TENUTA (DEM – SP)	68 – LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO)
	69 – CHARLES LUCENA (PTB – PE)
	70 – RAUL HENRY (PMDB – PE)
	71 – RODRIGO DE CASTRO (PSDB – MG)
	72 – OTAVIO LEITE (PSDB – RJ)
	73 – GLADSON CAMELI (PP – AC)
	74 – LUCIANA COSTA (PR – SP)
	75 – JEFFERSON CAMPOS (PTB – SP)
	76 – IVAN VALENTE (PSOL – SP)
	77 – PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB – RS)
	78 – JAIR BOLSONARO (PP – RJ)
	79 – TAKAYAMA (PSC – PR)
	80 – ARMANDO ABÍLIO (PTB – PB)
	81 – ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP)
	82 – MILTON MONTI (PR – SP)
	83 – ÁTILA LINS (PMDB – AM)
	84 – GEORGE HILTON (PP – MG)
	85 – MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS)
	86 – LEONARDO VILELA (PSDB – GO)

- 87 – JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PR – BA)
88 – JILMAR TATTO (PT – SP)
89 – EDUARDO DA FONTE (PP – PE)
90 – ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT – MS)
91 – ALDO REBELO (PCdoB – SP)
92 – DAMIÃO FELICIANO (PDT – PB)
93 – SILAS CÂMARA (PSC – AM)
94 – FÉLIX MENDONÇA (DEM – BA)
95 – ERNANDES AMORIM (PTB – RO)
96 – POMPEO DE MATTOS (PDT – RS)
97 – MAURO BENEVIDES (PMDB – CE)
98 – ALINE CORRÊA (PP – SP)
99 – RATINHO JUNIOR (PSC – PR)
100 – PAULO PIAU (PMDB – MG)
101 – CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO)
102 – ALEX CANZIANI (PTB – PR)
103 – ENIO BACCI (PDT – RS)
104 – THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT)
105 – CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP)
106 – MARCOS LIMA (PMDB – MG)
107 – LUIZ CARREIRA (DEM – BA)
108 – MARCELO SERAFIM (PSB – AM)
109 – OSVALDO REIS (PMDB – TO)
110 – EVANDRO MILHOMEN (PCdoB – AP)
111 – EDUARDO VALVERDE (PT – RO)
112 – FLÁVIO DINO (PCdoB – MA)
113 – EDIO LOPES (PMDB – RR)
114 – RENATO MOLLING (PP – RS)
115 – CARLOS SANTANA (PT – RJ)
116 – GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE)
117 – SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT – AP)
118 – ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA)
119 – JOSÉ CHAVES (PTB – PE)
120 – ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ)
121 – PAULO ROCHA (PT – PA)
122 – MAJOR FÁBIO (DEM – PB)
123 – CAPITÃO ASSUMÇÃO (PSB – ES)
124 – LEONARDO MONTEIRO (PT – MG)
125 – AUGUSTO FARIAS (PTB – AL)
126 – EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ)
127 – TADEU FILIPPELLI (PMDB – DF)
128 – JOAQUIM BELTRÃO (PMDB – AL)
129 – JOSÉ OTÁVIO GERMANO (PP – RS)
130 – ROGERIO LISBOA (DEM – RJ)
131 – CARLOS EDUARDO CADOCA (PSC – PE)
132 – GERALDO SIMÕES (PT – BA)
133 – OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR)
134 – GORETE PEREIRA (PR – CE)
135 – VICENTINHO (PT – SP)
136 – JOÃO PAULO CUNHA (PT – SP)
137 – MARCELO MELO (PMDB – GO)
138 – IRINY LOPES (PT – ES)
139 – ZÉ GERALDO (PT – PA)
140 – REBECCA GARCIA (PP – AM)
141 – NEILTON MULIM (PR – RJ)
142 – DOMINGOS DUTRA (PT – MA)
143 – CARLOS ALBERTO CANUTO (PMDB – AL)
144 – NEUDO CAMPOS (PP – RR)
145 – VITOR PENIDO (DEM – MG)
146 – MOISES AVELINO (PMDB – TO)
147 – FERNANDO DE FABINHO (DEM – BA)
148 – SILAS BRASILEIRO (PMDB – MG)
149 – PASTOR MANOEL FERREIRA (PTB – RJ)
150 – MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL)
151 – CLEBER VERDE (PRB – MA)
152 – PEDRO WILSON (PT – GO)
153 – LUIZ CARLOS BUSATO (PTB – RS)
154 – ANTONIO FEIJÃO (PSDB – AP)
155 – JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
156 – JERÔNIMO REIS (DEM – SE)
157 – LUIZ ALBERTO (PT – BA)
158 – LEANDRO SAMPAIO (PPS – RJ)
159 – ANTONIO CRUZ (PP – MS)
160 – ELIENE LIMA (PP – MT)
161 – LUIZ BASSUMA (PT – BA)
162 – PAULO HENRIQUE LUSTOSA (PMDB – CE)
163 – BERNARDO ARISTON (PMDB – RJ)
164 – JÔ MORAES (PCdoB – MG)
165 – RÔMULO GOUVEIA (PSDB – PB)
166 – SARAIVA FELIPE (PMDB – MG)
167 – RIBAMAR ALVES (PSB – MA)
168 – FRANCISCO RODRIGUES (DEM – RR)
169 – GUSTAVO FRUET (PSDB – PR)
170 – EMILIANO JOSÉ (PT – BA)
171 – JACKSON BARRETO (PMDB – SE)
172 – ADEMIR CAMILO (PDT – MG)
173 – GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA)
174 – PEDRO CHAVES (PMDB – GO)
175 – WOLNEY QUEIROZ (PDT – PE)
176 – ILDERLEI CORDEIRO (PPS – AC)
177 – MÁRIO HERINGER (PDT – MG)
178 – GERALDO PUDIM (PMDB – RJ)
179 – ROBERTO SANTIAGO (PV – SP)
180 – GLAUBER BRAGA (PSB – RJ)
181 – VALADARES FILHO (PSB – SE)
182 – CELSO MALDANER (PMDB – SC)
- Assinaturas que Não Conferem**
- 1 – DR. PAULO CÉSAR (PR – RJ)
2 – VITAL DO RÉGO FILHO (PMDB – PB)
3 – MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB – RS)
4 – BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB – MG)

PROJETO DE LEI Nº 5.921, DE 2009

(Do Supremo Tribunal Federal)

Mensagem nº 149/2009 – GP

Dispõe sobre a revisão do subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no art. 48, XV, da Constituição Federal.

Despacho: Às Comissões De Trabalho, De Administração E Serviço Público; Finanças E Tributação (Mérito E Art. 54, RICD); E Constituição E Justiça E De Cidadania (Mérito E Art. 54, RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no art. 48, inciso XV, da Constituição Federal, fica reajustado em:

I – 5,00%, a partir de 1º de setembro de 2009;

II – 4,60%, a partir de 1º de novembro de 2009;

III – 3,88%, a partir de 1º de fevereiro de 2010.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Poder Judiciário da União.

Art. 3º A implementação do disposto nesta Lei observará o art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de da Independência e da República.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O art. 96, II, **a**, da Constituição Federal, confere ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça competência privativa para propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169, a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes dos órgãos inferiores.

Os subsídios dos membros do Poder Judiciário são escalonados, conforme preceitua a Constituição Federal, a partir do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal (art. 37, XI, e art. 93, V).

O Projeto de Lei ora submetido à apreciação das Casas do Congresso Nacional propõe a revisão do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a ser implementado em três parcelas, a saber: setembro de 2009, novembro de 2009 e fevereiro de 2010, respectivamente, nos percentuais de 5,00%, 4,60% e 3,88%.

O montante do reajuste corresponde à variação acumulada do IPCA nos anos de 2006, 2007 e 2008, totalizando 14,09%

A adoção do IPCA decorre de entendimento aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, na sessão de 29-8-2007 ao examinar o PL 7.297, de 2006, com base em voto do então Relator, Deputado Max Rosenmann.

O montante da despesa decorrente do projeto conforma-se plenamente dentro da margem de crescimento permitida aos gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Judiciário da União para o corrente exercício.

Registra-se que o Anexo V, item II, 2, 2.1 e 2.2, da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 (LOA/2009) consigna dotação orçamentária para atender à despesa decorrente do presente projeto de lei, com a demonstração do impacto orçamentário-financeiro a partir de janeiro de 2009.

Em virtude desta previsão, o escalonamento ora proposto resultará em redução do impacto financeiro previsto na LOA/2009.

Brasília, 31 de agosto de 2009. – Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

PROJETO DE LEI Nº 5.922, DE 2009

(Do Ministério Público da União)

Mensagem PGR/GAB nº 4/2009

Dispõe sobre a revisão do subsídio do Procurador-Geral da República, referido no art. 37, XI e art. 39, § 4º, c/c o art. 127, § 2º, e art. 128, § 5º, I, c, todos da Constituição Federal.

Despacho: Às Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD)

Apresentação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Presente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Procurador-Geral da República fica reajustado em:

I – 5,00%, a partir de 1º de setembro de 2009;

II – 4,60%, a partir de 1º de novembro de 2009; e

III – 3,88%, a partir de 1º de fevereiro de 2010.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público da União.

Art. 3º A implementação do disposto nesta lei observará o art. 169 da Constituição Federal e as

normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de ; da Independência e da República.

Justificação

A Constituição Federal assegura autonomia funcional e administrativa ao Ministério Público da União e lhe confere a iniciativa de propor ao Poder Legislativo a política remuneratória da entidade (art. 127, § 2º), o que implica a fixação do subsídio de seus membros, observado o art. 169 e o art. 37, XI, ambos da Magna Carta.

Por outro lado, os membros do Ministério Público têm os subsídios escalonados, a partir do subsídio mensal fixado ao Procurador-Geral da República, conforme se depreende da interpretação dos arts. 93, V c/c o art. 129, § 4º, da Constituição Federal e, ainda, do art. 1º, § 3º, da Lei nº 10.477/2002.

Dessa forma, submete o chefe do Ministério Público da União o presente projeto de lei à apreciação das do Congresso Nacional, propondo a revisão do subsídio do Procurador-Geral da República a ser implantado em três parcelas: setembro de 2009, novembro de 2009 e fevereiro de 2010, respectivamente, nos percentuais de 5,00%, 4,60% e 3,88%.

O montante do reajuste corresponde à variação acumulada do IPCA nos exercícios de 2006, 2007 e 2008, totalizando 14,09%.

Resulta, assim, o presente projeto de lei da simetria existente entre as carreiras do Poder Judiciário e do Ministério Público, evidenciadas não só pela identidade das prerrogativas, garantias e vedações concedidas ou impostas aos seus integrantes pelo ordenamento constitucional, mas acima de tudo decorrente da adoção de igual política remuneratória para seus membros, comprovada pela aplicação do art. 93 da Constituição Federal ao Ministério Público, por força do art. 19, § 4º, e, ainda, pelas sucessivas edições de Lei Remuneratórias com valores idênticos, a exemplo das Leis nºs 10.474 e 10.477, ambas de 2002, e das Leis nºs 11.143 e 11.144, ambas de 2005, que fixaram a remuneração e o subsídio dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público da União em igual valor.

O montante da despesa decorrente do projeto conforma-se plenamente dentro da margem de crescimento permitida aos gastos com pessoal e encargos sociais do Ministério Público da União para os exercícios de 2009 e 2010.

Convém registrar que o impacto orçamentário bruto, com PSS patronal está autorizado no anexo V,

na Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 – LOA-2009.

INDICAÇÃO Nº 5.193, DE 2009

(Da Sra. Vanessa Grazziotin)

Sugere ao Ministro da Educação providências no sentido de implantar o projeto Ensino Médio Inovador em todas as capitais.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação:

A deputada federal Vanessa Grazziotin se dirige a V. Exa. para apresentar a seguinte indicação:

Conforme informações do Conselho Nacional de Educação (CNE), os currículos escolares do ensino médio passarão por uma reforma em que os estudantes terão liberdade para escolher 20% das matérias e haverá aumento da carga horária das atuais 2.400 horas para 3.000 horas.

A justificativa para a mudança visa tornar as escolas atraentes para os alunos e para tanto o Ministério da Educação financiará projetos inovadores apresentados por governos estaduais e em princípio os repasses ficarão restritos a cem escolas públicas.

Tendo em vista haver um maior número de escolas públicas de ensino médio no país e considerando aquelas que não obtiveram bom êxito no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), sugerimos que, pelo menos, entre as cem escolas estejam as das capitais do país.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2009 – Deputada **Vanessa Grazziotin** – PCdoB/AM.

INDICAÇÃO Nº 5.194, DE 2009

(Da Sra. Vanessa Grazziotin)

Sugere ao Ministro da Educação providências no sentido de implantar o projeto Ensino Médio Inovador em todas as capitais.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação:

A deputada federal Vanessa Grazziotin se dirige a V. Exa. para apresentar a seguinte indicação:

Conforme informações do Conselho Nacional de Educação (CNE), os currículos escolares do ensino médio passarão por uma reforma em que os estudantes terão liberdade para escolher 20% das matérias e haverá aumento da carga horária das atuais 2.400 horas para 3.000 horas.

A justificativa para a mudança visa tornar as escolas atraentes para os alunos e para tanto o Ministério

da Educação financiará projetos inovadores apresentados por governos estaduais e em princípio os repasses ficarão restritos a cem escolas públicas.

Tendo em vista haver um maior número de escolas públicas de ensino médio no país e considerando aquelas que não obtiveram bom êxito no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), sugerimos que, pelo menos, entre as cem escolas estejam as das capitais do país.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2009 – Deputada **Vanessa Grazziotin** – PCdoB/AM.

INDICAÇÃO Nº 5.195, DE 2009

(Da Sra. Vanessa Grazziotin)

Sugere ao Ministro da Justiça providências no sentido de propor a realização de mutirões para registro civil da população nos municípios amazonenses.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça:

A deputada federal Vanessa Grazziotin se dirige a V. Exa. para apresentar a seguinte indicação:

O Amazonas tem 32 municípios com índice de subregistro de nascimento considerado grave, conforme dados do ano de 2007 do governo do Estado, e o município de Uarini liderava o ranking com 92,1%. A cada mês são registrados 80 nascimentos na unidade mista do hospital municipal.

Outros municípios que apresentam situação grave são Borba e Tonantins, ambos com 52,6%, Eirunepé, com 51%; Manacapuru, com 50%; Barcelos, com 49%; e Careiro da Várzea, com 48%.

Nesse sentido, encaminhamos sugestão para que sejam realizados mutirões semestrais ou anuais nos municípios amazonenses que não possuem sucursal do cartório de Ofício Civil.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 2009. – Deputada Vanessa Grazziotin, PCdoB/AM.

INDICAÇÃO Nº 5.198, DE 2009

(Do Sr. Elismar Prado)

Sugere ao Ministério dos Transportes, esforços necessários com vistas a assegurar o retorno imediato das obras de revitalização da BR-354 e da BR-365, no Estado de Minas Gerais.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Senhor Ministro dos Transportes,

A revitalização da BR-354 e da BR-365 é uma das principais demandas da população da Região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais. As obras preveem a construção de um viaduto no trevo de acesso ao mu-

nicípio de Patos de Minas, conhecido como “Trevo da Pipoca”. Trata-se de investimentos essenciais ao desenvolvimento econômico e social do Município e da região, garantindo escoamento da produção, acesso às localidades e mais segurança aos motoristas.

Não obstante, as obras foram paralisadas em novembro de 2008, comprometendo o prazo de conclusão da revitalização do viaduto, causando prejuízos à população. Ademais, o retorno das obras evitaria o comprometimento da estrutura já iniciada e o desperdício de recursos públicos.

Diante do exposto, e na certeza de que o requerido contribuirá não só para o desenvolvimento econômico da região, mas também significará maior conforto e segurança para a população local, fazemos apelo aos nossos ilustres pares pela aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2009 – **Elismar Prado**, Deputado Federal – PT-MG.

INDICAÇÃO Nº 5.199, DE 2009

(Do Sr. Flávio Dino)

Sugere ao Ministro de Estado da Defesa que, por intermédio da INFRAERO, promova a modernização do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, no município de São Luís/MA.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa,

A presente Indicação tem por escopo solicitar esforços do Ministério da Defesa, por intermédio da INFRAERO, para a modernização do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, no município de São Luís/MA.

Como se sabe, o Maranhão é um estado de forte vocação turística, recebendo dezenas de milhares de turistas todos os anos. Além disso, sua base industrial e agrícola está em franca ascensão, contando, inclusive, com a proximidade da implantação de uma grande refinaria da Petrobrás, o que aumentará o fluxo de passageiros na cidade de São Luís.

Entretanto, esse aumento no fluxo de passageiros precisa vir acompanhado de uma adequada modernização do aeroporto da cidade. Seja pela indústria do turismo, seja pela movimentação do mundo dos negócios que o referido megainvestimento trará, é necessário se antecipar aos problemas que provavelmente virão.

O Aeroporto de São Luís precisa ser modernizado e expandido. É preciso ampliar sua área física e suas condições de receber as aeronaves, além de

melhorar o conforto dos passageiros, inclusive com a instalação de ar-condicionado. É importante que o aeroporto, assim como todas as estruturas públicas, possam atender com dignidade os cidadãos maranhenses e aqueles que para lá se dirigem, para lazer ou para realizar atividades laborais.

Assim solicito ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa que atente para as necessidades expostas de forma a, por meio da INFRAERO, promover a devida modernização do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, no município de São Luís/MA.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2009 – Deputado **Flávio Dino**, PCdoB-MA.

INDICAÇÃO Nº 5.200, DE 2009

(Do Sr. Flávio Dino)

Sugere ao Ministro da Defesa que, por intermédio da INFRAERO, promova a construção de pista de pouso no município de Santo Amaro do Maranhão/MA.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa,

A presente Indicação tem por escopo solicitar esforços do Ministério da Defesa, por intermédio da INFRAERO, para a construção de pista de pouso no município de Santo Amaro do Maranhão/MA.

A malha de aviação no interior do Maranhão ainda é muito carente, especialmente tendo em vista a forte vocação turística do estado e suas grandes dimensões. São, ao todo, 217 municípios, alguns localizados a mais de mil quilômetros da capital São Luís. É evidente, portanto, a necessidade de se incentivar a aviação regional.

O globalmente famoso Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – certamente um dos maiores, se não o maior, pólo de turismo do estado – tem como portais de entrada as cidades de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão, localizadas nos extremos opostos do Parque. Enquanto a primeira possui aeroporto para suportar parcela da demanda turística da região, o município de Santo Amaro do Maranhão não dispõe de infraestrutura para o pouso de aeronaves.

Dessa forma, solicito ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa que, por meio da INFRAERO, promova a construção de uma pista de pouso adequada no município de Santo Amaro do Maranhão/MA, a fim de que este, mediante a implantação da aviação regional, possa exercer, na sua plenitude,

a vocação de uma das portas de entrada do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Assim, poderá ajudar a desenvolver aquela região, gerando emprego e renda.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2009 – Deputado **Flávio Dino**, PCdoB-MA.

INDICAÇÃO Nº 5.201, DE 2009

(Do Sr. Ratinho Junior)

Sugere ao Ministério da Educação (MEC) a implantação da Semana de Estudos da Constituição Federal e respectivas Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município nas escolas de ensino fundamental e médio.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação:

É indispensável ao estudante conhecer aspectos básicos da Constituição Federal, da Constituição de seu Estado e também de seu Município, pois o mundo competitivo e exigente em que vive cobra dele altos preços pela ignorância, pela dificuldade de inserção e adaptação às modernas e complexas situações do mundo das relações humanas e das leis.

A conseqüência desse despreparo é a formação insuficiente do estudante nos conceitos básicos de cidadania, deficiência de valores fundamentais, desconhecimento da importância da democracia e da justiça.

Vale salientar que o Direito Constitucional é o ramo do Direito que estuda as normas que estruturam, basicamente, o Estado. A atividade do Estado cresce a cada dia de forma célere e notável e não se pode conceber que a juventude permaneça alheia a esta transformação. Aos que escolhem as carreiras jurídicas, um universo rico e inesgotável é reservado, os demais são relegados a conviver com uma lacuna insuprível, que provoca efeitos danosos ao longo de toda a sua vida.

O homem moderno não passa momento algum de sua vida sem a influência ou a interação com seus governantes e agentes públicos ou com a estrutura de governo nas diferentes esferas. E é o Direito Constitucional que aponta os preceitos basilares do regime e da forma de governo, os princípios, direitos e garantias fundamentais, a organização do Estado e dos Poderes. Na esfera municipal, o conhecimento da Lei Orgânica, que constitui a Lei Fundamental do Município, possibilita ao estudante entender o exercício do poder local e o funcionamento dos serviços prestados diretamente ao cidadão, além de ser um significativo componente para a consolidação do sentimento cívico.

Senhor Ministro, sem dúvida a implantação da Semana de Estudos da Constituição Federal e respectivas Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município nas escolas de ensino fundamental e médio pode contribuir de forma consistente e revolucionária para a formação do estudante e cidadão brasileiro.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2009 – Deputado **Ratinho Junior**, (PSC-PR).

INDICAÇÃO Nº 5.202, DE 2009

(Do Sr. Eliene Lima)

Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Barra do Garças/MT.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

O atendimento de crianças, jovens e adultos com deficiência no Brasil teve início nos anos 50, a partir de movimentos de pais que, sem respostas de oferta e acesso aos serviços públicos para seus filhos, com o apoio de amigos e profissionais, organizaram-se em associações sem fins lucrativos e formaram parcerias com os governos para a garantia do direito à cidadania desse grupo de pessoas.

A APAE foi criada com a missão de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, facilitação do bem estar, inclusão social da pessoa com deficiência.

Entende-se que o fato de as entidades terem assumido a responsabilidade pelo atendimento de pessoas com deficiência não isenta o Estado de sua obrigação.

Hoje, existem políticas públicas voltadas para a área, mas que ainda precisam ser aprimoradas para que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a tudo aquilo que lhes é de direito. O acesso a estes programas, em especial ao transporte escolar, é fundamental para que as entidades obtenham recursos necessários para oferecer atendimento de qualidade aos alunos.

Com o ônibus adaptado, os alunos poderão ser transportados dentro das normas de trânsito e permitirá participação da entidade em eventos regionais e nacionais, contribuindo assim com a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e na construção de uma sociedade justa e solidária.

Com os argumentos acima expostos, justifico a indicação aguardando o pronto atendimento pelo órgão responsável.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2009 – Deputado **Eliene Lima**.

INDICAÇÃO Nº 5.203, DE 2009

(Do Sr. Eliene Lima)

Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Alta Floresta/MT.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

O atendimento de crianças, jovens e adultos com deficiência no Brasil teve início nos anos 50, a partir de movimentos de pais que, sem respostas de oferta e acesso aos serviços públicos para seus filhos, com o apoio de amigos e profissionais, organizaram-se em associações sem fins lucrativos e formaram parcerias com os governos para a garantia do direito à cidadania desse grupo de pessoas.

A APAE foi criada com a missão de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, facilitação do bem estar, inclusão social da pessoa com deficiência.

Entende-se que o fato de as entidades terem assumido a responsabilidade pelo atendimento de pessoas com deficiência não isenta o Estado de sua obrigação.

Hoje, existem políticas públicas voltadas para a área, mas que ainda precisam ser aprimoradas para que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a tudo aquilo que lhes é de direito. O acesso a estes programas, em especial ao transporte escolar, é fundamental para que as entidades obtenham recursos necessários para oferecer atendimento de qualidade aos alunos.

Com o ônibus adaptado, os alunos poderão ser transportados dentro das normas de trânsito e permitirá participação da entidade em eventos regionais e nacionais, contribuindo assim com a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e na construção de uma sociedade justa e solidária.

Com os argumentos acima expostos, justifico a indicação aguardando o pronto atendimento pelo órgão responsável.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2009 – Deputado **Eliene Lima**.

INDICAÇÃO Nº 5.204, DE 2009

(Do Sr. Eliene Lima)

Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Alto Araguaia/MT.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

O atendimento de crianças, jovens e adultos com deficiência no Brasil teve início nos anos 50, a partir de movimentos de pais que, sem respostas de oferta e acesso aos serviços públicos para seus filhos, com o apoio de amigos e profissionais, organizaram-se em associações sem fins lucrativos e formaram parcerias com os governos para a garantia do direito à cidadania desse grupo de pessoas.

A APAE foi criada com a missão de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, facilitação do bem estar, inclusão social da pessoa com deficiência.

Entende-se que o fato de as entidades terem assumido a responsabilidade pelo atendimento de pessoas com deficiência não isenta o Estado de sua obrigação.

Hoje, existem políticas públicas voltadas para a área, mas que ainda precisam ser aprimoradas para que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a tudo aquilo que lhes é de direito. O acesso a estes programas, em especial ao transporte escolar, é fundamental para que as entidades obtenham recursos necessários para oferecer atendimento de qualidade aos alunos.

Com o ônibus adaptado, os alunos poderão ser transportados dentro das normas de trânsito e permitirá participação da entidade em eventos regionais e nacionais, contribuindo assim com a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e na construção de uma sociedade justa e solidária.

Com os argumentos acima expostos, justifico a indicação aguardando o pronto atendimento pelo órgão responsável.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2009 – Deputado **Eliene Lima**.

INDICAÇÃO Nº 5.205, DE 2009

(Do Sr. Eliene Lima)

Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Alto Paraguaçu/MT.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

O atendimento de crianças, jovens e adultos com deficiência no Brasil teve início nos anos 50, a partir de movimentos de pais que, sem respostas de oferta e acesso aos serviços públicos para seus filhos, com o apoio de amigos e profissionais, organizaram-se em associações sem fins lucrativos e formaram parcerias com os governos para a garantia do direito à cidadania desse grupo de pessoas.

A APAE foi criada com a missão de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, facilitação do bem estar, inclusão social da pessoa com deficiência.

Entende-se que o fato de as entidades terem assumido a responsabilidade pelo atendimento de pessoas com deficiência não isenta o Estado de sua obrigação.

Hoje, existem políticas públicas voltadas para a área, mas que ainda precisam ser aprimoradas para que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a tudo aquilo que lhes é de direito. O acesso a estes programas, em especial ao transporte escolar, é fundamental para que as entidades obtenham recursos necessários para oferecer atendimento de qualidade aos alunos.

Com o ônibus adaptado, os alunos poderão ser transportados dentro das normas de trânsito e permitirá participação da entidade em eventos regionais e nacionais, contribuindo assim com a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e na construção de uma sociedade justa e solidária.

Com os argumentos acima expostos, justifico a indicação aguardando o pronto atendimento pelo órgão responsável.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2009, – Deputado **Eliene Lima**.

INDICAÇÃO Nº 5.206, DE 2009

(Do Sr. Eliene Lima)

Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Barra do Bugres/MT.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

O atendimento de crianças, jovens e adultos com deficiência no Brasil teve início nos anos 50, a partir

de movimentos de pais que, sem respostas de oferta e acesso aos serviços públicos para seus filhos, com o apoio de amigos e profissionais, organizaram-se em associações sem fins lucrativos e formaram parcerias com os governos para a garantia do direito à cidadania desse grupo de pessoas.

A APAE foi criada com a missão de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, facilitação do bem estar, inclusão social da pessoa com deficiência.

Entende-se que o fato de as entidades terem assumido a responsabilidade pelo atendimento de pessoas com deficiência não isenta o Estado de sua obrigação.

Hoje, existem políticas públicas voltadas para a área, mas que ainda precisam ser aprimoradas para que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a tudo aquilo que lhes é de direito. O acesso a estes programas, em especial ao transporte escolar, é fundamental para que as entidades obtenham recursos necessários para oferecer atendimento de qualidade aos alunos.

Com o ônibus adaptado, os alunos poderão ser transportados dentro das normas de trânsito e permitirá participação da entidade em eventos regionais e nacionais, contribuindo assim com a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e na construção de uma sociedade justa e solidária.

Com os argumentos acima expostos, justifico a indicação aguardando o pronto atendimento pelo órgão responsável.

Sala das Sessões, de 2009 – Deputado **Eliene Lima**.

INDICAÇÃO Nº 5.207, DE 2009

(Do Sr. Eliene Lima)

Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Apicás/MT.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

O atendimento de crianças, jovens e adultos com deficiência no Brasil teve início nos anos 50, a partir de movimentos de pais que, sem respostas de oferta e acesso aos serviços públicos para seus filhos, com o apoio de amigos e profissionais, organizaram-se em

associações sem fins lucrativos e formaram parcerias com os governos para a garantia do direito à cidadania desse grupo de pessoas.

A APAE foi criada com a missão de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, facilitação do bem estar, inclusão social da pessoa com deficiência.

Entende-se que o fato de as entidades terem assumido a responsabilidade pelo atendimento de pessoas com deficiência não isenta o Estado de sua obrigação.

Hoje, existem políticas públicas voltadas para a área, mas que ainda precisam ser aprimoradas para que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a tudo aquilo que lhes é de direito. O acesso a estes programas, em especial ao transporte escolar, é fundamental para que as entidades obtenham recursos necessários para oferecer atendimento de qualidade aos alunos.

Com o ônibus adaptado, os alunos poderão ser transportados dentro das normas de trânsito e permitirá participação da entidade em eventos regionais e nacionais, contribuindo assim com a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e na construção de uma sociedade justa e solidária.

Com os argumentos acima expostos, justifico a indicação aguardando o pronto atendimento pelo órgão responsável.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2009, – Deputado **Eliene Lima**.

INDICAÇÃO Nº 5.208, DE 2009

(Do Sr. Eliene Lima)

Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Araputanga/MT.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

O atendimento de crianças, jovens e adultos com deficiência no Brasil teve início nos anos 50, a partir de movimentos de pais que, sem respostas de oferta e acesso aos serviços públicos para seus filhos, com o apoio de amigos e profissionais, organizaram-se em associações sem fins lucrativos e formaram parcerias com os governos para a garantia do direito à cidadania desse grupo de pessoas.

A APAE foi criada com a missão de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, facilitação do bem estar, inclusão social da pessoa com deficiência.

Entende-se que o fato de as entidades terem assumido a responsabilidade pelo atendimento de pessoas com deficiência não isenta o Estado de sua obrigação.

Hoje, existem políticas públicas voltadas para a área, mas que ainda precisam ser aprimoradas para que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a tudo aquilo que lhes é de direito. O acesso a estes programas, em especial ao transporte escolar, é fundamental para que as entidades obtenham recursos necessários para oferecer atendimento de qualidade aos alunos.

Com o ônibus adaptado, os alunos poderão ser transportados dentro das normas de trânsito e permitirá participação da entidade em eventos regionais e nacionais, contribuindo assim com a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e na construção de uma sociedade justa e solidária.

Com os argumentos acima expostos, justifico a indicação aguardando o pronto atendimento pelo órgão responsável.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2009 – Deputado **Eliene Lima**.

INDICAÇÃO Nº 5.209, DE 2009

(Do Sr. Eliene Lima)

Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Arenópolis/MT.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

O atendimento de crianças, jovens e adultos com deficiência no Brasil teve início nos anos 50, a partir de movimentos de pais que, sem respostas de oferta e acesso aos serviços públicos para seus filhos, com o apoio de amigos e profissionais, organizaram-se em associações sem fins lucrativos e formaram parcerias com os governos para a garantia do direito à cidadania desse grupo de pessoas.

A APAE foi criada com a missão de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção,

orientações, prestação de serviços, apoio à família, facilitação do bem estar, inclusão social da pessoa com deficiência.

Entende-se que o fato de as entidades terem assumido a responsabilidade pelo atendimento de pessoas com deficiência não isenta o Estado de sua obrigação.

Hoje, existem políticas públicas voltadas para a área, mas que ainda precisam ser aprimoradas para que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a tudo aquilo que lhes é de direito. O acesso a estes programas, em especial ao transporte escolar, é fundamental para que as entidades obtenham recursos necessários para oferecer atendimento de qualidade aos alunos.

Com o ônibus adaptado, os alunos poderão ser transportados dentro das normas de trânsito e permitirá participação da entidade em eventos regionais e nacionais, contribuindo assim com a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e na construção de uma sociedade justa e solidária.

Com os argumentos acima expostos, justifico a indicação aguardando o pronto atendimento pelo órgão responsável.

Sala das Sessões, de 2009 – Deputado **Eliene Lima**.

INDICAÇÃO Nº 5.210, DE 2009

(Do Sr. Eliene Lima)

Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Aripuanã/MT.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

O atendimento de crianças, jovens e adultos com deficiência no Brasil teve início nos anos 50, a partir de movimentos de pais que, sem respostas de oferta e acesso aos serviços públicos para seus filhos, com o apoio de amigos e profissionais, organizaram-se em associações sem fins lucrativos e formaram parcerias com os governos para a garantia do direito à cidadania desse grupo de pessoas.

A APAE foi criada com a missão de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família,

facilitação do bem estar, inclusão social da pessoa com deficiência.

Entende-se que o fato de as entidades terem assumido a responsabilidade pelo atendimento de pessoas com deficiência não isenta o Estado de sua obrigação.

Hoje, existem políticas públicas voltadas para a área, mas que ainda precisam ser aprimoradas para que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a tudo aquilo que lhes é de direito. O acesso a estes programas, em especial ao transporte escolar, é fundamental para que as entidades obtenham recursos necessários para oferecer atendimento de qualidade aos alunos.

Com o ônibus adaptado, os alunos poderão ser transportados dentro das normas de trânsito e permitirá participação da entidade em eventos regionais e nacionais, contribuindo assim com a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e na construção de uma sociedade justa e solidária.

Com os argumentos acima expostos, justifico a indicação aguardando o pronto atendimento pelo órgão responsável.

Sala das Sessões, em de 2009 – Deputado **Eliene Lima**.

INDICAÇÃO Nº 5.211, DE 2009

(Do Sr. Saraiva Felipe)

Sugere ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, a doação de bem imóvel localizado no Município de Santo Antônio do Amparo – MG, com vistas à redução de invasões de terras públicas e ao desenvolvimento de projeto de produção de mudas para o atendimento aos produtores locais.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Venho, mediante esta Indicação, sugerir a doação de um bem imóvel localizado no Município de Santo Antônio do Amparo – MG, com vistas à redução de invasões de terras públicas e ao desenvolvimento de projeto de produção de mudas para o atendimento aos produtores locais.

O Município de Santo Antônio do Amparo possui área territorial de 494 km², está localizado na microrregião do Vale do Rio Grande. Limita-se ao norte com o

Município de Oliveira, ao sul com o Município de Perdões, a Leste com o Município de Bom Sucesso e a oeste com os Municípios de São Francisco de Paula e de Santana do Jacaré. Está situada às margens da BR-381, distante a 180 km de Belo Horizonte e a 400 km de São Paulo.

Possui população estimada de 17.560 habitantes, sendo aproximadamente 12.000 habitantes na zona urbana e 5.560 na zona rural. A economia do Município é predominantemente agropecuária, em destaque a cultura do café, na qual se insere parte da população no mercado de trabalho.

Por ser uma cidade que tem sua economia baseada na agricultura e agropecuária, a Prefeitura Municipal tem investido ao longo dos anos em ações que diminuam as dificuldades daqueles que alavancam o desenvolvimento da cidade.

Nesse sentido, solicita-se a doação de uma fazenda da Secretaria do Patrimônio da União, com área de 40.00 ha (quarenta hectares), localizada às margens da BR-381, km 630, sentido norte do Município.

O pedido tem caráter conservador ao bem da União, tendo em conta que a fazenda está sendo invadida por vários criadores de gado da região e as suas instalações foram todas depredadas, com cercas sem conservação, o que tem sido um incentivador de invasões de terras no Município.

Nesse imóvel pretende-se desenvolver projetos pela Secretaria Municipal de Agricultura para ações como a instalação de viveiros de mudas para atendimento aos pequenos e médios produtores e formação de canteiros experimentais para incentivar o uso de técnicas atualizadas de agricultura e pecuária.

Com essas ações promover-se-á junto com os produtores um programa de produção ordenada de acordo com as demandas de consumo do Município, da Região e do Estado.

Nesses termos, recorreremos ao elevado espírito público de Vossa Excelência para sugerir as providências necessárias para a doação do imóvel da União ao Município de Santo Antônio do Amparo – MG, que terá todas as condições de dar um destino digno à fazenda e mantê-la, de forma a promover, ainda mais, o desenvolvimento econômico local.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2009 – Deputado **Saraiva Felipe**, PMDB-MG.

INDICAÇÃO Nº 5.212, DE 2009

(Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão no Comércio.)

Sugere ao Ministro Presidente do Banco Central do Brasil a redução dos depósitos compulsórios.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

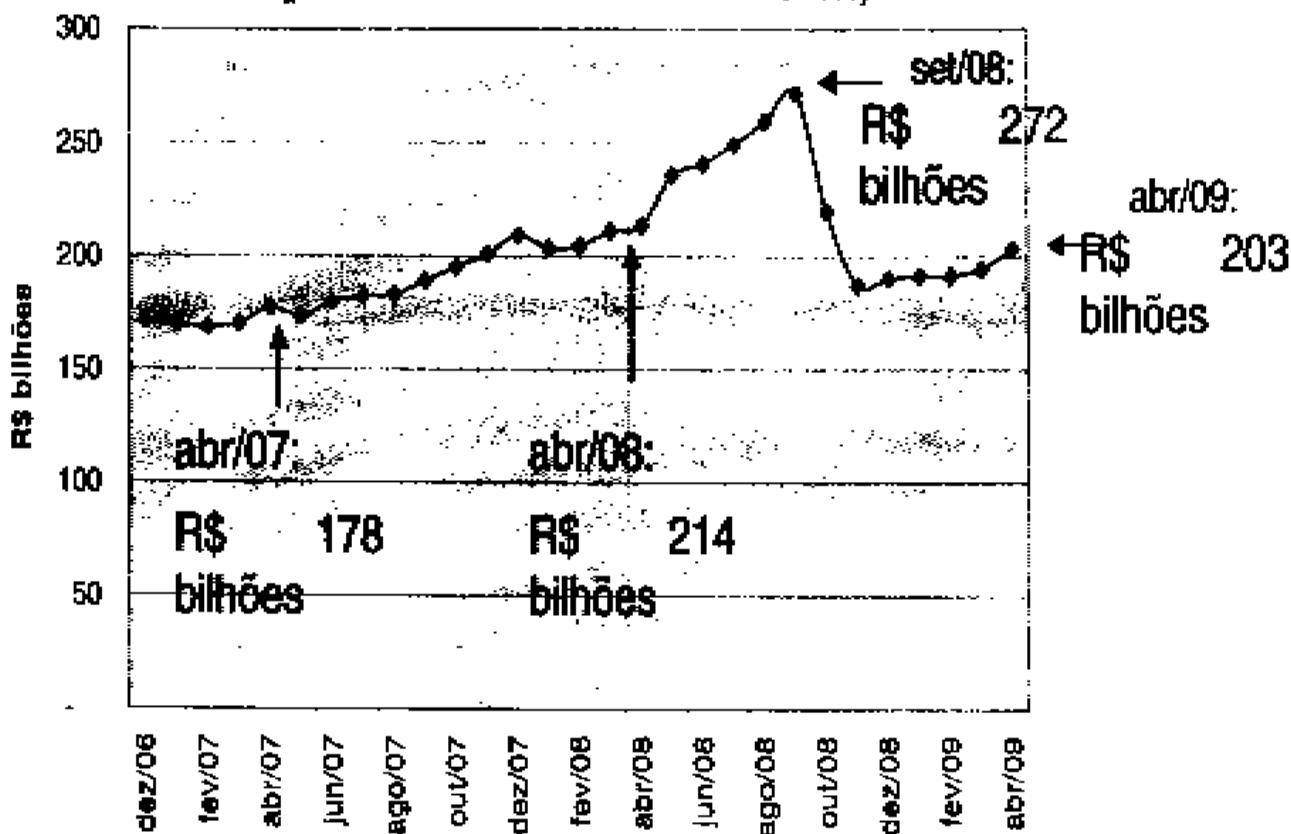
Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Banco Central do Brasil:

A presente indicação tem como objetivo sugerir a esse Ministério a adoção de medida voltada para o combate aos efeitos da crise internacional. Esta é uma

iniciativa parlamentar que foi aprovada pelos membros da “Comissão Especial destinada ao exame e avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão no Comércio”, da Câmara dos Deputados.

Trata-se da redução dos depósitos compulsórios (recolhimentos ou encaixes obrigatórios). Muito embora tenha ocorrido a redução das alíquotas a partir de setembro de 2008, quando são analisados os dados referentes ao volume de compulsórios efetivamente recolhidos constata-se que essa medida essencialmente anulou a vigorosa expansão do volume de depósitos compulsórios ocorrida no segundo e terceiro trimestres de 2008, quando a economia estava aquecida. Essa elevação é apresentada no gráfico a seguir:

**Evolução dos depósitos compulsórios
(período de dezembro de 2006 a abril de 2009)**



Fonte: Banco Central do Brasil

Por esse motivo, apesar da redução de alíquotas, consideramos que não houve uma efetiva redução do volume recolhido de depósitos compulsórios, uma vez que a alteração ocorrida a partir de setembro apenas compensou a expressiva elevação dos recolhimentos observada a partir de abril de 2008.

Entendemos que a redução desses depósitos possivelmente não acarretará, de imediato, a expansão das carteiras de crédito ou a redução dos spreads bancários. Afinal, uma parte desses depósitos é constituída por títulos públicos, que apenas passariam a ser negociados livremente pelas instituições financeiras. Por outro lado, caso ocorresse a restituição de depósitos compulsórios não remunerados, a Autoridade Monetária provavelmente seria compelida a atuar no mercado interbancário, de forma a manter estáveis as taxas de juro, que devem permanecer em patamares próximos à meta estipulada para a taxa Selic. Dessa forma, uma parcela importante da liquidez liberada a partir dos depósitos compulsórios seria possivelmente imunizada por essa necessária atuação no Banco Central.

Contudo, apesar desses aspectos, consideramos que a liberação dos compulsórios configura uma medida importante e necessária nesse momento. Uma vez que as instituições financeiras disponham, a partir da liberação dos compulsórios, de uma maior liquidez financeira – ainda que na forma de títulos livres –, espera-se que paulatinamente uma parcela dessa liquidez adicional seja direcionada a ativos de maior rentabilidade, e essa decisão propiciará a expansão do crédito no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

Em sentido inverso, a manutenção dos atuais níveis elevados de depósitos compulsórios representa uma restrição à expansão das carteiras creditícias, uma vez que as instituições financeiras, em virtude dos riscos intrínsecos à sua atividade, necessitam manter uma reserva de liquidez sob a forma de títulos livres. Quanto menor essa reserva, maior o risco de liquidez e menor a possibilidade de alocação de recursos às operações de crédito.

Desta forma, consideramos que a redução dos depósitos compulsórios representa uma medida relevante, que poderá se revelar essencial para a economia do País especialmente no atual período de recuperação dos significativos impactos da crise econômico-financeira mundial sobre o Brasil.

Certos de que V. Ex^a dispensará a necessária atenção segundo os maiores interesses da Nação, submetemos a presente indicação à sua elevada consideração.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2009 – Deputado **Rodrigo Rocha Loures**, Deputado **Neudo Campos**, Presidente Relator.

INDICAÇÃO Nº 5.213, DE 2009

(Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão no Comércio.)

Sugere ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Educação, que as diretrizes curriculares nacionais para a educação básica incluam o tema “educação financeira”.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação:

A presente indicação, aprovada pelos membros da “Comissão Especial destinada ao exame e avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão no Comércio”, da Câmara dos Deputados, tem por objetivo sugerir que as diretrizes curriculares nacionais para a educação básica incluam o tema “educação financeira”.

Consideramos que é de grande importância, para o desenvolvimento sustentável do comércio interno, que o cidadão tenha acesso à educação financeira, ainda que em seus aspectos mais básicos.

Em virtude da disseminação do uso de cartões de crédito e de débito, o cidadão deve receber informações acerca do fato essencial de que não basta que as prestações das compras efetuadas sejam compatíveis com seu orçamento: é fundamental conhecer as taxas de juros cobradas nessas operações. É aspecto central que o consumidor tenha um conhecimento básico acerca do custo financeiro das operações que pratica, de forma que a expansão do comércio ocorra de forma sustentável.

Desta forma, sugerimos, em linhas gerais, que as diretrizes curriculares nacionais para a educação básica, fundamental ou média, disponham que os conteúdos da matemática abordem, ainda que em forma de exemplificação, questões simples que envolvam as taxas de juros que usualmente são praticadas no comércio, e que a educação financeira seja inserida como um tema transversal, que possa ser abordado em diversas disciplinas, preparando assim o aluno para as situações que usualmente vivencia em operações cotidianas nas compras a prazo e na utilização de cartões de crédito e cheque especial, entre outros aspectos.

Certos de que V. Ex^a dispensará a necessária atenção segundo os maiores interesses da Nação, submetemos a presente indicação à sua elevada consideração.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2009 – Deputado **Rodrigo Rocha Loures** Deputado **Neudo Campos**, Presidente Relator.

INDICAÇÃO Nº 5.214, DE 2009

(Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão no Comércio.)

Sugere ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Fazenda, que sejam priorizadas as ações para a implementação e efetivo funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação – ZPE”.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda:

A presente indicação, aprovada pelos membros da “Comissão Especial destinada ao exame e avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão no Comércio”, da Câmara dos Deputados, tem por objetivo sugerir que sejam priorizadas as ações para a implementação e efetivo funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação – ZPE.

Esta Comissão Especial considera que as ZPEs representam um instrumento de crucial importância para a redução das desigualdades regionais, crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano de localidades diversas, geração de emprego, ampliação do valor agregado dos produtos exportados e expansão das trocas comerciais com o exterior, dentre outros aspectos.

Nesse sentido, julgamos que medidas importantes foram recentemente adotadas pela Presidência da República e pela Receita Federal do Brasil, podendo ser destacadas a Portaria nº 1.022, de 30 de março de 2009, que estabelece requisitos e procedimentos para o alfandegamento de locais e recintos e dá outras providências; o Decreto nº 6.814, de 06 de abril de 2009, que regulamenta a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que por sua vez dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs; e a Instrução Normativa nº 952, de 2 de julho de 2009, que dispõe sobre a fiscalização, o despacho e o controle aduaneiros de bens em ZPEs.

Entretanto, entendemos ser importante que o Ministério da Fazenda não apenas acompanhe o processo de implantação e efetivo funcionamento das ZPEs a partir das regras estabelecidas pelas referidas normas infralegais, mas também busque identificar a necessidade de eventuais aprimoramentos e ajustes nesses diplomas normativos, especialmente em aspectos logísticos, importantes para as operações das empresas nelas instaladas.

Assim, sugerimos que, na medida do possível, sejam simplificados procedimentos que venham se mostrar excessivamente onerosos, especialmente levando em consideração o fato de que não há, ainda, qualquer ZPE em efetivo funcionamento no Brasil, o que torna ainda mais complexa a tarefa de normatizar esse crucial instrumento de desenvolvimento para nossa economia.

Certos de que V. Ex^a dispensará a necessária atenção segundo os maiores interesses da Nação, submetemos a presente indicação à sua elevada consideração.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2009 – Deputado **Rodrigo Rocha Loures** Deputado **Neudo Campos**, Presidente Relator.

INDICAÇÃO Nº 5.215, DE 2009

(Da Comissão Especial destinada ao exame e a avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão no Comércio.)

Sugere ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Fazenda, a redução das alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) nas operações que especifica.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda:

A presente indicação tem como objetivo sugerir a esse Ministério a adoção de medida voltada para o combate aos efeitos da crise internacional. Esta é uma iniciativa parlamentar que foi aprovada pelos membros da “Comissão Especial destinada ao exame e avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão no Comércio”, da Câmara dos Deputados.

Trata-se da redução das alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), tributo de natureza eminentemente regulatória. De fato, o

momento que passa a economia brasileira recomenda a desoneração de uma série de operações com o objetivo de incentivar a tomada de crédito e a contratação de seguros, bem como reduzir o custo sobre as operações cambiais.

Com efeito, enquanto a arrecadação do IOF foi de R\$ 6,8 bilhões e em 2006 e de R\$ 7,8 bilhões em 2007, com o fim da CPMF houve uma expressiva elevação na arrecadação desse imposto, que atingiu nada menos que R\$ 20,3 bilhões no ano de 2008, sendo que, desse montante, R\$ 14,9 bilhões foram arrecadados em virtude de operações de crédito. Observa-se, assim, um aumento de nada menos que 160% na arrecadação do tributo, que passa a apresentar características de imposto arrecadatório.

Ademais, há que se observar que a tributação do IOF não compreende apenas uma parcela variável, que depende do prazo da operação, mas também uma parcela fixa, de 0,38%, cuja incidência independe do prazo. Desta forma, as operações de curto prazo são sobremaneira penalizadas, uma vez que, nesse caso, a parcela fixa é apropriada em um menor número de dias.

A esse respeito, estimamos que a parcela do IOF existente em virtude dessa parcela fixa corresponde, grosso modo, a cerca de 100 dias de tributação da parte variável desse tributo. Assim, percebe-se o grau em que o tributo penaliza as operações de curto prazo, como as relativas a descontos de duplicatas, cujo prazo médio é de cerca de 45 dias.

Nesse sentido, estamos propondo a Vossa Excelência a desoneração das seguintes operações:

I – crédito:

redução a zero das alíquotas previstas nos incisos, alíneas e itens do caput do art. 7º do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007;

redução a zero da alíquota prevista no § 15 do art. 7º do Decreto nº 6.306, de 2007;

redução a zero da alíquota prevista no § 5º do art. 8º do Decreto nº 6.306, de 2007;

II – câmbio:

redução da alíquota prevista no inciso I do § 1º do art. 15 do Decreto nº 6.306, de 2007, para 5%;

redução da alíquota prevista no inciso II do § 1º do art. 15 do Decreto nº 6.306, de 2007, para 2%;

redução a zero da alíquota prevista nos incisos IV e XX do § 1º do art. 15 do Decreto nº 6.306, de 2007;

III – seguros:

redução a zero da alíquota prevista nos incisos II do § 1º do art. 22 do Decreto nº 6.306, de 2007;

redução da alíquota prevista no inciso III do § 1º do art. 22 do Decreto nº 6.306, de 2007, para 2%;

redução da alíquota prevista no inciso III do § 1º do art. 22 do Decreto nº 6.306, de 2007, para 7%.

Certos de que V. Ex^a dispensará a necessária atenção segundo os maiores interesses da Nação, submetemos a presente indicação à sua elevada consideração.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2009 – Deputado **Rodrigo Rocha Loures** Deputado **Neudo Campos**, Presidente Relator.

REQUERIMENTO Nº 5.436/2009

(da Comissão de Finanças e Tributação)

Requer a desapensação dos Projetos de Lei Complementar nºs 462/09 e 468/09 do Projeto de Lei Complementar nº 399/08.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a Vossa Excelência que o Projeto de Lei Complementar nº 462/09, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, e o Projeto de Lei Complementar nº 468/09, de autoria do Poder Executivo, que alteram a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sejam desapensados do Projeto de Lei Complementar nº 399/08, de autoria do Deputado Geraldo Resende, que “acrescenta o inciso XXIX ao § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”.

Justificação

Conforme consta na Exposição de Motivos do PLP nº 468/09 – EM nº 35/2009 – MF, a Lei Complementar nº 128/08 alterou, no Simples Nacional, a tributação dos setores de produção cultural e artística e de produção cinematográfica e de artes cênicas do Anexo IV para o Anexo V da Lei Complementar nº 123/06 – LC 123.

O PLP nº 468/09 propõe que a tributação retorne à forma do Anexo IV da Lei Complementar nº 123/06 e o PLP nº 462/09 sugere que ela seja feita nos termos do Anexo III da Lei.

Já o PLP nº 399/08 inclui como atividade prevista no Simples Nacional os serviços em geral de arquitetura e agronomia.

Assim, os PLP's n°s 462/09 e 468/09 tratam de atividades já abrangidas pelo Simples Nacional, enquanto o PLP n° 399/08 inclui uma nova, o que acarreta em uma diferente análise das proposições.

Desse modo, não se tratam de matérias correlatas e a tramitação deve ser distinta, em antítese ao que prescreve o art. 142, caput, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 01 de setembro de 2009 – Deputado **Vignatti**, Presidente.

Defiro, nos termos do Parágrafo único do art. 142 do Regimento Interno. Desapense-se do PLP n. 399/08 o PLP 462/09. NOVO DESPACHO DO PLP N. 462/09 E DE SEU APENSADO PLP N. 468/09: CDEIC, CFT (mérito e art. 54) e CCJC (art. 54). Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de tramitação: Prioridade. Oficie-se. Publique-se.

Em 2-9-9. – **Michel Temer**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Antes de dar início ao Pequeno Expediente, anuncio a presença em plenário de um dos melhores Deputados e líderes partidários que já passaram por esta Casa, Odelmo Leão, a quem rendemos as mais justas homenagens.

Atual Prefeito de Uberlândia, S.Exa. tem se destacado como um dos melhores administradores municipais do Estado de Minas Gerais, constituindo-se uma referência de homem público decente, honesto e trabalhador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário dos seguintes

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei N° 5.938, de 2009, do Poder Executivo, que dispõe sobre a exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em área do pré-sal, em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

A Comissão será composta de 17 membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendido ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designadas de acordo com os §§ 1° e 2° do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 2 de setembro de 2009 – Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados.

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial

destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n° 5.939, de 2009, do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a criar empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETRO-SAL, e dá outras providências”.

A Comissão será composta de 17 membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1° e 2° do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 2 de setembro de 2009 – Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados.

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n° 5.940, de 2009, do Poder Executivo, que “cria o Fundo Social – FS, e dá outras providências”.

A Comissão será composta de 17 membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1° e 2° do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 2 de setembro de 2009 – Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados.

Ato da Presidência

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n° 5.941, de 2009, do Poder Executivo, que autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição, e dá outras providências”.

A Comissão será composta de 17 membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1° e 2° do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 2 de setembro de 2009 – Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o nobre Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde ontem, o Conselho de

Política Monetária iniciou um ciclo de reuniões a fim de examinar possível alteração na Taxa SELIC, até aqui numa linha descendente, sob aplausos dos segmentos empresariais do País.

Arbitrados presentemente em 8,75%, os juros podem em decréscimo. Alguns observadores econômicos chegam a vaticinar a possibilidade de nova redução, pelo menos de 0,25%. Outros, entretanto, admitem que a base atual permanecerá inalterada, num autêntico compasso de espera, para melhor avaliação da conjuntura internacional.

O Presidente do Banco Central, Henrique Meireles, mantém-se silente em torno da palpitante temática, sem antecipar a deliberação a ser assentada pelo referenciado órgão.

A própria mídia, igualmente, não tem prognosticado indicações para cima ou para baixo, por mais persistente que seja a especulação direcionada para uma mínima alteração a menor, como todos desejam.

Até às 16h de hoje serão conhecidos os resultados, cuja explicitação contará da ata respectiva, para conhecimento da opinião pública brasileira.

As atenções voltam-se, pois, a um assunto de significação relevante para os nossos rumos monetários, sob influxo inevitável do mercado, espelhado nos índices da BOVESPA.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LAEL VARELLA (DEM – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agropecuária nacional vem se destacando pela sua competitividade e empreendedorismo diante da crise econômico-financeira que ainda assola o mundo. Além de colocar alimentação farta e barata na mesa dos brasileiros, nós, ruralistas, concorreremos para a geração de emprego e renda, sem mencionar a garantia de superávit em nossa balança comercial.

Não se compreende como, nesta hora de dificuldades para o País, queira se castigar os produtores rurais com a elevação dos índices de produtividade com o declarado propósito de desapropriação das propriedades rurais para fins de reforma agrária, atendendo à reivindicação de um movimento artificial e subversivo como o MST.

Tal enigma se traduz numa grave injustiça contra a classe que vem correspondendo de sobejo para o nosso desenvolvimento econômico e social. Esse mesmo enigma constituirá, sem dúvida, Sr. Presidente, trabalho árduo aos estudiosos que no futuro forem registrar este período de nossa história.

Com efeito, políticas desastrosas como a da reforma agrária que não reforma nada, mas nunca termina de “reformular”, além de outras congêneres que vão lançando à margem da sociedade milhares de

nossos compatriotas, é ainda, Sr. Presidente, a grande produção nacional de alimentos que os socorre, permitindo a confecção de cestas básicas que ficariam sem conteúdo não fossem o esforço, a dedicação e a técnica empregados nas propriedades agrícolas por esse Brasil afora.

Se a varinha mágica de uma fada má fizesse de repente cessar ou, pelo menos, diminuir consideravelmente a produção agrícola nacional, os maiores atingidos num primeiro momento não seriam os produtores rurais, mas, sim, esses pobres que precisam sobreviver do alimento que outros produzem.

Tal o mérito desses produtores, tal a vantagem que o Brasil com isso haure que um governo que se preze só poderia neste momento querer apoiá-los, estimulá-los e premiá-los de todos os modos possíveis, para que continuem e aumentem a sua obra benfazeja. É o que normalmente fazem outros países, ciosos de sua agricultura e de seus agricultores.

No Brasil, porém, parece que produzir alimento para saciar os brasileiros, ademais de exportar e fornecer divisas, equivale a uma maldição que precisa ser castigada com as mais duras penas. Se não superarmos esse estigma ideológico, de que tudo se deve reduzir a pequenas propriedades e de que a coletivização é o ideal do campo, estaremos irremediavelmente caminhando para o fracasso e para o abismo, abandonando o anseio de nos tornar um dos países mais ricos e desenvolvidos do mundo.

E estaremos, Sr. Presidente, disso tenho toda a convicção, imitando o infeliz Zimbábue, que, sob o tacão de ferro de um ditador desalmado, passou em poucos anos da abundância para a fome mais atroz.

É preciso, pois, dar condições aos produtores rurais. E uma das condições fundamentais é a estabilidade. Colocar neste momento sobre suas cabeças – já constantemente ameaçadas pelas hordas de invasores do MST – mais a espada dos índices de produtividade equivaleria oprimi-los e obrigá-los a uma produção quase impossível.

Na verdade, índices de produtividade não são exigidos nem da indústria, nem do comércio, nem do rendimento escolar e de nenhuma atividade humana. Tais índices representam um contrassenso, uma verdadeira conspiração contra a Nação, uma discriminação radical da classe rural, no caso a mais produtiva do País.

Cabe ressaltar, Sr. Presidente, que nas áreas onde se fez a reforma agrária – nos tais projetos de assentamentos rurais – não se exige produtividade nenhuma dos assentados.

A política de fixação de índices de produção à classe rural representa medida dirigista, de inspiração

marxista, e torna-se especialmente perversa quando se lhe é atrelada a pena de desapropriação da terra. Acresce que a agropecuária vem atravessando um período de dificuldades, quer no que se refere a problemas climáticos, como a seca no sul do País, quer no que se refere aos preços do mercado internacional.

Este é o momento, mais do que nunca, de se socorrer o produtor rural e não oprimi-lo com índices inalcançáveis ou dificilmente atingíveis de produção. Não se pode, sob a simples alegação de que a técnica produtiva progrediu, aumentar índices que dependem também de outros fatores como o clima e o mercado.

O País já produz 4 vezes mais alimentos do que o necessário para as suas necessidades. Com os índices atualmente em vigor, se todas as propriedades agrícolas do Brasil os alcançassem plenamente, o País se veria às voltas com uma crise inenarrável de superprodução e, conseqüentemente, de armazenamento, de preços e de escoamento. Seria preciso queimar a produção, como ingloriamente foi feito com o café na primeira metade do século XX.

Ante tal quadro, Sr. Presidente, nobres colegas, será o caso de aumentar os índices e de exigir uma produção ainda maior? Ou o pretendido aumento dos índices de produtividade da terra estaria atendendo a outros interesses não declarados?

Sobretudo, não sejamos hipócritas. É sabido que o aumento de tais índices vem sendo propugnado pelo MST, que a si mesmo se qualifica eufemisticamente de “social”, e que na verdade deseja lançar para a categoria de “improdutivas”, com uma só penada, propriedades que atualmente são altamente produtivas.

Quer assim exercer sobre elas sua ânsia tirânica de invasões e depredações, até que possa, através das desapropriações do INCRA, destruir toda produção e transformar as terras em favelas rurais, como a todo o momento o Brasil, estarecido, presencia como o resultado natural da tão propalada reforma agrária. Para citar um só caso, olhem para as terras da antiga Fazenda Itamarati, de Olacyr de Moraes.

Sr. Presidente, em face de todo o quadro, é imperioso congelar os índices de produtividade por longo período para o bem e tranquilidade do povo brasileiro, da produção, da economia nacional e da paz no campo.

Solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que determine a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Tenho dito.

O SR. CAPITÃO ASSUMÇÃO (Bloco/PSB – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Deputado Inocêncio Oliveira, em primeiro lugar, convido todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas a compa-

recerem ao Plenário 7, onde terão início os trabalhos da Comissão Especial da PEC nº 300, proposta que vai trazer, pela primeira vez na história do País, dignidade aos policiais e bombeiros do Brasil.

Vai ser um momento realmente muito importante, tendo em vista que nunca se respeitou o direito de uma categoria que jamais fechou as portas para a Nação brasileira.

Além do mais, quero deixar registrado que estará disponível um twitter que vai acompanhar, passo a passo, todas as atividades da Comissão Especial da PEC nº 300.

Informo também aos policiais e bombeiros militares que o site da Câmara possibilita o acompanhamento dos trabalhos da Comissão.

Feito esse registro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer que compareço igualmente a esta tribuna para parabenizar os profissionais da área de educação física.

O professor de educação física é aquele que, além de conhecer a correta prática dos exercícios, serve de estímulo e de exemplo para os alunos nas práticas esportivas.

Para o exercício do seu mister, o profissional de educação física precisa ter curso superior, durante o qual estuda todos os aspectos fisiológicos, bioquímicos, genéticos, antropológicos e neuromotores das atividades físicas, bem como suas dimensões sociais e psicomotoras, e deve ter ainda ser registrado no Conselho Federal de Educação Física.

No passado, os profissionais de educação física tinham origem militar, mas atualmente existem escolas civis com preparação tão boa quanto os institutos militares.

No Brasil, o órgão principal de organização, normatização e apoio às atividades pertinentes à área de atuação do professor de educação física é o Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, subdividido em Conselhos Regionais de Educação Física – CREFs em cada Estado.

O professor de educação física ensina seus alunos a prática correta dos exercícios, assim como a postura adequada e o respeito às normas de cada atividade, de cada esporte etc. Verifica os objetivos e as necessidades de cada aluno e, mediante avaliação física, prescreve os exercícios adequados, levando em consideração as aptidões físicas de cada um – condição aeróbica, resistência muscular, força, flexibilidade e controle corporal.

É de extrema importância o trabalho desenvolvido pelos professores de educação física, pois eles incutem nos alunos a vontade de se exercitar para manterem boa saúde e se livrarem de muitas doenças.

O profissional de educação física ainda identifica os fatores de risco ou limitantes de cada aluno para prática de exercícios, e só ele tem pleno conhecimento para recomendar os que melhores se adaptam ao nível de aptidão física e aos objetivos almejados, assessorando o aluno inclusive em relação ao vestuário, calçado e acessórios para a prática dos exercícios, bem como na escolha do local, horário, temperatura, umidade e outras variáveis que podem influir na execução plena dos exercícios. Além disso, controla a duração, frequência, intensidade, velocidade e intervalo de cada exercício.

Enfim, sem o professor de educação física, muitos exercícios podem ser realizados inadequadamente e resultar em graves lesões. O trabalho do profissional de educação física repercute na existência de um população mais saudável e menos sedentária.

Levantamentos realizados pelo Ministério da Saúde apontam que a população brasileira está menos sedentária do que há 3 anos. No levantamento feito em 2006, o índice de pessoas sedentárias era 29,2%; já neste ano, caiu para 26,3%. E isso se deve ao trabalho incansável dos professores de educação física em prescrever e ensinar aos seus alunos os exercícios adequados e necessários para uma boa saúde e um bom condicionamento físico.

Com o sedentarismo instalado no cotidiano das pessoas, elas ficam propensas a doenças como hipertensão, diabetes, obesidade, entre outras. E, assim, correm o risco morte súbita, o que na maioria das vezes ocorre em virtude do agravamento de alguma doença pela falta de exercícios e pelo sedentarismo.

A educação física, portanto, engloba todo um planejamento feito pelo profissional, com estudos físicos e de saúde de seus alunos, individualmente.

A Organização Mundial de Saúde e os principais órgãos nacionais e mundiais ligados ao setor de saúde sugerem atividades regulares de 3 a 7 dias por semana, com pelo menos 30 minutos de duração ao dia.

As atividades esportivas fazem bem para o homem, pois por meio delas é possível obter equilíbrio físico e emocional. Além do mais, são formas de envolver jovens e crianças, afastando-os das drogas e da promiscuidade.

Por isso, é preciso que os Estados implementem, de forma eficiente, programas de incentivo ao esporte, estendendo-os até a periferia das cidades, locais que, muitas vezes, em virtude da desigualdade social existente, são considerados verdadeiras maternidades e escolas para o crime.

Além do mais, com incentivo à prática correta de esportes, o que é plenamente proporcionado pelos professores de educação física, haverá significativa redu-

ção dos gastos do Sistema Único de Saúde com o tratamento de doenças decorrentes do sedentarismo.

Parabéns aos professores de educação física pelo transcurso do dia a eles consagrado.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, marisqueiras e pescadores, em primeiro lugar, quero agradecer aos presidentes de colônia e de federações a presença na Praia da Caiçara, domingo passado, no Primeiro Grito da Pesca, patrocinado pela Federação dos Pescadores do Rio Grande do Norte, tendo à frente o Presidente presidência o Abraão Lincoln.

Sr. Presidente, nas últimas semanas, tenho vindo a esta tribuna falar sobre a pesca de peixes ornamentais marinhos, atividade que movimenta a economia do meu Ceará significativamente, além de gerar empregos e contribuir com impostos. No entanto, Sr. Presidente, esse segmento necessita ser ordenado, para que traga ainda mais melhores resultados.

Recentemente, houve um incidente no Ceará: um barco licenciado para a pesca de peixes ornamentais marinhos foi apreendido pela fiscalização do IBAMA por estar pescando lagosta ilegalmente. Como acabei de dizer, Sr. Presidente, essa atividade necessita de urgente ordenamento. Conforme representantes do setor me relataram, 5 empresas no Estado do Ceará possuem permissão para a exploração de peixes ornamentais. Com o intuito de colaborar com a fiscalização do IBAMA, foi acordado entre as empresas e o órgão no sentido de que os barcos permissionários para coleta de peixes ornamentais deveriam ter vínculo com as empresas de peixe ornamental, devendo anualmente cada uma dessas empresas informar ao IBAMA quais os barcos que lhes fornecem os peixes ornamentais.

Desde que foi adotada essa medida, Sr. Presidente, até então nenhum barco havia sido apreendido pela prática de pesca de forma irregular. No entanto, tem ocorrido certo descontrole nos critérios para a emissão dessas licenças. Barcos não ligados à atividade estão sendo beneficiados. Com isso, têm surgido barcos com licença para a pesca de peixes ornamentais sem os equipamentos exigidos pela legislação vigente, o que prejudica a imagem das empresas e das embarcações que trabalham de acordo com a lei.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que a embarcação com licença de pesca de peixes ornamentais marinhos apreendida por estar pescando lagosta não possui vínculo com a atividade, nem com nenhuma empresa do setor.

É necessário um planejamento e organização dessa atividade por parte dos órgãos gestores, a fim de evitar a extinção de várias empresas e de empregos de pessoas simples que estão nesse ramo há mais de 15 anos no Ceará e há mais de 20 em outros Estados do Brasil, como também para que os “piratas” não venham proliferar exercendo uma atividade de forma ilegal.

Era o que tenho a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o desmatamento acumulado dos últimos 12 meses na Amazônia foi 46% menor do que no ano anterior, segundo números divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Os dados são do período de agosto de 2008 a julho de 2009, que corresponde ao chamado ano fiscal de monitoramento da região. As estatísticas apontam para forte tendência de queda no ritmo de derrubada da floresta. Mas com uma ressalva: na soma de junho e julho, houve aumento de 18,5% em relação aos mesmos 2 meses de 2008, o que pode sinalizar uma inversão da curva. Maior parte do desmatamento foi detectado no Pará (47% do total), o que só ficou visível nas imagens de satélite a partir de junho, por causa da forte cobertura de nuvens. A área de florestas derrubadas ou degradadas no Estado aumentou 22,5% nos 12 meses, enquanto em Mato Grosso houve queda de 68,5%.

Os dados são do sistema Detecção de Desmatamento em Tempo Real – DETER, que utiliza imagens de baixa resolução e só “enxerga” áreas maiores do que 25 hectares. Por isso, as indicações de tendência (em porcentagem) são mais importantes do que a quantificação das áreas desmatadas (em quilômetros quadrados).

O cálculo oficial de área é feito por outro sistema, chamado PRODES, que utiliza imagens de melhor resolução e cujos dados só ficam prontos no fim do ano.

Segundo o Diretor do INPE, Gilberto Câmara, é impossível fazer uma previsão sobre o PRODES com base no DETER. “Já tentamos fazer essa relação em outros anos e descobrimos que é muito mais difícil do que parece”. Há muitos desmatamentos que não aparecem no DETER por serem menores do que 25 hectares. Além disso, o PRODES contabiliza apenas áreas de corte raso (onde a floresta foi totalmente derrubada), enquanto o DETER mistura esse tipo com a degradação florestal. “O que podemos dizer é que a tendência é de queda. Mas a intensidade dessa redução é difícil de prever.” Ele atribui a diminuição a uma combinação de fatores, incluindo ações de governo,

crise econômica mundial e ações proativas por parte de empresas do setor agropecuário.

Isso mostra que é possível, Sr. Presidente, diminuir drasticamente o desmatamento na Amazônia. Para tanto, basta que os Governos Federal e Estaduais invistam de forma pesada numa política de desenvolvimento sustentável, porque a Amazônia detém em si uma riqueza inestimável. E essa riqueza pode ser transformada em bens para melhorar a qualidade de vida do povo e manter a floresta em pé.

Para cumprir a meta do Plano Nacional de Mudanças Climáticas – de diminuir em 40% a média anual de desmate no período 2006-2009 em relação à média dos 10 anos anteriores –, o desmatamento medido pelo PRODES neste ano não poderá ser maior do que 8.250 km², o que significa uma redução de 35,7% em relação a 2008. O mapa dos alertas de desmatamento do DETER revela uma mudança na distribuição das frentes de ocupação da Amazônia. “É o fim do arco do desmatamento”, diz Câmara.

Antes concentradas nas bordas da floresta com o cerrado, as atividades predatórias estão, agora, mais espalhadas pelo interior do bioma, principalmente no Pará. As áreas mais preocupantes estão no entorno da BR-163 (Cuiabá-Santarém), na chamada Terra do Meio, e no oeste paraense.

Desejo igualmente, Sr. Presidente, registrar visita que fiz a região do Madeira, no Estado do Amazonas, na comitiva do Governador Eduardo Braga. No Município de Manicoré, fui procurada por Vereadores que denunciaram que a população local vem sofrendo com as constantes trocas de Governo. Segundo o Vereador Junhão, essas inesperadas mudanças de comando do Município vêm gerando grande impacto negativo no comércio, pois os clientes que têm como fonte de renda a municipalidade não conseguem honrar seus compromissos financeiros. Com isso, os comerciantes não podem, por sua vez, pagar seus fornecedores. Em consequência, a primeira medida tomada por todos os comerciantes é a demissão de trabalhadores, o que causa diminuição no fluxo de recursos, na arrecadação do município e nos investimentos em políticas públicas, como saúde, educação e cultura.

Finalmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, informo à Casa que protocolei requerimento de consignação em ata de voto de louvor pelos 100 anos da presença dos frades capuchinhos na região amazônica, comemorados no dia 5 do mês de maio deste ano.

Sr. Presidente, faz exatos 100 anos que os frades capuchinhos se instalaram, a pedido da Igreja, na região amazônica. Esses religiosos procuram estar nos lugares mais afastados, como as áreas de fronteira,

atendendo às populações mais pobres do Amazonas, como os ribeirinhos e os índios.

Segundo Frei Xavier, o trabalho voluntário dos 1.200 capuchinhos no País está espalhado em 12 áreas de atuação em 24 Estados. Atualmente, 40 padres capuchinhos desenvolvem trabalhos em Manaus. Frei Paulo Xavier é um deles. O mais conhecido da ordem capuchinha em Manaus é Frei Fulgêncio, que já trabalha há mais de 40 anos na Capital e no interior do Amazonas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero comunicar que hoje a Comissão de Viação e Transporte

realizou importante audiência pública para debater a possível privatização dos aeroportos brasileiros.

Na oportunidade, eu disse que este não é um Governo de privatizações e que não é hora de discutirmos a transferência para a iniciativa privada dos aeroportos mais rentáveis do País.

Elaborado pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários, tínhamos a nos orientar um documento-guia que eu gostaria de deixar registrado nos Anais da Casa.

O documento resgata a importância da INFRA-ERO e a necessidade de seu fortalecimento, pela não privatização dos aeroportos nacionais.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA

A Desmontagem da Rede Aeroportuária Brasileira

A INFRAERO É NOSSA!

QUESTÃO DE SOBERANIA NACIONAL

CNTT | CUT
AEROPORTOS DO BRASIL, DOS BRASILEIROS
 Sindicato Nacional dos Aeroportuários
 | www.sina.org.br

Introdução

Está em curso nos porões da burocracia governamental do Ministério da Defesa a proposta de concessão da infraestrutura aeroportuária à iniciativa privada. O estudo que deveria ser feito sob a égide de um conjunto de critérios técnicos objetivos a fim de propiciar diretrizes e medidas voltadas ao adequado desenvolvimento dos aeroportos nacionais, está sendo realizado a “toque de caixa”, sob o patrocínio da Secretaria de Aviação Civil – SAC.

Um grupo composto por representantes da SAC e da Anac, com o devido suporte do Ministro da Defesa e do secretário de Aviação Civil, corre contra o tempo para apresentar, a qualquer custo, ao Conselho de Aviação Civil/Conac, o novo modelo de exploração dos aeroportos, para encaminhamento à aprovação do Presidente da República.

Como já se anunciava desde que a proposta começou a ser elaborada, a minuta do documento prima pela concessão dos aeroportos lucrativos à iniciativa privada, assumindo que os recursos decorrentes dessas

concessões serão suficientes para manter os demais aeroportos deficitários. O pior é que a referida proposta está baseada em relatório, cujo conteúdo inclui critérios técnicos discutíveis e premissas econômicas não aplicáveis à rede aeroportuária brasileira, como se verá neste documento.

A conclusão é que a proposta de concessão desmonta a rede aeroportuária brasileira, principalmente aquela sob a gestão da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, sob o pretexto de permitir o aumento de investimentos no setor e estabelecer maior competitividade entre os aeroportos. Neste documento constam informações que precisam ser avaliadas pelas autoridades públicas antes da tomada de decisão por parte do Governo Federal em relação à modelagem de exploração dos aeroportos.

Este documento é mais um esforço no sentido de esclarecer à sociedade aspectos que estão sendo desconsiderados pelos “novos sábios” da infraestrutura aeroportuária e que poderão gerar sérios prejuízos ao sistema aeroportuário nacional e, conseqüentemente, ao erário público.

2. Informações institucionais da Infraero

A rede aeroportuária brasileira é composta por mais de 2.500 aeroportos e aeródromos. Destes, 743 são públicos e mais de 1.700 privados. A rede do Brasil é a segunda maior do mundo, ficando atrás apenas da dos Estados Unidos.

Dos 743 aeródromos públicos, a Infraero administra 67 aeroportos. O Comando da Aeronáutica também administra diversos aeroportos, além daqueles classificados como militares. Há, também, aeroportos públicos administrados por estados, como pelo DAESP (Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo) em São Paulo, e, também, por municípios.

A Infraero é uma empresa pública, com 36 anos de existência, atualmente administrando 67 aeroportos, contemplando 70 terminais de passageiros e 33 terminais de carga aérea, além de 80 unidades de Navegação Aérea espalhadas pelo Brasil. A rede aeroportuária sob administração da Infraero concentra 97% de todo o movimento de passageiros do Brasil.

Em 2008, passaram pelos aeroportos da Infraero 113,2 milhões de passageiros, por meio de 2,1 milhões operações de pouso e decolagem. Foram processadas 724,2 mil toneladas de carga de importação e exportação. Trata-se da terceira maior operadora do mundo, atrás apenas da Aena (Espanha) e da BAA (Inglaterra). A rede Infraero concentra 33% do movimento de passageiros da América Latina e do Caribe.

No período de 1998 a 2008, a Infraero obteve recursos da ordem de R\$20,2 bilhões, dos quais apenas R\$446 milhões decorrentes de aporte de capital

da União (2%) e investiu 27% desse montante, cerca de R\$5,5 bilhões. Em comparação com os recursos obtidos, o nível de investimentos foi bastante expressivo, principalmente se for considerado que não houve a assunção de qualquer endividamento. Além de ter operado e mantido toda sua rede aeroportuária, a Infraero ampliou expressivamente a capacidade instalada, em harmonia com o aumento da demanda que cresceu 77% (em 1998 foram processados 64 milhões de passageiros).

O equilíbrio financeiro da rede de aeroportos da Infraero, ao longo dos anos, tem sido obtido pela combinação de uma rede com aeroportos superavitários, como Guarulhos, Congonhas, Campinas, Galeão e aeroportos deficitários, em modelo que é referência no mundo pela qualidade dos serviços ofertados em todos os aeroportos da rede.

Em termos de geração de resultado, em 2008, a Infraero obteve lucro antes dos investimentos de R\$372,7 milhões. Dos 67 aeroportos, destacaram-se quatro que apresentaram resultados acima de R\$30 milhões. São eles Guarulhos com R\$340,7 milhões, Campinas com R\$108,3 milhões, Congonhas com R\$102,4 milhões e Curitiba com R\$34,7 milhões. Os demais apresentaram resultados insuficientes para remunerar o capital investido, sendo que 21 apresentaram lucros inexpressivos ou residuais e 42 apresentaram prejuízos.

A alteração na composição dos aeroportos administrados pela Infraero, sem a devida avaliação dos impactos decorrentes, pode gerar sérios danos a rede aeroportuária nacional, com repercussões em termos de segurança e qualidade dos serviços.

Neste caso, sofrerão as conseqüências os aeroportos das regiões com menor densidade de tráfego, como os estados das regiões norte, nordeste e centro-oeste, além dos aeroportos do interior do País, inclusive aqueles considerados estratégicos na região amazônica.

Nesse período, a tarifa de pouso e permanência doméstica, que obteve o último reajuste em 1997, cresceu apenas 6,97%, enquanto as passagens aéreas subiram 426%, a água subiu 349%, gasolina, 358%, energia elétrica, 386% e telefone, 700% e a inflação medida pelo IGP-DI foi de 339%. A tarifa de pouso e permanência internacional permanece inalterada desde 1994, sendo que a variação do dólar, moeda de referência, ficou muito abaixo da inflação.

A tarifa aeroportuária de pouso e permanência mantém-se congelada, apesar de diversas solicitações de reajustes feitos à Anac desde 2006. Não é à toa que enquanto no mundo, em média, as tarifas aeroportuárias representam 4% do custo das empresas

aéreas, no Brasil essa representatividade é de apenas 1,57%, conforme dados do Conselho Internacional de Aeroportos e da própria Anac.

No tocante à tarifa de embarque doméstica, apesar de reajustes acumulados de 130%, permaneceu abaixo da variação da inflação do período. Hoje, a tarifa de embarque doméstica está 30% abaixo da média mundial. A tarifa de embarque internacional teve seu valor em dólar corrigido em 100% em 1998, porém os recursos arrecadados com esse reajuste vêm sendo transferidos para o Tesouro Nacional, conforme determinação legal (Leis nº 9.825/1999 e 10.744/ 2003).

aeronáutica e aeroportuária, novo ambiente regulatório foi estabelecido, principalmente no que se refere à infraestrutura aeroportuária brasileira.

O Artigo 3º da referida Lei determina que "A ANAC, no exercício de suas competências, deverá observar e implementar orientações, diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho de Aviação Civil/CONAC, especialmente no que se refere a:

I - a representação do Brasil em convenções, acordos, tratados e atos de transporte aéreo internacional com outros países ou organizações internacionais de aviação civil;

II - o estabelecimento do modelo de concessão de infraestrutura aeroportuária, a ser submetido ao Presidente da República;

III - a outorga de serviços aéreos;

IV - a suplementação de recursos para aeroportos de interesse estratégico, econômico ou turístico; e

V - a aplicabilidade do instituto da concessão ou da permissão na exploração comercial de serviços aéreos."

No tocante ao Inciso II, vê-se que a ANAC deverá assessorar o CONAC no estabelecimento de modelo de concessão de infraestrutura aeroportuária, a ser submetido ao Presidente da República.

Nesse sentido o Decreto nº 3.564/2000, que criou o CONAC, já estabelecia que o modelo de concessão da infraestrutura aeroportuária deveria ser elaborado e apresentado por aquele Conselho ao Presidente da República.

Diante disso, considerando os impactos decorrentes para os aeroportos brasileiros, seria necessária a elaboração de estudos prévios visando contribuir com a tarefa atribuída à ANAC, quanto ao estabelecimento do modelo de concessão da infraestrutura aeroportuária.

Desse modo, ao invés da criação de um grupo formal, por meio de portaria, foi definido um grupo informal, sob a coordenação do diretor do Departamento de Política da Aviação Civil – Depac da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa, que contou inicialmente com a participação da ANAC e da Infraero.

O trabalho desse grupo foi iniciado em 5/8/2008, com o objetivo de elaborar um relatório que oferecesse suporte técnico à proposta de resolução com diretrizes para o modelo de concessão da infraestrutura aeroportuária. Já na primeira reunião foi apresentada uma proposta de estruturação do relatório final do grupo, com claros indicativos da intenção de desconstruir o atual modelo de gestão dos aeroportos.

A respeito do relatório técnico, uma equipe da Infraero efetuou sua análise, apresentando uma série de inconsistências nas informações consideradas e até erros de interpretação de dados colocados à disposição do grupo, isso sem mencionar a análise parcial de informações a respeito das experiências de concessão de aeroportos no mundo.

Mesmo tendo ficado evidente que a base técnica da proposta de resolução estava comprometida, visto que certos pressupostos ali considerados não mantinham relação com a realidade da infraestrutura aeroportuária brasileira, optou-se por desconsiderar as não conformidades indicadas pela Infraero, mantendo-se intacta a proposta de resolução.

4. Principais pontos de discordâncias com as propostas consideradas no estudo realizado pela SAC

Em princípio é fundamental registrar que, embora representantes da Infraero tenham participado de reuniões, não participaram da elaboração do relatório nem da proposta de resolução. Foram até surpreendidos ao verificar que informações solicitadas pelo coordenador do Grupo de Trabalho

As estimativas de perdas da Infraero, no período de 1998 a 2008, em valores originais, são de R\$2,8 bilhões, sendo R\$1,3 bilhão em decorrência da não atualização monetária das tarifas e R\$1,5 bilhão, transferidos ao Tesouro Nacional, relativo à tarifa de embarque internacional.

3. Contexto da preparação do modelo de concessão

Com o advento da Lei nº 11.182/2005, que criou a Agência Nacional de Aviação Civil/Anac, órgão responsável pela regulação e fiscalização das atividades de aviação civil e de infraestrutura

foram utilizadas fora de contexto. Ressalta-se que todas as sugestões apresentadas pelos representantes da Infraero na defesa da empresa e da sua continuidade no novo modelo foram sistemática e terminantemente rejeitadas.

Esse procedimento em relação aos representantes da Infraero coaduna-se com a forma como foi estruturado o relatório. Inicialmente (Capítulo 1), o sistema aeroportuário brasileiro, base do trabalho, foi apenas descrito e, mesmo assim, de forma superficial e centrada nos aeroportos da Infraero. Ao mesmo tempo, em que faltou uma descrição, ao menos superficial da rede composta por 303 aeroportos dos COMAR/FUNAI, 192 dos governos estaduais, 167 das prefeituras, 9 de aeroclubes, 2 de empresas privadas e 3 do Exército Brasileiro, faltou também uma análise FUNDAMENTADA do sistema como um todo (composto por esses 743 aeroportos). Em verdade, todo o relatório orbita em torno da concessão dos 67 aeroportos da Infraero, com ênfase para os superavitários.

Por falta de uma análise fundamentada da infraestrutura aeroportuária brasileira, o coordenador do grupo informal viu-se livre para lançar afirmativas sem sustentação lógica ou fática.

No Capítulo 2 "Fatores Determinantes da Outorga da Infraestrutura Aeroportuária", o coordenador registra: "é preciso avaliar se o atual sistema aeroportuário brasileiro em sua totalidade e não apenas a parcela composta pelo sistema Infraero, comporta o assinalado crescimento setorial". Não obstante essa proposição, em nenhum ponto do relatório existe qualquer nota sobre os aeroportos operados pelo DAESP (Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo) ou por outras entidades governamentais ou privadas, o que nos leva a concluir que o objetivo do trabalho está centrado na extinção da Infraero, por meio da concessão de seus aeroportos a outros operadores estatais estrangeiros ou privados.

No Capítulo 3, sobre a "Experiência Internacional na Delegação de Aeroportos à Iniciativa Privada", o Coordenador centra sua exposição em análise bastante parcial desse processo, pois direciona o raciocínio para o caso do Reino Unido e para aeroportos inexpressivos da África e Américas do Sul e Central, além do México. Essa parcialidade levou-nos a desenvolver uma análise da composição acionária de uma ampla rede de aeroportos, envolvendo 48% do movimento mundial ou cerca de 2,3 bilhões de passageiros.

No Capítulo 4, sobre os "Aspectos Jurídicos da Concessão da Infraestrutura Aeroportuária", o coordenador registrou várias afirmações que não encontram sustentação na realidade brasileira. Ao afirmar que "a demanda por novos investimentos, no entanto, conflita com a escassez de recursos públicos", o autor revela desconhecer que os investimentos nos aeroportos da Infraero são realizados com recursos próprios. Os atuais investimentos públicos são parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e entram na empresa sob a forma de aporte de capital.

No Capítulo 5, a respeito das "Diretrizes Regulatórias para a Concessão da Infraestrutura Aeroportuária", o coordenador chega a afirmar que "atualmente, aeroportos privatizados, delegados ou administrados pela iniciativa privada já se tornaram comuns no sistema de transporte aéreo mundial". Essa afirmativa contraria todos os dados de posse da Infraero. Aliás, deliberadamente, o autor omitiu informações sobre os aeroportos norte-americanos, todos estatais; omitiu informações sobre a rede de 48 aeroportos da AENA (Espanha) e sua composição acionária e omitiu informações sobre a ADP (França) e sua composição acionária. Não obstante, supervalorizou os dados sobre o Reino Unido e Austrália por lhe serem favoráveis. Semelhante parcialidade coloca em dúvida as propostas formuladas ao final do trabalho.

Outros pontos que comprometem a fidedignidade e imparcialidade do relatório do grupo informal são os seguintes: ..

A. Levantamento constante do relatório indicaria que os aeroportos da Infraero estariam saturados.

A avaliação foi feita com base na capacidade anual declarada. Essa informação é utilizada em todo o mundo como referencial de projeto e não como medida operacional de uso dos aeroportos. Quando efetuou a confrontação entre a capacidade anual e a demanda, o grupo informal apresentou como saturados os aeroportos de Santos Dumont, Guarulhos, Confins, Curitiba, Manaus, entre outros.

A avaliação de saturação, de acordo com as melhores práticas, deve considerar a capacidade horária. Nos aeroportos acima citados ocorrem os chamados horários de pico, que são momentos em que o aeroporto opera até acima de sua capacidade de processamento. Entretanto, na maior parte do tempo verificam-se horários ociosos, que são momentos no qual a frequência de voo diminui drasticamente, a ponto de o aeroporto ficar quase “vazio”. Esse comportamento é comum em qualquer parte do mundo, até porque os operadores aeroportuários necessitam otimizar o uso da infraestrutura e viabilizá-la economicamente. Antes de qualquer medida emergencial em relação à concessão dos aeroportos, é necessário ajustar as bases dos estudos, estabelecer políticas, a cargo da agência reguladora, voltadas a corrigir possíveis deficiências, e adotar práticas que conduzam ao melhor aproveitamento dos aeroportos.

É estranho e demonstra a desconexão entre os estudos realizados pela SAC e a prática de operação dos aeroportos, o fato de a Anac ter liberado novos voos no Santos Dumont, quando a base de estudos do novo modelo indica que o aeroporto encontra-se no limiar da saturação.

B. O relatório trata de “questões concorrenciais” entre aeroportos, sem apresentar informações técnicas contundentes.

O relatório está repleto de afirmações relativas à concorrência no setor aeroportuário. Entretanto, em nenhum momento são apresentados dados estatísticos, pesquisas de opinião ou mesmo estudos acadêmicos para balizar suas conjecturas.

Na verdade, a análise concorrencial deveria considerar o setor aeroportuário como mais uma alternativa de transporte. Não tratá-lo isoladamente como faz o relatório. O usuário que quer ir de um ponto a outro pode escolher entre carro, ônibus, trem, barco ou qualquer outro meio de transporte. Por exemplo: a partir do momento em que houver um trem de alta velocidade entre o Rio e São Paulo o usuário poderá escolher entre a ponte aérea e o trem. Nesse caso, haveria, considerados determinados benefícios de uma ou outra possibilidade de locomoção, a real concorrência.

Na análise exclusiva do setor aeroportuário, pelo montante de investimentos envolvidos e pela complexidade da operação aérea, são poucas as cidades no Brasil que comportam mais de um aeroporto. Desse modo, torna-se difícil imaginar a competição entre aeroportos, principalmente se for considerada a insuficiência dos demais modais de transporte. Apenas em duas cidades, São Paulo e Rio de Janeiro, poder-se-ia considerar possíveis situações de competição, o que também não é o caso, pois o perfil dos passageiros, usuários desses aeroportos, é diferente.

A verdade é que não existe no mundo uma cidade que tenha dois ou mais aeroportos administrados por entidades distintas em que se verifique a concorrência. Exatamente porque nesses casos os aeroportos são complementares e atendem a públicos distintos.

No Rio, Santos Dumont e Galeão são aeroportos que atendem a públicos diferentes. Enquanto Santos Dumont é um aeroporto para ligações rápidas, de curta duração, com o uso de aviões de pequeno e médio porte, voltadas principalmente para executivos, que utilizam pouca bagagem; Galeão é um aeroporto de vocação internacional, com voos de longa duração, aeronaves de grande porte e que sempre demandará alternativas domésticas de conexão para ser viabilizado.

A recente autorização de novos voos no Santos Dumont se não for bem gerida poderá gerar desconfortos naquele aeroporto, haja vista que seus sistemas estão desenhados para atender passageiros com perfil diferenciado dos usuários do Galeão.

A mesma situação pode ser verificada em Congonhas e Guarulhos, embora, por pressão das empresas aéreas, que têm em Congonhas uma de suas principais fontes de ganho, este aeroporto realize operações fora do perfil que seria desejável, inclusive no tocante à frequência de voos, tamanho das aeronaves e peso de decolagem/pouso.

Os aeroportos são “monopólios naturais”. A obtenção da efetiva concorrência não pode ser conseguida com a transferência da exploração de um único aeroporto de uma entidade pública para uma entidade privada. Isso é apenas o ato de transferir o detentor do monopólio (público para privado).

Outro ponto essencial neste aspecto, que tem sido badalado pelos “especialistas” do setor, refere-se ao uso das tarifas aeroportuárias como incentivo à concorrência entre os aeroportos. Uma possível competição entre os aeroportos do Galeão e o de Guarulhos demandaria mais do que ajustes nas tarifas aeroportuárias. Aspectos fora do contexto da gestão aeroportuária, como segurança, meios rápidos e eficientes de ligação entre as cidades, segurança, carga tributária e outros precisariam ser devidamente tratados. Vale

lembrar que as tarifas aeroportuárias de pouso e permanência representam, no Brasil, apenas 1,57% do custo das companhias aéreas, enquanto que a média mundial é de 4% (Fontes: Conselho Internacional de Aeroportos e Anac).

Para se ter uma ideia da dimensão disso, o pouso de uma aeronave A320, em voo doméstico, em Guarulhos e no Galeão, custa à companhia aérea R\$175,35, enquanto em voo internacional, US\$594,30. O peso desses valores nos custos totais da empresa aérea é mínimo, sendo que eventuais descontos teriam pouca ou nenhuma influência nos custos finais e, por conseguinte, nos preços das passagens aéreas.

O mesmo ocorre com a tarifa de embarque doméstica, cujo valor nos dois aeroportos é de R\$19,62, e a internacional que é de US\$36,00. É difícil imaginar que o passageiro do Rio de Janeiro iria para São Paulo apenas incentivado pela redução nestes dois preços.

A assertiva de influência dos preços das tarifas aeroportuárias na concorrência entre aeroportos só seria real se o processo de concessão fosse acompanhado por um brutal aumento das tarifas, de modo a criar incentivos via tarifa para incrementar a concorrência. Nesse caso, entretanto, o aumento dos custos aeroportuários geraria um aumento nos preços das passagens em prejuízo para o usuário, jogando também por terra o argumento constante do relatório.

C. O relatório apresenta algumas experiências de privatização de aeroportos (concessão, venda, contrato de operação, etc.), levando o leitor a acreditar que se trata de uma prática comum no mundo.

Ao contrário do que é apresentado no relatório, a prática de transferência da exploração de aeroportos à iniciativa privada é ainda incipiente no mundo. Estudo realizado pela Infraero, com 50 grandes operadores do mundo, com uma amostra de 2,3 bilhões de passageiros, representativa de 48% do movimento de 2007, indicou que apenas 15% dos passageiros foram processados por aeroportos totalmente privados. Os demais foram operados em aeroportos com capital misto (público e privado), com 15%, e por aeroportos totalmente públicos, com 70%, totalizando 85%.

Esta situação não é casual, decorre da preocupação dos países em manter o adequado controle de seus aeroportos. Seja por questões de segurança, seja pelo desinteresse de investidores privados, ou, ainda, pelo fato de determinados aeroportos serem geradores de extraordinários resultados, a exploração pública ainda é consagrada no mundo.

No tocante às experiências brasileiras de transferência de aeroportos à iniciativa privada, trata-se de casos isolados, nos quais há apenas a contratação dos serviços de operação, com a previsão de pequenos in-

vestimentos. Os investimentos mais relevantes ficaram a cargo do setor público estadual, que tem se utilizado do Programa Federal de Auxílios a Aeroportos – PRO-FAA, cujos recursos são originados do Adicional de Tarifa Aeroportuária cobrado nos aeroportos tarifados do Brasil, principalmente os da rede Infraero.

D. O, relatório apresenta transferência dos aeroportos à iniciativa privada como urna alternativa à ampliação dos investimentos no setor.

O processo de concessão à iniciativa privada, conforme prática adotada nos últimos anos no País, dar-se-á com base em financiamento público por meio do BNDES. Os recursos genuinamente privados serão residuais, da ordem de 10% a 15%, apenas para cumprir determinadas contrapartidas.

No relatório é propalada a ideia da ampliação dos investimentos por meio da iniciativa privada, entretanto permanece a questão: Seriam tais investimentos privados?

Sim, apenas pelo fato de que a exploração seria classificada como privada e que determinados aspectos administrativos não seriam considerados, como a observância à lei de licitações. Todavia, de fato, as tarifas públicas arrecadadas pelo explorador privado permitiriam a amortização do financiamento público.

Na prática, o investimento só é privado porque a gestão do processo está nas mãos de investidores privados.

E. O relatório alega considerar toda a rede aeroportuária brasileira e não apenas os aeroportos da Infraero.

Embora o relatório da SAC apresente essa afirmação, todas as avaliações são feitas com base nos aeroportos da Infraero, vez que esses concentram 97% do movimento de passageiros do País.

Sem desmerecer qualquer outro fora da rede Infraero, trata-se de pequenos aeroportos e até campos de pouso com o mínimo de infraestrutura, sem a necessária certificação operacional da ANAC e que são resultado mais da vontade política das localidades em ter seus próprios aeroportos do que num sistema central de planejamento do incremento da oferta dos serviços aeroportuários.

No tocante à proposta de resolução, afora os tópicos que se contrapõem à prática de exploração de aeroportos, alguns deles já citados anteriormente, chama a atenção o contido na alínea c do Artigo 19 que estabelece a “não admissão de concentração regional e/ou nacional que prejudique a competição no sistema aeroportuário brasileiro.”

Sem entrar no mérito do conceito de competição adotado pelo grupo de trabalho informal, o objetivo parece ser o de excluir da rede da Infraero, pelo menos,

dez grandes aeroportos que concentram cerca de 70% do movimento de passageiros, dentre eles Guarulhos, Congonhas, Galeão e Brasília, além de Campinas, um dos líderes no setor de carga aérea. Exatamente os aeroportos lucrativos que dão sustentação financeira aos demais aeroportos da rede da Infraero.

De fato, a regra deve inviabilizar a existência da rede de aeroportos da Infraero. Como se sabe, a Infraero concentra 97% do movimento nacional de passageiros. Tal situação se transformou – na lógica dos formuladores do modelo de concessão – em um obstáculo à concessão privada dos aeroportos.

Não parece haver sentido a proibição da existência de concentração regional e/ou nacional, vez que o interesse público pode pressupor tal condição. Se esta proibição fosse necessária,

deveria ser aplicada apenas para a exploração privada de aeroportos, situação não explicitada na resolução.

A regra está em contradição com as ações do Governo Federal visando à abertura de capital da Infraero. Com este intuito está em curso acordo de cooperação entre o Ministério da Defesa e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, havendo por parte do Banco a contratação de uma consultoria para estudar o assunto e apresentar alternativas para o lançamento de ações da Infraero no mercado de capitais. Se aprovada a regra, um dos primeiros prejuízos será a inviabilização da abertura de capital da Infraero, com o consequente desperdício de dinheiro público na contratação de consultoria por parte do BNDES.

Ação coordenada entre a SAC–MD e a ANAC visando à desconstrução do modelo atual de exploração dos aeroportos

Do relatório elaborado pelo grupo informal coordenado pela SAC constam avaliações imprecisas a respeito da infraestrutura aeroportuária brasileira, notadamente aquela sob gestão da Infraero. É clara a intenção de apresentar um diagnóstico desfavorável da situação dos aeroportos, de modo a estabelecer as condições ideais para o lançamento de um programa de privatização de toda a rede aeroportuária lucrativa do País.

Verifica-se no relatório a ação deliberada da SAC e da ANAC no sentido de desconstruir o modelo desenhado na década de 1970, que culminou com a criação da Infraero e com a ascensão do Brasil ao primeiro mundo da aviação civil, facilitando o caminho para uma nova modelagem com a transferência da exploração dos aeroportos para a iniciativa privada.

Essa ação coordenada pode ser verificada, também, no Relatório de Desempenho Regulatório de 2008 da ANAC, que trouxe uma visão totalmente desfigurada da rede aeroportuária brasileira, com afirmações

falsas, manipulação de informações e outras “falhas” inadmissíveis para uma entidade pública do porte de uma agência reguladora. Esse documento, da mesma forma que o relatório do grupo informal do Ministério da Defesa, foi rebatido pelos técnicos da Infraero.

Tem sido comum o pronunciamento de autoridades do setor e de entidades privadas interessadas na privatização dos aeroportos, no sentido de solidificar as impressões relatadas a respeito da infraestrutura aeroportuária e criar uma realidade alternativa com base nos possíveis benefícios futuros do processo de privatização.

A prova dessa ação conjugada verifica-se, ainda, em diversos seminários que têm sido realizados no País, com o patrocínio do Ministério da Defesa e da ANAC, inclusive com a participação de especialistas internacionais, com o claro objetivo de apresentar sugestões à decisão, tida como certa, de concessão dos aeroportos lucrativos do País.

Inconsistências propagadas que podem afetar a decisão a respeito da concessão de aeroportos à iniciativa privada

Algumas inconsistências que estão sendo veiculadas pela mídia, sob o patrocínio daqueles que desejam a privatização dos aeroportos, precisam ser devidamente corrigidas, vez que podem influenciar a decisão a respeito da concessão dos aeroportos.

A. Os custos aeroportuários são altos e comprometem o desenvolvimento do País.

Ao contrário, dados da ANAC indicam que as tarifas aeroportuárias cobradas das companhias aéreas estão abaixo da média internacional. Enquanto o peso médio mundial da tarifa de pouso no custo das passagens é de 4%, no Brasil a doméstica é de 1,38% e a internacional é de 1,97%, com média de 1,57%. No Brasil, a tarifa de pouso permanece sem reajuste desde 1994, para a internacional, e desde 1997, para a doméstica, enquanto os demais preços da economia, inclusive as passagens aéreas, apresentaram reajustes expressivos. A tarifa de embarque doméstica está 30% abaixo da média mundial e a internacional dentro da média, apesar de incluir o adicional de US\$18 destinados ao Tesouro Nacional.

B. A Infraero não utiliza os recursos arrecadados para investir nos grandes aeroportos.

Nos últimos 11 anos (1998 a 2008), apesar do congelamento das tarifas aeroportuárias, foram investidos, em valores originais, R\$5,5 bilhões, sendo que os cinco aeroportos que mais receberam investimentos foram Guarulhos, Galeão, Brasília, Santos Dumont e Recife.

C. As obras da Infraero contêm indícios de irregularidade, com superfaturamento de contratos e de sobre preços de planilhas em processos licitatórios.

Trata-se de avaliações do Tribunal de Contas da União/TCU que estão sendo aprofundadas e apuradas, porém se encontram em fase de análise preliminar, sem decisão final. A conclusão do sistema de precificação dos custos das obras aeroportuárias, que vêm sendo desenvolvido pela Infraero com a Caixa Econômica Federal, fixará os novos critérios de custos, de acordo com as especificidades dos aeroportos. No tocante às obras de Vitória e de Guarulhos, os contratos já foram rescindidos, estando em andamento novas contratações. Quanto à Goiânia, a rescisão deve ocorrer brevemente. Em relação à Macapá, as licitações para continuidade das obras já estão em andamento.

D. A demanda futura exigirá a construção de novos aeroportos, sendo necessária a alocação de recursos privados para atender esse desafio.

Trata-se de uma avaliação sem o devido suporte técnico. Os vultosos investimentos para implantação de um aeroporto indicam a necessidade de estudos exaustivos para identificação de novos locais onde será necessária a construção dos novos aeroportos. Ademais só haverá interesse da iniciativa privada se o projeto for capaz de remunerar o capital aplicado, ou, não sendo, se houver patrocínio público, o que poderia ser feito diretamente para a Infraero.

E. Não haveria interesse em investir na Infraero caso houvesse a abertura do seu capital.

Trata-se de outra avaliação sem o devido suporte técnico. Os investidores orientam seus investimentos em função principalmente do risco vis-à-vis o retorno esperado, cujas avaliações ainda não foram sequer iniciadas. Somente após a conclusão dos estudos pelo BNDES é que será possível definir parâmetros para a abertura de capital, como valor da operação, taxas de riscos, potenciais investidores, etc.

F. Já há duas experiências exitosas de concessão de aeroportos: Cabo Frio e Porto Seguro.

Trata-se, na realidade, de contratos de operação e de manutenção, com pequenos investimentos, não se enquadrando no conceito de concessão. Os investimentos pesados estão a cargo dos estados, tendo sido, no caso de Cabo Frio, realizados com 70% de recursos do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, originados quase que integralmente nas tarifas geradas pela rede aeroportuária da Infraero;

G. Há uma onda de privatização de aeroportos no mundo.

Ao contrário, 85% do movimento de passageiros de 50 maiores operadores do mundo (cerca de 2,3 bilhões, equivalente a 48% do movimento total) é

operado por aeroportos controlados pelo Estado (Central, Estadual/Provincial). O programa de privatização nos Estados Unidos não decolou. Na Europa, o maior exemplo de privatização, na Inglaterra, tem apresentado diversos problemas, tendo o Governo determinado que o explorador atual proceda à venda de três dos sete aeroportos sob seu controle. Há sim iniciativas de abertura de capital na Espanha e na França, mas mantendo o controle governamental.

H. Com a concessão os custos aeroportuários devem se reduzir, minimizando seus efeitos no custo Brasil.

Não há nenhum estudo técnico que comprove tal afirmação. A experiência de privatização em todo o mundo gerou aumento e não redução das tarifas aeroportuárias. A lata, entidade que congrega as companhias aéreas, declara em seus estudos que a privatização dos aeroportos não gerou a melhoria de qualidade esperada, em muitos casos não propiciou o aumento dos investimentos, além de aumentar substancialmente os custos para as empresas aéreas. Mesmo porque, seria difícil reduzir ainda mais os valores já defasados das tarifas aeroportuárias.

7. Conclusão

Em vista do relato constante deste documento, principalmente no tocante à análise do “Relatório Final do Grupo de Trabalho coordenado pela SAC/MD com vistas a propor as diretrizes para o modelo de concessão da infraestrutura aeroportuária brasileira”, nós da Infraero, conscientes da responsabilidade que nos cabe, na manutenção da harmonia e da normalidade das operações aéreas, domésticas e internacionais, civis e militares, no território nacional, não poderíamos deixar de expressar nossa preocupação e indignação com o rumo tomado no processo de renovação da gestão da infraestrutura aeroportuária.

O comando constante do Decreto nº 3.564/2000 e da Lei nº 11.182/2005, quanto à elaboração de um modelo de concessão da infraestrutura aeroportuária, deve efetivamente ser transformado em decisões e medidas concretas visando à melhoria do sistema aeroportuário nacional. Entretanto, o legislador pode ver seu intuito desfigurado em decorrência da forma inadequada e açodada como o assunto tem sido conduzido.

Reconhecemos que a situação atual difere, em muito, daquela existente na década de 1970, quando da criação da Infraero. Não obstante, as críticas elencadas no relatório do grupo de trabalho informal da Secretaria de Aviação Civil – SAC, do Ministério da Defesa, quanto à qualidade, à eficiência operacional e econômico-financeira e à gestão da Infraero, não encontram fundamento na realidade vivenciada pela

empresa, o que pode ser facilmente comprovado pelas informações disponíveis, das quais muitas já constam deste relatório.

Para os trabalhadores que dedicaram suas vidas à construção da segunda maior rede de aeroportos e da terceira maior empresa de infraestrutura aeroportuária do mundo, em passageiros embarcados e desembarcados, causa repulsa receber comentários tão deprimentes, oriundos de pessoas com pouca ou nenhuma vivência na concepção, construção e operação de aeroportos, bem como perceber uma ação coordenada por entes do Governo, inclusive apoiada por algumas instituições de mídia, no sentido de denegrir a reputação da Infraero.

Ao encerrar este documento, cumpre-nos alertar as autoridades responsáveis para a importância e sensibilidade política, econômica e social da proposta contida no relatório do grupo de trabalho da Secretaria de Aviação Civil – SAC, do Ministério da Defesa, e na proposta de resolução do modelo de concessão da infraestrutura aeroportuária nacional.

As propostas dos “novos sábios” da infraestrutura aeroportuária, longe de ser um compêndio técnico robusto, capaz de orientar as autoridades a respeito do novo modelo de concessão de aeroportos, é uma clara demonstração do despreparo daqueles que tem sob sua responsabilidade a gestão da aviação civil brasileira.

Após tudo o que aconteceu no Brasil, julgamos não ser oportuna a desmontagem operacional, financeira e patrimonial da rede aeroportuária brasileira sob a gestão da Infraero. Ao contrário, apenas o seu fortalecimento, como uma empresa nacional de interesse estratégico – a exemplo do que foi feito em relação a suas empresas nacionais de aeroportos em países como Espanha, Alemanha, França, Holanda, dentre outros – é garantia da manutenção do status do País dentre os melhores no trato do seu sistema de aviação civil.

Não se trata de uma medida de caráter corporativo (no sentido negativo do termo), mesmo porque as bases da nossa discussão são essencialmente técnicas, apoiadas nas melhores práticas de gestão aeroportuária adotadas em todo o mundo.

Este posicionamento reflete nosso anseio de demonstrar o equívoco das propostas encaminhadas dentro do Governo, principalmente após a constatação de que nossos avisos não foram considerados e de que a marcha da privatização a qualquer custo segue avante.

Apenas medidas de impacto poderão desarticular a ação dos produtores dos “novos paradigmas” da exploração aeroportuária nacional, engendrados

sabe-se lá por quais interesses e apoiados em axiomas que não se coadunam com a prática vivenciada pelo mundo.

Nesse sentido, toda a sociedade deve ser envolvida na discussão, principalmente aqueles sobre os quais paira a responsabilidade de defender as melhores práticas de gestão pública.

Conclamamos todos aqueles que compreenderem que a proposta de modelo de concessão dos aeroportos nacionais, em curso no Governo Federal, da forma como apresentada pelo Ministério da Defesa, não é o caminho a ser seguido pelo País.

Brasília, 9 de julho de 2009. – **Francisco Luiz Xavier de Lemos**, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários – SINA.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Inocência Oliveira, na realidade, gostaria de homenageá-lo. Quero parabenizá-lo pela entrevista que concedeu à revista **Brasília em Dia**, na qual mostra um pouco da sua saga nesses 40 anos de Câmara Federal. V.Exa. mostra os postos que ocupou pela sua luta e, o mais importante, que continua aquele jovem vibrante de Serra Talhada de quando chegou aqui, com os mesmos ideais, dizendo que vale a pena ser político. Isso é importante.

Quero prestar essa homenagem singela a V.Exa. pela admiração que lhe tenho – V.Exa. sempre mostrou garra e competência. Já vi Presidentes da República homenageá-lo bastante aqui, assim como vários Líderes. V.Exa. foi meu Líder no PFL – aqueles foram momentos felizes da minha vida –, e sempre foi muito democrático com seus liderados.

Parabéns! Faça de coração essa homenagem a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Agradeço ao Deputado Pedro Fernandes. É mais uma emoção na minha vida. Ali eu disse o que pensava, continuei com o mesmo entusiasmo da minha primeira eleição. O importante é isso. Sabemos que estamos cumprindo uma missão com uma região que, como o Nordeste, é sempre discriminada – assim como o Norte, o Centro-Oeste. Portanto, temos uma grande missão.

Quero agradecer de coração ao Deputado Pedro Fernandes e dizer que suas palavras me marcaram profundamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, à ilustre Deputada Solange Amaral.

A SRA. SOLANGE AMARAL (DEM – RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero registrar que o Ministério da Agricultura e a CONAB finalmente passaram a tratar dos assuntos que envolvem 2 hortomercados no Rio de Janeiro – COBAL, do Humaitá, e COBAL, do Leblon – e receber os permissionários, muito deles pessoas que trabalham nesses locais há décadas, e cujos direitos não têm sido respeitados, sobretudo em relação à qualidade da construção e das condições dos prédios que ocupam.

Agora, o Ministério da Agricultura e a CONAB abriram negociações com os permissionários. Já estive com o Ministro Reinhold Stephanes tratando da questão. Torço a fim de que tudo termine bem para todos os que trabalham nos hortomercados do Humaitá e do Leblon e também para os que os frequentam.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Eliene Lima.

O SR. ELIENE LIMA (PP – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero nesta oportunidade saudar os profissionais da educação física – em especial os do meu Estado, Mato Grosso – neste seu dia, 1º de setembro.

Nobres colegas, a prática de atividades físicas faz bem ao homem, pois através delas é possível obter equilíbrio físico e emocional. Além disso, são formas de envolver jovens e crianças, afastando-os das drogas e da promiscuidade.

Para a prática de qualquer tipo de esporte ou exercício é necessário que um profissional da área da educação física, após uma avaliação sobre a capacidade de cada um, sobre os limites que o corpo de cada pessoa pode suportar e vencer, prescreva a devida orientação.

O Dia do Profissional de Educação Física é comemorado em 1º de setembro em razão de a publicação da lei que regulamentou o exercício da profissão – a Lei nº 9.696 – ter sido publicada nesse dia.

A ideia da data surgiu nas comemorações do dia São Cosme e São Damião, ocasião em que os professores de educação física organizavam brincadeiras para divertir a garotada, entregando-lhe guloseimas e doces.

Quatrocentos e cinquenta anos antes de Cristo, o grego Miron criou o símbolo das práticas esportivas, o Discóbolo, um arremessador de disco, o que comprova que os esportes existiam desde os tempos mais antigos.

No Brasil, historicamente falando, considera-se que desde o período da colonização a educação física já era praticada em nossas terras.

Os índios corriam atrás das caças, usavam arcos e flechas, nadavam, dançavam, jogavam peteca, lutavam entre si e praticavam a corrida dos troncos. Já os negros africanos, que vieram como escravos para o Brasil, jogavam capoeira e realizavam lutas corporais, aprendidas mediante a observação dos animais em seus países de origem.

Mas somente em 1851, através da Lei nº 630, a ginástica foi incluída nos currículos das escolas primárias e secundárias, onde era praticada 4 vezes por semana.

Na década de 80 do século passado, após o período da ditadura militar, a prática de esportes passou a ser vista de forma mais ampla, tendo então se formado os primeiros grupos profissionais. Para isso, era necessário que empresas patrocinassem os atletas e mantivessem times e equipes. Esses foram os primeiros passos para o início de formações esportivas de qualidade no País, cujos frutos agora colhemos com a conquista de campeonatos mundiais em diferentes modalidades.

O campo de trabalho dos profissionais de educação física cresceu bastante nos últimos anos, tendo eles deixados de ser apenas professores de escolas ou de academias. Hoje, trabalham como **personal trainer**, desenvolvem programas de emagrecimento para crianças e adultos, organizam trabalhos de acréscimo muscular que são muito valorizados, em razão de a população cultuar o aspecto físico, ser vaidosa, buscar um corpo belo e saudável.

Os professores de educação física são responsáveis pelos alunos durante a prática de exercícios físicos. Eles os orientam no alongamento, atividade destinada ao aquecimento da musculatura, e na realização em si dos exercícios, corrigem-lhe a postura, conferem seus batimentos cardíacos e verificam a respiração e o cansaço, não permitindo que ultrapassem seus limites.

Trabalham também esses profissionais com o aspecto lúdico, ajudando as pessoas a liberarem suas tensões e a se tornarem mais felizes.

Meus parabéns, portanto, aos profissionais de educação física.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caminhar em ambientes naturais, enfrentar corredeiras em botes infláveis, aventurar-se por cavernas e águas cristalinas, desfrutar tudo o que a natureza pode oferecer de forma sustentável e consciente, eis atividades que cada vez mais ganham o gosto popular.

Durante o 4º Salão do Turismo, realizado em julho, das 1.700 pessoas entrevistadas, 34,3% apontaram o Ecoturismo e o Turismo de Aventura como atividades

para suas próximas viagens, atrás apenas do Turismo de Sol e Praia, com 52,1%.

O segmento, que ano passado apresentou lucro nacional de R\$490 milhões, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – ABETA, estrutura-se no País e ganha visibilidade internacional. Este ano, o Brasil foi eleito pela National Geographic Adventure como destino Best of Adventure 2009.

Sr. Presidente, o Ministério do Turismo, em parceria com a ABETA, por meio do programa Aventura Segura, atua para que o segmento se consolide no País como atividade segura para turistas brasileiros e estrangeiros.

Hoje, o programa conta com 4.840 pessoas qualificadas em 16 destinos turísticos de 13 Estados brasileiros por meio de cursos de Gestão Empresarial, Sistema de Gestão da Segurança e Competências Mínimas do Condutor, Primeiros Socorros e Curso de Qualificação para Voluntários do Grupo Voluntário de Busca e Salvamento.

O programa, que envolve mais de 100 municípios, conta ainda com a participação de 480 empresas. Ligados ao Aventura Segura, foram criados também 13 Grupos Voluntários de Busca e Salvamento. Hoje, o Turismo de Aventura tem 24 Normas Técnicas criadas e publicadas no âmbito da ABNT.

Isso mostra que o segmento está se organizando e profissionalizando. Tudo para que o turista tenha uma diversão segura e sem contratemplos.

Sendo de um Estado que tem por essência o ecoturismo, Mato Grosso, quero lembrar que, entre os dias 10 e 13 de setembro, será realizado o Abeta Summit – maior encontro de Ecoturismo e Turismo de Aventura da América Latina –, promovido pela ABETA em parceria com o Ministério do Turismo e a EMBRATUR.

Com o tema *Aprenda-Inove-Venda*, a edição de 2009 traz ao Brasil as principais lideranças mundiais do mercado de Turismo de Aventura.

Este ano, estima-se um aumento de 25% no número de operadoras internacionais para o encontro de negócios.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS VIEIRA (DEM – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo registrar, com grande satisfação, na data de hoje, o grande avanço que faz o Brasil na área do saneamento.

Participei há poucos instantes, no Palácio do Itamaraty, da assinatura da liberação R\$4,67 bilhões para investimentos em água e tratamento de esgotos, do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

Mais, ainda: meu contentamento é maior porque lá estavam Prefeitos e autoridades do meu Estado, Santa Catarina, que receberá R\$267 milhões para 12 dos seus mais importantes projetos se tornarem realidade, alçando os atuais índices da cobertura do saneamento, infelizmente os mais baixos do País, o que contrasta com a organização, pujança empresarial e desenvolvimento social e humano tão louvados de minha terra natal.

Saúdo a Prefeitura de Joinville, que enviou o projeto de ampliação da Bacia 3, contemplado com R\$60 milhões, e que abrangerá até as nascentes do Rio Cachoeira e possibilitará grande avanço na sua recuperação ambiental.

Saúdo também todos os Prefeitos na pessoa do Prefeito de Laguna, Célio Antônio, e todos os Parlamentares na pessoa do Deputado Estadual Kennedy Nunes, que se encontra neste plenário e aqui compareceu para destacar a importância desse ato.

Tendo sido Presidente da Companhia de Água de Santa Catarina – CASAN, sei que sem esse aporte de recursos por parte da União não seria possível atender a essa grande necessidade, não só de Estado catarinense, mas de todo o País.

Há muito que não se investia tanto nessa área. Com muita propriedade, o Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, disse que os políticos não gostavam de investir em obras enterradas, mas que agora, graças as pressões comunitárias, esse panorama mudou.

Já assinamos este ano cerca de R\$530 milhões para o PAC da Drenagem de Santa Catarina, ou seja, para obra de captação e condução de águas pluviais e contenção de enchentes e para o saneamento.

Muito há por fazer, visto que os pequenos municípios não foram atendidos – e quero lembrar que as enchentes de 2008/2009 deixaram estragos que ainda carecem de obras de correção e prevenção. Há pessoas desabrigadas, casas a reconstruir, e não deixarei de levantar a minha voz para defendê-los.

Por isso, cabe elogiar o evento de hoje, mas também protestar pelo corte da emenda da bancada de Santa Catarina, no valor de R\$50 milhões, para recompor a destruição causada por aquelas chuvas torrenciais que configuraram o maior desastre que nos acometeu.

Deixo o apelo ao Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para que reveja esse corte, ao mesmo tempo em que peço a todos os Parlamentares que se unam em torno deste pedido.

Obrigado.

O SR. ERNANDES AMORIM (PTB – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem à noite, recebemos, na Comissão de

Agricultura Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, o Ministro da Agricultura.

Fizemos reclamações em relação à Portaria nº 148, de 2009, baixada por S.Exa., que retira a autoridade dos Delegados de Agricultura nos Estados e passa para o Dr. Nelmon Oliveira, Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA, que não faz outra coisa no Ministério a não ser defender o cartel dos grandes frigoríficos. Com essa portaria, há um encaminhamento em todos os Estados que comanda e direciona a atuação do DIPOA. Com isso, manipulam e prejudicam os pequenos e médios frigoríficos.

Na oportunidade, fiz a seguinte manifestação, que peço seja transcrita nos Anais da Casa:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente gostaria de tornar bem claro os motivos que me levaram a solicitar à Comissão esta audiência com o Ministro da Agricultura.

Venho de um Estado considerado periférico pela maioria dos burocratas do Planalto, ou seja, sem a menor expressão na economia do nosso País, conceito este facilmente derrubado pelos elevados índices de produtividade de Rondônia na agricultura, pecuária e mineração, e agora mais do que nunca com o nosso novo ciclo de desenvolvimento com as obras das usinas hidrelétricas no Rio Madeira, que nos dará o título de um dos maiores produtores e exportadores de energia do nosso País.

A minha luta como político, iniciada há três décadas pelo desenvolvimento do meu Estado, tem me custado caro, e nem sempre fui bem compreendido, pois defendo e sempre defendi o pequeno produtor rural, contra a sanha e ganância dos grandes conglomerados econômicos. E assim foi na área da mineração e, hoje, na cadeia produtiva rural, que esmaga sem piedade a quem na sua visão pode lhes tirar o mercado ou impedir que tenham o domínio absoluto do mercado.

A formação de cartéis tem sido favorecida pelo Estado, pois os Estados e Municípios, assim como o Governo Federal, não possuem em suas instituições quaisquer instrumentos de políticas públicas para orientar e combater o surgimento desses cartéis, muitos de todos conhecidos, como de combustíveis, farmácias, britas, areias, cimento, transportes públicos, funerárias, principalmente o da carne com tentáculos no BNDES, MAPA e Governo Federal.

A Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, que seria o órgão de proteção dos interesses do consumidor na apuração da cartelização, não tem nos Estados estruturas para apurar as denúncias, instruir os processos administrativos, o trâmite

processual, para a definição e o combate aos cartéis disseminados em todo o País, pois todos sabem que os cartéis são o principal entrave à livre concorrência e que resultam em grande prejuízo para o mercado, a sociedade e os produtores.

É exatamente o que estão fazendo no setor de frigoríficos de carne bovina, onde já se sente o poder dos cartéis formados por um grupo de grandes conglomerados econômicos que querem dominar o setor com seus punhos de aço, esmagando as pequenas indústrias e os pecuaristas que eles detêm como seus reféns, com o beneplácito dos generosos financiamentos do BNDES.

E neste caso, que envolve o Ministério da Agricultura, quero deixar registrado nos Anais desta Comissão que não é mais possível continuar sob a égide de um RIISPOA – Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal, regido por um decreto que está em vigência há 57 anos, eivado de duplicidades e conflitos entre normas das mais variadas origens. Ele confunde o produtor, gerando grandes dificuldades em identificar qual norma ou parâmetro devem ser seguidos. Hoje há conflitos entre as normas do RIISPOA, as normas do MERCOSUL, do Mercado Comum Europeu, dos Estados Unidos, do Canadá, da Ásia, leis aprovadas pelo Congresso Nacional, normas e resoluções da ANVISA/Ministério da Saúde, INMETRO e normas do próprio MAPA, pois permitem diversas interpretações. Isso faz com que os maus fiscais usem suas prerrogativas de maneira discricionária, ou seja, como mais lhe convier, para punir ou facilitar as ações de seus protegidos.

Vou além, Sr. Ministro, dos 811 artigos do atual RIISPOA, apenas 3,4% foram preservados em estudos recentes, sendo que 49% foram alterados e 47% foram revogados por estarem totalmente obsoletos. Ou seja, 96% podem se jogados na lata do lixo.

Temos que harmonizar essa legislação com a nova realidade do País. Há uma visão caolha dos burocratas do Planalto, que desconhecem a realidade de um País com tanta diversidade, hábitos de consumo regional e nacional, assim como as legislações internacionais e os acordos sanitários com mais de 150 países com os quais possuímos relações comerciais, e ainda os avanços científicos e tecnológicos neste último meio século da vigência do atual RIISPOA.

Defendo a regionalização da fiscalização, e que as normas não sejam rígidas, pois não se pode exigir de uma planta do interior, que trabalha apenas no mercado local e regional, o mesmo que se exige de uma grande indústria exportadora, que deve atender os requisitos internacionais, para onde vão os seus produtos.

É inconcebível que a simples aprovação de um rótulo para uma apicultura leve anos para ser liberado, assim como a simples fiscalização em uma pequena unidade industrial dependa de Brasília, fato que prejudica a cadeia produtiva do Estado, que é composta em sua maioria de pequenas e médias plantas, que ficam sob o jugo opressor e humor dos tais “donos” do Ministério da Agricultura.

Não se pode tratar um desigual, como igual, pois desta forma estamos cometendo um ato arbitrário e lesivo aos interesses do pequeno produtor, que fica impedido de sobreviver comercialmente dentro de sua faixa de mercado.

Essa falta de critério definida em lei tem levado o setor a inúmeras dificuldades, como o caso de Rondônia e Mato Grosso, que se viram atropelados por uma truculenta Operação Abate, comandada por alguns setores do DIPOA, que se consideram donos do Ministério da Agricultura e se intitulam com poder de mando absoluto – estão inclusive acima da autoridade do Ministro da Agricultura.

Montaram uma farsa, através de uma Comissão de Inquérito, com servidores escolhidos a dedo, para destruírem e esmagarem moralmente servidores que não fazem parte do grupo do Planalto.

São intoleráveis, em um País que deve prezar a democracia, como é o nosso caso, prisões arbitrárias de chefes de famílias, que são expostos algemados em rede nacional de televisão, como se fossem perigosos facínoras. Dias depois são soltos por absoluta falta de provas, fato que já ocorreu comigo pessoalmente, quando fui preso por motivação política, para evitar que minha filha, hoje Deputada Estadual, se elegeisse para a Prefeitura da nossa cidade.

E, mais uma vez, essas forças contrárias tentam me atingir, envolvendo meu nome na malfadada Operação Abate, como se eu estivesse a serviço de grupos econômicos, assim como responsável por indicações, comandadas pelo Nelmon, na Superintendência Regional do Ministério da Agricultura. Criaram factoides que levaram o Ministério Público Federal e a Polícia Federal a uma ação precipitada e equivocada.

As arrogâncias desses servidores chegam ao extremo, quando questionam a legitimidade de um Deputado Federal da base Parlamentar do Presidente Lula, em exercer o seu direito constitucional de levar ao conhecimento das autoridades competentes denúncias que chegaram ao meu gabinete e que exigiam uma apuração isenta e imparcial, o que não ocorreu nesse caso, pela manipulação do Sr. Nelmon.

Creio que já chegou à hora de pensarmos um novo modelo para o DIPOA, transformando-o em uma agência reguladora, com seus técnicos escolhidos

através de concurso público e os dirigentes escolhidos dentre os profissionais de notório conhecimento do setor, com mandato de 2 anos, sem recondução, a exemplo do que já ocorre no setor elétrico – ANEEL e ANATEL – e de telecomunicação, e de pronto a formação de uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados para propor um projeto de lei criando agência reguladora da cadeia produtiva do setor de produtos de origem animal.

Esses fatores, Sr. Ministro, me levaram a requerer a esta Comissão a criação de uma Comissão Externa, composta pelos eminentes Deputados Valdir Collato, Moreira Mendes, Silas Brasileiro e Moacir Micheletto, para ouvirmos de maneira imparcial os atingidos, ou seja, presos pela Operação Abate, com a presença de um representante do Ministério Público Federal e um delegado da Polícia Federal. Espero que V.Exa. libere os servidores para que possam prestar depoimentos – em nome da verdade, justiça e democracia.

Estas são as minhas palavras iniciais.

Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Ministro, Deputado Reinhold Stephanes.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar todos os suplentes de Vereadores do Brasil pelo acordo celebrado hoje aqui (*palmas*) para na próxima quarta-feira votarmos a PEC dos Vereadores. A metade do dinheiro será economizada com o desconto que vai ser dado no repasse para as Câmaras de Vereadores. Vamos regularizar a situação dos Vereadores.

Parabéns ao Deputado Fernando Ferro.

Peço a todos os Deputados e Deputadas que votem a favor dos suplentes de Vereadores. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de fazer um registro sobre a educação no Estado de Pernambuco. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP divulgou nesta semana os Índices Gerais de Cursos das instituições – IGC para todas as universidades, centros universitários e faculdades do País. Apenas 1% das instituições conseguiram nota máxima em avaliação do Ministério da Educação. De acordo com o IGC – Índice Geral de Cursos de 2008, 21 das 2.001 instituições ganharam conceito 5, que é o melhor.

O resultado final é expresso em valores contínuos, que vão até quinhentos, e em faixas até cinco. A Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE foram as únicas instituições públicas do Estado a ficar com conceito 4. Se forem considerados os valores contínuos, a UFPE aparece na 19ª posição no **ranking** nacional das universidades,

tendo a melhor pontuação do Norte e Nordeste (347). Entre as faculdades particulares, somente a Marista e a Faculdade do Agreste de Pernambuco receberam conceito 4.

De acordo com o MEC, numa escala de 1 a 5, os conceitos 1 e 2 são considerados ruins; o 3, médio; e os 4 e 5, bons. Com notas ruins (conceitos 1 e 2) ficaram 29,4% das instituições – 588 das 2.001 faculdades. Delas, 570 tiraram notas 2, e 18, nota 1. No conjunto dos dados do MEC, 388 escolas ficaram sem conceitos, como é o caso da Universidade do Vale do São Francisco – UNIVASF, porque alguns de seus cursos não contaram com a participação mínima de 2 ingressantes e de 2 concluintes no ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes. A nota da avaliação é considerada no cálculo do IGC.

Na aferição da graduação, Sr. Presidente, é utilizada para cálculos do IGC a média dos Conceitos Preliminares de Cursos – CPC da instituição. O CPC tem como base o desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, o conhecimento obtido no curso pelo aluno e variáveis como corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica. Para a pós-graduação, o IGC utiliza critérios estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

No entanto, Sr. Presidente, das 66 faculdades analisadas pelo Ministério da Educação, minha faculdade, a Faculdade de Ciências Aplicadas de Petrolina – FACAPE ficou em 8º lugar. Tive a honra de pertencer à primeira turma da FACAPE, concluir meu curso nela e hoje testemunhar a grandiosidade dessa querida instituição de ensino.

A Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE foi criada em forma de autarquia municipal com a denominação de Autarquia Educacional do Vale do São Francisco – AEVSF, pela Lei Municipal nº 25, de 19 de julho de 1976. Posteriormente, a autarquia transformou-se em órgão mantenedor da FACAPE.

Ocupou inicialmente as instalações da Faculdade de Formação de Professores de Petrolina – FFPP com o curso de Administração de Empresas; sua sede própria só foi inaugurada em 1981, cujo projeto de implantação foi coordenado pelo Engenheiro Prof. Valde- nor Daízio Ramos Clementino, na gestão do Prefeito Diniz de Sá Cavalcanti.

A autorização de seu funcionamento se deu a princípio pela Resolução nº 01, de 13 de janeiro de 1977, do Conselho Estadual de Educação. Pelo Decreto nº 82.475, de 23 de outubro de 1978, publicado no **Diário Oficial da União**, de 24 de outubro de 1978, o

então Presidente da República Ernesto Geisel autoriza o funcionamento da FACAPE em âmbito nacional.

Hoje, a FACAPE abriga as graduações em Administração de Empresas, curso reconhecido pela Portaria nº 247, de 31 de maio de 1984, do MEC; Ciências Contábeis, curso reconhecido através do Ato nº 624, de 4 de março de 2002, publicado no D.O.E., em 5 de março de 2002; Secretariado Executivo, curso reconhecido através do Ato nº 2.840, de 4 de agosto de 2003, publicado no D.O.E. em 5 de agosto de 2003; Ciência da Computação, curso reconhecido através do Ato nº 3.275, de 23 de setembro de 2003, publicado no D.O.E., em 24 de setembro de 2003; Economia, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação, em 18 de agosto de 2003, homologado pela Portaria SEDUC nº 5.490, de 11 de setembro de 2003 e publicada no DOE/PE, em 18 de setembro de 2003; Turismo, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação em 3 de novembro de 2003, homologado pela Portaria SEDUC nº 7.848, de 19 de novembro de 2003 e publicada no DOE/PE, em 20 de novembro de 2003; Direito, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação, em 17 de agosto de 2004, autorizado pela Portaria SEDUC nº 4.523, de 30 de agosto de 2004, e publicado no DOE/PE, em 31 de agosto de 2004; e Comércio Exterior, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação em 14 de setembro de 2004, autorizado pela Portaria SEDUC nº 5.041, de 27 de setembro de 2004 e publicado no DOE/PE, em 28 de setembro de 2004.

Enfim, Sr. Presidente, hoje a FACAPE é uma grande instituição de ensino que orgulha toda a região do Vale do São Francisco, principalmente o Município de Petrolina.

Gostaria de aproveitar a ocasião para cumprimentar toda a comunidade acadêmica da FACAPE, principalmente sua Direção, através do Diretor-Presidente, Rinaldo Remígio Mendes, demais professores, alunos e servidores.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO WILSON (PT – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não sou de reclamar, mas quero lamentar que o **Jornal da Câmara** não tenha registrado a presença do Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, dos representantes da Comissão de Justiça e Paz e da OAB na sessão solene em homenagem aos 30 anos da Lei da Anistia. Não sei por quê. O Ministro estava presente, fez importante discurso de compromisso com o resgate da memória e da verdade, mas a Câmara, olímpicamente, no nosso jornal, não registrou a presença do Ministro, que veio aqui numa atitude de cortesia e de compromisso com os direitos humanos.

Não sou de reclamar, Sr. Presidente, mas às vezes saem fotos de Parlamentar no jornal sem o nome, sem identificação. Por quê? Será que é norma?

Aproveito a oportunidade para saudar a memória do valente companheiro Martiniano Rossi, do Partido dos Trabalhadores de Goiânia e de Goiás, militante dos direitos humanos e membro do Comitê pela Anistia, que nos deixou recentemente, vencido por uma implacável doença. É por guerreiros como Martiniano, Leônidas Arruda e tantos outros que afirmamos e reafirmamos que a luta pela democracia, pelos direitos humanos, pelo direito à verdade, à memória e à justiça continua. A luta continua, sempre.

E é assim, enquanto a imprensa brasileira ignora e até critica o Governo Lula pelo projeto para regular a exploração do petróleo brasileiro do pré-sal, a imprensa estrangeira, o **The Guardian**, o **Wall Street Journal**, o **New York Times**, dos Estados Unidos, o *El País*, da Espanha, destacaram o anúncio da “independência” do Brasil com a exploração do pré-sal, que está em discussão no Parlamento.

Por uma questão de justiça, pedimos que a imprensa desta Casa dê notícia da participação do Ministro Paulo Vannuchi na sessão solene em homenagem aos 30 anos da anistia no Brasil.

Viva a liberdade de imprensa, viva os direitos humanos, viva o Brasil do pré-sal, viva a democracia brasileira!

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Aproveito para saudar os suplentes de Vereadores presentes nas galerias e para dizer que, na próxima quarta-feira, impreterivelmente, será votada a PEC dos Vereadores. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Dr. Talmir.

O SR. DR. TALMIR (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero convidar todos para a audiência pública que vamos realizar na Comissão de Seguridade Social e Família. A reunião ocorrerá no Plenário 7, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, dia 10 de setembro de 2009, às 9h30min, conforme Requerimento nº 251, de 2009, de minha autoria, para debater sobre o tema eutanásia.

Foram convidados: José Luiz Gomes do Amaral, Presidente da Associação Médica Brasileira; Edson de Oliveira Andrade, Presidente do Conselho Federal de Medicina; Dom Geraldo Lyrio Rocha, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; José Miranda de Siqueira, Mestre em Direito e especialista em Biodireito; Raimundo Cezar Britto Aragão, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; e Bispo Manoel

Ferreira, Presidente do Conselho Nacional dos Pastores do Brasil.

O Instituto Nacional sobre Envelhecimento dos Estados Unidos noticia que a população do mundo está envelhecendo em taxas nunca ocorridas antes na história do mundo e que dentro de 10 anos, pela primeira vez na história da humanidade, haverá mais pessoas acima de 65 anos do que crianças abaixo de 5 anos no mundo.

No Brasil, até 2030, teremos metade da população idosa; após 2050, praticamente 70% da população será idosa, correndo o risco de serem mortas por eutanásia, em decorrência de falta de recursos públicos financeiros para a área da saúde, transporte e lazer, combinado com a baixa aposentadoria já constatadas nos dias de hoje.

Sr. Presidente, gostaria que essas informações fossem divulgadas nos órgãos de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Com a palavra pela ordem a Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, saúdo os Vereadores e as Vereadoras de todo o Brasil, que, com certeza, serão empossados, porque não podemos, de modo algum, concordar com a diminuição da voz popular das Câmaras Municipais deste nosso País continental. (*Palmas nas galerias.*)

Na manhã de hoje, realizou-se a plenária final do encontro de gestoras, Deputadas e Senadoras, coordenado pela Ministra Nilcéa Freire, com a nossa parceria. Fui coordenadora da bancada e posso dizer que foi um encontro exitoso. Vamos preparar as mulheres para participarem do processo eleitoral de 2010 suprapartidariamente.

Esperamos que ainda hoje o Senado ratifique a legislação eleitoral, aprovada solidariamente por esta Câmara, que garante 5% do Fundo Partidário e 10% da propaganda e muda o verbo da lei de quotas – em vez de *reservará, preencherá* –, para que 52% da população tenham vez e voz.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Alex Canziani.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, manifesto nossa satisfação em saber que será instalada hoje a Comissão Especial destinada a apreciar a PEC nº 300, antigo anseio dos policiais militares. Temos sido procurados por vários policiais militares do Estado do Paraná e colocamo-nos, desde já, a favor dessa emenda.

Nesta manhã, fomos procurados por vários suplentes de Vereadores e ex-Vereadores, nossos com-

panheiros no Estado do Paraná, a respeito da PEC que trata do restabelecimento do número de Vereadores no País. Eu, que fui Vereador em Londrina, tive o privilégio de ser Presidente da Câmara Municipal.

Sabemos da importância de vermos restabelecido o número de Vereadores. Há cidades com mais de 100 mil habitantes que possuem 10 Vereadores, ao passo que outras, com mil ou mil e quinhentos habitantes, possuem 9 Vereadores. Nosso voto, na próxima quarta-feira, será a favor da democracia e dos Vereadores. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra pela ordem ao Sr. Manato.

O SR. MANATO (PDT – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem fiz um pronunciamento sobre o pré-sal, debate predominante nesta Casa. Sabemos que os países que conseguiram se desenvolver mais do que a média foram aqueles que investiram maciçamente em educação, como o Japão, a Coreia e o Chile.

Concordo com o Presidente Lula que parte do dinheiro do pré-sal vá para a educação. Na condição de médico, não posso abrir mão da minha área. Vou fazer uma emenda no projeto de lei do pré-sal para que recursos do Fundo Social também sejam usados na área da saúde. Pelo menos durante algum tempo, a saúde tem de ser beneficiada. O SUS precisa de socorro. A PEC nº 29 tem de passar.

Sr. Presidente, nada mais justo que incluir no pré-sal um pouco de dinheiro para a saúde.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última segunda-feira, Luiz Inácio Lula da Silva usou uma cerimônia que deveria ser serena, ainda que festiva, para exercitar seu velho espírito bravateiro. A ocasião era destinada a apresentar ao País o novo marco regulatório que regerá a exploração do petróleo do pré-sal, mas o petista preferiu ocupar a maior parte do tempo para atacar o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Governo tucano. Foi mais um ato da campanha do PT. Não merece ficar sem resposta.

Luta disse que o Governo passado pretendeu dismantelar a PETROBRAS e subordinou os interesses do País à vontade do exterior. Teriam sido “tempos de pensamento subalterno”, no dizer do atual Presidente da República. Nada disso resiste ao menor sopro da realidade.

Com seu extemporâneo discurso nacionalista, Luta e o PT pretendem transformar o debate do pré-sal num Fla-Flu eleitoral. Às favas os interesses da Nação. A Oposição não deve temer a discussão, desde que, obviamente, não aceite travá-la na seara embusteira

para onde o governismo pretende carregá-la. O que interessa é construir um futuro mais promissor, num debate franco, aberto e democrático, algo que nem de longe passa pelos planos do petismo.

Os fatos simplesmente implodem a versão lulista de que as mudanças no setor do petróleo implementadas pelo Governo tucano foram prejudiciais ao País – e, mais especialmente, ao “querido dinossauro”, a PETROBRAS. São acachapantes os resultados obtidos a partir da entrada em vigor da Lei do Petróleo – amplamente debatida durante um ano e meio e aprovada em 1997 – e, mais ainda, a diferença entre o que foi conquistado no Governo tucano e na gestão petista.

Entre 1997 e 2002, a produção de petróleo no País cresceu 49%. Isso dá uma expansão média anual de 8,4%. Nos 5 anos seguintes, a produção só aumentou 19%, com média que não chegou a 4% ao ano. É interessante notar que, desde a abertura do mercado, só houve um único ano com queda nos volumes: 2004, já sob o Governo Lula. No cômputo geral, passados 12 anos de vigência do regime de concessões, o País produz 93% mais petróleo.

Mas outros números dizem ainda mais. Os investimentos na produção e exploração de petróleo multiplicaram-se por seis nos últimos 12 anos, o que elevou a participação do setor no PIB brasileiro de 2,8% para 11%. Ainda mais impressionante é que, segundo mostrou **The Economist**, até o início da crise atual as ações da PETROBRAS haviam se valorizado quatro vezes mais que a média das 13 maiores empresas mundiais do segmento que possuem capital aberto.

Diante de tudo isso, é de se perguntar: a Lei do Petróleo e o modelo de concessão em vigor foram ruins para o País? Foram maus para a PETROBRAS? A flexibilização do monopólio estatal não resultou sequer em predominância estrangeira entre as companhias que atualmente operam em território brasileiro, como busca desesperadamente propagar o discurso ufanista do Governo: das 76 empresas que hoje aqui estão, mais da metade é nacional.

Fato é que as descobertas do pré-sal são decorrência direta do bem-sucedido modelo de concessão vigente. Todas as áreas dos poços gigantes foram arrematadas nos leilões realizados pela ANP sob o sistema estabelecido pela Lei nº 9.478. O campo hoje conhecido como Tupi foi abocanhado pela PETROBRAS em conjunto com a BG e a Petrogal na rodada de 2000. Sem os leilões e todo o arcabouço do qual eles são parte, o pré-sal ainda seria um sonho do Visconde ou uma reinação de Narizinho.

O modelo atual é totalmente adequado à nova realidade e absolutamente ajustável a um novo cenário no qual a prospecção envolve – ainda que, por ora, apenas em tese – menores riscos. Para isso, bastaria alterar os percentuais dos tributos que os produtores

têm de recolher à ANP, notadamente as participações especiais. A edição de um decreto presidencial seria suficiente, mas isso certamente frustraria a gana eleitoreira que move Lula e os seus.

Outra vantagem é que os tributos recolhidos pelo sistema atual pingam diretamente nos cofres do Tesouro, e daí são repartidos entre União, Estados e Municípios. Dinheiro do petróleo na conta vira benefício imediato para a sociedade. O processo é extremamente transparente e previsível, com normas legais conhecidas. Com a criação da PETRO-SAL, tais cálculos e divisões passarão a depender de uma tortuosa e permeável contabilidade, algo que os regimes autocráticos, centralizadores e corruptos que adotam o sistema de partilha na exploração petrolífera adoram.

O que está em jogo é o futuro, mas Lula, Dilma Rousseff, o PT e seus aliados só querem olhar o passado. Nem aí levam vantagem, e talvez isso explique a sanha lulista em transformar a discussão do pré-sal num debate levemente raso e apressado no Congresso. Claro está que não conseguirão ir adiante.

O SR. JULIÃO AMIN (PDT – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós, do PDT, nos reunimos ontem e resolvemos apoiar a PEC dos Vereadores. (*Palmas nas galerias.*)

Entendemos que é justamente nas Câmaras Municipais que a população procura o Vereador, colocando ali suas preocupações, seus anseios e suas reivindicações. Ali é a fonte onde o Deputado vai buscar todas as informações para elaborar seus projetos. Por isso apoiamos a PEC dos Vereadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho me solidarizar com o Senador Eduardo Suplicy, endossar suas palavras e subscrever os discursos dos dois últimos dias em que pediu o mínimo de reflexão e o afastamento do Senador José Sarney da Presidência do Senado.

O Senador Suplicy rebateu o desassombro do Senador Sarney, que na última segunda-feira discursou sobre Euclides da Cunha para um plenário vazio, sem referência aos estragos da crise da qual é o maior representante, com os ouvidos tapados e os olhos vendados para a opinião pública.

A essa altura, todo o País já aprendeu a decifrar o estilo Sarney de não saber de nada, fingir que nada acontece, falando de assuntos bem distantes da realidade e das responsabilidades que repousam sobre seus ombros.

O que ainda pode chocar nessa devassa sobre a personalidade política do Senador José Sarney é a revelação da sua face mais obscura, o autoritarismo e a intolerância em conviver com a crítica.

Não que seja algo novo, mas permanecia adormecida pela conveniência das circunstâncias. Extremamente preocupado em passar para o País a ima-

gem de democrata, apressado em criticar o Presidente Hugo Chávez, por exemplo, Sarney sempre bradou o quanto a falta da tolerância democrática asfixia a vida política. Sempre não, vamos ser precisos, só depois que o regime militar acabou.

O fato é que o Senador Sarney deixou flagrantes de práticas autoritárias no desenrolar dessa crise. O caso contra o jornal **O Estado de S. Paulo** é apenas o mais recente e o mais notório protagonizado por sua família. Mas a afinidade do Senador com as práticas autoritárias é antiga, longamente cultivadas nos subterrâneos da ditadura militar.

Quem dá o melhor testemunho nesses casos é a Oposição no próprio Estado do Senador. Em 1968, há 41 anos, Sarney censurou o **Jornal Pequeno**, veículo maranhense insubmisso, que tem décadas de história de crítica sistemática e coerente sobre os desmandos do coronel. Em 1970, o proprietário do jornal foi finalmente absolvido pelo Supremo Tribunal Federal.

Foi por isso e por muitos outros episódios que a Oposição no Maranhão deu gargalhadas quando o oligarca disse recentemente que dava voz à Oposição em seu todo poderoso sistema de comunicação. Essa mentira pode ser desmentida muitas vezes e não apenas no Maranhão. No Amapá, José Sarney perseguiu impiedosamente a jornalista Alcineia Cavalcante. E por aí vai.

O Senador Eduardo Suplicy ontem deu cartão vermelho ao Senador José Sarney. A imagem diz tudo. Ela vale também para simbolizar o que aconteceu no Maranhão.

A filha do Senador, Roseana Sarney, também levou um cartão vermelho da população maranhense nas eleições de 2006. Inconformada, recobrou o Governo do Estado na mais controvertida decisão da história do TSE.

Tapetão. Foi o que milhares disseram para resumir a decisão do Tribunal. Jornalistas e analistas políticos da imprensa nacional afirmaram sem meias palavras que a ânsia de Sarney em virar Presidente do Senado pela terceira vez passou pela devolução do Governo Estadual à sua filha e pelo estancamento das investigações contra seu filho Fernando. Um objetivo foi alcançado por ora. O outro, bem, vamos aguardar, e ver se haverá justiça dessa vez.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Em nome do Presidente Michel Temer e de todos os que compõem a Mesa Diretora desta Casa, eu gostaria de saudar os alunos da Escola Nossa Senhora das Graças, do Estado de São Paulo, que estão honrando-nos com a presença nas galerias. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de destacar que participamos

hoje do PAC Saneamento. Santa Catarina está sendo contemplada com 267,1 milhões de reais. Diversos municípios estão sendo contemplados no Estado.

Sr. Presidente, gosto de usar de empatia e me colocar no lugar dos suplentes. Já são 8 vezes que os suplentes estão aqui em Brasília. Está na hora de apelarmos para a sensibilidade de todos os Deputados. (*Palmas nas galerias.*) A pauta está obstruída. É uma pena! A matéria deveria ser votada hoje. Apelo a todos os partidos para que, na quarta-feira, possamos fazer justiça a todos os Vereadores do nosso País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estivemos, juntamente com o Governador Luiz Henrique da Silveira, o Secretário da Educação, Paulo Bauer, e o Secretário Regional, Gilberto Comazzetto, no mês de agosto, em Caçador para a inauguração da Escola de Educação Básica Paulo Schieffler. A escola passa a contar com um moderno prédio, um centro poliesportivo e um centro cultural. O investimento total na construção e no projeto de paisagismo foi de R\$3.674.279,30. Essa inauguração consolida ainda mais uma das maiores marcas do governo Luiz Henrique em Santa Catarina: a prioridade da educação em nosso plano de governo.

A EEB Paulo Schieffler é uma das mais antigas e importantes escolas da região do meio-oeste catarinense. Foi fundada em 1934, mesmo ano de emancipação do município. De acordo com o Secretário Regional de Caçador, Gilberto Comazzetto, o prédio onde o educandário estava instalado tinha 66 anos de idade e estava sem condições de uso.

As novas instalações possuem 3 andares, 20 salas de aula, biblioteca, laboratórios, banheiros em todos os andares, pátio coberto, entre outras. O ginásio tem quadra oficial, arquibancada nos 3 lados, com capacidade para 1.628 pessoas sentadas, palco, camarins, cabine de imprensa, vestiários, placar eletrônico e banheiros. Além disso, um antigo pavilhão da escola foi mantido e transformado em centro cultural, para atender a demanda da comunidade, mantendo sua preservação histórica. Também foi desenvolvido um plano de paisagismo, que inclui uma quadra aberta, espaços para lazer, entre outras melhorias.

O investimento na ampliação e construção de novas unidades escolares é fundamental para um Estado que deseja sempre elevar o nível da educação. A melhoria da infraestrutura serve de motivação para que educadores e alunos desenvolvam o máximo de sua capacidade, em um ambiente que propicie todos os recursos necessários para a prática educacional.

Ao total, o investimento nas 2 unidades ultrapassou 4 milhões de reais. A EEB Laurindo Domingos Veronese ganhou novas salas de aula, banheiros, refeitório, cozinha, depósito e secretaria. Já a EEB Paulo Schieffler foi totalmente reconstruída, e a nova estrutura, com 3 pavimentos, conta com biblioteca, cantina, pátio coberto, banheiro em todos os andares, além de um moderno ginásio esportivo, com palco, camarins, banheiros, cabine de imprensa e placar eletrônico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a educação é o motor que impulsiona a Nação rumo ao desenvolvimento, e Santa Catarina está dando sua contribuição para o desenvolvimento de nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra a Sra. Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago ao conhecimento público a ameaça feita hoje pelo Prefeito cassado de Macapá, Roberto Góes, ao Deputado Estadual Camilo Capiberibe, ao Senador João Capiberibe, a mim e a minha família.

A ameaça foi verbalizada pelo Prefeito ligado ao Governador Waldez Góes e ao Senador Sarney, do Amapá, na antessala da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado. À ameaça, o Deputado Camilo respondeu: “*Armação maior do que a que tu fizestes no segundo turno das eleições é impossível. Estás na Prefeitura por enquanto, não se sabe por quanto tempo*”. O Prefeito cassado descontrolou-se, jogou um copo de água no Deputado Camilo e tentou agredi-lo fisicamente, mas foi contido pelos Deputados Estaduais Ruy Smith e Cacá Barbosa.

Faço esse registro para mostrar o despreparo desse grupo político com o debate, as regras democráticas e para que saibam os responsáveis, caso ocorra algo contra mim e minha família.

Sr. Presidente, anuncio meu apoio à chamada PEC dos Vereadores. (*Palmas nas galerias.*)

Sr. Presidente, peço a divulgação de meu pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Fernando Ferro, que foi Presidente da Comissão Especial que tratou da PEC dos Vereadores.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, peço a transcrição nos Anais da Casa de Carta Aberta aos Parlamentares, subscrita pela União dos Vereadores do Brasil, favorável à PEC dos Vereadores.

Apesar de aqui haver ação contrária de desmonte da campanha dos Vereadores, lutaremos para que eles possam assumir as Câmaras de Vereadores, a fim de que haja mais democracia na representação popular e se diminuam os gastos com o exercício da atividade do Parlamento Municipal. (*Palmas nas galerias.*)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Pernambuco perdeu um patrimônio na madrugada desta quarta-feira. Trata-se de Francisco Nascimento Júnior, o Nascimento do Passo. Foi este artista popular e de sensibilidade sem par que mostrou aos quatro cantos do mundo a delicadeza, a beleza e a exuberância de um ritmo que é a tradução da nossa identidade cultural: o frevo.

Foi Nascimento do Passo quem reascendeu nas jovens gerações o apreço e o fascínio pelo frevo. Nascimento foi professor do multiartista Antônio Carlos da Nóbrega e com ele fez história.

Nascimento não foi apenas o primeiro passista qualificado brasileiro que mergulhou profissionalmente na arte de dançar e ensinar o passo. Foi ele quem primeiro fundou uma Escola de Frevo e um método de ensinamento da arte que é dançar o frevo, pois logo compreendeu que a espontaneidade, versatilidade e musicalidade do passista qualificado depende da aquisição da técnica corporal específica da dança do frevo. Prova disso foram os prêmios que colecionou nos festivais de dança, a exemplo do de Joinville, em Santa Catarina.

Nascimento foi responsável pela divulgação do ritmo em todo o País. O samba rendeu-se ao frevo quando Nascimento do Passo encheu a Sapucaí de ritmo, há 9 anos.

Gosto de pensar que um artista não morre quando deixa seu legado em seus discípulos. Assim sendo, Nascimento não morreu. Espalhou sua sabedoria, criou passos de frevo e aperfeiçoou a dança que teve origem na luta dos capoeiras, ainda no Brasil-Colônia.

Hoje é uma quarta-feira de cinzas fora de época para os amantes do Carnaval.

Muito obrigado.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR

UNIÃO DOS VEREADORES DO BRASIL

Brasília(DF), 02 de setembro de 2009.

CARTA ABERTA AOS EXMO. SRs. PRESIDENTES, LÍDERES E PARLAMENTARES DA CÂMARA FEDERAL.

A UVB – União dos Vereadores do Brasil, entidade cinquentenária representativa dos Vereadores Brasileiros, solicita aos ilustres representantes da população do Brasil o que se segue:

- **Aprovação IMEDIATA das PEC's 379 e 336(Vereadores).**

JUSTIFICATIVA: Retomada das funções específicas do Legislativo, quanto a representatividade no Parlamento Municipal, considerando também a equalização de duodécimos, **COMO AGORA ESTÁ PROPOSTA**, sendo perfeitamente suportáveis, revertendo-se assim em futuras ações de interesse da população.

Cordialmente,

Vereador Bento Batista da Silva
PRESIDENTE

Vereador Eljezer Fernandes
SECRETARIO GERAL

Prof. João Albuquerque
SUPERINTENDENTE

O SR. DÉCIO LIMA (PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são estarrecedores os efeitos do crack não somente na saúde de seus usuários, mas também no aumento impressionante dos índices de violência nas nossas cidades brasileiras.

A droga, muito usada por adolescentes, possui a capacidade de causar dependência de maneira muito rápida, uma vez que o prazer químico e irreal que ela proporciona é de elevada grandeza, porém de uma rapidez extrema. Isso faz com que se torne necessário ao usuário que ele utilize novamente o crack, expondo o usuário a situações de violência e perigo e, por muitas vezes, levando a pessoa à morte.

As consequências para a saúde são inúmeras, e não existem tratamentos ou remédios que curem um viciado em crack. É um vício que não tem cura, nobres Parlamentares, e que somente causa tristeza e dor.

A droga bloqueia a absorção natural de dopamina, que é o neurotransmissor que envia a sensação de prazer para o cérebro, Sr. Presidente, e, com os neurônios cheios de dopamina, a pessoa experimenta uma enorme sensação de prazer. Como a dopamina é o principal regulador do sistema de prazer e recompensa, o crack vicia com uma rapidez imensurável e faz com que quem usa dessa droga comece a não sentir prazer por outros aspectos vitais, como comida, sono e sexo, criando uma insatisfação constante e sobrando somente a sensação gerada pela droga.

A recuperação de um usuário da droga não é impossível, mas é muito difícil. Essa pandemia mata e destrói famílias, mas não é invencível. Há muito a ser feito. Precisamos mapear as regiões onde o problema é recorrente e iniciar um combate efetivo, na busca de salvar vidas. Existe uma falta de assistência por parte do Governo para evitar que jovens tenham suas vidas tiradas em face do envolvimento com o uso e o tráfico de drogas.

Em Santa Catarina, a quantidade de pessoas que se tornaram usuários da droga dobrou somente nos últimos 2 anos, e, caso não haja uma conscientização da sociedade de que esse é um problema que atinge a todos nós, as consequências serão desastrosas. Precisamos obter maiores informações sobre o problema do crack. Isso facilitará o encontro de ações no combate à droga. A Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina acredita que a droga esteja por trás de grande parte dos furtos, roubos e assassinatos, porém não sabemos o número de usuários, ou se existe uma projeção sobre o avanço do crack no Estado nos próximos anos e outras informações que são relevantes quando se trata de lutar contra o crack.

Temos, no Estado, 425 leitos para dependentes químicos, mas precisamos de mais. A polícia está fazendo seu trabalho e apreende a droga, porém é difícil mapear quantos assassinatos e ocorrências estão diretamente ligadas ao crack. Construir uma estatística é difícil, pois o dependente do crack sempre nega ser usuário da droga.

Como se vê, nobres colegas, o crack vem entrando na casa de famílias espalhadas não só pelo meu Estado, mas pelo País inteiro, e levando a vida de nossos filhos, irmãos e amigos.

É com relevante urgência que precisamos combater a propagação dessa droga, contando com o apoio da sociedade e do Governo em fornecer dados, para que, cada vez mais, possamos pensar em soluções de prevenção e recuperação dessas milhares de vidas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a citricultura brasileira atravessa uma das maiores crises de toda a sua história.

O Brasil é hoje o maior produtor mundial de frutas cítricas – como a laranja, o limão e a tangerina –, com uma colheita anual superior a 19 milhões de toneladas, em uma área cultivada próxima a 1 milhão de hectares. A produção brasileira de laranja corresponde a aproximadamente 40% do total mundial, sendo processados em nosso País cerca de 59% do volume mundial de suco dessa fruta. Esse segmento agroindustrial movimenta cerca de 9 bilhões de reais por ano.

A citricultura brasileira, um dos setores mais competitivos do agronegócio mundial, encontra-se seriamente ameaçada por uma série de circunstâncias adversas.

Nas últimas décadas, verifica-se forte e crescente concentração econômica nas indústrias de suco, cabendo aos fornecedores condições contratuais que não cobrem os custos de produção agrícola.

Segundo a ASSOCITRUS, a remuneração dos citricultores, que, em valores atualizados, era de 4,5 dólares por caixa de 40,8 quilos, livre de colheita e frete, até meados da década de 1990, caiu para um patamar de 2,5 dólares, apesar do brutal crescimento dos custos.

Os baixos preços provocaram a transferência de renda para a indústria, impediram que os citricultores renovassem os seus pomares e impuseram-lhes perda de produtividade e acúmulo de dívidas. Só no Estado de São Paulo, desde a década de 1990, mais de 20 mil citricultores foram obrigados a abandonar o setor, e muitos outros serão inviabilizados se nada for feito.

O estabelecimento de um preço mínimo de comercialização para a caixa de laranja e para as exportações

de suco encontra-se entre as principais reivindicações dos citricultores brasileiros liderados pela ASSOCI-TRUS, como uma tentativa de combater os efeitos da queda dos preços pagos pelas processadoras. Aliás, os valores pagos pela caixa de 40,8 quilos – na faixa dos 3 reais e 50 centavos – não cobrem sequer o custo de produção, estimado em 15 reais.

Essas condições têm desestimulado os tradicionais produtores de frutas, expulsando gradualmente do mercado os pequenos e médios produtores. A crise já perdura por mais de 1 década e vem-se agravando a cada dia, gerando um grande desânimo na citricultura brasileira.

Os exportadores apontam a retração do mercado mundial como uma das principais causas do agravamento da crise. Em audiência pública no Senado Federal, realizada no último dia 25, o Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos afirmou que o preço da laranja industrializada sofreu queda de 17%, com um agravante: haveria excesso de estoques nos Estados Unidos e na Europa.

Muitos citricultores encontram-se endividados, e, apesar dos muitos esforços, ainda não se encontrou uma solução definitiva. A Lei nº 11.775, de 2008, que instituiu medidas de estímulo à liquidação ou à regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural, constituiu um avanço significativo, mas não abrange a totalidade das situações dos agricultores endividados.

Mais crítica ainda é a situação de produtores que tiveram suas dívidas com instituições financeiras transferidas para a União, à revelia de sua vontade, por força da Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001. Quando, em consequência de adversidades climáticas, pragas, conjuntura desfavorável de mercado, entre tantos outros problemas inerentes à agropecuária, esse agricultor incorreu em inadimplemento, foi apenas com a inscrição na Dívida Ativa da União, passando a Procuradoria da Fazenda Nacional a cobrar a dívida, ajuizada segundo o rito da execução fiscal.

Todavia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não são apenas os fatores econômicos e financeiros que afetam negativamente a citricultura brasileira: há também graves problemas fitossanitários!

Novas pragas e doenças têm chegado às principais regiões produtoras, acarretando graves prejuízos aos citricultores. Entre as enfermidades, destacam-se a clorose variegada dos citros (ou amarelinho), a tristeza, o declínio e, mais recentemente, o greening, a mais grave e destrutiva doença das plantas cítricas, já detectada nos Estados de São Paulo, do Paraná e de Minas Gerais.

De acordo com pesquisadores da EMBRAPA, a doença conhecida como greening é considerada a mais grave enfermidade das plantas cítricas em todo o mundo, em razão da dificuldade de controle, da rápida disseminação e da extensão dos danos que acarreta.

Não há, até o momento, qualquer perspectiva de cura ou tratamento para o greening, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados! A bactéria tem alta capacidade de disseminação, e todas as variedades comerciais de laranjeiras são suscetíveis. Tem-se recomendado a eliminação de plantas doentes assim que apresentem os primeiros sintomas. No entanto, essa é uma medida pouco eficaz, pois a planta infectada permanece assintomática por vários meses em meio ao pomar. O controle do inseto vetor com inseticidas pode retardar a velocidade de propagação, mas está longe de resolver o problema.

Cerca de 3 milhões de plantas sintomáticas foram erradicadas até 2008, implicando um prejuízo anual estimado de 50 milhões de reais para os produtores rurais e perdas significativas para a indústria de suco.

Um grande esforço de controle fitossanitário precisa ser urgentemente realizado em nosso País, Sr. Presidente! Especialistas recomendam proceder-se ao levantamento e à diagnose da doença nos pomares brasileiros, ao menos 2 vezes ao ano; consolidarem-se medidas fitossanitárias, proibindo-se o ingresso, em áreas indenes, de materiais vegetais oriundos de áreas infectadas; e proverem-se meios para uma efetiva fiscalização, interceptação e destruição do material apreendido.

Há que se encontrar, com a máxima urgência, uma solução para os graves problemas que ameaçam a citricultura brasileira e que, se perdurarem, poderão pôr a perder as grandes conquistas do setor agropecuário, que levaram o Brasil ao topo do ranking mundial, contribuindo de forma decisiva para o equilíbrio da economia nacional.

Assim, é importante destacar que, nesse momento, faz-se necessária uma efetiva mediação do Ministério da Agricultura, diante dessa crise que afronta a citricultura brasileira. Acima de tudo, urge a adoção, com a máxima urgência, de uma política agrícola capaz de regular adequadamente o setor, promover a sanidade dos pomares e limitar a transferência de renda da agricultura para a indústria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu também gostaria de usar esse tempo em plenário para ressaltar uma iniciativa pioneira e de grande importância realizada pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo no último dia 19 de agosto – a definição de normas de condições sanitárias para habitações coletivas de trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo que

cumprimento a iniciativa do Secretário Luiz Roberto Barradas Barata, destaco que a medida, que incide diretamente no setor canavieiro, de grande importância no Estado de São Paulo, representa um enorme avanço nas relações do campo e da saúde do trabalhador rural de nosso País.

A Nova Técnica, que tem por base a Portaria do Centro de Vigilância Sanitária 12 – CVS, editada pelo Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo, define que tais alojamentos devem ter água potável, ventilação e iluminação adequadas, além de impermeabilização em relação à umidade ou a outras emanações provenientes do solo. Pela norma, as edificações não devem estar em locais insalubres, sujeitos a inundação, próximo a fontes intensas de calor, ruído, poeira, explosão ou outro fator de risco à saúde dos usuários.

Na definição das áreas para composição dos alojamentos, além de dormitórios, instalações sanitárias, copa e refeitório, há a preocupação com a qualidade de vida dos trabalhadores, por meio do planejamento de locais para lazer. A norma, com previsão de um prazo de 6 meses para adequação das instalações, também estabelece áreas mínimas de instalações e parâmetros de números de bebedouros, chuveiros, lavatórios e vasos sanitários por grupo de trabalhadores

Para conhecimento dos colegas, o Estado de São Paulo concentra a maioria das usinas de açúcar e álcool do País. Segundo dados da própria Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, são quase 200 usinas, concentração maior do que em qualquer outro Estado. A migração, principalmente do nordeste do País, para São Paulo é um fator recorrente da economia de nosso País e que deve ser considerado nesse caso. Assim, além de garantir o cumprimento dos demais direitos trabalhistas, prover melhores condições de habitabilidade das moradias coletivas, na maioria das vezes em estado precário, representa uma importante medida em prol do trabalhador.

Como sabemos, além da normatização e da especificação das condições para serem implementadas, há a necessidade, para seu cumprimento, de uma fiscalização dos ambientes rurais. Dessa forma, de acordo com informações da Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, a fiscalização será realizada pela Vigilância Sanitária de cada município e também pelo Centro de Referência de Saúde do Trabalhador – CEREST.

Os alojamentos de trabalhadores rurais deveriam ser habitações coletivas construídas e adaptadas para esse fim, disponibilizados pelo empregador, sem a necessidade de normas específicas. Infelizmente, em nosso País o que deveria ser uma prática rotineira tem que ser cobrada e fiscalizada, para que o trabalhador

rural possa repousar, pelo menos, com o mínimo de conforto entre uma jornada e outra de trabalho.

Outro assunto. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Acompanhei no último dia 20 de agosto o trabalho desenvolvido pela Associação dos Policiais Militares Portadores de Deficiência do Estado de São Paulo (APMDFESP). Fui recebido na ocasião pelo Presidente da Associação, Sr. Elcio Inocente, e pelo assessor de imprensa, Sr. Abrão Barbosa Dib, os quais apresentaram a sede da associação em São Paulo. Diante da necessidade de alternativas aos portadores de deficiência, ao mesmo tempo que presto o devido reconhecimento e coloco-me à disposição, eu gostaria de compartilhar com os nobres pares o importante trabalho desenvolvido por essa associação.

A Associação foi fundada em 1993, diante da proposta do Sargento Jefferson Eduardo Patriota e do Tenente José Roberto Pinatti, na busca pela garantia de uma forma de vida o mais próximo possível da normalidade aos policiais militares portadores de deficiência. Esse propósito apresenta uma modificação direta na autoestima dos policiais militares e, por conseguinte, na qualidade de vida.

A APMDFESP, fruto de nobre propósito, é hoje uma realidade. Conta atualmente com aproximadamente 20 mil associados, dos quais 2.500 portadores de deficiência. Ressalta-se ainda a estrutura exemplar oferecida pela Associação, englobando uma moderna clínica de fisioterapia, assistência psicológica, clínica de fonoaudiologia, consultório odontológico, entre outras. Além de tratamentos clínicos, a sede da associação conta ainda com uma ampla gama de atividades de lazer e esporte, provendo bem-estar aos policiais civis e suas famílias.

A entidade serve ainda com o nobre propósito de apoio aos policiais no momento em que eles mais necessitam. Esse papel de assistência social, de acolhida dos policiais deficientes físicos é estendido também às famílias, cumprindo o papel de prover não somente a estrutura física, mas o amparo psicológico necessário a todo o núcleo familiar.

Diante da estrutura exemplar e ampla assistência de saúde oferecidas pela Associação dos Policiais Militares Portadores de Deficiência do Estado de São Paulo – APMDFESP, destaco a importância de dedicarmos mais atenção a ações que visem a prover melhores alternativas de apoio e reinserção, bem como melhor qualidade de vida aos portadores de deficiência. Somente por meio de políticas públicas inclusivas e de ações como as desenvolvidas pelos policiais militares de São Paulo será possível assegurarmos a integração social dos deficientes físicos e, acima de tudo, a

garantia de cidadãos com maior qualidade de vida e mais confiantes para o exercício da cidadania.

O SR. LUIZ BASSUMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ BASSUMA (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

DISCURSO DO SR. DEPUTADO LUIZ BASSUMA QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Marçal Filho.

O SR. MARÇAL FILHO (Bloco/PMDB – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também registro o meu apoio ao aumento da representatividade na Câmara de Vereadores em todo o País, matéria que vamos votar na semana que vem. (Palmas nas galerias.)

Sr. Presidente, nobres colegas, o que me traz à tribuna nesta tarde é um assunto da maior gravidade e que, em minha opinião, requer imediata ação da Casa, notadamente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, presidida pelo nobre Deputado Severiano Alves.

Refiro-me ao caso da sul-mato-grossense Patrícia Nerino Penha, falecida, em condições ainda a serem esclarecidas, em um hospital psiquiátrico de Lisboa, Portugal.

Patrícia, a exemplo de centenas de brasileiros, aportou em Lisboa há cerca de 5 anos, onde conheceu o douradense Diego Pavão, com quem vivia. No início do mês, Pavão comunicou à família da jovem que a levou ao hospital Curry Cabral, em Lisboa, em decorrência de uma crise nervosa que a havia acometido.

Do hospital, ela foi transferida para uma clínica psiquiátrica, sendo que estranhamente e contrariando um procedimento corriqueiro, a família não foi informada dos motivos da transferência. Vários exames foram feitos em Patrícia, inclusive exames para detecção de substâncias como drogas e medicamentos em seu organismo. Todos deram negativo.

Diante da situação, familiares da jovem dirigiram-se à cidade portuguesa, onde mantiveram contato com ela uma única vez, quando manifestou lucidez e respondeu a estímulos, num momento em que se emocionou ao ver o irmão.

A partir daí, a família foi proibida de ver ou falar com a jovem, inclusive nos horários de visita. No dia 10 de agosto passado, a clínica anunciou o seu falecimento.

Essa ocorrência, infelizmente, é mais uma entre tantas. E evidencia, mais uma vez, a forma com que muitos brasileiros são tratados no exterior. É com base nesses relatos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que conclamo as autoridades diplomáticas brasileiras para que intervenham nesse caso, no sentido de que seja concedido àquela família ao menos o direito de chorar essa perda irreparável, de corpo presente.

Porque, pasmem senhoras e senhores, nem sequer o traslado do corpo de Patrícia foi garantido à família. O que me preocupa e a toda a gente sul-mato-grossense é a possibilidade de que essa nossa conterrânea seja enterrada como indigente em terras portuguesas.

Eram essas minhas palavras.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, **Egon Heck**, do Conselho Indigenista Missionário, visitou Mato Grosso do Sul, onde constatou situação muito grave relativa aos índios kaiowás-guaranis. Eles têm sido perseguidos, presos e assassinados, principalmente por alguns fazendeiros da região, que querem invadir as suas terras.

Os índios kaiowás já são vítimas há 500 anos, desde a descoberta de nosso País. Cada vez mais, eles vivem situação de escravidão, inicialmente pelos portugueses, e, agora, pelos grandes proprietários de terra – alguns deles inclusive ameaçam os antropólogos que visitam a região para ver se a quantidade de terra é ou não suficiente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresento um texto pungente, do Coordenador Regional do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, **Egon Heck**, que reflete a agonia do povo guarani rumo ao extermínio, enquanto aguardam a Terra sem Males, cada vez mais distante e inacessível, com paradas semelhantes à via-crúcis.

Pela importância do tema e pelo estilo da narrativa, para que conste dos Anais da Casa, passo a ler o texto:

“Nos caminhos do genocídio e da esperança. Cone sul do Mato Grosso do Sul. Fronteira com o Paraguai. Território tradicional Guarani. Visita às comunidades **Kaiowá** Guarani com a presença de Cooperadores internacionais.

Primeira estação: Iniciamos a viagem por Nhanderu Marangatu. São mais de 900 pessoas espremidas em 124 hectares. Um professor da comunidade assim se expressa ‘descrevemos isso porque denunciemos ameaças de morte, espancamento, assassinato, abuso sexual, estupro, mas nunca fomos

atendidos pela Funai e pelo Ministério Público Federal'. Nesta comunidade foram assassinados na luta pela terra Marçal Tupã'i e Dorvalina. Os assassinos não foram punidos. A terra de 9.300 hectares está homologada desde 2005. Logo depois uma ação dos fazendeiros foi liminarmente aceita pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, suspendendo os efeitos. Até hoje a ação não foi julgada. Sob permanente vigilância e ameaças, os indígenas veem o pouco da mata que ainda existe sendo rapidamente destruída, e eles aí confinados, até muitas vezes sem lenha para fazer fogo e sem ter para onde ir. Mais de uma centena de crianças está sem documentos e por isso fora da escola. Dizem que os índios são do Paraguai, quando existe historicamente a terra desses grupos familiares num e outro lado da fronteira. Recentemente delegação da comunidade esteve com o Ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal, relator do processo, solicitando mais uma vez urgência no julgamento do processo. A resposta é de que vai providenciar isso.

Segunda estação: A comunidade com a marca mais profunda do genocídio e sofrimento na luta pela terra é **Kurusu Ambá**, no município mais violento do país – Coronel Sapucaia. Ali fomos recebidos pela comunidade mobilizada em ritual de indignação e esperança. O ritual de recepção foi um desses fenômenos raros de se acreditar. Parece impossível que um grupo humano submetido a tamanha crueldade tenha tanta energia para saudar a vida e acreditar em dias melhores, lutando. Ter a certeza de que a terra de Kurusu Ambá voltará a ser a sua terra sem males. Aos aliados de outros países que os estavam visitando apenas pediram que falassem ao mundo a verdade sobre o que se passa na comunidade de **Kurusu Ambá**. As ameaças continuam e a qualquer momento podem ter mais vítimas. Falam emocionados dos três líderes que foram assassinados, dos que foram presos, dos que foram baleados, das crianças que morreram de fome. Um cartaz de papelão de caixa dizia '22 anos de paciência e três vítimas'. Ao final das falas foi novamente proferida a palavra do líder assassinado Ortiz 'A luta não vai parar enquanto tiver um **Kaiowá** Guarani em pé'. São aproximadamente 200 pessoas sob as lonas pretas à beira da estrada e fim da paciência.

Terceira estação: Amabai é uma das primeiras terras **Kaiowá** Guarani reservadas a eles no início do século passado. A pequena porção de terra foi sendo expropriada pela expansão das fazendas e da cidade ao redor. Hoje são quase 8 mil pessoas em menos de 2 mil hectares. Não fica difícil entender porque é uma das áreas de maior índice de violência na região e no país. Além das graves consequências do confinamento, a região é marcada e pressionada pelo narcotráfico, alcoolismo, prostituição, trabalho escravo e outros males sistêmicos. Ali fomos visitar o acampamento do **Nisio, do Tekoha Guaiviry**. Recentemente perderam sua grande mãe e líder religiosa Oduia. Logo antes de morrer disse para registrarem sua fala: 'Quero **Tekoha Guaiviry** para os meus filhos, ocupem o Tekoha em meu lugar. Depois do **Aty Gwasu** espero que essa terra seja demarcada para meus filhos e comadre... A minha filha fica em meu lugar para não terminar o meu broto. Não quero que a cultura não indígena entre no **Tekoha Guaiviry**. Depois quero que meus filhos me levem para onde está meu irmão' (**Oduia** Mendes, texto manuscrito).

Quarta estação: Final de dia, nas trilhas do sofrimento e da esperança **Kaiowá** Guarani. O vereador Otoniel e o capitão da aldeia de Caarapó – **Tei Ykue**, nos introduzem em outros campos não menos minados e difíceis. A participação na política partidária e o trabalho de plantio e corte de cana de açúcar. Apesar de todos os problemas enfrentados na função de representante da comunidade na Câmara Municipal, essa tem sido uma experiência construída com muito debate e consciência pela comunidade. Ele é um dos oito vereadores indígenas **Kaiowá** Guarani da região. Também procura refletir sobre o século passado, quando praticamente se iniciou o processo de forte impacto, muitas mortes, num processo genocida que continua até hoje. Procurou refletir o processo desde a 'escravidão livre' (sic) da extração da erva-mate até o trabalho escravo hoje nas usinas de cana de açúcar. Só da aldeia de **Tei Ykue** saem em torno de dez ônibus de trabalhadores **Kaiowá** Guarani para as usinas. São em torno de 700 trabalhadores indígenas só desta aldeia. No total, conforme o Ministério do Trabalho, são mais de 13 mil indígenas trabalhando no plantio e corte da cana, na região. Procuram mostrar o

forte impacto destruturador dos laços sociais, familiares, que traz esse trabalho de meses fora da aldeia. É praticamente o único trabalho que lhes resta. E mesmo assim com os dias contados, pois está em curso um rápido processo de mecanização de todo o processo da cana. Daí a urgência do reconhecimento das terras para que não se agrave ainda mais a situação de dependência, mendicância, violência e fome.

Quinta estação: Próxima a Dourados, uma das situações mais cruéis a que está submetida uma comunidade **Kaiowá** Guarani hoje, no Mato Grosso do Sul. A terra de Passo Piraju foi retomada há quase 10 anos. Foi um tempo de conflitos e ameaças constantes por parte dos fazendeiros da região, que a todo custo querem ver os índios longe daí. Eles estão confinados a 40 hectares por um Termo de Ajustamento de Conduta. Porém, nos últimos três anos, após um conflito em que morreram dois policiais, eles estão submetidos a um permanente bombardeio de prisões, pressões, armações e ameaças inimagináveis. Em consequência disso hoje se encontram reduzidos a menos da metade das famílias que havia anos passados. Alguns se encontram no presídio de segurança máxima de Dourados. Outros cumprem prisão na aldeia. A intenção clara é de vingança dos policiais e a retirada dos índios por parte dos fazendeiros. Heroicamente as famílias que ali sobrevivem resistem a toda essa onda agressões. Uma das lideranças desabafa: 'Pensávamos que a escravidão tivesse acabado. Agora aqui no Passo Piraju ela está começando'. Denunciam o clima de terror a que estão submetidos, constantes tiros, cerca elétrica até a beira do rio, cana até perto da aldeia. 'Aqui polícia é insegurança pública'. Falam do medo com que se locomovem 'levando a morte na mão!'. Na prisão foram torturados e dona Plácida voltou recentemente do presídio gravemente doente.

Sexta estação: Dourados tem se notabilizado nacional e internacionalmente por ser a Terra Indígena de maior população do país, em torno de 13 mil pessoas, onde tem ocorrido o maior número de mortes de crianças por desnutrição e um dos mais altos índices de suicídios e homicídios do país. Alguns chegam a afirmar que se trata de um processo acelerado de favelização. As casinhas, umas próximas às outras, não dão mais condições

de sequer fazer uma pequena roça familiar. Para complicar a situação o SPI trouxe, já no século passado, várias famílias Terena, com o intuito de ensinar os **Kaiowá** Guarani na produção nas lavouras. O rápido aumento das violências em consequência do aumento de drogas, formação de gangues, trabalho escravo nas usinas, tem contribuído para que a violência tomasse um nível assustador. Em função disso estão sendo discutidas políticas de segurança na aldeia, que vão desde a preparação de contingentes policiais para atuar na área, até o toque de recolher a partir das dez horas da noite.

Sétima estação: As ameaças de despejo tem sido uma constante para a comunidade de Laranjeira Nhanderu, no município de Rio Brilhante. Quando estivemos visitando a comunidade, era o dia em que expirava mais um prazo. Falaram de tudo que têm passado nesses quase dois anos em que retornaram a seu Tekohá, terra tradicional. Duas crianças morreram em decorrência da falta de permissão da assistência à saúde, três jovens se suicidaram, sob as pressões da reintegração de posse.

Resistência e esperança, acima de tudo. Ao concluirmos a maratona de contato com as realidades de comunidades **Kaiowá** Guarani, fica a imagem forte dos 'condenados da terra', dos 'restos', dos quais brotará uma nova sociedade, mais justa e solidária. Povos semente de sonhos e utopias, povos da resistência, da transformação e da esperança. (Egon Heck, CIMI MS, Campo Grande, 31 de agosto de 2009)".

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governador Sérgio Cabral assinou o decreto da I Conferência Estadual de Comunicação do Rio de Janeiro, que será realizada do dia 30 de outubro a 1º de novembro. A Conferência será importante marco nas relações que envolvem toda a comunicação nos Estados e Municípios do País.

Aproveito ainda para ressaltar a batalha que travamos na Câmara dos Deputados para aprovar a PEC dos Vereadores. Hoje estão aqui vários Vereadores do Brasil que lutam pela aprovação dessa PEC. (Palmas nas galerias.)

Deixo registrado, portanto, o meu posicionamento favorável à PEC dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Marcelo Teixeira.

O SR. MARCELO TEIXEIRA (PR – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última semana, estivemos em Brejo Santo e Missão Velha, no interior do Ceará, com os Prefeitos Guilherme Landim, Washington Fachine e Gidalberto Pinheiro, para prestigiar a Festa do Boi, festividade do Cariri. E, neste instante, deixo aqui registrada a beleza de eventos praticados naquele local.

Na oportunidade, informo que hoje terá início outra relevante festividade: a Exposição Agropecuária de Itapipoca, importante Município do Estado do Ceará, cuja abertura será feita pelo Prefeito João Barroso.

Por fim, Sr. Presidente, registro que nosso partido, do qual V.Exa. faz parte, é praticamente unânime na votação da PEC dos Vereadores. Estamos sendo abordados por aí afora, e, certamente, nosso voto será favorável. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Gostei muito da manifestação nas galerias. Não havia comentado ainda porque esta Casa é a casa do povo, e não poderíamos evitar, mas é proibido manifestação contra ou a favor. Essa manifestação assim é muito positiva e muito bonita.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento o Ministro Pimentel pela atitude de reformar o fator de prevenção de acidente, que rebaixará o custo do seguro acidente para aquelas empresas que reduzirem o número de acidentes de trabalho.

Só no ano passado foram gastos quase 12 bilhões de reais com o seguro acidente e o benefício previdenciário. Precisamos forçar as empresas a fazerem prevenção. Há uma legião de mutilados, de pessoas acidentadas nas ocupações profissionais, e para a empresa é fácil pagar seguro acidente de 1% a 3% da folha de pagamento.

As empresas que reduzirem o número de acidentes de trabalho terão desconto na contratação do seguro acidente, com a redução dessas alíquotas, de tal forma que elas serão premiadas pelo fato de investirem em segurança do trabalho. Não basta pagar o seguro. É preciso prevenir e proteger a vida do trabalhador.

Cumprimento o Ministro Pimentel por ter feito essa mudança.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, com muito orgulho, registro que o Diretor-Geral do DNIT, Dr. Luiz Antonio Pagot, inspecionou na penúltima segunda-feira, no sul do Estado de Santa Catarina, as obras de duplicação do problemático trecho da BR-101 sul, entre Palhoça e Passo de Torres.

Naquele ato, estavam presentes, entre as autoridades, o Deputado Acélio Casagrande, o Deputado Jorge Boeira e o Deputado Nelson Goetten, além do Prefeito Beto, de Imbituba, e da Senadora Ideli Salvatti. Também estavam presentes na vistoria o Presidente do CREA-SC, engenheiro agrônomo Raul Zucatto, além de representantes do DNIT nas esferas federal e estadual.

A previsão do DNIT é finalizar as obras de duplicação até dezembro de 2010, com exceção de 3 obras especiais: os 2 túneis do Morro dos Cavalos, na Palhoça; o túnel do Morro do Formigão, em Tubarão; e a ponte na Travessia de Laguna, que só ficarão prontas em 2013. Dos 248,5 quilômetros de rodovia, 125 quilômetros estão duplicados em segmentos descontínuos.

O diretor Luiz Antonio Pagot sugeriu reuniões regulares com os empreiteiros e turnos extras de trabalho para acelerar as obras na rodovia. Pela análise dos engenheiros do CREA, o prazo seria até dezembro de 2010, realmente.

Visitamos a obra emergencial do Morro dos Cavalos, o túnel do Morro Agudo, o viaduto de acesso sul a Tubarão, o elevador de Maracajá, banhado de Araranguá até Passo de Torres, no Rio Grande do Sul.

Sabemos que vários fatores vêm adiando esse sonho, como problemas nos processos licitatórios; dificuldades financeiras dos consórcios vencedores, que apresentaram deságios que chegaram em média a 33%; desligamento de algumas construtoras por não cumprirem o prazo estipulado pelo DNIT; atraso nas obras dos túneis do Morro dos Cavalos, que ainda estão em fase de elaboração dos projetos, entre outras situações que prejudicam o andamento das obras.

Cabe ainda ressaltar que trafegar pelo trecho sul da BR-101 tem exigido paciência e muita atenção dos motoristas. Falta de acostamento, buracos na pista e desvios sem sinalização são alguns dos problemas que encontramos na rodovia, causando grandes transtornos e acidentes aos que trafegam pelo trecho.

Esperamos que a duplicação desse trecho realmente esteja nos cronogramas do DNIT, para que, de uma vez por todas, seja realizado esse sonho de todo catarinense. Foi o compromisso assumido pelo Governo.

Quero agradecer a presença no Estado do nosso Diretor-Geral do DNIT, que prometeu agilizar a duplicação da BR-101, uma novela de mais de 15 anos que está chegando ao fim. Esperamos que no ano que vem possamos pelo menos entregar 80% da obra.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LELO COIMBRA – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LELO COIMBRA (Bloco/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores suplentes de Vereador que aqui estão, no seu legítimo direito de defesa de um tema importante a ser definido, que conta com minha simpatia e apoio, ontem, no início da tarde, faleceu Maurício de Oliveira, o principal instrumentista da história do Espírito Santo.

Filho de pai pescador, Maurício começou cedo a tocar sambas, tangos e choros. O cavaquinho foi o seu primeiro encontro com um instrumento. Aos 6 anos, já fazia algumas notas, mostrando ao pai o desejo de seguir a vida adulta compondo canções.

A grande consagração da sua carreira deu-se em 1955, quando foi classificado em segundo lugar no Festival de Música da Juventude na Polônia, com a música Canção da Paz, música instrumental que traduzia, em sons, os horrores da Segunda Guerra Mundial.

Em sua carreira, apresentou-se ao lado de grandes nomes da música brasileira. Mas o mundo se curvou perante o violonista quando ele registrou em disco a obra completa para violão composta pelo maestro Heitor Villa-Lobos.

O Estado do Espírito Santo e o Brasil estão mais tristes hoje. A morte de Maurício de Oliveira é perda insuperável, e a música do “pescador de sons” ficará eternamente na nossa memória.

Meus pêsames à família do mestre e eterno “pescador de sons” Maurício de Oliveira.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – A Presidência pede licença aos colegas inscritos no Grande Expediente ou no Pequeno Expediente para dizer que, sem prejuízo do tempo a que S.Exas. têm direito, vamos conceder a palavra a todos aqueles que desejem falar, por 1 minuto. É um absurdo que o Parlamentar não tenha direito nem de usar a tribuna. (Palmas.) A Câmara fornece tão pouco aos Parlamentares que é um absurdo não lhes dar o direito de falar por 1 minuto para mandar uma mensagem à sua terra a respeito das votações importantes que estão sendo realizadas.

Portanto, a Presidência, com a consciência tranquila de estar fazendo o melhor para a instituição, vai conceder 1 minuto para aqueles que quiserem falar, sem prejuízo do tempo a que têm direito os 6 oradores ainda inscritos no Pequeno Expediente e os 2 oradores inscritos no Grande Expediente.

Hoje é um dia tumultuado. Vamos ter obstrução até à última hora. Então, quanto mais pudermos ficar aqui, melhor. Vamos permitir que todos falem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Professor Ruy Pauletti.

O SR. PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos.

Sou um municipalista convicto e sou a favor das emancipações. Para ser um municipalista, é preciso ter prática, é preciso ter a praxe do municipalismo. Para isso, é preciso ser a favor dos Vereadores, é preciso valorizar o trabalho dos Vereadores. É preciso que se aprove, na próxima quarta-feira, a PEC dos Vereadores. Sou, portanto, a favor da proposta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a este plenário novamente para pedir a atenção dos nobres pares para a questão do fator previdenciário e para a razão por que insisto na proposta de sua derubada aqui no Congresso Nacional.

O acordo entre o Governo e as centrais sindicais, que inclui reajuste acima da inflação, em 2010 e 2011, para aposentados e pensionistas com aposentadorias acima do salário mínimo e uma sistemática alternativa para o fator previdenciário, vai alterar a regra de cálculo para alguns tipos de benefícios previdenciários. São eles: aposentadoria por idade; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; aposentadoria por invalidez; auxílio-acidente; pensão por morte; e auxílio-reclusão. Esses dados estão contidos nas propostas do Relator, Deputado Pepe Vargas.

Afirmo novamente que o povo brasileiro deve ser informado desse fato.

Vejam, Srs. Deputados, que hoje o cálculo dos benefícios utiliza a média de 80% das melhores contribuições, cuja validade vem desde julho de 1994. Com a proposta que deverá ser apreciada aqui, no Congresso Nacional, a média passará a ser de 70% dos melhores salários de contribuição.

Com uma base menor de salários mais altos, os benefícios aumentam cerca de 6%. No ano passado, foram concedidos 4 milhões 461 mil 842 benefícios. Desses, cerca de 98% se enquadravam entre os benefícios mencionados acima e que sofrerão a mudança.

Volto a alertar para o fato de que a nova conta vale para os benéficos concedidos após a regra ser

aprovada nas 2 Casas legislativas. Diante desse fato, quem tiver tempo para se aposentar deve aguardar a aprovação das novas regras.

Com o fator previdenciário, o benefício é reduzido em até 50%, dependendo da idade e do tempo de contribuição da pessoa.

Sr. Presidente, quero unir-me à Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP, que não ficou satisfeita nem com o aumento real de 2,5% nem com a fórmula alternativa para o fator previdenciário.

Dirigentes da COBAP prometem pressionar o Congresso Nacional para que sejam votados os demais projetos, incluindo o que acaba com o fator previdenciário.

Vamos lembrar que a entidade exige reajuste de 8,9% em 2010 para todos os segurados. Nos últimos 18 meses, as perdas já chegam a 74%.

Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores suplentes de Vereador, meu compromisso também é de votar favoravelmente à PEC dos Vereadores. (Manifestação das galerias.)

Sr. Presidente, volto à tribuna para falar sobre as obras do Aeroporto de Macapá, paradas desde maio de 2007. Estamos empenhados na retomada dessas obras, haja vista que a estrutura metálica está toda construída. Uma liminar da Justiça está impedindo a continuidade da obra.

Ontem, fui recebido pelo Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, do TRF da 1ª Região, em Brasília. Já havia sido negado o provimento a um agravo de instrumento da **INFRAERO**, que apresentou outro recurso, um agravo regimental. Espero que dessa vez a **INFRAERO** tenha sucesso e consiga derrubar a liminar. Conversei muito com o Dr. Daniel para mostrar que a Better nunca teve compromisso, nunca teve a iniciativa de continuar a obra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Geraldo Resende.

O SR. GERALDO RESENDE (Bloco/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é de hoje que nos preocupa a questão indígena em Mato Grosso do Sul, seja pelo constante risco imposto pelas condições de vida, sempre beirando o limite do aceitável, seja por estar à

margem de uma sociedade que não lhes dá autonomia e ainda lhes restringe a área de vivência, em aldeias quase sempre superpovoadas.

O resultado dessa mistura explosiva ganha, com alguma frequência, as manchetes de jornais, em tons dramáticos. Não faz muito tempo, o Brasil tomou conhecimento do drama das crianças indígenas subnutridas, que morriam por falta de alimento nas aldeias indígenas, sobretudo na região de Dourados.

A questão era tão grave que, por minha sugestão, criou-se uma Comissão Externa da Câmara Federal para ver de perto o que acontecia nas aldeias e apontar caminhos que ajudassem a solucionar os problemas que estavam levando à morte dezenas de pequenos índios.

Naquele momento, nosso trabalho foi essencial para restabelecer a tranquilidade entre os povos indígenas. De imediato, o Governo Federal, através da FUNAI e da FUNASA, garantiu a distribuição de cestas básicas e de medicamentos, assistência médica adequada e melhorias sanitárias nas aldeias indígenas.

Tenho consciência de que ações pontuais são importantes. Mas a minha preocupação com a questão indígena me levou a lutar por soluções mais duradouras, capazes de provocar efeitos de longo prazo na vida da comunidade indígena.

Por isso, não me acomodei enquanto não garanti os recursos necessários para a construção da primeira Vila Olímpica indígena do Brasil, proposta que tenho o orgulho de dividir com o Deputado Fernando Gabeira. O projeto está em sua fase final de construção. Até o final do ano deverá ser entregue às comunidades das aldeias Bororo e Jaguapiru, em Dourados.

Também comemoro a liberação dos recursos que permitiram a construção de uma nova escola, a Escola Guateka, que vai atender crianças e adolescentes dessas 2 aldeias, em Dourados. O prédio já está pronto. O Governo do Estado está comprando os equipamentos, e a escola deverá ser ocupada por alunos e professores ainda este ano.

Mas a realidade parece andar a passos sempre mais largos do que as iniciativas do Poder Público. Neste fim de semana, os principais jornais do nosso Estado e até mesmo jornais de circulação nacional estamparam em suas manchetes mais uma grave denúncia: o narcotráfico está agindo livremente, a ponto de impor um toque de recolher entre os habitantes das aldeias indígenas de Dourados.

De acordo com a reportagem publicada na edição do último domingo, no jornal Correio do Estado e também no jornal O Estado de S. Paulo, os traficantes de drogas encontraram território livre nas aldeias para comercializar drogas e até para explorar a mão de obra

dos jovens índios nas lavouras de maconha, cultivadas na fronteira do Brasil, em território paraguaio.

Como eu já disse, não é uma situação nova, mas é inaceitável. E é também a principal razão para justificar os crescentes índices de violência registrados nas aldeias indígenas do meu Estado. É urgente que o Ministério Público, a Polícia Federal, as autoridades constituídas do nosso País se posicionem sobre essa questão.

A minha preocupação com a defesa da dignidade dos povos indígenas, em especial com as comunidades que vivem em meu Estado, já foi objeto de outros alertas que fiz desta mesma tribuna. Essa luta é uma das marcas do meu trabalho e eu não me incomodo de persistir com ela.

Já disse isso outras vezes e vou repetir agora: onde o Estado não se faz presente, o território fica livre para a ação do poder paralelo, dos marginais, dos narcotraficantes. A ação preventiva, a oferta de alternativas como a educação e o esporte são caminhos importantes na luta contra a violência.

Mas creio que, neste momento, além disso, faz-se necessária uma ação repressiva contundente, para livrar a população indígena do jugo a que está submetida pela ação dos traficantes.

Há dados que indicam que as aldeias na região de Dourados são os locais de mais mortes hoje no nosso País, apesar de tudo aquilo que vemos nos grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro e algumas outras cidades que sofrem com a violência urbana.

Em Dourados, no Mato Grosso do Sul, dentro da reserva indígena, índios matam índios com a maior perversidade possível. É necessário que o Governo faça uma intervenção ali a curto prazo.

Para finalizar, peço à Mesa Diretora que receba cópia da reportagem a que me referi em meu discurso e faça constar nos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

REPORTAGEM A QUE SE REFERE O ORADOR

Vítimas do tráfico, índios adotam toque de recolher

Reserva em Dourados (MS) tem índice alarmante de assassinatos

João Naves de Oliveira

Um grito de socorro dentro da Reserva Indígena de Dourados não significa nada depois das 22 horas. Pode ser uma vítima dos narcotraficantes e “quem vai ter coragem de socorrer o coitado”, afirma o cacique da Aldeia Bororó, Luciano Areoval, de 54 anos. “Nós implantamos o nosso toque de recolher, por causa dos conflitos entre grupos de traficantes que estão agindo

dentro desta aldeia e de Jaguapirú. Quem desobedecer pode morrer, no facão ou na foice.”

procurador da República em Dourados, Marco Antônio Delfino de Almeida, confirma a existência dessa situação, acrescentando que a consequência mais imediata é a violência. “Considerando as proporções, o índice de assassinatos nas aldeias Bororó e Jaguapirú é de 145 mortes para cada 100 mil habitantes.

atual índice de homicídios no País é de 24,5 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes.”

Para o delegado da Polícia Federal José Antônio Simões de Oliveira Franco, somente agora está sendo elaborado um plano para resolver o problema. “Não é função da PF o policiamento ostensivo ou preventivo nas aldeias, tampouco atender a ocorrências factuais do dia a dia, de caráter local. Estamos elaborando o que nunca foi feito na Reserva Indígena de Dourados, que é um plano de combate à violência.”

Alberto Ferreira Neto, também delegado da PF e um dos coordenadores do projeto de segurança em Bororó e Jaguapirú, explicou que, no ano passado, foram levantadas “denúncias e informações até incríveis” sobre os fatores da violência nas aldeias. “O mais saliente é o alcoolismo, porém, é ele que leva a culpa também sobre homicídios, agressões com mutilações das vítimas, estupros, entre outros, praticados pelos traficantes.”

Denúncias e informações recolhidas, conforme Neto, estão sendo estudadas uma a uma pelo setor de inteligência da PF. Uma delas aponta que índios estariam trabalhando na colheita e processamento da maconha paraguaia em Capitán Bado, divisa com Coronel Sapucaia (MS). Receberiam como pagamento a própria droga.

comandante do Departamento de Operações de Fronteira (DOE), o coronel Joel Martins dos Santos, apurou que os donos das lavouras de maconha na divisa de Mato Grosso do Sul com o Paraguai utilizam mão de obra de rapazes indígenas “fisicamente fortes para aguentar o trabalho que não é leve”. No dia 30 de maio, uma ocorrência chamou a atenção do coronel, envolvendo três adolescentes indígenas. Cada um transportava um pacote de seis quilos de maconha. “Pode ser o pagamento que receberam dos produtores da droga.”

As duas aldeias, instaladas a 7 quilômetros do centro de Dourados, abrigam quase 14 mil índios das etnias guarani-caiová, em 3.500 hectares. São divididas pela rodovia estadual Dourados-Itaporã, cujo tráfego é intenso, e não contam com obstáculos para o controle da entrada e saída de veículos.

Os criminosos conseguiram fazer do lugar um dos mais protegidos entrepostos de distribuição da maconha paraguaia na região, devido às restrições impostas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre o policiamento. “A falta de definição para a segurança nas aldeias também colabora com o aumento da violência”, afirma o procurador da República.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Jovair Arantes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar os suplentes de Vereador e os Vereadores eleitos que não tomaram posse no Brasil e estão aqui presentes e dizer da importância que tem o trabalho que eles estão fazendo. O nosso partido, o PTB, estará fechado com eles na votação da PEC, na próxima semana. Foi um acordo feito pelo nosso Presidente. Quero externar a posição do meu partido, o PTB, pela aprovação da PEC dos Vereadores na íntegra, como veio do Senado.

Em segundo lugar, eu quero fazer um apelo, desta vez da tribuna, ao Líder do Governo, para mediar junto ao Governo a retirada da urgência constitucional dos projetos sobre a exploração do pré-sal.

Vamos discutir aqui o pré-sal e podemos nos remeter à história recente deste País, quando o Brasil começou a discutir a questão do petróleo, nos idos de 1950, e as decisões dos políticos da época foram muito importantes, com a criação da PETROBRAS. Hoje nós temos... *(Pausa.)*

Pedi a palavra como Líder, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

Estou falando como Líder, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Sr. Presidente, peça a palavra para uma questão de ordem.

O SR. JOVAIR ARANTES – Durante a fala do Líder não pode, não é Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Não pode. Deixe o Deputado concluir.

O SR. JOVAIR ARANTES – Eu tenho que concluir.

Quero lembrar, Sr. Presidente, que essa discussão sobre o pré-sal agora apresentada pelo Governo é muito importante para a Nação. E os Deputados do PTB não se sentem bem em aprovar ou em discutir essa matéria no pouco tempo que teremos por causa da urgência.

Faço um apelo claro ao Governo para que retire a urgência desses projetos. Nós, Líderes, no momento oportuno, quando entendermos que as bancadas já estão suficientemente esclarecidas com relação a

isso, assinaremos um requerimento de urgência urgentíssima para que a Casa vote as propostas. Mas essa urgência tem de ser estabelecida e decidida pelos Líderes e pelos partidos que compõem esta Casa, sob pena de fazermos aqui, Presidente, uma aprovação da qual no futuro nos arrependemos.

Sabemos que o pré-sal é um assunto para daqui 10 anos, 20 anos, quem sabe. Muitos de nós nem estaremos vivos. Não podemos aprovar açodadamente matéria tão importante, que, inclusive, requer uma reunião nesta Casa como foi feita no caso da discussão da gripe A, para o que se realizou uma Comissão Geral, o que foi importante para o Brasil. Devemos, então, realizar uma Comissão Geral para discutir o pré-sal no plenário desta Casa, quando seriam convidados os maiores estudiosos dessa matéria, para que as bancadas de todos os partidos se sintam esclarecidas com relação ao tema.

Quero saudar toda a Casa em nome do PTB e dizer da importância que têm esses 2 temas que tratamos agora: a PEC dos Vereadores e o pré-sal.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Sr. Presidente, peça a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uma questão de ordem a V.Exa. sobre o cumprimento do Regimento.

Acho que todos os Deputados devem falar. V.Exa. informou que certamente haverá obstrução hoje, e os Deputados poderão registrar seus pronunciamentos. O Regimento exige que façam a inscrição para falar por 5 minutos no pinga-fogo. Temos meia hora para dar como lido o pronunciamento e meia hora para fazer pronunciamentos de 5 minutos. Os Líderes podem usar da palavra em qualquer momento da sessão.

O que acontece nesta Casa? Os Líderes usam da palavra para Comunicação de Liderança em qualquer momento, e V.Exa., cumprindo o Regimento, deu a palavra ao Deputado. Se V.Exa. está cumprindo o Regimento e deu a palavra ao Líder, não quero me opor, mas a Mesa deveria decidir o que fazer com o pinga-fogo. Assim como é justo que todos os Parlamentares usem 1 minuto – e defendo que usem –, V.Exa. tem de abolir o Regimento e dizer que quem quer falar por 5 minutos não precisa mais chegar à Casa às 8h para se inscrever no livro. Esta Mesa tem de decidir, até porque, não tendo pauta, uma vez que haverá obstrução na Ordem do Dia, os Deputados podem registrar os seus pronunciamentos.

Agora, não é justo com os Deputados, como eu e a Deputada Íris Araújo, que chegamos aqui às 7h30min e nos inscrevemos. Tenho de participar de uma reunião da Comissão Especial às 15h e me programei para falar por 5 minutos, mas não vou falar.

Todo mundo pode falar, mas dentro do Regimento. Já que V.Exa. concedeu a palavra ao Líder, pelo Regimento, não pode usar 2 pesos e 2 medidas.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Deputado José Genoíno, se V.Exa. quiser que eu cumpra o Regimento rigidamente, vou ter de encerrar e recomençar. Mas esta é a Casa do entendimento. Eu peço a compreensão de V.Exa. em relação aos nobres pares.

Vou conceder os 5 minutos a V.Exa. agora, sem prejuízo...

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Agora eu não quero. Acho que todos têm de usar 1 minuto. E vou usar depois. Quis apenas fazer o registro como questão de ordem e pedir a V.Exa. que examine junto à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Eu gostaria de dizer a V.Exa. que esta é a Casa do entendimento. E, quando se facilita, os colegas falam.

O SR. JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apenas estou usando o Regimento aprovado por nós. Se o Deputado José Genoíno se sente ofendido, que troque o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Quero elogiar os suplentes de Vereador presentes nas galerias, que se têm comportado de maneira exemplar, não aplaudindo nem vaiando ou levantando as mãos, o que é uma demonstração, sobretudo, de maturidade política e responsabilidade com a instituição, merecendo o respeito e a consideração de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra à nobre Deputada Janete Rocha Pietá.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP. Sem revisão da oradora.) -

DISCURSO DA SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ QUE, ENTREGUE À ORADORA PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. CARLOS SANTANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CARLOS SANTANA (PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, elogio os companheiros suplentes de Vereador que estão em Brasília, pela postura democrática demonstrada nas galerias. Quero deixar bem claro que sou do PT e vou votar a favor da PEC dos Vereadores, porque entendo que esta Casa tem de legislar. Não se pode deixar pessoas de fora legislarem por nós. Há uma responsabilidade histórica na votação dessa PEC, por isso temos que votá-la.

Repito: eu, Carlos Santana, vou votar com a PEC dos Vereadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna falar sobre a decisão da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado que autorizou o Governo Federal a tomar empréstimo na ordem de 6,1 bilhões de euros (cerca de 16,4 bilhões de reais) para financiar construção de 4 submarinos e pagamento de assistência francesa para a construção de um submarino nuclear, além da aquisição de 50 helicópteros de médio porte, modelo EC-725, para as Forças Armadas.

A proposta autorizada pela Comissão foi aprovada por unanimidade e ainda precisa ser aprovada pelo Plenário do Senado.

Somos a favor do reaparelhamento das nossas Forças Armadas. E podemos, com esse investimento, ter a possibilidade de criar milhares de empregos diretos e indiretos nos nossos estaleiros.

Sabemos que nossos estaleiros se modernizaram, os trabalhadores se especializaram e hoje temos totais condições de construir qualquer tipo de embarcação. Não devemos nada em mão de obra e tecnologia para nenhum outro país.

Gostaria de sugerir a criação de mais escolas e cursos profissionalizantes na área da indústria naval. Como morador da Zona Oeste e conhecedor do potencial dos nossos jovens acredito que seria de extrema importância a criação de cursos profissionalizantes como os de soldador, mecânica industrial, eletrônica, técnico em informática, para melhor atender a demanda que com certeza vai aparecer com o início das construções desses submarinos.

Parabenizo o Presidente Lula pela iniciativa de enviar ao Senado essa proposta, que é de extrema importância para a soberania do Brasil e para uma perspectiva mais animadora no que diz respeito à criação de novos empregos no País.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também quero trazer o meu apoio aos suplentes de Vereador presentes nesta sessão. Sou favorável à PEC dos Vereadores. Espero que os Líderes e o Presidente coloquem em votação a matéria o mais rápido possível.

Sr. Presidente, estava acompanhando assinatura de convênios pelo Ministério das Cidades, por meio do PAC do Saneamento, com 2 Prefeituras importantes do Estado de Minas Gerais. Por meio desses convênios foram destinados 54 milhões de reais para a cidade de Governador Valadares e 46 milhões de reais para a cidade de Caratinga.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, ouvintes da *Rádio Câmara*, na última segunda-feira, dia 31 de agosto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez em Brasília o lançamento do marco regulatório para a exploração das reservas do pré-sal e classificou o dia como um novo dia da independência do Brasil.

Quero destacar que, atualmente, o nosso País ocupa o 24º lugar entre as maiores reservas de óleo e gás no mundo. Com a exploração da camada pré-sal no litoral, o Brasil passaria a compor a lista das 10 maiores reservas de petróleo mundial, ocupando o oitavo ou nono lugar, posições que hoje pertencem a Venezuela e Nigéria, respectivamente.

O pré-sal é uma faixa que se estende ao longo de 800 quilômetros de extensão por até 200 quilômetros de largura, entre os Estados do Espírito Santo e Santa Catarina, abaixo do leito do mar, e engloba 3 bacias sedimentares (Espírito Santo, Campos e Santos).

Com mais de 7 mil metros de profundidade, o que, segundo geólogos, conserva a qualidade do petróleo, a nossa reserva representa um salto dos atuais 14,4 bilhões de barris de óleo equivalente, para algo entre 70 bilhões e 107 bilhões de barris de óleo equivalente.

Quero lembrar, senhoras e senhores, que desde novembro do ano passado, quando foi anunciado que Tupi tem reservas gigantes, os olhos do mundo se voltaram para o nosso País e se ampliaram os debates acerca da camada pré-sal. Hoje, sabemos que Tupi tem reserva estimada pela PETROBRAS entre 5 bilhões e 8 bilhões de barris de petróleo, fazendo desta uma das maiores descobertas do mundo dos últimos 7 anos.

Necessário é também ressaltar o posicionamento firme e decidido do nosso Governo Federal, que des-

de 2003 vem empreendendo um novo projeto de País, amparado na defesa intransigente do fortalecimento das empresas estatais, dotando-as de competitividade e investimentos na melhoria dos serviços prestados à população. Dessa forma, com as políticas públicas do Governo Lula e os investimentos de empresas estatais como Furnas, Correios, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e em especial a PETROBRAS, o Brasil foi o último país a sofrer os pequenos abalos da crise e o primeiro a sair dela na América do Sul e entre os países emergentes.

Sr. Presidente, esta é uma grande oportunidade para o Brasil reparar parte do passivo que tem com o seu povo. No momento, o Governo estuda a aplicação de receitas geradas com a exploração do petróleo da camada pré-sal na constituição de um fundo social destinado às áreas de educação, saúde, cultura, ciência, tecnologia e sustentabilidade ambiental. É importante que a condução do Governo Federal na linha do fortalecimento do Estado brasileiro e na adoção de medidas que visam proteger suas riquezas estratégicas seja assegurada cada vez mais pelo Governo Lula e por todos nós representantes do povo brasileiro.

As reservas do pré-sal pertencem a todo o País. Trata-se de um patrimônio do povo brasileiro, porque são recursos naturais da União. Concordo com o nosso Presidente, quando afirma que o povo brasileiro é o verdadeiro dono do pré-sal. Por isso, também acredito que esse ativo formidável da nação tenha boa parte de suas reservas utilizadas em benefício das futuras gerações do nosso País.

Sras. e Srs. Deputados, por fim, quero registrar a importância deste momento para todos nós brasileiros. A instituição do marco regulatório do pré-sal e a criação de uma nova empresa estatal se revestem de caráter altamente relevante para o futuro do Brasil e para a reafirmação da soberania nacional através da exploração racional de mais essa reserva e riqueza nacional, que é de todos nós.

O pré-sal é nosso!

Saudações petistas.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO NASCIMENTO (PT – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, neste momento, solidarizar-me com todos os Vereadores do nosso País e dizer que é justa e legítima a sua luta. Há 8 meses S.Exas. estão, diuturnamente, na Câmara dos Deputados, tentando, com enorme esforço, fazer com que seu direito seja acolhido. E aqui, em nome dos

Vereadores Tiba e José da Rua, de Timbaúba, quero solidarizar-me com todos os Vereadores presentes. Vamos todos votar a PEC dos Vereadores!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje venho a esta tribuna para falar sobre tema que infelizmente parece estar longe de acabar, a violência contra a mulher.

Em Pernambuco, foram registrados 279 assassinatos de mulheres em 2007 (sendo 165 até julho); 283 assassinatos de mulheres em 2008 (sendo 161 até julho); e 171 assassinatos de mulheres até julho deste ano. E 38,46% dos assassinatos de mulheres este ano tiveram motivação passional. Ou seja, são números realmente assustadores, que não podem continuar crescendo dessa forma, Sr. Presidente.

O machismo há muito tempo existe e ainda predomina fortemente, chegando até à morte da mulher que é dita amada.

A posse doentia, Sr. Presidente, anula a vida da mulher, fazendo com que ela se sinta prisioneira de uma relação que tende a destruí-la. E, muitas vezes, quando ela tenta se livrar dessa relação, acaba assassinada. Essa realidade tem-se tornado frequente em Pernambuco, lamentavelmente.

Parece que mesmo com a Lei Maria da Penha, os agressores não se intimidam com as medidas consequentes a seus atos. Para esses homens não há limites.

Demonstração de posse e controle não expressa de forma alguma sentimento de afeto.

É necessário que fique claro que não basta prender o agressor. A mulher tem que mudar de postura e ter vida própria, ter acesso a segurança pública e habitação. Somente assim esse quadro lamentável será minimizado.

É fundamental que as mulheres fiquem atentas aos primeiros sinais que indicam que a pessoa com quem ela está se relacionando é violenta, e também àquelas falsas promessas de que jamais isso voltará a acontecer.

A cumplicidade entre o agressor e a parceira não pode mais existir. A denúncia é fundamental.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Bahia, entre 2005 e 2006, levando-se em conta as áreas de emprego, renda, educação e saúde, caiu do 18º para o 22º lugar. Ainda analisando o ano de 2006, dos 500 municípios brasileiros com menores percentuais de desenvolvimento, 188 eram baianos. E mais: quando se consideravam os 100 piores mu-

nicipios em percentuais de desenvolvimento, a Bahia avançava a sua participação de 27 para 34, entre 2005 e 2006. Ou seja: 34% do total. E esse quadro vergonhoso era completado pelo fato de que o município com pior índice de desenvolvimento, no ano de 2006, também se localizava na Bahia: tratava-se de Santa Luzia, pequena cidade encravada na região cacauceira, no Sul do Estado.

Esses dados, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, não foram levantados pelo Governo Wagner. São resultado de uma pesquisa da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), relativa aos anos de 2005 e 2006, quando a Bahia era governada pelo Sr. Paulo Souto, representante naquele momento de uma oligarquia que nos levava a índices sociais vergonhosos, como se pode ver aqui, levantados por uma instituição insuspeita. O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) distingue-se por ter periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional.

Aquela oligarquia, Sr. Presidente, governou a Bahia por décadas e só fez agravar a situação de dificuldades da maioria do nosso povo. Talvez lendo o que a FIRJAN publicou o ex-Governador, derrotado fragorosamente nas últimas eleições, desista de aparecer como arauto do desenvolvimento.

Ele, representante daquela oligarquia, era o último responsável por deixar a Bahia figurar como Estado campeão do analfabetismo no Brasil. O Governo Wagner encontrou mais de 2 milhões e 300 mil analfabetos. Levou o nosso Governo, pela responsabilidade que tem com o nosso povo, a desenvolver o maior programa de combate ao analfabetismo de todo o Brasil, o TOPA – Todos pela Alfabetização, um programa que tem conseguido sensibilizar e mobilizar a sociedade baiana, que já alfabetizou mais de 170 mil pessoas e com o qual pretende o Governo chegar a 1 milhão de alfabetizados.

Não por acaso também a Bahia era a campeã dos beneficiados pelo Bolsa-Família, devido à amplitude da miséria no Estado. E a miséria não nasce do acaso. Ela é resultado da ausência de políticas destinadas a fomentar o emprego, distribuir renda, garantir a posse da terra, estimular os pequenos negócios, os pequenos empreendimentos. Foi sempre assim durante o domínio daquela oligarquia, que, às vezes, por mais irônico que possa parecer, pretende ensinar como governar. Desse tipo de professor, Sr. Presidente, não precisamos.

O Governador Wagner, desde que assumiu, voltou os olhos para as maiorias. O Semiárido, que engloba mais da metade do território baiano, a região mais as-

solada pela seca, nunca recebeu a atenção devida da oligarquia que governou a Bahia por décadas. Por isso a fome, a miséria, o abandono. Agora, com o Programa Água para Todos, estamos mudando o cenário de toda a região. Mais de 1,5 milhão de pessoas já foram beneficiadas pelo programa. A água, que antes era controlada por poucos, hoje tem a distribuição profundamente democratizada.

Voltando aos números da FIRJAN, Sr. Presidente, houve evolução positiva no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal em 20 das 27 Unidades da Federação, entre 2005 e 2006. Dos 7 Estados com variação negativa, 4 foram maiores do que 1%. E vejam só as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados: coube à Bahia governada por Paulo Souto o recuo mais acentuado, de 4,2%. O Município de Maiquinique, também na Bahia, obteve em 2006 a menor nota do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, da totalidade dos municípios brasileiros.

É surpreendente, Sr. Presidente, que o Sr. Paulo Souto queira dar aulas de governo. Ele sempre foi fiel representante da oligarquia e conseguiu garantir sempre as políticas excludentes, que marginalizavam o nosso povo, que afastavam as maiorias dos benefícios do crescimento econômico. O Governo Wagner, desde o primeiro momento, dedicou-se a combater a concentração de renda, o desemprego, e continuará a lutar para cada vez mais dar condições de cidadania ao povo da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Gostaria de consultar o Deputado José Genoíno sobre se podemos dar a palavra a esses 5 Deputados que estão aqui.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não decido sobre os trabalhos da Mesa. V.Exa. dá a palavra a quem considerar que deve dar. Sou obediente à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Muito obrigado pela compreensão.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Sou obediente à Mesa, mas informo a V.Exa. que vou fazer uma questão de ordem ao Presidente da Câmara dos Deputados, na Ordem do Dia, para buscar regulamentar...

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Na hora em que V.Exa. quiser.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – V.Exa. é que preside e decide sobre quem vai chamar. Não sou eu que decido.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. MARCELO ITAGIBA (Bloco/PMDB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agrar-

decer ao Deputado José Genoíno por permitir que os seus colegas façam uso da palavra. S.Exa. sempre defendeu a liberdade de expressão e, com certeza, vai assegurar a todos nós a possibilidade de cumprirmos a determinação de V.Exa. e de falarmos ao povo do Brasil.

Sr. Presidente, quero dizer aos companheiros que aqui se encontram que estou na luta e na trincheira em defesa dos interesses do Brasil. Isso significa dizer que estou na trincheira dos direitos assegurados ao Estado do Rio de Janeiro em relação aos *royalties* do petróleo.

Quero que V.Exas. pensem um pouquinho a respeito desta matéria, porque amanhã o petróleo poderá ser descoberto na sua região, e terão o mesmo direito que hoje foi assegurado aos Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e outros.

Sr. Presidente, passo a abordar outro assunto. Refiro-me à carta-testemunho do ex-Deputado Milton Steinbruch sobre um dos maiores empresários brasileiros, Mendel Steinbruch, que tanto progresso trouxe para o Brasil, que adquiriu e salvou a CSN.

É a seguinte:

“Estamos lembrando Mendel Steinbruch agora por causa do transcurso dos 15 anos de sua morte, data especial para nós judeus. E, a propósito, tenho pensado muito neste tio que foi meu grande amigo e incentivador. Minha mãe, Amália, sua irmã, considerava-o quase um filho, tal o carinho que os unia, consolidado nos anos em que ele veio estudar no Rio e morou conosco, no Flamengo.

Pude acompanhar o crescimento de seus negócios, sempre empolgado com o que ele contava ter feito e estar fazendo. Era um otimista, um empreendedor nato, hábil e grande vendedor. Dizia com bom humor que o sucesso e o crescimento das empresas era mais devido ao irmão Eliezer, Tio Ely, que, cuidando da retaguarda, dava-lhe tempo para pensar e planejar o futuro, e à sorte de ter tido um sócio da capacidade e da personalidade de **Jacks Rabinovitch**.

Embora empolgado com o que fazia, líder nato, pelo carisma que estampava no rosto, Tio Mendel merecia a nossa admiração por ser um homem generoso e cordial. Com tantos motivos para ser vaidoso, nunca excedeu os limites do natural. Suas atividades e múltiplas viagens nunca o impediram de ser um marido e um pai muito presente e muito carinhoso.

Quando fui deputado, com a ajuda dele inclusive, recebi muitos conselhos e uma orientação que credito ao bom trabalho que fiz e ao bom nome que acredito ter deixado no Congresso Nacional. Hoje vejo o quanto o Brasil se ressentiu de um número maior de pessoas com aquele espírito de fazer do meu tio. Ele tinha as linhas básicas da ética e da moral que nos vem sendo transmitida através de gerações. O avô dele foi o primeiro líder comunitário religioso do Brasil (Schoiret). Por isso, tão logo pode, junto com Tio Ely, restaurou a Sinagoga de Santa Maria, a primeira brasileira, desde que a do Recife foi construída pelos judeus holandeses quando a cidade pertencia aos invasores.

Os 15 anos sem Tio Mendel têm o significado do quanto é importante se fazer empreender, com amor e com justiça, de como é importante liderar com autoridade mas com sensibilidade. Não fosse ele assim, não estaríamos, nós todos que tivemos o privilégio de conhecê-lo – sua família e seus empregados, a comunidade judaica e empresarial brasileira –, lembrando com tanta saudade e tanto amor.

Quando fui Secretário-Geral do PL – Partido Liberal, presidido por outro saudoso e querido amigo, Álvaro Vale, certa vez estávamos jantando num restaurante de Brasília, em mesa grande, e eu contava histórias de Tio Mendel quando entrou o jornalista Aristóteles Drummond e veio à mesa. Álvaro Vale, com seu humor, vira-se e pergunta: “Aristóteles, esse Tio Mendel de Milton existe ou é uma criação dele?”

Isso ficou na minha mente esses anos todos. Tio Mendel se não tivesse existido, deveria ter sido inventado como exemplo. Mas, graças a Deus ele existiu, e nós podemos lembrar dele com este carinho, o mesmo que inspirou Tia Dora, sua mulher e grande companheira, a fazer um livro de circulação restrita, a poucos parentes e amigos, mas que mostra esta essa figura singular e tão querida”.

Aproveito para também registrar a indicação da PEC nº 308/04, que altera os arts. 21, 32 e 144 da Constituição Federal para criar as Polícias Penitenciárias Federal e Estaduais, como meta principal eleita na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública com Cidadania, realizada pelo Ministério da Justiça.

Foram cotejadas 40 propostas ligadas à segurança pública pelos mais de 3 mil participantes do evento, realizado entre os dias 27 e 30 do mês de agosto último, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Por 1.095 votos, foi eleita como prioridade

nº 1 a aprovação desta PEC, que está pronta para ser apreciada pelo Plenário.

Assim sendo, faço um apelo à Mesa para que não permita que o Parlamento fuja da sua responsabilidade e paute imediatamente esta PEC, a fim de que seja apreciada pelos seus membros.

O SR. JORGINHO MALULY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JORGINHO MALULY (DEM – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, pela maneira gentil com que trata seus pares. V.Exa. é nosso mestre de muitos anos – meu e de meu pai –, por quem nutrimos grande amizade.

Sr. Presidente, falo aqui na condição de ex-Vereador. Comecei minha carreira em 1988, na minha querida Mirandópolis, onde fui Vereador e Prefeito por 2 mandatos. Agora estou aqui, Deputado Federal.

Toda eleição é difícil. A de Vereador é das mais complicadas, porque todo mundo tem um amigo, um primo, um cunhado, um médico, um advogado candidato. Enfim, quanto menor a cidade, mais difícil, pelo relacionamento de proximidade das pessoas. Todas essas pessoas que estão aqui disputaram uma eleição.

Se hoje, no Senado, aproximadamente um terço dos Senadores são suplentes, Parlamentares cujos nomes sequer constavam da chapa e entraram no lugar daqueles que deixaram de ser titular, por que aqueles que disputaram voto por voto nas ruas, periferias, bairros não podem ter direito de assumir o mandato?

Aqui fica registrado nosso apoio à PEC dos Vereadores.

Obrigado.

O SR. JERÔNIMO REIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JERÔNIMO REIS (DEM – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei bem rápido. Quero apenas fazer um apelo à Mesa para que coloque em votação a PEC dos Vereadores no máximo até a próxima semana, para acabar de uma vez por todas com essa questão. Há mais de 4 anos suplentes de Vereador vêm a esta Casa, a Brasília, gastam dinheiro com passagem, hotel, e não se dá andamento a essa matéria.

Faço esse apelo em nome de todos os colegas Deputados, para que se vote de uma vez por todas a PEC dos Vereadores. Sou a favor!

Registro a presença do suplente de Vereador Givaldo da Galinha, da cidade de Lagarto.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Chico d'Angelo.

O SR. CHICO D'ANGELO (PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de ratificar e de reiterar o discurso que fiz na semana passada, aqui no plenário da Câmara.

Estive na cidade de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, e várias lideranças da região me solicitaram que encaminhasse à ANATEL pedido de suspensão da cobrança de DDD entre os Municípios de Resende, Itatiaia e Porto Real.

Enviei ofício ao Presidente da ANATEL, Ronaldo Sardenberg, pedindo a realização de estudo técnico sobre a alteração da modalidade de tarifação nas chamadas telefônicas feitas entre esses municípios.

É importante registrar que esses municípios possuem ligação geográfica extremamente próxima, tanto que Itatiaia e Porto Real se emanciparam de Resende.

Gostaria de registrar a forma objetiva e com que a ANATEL tem atuado na apreciação desses pleitos, dando sempre respostas técnicas concretas.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação do meu discurso no Programa *A Voz do Brasil*.

O SR. AIRTON ROVEDA (PR – PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna comunicar que apresentei hoje a esta Casa projeto de lei que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI a representantes comerciais.

O presente projeto visa beneficiar os representantes comerciais, que constituem uma classe muito grande no País, que alavanca a atividade comercial e industrial e que utiliza o automóvel como meio necessário para o desenvolvimento do seu trabalho.

Espero contar com o apoio dos ilustres pares para a aprovação do projeto e solicito ao nobre Presidente que autorize a divulgação deste meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no Programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer!

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero discutir hoje um tema da maior relevância para todos os brasileiros: o novo marco legal para a exploração do pré-sal.

Abaixo de camadas salinas que vão do litoral do Espírito Santo até o litoral de Santa Catarina, a natureza guarda gigantescos reservatórios de petróleo e

gás natural, localizados numa área de 800 quilômetros de comprimento e até 200 quilômetros de largura, chamada de Província do Pré-Sal. Essa província deve armazenar mais de 90 bilhões de barris recuperáveis de petróleo, o que coloca o Brasil entre os grandes detentores dessa importante fonte de energia

A descoberta do pré-sal é resultado de anos de esforços da grande empresa brasileira que é a PETROBRAS, orgulho de todos nós. Há cerca de 3 anos, quando as rochas carbonáticas do pré-sal foram efetivamente descobertas, a PETROBRAS perfurou 11 poços na área de maior potencial localizada na Bacia de Santos. Todos esses poços atingiram reservatórios de grande produtividade, ou seja, a taxa de sucesso exploratório foi de 100%.

Nesse contexto, torna-se fundamental que o Estado brasileiro assuma, de fato, o controle da exploração e da produção do petróleo. Assim, no dia 12 de junho de 2008, o Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados Paulo César Ribeiro Lima e eu tivemos uma reunião com a Ministra Dilma Rousseff, na qual apresentamos uma minuta de projeto de lei.

Essa minuta propunha a adoção do regime de partilha de produção em áreas estratégicas como o pré-sal, em substituição ao modelo de concessão; a criação de uma empresa pública de propriedade exclusiva do Estado; e a destinação de receitas petrolíferas a um fundo de combate à pobreza.

Também nessa reunião foi apresentada a experiência norueguesa, que, no ano de 2001, criou a Petoro, empresa pública que arrecadará recursos da exploração petrolífera para alimentar o Fundo Sobe-rano da Noruega.

No dia 31 de agosto de 2009, o Poder Executivo Federal lançou sua proposta de novo marco legal para a exploração de petróleo em áreas estratégicas como o pré-sal. Essa proposta foi fruto de trabalho desenvolvido no âmbito de uma Comissão Intermunicipal criada em 18 de julho de 2008 e é composta de 4 projetos de lei que dispõem sobre: introdução do regime de partilha de produção; criação de uma nova empresa pública; criação de um fundo social; e cessão de direitos de exploração da União e da capitalização da PETROBRAS.

Observa-se, então, que o projeto de lei que introduz o regime de partilha de produção em áreas estratégicas, o que cria a empresa pública denominada PETRO-SAL e o que cria um fundo social está em perfeita sintonia com a minuta de projeto de lei por mim entregue à Ministra Dilma Rousseff.

Essa minuta, depois de importantes discussões no âmbito do Conselho de Altos Estudos desta Casa,

deu origem ao Projeto de Lei nº 4.565, de 2008, em fase de tramitação na Câmara dos Deputados.

Agora vamos lutar para que tão importantes propostas legislativas sejam convertidas em lei, de modo que a população brasileira, especialmente a mais carente, possa se beneficiar da exploração do pré-sal.

Sr. Presidente, entendemos de enorme importância para a sociedade brasileira este marco regulatório e concordamos com a sua tramitação em regime de urgência.

Muito obrigado.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FÉLIX MENDONÇA (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fui Prefeito de Itabuna, na Bahia, onde havia uma Câmara de Vereadores de escol, que sempre colaborou com a nossa administração.

O Vereador é, sem dúvida, a expressão maior da representação popular. É, sim, o operário da política, aquele que luta em todos os bairros, em todos os recantos do município, para representar o povo de sua terra.

O meu depoimento a favor dos Vereadores sempre foi no sentido de que obtivessem melhor qualificação. A melhor administração se faz com a presença dos Vereadores, que sempre agem a favor de suas comunidades.

O SR. EDUARDO GOMES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, congratulo-me com a Comissão de Defesa do Consumidor, que hoje aprovou o Projeto de Lei nº 29, de 2007. Trata-se de projeto importantíssimo, que agora segue para a Comissão Ciência e Tecnologia para análise.

Sr. Presidente, na condição de ex-Presidente da Câmara Municipal de Palmas, Capital do Tocantins, e de quem há 8 anos vi a Justiça retirar vagas daquele Parlamento, também não poderia deixar de registrar meu apoio à PEC dos Vereadores.

Como conheço a história de V.Exa., digo aos Vereadores que têm sorte de estarem nessa luta com V.Exa. na Presidência, que testemunhou as grandes lutas deste País. É hora de fazer um gesto à representação parlamentar nos municípios brasileiros aprovando a PEC dos Vereadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Encerrado o período de concessão da palavra por 1 minuto, passamos ao período dos pronunciamentos de 5 minutos, sem prejuízo de ninguém.

Os próximos oradores inscritos são a Deputada Íris de Araújo e os Deputados Gerson Peres, Antonio Feijão, Francisco Praciano, Dr. Paulo César e José Airton Cirilo – 6 oradores. Depois concederemos a palavra por 1 minuto e iniciaremos o Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Íris de Araújo, do PMDB de Goiás, Presidenta em exercício do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (Bloco/PMDB – GO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento os Srs. Vereadores para dizer-lhes que voto é voto, e precisa ser respeitado. Parabeno-os pela persistência e trabalho que vêm executando aqui, lutando por aquilo em que acreditam.

No momento em que o Congresso Nacional prepara-se para a tomada de novas e importantes decisões que mudarão para sempre os rumos do País, considero que seja mais do que apropriado fazermos uma reflexão sobre a trajetória daquele que foi considerado o Senador dos Senadores: **Ted Kennedy**, que faleceu aos 77 anos após árdua batalha contra um câncer cerebral.

Ele conferiu credibilidade máxima ao Senado dos Estados Unidos com o seu exemplo, determinação e bandeiras de lutas que se transformaram em leis, que beneficiaram milhares de cidadãos excluídos dos bens públicos de seu país. Dessa forma, despertou nações inteiras a seguirem os mesmos caminhos voltados para a justiça social.

Desaparece um líder de dimensão acurada que fez questão de colocar em prática o conceito de serviço público como um dever e não um meio para obter vantagens pessoais. O grande mentor de uma geração inteira de políticos despertou admiração, respeito e reconhecimento de todo o mundo.

Nesta quadra particularmente difícil da vida nacional, com as instituições aterradas com o descrédito, o legado parlamentar de **Ted Kennedy** bem deveria servir de fonte perene de inspiração, para que os agentes públicos do País repensássemos práticas e condutas, de modo a conferir mais dignidade e mais espírito patriótico em todas as ações.

Com as armas das leis aprovadas no complexo ambiente do Senado, mergulhado em debates acirrados em jogos de interesses, **Ted Kennedy** conseguiu empreender conquistas que atingem hoje milhões de vidas.

Dedicou-se, particularmente, às causas que mais interessam ao povo, como a dramática reforma do sistema de saúde local, ainda fonte de disputa cruel, e a luta pela elevação do valor do salário mínimo.

A marca da sua dedicação está em centenas de leis que defendem os direitos civis, a educação e a inclusão social. Empenhou-se para assegurar vida saudável às crianças, estudo para os jovens, proteção aos idosos e aos pobres. Igualmente, colocou-se ao lado dos interesses das minorias, dos imigrantes e das mulheres.

As inúmeras iniciativas que ajudou a aprovar mudaram o cenário para aposentados, e famílias inteiras passaram a ter novas oportunidades. Jamais se apartou dos ideais, da história e das batalhas do Partido Democrata. Mas, ao contrário dos que fazem opção pelo confronto, celebrou pontes de negociações e alianças no Senado, acima de diferenças ideológicas e partidárias, fundamentais para a obtenção de conquistas.

É claro que **Ted** seguiu a sina dos **Kennedy**, com sua trágica e grandiosa história, e expôs as fragilidades próprias dos seres humanos, mas, igualmente, soube dar a volta por cima até se transformar no “leão do Senado americano” e no guardião de um legado familiar agora sem herdeiro.

O ideais não morrem jamais! Precisávamos de mais líderes assim: com o coração e mente apenas voltados para celebrar o bem!

Que nos sirva de exemplo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. GERSON PERES (PP – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, primeiramente, pedir a V.Exa. e à Mesa Diretora da Câmara que coloquem de imediato em pauta a PEC dos Vereadores, para que possamos votá-la aqui o mais brevemente possível. Esse é o apelo que faço a V.Exa., Sr. Presidente, para que realmente possamos votar o que já está estudado, o que a Comissão Especial aprovou, e dar aos Vereadores uma satisfação. É realmente o meu desejo. E espero que V.Exa. leve ao Presidente Michel Temer este meu apelo.

Sr. Presidente, quero falar um pouco hoje sobre um problema que está empolgando o País: o pré-sal. Começo lendo o art. 3º da Constituição Federal, muito claro a esse respeito:

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos”.

Ora, Sr. Presidente, o pré-sal está localizado a 300 milhas da base física e geográfica dos Estados.

Escrevi uma vez aos jovens estudantes lá do meu Estado algumas palavras, que citarei hoje no meu pronunciamento.

Entre os princípios fundamentais da Constituinte está definida a obrigação do Estado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A Constituinte de 1988 inseriu na Carta Magna objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e dos 3 Poderes, (Legislativo, Executivo e Judiciário) sobre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Encontram-se no art. 3º os objetivos de “*erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, garantir o desenvolvimento nacional, construir uma sociedade livre, justa e solidária e promover o bem de todos*”.

A exploração do petróleo na camada pré-sal desperdiçou no Presidente Lula, com a sorte que Deus lhe deu, a consciência da distribuição equânime de todos os recursos dos *royalties* de seus produtos – petróleo e gás –, com os objetivos fundamentais, destacando-se os meios da educação, da saúde, da erradicação da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

De repente e mais que de repente, Srs. Deputados, os Governadores dos Estados produtores – Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo – levantaram-se, apressadamente, em protestos: “*Os royalties têm conceito, e não pode ser alterado. Por isso, nada de flexibilizá-los no pré-sal*”.

O Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, apoia a ideia de Lula pela distribuição equânime, ou seja, para todos os Estados e Municípios brasileiros uma fatia do pré-sal, em busca da sonhada e tão distante redução da pobreza, das desigualdades sociais e regionais. Lula fica sabendo que não está só.

Infelizmente, os esforços governamentais da União ainda não retrataram avanços substanciais na aplicação desses objetivos fundamentais da Constituição. A mentalidade nacional está distante dessa consciência que o Presidente, sem mexer nos recursos da PETROBRAS, resolveu mudar e experimentar introduzir no Brasil, de que todas as riquezas naturais do País devem ser distribuídas equanamente entre todos os Estados e Municípios.

O conceito atual de **royalties** é egoísta, impatriótico e se choca frontalmente com o art. 3º da Constituição Federal. Afasta a solidariedade sentimental, insubstituível à construção de uma nação justa e livre,

desenvolvida e sem pobres e marginais, todos convivendo sem preconceitos ou discriminações.

O Presidente Lula não quer prejudicar nenhum desses Estados que estão recebendo os **royalties** oriundos da exploração pela PETROBRAS. Conseqüentemente, não há motivos para iniciar-se uma queda de braço, nem para “abrir porteira”. Julgo, pelo contrário, que o Presidente quer, sim, abrir a porta, para que por ela saia a discriminação e entre a prosperidade, pelas igualdades regionais e sociais.

Essa compensação financeira devida aos Estados pelas empresas concessionárias, produtoras de petróleo e gás natural, que são os **royalties**, fixados a uma alíquota de 5% a 10% da produção, não pode prosperar no Brasil. É necessário pensar, como faz agora o Presidente, no começo de um novo paradigma, com o dever cívico e patriótico de distribuição das riquezas naturais nacionalmente.

Esta nossa conversa visa à necessária conscientização de que devemos, solidariamente, trabalhar pela distribuição dos recursos de todas as nossas riquezas naturais entre todas as populações de todos os Estados e Municípios. Esse pontapé inicial dado no pré-sal merece solidariedade. Distribuir o dinheiro em investimentos gerais de fins reprodutivos será um avanço contra o atraso.

Sr. Presidente, mas vamos ter muito o que debater. Esta é uma coisa muito séria, mas temos de começar pelo pré-sal. Que o petróleo do pré-sal ilumine todas as consciências dos Estados brasileiros. O Norte e o Nordeste são regiões periféricas com renda *per capita* inferior à das populações do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste.

Fico bastante emocionado ao falar sobre este assunto. Agradeço a paciência a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Antonio Feijão. Em seguida, falará o Deputado Henrique Afonso.

O SR. ANTONIO FEIJÃO (PSDB – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Gerson Peres usou para defender a questão do pré-sal o art. 3º da Constituição Federal. E o art. 3º incorpora, com toda a litificação com que um artigo dessa envergadura tem que ser amarrado à Constituição, que é competência do Estado nacional, de nossa República Federativa, promover o desenvolvimento do Brasil, combater as desigualdades regionais e a pobreza.

O pré-sal está submetido a 3 grandes maldições, e vou dizer isso como geólogo, como estudioso. Primeiro, a maldição eleitoral, porque ele nasce de uma necessidade de produzir um ilusionismo capaz de chamar toda a atenção da Nação não para as realidades locais – e aqui está cheio de Vereadores –, e as realidades locais são catastróficas. O PAC é simplesmente um ato de ilusionismo, a questão da moradia é uma questão de ilusionismo. Agora,

as realidades, as torturas são as questões da saúde, da educação, da falência da universidade.

Então, vamos para a segunda maldição do pré-sal. Geológica e economicamente, a PETROBRAS está indo na contramão da história. Quando todos os países do mundo estão desenvolvendo tecnologias e equipamentos como alternativas de energia limpa, a PETROBRAS pega toda a poupança de credibilidade do País e chama o mundo para investir num bem que pode ser água, numa camada de um domo de sal, que está a 8, 9 mil metros de profundidade. Na geofísica, depois de passar uma fase de água, uma fase de rocha e a onda sísmica, e ainda entrar numa fase de geo, de sal, ninguém sabe se é água ou se é petróleo.

Ocorre que, para se fazer um furo de quase 8 mil metros de profundidade, gasta-se o equivalente a dotar de saneamento básico os Estados do Amapá e de Roraima. E quantos furos desses não vão ser perdidos! E quando esse petróleo chegar à superfície – daqui a 15 ou 20 anos, se chegar –, o mundo já encontrou tantas fontes alternativas de energia, como o etanol brasileiro e o álcool, que não precisará mais ter petróleo nesse volume.

Sobrarão dos árabes, da Venezuela, do México e do Atlântico Norte tanto petróleo em suas reservas que o preço dele irá cair, não por novas reservas, mas pela queda do consumo. Esse tão badalado pré-sal, nada mais é do que um ilusionismo de David Copperfield, por isso, agora têm de mudar o nome do PT para “PTfield”, um partido que está vendendo ilusões.

O PAC é um holograma, o Programa Luz para Todos é um holograma, o projeto habitacional de 1 milhão de casas é um holograma.

E vamos fechar, Sr. Presidente, com a última maldição: o Ministro Carlos Minc está humilhado porque vamos pegar mais de meio trilhão de dólares, vamos capitalizar títulos do Tesouro para investir num risco que o Estado banca.

Petróleo, meus amigos, é como sutiã, só pode entrar de dois, e quem tem peito. O País não pode bancar o risco sozinho, tem de chamar sócios para dividir o risco e capitalizar o lucro. Cada vez que um poço dessa profundidade for cego lembrem-se de que, em um Estado como o Amapá, com menos de 3% de saneamento básico, deixou de ser implantada a infraestrutura urbana.

Vejam bem: por que não se cria a ECOBRAS? A Amazônia está retendo praticamente 60% do seu território em unidades de conservação e terras indígenas, mas não capitalizamos no mundo externo. Isso é uma injustiça! Aí, sim, fazem essa festa para São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, Estados que já consumiram mais de 30% de todas as riquezas do Brasil. Isso é desenvolvimento nacional? Os 5,2 bilhões de reais de devolução oriundos da Lei

Kandir foram retirados do PPA. Portanto, faz-se pregação para o futuro com estelionato do presente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. HENRIQUE AFONSO (PT – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também venho, na qualidade de Deputado, posicionar-me a respeito do que se convencionou no Brasil sobre a PEC dos Vereadores.

O Vereador, membro representativo da comunidade, é uma Liderança nata que procura, com seu trabalho e capacidade de percepção, trazer melhorias para aqueles que o rodeiam.

Esta Casa precisa reconhecer a importância do trabalho de nossos Vereadores. Assim, devemos propiciar essa oportunidade aos milhares de suplentes que, há anos, aguardam serem conduzidos ao cargo de Vereador para honrarem os votos que os eleitores lhes deram.

Digo isso, Sr. Presidente, porque dei meu voto favorável ao parecer extraído de um debate aberto e democrático, ocorrido na Comissão Especial que analisou o que estamos chamando aqui de PEC dos Vereadores.

A matéria traz, ao meu ver, 3 questões básicas e importantes. A primeira delas pretende corrigir uma distorção que, na minha opinião, precisa ser resolvida no Brasil. Por exemplo, em termos de representatividade local, há cidades com 5, 6, 7 ou 8 mil habitantes que têm 9 Vereadores, enquanto outras, com 80 mil habitantes, têm 10 Vereadores. Cito esse exemplo simbólico pois é importante, no contexto do debate, que tenhamos a responsabilidade de analisar a questão. Precisamos produzir, neste Parlamento, um ato que considero extremamente justo para com os suplentes de Vereadores, que encampam essa luta importante em favor do País e da representatividade.

O segundo aspecto diz respeito ao direito da população, que escolheu seus candidatos com a expectativa de que eles os representassem na Câmara Municipal. Eu, que tive a oportunidade de exercer o mandato de Vereador, sei da sua importância e da expectativa que uma população cria nesse contexto.

Por último, existe a questão da redução do gasto. Acredito que chegamos a uma síntese extremamente interessante, em que vamos ter economia substancial do ponto de vista de redução dos gastos das Câmaras Municipais, sem prejuízo algum.

Portanto, Sr. Presidente, mantenho meu posicionamento a favor da PEC dos Vereadores e peço à Mesa que a coloque na pauta para que possamos resolver essa situação no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Francisco Praciano.

O SR. FRANCISCO PRACIANO (PT – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros Vereadores que se encontram nas galerias, eu já fui Vereador da cidade de Manaus por 4 mandatos e tenho o maior respeito por essa função política, que está mais próxima do povo e melhor traduz os sofrimentos e os anseios da sociedade. Meus parabéns pela luta! Espero que V.Sas. tenham sucesso.

Sr. Presidente, eu gostaria de dar continuidade a um pequeno discurso que fiz na semana passada, a respeito da riqueza de um país. Considero um país rico não aquele materialmente rico. O Japão não tem riqueza material – pequeno, subsolo pobre, solo pequeno, muito frio, muito gelo, mas é o terceiro ou quarto PIB do mundo e um dos maiores produtores de riqueza, porque considero riqueza a qualidade política e institucional de um país.

Quero, a partir dessa pequena síntese, dizer que demos entrada nesta Casa a uma PEC com o objetivo, companheiros e companheiras, de tornar os Tribunais de Contas dos Estados os mais livres possível. Em todo o Brasil, os TCEs estão perdendo sua função fiscalizadora, dado que o próprio Executivo é que indica os Conselheiros.

Nossa proposta é no sentido de atender ao princípio de que, em qualquer sistema que pretenda ser eficiente na área de fiscalização, o auditado não indica o auditor; o fiscalizado não indica o fiscal.

A proposição é, dos 7 Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados, 4 sejam indicados sem a interferência dos Governadores. No caso do TCU, seria sem a interferência do Presidente da República. Os Ministros do TCU e os Conselheiros dos TCEs fiscalizam o Brasil e o Executivo, portanto, 4 deles deveriam vir do próprio corpo de funcionários, para manter a tecnicidade e o profissionalismo do colegiado.

Os demais membros seriam indicados ou pelos Conselhos de Economia, dado que a economia é uma atividade ligada à auditoria, ou pelos Conselhos de Administração Pública, Conselhos de Contabilidade e OAB, de forma a que os Tribunais de Contas tenham a presença tanto do próprio Tribunal, quanto de representantes da sociedade.

Portanto, nós teríamos de fato um Tribunal de Contas mais independente, tecnicamente capaz de fazer com independência a auditoria das contas do Estado.

Solicito à Comissão de Justiça e à Mesa que coloque o projeto na pauta, pois tramita na Casa há 2 anos, e tem sido devolvido para a própria Comissão de Justiça sem os pareceres.

Companheiro Presidente e companheiros Deputadas e Deputados, independência e profissionalismo dos Tribunais de Contas.

Esse é o objetivo.

Obrigado.

O SR. DR. PAULO CÉSAR (PR – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as Câmaras Municipais constituíram o primeiro núcleo de exercício político.

Sendo o Município um dos entes integrantes da Federação brasileira, conforme define a Constituição de 1988, delegou a Carta Magna maiores poderes a este. Os arts. 29 a 31 prescrevem, para os Vereadores, dentre outros: mandato de 4 anos, por voto direto e simultâneo em todo o País; elaboração da Lei Orgânica do Município; número de integrantes nas Câmaras proporcional à população do Município; fiscalização e julgamento das contas do Executivo; inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município; legislar sobre assuntos de interesse local.

O Vereador é, ao mesmo tempo, porta-voz da população, do partido que representa e de movimentos organizados. Cabe ao Parlamentar não só fazer política partidária, mas organizar e conscientizar a população. A realização de seminários, debates e audiências públicas são funções dos Parlamentares que contribuem neste aspecto, pois funcionam como caixa de ressonância dos interesses gerais.

Resumindo, pode-se dizer que as funções constitucionais do Vereador se baseiam no controle administrativo e financeiro do Poder Executivo do Município, aprovando e criando leis e emendas e fiscalizando, a fim de atender ao interesse público.

O Vereador possui inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato na circunscrição do Município. De acordo com o disposto no art. 29, IV e suas alíneas, um Município pode ter o mínimo de nove e o máximo de 55 Vereadores, estando a representatividade atrelada ao seu número de habitantes.

O aumento do número de Vereadores, portanto, faz justiça com o Poder Legislativo Municipal. Acredito que a representatividade é o caminho mais certo para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática.

Sou favorável à proposta principalmente pelo fato de não causar aumento de despesas. A medida incorre em mudanças apenas nos Municípios que apresentam orçamento para tal, democratizando as Câmaras Municipais e dando oportunidade para a comunidade ser mais bem representada no Poder Legislativo.

Solicito o empenho de nosso Presidente e dos Líderes partidários para a inclusão da matéria na Or-

dem do Dia, na próxima quarta-feira, dia 9, quando o Partido da República, com seus 42 Deputados, estará nesta Casa votando favoravelmente aos suplentes de Vereadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao último orador desse período, Deputado José Airton Cirilo.

Em seguida, passaremos ao Grande Expediente, cujo primeiro orador é o meu grande amigo Deputado João Maia, líder incontestado do Rio Grande do Norte, uma das figuras mais importantes do Estado e pré-candidato ao Governo Estadual.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores, quero especialmente abraçar as lideranças representativas da sociedade brasileira que são os nossos colegas Vereadores de todo o Brasil e que estão hoje aqui em visita a esta Casa. Eu gostaria de abraçar todos vocês, em nome da delegação do Ceará, que se faz maciçamente presente, em nome do companheiro Eurivan, da minha querida cidade de Icapuí. Quero abraçar essa luta do povo para ter representatividade nas Câmaras Municipais. Sabemos que nada é mais legítimo e representativo na sociedade do que os representantes das comunidades que sabem a dor, a angústia, o sofrimento, as reivindicações da população mais pobre e sofrida da sociedade brasileira. Por isso, registro o nosso apoio a essa reivindicação, uma luta antiga.

Comecei como Vereador na cidade Aracati em 1982; depois fui Vereador na cidade de Fortaleza, com muito orgulho. Portanto, posso abraçar de coração essa causa de todos os municípios do País, porque sei que é justa essa reivindicação.

Já conversei com a liderança do nosso partido para que essa matéria entre na pauta de hoje, porque queremos que essa representatividade possa ter o prazer de presenciar a votação na Câmara dos Deputados, a Casa do povo. Essa matéria será tardiamente colocada na pauta, porque já deveríamos tê-la votado há muito tempo, como também a PEC dos novos Municípios, que precisa ser votada para criação de vários municípios que já têm todas as condições para que isso ocorra.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para parabenizar a Federação dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Estado do Ceará pelos seus 46 anos. Quero parabenizar também os organizadores do V Festival Latino Americano Curta-Metragem em Canoa Quebrada, que está sendo iniciado hoje, na minha cidade, Aracati, na praia de Canoa Quebrada.

Quero abraçar também o Município de Senador Pompeu, no Estado do Ceará, que está completando

113 anos de emancipação política. Mando ainda um abraço ao Prefeito de Tejuçuoca, Edilardo Eufrásio.

Por fim, Sr. Presidente, quero aqui parabenizar a iniciativa da Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM) de Fortaleza, Ceará, de intensificar e combater a poluição sonora com a Operação Tolerância Zero na nova administração do Secretário Deodato Ramalho. A poluição sonora atrapalha diferentes atividades humanas, independentemente de os níveis sonoros serem potencialmente agressores aos ouvidos, e pode causar em alguns indivíduos o estresse e, com isto, interferir na comunicação falada, base da convivência humana, perturbar o sono, o descanso e o relaxamento, impedir a concentração e aprendizagem, e, o que é considerado mais grave, criar estado de cansaço e tensão que pode afetar significativamente o sistema nervoso e cardiovascular.

Preocupado com esse grave fato, a SEMAM vem intensificando o trabalho relevante de preservar o bem-estar e o sossego da população fortalezense.

Também parabenizo essa segunda fase da administração da Prefeita Luizianne Lins que tem demonstrado a responsabilidade com o gerenciamento da poluição sonora e visual, tendo também o trabalho de Francisco Nascimento na ouvidoria do município.

Buffets, bares, restaurantes e casas de *shows* foram fiscalizados e embargados, neste final de semana 28, 29 e 30 de agosto, pela equipe de Combate à Poluição Sonora da SEMAM. Foram 11 locais, distribuídos em vários bairros da capital. As fiscalizações foram intensificadas nos últimos meses com a operação que tem o apoio da Polícia Militar Ambiental.

Na quinta-feira, a fiscalização esteve na Praia do Futuro, onde 11 barracas de praia foram embargadas na semana anterior. Foi desenvolvido um trabalho de monitoramento e nenhuma barraca infringiu a lei. Ainda na Praia do Futuro, veículos que circulavam com som acima da altura máxima permitida foram parados e apreendidos. Enfim, vários eventos foram cancelados e autuados por poluição sonora.

Parabéns à SEMAM, na pessoa do Secretário Deodato Ramalho, à Prefeita Luizianne Lins, à Polícia Ambiental e à Ouvidoria do Município, na pessoa do ouvidor Francisco Nascimento.

Meu muito obrigado!

O Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marçal Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Sr. Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, administrado pelo Governo do Estado de Pernambuco e situado em ponto estratégico em relação aos mercados consumidores dos Estados Unidos, da América Central e da Europa, o Porto do Recife deverá ser contemplado com projeto executivo do Governo Federal para modernizar, ampliar e reurbanizar o seu Terminal Marítimo de Passageiros.

O projeto insere-se nos investimentos programados pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através do Plano Nacional de Infraestrutura para Portos, com vistas à realização da Copa do Mundo de futebol em 2014. Orçadas em cerca de R\$16 milhões, as obras irão constar de reforma do armazém 7, atualmente ocioso, construção de um novo prédio para instalação de lojas, restaurantes, exposições culturais e estacionamento, e recuperação da área no entorno dos edifícios.

De tal modo, o Terminal de Passageiros do Porto do Recife terá equipamentos modernos, seguros e confortáveis para receber turistas nacionais e internacionais com os melhores padrões de qualidade. Com 4 mil metros quadrados de área útil, o armazém 7 irá abrir salão de embarque e desembarque, alfândega, vigilância sanitária e a ponte que ligará ao outro prédio.

O administrador do porto, Alexandre Catão, anunciou que o projeto executivo está concluído e aguarda sinalização do Governo Federal para ser feita a licitação, o que deverá ocorrer neste mês de setembro.

O Porto do Recife foi o único do Nordeste a apresentar projeto para a Copa 2014, enquanto em São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana do Recife, será construída a Cidade da Copa, com recursos da iniciativa privada e infraestrutura do Poder Público.

A previsão é de que em 2 anos o empreendimento irá duplicar a movimentação de passageiros no terminal marítimo.

Além dos benefícios diretos na modernização do porto, o novo terminal irá contribuir de modo decisivo para a revitalização do antigo Bairro do Recife, logradouro histórico onde se localiza o Marco Zero da cidade, ponto de movimentação comercial que irradiou prosperidade e dinamismo econômico desde os séculos passados e onde se localiza um dos maiores polos digitais do Nordeste, o chamado Porto Digital.

A apoio operacional do Porto do Recife tem como base a movimentação de graneis sólidos, compreendendo grãos, e carga em geral. As principais cargas são de açúcar, tradicional produto de exportação, trigo, milho, fertilizantes, malte de cevada clínquer e barrilha. O clínquer é um subproduto utilizado como uma espécie de tijolo para pavimentação. As exportações e importações são feitas

para países da América do Norte, Europa e África e para a Argentina, na América do Sul.

São movimentadas cerca de 2,2 milhões de toneladas anuais no tradicional Porto do Recife. Possui um cais acostável de 2.960 metros de comprimento, com 16 berços de atracação, área de apoio para armazenagem coberta de 48.500 metros quadrados e área descoberta de 80 mil metros quadrados.

Em março deste ano, depois de mais de 15 anos sem receber nenhuma intervenção, o Porto do Recife realizou a dragagem de aprofundamento dos seus berços de atracação e do canal de acesso ao cais. Mais de 2 milhões de metros cúbicos de sedimentos foram retirados do mar, de modo a possibilitar maior movimentação de cargas e alcançar uma profundidade de 15 metros.

A operação foi viabilizada pelo Programa Nacional de Dragagem – PND, elaborado pela Secretaria Especial de Portos e contando com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Recife foi o primeiro dos portos brasileiros contemplado com o Programa Nacional de Dragagem.

A construção do novo Terminal Marítimo de Passageiros constitui uma etapa seguinte a ser viabilizada depois da operação de dragagem, o que possibilitará a atracação de navios de maior porte.

Saúdo com satisfação, portanto, os novos ventos favoráveis que sopram no complexo portuário do Recife, destacando a grande administração do seu Diretor, Dr. Alexandre Catão.

Muito obrigado.

O SR. SANDES JÚNIOR (PP – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo hoje este espaço para lamentar o falecimento esta semana do Prefeito da cidade de Sanclerlândia, progressista Município goiano, Carlos Magalhães dos Santos, o Carlão. Aos 39 anos de idade, Carlão tinha planos ambiciosos para a cidade que o acolheu há 22 anos, quando para lá foi transferido pelo Banco do Brasil, do qual era funcionário de carreira.

Natural da cidade de São Luís dos Montes Belos, localizada há menos de 50 quilômetros do Município que dirigia atualmente, Carlão se tornou a primeira vítima oficial em meu Estado da gripe H1N1. Outros 14 óbitos, segundo dados que recebi da Secretaria Estadual de Saúde, estão sob investigação neste momento.

Temos um quadro grave e específico em relação a essa doença em meu Estado. Mas a situação está sob controle, muito embora a afluência de pessoas em busca de tratamento médico nos postos de saúde municipais e estaduais tenha aumentado consideravelmente nos últimos dias.

Como médico profissional, o Governador Alcides Rodrigues Filho tem feito todos os esforços para atenuar a atual conjuntura. De imediato, determinou estudos, e teremos em breve o principal remédio contra essa doença sendo produzido pela empresa estatal goiana de medicamentos, a IQUEGO – Indústria Química do Estado de Goiás.

Trata-se de um esforço considerável, sabedores todos os colegas desta Casa de que existem poucas indústrias semelhantes no País à IQUEGO, sendo mais conhecidos o LAFEPE, do Estado de Pernambuco, e os federais Instituto Manguinhos e Fundação Instituto Osvaldo Cruz, a FIOCRUZ, no Estado do Rio de Janeiro.

Também a Secretária de Estado da Saúde de Goiás, Irani Ribeiro, tem dedicado todo o seu esforço ao quadro apresentado. E o acerto da gestão estadual pode ser comparado em números. Se Goiás registrou seu primeiro óbito oficial, temos Estados que, infelizmente, já apresentam um número muito significativo. É o caso de São Paulo, com 223 mortes; do Paraná, com 152 casos fatais; do Rio Grande do Sul, com 98 mortes; e ainda de Santa Catarina, com 55 óbitos registrados oficialmente.

Quero, neste instante, solidarizar-me com a família de Carlão e com todos os moradores do Município de Sanclerlândia por essa lamentável perda de um exemplar pai de família e promissor dirigente municipal. A todas essas pessoas, mas principalmente aos familiares de Carlos Magalhães dos Santos, nosso sincero voto de pesar.

Mas ao mesmo tempo me considero contemplado como cidadão com as ações que vêm sendo feitas pelo Governo do meu Estado. Embora o agente causador dessa pandemia já esteja instalado entre o povo goiano, tenho a certeza de que causará muito menos efeitos danosos devido ao trabalho incansável de todos os profissionais que atuam no serviço público estadual e nos Municípios. A esses profissionais anônimos os meus agradecimentos neste instante de tanta preocupação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. Marçal Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Rita Camata.

A SRA. RITA CAMATA (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um tema essencial e que merece atenção e tratamento igualmente prioritários me traz novamente a esta tribuna: o *Termo de Compromisso Presidente Amigo da Criança*, assinado pelos principais candidatos a Presi-

dente da República, parte do Projeto Presidente Amigo da Criança, de iniciativa da Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança, que tem por propósito acompanhar de perto as políticas públicas implementadas na área da infância e da juventude.

Uma rede de organizações sociais denominada Rede de Monitoramento Amiga da Criança, composta por mais de 40 (quarenta) entidades da sociedade civil e por organismos internacionais como a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e a OIT – Organização Internacional do Trabalho, acompanha de perto os governos, a partir do *Termo de Compromisso* assinado pelo candidato, se eleito.

O *Termo* possui 21 (vinte e uma) metas, objetivos específicos para saúde, educação e proteção, que devem ser atingidos pelos países signatários do documento *Um Mundo para as Crianças até 2015*, elaborado em 2002 pela Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas e firmado por mais de 180 países, inclusive o Brasil.

Entre as metas citamos: reduzir as taxas de mortalidade infantil e materna; melhorar a qualidade do ensino público; proteger as crianças de todas as formas de abuso, negligência, exploração e violência; e desenvolver ações de prevenção para reduzir o **HIV/AIDS** entre a população infanto-juvenil

O nosso Presidente e então candidato Luiz Inácio Lula da Silva assinou o *Termo de Compromisso* – cuja cópia solicito seja incorporada a este pronunciamento para constar dos Anais desta Casa – e, juntamente com outros candidatos, comprometeu-se a dar prioridade a essa parcela da população na elaboração de políticas públicas do seu governo.

Entre os compromissos encontram-se também a elaboração de um Plano de Ação, a ser apresentado nos primeiros 6 meses de governo, e a apresentação de relatórios anuais apontando as principais ações executadas e previstas no referido plano. Cabe reforçar que tanto o Plano de Ação quanto os relatórios anuais a serem elaborados pelo Executivo Federal devem ser aprovados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

A partir desses relatórios, a Rede de Monitoramento Amiga da Criança pode acompanhar a evolução dos compromissos assumidos, além de produzir e disseminar análises e recomendações, visando subsidiar o Governo a legitimar ou corrigir seus rumos, além de facilitar o controle social e o protagonismo de crianças e adolescentes nesse processo.

A Fundação ABRINQ, por meio de seu Presidente, Synésio Batista da Costa, procurou esta Parlamentar, como uma das fundadoras da Frente Parlamentar pela Infância e pela Adolescência no Congresso Na-

cional, para solicitar apoio no sentido de pleitear, junto ao Governo Federal, a entrega de documentos pendentes à Rede de Monitoramento Amiga da Criança e que, lamentavelmente, constituem uma lacuna nos compromissos assumidos por S.Exa., o Presidente da República, quando candidato.

Das prestações de contas pendentes registram-se:

a) o último relatório governamental do primeiro mandato de S.Exa., entre 2003 e 2006, mais especificamente a última versão do *Relatório de Implementação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*;

b) o Plano de Ação 2007-2010 contendo *Agenda Social da Criança e Adolescente* – equivalente ao Eixo “proteção contra abuso, exploração e violência” (b.1), o *Mais Saúde* – equivalente ao Eixo “promovendo vidas saudáveis” (b.2), e o Plano de Desenvolvimento da Educação – equivalente ao Eixo “promovendo educação de qualidade” (b.3). Além desses documentos, faltam ainda os relatórios anuais de 2008 – com foco no Eixo da proteção contra o abuso, a exploração e a violência – e o de 2009, com projeções de alcance de metas de acordo com o planejamento 2010.

A trajetória política do Presidente Lula da Silva, bem como sua opção pela justiça social o credenciaram a representar nosso povo por 2 mandatos consecutivos. E, ao assinar o *Termo de Compromisso Presidente Amigo da Criança*, quando era candidato, assumiu a responsabilidade de levar a cabo o que determina o art. 227 da nossa Constituição: garantir prioridade absoluta às meninas e aos meninos brasileiros.

Apelamos, pois, às autoridades competentes da área da infância e da adolescência do Executivo Federal no sentido de que honrem o compromisso assinado por S.Exa. e agilizem a entrega dos documentos pendentes à Rede de Monitoramento Amiga da Criança, reafirmando o empenho efetivo por parte do Governo em cumprir as metas estabelecidas pelas Nações Unidas para a Infância até 2015 e partilhando com a sociedade civil suas ações.

Afinal, Sr. Presidente, nobres Parlamentares, não podemos atirar o passado de negligência com a infância em um fosso sem nos inclinarmos para ver e ter a certeza de que está bem morto.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
ORADORA

TERMO DE COMPROMISSO PRESIDENTE AMIGO DA CRIANÇA

Considerando que em 2002 a **Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente** propôs aos candidatos à Presidência da República priorizar a infância e a adolescência em seu mandato, caso eleitos, apresentando metas e objetivos consolidados no **"Termo de Compromisso Presidente Amigo da Criança"**, cuja base são os objetivos estabelecidos pela Cúpula do Milênio firmados pelo Brasil e outros 188 países, em 2000, pelo qual se comprometem a alcançar, até 2015 as denominadas "Metas do Milênio";

Considerando que à época os principais candidatos assinaram o **Termo** assumindo o compromisso de realizar, nos quatro anos de gestão, ações para melhoria significativa das condições de vida de crianças e adolescentes brasileiros e de dialogar com a sociedade civil sobre o desenvolvimento dessas ações;

Considerando que organizações sociais, organismos multilaterais e organizações da juventude, a partir de um convite da Fundação Abrinq, constituíram a **Rede de Monitoramento Amiga da Criança** para acompanhar o compromisso assumido para o período 2003-2006;

Considerando que a **Rede** elaborou e divulgou uma série de estudos sobre a situação da criança e do adolescente no Brasil e, em 2004, o relatório "Um Brasil para as crianças: a sociedade brasileira e os Objetivos do Milênio para a infância e adolescência" que analisa as possibilidades do Brasil alcançar as metas pactuadas para 2010 (metas intermediárias) e 2015 (metas finais);

Considerando que o referido relatório e as discussões havidas ao longo desses anos indicam que três questões devem nortear as ações específicas do governo para que se atinjam as metas pactuadas: (i) a das iniquidades, (ii) a da articulação entre União, Estados e Municípios em prol da implementação das políticas sociais e (iii) a da insuficiência de dados e indicadores sobre a situação da infância e adolescência no Brasil;

Considerando o compromisso do Estado Brasileiro com as crianças e adolescentes, a Fundação Abrinq e a Rede de Monitoramento Amiga da Criança apresentam aos candidatos(as) à Presidência da República Federativa do Brasil, gestão 2007-2010, o Termo de Compromisso Presidente Amigo(a) da Criança, em dois itens: no primeiro são propostos as metas e objetivos a serem alcançados e, no segundo, a elaboração de um Plano de Ação, a ser apresentado até seis meses depois da posse, estabelecendo como, na sua gestão, contribuirá para o alcance dos objetivos e metas assumidos pelo Estado Brasileiro para 2010 e 2015.

1) COMPROMISSOS DE METAS E OBJETIVOS SOCIAIS

Realizar, em um mandato de 4 anos, a melhoria significativa dos índices atuais relativos à situação da criança e do adolescente, tendo como referência o documento "Um mundo para as crianças" aprovado na Sessão Especial pela Criança da Organização das Nações Unidas, em maio de 2002. Traduzidas para a realidade brasileira, as metas e objetivos sociais a serem alcançados até 2015 assim se apresentam:

I. PROMOVENDO VIDAS SAUDÁVEIS

- a) Garantir a efetiva universalidade e a superação das desigualdades e iniquidades na atenção à saúde, em colaboração com estados e municípios, respeitando as singularidades regionais e tendo como referência o Pacto pela Saúde.
- b) Priorizar a implementação de programas de desenvolvimento infantil e programas que assegurem o fortalecimento do desenvolvimento físico, social, emocional, espiritual e cognitivo das crianças.
- c) Priorizar a implementação de programas que promovam a saúde física e mental dos adolescentes.
- d) Reduzir a taxa de mortalidade infantil, tendo como referência o compromisso assumido pelo Brasil de atingir a meta de 19,8 por mil em 2010.
- e) Reduzir a taxa de mortalidade de menores de cinco anos tendo como referência o compromisso assumido pelo Brasil de atingir a meta de 23,4 por mil em 2010.
- f) Reduzir a taxa de mortalidade materna tendo como referência o compromisso assumido pelo Brasil de atingir a meta de 34,4 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos em 2010.
- g) Estabelecer, até 2010, mecanismos efetivos de controle nutricional que permitam orientar as políticas públicas para a redução das taxas de desnutrição entre crianças menores de cinco anos, com especial atenção às crianças menores de dois anos de idade.
- h) Reduzir o percentual de crianças com baixo peso ao nascer tendo como referência o compromisso assumido pelo Brasil de atingir a meta de 5,1% em 2010.
- i) Reduzir o percentual da população sem acesso à água potável e saneamento tendo como referência o compromisso assumido pelo Brasil de atingir as metas de 9,6% e 23,8%, respectivamente, em 2010.
- j) Universalizar até 2015 o acesso à saúde reprodutiva, para todos em idade apropriada.
- k) Aprimorar as políticas de comunicação social, prevenção e tratamento do HIV/Aids e manter estáveis os níveis de prevalência do HIV entre homens e mulheres com idade entre 15 e 24 anos.
- l) Reduzir significativamente a ocorrência de transmissão materno-infantil do HIV/Aids.
- m) Ampliar a assistência a mulheres e parturientes soropositivas para HIV/Aids.

II. PROMOVENDO EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

- a) Garantir a efetiva universalidade, a qualidade e a superação das desigualdades e iniquidades na Educação Básica em colaboração com estados e municípios, respeitando as singularidades regionais e as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE).
- b) Ampliar e aperfeiçoar o atendimento que garanta a atenção integral e a educação na primeira infância, com ênfase na faixa etária de zero a três anos.
- c) Assegurar o acesso ao sistema de ensino e a metodologias adequadas que atendam às especificidades de pessoas com deficiência e das populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas, ciganas, comunidades do campo e pantanelras.
- d) Favorecer a ampliação do acesso e reduzir a evasão de adolescentes no ensino médio, com atenção especial à proporcionalidade por gênero.
- e) Priorizar ações que assegurem qualidade à educação, para que crianças e adolescentes adquiram conhecimentos compatíveis com suas respectivas faixas etárias, especialmente a capacidade de ler, de escrever e de desenvolver raciocínio crítico e lógico-matemático.
- f) Articular ações para a alfabetização da população com 15 anos ou mais, tendo como referência o compromisso assumido pelo Brasil de atingir a meta de 100% até 2015.

III. PROTEÇÃO CONTRA ABUSO, EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA

- a) Proteger as crianças e os adolescentes de todas as formas de abuso, negligência, exploração e violência, respeitando o seu direito à convivência familiar e comunitária.
- b) Implementar ações de âmbito nacional para a proteção de crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, abandono, exploração, violência e em conflito com a lei, em conformidade com as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em colaboração com os estados e municípios.
- c) Tratar de forma diferenciada os grupos tradicionalmente excluídos e avançar na redução das desigualdades e no combate às iniquidades de forma a alterar significativamente a situação de crianças e adolescentes que vivem em condições especialmente difíceis.
- d) Implementar um sistema nacional de informação e notificação para o monitoramento das ocorrências de violação de direitos de crianças e adolescentes, considerando os sistemas já desenvolvidos, a exemplo do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA.
- e) Implementar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, junto aos estados.
- f) Proteger as crianças e adolescentes de todas as formas de violência sexual (abuso e exploração sexual comercial), tendo como referência o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.

- g) Desenvolver estratégias para a eliminação imediata das piores formas de trabalho infantil como definido na Convenção 182 da OIT, e aprimorar programas e ações para o combate ao trabalho infantil de acordo com a Convenção 138 da OIT.
- h) Estabelecer parâmetros de apoio à inclusão social de crianças e adolescentes infectados pelo HIV/Aids, em especial os órfãos, protegendo-os de toda forma de discriminação.
- i) Reduzir de forma significativa a taxa de mortalidade por homicídios de pessoas entre 0 e 17 anos.

2) COMPROMISSOS DE GESTÃO

Para o cumprimento das metas e objetivos relativos aos temas constantes do compromisso junto à ONU e deste "Termo", o candidato a presidente, se eleito, se compromete a adotar os seguintes procedimentos:

I. QUANTO AO PLANO DE AÇÃO

- a) Elaborar, em até seis meses após a posse, um Plano de Ação intersetorial que garanta a melhoria significativa, em seu mandato, dos atuais índices referentes à situação da criança e do adolescente no Brasil, tendo como referência as metas estabelecidas na mencionada Sessão Especial pela Criança da ONU e neste "Termo", contendo, no mínimo:
 - metas anuais, regionalizadas;
 - indicadores referentes a cada uma das metas;
 - atividades a serem desenvolvidas para atingir cada meta e indicadores propostos bem como seus respectivos cronogramas;
 - definição de órgãos responsáveis e de previsão orçamentária que garantam a execução do Plano.
- b) Prever, no seu Plano de Ação, mecanismos que privilegiem a colaboração entre União, Estados e Municípios e que promovam a participação da sociedade civil;
- c) Prever, no seu Plano de Ação, atividades e ações de fortalecimento do papel dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- d) Apresentar e debater o Plano de Ação em audiência pública promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);
- e) Aprovar o Plano de Ação, em até nove meses após o início de seu governo, no CONANDA.

II. QUANTO AO ORÇAMENTO FEDERAL

- a) Prever a totalidade de recursos para realização dos programas, projetos e ações do Plano de Ação no Plano Plurianual, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais;
- b) Não contingenciar os recursos orçamentários consignados em programas, projetos e ações previstas no Plano de Ação;
- c) Adotar a metodologia Orçamento Criança e Adolescente (OCA) para permitir um melhor acompanhamento por parte da sociedade civil dos recursos destinados à infância e à adolescência.

III. QUANTO AO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- a) Definir interlocutor para o diálogo com a Rede de Monitoramento Amiga da Criança;
- b) Disponibilizar para a Rede de Monitoramento Amiga da Criança os dados e as informações necessárias ao acompanhamento do Plano de Ação;
- c) Elaborar um "Balanço Criança" Anual, contendo os resultados alcançados na execução do Plano de Ação;
- d) Apresentar o "Balanço Criança" anual em audiência pública, promovido pelo CONANDA até o final do primeiro trimestre do ano subsequente e, no último ano até o final do último mês do mandato.

Eu, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato pela Coligação PT (Partido dos Trabalhadores), PC do B (Partido Comunista do Brasil) e PRB (Partido Republicano Brasileiro) à Presidência da República Federativa do Brasil estou de acordo e comprometo-me a cumprir o proposto neste Termo de Compromisso Presidente Amigo da Criança.

Testemunha

Testemunha

Testemunha

São Paulo, 20 de Setembro de 2006.

"Eu, abaixo assinado, se eleito Presidente, comprometo-me a dar prioridade à criança e ao adolescente na elaboração das políticas públicas de meu governo, conforme determinado pela Constituição e pelos compromissos assumidos pelo Brasil na ONU, em maio de 2002, e o descrito no Termo de Compromisso Presidente Amigo da Criança."



Luiz Inácio Lula da Silva

O SR. ACÉLIO CASAGRANDE (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Câmara dos Deputados está vivendo um impasse com a urgência que o Governo Federal adotou para apreciação dos Projetos de Lei nºs 5.938, 5.939, 5.940 e 5.941, todos de 2009, que tratam da exploração da camada do pré-sal. Na qualidade de integrante da bancada do PMDB e da base do Governo Federal nesta Casa, não me sinto à vontade para apreciar matérias importantes como esta no curto espaço de 45 dias, que é a urgência constitucional solicitada pelo Governo Federal.

Acredito que o Governo Federal tem que pacificar a base aliada, promovendo a liberação de emendas individuais e coletivas, pois nossos Municípios e os Governos Estaduais estão com o pires na mão pela falta de recursos federais para investirem em obras prioritárias. No meu caso especificamente, assumi o mandato em janeiro e até hoje não recebi qualquer aceno do Governo Federal para atender os Municípios da região sul de Santa Catarina, que represento nesta Casa.

Os projetos que tratam do pré-sal estão com prazo de 5 sessões para apresentação de emendas. Este prazo terminará na próxima quarta-feira. Ficarei o final de semana e o feriado da semana da pátria analisando as matérias para apresentar emendas até o próximo dia 9.

Além do pré-sal, outros dois assuntos me trazem a esta tribuna nesta tarde. Trata-se do reajuste dos aposentados, da votação da PEC que cria novas vagas de Vereadores e reduz o repasse para as Câmaras Municipais brasileiras.

A Câmara dos Deputados está repleta de suplentes de Vereadores que se deslocaram para Brasília, na esperança de ver a PEC nº 336, de 2009, votada pelo Plenário desta Casa. Devido à falta de entendimento entre as Lideranças e à obstrução patrocinada pelo PSDB, DEM e PPS contra a urgência aos projetos do marco regulatório do pré-sal, não teremos a votação da matéria esta semana.

Lamento pelos milhares de suplentes de Vereadores que aqui se fazem presente e não conseguiram ver seu objetivo atendido pela Câmara dos Deputados. Estou aqui para votar as matérias que forem pautadas pelo Presidente Michel Temer. A PEC dos Vereadores é uma matéria importante para o Congresso Nacional, pois será uma resposta deste Poder ao Judiciário, uma vez que o TSE baixou, em 2004, a Resolução nº 21.702, reduzindo as vagas das Câmaras Municipais e legislando no lugar do Congresso Nacional.

De qualquer forma, deixo registrado meu integral apoio ao relatório da PEC nº 336 e da PEC nº 379, de

2009, pensada, apresentado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, pela aprovação da matéria oriunda do Senado Federal. Esta Casa tem o dever de recompor as vagas nas Câmaras Municipais, com a redução do repasse. Tenho plena convicção de que vamos buscar um entendimento e votar essas duas propostas de emenda constitucional na próxima semana.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o reajuste dos aposentados e pensionistas da Previdência Social é outro assunto que está sendo discutido intensamente e que também envolve uma complicada negociação entre o Governo, as centrais sindicais e as entidades que representam os aposentados e pensionistas da Previdência Social, como a COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

Na tarde de ontem, os dirigentes da COBAP, das federações filiadas, da Nova Central, do Fórum Sindical dos Trabalhadores e da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB estiveram reunidos com propósito de traçar estratégias de ação para garantir a votação e posterior aprovação na Câmara dos Deputados dos projetos que beneficiam milhões de aposentados e trabalhadores brasileiros.

Com sentimento de justiça social, as lideranças ratificaram a contrariedade ao Protocolo de Intenções firmado pelo Governo Federal com algumas centrais sindicais, na semana passada, de forma a viabilizar o reajuste dos aposentados condicionado à retirada dos projetos que estão tramitando na Câmara dos Deputados e que interessam diretamente à categoria.

Um dos motivos da rejeição do Protocolo de Intenções, de acordo com a Central dos Trabalhadores do Brasil, é que o acordo com o Governo reedita o fator previdenciário através da regra nº 85/95, que basicamente torna impossível a aposentadoria de diversas categorias profissionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao final da reunião ficou deliberado a produção de uma carta aberta ao povo brasileiro, que será distribuída em todo o território nacional, demonstrando a indignação dos aposentados e trabalhadores pelas manobras adotadas pelo Governo.

Este documento, cuja integra transcrevo neste pronunciamento, para ficar registrado nos Anais da Câmara dos Deputados, reflete posição dos aposentados e pensionistas da Previdência Social e deste Parlamentar que é pela aprovação dos projetos que extingue o fator previdenciário e estende o reajuste do salário mínimo para todos os aposentados e pensionistas.

“CARTA ABERTA AO POVO BRASILEIRO

Nós, aposentados, pensionistas e trabalhadores da ativa, manifestamos publicamente

nosso posicionamento contrário às propostas apresentadas pelo governo federal e acordadas tacitamente junto às Centrais Sindicais.

Continuamos apoiando firmemente os projetos de autoria do Senador Paulo Paim, já aprovados pelo Senado Federal, que estende o reajuste do salário mínimo para todos os aposentados e pensionistas (PL 01/2007) e que acaba com o Fator Previdenciário (PL 3.299/2008).

Entendemos que não se pode mutilar o conteúdo desses projetos aprovados pelo Senado Federal sob pena de perdermos nossa credibilidade junto aos nossos filiados e junto ao povo brasileiro que nos acompanha.

A integridade e a defesa desses projetos significam fazer justiça aos aposentados, pensionistas e trabalhadores da ativa de todo o país que se encontram em situação de penúria após se dedicarem ao desenvolvimento econômico e social do país ao longo de décadas.

Possuímos princípios democráticos de ação e respeito às nossas bases. Dessa maneira, não podemos recuar nas nossas bandeiras de luta.

Continuamos abertos ao diálogo em todas as instâncias e acreditamos que cabe a cada um dos deputados federais retribuírem aos seus eleitores a luta pela justiça social. Portanto, a sua tarefa é colocar esses projetos para a votação democrática, aberta e nominativa, e aprová-los.

Brasília, 1 de setembro de 2009.

Assinam:

Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP

Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST

Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST

Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na próxima terça-feira, 8 de setembro, o descontentamento dos aposentados brasileiros será repercutido em Brasília, pois a Capital Federal será palco de outra numerosa manifestação promovida pela COBAP e federações filiadas, com apoio total do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST, Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB e Nova Central Sindical.

O protesto acontecerá na próxima terça-feira, com concentração às 9 horas, em frente ao anexo 2 da Câmara dos Deputados. Foram convidadas todas

as entidades do Brasil. São esperadas caravanas de diversos Estados. Na ocasião, os aposentados estarão empunhando fotos ampliadas dos 23 Deputados Federais, Líderes de cada partido político e também do Presidente desta Casa, Deputado Michel Temer.

É uma forma respeitosa e criativa de chamar a atenção e mostrar para todo o País o rosto dos homens que tem o poder de colocar em pauta para votação aberta o Projeto nº 1, de 2007, que garante um reajuste único para todas as aposentadorias e pensões (baseado no índice da inflação mais 100% do PIB).

As entidades engajadas neste ato foram contrárias ao protocolo de intenções firmado pelas Centrais Sindicais com o Governo Federal, que estabelecia um reajuste menor nas aposentadorias e outra fórmula de aplicação do famigerado fator previdenciário.

Estaremos apoiando esta manifestação e trabalhando para que a Câmara dos Deputados crie as condições necessárias para votarmos aquelas matérias com a maior brevidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. NELSON BORNIER (Bloco/PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se existe um país democrático que se pode orgulhar de suas Forças Armadas pelo que elas fazem em defesa da soberania e da integração nacional, esse país é o Brasil.

Escola de cidadania, o serviço militar é, acima de tudo, o melhor meio de aperfeiçoamento do amor à Pátria e aos seus valores. O seu desempenho não se limita apenas a atividades da caserna.

Vai mais longe, na realização de ações de caráter cívico-social, procurando integrar o cidadão dos mais distantes rincões da Pátria ao contexto social dos centros populacionais mais desenvolvidos.

Presença constante nos grandes eventos que projetaram a integração nacional, o Exército Brasileiro, através dos Batalhões de Engenharia, teve participação ativa na plotagem de rodovias de integração nacional como a Belém-Brasília, a que liga Brasília ao Acre, até a divisa do Peru, a Transamazônica, entre outras, enquanto a Aeronáutica, por meio do Correio Aéreo Nacional, tratou do balizamento de distâncias antes nunca alcançadas.

Graças aos estudos de abnegados pesquisadores da nossa Força Aérea, temos hoje uma EMBRAER produzindo aeronaves executivas e de uso militar, classificadas entre as melhores do mundo.

De sua parte, a Marinha se faz presente não só no patrulhamento das nossas 200 milhas de costa marítima, como também nas ações de efetiva ocupação da Amazônia através de suas vias fluviais e onde mais sua presença se faça necessária.

Em tudo isso, Sr. Presidente, está o soldado na verdadeira acepção da palavra, que comemora com justo orgulho a sua data maior, inspirado na figura ímpar de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, cujo exemplo muito tem contribuído para plasmar em cada um o sentimento do dever para com os valores da nacionalidade.

Homenagear o soldado no seu dia, 25 de agosto, é a melhor maneira de expressar a gratidão de cada um a esse irmão de farda que tanto faz e tão pouco exige. Gratidão essa de que me faço porta-voz junto aos integrantes dos Corpos de Bombeiros e das Polícias Militares do Brasil, que, como forças auxiliares, prestam igualmente relevantes serviços à sociedade, na manutenção da segurança interna. Elas complementam, por assim dizer, o trabalho das Forças Armadas, no contato direto com as populações, não apenas dos grandes centros urbanos, como também do interior do País. Não nos esqueçamos, Sr. Presidente, de que foi por intermédio do soldado de polícia que a ordem pública se fez presente junto às comunidades interioranas.

É importante ressaltar, Sr. Presidente, o processo de modernização por que passam as nossas Forças Armadas, preocupadas não apenas com o reequipamento bélico, mas também com o recrutamento de profissionais liberais do meio civil, num perfeito entrosamento do contexto cívico com o militar.

Rendo, pois, minhas homenagens ao soldado brasileiro – seu dia é celebrado em 25 de agosto –, que tem como objetivo maior reavivar em todos nós o apreço e a admiração pelos valores pátrios.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MARCELO GUIMARÃES FILHO (Bloco/PMDB – A. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Lula apresentou no início desta semana 4 projetos de lei propondo o novo marco regulatório para a exploração do pré-sal, as reservas petrolíferas localizadas a 8 mil metros de profundidade, a uma distância de 300 quilômetros da costa e que se estendem do Espírito Santo a Santa Catarina.

Discussões apaixonantes à parte, tanto os que defendem quanto os que criticam o modelo desenhado pelo Governo Federal são unânimes em admitir que o pré-sal é, realmente, uma ocorrência que pode ser absolutamente determinante para o futuro do País.

No entanto, embora seja uma imensa riqueza, o pré-sal é meramente potencial, isto é, o petróleo depende de ser retirado, transportado e tratado, para, aí sim, gerar novos recursos.

Significa dizer, Sr. Presidente, que, para vislumbrar um futuro com menos desigualdades e maiores

oportunidades no Brasil, o pré-sal tem que ser pensado de forma estratégica, razão pela qual vejo como um grande desafio que se lança sobre nós, Parlamentares de ambas as Casas do Congresso Nacional, travar, no exíguo espaço de tempo que nos foi destinado, o imenso e profundo debate sobre a proposta de revisão do marco regulatório, visando aperfeiçoar a atual Lei do Petróleo, em vigor há 12 anos.

Não se discute, Sras. e Srs. Deputados, que diante da possibilidade de exploração de petróleo na chamada camada pré-sal, a autossuficiência do Brasil estará definitivamente consolidada, incumbindo à União, a quem a Constituição Federal atribui poderes para tal exploração, estabelecer a modalidade de produção.

Na visão da ANP – Agência Nacional do Petróleo, o mais adequado à realidade brasileira é, de fato, o modelo de partilha de produção.

Especialistas destacam que esse modelo tem se mostrado bastante eficiente em grandes produtores como a Indonésia, Angola, o Casaquistão, a Nigéria e a Líbia justamente por se tratarem de países ainda em fase de desenvolvimento e que não apresentam, em sua maioria, um quadro institucional estável. Ainda adotam países emergentes como a China e a Índia. A principal vantagem citada é a de que, nesse modelo, as empresas podem contabilizar como ativo o que tiverem em termos de reserva.

Já os críticos entendem que não é um modelo tão atrativo quanto o atual modelo de concessão vigente no Brasil, também adotado principalmente em países que têm maior maturidade institucional e desenvolvimento relativamente estável, como a Argentina e a Rússia.

Em outra ponta, os países que adotam o Contrato de Serviço Simples geralmente são grandes exportadores e têm reservas de relativamente fácil produção, como a Arábia Saudita e o Irã. São, na avaliação de uma consulta encomendada pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, países produtores que geralmente não têm interesse em atrair petrolíferas multinacionais.

Assim, Sr. Presidente, diferentemente destes últimos, adotando o modelo de partilha de produção o Governo brasileiro contrataria empresas para produzir nos blocos do pré-sal e ficaria com significativa parte das receitas obtidas, segundo a própria ANP.

Como é sabido, desde abril de 2006 o Brasil se tornou autossuficiente em petróleo, ou seja, passou a produzir mais do que consome. Não obstante, a produção não vem se mostrando constante, pois em alguns meses fica abaixo do consumo, apesar de em todos os anos o saldo ser positivo.

Com a exploração do pré-sal, essa preocupação desaparece, pois a produção anual deverá chegar a

50 bilhões de barris, o que coloca o Brasil entre os 10 maiores produtores de petróleo do mundo.

Daí, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a principal preocupação com a forma pela qual essa descoberta será explorada.

Sem dúvida, o papel do Congresso Nacional será de grande importância nesse processo de discussão que se avizinha para os próximos 90 dias, mormente pelas inúmeras possibilidades do pré-sal, cujas regras de exploração não podem ser açodadamente estabelecidas, principalmente num cenário adverso decorrente da crise econômica internacional, ante as incertezas em relação ao preço do barril do petróleo, que tem oscilado bastante nesse período de turbulência vivenciado tanto pelos países desenvolvidos quanto pelos emergentes, a despeito de sua capacidade de produção.

Não se pode perder de vista, nesse contexto, que a exploração do pré-sal somente será atrativa para as empresas privadas se o custo mínimo do barril do petróleo situar-se na ordem de US\$30.

Portanto, Sr. Presidente, não se trata de uma simples preocupação retórica de saber se vai ser uma nova estatal, de antemão já taxada de mero “cabide de empregos” por ferrenhos opositores, ou se vai ser a própria PETROBRAS que vai explorar o pré-sal, cujo volume das reservas ainda se desconhece, embora se estime que somente em Tupi, uma de suas 5 áreas, exista uma reserva que varia entre 5 a 8 bilhões de barris.

Com efeito, a questão estratégica a ser discutida se situa muito acima do singelo embate privatização/estatização da exploração do petróleo, discussão que, a bem da verdade, jamais se oportunizou ao Parlamento brasileiro, já que não teve a chance de travar quando da criação da própria PETROBRAS, cabendo destacar que o Brasil conta, hoje, com 24 bacias petrolíferas, todas exploradas pela empresa ao longo dessas últimas décadas.

Sem querer adentrar o mérito das discussões, tampouco antecipar nenhum juízo de valor, afirmo meu desejo de fortalecer a PETROBRAS, desde que, evidentemente, isso se faça conciliando a governança corporativa com a busca permanente de sua eficiência.

Comungando da mesma opinião de inúmeros outros ilustres Parlamentares liberais nesta Casa, também sou defensor de um Estado forte, pró-ativo, regulador e fiscalizador, e, como tal, é natural meu receio com a graciosa ampliação da presença estatal criando-se novas empresa a pretexto de garantir o interesse público. Temo estejamos em rota de retrocesso ao ampliar as já elevadas desigualdades sociais.

Diante da complexidade do tema, mostra-se curial, pois, que esse debate merece ser bastante aprofun-

do, porque é inegável o conflito de visões distintas sobre o Estado.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de finalizar essa breve intervenção destacando que as discussões sobre o pré-sal serão uma grande oportunidade de indicar os caminhos para o País estruturar, em definitivo, a sua economia, com o olhar direcionado não apenas para as próximas eleições, mas sim pensando nas futuras gerações de brasileiros.

Obrigado.

O SR. FELIPE BORNIER (PHS – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lendo a matéria de capa da revista CartaCapital, edição desta semana, sobre o acordo para a compra, pelo Governo brasileiro, do submarino francês Scorpène, com transferência de tecnologia, fiquei feliz e, ao mesmo tempo, apreensivo.

O ponto positivo, destacado pela excelente matéria do jornalista Sérgio Lírio, é que a assinatura do acordo, que vai permitir a construção do primeiro submarino nuclear brasileiro, representa definitiva independência do ponto de vista estratégico. Ressalto o que afirma o texto da Carta Capital: essa é uma oportunidade que perseguimos há mais de 3 décadas para controlar uma tecnologia dominada atualmente por apenas outras 5 nações do planeta.

Não sou especialista em assuntos militares, sou dos que defendem o domínio da tecnologia nuclear apenas para fins pacíficos, o que, é bom reafirmar, está no texto da nossa Constituição. O que me preocupa é a localização do estaleiro que será erguido para a construção dos submarinos nucleares pelo Governo brasileiro.

Informa a CartaCapital que o Município de Itaguaí acabou escolhido por questões logísticas. Itaguaí fica próximo da NUCLEBRÁS e das usinas de Angra, que já possuem um plano para emergências nucleares, e do eixo Rio-São Paulo.

Trago o tema ao debate desta Casa pela responsabilidade que sempre tive com o exercício do mandato popular e, mais uma vez, para defender a população de Itaguaí, cidade que mais cresce na região da Costa Verde, segundo estudos divulgados recentemente pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro FIRJAN. Entre os 92 municípios fluminenses, Itaguaí foi apontado em primeiro lugar no item geração de empregos e novas oportunidades de trabalho. Lá estão sendo desenvolvidos projetos estratégicos, como o da Companhia Siderurgia do Atlântico Sul, que gera 30 mil empregos; do Porto do Sudeste, operado pelo LLX; do Arco Metropolitano e o da USIMINAS.

É óbvio que o crescimento de Itaguaí com a chegada do progresso faz bem ao cidadão que lá reside.

No entanto, faz-se necessário que a Marinha discuta com as lideranças da cidade todas as garantias contidas no contrato de transferência da tecnologia nuclear francesa para os futuros submarinos que lá serão construídos. Não se justifica, nesse caso, o fato de o Governo brasileiro, não debater, por motivo de segurança, o projeto arquitetônico do estaleiro e da base.

Ainda segundo a CartaCapital, será preciso construir um aterro hidráulico de 410 mil metros quadrados. Quais são as garantias de não agressão ao meio ambiente? Essas e outras questões de segurança precisam ser discutidas com a comunidade científica, com as lideranças políticas e com os ambientalistas.

São as minhas preocupações e propostas para que Itaguaí, Município que represento nesta Casa, acelere ainda mais seu crescimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar minha alegria por viver e poder servir a um País próspero e abençoado como o Brasil.

Aproveito para parabenizar o Governo brasileiro por sua atitude de preocupação com o bem-estar da Nação no que tange à exploração petrolífera, buscando maneiras e estratégias para investir nossos recursos no próprio País, redistribuindo-os para os Estados menos favorecidos.

Como vemos, o pré-sal abrange 800 quilômetros de extensão por 200 quilômetros de largura, indo do litoral de Santa Catarina ao do Espírito Santo, numa profundidade de 7 mil metros abaixo da superfície do mar. Trata-se de uma reserva, ao que tudo indica, rica e de excelente qualidade, que poderá alavancar o País para um dos primeiros postos na escala de exportadores de petróleo do mundo.

O Presidente Lula mencionou, há cerca de 15 dias, que o pré-sal é uma dádiva de Deus e, mais recentemente, que esta dádiva pode também se transformar numa maldição se não gerenciada corretamente.

Sabemos das dificuldades e custos altos que uma extração como essa pode gerar. Por essa razão, até então, tais minérios não foram explorados desde os anos 70, quando se descobriu os primeiros indícios de sua existência. Hoje o conhecimento e a tecnologia evoluíram muito, ao ponto de podermos alcançar uma camada tão profunda da superfície terrestre.

É fundamental que a reflexão a respeito da forma como este petróleo será explorado seja muito criteriosa, principalmente em se tratando de uma reserva que pode ser interligada, ou seja, pode ser gigantes-

ca. Além disso, as regras para sua exploração ainda não são claras.

Saliento, mais uma vez, que esta grande dádiva deve beneficiar primeiramente a Nação brasileira e não o interesse privado através da criação do fundo social. Muito embora a reserva se localize na região mais favorecida do País, lidamos diariamente com realidades muito difíceis na maior parte da Nação, e tais recursos poderão gerar uma melhor qualidade de vida para muitos brasileiros, inclusive ajudando no combate à pobreza, se forem investidos de forma correta.

Creio que a criação da PETRO-SAL, até por ser uma empresa pública que levará em conta os interesses do povo brasileiro, vem somar no ideal de se organizar e investir recursos que pertencem aos milhões de brasileiros que, juntos, formam esta Nação e desejam vivenciar o desenvolvimento do Brasil.

Por último, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa e no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. IRAN BARBOSA (PT – SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago, hoje, nota da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a combativa CNTE, a respeito dos projetos de lei que tratam da exploração do petróleo na camada do pré-sal.

Na última terça-feira, dia 1º de setembro, expressei neste plenário que sou favorável às propostas do Governo do PT enviadas a esta Casa por considerar que reforçam as bandeiras históricas do meu partido, ou seja, a defesa da soberania nacional. Como a CNTE, considero de fundamental importância que aprovemos a proposta que cria um fundo para usarmos os lucros do petróleo no sentido de combater a pobreza, para maiores investimentos na educação e demais áreas sociais.

Por isso, considero muito importante que seja garantida ampla divulgação à nota da Confederação.

“O petróleo tem que ser nosso!

A opção do Governo Federal em canalizar para as políticas sociais a maior parte dos investimentos provenientes da exploração da camada pré-sal, através de um fundo público, demonstra, por um lado, a coerência de uns em garantir que a riqueza nacional seja efetivamente transferida para o povo brasileiro, e, de outro, a inconformidade gananciosa de parcela de ‘cidadãos brasileiros’, que pretende reunir nas mãos de alguns donos e acionistas de empresas multinacionais os lucros e dividendos a serem obtidos com a maior jazida de petróleo já descoberta no Brasil.

Desde o dia 5 de agosto, estão nas mãos do presidente Lula três propostas de marco regulatório para a exploração do pré-sal. E todas elas defendem a administração pública dos recursos. O presidente disse que, antes de enviar o projeto de regulação para o Congresso, ouvirá as opiniões dos setores da sociedade sobre o assunto – trabalhadores, empresários e lideranças políticas.

A CNTE tem convicção de que a proposta de investimento público dos recursos do pré-sal é a melhor para o país. E ela deve estimular a geração de emprego e renda, focar a universalização e a qualidade da educação, o amplo atendimento à saúde, a diminuição do déficit habitacional, garantir a aposentadoria digna, enfim, propiciar o desenvolvimento socioeconômico com vistas a elevar a condição de autonomia e de soberania do Brasil.

Porém, as resistências à concepção de um Fundo Social ou Soberano já são grandes. A CPI da PETROBRAS, ao mesmo tempo em que dá inegáveis sinais de vinculação com o pleito de 2010, também parece, cada vez mais, constituir um espaço de barganha da oposição para assegurar interesses de grupos privados na composição e na destinação do Fundo.

Cabe aos trabalhadores, neste momento, unir forças e fazer a disputa desse projeto vital para as futuras gerações do país, vinculando-o, ainda, à agenda de sustentabilidade ambiental. A campanha do petróleo de meados do século passado está mais atual do que nunca, e precisa ser resgatada com as devidas atualizações do processo histórico. O petróleo é nosso e não podemos abrir mão de seus benefícios para o povo brasileiro.”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveite a oportunidade para fazer um apelo aos Parlamentares no sentido de apreciarmos, o mais rápido possível, a Proposta de Emenda à Constituição nº 336, de 2009. A PEC que reduz os gastos com os Legislativos municipais já foi aprovada na Comissão Especial que analisava o assunto e, agora, depende de votação em plenário.

É preciso que esta Casa dê uma resposta urgente aos suplentes de Vereadores eleitos no pleito de 2008, que vivem, hoje, a angústia e a incerteza de saber se irão ou não assumir os mandatos para o qual foram eleitos.

Esta semana estiveram em meu gabinete os suplentes de Vereadores Abraão da Conceição, da cidade de Simão Dias; Gilson Eletricista, de São Cristóvão; e Givaldo, do Município de Lagarto, incansáveis na luta pela recomposição do número de Vereadores nas Câmaras Municipais.

Defendo a PEC por considerar que ela adequa uma situação desigual criada pela Justiça na representatividade eleitoral e economia de recursos públicos. A PEC valoriza o voto do eleitor ao assegurar a representatividade das cidades médias, ou seja, acaba com um grande contraste representativo, uma verdadeira distorção no número de Vereadores em determinadas cidades.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reafirmo meu apoio aos aprovados em concurso público para a Prefeitura Municipal de Paulo Afonso. A administração anterior entregou à atual um concurso público realizado com lisura, com a correção exigida na lei. Porém, os novos mandatários do Município, interessados em manter o compadrio, a nomeação desenfreada de asseclas, simplesmente ignorou uma exigência legal e a única forma de acesso ao serviço público de forma equânime.

Com argumentos frágeis, a atual administração tenta derrubar na Justiça uma seleção legítima e acompanhada de perto por representantes de instituições como OAB/BA, CREA, CRM, CROBA, SINERGIA, APLB, ASCOPA.

O Prefeito, interessado em derrubar a conquista de 1.864 pessoas que se empenharam para conquistar a aprovação entre mais de 18 mil candidatos, alega que a nomeação dos aprovados representa risco à economia. Entretanto, não diz que só de janeiro até agora foram contratados mais de 1.300 temporários sem concurso, deixando a Prefeitura com mais de 2 mil apadrinhados. A nomeação dos aprovados simplesmente substitui todos os temporários e não acrescenta um tostão a mais na despesa do Município, que teve um incremento de receita de mais de 6 milhões de reais só nos 5 primeiros meses deste ano.

A argumentação contrária aos concursados chega ao absurdo de afirmar que o concurso não teve a divulgação necessária. Ora, como 18 mil pessoas se inscreveram no certame sem que houvesse divulgação?

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante de tanta fragilidade, quero acreditar que o Judiciário baiano reverterá o efeito suspensivo e colocará fim nessa injustiça para com centenas de pessoas que se dedicaram, por horas, dias, aos estudos a fim de conseguirem conquistar a tão sonhada vaga no serviço público. Esses cidadãos e cidadãs merecem o respeito de quem é responsável ou, pelo menos, deveria ser, na gestão dos recursos públicos.

Apoiando, incondicionalmente a luta dos companheiros e companheiras concursados de Paulo Afonso, estão os Vereadores Dr. Gilson Fernandes e Celso Brito, do PSB, lideranças comprometidas com o fim do apadrinhamento no serviço público.

Reforço a necessidade de se resgatar esse processo seletivo, sob pena de jogarmos no descrédito a única ferramenta que possibilita, com justiça e igualdade, o acesso ao serviço público.

Passo a abordar outro assunto. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as trabalhadoras domésticas representam 21% da ocupação feminina brasileira. No meu Estado, Bahia, são 458 mil trabalhadoras, em sua maioria negras e migrantes. Ainda hoje, apesar de todo esforço pela regulamentação do emprego doméstico, vivem resquícios do escravagismo.

São condenadas a viver em minúsculos quartos até mesmo sem ventilação, jornadas que extrapolam as 8 horas diárias, descanso remunerado que muitas vezes é engolido pelo invisível e interminável trabalho em uma casa. As trabalhadoras domésticas ainda sofrem assédios moral e sexual e padecem com o interminável preconceito que as afastam do emprego formal.

Com este panorama, não é difícil encontrar profissionais domésticos que afirmam não querer o registro da função na sua carteira de trabalho, por simplesmente reproduzir o preconceito de que são vítimas.

Tramitam no Parlamento brasileiro diversos projetos que contribuem para mudar esse quadro e para incluir os mais de 5 milhões de brasileiros do trabalho doméstico na formalidade. Os PLSs 161 e 160/2009 e os PLSs 175/2006, 194/2009 e 159/2009, se aprovados, implementarão avanços como a alíquota única do INSS em 6% para o empregado e a redução da contribuição do empregador de 12% para 6%; a eliminação da multa de 40% em caso de demissão sem justa causa para o empregador que optar por depositar o FGTS da sua empregada doméstica; e a criação de multa para o empregador doméstico que desrespeitar os direitos trabalhistas e previdenciários do empregado, entre outros.

Mas elas querem e merecem mais. A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD quer o reconhecimento da atividade pela Organização Internacional do Trabalho – OIT. A Presidenta da FENATRAD, Maria Creusa Oliveira, defende que a legalização da categoria vai garantir os direitos sociais usufruídos por todos os trabalhadores do mercado formal e maior organização com a criação de sindicatos específicos da categoria e aumento do poder de pressão das trabalhadoras.

Todos nós convivemos, em algum momento de nossa vida, com empregadas e empregados domés-

ticos. É hora de retribuirmos a dedicação e o carinho de cada um deles para conosco e com nossa família. Mais do que isso, é fundamental incluir a atividade doméstica como importante fatia do produto interno bruto e, como tal, merecedora de toda dignidade de cidadãos e cidadãos.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para dizer que, recentemente, o INEP divulgou o IGC – Índice Geral de Cursos. Nessa análise, desmerece a UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano, de forma absolutamente injusta, pois avalia uma universidade que não formou nenhuma só turma e a condena a execução pública prejudicando sua imagem com análise de dados que não poderia fazer para tal instituição de ensino superior.

Protesto vigorosamente quanto a tal prática e me associo à nota oficial emitida pela Reitoria da UFRB e, ao fazê-lo, creio que incorporo o sentimento de toda a bancada baiana.

Assim sendo, passo a lê-la, para que conste dos Anais da Casa:

“O novo Índice Geral de Cursos (IGC) divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no dia 31 de agosto de 2009, mais uma vez não reflete a realidade da UFRB.

A julgar pelos critérios arbitrados pelo INEP, a UFRB somente terá a oportunidade de melhorar o seu índice em 2011, quando teremos as primeiras turmas formadas integralmente por esta instituição. Na composição do IGC, a maior parte dos itens considerados foi gerada num período anterior à criação da UFRB.

Como é possível se avaliar uma nova instituição universitária, a partir apenas de um curso, num processo avaliativo realizado em 2007?

O absurdo pode ser melhor compreendido diante dos dados reais da UFRB, que hoje possui 4 campi (Amargosa, Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas e Cachoeira), oferecerá 2.455 vagas para ingresso no novo ENEM em 2010, com trinta e nove cursos de graduação, seis cursos de mestrado e um doutorado.

Recém criada, com apenas três anos de funcionamento, a UFRB já solicitou à época da divulgação do IGC de 2008, uma visita in loco de uma Comissão do INEP. A referida visita seria uma interessante oportunidade para o INEP se informar sobre o belo capítulo da história do ensino superior que professores, servidores técnicos-administrativos e estudantes estão escrevendo no interior do nordeste do Brasil.”

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.

A SRA. MANUELA D'ÁVILA (Bloco/PCdoB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna trazer ao conhecimento desta Casa grave notícia publicada na edição de hoje do jornal Folha de S.Paulo, em que a Secretaria Especial de Direitos Humanos denuncia a tortura de crianças e o uso de armas de choque elétrico na ação da Brigada Militar do Rio Grande do Sul que resultou na morte do trabalhador Edson Brum.

Passo a ler a matéria:

“A Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência vai denunciar a tortura de crianças e o uso de armas de choque elétrico na ação de policiais militares do Rio Grande do Sul que resultou na morte de um sem-terra, no mês passado.

Identificada por meio de depoimentos colhidos na semana passada em São Gabriel, a citada tortura física e psicológica de crianças inclui xingamentos, uso ostensivo de cachorros e da cavalaria e ferimentos por meio de estilhaços de bombas lançadas pelos brigadistas – um bebê foi atingido no rosto.

Um relatório com esses termos será encaminhado nesta semana para Ministério Público Federal e Estadual, Comissão de Direitos Humanos da Câmara e da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Ministério da Justiça e Corregedoria Geral da Brigada Militar.

A ação policial ocorreu durante a reintegração de posse da fazenda Southall. O sem-terra Elton Brum da Silva foi morto com um tiro nas costas. O autor do disparo, soldado da brigada cujo nome não foi revelado, foi afastado de suas funções.

Outras 13 pessoas ficaram feridas na ação de despejo de 550 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Cerca de 300 policiais estavam na operação.

A Folha teve acesso a um ofício preliminar enviado pela Secretaria dos Direitos Humanos no final da semana passada ao corregedor-geral da Brigada Militar, coronel Paulo Porto.

No documento, a secretaria cita ‘emprego desproporcional e inadequado da força policial letal’ e afirma que a brigada está ‘aparentemente preparada de modo insuficiente para lidar com situações que envolvam o controle de distúrbios civis’.

‘A rigorosa apuração da morte (...), para além de garantir justiça neste caso concreto gravíssimo de violação dos direitos humanos, poderá contribuir para o aperfeiçoamento da Brigada Militar, adequando-a a parâmetros mínimos de polícia democrática’, afirma o ofício do Governo Federal, assinado por Ailson Silveira Machado, da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos.

O MST realizou ontem ato para cobrar que o Governo gaúcho esclareça as circunstâncias da morte de Silva. O MST também quer que seja apresentado o policial autor do disparo. Na semana passada, as autoridades de segurança do Rio Grande do Sul anunciaram que o atirador já havia sido identificado, mas não divulgaram seu nome.

‘A polícia tem o papel de tornar isso público, não pode esconder o assassino’, disse Nina Tonin, da coordenação estadual do MST. Segundo a dirigente, a investigação ‘caminha para a impunidade’.

Sr. Presidente, no momento em que o Brasil se reúne para discutir a segurança pública por meio de uma grande conferência nacional e, depois de meses de debate, alcançou um norte para a segurança pública no País, alicerçado em 10 e 40 diretrizes, o Rio Grande caminha na direção contrária.

Segundo a conferência, a segurança deve ser pautada pela defesa da dignidade da pessoa humana, com valorização e respeito à vida e à cidadania, assegurando atendimento humanizado a todas as pessoas, com respeito às diversas identidades religiosas, culturais, étnico-raciais, geracionais, de gênero e de orientação sexual e as das pessoas com deficiência. Deve ainda combater a criminalização da pobreza, da juventude, dos movimentos sociais e de seus defensores, valorizando e fortalecendo a cultura de paz. Exatamente ao contrário disso, o Governo Estadual empenha-se cada vez mais na utilização da Brigada Militar para a repressão aos movimentos sociais.

Aos poucos, a Brigada foi se afastando das suas funções constitucionais de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, para atuar na investigação de infrações penais e de movimentos sociais ou partidos políticos – uma clara afronta ao art. 144 da Constituição Federal.

A morte do trabalhador sem terra Edson Brum, foi mais um episódio na escalada de um conflito entre a Brigada e o povo do meu Estado.

Esta Casa não pode se omitir diante de caso de tamanha gravidade, pois a muito custo superamos os

tempos do árbitro, que a Governadora Yeda insiste em manter no Rio Grande do Sul.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BULHÕES (Bloco/PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho comparecido à tribuna para cobrar ações mais efetivas do Estado brasileiro no que se refere a nossas crianças e adolescentes em seu processo de desenvolvimento, para pedir melhoras nas políticas públicas de educação, no intuito de se evitar problemas futuros no desenvolvimento educacional. Não poucas vezes aqui estive fazendo críticas positivas ou sugerindo ações, de tal forma que o Governo pudesse dar mais atenção para a nossa juventude, para cobrar a dinamização do processo de expansão de reformas educativas.

Hoje, por uma questão de justiça, não venho trazer apenas a palavra da cobrança, mas do reconhecimento pelos avanços que já podemos notar no campo da educação infantil em nosso País; venho trazer a palavra de louvor pelos esforços que o País tem realizado para ampliar o número de creches e para universalizar a pré-escola. E o faço com base nos resultados da recém-divulgada pesquisa da Faculdade de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, que revelou expressivo crescimento no País de matrículas no ensino infantil nos últimos 15 anos.

Preliminarmente, devo dizer que o direito à educação – consagrado pela Constituição Federal de 1988 – representa uma demanda essencial das sociedades democráticas, e que vem sendo exigido, vigorosamente, por toda a nossa Nação, como garantia inalienável do exercício da cidadania. A conquista da cidadania plena, da qual todos os brasileiros são titulares, supõe, portanto, entre outros aspectos, o acesso à educação básica, constituída pela educação infantil, fundamental e média.

A integração da educação infantil no âmbito da educação básica, como direito das crianças de 0 a 5 anos e de suas famílias, dever do Estado e da sociedade civil, é fruto de muitas lutas desenvolvidas especialmente por educadores e alguns segmentos organizados, que ao longo dos anos vêm buscando definir políticas públicas para as crianças mais novas.

No Brasil, temos vivenciado a implementação de políticas educacionais que parecem, à primeira vista, afinadas com o ideal de que a educação passa a ser uma solução para a construção de um futuro seguro, no sentido de formar cidadãos mais conscientes de seus direitos e obrigações perante a sociedade que os cerca, podendo transformar o ambiente em que estão inseridos em um ambiente mais justo, menos desigual e com maior qualidade de vida.

Diante desse contexto, o Brasil vive um período de intensas mudanças na área de educação. É o que nos revela agora a pesquisa da Faculdade de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Como vinha dizendo no início deste pronunciamento, a frequência de crianças brasileiras no ensino infantil aumentou 82% em 15 anos, impulsionada principalmente pelo aumento da oferta, por uma melhoria no nível de escolaridade das famílias e pela redução no número de filhos dos casais.

Em 1992, 45% das crianças no Brasil estavam no ensino infantil. Em 2007, o índice saltou para 79%. A oferta também aumentou: em 1992, registrava-se 0,73 escolas infantis para cada 100 crianças, ou seja, menos de 1 para 100 crianças. Já em 2007, a média subiu para 1,17 – bem melhor, mas ainda baixa.

A educação na faixa etária dos 4 aos 6 anos é apontada por uma série de estudos e por especialistas na área como responsável pelo desenvolvimento da autonomia e da autoconfiança das crianças, além de contribuir para o desenvolvimento emocional e intelectual. Estudos indicam que a aquisição de algumas habilidades cognitivas, como uso de linguagens, é mais fácil no início da infância.

Do ponto de vista econômico e social, também são grandes os ganhos. Pesquisas com dados nacionais mostram que o fato de uma criança frequentar o ensino infantil melhora seu desempenho no fundamental, aumenta as chances de ela concluir um curso superior e ter um salário mais alto quando ingressar no mercado de trabalho.

É uma grande notícia, Sr. Presidente. São largos passos que a Nação brasileira vem dando em direção ao futuro. No entanto, são avanços que precisam ser democratizados. Infelizmente, a pesquisa mostra que a oferta de ensino infantil ainda favorece crianças mais ricas, que vivem em áreas urbanas e têm pais com melhor nível de escolaridade. Ademais, os dados revelam que desigualdades de acesso persistem no cenário brasileiro, pois ainda temos carência de creches e escolas infantis.

É bom lembrar que é uma exigência da vida atual a mulher trabalhar e participar da vida social em igualdade de direitos com os homens. Num país populoso como o Brasil, com grandes desigualdades regionais e de renda, torna-se preponderante disponibilizar um maior número de creches, permitindo que as mulheres trabalhem e contribuam para o orçamento familiar.

Assim, a educação infantil, além de ser um direito da criança, é um direito da família!

Reforço esse ponto de vista que cobra um maior número de creches com os dados de 2006 da pesquisa Educação da Primeira Infância, realizada também

pela Fundação Getúlio Vargas, que mostrou que apenas 9,43% das crianças brasileiras de 0 a 3 anos de idade frequentam creches.

Nesse sentido, novamente devo fazer justiça e louvar a decisão da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que resolveu repassar, com recursos economizados com reformas administrativas e cortes de gastos nesta Casa, R\$80 milhões de seu orçamento ao Pro-Infância, programa do MEC de convênios com Prefeituras para a construção de creches. É uma atitude inédita!

Este ano, o Pro-Infância já tinha R\$500 milhões previstos. Com os recursos adicionais, serão construídas 80 creches. Senhores, crianças precisam ter outros estímulos além dos dados pela família e conviver com outras crianças. Creches são fundamentais!

Portanto, parabênizo o Ministro da Educação, Fernando Haddad, pelos resultados de nossa educação infantil, assim como me congratulo com o Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, por mais uma histórica decisão, desta vez de transferir os recursos para o Pro-Infância.

O Brasil, senhores, está no caminho certo: a educação nos primeiros anos é o melhor investimento social existente! A educação é o eixo central para fomentar a erradicação, de vez por todas, da desigualdade social em nossa Nação!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. AFONSO HAMM (PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para assinalar importante data para o nosso País ocorrida no dia 1º de setembro, o dia do profissional de educação física, que desempenha um grande papel social, seja na prática de esportes, seja na orientação necessária e na garantia da qualidade de vida. Esses profissionais muito contribuem para a formação do caráter e de valores de cidadania.

O Conselho Regional de Educação Física do Rio Grande do Sul – CREF2/RS, presidido por Jeane Marques Cazelato, está homenageando os profissionais da área com uma extensa programação da Semana do Profissional de Educação Física, que se encerra no dia 8 de setembro.

Data assim tão importante para profissionais de tanta relevância para o desporto nacional não poderia passar em branco e por isso quero manifestar, desta tribuna, a homenagem de todos os Parlamentares que integram a Comissão de Turismo e Desporto, que presido com muito orgulho.

Quero destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Presidente do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, Jorge Steinhilber.

Nossa Comissão teve a honra de ter sido escolhida durante o seminário, que realizamos conjuntamente com o CONFEF, no primeiro semestre, para sediar o lançamento da campanha nacional que consagrou 2009 como o “ano da educação física escolar”.

Naquela oportunidade, afirmamos em documento aprovado pelo seminário que “a democratização do acesso à educação impõe a colaboração recíproca entre governos, instituições formadoras, entidades responsáveis pelo exercício profissional e sociedade em geral, objetivando intervir positivamente para o êxito do processo ensino-aprendizagem, condição fundamental para qualificar a educação.

A educação física e o esporte escolar são espaços privilegiados para o exercício da cidadania à medida que proporcionam uma formação qualificada pela emancipação do ser humano, que resulta na construção de uma identidade subjetiva do ser para o trabalho, para o lazer, para a criatividade e para a consciência de ser saudável.

O esporte é um dos caminhos para afastar os jovens da marginalidade, da violência e das drogas. Ainda melhora a disciplina e o desenvolvimento em sala de aula, permitindo maior integração entre os alunos.

Quero reiterar, em nome dos membros da Comissão de Desporto, o compromisso com esses princípios e me congratular com os profissionais de educação física de todo o País por mais esse aniversário.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa Legislativa.

Era o que eu tinha para manifestar.

O SR. VIGNATTI (PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna neste momento para enaltecer uma iniciativa do Governo, por intermédio do Ministério da Educação, no que diz respeito a oferecer as melhores condições possíveis para que os professores da rede pública de ensino possam estar em sintonia com a modernidade tecnológica e estendê-la até seus alunos.

Estou me referindo a uma linha especial de financiamento, autorizada pelo Governo, para atender inicialmente a 64 Municípios brasileiros contemplados numa lista em que constam aqueles que obtiveram os melhores índices no desenvolvimento da educação básica em 2007. São notebooks com preços estimados em até R\$1,4 mil e que poderão ser pagos em 36 parcelas.

Esse programa demonstra a preocupação do Governo com a efetiva inclusão da educação na era

digital. E mais, vai permitir a transformação da dinâmica de ensino nas escolas de todo o País, oferecendo ao professor o contato com novas tecnologias educacionais.

Esse procedimento dá sequência ao projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos, que possibilita o financiamento de equipamentos com sistema operacional e aplicativos em software livre por preços acessíveis. Os interessados precisam apenas ir a uma agência do Banco Postal dos Correios, do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal com o contracheque ou declaração da instituição à qual estão vinculados, definir a forma de pagamento e, em no máximo 30 dias, receber o equipamento.

Passada a primeira fase de instalação, dentro de aproximadamente 1 mês, os programas serão estendidos a todas as capitais brasileiras e, em breve, em todos os municípios onde houver professor e escola.

Um ponto interessante de todo o processo, Sr. Presidente, é que até bem pouco tempo o Ministério da Educação gastava uma exorbitante fortuna em livros para abastecer os professores do conteúdo necessário para ser trabalhado nos mais diferentes níveis.

Isso tem um significado importantíssimo, porque demonstra que o Governo está pensando racional e ambientalmente, à medida que, quanto menos livros forem impressos, maior será a economia de celulose e, conseqüentemente, menor será o desmatamento para produção de papel.

Era o que gostaria de registrar, Sr. Presidente, ao comunicar aos professores de todo o Brasil a certeza de que, com iniciativas como essa, o Governo do Presidente Lula está mudando definitivamente a cara do nosso País.

O SR. CARLOS BEZERRA (Bloco/PMDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, às vésperas do 7 de setembro, quando todo esse nosso imenso País veste o verde e amarelo, pelas comemorações do Dia da Pátria, venho com satisfação a esta tribuna ressaltar o trabalho de um conterrâneo meu. Colega de lutas estudantis, um sonhador de resultados práticos, nascido nos garimpos de Mato Grosso, hoje cidadão do mundo, Jota Alves, criador do Dia do Brasil no centro de Nova York, a maior celebração da nossa data nacional no exterior.

Jota continua acalentando sonhos com contagiante sentimento pátrio. Foi Secretário do meu Governo, entre 1987 a 1990. Com o seu trabalho, despertou em muita gente, particularmente entre crianças e jovens, o sentimento cívico. As bandeiras do Brasil e do Estado de Mato Grosso foram, como nunca antes na história regional, hasteadas em todo o território mato-grossense e enaltecidas.

Jota ganhou o mundo. Graduou-se em Direito Internacional na Universidade Patrice Lumumba, em Moscou. Há 30 anos, fincando a primeira bandeira brasileira na 46, entre a Quinta e a Sexta avenidas, passamos a ter uma rua chamada Brasil bem no centro de **Nova York**.

Afirmando que “a gente sai do Brasil, mas, o Brasil não sai da gente” ele, como um missionário de nossa cultura e zelando sempre pela boa imagem do nosso País, depois de conquistar **Nova York** chegou à China, que se consolida hoje como uma das maiores potências do planeta.

O Dia do Brasil, em sua segunda edição, acontecerá nos próximos dias 12 e 13 deste mês de setembro em Xangai, a metrópole que se prepara para a grande exposição comercial e industrial de 2010 e na qual o Brasil terá presença marcante.

Jota Alves, meus colegas, tem sido um “funcionário do Brasil” no exterior sem nunca ter recebido um centavo dos governos de seu País. De nenhum governo, é bom frisar.

Jota fundou jornal, cursos de português, introduziu produtos brasileiros, assistência legal e humana para milhares de imigrantes. Com o famoso Carnaval do Brasil no mundialmente famoso **Waldorf Astoria** Hotel divulgou o Brasil como destino turístico. O Baile da Democracia é um marco histórico.

Disse-me Jota Alves, certa vez, que “o Dia do Brasil nasceu de uma explosão de liberdade, de alegria e de vitória pelo fim da ditadura”. O primeiro foi dedicado a Tancredo Neves. Ulysses Guimarães, o fulgor do nosso PMDB, também foi homenageado com um Dia do Brasil. O terceiro foi dedicado a mim, quando Governador do Estado de Mato Grosso, o que me orgulha imensamente.

E agora, Jota? Perguntei. “Depois do Dia do Brasil em duas grandes cidades do planeta, o universo é o limite. Quem sabe, um dia a bandeira do Brasil estará em Marte e outras galáxias. Já registrei o Dia do Brasil na NASA para isso”, respondeu-me.

Portanto, meus colegas Parlamentares, jovens, senhoras e senhores visitantes neste plenário, telespectadores, ouvintes do sistema de comunicação desta Casa, é bom e animador saber que a data nacional do nosso País vem sendo digna e honradamente comemorada pelo mundo.

Ao cuiabano Jota Alves, à gaúcha Natalia Gazzola, diretora-executiva do Dia do Brasil na China e à Câmara de Comércio Brasil/China, que apoia a comemoração da nossa data nacional, e a todos os que promovem e organizam a celebração da nossa independência no exterior, os meus mais sinceros parabéns. Um abraço!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero reportar-me a um ato de perseguição política que acontece na cidade de Trindade, Goiás.

A empresa Nova Moda Confecções Ltda., que utiliza em suas roupas a marca Jean Darrot, é mais uma vítima do Prefeito Ricardo Fortunato que constantemente tenta impedir o funcionamento da indústria na cidade. A tentativa é fruto de um ato de revanchismo, já que o empresário Jean Darrot é adversário político do atual Prefeito. Uma situação vexatória do Chefe do Executivo Municipal que utiliza da sua força no comando da Prefeitura para obstruir os trabalhos do empreendimento.

A empresa Nova Moda foi fundada há 25 anos na cidade de Trindade e possui uma larga tradição no Estado, sendo reconhecida também nacionalmente no setor vestuário. Hoje é a empresa que mais cresceu nos últimos anos, sendo conceituada pela seriedade e pela alta qualidade dos produtos confeccionados. Com 15 lojas em Goiás, ela contribui ativamente para o crescimento econômico do Estado e do Município, além de garantir diretamente emprego para centenas de trabalhadores e trabalhadoras que dependem da atividade para manter suas famílias e cerca de 2 mil ocupações indiretamente.

Apesar do teor de relevância da fábrica para a cidade, fiscais da Secretaria Municipal da Fazenda acompanhados da polícia foram ao local sem nenhum mandato judicial, entraram nas dependências da fábrica e fecharam a lavanderia utilizando da força física. Com uma ação rápida e essencial da Justiça foi declarada a abertura imediata da indústria, já que Jean Darrot tinha toda a documentação necessária e estava devidamente apto dentro da lei para dar segmento aos seus trabalhos. Com isso, parabênizo a ação efetiva do Juiz de Direito da Comarca de Trindade, Éder Jorge, que expediu o mandado de notificação para a reabertura da empresa.

É lamentável que um prefeito de uma cidade como Trindade, que se prima pela fé e pelos atos solidários do seu povo, haja de forma tão desrespeitosa com a população. No lugar de defender os interesses do povo e ajudar no crescimento da região, ele caminha na contramão do progresso e tenta acabar com a fonte de renda dos moradores da cidade.

Agir dessa forma, perseguir politicamente por vingança, é uma prática inadmissível que não deve fazer parte da conduta de uma pessoa pública. O povo de Trindade merece atenção especial, pois acabar com o emprego de uma série de moradores para atender

a interesses políticos é algo inadmissível, e não vou me calar jamais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho tratar de um assunto que tem mexido com a população do Amazonas que é a questão dos fusos horários da Região Norte. É que estou apresentando uma nova proposta nesse sentido, Sr. Presidente, só que pensando no bem-estar dos amazonenses que se sentem prejudicados com os rumos dos horários estabelecidos para a região. Falo mais especificamente dos Municípios de Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte.

Para abrir essa discussão e elucidar os fatos, Sr. Presidente, passo a ler uma carta/manifesto da Associação de Geógrafos Brasileiros, do seguinte teor:

“A Associação dos Geógrafos Brasileiros vê com extrema preocupação a aprovação de projetos que procuram alterar os fusos horários para atenderem aos interesses de redes de televisão diante da exigência para cumprimento da classificação indicativa do Ministério da Justiça.

Se aprovados e sancionados os PLS nº 177/08 do Senador Delcídio Amaral e/ou o PLS 468/08 do Senador Arthur Virgílio reduzirão os fusos horários vigentes nos Estados de Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e novamente o do Estado do Acre. Essas áreas passariam a obedecer ao fuso horário de Brasília.

Se aprovados implica em dizer que os moradores das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil não merecem ser respeitados, tanto no que diz respeito à sua saúde como em relação à classificação indicativa de programas televisivos. A preocupação da comunidade científica baseia-se nas seguintes questões:

1. O Projeto de Lei ignora que o Planeta Terra é dividido em 360 meridianos, e que a cada 15 meridianos considera-se um fuso horário. Fazer com que cada hora corresponda a 45 meridianos é desconsiderar que o Brasil é um país de dimensões continentais. Países com características semelhantes (como os EUA, Canadá, Rússia e Austrália) possuem inclusive um número maior de fusos horários, e este nunca foi um problema para a integração interna destas nações, justificativa dos PLS.

2. Uma alteração desta natureza requer amplo debate com a comunidade científica, pois trará impactos significativos do ponto de vista biológico, social e econômico que, tudo indica, foram desconsiderados pelos parlamentares que apresentam e defendem a proposta. Mudança semelhante causou sérios prejuízos aos habitantes de Portugal, que foi obrigado a retornar ao seu fuso horário original, após tê-lo alterado em 1992 (quando de seu ingresso na União Europeia), como pode ser constatado em documentos do Observatório Astronômico de Lisboa.

A mudança que ocorreu no Acre com a aprovação da Lei (projeto de autoria do Senador Tião Viana, de nº 11.662 sancionada em 24 de abril de 2008) também já está se fazendo sentir. As escolas são obrigadas a iniciar mais tarde o primeiro turno implicando em menor número de horas aulas, aumento do consumo de energia, entre outras sequelas.

3. Os Projetos de Lei revelam desconhecimento sobre o imediato aumento no consumo de energia que será ocasionado pela mudança. Estes estados da federação, vale lembrar, não promovem o chamado 'horário de verão', já que estudos evidenciam que adiantar em uma hora o relógio nestas regiões não promoveria a economia de energia, mas sim aumentaria seu consumo. Cabe também lembrar que as emissoras de televisão não alteram sua programação nos estados onde não há horário de verão.

4. Os Projetos de Lei ignoram os prováveis impactos no metabolismo dos cidadãos e cidadãs dessas regiões, em especial nas crianças, com possíveis resultados negativos, como a perda de rendimento nas atividades escolares, como já se observa no Acre. Com a sanção da medida, parcela substancial destas populações terá suas primeiras atividades do dia ainda no escuro, com alterações biológicas que podem provocar sérios transtornos de saúde, ocasionando, por exemplo, o aumento no consumo de medicamentos estimulantes e relaxantes.

Os parlamentares devem ignorar o significado de Ritmo ou ciclo circadiano que designa o período de aproximadamente um dia (24 horas) sobre o qual se baseia todo o ciclo biológico do corpo humano de qualquer outro ser vivo, influenciado pela luz solar. O ritmo circadiano regula todos os ritmos mate-

riais, bem como muitos dos ritmos psicológicos do corpo humano, com influência sobre, por exemplo, a digestão ou o estado de vigília, passando pelo crescimento e pela renovação das células, assim como a subida ou descida da temperatura.

5. Não houve um processo de debate amplo e transparente acerca da proposta, fazendo com que os únicos legítimos interessados na possível mudança, os cidadãos e cidadãs das áreas atingidas, não tenham tido a possibilidade sequer de compreender os impactos da alteração no fuso horário e, conseqüentemente, de se manifestar a respeito. Corrobora esta percepção o fato de que constava na versão original do PL que alterou o fuso horário do Acre a proposta de realização de plebiscito popular para estimular o debate nestas regiões e permitir uma decisão soberana de seus habitantes em relação à alteração permanente do fuso horário. Tal proposta, entretanto, foi suprimida na última versão do projeto.

Pelo exposto, enfatizamos a necessidade de que os PLS sejam retirados de pauta e que sejam realizados estudos aprofundados sobre os resultados que esta alteração provocará na vida das comunidades atingidas.

Trata-se de afirmar que sem pesquisas científicas e um amplo debate público com as comunidades não é possível dimensionar o impacto da mudança, tornando, se aprovados e sancionados, os PLS de mudança de fuso horário, ato da mais profunda irresponsabilidade social, política e geográfica.

Considerando a grande importância das suas ações políticas no estado em que foste eleito comunicamos que estamos enviando esta referente Carta para a seção Local da Associação/AGB para que todos e todas possam acompanhar com Vossa Senhoria esta nossa luta.

Certos da responsabilidade de Vossa Senhoria com os cidadãos e cidadãs da Nação Brasileira, nós geógrafos e geógrafas contamos com Vossa sensibilidade política e humana."

Sobre a proposta apresentada pelo eminente Senador Arthur Virgílio, Sr. Presidente, S.Exa. já manifestou interesse em retirar o projeto de pauta para ampliar a discussão e, com certeza, atender aos interesses dos cidadãos e cidadãs amazonenses.

Na proposta que estamos apresentando, acolhemos esse manifesto da Associação de Geógrafos Brasileiros por melhor assimilar o pensamento da popula-

ção do Amazonas, sobretudo, da região amazônica mais atingida pela mudança no fuso horário.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 30 de agosto, domingo, foi celebrado no Brasil o Dia Nacional da Prevenção de Acidentes com Crianças.

A boa notícia que trago aqui às Sras. e aos Srs. Deputados Federais é que, felizmente, o número de mortes de crianças até 14 anos em função de todos os tipos de acidentes apresentou uma redução de 17% nos últimos 7 anos.

A péssima notícia, para mim especialmente, que tenho como principal compromisso parlamentar a conquista de ruas e estradas seguras e menos violentas, é que o trânsito continua a liderar o ranking da mortalidade infantil brasileira.

Portanto, apesar do registro positivo da redução dos índices, que merece comemoração, permanece ainda aceso o desafio da prevenção e da redução dos traumas e mortes infantis em nosso País, principalmente no trânsito.

Para que tenhamos uma ideia da gravidade dessa tragédia, a cada dia, no Brasil, morrem em média 6 crianças vítimas de doenças infecciosas e parasitárias, enquanto por conta da violência no trânsito, que é, sem dúvida, o principal “vilão”, morrem 14 crianças, respondendo por cerca de 40% das mortes anuais de meninos e meninas com menos de 15 anos.

Em números absolutos, representa uma média de 2.400 vítimas fatais por ano, ou, cerca de 7 por dia.

Desse universo triste e trágico, 48% eram pedestres, 24% ocupantes de veículos, 6% ciclistas e 22% foram identificadas como vítima de outros acidentes de transporte como o aéreo, o ferroviário e o aquaviário.

Vejam, Sras. e Srs. Parlamentares. Quase a metade de todas as mortes infantis no trânsito – os 48% de crianças pedestres – foram decorrentes de atropelamentos! Isto é, todos os dias adultos na direção de um veículo automotor atingem e matam mais de 2 crianças.

E não é só a mortalidade que assusta. Todos os anos os hospitais públicos brasileiros internam em média 18 mil crianças vítimas do descuido e da negligência sobre rodas.

Mais do que uma mera e inesperada fatalidade, a violência no trânsito precisa ser reconhecida e tratada como algo absolutamente previsível e, por isso mesmo, evitável.

Analisando-se as causas de tamanha tragédia que dizima parte de nossas esperanças e de um futu-

ro melhor que são as crianças, vemos invariavelmente uma combinação macabra de omissões e atitudes de risco que se inicia com o cidadão que muitas vezes negligencia a própria segurança e a de seus filhos, passa por uma expressiva parcela de motoristas que insistem em não respeitar as regras de circulação e chega até às autoridades que não dão a devida prioridade a medidas de proteção no trânsito como a construção de passeios e calçadas, a sinalização semafórica e o planejamento urbano voltado para a mobilidade segura do homem.

Estamos iniciando o mês de setembro. E a data de 30 de agosto, escolhida pela ONG Criança Segura como o dia para agir e pensar na prevenção de acidentes com crianças, não poderia ser mais oportuna.

Aliás, creio eu, foi intencional.

Porque no mês de setembro, exatamente entre os dias 18 e 25, o Código de Trânsito Brasileiro definiu como o período da Semana Nacional de Trânsito.

E neste ano de 2009, o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) definiu como tema A criança no trânsito, com o objetivo claro de sensibilizar mães, pais, educadores e sociedade em geral para a adoção de ações que promovam a segurança das crianças no trânsito.

A ONG Criança Segura, no documento que divulgou sobre o dia da prevenção de acidentes com crianças, faz um alerta: segundo estudos internacionais, 90% dos acidentes que ferem, mutilam e matam crianças em todo o mundo poderiam ser evitados. Principalmente os decorrentes da violência no trânsito.

Por esse motivo, todas as instituições brasileiras integrantes do Sistema Nacional de Trânsito – milhares de norte a sul do País – devem focar suas ações, mensagens e campanhas em medidas de prevenção, com a disseminação maciça e abrangente de informações que tratem da mudança de comportamentos de toda a sociedade, aí incluídos cidadãos, organizações sociais, iniciativa privada e o Poder Público.

O esforço desse expressivo contingente de servidores a serviço da qualidade e da segurança no trânsito deve ser cooperado, articulado e combinado para que seus efeitos sejam intensos e – queira Deus – permanentes e definitivos.

As mensagens objetivas e claras devem tratar da responsabilidade familiar na formação precoce nas crianças de uma consciência de cuidado e respeito no trânsito e exigir a aplicação das normas preventivas no transporte infantil coletivo e particular (acompanhada de rigorosa fiscalização), culminando com o insubstituível papel da escola na sedimentação da educação para o trânsito como um ato de cidadania responsável.

Para encerrar, valho-me de uma citação lapidar do grande Chico Xavier sobre a vida para definir o que a sociedade anseia e merece:

“Embora, no trânsito, ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo.... qualquer um pode recomeçar e fazer um novo fim”.

Muito obrigado.

ANEXO AO PRONUNCIAMENTO DO ORADOR:

Manifesto pela Proteção e Respeito à Criança no Trânsito

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente

As lesões não intencionais, popularmente conhecidas como acidentes, são notificadas em dados do Ministério da Saúde como a primeira causa de mortes de crianças e adolescentes entre 01 e 14 anos no Brasil. Para se ter dimensão do problema, a cada dia no Brasil, morrem em média, seis crianças nessa faixa etária, por doenças infecciosas e parasitárias, enquanto por acidentes são 14 vítimas fatais (BRASIL, 2005). A Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (BRASIL, 2001, p.4) enfatiza que os acidentes e as violências são responsáveis pelo maior número de anos potenciais de vidas perdidas (APVP).

Neste panorama o trânsito aparece como o principal “vilão”, sendo responsável por 40% do total de cerca de 6.000 mortes anuais de meninos e meninas com menos de 15 anos, por acidente. Em números absolutos representa uma média de 2.400 vítimas fatais por ano, ou, cerca de sete por dia. Dessas crianças mortas, 48% eram pedestres, 24% ocupantes de veículos, 6% ciclistas e 22% foram identificadas como vítima de outros acidentes de transporte. E não é só a mortalidade que assusta. Todos os anos os hospitais públicos brasileiros internam, por acidentes de trânsito, em média 18.000 crianças de até 14 anos que de acordo com o artigo 7º do Eca deveriam estar protegidas por políticas sociais públicas que permitam o seu desenvolvimento sadio e harmonioso em condições dignas de existência.

Mais do que fatalidades ou tragédias do destino, os acidentes de trânsito na infância precisam ser ana-

lisados como consequências de causas multifacetadas desde a ausência de calçadas e sinalização de trânsito, planejamento urbano voltado para a fluidez dos automóveis em detrimento da mobilidade humana, o não cumprimento de leis relacionadas à infância e ao trânsito, até a falta de cultura de prevenção da sociedade em geral. Também é essencial considerar as diferentes particularidades e os aspectos do desenvolvimento físico, motor, cognitivo e sensorial da criança que a torna mais suscetível aos acidentes, seja como pedestre, ciclista ou passageira de veículos.

Este ano o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) definiu como prioridade de trabalho a educação de trânsito. Ainda nesse caminho a Semana Nacional de Trânsito (SNT), de 18 a 25 de setembro, terá como tema “A criança no trânsito”. A escolha do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) parece ter o objetivo de sensibilizar mães, pais, educadores e sociedade em geral para a adoção de ações que promovam a segurança das crianças no trânsito.

As alarmantes estatísticas, a realidade caótica do trânsito brasileiro e a condizente temática da SNT, nos trazem a oportunidade de fazer um apelo pela segurança da criança no trânsito. Neste sentido, em consonância com a prioridade estabelecida pelo Contran queremos ressaltar a importância de se efetivar a educação de trânsito para educação infantil e ensino fundamental, além da formação dos educadores, conforme deliberado no art. 76 do Código de Trânsito Brasileiro.

Entretanto é essencial que a Educação de Trânsito tenha caráter permanente e interdisciplinar como descrito na Política Nacional de Trânsito. Esta deve ser um processo de aprendizagem contínua para diferentes faixas etárias, focando no ser humano para mudança de valores – comportamentos e atitudes – a partir da percepção da realidade. O aprendizado da prevenção de acidentes não pode estar dissociado do trânsito que a criança vivencia.

Desta forma, se focarmos apenas no caminho percorrido até a escola já teremos um cenário representativo a que a criança está exposta, seja como passageira de veículo particular, em transporte escolar e público, seja como pedestre. O que dizer dos milhares de estudantes que precisam caminhar, tanto nas áreas rurais e ribeirinhas quanto nas urbanas, vencendo longas distâncias sem sinalização, nem calçadas e até atravessando estradas sem acostamento e rios sem ponte, entre outros perigos. De acordo com pesquisa da Universidade de Brasília^[3], 94% das cidades nordestinas não possuem regulamentação do transporte escolar e em 36% o transporte de estudante é feito

em veículos inadequados, a exemplo de carro de boi e pau-de-arara.

Além do negligenciamento do Estado em não cumprir a lei de prover transporte adequado aos escolares^[4], vemos outros exemplos corriqueiros de desrespeito à criança, mesmo nas situações em que oferecer maior proteção seja opcional ou mudança de atitude. É o caso dos pequenos que se dirigem à escola no carro dos pais, entre os bancos ou no colo, sem nenhum sistema de retenção. Outra realidade é quando na escolha do transporte escolar do filho, algumas famílias optam pelo serviço mais barato, que nem sempre corresponde ao mais seguro. Vale lembrar também os inúmeros casos de crianças e adolescentes que já pilotam motocicletas para ir as escolas ou se submetem as condições inseguras das moto-táxis.

Diante deste assustador e inaceitável cenário de trânsito no qual está inserida a infância brasileira, as organizações da sociedade civil aqui representadas, vêm por meio deste Manifesto exigir a efetivação da educação de trânsito no currículo escolar e das leis referentes à segurança no trânsito para garantir que cada criança desse país possa chegar à escola, creche ou área de lazer de forma digna e segura, fazendo valer o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Trânsito Brasileiro.

Desta forma propomos:

Efetivação da Educação de Trânsito como previsto nos artigos 74 e 76 do Código de Trânsito Brasileiro, de forma constante e não pontual, em todos os níveis de ensino, inclusive na formação de multiplicadores, magistérios e de professores. É essencial que esta inserção no currículo escolar seja construída em conjunto com os educandos e educadores, vinculando-a aos valores humanos, de cidadania e aos aspectos do desenvolvimento emocional e psicológico da criança e da sua realidade socioambiental.

Garantia da destinação dos recursos estabelecidos por lei para a segurança no trânsito e educação de trânsito e programas de prevenção de acidentes: percentual de 10% dos valores arrecadados pelo DPVAT – prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – para aplicação exclusiva em programas de prevenção de acidentes, conforme determina os artigos 78 e 320 do Código de Trânsito Brasileiro; FUNSET (Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito) e os 95% da arrecadação dos municípios com multas.

Lutar para que todos os estudantes brasileiros de acordo com sua realidade socioambiental possam chegar à escola de forma digna e em consonância com as suas características de ser humano em desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. O caminho

até o aprendizado deve ter calçadas sem obstáculos (que obrigam o pedestre a ir para o meio do tráfego), rampas de acessibilidade, passagens sinalizadas, ciclovias, entre outras condições mínimas de dignidade e segurança.

Rigor dos órgãos de trânsito oficiais na regulamentação e fiscalização do transporte escolar para atender os requisitos dos artigos 136 a 139 do CTB que estabelecem as características para este fim dos veículos e dos condutores. Vale ressaltar que este rigor também deve partir das escolas e das famílias ao escolherem o transporte para os filhos e no cotidiano exigindo o atendimento às regras de segurança, a exemplo do uso do cinto de segurança para todos os passageiros.

Exigir que nenhum estudante seja transportado em carro de boi, pau de arara, trator ou qualquer veículo que não esteja de acordo com os requisitos estabelecidos no CTB. Esta exigência passa pelo incremento nos programas do Governo Federal voltados à condução de escolares em áreas rurais, o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate). Ainda neste sentido, o direito do estudante toma como base ao art. 208, inciso VII da Constituição Brasileira que determina: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Efetivação da Resolução 277/08 do Contran que regulamenta o transporte de crianças de até dez anos de idade em veículos. Segundo a norma, publicada em 09 de junho deste ano, crianças de até sete anos e meio deverão ser transportadas obrigatoriamente no banco traseiro, em dispositivos de retenção – bebê conforto, cadeirinha e assentos de segurança –, acima dessa idade deverão utilizar o cinto de segurança do veículo. Segundo a Resolução do Contran, a fiscalização do uso obrigatório será iniciada, apenas, em 09 de junho de 2010. Que este prazo seja reduzido e utilizado pelos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito na construção de medidas para que esta regulamentação se concretize.

Fiscalização rigorosa por parte do INMETRO na comercialização de dispositivos de retenção utilizados para transportar crianças em veículos – bebê conforto, cadeirinhas e assentos de segurança, baseada na Portaria do INMETRO nº 38, de 29 de janeiro de 2007. De acordo com esta legislação, a partir de 30 de setembro de 2008 só deverão ser comercializados equipamentos certificados segundo o Regulamento de Avaliação de Conformidade.

Gostaríamos de salientar a importância do engajamento e compromisso de todos e todas que atuam na defesa da infância e adolescência no país – pais, empresas, organizações da sociedade civil, mídia, governantes, Ministério Público, movimentos sociais, entre outros – para que os acidentes de trânsito possam ser enxergados em sua magnitude, e sua prevenção incluída entre as prioridades de políticas públicas como um dos pilares para um desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes do Brasil.

Setembro, 2008

Assinaturas:

Pessoa Jurídica

1. Academia Paulista de Psicologia
2. Aliança Interage
3. Aracati – Agência de Mobilização Social
4. Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD)
5. Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – Pro Teste
6. Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP)
7. Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET)
8. Associação Brasileira de Motociclistas (ABRAM)
9. Associação Brasileira de Orientadores Profissionais (ABOP)
10. Associação Brasileira de Pedestres (ABRASPE)
11. Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP)
12. Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)
13. Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPP)
14. Associação Brasileira de Rorschach (ASBRo)
15. Associação Médica Brasileira (AMB)
16. Associação de Moradores do Pina, Boa Viagem e Setúbal (APBS)
17. Associação de Psicologia Social do Vale do Itajaí (APSOVALE)
18. Associação de Profissionais de Psicologia e Medicina de Trânsito de Minas Gerais (APSIMT – MG)
19. Associação de Vítimas de Trânsito (AVITRAN)
20. Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes (ANPET)
21. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP)
22. Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP)
23. Associação Patrulha Ecológica de Pernambuco
24. Associação Paulista de Medicina (APM)
25. Associação Preventiva de Acidentes e Assistência às Vítimas de Trânsito (APATRU)
26. Associação Vitoriana de Ensino Superior
27. Casa de Passagem – Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente
28. Centro das Mulheres do Cabo
29. Centro de Articulação Retome Sua Vida
30. Centro de Formação de Condutores Fama
31. Centro de Formação de Condutores Via Brasil
32. Centro de Psicologia Aplicada ao Trânsito (CEPAT)
33. Centro Integrado de Psicologia (PSICOTRAN)
34. Confederação Brasileira de Motociclismo
35. Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais (CEAS-MG)
36. Conselho Federal de Psicologia (CFP)
37. Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Olinda (COMDACO)
38. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)
39. Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região (CRP-04)
40. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (CRP-06)
41. Conselho Regional de Psicologia do RS da 7ª Região (CRP-07)
42. Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região (CRP-10)
43. Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região (CRP-14)
44. Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região (CRP-16)
45. Conselho Regional de Psicologia da 17ª Região (CRP-17)
46. Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia (CONEP)
47. CRIANÇA SEGURA Safe Kids Brasil
48. Diaconia
49. Escola de Educação Infantil João e Maria
50. Escola Municipal Lidia Usuy Ohi – PR
51. Escola Vitória-Régia Jardim Waldorf
52. Espaço Colorê
53. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA)
54. Federação Nacional das Associações de DETRAN (FENASDETRAN)
55. Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI)
56. Fórum Nacional de Participação Popular
57. Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA
58. Fundação Abrinq
59. Fundação Thiago de Moraes Gonzaga – Vida Urgente
60. Global Conn Internet for Business

61. Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP)
62. Instituto Brasileiro de Estudos do Trânsito (IBETRAN)
63. Instituto de Certificação e Estudo de Trânsito e Transporte (ICETTRAN)
64. Instituto Educacional Magna Vita
65. Instituto de Seguridad y Educacion Vial (ISEV)
66. Instituto Rodrigo Marcheschi
67. Instituto São Cristóvão
68. Instituto zeroAseis
69. Jornal Diário do Grande ABC
70. Kanguruh Uberlândia
71. Mecânica Online
72. Movimento Nacional Pela Democratização do Trânsito (MNDT)
73. Movimento Nacional Pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT)
74. Movimento Nossa São Paulo: outra cidade
75. Nova Visão – Colégio Olimpus – PR
76. Ong Rodas da Paz
77. Ong Rua Viva – Instituto de Mobilidade Sustentável
78. Ong TRANSITOAMIGO
79. Ong Trânsito e Cidadania
80. Organização Social Amor e Vida (SAVI)
81. Pastoral da Criança
82. Plan Brasil
83. Programa de Ensino e Pesquisa sobre Acidentes e Violências da Universidade de Pernambuco
84. Projeto Legal
85. Recife Voluntário
86. Reis e Reis Auditores Associados
87. SAMU 192 – Regional Jales-SP
88. Sindicato dos Instrutores de Trânsito do Estado de Pernambuco (SITRAN)
89. Sociedade Alagoana de Pediatria
90. Sociedade Brasileira de Pediatria
91. Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura,
92. Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH)
93. Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT)
94. Sociedade Mineira de Pediatria
95. Sociedade de Pediatria de Pernambuco
96. Sociedade de Pediatria de São Paulo – (SPSP)
97. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB/MS)
98. Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
99. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
100. Univix – Faculdade Brasileira
101. Vitoria Jardim Waldorf

O SR. VINICIUS CARVALHO (PTdoB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da TV Câmara e ouvintes da Rádio Câmara, na condição de Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, aproveito esta oportunidade para esclarecer dúvidas frequentes na relação de consumo.

Uma dessas dúvidas diz respeito à cobrança do envio ou emissão de boletos bancários. Na verdade, muitas pessoas pagam sem buscar informação, mesmo porque, quando se dão conta, a fatura já está vencendo, e não há mais tempo hábil para contestar.

Pois bem. No Congresso Nacional, há vários projetos de lei visando proibir a cobrança do envio ou emissão de boleto bancário. Porém, no nosso entendimento, essa cobrança já é ilegal, uma vez que esses custos são inerentes à atividade do fornecedor.

A responsabilidade pelo seu pagamento é estabelecida em contrato celebrado entre o fornecedor e a instituição financeira e não pode ser repassada de forma alguma como obrigação ao consumidor, mesmo que haja previsão contratual. Detalhe: ainda que exista, esta será nula de pleno direito.

Essa prática, portanto, é abusiva e ilegal, de acordo com o art. 39, inciso V, e art. 51, inciso IV, do Código de Defesa do Consumidor, que tratam, justamente da prática lesiva de se exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

Por fim, nobres colegas, quero dizer que estou sempre pronto a orientar e ajudar o consumidor a, respaldado na lei, fazer valer os seus direitos e, assim, construir uma sociedade mais justa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. FÁBIO SOUTO (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta é a segunda vez em poucas semanas que subo nesta tribuna para defender o agricultor brasileiro e ressaltar a necessidade de uma política de renda para o setor agropecuário. É com muito pesar, Sras. e Srs. Deputados, que olho para os números do endividamento agrícola sem perspectivas de solução imediata. Apesar de ser o responsável pela geração de 30% dos empregos do Brasil e por 30% do Produto Interno Bruto e ser o garantidor de grande parte do saldo positivo da balança comercial, o agronegócio, muitas vezes, é tratado com desdém e os motivos da inadimplência dos produtores são colocados sob suspeita.

Como Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, quero ressaltar que as dívidas do setor rural se acumulam porque até hoje o Governo Federal não criou uma política ampla e abrangente de renegociação dos débitos. Desde 1995, ou seja, quase 15

anos, os agricultores brasileiros são obrigados a recorrer ao Governo para tentar tirar a corda do pescoço, mas não conseguem. Ou por causa dos juros altos, ou por que as negociações não abrangem todos os que necessitam, ou pelo prazo ser curto, ou por que, na maioria das vezes, os anos passam e o produtor não consegue acumular renda e não tem condições de pagar o que foi acordado.

No ano passado, tivemos mais uma tentativa frustrada de renegociação. A Medida Provisória 432/08, transformada na Lei 11.775/08, não foi eficiente e deixou mais uma vez na mão todos os agricultores, do micro ao grande produtor, embora durante a votação da proposta a bancada ruralista tenha tentado agregar ao texto as condições necessárias para a resolução do problema. O Governo Federal, infelizmente, vetou medidas importantes, e a situação ficou desfavorável novamente.

Chegamos a um patamar em que não podemos mais esperar. O endividamento rural não é apenas do grande produtor. Esse empecilho afeta o pequeno agricultor, o agricultor familiar, as cooperativas, os assentados, enfim, todos os níveis da atividade agrícola. É hora de sentar e ouvir a demanda do campo. A demanda do setor que contribui para o desenvolvimento do País sobremaneira, que ajudou ao Brasil a alcançar a estabilidade econômica da qual cada cidadão goza. O setor que, no entanto, é encarado como vilão do meio ambiente e caloteiro pelos constantes pedidos de renegociação das dívidas.

O Brasil precisa entender as dificuldades vividas diuturnamente por esses trabalhadores. São pessoas que convivem com a desconfiança dos bancos, que receiam qualquer tipo de empréstimo dos produtores, com os problemas climáticos – ora chuva demais, ora chuva de menos –, com a queda nos preços dos produtos e o aumento dos custos de produção, entre tantos outros obstáculos. É a atividade mais vulnerável da economia brasileira, a que tem menos garantia e a que mais obtém bons resultados.

As dívidas subiram e somam hoje o total de R\$130 bilhões. O aumento se deve às condições estabelecidas nas renegociações, que prejudicaram o agricultor. O setor agropecuário não está agindo de má-fé ao não conseguir cumprir os compromissos firmados, nem está mendigando uma situação que não merece. A agricultura sustenta boa parte das famílias brasileiras, além de movimentar grande volume de dinheiro e enriquecer o País, sem citar a essencial relevância na principal necessidade do homem: comer.

É necessário que se crie uma política que não apenas dê as linhas necessárias para que o agricultor consiga sanear os débitos definitivamente, mas garanta renda e segurança para a atividade. Só assim

o agronegócio brasileiro vai prosperar de verdade. A partir da implementação de uma medida que respeite o agricultor e o ajude a sanear as dívidas, o trabalho no campo será facilitado e, dessa forma, as expectativas de melhorias crescem. E quem tem a ganhar com tudo isso é a população brasileira, que contará com uma agricultura ainda mais forte e incentivada, podendo assim produzir mais, gerar mais riquezas, garantir produtos a preços mais baixos e de maior qualidade ao consumidor.

É com o objetivo de alertar a sociedade brasileira e, principalmente, o Governo deste País que faço essas colocações. O setor agrícola reivindica atenção e respeito. Tudo isso pode ser demonstrado com a ponderação de todas as posições dos produtores e a elaboração de uma medida eficaz e definitiva para a solução dessa barreira.

Muito obrigado.

A SRA. SOLANGE ALMEIDA (Bloco/PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está para ser votado no Plenário desta Casa o PLP nº 92, de 2007, que estabelece que o Poder Público poderá instituir fundação estatal, sem fins lucrativos, nas áreas de atuação que especifica, entre elas saúde, compreendendo-se aí também hospitais universitários, assistência social, cultura, desporto, ciência e tecnologia, meio ambiente, previdência complementar do servidor público, de que trata o art. 40, §§ 14 e 15 da Constituição, comunicação social e promoção do turismo nacional.

Há duas semanas, realizou-se, no plenário da Comissão de Seguridade Social e Família, desta Casa, audiência pública requerida por mim para que pudéssemos ter a oportunidade de discutir o tema, controverso por envolver interesses tão diversos, e que parecia ser desejo de alguns que o PLP fosse a plenário de maneira açodada e sem a devida discussão que interessa não só aos servidores públicos como também a todos os brasileiros.

A ideia da proposição do PLP nº 92, de 2007, surgiu a partir das conclusões do relatório de um grupo de trabalho criado pela Portaria Interministerial nº 1.643, de 3 de outubro de 2006, com a finalidade de modificar o art. 37 da Constituição Federal para permitir que fundações sem fins lucrativos desempenhem atividades estatais que não sejam exclusivas do Estado. O argumento utilizado pelo Poder Executivo é de que a entrada em vigor desse PLP irá constituir um marco na modernização e reforma da gestão pública. Seu principal objetivo, segundo seus defensores, é gerar, dentro do Estado, alternativa institucional adequada à prestação de serviços públicos diretos à sociedade e suas ideias reforçam a tese da inadequação do uso

do regime administrativo da administração direta e autárquica em áreas de prestação direta de serviços sociais pelo Poder Público. Segundo eles, o modelo ideal é o da Fundação Pública de Direito Privado. A Secretária-Executiva do Ministério da Saúde, Dra. Márcia Bassit, alegou, durante a audiência pública, que a criação dessas fundações iria acabar com a burocracia, melhoraria os salários, criaria metas a serem atingidas pelos novos contratados e citou como exemplo de eficiência do novo modelo o conserto de aparelhos médicos fundamentais, com agilidade quase que imediata, como, se a partir de então, as licitações fossem absolutamente dispensáveis. Gostaria de deixar claro que somos totalmente contrários à tese apregoada por alguns defensores do PLP nº 92 de que os servidores concursados “fingem que trabalham e o Governo finge que paga”. Refuto peremptoriamente tal afirmação, pois conheço cada hospital de meu Estado e não admito tomar a exceção por regra. Conheço servidores abnegados que dão tudo de si pelo paciente e só não fazem mais por falta de condições de trabalho, pois faltam medicamentos e materiais básicos para o atendimento adequado. Não é a criação de um novo modelo que irá modificar a atual situação, e sim a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que melhora o financiamento da saúde, valoriza o servidor concursado, realiza novos concursos para preenchimento de vagas, substitui diretores indicados por diretores competentes e, sobretudo, conta com a colaboração do Ministério do Planejamento para que libere os recursos no começo do ano e, dessa maneira, facilite o planejamento dos bons gestores.

Fico extremamente preocupada quando o Ministério da Saúde vai contra a posição dos entes sociais, como o Conselho Nacional de Saúde, que manifestou, em carta aberta, total descontentamento com a proposição, afirmando que a mesma configura um golpe final na desconstrução teórica, prática e política do SUS, além de ser inconstitucional. Também a 13ª Conferência Nacional de Saúde deliberou contrariamente ao projeto. Já o Conselho Federal de Serviço Social considera a proposta totalmente equivocada e alerta que as fundações de direito privado irão restabelecer um modelo de atenção à saúde médico-assistencial de caráter curativo, discriminatório, subordinado à lógica mercantilista e que privilegia a lógica do mercado em detrimento ao interesse público.

Sras. e Srs. Parlamentares, em vez de soluções mágicas, como a proposta pelo PLP nº 92, de 2007, vamos unir forças para regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 e, dessa forma, melhorar a saúde em nosso País. Emenda Constitucional nº 29 já!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PAULO ROCHA (PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está na pauta da opinião pública de Belém um assunto muito sério: a tentativa do Poder Público municipal de privatizar o serviço de saneamento. Essa questão não é simples, pois relativa a um bem essencial à vida. Abastecimento de água e esgotamento sanitário estão diretamente relacionados à saúde da população. E cada real aplicado em saneamento significa de 2 a 3 economizados na saúde.

Hoje, no mundo, cerca de 1,1 bilhão de pessoas não têm acesso à água potável. Cerca de 10% desses excluídos se encontram na Bacia Amazônica, ironicamente, uma das maiores fontes de água doce do planeta. Se a distribuição da água ainda não é universalizada, a solução não é a privatização. Mostra-nos a história que repassar o serviço à iniciativa privada não garante a melhora do serviço, mas sempre importa aumento de tarifa.

A privatização vai de encontro à proposta dos Governos Federal e Estadual de valorizar a manutenção, sob o controle do Poder Público, de serviços essenciais à população, como é o caso da água. E os mais atingidos pela privatização do saneamento são os mais carentes, aqueles que têm pouco ou nenhum espaço para reivindicar.

É certo que a Companhia de Saneamento do Pará precisa melhorar. Mas, com a privatização, o risco é piorar. Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, o Governo Federal está investindo mais de R\$700 milhões para melhoria e ampliação do abastecimento de água e saneamento no Pará até 2010.

Também o Governo do Estado está investindo no setor. Está prevista para dezembro deste ano a inauguração das obras de duplicação da captação de água em Belém, que hoje é de 3,2 metros cúbicos por segundo. Explico isso, para dizer que não há motivo para privatizar o saneamento de Belém.

Além de danosa à população, a privatização da água de Belém tem problemas legais. Súmula do Supremo Tribunal Federal diz que se a captação de água feita em uma cidade abastecer outras da região metropolitana, a titularidade do serviço não pertence ao Município, mas ao Estado. Esse é o caso de Belém, que capta água e abastece mais Ananindeua e Marituba, ambas na Região Metropolitana de Belém.

Baseado nesse dispositivo legal e na quebra de entendimento firmado entre Estado e Município, desde 2007, para gestão associada a partir de convênio de cooperação federativa, a Procuradoria-Geral do Estado ajuizou, na manhã do dia 24 de agosto próximo passado, no Fórum Cível, ação civil pública contra o

Município de Belém, no sentido de impedir que a Prefeitura privatize tais serviços. A ação foi distribuída para da 1ª Vara de Fazenda da Capital.

O Ministério Público do Estado do Pará está acompanhando as discussões e os debates realizados nos Legislativos municipal e estadual, para ingressar com ação na defesa do interesse da população, garantindo acesso a esse serviço público.

Os Governos Lula e Ana Júlia reafirmam o compromisso de investir na democratização do acesso e na qualidade do serviço em todo o Pará e vão continuar investindo para que a população, sobretudo a de baixa renda, tenha rede de esgoto e água tratada, pois isso significa saúde e desenvolvimento humano.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC – MG. Pro-nuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de acordo com cálculos recentemente divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 503 mil pessoas deixaram a condição de pobreza nas 6 principais regiões metropolitanas do País, apesar dos efeitos nocivos da crise mundial iniciada há um ano. O levantamento do IPEA, que abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, comparou o número de pobres existentes no Brasil antes e durante a crise financeira internacional.

Esse estudo, intitulado Desigualdade e Pobreza no Brasil Metropolitano Durante a Crise Internacional: Primeiros Resultados, mostra, a exemplo de outros tantos trabalhos, a redução do número pessoas que vivem em condições de pobreza no Brasil. De 2002 para cá, temos 4 milhões de pessoas a menos vivendo em condições de pobreza, no conjunto das 6 principais regiões metropolitanas brasileiras.

A rigor, o que representam, na prática, esses números? O fato de 503 mil pessoas terem saído da condição de pobreza – cuja renda familiar per capita é de meio salário mínimo – significa exatamente o quê? Como essas pessoas se encontram agora? Será que essa melhora foi suficiente? Saíram da condição de pobreza; passaram, então, a que condição? Com certeza, passaram, sim, da extrema pobreza para uma nova situação de menos pobreza.

A diretora para América Latina e Caribe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Rebeca **Grynspan**, observa que a crise econômica mundial trará de volta um dos velhos problemas da região: o aumento da pobreza. A pobreza, em média, vai subir.

Diante da evidência dos efeitos sociais da crise para a América Latina, cabe ao Brasil, então, fortale-

cer os benefícios de suas políticas de transferência de renda e buscar a inclusão de mais pessoas vulneráveis à crise.

Não se pode deixar de reconhecer a importância das políticas nacionais destinadas a proteger a base da pirâmide social, os segmentos mais carentes da população brasileira. Sem dúvida, a elevação do salário mínimo e a ampliação do Programa Bolsa Família concorreram para impedir o aumento da pobreza no Brasil, diferentemente do que ocorreu em outros períodos de crise.

E o Governo Lula tem méritos por isso. De fato, os efeitos dessa crise foram menores em comparação a outros países em desenvolvimento e países mais desenvolvidos principalmente em razão das condições macroeconômicas e das políticas sociais, possibilitando o fortalecimento do mercado interno e dando condições para a retomada do crescimento.

No entanto, é mister indagar se o esforço empreendido até o momento foi suficiente para atender às principais necessidades da enorme população de carentes que existe em todo o território nacional, ou, ainda, se os resultados alcançados até o momento são correspondentes à capacidade de uma das 10 mais fortes economias mundiais. Evidentemente, é necessário – e é possível – fazer muito mais em benefício dos milhões de pobres e miseráveis que continuam sendo vítimas de condições extremamente desfavoráveis no Brasil atual.

Não se pode perder de vista as graves situações decorrentes da falta de recursos no interior do País, os índices ainda alarmantes de mortalidade materno-infantil, a inexistência de saneamento básico em diversas localidades, a enorme quantidade de doenças que poderiam ser evitadas, o número ainda elevado de analfabetos.

É preciso, sim, continuar apoiando o aumento real do valor do salário mínimo, a rede de garantia de renda aos pobres e todas as demais medidas capazes de contribuir, decisivamente, para diminuir a pobreza no Brasil. Trata-se, portanto, de intensificar o papel do Estado e das políticas sociais, assegurando direitos e oportunidades efetivas ao conjunto da sociedade, promovendo a desejada inclusão de todos que estão atualmente excluídos e determinando o rompimento, em definitivo, do círculo vicioso que, infelizmente, tem feito a pobreza passar de uma geração a outra no Brasil.

A realidade de pobreza e todas as suas graves consequências ainda atingem a imensa maioria da população brasileira, a justificar a prioridade e urgência na atenção aos mais necessitados, bem como a ênfase que se deve, permanentemente, conferir à luta

por justiça social e cidadania e a valores como ética, democracia e direitos humanos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. EUGÊNIO RABELO (PP – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana, a praia de Canoa Quebrada, no Município cearense de Aracati, está sediando o 5º Festival Latino-Americano de Curta Metragem, com patrocínio do Ministério do Turismo, do Banco do Nordeste e da SEBRAE e apoio institucional do Governo do Estado do Ceará.

A empresa J.A. Lima Produções e a Associação dos Empreendedores de Canoa Quebrada são os responsáveis diretos pela promoção do evento. Para se ter uma ideia da importância desse festival de cinema, basta lembrar que Canoa Quebrada é uma das mais belas praias do litoral cearense, dispondo de um polo de lazer dos mais movimentados, pois se trata de destino turístico internacional, mundialmente conhecido e apreciado.

Faço o registro para assinalar que esse evento envolve participação local e nacional, além de ter abrangência latino-americana, o que lhe empresta maior densidade turística e cultural, ampliando de forma expressiva as perspectivas de desenvolvimento e de atração externa dessa belíssima praia cearense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/PSB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o lançamento oficial, pelo Presidente Lula, do marco regulatório para a exploração das reservas de petróleo na camada pré-sal assume significado ímpar para o futuro do País e para a nossa história, considerando-se os muitos aspectos econômicos e também de natureza política envolvidos em tal iniciativa.

Definitivamente, o Brasil ganha afirmação, perante a comunidade internacional, como nação provida de recursos e de capacidade para se desenvolver fortemente nas próximas décadas e assegurar futuro promissor às novas gerações de brasileiros.

É, de fato, um considerável ganho de caráter econômico, que coloca nosso País em condições absolutamente favoráveis na competição externa, bem como para realizar os investimentos necessários à melhoria da infraestrutura e ampliar as aplicações em programas sociais.

Esse ponto certamente corresponde ao sentido mais importante de todo o processo que ora se inicia, com o encaminhamento a esta Casa das proposições legislativas referentes à matéria. Isso porque somente são justificáveis as esperanças e a euforia diante de

tamanho potencial de riquezas, como está a oferecer a camada pré-sal, se efetivamente o produto de sua exploração reverter-se em benefícios à Nação, vale dizer, em benefício de todo o povo brasileiro.

A proposta do Governo do Presidente Lula seguramente vai nessa direção ao propor que o marco regulatório da camada pré-sal fique sob absoluto controle da esfera pública, mediante a atuação da PETROBRAS, a maior empresa brasileira e comprovadamente reconhecida entre as organizações mais competentes do mundo inteiro.

Trata-se de decisão fundamental, que reafirma a posição de assegurar aos brasileiros nossas riquezas, ao contrário do que aqui se verificou historicamente, desde os tempos de sua colonização e, inclusive, ao longo dos diferentes períodos da República, quando nossas reservas serviam tão-somente para financiar o desenvolvimento de outros países.

Agora, Sr. Presidente, o povo brasileiro adquire a condição de verdadeiro partícipe do que aqui é produzido graças à instituição de políticas públicas que lhe asseguram direitos, conforme são exemplos marcantes os programas sociais, sobretudo o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, este último destinado à construção de habitações para a população de baixa renda, assim também os investimentos em educação, saúde e saneamento básico.

O Projeto de Lei nº 5.940, de 2009, ora encaminhado entre os que definem o marco do pré-sal, institui o Fundo Social – FS, “com a finalidade de constituir fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental”.

Entre seus objetivos inclui-se “mitigar as flutuações de renda e de preços na economia nacional, decorrentes das variações na renda gerada pelas atividades de produção e exploração de petróleo e de outros recursos não renováveis”.

Constituem fontes de recursos à formação do Fundo Social, dentre outras receitas, parcela dos royalties que cabe à União, deduzidas aquelas destinadas aos seus órgãos específicos, conforme estabelecido nos contratos de partilha de produção, e a receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei.

Verifica-se, portanto, o real objetivo de se dotar o País das melhores condições para realizar maciços investimentos, destinados a combater a miséria e a reduzir as profundas desigualdades sociais decorrentes de históricas injustiças perpetradas contra a maioria do

povo brasileiro, particularmente contra as populações do Norte e do Nordeste.

Esta Casa e o Senado Federal estão com a responsabilidade de aprovar os projetos de lei que consubstanciam todo o processo de implantação do pré-sal, abrindo verdadeiramente uma nova era para o Brasil e os brasileiros. É o momento de todos pensarem no futuro do País, colocando tal questão acima das disputas político-eleitorais e do pleito de 2010.

Aqueles que insistirem em posições contrárias aos avanços e conquistas oriundos do novo marco regulatório para o petróleo, procurando inviabilizar sua aprovação, terão que prestar contas à Nação, que espera de todos os seus representantes atitudes políticas responsáveis, sérias e compatíveis com os interesses nacionais, efetivamente bem definidos e claros nas propostas formalmente apresentadas pelo Governo do Presidente Lula.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. RENATO AMARY (PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para homenagear, pelos 72 anos, a cidade de Boituva, a serem completados no dia 6 de setembro.

A cidade já nasceu como um lugar que acolheu pessoas das mais diversas etnias. São índios, negros, italianos, austríacos, portugueses, sírios libaneses, alemães e tantos outros que plantaram no solo do Município seus sonhos de uma vida melhor.

Boituva sempre foi uma cidade privilegiada pela qualidade de vida e também pelo destaque no agonegocio. Não por acaso, desponta no 16º lugar como um dos melhores Municípios para se viver no Brasil e no Estado de São Paulo.

Deixo minha homenagem à Prefeita Assunta Maria Labronici Gomes e a todos os moradores da cidade.

Pela atenção, muito obrigado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois de muito tempo, alguns anos de tratativas com avanços e retrocessos, finalmente, o Governo Federal reconhece a razoabilidade e a justiça de propiciar aos respectivos membros do quadro de taifeiros da Aeronáutica o acesso às graduações superiores, até a graduação de suboficial, graduação máxima prevista na referida lei.

Quero parabenizar, primeiro, a Comissão Nacional dos Taifeiros Inativos da Aeronáutica – CONTIA, pelo trabalho incansável de seus integrantes, especialmente de seus líderes Francisco Antonio de Souza e Osvaldo Gonçalves da Silva. Não fosse a CONTIA e seu trabalho

de convencimento das autoridades do Poder Executivo e do Legislativo não se teria chegado a esse ponto. Cabe também elogiar o empenho do comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, que não mediu esforços para viabilizar os estudos jurídicos e financeiros que deram condições ao Governo de enviar o projeto.

Entendo, Sr. Presidente, que a matéria já passou por muitas análises técnicas, legislativas e políticas, inclusive nesta Casa, lembrando que outro projeto de lei sobre o tema tramitou nesta Casa e posteriormente retirado pelo Executivo. Passaram-se mais de 2 anos até que a matéria finalmente retornasse a esta Casa. Os taifeiros aguardam uma solução, portanto, faz muito tempo. Além disso, a demora tem trazido prejuízo para a União também, já que dezenas de decisões judiciais têm favorecido os taifeiros em valores superiores ao previsto no projeto enviado agora pelo Governo. Assim, peço apoio aos nobres pares para requerimento de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 5.919, de 2009.

É uma medida de justiça com os taifeiros e de economicidade para a União.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente. Tenho acompanhado a insistência da oposição ao Governo na estratégia de manter a Ministra Dilma Rousseff sob ataque ininterrupto, desde que ficou claro que paira sobre ela a preferência do Presidente Lula para a sucessão presidencial em 2010.

Já perdi a conta de quantos foram os episódios fabricados para tentar colocar a Ministra em situação defensiva, sendo chamada a dar explicações em assuntos visivelmente manipulados. Quero me ater apenas a esse último, no qual Parlamentares e jornalistas fizeram um verdadeiro carnaval com o objetivo de colar na Ministra a acusação de tráfico de influência em favor da família Sarney. Primeiro, é muito curioso que alguém que até dias atrás exercia função de mais alta confiança, de um dia para o outro, assim que deixa o cargo, passe a tentar atingir a imagem de um ex-superior hierárquico. Refiro-me, especificamente, à ex-Secretária da Receita Federal Lina Vieira, recentemente exonerada do cargo depois de ocupar a função por aproximadamente 1 ano. No período em que esteve no cargo, não se tem notícia de que a ex-Secretária tenha feito qualquer queixa pública, ou mesmo cogitado deixar a função em face de alguma eventual pressão política ou desconforto a que tenha sido submetida. Mais do que isso: inexistiu qualquer notícia, indício ou sequer boato, de que a ex-Secretário cogitava deixar o cargo. Sou obrigado a crer, portanto, que ela estava satisfeita na função e lá estaria até hoje e talvez por muito tempo, se o Governo não tivesse decidido

substituí-la por um nome não menos gabaritado que é o Dr. Otacílio Cartaxo.

Sobre isso, foi muito esclarecedora a entrevista do ex-Secretário da Receita Federal Everardo Maciel, que comandou o órgão durante o Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995/2002). Segundo ele, a polêmica em torno dos grandes arrecadadores não passa de uma cortina de fumaça para desviar o foco dos maus resultados que provocaram a demissão de Lina por ineficiência.

Disse o ex-Leão de FHC: “É um factóide. Na gestão de Lina ocorreu justamente o contrário: a arrecadação sobre os grandes contribuintes caiu. Essa discussão é uma cortina de fumaça para desviar o foco da ineficiência de gestão. Segundo ex-secretário, as ditas sobre o caso das ditas manobras contábeis da Petrobras é rigorosamente uma farsa, pois, estatal no seu entender tem absoluto direito de escolher o regime de caixa ou de competência para variações cambiais, por sua própria natureza imprevisível, em qualquer época do ano. É bom lembrar que a opção pelo regime de caixa ou de competência não repercute sobre o valor do imposto a pagar, mas, sim, a data do pagamento. Ou seja, são questões técnicas, para especialistas”.

Ainda segundo o Secretário, para tentar explicar por que a arrecadação estava caindo, num primeiro momento se utilizou o factóide PETROBRAS. No segundo momento, buscou-se explicações imprecisas sobre eventuais pressões de grandes contribuintes ou políticos influentes.

Sobre a história do virtual diálogo que teria ocorrido entre a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e a Secretária da Receita de FHC, Lina Vieira, o Dr. Everardo ressalta que não há como se assegurar se houve ou deixou de haver o diálogo, mormente que teria sido entre duas pessoas, sem testemunhas. Se tomado por verdadeiro que tenha ocorrido o diálogo, ele tem duas qualificações: ou era algo muito grave ou algo banal.

Se era algo banal, deveria ser esquecido e não estar nas manchetes. Se era algo grave, deveria ter sido denunciado e chegado às manchetes em dezembro, quando supostamente ocorreu o diálogo. Ou seja, a Dra. Lina Vieira não poderia fazer juízo de conveniência ou oportunidade sobre matéria que pode ser qualificada como infração. Se o fez, foi oportunista. E mais grave: prevaricou.

Posto isso, é incompreensível a postura da ex-Secretária, que apressou-se em fazer intencionalmente uma declaração sensacionalista, movida aparentemente por vaidade ou com o intuito de retaliar, de

vingança mesmo, talvez justificada por ressentimento pela demissão.

Não é a primeira vez que um ex-integrante deste Governo é usado para mirar na Ministra Dilma. No ano passado, a ex-diretora da ANAC procurou o PSDB, segundo declarações do seu próprio presidente nacional, para fazer denúncias contra a Ministra. Antes de atacar Dilma, a ex-diretora participou de sucessivas reuniões com políticos da oposição, entre eles, Senadores do PSDB.

No caso da Dra. Lina Vieira, são conhecidas as relações de sua família com lideranças da oposição. Seu esposo, inclusive, foi Ministro interino do ex-Presidente Fernando Henrique.

Concluindo, fica evidente o caráter eleitoral das sucessivas crises envolvendo o nome da Ministra Dilma. Isso sem falar em outros episódios artificiais criados neste ano de 2009. Particularmente, posso dar um testemunho inequívoco acerca de seu caráter e retidão. Na década de 1990, como Deputado Estadual, tive longo convívio com a Ministra Dilma, que atuou como assessora especializada da bancada do PDT na Assembleia Legislativa e também como Secretária de Minas e Energia do Governo do PDT, quando o ex-Deputado desta Casa Alceu Collares comandou o Rio Grande.

Suas marcas preponderantes (de Dilma) sempre foram a competência e lisura no trato da coisa pública. Lembro que eram comuns e continuam sendo até hoje, queixas de que sua atuação é muito rigorosa. A Ministra Dilma sempre foi intransigente na defesa do interesse público e da boa administração.

Tanto que sua postura conquista cada vez mais respeito e credibilidade da sociedade brasileira. Isso fica muito bem evidenciado pelo seu crescimento nas pesquisas de intenção de votos para as eleições de 2010.

Como diz o velho ditado, recentemente lembrado pelo Presidente Lula, os cães ladram e a caravana passa.

Muito obrigado.

O SR. PROFESSOR VICTORIO GALLI (Bloco/ PMDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Mato Grosso ganhou destaque nacional e internacional como campeão mundial em produção e produtividade de soja, algodão e carne. Os excelentes números registrados na pecuária e na agricultura mato-grossenses levaram ao Estado novas indústrias, geraram novas cidades e criaram milhares de empregos, atraindo gente de todos os lugares do País. Mas, a fama de Mato Grosso ultrapassou fronteiras e acabou atraindo também pessoas de outros países.

Hoje, grande parte da produção agrícola está nas mãos de empresários da Rússia, França e Nova Zelândia, por exemplo. E, assim como atraiu empresários, o sucesso obtido no campo fez com que outros estrangeiros procurassem em Mato Grosso alternativa de emprego e renda. É o caso principalmente dos que vêm da Bolívia e do Paraguai, países que mantêm forte ligação com o Estado. No caso da Bolívia, temos com esse país vizinho uma fronteira de 700 quilômetros. Já com o Paraguai, temos profundas ligações históricas e culturais.

Todos os dias, dezenas desses vizinhos atravessam a fronteira em busca de novas oportunidades de vida, o que acaba resultando em um problema para as autoridades brasileiras, bolivianas e paraguaias. Isso porque grande parte desses nossos vizinhos entra no Brasil e acaba não regularizando a sua situação legal. Sem documentos que garantam a legalidade de sua permanência no Brasil, acabam sendo utilizados em subempregos e transformados em mão de obra barata. Não é raro encontrar vários deles nas cidades do interior de Mato Grosso e até na Capital.

E muitos acabam se transformando em trabalhadores do tráfico de drogas e do contrabando em razão das ameaças feitas por criminosos de denunciar sua situação irregular no País. Por medo, acabam cedendo aos criminosos. Em Cáceres, por exemplo, há centenas de bolivianos que cumprem pena por tráfico de drogas, principalmente mulheres, que abandonaram a situação de miséria no país vizinho e ingressaram no território mato-grossense em busca de emprego. Presas e condenadas ao abandono pelos familiares e amigos, na grande maioria das vezes, elas não dispõem de recursos para conseguir assistência jurídica.

O Consulado da Bolívia em Mato Grosso acredita que pelo menos 70% dos bolivianos que hoje moram no Estado estão em situação irregular. E o Consulado do Paraguai apresenta os mesmos números. Quase todos os dias, a Polícia Federal entra em contato com a Cônsul honorária daquele País para informar a situação irregular de algum paraguaio em Mato Grosso. Muitos deles procuram o Consulado para pedir apoio financeiro e infraestrutura até conseguir regularizar a sua situação, mas o Consulado não dispõe de recursos para tanto.

Essa questão pode parecer ser de responsabilidade apenas das representações diplomáticas desses países, mas, na verdade, também afeta o Governo brasileiro, uma vez que se trata de estrangeiros com problemas sociais e legais. Portanto, não pode ser desconhecida ou ignorada pelas autoridades brasileiras.

Não podemos adotar a postura de que já nos bastam os problemas com os brasileiros. Afinal, não

vivemos isolados. É preciso lembrar que a criação do MERCOSUL implicou livre trânsito, em seu território, dos nativos dos países-membros e facilidade de regularização da situação dessas pessoas.

Por isso, faço um pedido às autoridades brasileiras, paraguaias e bolivianas no sentido de olhem com atenção para o problema. Não podemos permitir que esses irmãos continuem a viver na penúria, na ilegalidade e enfrentando todo tipo de problema.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um dos programas do Governo Federal que tem trazido grande contribuição para a população que vive no campo é o Luz para Todos.

Esse programa, que já beneficiou cerca de 10 milhões de brasileiros com 2 milhões de ligações elétricas efetuadas desde 2004, é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela ELETROBRÁS e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural.

Os recursos federais são oriundos de fundos setoriais de energia – a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

O mapa da exclusão elétrica no País revela que as famílias sem acesso à energia, em sua grande maioria, estão onde há os menores Índices de Desenvolvimento Humano. Em torno de 90% dessas famílias têm renda inferior a 3 salários mínimos, e 80% estão no meio rural.

Com a extensão do Programa Luz para Todos serão gerados, em média, 300 mil empregos diretos e indiretos.

Um dos objetivos do Governo é utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.

Depois da chegada da energia às casas da zona rural, foram vendidos 1,57 milhão de aparelhos de TV e 1,46 milhão de geladeiras. Além de levar desenvolvimento para o campo e melhorar as condições de vida da população rural, a energia elétrica facilita a integração dos programas sociais do Governo federal e acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

Outro fator positivo no que diz respeito à instalação de energia elétrica nessas localidades é a grande redução do uso de fontes de energia mais poluentes, como o diesel e a gasolina.

Para a alegria de todos, o Programa Luz para Todos já iluminou a casa de cerca de 96 mil famílias

que haviam deixado suas terras e voltaram às origens após a implantação do programa. E essa energia é usada para a irrigação, para o funcionamento de bombas d'água, maquinários agrícolas, resfriadores para leite, carne e peixe, estufas agrícolas, casas de farinha etc.

Só na região Nordeste, o Luz para Todos já atendeu cerca de 4,9 milhões de pessoas, do total de 10 milhões de brasileiros que serão beneficiados.

Graças à iniciativa do Governo Federal, esse programa foi prorrogado até o ano de 2010, para alcançar mais famílias em todo o território nacional.

Era o que gostaria de deixar registrado nesta oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Partido Trabalhista Brasileiro profere o presente discurso em nome de seu ilustre representante no Estado de Santa Catarina, o Deputado Estadual Narciso Parizotto, que também é Presidente Estadual do PTB, e em nome dos seus representantes no Município de Itajaí, com destaque para o Dr. João Armando, Presidente do PTB do Município de Itajaí, e para o Dr. Paulo Cabral, Vice-Presidente do PTB Municipal de Itajaí, que também integra o Sindicato dos Estivadores, bem como em nome da Intersindical dos Trabalhadores do Porto de Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

Nesse sentido, na condição de Líder da bancada federal do PTB, venho mui respeitosamente fazer uso desta tribuna para expressar a V.Exas. minha profunda preocupação com o grave problema social e econômico que está afetando diretamente os Trabalhadores Portuários Avulsos – TPA de Itajaí.

Portanto, solicito a V.Exas. que deem especial atenção à grave situação em que se encontram esses trabalhadores.

Itajaí é uma cidade portuária por natureza e vocação. O porto, além de ser sua maior fonte de renda, sua maior indústria e mola propulsora da economia da cidade e de toda região circunvizinha, é também um dos principais portos brasileiros.

Em novembro de 2008 ocorreu a maior catástrofe natural na história de Santa Catarina: a enchente, que afetou diretamente a cidade de Itajaí, destruindo quase por completo o porto.

Gravemente afetado, o Porto de Itajaí perdeu praticamente 90% de sua capacidade de movimentação.

O maior reflexo desta tragédia envolveu os Trabalhadores Portuários Avulsos – TPA, que são peça fundamental na realização das operações portuárias, dependem exclusivamente, por serem avulsos, da mo-

vimentação de cargas – em terra e a bordo dos navios – para realização de suas atividades profissionais, bem como auferirem renda.

Com tamanha destruição é praticamente impossível a realização dessas atividades e conseqüentemente, ficam os TPAs de Itajaí literalmente “a ver navios”, ou seja, sem receber ganho algum.

Levando em conta os valores de Montante de Mão de Obra – MMO das categorias, que atingiam a média mensal de R\$4,5 milhões, atualmente encontra-se em torno R\$650 mil, caracterizando ainda mais a evidência da catástrofe, a queda brutal de seus rendimentos.

Outro fator que agravou a diminuição do Montante de Mão de Obra dos TPAs dá-se pela perda – que girava em torno de 40% – das cargas do Porto de Itajaí para o Terminal de Navegantes – Portonave. Atualmente a Portonave detém 70% das cargas (clientes) que eram do Porto de Itajaí, que agora detém apenas 30% de suas cargas. Saliento que os TPAs ainda estão lutando para trabalhar nesse terminal, apesar de o mesmo encontrar-se dentro da área do Porto Público de Itajaí, de acordo com Decreto Presidencial s/nº, de 16 de março de 2005.

É de conhecimento público que o Governo Federal está liberando verbas para dragagem do canal de acesso e bacia de evolução do Porto de Itajaí, onde está estabelecido o Terminal Portonave, o qual também atraca e opera seus navios na própria bacia de evolução. A referida empresa está-se beneficiando de verbas públicas, mas não cumpre as leis brasileiras, pois ignora completamente a escala de Trabalhadores Portuários Avulsos, legalmente registrados e cadastrados no Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO de Itajaí, conforme Lei nº 8.630/93, além de não respeitar os acordos e respectivas convenções coletivas de trabalho.

Creio ser do conhecimento de V.Exas. a Convenção 137 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que diz respeito às repercussões sociais introduzidas pelos novos métodos da gestão das cargas. Esta convenção, assinada em 1973 e ratificada pelo Governo Brasileiro em 1995, salienta, entre outros aspectos, a obrigatoriedade de “garantir aos trabalhadores portuários períodos mínimos de emprego ou rendas mínimas” (art. 2.2). Este aspecto não está sendo respeitado pelas autoridades brasileiras, muito menos pelos portos. Além disso, a Recomendação nº 145 da OIT estabelece medidas para estimular a segurança e para conseguir um emprego estável, aspectos estes que também não estão sendo cumpridos. “Em todo caso, um mínimo de períodos de emprego ou um mínimo de renda deve ser assegurado aos portuários, sendo que sua extensão e natureza dependerão da situação econômica e social

do país ou do porto de que se tratar. (Item 2 do art. 2º da Convenção 137 da OIT).

Enfatizo que do trabalho destes homens dependem suas famílias – esposas e filhos, e em muitos casos pais e mães, sogros e sogras. Milhares de pessoas que diretamente ou indiretamente perderam a única fonte de renda que os supria. Homens que outrora levavam dignamente o sustento para seus lares, agora por força das circunstâncias, dependem de doações de cestas básicas para manter o sustento da família.

É importante salientar que sendo o porto a grande fonte de renda dessa cidade a economia foi drasticamente abalada. O efeito dominó que atinge milhares de trabalhadores tem que ter fim com a reconstrução dos berços de atracação do Porto de Itajaí imediatamente, já que o desemprego tem atingido todas as áreas no município.

Gostaria de pedir aos nobres Deputados que não meçam esforços para defender esta causa junto às demais autoridades brasileiras, para que haja agilidade no processo de reconstrução do Porto de Itajaí. E principalmente para que o Terminal Portonave cumpra imediatamente a lei que determina a utilização da mão de obra dos trabalhadores portuários dentro da área do porto organizado, devidamente registrados e cadastrados no OGMO de Itajaí, conforme havia citado anteriormente, garantindo assim o retorno imediato desses homens aos seus postos de trabalho.

Sabedor que sou das preocupações de V.Exas. e identificação com a causa social brasileira, espero poder contar com o apoio de V.Exas., no sentido de recomendar às autoridades competentes que se esforcem ao máximo para sanar tamanha precariedade que se instaurou neste que foi o segundo maior porto em exportação de contêiner do Brasil, e também de toda a região de Itajaí, cidade das mais promissoras do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO ROBERTO (PV – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos e amigas que nos acompanham pelo sistema de comunicação da Câmara dos Deputados, o Presidente Lula fez um belo discurso na Assembleia Geral da Organização Internacional do Trabalho e foi aplaudido de pé.

Nosso Presidente tornou-se um ícone global do combate às injustiças sociais. Sua administração coloca em evidência as necessidades das camadas mais humildes da população. O Governo promove programas sociais da maior importância social, como o Bolsa Família, o Farmácia Popular e o PROUNI, todos voltados para atender aos anseios da população de baixa renda.

Uma política do Presidente Lula que merece destaque é a valorização do salário mínimo. Em 2003, quando Lula assumiu o Governo, o salário mínimo era de 200 reais. Atualmente, é de 465 reais. Hoje, as pessoas mais humildes, que vivem do salário mínimo, podem comer mais, embora saibamos que esse salário ainda não é o suficiente.

Porém, mesmo sendo da base do Governo, devo admitir que o Presidente Lula tem uma dívida com os aposentados brasileiros. Infelizmente, aqueles que ganham mais de 1 salário mínimo e que foram vítimas de políticas neoliberais no passado, além de terem seus salários achatados quando estavam na ativa, ao se aposentarem, tiveram parte de seu benefício abatido pelo fator previdenciário.

O Governo anterior buscou promover o ajuste das contas da Previdência Social por meio do corte de direitos dos aposentados. Poderia ter buscado recursos na redução do gasto público com juros, com socorro a bancos mal administrados, na criação do Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto na Constituição, mas nunca na redução dos valores já muito baixos das aposentadorias do INSS.

O brasileiro que tanto trabalhou para produzir riquezas e impostos para o País, agora sofre a corrosão de seu benefício por uma fórmula complicada que em suma significa que quanto mais o brasileiro viver, menos os aposentados vão receber.

A Lei que criou o fator previdenciário mudou as regras no meio do jogo. Quando os trabalhadores que se estão aposentando agora começaram a contribuir para a Previdência, 30, 35 anos atrás, contribuíam não com base na expectativa de vida, mas com base na remuneração e com base nas regras aprovadas pelo Congresso Nacional.

Infelizmente, o Supremo Tribunal Federal julgou que o fator previdenciário era constitucional, da mesma forma como validou a absurda contribuição dos inativos. É claro e evidente que o fator previdenciário é uma injustiça e precisa acabar.

Se o Governo quer criar um fator previdenciário justo, que crie um que passe a valer agora, para os futuros aposentados, os que estão começando a contribuir agora. O Brasil já tem uma carga tributária entre as maiores do mundo. O equilíbrio das contas do INSS não precisa do fator previdenciário. Basta o Governo canalizar parte da arrecadação das contribuições sociais, como a COFINS, para o caixa da Previdência.

O Senado Federal aprovou projeto de lei com vistas ao fim do fator previdenciário. A matéria agora precisa ser aprovada na Câmara. Trata-se do Projeto de Lei 3.299, de 2008.

O Ministro da Previdência, José Pimentel, afirmou que a proposta não pode ser aprovada, porque, além do fim do fator previdenciário, prevê a mudança do período que é usado como base de cálculo da aposentadoria, trocando a chamada média longa para a média curta. Que se mantenha, então, a média longa, mas que se acabe com o fator previdenciário de uma vez por todas. Esse é o desejo do povo brasileiro.

Na condição de Parlamentar que representa milhares de aposentados que confiaram a mim o seu voto, vou votar contra o fator previdenciário, por uma questão de justiça. Vou trabalhar pela aprovação do Projeto de Lei 3.299, de 2008, da maneira como veio do Senado. Concordo apenas com a manutenção da média longa. Não admito nem negociar a continuidade do fator previdenciário, ainda que amenizado.

Muito obrigado a todos.

O SR. FÉLIX MENDONÇA (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na reunião realizada hoje entre os membros da Comissão de Finanças e Tributação desta Casa e o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Augustim, foi tratado o tema do repasse do FPM aos municípios.

Ao questionar o Secretário sobre a solução a ser apontada, ele afirmou aos presentes que o Tesouro garantirá o repasse do FPM aos municípios nos mesmos quantitativos dos meses de 2008, mesmo que haja uma queda na arrecadação de impostos federais compartilhados entre Estados e Municípios.

Para dar cumprimento e eficácia à proposta pelo Tesouro, o Governo enviará medida provisória que provisionará os recursos necessários para garantir os mesmos repasses ocorridos em 2008, aos municípios.

Quanto aos precatórios, o Secretário afirmou que os estudos sobre a matéria estão adiantados. De posse desses estudos, o Governo identificará a natureza jurídica dos precatórios, o que ensejará a distinção daqueles que são objeto de partilha entre os entes federados para proceder os respectivos pagamentos.

Muito obrigado.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero destacar estudo do economista Geraldo Langoni, da Fundação Getúlio Vargas, segundo o qual investir em educação é mais importante para o futuro do Brasil do que o petróleo do pré-sal. Atualmente, estudos demonstram que, a cada ano de escolaridade acrescentado, o salário aumenta cerca de 10%, principalmente no ensino básico.

Sr. Presidente, também não posso deixar de mencionar aqui que um grupo de empresários e especialistas em educação decidiu se unir para, além dos projetos das fundações ou ONGs na área de educa-

ção, criar um movimento para qualificar a demanda do ensino.

Na qualidade de defensor de um ensino de qualidade para um futuro melhor para nosso País, destaco que uma das principais metas do grupo – que também é nossa – é que toda criança e jovem de 4 a 17 anos esteja na escola.

Sr. Presidente, dados do MEC apontam que a taxa de conclusão, tanto do ensino fundamental quanto do médio, aumentou significativamente, embora esteja ainda bem abaixo do almejado. Em 1995 a taxa de conclusão do ensino fundamental era de 30%, e, em 2007, passou para 60%. Já no ensino médio, girava em torno de 15% e passou para a casa dos 45%, num período relativamente curto.

Sr. Presidente, estudos dos economistas Fernando Holanda Barbosa e Samuel Pessoa, ambos do Instituto Brasileiro de Economia – IBRE da Fundação Getúlio Vargas, mostram que cada ano de escolaridade aumenta a produtividade do trabalho nos Estados Unidos em cerca de 8%. Segundo os pesquisadores, diferenciais de escolaridade são explicações fundamentais para a diferença de renda per capita entre o Brasil e vários países. A educação explica de 30% a 50% da desigualdade de renda no Brasil entre a década de 1970 e meados de 1990. A partir da mudança de paradigma, nos últimos 15 anos, a educação tem tido, segundo os autores, papel central na redução da desigualdade. Não posso deixar de mencionar o programa de reformulação do sistema de ensino dos Estados Unidos, proposto pelo Presidente Barack Obama, que é um paradigma a ser seguido no Brasil. Propostas como pagamento de professores segundo o desempenho já estão sendo adotadas em alguns Estados como São Paulo e Pernambuco, com o pagamento de bônus para as melhores escolas.

Sr. Presidente, estou certo de que precisamos aprimorar e manter todos os canais abertos para sugestões de especialistas e de todos que, como nós, querem uma educação de qualidade para um país melhor.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar da crise global, que inclusive chegou aqui no Brasil, afetando muitas empresas, indústrias e até municípios, devemos enaltecer aquelas cidades e empreendedores que superaram o problema e mantiveram ou até ampliaram a oferta de vagas profissionais. É o caso do Município de Rolândia, no interior do Paraná, que hoje ocupa lugar de destaque no ranking de postos de trabalho formais no Estado e no País. A posição dos rolandenses na economia do Paraná chamou a atenção, e inclusive foi objeto de uma extensa

entrevista realizada pela Folha de Londrina, um dos maiores periódicos do Estado. Segundo a própria reportagem, Rolândia é a cidade paranaense que mais gerou novos postos de trabalho em junho. O dado é do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego. O estudo indica ainda que o município norte-paranaense está entre os 200 principais geradores de vagas no ano. Ocupa a 117 colocação, com 1.201 novos empregos criados no primeiro semestre do ano. O resultado, de acordo com empresários e a administração municipal, é consequência do investimento na diversificação da atividade econômica verificada no município. Setores como o alimentício, de processamento de couro e de alumínio são alguns dos destaques. Mas no ambiente da indústria rolandense há espaço para muito mais gente. Políticas públicas de incentivo ao empresariado também foram apontadas como essenciais para o sucesso. Daí a importância de enaltecermos o trabalho hoje desenvolvido pelo Prefeito Johnny Lehmann e sua equipe. A exemplo de outros municípios paranaenses, a agropecuária já foi a base da economia local, mas os bons resultados na geração de empregos naquele local são frutos da diversificação. No entanto, para que a diversificação seja bem-sucedida é necessário contar com mão de obra qualificada em diferentes áreas. Para isso, a administração municipal está preparando projetos para a construção de um centro politécnico, que vai funcionar em parceria com o Sistema S. De acordo com a Folha de Londrina, a administração municipal tem tomado iniciativas com o intuito de promover a geração de empregos. Uma delas é o incentivo fiscal. Outra é a cessão de terrenos. Algumas empresas também recebem apoio por meio do pagamento de parte do aluguel de novas sedes, para que seja possível ampliar os negócios.

Percebemos que a gestão pública municipal de Rolândia não está dormindo no ponto e sempre procura estar na vanguarda para a captação de novos empreendimentos. É isso mesmo, é assim que se faz. Que o exemplo de Rolândia seja seguido por outros municípios. Cada um fazendo a sua parte dá certo. Tire o “s” da crise e crie!

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Declaro encerrado o Pequeno Expediente.

Peço desculpas aos Deputados que estão e continuam inscritos: Tonha Magalhães, José Carlos Araújo, Geraldo Simões, Fernando Chiarelli, Uldurico Pinto, Ribamar Alves e Albano Franco.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Maia, uma das figuras mais expressivas do Partido da República, com relevantes serviços prestados ao Estado e ao País.

Cumprimento o nobre Deputado.

O SR. JOÃO MAIA (PR – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, às 16h30min, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, a Prefeitura de Natal vai receber o Prêmio Selo Cidade Cidadã pela melhor política de mobilidade urbana no Brasil, em 2009, para cidades com mais de 100 mil habitantes.

Celebro esse feito como cidadão norte-rio-grandense, morador da cidade de Natal. Parabenizo a Prefeita Mícarla de Sousa, o Secretário de Mobilidade Urbana, **Kelps** Lima, e sua equipe de profissionais. Aliás, ressalto, com grande orgulho, que o Secretário Kelps Lima é representante do Partido da República na Prefeitura de Natal.

O Selo Cidade Cidadã é um reconhecimento ao que há de melhor no Projeto Via Livre: a simplicidade faz dele uma política pública inovadora, eficaz e de baixíssimo custo.

Após 6 meses de implantação do projeto, os resultados sobre a melhoria do trânsito de transporte urbano em Natal são de fato impressionantes, inclusive com impacto direto sobre a segurança pública. Caiu o número de acidentes de automóveis e, também, de assaltos violentos na cidade.

Quero, nesta oportunidade – é uma questão de justiça –, ressaltar o trabalho que vem sendo realizado na infraestrutura rodoviária do Rio Grande do Norte pelo Governo Lula, tendo à frente o Ministério dos Transportes, ocupado pelo Presidente de Honra do PR, Ministro Alfredo Nascimento.

Toda a malha rodoviária federal do Estado está sendo recuperada e melhorada – empreendimento sem precedentes no Rio Grande do Norte.

Destaco, entre tantas outras obras, aquela que nós, potiguares, reconhecemos como essenciais ao nosso desenvolvimento.

Em primeiro lugar, está a duplicação de 82 quilômetros da BR-101, desde o Viaduto Ponta Negra, em Natal, até a divisa sul com a Paraíba. O investimento total no Estado é de 410 milhões de reais.

Em segundo lugar, está a conclusão da BR – 226, que sai de Natal, contorna Pau dos Ferros e vai até a divisa com o Ceará. Esta obra está há mais de 20 anos para ser concluída. E o convênio que o Governo Federal fez com o Governo do Estado, no valor de 78 milhões de reais, faz com que possamos concluí-la este ano.

Outra obra de destaque é o chamado Complexo da Abolição, a maior obra viária de Mossoró, cidade conhecida pela produção de petróleo e sal. O projeto é uma parceria entre o Governo Federal, o Governo do Estado e a prefeitura, representando um investimento de 72 milhões de reais.

Entre outros projetos que estão sendo elaborados em parceria com o DNIT e com o Ministério dos Transportes, destaco: os contornos rodoviários de Currais Novos, na BR-226, e de Caicó, na BR-427; o projeto de eliminação de ponto crítico da BR-304, na entrada da cidade de Macaíba, com adequação da capacidade de tráfego e, conseqüentemente, aumento de segurança na rodovia. Em Macaíba, essa obra vai desafogar o centro da cidade, retirando de lá o trânsito pesado, contribuindo sobremaneira para a melhoria da qualidade de vida da população.

Destaco também a obra, na BR-304, de eliminação de ponto crítico no acesso a Assu, centro da melhor fruticultura do Rio Grande do Norte, facilitando a entrada e a saída do transporte de cargas e passageiros, com adequação da capacidade de tráfego; a construção do chamado Gancho de Igapó – quem é do Rio Grande do Norte conhece. Trata-se de complexo viário a BR-406 que vai aumentar a mobilidade da população de São Gonçalo do Amarante e de trabalhadores e turistas que trafegam da zona norte para o centro de Natal e entre Natal e as cidades da região do Mato Grande e do litoral norte do Estado. Hoje, essa área é um ponto de estrangulamento do trânsito, causando grandes transtornos e prejuízos a motoristas e passageiros.

Cito ainda a restauração da Ponte de Igapó, outra obra que também vai contribuir para melhorar a fluidez do trânsito entre as zonas norte e sul de Natal e os municípios da região do Mato Grande e do litoral norte; a implantação e pavimentação da BR-110, no trecho entre Mossoró e Campo Grande – aliás, essa é uma reivindicação de mais 30 anos; a implantação e pavimentação da BR-437, a chamada Estrada do Cajueiro, que liga o Médio Oeste do Estado ao Ceará e que tanta importância tem para a economia da região; a recuperação e embelezamento da ponte sobre o Rio Assu, na cidade de Assu; o projeto de eliminação de um ponto crítico na BR-101, no acesso ao Município de Nísia Floresta, no litoral sul do Estado, com adequação da capacidade de tráfego; a duplicação da BR-304, entre Macaíba e a divisa com o Ceará.

Finalmente, destaco a duplicação da Ponte de Apodi, que atende a uma reivindicação antiga dos apodienses, preocupados com segurança.

Sr. Presidente, o Rio Grande do Norte nunca viu tantas obras de infraestrutura rodoviária como vê

agora com o Ministro Alfredo Nascimento, ligado ao Presidente Lula, homem de origem no Rio Grande do Norte, que fez carreira política no Amazonas, Estado pelo qual é Senador.

Quero dizer que, neste momento, o Partido da República está especialmente empenhado em garantir recursos do Governo Federal para que Natal tenha a sua estrutura viária adequada para a Copa de 2014. Porque Natal é uma cidade-sede.

Em breve, acompanharei a Prefeita Micarla de Sousa e o Secretário Kelps Lima ao Ministério dos Transportes, para apresentação de projetos, ao Ministro Alfredo Nascimento, que envolvem rodovias federais.

Para além dos empreendimentos na área de infraestrutura de transporte, na qual o PR atua ao lado de parceiros, o partido está envolvido também com uma grande obra de construção a várias mãos. Trata-se de um projeto de desenvolvimento para o Rio Grande do Norte, que vem sendo discutido com especialistas e com a população em geral. O PR vai até as pessoas e realiza grandes debates sobre formas de melhorar a segurança pública do Estado, a saúde pública e a educação pública.

Aqui cabe uma observação. A educação pública, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, virou o grande apartheid social do Brasil. Quem tem condições, coloca o filho em uma escola privada; quem não tem, coloca-o em uma escola pública. E se separam as classes sociais a partir da escola.

A partir de hoje, estaremos realizando discussão sobre a infraestrutura do Rio Grande do Norte, segurança, educação, saúde pública, interiorização do desenvolvimento, geração de emprego e renda, em uma briga por uma logística para o Estado, com aeroporto e porto, juntamente com os nossos partidos aliados.

Hoje de manhã fizemos questão de, juntos, dar continuidade à criação da Unidade Potiguar.

Nós, do Partido da República, sabemos que o segredo está em encontrar formas para melhor gerir o Estado, mas não queremos encontrar respostas sozinhos, pois acreditamos no valor do conhecimento que nasce da experiência daqueles que são servidores públicos e dos que dependem dos seus serviços.

Essa mobilização da sociedade, através de amplos debates, busca também discutir políticas de valorização e desenvolvimento das famílias que vivem no campo e descobrir potencialidades geradoras de emprego e renda, além de formas de interiorização desse desenvolvimento.

Não descansaremos um segundo enquanto essas potencialidades logísticas do Rio Grande do Norte não forem totalmente desenvolvidas.

Nesse sentido, defendemos a construção de um sistema ferroviário ligando Natal a Mossoró com ramais que facilitem o escoamento de riquezas produzidas por nós, como o ferro de Jucurutu e o calcário da Chapada do Apodi.

Esse projeto exige que o Porto de Natal seja redimensionado para atender à demanda e que um terminal de granéis sólidos e líquidos seja construído na costa norte do Estado.

A construção do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que está no Programa de Aceleração do Crescimento, precisa ser agilizada, juntamente com a instalação da Zona de Processamento de Exportação de São Gonçalo e Assu, a verdadeira zona de processamento de exportação do Sertão.

Essa decisão, como já avisei, será discutida a partir de hoje em conjunto com a Unidade Potiguar.

O Sr. José Rocha – Ilustre Deputado, permita-me um aparte?

O SR. JOÃO MAIA – Pois não, Deputado José Rocha.

O Sr. José Rocha – Ilustre Deputado João Maia, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz na tarde de hoje, defendendo os interesses maiores do Rio Grande do Norte, causa que V.Exa. sempre tem abraçado aqui no Congresso Nacional, sempre defender desenvolvimento do seu Estado, o que o credencia como um dos Deputados mais operosos e de respeito desta Casa. Quero dizer que, sem dúvida nenhuma, V.Exa., ao defender esses interesses maiores do Rio Grande do Norte, com a sua participação, credencia-se para postos mais altos no seu Estado porque V.Exa. tem o amor à sua terra, V.Exa. tem a inteligência, a capacidade e o trabalho que fazem de V.Exa. o grande político que é em nosso País. Quero dizer que o nosso Ministro dos Transportes, do nosso Partido, Alfredo Nascimento, que é seu conterrâneo e que realiza um grande trabalho à frente do Governo Lula, também na Bahia tem se destacado com investimentos na área da infraestrutura rodoviária e ferroviária, que tem dado um salto muito grande no desenvolvimento do nosso Estado. São mais de 3.500 quilômetros de rodovias licitadas, em recuperação e em construção, a ferrovia Leste/Oeste, que está em processo de licitação. Portanto, é um Ministro que honra muito bem o seu Estado, como honra também o nosso Estado com o trabalho que vem desenvolvendo à frente do Ministério dos Transportes. Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento! Com certeza, o povo do Rio Grande do Norte haverá de reconhecer o seu trabalho realizado no Congresso Nacional em defesa dos maiores interesses do seu Estado. Muito obrigado.

O SR. JOÃO MAIA – Obrigado, Deputado José Rocha.

Eu chamo a atenção, antes de falar sobre a PEC dos Vereadores, para uma reunião que o Partido da República realizará hoje com a bancada para discutir o pré-sal.

Ouvi o discurso do Deputado do PSDB com muita atenção. O pré-sal é, antes de tudo, a grande esperança de um Brasil com recursos para investir maciçamente em educação, de um país que pode investir pesadamente em ciência e tecnologia para que possamos ser exportadores de conhecimento, de produtos com alto valor agregado.

Precisamos cuidar disso com muito carinho. A discussão sobre o pré-sal pode nos ajudar a combater a desigualdade social ainda presente em nosso País muito profundamente, assim como a desigualdade regional.

Hoje, às 18h30min, discutiremos, com a bancada do Partido da República e com o Dr. Luciano Castro, com cautela, com serenidade e com eficiência, a nossa posição sobre o pré-sal, independentemente de qualquer viés político.

Trata-se de uma riqueza que estará disponível e sobre a qual temos uma responsabilidade muito grande. Temos de dar-lhe um destino que nos redima, que nos tire finalmente do viés de país do futuro para o status de país desenvolvido, com igualdade social e com conhecimento disponível para toda a população.

Quanto aos Vereadores, Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte: na verdade, nós somos meio cúmplices de uma certa discriminação em relação à classe política. O que se fez com a representação nas Câmaras Municipais é inaceitável. Um Município no meu Estado – e estou falando de onde eu conheço –, que tem 50 mil habitantes, tem o mesmo número de Vereadores de outro que tem 3 mil habitantes. Isso não pode estar certo.

Então, você cria uma discussão de quanto custa a Câmara de Vereadores, o que, na verdade, é a mesma discussão de quanto custa esta Câmara dos Deputados, quanto custa o Senado. Na verdade, nós aqui estamos nos escondendo atrás de um preconceito que há contra a classe política. Nós não assumimos claramente a vontade de dizer: vamos restaurar a representatividade. Porque esta é a discussão que se apresenta. Ninguém pode acreditar que a representatividade está correta.

Agora, é o seguinte: a democracia tem um preço. Quanto vamos pagar por ela? Vamos discutir. São discussões diferentes. Não adianta. Não é possível que o tribunal faça o corte que fez. Eu estou falando em cima de coisas concretas. Se quiser, eu dou no-

mes. Não vou dar para não ferir suscetibilidades. Isso deve ser na Bahia, no Rio Grande do Norte, deve ser lá onde está Rômulo, na Paraíba.

Como é que uma cidade com 60 ou 70 mil habitantes vai fazer a representação na Câmara de Vereadores? Vai representar com o mesmo número de vereadores de uma cidade que possui 3?

Sabem qual é a consequência disso? Eu disse e venho dizendo, publicamente, que a eleição, nas cidades de maior porte, com a redução do número de vereadores, foi se tornando mais elitista; só tem representação determinado grupo ou quem tem melhores condições financeiras. Assim, é falso o discurso de que o aumento do número de vereadores representará aumento de custo para o Estado. Isso não corresponde à discussão que estamos travando.

A discussão, Sr. Presidente, é sobre restaurar a representatividade das comunidades. Esta é a discussão. Quanto isso custará à comunidade é outro debate – sério, importante.

Nós – esta é minha opinião – estamos fazendo uma partilha, às vezes de forma disfarçada. O preconceito que existe não é contra os vereadores, não. É contra a classe política, de que fazemos parte.

Portanto, Deputado José Rocha, está na hora de votarmos definitivamente essa questão e justificarmos para a população por que estamos fazendo isso e aquilo, e não nos escondermos atrás de certos artifícios, que é o que acontece nesses tempos.

O Sr. Silvio Costa – Deputado João Maia, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. JOÃO MAIA – Dou com o maior prazer.

O Sr. Silvio Costa – Deputado João Maia, aproveitou o pronunciamento de V.Exa. para lamentar, profundamente, o comportamento mesquinho da Oposição com relação ao País. São 15h57 min, temos apenas 224 Deputados no plenário, o que configura nítida obstrução da Oposição. Hoje não se vai votar nada aqui. A Oposição está sendo irresponsável. O pré-sal é importante para o País. São 50 bilhões de barris que vão colocar o Brasil como um dos maiores produtores de petróleo do mundo, e simplesmente a Oposição está brincando de fazer política. Isso é irresponsabilidade! Não se faz oposição com tamanha mesquinha! Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é alertar os suplentes. Um bocado de Deputados começou a mentir para os suplentes na semana passada, dizendo que votariam hoje. Tudo mentira! Estavam enrolando. Quero dizer aos suplentes que, para a semana, na quarta-feira, não vão votar de novo. Por quê? Para evitar que eles gastem dinheiro com hospedagem e passagem. Segunda-feira é feriado. Se a Oposição continuar obstruindo, não se vota nada amanhã, não se vota nada terça, não se vota

nada quarta; só se vai começar a votar quando a Oposição tomar um banho de responsabilidade. Portanto, faço um apelo aos Líderes responsáveis da Oposição: vamos parar de brincar com o País!

O Sr. José Rocha – Deputado João Maia, peço um aparte só para fazer um registro. Hoje, na reunião do Colégio de Líderes com o Presidente desta Casa, Michel Temer, o Líder do PR, Sandro Mabel, levantou a necessidade de se votar urgentemente a PEC dos Vereadores. Não podemos permitir que esse projeto continue aqui na Casa delongando-se e entrando em obstruções, entrando em trancamento de pauta. Ficou hoje confirmado, na reunião de Líderes, através do nosso Líder Sandro Mabel, que nós, do PR, desejamos votar o mais rápido possível a PEC dos Vereadores, porque o nosso partido é totalmente favorável a que ela seja votada e tenha a sua vigência ainda neste mandato dos Vereadores.

O SR. JOÃO MAIA – Muito obrigado, Deputado José Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Um momento. Faço um pedido aos senhores que estão pedindo aparte a quem usa a tribuna: que o aparte seja referente à matéria desenvolvida por ele. Senão, vamos ficar aqui em agressões. Nós não podemos permitir que isso aconteça.

Sei que o Deputado Rômulo Gouveia vai pedir a palavra para refutar o que foi dito pelo Deputado que o antecedeu. Vou lhe dar a palavra. E devolvo a V.Exa., Deputado João Maia, o tempo necessário.

O SR. JOÃO MAIA – Eu gostaria, na sequência, de dar a palavra primeiro ao Deputado Cezar Silvestri, que a pediu, e, depois, ao Deputado Rômulo Gouveia, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – O tempo de V.Exa. já se esgotou. Eu vou dar a V.Exa. apenas o tempo que ele vai usar agora para refutar o que o Deputado Silvio Costa disse. É o que V.Exa. disse. Pode refutar.

O SR. CEZAR SILVESTRI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – S.Exa. tem a palavra.

O SR. CEZAR SILVESTRI – Sou eu quem está falando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Eu vou dar a palavra pela ordem ao Deputado Rômulo Gouveia – pela ordem. Foi mencionado o partido. Um minuto.

O SR. JOÃO MAIA – V.Exa. tem a palavra.

O Sr. Rômulo Gouveia – Em primeiro lugar, quero – claro – associar-me ao pronunciamento de V.Exa., Deputado João Maia. Concordo plenamente com sua avaliação. Agora, não adianta tentar aprovei-

tar a presença nesta Casa de suplentes de Vereador do Brasil inteiro, que aqui fazem caminhadas desde a Legislatura passada. Se o Governo tivesse interesse em resolver isso – o Governo tem maioria nesta Casa –, já se teria votado essa matéria desde dezembro, quando o Senado a aprovou. E sabe-se como foi o processo. É preciso dizer que houve o compromisso de fazer o projeto vir sem urgência para esta Casa – houve o compromisso com os Governadores. Infelizmente, o Governo não quer discutir, não quer debater. E podem olhar para o painel: não há ausência só de Parlamentares da Oposição, mas também do Governo. Sabe-se muito bem quem entrou em obstrução aqui nesta Casa semana passada. Não adianta aproveitar o instante em que se está debatendo questão séria, e quando o Deputado João Maia faz um pronunciamento sério, para tentar confundir as pessoas que estão vindo dos outros Estados para estar presentes nesta Casa. Sou totalmente solidário a V.Exa. – faço parte da bancada da Oposição. Agora, não aceito, em nome da Oposição, que se tente jogar sobre a Oposição os interesses do País, em função de uma questão tão importante que a Oposição está tratando neste momento, Sr. Presidente. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – V.Exa. tem 2 minutos para terminar o seu pronunciamento.

O SR. CEZAR SILVESTRI – Sr. Presidente, eu havia pedido um aparte antes do pedido pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – O aparte tem que ser pedido ao orador. Se ele concordar, o orador vai dar a palavra a V.Exa.

O SR. JOÃO MAIA – Sr. Presidente, sou grato a V.Exa. pela generosidade com os apartes; agora, como foi pedido anteriormente, eu gostaria de conceder o aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri – Primeiro, Deputado João Maia, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Com referência à PEC dos Vereadores, para que não parem dúvidas, quero dizer aos suplentes de Vereador que aqui estão que pertencem ao PPS, um partido de oposição. Na Legislatura passada, fiz parte da Comissão Especial destinada a tratar da PEC dos Vereadores. Aprovamos a matéria aqui nesta Casa, e todos devem lembrar que no Senado, por falta de quorum, no último dia, não foi votada a PEC. Hoje estamos novamente com a possibilidade de votar a PEC. Dizia aqui o Deputado Silvio Costa que a Oposição está agindo com irresponsabilidade. Primeiro, com relação à questão do pré-sal. Sr. Presidente e Sr. Deputado João Maia, essa questão foi discutida no Governo por exatos 16 meses, e agora querem que o Congresso Nacional discuta essa questão importantíssima para o futuro do País em apenas 90 dias. Acho que é uma questão de

responsabilidade deste Parlamento quer esse assunto seja largamente discutido. A Oposição está agindo, sim, com responsabilidade. Para que não parem dúvidas, o Líder do meu partido, Deputado Fernando Coruja, hoje, no encontro de Líderes, assumiu o compromisso e fez apelo ao Presidente Michel Temer para que a PEC dos Vereadores seja votada quanto antes, se possível hoje. Se não for possível hoje, há o compromisso do Presidente da Casa de colocar a matéria na pauta da próxima quarta-feira. (Manifestação das galerias.) E não somente o PPS, mas também o Democratas e o PSDB, todos os partidos de oposição, se comprometeram a, se o Presidente colocar na pauta a PEC dos Vereadores, votar a PEC. Pelo que eu posso falar em nome do meu partido, o PPS, há hoje já acordo no sentido de que todos os Deputados do PPS votem a favor da PEC dos Vereadores.

O SR. JOÃO MAIA – Sr. Presidente, vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Por gentileza.

O SR. JOÃO MAIA – Vou encerrar, falando mais uma vez do agradecimento do povo do Rio Grande do Norte ao Presidente Lula pelas obras realizadas através do Ministério dos Transportes; do orgulho do nosso Prêmio de Mobilidade Urbana, ganho por Natal; convocando ou convidando – quem convoca é o Líder – a bancada do PR para, dentro do instinto de seriedade, discutir os 4 projetos de lei que compõem o modelo pré-sal. E digo, mais uma vez, da solidariedade do partido, que busca uma solução definitiva e completa para a questão da PEC dos Vereadores, reafirmando nossa convicção de que precisamos restaurar a representatividade dos Vereadores em suas cidades, em suas comunidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão.

Durante o discurso do Sr. João Maia, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Marçal Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno e Marcelo Ortiz, 1º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Peço aos Srs. Deputados que não tenhamos aqui uma celeuma com referência à PEC dos Vereadores. Já está definido. Os Líderes decidiram que a PEC não vai entrar hoje em pauta e que deverá entrar na terça ou na quarta-feira.

Não se prendam a posicionamentos. E não disse com maldade o orador anterior que a Casa está se escondendo de votar. Não está. Ele não disse isso com maldade. Queremos votar não só essa PEC, como também outras e resolver esse problema, principalmente

para que esta Casa não fique subjugada ao Poder Judiciário, quando não cumpre a sua obrigação.

Vamos cumprir a nossa obrigação. A Casa vai votar.

O SR. WILSON PICLER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WILSON PICLER (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho um comunicado apenas. Nós estamos fazendo as nossas reuniões no PDT, e eu quero dizer que o PDT apoia a PEC dos Vereadores. É importante ampliar a base de representação democrática.

Parabéns aos senhores pelo trabalho que estão fazendo, com o sacrifício de virem a Brasília.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Muito bem. Eu não vou mais conceder a palavra. Nós já estamos atrasados.

O SR. ROBERTO BRITTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ROBERTO BRITTO (PP – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista também se manifesta favorável à aprovação da PEC dos Vereadores, considerando que muitos deles moram no extremo do Brasil e se deslocaram para aqui hoje. Eles estão tendo um custo muito alto. Esta Casa não pode deixar de considerar a importância dessa PEC não somente para os Vereadores, mas também para todo o Brasil. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Eu vou fazer uma solicitação aos senhores. Nós sabemos perfeitamente que os senhores estão ansiosos por essa solução – e não só os senhores, nós também –, mas vou pedir aos senhores, com todo o fervor, que só façam a manifestação que fizeram com as mãos, porque várias pessoas vão dizer aqui que são favoráveis à PEC dos Vereadores. Eles vão dizer isso, e os senhores vão querer se manifestar. Saibam os que estão se manifestando, os partidos, e vamos aguardar, para que a sessão transcorra de maneira mais tranquila.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para uma breve comunicação.

Sou Relator da PEC dos Vereadores. Queria comunicar, também em nome do Deputado Marcelo, que tivemos uma reunião com o Presidente Michel Temer, com o Deputado Henrique Eduardo Alves, do PMDB, e com o Deputado Cândido Vaccarezza, do PT, e ficou acertado que, na próxima quarta-feira, vamos votar a PEC dos Vereadores.

Trata-se de compromisso do Presidente Michel Temer, dos 2 Líderes dos maiores partidos, PMDB e PT, e que conta com a concordância de vários outros partidos. Apenas o PSDB não fechou acordo. Mas o Presidente Michel Temer colocará a PEC em votação na próxima quarta-feira, para resgatar a identidade daqueles eleitores que estão sub-representados no tocante aos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Foi exatamente essa informação que dei a V.Exas., através da Mesa da Casa. A PEC deverá ser votada mais precisamente na quarta-feira.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Em sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Isso é para que os Vereadores tenham ideia e não fiquem tendo, efetivamente, um gasto excessivo. Sabemos disso. Temos acompanhado o trabalho de V.Exas., que é legal, é um lobby decente. Estamos aqui para atendê-los.

O SR. NILSON MOURÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NILSON MOURÃO (PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um apelo à Oposição para que possamos trabalhar nesta Casa.

A Oposição está em obstrução sem sentido. Vamos discutir a questão do pré-sal no plenário da Casa. Temos tempo suficiente para aperfeiçoar a matéria. Que a Oposição, atendendo ao apelo do povo brasileiro, saia da obstrução, para que possamos encaminhar os trabalhos na nossa Casa. Que ela venha trabalhar.

Precisamos trabalhar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – V.Exas. têm livre pensamento para discorrer, mas não vou permitir a palavra a mais ninguém, exceto...

O SR. ERNANDES AMORIM – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação, art. 96, § 1º.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Qual é a reclamação?

O SR. ERNANDES AMORIM (PTB – RO. Reclamação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há vários dias, venho a esta tribuna exigir, pedir, solicitar

o apoio desta Casa para o Presidente da República pagar as emendas dos Parlamentares.

Na semana passada, os Líderes disseram que teriam combinado com o Presidente para fazer o pagamento das emendas. Até então, o Presidente, por intermédio de sua área econômica, nada respondeu, nada fez, a não ser mandar mais projetos de interesse da Presidência para cá, às carreiras, para serem aprovados.

Mais uma vez, deixo essa reclamação dos Deputados, principalmente dos que pertencem a Estados pequenos, onde há municípios pobres, que precisam das emendas. O Presidente não tem cumprido com a obrigação de pagar as emendas parlamentares.

Era essa a reclamação que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Com a palavra o Deputado João Campos.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, antes de me ater ao posicionamento a que me proponho nesta hora, quero fazer algumas observações.

Primeiro, quero dizer que a Oposição não está sendo irresponsável. Ao contrário, ela tem absoluta responsabilidade com tema dessa dimensão. Haverá, nesta Casa, nos próximos dias, Comissão Geral para discutir o tema do pré-sal. Não há como atropelar o processo.

O Governo demorou quase 2 anos para elaborar o projeto, e o Parlamento não tem o direito de discutir, principalmente esta Casa, que representa a sociedade brasileira? Vamos agir e continuar agindo com absoluta responsabilidade não só em relação a esse tema. Somos responsáveis.

Quero ressaltar outro ponto, em relação à PEC dos Vereadores. Particularmente, tive posição muito clara em favor da PEC na CCJ e na Comissão Especial e terei aqui no Plenário. O PSDB, como partido, não tem posição fechada contra. O meu entendimento em relação ao PSDB é que ele deve liberar a bancada e que cada Deputado vote de acordo com sua convicção.

A equação que essa proposta de emenda constitucional apresenta, do meu ponto de vista, é perfeita. Ela é democrática, porque amplia a representatividade da sociedade nas Câmaras de Vereadores e diminui o gasto público. Respeito quem pensa diferentemente. Do meu ponto de vista, estou absolutamente convencido de que ela é democrática e a favor do Brasil. Se Deus quiser, na semana que vem, nós a votaremos.

Quero aproveitar para reivindicar da Mesa e do Colégio de Líderes que outra proposta de emenda à Constituição também possa ser pautada para a semana

que vem, a PEC nº 471, que trata de fortalecer a regra dos concursos públicos para os cartórios.

Os Tribunais de Justiça estão há 20 anos sem oferecer concurso público para o provimento das serventias, por omissão. Essa proposta de emenda à Constituição fortalece a regra dos concursos, porque, a partir dela, se o Presidente de Tribunal onde houver vacância não oferecer concurso para os cartórios em 6 meses, vai responder por improbidade administrativa. Não queremos mais esse quadro de o Presidente do Tribunal ficar omitindo-se e o cidadão ficar sem fazer o concurso, embora esteja prestando serviço com qualidade e sendo supervisionado pelas corregedorias.

Também venho a esta tribuna para falar sobre a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. O Governo convocou os trabalhadores da área de segurança pública, convocou a sociedade civil, convocou operadores do Direito, convidou o Parlamento para participar e realizou 27 conferências estaduais. Ao final delas, no último final de semana realizou a Conferência Nacional de Segurança Pública, a primeira conferência nacional. Depois da votação de representantes de cada Estado, de cada unidade federada, representantes da sociedade civil, dos trabalhadores e de outros segmentos, foram aprovados alguns princípios e algumas diretrizes que devem orientar, certamente, a política de segurança pública do Governo.

Quero destacar inicialmente 2 princípios entre aqueles que foram aprovados pela Conferência Nacional, Deputado Marcelo Itagiba.

O primeiro princípio é o de ser a segurança pública uma política de Estado que proporcione a autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional das instituições envolvidas, nos 3 níveis de Governo, com descentralização e integração sistêmica do processo de gestão democrática e transparência na publicidade.

O segundo princípio é o de pautar-se pela manutenção da previsão constitucional vigente sobre os órgãos da área, conforme estabelecido no art. 144 da nossa Carta Magna.

Há outras prioridades, mas, dada a exiguidade do tempo, gostaria de citar as diretrizes aprovadas na 1ª Conferência Nacional.

O Sr. Marcelo Itagiba – Peço a V.Exa. a oportunidade de um aparte.

O SR. JOÃO CAMPOS – Pois não, Deputado Marcelo Itagiba. É um prazer ouvi-lo.

O Sr. Marcelo Itagiba – Quero apenas cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz. V.Exa. sempre está preocupado com a segurança pública em nosso

País. Eu gostaria de dizer que aquele que, no âmbito federal, verdadeiramente se preocupa com essa questão há de fazer 2 coisas, como demonstração efetiva de que se preocupa com segurança pública. Primeiro, é a instituição de um Ministério de Segurança Pública, voltado técnica e cientificamente para a matéria. A prioridade no País é saúde, educação e segurança, e o único setor que não possui um Ministério é o da segurança pública. A segunda proposta, que vai ao encontro do que diz V.Exa., é justamente a possibilidade de aprovarmos PEC de minha autoria, que tramita nesta Casa, que muda o sistema repressivo penal e dá condições para que os municípios atuem nos atos antissociais, prevendo que as leis e convenções sejam atualizadas. A Polícia Militar deverá fazer o seu ciclo completo de polícia na lei estadual, e os crimes verdadeiramente violentos, os crimes de corrupção, os crimes de colarinho branco ficarão na lei penal e serão apurados pelas Polícias Cíveis e Federal. Congratulo-me com V.Exa., fazendo essas considerações, que peço façam parte integrante do pronunciamento que conduz com bastante qualidade neste Plenário.

O SR. JOÃO CAMPOS – Obrigado, Deputado Marcelo Itagiba, pelas contribuições, que acolho como parte de nosso pronunciamento.

Diretrizes:

1 – Manter no sistema prisional um quadro de servidores penitenciários efetivos;

2 – Promover a autonomia e a modernização dos órgãos periciais criminais, por meio de orçamento próprio;

3 – Manter as atribuições constitucionais e a autonomia dos Corpos de Bombeiros Militares, definição de piso salarial nacional, formação e capacitação continuada, bem como melhores condições de trabalho, com equipamentos adequados;

6 – Instituir lei orgânica que proteja direitos, como um sistema remuneratório nacionalmente unificado;

8 – Regulamentar as Guardas Municipais como polícias municipais: definir suas atribuições constitucionais; regulamentar a categoria; garantir direitos estatutários, dentre eles jornada de trabalho e direitos afins;

11 – Definir e regulamentar o papel e as atribuições constitucionais dos municípios no tocante à segurança pública;

12 – Realizar a transição da segurança pública para atividade eminentemente civil; desmilitarizar as polícias; desvincular a polícia e os Corpos de Bombeiros das Forças Armadas;

15 – Rechaçar de forma absoluta a proposta de criação do ciclo completo de polícia;

16 – Modernizar o inquérito policial, num mecanismo ágil de investigação, de maneira a estipular instrumentos legislativos, diminuindo seu caráter essencialmente cartorial.

E, nesse ponto, eu quero aproveitar para dizer que a Câmara dos Deputados já aprovou projeto de lei que atende a essa diretriz. Infelizmente, o Senado Federal, em manobra de alguns Senadores, utilizando o Regimento Interno daquela Casa, fez com que a proposição não tivesse o adequado andamento. Seria muito interessante que o Senado Federal apreciasse o projeto e que, se houvesse alguma alteração, o mandasse a esta Casa, visto que ele, inclusive, faz parte da reforma processual penal.

19 – Criar mecanismos legais que garantam recursos orçamentários e financeiros mínimos e proporcionais para adoção de políticas públicas na área de prevenção de acidentes.

A questão do financiamento da segurança pública é indispensável para uma política séria, que tenha consequência na vida dos cidadãos. Há recursos vinculados para saúde, há recursos vinculados para a educação, mas não há recursos vinculados para a segurança pública.

24 – Fortalecer e utilizar as Unidades de Inteligência Policial como base para o desenvolvimento de ações direcionadas a alvos específicos.

O setor de segurança, que significa não apenas escutas e grampos, mas também planejamento de ações operacionais da polícia, é imprescindível até para que os recursos disponibilizados sejam mais bem aproveitados.

26 – Instituir políticas de valorização, qualidade de vida, apoio biopsicossocial, ético e profissional dos trabalhadores da área de segurança pública.

29 – Prover os servidores da segurança pública das prerrogativas constitucionais dos integrantes do Ministério Público e do Poder Judiciário;

30 – Desvincular totalmente a custódia de presos, tanto provisórios quanto condenados, das Secretarias de Segurança Pública, conforme as recomendações internacionais;

33 – Manter a maioria penal em 18 anos e o tempo de cumprimento de medidas socioeducativas de acordo com a legislação vigente.

É claro que esse tema é de profundo consenso. Temos diversas propostas de emendas constitucionais que tratam dessa matéria, cada uma delas com parâmetros diferentes. E algumas propostas alteram

também o ECA, em relação ao tempo para o cumprimento de medidas socioeducativas.

A 37 parece-me também diretriz muito interessante: reafirmar e cumprir o Estatuto do Desarmamento, como política de Estado.

Por fim, destaco a diretriz nº 40: tipificações específicas de crimes cometidos contra profissionais de segurança e operadores do Direito no exercício ou não da função.

Trata-se, portanto, Srs. Parlamentares, de um conjunto de diretrizes elaboradas a partir da contribuição da sociedade civil, dos trabalhadores de segurança e de representação dos Estados, e elas devem, de fato, servir de reflexão para esta Casa, especialmente para a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Todavia, na sessão de abertura da 1ª Conferência Nacional, algo me chamou a atenção: embora os trabalhadores e a sociedade elaborassem essas diretrizes, a principal fala foi a do Presidente Lula, que acabou não assumindo nenhuma responsabilidade na área de segurança pública. Nenhuma! No discurso solene de abertura da Conferência Nacional, inicialmente o Presidente Lula disse que a segurança pública está para o País como um cachorro que tem diversos donos. E é exatamente por ter diversos donos que nenhum deles cuida. Um fica aguardando que o outro tome uma providência.

A partir do momento que usou dessa figura, o Presidente Lula caminhou na mesma direção, apenas diluindo responsabilidades e dizendo que a responsabilidade é dele, dos Governadores, dos Prefeitos, dos operadores de segurança e da sociedade civil. Mas não assumiu a sua, embora tenha afirmado que também tem responsabilidade. Naquele instante, não anunciou nenhuma medida que diga respeito diretamente à sua responsabilidade como Chefe da Nação.

Logo, nós esperamos que seu comportamento e sua atitude não reflitam, como contágio hierárquico, no comportamento de todos os demais entes que também têm responsabilidade com a segurança pública. É exatamente por isto que têm aumentado a cada instante os índices de violência, de criminalidade, de assassinatos nos finais de semana: a responsabilidade é de todos, logo, ninguém tem responsabilidade, ninguém faz a sua parte, ninguém cumpre o seu papel.

Se nós continuarmos assim, certamente vamos continuar assustando-nos com o número de jovens que estão sendo assassinados a cada dia, com a realidade dos presídios, com a realidade dos estabelecimentos

que deveriam cuidar daqueles que estão cometendo os atos infracionais.

Nós vamos continuar assustando-nos com a realidade das delegacias de polícia, com efêmeros efetivos das polícias para enfrentar a criminalidade.

O Sr. Valdir Colatto – Deputado João Campos, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. JOÃO CAMPOS – Com prazer.

O Sr. Valdir Colatto – Deputado João Campos, cumprimento-o pelo pronunciamento referente à segurança. V.Exa., que é delegado, conhece bem a questão da segurança. Eu tenho um irmão que é delegado e também sei da sua importância. Aliás, temos de aprovar a PEC que trata da carreira dos delegados, pela qual V.Exa. trabalha tão bem, para valorizar os policiais, que, certamente, têm reconhecido o seu trabalho. O Brasil, com certeza, está ouvindo e aplaudindo o seu pronunciamento, que mostra o outro lado da segurança, para o qual esta Casa precisa ter muita atenção. Aproveito a oportunidade para registrar que os suplentes de Vereadores estão aqui esperando a votação da PEC dos Vereadores, que nós vamos apoiar. Precisamos votar a PEC. É importante que esta Casa se manifeste urgentemente sobre a matéria. Hoje seria o dia ideal para se fazer a votação, em reconhecimento ao valor que têm todos os Vereadores para o Brasil. A PEC dos Vereadores tem de ser votada hoje. Parabéns pelo pronunciamento, Deputado João Campos!

O SR. JOÃO CAMPOS – Obrigado, Deputado Valdir Colatto.

O SR. MAURO BENEVIDES – Sr. Presidente, peço a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Sras. e Srs. Deputados, há orador na tribuna.

Continue, Deputado João Campos.

O SR. JOÃO CAMPOS – Muito obrigado pela contribuição, Deputado.

Aproveito para acrescentar que, já que S.Exa. fez referência à PEC nº 549, que é em favor da segurança pública do Brasil, esta Casa está agora, também, apreciando outras 3 propostas de emenda constitucional que têm relação muito direta com as políticas de segurança pública.

Hoje, por exemplo, foi instalada a Comissão Especial que vai apreciar, debater e discutir a PEC nº 300, que trata de estabelecer o piso salarial para as Polícias Militares e o Corpo de Bombeiros Militar do Brasil.

A CCJ, na minha Relatoria, há de debater nos próximos dias a PEC nº 340, que também trata de fixar, de estabelecer o piso salarial para os policiais civis de todo o Brasil.

Temos ainda também na minha Relatoria na CCJ a PEC nº 356, de imensurável importância, porque ela busca fazer com que tenhamos uma política salarial responsável na área de segurança pública, na medida em que estabelece que o Governo Federal, a União, terá que transferir recursos aos Estados, para complementação salarial das polícias. Hoje, há verdadeira discrepância salarial de um Estado para outro em relação à política salarial na área de segurança pública. E já há experiência em Brasília, onde o Governo Federal não apenas complementa, mas paga, de forma integral, o salário da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Brasília. Há outra experiência interessante em relação à Força Nacional, composta por policiais dos Estados, que são pagos pela União. É outra proposta de emenda constitucional muito interessante para uma política de segurança séria.

Ouçó, com prazer, o Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Quero expressar apoio à PEC que V.Exa. defende, postulando remuneração condigna para os policiais. V.Exa. nessa PEC terá nosso apoio. Os suplentes de Vereadores também esperam o apoio para a PEC que diz respeito à situação da composição das Câmaras Municipais de todo o País. Portanto, aproveito o discurso de V.Exa. para fazer o apelo às Lideranças da Casa. Muito obrigado, nobre líder.

O SR. JOÃO CAMPOS – Obrigado pela contribuição, caro Deputado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Antes de mais nada, quero saudar os suplentes de Vereadores que estão em grande número hoje no Congresso Nacional. A Casa entende o anseio para que concluamos a votação em plenário. Quero dizer também que a Casa está extremamente sensível à toda reivindicação dos senhores. É uma prerrogativa desta Casa e uma obrigação fazer a votação para regulamentar a Constituição, e nós não vamos fugir de nossa responsabilidade.

É óbvio que teremos assuntos políticos para administrar dentro da Casa, mas, na próxima semana, na quarta-feira, faremos todo o possível para colocar em pauta essa justa reivindicação de todos os municípios brasileiros. Vossas Senhorias, que vão virar Vossas Excelências num curto espaço de tempo, fiquem tranquilos, que estaremos atentos e agilizaremos o máximo possível momento tão precioso para a vida da democracia. A partir do momento em que a representatividade

é configurada, quem ganham não são os senhores, e sim a população brasileira e a democracia.

Muito obrigado pela presença a todos os senhores aqui.

Durante o discurso do Sr. João Campos, o Sr. Marcelo Ortiz, 1º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Abelardo Lupion, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. MAURO BENEVIDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, os círculos jurídicos do País perderam, ontem, uma de suas figuras mais preeminentes, o Ministro Carlos Alberto Direito, integrante do Supremo Tribunal Federal, no qual se encontrava, desde o ano passado, nomeado que fora pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Vinculado ao pensamento cristão, sempre participou de movimentos do laicato no Rio de Janeiro, merecendo integral confiança do ex-Arcebispo Cardeal Eugênio Sales.

Antes de chegar à Corte Maior, o extinto destacou-se no STJ, de cujo plenário era membro dos mais ilustrados, pelo brilho de seus votos e sentenças, prolatados ao longo de fulgurante judicatura.

Afastado de suas atividades, há 4 meses, submeteu-se à intervenção cirúrgica no Rio de Janeiro, vindo a falecer ontem, na sua própria residência.

Ao registrar a morte do ínclito magistrado, desejo levar ao Presidente Gilmar Mendes e à família enlutada o profundo pesar desta Casa.

O SR. SILVIO COSTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PMN – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, após o belo discurso de V.Exa., um Deputado relevante da Oposição, um Deputado competente, tenho uma proposta a fazer. Parece que V.Exa. é defensor da PEC dos Vereadores, como também o sou. Assim, proponho que, como chegou o Líder do PSDB e, daqui a pouco, chegará o Líder do DEM, paremos a obstrução e votemos a PEC hoje. (Palmas nas galerias.)

Peço a V.Exa. que converse com os Líderes da Oposição, para que parem a obstrução e, assim, votemos a PEC hoje. Se a Oposição não parar de obstruir, não se vota hoje, nem quarta-feira. Em suma, é aquela

cantiga: Enquanto houver amanhã, amanhã, amanhã, amanhã. Então, vamos fazer um acordo. Que se pare a obstrução para somente se votar a PEC.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Deputado Silvio Costa, V.Exa., neste momento, está fazendo exatamente o apelo que hoje pela manhã todos nós fizemos, mas a Oposição entende que o Plenário hoje é extremamente importante para se discutirem assuntos relevantes para a vida da Oposição.

Portanto, quero deixar V.Exa. muito tranquilo. A proposta já foi feita hoje de manhã. Se o Governo retirar a urgência do pré-sal, a Casa volta ao normal. Nós estamos trabalhando nisso e vamos tentar fazer com que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Vou seguir a lista de inscrição.

Tem a palavra o Deputado Uldurico Pinto, por 3 minutos.

O SR. ULDURICO PINTO (Bloco/PMN – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores telespectadores da **TV Câmara**, senhores internautas, Vereadoras e Vereadores de nosso País, a PEC não é dos suplentes de Vereadores, mas dos Vereadores, que, na realidade, foram eleitos. Segundo a interpretação, eles são Vereadores eleitos e precisam tomar posse.

Aqui, hoje, venho fazer um apelo para que se coloque a matéria em votação. E faço um apelo maior ainda, para que todos nós possamos resolver esse problema que está no coração do Legislativo brasileiro. Essa legião de Vereadores e Vereadoras em nosso País constantemente vem de todos os cantos do Brasil para se fazer presente, para prestigiar, para ajudar a escrever a história da independência do Legislativo em nossa terra.

Registro, então, na condição de Deputado Federal pelo meu partido, que somos favoráveis à votação da PEC o mais rápido possível e a que essas heroínas e esses heróis de nosso País possam voltar para casa, tomar posse e ajudar seus municípios.

Vereadoras e Vereadores estão vindo de quase todos os lugares do País. Acho importante que eles não voltem de mãos vazias, e sim com esse diploma, para tomar posse nas Câmaras Municipais e honrar os brasileiros.

Parabéns, Vereadores!

Apelo à Câmara dos Deputados para que vote o mais rápido possível a PEC, que honra nosso País.

Um abraço, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ELIZEU AGUIAR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ELIZEU AGUIAR (PTB – PI. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna para enaltecer a iniciativa do nobre Senador João Vicente Claudino, que, em 2007, apresentou 3 proposições para a criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) nos Municípios piauienses de Floriano, Bom Jesus e Picos.

Tive, nobres pares, a honra de relatar os referidos projetos de lei, os quais considero da mais alta relevância para o nosso País e, em particular, para o Estado do Piauí.

Sabemos que as ZPEs são um poderoso instrumento para a redução das desigualdades regionais, para a promoção de investimentos, para a difusão de novas tecnologias, para a expansão das exportações e para a geração de emprego e renda, não apenas para os enclaves que as sediam, mas também para toda a região que se beneficia de seus impactos positivos.

Somos uma economia suficientemente madura, capaz de abrigar diferentes concepções de política industrial e comercial, como sucede, a propósito, em muitos outros países, inclusive nas nações mais desenvolvidas.

A esse respeito, repetimos aqui dados apresentados pelo insigne autor das propostas de criação de ZPEs nos citados municípios do Piauí. Existem, atualmente, cerca de 3 mil distritos do tipo ZPE em 116 países, responsáveis pela geração de 37 milhões de empregos. Na China e na Índia, tais enclaves constituem importante fator de crescimento da economia.

Observa-se, portanto, que o Brasil encontra-se atrasado no que diz respeito à utilização desse instrumento de política industrial. A decisão do atual Governo de retomar a implantação desses enclaves sinaliza uma grande oportunidade para dar novo impulso a esse processo e avançar, fundamentados no novo marco regulatório das ZPEs e contando com o empenho do Governo Federal, do Legislativo e dos Estados.

Das 17 ZPEs autorizadas por meio de decreto presidencial, 4 já concluíram as obras de infraestrutura necessárias, mas não foram alfundegadas pela Receita Federal. São as ZPEs de Imituba, em Santa Catarina, a de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, a de Araguaína, no Tocantins, e a de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. As demais se encontram em diferentes fases do processo de implantação.

As ZPEs, senhoras e senhores, podem, sim, desempenhar papel auxiliar importante na dinamização das atividades econômicas de regiões cujo potencial necessita de estímulos específicos. Também podem contribuir para melhorar o balanço de pagamentos, ao atrair investimentos externos e ampliar as exportações de bens. Temos, a esse respeito, aliás, os exemplos alvissareiros da Zona Franca de Manaus e, em menor escala, das Áreas de Livre Comércio já implantadas na Amazônia.

Os 3 municípios piauienses mencionados reúnem, a nosso ver, todas as condições para se tornarem enclaves econômicos. Floriano é detentor de boas condições econômicas, possui mão de obra qualificada e já se apresenta como polo das indústrias farmacêutica, de confecções e de bioenergia. Bom Jesus é um Município rico em água subterrânea e um polo de cultivo de soja, arroz e algodão. E Picos, além de sediar várias universidades e um Centro Federal de Educação Tecnológica, é o principal produtor de castanha de caju e de mel do País.

Além disso, Sr. Presidente, esses 3 municípios também possuem vantagens comparativas insuperáveis em termos de logística. Sabemos que a Lei nº 11.508, de 2007, que regulamenta as ZPEs, com as alterações introduzidas pela Lei 11.732, de 2008, estabelece a concessão de prioridades para a criação de ZPE localizada em área geográfica com fácil acesso ao mercado externo, critério esse preenchido pelos municípios que ora examinamos. Com a recuperação do leito do Rio Parnaíba – que já consta do Plano Nacional de Logística de Transportes do Ministério dos Transportes –, a produção poderá ser escoada pelo Porto de Luís Correia. Alternativamente, poderiam ser utilizados os Portos de Pecém, no Ceará, ou de Suape, em Pernambuco, necessitando, para tanto, construir um ramal ferroviário ligando a Ferrovia Transnordestina aos Municípios de Bom Jesus e de Floriano. No tocante a Picos, o Município tem a vantagem adicional de ser importante entroncamento rodoviário do Nordeste, ligando o Piauí ao Maranhão, à Bahia, ao Ceará e a Pernambuco.

Estamos certos, ilustres pares, de que o regime tributário, cambial e de comércio exterior especial, decorrente da criação de ZPEs – desde que destinem 80% de suas produções para o exterior –, favorecerá a instalação de novas indústrias e empreendimentos agroindustriais nas regiões, agregando valor à produção existente. Propiciará, assim, desenvolvimento econômico e social para o Estado do Piauí, garantindo a melhoria das condições de vida para as populações.

Urge, Sr. Presidente, que reduzamos as desigualdades regionais e a enorme dívida social que paira sobre os Estados menos desenvolvidos de nosso País.

Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO SOUTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Pois não, Deputado Humberto Souto. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PPS – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Silvio Costa propôs a votação da PEC hoje desde que suspendêssemos a obstrução. Quero informar ao Deputado Silvio que propusemos isso hoje no Colégio de Líderes, e o Deputado Michel Temer nos disse que, para colocar em pauta a PEC dos Vereadores, não depende de obstrução. S.Exa. pode colocar em apreciação a proposição na hora que entender conveniente. O Presidente informou, ainda, que hoje não seria o melhor dia para colocar em votação a matéria e que pretende fazê-lo na próxima quarta-feira.

De maneira que presto essa informação ao Deputado Silvio Costa, de que não depende de alterar qualquer formatação na condução dos trabalhos, a obstrução ou não, depende apenas do Presidente, se desejar, colocar a emenda em votação. Essa é uma emenda que não depende de Liderança nem de partidos. Os Deputados estão comprometidos com suas bases, com os Vereadores.

Tenho certeza de que, se o Presidente colocá-la em votação, todos nós, independente de estamos ou não em obstrução, iremos votar a favor dos suplentes.

O SR. SILVIO COSTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SILVIO COSTA – Sr. Presidente, fui citado pelo Deputado Humberto Souto. É regimental.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – V.Exa. foi elogiado pelo Deputado Humberto Souto. Entenda que precisamos continuar essa lista. Se V.Exa. me permite, vou chamar mais um Deputado, depois, concederei a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Concedo a palavra ao Deputado Manato.

O SR. MANATO (PDT – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabênizo o Governo do Estado do Espírito Santo, que na última sexta-feira, em solenidade no Palácio Anchieta, deu um grande passo para mudar

a saúde do nosso Estado depois de 3 anos desenvolvendo um projeto de recuperação da saúde.

O Hospital Dório Silva foi inaugurado em 1987; fui um dos primeiros médicos concursados a trabalhar ali. Agora, esse hospital tem 240 leitos, foi construído como um hospital de campanha.

O Governo do Estado resolveu investir 121 milhões para fazer um novo Hospital Dório Silva, nos conceitos de modernidade com o que há de mais atual em nosso País em equipamentos de última geração: de ressonância magnética, de ultrassonografia, de endoscopia digestiva. São equipamentos de alta complexidade. Esse hospital será construído no Município da Serra, onde moro, vai abrigar 370 leitos, com uma área de 32 mil metros quadrados.

Tenho certeza, na qualidade de médico e ex-Diretor que sou do Hospital Dório Silva, que a saúde do nosso Estado vai avançar muito com esse novo hospital. Além desse hospital, o Governo Paulo Hartung, com esse projeto de 1 bilhão de investimentos, acompanhado pelo Vice-Governador Ricardo Ferraço, está abrindo mais 2 hospitais.

Até o final do ano, será aberto o hospital central, que também tem capacidade de fazer cirurgias de apoio às cirurgias de urgência, e haverá a reforma do Hospital São Lucas, hoje o maior hospital de trauma, de pronto socorro, da na nossa cidade. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o novo hospital Dório Silva será o melhor e o maior hospital público não só do Estado do Espírito Santo, como também do Brasil.

Sr. Presidente, é muito bonito a Oposição vir aqui e falar em aprovar a PEC dos Vereadores, mas não toma uma medida prática. Se quisesse alguma medida prática, faria o que o nosso colega Sílvio disse: desobstruiria e votaria, hoje, porque é um desrespeito ter de voltar quarta-feira que vem e depois continuar em obstrução.

Vamos acabar de uma vez por todas e votar hoje. (Palmas.) O PDT está aqui para votar hoje.

O SR. ZONTA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Pela ordem, Deputado Zonta.

O SR. ZONTA (PP – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são 16h45min, e temos a presença de 340 Deputados. Solicito a V.Exa. que dê entrada e comecemos a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Assim que o Presidente Michel Temer autorizar...

O SR. ZONTA – V.Exa. fica muito bem aí.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Muito obrigado.

O SR. ZONTA – Pedimos que aproveite este momento e inicie a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Para eu permanecer sentado aqui, é preciso haver a votação de V.Exas. Então, vamos esperar o Presidente Michel Temer.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Com a palavra o Deputado Julião Amin. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. JULIÃO AMIN (PDT – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diariamente, quando ligamos a televisão, ficamos alarmados com o noticiário nacional, cujo tema é a violência. A violência não ocorre somente nos grandes Estados, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, ou em cidades como Brasília, com o assassinato do ex-Ministro José Guilherme Villela, mas também no Maranhão, nosso Estado, onde temos a impressão de que as pessoas não podem mais sair às ruas – acabam totalmente isoladas em suas casas.

Recentemente, constatou-se que, somente no mês de agosto, ocorreram mais de 50 homicídios no Estado do Maranhão, além de sequestros e assaltos a carretas nas estradas. Enfim, a violência impera no Estado.

O sistema de segurança pública do Estado está em greve: delegados, agentes da Polícia Civil e agentes carcerários. O Governo do Estado não sinaliza a possibilidade de negociar nem com os delegados, muito menos com os agentes da Polícia Civil do nosso Estado. O Maranhão parece terra abandonada. A propósito, fazemos uma denúncia a todo o Brasil: o que acontece no Maranhão não é divulgado ao País.

A Governadora do Maranhão, Roseana Sarney, é proprietária de mais de 90% do sistema de comunicação do Estado, e não se divulga para o País o que acontece lá no Maranhão.

Então, viemos aqui denunciar essa situação e pedir ao Ministério Público que realmente intervenha nesse caso, que procure o sistema de segurança do Maranhão para dar tranquilidade à família maranhense. Não podemos mais viver uma situação dessas, em que não se pode mais sair às ruas, e o sistema de segurança em greve. O Governo do Estado não toma providência alguma. É um verdadeiro caos administrativo.

Precisamos, imediatamente, ter o apoio do Ministério da Justiça em razão do descaso com que o Governo do Estado do Maranhão trata a questão da segurança.

Finalizando, Sr. Presidente, reitero o pedido para que seja incluída na pauta de hoje a PEC dos Vereadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Concedo a palavra ao Deputado José Rocha, do PR da Bahia. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui, mais uma vez, reiterar o nosso apoio à PEC dos Vereadores. Urge sua colocação em pauta para que possamos aqui votá-la e aprová-la e para que os Vereadores possam assumir os seus mandatos, eleitos que foram no último pleito.

Sr. Presidente, quero aqui fazer o registro do falecimento da Sra. Iani Fernandes Donato, pessoa muito querida de Guanambi, Município do meu Estado, que faleceu aos 72 anos, no dia 30, e foi sepultada no dia 31.

Lá estive presente, juntamente com o Senador César Borges, abraçando a família Fernandes, o Sr. Epaminondas Donato, seu esposo, seus filhos, na pessoa de Rubens Donato, e seus irmãos, na pessoa de Luís Carlos Fernandes. É uma família de 7 irmãos – 5 homens e 2 mulheres – e de 5 filhos – 3 homens e 2 mulheres. É uma das famílias mais queridas de Guanambi.

Seu falecimento consternou toda aquela comunidade e região onde a família tem raízes, o Município de Igaporã, da qual se origina. Um pesar e uma lacuna muito grande ficam no seio da comunidade de Guanambi com o falecimento da Sra. Iani Fernandes Donato, de uma família da qual tenho muito honra de ser amigo.

Quero também, Sr. Presidente, mais uma vez, falar do trabalho que realiza a Aeronáutica na Amazônia. Visitei, nos dias 27 e 28 de agosto, a convite da Força, a Tiriós, no Estado do Pará, onde faz um grande trabalho, por meio da COMARA e do I COMAR, construindo aeroportos para a segurança da Amazônia, para a segurança do País.

Estão de parabéns o I COMAR e a Aeronáutica pelo grande trabalho que realizam na região amazônica, especialmente em Tiriós, no Pará, localidade que não tem nenhuma ligação rodoviária ou outro caminho a não ser esse aeroporto, onde chegam os aviões para transportar todo o material da infraestrutura da construção do aeroporto, como também a manutenção de uma unidade do SIVAM. Há ainda, naquela região, unidades do Exército e da Aeronáutica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, repito, participei da comitiva oficial desta Casa, que se deslocou até

a Região Norte para acompanhar in loco os trabalhos da Comissão de Aeroportos da região amazônica.

Em pouco mais de 50 anos, a COMARA ostenta feitos dignos de entrar para a história. Nesse período, superou todos os obstáculos para chegar aos locais mais distantes e remotos do País.

Com bravura e sacrifícios, foram abertas pistas e construídos aeroportos em diversas regiões da Amazônia, principalmente na área de fronteira. Graças à COMARA, milhares de brasileiros se libertaram do isolamento, ao mesmo tempo em que o País reafirmou a posse e a vigilância do seu território.

Em Belém, a Capital paraense, visitamos o estaleiro onde são construídas balsas e rebocadores que transportam máquinas e equipamentos para a construção das pistas. Acompanhados do Comandante da COMARA, Tenente-Coronel Carlos, também visitamos as instalações do I Comando Aéreo Regional, onde fomos recebidos pelo brigadeiro, Igreja e a Base Aérea de Belém, comandada pelo Tenente-Coronel Marcos Araújo.

Sr. Presidente, a comitiva oficial desta Casa ainda teve a oportunidade de se deslocar até Tiriós, que pouco dista de Belém e hoje conta com pista e hangar construídos pela COMARA. Em Tiriós, comprovamos, mais uma vez, a importância da COMARA para a integração nacional e a defesa do território brasileiro.

Quero destacar aqui que nossa visita atendeu a convite do Comando da Aeronáutica, por meio da Assessoria Parlamentar, chefiada pelo Brigadeiro do Ar José Magno Resende de Araújo. Destaco ainda a presença na comitiva do Tenente-Coronel Müller, da Assessoria Parlamentar do Exército.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Deputado José Rocha, o discurso de V.Exa. será divulgado nos Anais da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Professor Victorio Galli.

O SR. PROFESSOR VICTORIO GALLI (Bloco/PMDB – MT. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de tratar aqui de um assunto que vem gerando grandes discussões tanto fora como dentro do Congresso Nacional. Estou falando da Proposta de Emenda à Constituição dos Vereadores, aprovada nesta Casa na semana passada por uma Comissão Especial. A PEC dos Vereadores será votada em 2 turnos no plenário da Câmara nos próximos dias. A proposta restitui a legitimidade das Câmaras Municipais, que hoje con-

tam com um número inadequado de Vereadores para atender a todas as demandas da população.

O projeto aumenta de 51.700 para 59.700 o número de Vereadores. Outro item importante nessa PEC é a redução dos gastos com os Legislativos Municipais. Se aprovada, a PEC reduzirá de 5% para 4,5% o percentual máximo das receitas tributárias e das transferências municipais para financiamento da Câmara Municipal. Caso aprovada, a PEC vai gerar uma economia que pode chegar a 1 bilhão e 800 milhões de reais. Nos municípios menores, a redução pode chegar a 12,5% das despesas. Nos maiores municípios, essa redução pode ser de até 60%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os Vereadores são legítimos representantes da população, e são eles que estão mais próximos da comunidade. Portanto, não se pode diminuir essa representatividade popular.

Digo mais, a PEC dos Vereadores não aumenta o número de vagas nas Câmaras, ela apenas irá restituir o que foi cortado pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2004. Atentem para os fatos: o Congresso não está apenas restaurando o número de Vereadores determinado na Constituição Federal de 1988. Está também devolvendo ao Poder Legislativo Municipal o que lhe foi retirado.

Sr. Presidente, em Mato Grosso, Estado que representam, voltarão às Câmaras Municipais mais 180 Vereadores em 43 Municípios. Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra, Cáceres e Barra do Garças são algumas das cidades que terão novamente o número de Vereadores dos anos anteriores.

A PEC dos Vereadores é moralizadora e disciplinadora. Ela moraliza porque corta gastos das câmaras municipais e disciplina porque aumenta o número de Vereadores em cidades que têm acima de 15 mil habitantes, o que oferece mais representatividade à população. Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que interessa é isso: menos gastos, mais representatividade e ampliação da transparência nos Legislativos Municipais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Lobbe Neto.

O SR. LOBBE NETO (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Parlamentares, Deputado Abelardo Lupion, que neste momento preside com muita proficiência esta Casa, aqui há uma expectativa de tantos suplentes de Vereadores que se encontram nas galerias, jovens, senhoras e senhores a

quem faltaram poucos votos para se investirem do mandato de Vereador. Mas eles concorreram, participaram de um momento democrático em seu município. E aí tivemos uma diferenciação, porque foi o Poder Judiciário que diminuiu o número das cadeiras de Vereadores em vários municípios, alegando economia.

Engraçado, Sr. Presidente: quando se trata da classe política – Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais –, nada pode; quando se trata da criação de 58 mil novos cargos que o PT envia a esta Casa para serem aprovados, tudo pode, há dinheiro, pode se contratar, fazer concursos. E muitos nem concursados são, são contratados para ocupar cargos de confiança e pelo dízimo que dão ao Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, falaram aqui que o PSDB tem posição contrária a esta PEC. O PSDB não tem posição contrária. Ele vai liberar sua bancada porque muitos querem votar a favor dos nossos suplentes de Vereadores e cada vez mais fortalecer a democracia, aumentar a representação nas Câmaras Municipais, para que os Prefeitos possam ter um apoio forte. É a representação da vereança; é a representação do Poder Legislativo Municipal. Por isso vamos liberar a bancada. Como Vice-Líder vou apoiar a aprovação da PEC dos Vereadores. E vários da nossa bancada a apoiam.

Sr. Presidente, outro assunto que trago à tribuna diz respeito ao pré-sal. Estamos obstruindo sim, porque o Presidente Lula disse que os 4 projetos não teriam caráter de urgência quando chegassem a esta Casa. Falou para os Governadores que não trataria desse assunto com urgência, mas, passados 30, 40 minutos, impôs urgência aos 4 projetos e os enviou para esta Casa.

Queremos ter responsabilidade no debate. Já pedimos uma Comissão Geral para o dia 22 de setembro, com especialistas da área, para discutir tecnicamente a questão. Vamos colocar 10 bilhões em risco, num momento de crise, quando a arrecadação cai e a receita está dividida. E ainda só vamos ter a prospecção ou os resultados daqui a 10, 15 anos, se tivermos. Isso representa um risco para um país como o nosso. Ainda em relação à questão ambiental, estamos na contramão da história. Temos de fortalecer as energias alternativas – etanol, energia eólica, nitrogênio e tantas outras.

Por isso queremos uma discussão mais ampla e democraticamente debater. Esta é uma obstrução saudável, pelo bem e pelas finanças do País. Não outras, que a às vezes a base do Governo faz, apenas para alertar o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado João Campos.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero anunciar que estou apresentando proposta de emenda à Constituição que estabelece que cada Senador terá apenas 1 suplente, que não poderá ter vínculo de parentesco até segundo grau ou por adoção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Quero pedir colaboração aos colegas. Assumir a Presidência interinamente não é fácil. É óbvio que eu gostaria de dar a palavra a todos. Todos gostariam de mostrar sua posição extremamente coerente para nossos suplentes que estão presentes, mas vou seguir rigorosamente a lista.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Concedo a palavra ao Deputado Marçal Filho. Depois, falarão os Deputados Júlio Cesar e Dr. Rosinha.

O SR. MARÇAL FILHO (Bloco/PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já me manifestei favorável à proposta que aumenta a representatividade nas Câmaras Municipais.

Quero destacar a representatividade de Mato Grosso do Sul, especialmente da minha região de Dourados. Vários companheiros de lá se encontram nas galerias. Queremos que a PEC seja votada hoje, porque todas essas pessoas que aqui estão vão ter de retornar às suas residências, aos seus Municípios, aos seus Estados, e voltar na semana que vem.

Esperamos que as Lideranças partidárias entendam isso, sensibilizem-se e coloquem a matéria em votação. Tenho certeza de que essa é a vontade de todos os Parlamentares. Não há ninguém, nesta Câmara dos Deputados, contra esse pleito justo desses representantes do povo.

Gostaria também, Sr. Presidente, de falar sobre a necessidade que o Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores tem de ampliar as políticas de assistência aos brasileiros que moram fora do nosso Brasil.

Há o caso de uma sul-mato-grossense que, infelizmente, faleceu, e nada foi feito para que seu corpo fosse trasladado para meu Estado. Era uma jovem que faleceu em circunstâncias ainda a serem apuradas; morreu sem nenhuma assistência, em Lisboa, Portugal. A família procurou políticos, autoridades do Mato Grosso do Sul, e até agora não conseguiu nenhum tipo de assistência. A família quer poder chorar com o corpo presente, mas nem isso está conseguindo.

Fazemos um apelo à Comissão de Relações desta Casa, ao Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, para que preste assistência a essa família. Afinal de contas, trata-se de uma brasileira que faleceu em terras estrangeiras – mais precisamente num país irmão, Portugal, na cidade de Lisboa –, e infelizmente a família não está sendo ouvida. Em nenhum momento, a voz dela está fazendo eco junto às autoridades diplomáticas do nosso País.

Faço este apelo. Já enviei essa proposição a quem de direito, a todas as autoridades, ao Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores, para que providências sejam tomadas e que isso também sirva de alerta para os problemas que vivem nossos compatriotas, nossos brasileiros que vivem no exterior, vão à procura de uma vida melhor, e acabam vindo de lá frustrados. O sonho acaba se transformando em pesadelo. Em muitos países, não somos bem tratados, como tratamos aqui os estrangeiros, como tratamos as pessoas que acorrem ao nosso País. Enquanto calorosamente recebemos essas pessoas aqui, em muitas oportunidades, assim não somos tratados.

É importante que esta Casa se posicione em relação a essa situação. As pessoas que têm parentes no exterior sabem o drama que vivem por lá, e muitas vezes não são devidamente tratadas pelas autoridades brasileiras que nos representam no exterior.

O caso dessa jovem é emblemático, serve para ilustrar isso que estou aqui dizendo. Gostaria de pedir essas providências, porque se trata de uma pessoa do meu Estado e, acima de tudo, de uma brasileira.

O SR. SILVIO COSTA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PMN – PE. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são 17h02min, há 362 Deputado em plenário, o parecer do Relator foi lido ontem. Quero perguntar a V.Exa. por que não começa a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Acabei de falar com o nosso Secretário, que se dirigiu à Presidência para avisar ao Presidente da sua preciosa informação. Quero agradecer a V.Exa. por ter me alertado, mas o Presidente logo estará na Casa.

O SR. SILVIO COSTA – Mas V.Exa. pode começar sem o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Prefiro que o Presidente comece, é até uma deferência.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Com a palavra o Deputado Júlio Cesar. (Pausa.)

O SR. DR. ROSINHA – Sr. Presidente, há uma lista e, após o Deputado Marçal Filho, é o meu nome que está na lista. Estou acompanhando, estou atento.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – O Deputado Júlio Cesar estava antes.

O SR. DR. ROSINHA – Não está antes. Posso provar que não está antes. Pego uma lista e mostro a V.Exa. que não está antes, porque há uma ordem de inscrição. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Deputado Dr. Rosinha, V.Exa. está com toda a razão. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um breve comentário sobre a questão das obstruções que estão ocorrendo nas Comissões e no plenário. O PSDB e os Democratas estão obstruindo pela razão de que são contra a exploração do pré-sal por parte do Governo brasileiro. O Presidente Lula manda projetos de lei para esta Casa em regime de urgência, para que, durante 45 dias, em Comissão Especial, possamos debater o novo marco regulatório do pré-sal, do petróleo, a fim de que possamos debater com profundidade como vai se dar o processo de exploração e como serão distribuídos os royalties no Estado brasileiro.

No entanto, eles não aceitam essa intervenção sadia do Estado na exploração do petróleo, da riqueza brasileira. Eles não aceitam que o fruto da exploração dessa riqueza vá para a saúde e para a educação. Então, cria-se o pretexto e faz-se a obstrução, porque não querem dizer publicamente que são contra a distribuição dos royalties, que são contra os recursos para a saúde, para a educação e para a área social. Preferem que esses recursos sejam entregues às grandes empresas multinacionais. Aí, cria-se o pretexto e faz-se obstrução nesta Casa. É importante que se diga isso.

Nós queremos esses recursos distribuídos para todo o País, queremos debater democraticamente na Comissão Especial por 45 dias. É importante essa definição neste momento. Neste momento vive-se no mundo uma grave crise econômica, financeira. Os Estados têm pegado recursos públicos para financiar o setor privado, como bancos, empresas de automóveis, empresas de seguro e assim por diante, todas privadas.

Nós temos um recurso natural, uma riqueza natural, que pode se voltar para a área social, voltar-se para o Estado, porque já é do Estado, e o Estado fazer essa distribuição. E o Democratas e o PSDB encontram-se contrários a isso, porque não querem o Estado brasileiro crescendo, desenvolvendo-se e fazendo atendimento social, como quer o Presidente Lula, como

querem nossos partidos da base do Governo, como quer o Partido dos Trabalhadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Abelardo Lupion) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falo em razão do posicionamento do Deputado Dr. Rosinha quando acusa o PSDB de ser contra o pré-sal.

Não é verdade. Simplesmente, devido ao palanque armado anteontem pela Ministra Dilma Rousseff, não sabemos se é mais uma mentira da Ministra, que tem sido useira e vezeira em mentir para o Brasil. S.Exa. pode estar mentindo mais uma vez no que diz respeito ao petróleo, à quantidade de óleo e ao pré-sal.

Por isso nós temos que ter prudência. É uma questão de Estado.

O SR. LUIZ SÉRGIO – Sr. Presidente...

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES – É uma questão nacional. O PSDB, como sempre...

O SR. DANIEL ALMEIDA – Sr. Presidente...

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES – ...faz oposição com responsabilidade...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, isso não é uma questão de ordem, é apenas um pequeno discurso.

O SR. DANIEL ALMEIDA – Não se trata de questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES – Eu não pedi a palavra para uma questão de ordem, pedi a palavra pela ordem.

O SR. LUIZ SÉRGIO – Sr. Presidente, a Casa é regida pelo Regimento. Isso não é uma questão de ordem. Ele está revidando o discurso de um Deputado do PT.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES – Eu pedi a palavra pela ordem para contraditar o Deputado que estava na tribuna.

O SR. DR. ROSINHA – Sr. Presidente...

O SR. LUIZ SÉRGIO – Não há contradita quando se está usando a palavra nas breves comunicações, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Wandenkolk Gonçalves, o Sr. Abelardo Lupion, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Souto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – **Apresentação de proposições.**

APRESENTAM PROPOSIÇÕES:

Autor	Proposição	Ementa
Senado Federal	PL 5942/2009	Inscrive o nome de Rui Barbosa de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria.
Cleber Verde	EMP 1/2009 => PL 2502/2007	Acrescenta parágrafo ao art. 45 da Mensagem nº 713/2009, PL 5938/2009.
Márcio França	EMP 1/2009 => PL 5939/2009	Altera a redação do inciso V do art. 4º do PL 5939/09.
Ronaldo Caiado	EMP 2/2009 => PL 5939/2009	Altera a redação do artigo 11 do PL 5939/09.
Ronaldo Caiado	EMP 3/2009 => PL 5939/2009	Suprime os artigos 14 e 15 do PL 5939/09, renumerando os seguintes.
Ronaldo Caiado	EMP 5/2009 => PL 5939/2009	Altera a redação do artigo 12 do PL 5939/09.
Ronaldo Caiado	EMP 4/2009 => PL 5939/2009	Altera redação do artigo 10 do PL 5939/09.
Fernando Marroni	REQ 5438/2009 => PL 2502/2007	Solicitamos o apensamento da PL n.º 5.891/2009 ao PL n.º 2.502/2007, por tratarem de assuntos correlatos:
Eliene Lima	INC 5222/2009	Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Campo Novo do Parecis/MT.
Eliene Lima	INC 5223/2009	Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Brasnorte/MT.
Deley	EMP 2/2009 => PL 5798/2009	Acrescenta inciso ao artigo 2º do PL 5798/09.
Deley	EMP 1/2009 => PL 5798/2009	Altera a redação do caput do artigo 1º do PL 5798/09.
Eliene Lima	PL 5943/2009	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 que institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficiárias de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004 e dá outras providências.
Eliene Lima	PL 5944/2009	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fiscalização, pelo Corpo de Bombeiros, de casas de festas infantis e de empresas de locação de brinquedos.
Beto Mansur	REQ 5439/2009 -> PL 3547/2008	Solicita o apensamento do Projeto de Lei nº 3547/2008 ao Projeto de Lei nº 5938/2009.
Zonta	RFQ 5440/2009 => PL 3833/2008	Requer, nos termos regimentais, seja dado novo despacho ao PL no. 3833/2008, a fim de incluir este Órgão Técnico para apreciar o mérito.
Professor Galli	Victorio PL 5945/2009	Altera o art. 60, parágrafo único, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para dispor sobre a sucessão trabalhista na hipótese de recuperação judicial.
Comissão de Ambiente e Desenvolvimento	Meio REQ 5441/2009 e => MSC 921/2008	Requer a reconstituição da Mensagem 921/2008.

Sustentável

Wilson Covatti	REQ 5442/2009 => PL 1878/2003	Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 117, inciso VIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário, a audiência da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio em relação ao Projeto de Lei nº 1.878, de 2003, de autoria do Deputado Edson Duarte, que "autoriza as emissoras educativas estatais a transmitirem, sem custos, eventos esportivos de interesse nacional".
Wilson Picler	REQ 5443/2009 => PL 959/2003	Requer a inclusão na pauta de votações, do Projeto de Lei nº 959/2003, relativo à regulamentação das profissões de Técnico de Estética e de Terapeuta Esteticista.
Airton Roveda	PL 5946/2009	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI aos representantes comerciais.
Paes Landim	REQ 5444/2009 => PL 4497/2008	Requer a retirada de tramitação do PL nº 4.497 de 2008.
Paes Landim	PL 5947/2009	Revoga o art. 23 da Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.
Edson Duarte	RIC 4262/2009	Solicita ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Roberto Lupi, informações sobre fiscalização do anuário.
Comissão de Legislação Participativa	de PL 5948/2009	Dispõe sobre a criação da Semana Nacional da Justiça Fiscal e o Dia Nacional da Justiça Fiscal.
Emília Fernandes	REQ 5445/2009 => PEC 379/2009	Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 336, de 2009 (Apensada a PEC nº 379, de 2009) que " Altera a redação do inciso IV do caput do art. 29 da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais".
Solange Almeida	PL 5949/2009	Acrescenta parágrafos ao art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para estabelecer normas relativas à realização de concursos públicos.
Francisco Praciano	PLP 510/2009	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, acrescentando-lhe art. 28-A, a fim de vedar a destinação de recursos públicos para as associações, fundações e as organizações religiosas referidas, respectivamente, nos incisos I, III e IV do art. 44 do Código Civil Brasileiro, que sejam administradas e/ou controladas pelas pessoas que especifica.
Francisco Praciano	PL 5950/2009	Altera dispositivos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, estabelecendo a obrigatoriedade de realização de concursos de projetos para a escolha de OSCIP interessada em celebrar Termo de Parceria com órgãos estatais e determinando a participação dos Conselhos de Políticas Públicas nos processos de aprovação, fiscalização e avaliação das parcerias realizadas pelo poder público com as organizações não-governamentais qualificadas como OSCIP.
Indio da Costa	PL 5951/2009	Dispõe sobre o uso de meio eletrônico nos Registros Públicos, adota providências adicionais para a segurança jurídica e celeridade das transações imobiliárias e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e dá outras providências.
Regis de Oliveira	PL 5952/2009	Restabelece o art. 64, do Decreto Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941, tipificando novamente a conduta de tratar animal doméstico com crueldade ou submetê-lo a trabalho excessivo como contravenção penal.
Paulo Henrique	REQ 5446/2009	Requer a transformação da sessão plenária da Câmara dos

Lustosa		Deputados em Comissão Geral para debater a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Carlos Bezerra	INC 5224/2009	Sugere ao Ministro da Fazenda a inclusão das empresas inscritas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no parcelamento de débitos previsto na Portaria Conjunta PGFN/REB nº 6, de 22 de julho de 2009.
Milton Monti	PL 5953/2009	Altera o inciso I do art. 40 da Lei 9.503, de 1997 que institui o Código de Trânsito Brasileiro
Carlos Willian	RIC 4263/2009	Solicita informações ao Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), senhor Franklin de Souza Martins, sobre o convênio de cooperação técnica firmado entre a Secretaria de Comunicação de Governo e o Instituto para Acompanhamento da Publicidade (IAP), bem como o Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2003 também firmado entre as duas entidades.
Júlio Delgado	PL 5954/2009	Dispõe sobre o recurso de protesto no Código de Processo Penal - Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.
Ronaldo Caiado	REQ 5447/2009 => REQ 5369/2009	Requer a retirada de tramitação do Requerimento Nº 5.369 de 2009.
Paulo Bornhausen	RIC 4264/2009	Solicita ao Ministro de Estado da Integração Nacional, Sr. Geddel Quadros Vieira Lima, as informações que especifica.
Paulo Bornhausen	RIC 4265/2009	Solicita à Ministra-Chefe da Casa Civil, Sra. Dilma Vana Rousseff, as informações que especifica.
Paulo Bornhausen	RIC 4266/2009	Solicita ao Ministro da Integração Nacional, Sr. Geddel Quadros Vieira Lima, informações referentes ao cancelamento de uma emenda de bancada de Santa Catarina no valor de R\$ 50.000.000,00.
Paulo Bornhausen	RIC 4267/2009	Solicita ao Ministro da Integração Nacional, Sr. Geddel Quadros Vieira Lima, informações a respeito do não-reconhecimento, por parte daquele Ministério, da situação de emergência, por 180 dias, estabelecida pelo Governo do Estado de Santa Catarina, nos termos do Decreto estadual nº 2.323, de 20 de maio de 2009.
Domingos Dutra	INC 5225/2009	Sugere ao Ministro da Educação a instituição de um programa especial de bolsa de estudos no Município de Alcântara/Maranhão, para que a população possa ter acesso às Instituições de Ensino Superior.
Urzeni Rocha	PL 5955/2009	Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de passaporte emitido por governo com que o Brasil não mantém relações diplomáticas.
Cezar Silvestri	REQ 5448/2009 => PL 4084/2008	Requeiro nos termos dos artigos 139 e 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, revisão do despacho do PL nº 4.084, de 2008, do Deputado Edinho Bez.
João Campos	REQ 5449/2009 => PEC 308/2004	Requer inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 308/2004, que "Altera os artigos 21, 32 e 144, da Constituição Federal, criando as polícias penitenciárias federal e estaduais".
João Campos	PEC 402/2009	Dá nova redação ao § 3º do art. 46 da Constituição Federal, reduzindo o número de suplentes de Senador para um e instituindo regra de inelegibilidade em razão de parentesco com o candidato a titular.

Luiz Carlos Hauly	REQ 5450/2009	Requer a realização de Sessão Solene para comemoração do centenário do Sport Clube Corinthians Paulista.
Ricardo Tripoli	PL 5956/2009	Proíbe o abate de chinchila (<i>Chinchilla lanigera</i>) para comércio de sua pele, no território nacional.
Fábio Souto	RIC 4268/2009	Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações a respeito das outorgas concedidas para prestação do serviço de radiodifusão comunitária no Estado da Bahia nos anos de 2008 e 2009.
Arnaldo Faria de Sá	REQ 5451/2009 => PL 5918/2009	Requer, nos termos regimentais, a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 5918, de 2009, tendo em vista que parte desse projeto dispõe sobre matéria já apreciada e rejeitada por unanimidade pelo Plenário da Câmara dos Deputados, matéria essa contida na MP 441, que resultou no Projeto de Lei de Conversão 28 de 2008 convertido na Lei 11907 em 2 de fevereiro de 2009, data que portanto tornaram-se findos os efeitos da Medida Provisória 441 de 2008 passando a vigorar a Lei modificada pelas correções e supressões decorrentes da apreciação pelo Congresso Nacional bem como dos vetos presidenciais. Dessa forma esse projeto é anti-regimental e em obediência ao Regimento Interno e a Constituição Federal em seu artigo 61, § 3º deve-se declarar a sua prejudicialidade.
Vanessa Grazziotin	PL 5957/2009	Dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.
Vanessa Grazziotin	PL 5958/2009	Dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas.
Vanessa Grazziotin	PL 5959/2009	Dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas.
Vanessa Grazziotin	PL 5960/2009	Dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Humaitá, no Estado do Amazonas.
Vanessa Grazziotin	PL 5961/2009	Dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tefé, no Estado do Amazonas.
Vanessa Grazziotin	PL 5962/2009	Dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Boca do Acre, no Estado do Amazonas.
Vanessa Grazziotin	RIC 4269/2009	Solicita ao Senhor Ministro da Fazenda informações sobre recursos repassados pelo Banco da Amazônia para a região Amazônica.
Vanessa Grazziotin	REQ 5452/2009	Requer Voto de Louvor pelos 100 anos da presença dos Frades Capuchinhos na Região Amazônica, comemorados no dia 5 do mês de maio deste ano.
Vanessa Grazziotin	PL 5963/2009	Cria o Selo Verde "Preservação da Amazônia" para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus (ZFM), e dá outras providências.
Vanessa Grazziotin	REQ 5453/2009	Requer Voto de Pesar pelo falecimento do professor GARCTYLZO DO LAGO E SILVA, ocorrido ontem dia 31 de agosto de vítima de acidente de trânsito na cidade de Manaus, no Amazonas.
Vanessa Grazziotin	PL 5964/2009	Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para que seja destinado 10% dos royalties oriundos da exploração do pré-sal para Ciência e Tecnologia, visando desenvolvimento

		sustentável e desenvolvimento de tecnologias limpas na região amazônica.
Vanessa Grazziotin	RIC 4270/2009	Solicita ao Senhor Ministro da Defesa informações sobre quantitativo de efetivo humano e material no Estado do Amazonas.
Celso Russomanno	RIC 4271/2009	Solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda relativas à restrição de crédito imposta pelo Banco do Brasil S.A. à Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis - COAGROSOL.
Paulo Roberto Pereira	REQ 5454/2009 => PEC 308/2004	"Requer inclusão na Ordem do Dia da PEC n.º 308 de 2004, que "Altera os artigos 21, 32 e 144, da Constituição Federal, criando as polícias penitenciárias federal e estadual."
Eduardo Valverde	REQ 5455/2009	Requeiro que seja posto na ordem do dia o PL 1610/95, que trata do novo Estatuto dos Povos Indígenas, considerando que o Plenário da Casa aprovou o acolhimento de recurso.
Paulo Rubem Santiago	REQ 5456/2009	Requer a convocação de Sessão Solene da Câmara dos Deputados no dia 17 de setembro de 2009, às 10 horas, destinada a homenagear o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em comemoração ao seu 45.º.
Ronaldo Caiado	RIC 4272/2009	Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre os fatos narrados na exposição de motivos da Medida Provisória n.º 468, de 31 de agosto de 2009.
João Oliveira	REC 300/2009 => PL 3565/2008	Recorre contra parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação ao PL n.º 3.565/08.
Luiz Carlos Hauly	PL 5965/2009	Altera o art. 12 do Decreto-Lei n.º 509, de 20 de março de 1969, e dá outras providências.
Rebecca Garcia	REQ 5457/2009	REQUER Voto de Pesar pelo falecimento do poeta e compositor amazonense Anibal Beça.
Bruno Araújo	REQ 5458/2009 => PL 3586/2008	Requer a retirada do Projeto de Lei n.º 3.586 de 2008.
Bispo Gê Tenuta	INC 5226/2009	Sugere ao Ministério das Comunicações a implantação do Projeto "Feira de Santana Cidade Digital", no município de Feira de Santana, no Estado da Bahia.
Ratinho Junior	INC 5227/2009	Sugere ao Ministério da Previdência Social a criação de Gerência Executiva em Guarapuava, no Estado do Paraná.
Rose de Freitas	PL 5966/2009	Altera a Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe, entre outras providências, sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV - e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e a Lei n.º 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS - e institui o Conselho Gestor do FNHIS, para estabelecer a reserva de cota para as mulheres chefes de família nas situações que menciona.
Líderes	REQ 5459/2009 => PL 5922/2009	Requer, nos termos do Art. 155 do RICD, urgência para a apreciação do Projeto de Lei n.º 5.922/09.
Líderes	REQ 5460/2009 => PL 5921/2009	Requer, nos termos do Art. 155 do RICD, urgência para a apreciação do Projeto de Lei n.º 5921/09.
Capitão Assunção	REQ 5461/2009 => PL 5799/2009	Requer nos termos do artigo 102, § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados inclusão de assinatura no PL 5799/2009.
Capitão Assunção	PL 5967/2009	Altera disposições acerca do procedimento de deserção e revoga o art. 17 do Decreto-Lei n.º 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código Processo Penal Militar.

Capitão Assunção	PL 5968/2009	Dispõe sobre a obrigatoriedade da concessão ao consumidor de pelo menos seis datas diversas para pagamentos.
Capitão Assunção	RIC 4273/2009	Solicita informações ao Sr. Secretário Especial de Portos a respeito do não cumprimento da Portaria nº 121, de 12 de maio de 2009 desta Secretaria e da Lei nº 10.826, de 2003, que trata do Porte de Arma de Fogo pelas Guardas Portuárias.
Vital do Régo Filho	REQ 5462/2009 => PL 5800/2009	Requer a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 5.800, de 2009, que "Altera o inc. III do art. 6º e o inc. V do art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir no rol dos direitos básicos do consumidor a informação prévia e clara da diferenciação de preços na oferta de produtos e serviços em razão da forma de quitação."
Vital do Régo Filho	INC 5228/2009	Sugere ao Ministério da Educação a possibilidade de criação da Universidade Federal do Sertão da Paraíba, com sede na cidade de Patos, Estado da Paraíba.
Vital do Régo Filho	INC 5229/2009	Sugere ao Ministro de Estado dos Transportes, a possibilidade de construção de acostamento e recapeamento do trecho da BR - 104, que liga a cidade de Cuité/Jacamã no Estado da Paraíba até a divisa do Estado do Rio Grande do Norte.
Vital do Régo Filho	PL 5969/2009	Altera o art. 214 do Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.
Vital do Régo Filho	PL 5970/2009	Dispõe sobre a fabricação, compra, venda e revenda de fardamentos, distintivos e materiais de uso exclusivo das polícias militar, bombeiro militar, civil e federal.
Vital do Régo Filho	PL 5971/2009	Isenta o doador de sangue do pagamento de inscrição em concursos públicos.
Antônio Roberto	PL 5972/2009	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para prever a aplicação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em ações de proteção ambiental.
Antônio Roberto	PL 5973/2009	Institui selo de qualidade ambiental para produto de origem animal.
Antônio Roberto	PL 5974/2009	Obriga os fornecedores de água engarrafada a informar o consumidor sobre a origem do produto.
Antônio Roberto	PL 5975/2009	Torna obrigatório o uso de papel reciclado ou oriundo de florestas plantadas na impressão de livros adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático.
Antônio Roberto	INC 5230/2009	Sugere ao Ministro do Trabalho e Emprego a instituição de Prêmio Nacional destinado a empresas que se destaquem na promoção do capital humano, valorização de talentos individuais e promoção do bem-estar de empregados, de comunidades carentes e de estudantes.
Antônio Roberto	INC 5231/2009	Sugere ao Ministério do Trabalho e Emprego que seja acrescentada à Norma Regulamentadora nº 07 a inclusão do serviço de psicologia no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).
Valdir Colatto	PL 5976/2009	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre vagas de estacionamento exclusivas para veículos que transportem gestantes ou pessoas que estejam acompanhadas de criança com até um ano de idade.
Valdir Colatto	PL 5977/2009	Concede incentivo fiscal do Imposto sobre a Renda às pessoas jurídicas que contratarem pessoas idosas.
Walter Itohshi	PL 5978/2009	Institui incentivo fiscal do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI para a renovação da frota de automóveis com mais de dez anos de fabricação.
Felipe Maia	REQ 5463/2009 => PL 959/2003	Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei 959/2003, que "dispõe sobre a regulamentação das profissões

de Técnico de Estética e de Terapeuta Esteticista.

VI – ORDEM DO DIA

*PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DE-
PUTADOS:*

RORAIMA

Angela Portela PT
Edio Lopes PMDB PmdbPtc
Francisco Rodrigues DEM
Luciano Castro PR
Maria Helena PSB PsbPCdoBPmnPrb
Neudo Campos PP
Urzeni Rocha PSDB
Total de Roraima: 7

AMAPÁ

Antonio Feijão PSDB
Evandro Milhomen PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Janete Capiberibe PSB PsbPCdoBPmnPrb
Lucenira Pimentel PR
Sebastião Bala Rocha PDT
Total de Amapá: 5

PARÁ

Beto Faro PT
Gerson Peres PP
Giovanni Queiroz PDT
Lira Maia DEM
Lúcio Vale PR
Paulo Rocha PT
Vic Pires Franco DEM
Wandenkolk Gonçalves PSDB
Zé Geraldo PT
Zequinha Marinho PSC
Total de Pará: 10

AMAZONAS

Átila Lins PMDB PmdbPtc
Francisco Praciano PT
Lupércio Ramos PMDB PmdbPtc
Marcelo Serafim PSB PsbPCdoBPmnPrb
Rebecca Garcia PP
Sabino Castelo Branco PTB
Silas Câmara PSC
Vanessa Grazziotin PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Amazonas: 8

RONDONIA

Anselmo de Jesus PT
Eduardo Valverde PT
Ernandes Amorim PTB
Mauro Nazif PSB PsbPCdoBPmnPrb
Moreira Mendes PPS
Total de Rondonia: 5

ACRE

Gladson Cameli PP
Henrique Afonso PT
Nilson Mourão PT
Perpétua Almeida PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Acre: 4

TOCANTINS

Eduardo Gomes PSDB
João Oliveira DEM
Lázaro Botelho PP
Moises Avelino PMDB PmdbPtc
Nilmar Ruiz DEM
Osvaldo Reis PMDB PmdbPtc
Vicentinho Alves PR
Total de Tocantins: 7

MARANHÃO

Carlos Brandão PSDB
Davi Alves Silva Júnior PDT
Domingos Dutra PT
Flávio Dino PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Julião Amin PDT
Pedro Fernandes PTB
Pedro Novais PMDB PmdbPtc
Ribamar Alves PSB PsbPCdoBPmnPrb
Roberto Rocha PSDB
Zé Vieira PR
Total de Maranhão: 10

CEARÁ

Ariosto Holanda PSB PsbPCdoBPmnPrb
Chico Lopes PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Ciro Gomes PSB PsbPCdoBPmnPrb
Eugênio Rabelo PP
Eunício Oliveira PMDB PmdbPtc
Flávio Bezerra PMDB PmdbPtc
Gorete Pereira PR
José Airton Cirilo PT
José Guimarães PT
José Linhares PP
Leo Alcântara PR
Marcelo Teixeira PR
Mauro Benevides PMDB PmdbPtc
Pastor Pedro Ribeiro PMDB PmdbPtc
Paulo Henrique Lustosa PMDB PmdbPtc
Raimundo Gomes de Matos PSDB
Zé Gerardo PMDB PmdbPtc
Total de Ceará: 17

PIAUI

Átila Lira PSB PsbPCdoBPmnPrb
Ciro Nogueira PP

Elizeu Aguiar PTB
 Júlio Cesar DEM
 Osmar Júnior PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Paes Landim PTB
Total de Piauí: 6

RIO GRANDE DO NORTE

Fábio Faria PMN PsbPCdoBPmnPrb
 Fátima Bezerra PT
 Felipe Maia DEM
 João Maia PR
 Rogério Marinho PSDB
Total de Rio Grande do Norte: 5

PARAÍBA

Armando Abílio PTB
 Efraim Filho DEM
 Luiz Couto PT
 Major Fábio DEM
 Manoel Junior PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Rômulo Gouveia PSDB
Total de Paraíba: 6

PERNAMBUCO

Ana Arraes PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Bruno Araújo PSDB
 Bruno Rodrigues PSDB
 Carlos Eduardo Cadoca PSC
 Charles Lucena PTB
 Edgar Moury PMDB PmdbPtc
 Eduardo da Fonte PP
 Fernando Ferro PT
 Fernando Nascimento PT
 Gonzaga Patriota PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Inocência Oliveira PR
 José Chaves PTB
 José Mendonça Bezerra DEM
 Pedro Eugênio PT
 Raul Henry PMDB PmdbPtc
 Silvio Costa PMN PsbPCdoBPmnPrb
 Wolney Queiroz PDT
Total de Pernambuco: 17

ALAGOAS

Augusto Farias PTB
 Benedito de Lira PP
 Carlos Alberto Canuto PMDB PmdbPtc
 Francisco Tenório PMN PsbPCdoBPmnPrb
 Givaldo Carimbão PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Joaquim Beltrão PMDB PmdbPtc
 Maurício Quintella Lessa PR
Total de Alagoas: 7

SERGIPE

Eduardo Amorim PSC
 Iran Barbosa PT
 Jackson Barreto PMDB PmdbPtc
 Jerônimo Reis DEM
 José Carlos Machado DEM
 Mendonça Prado DEM
Total de Sergipe: 6

BAHIA

Alice Portugal PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Antonio Carlos Magalhães Neto DEM
 Claudio Cajado DEM
 Colbert Martins PMDB PmdbPtc
 Daniel Almeida PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Edson Duarte PV
 Emiliano José PT
 Fábio Souto DEM
 Félix Mendonça DEM
 Geraldo Simões PT
 João Almeida PSDB
 João Carlos Bacelar PR
 José Carlos Araújo PR
 José Rocha PR
 Joseph Bandeira PT
 Jutahy Junior PSDB
 Lídice da Mata PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Luiz Alberto PT
 Luiz Bassuma PT
 Luiz Carreira DEM
 Marcelo Guimarães Filho PMDB PmdbPtc
 Marcos Medrado PDT
 Mário Negromonte PP
 Maurício Trindade PR
 Paulo Magalhães DEM
 Roberto Britto PP
 Sérgio Barradas Carneiro PT
 Sérgio Brito PDT
 Severiano Alves PDT
 Tonha Magalhães PR
 Uldurico Pinto PMN PsbPCdoBPmnPrb
 Veloso PMDB PmdbPtc
 Zezéu Ribeiro PT
Total de Bahia: 33

MINAS GERAIS

Antônio Andrade PMDB PmdbPtc
 Aracely de Paula PR
 Bilac Pinto PR
 Bonifácio de Andrada PSDB
 Carlos Melles DEM
 Carlos Willian PTC PmdbPtc
 Ciro Pedrosa PV

Edmar Moreira PR
 Eduardo Barbosa PSDB
 Elismar Prado PT
 Fábio Ramalho PV
 Gilmar Machado PT
 Humberto Souto PPS
 Jaime Martins PR
 Jairo Ataíde DEM
 João Bittar DEM
 João Magalhães PMDB PmdbPtc
 José Fernando Aparecido de Oliveira PV
 Júlio Delgado PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Lael Varella DEM
 Leonardo Monteiro PT
 Leonardo Quintão PMDB PmdbPtc
 Lincoln Portela PR
 Márcio Reinaldo Moreira PP
 Marcos Lima PMDB PmdbPtc
 Marcos Montes DEM
 Mário de Oliveira PSC
 Mário Heringer PDT
 Mauro Lopes PMDB PmdbPtc
 Miguel Corrêa PT
 Narcio Rodrigues PSDB
 Paulo Abi-Ackel PSDB
 Paulo Piau PMDB PmdbPtc
 Rafael Guerra PSDB
 Rodrigo de Castro PSDB
 Saraiva Felipe PMDB PmdbPtc
 Silas Brasileiro PMDB PmdbPtc
 Virgílio Guimarães PT
Total de Minas Gerais: 38

ESPÍRITO SANTO

Capitão Assunção PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Jurandy Loureiro PSC
 Lelo Coimbra PMDB PmdbPtc
 Luiz Paulo Vellozo Lucas PSDB
 Manato PDT
 Rita Camata PMDB PmdbPtc
 Sueli Vidigal PDT
Total de Espírito Santo: 7

RIO DE JANEIRO

Alexandre Santos PMDB PmdbPtc
 Antonio Carlos Biscaia PT
 Arnaldo Vianna PDT
 Bernardo Ariston PMDB PmdbPtc
 Brizola Neto PDT
 Carlos Santana PT
 Chico Alencar PSOL
 Chico D'Angelo PT
 Deley PSC

Dr. Adilson Soares PR
 Dr. Paulo César PR
 Edson Ezequiel PMDB PmdbPtc
 Eduardo Lopes PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Felipe Bornier PHS
 Fernando Lopes PMDB PmdbPtc
 Filipe Pereira PSC
 Geraldo Pudim PMDB PmdbPtc
 Glauber Braga PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Hugo Leal PSC
 Índio da Costa DEM
 Jair Bolsonaro PP
 Léo Vivas PRB PsbPCdoBPmnPrb
 Luiz Sérgio PT
 Marcelo Itagiba PMDB PmdbPtc
 Miro Teixeira PDT
 Neilton Mulim PR
 Nelson Bornier PMDB PmdbPtc
 Pastor Manoel Ferreira PTB
 Rodrigo Maia DEM
 Rogerio Lisboa DEM
 Simão Sessim PP
 Solange Almeida PMDB PmdbPtc
 Solange Amaral DEM
 Suely PR
 Vinicius Carvalho PTdoB

Total de Rio de Janeiro: 35

SÃO PAULO

Antonio Bulhões PMDB PmdbPtc
 Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
 Antonio Carlos Pannunzio PSDB
 Arnaldo Faria de Sá PTB
 Arnaldo Madeira PSDB
 Beto Mansur PP
 Carlos Zarattini PT
 Devanir Ribeiro PT
 Dimas Ramalho PPS
 Dr. Talmir PV
 Dr. Ubiali PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Duarte Nogueira PSDB
 Eleuses Paiva DEM
 Emanuel Fernandes PSDB
 Fernando Chiarelli PDT
 Guilherme Campos DEM
 Ivan Valente PSOL
 Janete Rocha Pietá PT
 Jefferson Campos PTB
 Jilmar Tatto PT
 João Dado PDT
 João Paulo Cunha PT
 Jorginho Maluly DEM
 José Aníbal PSDB
 José C Stangarlini PSDB
 José Genoíno PT

José Mentor PT
 José Paulo Tóffano PV
 Julio Semeghini PSDB
 Lobbe Neto PSDB
 Luciana Costa PR
 Luiza Erundina PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Marcelo Ortiz PV
 Milton Monti PR
 Milton Vieira DEM
 Nelson Marquezelli PTB
 Paes de Lira PTC PmdbPtc
 Paulo Pereira da Silva PDT
 Paulo Teixeira PT
 Regis de Oliveira PSC
 Renato Amary PSDB
 Ricardo Berzoini PT
 Roberto Alves PTB
 Silvio Torres PSDB
 Valdemar Costa Neto PR
 Vanderlei Macris PSDB
 Walter Ihoshi DEM
 William Woo PSDB
Total de São Paulo: 48

MATO GROSSO

Carlos Abicalil PT
 Carlos Bezerra PMDB PmdbPtc
 Eliene Lima PP
 Pedro Henry PP
 Professor Victorio Galli PMDB PmdbPtc
 Thelma de Oliveira PSDB
 Valtenir Pereira PSB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Mato Grosso: 7

DISTRITO FEDERAL

Alberto Fraga DEM
 Jofran Frejat PR
 Laerte Bessa PMDB PmdbPtc
 Osório Adriano DEM
 Rodovalho DEM
Total de Distrito Federal: 5

GOIÁS

Carlos Alberto Leréia PSDB
 Chico Abreu PR
 Íris de Araújo PMDB PmdbPtc
 João Campos PSDB
 Jovair Arantes PTB
 Leandro Vilela PMDB PmdbPtc
 Leonardo Vilela PSDB
 Marcelo Melo PMDB PmdbPtc
 Pedro Chaves PMDB PmdbPtc
 Pedro Wilson PT
 Professora Raquel Teixeira PSDB
 Ronaldo Caiado DEM
 Rubens Otoni PT

Sandes Júnior PP
 Tatico PTB
Total de Goiás: 15

MATO GROSSO DO SUL

Antônio Carlos Biffi PT
 Antonio Cruz PP
 Dagoberto PDT
 Geraldo Resende PMDB PmdbPtc
 Marçal Filho PMDB PmdbPtc
 Waldemir Moka PMDB PmdbPtc
Total de Mato Grosso do Sul: 6

PARANÁ

Abelardo Lupion DEM
 Airton Roveda PR
 Alcení Guerra DEM
 Alex Canziani PTB
 Andre Zacharow PMDB PmdbPtc
 Assis do Couto PT
 Cezar Silvestri PPS
 Dilceu Sperafico PP
 Dr. Rosinha PT
 Eduardo Sciarra DEM
 Giacomo PR
 Gustavo Fruet PSDB
 Hermes Parcianello PMDB PmdbPtc
 Luiz Carlos Haully PSDB
 Luiz Carlos Setim DEM
 Moacir Micheletto PMDB PmdbPtc
 Nelson Meurer PP
 Ratinho Junior PSC
 Takayama PSC
 Wilson Picler PDT
Total de Paraná: 20

SANTA CATARINA

Acélio Casagrande PMDB PmdbPtc
 Angela Amin PP
 Celso Maldaner PMDB PmdbPtc
 Décio Lima PT
 Edinho Bez PMDB PmdbPtc
 Fernando Coruja PPS
 Gervásio Silva PSDB
 João Matos PMDB PmdbPtc
 Jorge Boeira PT
 José Carlos Vieira DEM
 Paulo Bornhausen DEM
 Valdir Colatto PMDB PmdbPtc
 Vignatti PT
 Zonta PP
Total de Santa Catarina: 14

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP
 Eliseu Padilha PMDB PmdbPtc

Emília Fernandes PT
 Enio Bacci PDT
 Fernando Marroni PT
 Geraldinho PSOL
 Germano Bonow DEM
 José Otávio Germano PP
 Luis Carlos Heinze PP
 Luiz Carlos Busato PTB
 Manuela D'Ávila PCdoB PsoBPCdoBPmnPrb
 Marco Maia PT
 Maria do Rosário PT
 Nelson Proença PPS
 Osvaldo Biolchi PMDB PmdbPtc
 Pepe Vargas PT
 Professor Ruy Pauletti PSDB
 Vieira da Cunha PDT
 Vilson Covatti PP

Total de Rio Grande do Sul: 19

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – A lista de presença registra o comparecimento de 367 Senhores Deputados e Senhores Deputadas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – Passe à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – Item 1.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 465-A, DE 2009
 (Do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, da Medida provisória nº 465-A, de 2009, que autoriza a concessão de subseqüência econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica, altera as Leis nºs 10.928, de 23 de julho de 2004, e 11.948, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências, tendo parecer do relator da Comissão Mista, proferido em Plenário e entregue a Mesa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e das Emendas de nºs 10, 11, 21 e 26, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 2, 4 a 8, 12 a 20, 22 a 25 e 27 (Relator: Dep. Carlos Zarattini). As Emendas de nºs 3 e 9, foram indeferidas liminarmente por versarem sobre matéria estranha, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1/2002-CN, c.c. art. 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

PRAZO NA COMISSÃO MISTA: 13-
07-09

PRAZO NA CÂMARA: 17- 07- 09 + 10
DIAS

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM:
30-8-09 (46º DIA)

PERDA DE EFICÁCIA: 12-11-09

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – Sobre a mesa requerimento de retirada de proposta constitucional da Ordem do Dia.

“Sr. Presidente, requeiro, nos termos dos arts. 83, parágrafo único, II, ‘c’; 101, I, ‘a’, 1, e 117, VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, retirada de pauta da Ordem do Dia do item 1, Medida Provisória nº 465, de 2009.

Sala das Sessões, 2-9-09. – **Silvio Costa**, Vice-Líder do Bloco PSB,PCdoB,PMN,PRB.”

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado José Genoíno, que falará contra a matéria. (Pausa.)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde, que falará contra a matéria.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, certamente trata-se de artimanha da Oposição – e cito o Democratas, o PSDB e o PPS – para impedir a discussão de matéria de interesse do Brasil.

Utilizam o Regimento Interno para obstruir uma votação porque querem, na verdade, fazer com que a Casa não discuta o projeto apresentado pelo Presidente da República, que trata do novo modelo de exploração de petróleo no pré-sal.

Durante 8 anos, a Oposição tentou privatizar a PETROBRAS. Tentaram por 8 anos, repito, mas foram ineficientes e não conseguiram. A força do povo foi muito maior do que a vontade de entregar o patrimônio nacional à sanha do capital internacional.

Em 22 meses, o Presidente Lula apresenta um novo modelo que fortalece a PETROBRAS e a torna ainda mais estatal e mais pública, para que o resultado da exploração desse petróleo não vá para os acionistas que estão em Nova Iorque, mas beneficiem o povo brasileiro.

O novo modelo muda o regime de concessão, criado por eles na Lei do Petróleo para fazer sangrar o interesse público e as riquezas nacionais. Agora é instituído o regime de partilha, adotado nos diversos países com reservas petrolíferas, para que os recursos do petróleo, que é esgotável, sirvam a todo povo brasileiro e não ao capital internacional.

Certamente causa desconforto esse antipatriotismo da Oposição, essa aliança com o capital internacional, que modulou seus 8 anos de governo. Certamente o nacionalismo de Monteiro Lobato, que lutou pela campanha O petróleo é nosso, de Getúlio Vargas e, agora, do Presidente Lula e da Ministra Dilma Rousseff, causa dor de cotovelo na Oposição. Acusam a Ministra de tudo, de mentirosa, disso e daquilo. Isso porque, na falta de proposta política e de projeto de país, só lhes resta uma ação: obstruir as votações.

Falo diretamente aos suplentes de Vereadores: essa postura da Oposição vai dificultar a aprovação da PEC de V.Sas., porque eles não estão com os olhos voltados para o Brasil, mas para a eleição de 2010, porque querem potencializar um candidato fraco, que não tem projeto político. (Manifestação das galerias.)

A Oposição está sem projeto político e quer atrapalhar o nosso projeto político, que é o do povo, do Bolsa-Família, da distribuição de renda, do crescimento econômico e da geração de emprego. Esse é o nosso projeto!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Silvio Costa, que falará a favor da matéria.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PMN – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, a Oposição está em obstrução há 8 anos, porque há 8 anos a candidatura de José Serra está parada. Então, na verdade, o fato de a Oposição fazer obstrução não é nenhuma novidade para esta Casa.

Esse requerimento de retirada de pauta da medida provisória do BNDES é de minha autoria. É preciso explicar ao Plenário que essa a MP autoriza o BNDES a fazer aportes financeiros. Entretanto, mesmo sendo do Governo, acho necessário que haja mais discussão. Inclusive estou, neste momento, em sinergia com a Oposição. Acho que é preciso discutir mais essa questão do BNDES. Entretanto, espero que a Oposição não vote contra esse requerimento; vote a favor.

Quando vinha subindo à tribuna, alguém da Oposição falou que isso era uma tática regimental do Governo para ganhar tempo. Não é. A Oposição está equivocada. Esse meu requerimento, Deputado Fernando Coruja, não tem nenhuma tática regimental. Na verdade, Deputado Cezar Silvestri, do PPS, queremos colaborar com a Oposição, para que ela analise melhor esse aporte do BNDES. Portanto, espero que os competentes Deputados da Oposição votem a favor da retirada dessa medida provisória.

Nós, do Governo, precisamos entender que, em alguns momentos, a Oposição precisa ter mais tempo para pensar, porque efetivamente ela não tem um projeto de país. A única coisa que uma parte da Oposição

faz é apequenar o debate. Eis a maior prova disso, Deputado Urzeni Rocha: quando Fernando Henrique Cardoso votou a Lei do Petróleo, ele o fez em regime de urgência urgentíssima; agora o Presidente Lula quer votar esse projeto em regime de urgência para otimizar a economia, gerar mais empregos e recursos para o País.

A Oposição não tem discurso. Eu quero saber em qual Oposição o Brasil tem de acreditar: naquela de Fernando Henrique Cardoso, que era Situação e votou a Lei do Petróleo em 15 dias; ou nessa que quer atrapalhar o desenvolvimento do País, porque quer impedir a votação do pré-sal?

Portanto, peço a V.Exas. que votem a favor do requerimento.

O SR. ALBERTO FRAGA – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com licença. Gostaria de registrar a deselegância e a falta de respeito para com a Oposição promovidos por esse Deputado que acabou de falar, usurpando o papel da Oposição, desempenhando um papel grotesco de manipulação visível do Governo, que tem maioria nesta Casa.

Não precisa o Governo, que tem excelentes Líderes e a maioria esmagadora na Casa, valer-se de tal expediente e de argumentos falsos. O projeto, no Governo Fernando Henrique Cardoso, levou mais de um ano de debate nesta Casa. Então, falta com a verdade o Parlamentar, que não tem qualificação, usurpa o papel da Oposição, insulta a Oposição. Repudiamos esse requerimento! Repudiamos esse Parlamentar! Se for para entrar nesse nível, vamos também entrar no nível dele.

Alerto a Presidência: esse tipo de atitude as Oposições não toleraram mais. Não brinquem com a Oposição, que é minoritária!

O SR. SILVIO COSTA – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. ALBERTO FRAGA – Questão de ordem, Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Ao Governo cabe votar. Não venha com brincadeira para com a Oposição! O Governo vota. Ele tem maioria. A Oposição cumpre com seu papel e não precisa utilizar esses subterfúgios.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – Eu peço aos Srs. Parlamentares...

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Eu tenho direito a uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – V.Exa. não foi citado nominalmente.

Eu peço aos Srs. Parlamentares calma porque nós vamos passar à orientação das Lideranças...

O SR. ALBERTO FRAGA – Eu pedi questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – Cada Parlamentar que desejar, fale...

O SR. SILVIO COSTA – Uma questão de ordem, Sr. Presidente, por favor.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, eu pedi uma questão de ordem antes mesmo de o Deputado Luiz Carlos Hauly falar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM – DF. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era exatamente para que V.Exa. informasse, regimentalmente, onde está o amparo. O requerimento de retirada da pauta é do Governo, numa nítida estratégia de querer prejudicar os 2 requerimentos da Oposição.

O Deputado Eduardo Valverde sobe à tribuna e encaminha contra. Em seguida, o Deputado Silvio Costa, acostumado a fazer esse papel vexaminoso, encarrega-se de querer fazer o papel de Oposição.

Eu quero saber de V.Exa. até quando a Mesa vai suportar esse tipo de artimanha, porque se é para jogar sujo, este Governo fofoqueiro, que mente a todo instante, a Oposição vai fazer isso, e nós não vamos aceitar esse tipo de provocação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – A Mesa vai responder à questão de ordem de V.Exa.

O SR. SILVIO COSTA – Para contraditar, Sr. Presidente. Eu fui citado.

O SR. LUIZ SÉRGIO – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – Por gentileza. A Mesa não tem poder para impedir que qualquer Deputado use desse artifício. O Regimento não prevê que um Deputado peça para falar contra e fale a favor.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o requerimento é nosso. Ele entra contestando um requerimento que nós apresentamos, e V.Exa. está retirando o direito nosso de contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – Qualquer Parlamentar pode requerer a retirada de pauta de qualquer matéria. É competência do Parlamentar.

O SR. SILVIO COSTA – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – A Mesa não pode julgar o que o Parlamentar está pretendendo.

O SR. SILVIO COSTA – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – Entendo que está respondida a questão de ordem de V.Exa.

O SR. SILVIO COSTA – Para contraditar, Presidente.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A Mesa precisa ficar atenta a esse show, a essa palhaçada que o Deputado Silvio Costa fica fazendo aí.

O Sr. Humberto Souto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Michel Temer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Com a palavra o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PMN – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho pautado minha relação nesta Casa de forma civilizada, procurando ser amigo dos companheiros. Conheço pelo nome mais de 400 Parlamentares e acho que também mais de 400 sabem o meu nome. Tenho o maior carinho pelo Deputado Alberto Fraga e pelo Deputado Luiz Carlos Hauly. A Oposição pode usar o Regimento para obstruir que não há problema. Agora, nós, do Governo, não podemos usar o Regimento para ganhar na votação. Quando usamos o Regimento, somos agredidos.

Peço ao Deputado Luiz Carlos Hauly que retire a expressão “sem qualificação”, porque se não retirá-la, eu a devolverei, e não farei como Collor, pedindo que a engula. Peço ao meu amigo pessoal Deputado Alberto Fraga que mude o tom, porque aqui jogo com a Oposição em qualquer tom, no tom da civilidade, no tom do Regimento, no tom da Constituição, no tom do ser humano.

O SR. ALBERTO FRAGA – A fruta de que você gosta eu como até o caroco, rapaz.

O SR. SILVIO COSTA – Para contraditar, nós, do Governo, fomos agredidos porque usamos o Regimento. É regimental usar o Regimento. Se quiser, a Oposição ganhe a eleição para inclusive aprender a usá-lo. Se a Oposição quiser, estude para usar o Regimento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG – Sr. Presidente, quero orientar pelo Bloco.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Eu também fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vamos voltar à calma no Plenário.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos trazer o maracujá que deram para o Suplicy no Senado para o Deputado Silvio Costa, porque irá melhorar a situação dele no plenário. Ele é useiro e vezeiro em fazer isso aqui todos os dias no plenário. Todo santo dia ele faz isso. Dias atrás ele estava contra a PEC dos Vereadores. Hoje eu o vi subir aqui e fazer um discurso mentiroso para agradar aos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vamos retomar o vocabulário regimental e conduzir a sessão com calma.

O SR. WILSON PICLER (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queremos agradecer a V.Exa. o carinho ao receber os Vereadores hoje à tarde.

Muito obrigado, em nome da ABRACAM.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Deputado Luiz Carlos Hauly, V.Exa. não quer orientar a bancada e, ao fazê-lo, já se manifestar?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse requerimento é inaceitável, é uma usurpação das Oposições.

Quanto ao papel que desempenhou o Parlamentar que acabou de fazer esse requerimento e essa sustentação, não aceitamos esse tipo de manobra. Ela não é ética, não é compatível com os princípios democráticos e republicanos.

Somos da Oposição, mas queremos e desejamos ser respeitados. Se não formos, mudaremos a conduta civilizada e democrática que temos adotado. Que os Líderes do Governo não utilizem Parlamentares como esse para fazer esse tipo de manobra. Isso é inaceitável.

O SR. LUIZ SÉRGIO – Sr. Presidente, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Para orientar, pelo PT.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, é inaceitável o discurso que o Líder do PSDB utiliza, porque ele não pode considerar desrespeitoso o fato de utilizarmos o Regimento. Eles estão obstruindo e, no processo de obstrução, temos todo o direito de usar a nossa tática de plenário.

Essa é uma tática legítima e respaldada pelo Regimento. E, quando estamos respaldados pelo Regimento, de forma alguma estamos desrespeitando quem quer que seja, muito menos o Regimento. Corrigindo, não o Líder, mas o Deputado Hauly, do PSDB.

Por isso votamos contra a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota contra a retirada.

O Bloco, como vota?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós consideramos essencial para o País o debate sobre o pré-sal. Nós imaginávamos que as bancadas já o deveriam estar fazendo há muito tempo, em razão de sua importância estratégica para o País.

Portanto, nós, do Bloco, queremos analisar imediatamente os 4 projetos que tratam do pré-sal e para isso estamos utilizando todos os instrumentos previstos na Constituição e no Regimento.

Então, nós respeitamos a obstrução da Oposição. Lamentamos que o interesse do País esteja ficando em segundo plano, porque não se quer fazer o debate do mérito dessa proposta, mas queremos votar esse e outros projetos relevantes para o País.

Por isso, encaminhamos o voto “não” ao requerimento de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O Bloco vota “não”.

Como vota o PTB?

O SR. PASTOR MANOEL FERREIRA (PTB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PTB, Excelência, encaminha o voto “não”. Acho que nós precisamos votar as matérias que estão em pauta. Achamos que é extremamente necessário também resolvermos a questão dos suplentes de Vereadores e queremos votar essa matéria também. (Manifestação das galerias.)

O nosso voto é “não”.

Queremos discutir e queremos votar aquilo que é do interesse da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O PTB vota “não”.

Isto aqui está parecendo o parlamento inglês: as pessoas só levantam o braço.

Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PPS?

O SR. RAUL JUNG MANN (PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS, como bem sabe V.Exa., está em obstrução porque entende que em 90 dias nós não vamos discutir algo que o Governo dispôs de 14 meses para discutir e que tem impacto nas nossas exportações, na contabilidade nacional, na educação, na saúde e, sobretudo – V.Exa. é sensível a isso –, nos desequilíbrios interregionais. Tanto é que hoje parte da base também pede a retirada, de maneira consistente e coerente, do pedido de urgência.

Então, o PPS, coerente com essa posição, vota “sim”, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “sim”.

Como vota o PP?

O SR. ANTONIO CRUZ (PP – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PP é um partido calmo, pacato, como os demais partidos desta Casa, prima muito pela justiça e quer que haja justiça para com as Câmaras Municipais do País. Para isso, é necessário que a pauta seja destrancada.

Por essa razão, o PP vota “não” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “não” ao requerimento.

Como vota o Democratas?

O SR. LIRA MAIA (DEM – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicio a orientação lamentando o fato de os partidos da base aliada estarem contra o requerimento do Governo. Nós respeitamos o fato de ser uma tática regimental, mas quero dizer que nós estamos em obstrução por um motivo justo. O Democratas não tem pano cobrindo aquilo que acha que é correto. Precisamos discutir o projeto do pré-sal. Todo o partido, de forma unânime, requer que haja maior tempo para que a matéria seja trabalhada.

Portanto, somos totalmente favoráveis ao requerimento do Governo, que foi aqui defendido e colocado pelo Governo, e lamentamos que esteja sendo encaminhado, talvez inadvertidamente, pelos partidos da base o voto contra o Governo.

O nosso voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O voto é “sim” ao requerimento.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o processo de obstrução continua, ele não é impeditivo de que se continue a discutir as matérias, no caso essa medida provisória.

Vi aqui o Deputado Rodrigo Rollemberg e até me certifiquei de que o PSB assinou o pedido de realização de Comissão Geral sobre o pré-sal feito por nós. Vamos fazê-lo. Certamente será um grande debate no plenário da Câmara. Estávamos conversando agora há pouco sobre isso com o Presidente e os Líderes de outros partidos.

Portanto, que o Deputado se poupe desse jogo de cena de quem que está obstruindo não quer discutir. Quem está obstruindo, Deputado, quer que prevaleça um ambiente mais propício para a discussão. Se o Deputado não aceita isso, também não precisa S.Exa. desmerecer a Casa a qual pertence, ao tentar desme-

recer a Oposição. Nós não nos sentiremos desmerecidos em hipótese alguma. Nós queremos conversar. Acham que esse novo modelo pode ter mais sucesso. Nós precisamos nos certificar disso.

Com relação a esse requerimento, nosso voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “sim” o PSDB.

Como vota o PMDB? (Pausa.)

Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSOL entende que o pré-sal é uma matéria muito relevante. Esta Casa deve discuti-la. Entendemos que o Governo tem de ter sabedoria diante dessa questão.

Nós não vamos obstruir. Somos contra a obstrução neste momento, mas é preciso que o regime de urgência não impeça o debate, inclusive a apresentação de emendas.

Então, que os partidos da base aliada assinem as emendas a serem apresentadas por qualquer partido aqui no plenário, e não o número regimental de cento e poucas assinaturas. Somos contra isso.

Em segundo lugar, que o próprio processo determine a necessidade de se ampliar o debate, de fazer um debate público nas Comissões e neste plenário. O Governo pode retirar a qualquer momento a urgência, mas neste momento somos contra a obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O PSOL vota “não” ao requerimento.

Como vota o PSC?

O SR. SILAS CÂMARA (PSC – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC encaminha o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O PSC vota “não”.

Como vota o PMDB, Líder Wladimir Costa?

O SR. WLADIMIR COSTA (Bloco/PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votamos “não” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “não” o PMDB.

Como vota o PDT?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos votar “não” ao requerimento, mas com uma observação. Parece que o Presidente Lula deu a V.Exa. um pequeno recipiente com um pouco de óleo do pré-sal e duas recomendações. A primeira de que V.Exa. pudesse cheirar aquele maravilhoso recipiente com essa riqueza brasileira, porque isso lhe tranquilizaria. V.Exa. chegou aqui muito tranquilo realmente. Parece que V.Exa. cumpriu a primeira parte do que disse o Presidente.

Mas houve uma segunda parte. O Presidente disse a V.Exa. para trazer para cá, porque, quando os ânimos estivessem muito exaltados, todos poderíamos desfrutar desse benefício.

Então, no momento em que encaminhamos o voto “não” ao requerimento, peço a V.Exa. que mande para cá um pouco desse óleo, porque V.Exa. chegou muito bem na hora em que todo o Plenário estava muito exaltado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Eu sou calmo por natureza, não precisei cheirar.

O PDT vota “não”.

Como vota o PV? (Pausa.)

Como vota o PR, Deputado Lincoln Portela? (Pausa.)

O SR. MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, V.Exa. diz isso para quem o conhece há pouco tempo. Já vi V.Exa. muito exaltado na defesa de uma causa justa.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido da República entende bem o posicionamento do PP e também é um partido relativamente calmo; claro, irado contra as coisas prejudiciais à população. Mas o partido é calmo, da mesma forma que o PP é calmo também. Mas a nossa calma tem limite. Estão mandando recado para as pessoas que planejam por aí. A nossa calma tem limite, repito. Realmente, às vezes alguns companheiros nossos começam a ficar mais inquietos.

Por ora, nós encaminhamos o voto “não”.

E queremos ficar calmos, assim como o PP, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – PR vota “não”.

Como vota o PV?

O SR. EDIGAR MÃO BRANCA (PV – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes gostaria de externar o meu desejo de que votássemos ainda nesta semana a PEC dos Vereadores. É o nosso desejo.

O encaminhamento do PV é o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Voto “não”.

Como vota o Governo, Líder Fontana?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Governo quer continuar a fazer o debate com a Oposição neste plenário e, com muita franqueza, quer expor a nossa estranheza com a dificuldade que temos encontrado de debater o mérito do marco regulatório do pré-sal.

A Oposição diz que não pode haver urgência, mas nós estamos debatendo há 20 meses o pré-sal. Nesta semana entramos em nova fase, que é a apre-

sentação do marco regulatório legal, e a Oposição não dá opinião sobre os projetos que estão no marco regulatório.

A Oposição poderia, por exemplo, começar a expressar sua opinião, ou seja, dizer se é a favor ou não da capitalização e do fortalecimento da PETROBRAS; se é favor ou não da adoção do sistema de partilha, que amplia a riqueza nacional extraída do petróleo.

Como nós queremos entrar neste debate, votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O Governo recomenda o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

REJEITADO O REQUERIMENTO.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP) – Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. LIRA MAIA (DEM-PA) – Sr. Presidente, verificação conjunta.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP) – Verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Verificação concedida.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.

O SR. LOBBE NETO (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB está em obstrução.

O SR. LIRA MAIA (DEM – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Está iniciada a votação.

O SR. LOBBE NETO (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Srs. Deputados, dirijam-se imediatamente ao plenário, porque logo mais vou encerrar a votação.

O SR. RAUL JUNG MANN (PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS está em obstrução.

O SR. LIRA MAIA (DEM – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas está em obstrução.

O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS está em obstrução. Queremos discutir o pré-sal e o País.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, chamamos a bancada do PT ao plenário para votar “não”. É importante votar “não” a este requerimento. Chamamos a bancada do PT imediatamente ao plenário.

O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS está em obstrução.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, chamamos toda a bancada do PMDB ao plenário para votar “não”. É importante esta votação. Temos de votar “não”, para discutir urgentemente o pré-sal.

O SR. PASTOR MANOEL FERREIRA (PTB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB convoca a sua bancada a dirigir-se ao plenário para votar “não”.

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, convocamos a bancada que compõe o Bloco a comparecer ao plenário para votar rapidamente esta matéria. Nosso objetivo é concluir a votação desta matéria rapidamente, para possibilitar a votação de outras, como a PEC dos Vereadores. Os Vereadores estão esperando a votação dessa matéria.

O SR. WLADIMIR COSTA (Bloco/PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aliar-me a todas as manifestações favoráveis à PEC nº 336, a PEC dos Vereadores, que é importante, é democrática, é relevante.

Eu provoço a sensibilidade dos Líderes dos partidos, os nossos companheiros de Câmara, para todos nos unirmos e definitivamente resgatar os direitos dos Vereadores eleitos pelo povo brasileiro.

Então, vamos colocar a matéria em regime de urgência urgentíssima. Estou solidário; podem ter certeza de que vamos aprovar e garantir as cadeiras desses colegas legisladores nos municípios brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V.Exa. e aos colegas Parlamentares, em nome de meu Líder, Deputado Dagoberto, para que os Deputados do PDT venham ao plenário para votar “não” e derrotar o requerimento de retirada de pauta, de modo a continuarmos a votação; ainda hoje votaremos a PEC dos Vereadores.

Em 2004, fui autor original da PEC nº 333, que agora desencadeia toda essa caminhada, que foi aprovada no ano passado – em julho, na Câmara, e em dezembro, em 2 turnos no Senado, onde houve uma pequena mudança no aspecto financeiro da PEC dos Vereadores. Agora, a PEC voltou para a Câmara. Na

Comissão Especial, presidida pelo Deputado Ferro, o Relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá, deu parecer favorável à aprovação da PEC dos Vereadores.

Sr. Presidente, é importante que vençamos essa etapa para, logo em seguida, ainda nesta tarde e à noite, podermos, com quorum alto, com a perspectiva de obtermos os 308 votos necessários, votar e aprovar definitivamente a PEC dos Vereadores, para que os edis possam recompor sua representação nas Câmaras Municipais, pelo menos no início de janeiro do ano que vem, voltando os Vereadores a ocupar seus espaços e fazendo o País uma economia importante, porque haverá redução de gastos.

Muito obrigado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Michel Temer, quero registrar um ofício da União Nacional das Entidades Islâmicas, assinado por Abdul Nasser El Rafei, dizendo a respeito do evento realizado na Cidade Ademar, e também do último evento realizado agora no Grajaú, no último domingo. E teremos outro evento na cidade de Tiradentes.

Agradeço aos integrantes Sheikh Jihad, Sheikh Ossama, Jamal Becha, Gaber e Ali Zoghbi. É um evento extremamente importante, uma ação comunitária preocupada com a sociedade em geral.

Portanto, faço o registro desse evento extremamente importante da União Nacional das Entidades Islâmicas.

Quero ainda agradecer ao Presidente Michel Temer por termos instalado a PEC 300, que trata das Polícias Militares, dos Bombeiros Militares e dos inativos, hoje à tarde, no plenário da Câmara.

Aguardamos que na próxima quarta-feira, conforme acordo feito com o Presidente Michel Temer, o Líder do PMDB Henrique Eduardo Alves e o Líder do PT Cândido Vaccarezza, que possamos votar as PECs 336 e 379, para restabelecer o direito do cidadão brasileiro.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar que recentemente, em Campina Grande, na Paraíba, houve uma ação de responsabilidade social da Polícia Federal.

A Polícia Federal faz sempre o direito pelo direito, cumprindo seu papel, mas também fez uma ação de responsabilidade social quando o Superintendente da Polícia Federal da Paraíba, Delegado Sinomar Maria Neto, acompanhado pelo Delegado da Polícia Federal em Campina Grande, Sr. Francisco Leônidas Gomes da Silva, prestigiou o evento que reuniu várias entidades – inclusive a faculdade UNESC se fez presente.

Foram realizadas diversas atividades, como dicas de saúde, avaliação nutricional, avaliação do nível de estresse, medição de pressão, enfim, foi feito atendimento individual a todos os familiares e servidores daquela delegacia.

Parabenizo a Polícia Federal em nome do Superintendente da Paraíba.

Aproveito também para registrar a presença nesta Casa da comitiva da Paraíba que veio assistir à votação da PEC dos Vereadores que deve ser votada hoje.

O SR. ELIZEU AGUIAR (PTB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, chamo os Deputados do PTB para que compareçam ao plenário e venham votar. Aproveito para dizer que precisamos avançar nas discussões e conseqüentemente votar a PEC dos Vereadores, tão importante para os Estados e para o País inteiro.

Temos hoje aqui o plenário lotado. Certamente, a audiência da Câmara está em alta, porque os Vereadores que vão assumir depois de votarmos estão acompanhando essa sessão. Vamos votar essa PEC e aumentar o número de Vereadores nas capitais, no interior dos Estados, porque ela se faz necessária.

A SRA. GORETE PEREIRA (PR – CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito aos Deputados do Partido da República que venham ao plenário votar “não” ao destrancamento da pauta e possamos ainda hoje votar a PEC dos Vereadores, em respeito a todos os Vereadores que se encontram aqui na Câmara e também para que não precisem voltar na próxima semana.

Que possamos acabar essa questão positivamente hoje porque é um direito de todos eles. Todos nós aqui estamos conscientes do voto que vamos dar em relação à volta desses Vereadores que estão fazendo falta em seus distritos e em seus municípios, Sr. Presidente.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/PRB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dia 1º de outubro é o Dia do Vereador. Dia 2 de outubro esta Casa vai fazer uma sessão solene em homenagem aos Vereadores do Brasil.

Portanto, quero registrar que o Partido Republicano Brasileiro e a bancada do Maranhão apoia a PEC dos Vereadores. Esta é oportunidade ímpar de esta Casa fazer justiça e devolver a representatividade popular nas Câmaras Municipais de todo o Brasil.

Sr. Presidente, a presença dos Srs. Vereadores, nas galerias desta Casa, registra um momento importante para que os Srs. Líderes, para que esta Casa possa, em um momento oportuno, que é o dia de hoje, votar a PEC dos Vereadores, a fim de recompor as Câmaras Municipais com representatividade popular.

Convido todos para estarem aqui no plenário da Câmara Federal, no dia 2 de outubro, para a sessão solene em homenagem aos Vereadores de todo o País.

Muito obrigado.

O SR. EDSON DUARTE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDSON DUARTE (PV – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós, do Partido Verde, encaminhamos “não” a esse requerimento por entender que o Brasil já discutiu e ouviu muito o que tinha de ser argumentado em relação ao pré-sal, e precisamos urgentemente encaminhar aquilo que representa um diferencial para a nossa economia do Brasil. Claro que temos ainda de discutir condicionantes ambientais que, num primeiro momento, não foram incluídas e precisam ser aperfeiçoadas.

Queremos votar, porque a pauta é extensa, positiva e de responsabilidade do Congresso Nacional, no caso específico da Câmara dos Deputados.

Assim como fiz hoje pela manhã, na reunião do Colégio de Líderes, no exercício da Liderança do partido, digo que o Partido Verde defende a aprovação da PEC dos Vereadores, porque corrige grave distorção no País.

Trata-se de questão de justiça e de representatividade entre os vários municípios que compõem a nossa Federação. Não é verdade que aumentará a despesa no País, ao contrário do que afirmam. Os Vereadores são representantes legítimos da população, estão próximos da base, ouvem os clamores do povo brasileiro. Os Vereadores se constituem na ponta da representação política neste País de dimensões continentais.

Por isso esta Casa precisa, Presidente Michel Temer, de uma vez por todas, agendar uma data, e nesse acordo do Colégio de Líderes, estabelecer: “Vamos votar”. Quem quiser votar contra, como alguns já afirmaram, vote contra; mas vamos pautar e votar esse projeto favoravelmente.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB – MG. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apelo para V.Exa. a fim de que coloque a PEC dos Vereadores em discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Apenas vamos pôr os pés no chão. Hoje 3 partidos estão em obstrução. A PEC exige 308 votos. Vamos insistir no discurso. Vamos deixar para semana que vem.

O SR. PEPE VARGAS (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, convoco todos os Deputados da bancada do Partido dos Trabalhadores para virem a plenário votar “não” ao requerimento.

Vamos votar essa medida provisória para limpar a pauta de votações, desobstruir a pauta, porque também queremos votar, o quanto antes, o requerimento de urgência para votação do Projeto de Lei nº 3.299, que produz alterações no fator previdenciário, consolida o acordo do Governo com as centrais sindicais e, em última instância, aumenta o valor das aposentadorias dos trabalhadores que vierem a se aposentar. O projeto

vai alterar o fator previdenciário e garantir ganho real acima da inflação para os aposentados que ganham acima do salário mínimo e consolidar a política de recuperação do salário mínimo até o ano de 2023.

Por isso é importante que os Deputados do PT aqui compareçam para votarmos “não” ao requerimento e desobstruirmos a pauta.

O SR. JACKSON BARRETO (Bloco/PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro aqui: convoco os Deputados do PMDB para virem ao plenário votar a...

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Aviso aos Srs. Deputados que logo mais vou encerrar a votação.

O SR. JACKSON BARRETO – Sr. Presidente, quero fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Pois não.

O SR. JACKSON BARRETO – Convoco os Deputados do PMDB a comparecerem ao plenário e votarem “não” a esse requerimento, a fim de que esta Casa não caia nesse processo de obstrução de matérias e possamos votar a PEC dos Vereadores e também a matéria dos aposentados. Essa, sem dúvida alguma, é uma questão fundamental.

O SR. VALDIR COLATTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um convite à Casa: na terça-feira, dia 8, teremos um seminário sobre o Código Ambiental Brasileiro, que V.Exa. vai abrir. O Governador Luiz Henrique da Silveira, o Ministro Reinhold Stephanes e diversas entidades estarão presentes. O mundo agrícola e produtivo vai discutir o Código Ambiental Brasileiro.

Convido todos os Líderes, a Casa, para que possamos abrir essa discussão e trazer uma lei para que o Brasil possa conciliar o meio ambiente com a produção, tanto urbana como rural.

É importante que cada um de nós, esta Casa, faça o seu trabalho para dar ao Brasil a legislação possível na questão ambiental.

Repito: lançamento do Código Ambiental Brasileiro, na terça-feira, às 14h, no auditório Nereu Ramos. Convidamos todas as Sras. e Srs. Deputados para que participem do evento.

O SR. JORGINHO MALULY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JORGINHO MALULY (DEM – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra para fazer 2 registros.

Agradeço o apoio que recebi hoje na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde apro-

vamos projeto que vai melhorar a qualidade da educação no Brasil. Conseguimos limitar o número de alunos em sala de aula, o que vai permitir uma relação mais próxima do professor com o seu aluno e, da mesma maneira, do aluno com o professor.

Sabemos que principalmente na primeira idade, na infância, o professor tem um papel até de pai ou de mãe na vida do aluno. Então, quanto mais condições de contato com o aluno para lhe dar atenção e carinho será melhor para essa criança quando crescer.

Sr. Presidente, também parablenizo os turismólogos, que tiveram sua profissão regulamentada pela CCJ. O Brasil, que é um País de vocação turística, vai ter, com isso, mais qualificação e mais capacitação para receber os turistas e gerar riquezas e emprego.

Sr. Presidente, seria importante se fosse hoje, mas o que os Vereadores realmente querem é uma certeza, uma data, e V.Exa. já disse que não passará de quarta-feira a votação em plenário.

Tenho certeza absoluta de que os senhores contarão com o apoio da maioria dos Deputados para que possam refazer justiça nas cidades do interior deste Brasil afora.

Como eu já disse anteriormente, só quem disputou uma eleição sabe o que é pedir voto, o que é convencimento e que temos de consegui-lo na política, não na força, na violência. É a arte de convencer. Os Vereadores que disputaram a eleição tiveram essa oportunidade e nada mais justo que voltem a assumir o seu mandato.

Sr. Presidente, registro o apelo para a certeza de que na próxima quarta-feira haja a votação e a aprovação em plenário da PEC dos Vereadores.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Está encerrada a votação. (Pausa.)

VOTARAM:

Sim:	8
Não:	254
Absteve-se:	1
Total:	263

O REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 465, DE 2009 FOI REJEITADO.

LISTAGEM DE VOTAÇÃO

Proposição: MPV Nº 465/2009 – REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA – Nominal Eletrônica

Início da votação: 2-9-09 17:36

Encerramento da votação: 2-9-09 17:52

Presidiram a Votação: **Michel Temer**

Resultado da votação

Sim:	8
Não:	254
Abstenção:	1
Total da Votação:	263
Art. 17:	1
Total Quorum:	264
Obstrução:	47

Orientação

PmdbPtc:	Não
PT:	Não
DEM:	Obstrução
PSDB:	Obstrução
PsbPCdoBPmnPrb:	Não
PR:	Não
PP:	Não
PDT:	Não
PTB:	Não
PV:	Não
PPS:	Obstrução
PSC:	Não
PSOL:	Não
GOV.:	Não

Parlamentar	Partido Bloco	Voto
Roraima (RR)		
Angela Portela	PT	Não
Luciano Castro	PR	Não
Marcio Junqueira	DEM	Obstrução
Maria Helena	PSB PsbPCdoBPmnPr b	Não
Neudo Campos	PP	Não
Urzeni Rocha	PSDB	Obstrução
Total Roraima: 6		
Amapá (AP)		
Antonio Feijão	PSDB	Sim
Dalva Figueiredo	PT	Não
Evandro Milhomen	PCdoB PsbPCdoBPmnPr b	Não
Fátima Pelaes	PMDB PmdbPtc	Não
Jurandil Juarez	PMDB PmdbPtc	Não
Sebastião Bala Rocha	PDT	Não
Total Amapá: 6		
Pará (PA)		
Asdrubal Bentes	PMDB PmdbPtc	Não
Beto Faro	PT	Não
Elcione Barbalho	PMDB PmdbPtc	Não
Lira Maia	DEM	Obstrução
Eucio Vale	PR	Não
Paulo Rocha	PT	Não
Wandenkolk Gonçalves	PSDB	Obstrução
Wladimir Costa	PMDB PmdbPtc	Não
Zé Geraldo	PT	Não
Zequinha Marinho	PSC	Não

Total Pará: 10**Amazonas (AM)**

Átila I. Ins	PMDB	PmdbPtc	Não
Francisco Praciano	PT		Não
Lupércio Ramos	PMDB	PmdbPtc	Não
Marcelo Serafim	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Silas Câmara	PSC		Não
Vanessa Grazziotin	PCdoB	PsbPCdoBPmnPr b	Não

Total Amazonas: 6**Rondonia (RO)**

Eduardo Valverde	PT		Não
Ernandes Amorim	PTB		Não
Marinha Raupp	PMDB	PmdbPtc	Não
Mauro Nazif	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Natan Donadon	PMDB	PmdbPtc	Não

Total Rondonia: 5**Acre (AC)**

Flaviano Melo	PMDB	PmdbPtc	Não
Gladson Cameli	PP		Não
Henrique Afonso	PT		Não
Nilson Mourão	PT		Não
Perpétua Almeida	PCdoB	PsbPCdoBPmnPr b	Não

Total Acre: 5**Tocantins (TO)**

Eduardo Gomes	PSDB		Obstrução
Laurez Moreira	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Lázaro Botelho	PP		Não
Moisés Avelino	PMDB	PmdbPtc	Não
Vicentinho Alves	PR		Não

Total Tocantins: 5**Maranhão (MA)**

Carlos Brandão	PSDB		Obstrução
Cleber Verde	PRB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Davi Alves Silva Júnior	PDT		Não
Domingos Dutra	PT		Não
Flávio Dino	PCdoB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Julião Amin	PDT		Não
Pedro Fernandes	PTB		Não
Pedro Novais	PMDB	PmdbPtc	Não
Professor Setimo	PMDB	PmdbPtc	Não
Zé Vieira	PR		Sim

Total Maranhão: 10**Ceará (CE)**

Ariosto Holanda	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Arnon Bezerra	PTB		Não
Chico Lopes	PCdoB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Eugênio Rabelo	PP		Não

Flávio Bezerra	PMDB	PmdbPtc	Não
Gorete Pereira	PR		Não
José Guimarães	PT		Não
José Linhares	PP		Não
Leo Alcântara	PR		Não
Marcelo Teixeira	PR		Não
Mauro Benevides	PMDB	PmdbPtc	Não
Pastor Pedro Ribeiro	PMDB	PmdbPtc	Não
Paulo Henrique Lustosa	PMDB	PmdbPtc	Não
Zé Gerardo	PMDB	PmdbPtc	Não
Total Ceará: 14			
Piauí (PI)			
Átila Lira	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Ciro Nogueira	PP		Não
Elizeu Aguiar	PTB		Não
José Maia Filho	DEM		Abstenção
Marcelo Castro	PMDB	PmdbPtc	Não
Osmar Júnior	PCdoB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Total Piauí: 6			
Rio Grande do Norte (RN)			
Fátima Bezerra	PT		Não
João Maia	PR		Não
Rogério Marinho	PSDB		Obstrução
Total Rio Grande do Norte: 3			
Paraíba (PB)			
Armando Abílio	PTB		Não
Damião Feliciano	PDT		Não
Luiz Couto	PT		Não
Marccondes Gadelha	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Vital do Régo Filho	PMDB	PmdbPtc	Não
Wellington Roberto	PR		Não
Total Paraíba: 6			
Pernambuco (PE)			
Ana Arraes	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
André de Paula	DEM		Obstrução
Carlos Eduardo Cadoca	PSC		Não
Charles Lucena	PTB		Não
Edgar Moury	PMDB	PmdbPtc	Sim
Fernando Coelho Filho	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Fernando Ferro	PT		Não
Fernando Nascimento	PT		Não
Inocêncio Oliveira	PR		Não
José Chaves	PTB		Não
José Mendonça Bezerra	DEM		Sim
Paulo Rubem Santiago	PDT		Não
Raul Henry	PMDB	PmdbPtc	Sim
Roberto Magalhães	DEM		Obstrução
Silvio Costa	PMN	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Total Pernambuco: 15			
Alagoas (AL)			

Antonio Carlos Chamariz	PTB		Não
Augusto Farias	PTB		Não
Benedito de Lira	PP		Não
Carlos Alberto Canuto	PMDB	PmdbPtc	Não
Francisco Tenorio	PMN	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Maurício Quintella Lessa	PR		Não
Olavo Calheiros	PMDB	PmdbPtc	Não
Total Alagoas: 7			
Sergipe (SE)			
Albano Franco	PSDB		Obstrução
Eduardo Amorim	PSC		Não
Iran Barbosa	PT		Não
Jackson Barreto	PMDB	PmdbPtc	Não
Total Sergipe: 4			
Bahia (BA)			
Alice Portugal	PCdoB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Antonio Carlos Magalhães Neto	DEM		Obstrução
Daniel Almeida	PCdoB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Edigar Mão Branca	PV		Não
Edson Duarte	PV		Não
Emiliano José	PT		Não
Geraldo Simões	PT		Não
Jairo Carneiro	PP		Não
João Almeida	PSDB		Obstrução
Jorge Khoury	DEM		Obstrução
José Carlos Araújo	PR		Não
Joseph Bandeira	PT		Não
Jutahy Junior	PSDB		Obstrução
Lídice da Mata	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Luiz Alberto	PT		Não
Márcio Marinho	PR		Não
Mário Negromonte	PP		Não
Maurício Trindade	PR		Não
Paulo Magalhães	DEM		Obstrução
Sérgio Barradas Carneiro	PT		Não
Uldurico Pinto	PMN	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Veloso	PMDB	PmdbPtc	Não
Total Bahia: 22			
Minas Gerais (MG)			
Ademir Camilo	PDT		Não
Aelton Freitas	PR		Não
Antônio Roberto	PV		Não
Aracely de Paula	PR		Não
Bilac Pinto	PR		Não
Ciro Pedrosa	PV		Não
Edmar Moreira	PR		Não
Eduardo Barbosa	PSDB		Obstrução
Elismar Prado	PT		Não
Jô Moraes	PCdoB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
João Bittar	DEM		Não

João Magalhães	PMDB	PmdbPtc	Não
José Fernando Aparecido de Oliveira	PV		Não
José Santana de Vasconcellos	PR		Não
Júlio Delgado	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Lael Varella	DEM		Não
Leonardo Monteiro	PT		Não
Lincoln Portela	PR		Não
Luiz Fernando Faria	PP		Não
Márcio Reinaldo Moreira	PP		Não
Maria Lúcia Cardoso	PMDB	PmdbPtc	Não
Mário de Oliveira	PSC		Não
Mário Heringer	PDT		Não
Odair Cunha	PT		Não
Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPtc	Não
Silas Brasileiro	PMDB	PmdbPtc	Não
Total Minas Gerais: 26			
Espírito Santo (ES)			
Camilo Cola	PMDB	PmdbPtc	Não
Iriny Lopes	PT		Não
Jurandy Loureiro	PSC		Não
Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPtc	Não
Manato	PDT		Não
Rita Camata	PMDB	PmdbPtc	Não
Total Espírito Santo: 6			
Rio de Janeiro (RJ)			
Antonio Carlos Biscaia	PT		Não
Brizola Neto	PDT		Não
Carlos Santana	PT		Não
Chico Alencar	PSOL		Não
Dr. Adilson Soares	PR		Não
Dr. Paulo César	PR		Não
Edmilson Valentim	PCdoB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Edson Ezequiel	PMDB	PmdbPtc	Não
Eduardo Lopes	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Felipe Bornier	PHS		Não
Fernando Gabeira	PV		Obstrução
Fernando Lopes	PMDB	PmdbPtc	Não
Filipe Pereira	PSC		Não
Glauber Braga	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Hugo Leal	PSC		Não
Indio da Costa	DEM		Obstrução
Jair Bolsonaro	PP		Não
Léo Vivas	PRB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Luiz Sérgio	PT		Não
Miro Teixeira	PDT		Não
Neilton Mulim	PR		Não
Nelson Bornier	PMDB	PmdbPtc	Não
Pastor Manoel Ferreira	PTB		Não
Silvio Lopes	PSDB		Obstrução
Simão Sessim	PP		Não
Suely	PR		Não

Vinicius Carvalho	PTdoB		Não
Total Rio de Janeiro: 27			
São Paulo (SP)			
Abelardo Camarinha	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Antonio Bulhões	PMDB	PmdbPtc	Não
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB		Obstrução
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB		Obstrução
Arlindo Chinaglia	PT		Não
Arnaldo Faria de Sá	PTB		Não
Arnaldo Madeira	PSDB		Obstrução
Cândido Vaccarezza	PT		Não
Carlos Zarattini	PT		Não
Celso Russomanno	PP		Não
Devanir Ribeiro	PT		Não
Dimas Ramalho	PPS		Obstrução
Dr. Nechar	PV		Não
Dr. Ubiali	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Duarte Nogueira	PSDB		Obstrução
Edson Aparecido	PSDB		Obstrução
Emanuel Fernandes	PSDB		Obstrução
Fernando Chiarelli	PDT		Não
Fernando Chuere	PSDB		Obstrução
Francisco Rossi	PMDB	PmdbPtc	Não
Ivan Valente	PSOL		Não
Janete Rocha Pietá	PT		Não
Jefferson Campos	PTB		Não
Jilmar Tatto	PT		Não
João Dado	PDT		Não
João Paulo Cunha	PT		Não
Jorginho Maluly	DEM		Obstrução
José Anibal	PSDB		Sim
José C Stangarlini	PSDB		Obstrução
José Eduardo Cardozo	PT		Não
José Genoíno	PT		Não
José Mentor	PT		Não
Julio Semeghini	PSDB		Obstrução
Lobbe Neto	PSDB		Obstrução
Luciana Costa	PR		Não
Marcelo Ortiz	PV		Não
Márcio França	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Michel Temer	PMDB	PmdbPtc	Art. 17
Milton Monti	PR		Não
Milton Vieira	DEM		Obstrução
Paes de Lira	PTC	PmdbPtc	Não
Paulo Maluf	PP		Não
Paulo Pereira da Silva	PDT		Não
Paulo Teixeira	PT		Não
Regis de Oliveira	PSC		Obstrução
Renato Amary	PSDB		Obstrução
Ricardo Berzoini	PT		Não
Ricardo Tripoli	PSDB		Obstrução
Roberto Alves	PTB		Não
Roberto Santiago	PV		Não

Silvio Torres	PSDB		Obstrução
Walter Ihoshi	DEM		Obstrução
Total São Paulo: 52			
Mato Grosso (MT)			
Carlos Abicalil	PT		Não
Carlos Bezerra	PMDB	PmdbPtc	Não
Eliene Lima	PP		Não
Homero Pereira	PR		Não
Pedro Henry	PP		Não
Professor Victorio Galli	PMDB	PmdbPtc	Não
Valtenir Pereira	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Total Mato Grosso: 7			
Distrito Federal (DF)			
Jofran Frejat	PR		Não
Laerte Bessa	PMDB	PmdbPtc	Não
Rodovalho	DEM		Obstrução
Total Distrito Federal: 3			
Goiás (GO)			
Chico Abreu	PR		Não
Leandro Vilela	PMDB	PmdbPtc	Não
Luiz Bittencourt	PMDB	PmdbPtc	Não
Professora Raquel Teixeira Iatico	PSDB PTB		Obstrução Não
Total Goiás: 5			
Mato Grosso do Sul (MS)			
Antônio Carlos Biffi	PT		Não
Antonio Cruz	PP		Não
Dagoberto	PDT		Não
Geraldo Resende	PMDB	PmdbPtc	Não
Marçal Filho	PMDB	PmdbPtc	Não
Total Mato Grosso do Sul: 5			
Paraná (PR)			
Alceni Guerra	DEM		Obstrução
Andre Vargas	PT		Não
Andre Zacharow	PMDB	PmdbPtc	Não
Angelo Vanhoni	PT		Não
Assis do Couto	PT		Não
Cezar Silvestri	PPS		Obstrução
Chico da Princesa	PR		Não
Dileeu Sperafico	PP		Não
Dr. Rosinha	PT		Não
Gustavo Fruet	PSDB		Obstrução
Luiz Carlos Haully	PSDB		Obstrução
Luiz Carlos Setim	DEM		Obstrução
Marcelo Almeida	PMDB	PmdbPtc	Não
Nelson Meurer	PP		Não
Odilio Balbinotti	PMDB	PmdbPtc	Não
Osmar Serraglio	PMDB	PmdbPtc	Não
Ratinho Junior	PSC		Não
Ricardo Barros	PP		Não
Takayama	PSC		Não
Wilson Pieler	PDT		Não
Total Paraná: 20			
Santa Catarina (SC)			
Acélio Casagrande	PMDB	PmdbPtc	Não

Angela Amin	PP		Não
Celso Maldaner	PMDB	PmdbPtc	Não
Edinho Bez	PMDB	PmdbPtc	Não
Fernando Coruja	PPS		Obstrução
Gervásio Silva	PSDB		Obstrução
João Pizzolatti	PP		Não
Jorge Boeira	PT		Não
Nelson Goetten	PR		Não
Valdir Colatto	PMDB	PmdbPtc	Não
Vignatti	PT		Não
Zonta	PP		Não

Total Santa Catarina: 12**Rio Grande do Sul (RS)**

Darcísio Perondi	PMDB	PmdbPtc	Não
Eliseu Padilha	PMDB	PmdbPtc	Não
Emilia Fernandes	PT		Não
Enio Bacci	PDT		Não
Fernando Marroni	PT		Não
Geraldinho	PSOL		Não
Germano Bonow	DEM		Obstrução
Henrique Fontana	PT		Não
Ibsen Pinheiro	PMDB	PmdbPtc	Não
Luiz Carlos Busato	PTB		Não
Manuela DÁvila	PCdoB	PsbPCdoBPmnPr b	Não
Marco Maia	PT		Não
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PmdbPtc	Não
Paulo Pimenta	PT		Não
Paulo Roberto Pereira	PTB		Não
Pepe Vargas	PT		Não
Pompeo de Mattos	PDT		Não
Renato Molling	PP		Não

Total Rio Grande do Sul: 18

CENIN - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O próximo requerimento requer que a discussão da Medida Provisória nº 465/09 seja feita por grupo de artigos.

Assina-o o Líder do Democratas, Deputado Ronaldo Caiado.

“Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 165, § 2º, do Regimento Interno, que a discussão da Medida Provisória 465/09 seja feita por grupo de artigos.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2009. – **Ronaldo Caiado**, Líder do DEM.”

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Antes, porém, precisamos votar um requerimento que pede a quebra de interstício, assinado por Deputado do PPS.

“Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 185, § 4º do Regimento Interno, a quebra de interstício de uma hora para solicitar a verificação de votação nesta sessão do requerimento que solicita a discussão artigo por artigo desta matéria (quebra de interstício).

Sala das Sessões, 02 de setembro de 2009. – **Fernando Coruja**, Líder do PPS; **José Aníbal**, Líder do PSDB.”

O SR. VICENTE ARRUDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. VICENTE ARRUDA (PR – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última votação votei com o partido.

O SR. MANOEL JUNIOR (Bloco/PSB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última votação votei com o partido.

O SR. CAPITÃO ASSUMÇÃO (Bloco/PSB – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última votação votei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Para falar a favor, concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Governo enviou a esta Casa nesta semana 4 projetos que pretendem regulamentar o pré-sal. São projetos de extrema importância. Vamos discutir inclusive sobre a partilha dos *royalties*, que vão beneficiar, a partir da aprovação, provavelmente a maioria dos Estados e Municípios que não beneficiados pelos *royalties* do petróleo. É um projeto que define como será

explorado o pré-sal e de que forma será contratado, se a PETROBRAS vai ter monopólio ou não, os contratos de partilha, enfim, uma série de novos regramentos de absoluta importância para o País.

No entanto, discordamos da urgência solicitada pelo Presidente da República. Não queremos que esses projetos tenham aqui um trâmite de urgência e sejam votados em 45 dias, necessariamente, aqui na Câmara dos Deputados e mais 45 no Senado.

O País inteiro precisa ser ouvido a respeito desses projetos; é preciso ouvir técnicos, Governadores, Prefeitos, Vereadores, é preciso ouvir o País porque isso envolve o seu futuro, envolve a receita dos Municípios e dos Estados. Por essa razão insistimos na obstrução.

Há também uma preocupação dos eminentes Suplentes de Vereadores, que querem ver aprovada a PEC dos Vereadores. Nós, do PPS, somos a favor dessa PEC e vamos votar por unanimidade pela sua aprovação. Já queríamos ter votado antes. Na semana passada, poderia ter sido votada aqui a PEC dos Vereadores, mas não o foi porque a base do Governo obstruiu, tendo em vista o recebimento de emendas parlamentares. Houve uma obstrução por setores da base. Aqui se faz obstrução ocasional por vários motivos.

Nós não podemos abrir mão da obstrução em nome do País, em nome de uma coisa importante. Tenho certeza de que, a partir de amanhã, depois da conversa que o Presidente Lula vai ter com a base do Governo, poderá ser retirada essa urgência. Vamos aprovar aqui, sem dúvida alguma, pela maioria absoluta deste plenário, a PEC que os Vereadores estão insistindo que seja aprovada. Hoje, o PPS vai manter a obstrução porque temos de ter uma preocupação com o País como um todo. Essa proposta do Governo de tramitar em regime de urgência os projetos que dizem respeito...

(O microfone é desligado.)

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há obstrução. É bom seguirmos rigorosamente o tempo do Regimento porque há obstrução.

O SR. FERNANDO CORUJA – Já vou encerrar. Peço mais 30 segundos.

Vamos manter esse processo de obstrução porque entendemos que talvez estejamos discutindo aqui o projeto mais importante que esta Casa vai debater nesta Legislatura.

Então, mantemos o voto e encaminhamos “sim” a esse requerimento, para que votemos artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vamos orientar a bancada. Como há muitos requerimentos, vou cumprir rigorosamente o Regimento. O tempo para encaminhamento será de 1 minuto.

Como vota o PMDB, Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (Bloco/PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PMDB vota “não” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O voto do PT, Deputado José Genoíno?

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “não”.

Como vota o PSDB?

O SR. LOBBE NETO (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSDB vota favoravelmente, querendo todas as votações nominais. Por isso, votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – PDT? (Pausa.)

O PDT vota “não”.

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós não estamos em obstrução, porque queremos discutir, claro, com todo o tempo – inclusive extrapolando a urgência constitucional, se necessário – os projetos em relação ao pré-sal, garantindo os direitos compensatórios de Estado, sem prejuízo dos direitos maiores da população brasileira, garantindo a soberania nacional. Entendemos que muitos aspectos da embocadura com que o Governo trata essa questão são positivos. Deixar para o livre jogo do mercado, das 7 irmãs do petróleo, da chamada concorrência internacional pode afetar-nos.

Nesse sentido, nossa posição é contra a quebra do interstício. E, para que votemos essa matéria, façamos a discussão com audiências públicas e tudo o que for necessário para o bom processo legislativo em relação ao pré-sal. A pressa pode ser inimiga do pré-sal.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o Bloco, Deputado Marcondes Gadelha?

O SR. MARCONDES GADELHA (Bloco/PSB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSB vota “não”, Sr. Presidente, e considera que essa medida é oportuna, uma forma de estimular a indústria que está ainda no rescaldo da grande crise financeira que assolou o mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “não” ao requerimento.

Como vota o Democratas?

O SR. JORGINHO MALULY (DEM – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Michel Temer, engana-se aquele que pensa que é mais governo aquele que agrada mais o Governo ou é mais oposição aquele que bate mais no Governo. Será mais governo e será mais oposição, Sr. Presidente, aquele que, no exercício do seu papel, contribuir para o País, contribuir para o progresso, contribuir para o futuro da Nação.

E é nesse sentido, Presidente, que o Democratas está solicitando – e já pedimos a V.Exa. no dia de ontem – que interceda no Governo. Não é que nós não queiramos debater – claro que nós queremos debater. Debater a matriz energética, debater se é parceria ou não, debater a capitalização da PETROBRAS, de uma maneira ou de outra, é o que nós queremos. A urgência vai fazer com que se corra a toque de caixa, e a matéria não o permite.

Por isso, Presidente, nessa postura política, numa posição madura, nós encaminhamos o voto “sim” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Voto “sim” do Democratas.

Como vota o PR?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PR – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “não” o PR.

Como vota o PP?

O SR. ZONTA (PP – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PP vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “não” o PP.

Como vota o PTB?

O SR. LUIZ CARLOS BUSATO (PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PTB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O PV, como vota?

O SR. EDSON DUARTE (PV – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PV, ao votar “não”, precisa fazer um esclarecimento. Nós temos sérios questionamentos em relação aos impactos ambientais do projeto. São graves.

Nos encaminhamentos que nós estamos fazendo, nosso esforço é de equacionarmos essas questões, apresentando ao Brasil um projeto sustentável. Somos a favor dele, desde que seja sustentável. Portanto, nosso encaminhamento aqui, neste momento, está condicionado a entendimento com a Liderança do Governo e à inclusão das questões ambientais, entre outras, logica-

mente de interesse da bancada do Partido Verde. Nós estamos condicionando essa nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PSC?

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC continua na mesma linha do que já estamos discutindo aqui desde o início desta sessão, que é encaminhar a Medida Provisória nº 465, neste caso para votação, apesar de no texto podermos encaminhar contra.

Neste caso, somos contra o requerimento. Então, votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – “Não”.

O PPS já votou?

O SR. CEZAR SILVESTRI (PPS – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “sim”.

Governo?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecer o Plenário e quem nos acompanha. Vejam a matéria que a Oposição está obstruindo. É matéria que repassa recursos do Tesouro para o BNDES gerar a possibilidade de financiamento para compra de bens de capital, a fim de modernizar a indústria, com taxas de juros negativas, ou seja, juros abaixo da inflação.

É mais uma medida para combater os efeitos da crise econômica que veio de fora sobre a economia brasileira. Será que não devemos aprovar imediatamente a matéria?

O Governo vota “não”, em defesa da indústria nacional.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O Governo vota “não”.

A Minoria como vota?

O SR. ANDRÉ DE PAULA (DEM – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós, os 3 partidos que integram a Minoria, não estamos obstruindo, e todos sabem disso, em função do mérito dessa matéria, até porque ela não será prejudicada – temos tempo para votá-la.

Estamos obstruindo esta e as matérias subseqüentes em função de entendermos que é questão tão importante que merece do Presidente da República a quebra de compromisso assumido com 3 ilustres Governadores. Porque S.Exa. considera essa matéria tão importante, nós entendemos que esta Casa também não pode furtar-se ao debate extremamente profundo sobre algo que é patrimônio do País.

Por isso, a Minoria encaminha o voto “sim”, como os 3 partidos que integram o Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Voto “sim” da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Aqueles que forem pela aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do oradora.) – Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. OSVALDO REIS (Bloco/PMDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o PMDB.

O SR. GERSON PERES (PP – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última votação, votei com o partido.

O SR. VALADARES FILHO (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.

O SR. MARCELO MELO (Bloco/PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o PMDB.

O SR. MOACIR MICHELETTO (Bloco/PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido na última votação.

O SR. AIRTON ROVEDA (PR – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei de acordo com o partido na última votação.

O SR. VICENTINHO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. CHICO D’ANGELO (PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. MARCELO ITAGIBA (Bloco/PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Sobre a mesa requerimento para fazer a discussão da Medida Provisória nº 465, de 2009, por grupo de artigos.

“Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 165, § 2º, do Regimento Interno, que a discussão da Medida Provisória nº 465/09 seja feita por grupo de artigos.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2009. – **Ronaldo Caiado**, Líder do DEM.”

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Para falar a favor do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Lira Maia.

O SR. LIRA MAIA (DEM – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, início cumprimentando os companheiros Vereadores que se encontram nesta Casa, dando boas-vindas a todos. Teremos sucesso nessa matéria, se Deus quiser.

Quero dizer que eu, particularmente, na condição de Deputado do Democratas, e a grande maioria do partido, acredito, somos totalmente favoráveis à matéria. E não apenas a esta. Sabemos que há outras matérias de cunho municipalista nesta Casa, em torno das quais temos realmente de nos unir para resolver. É o caso da matéria, que estamos a dever ao País, da criação de novos municípios. Há mais de 12 anos, não se cria municípios no País, e sabemos das dificuldades advindas dessa situação, principalmente na Amazônia. Portanto, fiquem tranquilos, Srs. Vereadores, porque faremos a votação oportunamente, e, com certeza, a grande maioria, absoluta, será favorável à matéria.

Eu gostaria de justificar o porquê da obstrução da Oposição. Aqui desta tribuna, eu já disse que, nesta Casa, não deveria haver bancada de governo e de oposição, mas bancada a favor do povo brasileiro. O que estamos fazendo é uma demonstração do senso de responsabilidade ao debater o pré-sal.

Não podemos concordar, Sr. Presidente, com que o Governo brasileiro interfira nos destinos desta Casa de forma tão açodada, que mande para cá, em regime de urgência, projeto da magnitude desse, que tem que ser discutido em todas as áreas e em todas as bases – e nós queremos discutir.

Só para o Brasil e os Vereadores entenderem, é esse o motivo da obstrução. O Governo brasileiro manda projeto para cá de afogadilho, depois de tantas oportunidades. E mais: não tem justificativa para mandar o projeto com urgência regimental, porque a matéria só vai realmente ter reflexo no País daqui a 10 anos, lá pelo ano 2020 ou em 2022. Então, não justifica apreciar em apenas 45 dias matéria que vai discutir produção tão importante de petróleo neste País.

Vereadores, Prefeitos, comunidade brasileira e principalmente aqueles Estados que são os maiores produtores têm que participar do debate. Dessa forma, justifico nossa obstrução.

Portanto, nós votamos “sim” ao requerimento.

O SR. JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei de acordo com a orientação do Partido Verde.

O SR. DÉCIO LIMA (PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última votação, se aqui estivesse, teria votado com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos encaminhando contra, em primeiro lugar, pela natureza, pelo sentido justo, correto da Medida Provisória nº 465 e, em segundo lugar, porque queremos discutir os projetos do pré-sal.

Quero deixar claro nesta Casa que, se não viessem com urgência urgentíssima, os projetos não seriam apreciados antes da eleição. Aconteceu a mesma coisa com o projeto de lei que quebrou o monopólio do petróleo em 1996: ele veio sem urgência constitucional, as Lideranças do Governo deram urgência urgentíssima, ele não passou pelas Comissões e veio direto para o Plenário

Projeto dessa envergadura e dessa importância tem de ser discutido e votado antes do processo eleitoral. O País tem pressa. É projeto estratégico e fundamental.

Por isso, somos contra a obstrução e contra o requerimento: é “não”.

O SR. FÁBIO RAMALHO (PV – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido, na votação passada.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado, para falar a favor. *(Pausa.)*

O SR. ALEXANDRE SANTOS (Bloco/PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei de acordo com o meu partido, na votação anterior.

O SR. CLÓVIS FECURY (DEM – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acompanhei o partido.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Aqui é um e um.

Vamos encaminhar, então.

Como encaminha o PMDB, Deputada Íris de Araújo?

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (Bloco/PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O PMDB encaminha “não”.

O SR. CLÓVIS FECURY (DEM – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acompanhei o partido, na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PT?

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PTB?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ (PTB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o Democratas?

O SR. LIRA MAIA (DEM – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para lembrar que o projeto do monopólio do petróleo passou 13 meses no Parlamento: 8 meses na Câmara dos Deputados e 4 meses no Senado Federal. Foi encaminhado e discutido, na plenitude, por esta Casa, sem interferência de urgência do Poder Executivo.

A justificativa é de que estamos todos interessados em discutir o pré-sal, mas sem a pressa regimental que o Governo está impondo sobre esta Casa.

Com relação a esse requerimento, somos favoráveis a que se discuta essa matéria por grupos de artigos, até porque foi aventada a pressa, a urgência. É uma medida provisória que já está em vigor. Não há por que se preocupar em relação à sua vigência. Já está em vigor e não está causando nenhuma dificuldade, nenhum prejuízo ao País, uma vez que os órgãos envolvidos nessa medida provisória já estão agindo com ela.

O voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O voto do Democratas é “sim”.

Como vota o PSDB?

O SR. LOBBE NETO (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero cumprimentar todos os Vereadores e suplentes presentes e fazer um esclarecimento.

O Líder do Governo e outros Parlamentares passam uma informação equivocada para os nossos legisladores que estão no plenário.

Primeiro, urgência constitucional é diferente de urgência urgentíssima, que é decidida por Lideranças. Isso é muito importante explicar, porque a urgência constitucional trava a pauta e vem do Poder Executivo. Então, isso é uma diferenciação.

A outra questão é que a medida provisória já está em vigor. Então, não estamos atrapalhando nada. Em 12 de novembro é que ela vai perder a sua eficácia. A partir do momento em que ela é publicada, ela já está valendo. Alguns falam meia verdade ou uma mentira, uma meia mentira. É importante informar isso aos suplentes de Vereador que estão aqui.

Uma pergunta que fica: por que o Governo atual, que sempre foi a favor da estatização, não estatizou a Vale até hoje? Essa resposta nem o Lula nem o Go-

verno nunca deram. Se eles são tão a favor da estatização e criticaram a Vale, por que não a estatizaram como um programa de governo?

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nós, reitero, não estamos nessa obstrução. Queremos o bom debate sobre o pré-sal, com audiências públicas, o equilíbrio federativo, o direito dos Estados produtores à compensação – que não é necessariamente privilégio –, em relação aos danos ambientais oriundos dessa exploração futura para, talvez, 2020. Não é uma riqueza inesgotável. Pode acabar até em dez anos. É preciso ter calma e não parecer como no século XVIII, no Brasil, quando a descoberta do ouro e dos diamantes gerou uma corrida devastadora em benefício da metrópole, Portugal.

Neste caso específico, a proposta de discussão de artigo por artigo da medida provisória é correta, no nosso modo de entender, porque ela tem 4 assuntos, que vão dos recursos para o BNDES à isenção de PIS-COFINS para pão, farinha, trigo, passando pela prorrogação da isenção para motocicletas. Então, o voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “sim”.

O PSDB já votou “sim”.

Como vota o Bloco? (*Pausa.*)

Como vota o PP?

O SR. ZONTA (PP – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PP vota “não”, ao mesmo tempo em que pretende mais uma vez declarar integral apoio à PEC dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PR?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PR – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somos contra qualquer medida para procrastinar as votações. Queremos realmente votar. Gostaríamos de votar hoje a PEC dos Vereadores, mas ela infelizmente ficará para quarta-feira.

O PR vota “não” a este requerimento e “sim” aos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – PR vota “não”.

O SR. ABELARDO CAMARINHA (Bloco/PSB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O Bloco vota “não”.

Como vota o PDT?

O SR. BRIZOLA NETO (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PDT, Sr. Presidente, quer

votar. O PDT vota “não” ao requerimento e não compreende a obstrução, que só pode ser classificada como impatriótica, de um projeto que visa resgatar a soberania nacional e o controle soberano das reservas de petróleo para o Estado brasileiro.

O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PV e, depois, o PPS?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Essa noção de patriotismo que se fala aqui é muito subjetiva. Não tem nada de patriótico o que foi feito na semana passada com a obstrução para receber emenda parlamentar ou a greve branca feita aqui.

Agora estamos obstruindo porque queremos debater este projeto. Vamos votar provavelmente a favor da maioria das matérias do Governo. É preciso debater projeto dessa importância. Isso salta aos olhos de qualquer um.

Encaminhamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PV?

O SR. ANTÔNIO ROBERTO (PV – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PV encaminha “não”, Sr. Presidente.

O SR. JURANDY LOUREIRO (PSC – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSC encaminha “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – PSC encaminha “não”. O PV encaminhou “não” também.

Como vota o Governo?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu revisava há pouco como foi o comportamento do Governo de então, quando apresentou a esta Casa a lei que quebrou o monopólio do petróleo. Ao contrário de usar a urgência constitucional, que assume uma relação de absoluta transparência com o Legislativo, que é a maneira constitucionalmente prevista para o Chefe do Executivo solicitar ao Parlamento do seu País que dê prioridade máxima à análise de determinados projetos, pelo impacto estratégico que esses projetos têm no desenvolvimento da Nação...

Foi isso o que fez o Presidente Lula. Ele não pede ao Congresso que aprove ou desaprove o projeto A ou B. Ele pede ao Congresso que dê prioridade ao debate, à reflexão e à votação de 4 projetos que nos vão permitir explorar a riqueza do pré-sal, defendendo o interesse nacional.

O Governo vota “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O Governo vota “não”.

Como vota a Minoria?

O SR. ANDRÉ DE PAULA (DEM – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de destacar que, entre muitos avanços que foram perpetrados na sua gestão nesta Casa, talvez um dos mais significativos tenha sido o salutar procedimento de discutir as questões, muitas vezes em Comissões que foram memoráveis, como a da redução da jornada.

Neste momento, aquilo pelo qual estamos lutando – é preciso deixar claro – é a preservação de uma prerrogativa que nos é muito cara e que é subtraída: discutir uma matéria da maior importância para o País, que precisa ser discutida à exaustão e sobre a qual todos gostariam de ser ouvidos. Isso não vai acontecer, em função da medida adotada pelo Executivo. Por isso vamos lutar aqui.

A Minoria, em nome dos 3 partidos que a integram, vota “sim”, no sentido de sensibilizar o Governo a permitir que essa matéria seja mais bem discutida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – A Minoria vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Aqueles que forem pela aprovação do requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Ficam prejudicados os requerimentos no seguinte teor:

“Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 177 combinado com os arts. 101, I, a, 2 e 117, X, do Regimento Interno, o adiamento da discussão por 01 sessão da MP 465/2009.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2009. – **Lobbe Neto**, Vice-Líder do PSDB.”

“Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o adiamento da discussão por 2 sessões da MP 465/09, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2009. – **Ronaldo Caiado**, Líder do DEM.”

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Agora vamos passar à discussão da matéria.

Antes disso, porém, registro que foi levantada uma questão de ordem pelo nobre Deputado Fernando Coruja. Respondo a essa questão de ordem, em que o Deputado Fernando Coruja sustenta que o eminente Relator, Deputado Carlos Zarattini...

Eu vou ler – é um longo parecer – para mostrar que houve o exame da matéria. Quando houver outras

questões de ordem dessa natureza, eu apenas direi que foram rejeitadas e entregarei ao Plenário o conteúdo da rejeição.

O Líder Fernando Coruja sustenta que o Relator acrescentou dispositivos estranhos à matéria de que trata a Medida Provisória nº 465/09.

A Presidência decide: apesar do zelo do ilustre Deputado Fernando Coruja em relação ao cumprimento da decisão desta Presidência que trata da apreciação de medidas provisórias nesta Casa – e sabem todos que recusei várias emendas oferecidas por entender que havia matéria estranha, cuja inserção se pretendia na medida provisória –, somos forçados a discordar das suas ponderações em relação à matéria em tela pelas razões expostas em seguida.

Inicialmente, podemos observar que o art. 1º do PLV à Medida Provisória nº 465, de 2009, estabelece que fica a União autorizada a conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamentos contratados até 31 de dezembro de 2009, destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.

Destacamos de pronto que o dispositivo foi criado para permitir à União apoiar tanto a aquisição como a produção de bens de capital, como também a inovação tecnológica, por meio da subvenção econômica, nas operações de financiamento a cargo do BNDES, até o limite de R\$44 bilhões.

No entendimento do Relator, pelo que se observou nos dispositivos que cresceu ao texto original da medida provisória, tornou-se importante assegurar primeiramente que o setor de aviação civil – empresas de produção de aeronaves e empresas de aviação regular – fosse beneficiado pela citada subvenção econômica nas operações realizadas tanto na produção como na aquisição de aeronaves fabricadas em território brasileiro, nos termos do § 4º do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão.

No entanto, a matéria teve que ser complementada, no entendimento do Relator, com a introdução dos arts. 6º, 7º e 8º no PLV, tendo em vista a natureza das operações de financiamento para a aquisição de aeronaves, sobretudo pelas empresas que atuam na aviação regular no País. Na compra de aeronaves produzidas em território brasileiro, o BNDES financia até 85% do valor da operação, restando às empresas interessadas buscar no mercado financeiro os recursos complementares, sendo-lhes exigidas garantias muitas vezes superiores ao valor da própria aeronave, dificultando e encarecendo a operação de financiamento.

Foi necessário, então, no entendimento da relatoria, a introdução dos arts. 6º e 7º no PLV, para alterar a redação do art. 1º da Lei nº 9.818, de 1999, e acrescentar o art. 5º-A na mesma lei, justamente para permitir que o Fundo de Garantia à Exportação – FGE passasse também a dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito interno para o setor de aviação civil, além de continuar a oferecer garantias nas operação de seguro de crédito à exportação.

Já o teor do art. 8º do PLV é um desdobramento natural e complementar ao teor dos artigos já comentados, indispensável, em face da ampliação do alcance de cobertura às garantias prestadas pelo FGE nas operações de seguro e crédito interno para o setor de aviação civil. O Art. 8º modifica a redação dos incisos I e II do art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, para permitir que a União possa conceder garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários assumidos em virtude do Seguro de Crédito à Exportação – SCE e agora também do Seguro de Crédito Interno para o setor de aviação civil, como contratar instituição habilitada a operar o Seguro de Crédito à Exportação – SCE e o Seguro de Crédito Interno para o setor de aviação civil.

Se estamos tratando, na medida provisória, de ações objetivas destinadas a apoiar e estimular a inovação e a produção de bens de capital do País, é preciso criar as condições para que esta produção encontre demanda em escala suficiente nos mercados interno e externo para que ela possa se expandir de forma sustentada. Nesse contexto, medidas complementares para facilitar o crédito e torná-lo acessível aos interessados por meio da redução de seus custos e das garantias exigidas em cada operação, como se pode deduzir do teor dos arts. 6º, 7º e 8º, só podem ser interpretadas como mais uma providência consentânea, com o disposto no **caput** do art. 1º da Medida Provisória 465, de 2009, mantido na íntegra o PLV apresentado pelo Deputado Carlos Zarattini.

Em relação à pertinência do exposto no art. 5º do PLV apresentado pelo Relator à Medida Provisória nº 465, de 2009, com o dispositivo da medida provisória que trata do processo administrativo e fiscal, seguem os seguintes esclarecimentos.

O inciso II do art. 7º da Medida Provisória nº 465, de 2009, retira a eficácia do art. 33 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo e fiscal. Tal dispositivo fazia menção ao prazo para interposição de recurso voluntário do contribuinte, no caso de provimento ao recurso de ofício, no âmbito do extinto Conselho de Contribuintes.

A Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, introduziu alterações no mencionado decreto, com o objetivo de facilitar o julgamento e dar maior celeridade ao contencioso administrativo, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que acrescentou o princípio da celeridade processual dentre os direitos e garantias fundamentais.

Baseado nesse princípio, o Presidente da República vetou o parágrafo 3º do art. 37 do Decreto nº 70.235, de 1972, com a redação dada pelo art. 25 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resultando na conversão da Medida Provisória nº 449, de 2009. O § 3º do art. 37 do Decreto nº 70.235, de 1972, previa a possibilidade de interposição de recurso voluntário no caso de provimento a recurso de ofício à Câmara Superior de Recursos Fiscais, órgão integrante do Conselho Superior de Recursos Fiscais, em segunda instância de julgamento administrativo.

De acordo com a Mensagem nº 366, de 27 de maio de 2009, o veto foi motivado pela necessidade de reduzir o tempo do trâmite dos processos tributários no âmbito administrativo, restringindo a função do CSRF *“...à apreciação apenas do recurso de decisão que der à lei tributária interpretação divergente. Nesse caso, a CSRF terá como único foco a unificação da interpretação das normas tributárias, o que poderá ter como efeito a maior pacificação nos litígios administrativos, com redução da litigiosidade”*.

Assim, nos termos da Exposição dos Motivos da Medida Provisória nº 465, de 2009, *“a fim de espancar qualquer dúvida sobre a impossibilidade de interposição de recurso voluntário das decisões do CARF é que se propõe a revogação do § 1º do art. 33 do Decreto nº 70.235, de 1972, o qual, ao prever prazo de interposição para o recurso não mais existente, poderia causar dúvidas no intérprete”*.

O § 3º do art. 37 do Decreto nº 70.235, de 1972, foi vetado, e o § 1º de seu art. 33 foi revogado pela Medida Provisória nº 465, de 2009, para sacramentar que não existe mais a possibilidade de interposição de recurso voluntário à CSRF, em observância ao princípio constitucional da celeridade processual, bem assim o art. 5º do Projeto de Lei de Conversão apresentado pelo Relator da Medida Provisória nº 465, de 2009, Deputado Carlos Zarattini.

Cumprido salientar que o art. 5º do PLV, ao acolher a Emenda nº 26, do Senador Francisco Dornelles, reproduz integralmente a redação dada pelo art. 23 da Medida Provisória nº 449, de 2009, ao art. 26 do Decreto nº 70.235, de 1972, texto este que, na apreciação da Medida Provisória nº 449, de 2009, pelo Congresso Nacional, não constou do PLV encaminhado à sanção do Presidente da República.

A criação da Súmula Vinculante da CSRF em relação a todos os órgãos atuantes no contencioso administrativo se revela intrinsecamente ligada com o veto ao § 3º do art. 37 do Decreto nº 70.235, de 1972, e com a revogação do § 1º do art. 33, revogado pela Medida Provisória nº 465, de 2009. Conforme mencionado pelo Relator, em seu parecer, a medida está alinhada com as recentes alterações na legislação sobre o processo administrativo fiscal, ao conferir maior celeridade à tramitação daqueles processos relativos a matérias objeto de decisões reiteradas e uniformes da CSRF.

Diante de todo o exposto, a Presidência recebe a presente questão de ordem, mas lamenta que, no mérito, tenha de indeferi-la.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista a extensão da resposta, eu vou recorrer preventivamente à Comissão de Constituição e Justiça, para que eu possa ler com calma a sua interpretação e, depois, debatê-la.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Acolho, em caráter preventivo, o recurso à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vamos à discussão.

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei de acordo com a orientação do PMDB.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer uma consulta rápida a V.Exa., se me permite.

Eu sou o autor original da PEC nº 333/04, a PEC dos Vereadores. Considerando que esta PEC tramita na Casa e vai completar, em novembro, 5 anos; considerando que estamos na reta final da sua votação; considerando a presença dos Vereadores que vieram do Brasil inteiro, para acompanhar a votação; considerando, ainda, que o PSDB, o DEM e o PPS estão em regime de obstrução, eu vejo dificuldade em votarmos a PEC hoje, em função dessa obstrução. Se se mantiver a votação, nós corremos o risco de não haver votos suficientes para sua aprovação.

Eu solicito a V.Exa. que consulte os Líderes dos partidos sobre se há condições de votarmos a PEC hoje. Se não houver, se podem esclarecer quando haverá condições de votarmos essa matéria – talvez na próxima quarta-feira –, para que possamos ter uma decisão clara, até para liberarmos os Vereadores que aqui estão. Podemos marcar uma data: tal dia, tal hora, nós vamos votar a PEC. Que as coisas fiquem claras quanto

à data de votação da PEC dos Vereadores. Nesse dia, vamos cumprir o nosso dever, a nossa função.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Está aqui ao meu lado o Líder do PMDB, Deputado Henrique Alves, que me lembra de que, na reunião dos Líderes, hoje, ficou decidido que nós votaremos a PEC dos Vereadores na semana que vem.

Portanto, na semana que vem, será votada a PEC dos Vereadores.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que dia, Sr. Presidente? Na quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Quarta-feira. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero justificar meu voto com o partido, na votação passada.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Pela folha de inscrição, concedo a palavra, para falar contra, ao Luiz Carlos Hauly. (*Pausa.*)

O SR. ANTÔNIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.

O SR. ARNALDO VIANNA (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei de acordo com a orientação do PDT.

Obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o PMDB.

O SR. LUIZ BASSUMA (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o PT.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o PSB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly, que falará contra a matéria.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Medida Provisória nº 465, de 29/07/2009, autoriza a concessão de subvenção econômica ao BNDES, mas também...

Sr. Presidente, não há condições de falar.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vamos ouvir o orador.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Peço a recomposição do meu tempo, por gentileza.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Medida Provisória trata do BNDES, trata de incentivo ao trigo e à farinha de trigo, de incentivo à venda de motocicletas e acrescenta alguns outros dispositivos.

Na verdade, a nossa crítica é pela improvisação. O Governo, de uma forma amadora, improvisa no combate à crise e esta é a evidência completa. Note-se que as alterações do empréstimo ao BNDES, apesar de implicar também melhoria nas condições dos empréstimos ao setor privado, evidenciam um elevado grau de improvisação e amadorismo do Governo Federal, especialmente, no planejamento e na execução dessa tarefa.

Em um curto intervalo de tempo foram utilizadas 3 medidas provisórias para fixar e alterar condições dos empréstimos: Medida Provisória nº 453, Medida Provisória nº 462 e a Medida Provisória nº 453 – antes mesmo da sua transformação em lei – e também a Medida Provisória nº 465, que revoga dispositivos da Medida Provisória nº 462. É algo estarrecedor. No combate à crise com medidas anticíclicas, não há ordenação estratégica.

O Governo é bom de **marketing**, de criação de factoides. É o Governo que lança a campanha do **Ouro de McKenna**. **Ouro de McKenna** é um filme do velho faroeste no qual tinha uma montanha de ouro. É o trem bala, a PETRO-SAL, que vende no ponto futuro. O Governo é bom de **marketing**, é campeão de **marketing**, mas não de administração do dia a dia dos problemas do Governo. Primeiro, ele perdeu as contas da folha de pagamento, pois o gasto com o pessoal da União vai a 169 bilhões até dezembro; ele perdeu as contas no custeio da máquina pública; ele vai produzir um déficit este ano de mais de 2% do PIB – só o Governo Federal. Não é um Governo que investe.

Até julho, segundo o relatório que recebemos do Ministério da Fazenda hoje de manhã, lá na Comissão de Finanças, foram 15 bilhões de investimento. Ora, em 400 bilhões de arrecadação, feita de janeiro a julho, foram 15 bilhões de investimento.

Valha-me Deus! O Brasil está perdido! Este Governo não faz estrada, portos, aeroportos, lança factoides, cria uma ilusão. Olha, realmente... E o pior é que as pessoas acabam acreditando nessa ilusão, nesse factóide.

Então, Sr. Presidente, o nosso alerta é sério, é uma questão para o futuro do País.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Vicentinho, que falará a favor da matéria.

O SR. VICENTINHO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com a permissão de V.Exa., Sr. Presidente Michel Temer,

quero falar sobre 2 breves assuntos importantes, para depois falar sobre a medida provisória.

Primeiro, a respeito da redução da jornada de trabalho. Quero parabenizar todos os partidos que assinaram o requerimento de preferência para que, logo, logo, debrucemo-nos sobre esse importante projeto social para nosso País.

Segundo, a respeito da PEC dos Vereadores.

Quero informar a todos que minha posição será como foi na primeira votação, favorável. Esperamos que nossa Liderança, nossa Mesa Diretora logo resolva essa questão, para que possamos votar, fazer justiça. Mesmo porque é importante deixar claro que não haverá nenhum gasto, ao contrário, haverá economia para a sociedade brasileira a existência de mais representantes para nosso povo. Minha saudação a todos que aqui representam os Vereadores do Brasil inteiro.

Sr. Presidente, essa medida provisória tem o mesmo escopo de vários projetos: que o Governo brasileiro ajude o País a sair da crise. O papel do Estado brasileiro, ao contrário do que diziam no passado, que o Estado não tinha nenhum papel, que o mercado deveria resolver tudo, é de porto seguro para garantir equilíbrio.

Convivo diretamente com setores de máquinas, empresas importantes, que reagem de acordo com a produção no Brasil. Mas tem que haver uma produção segura para que as empresas invistam em máquinas novas. Não são insignificantes esses dados que temos a respeito da quebra e da diminuição da produção dessas empresas. Por exemplo, bens de capital para fins industriais: menos 31%; fins industriais seriados: 36% menos; para máquinas agrícolas: 4% a menos; para peças agrícolas: menos 65%; para construção civil: menos 15%.

Sr. Presidente, por trás disso, vêm o desemprego, a demissão, o que é duro para todos nós que vivemos na luta em defesa dos trabalhadores.

Ademais, prolonga-se o prazo para a venda de motos para que os nossos *motoboys* tenham facilidade, como já tem o taxista, de comprar seu veículo e, assim, produzir.

Daí a importância dessa medida provisória, que é estratégica para o enfrentamento da crise, para que ela vá embora mais rapidamente.

Por isso, somos pela aprovação dessa medida provisória, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se eu estivesse aqui presente, votaria com o PMDB.

O SR. CIRO GOMES (Bloco/PSB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mil perdões, Sr. Presidente, na votação anterior, acompanhei o meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Pois não, Deputado Ciro Gomes.

O SR. GERALDO PUDIM (Bloco/PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei conforme orientação do PMDB.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vejam o desconforto, o desastre que o Governo Federal produziu ao assinar uma urgência constitucional dos projetos do pré-sal.

Eu chamo a atenção de cada Parlamentar porque acredito que muitos ainda não refletiram sobre esse assunto. Durante esses meses, esta Casa e o Presidente Michel Temer têm trabalhado assiduamente para construir uma pauta em que as oposições e a base do Governo se enfrentam no debate, nos argumentos. Mas estamos produzindo com um percentual, acredito eu, até realmente superior a anos anteriores.

O que aconteceu? Poderíamos aqui estar votando tranquilamente. Há centenas de Vereadores aqui que deveriam, neste momento, estar exatamente na porta do Palácio do Planalto, pedindo ao Presidente que retire essa urgência constitucional, por que ela é o fator determinante de tudo isso.

Qual é o iluminado aqui? Qual é o Deputado superdotado que conhece todas as matérias que vieram para ser discutidas como projeto do pré-sal? Quem é aqui o entendido sobre marco regulatório? Qual é o conhecedor sobre a PETRO-SAL? Quem conhece a matéria sobre o Fundo Social, sobre a capitalização da PETROBRAS de 100 bilhões de reais?

Agora, todos sabem que, com a urgência constitucional, os Deputados têm apenas o prazo de 5 sessões ordinárias para apresentar as emendas aos projetos, além de ter que sair pedindo 103 assinaturas de apoio a cada emenda a ser apresentada. E o Relator terá apenas o prazo de 3 sessões para apresentar seu relatório final.

Vejam, que urgência é essa? Que prerrogativa constitucional é dada a um Presidente da República para que assine uma urgência constitucional? É lógico, quando existe algo que seja realmente urgente. Onde é que está a urgência de um pré-sal que só vai produzir resultados em 2022? Qual a diferença de discutirmos esse assunto nesta Casa por mais 90 ou 120 dias? Que prejuízo trará, sendo que o Governo, a portas fechadas, consumiu exatamente 20 meses para produzir os projetos encaminhados na tarde de ontem? No entanto, ele quer que esta Casa, em 45 dias, conclua todas essas matérias. E o que é mais intrigante ainda: a base do Governo tem mais de 300 Deputados Federais. Se essa base sentir que existe alguma ação procrastinatória, ela pode apresentar um requerimento de urgência urgentíssima, aprovar a urgência e trazer todos os projetos a plenário.

Então, assistimos a um total desrespeito ao Congresso Nacional. É o hábito de achar que o Congresso Nacional é cartório de registro do Palácio do Planalto.

O Palácio do Planalto agora inventou uma nova moda: ele se reúne com as centrais sindicais, decide salário mínimo, fator previdenciário, e não consulta nenhum político, Deputado ou Senador; manda para o Congresso e diz: *Olha, agora é rápido, e vocês têm que homologar, registrar, aprovar e mandar de volta.* É isso aí.

É o momento de entendermos que precisamos reagir a tudo isso. Ora, voltar a um rito normal é voltar àquilo que estávamos conseguindo fazer nesta Casa, ter produtividade, resultado, um bom debate e boas votações.

Mas não poderia encerrar sem dizer algo que está ocorrendo e para o qual muitos não estão voltando os olhos. É uma ansiedade, uma angústia que está tomando conta deste País. Refiro-me, Sr. Presidente, ao problema da gripe A, que está inquietando a todos nós.

O Ministro da Saúde foi claro ao dizer que não tem dinheiro sequer para as ações básicas de saúde no País neste momento. Não temos leitos em UTIs, não temos uma estrutura mínima de aparelhagem para atender às pessoas com problemas respiratórios graves.

Sou informado pela mídia que no meu Estado nem as indústrias que produzem respiradores têm condições de hoje atender à demanda. O quadro é caótico, é gravíssimo. O Instituto Butantan está deixado de lado, está sucateado, não tem como fabricar as vacinas. As pessoas acometidas não têm como ser atendidas. Isso é que é urgência constitucional, Sr. Presidente da República!

Em vez de capitalizar a PETROBRAS, que se capitalize a saúde neste País, Sr. Presidente. É para isso

que temos de fazer aqui um esforço suprapartidário. Porque são vidas! Pela estatística oficial do Governo Federal, já são mais de 570 óbitos registrados no País. No **ranking** mundial, ocupamos o primeiro lugar em número de óbitos pela gripe A. Era com isso que esta Casa deveria se ocupar e, na urgência constitucional, recuperar o texto do Senado e aprovar 10% da receita corrente bruta para financiar a saúde no País. Essa, sim, é uma luta digna e à altura do Congresso Nacional.

Agradeço, Sr. Presidente, as concessões que me foram dadas em relação ao tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, para falar contra a matéria. (*Pausa.*)

O SR. EDIO LOPES (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, acompanhei o PMDB.

O SR. SABINO CASTELO BRANCO (PTB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, acompanhei a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Com a palavra o Deputado Emanuel Fernandes, para falar contra a matéria.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu havia me inscrito para falar contra esta matéria não pelo mérito em si, mas pela forma como o Governo tem tratado esta Casa. É uma medida provisória atrás da outra, e tenho insistido em dizer que tudo isso é feito na base do improviso. Mas eu gostaria de dizer que concordo com um fundo garantidor que propicie a que os fabricantes brasileiros de aeronaves vendam aeronaves internamente e que não estimulem a aviação regional a comprar aviões de fora, porque eles fornecem financiamentos em geral.

Mas aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para também manifestar minha opinião a respeito do debate que estamos fazendo acerca do pré-sal. O pior jeito de se discutir uma matéria, o pior impatriotismo que existe é colocar certos temas na base do mangacom-leite-faz-mal. Os membros do Governo têm feito esse debate de maneira dogmática. Não é verdade. A base do Governo precisa entender que nós da Oposição somos tão patriotas quanto eles.

O que nós queremos, Sr. Presidente, é debater clara, aberta e tecnicamente nas Comissões algo que é de vital importância para o País. Não dá para tratar este assunto na base do “*ah, vocês são contra, nós somos a favor; nós somos patriotas, nós somos menos*”

patriotas". Para que haja um mínimo de inteligência nesta Casa, é preciso que se respeitem os argumentos, e para isso é preciso que caia o item da urgência constitucional.

Repito: somos tão patriotas quanto V.Exas. Queremos que o Brasil tenha o máximo de aproveitamento dos recursos naturais, que são finitos. Não dá para tratar essa matéria na base do *"olha, povo brasileiro, o PSDB é do tipo que pensa que manga com leite faz mal"*. Não é verdade. Queremos o bem do Brasil tanto quanto as outras pessoas.

É preciso que aqui se entenda isso e não se faça só um debate retórico de que, quando a boca fala, diz o que o coração sente. Não é possível tratar este tema como uma coisa a ser vencida, como algo sobre o qual se diga: *eu tenho maioria e vou jogar um feitiço, e vocês são os malvados*".

Sr. Presidente, é preciso que esta Casa restabeleça seu poder de discussão. E é por isso que acho que devemos fazer uma discussão mais detalhada a respeito das reservas que temos no pré-sal.

Muito obrigado.

A SRA. REBECCA GARCIA (PP – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, votei de acordo com o partido, na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Ivan Valente, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que o debate que deveríamos fazer hoje com relação às medidas provisórias se encontra travado pela urgência constitucional no que diz respeito ao pré-sal. No meu entendimento, deveríamos, primeiro, começar pelo debate do próprio pré-sal, da importância dessa discussão, e aí, sim, caminharmos o tempo necessário para fazermos a discussão possível, importante, pública e aprofundada.

Por isso, a posição que o PSOL está adotando vai no sentido de que comecemos o debate. Deixem as urgências, formem as Comissões, e vamos perceber que é necessário mais tempo para o debate. O Governo pode retirar a urgência a qualquer momento. Entendemos que é preciso começar o debate público aqui.

Estamos na tribuna hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para dizer que este debate é estratégico para o País, a longo prazo. Não é para 2010; é para as futuras gerações. Estamos falando do planejamento estratégico desta Nação. Não estou falando apenas do planejamento estratégico energético. Trata-se de uma imensa riqueza e temos de discutir seriamente o que já foi feito no Brasil e o que faremos a partir de agora. Por

isso entendemos que a mudança no marco regulatório do processo é uma ferramenta estratégica.

É evidente que o sistema de concessões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi um erro do Governo, não só a mudança da Lei do Petróleo, em 1997. Foi um erro estratégico o Governo Lula entregar concessões, por leilões, a 500 blocos para 72 conglomerados, a metade estrangeiros, que têm interesse na exportação do óleo cru.

O Governo está voltando atrás. Ele precisa dizer isso aqui. Errou porque pensou que, como a velha direita e a UDN, em 1953, não existe petróleo no Brasil, não precisa de estatal. Vamos entregar para os americanos de uma vez. Depois, viu-se que existe petróleo. Agora, de novo, se pensou esgotado e se recolocou a questão.

Então, somos a favor de uma PETROBRAS 100% estatal.

É preciso também acabar com as terceirizações. Elas quebram a qualidade do serviço e da produção de petróleo na PETROBRAS. Somos a favor do marco regulatório.

Somos favoráveis à elevação da participação da União no produto da lavra, que hoje é de 0% a 40%, e vai para 80%. Mas sabemos que nos países exportadores de petróleo esse índice é de 84% e que nos países da OPEP é de 90%.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, entendemos que a PETROBRAS deve operar sim todas as reservas da província do pré-sal. Mais do que isso: deve ser contratada pelo Governo para fazer o inventário da província do pré-sal.

Entendemos ser importante criar um fundo social. Mas aí precisa saber qual é a gestão. Esse ponto precisa de um debate aprofundado, porque estamos falando de futuras gerações e não de resolver problema de dívida pública – comparar com o Fundo Soberano para fazer confiança aos credores internacionais ou coisa desse tipo.

Queremos nos colocar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, contrários à continuidade dos leilões da PETROBRAS e à criação dessa nova estatal.

Na verdade, o que a PETRO-SAL vai fazer é apenas regular a distribuição dos leilões. Para isso não precisa de nova estatal, que enfraquece a própria PETROBRAS. É contraditório.

Entendemos que existe uma série de entidades e movimentos sociais que estão formulando uma nova visão de lei do petróleo como recurso estratégico para a Nação brasileira. O PSOL se baseia nisso. Inclusive vai haver amanhã, no Senado, audiência pública importante.

Somos contrários à criação dessa estatal e a discussão sobre a quem interessa essa criação. Entendemos que há grandes interesses internacionais.

Sr. Presidente, esta Casa precisa fazer um largo debate sobre a PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Líder, eu peço a gentileza... Eu vou cumprir o Regimento a partir de agora. Será o prazo regimental. Tem a palavra para concluir.

O SR. IVAN VALENTE – Sr. Presidente, agradeço a tolerância a V.Exa.

O debate que iniciamos nesta Casa e dialogamos com o outro lado da Oposição é que não se deixem influenciar pelas manchetes de jornais que dizem que é um retrocesso, uma volta ao passado.

O povo brasileiro quer discutir essa questão. Isso é riqueza nacional. Vamos fazer as críticas pertinentes; vamos fazer o debate. O PSOL tem o maior interesse em aprofundar o debate. Se precisar de mais, também se coloca a favor daqueles que querem tempo para o aprofundamento, mas não para impedir que esse debate flua. Nós queremos que ele flua. Temos o maior interesse nisso.

Desde já queremos 100% estatal a PETROBRAS.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Passo a palavra ao Deputado Ricardo Barros, para falar a favor. *(Pausa.)*

Quero dizer aos senhores oradores que não vou prorrogar 1 segundo além do tempo regimental.

A SRA. REBECCA GARCIA (PP – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na última votação, votei com o partido.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última votação, votei com a bancada.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o PT.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o PDT, na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)*

Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um dos objetivos desta medida provisória é a subvenção ao BNDES, um banco público fundamental para o combate à crise econômica. A parte considerável será para investimento

em bens de capital e inovação tecnológica, inclusive para a PETROBRAS.

É importante que no discurso do petróleo, do pré-sal, desta medida provisória, a população que nos vê e ouve saiba conjugar esses 2 interesses: fortalecer o banco público e a PETROBRAS.

Se os tucanos tivessem vendido a PETROBRAS na década de 90, certamente esta maior reserva de petróleo da América do Sul não teria sido descoberta, porque ela não teria *expertise* necessária, nem investimento suficiente para fazer esse tipo de conquista, que o Presidente Lula chamou de abençoado por Deus.

É esse petróleo que servirá à sociedade brasileira, inclusive para aquilo que o Líder do PFL disse: investimento em saúde.

Querem, de fato, aumentar os recursos para a saúde e combater a gripe A? Aprovem. Vamos discutir a matéria, porque esse fundo é importante para o País. São muitos bilhões de reais destinados para o povo brasileiro, que hoje vão para acionistas que estão em Nova Iorque.

Talvez sejam eles, de quem se compraram ações da PETROBRAS no passado – que foi quase privatizada – o segmento social que a Oposição queira defender nesta Casa, e não o povo brasileiro. Principalmente aquele que depende de política de combate à pobreza, uma das criminalidades a ser combatida por esse fundo social que está previsto no projeto de lei apresentado pelo Presidente Lula.

Certamente, combater pobreza é combater miséria e socorrer segmentos da população por não terem acesso a um prato de comida, à escolarização. Aí se acaba caindo nesse discurso demagógico, falso, sem conteúdo, que permite fazer o devido convencimento à sociedade brasileira.

A população brasileira não é boba. Sabe de que lado está. Esse lado é o que eleva o crescimento do País, fortalece as estatais, inova a tecnologia, dá condições para que os brasileiros possam pensar no futuro, possam escolher, em 2010, aquela que dará continuidade a esta boa política social e econômica.

O SR. SANDES JÚNIOR (PP – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido, o PP.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Para falar contra, o Deputado Fernando Coruja tem a palavra. *(Pausa.)*

O Deputado Ivan Valente acabou de falar agora como Líder, não? O Deputado Ivan Valente está inscrito 3 vezes.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Madeira. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Prorrogo a sessão por 1 hora.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Para falar contra, tem a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós da Oposição, nós do PSDB, o Democratas e o PPS não estamos fazendo obstrução porque nós não queremos votar a Medida Provisória nº 465, para que nós possamos dar ao BNDES a oportunidade de conceder os bônus, os incentivos necessários para viabilizar a aquisição dos bens de capital, conforme está disposto na medida provisória.

Nós estamos aqui querendo que o Governo cumpra um compromisso que assumiu publicamente, não só com a sociedade brasileira, mas de maneira solene, mediante convite do Presidente Lula, aos Governadores dos Estados de São Paulo, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro para que, no domingo, em reunião com o Presidente, ficasse acordado que o Presidente da República, na segunda-feira, iria anunciar o marco regulatório do pré-sal, e que o faria por projetos de lei, que seriam enviados para o Congresso Nacional, em regime de tramitação ordinária, sem a urgência. Para quê? Para que a discussão pudesse aqui ser feita, em audiências públicas, ouvindo os setores interessados, os técnicos do Governo, os representantes da sociedade civil organizada, a academia, para que nós pudéssemos, com a experiência acumulada desde 1953, quando da criação da PETROBRAS, a experiência desenvolvida depois, em 1997, com a Lei Geral do Petróleo, que permitiu hoje que o Brasil estivesse na possibilidade de quase adquirir a sua autossuficiência como produtor e refinador de petróleo para a energia do País...

Esta é a razão por que estamos obstruindo: para que o Governo reveja a sua posição arbitrária, autoritária, que não vai ao encontro da agenda de interesses do povo brasileiro, e sim, única e exclusivamente, de uma agenda eleitoral.

Colocar o projeto do marco regulatório do pré-sal em regime de urgência é inverter a discussão para um debate meramente eleitoral, no campo das eleições de 2010, e jogar por terra todo um aproveitamento que poderia ser feito no aperfeiçoamento dessa matéria, pela responsabilidade que o País tem, pelo volume de energia, de minério e de petróleo que isso pode representar. É preciso dar ao Brasil a oportunidade de não incorrer nos erros do passado e nas bombas-relógio que outros países, como a Noruega, tiveram, até devido à abundância do petróleo.

Portanto, senhoras e senhores, não estamos obstruindo, senão em torno do interesse público. Te-

mos certeza de que o Líder do Governo e o Governo irão rever essa posição, para que possamos discutir esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Dr. Ubiali, que falará a favor da matéria. *(Pausa.)*

O SR. VANDER LOUBET (PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. REGINALDO LOPES (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei de acordo com a orientação do partido.

Obrigado.

A SRA. SANDRA ROSADO (Bloco/PSB – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se aqui estivesse, teria votado com o partido, acompanhado o PSB.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido, o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, defender esta medida provisória é muito simples e fácil, pois reduz impostos. Quem nesta Casa não sabe que a carga tributária brasileira é alta? Todos nós sabemos. Reduzir impostos do trigo e do pãozinho, mais do que necessário, é fundamental. Em épocas de crise, é preciso que se tomem várias medidas. Reforçar o caixa do BNDES, melhorar a sua forma de atuação e permitir que seus créditos possam ser negociados com títulos do Tesouro, permitir que haja uma forma mais agressiva e atuante do BNDES para que cheguem recursos ao industrial, ao gerador de emprego, mantendo os empregos, é fundamental.

Vejo que há Deputados que se inscreveram para falar contra a medida provisória. Em nenhum momento se fala contra essa medida, que é do bem, faz com que tenhamos recursos, permite que o brasileiro continue tendo comida na mesa e que o Brasil continue crescendo. Ao reduzir os impostos das motocicletas, como está previsto, a pessoa mais simples, mais pobre, que sonha em ter uma motocicleta, poderá comprá-la. Por isso, não há nenhuma dificuldade em defendê-la.

Seria mais do que justo que essa matéria fosse encaminhada em caráter de medida provisória e já tivesse seus efeitos ocorrendo no Brasil. São causas tão relevantes, tão importantes, que é justo que estejam na forma de medida provisória.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, venho dizer a V.Exas. que esse tipo de medida deverá ser sempre

sancionada e bem-vinda. É a única coisa nesta imensidão de medidas provisórias que existe e que se justifica. Em momentos de crise tomam-se medidas relevantes para o País, e esta é uma medida relevante para o Brasil.

Por isso, senhoras e senhores, solicito que votem favoravelmente a esta medida provisória.

Muito obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei de acordo com o partido, na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Sobre a mesa requerimento para encerrar a discussão e o encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 465.

“Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos artigos 117, inciso XI e 157, § 3º do Regimento Interno, da Câmara dos Deputados, o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da MPV 465/09.

Sala das Sessões, **José Genoíno**, Vice-Líder do PT; **Mendes Ribeiro Filho**, Vice-Líder do Bloco Parlamentar PMDB,PTC; **Lincoln Portela**, Vice-Líder do PR; **José Linhares**, Vice-Líder do PP; **Antônio Roberto**, Vice-Líder do PV.”

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Há quem fale a favor e contra.

Para falar contra, com a palavra o Deputado Fernando Coruja. *(Pausa.)*

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PSB –AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido, na votação anterior.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só registro que deveríamos continuar a discussão.

Encaminhamos “não”.

O SR. SÉRGIO BRITO (PDT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o meu partido.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Sr. Presidente, peço a palavra para falar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Para falar a favor, com a palavra o Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somos a favor de encerrar a votação, porque esta medida provisória é benéfica e salutar para o crescimento do País e para consolidar a política de enfrentamento da crise. Portanto, a Medida Provisória nº 465 é muito importante.

Nós nos opomos à tática da Oposição de fazer obstrução para que o Governo retire a urgência constitucional dos projetos relacionados com o novo estatuto legal do pré-sal.

Ora, Sr. Presidente, a urgência constitucional é a transparência do Governo para o debate dentro de 45 dias, senão se tranca a pauta – pode ser em 60, pode ser em 50.

Pela importância da matéria, não concordamos que essa discussão seja prorrogada indefinidamente para que essa matéria não seja votada antes da eleição. Na verdade, a Oposição não quer votá-la antes da eleição, mas nós queremos votá-la este ano, na Câmara e no Senado, pela importância estratégica da matéria, pela necessidade desse novo estatuto legal, pela importância de o País se preparar para uma questão que diz respeito a um projeto nacional, que tem no Estado brasileiro e no fortalecimento da PETROBRAS elementos fundamentais, assim como no fundo que vai administrar os recursos do pré-sal.

Essa urgência constitucional não impede o debate, não impede a discussão, é uma iniciativa para pautar o que o Executivo vê que é do seu interesse. Pior do que isso seria uma urgência urgentíssima, porque assim se interrompe o processo de apreciação e discussão, e a matéria surpreende a Casa.

Portanto, Sr. Presidente, nós nos opomos a essa obstrução e queremos encerrar a discussão e votar a Medida Provisória nº 465.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Aníbal, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quem está nos ouvindo e vendo hoje é testemunha de que os Parlamentares do PT – até porque, nas circunstâncias, são quase exclusivamente os do PT – em tudo o que falaram, mostraram que, na ótica deles, o pré-sal é um pano de fundo. Interessa-lhes fazer a rinha política.

Uns até dizem o seguinte: *“Quem sabe a Oposição está defendendo os acionistas da PETROBRAS que ganham dinheiro?”* Isso é de uma estupidez tão incomensurável! Se os acionistas da PETROBRAS não ganharem dinheiro, é sinal de que a empresa está mal. Os acionistas da PETROBRAS têm dezenas e dezenas de milhares de trabalhadores, portanto, é bom que ganhem dinheiro.

A PETROBRAS é a empresa que vemos hoje, em 2009, em virtude da lei feita em 1997. Esse pessoal tem um problema de corte de memória que não vai ser vencido nunca. É um problema fisiológico. Eles acham que, antes de 2002, nada aconteceu. A PETROBRAS

é o que é hoje graças à lei de 1997. Com essa lei, a produção de petróleo dobrou e o PIB do setor passou de 2% para os atuais 10%.

Isso é fato. De nada adianta virem gritar aqui. Foi uma lei muito benfeita e construída, que abriu o setor a novos investimentos. E a PETROBRAS conservou-se como grande empresa pública, hoje a segunda maior das Américas. Parem de tanta conversa para dissimular que estão querendo fazer jogo político! Isso, o povo não vai deixar.

Queremos, do mesmo modo que o Lula, tirar o petróleo lá de baixo. Não é fácil; vai levar anos para esse petróleo sair em grande quantidade. É preciso muito dinheiro e uma legislação adequada. É isso o que queremos discutir.

O Deputado José Genoíno tem enfatizado que a urgência não impede a discussão. De fato, ela não impede. Já pedimos, com adesão de todos os Líderes, que fosse realizada uma Comissão Geral no dia 22 de setembro – que o Presidente Michel Temer já quer fazer no dia 16 de setembro. Esperamos que esta Comissão Geral dê bons resultados, que possa aprimorar os projetos.

Deputado José Genoíno, a lei que hoje orienta o setor de petróleo veio para esta Casa no dia 8 de julho de 1996. O Governo pediu urgência para sua tramitação somente no dia 11 de março de 1997, oito meses depois, porque a Oposição – a Oposição era o PT e outros – estava querendo impedir a votação. Portanto, 8 meses depois.

Temos compromisso com o Brasil e os trabalhadores brasileiros. Prova disso é a lei anterior, que criou dezenas de milhares de empregos; trouxe recursos adicionais a centenas de Municípios e vários Estados, para que fossem feitos saneamento básico, postos de saúde, escolas. De preferência, queremos que essa nova lei permita fazer mais. Para isso é preciso uma boa lei, o que não se pode fazer de afogadilho.

Inclusive, quem pediu a urgência lá atrás não foi o Governo, mas os Líderes, após 8 meses. Votamos a lei e o resultado está aí.

Há um personagem na história, que os petistas, pelo menos antigamente, consideravam muito. Refiro-me a Lênin, um russo que fez uma revolução. Ele dizia que não se deve brigar contra os fatos, porque são muito duros. Quem brigar com os fatos, corre o risco de rachar a cabeça. Não rachem a cabeça! Gastem a reflexão que são capazes de fazer – e podem fazer – com a Oposição, para que o Parlamento brasileiro dê um *show* de bola, aprimorando leis que o Governo levou 22 meses para elaborar e modificou ainda na véspera do anúncio.

Isso é tão óbvio! O resto é conversa. E vêm aqui, se derramando em lamúrias, críticas e raciocínios estúpidos como esse, de que os acionistas da PETROBRAS ganham dinheiro. Se eles não ganhassem, a PETROBRAS estaria quebrada, o que não é o caso. Ela está muito bem e precisa apenas de recursos adicionais para desempenhar suas novas funções.

Além disso, hoje, numa sensata reunião do Colégio de Líderes, o Líder do PMDB, o Líder do PP, o Líder do PR e o Líder do PTB – 4 partidos da base de sustentação do Governo – reconheceram que o melhor caminho é retirar a urgência, para que a Câmara faça o que está decidindo fazer com mais estímulo e ânimo, pois teremos o tempo necessário a um bom resultado.

Por último, Sr. Presidente, fala-se muito aqui, e acredito que isso possa acontecer, e vou trabalhar...

(O microfone é desligado).

O SR. LAERTE BESSA – Sr. Presidente, olha o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Para concluir, nobre Líder.

O SR. JOSÉ ANÍBAL – Fala-se muito aqui, Sr. Presidente, que a riqueza do pré-sal irá para a educação, a saúde, a ciência e a tecnologia. Reitero aos Líderes petistas o desafio que fiz ontem. Este ano, temos, no Orçamento, 10 bilhões de reais de *royalties* e participações. O Governo vai gastar 2 bilhões de reais. Restam 8 bilhões de reais. O Governo está contingenciando, guardando esse dinheiro, pois ele não está sendo usado nem em educação, nem em saúde, nem em ciência e tecnologia.

Seria um bom começo, se a Liderança petista instasse o Governo, conforme fazemos, a que usasse esse dinheiro para adicionar recursos na saúde, na educação, na pesquisa, no ensino técnico e tecnológico. Assim, o Brasil vai melhorar desde já e não apenas daqui a 8 ou 10 anos.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Henrique Fontana, para uma Comunicação de Liderança, pelo Governo.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT –RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento todos os colegas Parlamentares, especialmente o Líder do PSDB, que acaba de usar a palavra, com quem quero trocar alguns argumentos neste debate recém-iniciado.

O primeiro ponto que me chama a atenção, ao ouvir o pronunciamento de quase 7 minutos do Líder do PSDB, é que S.Exa. não dedicou nenhum desses minutos a analisar o conteúdo da proposta protocolada.

O Governo quer que o Parlamento debata a matéria de forma absolutamente democrática, apresentando emendas e propostas que nos levem a uma votação que dê ao País, portanto, ao futuro da nossa Nação, um novo marco regulatório na exploração do pré-sal, grande riqueza nacional.

Por que o nosso Governo propõe mudança? Por diversos motivos, mas o principal deles é que estamos diante de uma fronteira de reserva petrolífera com características totalmente diferentes daquela explorada até hoje. Essa característica diferenciada resume-se no fato de serem áreas de baixíssimo risco exploratório. Dos 31 postos perfurados pela PETROBRAS, 87% alcançaram resultado positivo, enquanto a média de sucesso com que a indústria petrolífera trabalha, em se tratando de áreas de risco exploratório, é de 20%.

Quero debater isso com o Líder do PSDB. S.Exa. acha correto que, diante de uma mudança absoluta no parâmetro de risco exploratório, o Brasil mantenha o regime de concessão? Achamos que não. Queremos o apoio da Oposição e da base do Governo para utilizar o regime de partilha, um regime que amplia a parcela do petróleo extraído, que fica de posse da União, ou seja, de posse de todo o povo brasileiro, que, em última análise, é o dono dessa riqueza.

Outra diferença importante – e vejam que eu só quero debater o mérito do tema – é que se, como falamos, temos pouco tempo, é fundamental começarmos a debater imediatamente o mérito, e não ficarmos debatendo se há ou não urgência, se há ou não respeito. Vamos ao mérito.

E eu trago o segundo argumento, para o qual não tem havido resposta dos Líderes da Oposição. Dentro do atual sistema de concessão, o petróleo extraído é da empresa que o explorou. Portanto, ela pode explorar petróleo cru e não incentivar a industrialização nacional. O sistema de partilha, com uma nova estatal, a PETRO-SAL, pode administrar a extração desse petróleo no ritmo adequado para ensejar um grande processo de industrialização nacional, seja na área naval, seja na indústria petroquímica, seja em toda a indústria que gira em torno do petróleo.

Há ainda outra questão. Eu estranhei muito as palavras do Governador José Serra, que é o eventual, o virtual candidato da Oposição, ao dizer que o Governo havia estudado durante 20 meses e que só agora a Oposição poderia estudar o pré-sal.

Mas, Deputado Ciro Gomes, será que a Oposição não estudou o pré-sal nestes 20 meses? Toda a Nação envolvida com essa temática está ávida por leituras, por estudos. Os mercados estudam minuciosamente os interesses econômicos enormes em torno da explora-

ção do pré-sal. Será que o PSDB não estudou? Seria uma demonstração de enorme descaso com algo de grande responsabilidade para o futuro do País.

Volto ao mérito do tema. Temos opinião e posição. Entendemos que a PETROBRAS deve ser capitalizada. E o quanto antes for capitalizada, prepare-se mais rápido para atuar com mais intensidade na exploração do pré-sal. Pergunto: isso é bom ou ruim para o Brasil?

Essas perguntas eu gostaria de ver o Líder do Democratas responder da tribuna. Eu gostaria de ver um debate onde os Líderes da Oposição dissessem, por exemplo, que são contra a capitalização da PETROBRAS porque entendem que deve ser feito de tal e qual maneira; que são a favor de outro modelo de exploração, por exemplo. Aí, o Brasil vai poder ver quais são as vontades, opiniões e posições reais, programáticas, sobre o futuro desta Nação. *(Palmas.)*

Quando falamos que é preciso fazer um terceiro projeto, que está aqui, um fundo social, queremos dizer que não podemos despejar bilhões de dólares na economia brasileira irresponsavelmente, causando, por exemplo, queda, depreciação do câmbio e desindustrialização nacional. Há prioridades para utilização desses recursos. Quais são elas? Investimento maciço em educação, ciência, tecnologia e cultura; investimento forte no combate à pobreza; investimento em um modelo de desenvolvimento sustentável para contrapor o impacto do uso do petróleo sobre a questão ambiental.

Somos um Governo, uma base que tem opinião, que toma uma posição, e estamos vivendo uma nova fase do cronograma de exploração do pré-sal, que vai durar muitos e muitos anos.

Faço algumas perguntas à Oposição e ao Brasil: quem ganha se atrasar a exploração do petróleo do pré-sal? Quem ganha enquanto não houver um marco que amplie o papel da PETROBRAS e também amplie a parcela que fica com a riqueza nacional do petróleo extraído? Ganham, evidentemente, interesses econômicos outros que gostariam de ter o pré-sal a sua disposição para explorar dentro do modelo atual.

Quero lembrar aqui que o Presidente Lula teve a responsabilidade de suspender os leilões previstos quando houve a descoberta do pré-sal. Aí, sim, paralisou o processo para que o Brasil pudesse estudar em detalhes aquela riqueza e só então reprogramar a sua exploração através de um novo marco.

Queremos a urgência porque ela é boa para o Brasil. E ela é democrática.

Sr. Presidente, concluo dizendo que aqui não há atropelo nenhum, aqui há uma regra regimental e constitucional de um Governo, de um Presidente

da República que pede ao Parlamento brasileiro, por meio do mecanismo legal da urgência constitucional, que coloque em pauta esses 4 projetos na frente de outros temas, porque eles são estratégicos para o desenvolvimento nacional. Esse é o debate.

Quem sabe a Oposição suba à tribuna do outro lado e nos proponha, Deputado José Genoíno, uma data para votar os 4 projetos do pré-sal na Câmara dos Deputados! Podemos até estudar a questão da urgência, porque ninguém está obcecado com 45 dias. Se a Oposição disser: nós queremos votar em 60 dias...

O SR. GERSON PERES – O Regimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Para concluir, nobre Líder Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA – Concluo, Sr. Presidente, para não ultrapassar o tempo. Devemos ter uma fala séria da Oposição que nos convide para uma data e não uma Oposição que passe a sensação de que quer ficar enrolando, enrolando e enrolando para não votar o marco regulatório do pré-sal, o que seria um prejuízo para o Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

Em seguida, concederei a palavra ao nobre Líder Deputado Cândido Vaccarezza. (*Pausa.*)

O SR. PEDRO WILSON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PEDRO WILSON (PT – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o PT.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, com a autorização do orador, Deputado Fernando Coruja, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Deputado Fernando Coruja, agora houve uma proposta do Líder do Governo dirigida à Oposição. Isso implica na suspensão do prazo de 45 dias definido na urgência.

O Líder do Governo disse que, se houvesse um aceno, um prazo razoável proposto pela Oposição, S.Exa. poderia discutir a retirada da urgência.

Então, penso que é uma proposta que não passaria despercebida, porque os ouvidos são mais atentos do que se imagina, mas talvez se possa usar um pouco dos efeitos daquela substância que o Presidente da

Casa guarda no gabinete, que veio do pré-sal, para encontrarmos um caminho de pacificação, usando aquele princípio da razoabilidade dos procedimentos.

Talvez o Deputado Fernando Coruja já possa até, à sua vontade, abordar esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Creio que o Deputado Fernando Coruja, um dos Líderes da Oposição, irá se manifestar sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Deputado Miro Teixeira, essa questão está na dependência de uma reunião que haverá amanhã com os Líderes da base. Evidentemente, o PDT estará presente, na pessoa do Líder Dagoberto, e S.Exa. poderá defender essa causa. Estamos dispostos a negociar, se houver a retirada da urgência.

Mas quero tratar aqui a respeito do mérito desse projeto. Não me parece que haja sinceridade da Liderança do Governo quando diz que ou se aprova rapidamente esse projeto ou o Brasil vai perder em potencialidade, em dinheiro, em recurso.

Isso tem uma lógica. O primeiro poço de petróleo que explora o pré-sal, o de Tupi, foi licitado em 2000. E é esse poço que, possivelmente, vai permitir a exploração comercial em 2014 ou em 2015. Esse novo marco regulatório vai possibilitar a exploração do pré-sal a ser produzido comercialmente, em uma hipótese otimista, em 2020, 2022, 2024. Então, é evidente que não tem de haver açodamento para discutir um marco que tem uma perspectiva no tempo.

A esperteza – já dizem os mineiros e os brasileiros –, quando é demais, vem e come o dono. É óbvio que se quer fazer um debate nacional não em relação ao petróleo, mas às eleições de 2010, com a ideia de que uns defendem que o petróleo é nosso e outros, não. Parece querer menosprezar a inteligência do povo brasileiro fazer esse debate.

Nós, do PPS, por exemplo, temos posição diferenciada de outros setores da Oposição. É provável e possível até que apoiemos a questão do monopólio da exploração do petróleo pela PETROBRAS. São posições diferenciadas, mas é preciso haver um debate, e esse debate não se esgotará na Casa em 45 dias. Não é possível!

“A Oposição tinha de estar estudando isso nestes 20 meses”. Estudar o quê? Se o Governo não tem dados suficientes nem para saber a quantidade de petróleo que vai ser produzida? Uns falam em 30

bilhões, outros, em 300 bilhões. Forneçam os dados! Como vamos discutir uma questão sobre a qual não temos informações adequadas? Temos de realizar audiências públicas, temos de trazer aqui os técnicos, as pessoas, para debatermos o assunto. Temos de discutir o assunto com base em informações.

Ao que me parece, as pessoas do Governo, os Líderes do Governo, da Situação, estão muito informados, já sabem de tudo e podem decidir a qualquer instante.

Sinceramente, não temos condições de votar este assunto em curto prazo. Não há condições. É preciso mais informações. Sobre o pré-sal, que dizem que é infalível, tenho informação de que 3 poços eram secos. Precisamos saber e debater mais sobre isso.

Acham V.Exas. que vai ser fácil discutir a questão dos *royalties*? Para onde eles vão? Acham V.Exas. que nós, de Santa Catarina, não vamos defender que os *royalties* sejam partilhados? Que o petróleo a ser explorado a 300 quilômetros da costa seja brasileiro?

Claro que vamos debater isso aqui. Precisamos de tempo. Por isso, não podemos ter esperteza demais e apresentar esse debate como se fosse um debate político de quem é a favor ou contra.

Somos a favor da PETROBRAS e do Brasil. Queremos debater e não queremos a urgência, porque é melhor fazer esse debate aqui no Congresso sem urgência.

O SR. MAGELA (PT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se aqui estivesse, eu teria votado conforme orientação do Partido dos Trabalhadores nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vamos votar o requerimento de encerramento de discussão.

Como votam os Srs. Líderes?

Como vota o PMDB?

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES (Bloco/PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vamos encerrar a discussão, Sr. Presidente. O PMDB vota a favor do encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O PMDB vota “sim” ao requerimento.

Como vota o PT?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PT vota “sim” ao requerimento, para que possamos votar esta medida provisória e projetos como o relativo às entidades filantrópicas, o da criação de cargos nas universidades e escolas técnicas, todos importantes para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O PT vota “sim”.

Como vota o Bloco? (*Pausa.*)

Como vota o PTB?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ (PTB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PTB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o Democratas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Brasil passou anos, até 1997, produzindo muito menos do que precisava para atender a sua demanda de petróleo. Com a atual lei, com o atual modelo estabelecido por nós, pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil pôde passar de 800 mil barris diários para mais de 2 bilhões de barris de diários, o que deu autonomia física na produção de petróleo.

O que eles querem é voltar ao passado, o passado que não deu certo, o passado que permitirá mais corrupção.

Votamos contra o requerimento, porque votamos contra esse modelo que vai atrasar o Brasil, ampliar a corrupção e criar um falso debate de um falso nacionalismo.

Portanto, somos contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PSDB?

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o PSDB mantém a sua posição – e já o fez aqui ao Plenário –, porque estamos em obstrução, visto que houve o descumprimento por parte do Governo no tocante ao envio a esta Casa dos 4 projetos que tratam do marco regulatório do pré-sal em regime de urgência.

Essa é uma forma autoritária de inibir o debate, de impedir o aperfeiçoamento da matéria. É tão somente querer o que foi discutido no Governo, na parte do Executivo, e não permitir à sociedade interagir com o que é de altíssimo interesse para ela e para as gerações futuras.

A PETROBRAS foi criada em 1953, mas apenas a partir de 1968 passou a fazer explorações na plataforma continental, explorações de alta profundidade. Agora nós conseguimos a perspectiva de buscarmos o petróleo do pré-sal. É muito precipitado não fazermos isso de maneira tranquila e discutida.

Portanto, votamos “não” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o Bloco?

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco encaminha o voto “sim”, considerando que é fundamental encerrarmos a discussão e debatermos o mérito do modelo do pré-sal.

Não queremos voltar ao passado. Nós, que defendemos a criação da PETROBRAS, temos orgulho de tê-la com o papel que desempenha para o Brasil, para os brasileiros e para o mundo. Estamos absolutamente convencidos de que esse modelo é o melhor para os brasileiros, e não o daquele passado recente em que alguns queriam privatizar a PETROBRAS, queriam desprezar o papel que essa empresa e o petróleo podem desempenhar para a economia brasileira.

Queremos o novo modelo para que o pré-sal possa significar um salto no desenvolvimento do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PP?

O SR. ZONTA (PP – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PP vota “sim”, porque entende que o tema já está devidamente debatido.

Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Com vota o PR, Lincoln Portela?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos encerrar a discussão.

O PR vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PDT?

O SR. DAGOBERTO (PDT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT também vota pelo encerramento da discussão. Vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PV?

O SR. EDSON DUARTE (PV – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PV também é pelo encerramento e vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSOL vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PPS?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PSC?

O SR. TAKAYAMA (PSC – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o Governo? (*Pausa.*)

O Governo vota “sim.”

Como vota a Minoria?

O SR. LIRA MAIA (DEM – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Minoria vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Os Srs. Deputados que estiverem a favor do encerramento da discussão e do encaminhamento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP) – Peço verificação da votação, Sr. Presidente.

O SR. LIRA MAIA (DEM – PA) – Peço verificação.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Peço verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.

O SR. LIRA MAIA (DEM – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas está em obstrução.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB entra em obstrução.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS está em obstrução.

O SR. LAERTE BESSA (Bloco/PMDB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar a Polícia Civil do Distrito Federal, mais precisamente a Divisão de Repressão a Sequestros e a Divisão de Operações Especiais – por sinal, duas unidades da Polícia Civil que criei e tive o orgulho de dirigir –, pelo trabalho realizado na cidade de Planaltina, onde nossos policiais conseguiram resgatar um empresário que se encontrava em cativeiro.

O trabalho foi feito por essas duas unidades e 3 bandidos foram mortos. Foi o final de vários sequestros que estavam acontecendo naquela região.

Esse trabalho foi dirigido pelo nosso Delegado Eric Seba, Chefe da Divisão de Repressão a Sequestros, e pelo Dr. Marcelo Fernandes, Diretor da Divisão de Operações Especiais, que conduziram esse excelente trabalho da Polícia Civil.

Homenageio também os canas que trabalharam na operação, que foi um sucesso, mantendo a hegemonia da Polícia Civil no combate a sequestros aqui no Distrito Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Cândido Vaccarezza, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos fazendo aqui talvez a discussão mais importante deste ano, que são os 4 projetos referentes ao pré-sal. Há muito embate entre Governo e Oposição, mas neste caso eu quero registrar que o fato de a Oposição fazer obstrução – ou mesmo nós, quando éramos Oposição e fazíamos obstrução – não obstrui o debate. A própria Oposição está discutindo.

O Líder José Aníbal fez uma proposta de Comissão Geral. Nós fizemos hoje uma boa discussão no Colégio de Líderes e, aqui no plenário, o Líder do Governo, Deputado Henrique Fontana, expôs qual é a proposta do Governo, com começo, meio e fim. Temos de ter um projeto global sobre o pré-sal e a diferença do que é isso hoje para o que foi no passado.

Sinto que há abertura de pelo menos uma parte da Oposição para termos um diálogo, um diálogo tendo em primeiro lugar o Brasil, os interesses dos brasileiros, o interesse da nossa Pátria no desenvolvimento econômico e em uma política clara para a exploração do petróleo a partir de hoje.

O neoliberalismo foi derrotado porque deu errado no mundo, foi derrotado eleitoralmente no Brasil, e nós estamos vivendo outra fase.

Quero dirigir-me à população para que ela entenda, porque, infelizmente, a cobertura da mídia sobre o projeto do pré-sal foi completamente alterada. Infelizmente, quando lemos alguns jornais, parece o editorial de interesses americanos ou de grandes empresas na discussão dessa riqueza que o Brasil possui.

A PETROBRAS descobriu uma quantidade imensa de óleo no subsolo, que pertence ao nosso País,

na plataforma submarina a 300 quilômetros da costa. Existe a exploração do petróleo no continente, na plataforma submarina próxima ao continente e esse do pré-sal, que fica a 300 quilômetros.

A PETROBRAS é uma das poucas empresas no mundo que tem condição de fazer a prospecção naquela distância do solo, numa profundidade de 2 mil metros de água, mais 5 mil para baixo da terra: 7 mil metros. Vai-se extrair o petróleo a preço bem abaixo do preço de mercado.

Qual é a proposta do Governo? Temos 4 propostas fundamentais. E digo aos Líderes da Oposição e aos setores da Oposição que têm compromisso com o desenvolvimento do País para não ficarem olhando para o passado nem querendo manter uma lei que estava contra o nosso desenvolvimento.

Quais são os projetos do Governo? Primeiro, aumenta a participação do Governo na PETROBRAS em 100 bilhões de reais. Isso ajuda a PETROBRAS a desenvolver mais tecnologia e a pesquisar melhor essas áreas.

Outro projeto define que o óleo do subsolo será supervisionado por uma empresa nacional, que é a PETRO-SAL, que vai ser o olho da sociedade brasileira nesse óleo que é nosso, e estabelece uma forma não de concessão, como é hoje, mas de partilha.

Para as pessoas entenderem, porque a imprensa brasileira não está explicando, quem estiver nos ouvindo é bom explicar para os vizinhos e debater esse assunto.

Estamos vivendo outro momento no Brasil. Qual é a diferença? No sistema aprovado na época do Governo Fernando Henrique, quando aquele óleo que é tirado do subsolo chega ao poder da empresa, um barril de petróleo... Digamos que se gaste 10 ou 20 reais para tirar esse barril de petróleo. Só que o petróleo é uma das **commodities** cujo resultado é muito superior ao gasto para exploração. Gasta-se mais ou menos 20 reais para tirar um barril de petróleo, que é vendido por 60 reais ou 70 reais.

Estamos propondo que com o sistema de partilha esse dinheiro imenso que sobra da exploração do petróleo não vá para a Shell, para as empresas multinacionais, mas fique com o povo brasileiro. Que ele seja usado para investir na educação, no desenvolvimento econômico, no meio ambiente, no combate à pobreza, enfim, que sirva para o nosso País, para gerar emprego, criar desenvolvimento, distribuir renda e o Brasil crescer.

Essa é a diferença. Se for pelo sistema de concessão, essa sobra fica na mão das multina-

cionais. Por isso os Deputados que disseram que querem manter aquela mesma lei estão equivocados, não estão defendendo os interesses do Brasil. Nós queremos discutir os interesses do Brasil, não os interesses desse ou daquele partido, porque nós vamos passar. Defendemos os interesses nacionais, os interesses do povo brasileiro, o desenvolvimento para o nosso País.

Essa é a síntese da nossa proposta. Eu tenho certeza de que parte da Oposição virá conosco e vou dialogar com os nossos companheiros, porque queremos ampliar. Não basta ficar só com a base aliada do Governo Lula, queremos ampliar.

Quero dirigir um desafio para aqueles companheiros que estão na Oposição no sentido de que venham discutir do nosso lado. Vamos definir a partir de hoje que o petróleo é nosso. E essa bandeira não é nossa, do PT; essa bandeira é do Brasil, independentemente de eleição.

Sei que Dilma Rousseff vai ser Presidente da República. Mas não estamos discutindo eleição, mas uma proposta para ter no nosso País desenvolvimento econômico, distribuição de renda e criação de empregos.

O Deputado Ciro Gomes está levantando que pode ter outro candidato também da nossa base. Eu acho que pode, sim. Pode ser o Ciro o Presidente da República, mas vamos ter tempo para discutir isso daqui até lá.

Porém, sendo a Dilma ou o Ciro, vamos poder dizer com orgulho: esta Câmara, este Parlamento aprovou um novo marco regulatório para o petróleo e mais uma vez afirmou a vontade do povo brasileiro de gritar que o petróleo é nosso, não deles.

O SR. ARNALDO MADEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi aqui várias intervenções sobre a tramitação da chamada Lei do Petróleo na época do Governo Fernando Henrique e quero fazer alguns esclarecimentos para não haver tergiversação a respeito do assunto.

Tivemos 2 projetos. O primeiro deles, uma emenda constitucional que chegou a esta Casa no dia 16 de fevereiro de 1995, o primeiro dia da Legislatura em que se poderia tomar uma iniciativa legislativa. Essa proposta de emenda constitucional tratava da mudança do monopólio do petróleo,

que deixou de ser da PETROBRAS e passou para o Estado.

Essa emenda foi promulgada no dia 9 de novembro de 1995, ou seja, após 10 meses de tramitação no Congresso Nacional.

Em 8 de julho de 1996, o Governo enviou o projeto de lei da chamada Lei do Petróleo, que não veio com urgência constitucional. A matéria foi enviada a uma Comissão Especial, que aprovou o parecer do Relator. A urgência constitucional foi solicitada neste plenário no dia 11 de março de 1997, após a votação do parecer na Comissão Especial no dia 11 de março. E a lei foi sancionada no dia 6 de agosto de 1997.

Portanto, estamos aqui diante de 13 meses de um lado e de 10 meses do outro. No processo todo, foram 23 meses de tramitação da proposta de emenda constitucional e do projeto da chamada Lei do Petróleo.

Faço tais esclarecimentos, Sr. Presidente, porque foram feitas aqui afirmações as mais disparatadas sobre urgência na votação do projeto no Plenário sem que houvesse a aprovação na Comissão. Nada disso ocorreu. A tramitação desse projeto foi absolutamente tranquila, até a votação da urgência e a aprovação, e o processo total tomou 23 meses. Quase 2 anos!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vou encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Está encerrada a votação.

VOTARAM:

Sim:	275
Não:	2
Total:	277

O REQUERIMENTO DE ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO E DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 465, DE 2009 FOI APROVADO.

LISTAGEM DE VOTAÇÃO

Proposição: MPV Nº 465/2009 – REQ DE ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTO – Nominal Eletrônica

Início da votação: 2-9-09 19:38

Encerramento da votação: 2-9-09 19:52

Presidiram a Votação:

Michel Temer

Resultado da votação

Sim:	275
Não:	2
Total da Votação:	277
Art. 17:	1
Total Quorum:	278
Obstrução:	37

Orientação

PmdbPtc:	Sim
PT:	Sim
DEM:	Obstrução
PSDB:	Obstrução
PsbPCdoBPnnPrb:	Sim
PR:	Sim
PP:	Sim
PDT:	Sim
PTB:	Sim
PV:	Sim
PPS:	Obstrução
PSC:	Sim
PSOL:	Sim
MINORIA:	Não
GOV.:	Sim

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Roraima (RR)			
Angela Portela	PT		Sim
Edio Lopes	PMDB	PmdbPtc	Sim
Francisco Rodrigues	DEM		Obstrução
Luciano Castro	PR		Sim
Marcio Junqueira	DEM		Obstrução
Maria Helena	PSB	PsbPCdoBPnnPrb	Sim
Neudo Campos	PP		Sim
Total Roraima: 7			
Amapá (AP)			
Antonio Feijão	PSDB		Obstrução
Dalva Figueiredo	PT		Sim
Evandro Milhomen	PCdoB	PsbPCdoBPnnPrb	Sim
Fátima Pelaes	PMDB	PmdbPtc	Sim
Jurandil Juarez	PMDB	PmdbPtc	Sim
Lucenira Pimentel	PR		Sim
Sebastião Bala Rocha	PDT		Sim
Total Amapá: 7			
Pará (PA)			
Asdrubal Bentes	PMDB	PmdbPtc	Sim
Beto Faro	PT		Sim
Gerson Peres	PP		Sim
Giovanni Queiroz	PDT		Sim
Lira Maia	DEM		Obstrução
Lúcio Vale	PR		Sim
Paulo Rocha	PT		Sim
Wladimir Costa	PMDB	PmdbPtc	Sim
Zé Geraldo	PT		Sim
Zenaldo Coutinho	PSDB		Obstrução
Zequinha Marinho	PSC		Sim
Total Pará: 11			
Amazonas (AM)			
Átila Lins	PMDB	PmdbPtc	Sim
Francisco Praciano	PT		Sim
Lupércio Ramos	PMDB	PmdbPtc	Sim
Marcelo Serafim	PSB	PsbPCdoBPnnPrb	Sim
Sabino Castelo Branco	PTB		Sim
Silas Câmara	PSC		Sim
Vanessa Grazziotin	PCdoB	PsbPCdoBPnnPrb	Sim

Total Amazonas: 7**Rorondônia (RO)**

Anselmo de Jesus	PT		Sim
Eduardo Valverde	PT		Sim
Marinha Raupp	PMDB	PmdbPtc	Sim
Mauro Nazif	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Natan Donadon	PMDB	PmdbPtc	Sim

Total Rondônia: 5**Acre (AC)**

Flaviano Melo	PMDB	PmdbPtc	Sim
Gladson Cameli	PP		Sim
Henrique Afonso	PT		Sim
Ilderlei Cordeiro	PPS		Obstrução
Nilson Mourão	PT		Sim
Perpétua Almeida	PCdoB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim

Total Acre: 6**Tocantins (TO)**

Laurez Moreira	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Lázaro Botelho	PP		Sim
Moises Avelino	PMDB	PmdbPtc	Sim
Vicentinho Alves	PR		Sim

Total Tocantins: 4**Maranhão (MA)**

Carlos Brandão	PSDB		Obstrução
Davi Alves Silva Júnior	PDT		Sim
Domingos Dutra	PT		Sim
Juliano Amin	PDT		Sim
Pedro Fernandes	PTB		Sim
Pedro Novais	PMDB	PmdbPtc	Sim

Total Maranhão: 6**Ceará (CE)**

Aníbal Gomes	PMDB	PmdbPtc	Sim
Arnaldo Holanda	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Arnon Bezerra	PTB		Sim
Chico Lopes	PCdoB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Ciro Gomes	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Eugênio Rabelo	PP		Sim
Eunício Oliveira	PMDB	PmdbPtc	Sim
Flávio Bezerra	PMDB	PmdbPtc	Sim
Gorete Pereira	PR		Sim
José Ailton Cirilo	PT		Sim
José Guimarães	PT		Sim
José Linhares	PP		Sim
Leo Alcântara	PR		Sim
Manoel Salviano	PSDB		Sim

Marcelo Teixeira	PR		Sim
Pastor Pedro Ribeiro	PMDB	PmdbPtc	Sim
Paulo Henrique Lustosa	PMDB	PmdbPtc	Sim
Raimundo Gomes de Matos	PSDB		Obstrução
Vicente Arruda	PR		Sim
Zé Gerardo	PMDB	PmdbPtc	Sim
Total Ceará: 20			
Piauí (PI)			
Átila Lira	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Elizeu Aguiar	PTB		Sim
Júlio Cesar	DEM		Sim
Marcelo Castro	PMDB	PmdbPtc	Sim
Osmar Júnior	PCdoB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Paes Landim	PTB		Sim
Total Piauí: 6			
Rio Grande do Norte (RN)			
Felipe Maia	DEM		Obstrução
João Maia	PR		Sim
Rogério Marinho	PSDB		Obstrução
Total Rio Grande do Norte: 3			
Paraíba (PB)			
Armando Abílio	PTB		Sim
Damião Feliciano	PDT		Sim
Luiz Couto	PT		Sim
Major Fábio	DEM		Obstrução
Manoel Junior	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Vital do Rêgo Filho	PMDB	PmdbPtc	Sim
Wellington Roberto	PR		Sim
Wilson Santiago	PMDB	PmdbPtc	Sim
Total Paraíba: 8			
Pernambuco (PE)			
Ana Arraes	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Armando Monteiro	PTB		Sim
Bruno Rodrigues	PSDB		Obstrução
Carlos Eduardo Cadoca	PSC		Sim
Charles Lucena	PTB		Sim
Edgar Moury	PMDB	PmdbPtc	Sim
Fernando Coelho Filho	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Fernando Ferro	PT		Sim
Fernando Nascimento	PT		Sim
Inocência Oliveira	PR		Sim
José Chaves	PTB		Sim
José Mendonça Bezerra	DEM		Obstrução
Paulo Rubem Santiago	PDT		Sim
Pedro Eugênio	PT		Sim
Raul Henry	PMDB	PmdbPtc	Não
Roberto Magalhães	DEM		Obstrução
Silvio Costa	PMN	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Wolney Queiroz	PDT		Sim
Total Pernambuco: 18			
Alagoas (AL)			
Antonio Carlos Chamariz	PTB		Sim
Benedito de Lira	PP		Sim
Carlos Alberto Canuto	PMDB	PmdbPtc	Sim
Francisco Tenório	PMN	PsbPCdoBPmnPr b	Sim

Givaldo Carimbão	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Joaquim Beltrão	PMDB	PmdbPtc	Sim
Maurício Quintella Lessa	PR		Sim
Olavo Calheiros	PMDB	PmdbPtc	Sim
Total Alagoas: 8			
Sergipe (SE)			
Albano Franco	PSDB		Obstrução
Eduardo Amorim	PSC		Sim
Iran Barbosa	PT		Sim
Jackson Barreto	PMDB	PmdbPtc	Sim
Valadares Filho	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Total Sergipe: 5			
Bahia (BA)			
Alice Portugal	PCdoB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Antonio Carlos Magalhães Neto	DEM		Obstrução
Colbert Martins	PMDB	PmdbPtc	Sim
Daniel Almeida	PCdoB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Edigar Mão Branca	PV		Sim
Edson Duarte	PV		Sim
Emiliano José	PT		Sim
Geraldo Simões	PT		Sim
Jairo Carneiro	PP		Sim
José Carlos Aleluia	DEM		Obstrução
José Carlos Araújo	PR		Sim
José Rocha	PR		Sim
Joseph Bandeira	PT		Sim
Luiz Alberto	PT		Sim
Luiz Bassuma	PT		Sim
Luiz Carneira	DEM		Obstrução
Marcelo Guimarães Filho	PMDB	PmdbPtc	Sim
Márcio Marinho	PR		Sim
Marcos Medrado	PDT		Sim
Maurício Trindade	PR		Sim
Roberto Brito	PP		Sim
Sérgio Barradas Carneiro	PT		Sim
Sérgio Brito	PDT		Sim
Tonha Magalhães	PR		Sim
Uldurico Pinto	PMN	PsbPCdoBPmnPr b	Sim
Veloso	PMDB	PmdbPtc	Sim
Zezéu Ribeiro	PT		Sim
Total Bahia: 27			
Minas Gerais (MG)			
Ademir Camilo	PDT		Sim
Aelton Freitas	PR		Sim
Antônio Andrade	PMDB	PmdbPtc	Sim
Antônio Roberto	PV		Sim
Aracely de Paula	PR		Sim
Ciro Pedrosa	PV		Sim
Edmar Moreira	PR		Sim
Elismar Prado	PT		Sim
Gilmar Machado	PT		Sim
João Bittar	DEM		Sim
João Magalhães	PMDB	PmdbPtc	Sim
José Fernando Aparecido de Oliveira	PV		Sim
Júlio Delgado	PSB	PsbPCdoBPmnPr b	Sim

Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPtc	Sim
Lincoln Portela	PR		Sim
Márcio Reinaldo Moreira	PP		Sim
Marcus Lima	PMDB	PmdbPtc	Sim
Maria Lúcia Cardoso	PMDB	PmdbPtc	Sim
Mário de Oliveira	PSC		Sim
Mário Heringer	PDT		Sim
Odair Cunha	PT		Sim
Paulo Delgado	PT		Sim
Paulo Piau	PMDB	PmdbPtc	Sim
Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPtc	Sim
Silas Brasileiro	PMDB	PmdbPtc	Sim
Virgílio Guimarães	PT		Sim
Total Minas Gerais: 26			
Espírito Santo (ES)			
Capitão Assunção	PSB	PsbPCdoBPmunPr b	Sim
Jurandy Loureiro	PSC		Sim
Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPtc	Sim
Manato	PDT		Sim
Rita Camata	PMDB	PmdbPtc	Sim
Rose de Freitas	PMDB	PmdbPtc	Sim
Total Espírito Santo: 6			
Rio de Janeiro (RJ)			
Alexandre Santos	PMDB	PmdbPtc	Sim
Antonio Carlos Biscaia	PT		Sim
Arnaldo Vianna	PDT		Sim
Brizola Neto	PDT		Sim
Carlos Santana	PT		Sim
Chico D'Angelo	PT		Sim
Dr. Adilson Soares	PR		Sim
Dr. Paulo César	PR		Sim
Edson Ezequiel	PMDB	PmdbPtc	Sim
Eduardo Cunha	PMDB	PmdbPtc	Sim
Eduardo Lopes	PSB	PsbPCdoBPmunPr b	Sim
Felipe Bonnier	PHS		Sim
Fernando Gabeira	PV		Obstrução
Fernando Lopes	PMDB	PmdbPtc	Sim
Filipe Pereira	PSC		Sim
Glauber Braga	PSB	PsbPCdoBPmunPr b	Sim
Jair Bolsonaro	PP		Sim
Léo Vivas	PRB	PsbPCdoBPmunPr b	Sim
Luiz Sérgio	PT		Sim
Marcelo Itagiba	PMDB	PmdbPtc	Sim
Miro Teixeira	PDT		Sim
Neilton Mulim	PR		Sim
Pastor Manoel Ferreira	PTB		Sim
Silvio Lopes	PSDB		Obstrução
Simão Sessim	PP		Sim
Suely	PR		Sim
Total Rio de Janeiro: 26			
São Paulo (SP)			
Abelardo Camarinha	PSB	PsbPCdoBPmunPr b	Sim
Antonio Bulhões	PMDB	PmdbPtc	Sim
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB		Obstrução

Arnaldo Faria de Sá	PTB		Sim
Arnaldo Madeira	PSDB		Obstrução
Cândido Vaccarezza	PT		Sim
Carlos Zarattini	PT		Sim
Celso Russomanno	PP		Sim
Devanir Ribeiro	PT		Sim
Dr. Ubiali	PSB	PsbPCdoBPr b	Sim
Duarte Nogueira	PSDB		Obstrução
Edson Aparecido	PSDB		Obstrução
Emanuel Fernandes	PSDB		Obstrução
Fernando Chiarelli	PDT		Sim
Fernando Chucre	PSDB		Obstrução
Francisco Rossi	PMDB	PmdbPtc	Sim
Ivan Valente	PSOL		Sim
Janete Rocha Pietá	PT		Sim
Jefferson Campos	PTB		Sim
Jilmar Tatto	PT		Sim
João Dado	PDT		Sim
João Paulo Cunha	PT		Sim
Jorginho Maluly	DEM		Obstrução
José C Stangarlini	PSDB		Obstrução
José Eduardo Cardozo	PT		Sim
José Genoíno	PT		Sim
José Mentor	PT		Sim
José Paulo Tóffano	PV		Sim
Lobbe Neto	PSDB		Obstrução
Luciana Costa	PR		Sim
Marcelo Ortiz	PV		Sim
Michel Temer	PMDB	PmdbPtc	Art. 17
Milton Monti	PR		Sim
Paes de Lira	PTC	PmdbPtc	Não
Paulo Teixeira	PT		Sim
Regis de Oliveira	PSC		Sim
Renato Amary	PSDB		Obstrução
Ricardo Berzoini	PT		Sim
Roberto Alves	PTB		Sim
Roberto Santiago	PV		Sim
Total São Paulo: 40			
Mato Grosso (MT)			
Carlos Bezerra	PMDB	PmdbPtc	Sim
Eliene Lima	PP		Sim
Homero Pereira	PR		Sim
Pedro Henry	PP		Sim
Professor Victorio Galli	PMDB	PmdbPtc	Sim
Valtenir Pereira	PSB	PsbPCdoBPr b	Sim

Total Mato Grosso: 6**Distrito Federal (DF)**

Alberto Fraga	DEM		Obstrução
Jofran Frejat	PR		Sim
Laerte Bessa	PMDB	PmdbPtc	Sim
Magela	PT		Sim
Rodrigo Rollemberg	PSB	PsbPCdoBPrmaPr b	Sim

Total Distrito Federal: 5**Goiás (GO)**

Carlos Alberto Leréia	PSDB		Obstrução
Chico Abreu	PR		Sim
Íris de Araújo	PMDB	PmdbPtc	Sim
Luiz Bittencourt	PMDB	PmdbPtc	Sim
Pedro Chaves	PMDB	PmdbPtc	Sim
Pedro Wilson	PT		Sim
Sandes Júnior	PP		Sim
Tatiko	PTB		Sim

Total Goiás: 8**Mato Grosso do Sul (MS)**

Antônio Carlos Biffi	PT		Sim
Antonio Cruz	PP		Sim
Dagoberto	PDT		Sim
Marçal Filho	PMDB	PmdbPtc	Sim
Vander Loubet	PT		Sim
Waldemir Moka	PMDB	PmdbPtc	Sim

Total Mato Grosso do Sul: 6**Paraná (PR)**

Airton Roveda	PR		Sim
Alceni Guerra	DEM		Obstrução
Andre Vargas	PT		Sim
Andre Zacharow	PMDB	PmdbPtc	Sim
Angelo Vanhoni	PT		Sim
Assis do Couto	PT		Sim
Chico da Princesa	PR		Sim
Dilceu Sperafico	PP		Sim
Giacobo	PR		Sim
Luiz Carlos Hauly	PSDB		Obstrução
Marcelo Almeida	PMDB	PmdbPtc	Sim
Moacir Micheletto	PMDB	PmdbPtc	Sim
Nelson Meurer	PP		Sim
Osmar Serraglio	PMDB	PmdbPtc	Sim

Rodrigo Rocha Loures	PMDB	PmdbPtc	Sim
Takayama	PSC		Sim
Wilson Picler	PDT		Sim
Total Paraná: 17			
Santa Catarina (SC)			
Acélio Casagrande	PMDB	PmdbPtc	Sim
Angela Amin	PP		Sim
Celso Maldaner	PMDB	PmdbPtc	Sim
Décio Lima	PT		Sim
Edinho Bez	PMDB	PmdbPtc	Sim
Fernando Coruja	PPS		Obstrução
Jorge Boeira	PT		Sim
José Carlos Vieira	DEM		Obstrução
Nelson Goetten	PR		Sim
Valdir Colatto	PMDB	PmdbPtc	Sim
Zonta	PP		Sim
Total Santa Catarina: 11			
Rio Grande do Sul (RS)			
Beto Albuquerque	PSB	PsbPCdoBPrmPr	Sim
Darcisio Perondi	PMDB	PmdbPtc	Sim
Eliseu Padilha	PMDB	PmdbPtc	Sim
Enio Bacci	PDT		Sim
Geraldinho	PSOL		Sim
Germano Bonow	DEM		Obstrução
Henrique Fontana	PT		Sim
Ibsen Pinheiro	PMDB	PmdbPtc	Sim
Luis Carlos Heinze	PP		Sim
Manuela D'Ávila	PCdoB	PsbPCdoBPrmPr	Sim
Marco Maia	PT		Sim
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PmdbPtc	Sim
Paulo Pimenta	PT		Sim
Paulo Roberto Pereira	PTB		Sim
Pepe Vargas	PT		Sim
Renato Molling	PP		Sim
Total Rio Grande do Sul: 16			
CENIN - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação			

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – ESTÁ ENCERRADA A DISCUSSÃO E O ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Há um requerimento para adiamento da votação, por 2 sessões, da medida provisória ora em discussão.

“Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o adiamento da votação por 2 sessões da MP nº 465/09, constante do item da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2009. – **Ronaldo Caiado**, Líder do DEM.”

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Informo ao Plenário que vou convocar uma sessão extraordinária para continuar a votação.

O SR. LOBBE NETO (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vai pedir que o painel seja zerado e feita a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Claro, sem dúvida alguma.

O SR. ERNANDES AMORIM (PTB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço à base do Governo que colabore permanecendo em plenário até que concluamos a votação dessa importante medida provisória que permite o financiamento de máquinas e equipamentos com juros subsidiados.

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB – MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se estivesse presente, teria votado com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Quem não votou, vota depois.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Lira Maia, que falará a favor da matéria, pelo prazo regimental, e informo que agora vamos cumprir rigorosamente o Regimento.

O SR. LIRA MAIA (DEM – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, já foi explicado aqui, tanto para este Plenário como para o País, o motivo da obstrução que hoje a Oposição faz nesta Casa.

Na realidade, reconhecemos que a matéria que estamos votando é interessante, e, na nossa avaliação, a obstrução não traz nenhum prejuízo, uma vez que se trata de medida provisória e já está em vigor. Portanto, não há necessidade de pressa.

Na realidade, estamos informando ao País, especialmente aos interessados na matéria, que a obstrução da Oposição se faz necessária em razão do

projeto do pré-sal. Não temos nenhum motivo para estar aqui, como cordeirinhos, de cabeça baixa, aceitando receber, goela abaixo, um projeto que vem com urgência regimental.

É uma matéria importante. O sistema atual tem dado certo. O Brasil tem evoluído na produção de petróleo. Se fizermos uma avaliação, veremos que houve grande evolução. Portanto, é uma matéria que realmente causa impacto nacional.

Por outro lado, os efeitos desses projetos só vão ocorrer lá para 2020, 2022. Então, não entendemos. Parece-nos mais uma atitude política, de imposição por parte do Executivo, mandar para esta Casa essa matéria com regime de urgência.

É muito simples desobstruir a pauta: basta que as Lideranças do Governo se convençam de que precisamos de mais tempo. Queremos discutir essa matéria em profundidade, País afora, porque há muitos envolvidos. É uma matéria realmente de interesse de todo o País, e não podemos aqui combinar e aceitar que tenhamos tão pouco tempo para discuti-la.

Sr. Presidente, é o registro que faço para justificar que a obstrução na reunião de hoje é de protesto mesmo, para que o Governo se convença de que esta Casa tem suas atribuições e prerrogativas e que não há nenhum motivo para apresentar um projeto desse quilate e dessa importância em regime de urgência.

Portanto, somos favoráveis ao requerimento, a fim de que possamos discutir mais a proposta e convencer o Governo daquilo que deve ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao Deputado José Genoíno, que falará contra a matéria. *(Pausa.)*

O SR. ALEX CANZIANI (PTB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o PTB nas votações anteriores.

O SR. AUGUSTO FARIAS (PTB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o PTB nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães, que falará contra a matéria. *(Pausa.)*

O SR. ODÍLIO BALBINOTTI (Bloco/PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se aqui estivesse, teria votado com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vou conceder a palavra apenas para quem estiver inscrito. *(Pausa.)*

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Itagiba, que falará contra a matéria. *(Pausa.)*

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.

A SRA. JÓ MORAES (Bloco/PCdoB – MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.

O SR. MOREIRA MENDES (PPS – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o meu partido, o PPS.

O SR. ODÍLIO BALBINOTTI (Bloco/PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. MIGUEL CORRÊA (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Quem não votou vota depois.

O SR. LEONARDO VILELA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. LUIZ FERNANDO FARIA (PP – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o PP.

O SR. LEANDRO SAMPAIO (PPS – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o PPS.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vou dar meia hora, então, para os senhores votarem no microfone.

A SRA. SANDRA ROSADO (Bloco/PSB – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. CARLOS WILLIAN (Bloco/PTC – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preciso de apenas 2 segundos. Votei com o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Com a palavra o Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. MARCELO ITAGIBA (Bloco/PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somos contrários ao adiamento solicitado devido à necessidade de votarmos a matéria, tendo em vista que a medida provisória já está vigendo.

Em razão disso, o mais prontamente possível é importante votá-la, seja para aprová-la, seja para rejeitá-la. O importante é que se faça a votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Seria um e um, de modo que já falaram dois.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Os Srs. Líderes para encaminhar, por favor.

Como encaminha o PMDB?

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES (Bloco/PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PMDB vota contra o requerimento de adiamento da votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “não” ao requerimento.

Como vota o PT?

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PT vota “não”, Sr. Presidente, e gostaria de lembrar que o PSDB e o Governo Fernando Henrique quebraram o monopólio do petróleo, das telecomunicações e o conceito de empresa nacional e fizeram 9 reformas constitucionais em menos de 1 ano.

Portanto, temos razões para encerrar esta votação e passar imediatamente à análise do mérito da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PTB?

O SR. ERNANDES AMORIM (PTB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PTB, Sr. Presidente, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – PTB vota “não”.

Como vota o Democratas, Deputado José Carlos Aleluia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não queremos voltar ao passado. Tivemos grande sucesso ao quebrar o monopólio do petróleo, sim, e permitimos que o Brasil fosse autossuficiente.

Os partidos que então deram apoio ao Governo hoje apoiam o atual Governo e votaram a favor. E deu certo. Não queremos voltar ao passado. Se não tivéssemos quebrado o monopólio das comunicações, os brasileiros pobres hoje não teriam celular. Portanto, temos orgulho do que fizemos e não queremos voltar a um passado que não deu certo.

O que está em jogo é isso, Sr. Presidente.

Esse nacionalismo retrógrado, esse nacionalismo fora de hora é uma tentativa de mudar a agenda, de tirar da discussão o sumiço das fitas que provam que a Ministra Dilma chamou ao Palácio a então Secretária da Receita para pedir que não cobrasse imposto dos seus amigos.

Portanto, queremos que essa matéria não seja votada até que o Presidente tire essa infeliz urgência para o projeto que diz ser do pré-sal. Estão enganando. Enganaram inclusive o Governador da Bahia, que, não conhecendo a geologia brasileira, foi contra o **royalty**, **royalty** de que a Bahia precisa.

O Governador da Bahia, aliás, sempre que há em jogo um interesse do Planalto e um interesse da

Bahia, abandona o Estado que governa e fica com a vontade de Brasília.

Eu fico com a Bahia e fico com o Brasil. Fico contra a volta ao passado que não deu certo.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Portanto, vota “sim” ao requerimento.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como já são quase 20h, vou encerrar esta sessão ordinária.

Está zerado o painel, conforme me foi solicitado. De modo que, quando iniciarmos a sessão extraordinária, os Srs. Deputados deverão registrar presença, para verificarmos se temos *quorum*.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – *COMPARECEM MAIS OS SRS.*:

RORAIMA

Marcio Junqueira DEM

Total de Roraima: 1

AMAPÁ

Dalva Figueiredo PT

Fátima Pelaes PMDB PmdbPtc

Jurandil Juarez PMDB PmdbPtc

Total de Amapá: 3

PARÁ

Asdrubal Bentes PMDB PmdbPtc

Elcione Barbalho PMDB PmdbPtc

Nilson Pinto PSDB

Wladimir Costa PMDB PmdbPtc

Zenaldo Coutinho PSDB

Total de Pará: 5

RONDONIA

Marinha Raupp PMDB PmdbPtc

Natan Donadon PMDB PmdbPtc

Total de Rondonia: 2

ACRE

Flaviano Melo PMDB PmdbPtc

Ilderlei Cordeiro PPS

Total de Acre: 2

TOCANTINS

Laurez Moreira PSB PsbPCdoBPmnPrb

Total de Tocantins: 1

MARANHÃO

Cleber Verde PRB PsbPCdoBPmnPrb

Clóvis Fecury DEM

Pinto Itamaraty PSDB

Professor Setimo PMDB PmdbPtc

Total de Maranhão: 4

CEARÁ

Aníbal Gomes PMDB PmdbPtc

Arnon Bezerra PTB

Manoel Salviano PSDB

Vicente Arruda PR

Total de Ceará: 4

PIAUI

José Maia Filho DEM

Marcelo Castro PMDB PmdbPtc

Total de PIAUI 2

RIO GRANDE DO NORTE

Henrique Eduardo Alves PMDB PmdbPtc

Sandra Rosado PSB PsbPCdoBPmnPrb

Total de Rio Grande do Norte 2

PARAÍBA

Damião Feliciano PDT

Marcondes Gadelha PSB PsbPCdoBPmnPrb

Vital do Rêgo Filho PMDB PmdbPtc

Wellington Roberto PR

Wilson Braga PMDB PmdbPtc

Wilson Santiago PMDB PmdbPtc

Total de Paraíba: 6

PERNAMBUCO

André de Paula DEM

Armando Monteiro PTB

Fernando Coelho Filho PSB PsbPCdoBPmnPrb

Maurício Rands PT

Paulo Rubem Santiago PDT

Raul Jungmann PPS

Roberto Magalhães DEM

Total de Pernambuco: 7

ALAGOAS

Antonio Carlos Chamariz PTB

Olavo Calheiros PMDB PmdbPtc

Total de Alagoas: 2

SERGIPE

Albano Franco PSDB

Valadares Filho PSB PsbPCdoBPmnPrb

Total de Sergipe: 2

BAHIA

Edigar Mão Branca PV

Jairo Carneiro PP

Jorge Khoury DEM

José Carlos Aleluia DEM

Márcio Marinho PR

Total de Bahia: 5

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PDT

Aelton Freitas PR
 Alexandre Silveira PPS
 Antônio Roberto PV
 Jô Moraes PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 José Santana de Vasconcellos PR
 Luiz Fernando Faria PP
 Maria Lúcia Cardoso PMDB PmdbPtc
 Odair Cunha PT
 Paulo Delgado PT
 Reginaldo Lopes PT
Total de Minas Gerais: 11

ESPÍRITO SANTO

Camilo Cola PMDB PmdbPtc
 Iriny Lopes PT
 Rose de Freitas PMDB PmdbPtc
Total de Espírito Santo: 3

RIO DE JANEIRO

Andreia Zito PSDB
 Edmilson Valentim PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Eduardo Cunha PMDB PmdbPtc
 Fernando Gabeira PV
 Leandro Sampaio PPS
 Marina Maggesi PPS
 Silvio Lopes PSDB
Total de Rio de Janeiro: 7

SÃO PAULO

Abelardo Camarinha PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Arlindo Chinaglia PT
 Bispo Gê Tenuta DEM
 Cândido Vaccarezza PT
 Celso Russomanno PP
 Dr. Nechar PV
 Edson Aparecido PSDB
 Fernando Chucre PSDB
 Francisco Rossi PMDB PmdbPtc
 José Eduardo Cardozo PT
 Márcio França PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Michel Temer PMDB PmdbPtc
 Paulo Maluf PP
 Ricardo Tripoli PSDB
 Roberto Santiago PV
 Vicentinho PT
Total de São Paulo: 16

MATO GROSSO

Homero Pereira PR
Total de Mato Grosso: 1

DISTRITO FEDERAL

Magela PT
 Rodrigo Rollemberg PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Tadeu Filippelli PMDB PmdbPtc
Total de Distrito Federal: 3

GOIÁS

Luiz Bittencourt PMDB PmdbPtc
 Sandro Mabel PR
Total de Goiás: 2

MATO GROSSO DO SUL

Vander Loubet PT
Total de Mato Grosso do Sul: 1

PARANÁ

Andre Vargas PT
 Angelo Vanhoni PT
 Chico da Princesa PR
 Marcelo Almeida PMDB PmdbPtc
 Odílio Balbinotti PMDB PmdbPtc
 Osmar Serraglio PMDB PmdbPtc
 Ricardo Barros PP
 Rodrigo Rocha Loures PMDB PmdbPtc
Total de Paraná: 8

SANTA CATARINA

João Pizzolatti PP
 Nelson Goetten PR
Total de Santa Catarina: 2

RIO GRANDE DO SUL

Beto Albuquerque PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Darcísio Perondi PMDB PmdbPtc
 Henrique Fontana PT
 Ibsen Pinheiro PMDB PmdbPtc
 Mendes Ribeiro Filho PMDB PmdbPtc
 Paulo Pimenta PT
 Paulo Roberto Pereira PTB
 Pompeo de Mattos PDT
 Renato Molling PP
Total de Rio Grande do Sul: 9

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

PARÁ

Bel Mesquita PMDB PmdbPtc
 Jader Barbalho PMDB PmdbPtc
Total de Pará: 2

RONDONIA

Lindomar Garçon PV
Total de Rondonia: 1

ACRE

Fernando Melo PT
 Sergio Petecão PMN PsbPCdoBPmnPrb
Total de Acre: 2

MARANHÃO

Albérico Filho PMDB PmdbPtc
 Nice Lobão DEM
 Sarney Filho PV
 Washington Luiz PT

Total de Maranhão: 4**CEARÁ**

Eudes Xavier PT
Total de Ceará: 1

PIAUI

Alberto Silva PMDB PmdbPtc
 Nazareno Fonteles PT
Total de Piauí: 2

RIO GRANDE DO NORTE

Betinho Rosado DEM
Total de Rio Grande do Norte: 1

PERNAMBUCO

Marcos Antonio PRB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Pernambuco: 1

BAHIA

Fernando De Fabinho Dem
Total de Bahia: 1

MINAS GERAIS

George Hilton PP
 Geraldo Thadeu PPS
 Miguel Martini PHS
 Vitor Penido DEM
Total de Minas Gerais: 4

RIO DE JANEIRO

Arolde de Oliveira DEM
 Cida Diogo PT
 Otavio Leite PSDB
 Paulo Rattes PMDB PmdbPtc
Total de Rio de Janeiro: 4

SÃO PAULO

Aldo Rebelo PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Aline Corrêa PP
 Antonio Palocci PT
 Arnaldo Jardim PPS
 Carlos Sampaio PSDB
 Vadão Gomes PP
Total de São Paulo: 6

MATO GROSSO DO SUL

Nelson Trad PMDB PmdbPtc
Total de Mato Grosso do Sul: 1

PARANÁ

Afonso Camargo PSDB
 Alfredo Kaefer PSDB
Total de Paraná: 2

RIO GRANDE DO SUL

Cláudio Diaz PSDB
 Onyx Lorenzoni DEM
 Sérgio Moraes PTB

Total de Rio Grande do Sul: 3

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Encerro a sessão, convocando para hoje, quarta-feira, dia 2 de setembro, às 20h02min, sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, com a seguinte

ORDEM DO DIA**Votação**

ITEM ÚNICO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 465-A, DE 2009

(Do Poder Executivo)

Votação, em turno único, da Medida provisória nº 465-A, de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica, altera as Leis nºs 10.928, de 23 de julho de 2004, e 11.948, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências, tendo parecer do relator da Comissão Mista, proferido em Plenário e entregue a Mesa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e das Emendas de nºs 10, 11, 21 e 26, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 2, 4 a 8, 12 a 20, 22 a 25 e 27 (Relator: Dep. Carlos Zarattini). As Emendas de nºs 3 e 9, foram indeferidas liminarmente por versarem sobre matéria estranha, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1/2002-CN, c.c. art. 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

PRAZO NA COMISSÃO MISTA: 13-7-09

PRAZO NA CÂMARA: 12-8-09

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM:
30-8-09 (46º DIA)

PERDA DE EFICÁCIA: 12-11-09

(Encerra-se a sessão às 20 horas e 1 minuto.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM NO PERÍODO DESTINADO A COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 216, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2009 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. PAES LANDIM (PTB – PI. Como Líder.) – Sra. Presidenta, hoje se completa mais um aniversário de falecimento do Presidente Getúlio Vargas, que se suicidou neste dia de agosto, em 1954, no Palácio do Catete, após tumultuada noite de reunião com os seus Ministros, em que discutiam a pressão militar pela sua renúncia, com ameaça de deposição.

Poucos Ministros tiveram a coragem de recomendar ao Presidente Vargas reação a qualquer tipo de pressão militar. Dentre eles, deve-se destacar a figura de Tancredo Neves, seu grande Ministro da Justiça.

Getúlio, depois de várias ponderações e de ouvir os Ministros presentes – inclusive sua filha Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que recomendava ao pai resistência a qualquer tipo de ameaça militar de golpe às instituições democráticas – resolveu por fim que ia se licenciar da Presidência da República, atendendo à ponderação de seu eminente genro, o então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto.

Os fatos, nós sabemos, tiveram como gota d'água a tentativa de assassinato do então Líder da Oposição no Brasil, o bravo Deputado Carlos Lacerda, que resultou na morte do Major da Aeronáutica Rubens Vaz, acontecimento esse pelo qual Getúlio não teve nenhuma culpa, até porque jamais foi do seu feitio, da sua postura de homem de Estado mandar matar quem quer que fosse. A sua guarda pessoal, apaixonada por ele e por conta própria, assim decidiu fazê-lo. Foi instalado na República do Galeão um inquérito policial militar exatamente para tentar desmoralizar o Governo constitucional do Presidente Vargas.

Ninguém desconheceu o período autoritário do Presidente Getúlio Vargas, a partir de 1937, quando lhe foram conferidos, pelos militares, plenos poderes. Era o auge da Guerra Fria, quando existia a ameaça do nazismo, do fascismo e do comunismo. Em 1937, o que vinha acontecendo na América Latina? As lutas ideológicas de então levaram vários países a sucumbir ante o regime ditatorial. Então, Vargas cometeu vários erros: é o caso de Olga Benário Prestes, que foi entregue aos alemães e morreu num campo de concentração da Alemanha; houve torturas e prisões, dentre elas a desse notável

homem público que foi João Mangabeira e do próprio Prestes, preso arbitrariamente por muitos anos.

Nesse mesmo período, Getúlio resolveu fazer a opção, nos anos 40, pelos países aliados da guerra contra o nazismo e o fascismo. Esse foi o nascedouro, em Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional, período também da criação da Vale do Rio Doce e de vários instrumentos decisivos para arrancar o Brasil definitivamente do mundo agrário e rural e incorporá-lo na sociedade moderna e industrial.

Na redemocratização, Getúlio foi o estadista que criou o BNDES, a PETROBRAS, a ELETROBRÁS, o Banco do Nordeste. Ele já tinha estabelecido a política do serviço público, baseada no mérito e não na politicagem dos empregos; criou a legislação trabalhista, a Justiça do Trabalho. Eu poderia elencar aqui várias realizações do grande Presidente Vargas durante seus anos de governo no Brasil.

Getúlio soube, já no amanhecer do dia 24, que os militares não aceitariam a sua licença; só aceitariam a sua renúncia. Num gesto de coragem pessoal, próprio dos homens de Estado, de pijama mesmo, foi ao seu escritório, escreveu aquela famosa carta à Nação, dizendo as razões pelas quais ele se decidira pelo suicídio – ele sabia que ia entrar na história pelo seu gesto, em razão de seu passado de luta em favor das causas dos trabalhadores, dos ideais nacionalistas – e, por volta das 8h da manhã, o País foi sacudido pela notícia de que Getúlio havia dado um tiro no peito.

Nunca me esqueço: era estudante, na Bahia, e vi naquele dia uma multidão emocionada nas ruas, em sinal de protesto contra o desenlace fatal, a pressão militar que levou Vargas ao suicídio.

José Américo de Almeida, seu Ministro da Viação, definiu com precisão no seu depoimento *Ocasos de Sangue* a tragédia daquele dia: *“Esta madrugada entrou na História”*.

O Rio de Janeiro assistiu ao seu maior acontecimento histórico: a ida do corpo de Getúlio Vargas ao aeroporto militar do Galeão, de onde partiria para a sua morada definitiva, em sua querida cidade de São Borja. Nunca mais houve no Rio, até hoje, proporcionalmente, acontecimento daquela dimensão histórica.

Sr. Presidente, o que falta hoje é exatamente a análise histórica, serena e equilibrada do que representou o Governo Getúlio Vargas para este País, independentemente de erros e acertos, em razão sobretudo de sua postura republicana – homem modesto, simples, asceta, sem nenhuma exacerbação pessoal. O seu inventário, quando aberto, era composto de 1 fazenda herdada de seu pai nos anos 20 do século

passado e de 1 casa que ele adquiriu, financiada pela Caixa Econômica Federal.

Esse homem governou o País durante 20 anos! Essa modéstia republicana, essa simplicidade republicana tem de ser valorada e conhecida de todos os brasileiros. A Nação precisa de historiadores e sociólogos que se debrucem sobre a sua vida, sobre o seu exemplo de desprendimento republicano, sobretudo de seu respeito institucional ao cargo de que era investido: Chefe Supremo da Nação.

Não posso esquecer a lição de Helio Jaguaribe – há pouco completou 80 anos de sabedoria e lumi-

nosidade intelectual neste País – que costuma dizer, analisando a história do Brasil, que 2 marcos históricos se firmaram em seu pensamento: a criação do Estado brasileiro, por D. João VI, e a entrada do Brasil na modernidade, através de Getúlio Vargas.

Hoje, portanto, 55 anos após o desenlace fatal da sua vida, na condição de Deputado do Partido Trabalhista Brasileiro, não poderia deixar de registrar, Sra. Presidenta, este marco histórico do nosso País.

Muito obrigado.

Ata da 229ª Sessão, Extraordinária, Noturna, em 02 de setembro de 2009

*Presidência dos Srs. Michel Temer, Presidente.
Marco Maia, 1º Vice-Presidente*

*ÀS 20 HORAS E 2 MINUTOS COMPA-
RECEM À CASA OS SRS.:*

Michel Temer
Marco Maia
Antonio Carlos Magalhães Neto
Rafael Guerra
Inocêncio Oliveira
Odair Cunha
Nelson Marquezelli
Marcelo Ortiz
Giovanni Queiroz
Leandro Sampaio
Manoel Junior
Partido Bloco

RORAIMA

Angela Portela PT
Edio Lopes PMDB PmdbPtc
Francisco Rodrigues DEM
Luciano Castro PR
Marcio Junqueira DEM
Maria Helena PSB PsbPCdoBPmnPrb
Neudo Campos PP
Urzeni Rocha PSDB

Presentes Roraima: 8

AMAPÁ

Antonio Feijão PSDB
Dalva Figueiredo PT
Evandro Milhomen PCdoB PsbPCdoBPmnPrb

Fátima Pelaes PMDB PmdbPtc
Janete Capiberibe PSB PsbPCdoBPmnPrb
Jurandil Juarez PMDB PmdbPtc
Lucenira Pimentel PR
Sebastião Bala Rocha PDT
Presentes Amapá: 8

PARÁ

Asdrubal Bentes PMDB PmdbPtc
Bel Mesquita PMDB PmdbPtc
Beto Faro PT
Elcione Barbalho PMDB PmdbPtc
Gerson Peres PP
Lira Maia DEM
Lúcio Vale PR
Nilson Pinto PSDB
Paulo Rocha PT
Vic Pires Franco DEM
Wandenkolk Gonçalves PSDB
Wladimir Costa PMDB PmdbPtc
Zé Geraldo PT
Zenaldo Coutinho PSDB
Zequinha Marinho PSC

Presentes Pará: 15

AMAZONAS

Átila Lins PMDB PmdbPtc
Francisco Praciano PT
Lupércio Ramos PMDB PmdbPtc
Marcelo Serafim PSB PsbPCdoBPmnPrb
Rebecca Garcia PP

Sabino Castelo Branco PTB
 Silas Câmara PSC
 Vanessa Grazziotin PCdoB PsbPCdoBPmnPrb

Presentes Amazonas: 8**RONDONIA**

Anselmo de Jesus PT
 Eduardo Valverde PT
 Ernandes Amorim PTB
 Marinha Raupp PMDB PmdbPtc
 Mauro Nazif PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Moreira Mendes PPS
 Natan Donadon PMDB PmdbPtc

Presentes Rondonia: 7**ACRE**

Flaviano Melo PMDB PmdbPtc
 Gladson Cameli PP
 Henrique Afonso PT
 Ilderlei Cordeiro PPS
 Nilson Mourão PT
 Perpétua Almeida PCdoB PsbPCdoBPmnPrb

Presentes Acre: 6**TOCANTINS**

Eduardo Gomes PSDB
 João Oliveira DEM
 Laurez Moreira PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Lázaro Botelho PP
 Moises Avelino PMDB PmdbPtc
 Nilmar Ruiz DEM
 Osvaldo Reis PMDB PmdbPtc
 Vicentinho Alves PR

Presentes Tocantins: 8**MARANHÃO**

Albérico Filho PMDB PmdbPtc
 Carlos Brandão PSDB
 Cleber Verde PRB PsbPCdoBPmnPrb
 Clóvis Fecury DEM
 Davi Alves Silva Júnior PDT
 Domingos Dutra PT
 Flávio Dino PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Julião Amin PDT
 Pedro Fernandes PTB
 Pedro Novais PMDB PmdbPtc
 Pinto Itamaraty PSDB
 Professor Setimo PMDB PmdbPtc
 Ribamar Alves PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Roberto Rocha PSDB
 Washington Luiz PT
 Zé Vieira PR

Presentes Maranhão: 16**CEARÁ**

Aníbal Gomes PMDB PmdbPtc
 Ariosto Holanda PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Arnon Bezerra PTB
 Chico Lopes PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Ciro Gomes PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Eugênio Rabelo PP
 Eunício Oliveira PMDB PmdbPtc
 Flávio Bezerra PMDB PmdbPtc
 Gorete Pereira PR
 José Airton Cirilo PT
 José Guimarães PT
 José Linhares PP
 Leo Alcântara PR
 Manoel Salviano PSDB
 Marcelo Teixeira PR
 Mauro Benevides PMDB PmdbPtc
 Pastor Pedro Ribeiro PMDB PmdbPtc
 Paulo Henrique Lustosa PMDB PmdbPtc
 Raimundo Gomes de Matos PSDB
 Vicente Arruda PR
 Zé Gerardo PMDB PmdbPtc

Presentes Ceará: 21**PIAUI**

Átila Lira PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Ciro Nogueira PP
 Elizeu Aguiar PTB
 José Maia Filho DEM
 Júlio Cesar DEM
 Marcelo Castro PMDB PmdbPtc
 Osmar Júnior PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Paes Landim PTB
 Presentes Piauí: 8

RIO GRANDE DO NORTE

Fábio Faria PMN PsbPCdoBPmnPrb
 Fátima Bezerra PT
 Felipe Maia DEM
 Henrique Eduardo Alves PMDB PmdbPtc
 João Maia PR
 Rogério Marinho PSDB
 Sandra Rosado PSB PsbPCdoBPmnPrb

Presentes Rio Grande do Norte: 7**PARAÍBA**

Armando Abílio PTB
 Damião Feliciano PDT
 Efraim Filho DEM
 Luiz Couto PT
 Major Fábio DEM
 Marcondes Gadelha PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Rômulo Gouveia PSDB

Vital do Rêgo Filho PMDB PmdbPtc
Wellington Roberto PR
Wilson Braga PMDB PmdbPtc
Wilson Santiago PMDB PmdbPtc

Presentes Paraíba: 11**PERNAMBUCO**

Ana Arraes PSB PsbPCdoBPmnPrb
André de Paula DEM
Armando Monteiro PTB
Bruno Araújo PSDB
Bruno Rodrigues PSDB
Carlos Eduardo Cadoca PSC
Charles Lucena PTB
Edgar Moury PMDB PmdbPtc
Eduardo da Fonte PP
Fernando Coelho Filho PSB PsbPCdoBPmnPrb
Fernando Ferro PT
Fernando Nascimento PT
Gonzaga Patriota PSB PsbPCdoBPmnPrb
José Chaves PTB
José Mendonça Bezerra DEM
Maurício Rands PT
Paulo Rubem Santiago PDT
Pedro Eugênio PT
Raul Henry PMDB PmdbPtc
Raul Jungmann PPS
Roberto Magalhães DEM
Silvio Costa PMN PsbPCdoBPmnPrb
Wolney Queiroz PDT

Presentes Pernambuco: 23**ALAGOAS**

Antonio Carlos Chamariz PTB
Augusto Farias PTB
Benedito de Lira PP
Carlos Alberto Canuto PMDB PmdbPtc
Francisco Tenorio PMN PsbPCdoBPmnPrb
Givaldo Carimbão PSB PsbPCdoBPmnPrb
Joaquim Beltrão PMDB PmdbPtc
Maurício Quintella Lessa PR
Olavo Calheiros PMDB PmdbPtc

Presentes Alagoas: 9**SERGIPE**

Albano Franco PSDB
Eduardo Amorim PSC
Iran Barbosa PT
Jackson Barreto PMDB PmdbPtc
Jerônimo Reis DEM
José Carlos Machado DEM
Mendonça Prado DEM

Valadares Filho PSB PsbPCdoBPmnPrb

Presentes Sergipe: 8**BAHIA**

Alice Portugal PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Claudio Cajado DEM
Colbert Martins PMDB PmdbPtc
Daniel Almeida PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Edigar Mão Branca PV
Edson Duarte PV
Emiliano José PT
Fábio Souto DEM
Félix Mendonça DEM
Geraldo Simões PT
Jairo Carneiro PP
João Almeida PSDB
João Carlos Bacelar PR
Jorge Khoury DEM
José Carlos Aleluia DEM
José Carlos Araújo PR
José Rocha PR
Joseph Bandeira PT
Jutahy Junior PSDB
Lídice da Mata PSB PsbPCdoBPmnPrb
Luiz Alberto PT
Luiz Bassuma PT
Luiz Carreira DEM
Marcelo Guimarães Filho PMDB PmdbPtc
Márcio Marinho PR
Marcos Medrado PDT
Mário Negromonte PP
Maurício Trindade PR
Paulo Magalhães DEM
Roberto Britto PP
Sérgio Barradas Carneiro PT
Sérgio Brito PDT
Severiano Alves PDT
Tonha Magalhães PR
Uldurico Pinto PMN PsbPCdoBPmnPrb
Veloso PMDB PmdbPtc
Zezéu Ribeiro PT

Presentes Bahia: 37**MINAS GERAIS**

Ademir Camilo PDT
Aelton Freitas PR
Alexandre Silveira PPS
Antônio Andrade PMDB PmdbPtc
Antônio Roberto PV
Aracely de Paula PR
Bilac Pinto PR
Bonifácio de Andrada PSDB
Carlos Melles DEM
Carlos Willian PTC PmdbPtc

Ciro Pedrosa PV
 Edmar Moreira PR
 Eduardo Barbosa PSDB
 Elismar Prado PT
 Fábio Ramalho PV
 Gilmar Machado PT
 Humberto Souto PPS
 Jaime Martins PR
 Jairo Ataíde DEM
 Jô Moraes PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 João Bittar DEM
 João Magalhães PMDB PmdbPtc
 José Fernando Aparecido de OlivPV
 José Santana de Vasconcellos PR
 Júlio Delgado PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Lael Varella DEM
 Leonardo Monteiro PT
 Leonardo Quintão PMDB PmdbPtc
 Lincoln Portela PR
 Luiz Fernando Faria PP
 Márcio Reinaldo Moreira PP
 Marcos Lima PMDB PmdbPtc
 Marcos Montes DEM
 Maria Lúcia Cardoso PMDB PmdbPtc
 Mário de Oliveira PSC
 Mário Heringer PDT
 Mauro Lopes PMDB PmdbPtc
 Miguel Corrêa PT
 Narcio Rodrigues PSDB
 Paulo Abi-Ackel PSDB
 Paulo Delgado PT
 Paulo Piau PMDB PmdbPtc
 Reginaldo Lopes PT
 Rodrigo de Castro PSDB
 Saraiva Felipe PMDB PmdbPtc
 Silas Brasileiro PMDB PmdbPtc
 Virgílio Guimarães PT

Presentes Minas Gerais: 47**ESPÍRITO SANTO**

Camilo Cola PMDB PmdbPtc
 Capitão Assunção PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Iriny Lopes PT
 Jurandy Loureiro PSC
 Lelo Coimbra PMDB PmdbPtc
 Luiz Paulo Vellozo Lucas PSDB
 Manato PDT
 Rita Camata PMDB PmdbPtc
 Rose de Freitas PMDB PmdbPtc

Sueli Vidigal PDT

Presentes Espírito Santo: 10**RIO DE JANEIRO**

Alexandre Santos PMDB PmdbPtc
 Andreia Zito PSDB
 Antonio Carlos Biscaia PT
 Arnaldo Vianna PDT
 Arolde de Oliveira DEM
 Bernardo Ariston PMDB PmdbPtc
 Brizola Neto PDT
 Carlos Santana PT
 Chico Alencar PSOL
 Chico D'Angelo PT
 Deley PSC
 Dr. Adilson Soares PR
 Dr. Paulo César PR
 Edmilson Valentim PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Edson Ezequiel PMDB PmdbPtc
 Eduardo Cunha PMDB PmdbPtc
 Eduardo Lopes PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Felipe Bornier PHS
 Fernando Gabeira PV
 Fernando Lopes PMDB PmdbPtc
 Filipe Pereira PSC
 Geraldo Pudim PMDB PmdbPtc
 Glauber Braga PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Hugo Leal PSC
 Índio da Costa DEM
 Jair Bolsonaro PP
 Léo Vivas PRB PsbPCdoBPmnPrb
 Luiz Sérgio PT
 Marcelo Itagiba PMDB PmdbPtc
 Marina Maggessi PPS
 Miro Teixeira PDT
 Neilton Mulim PR
 Nelson Bornier PMDB PmdbPtc
 Pastor Manoel Ferreira PTB
 Paulo Rattes PMDB PmdbPtc
 Rodrigo Maia DEM
 Rogério Lisboa DEM
 Sílvio Lopes PSDB
 Simão Sessim PP
 Solange Almeida PMDB PmdbPtc
 Solange Amaral DEM
 Suely PR
 Vinicius Carvalho PTdoB

Presentes Rio de Janeiro: 43**SÃO PAULO**

Abelardo Camarinha PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Aline Corrêa PP
 Antonio Bulhões PMDB PmdbPtc

Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
 Antonio Carlos Pannunzio PSDB
 Arlindo Chinaglia PT
 Arnaldo Faria de Sá PTB
 Arnaldo Jardim PPS
 Arnaldo Madeira PSDB
 Beto Mansur PP
 Bispo Gê Tenuta DEM
 Cândido Vaccarezza PT
 Carlos Zarattini PT
 Celso Russomanno PP
 Devanir Ribeiro PT
 Dimas Ramalho PPS
 Dr. Nechar PV
 Dr. Talmir PV
 Dr. Ubiali PSB PscPCdoBPmnPrb
 Duarte Nogueira PSDB
 Edson Aparecido PSDB
 Eleuses Paiva DEM
 Emanuel Fernandes PSDB
 Fernando Chiarelli PDT
 Fernando Chucre PSDB
 Francisco Rossi PMDB PmdbPtc
 Guilherme Campos DEM
 Ivan Valente PSOL
 Janete Rocha Pietá PT
 Jefferson Campos PTB
 Jilmar Tatto PT
 João Dado PDT
 João Paulo Cunha PT
 Jorginho Maluly DEM
 José Aníbal PSDB
 José C Stangarlini PSDB
 José Eduardo Cardozo PT
 José Genoíno PT
 José Mentor PT
 José Paulo Tóffano PV
 Julio Semeghini PSDB
 Lobbe Neto PSDB
 Luciana Costa PR
 Luiza Erundina PSB PscPCdoBPmnPrb
 Márcio França PSB PscPCdoBPmnPrb
 Milton Monti PR
 Milton Vieira DEM
 Paes de Lira PTC PmdbPtc
 Paulo Maluf PP
 Paulo Pereira da Silva PDT
 Paulo Teixeira PT
 Regis de Oliveira PSC
 Renato Amary PSDB
 Ricardo Berzoini PT
 Ricardo Tripoli PSDB
 Roberto Alves PTB

Roberto Santiago PV
 Silvio Torres PSDB
 Valdemar Costa Neto PR
 Vanderlei Macris PSDB
 Vicentinho PT
 Walter Ihoshi DEM
 William Woo PSDB

Presentes São Paulo: 63

MATO GROSSO

Carlos Abicalil PT
 Carlos Bezerra PMDB PmdbPtc
 Eliene Lima PP
 Homero Pereira PR
 Pedro Henry PP
 Professor Victorio Galli PMDB PmdbPtc
 Thelma de Oliveira PSDB
 Valtenir Pereira PSB PscPCdoBPmnPrb
 Presentes Mato Grosso: 8

DISTRITO FEDERAL

Alberto Fraga DEM
 Jofran Frejat PR
 Laerte Bessa PMDB PmdbPtc
 Magela PT
 Osório Adriano DEM
 Rodovalho DEM
 Rodrigo Rollemberg PSB PscPCdoBPmnPrb
 Tadeu Filippelli PMDB PmdbPtc

Presentes Distrito Federal: 8

GOIÁS

Carlos Alberto Leréia PSDB
 Chico Abreu PR
 Íris de Araújo PMDB PmdbPtc
 João Campos PSDB
 Jovair Arantes PTB
 Leandro Vilela PMDB PmdbPtc
 Leonardo Vilela PSDB
 Luiz Bittencourt PMDB PmdbPtc
 Marcelo Melo PMDB PmdbPtc
 Pedro Chaves PMDB PmdbPtc
 Pedro Wilson PT
 Professora Raquel Teixeira PSDB
 Ronaldo Caiado DEM
 Rubens Otoni PT
 Sandes Júnior PP
 Sandro Mabel PR
 Tatiko PTB

Presentes Goiás: 17

MATO GROSSO DO SUL

Antônio Carlos Biffi PT
 Antonio Cruz PP
 Dagoberto PDT

Geraldo Resende PMDB PmdbPtc
 Marçal Filho PMDB PmdbPtc
 Vander Loubet PT
 Waldemir Moka PMDB PmdbPtc
Presentes Mato Grosso do Sul: 7

PARANÁ

Abelardo Lupion DEM
 Airton Roveda PR
 Alceni Guerra DEM
 Alex Canziani PTB
 Andre Vargas PT
 Andre Zacharow PMDB PmdbPtc
 Angelo Vanhoni PT
 Assis do Couto PT
 Cezar Silvestri PPS
 Chico da Princesa PR
 Dilceu Sperafico PP
 Dr. Rosinha PT
 Eduardo Sciarra DEM
 Giacobbo PR
 Gustavo Fruet PSDB
 Hermes Parcianello PMDB PmdbPtc
 Luiz Carlos Haully PSDB
 Luiz Carlos Setim DEM
 Marcelo Almeida PMDB PmdbPtc
 Moacir Micheletto PMDB PmdbPtc
 Nelson Meurer PP
 Odílio Balbinotti PMDB PmdbPtc
 Osmar Serraglio PMDB PmdbPtc
 Ratinho Junior PSC
 Ricardo Barros PP
 Rodrigo Rocha Loures PMDB PmdbPtc
 Takayama PSC
 Wilson Picler PDT

Presentes Paraná: 28

SANTA CATARINA

Acélio Casagrande PMDB PmdbPtc
 Angela Amin PP
 Celso Maldaner PMDB PmdbPtc
 Décio Lima PT
 Edinho Bez PMDB PmdbPtc
 Fernando Coruja PPS
 Gervásio Silva PSDB
 João Matos PMDB PmdbPtc
 João Pizzolatti PP
 Jorge Boeira PT
 José Carlos Vieira DEM
 Nelson Goetten PR
 Paulo Bornhausen DEM
 Valdir Colatto PMDB PmdbPtc
 Vignatti PT

Zonta PP

Presentes Santa Catarina: 16

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP
 Beto Albuquerque PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Darcísio Perondi PMDB PmdbPtc
 Eliseu Padilha PMDB PmdbPtc
 Emilia Fernandes PT
 Enio Bacci PDT
 Fernando Marroni PT
 Geraldinho PSOL
 Germano Bonow DEM
 Henrique Fontana PT
 Ibsen Pinheiro PMDB PmdbPtc
 José Otávio Germano PP
 Luis Carlos Heinze PP
 Luiz Carlos Busato PTB
 Manuela D'Ávila PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Maria do Rosário PT
 Mendes Ribeiro Filho PMDB PmdbPtc
 Nelson Proença PPS
 Osvaldo Biolchi PMDB PmdbPtc
 Paulo Pimenta PT
 Paulo Roberto Pereira PTB
 Pepe Vargas PT
 Pompeo de Mattos PDT
 Professor Ruy Pauletti PSDB
 Renato Molling PP
 Vieira da Cunha PDT
 Vilson Covatti PP

Presentes Rio Grande do Sul: 27

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 485 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II – LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. LIRA MAIA (DEM – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós queremos que seja feita a leitura da ata, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Perdão.

O SR. LIRA MAIA – Queremos que seja lida a ata.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Leitura da ata.

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES (Bloco/PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, solicito às Deputadas e aos Deputados do PMDB que compareçam ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como foi zerado o painel...

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES – Justamente por isso, Sr. Presidente, solicito às Deputadas e aos Deputados do PMDB que venham ao plenário. Vamos votar medida provisória fundamental para a inovação e o desenvolvimento da economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA, 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido

O Sr. Michel Temer, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maia, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Passa-se às

IV – BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero alertar o Plenário para o crédito-prêmio do IPI. Está-se armando no Senado, com a aquiescência da Receita, um entendimento que prejudica, Deputado Pepe Vargas e Deputado Rodrigo Rocha Loures, os Estados da Região Sul.

Não há o reconhecimento do crédito-prêmio até 1990 por parte da Receita. Apenas para quem peticionou e para os que se creditaram, os grandes, está-se armando uma isenção, de 100% de multa, o que acaba beneficiando os grandes e excluindo os pequenos exportadores deste País. Antes que isso aconteça, faço esta denúncia.

Vamos discutir, em profundidade, este assunto no plenário. Dizer para o Líder que se resolveu a questão do crédito-prêmio quando se resolvem apenas casos das grandes construtoras e das grandes exportadoras não é correto. Faça, portanto, este alerta.

Será duro o debate que vamos travar no plenário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Parlamentares, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP não aceita o acordo que está sendo alardeado, que envolve as centrais e o Govern^o

Sabendo-se que os aposentados estão altamente prejudicados com essa proposta, na próxima terça-feira, às 14h, será realizada audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família, convocada por requerimento do Deputado Darcísio Perondi, que eu apoiei, para discutirmos esta questão. Está acertado que será votado um projeto substitutivo, que a base aprovará.

Lembro que não é apenas a base que vota. Todos votamos: quem é e quem não é da base. Não podemos vender os aposentados, dar uma punhalada em suas costas com essa proposta. Portanto, vamos denunciar e exigir que aqueles que têm responsabilidade não aceitem esse acordo, principalmente porque a maioria dos Deputados têm pai e mãe, não são filhos de chocadeira.

A SRA. REBECCA GARCIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Pois não, Deputada Rebecca Garcia.

A SRA. REBECCA GARCIA (PP – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na última votação, votei de acordo com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Com a palavra o Deputado Rodrigo Rocha Loures.

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES (Bloco/PMDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um registro e uma consideração. O registro é que estamos com um painel novo. Portanto, na consideração que fiz anteriormente, não esclareci aos Deputados da bancada do PMDB que é necessário que retornem ao plenário para registrar presença. Assim, poderemos continuar o processo de votação.

A consideração refere-se à visita do Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a esta Casa. Veio participar de uma reunião hoje com a bancada do PMDB. Foi praticamente unanimidade na bancada a oportuna presença do Ministro para esclarecer os 4 projetos de lei sobre o pré-sal.

Estamos discutindo este tema, o pré-sal. A propósito, Sr. Presidente, aviso a V.Exa. que, na quarta-feira da semana que vem, votaremos na Comissão Especial sobre Fontes Renováveis de Energia o relatório de autoria do Deputado Fernando Ferro, que mostra o compromisso da Câmara com as energias renováveis.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

Em seguida, concederei a palavra aos Deputados Fernando Ferro e Fernando Gabeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo enviou a esta Casa, segunda-feira, 4 projetos de lei que constituem o novo marco regulatório de exploração do pré-sal.

Apesar do avanço da tecnologia, o petróleo ainda tem um elevado preço nos dias hoje, mas poderá não ter esse preço daqui a 10 ou 20 anos. Daí a urgência em discutirmos e aprovarmos esses projetos de lei.

Hoje, o Líder do Governo, Deputado Henrique Fontana, convidou a Oposição a sugerir uma data para a votação dos 4 projetos do pré-sal. Peço também à Oposição que indique, no curto prazo, uma data para que possamos deliberar sobre esse que é um dos temas mais candentes para a sociedade brasileira.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acabo de sair de uma reunião da bancada do Rio de Janeiro na qual foram discutidos exatamente os 4 projetos enviados pelo Governo sobre o pré-sal. Queria expressar aqui a minha posição, que não é ainda a posição do Partido Verde: a discussão pura e simples da distribuição dos *royalties* não está à altura do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro, além de discutir a distribuição de *royalties*, precisa discutir o modelo de proteção ambiental desse projeto.

Falou-se muito sobre a Noruega como modelo econômico, mas não se mencionou o grande esforço da Noruega para defender o seu meio ambiente na produção de petróleo.

Sugeri aos Estados produtores que evitemos o confronto direto a respeito desse tema, para que possamos caminhar, sabendo que a produção no pré-sal gera mais CO₂, mais gás de efeito estufa do que a produção no pós-sal. Os Estados produtores teriam como alternativa taxar as toneladas excedentes de CO₂ para que pudessem, com esse fundo, cuidar do seu meio ambiente e da sua adaptação às mudanças climáticas globais. Portanto, teríamos uma saída que não desrespeita o direito dos outros Estados e tem também o carinho e a atenção do planeta.

Essa é a minha posição pessoal. Espero que o Partido Verde um dia venha a adotá-la também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nessa reunião a que o Deputado Fernando Gabeira fez referência, pude levar a primeira reflexão do PSOL sobre esse tema, reconhecendo que a embocadura do Governo, no sentido do controle estatal dessa riqueza potencial, é correta. A mudança do marco regulatório é também uma necessidade, mas compensação para Estados

produtores não é privilégio. Então, é preciso encontrar o equilíbrio nesse caminho, garantindo-se, inclusive, a gestão pública do Estado sobre esses recursos e não a sua entrega, como aconteceu no processo dos leilões das bacias sedimentares – metade dos conglomerados que exploram essa riqueza é estrangeira.

Sras. e Srs. Deputados, estamos na Semana da Pátria. Solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que autorize a transcrição nos Anais da Câmara dos Deputados de pronunciamiento de minha autoria no qual incluí um belíssimo texto de um internauta chamado Adelécio Freitas – não sei se o nome é real. O Sr. Adelécio Freitas diz que, sem cidadania ativa, só na Internet, só a indignação virtual não é suficiente para construir uma Pátria justa. É um texto muito interessante que está circulando na rede. Quero deixá-lo à disposição de todos. Ele até fala desta categoria, os BMBs. O decoro parlamentar não me permite dizer ao microfone desta tribuna exatamente o que significa essa sigla. Quem quiser saber sobre a sigla fale comigo.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, a Internet se tornou um espaço para protestar e, às vezes, mobilizar as pessoas em torno de questões que dizem respeito à nossa vida em sociedade. Divulgam-se denúncias de corrupção, análises sobre as políticas governamentais, abaixo-assinados de proteção ao meio ambiente, convocatórias para atos de rua.

Os meios para isso se multiplicaram: além do tradicional *e-mail*, agora temos o Twitter, os *blogs*, o Orkut e tantas outras ferramentas. Isso torna as informações mais acessíveis, democratizando um pouco o debate político.

Por outro lado, corre-se o risco de substituirmos a boa prática democrática da organização presencial e das ações públicas por um clique em nosso computador. Nada substitui a confraternização dos que lutam por alguma mudança na sociedade. É importante olhar nos olhos, trocar impressões e construir coletivamente alternativas globais de transformação social.

Por isso é oportuna a reflexão apresentada por Adelécio Freitas, um cidadão que não conheço, em mensagem que correu *blogs* e listas na Internet sobre a crise que vive o Senado.

Adelécio pode existir ou ser um personagem, dúvida recorrente no universo virtual. Mas, com pseudônimo ou não, ele expressa de forma brilhante a omissão que muitos “cidadãos” brasileiros apresentam frente aos escândalos que mais uma vez voltam à cena política brasileira.

Passo à leitura, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

“Sarney e Eu

Por Adelécio Freitas (um BMB legítimo).

Algumas semanas atrás recebi um email sobre uma manifestação na frente do Congresso Nacional pedindo ‘Fora Sarney’. Na hora fiquei bastante animado, encaminhei o email para toda a minha lista de contatos e pensei que finalmente as pessoas iriam se indignar e reagir à tanta sujeira.

No dia da manifestação me bateu uma preguiça... após um longo dia de trabalho o cansaço me venceu e, afinal, quem iria sentir a minha falta?

No dia seguinte eu procurei eufórico, nos sites de jornalismo, sobre a tão falada manifestação que foi toda planejada em comunidades virtuais e bastante divulgada pelo twitter. Para a minha surpresa não existia nenhuma manchete, nem ao menos uma nota de rodapé. Resolvi entrar em uma das comunidades do orkut que organizaram a manifestação, e para a surpresa de todos, apenas cinquenta pessoas se dispuseram a ir para a frente do Congresso.

Apenas 50 pessoas? Sendo que eu sozinho divulguei para mais de 1000? Que povo mais acomodado, pensei indignado. Porque será que eles não foram?

Não demorou muito para a ficha cair. Eles não foram pelo mesmo motivo que eu não fui. Esperava que ‘alguém’ fosse no meu lugar.

Recostei-me na poltrona em frente à televisão e olhei para a janela do meu apartamento, que refletia a minha imagem. Fiquei olhando para mim e para a minha confortável inércia. Foi quando de súbito, eu tive a arrebatadora visão daquilo que sempre procurei e nunca encontrei, o meu verdadeiro papel na sociedade.

‘Que bunda-mole!!!’

Finalmente, depois de tantos anos de crise existencial, pude perceber que eu era uma peça importante na sociedade, um legítimo Bunda-mole brasileiro (ou BMB).

Existem bundas-moles municipais e estaduais, mas eu tenho orgulho de dizer que sou um bunda-mole federal!! Nas minhas viagens de férias sempre algum engraçadinho vinha falar: ‘De Brasília, né... Já tem conta na Suíça?’. Eu ficava indignado, falando que eu era um funcionário público concursado, que pa-

gava os meus impostos, enquanto o povo que roubava vinha de fora e blá blá blá. Mas agora eu vejo com nitidez que eu tenho um papel importante nesse cenário. Eu, como um legítimo BMB, ajudei a criar esta barreira de proteção que mantém os verdadeiros FDP livres para fazerem o que bem entenderem.

Eu acho que as coisas estão bem do jeito que estão. Tenho dinheiro todo mês para pagar a prestação do meu carro 1.0 e do meu apartamento de dois quartos, frequento uma academia para queimar o meu excesso de ociosidade, tenho meu smart phone comprado na feira do Paraguai, e no final do ano ainda vou ficar um mês em uma casa de praia alugada junto com a minha família para a incrível experiência de assarmos como batatas na areia... Mais BMB impossível!!

Nas sextas-feiras, eu me sento com os meus amigos em um barzinho e, depois do terceiro copo de cerveja, soltamos toda a nossa indignação contra a patifaria que rola solta em Brasília. Cada um conta um caso de um amigo próximo que enriqueceu da noite para o dia às custas do dinheiro público (o difícil é disfarçar aquela pontinha de admiração pelo ‘ixperto’). Depois traçamos os planos para endireitar o país. Planos que vão embora pelo ralo do mictório antes de pagar a conta. BMB de carteirinha!!

Os anos passam e as conversas vão mudando: PC Farias, anões do orçamento, precatórios, privatizações, dólar na cueca, mensalão, sanguessugas, vampiros, Lulinha Gamecorp, Daniel Dantas, o dono do castelo, Petrobras, e agora a cereja do bolo, ele, o único, o inigualável Sarney! Sarney é como um ícone do atraso nacional (clientelismo, fisiologismo, nepotismo, coronelismo, apropriação da máquina pública, desvio de verbas públicas etc.), mas o que seria do Sarney sem a legitimidade dos BMBs? O que seria da ilha da fantasia, dos cabides de emprego, dos lobistas, do QI (quem indicou), dos cargos de confiança, dos funcionários fantasmas, dos atos secretos, sem a nossa apática presença?

Imaginem se no nosso lugar estivessem aqueles sul-coreanos malucos que iam para a rua protestar partindo pra cima da polícia, ou aqueles jovens em Seattle que furavam um forte esquema de segurança da OMC para protestarem contra a globalização!

O BMB precisa ter o seu papel reconhecido, somos nós que deixamos tudo correr frouxo, somos nós que damos uma cara de democracia a este coronelismo em que vivemos. O nosso poder aquisitivo acima da média nacional protege o Congresso e os palácios da miséria e da violência que fervilham em nosso entorNº

Bunda-moles: vamos exigir os nossos direitos! Precisamos finalmente mostrar a nossa cara. Nunca antes na história deste país o 'bundamolismo' foi tão grande. Seja ele de centro, de esquerda ou de direita. 'Bundamolismo' no movimento estudantil chapa-branca, nos sindicatos que só vão para a frente do Congresso para pedir aumento e nos artistas que se acomodaram no conforto dos patrocínios oficiais.

Vamos exigir que se crie em Brasília o 'Museu do Bundamolismo Nacional' na Esplanada dos Ministérios: uma enorme bunda branca de concreto, que irá combinar muito bem com a arquitetura de Niemeyer.

Assistimos de nossas poltronas o Brasil tomar o rumo da mediocridade, sem um projeto à altura do seu papel de grande potência ambiental do planeta, que pode liderar a nova economia limpa e inclusiva que irá gerar milhões de empregos. Mas que faz o contrário, age como a eterna colônia de exportação de matéria-primas, fazendo vista grossa para o colosso chinês que irá nos engolir com a sua máquina movida à destruição ambiental e desrespeito aos direitos humanos, para criar uma efêmera ilusão de prosperidade às custas de nossa biodiversidade e da nossa água doce (estes sim, os nossos bens mais valiosos).

A 'bundamolização' é muito mais eficaz do que o autoritarismo. Ela pode ser eletrônica, através de novelas, vídeo cassetadas, big brotheres e cultos picaretas. Pode ser química, com cerveja, maconha ou antidepressivos. E também pode ser ideológica, com receitas milagrosas, e debates calorosos que sempre desaparecem em um clicar de mouse. Vivemos em uma sociedade anestesiada e chapada, sem rumo, imersa em ilusões baratas.

O 'bundamolismo' nos une, não segrega ninguém, é a democracia verdadeira, que brilha por debaixo de uma crosta de hipocrisia e ignorância. E como toda ideologia que se preze, nós temos o nosso avatar, o nosso guru. Aquele que nos trás para a realidade e

mostra quem realmente somos, revela o nosso eu profundo, a nossa essência.

Obrigado, Sarney! Só você para tirar as minhas dúvidas e me mostrar o mundo real por trás das ilusões. Sarney, nós somos duas faces da mesma moeda. Somos Yin e Yang. Nós somos os pilares deste país, um não existiria sem o outro. A sua cara de pau só existe porque do outro lado está a minha babaquice.

Bundas-moles de todo o país, uni-vos!!

Vamos celebrar a nossa mediocridade, vamos sair às ruas gritando: Viva Sarney!! Viva Collor!! Viva Maluf!! Viva Roriz!! Viva Gim Argello!! Viva Renan Calheiros!! Viva Romero Jucá!! Viva o FHC!! Viva a República das bananas do Brasil!!!

Mas isso é pedir demais para um bundamole. Vou voltar para a minha poltrona, o Jornal Nacional já vai começar".

Agradeço a atenção.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero evocar a bancada do Partido dos Trabalhadores. Estamos numa sessão extraordinária. Portanto, é preciso registrar a presença.

Sras. e Srs. Deputados, quero também, por oportuno, reconhecer que, se o debate que fazemos hoje no Brasil sobre as impressionantes descobertas de petróleo acontecesse em outro país, não tenho dúvida de que todo o país estaria mobilizado para atingir os objetivos com a maior rapidez possível. Imaginem se esse petróleo fosse descoberto na Europa. É claro que os europeus arranjariam um jeito de extrair esse petróleo com o máximo de rapidez. Não deixariam essa riqueza para o futuro. Eles a explorariam de maneira sustentável para conseguir ampliar a qualidade de vida em seu país e crescer economicamente.

É isso que temos de fazer. Precisamos debater nessa direção. Esse petróleo é do povo brasileiro, não é de qualquer grupo isolado, partido ou facção. Portanto, há que se ter neste momento o sentimento de cidadania, de pátria, e não o nacionalismo que, para alguns, virou crime. Para outros, o Estado virou pecado. Nós vemos que países em todo o mundo estão ampliando a participação do Estado frente à crise atual. O mundo de hoje não é o mundo de 1996. Em 1996, não tínhamos achado reservas de petróleo, não tínhamos as possibilidades que temos hoje. As comparações do passado não valem para 2009.

Portanto, vamos, no presente, avançar para um futuro de que este País precisa. Vamos pensar com grandeza, com responsabilidade, porque o desafio está colocado para esta geração e para as gerações futu-

ras. Cabe exatamente exercermos com competência nossa capacidade de bem gerir, explorar, refinar essa riqueza, que será fundamental para o novo marco de desenvolvimento de nosso País e, sem sombra de dúvida, contribuirá para colocar o Brasil no patamar de crescimento social e econômico das maiores nações do planeta.

Vamos à luta, porque o futuro e o presente estão nos desafiando!

O SR. ACÉLIO CASAGRANDE (Bloco/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero discutir a oportuna matéria relacionada ao petróleo do País, à sua riqueza, à sua distribuição, mas também quero falar sobre as associações de aposentados, os aposentados e pensionistas, que não podem ser esquecidos.

Tramitam nesta Casa importantes projetos referentes a essa categoria, que resgatam o poder aquisitivo de milhões de aposentados deste País. A Casa deve votar projeto que dá aos aposentados e pensionistas reajustes iguais aos do salário mínimo. Temos de fazer com que o fator previdenciário seja extinto em nosso País.

Nesse sentido, refiro-me às romarias feitas por aposentados e pensionistas para que seja realizada essa negociação. Este momento é importante. Sabemos que apenas um reajuste momentâneo não resolve o problema do atual sistema. Temos que levar essa luta adiante de maneira que os aposentados sejam valorizados, pois eles deram seu suor por este País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, da mesma forma temos de lutar pela saúde no País. Temos de dar melhores condições aos hospitais deste País. Faltam vagas em muitos hospitais, faltam leitos na UTI em muitos hospitais. Por isso temos que trabalhar fortemente para que haja distribuição mais justa dos recursos que são arrecadados por meio de impostos e taxas.

Sr. Presidente, faço um apelo para todos os Parlamentares do Congresso Nacional no sentido de que olhemos com mais atenção para os aposentados e para a saúde neste País.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero ressaltar a importância dos 4 projetos encaminhados pelo Governo a esta Casa. Tanto o projeto sobre a partilha, como os da criação da PETRO-SAL e de um fundo social que destinará mais recursos para as áreas da educação, saúde, infraestrutura e, principalmente, logística são fundamentais. Também é extremamente importante capitalizar mais a PETROBRAS.

O Governo acertou quando os mandou para cá em regime de urgência constitucional. Temos de debetê-los e aprová-los em 45 dias.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para registrar a presença no plenário da Casa dos suplentes de Vereador da cidade de Lages Ênio Feliciano, Gotti Bachmann e Paulo Roberto e do assessor Edson Magaldi.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fico empolgado com algumas coisas que ocorrem no País, como o fato de termos, graças à tecnologia desenvolvida por técnicos brasileiros, da PETROBRAS, descoberto petróleo em águas profundas.

Alguns Deputados da Oposição dizem que 45 dias é pouco tempo para discutir o marco regulatório do pré-sal, que precisamos entender e aprofundar o estudo do assunto. Outros declaram que o CO₂ vai prejudicar o meio ambiente, porque assim sucedeu na Holanda, na Inglaterra e não sei onde. Outros mais afirmam que não podemos derrubar árvores, que essa prática provoca o aumento do aquecimento global.

É engraçado! Acho que todos os brasileiros deveriam nesta hora cerrar fileiras para defender o que é bom para o Brasil, como é caso da exploração do pré-sal. No entanto, muitos ficam procurando pelo em ovo. A Oposição nem pode dizer que é leiga no assunto, porque já governou o Brasil e tem profundo conhecimento de causa – e todos os ex-Presidentes da PETROBRAS estão dando entrevista, esclarecendo isso e aquilo, sempre contra o Brasil.

Somos nacionalistas mesmo! Queremos o petróleo e o gás para os brasileiros.

O SR. VIGNATTI (PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar visita que na semana passada fiz a Criciúma, no meu Estado de Santa Catarina, por ocasião do Fórum Parlamentar Catarinense.

Além do Fórum, que serviu para que fossem debatidos vários aspectos no que se refere às necessidades dos municípios da região de Criciúma, Araranguá e Tubarão, um dos pontos positivos foi a criação da Sala dos Municípios.

Essa é uma louvável iniciativa da própria Universidade do Extremo Sul Catarinense, uma vez que coloca a instituição como instrumento da própria sociedade para intermediar assuntos que na maioria das vezes passam pelo viés político-partidário.

A criação da Sala dos Municípios faz com que a UNESCO estenda a cada município da região de Criciúma e Araranguá um suporte extraordinário, à medida que transforma seu conhecimento acadêmico no que se pode chamar de conhecimento aplicado.

Os municípios com dificuldades para elaborar projetos que resultem na captação de recursos e que careçam até de apoio institucional passam a receber

do corpo técnico da UNESCO a infraestrutura necessária que dispensa custos adicionais, o que por outra via seriam necessários.

Isto é “aperfeiçoar capacidade”, é somar forças para o desenvolvimento regional.

Quero, portanto, parabenizar o Reitor Gildo Volpato e sua equipe por terem conseguido ver, além da função vocacional da universidade, a capacidade multiárea da UNESCO neste importante suporte para os municípios daquela região catarinense.

Que isso sirva de exemplo para demais universidades brasileiras.

O SR. LEANDRO SAMPAIO (PPS – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, venho a esta tribuna para cumprimentar a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN pela sua importante atuação em defesa do nosso Estado e também pelo excelente trabalho de pesquisa que apresenta amostragem do Índice de Desenvolvimento Urbano – IDH dos municípios brasileiros.

Para realizar essa pesquisa, a FIRJAN analisou os aspectos concernentes à educação, à atenção básica de saúde e à geração de emprego e renda.

Infelizmente, as cidades do Rio de Janeiro não se destacaram entre as com maior desenvolvimento no País. Apenas Macaé e Niterói ficaram entre as 100 melhores, sendo que Macaé se classificou em 1º lugar no Rio de Janeiro e em 57º no Brasil, com destaque para o setor de geração de emprego e renda. A cidade de Niterói ficou em 2º lugar no Estado e em 65º no País, com melhor desempenho no setor de atenção básica da saúde.

Lamentavelmente, outros municípios do Rio de Janeiro ainda estão em desconformidade com o desenvolvimento. Precisamos de um olhar mais atento para essas populações, a fim de que o crescimento não se restrinja a algumas ilhas, mas abranja doas as regiões do Estado.

A pesquisa realizada pela FIRJAN nos mostrou, por exemplo, um dado muito interessante. Entre os 100 primeiros municípios classificados no *ranking* nacional, a maioria é do Estado de São Paulo. Isso nos engrandece na condição de brasileiros, porém nos entristece como cidadãos fluminenses, pela falta de políticas de investimento, principalmente no interior do Estado, que está esquecido pelos Governos Estadual e Federal.

O IDH é um indicador que nos orienta sobre a real situação de cada município. As maiores carências estão nas áreas de educação, saúde básica, geração de emprego e renda e segurança, considerados os serviços básicos para atender às necessidades mais urgentes de sobrevivência e, conseqüentemente, os

responsáveis pelo equilíbrio sustentável da vida em sociedade.

No entanto, o próprio Vice-Presidente da FIRJAN, Dr. Carlos Fernando Gross, está otimista quanto ao desenvolvimento do Estado, considerando a previsão de investimentos na ordem de R\$126 bilhões que o Rio de Janeiro receberá nos próximos 3 anos e que serão aplicados no Porto do Açu, no Arco Rodoviário e no pré-sal.

Como todos sabem, o Estado do Rio de Janeiro é privilegiado em muitos aspectos, em particular pelas belezas naturais e pelas referências históricas que lhe garantem excelente lugar no cenário turístico do País. O turismo é um grande gerador de divisas para as localidades que têm essa vocação. Daí a necessidade de envidar esforços com o objetivo de obter mais incentivos financeiros para aplicar em avanços tecnológicos, aperfeiçoamento dos recursos humanos, bem como fortalecer o conhecimento como mola propulsora para o progresso.

Além dos aspectos turísticos naturais, não podemos nos esquecer de citar os setores de comunicação, cultura, entretenimento, marcas do Estado do Rio de Janeiro reconhecidas nacionalmente, e os de confecção de roupas e de moda íntima nas cidades serranas, particularmente em Petrópolis e Friburgo, cujos produtos gozam de grande aceitação pelos consumidores.

Por fim, Sr. Presidente, parabeno os empresários comprometidos com a construção do desenvolvimento. Apesar de conviverem com dificuldades sazonais, financeiras e, principalmente, com falta de segurança, eles não poupam esforços de toda ordem para enriquecer os setores produtivos do nosso Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

V – ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS::

RORAIMA

Angela Portela PT
Edio Lopes PMDB PmdbPtc
Luciano Castro PR
Maria Helena PSB PsbPCdoBPmnPrb
Neudo Campos PP
Total de Roraima: 5

AMAPÁ

Dalva Figueiredo PT
Evandro Milhomen PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Fátima Pelaes PMDB PmdbPtc
Jurandil Juarez PMDB PmdbPtc

Lucenira Pimentel PR
 Sebastião Bala Rocha PDT
Total de Amapá: 6

PARÁ

Asdrubal Bentes PMDB PmdbPtc
 Beto Faro PT
 Elcione Barbalho PMDB PmdbPtc
 Gerson Peres PP
 Lira Maia DEM
 Lúcio Vale PR
 Paulo Rocha PT
 Wandenkolk Gonçalves PSDB
 Wladimir Costa PMDB PmdbPtc
 Zé Geraldo PT
 Zenaldo Coutinho PSDB
Total de Pará: 11

AMAZONAS

Átila Lins PMDB PmdbPtc
 Lupércio Ramos PMDB PmdbPtc
 Rebecca Garcia PP
 Sabino Castelo Branco PTB
 Silas Câmara PSC
 Vanessa Grazziotin PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Amazonas: 6

RONDONIA

Anselmo de Jesus PT
 Eduardo Valverde PT
 Ernandes Amorim PTB
 Mauro Nazif PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Natan Donadon PMDB PmdbPtc
Total de Rondonia: 5

ACRE

Henrique Afonso PT
 Nilson Mourão PT
 Perpétua Almeida PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Acre: 3

TOCANTINS

Lázaro Botelho PP
 Moises Avelino PMDB PmdbPtc
Total de Tocantins: 2

MARANHÃO

Cleber Verde PRB PsbPCdoBPmnPrb
 Davi Alves Silva Júnior PDT
 Domingos Dutra PT
 Flávio Dino PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Pedro Fernandes PTB
 Pedro Novais PMDB PmdbPtc
 Professor Setimo PMDB PmdbPtc

Roberto Rocha PSDB
Total de Maranhão: 8

CEARÁ

Ariosto Holanda PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Arnon Bezerra PTB
 Chico Lopes PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Ciro Gomes PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Eugênio Rabelo PP
 Flávio Bezerra PMDB PmdbPtc
 Gorete Pereira PR
 José Linhares PP
 Leo Alcântara PR
 Marcelo Teixeira PR
 Pastor Pedro Ribeiro PMDB PmdbPtc
 Paulo Henrique Lustosa PMDB PmdbPtc
 Raimundo Gomes de Matos PSDB
 Vicente Arruda PR
Total de Ceará: 14

PIAUI

Átila Lira PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Ciro Nogueira PP
 Elizeu Aguiar PTB
 Marcelo Castro PMDB PmdbPtc
 Osmar Júnior PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Piauí: 5

RIO GRANDE DO NORTE

João Maia PR
Total de Rio Grande do Norte: 1

PARAÍBA

Armando Abílio PTB
 Damião Feliciano PDT
 Luiz Couto PT
 Major Fábio DEM
 Rômulo Gouveia PSDB
Total de Paraíba: 5

PERNAMBUCO

André de Paula DEM
 Armando Monteiro PTB
 Bruno Araújo PSDB
 Bruno Rodrigues PSDB
 Carlos Eduardo Cadoca PSC
 Charles Lucena PTB
 Edgar Moury PMDB PmdbPtc
 Fernando Ferro PT
 Inocêncio Oliveira PR
 José Chaves PTB
 José Mendonça Bezerra DEM

Maurício Rands PT
 Pedro Eugênio PT
 Raul Henry PMDB PmdbPtc
 Raul Jungmann PPS
 Silvio Costa PMN PsbPCdoBPmnPrb
 Wolney Queiroz PDT
Total de Pernambuco: 17

ALAGOAS

Antonio Carlos Chamariz PTB
 Augusto Farias PTB
 Benedito de Lira PP
 Carlos Alberto Canuto PMDB PmdbPtc
 Francisco Tenorio PMN PsbPCdoBPmnPrb
 Givaldo Carimbão PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Joaquim Beltrão PMDB PmdbPtc
 Maurício Quintella Lessa PR
Total de Alagoas: 8

SERGIPE

Eduardo Amorim PSC
 Jerônimo Reis DEM
 José Carlos Machado DEM
Total de Sergipe: 3

BAHIA

Alice Portugal PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Edigar Mão Branca PV
 Edson Duarte PV
 Félix Mendonça DEM
 Geraldo Simões PT
 Jairo Carneiro PP
 João Carlos Bacelar PR
 José Carlos Aleluia DEM
 José Carlos Araújo PR
 José Rocha PR
 Joseph Bandeira PT
 Jutahy Junior PSDB
 Luiz Alberto PT
 Luiz Bassuma PT
 Marcelo Guimarães Filho PMDB PmdbPtc
 Márcio Marinho PR
 Marcos Medrado PDT
 Mário Negromonte PP
 Sérgio Barradas Carneiro PT
 Veloso PMDB PmdbPtc
 Zezéu Ribeiro PT
Total de Bahia: 21

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PDT
 Aelton Freitas PR
 Antônio Roberto PV
 Aracely de Paula PR

Carlos Willian PTC PmdbPtc
 Ciro Pedrosa PV
 Elismar Prado PT
 Gilmar Machado PT
 Jairo Ataíde DEM
 Jô Moraes PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 João Bittar DEM
 José Fernando Aparecido de Oliveira PV
 José Santana de Vasconcellos PR
 Júlio Delgado PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Leonardo Monteiro PT
 Lincoln Portela PR
 Luiz Fernando Faria PP
 Márcio Reinaldo Moreira PP
 Mário de Oliveira PSC
 Mário Heringer PDT
Total de Minas Gerais: 20

ESPÍRITO SANTO

Camilo Cola PMDB PmdbPtc
 Capitão Assunção PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Iriny Lopes PT
 Jurandy Loureiro PSC
 Lelo Coimbra PMDB PmdbPtc
 Manato PDT
 Rose de Freitas PMDB PmdbPtc
Total de Espírito Santo: 7

RIO DE JANEIRO

Antonio Carlos Biscaia PT
 Arnaldo Vianna PDT
 Brizola Neto PDT
 Carlos Santana PT
 Chico Alencar PSOL
 Chico D'Angelo PT
 Dr. Paulo César PR
 Edmilson Valentim PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Edson Ezequiel PMDB PmdbPtc
 Eduardo Lopes PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Fernando Gabeira PV
 Fernando Lopes PMDB PmdbPtc
 Filipe Pereira PSC
 Geraldo Pudim PMDB PmdbPtc
 Glauber Braga PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Hugo Leal PSC
 Leandro Sampaio PPS
 Léo Vivas PRB PsbPCdoBPmnPrb
 Marcelo Itagiba PMDB PmdbPtc
 Miro Teixeira PDT
 Neilton Mulim PR
 Pastor Manoel Ferreira PTB
 Rodrigo Maia DEM
 Sílvio Lopes PSDB

Simão Sessim PP
 Suely PR
 Vinicius Carvalho PTdoB

Total de Rio de Janeiro: 27

SÃO PAULO

Abelardo Camarinha PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Antonio Bulhões PMDB PmdbPtc
 Arnaldo Faria de Sá PTB
 Cândido Vaccarezza PT
 Carlos Zarattini PT
 Devanir Ribeiro PT
 Dimas Ramalho PPS
 Dr. Ubiali PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Duarte Nogueira PSDB
 Eleuses Paiva DEM
 Emanuel Fernandes PSDB
 Fernando Chiarelli PDT
 Francisco Rossi PMDB PmdbPtc
 Ivan Valente PSOL
 Janete Rocha Pietá PT
 Jefferson Campos PTB
 João Dado PDT
 Jorginho Maluly DEM
 José Eduardo Cardozo PT
 José Genoíno PT
 José Mentor PT
 José Paulo Tóffano PV
 Julio Semeghini PSDB
 Michel Temer PMDB PmdbPtc
 Milton Vieira DEM
 Paes de Lira PTC PmdbPtc
 Paulo Pereira da Silva PDT
 Paulo Teixeira PT
 Regis de Oliveira PSC
 Renato Amary PSDB
 Ricardo Berzoini PT
 Roberto Alves PTB
 Roberto Santiago PV
 Silvio Torres PSDB
 Walter Ihoshi DEM

Total de São Paulo: 35

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB PmdbPtc
 Eliene Lima PP
 Homero Pereira PR
 Pedro Henry PP
 Professor Victorio Galli PMDB PmdbPtc

Total de Mato Grosso: 5

DISTRITO FEDERAL

Alberto Fraga DEM
 Jofran Frejat PR
 Magela PT
 Rodrigo Rollemberg PSB PsbPCdoBPmnPrb

Total de Distrito Federal: 4

GOIÁS

Chico Abreu PR
 Íris de Araújo PMDB PmdbPtc
 Leandro Vilela PMDB PmdbPtc
 Luiz Bittencourt PMDB PmdbPtc
 Pedro Chaves PMDB PmdbPtc
 Sandes Júnior PP
 Sandro Mabel PR
 Tatico PTB

Total de Goiás: 8

MATO GROSSO DO SUL

Antônio Carlos Biffi PT
 Antonio Cruz PP
 Dagoberto PDT
 Marçal Filho PMDB PmdbPtc
 Waldemir Moka PMDB PmdbPtc

Total de Mato Grosso do Sul: 5

PARANÁ

Airton Roveda PR
 Alex Canziani PTB
 Andre Vargas PT
 Andre Zacharow PMDB PmdbPtc
 Assis do Couto PT
 Chico da Princesa PR
 Giacobbo PR
 Gustavo Fruet PSDB
 Marcelo Almeida PMDB PmdbPtc
 Moacir Micheletto PMDB PmdbPtc
 Nelson Meurer PP
 Odílio Balbinotti PMDB PmdbPtc
 Osmar Serraglio PMDB PmdbPtc
 Rodrigo Rocha Loures PMDB PmdbPtc
 Takayama PSC
 Wilson Picler PDT

Total de Paraná: 16

SANTA CATARINA

Acélio Casagrande PMDB PmdbPtc
 Angela Amin PP
 Celso Maldaner PMDB PmdbPtc
 Décio Lima PT
 Fernando Coruja PPS
 Gervásio Silva PSDB
 Jorge Boeira PT
 Nelson Goetten PR
 Valdir Colatto PMDB PmdbPtc
 Vignatti PT
 Zonta PP

Total de Santa Catarina: 11

RIO GRANDE DO SUL

Beto Albuquerque PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Darcísio Perondi PMDB PmdbPtc
 Enio Bacci PDT
 Geraldinho PSOL
 Henrique Fontana PT
 Luis Carlos Heinze PP
 Manuela D'Ávila PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Marco Maia PT
 Pepe Vargas PT
 Professor Ruy Pauletti PSDB
Total de Rio Grande do Sul: 10

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – A lista de presença registra o comparecimento de 268 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Item Único.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 465-A, DE 2009
 (Do Poder Executivo)

Votação, em turno único, da Medida provisória nº 465-A, de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica, altera as Leis nºs 10.928, de 23 de julho de 2004, e 11.948, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências, tendo parecer do relator da Comissão Mista, proferido em Plenário e entregue a Mesa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e das Emendas de nºs 10, 11, 21 e 26, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 2, 4 a 8, 12 a 20, 22 a 25 e 27 (Relator: Dep. Carlos Zarattini). As Emendas de nºs 3 e 9, foram indeferidas liminarmente por versarem sobre matéria estranha, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1/2002-CN, c.c. art. 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

PRAZO NA COMISSÃO MISTA:

13/07/2009

PRAZO NA CÂMARA: 17-07-09 + 10

DIAS

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM:

30/08/09 (46º DIA)

PERDA DE EFICÁCIA: 12-11-09

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Senhor Presidente, requeremos, nos termos regimentais, a retirada da Medida Provisória nº 465, constante da pauta da presente sessão.

Sala das Sessões, em – **Silvio Costa**, Vice-Líder do Bloco Parlamentar PSB, PCdoB, PMN, PRB.”

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Para falar contra o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ainda que regimentalmente o requerimento seja cabível, sabemos qual é o seu objetivo.

Não queremos deixar de votar essa matéria, não pelo seu conjunto, mas por um item específico sobre o qual temos interesse e que, como nos afirmou o Sr. Relator, Deputado Carlos Zarattini, já está incluído no texto do projeto de lei de conversão. E, para que possa produzir efeitos, precisamos aprovar o devido projeto de lei de conversão.

O PLV concede, num de seus artigos, a desoneração do PIS/COFINS até dezembro de 2010 para a cadeia da farinha trigo, principalmente para o pãozinho. Queremos que essa desoneração seja permanente.

Quando ocorreu pela primeira vez, a desoneração foi concedida por 6 meses, até dezembro de 2008. À época, na condição de Relator da MP, lutamos muito para estender esse prazo até junho de 2009. E, graças a Deus, fomos felizes, porque a extensão do período coincidiu com a crise. Se, nesse período de crise, tivesse voltado a incidência do PIS/COFINS, certamente o preço do pãozinho teria subido às alturas.

Agora, nos estertores do prazo, junho de 2009, o Governo propôs a desoneração até dezembro de 2010. Na verdade, o prazo dessa desoneração é preocupante, porque, em dezembro de 2010, termina este Governo, em janeiro começará outro, e não sabemos se haverá solução de continuidade.

Emenda que apresentamos, após discuti-la com o Relator, o Deputado Carlos Zarattini, transforma em permanente a desoneração do PIS/COFINS para a cadeia da farinha de trigo, principalmente para o pãozinho.

Todos os sindicatos ligados à indústria da farinha de trigo e à indústria de panificação estão ansiosos pela votação dessa matéria, porque se votarmos da forma como consta no parecer do Deputado Carlos Zarattini a desoneração passará a ser permanente. E é mais do que justo que isso possa acontecer.

A partir daí, teremos um parâmetro para que outros produtos da chamada cesta básica também recebam desoneração total. Sem dúvida alguma, estaremos colaborando com a população de baixa renda, que precisa comprar os produtos básicos sem o imposto embutido no seu preço.

Portanto, queremos votar essa matéria, garantindo que a desoneração do PIS/COFINS para a cadeia do trigo e para o pãozinho seja permanente e não apenas até dezembro de 2010, como disposto na medida provisória. O PLV corrige o texto e concede isenção permanente.

Por isso, queremos votar o projeto. Somos contra a retirada de pauta.

O SR. ERNANDES AMORIM – Sr. Presidente, com base no art. 96, § 1º, quero fazer uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Com a palavra V.Exa.

O SR. ERNANDES AMORIM (PTB – RO. Reclamação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui agora ao Serviço Médico da Casa. A esta altura, com o desgaste que sofremos aqui, estou com pressão alta. Esta Casa não tem respeitado a vontade e o direito dos Parlamentares. Consultei a médica que lá estava – e ela não tem culpa de nada – e ela me disse que, para ser dispensado desta votação, eu teria de me apresentar ao Diretor do Departamento Médico.

Acho isso um desrespeito, até porque tenho problema de pressão alta. Não reclamo da médica, mas da maneira como isso está sendo feito nesta Casa. É uma falta de consideração às pessoas que sofrem de hipertensão. Ainda que a minha pressão aumente, serei obrigado a permanecer aqui por causa desta votação.

É bom que o Líder Henrique Fontana veja o sacrifício imposto aos Parlamentares, verdadeiros escravos do Presidente da República. E quando os Parlamentares pedem a liberação do pagamento das emendas orçamentárias, dão-lhes as costas.

Isso tem de ser mudado nesta Casa, Sr. Presidente. Tem de ser mudado! Ninguém pode, doente, ficar aqui à mercê da vontade de um Diretor, ter de pedir uma consulta com o Diretor do Departamento Médico para conseguir a dispensa de uma votação.

Estou me retirando, por necessidade. Se me derem falta, depois reclamarei.

Com licença.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Deputado Ernandes Amorim, vou acatar a sua reclamação e enviá-la ao Sr. 1º Secretário. Mas, de qualquer forma, V.Exa. é um Parlamentar, pode se ausentar do plenário quando bem entender, sobretudo por causa de doença, e, depois, encaminhar a respectiva justificativa. V.Exa. é um Parlamentar respeitadíssimo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Silvio Costa, que falará a favor da matéria.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PMN – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, espero que parte da Oposição não se estresse, até porque o requerimento é regimental, mas gostaria que votasse “sim” ao requerimento.

O SR. SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Reclamação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, novamente é usado um expediente para uma manobra antiética. Estou alertando o Governo: não é preciso usar desse tipo de expediente.

Nós temos um longo processo democrático. Estou aqui há quase 19 anos. Não é preciso que um homem do Governo, como o Parlamentar que acabou de falar, usar de um expediente que usurpa um requerimento de obstrução, que é uma proposta da Oposição como um elemento facilitador do Governº O Governo Lula tem maioria nesta Casa – quase 380 Deputados o apoiam. Basta registrar presença. Oposição combate, Oposição obstrui, Governo vota. Governo não precisa usar de expedientes nocivos à democracia, antidemocráticos, antirrepublicanos e que começam a irritar a Oposição brasileira.

Não aceito! Não tolero! E vou começar a fazer oposição daqui, do plenário, contra a Mesa, que permite esse tipo de manobra. As Lideranças do Governo que não precisam utilizar desse tipo de atitude, que diminui o debate, que diminui esta Casa.

Queremos discutir o pré-sal, a situação economia brasileira; queremos colaborar, mas dessa maneira não é possível. Democracia exige tolerância. Nós governamos 8 anos, aceitamos todo tipo de manobras protelatórias – acusações, ataques, obstrução – e estamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Pois não, Sr. Deputado. Está registrada a sua reclamação.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Vejam bem: o jogo feito por esse Parlamentar não é interesse do Governo – deve ser algo da cabeça dele mesmo. Não

deve ser nada arquitetado, não. O Governo não precisa disso, não. Perde-se o mesmo tempo discutindo essa matéria.

É o alerta que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Pois não, Sr. Deputado. Está registrada sua reclamação. Todavia, é regimental o requerimento apresentado. Os Parlamentares têm o direito de se inscrever para falar contra ou a favor, de acordo com convicção de cada um.

O SR. SILVIO COSTA – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Vamos passar à orientação de bancada.

Como vota o PTdoB? (*Pausa.*)

Como vota o PHS? (*Pausa.*)

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES (Bloco/PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota contrariamente ao requerimento, o PMDB deseja a votação. É importantíssimo para o País votarmos essa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – O PMDB vota “não”.

Como vota o PSOL? (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Como vota o PSC? (*Pausa.*)

O SR. CHICO ALENCAR – Sr. Presidente, V.Exa. me chamou, mas fui atropelado por outro Deputado. Vamos cumprir o Regimento, inclusive, com a necessária calma parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – V.Exa. tem até 1 minuto para orientar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço que comece a contar o tempo a partir deste momento.

Sr. Presidente, primeiro, ser da Oposição não significa necessariamente aderir a todas as táticas do bloco de oposição conservadora, DEM e PSDB, ao qual o PPS, o Partido Popular Socialista, se associa.

Queremos discutir detidamente a nova estatal, a PETRO-SAL, até porque a PETROBRAS foi paulatinamente perdendo seu caráter plenamente estatal. Queremos discutir o Fundo Social. Queremos discutir o novo modelo de partilha. Enfim, os 4 projetos que estão na Casa merecem o nosso devido e empenhado exame.

Aprovar essa medida provisória não significa coonestar uma suposta pressa em prejuízo do bom debate. Queremos, inclusive, a realização de uma Comissão Geral para o debate do pré-sal.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Como vota o PSC?

O SR. TAKAYAMA (PSC – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC orienta a bancada a ficar em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Como vota o PPS?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quer-se simplificar o debate nesta Casa. Quando extrairmos o primeiro barril de petróleo com esse novo modelo, lá pelo ano 2022, segundo os mais otimistas, em virtude desse novo marco regulatório, talvez o petróleo já não seja o produto mais importante energeticamente no mundo.

É óbvio que há tempo para discutir isso, muito tempo. O Governo quer atropelar e simplesmente transformar essa questão em matéria de natureza eleitoral, no nosso entendimento.

É razoável que se estabeleça um tempo adequado para o debate, que não pode ser 45 dias. Podemos firmar um pacto sobre determinado tempo. Mas, por enquanto, vamos manter a tática da obstrução, para chamar a atenção da base do Governo, que quer simplificar o debate. E esse debate tem de ser longo e precisa esclarecer muitos pontos que não estão claros até agora.

Encaminhamos, por enquanto, o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – A Mesa avisa os Srs. Deputados que estamos discutindo a MP nº 465 e um requerimento de retirada de pauta. Não estão em debate os projetos que chegaram à Câmara dos Deputados.

Como vota o PV?

O SR. EDSON DUARTE (PV – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em se tratando de uma MP que oxigena a nossa economia e resgata alguns setores do pós-crise, principalmente os que atendem à população mais carente, entre os quais alguns que foram muito prejudicados, o Partido Verde não tem como apoiar a retirada de pauta.

Portanto, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Como vota o PTB?

O SR. PEDRO FERNANDES (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PTB recomenda o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Como vota o PDT?

O SR. DAGOBERTO (PDT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Como vota o PP?

A SRA. REBECCA GARCIA (PP – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O PP vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Como vota o PR?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedindo à Mesa que cumpra o art. 192, não deixando passar de um minuto a orientação da bancada, o PR encaminha o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Como vota o Bloco?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a subvenção econômica ao BNDES, para o financiamento da inovação no País e para o financiamento de bens de capital, é fundamental para garantir o desenvolvimento sustentável da economia brasileira, sobretudo do setor industrial.

Queremos votar – e votar outros temas relevantes. Queremos fazer o debate do pré-sal. Queremos aprovar o requerimento de urgência para o Plano de Cargos e Salários da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Queremos ampliar as vagas nas universidades federais. Enfim, queremos votar toda uma pauta em benefício do País.

Portanto, votamos “não” ao requerimento de retirada de pauta, fazendo um apelo ao Plenário para que possamos apreciar essa pauta de interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Como vota o PSDB? Deputado Duarte Nogueira, V.Exa. tem o prazo de um minuto, podendo não utilizar todo esse tempo, se assim desejar.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há a questão sobre o requerimento de retirada de pauta da MP nº 465, mas, na verdade, o processo de obstrução da Oposição é fruto do descumprimento da palavra do Governador. O Governo enviou os 4 projetos do marco regulatório do pré-sal para esta Casa em regime de urgência constitucional, quando havia prometido a 3 Governadores de importantes Estados brasileiros que o faria em regime de tramitação ordinária.

E mais: o Governo quer transformar esse debate sobre o regime de concessão ou partilha do pré-sal num Fla x Flu eleitoral, e esse não é o nosso interesse.

Queremos, de um lado, ter o tempo necessário para expor nossos argumentos e, de outro, para receber aqueles que forem contrários. Esperamos que prevaleça o melhor para os interesses do povo brasileiro.

A posição da Oposição tem de ser respeitada. A obstrução é legítima. Queremos discutir a matéria e não ser atropelados de maneira autoritária, como quer o Governo Lula.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Como vota os Democratas?

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aprendi na minha vida pública que temos de ser solidários. Vou votar em solidariedade ao Deputado Silvio Costa, porque S.Exa. ficou sozinho. Membro do Governo, S.Exa. apresentou um requerimento de retirada de pauta da MP e os seus colegas da base do Governo o deixaram falando sozinho. Está parecendo o Senador Aloizio Mercadante, que diz que vai deixar a Liderança irrevogavelmente e depois volta atrás.

Não dá mais para confiar na palavra do Governo, que no dia a dia vem demonstrando querer mudar de posição, assumindo a que for mais apropriada.

Então, em solidariedade ao Deputado Silvio Costa, membro da base do Governo, o Democratas vai votar “sim” ao seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Há novo requerimento sobre a mesa que requer que a votação seja feita artigo por artigo.

“Senhor Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 117, XIII, do Regimento Interno, que a votação da MP 465/09 seja feita artigo por artigo.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2009. – **Ronaldo Caiado**, Líder do Democratas.”

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Ainda antes deste requerimento, há outro, de quebra do interstício para verificação de votação:

“Senhor Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 185, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja concedida a verificação de votação do requerimento que solicita a votação artigo por artigo da MP 465/2009.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2009”. – Assina o Deputado **Ronaldo Caiado**, Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou contra o requerimento, porque quero votar a matéria na forma do PLV apresentado pelo Deputado Carlos Zarattini.

Já expus, em manifestação anterior, que esse projeto de conversão contém a proposta de desonerar, de forma permanente e definitiva, o PIS/COFINS do pãozinho e de toda a cadeia do trigo.

Portanto, que essa proposta se torne realidade, não fique apenas como está no texto da Medida provisória: desoneração até 31 de dezembro de 2010.

Quero votar rapidamente o projeto de conversão do Deputado Carlos Zarattini a essa medida provisória.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que, após esta votação, teremos a oportunidade de mostrar à sociedade que não só o BNDES terá mais recursos para financiar as empresas nesse período de crise, como também será aprovada a desoneração do pãozinho, medida que o Relator, Deputado Carlos Zarattini, teve o descortino de tornar permanente, inclusive discutindo-a com o Ministério da Fazenda.

Temos conhecimento de que há alguma discordância da Receita. Mas a Receita, neste momento, tem de entender que o peso maior da decisão política é do Ministério da Fazenda. E essa decisão há de prevalecer no sentido de que a desoneração do PIS/COFINS não seja apenas por algum tempo, mas permanente e definitiva, como estabelecido no texto do projeto de conversão do Deputado Carlos Zarattini.

Também é extremamente importante discutirmos o requerimento de ponto de vista regimental. Sr. Presidente, o requerimento pede a quebra de interstício, mas como não houve votação anterior, não há que se falar em requerimento de quebra de interstício.

É a questão de ordem que faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – V.Exa. tem razão. Não se vota aquele requerimento, mas vota-se um outro, que requer a votação da MP nº 465 artigo por artigo.

“Senhor Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 117, XIII, do Regimento Interno, que a votação da MP 465/09 seja feita artigo por artigo.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2009. – **Ronaldo Caiado**, Líder do Democratas.”

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – V.Exa. tem razão na sua questão de ordem.

Durante o discurso do Sr. Arnaldo Faria de Sá, o Sr. Marco Maia, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Michel Temer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Lira Maia. *(Pausa.)*

O SR. ALBERTO FRAGA – Foi substituído pelo Deputado Maluly, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Jorginho Maluly.

O SR. JORGINHO MALULY (DEM – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, militamos na vida pública. Um dia, seremos governo; outro dia, oposição. Essa é a democracia. Não existe essa rotatividade em ditaduras, em lugares em que a eleição é fraudada, ou supostamente fraudada, a exemplo do México, onde o PRI ficou no poder décadas e décadas, embora houvesse processo eleitoral.

Já fui Prefeito, ou seja, já integrei o Executivo. Já fui Vereador de oposição. Quando ganhei a eleição para a Prefeitura, no último mês da administração do Prefeito que estava em exercício, meu adversário até hoje, havia matéria fundamental, para aquela administração e para o município, que dependia da aprovação da Câmara. Eu tinha condição de exercer influência para que aquela votação não acontecesse, mas não o fiz, porque entendi que acima da questão pessoal estava a governabilidade naquele momento.

Da mesma forma, Deputado Maurício Rands, na hora em que estivermos convencidos do que é melhor, se é este ou aquele modelo, se é este ou aquele tipo de parceria, de quando efetivamente isso entrará em pleno funcionamento, de quanto vai ter de produtividade, todos teremos condição de votar com mais consciência e responsabilidade.

Sr. Presidente, pedimos regimentalmente, porque o papel da Oposição é esse, como outros já fizeram quando estiveram em nosso lugar. Já estamos começando a caminhar, pois o Deputado Henrique Eduardo Alves já manifestou que pode haver o diálogo, para que possamos ter tempo de maturar essa discussão com mais tranquilidade, responsabilidade, e cada um defendendo aquilo em que acredita, o que acha que é melhor para o País.

Neste momento não estamos debatendo o mérito, mas a oportunidade de termos a melhor avaliação, o

melhor debate, ouvirmos quem conhece a fundo essa questão, para formarmos a nossa convicção.

Por isso, Sr. Presidente, estamos defendendo a votação artigo por artigo, a fim de que possamos ganhar o tempo necessário, seja quanto for, para sensibilizar os nossos pares. O Líder do PTB já disse aqui hoje que também entende a importância de que não tenha o regime de urgência esta matéria.

Defendemos o voto favorável à votação.

Sr. Presidente, deixo registrado que, quando formos votar o mérito, nós nos manifestaremos favoráveis à questão, porque é a desoneração da farinha do pão. Inclusive, de acordo com a Bíblia, quando Jesus fez a sua última ceia, o símbolo da divisão foi o pão. Dessa maneira, o pão é o alimento sagrado daqueles que são cristãos, como nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DELEY (PSC – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Estou fazendo um acordo com os Srs. Líderes, tanto os da base quanto os da Oposição. Há inúmeros requerimentos aqui, regimentalmente adequados. Estou fazendo um acordo: retiramos todos os requerimentos, votamos o mérito da medida provisória, votamos a medida provisória e deixamos os destaques para depois. Na verdade, para terça-feira, porque amanhã os destaques têm de entrar, mas a Oposição, certamente, seguramente, vai pedir a retirada.

Então, nós vamos votar o mérito, a medida provisória, que, suponho, por acordo, aprovaremos, e os destaques ficam para a próxima semana. Está bem? *(Palmas.)*

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Vamos lá, Sr. Presidente! Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Retirados todos os requerimentos.

“Senhor Presidente:

Requeremos a V. Ex^a, nos termos do artigo 186, inc. II do Regimento Interno, votação nominal da MP 465, de 2009, nos termos do PLV, constante da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 01 de setembro de 2009. – **Fernando Coruja**, Líder do PPS.”

“Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, nos termos do Art. 185, § 4º do Regimento Interno, a quebra de interstício de uma hora para solicitar a verificação de votação nesta sessão para a votação da parte do parecer que dispõe sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2009. – **Fernando Coruja**, Líder do PPS.”

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação o parecer do Relator na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Há inscritos? Dois a favor, dois contra. Desistem ou não? *(Pausa.)*

O SR. FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, estou inscrito para falar...

O SR. RIBAMAR ALVES (Bloco/PSB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei conforme a orientação do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Desiste? *(Pausa.)*

O Deputado Fernando Coruja desiste.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Os Srs. Líderes vão orientar.

Como vota o PMDB?

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vota “sim”, a favor da medida provisória, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – A favor do parecer do Relator na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos de constitucionalidade, relevância e urgência e sua adequação financeira e orçamentária.

O PMDB vota “sim”.

Como vota o PT?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PT vota “sim”, Sr. Presidente, porque esta medida reduz a taxa de juros violentamente para bens de capital, inovação tecnológica e indústria aeronáutica.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PTB, Sr. Presidente, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “sim”.

Como vota o Bloco?

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Bloco recomenda o voto “sim”, a favor da aprovação da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “sim”.

Como vota o PSDB, Deputado Duarte Nogueira?

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto “sim”.

Registramos aqui a importante participação de V.Exa. para que este acordo pudesse ser produzido.

Ficou bastante claro que a intransigência não é dos partidos que compõem a Oposição. Estamos tão somente querendo fazer a discussão para que haja a retirada da urgência do projeto do pré-sal, para que a sociedade brasileira possa conhecer melhor a forma com que o País pode construir o desfrute desse minério, que é de todo o povo brasileiro e que deve ter uma modelação, para efeito da sua exploração e utilização de acordo com o interesse público nacional. Nós não queremos discutir se o melhor é o ponto de vista do Governo ou se são os nossos, mas não queremos que este debate seja tolhido.

Portanto, vamos votar “sim”, aprovar a admissibilidade, conforme V.Exa., e encerramos por hoje aqui.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Muito bem.

Muito obrigado aos Srs. Líderes.

Como vota o Democratas?

O SR. LIRA MAIA (DEM – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, justifico que tentamos, desde 16h, fazer este mesmo acordo. Infelizmente, com a intransigência do Governo, não foi possível. Quero fazer este registro para mostrar a boa vontade do Democratas.

Num gesto de profundo respeito a V.Exa., concordamos com o acordo proposto, que acho que é bom. A matéria tem seu mérito, é positiva para o País. Nós vamos recomendar o voto “sim”, embora fazendo o registro de que temos os destaques.

Mais uma vez faço referência ao motivo de nossa obstrução de hoje à tarde. Que fique claro que nós não concordamos com a urgência constitucional empreendida ao projeto mandado pelo Governo em relação ao pré-sal.

Portanto, fica este registro. O Democratas vai continuar em obstrução, mas nesta matéria vamos votar o mérito. “Sim”!

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O Democratas vota “sim”.

Como vota o PR?

O SR. LINCOLN PORTELA (PR – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de indicar o voto, queremos, para a semana que vem, já começar a pedir apoio, para que não tenhamos nenhum problema e aproveamos um destaque do PR sobre a Câmara Superior de Recursos Fiscais. Queremos que o efeito vinculante em relação aos demais órgãos seja suprimido.

Desde já, recomendamos o voto “sim” e pedimos aos partidos que comecem a pensar nesse destaque,

que é muito sério. Súmula vinculante da Receita, para mim, é uma encrenca grande.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Muito bem. O PR vota “sim”.

Como vota o PP, Deputado Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PP votará “sim”.

Agora, gostaríamos que o Governo Federal também encaminhasse à Casa uma medida provisória para atender os municípios brasileiros, que estão se acabando. Quanto ao FUNDEF, por exemplo, está sendo feito novo cálculo. Os municípios estão se arrastando, não pagam mais aos funcionários. Foi feito um acerto no começo do ano, e agora são reajustadas as parcelas do FUNDEF em detrimento dos municípios brasileiros.

Nós atendemos o Governo para atender a indústria brasileira. É preciso que ele também mande para cá uma medida para atender os municípios, que estão se acabando a cada dia por falta de recursos, Sr. Presidente.

O PP vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O PP vota “sim”.

Como vota o PDT, Líder Dagoberto?

O SR. DAGOBERTO (PDT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “sim”.

Como vota o PSC?

O SR. TAKAYAMA (PSC – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSC orienta a bancada a votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “sim”.

Como vota o PV, Deputado Edson Duarte?

O SR. EDSON DUARTE (PV – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para ser rápido e para o bem do País, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “sim”.

Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSOL entende que esta medida provisória dá 44 bilhões ao BNDES para financiar e isentar setores. E queremos fazer um registro: há necessidade de transparência e contrapartida nessas isenções concedidas pelo BNDES.

Entendemos como positiva a isenção de produtos de interesse da população, inclusive em caráter definitivo, como foi o caso do pão, da farinha e de outros setores. Mas, onde se gera emprego, entendo que o

BNDES precisa exigir a contrapartida das empresas de não demitir. Temos insistido nisso. Entendemos que a medida provisória pode cumprir um papel positivo.

Estaremos aqui abertos ao debate amplo sobre a questão do pré-sal na semana que vem.

O PSOL vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o PPS?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vota “sim”.

O SR. EDUARDO DA FONTE (PP – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Há sobre a Mesa os seguintes

REQUERIMENTOS DE DESTAQUES

DESTAQUE DE BANCADA DEM

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, e § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do § 4º do art. 1º do PLV à MP 465/09.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2009. – **Lira Maia**, Vice-Líder do DEM.

DESTAQUE DE BANCADA

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 161, inciso II e § 2º, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da EMENDA nº 7, oferecida à MP 465/2009.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2009. – **Lobbe Neto**, Vice-Líder do PSDB.

DESTAQUE DE BANCADA

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 161, inciso II e § 2º, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação

em separado da EMENDA nº 2, oferecida à MP Nº 465/2009.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2009. – **Lobbe Neto**, Vice-Líder do PSDB.

DESTAQUE DE BANCADA

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 161, inciso II e § 2º, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da EMENDA nº 1, oferecida à MP 465/2009.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2009. – **Lobbe Neto**, Vice-Líder do PSDB.

DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO (Da Bancada do Partido da República)

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, inciso V c/c seu § 2º, do RICD, destaque para a votação em separado do Art. 5º do Projeto de Lei de Conversão do relator, deputado Carlos Zaratini, oferecido à MP nº 465, de 2009, com o objetivo de suprimi-lo.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2009. – **Sandro Mabel**, Líder do PR.

DESTAQUE DE BANCADA DEM

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, e § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da emenda nº 18 apresentada à MP 465/09.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2009. – **Lira Maia**, Vice-Líder do DEM.

DESTAQUE DE BANCADA (PPS)

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª, nos termos do Art. 161, § 2º do Regimento Interno, destaque para votação em separado do art. 9º do PLV, apresentado à MP 465/09.

Sala das Sessões, 01 de setembro de 2009. – **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

DESTAQUE DE BANCADA DEM

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos

Deputados, destaque para votação em separado da emenda nº 4 apresentada à MP 465/09.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2009. – **Lira Maia**, Vice-Líder do DEM.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação o projeto de lei de conversão, oferecido pelo Relator da Comissão Mista, ressalvados os destaques.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 465, DE 29 DE JUNHO DE 2009

Autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social _ BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica, altera as Leis nºs 10.925, de 23 de julho de 2004, e 11.948, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social _ BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2009, destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.

§ 1º O valor total dos financiamentos subvencionados pela União fica limitado ao montante de até R\$ /44.000.000.000,00 (quarenta e quatro bilhões de reais).

§ 2º A equalização de juros de que trata o caput corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte dos recursos, acrescido da remuneração do BNDES e dos agentes financeiros por este credenciados.

§ 3º O pagamento da equalização de que trata o caput fica condicionado à comprovação da boa e regular aplicação dos recursos e à apresentação de declaração de responsabilidade pelo BNDES, para fins de liquidação da despesa.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo à produção ou à aquisição de aeronaves novas por sociedades nacionais e estrangeiras, com sede e administração no Brasil, em conformidade com a respectiva outorga de concessão e autorização para operar pela Agência Nacional de Aviação Civil _ ANAC, nos casos de exploração de serviços públicos de transporte aéreo regular.

§ 5º O prazo a que se refere o caput poderá ser prorrogado até cento e oitenta dias, a critério do Poder Executivo, por meio de decreto do Presidente da Re-

pública, respeitadas as condições estabelecidas neste artigo, especialmente o limite para os financiamentos previsto no § 1º

§ 6º O Conselho Monetário Nacional estabelecerá os grupos de beneficiários e as condições necessárias à contratação dos financiamentos, cabendo ao Ministério da Fazenda a regulamentação das demais condições para a concessão da subvenção econômica de que trata este artigo, entre elas a definição da metodologia para o pagamento da equalização de taxas de juros.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 5º

II _ sobre o valor remanescente, com base no custo financeiro equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

.....

§ 7º Nas suas operações ativas, [astreadas com recursos captados junto à União em operações de crédito, o BNDES poderá.

I _ adotar o contravalor, em moeda nacional, da cotação do dólar norte-americano, divulgada pelo Banco Central do Brasil, como indexador, até o montante dos créditos cuja remuneração da União tenha sido fixada com base no custo de captação externo, naquela moeda estrangeira, do Tesouro Nacional, para prazo equivalente ao do ressarcimento, bem como cláusula de reajuste vinculado à variação cambial, até o montante dos créditos oriundos de repasses de recursos captados pela União em operações externas; e

II – alienar os títulos recebidos conforme o §1º deste artigo, sob a forma direta, a sociedades de economia mista e a empresas públicas federais, suas subsidiárias e controladas, que venham a ser beneficiárias de seus créditos.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 11.948, de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 2º-A. Fica a União autorizada a renegociar ou estabelecer as condições financeiras e contratuais de operações de crédito realizadas com o BNDES, mantida, em caso de renegociação, a equivalência econômica com o valor do saldo das operações de crédito renegociadas, e mediante aprovação do Ministro de Estado da Fazenda, observado o seguinte:

I_ até o montante de R\$ 11.000.000.000,00 (onze bilhões de reais), visando ao seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional, ficando, neste caso, assegurada ao Tesouro Nacional remuneração compatível com o seu custo de captação; e

II_ até o montante de R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões reais), referente ao crédito concedido ao amparo da Lei nº 11.805, de 6 de novembro de 2008, para alterar a remuneração do Tesouro Nacional para o custo de captação externa, em dólares norte-americanos para prazo equivalente ao do ressarcimento a ser efetuado pelo BNDES à União.

Parágrafo único. O disposto no inciso I poderá ser aplicado à parte da dívida que venha a ser constituída nos termos desta Lei.” (NR)

Art. 4º Fica reduzida a zero a alíquota da Cofins incidente sobre a receita bruta da venda, no mercado interno, de motocicletas de cilindrada inferior ou igual a 150 cm³, efetuada por importadores e fabricantes, classificadas nos códigos 8711.10.00, 8711.20.10, 8711.20.20 e 87.11.20.90 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

§ 1º O disposto no **caput** não se aplica às receitas auferidas pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos fatos geradores ocorridos nos meses de julho a setembro de 2009.

Art. 5º O art. 26 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26. A Câmara Superior de Recursos Fiscais poderá, nos termos do regimento interno, após reiteradas e uniformes decisões sobre determinada matéria e com a prévia manifestação da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, editar enunciado de súmula que, mediante aprovação de dois terços dos seus membros e do Ministro de Estado da Fazenda, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos da administração tributária federal, a partir de sua publicação na imprensa oficial.

Parágrafo único. A Câmara Superior de Recursos Fiscais poderá rever ou cancelar

súmula, de ofício ou mediante proposta apresentada pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional ou pelo Secretário da Receita Federal do Brasil.” (NR)

Art. 6º O art. 1º da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o Fundo de Garantia à Exportação – FGE, de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Fazenda, com a finalidade de dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito à exportação e nas operações de seguro de crédito interno para o setor de aviação civil, nos termos desta Lei.” (NR)

Art. 7º A Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 5º-A. Os recursos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE poderão ser utilizados, ainda, para cobertura de operações de Seguro de Crédito Interno para o setor de aviação civil, cabendo ao Poder Executivo regulamentar o disposto neste artigo.” (NR)

Art. 8º Os incisos I e II do art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, passam a vigorar com a seguinte redação:

“4º

I – conceder garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários assumidos em virtude do Seguro de Crédito à Exportação – SCE e do Seguro de Crédito Interno para o setor de aviação civil, conforme dispuser o regulamento desta Lei; e

II – contratar instituição habilitada a operar o Seguro de Crédito à Exportação – SCE e o Seguro de Crédito Interno para o setor de aviação civil, para a execução de todos os serviços relacionados, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados.

.....”(NR)

Art. 9º O Ministro de Estado da Fazenda poderá expedir atos complementares regulamentando o disposto nesta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Ficam revogados:

I – os arts. 4º e 5º da Medida Provisória nº 462, de 14 de maio de 2009;

II – o § 1º do art. 33 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e

III – o § 1º do art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, com redação dada pela Lei nº 11.787, de 25 de setembro de 2008.

Sala das Sessões, de 2009. – Deputado **Carlos Zarattini**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Parabéns, Presidente Michel Temer!

O SR. LUIZ CARLOS BUSATO (PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido na última votação.

A SRA. SANDRA ROSADO (Bloco/PSB – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, votei com o PT.

VI – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

RORAIMA

Marcio Junqueira DEM

Urzeni Rocha PSDB

Total de Roraima: 2

PARÁ

Giovanni Queiroz PDT

Zequinha Marinho PSC

Total de Pará: 2

RONDONIA

Moreira Mendes PPS

Total de Rondonia: 1

ACRE

Gladson Cameli PP

Ilderlei Cordeiro PPS

Total de Acre: 2

TOCANTINS

Laurez Moreira PSB PsbPCdoBPmnPrb

Nilmar Ruiz DEM

Vicentinho Alves PR

Total de Tocantins: 3

MARANHÃO

Carlos Brandão PSDB

Julião Amin PDT

Pinto Itamaraty PSDB

Ribamar Alves PSB PsbPCdoBPmnPrb

Total de Maranhão: 4

CEARÁ

José Airton Cirilo PT

José Guimarães PT

Zé Gerardo PMDB PmdbPtc

Total de Ceará: 3

PIAUI

Júlio Cesar DEM

Paes Landim PTB

Total de Piauí: 2

RIO GRANDE DO NORTE

Fátima Bezerra PT

Felipe Maia DEM

Sandra Rosado PSB PsbPCdoBPmnPrb

Total de Rio Grande do Norte: 3

PARAÍBA

Vital do Rêgo Filho PMDB PmdbPtc

Total de Paraíba: 1

PERNAMBUCO

Eduardo da Fonte PP

Gonzaga Patriota PSB PsbPCdoBPmnPrb

Total de Pernambuco: 2

ALAGOAS

Olavo Calheiros PMDB PmdbPtc

Total de Alagoas: 1

SERGIPE

Albano Franco PSDB

Iran Barbosa PT

Mendonça Prado DEM

Valadares Filho PSB PsbPCdoBPmnPrb

Total de Sergipe: 4

BAHIA

Antonio Carlos Magalhães Neto DEM

Claudio Cajado DEM

Daniel Almeida PCdoB PsbPCdoBPmnPrb

Fábio Souto DEM

João Almeida PSDB

Luiz Carreira DEM

Paulo Magalhães DEM
 Roberto Britto PP
Total de Bahia: 8

MINAS GERAIS

Bilac Pinto PR
 Eduardo Barbosa PSDB
 Humberto Souto PPS
 Marcos Montes DEM
 Narcio Rodrigues PSDB
 Odair Cunha PT
 Paulo Abi-Ackel PSDB
 Paulo Piau PMDB PmdbPtc
 Reginaldo Lopes PT
 Virgílio Guimarães PT
Total de Minas Gerais: 10

ESPÍRITO SANTO

Luiz Paulo Vellozo Lucas PSDB
Total de Espírito Santo: 1

RIO DE JANEIRO

Alexandre Santos PMDB PmdbPtc
 Arolde de Oliveira DEM
 Deley PSC
 Eduardo Cunha PMDB PmdbPtc
 Felipe Bornier PHS
 Jair Bolsonaro PP
 Luiz Sérgio PT
 Nelson Bornier PMDB PmdbPtc
Total de Rio de Janeiro: 8

SÃO PAULO

Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
 Antonio Carlos Pannunzio PSDB
 Arnaldo Madeira PSDB
 Bispo Gê Tenuta DEM
 Fernando Chucre PSDB
 Guilherme Campos DEM
 Jilmar Tatto PT
 José C Stangarlini PSDB
 Lobbe Neto PSDB
 Luciana Costa PR
 Marcelo Ortiz PV
 Milton Monti PR
 Nelson Marquizezelli PTB
 Vicentinho PT
 William Woo PSDB
Total de São Paulo: 15

MATO GROSSO

Carlos Abicalil PT
 Valtenir Pereira PSB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Mato Grosso: 2

GOIÁS

João Campos PSDB
 Jovair Arantes PTB
 Pedro Wilson PT
Total de Goiás: 3

PARANÁ

Abelardo Lupion DEM
 Dilceu Sperafico PP
 Luiz Carlos Haully PSDB
 Luiz Carlos Setim DEM
Total de Paraná: 4

SANTA CATARINA

João Pizzolatti PP
 José Carlos Vieira DEM
 Paulo Bornhausen DEM
Total de Santa Catarina: 3

RIO GRANDE DO SUL

Eliseu Padilha PMDB PmdbPtc
 Germano Bonow DEM
 Luiz Carlos Busato PTB
 Maria do Rosário PT
 Mendes Ribeiro Filho PMDB PmdbPtc
 Paulo Roberto Pereira PTB
 Renato Molling PP
Total de Rio Grande do Sul: 7

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

RORAIMA

Francisco Rodrigues DEM
Total de Roraima: 1

AMAPÁ

Antonio Feijão PSDB
 Janete Capiberibe PSB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Amapá: 2

PARÁ

Bel Mesquita PMDB PmdbPtc
 Jader Barbalho PMDB PmdbPtc
 Nilson Pinto PSDB
 Vic Pires Franco DEM
Total de Pará: 4

AMAZONAS

Francisco Praciano PT
 Marcelo Serafim PSB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Amazonas: 2

RONDONIA

Lindomar Garçon PV

Marinha Raupp PMDB PmdbPtc

Total de Rondonia: 2

ACRE

Fernando Melo PT

Flaviano Melo PMDB PmdbPtc

Sergio Petecão PMN PsbPCdoBPmnPrb

Total de Acre: 3

TOCANTINS

Eduardo Gomes PSDB

João Oliveira DEM

Oswaldo Reis PMDB PmdbPtc

Total de Tocantins: 3

MARANHÃO

Albérico Filho PMDB PmdbPtc

Clóvis Fecury DEM

Nice Lobão DEM

Sarney Filho PV

Washington Luiz PT

Zé Vieira PR

Total de Maranhão: 6

CEARÁ

Aníbal Gomes PMDB PmdbPtc

Eudes Xavier PT

Eunício Oliveira PMDB PmdbPtc

Manoel Salviano PSDB

Mauro Benevides PMDB PmdbPtc

Total de Ceará: 5

PIAUI

Alberto Silva PMDB PmdbPtc

José Maia Filho DEM

Nazareno Fonteles PT

Total de Piauí: 3

RIO GRANDE DO NORTE

Betinho Rosado DEM

Fábio Faria PMN PsbPCdoBPmnPrb

Henrique Eduardo Alves PMDB PmdbPtc

Rogério Marinho PSDB

Total de Rio Grande do Norte: 4

PARAÍBA

Efraim Filho DEM

Manoel Junior PSB PsbPCdoBPmnPrb

Marcondes Gadelha PSB PsbPCdoBPmnPrb

Wellington Roberto PR

Wilson Braga PMDB PmdbPtc

Wilson Santiago PMDB PmdbPtc

Total de Paraíba :6

PERNAMBUCO

Ana Arraes PSB PsbPCdoBPmnPrb

Fernando Coelho Filho PSB PsbPCdoBPmnPrb

Fernando Nascimento PT

Marcos Antonio PRB PsbPCdoBPmnPrb

Paulo Rubem Santiago PDT

Roberto Magalhães DEM

Total de Pernambuco: 6

SERGIPE

Jackson Barreto PMDB PmdbPtc

Total de Sergipe: 1

BAHIA

Colbert Martins PMDB PmdbPtc

Emiliano José PT

Fernando de Fabinho DEM

Jorge Khoury DEM

Lídice da Mata PSB PsbPCdoBPmnPrb

Maurício Trindade PR

Sérgio Brito PDT

Severiano Alves PDT

Tonha Magalhães PR

Uldurico Pinto PMN PsbPCdoBPmnPrb

Total de Bahia: 10

MINAS GERAIS

Alexandre Silveira PPS

Antônio Andrade PMDB PmdbPtc

Bonifácio de Andrada PSDB

Carlos Melles DEM

Edmar Moreira PR

Fábio Ramalho PV

George Hilton PP

Geraldo Thadeu PPS

Jaime Martins PR

João Magalhães PMDB PmdbPtc

Lael Varella DEM

Leonardo Quintão PMDB PmdbPtc

Marcos Lima PMDB PmdbPtc

Maria Lúcia Cardoso PMDB PmdbPtc

Mauro Lopes PMDB PmdbPtc

Miguel Corrêa PT

Miguel Martini PHS

Paulo Delgado PT

Rafael Guerra PSDB

Rodrigo de Castro PSDB

Saraiva Felipe PMDB PmdbPtc

Silas Brasileiro PMDB PmdbPtc

Vitor Penido DEM

Total de Minas Gerais: 23

ESPÍRITO SANTO

Rita Camata PMDB PmdbPtc

Sueli Vidigal PDT

Total de Espírito Santo: 2**RIO DE JANEIRO**

Andreia Zito PSDB

Bernardo Ariston PMDB PmdbPtc

Cida Diogo PT

Dr. Adilson Soares PR

Índio da Costa DEM

Marina Maggessi PPS

Otávio Leite PSDB

Paulo Rattes PMDB PmdbPtc

Rogerio Lisboa DEM

Solange Almeida PMDB PmdbPtc

Solange Amaral DEM

Total de Rio de Janeiro: 11**SÃO PAULO**

Aldo Rebelo PCdoB PsbPCdoBPmnPrb

Aline Corrêa PP

Antonio Palocci PT

Arlindo Chinaglia PT

Arnaldo Jardim PPS

Beto Mansur PP

Carlos Sampaio PSDB

Celso Russomanno PP

Dr. Nechar PV

Dr. Talmir PV

Edson Aparecido PSDB

João Paulo Cunha PT

José Aníbal PSDB

Luiza Erundina PSB PsbPCdoBPmnPrb

Márcio França PSB PsbPCdoBPmnPrb

Paulo Maluf PP

Ricardo Tripoli PSDB

Vadão Gomes PP

Valdemar Costa Neto PR

Vanderlei Macris PSDB

Total de São Paulo: 20**MATO GROSSO**

Thelma de Oliveira PSDB

Total de Mato Grosso: 1**DISTRITO FEDERAL**

Laerte Bessa PMDB PmdbPtc

Osório Adriano DEM

Rodvalho DEM

Tadeu Filippelli PMDB PmdbPtc

Total de Distrito Federal: 4**GOIÁS**

Carlos Alberto Leréia PSDB

Leonardo Vilela PSDB

Marcelo Melo PMDB PmdbPtc

Professora Raquel Teixeira PSDB

Ronaldo Caiado DEM

Rubens Otoni PT

Total de Goiás: 6**MATO GROSSO DO SUL**

Geraldo Resende PMDB PmdbPtc

Nelson Trad PMDB PmdbPtc

Vander Loubet PT

Total de Mato Grosso do Sul: 3**PARANÁ**

Affonso Camargo PSDB

Alceni Guerra DEM

Alfredo Kaefer PSDB

Angelo Vanhoni PT

Cezar Silvestri PPS

Dr. Rosinha PT

Eduardo Sciarra DEM

Hermes Parcianello PMDB PmdbPtc

Ratinho Junior PSC

Ricardo Barros PP

Total de Paraná: 10**SANTA CATARINA**

Edinho Bez PMDB PmdbPtc

João Matos PMDB PmdbPtc

Total de Santa Catarina: 2**RIO GRANDE DO SUL**

Afonso Hamm PP

Cláudio Diaz PSDB

Emília Fernandes PT

Fernando Marroni PT

Ibsen Pinheiro PMDB PmdbPtc

José Otávio Germano PP

Nelson Proença PPS

Onyx Lorenzoni DEM

Oswaldo Biolchi PMDB PmdbPtc

Paulo Pimenta PT

Pompeo de Mattos PDT

Sérgio Moraes PTB

Vieira da Cunha PDT

Wilson Covatti PP

Total de Rio Grande do Sul: 14

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Encerro a sessão, antes convocando para amanhã, dia 3 de setembro, às 9h, sessão extraordinária e, às 14h, sessão ordinária, com as seguintes

ORDENS DO DIA**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****URGÊNCIA**

(Artigo 151, I, "j" do Regimento Interno)

Discussão**1****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.941-A, DE 2005**

(Da Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.941-A, de 2005, que aprova o texto do Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, celebrado em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005; tendo pareceres das Comissões: de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação (Relator: Dep. Badu Picanço); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Ney Lopes).

2**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 2.218-A, DE 2006**

(Da Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.218-A, de 2006, que aprova o texto do Instrumento de Emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho; tendo pareceres das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com emenda (Relator: Dep. Marco Maia); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Luiz Couto).

3**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31-A, DE 2007**

(Da Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31-A, de 2007, que aprova o texto do Instrumento de Emenda à Constituição da União Inter-

nacional de Telecomunicações (Genebra, 1992) com Emendas feitas pela Conferência Plenipotenciária (Quioto, 1994) e pela Conferência Plenipotenciária (Mineápolis, 1998), aprovados em Marraqueche, em 18 de outubro de 2002, juntamente com as reservas feitas pelo Brasil; tendo pareceres: da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação (Relator: Dep. Ratinho Junior); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Valtenir Pereira).

4**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 319-A, DE 2007**

(Da Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 319-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue, assinado no Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 2006; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Colbert Martins).

5**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 358-A, DE 2007**

(Da Comissão de Relações Exteriores
E de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 358-A, de 2007, que aprova o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para o estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Paranaguá, celebrado em Brasília, em 15 de agosto de 1990; tendo pareceres das Comissões: de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Angelo Vanhoni); de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária (Relator: Dep. Alfredo Kaefer); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Leonardo Picciani).

6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 372-A, DE 2007**(Da Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 372-A, de 2007, que aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de Um Depósito Franco no Porto de Rio Grande para Cargas Transportadas por Rodovia, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006, que complementa o “Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande”, celebrado em Brasília, no dia 21 julho de 1987; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Camilo Cola); da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Pedro Novais); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Leonardo Picciani).

7

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 496-A, DE 2008**(Da Comissão Parlamentar Conjunta
do Mercosul)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 496-A, de 2008, que aprova o texto do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Pirateados e Falsificados, celebrado em Assunção, em 20 de junho de 2006; tendo pareceres: da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação (Relator: Dep. Marcelo Itagiba); da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação (Relator: Dep. Pompeo de Mattos); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Beto Albuquerque).

8

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 569-A, DE 2008**(Da Comissão Parlamentar Conjunta
do Mercosul)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 569-A, de 2008, que aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 21 de maio de 2007; tendo pareceres das Comissões: de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação (Relator: Dep. Manoel Junior); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Geraldo Pudim).

9

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 571-A, DE 2008**(Da Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 571-A, de 2008, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Caracas, em 30 de dezembro de 2005; tendo pareceres: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação (Relatora: Dep. Perpétua Almeida); da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Camilo Cola); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. José Genoíno).

10

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 795-A, DE 2008**(Da Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 795-A, de 2008, que aprova, com ressalvas, os textos da Convenção nº 151 e da Recomendação nº

159, da Organização Internacional do Trabalho, ambas de 1978, sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública; tendo parecer das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Daniel Almeida); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. José Genoíno).

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 1.283-A, DE 2008**

(Da Representação Brasileira
no Parlamento do Mercosul)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.283-A, de 2008, que aprova Lista de Compromissos Específicos do Brasil resultante da VI Rodada de Negociações em Matéria de Serviços ao Amparo do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços no MERCOSUL, aprovada pela Decisão nº 01/06 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, em 20 de julho de 2006; tendo pareceres: da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação (Relator: Dep. Dr. Rosinha); da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (Relator: Dep. Renato Molling); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Vital do Rêgo Filho).

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 1.475-A, DE 2009**

(Da Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.475-A, de 2009, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia sobre Cooperação na Área da Cultura, assinado em Riga, em 9 de junho de 2008; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (Relator: Dep. Pedro Wilson); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Antonio Carlos Pannunzio).

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 1.476-A, DE 2009**

(Da Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.476-A, de 2009, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Tegucigalpa, em 27 de julho de 2007; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. José Genoíno).

14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 1.478-A, DE 2009**

(Da Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.478-A, de 2009, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, celebrado em Bogotá, em 19 de julho de 2008; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Luciano Pizzatto).

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 1.652-A, DE 2009**

(Da Comissões de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.652-A, de 2009, que submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Bolívia sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda (Relator: Dep. Mauro Benevides).

16

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.657-A, DE 2009**

(Da Comissões de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.657-A, de 2009, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República Italiana sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes Residentes do Pessoal Diplomático, Consular e Técnico-Administrativo, celebrado em Roma, em 11 de novembro de 2008; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Vanessa Grazziotin); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Ricardo Barros).

**SESSÃO ORDINÁRIA DEBATES
E TRABALHO DE COMISSÕES**

AVISOS

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS OU RECURSOS**

I – EMENDAS

**1. PROJETOS COM URGÊNCIA – ART. 64, § 1º, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Prazo para apresentação de emendas: 5 Sessões (Ato da Mesa nº 177, de 1989).

PROJETOS DE LEI

Nº 2.502/2007 (Eduardo Valverde) – Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo. Tendo apensados os PLs: 4290/2008, 4565/2008 (5621/2009), 5333/2009, 5334/2009, 5430/2009 e 5938/2009, ao qual foi atribuído urgência constitucional.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 17-10-09 (46º dia)

**DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 9-9-09**

Nº 3.971/2008 (Angela Amin) – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.

Tendo apensado o **PL nº 5395/2009, ao qual foi atribuído urgência constitucional.**

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 13-10-09 (46º dia)

**DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09**

Nº 5.417/2009 (Pedro Eugênio) – Cria o Fundo Soberano Social do Brasil – FSSB e dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e dá outras providências. Tendo apensado o **PL nº 5940/2009, ao qual foi atribuído urgência constitucional.**

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 17-10-09 (46º dia)

**DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 9-9-09**

Nº 5.798/2009 (Poder Executivo) – Institui o Programa de Cultura do Trabalhador, cria o Vale-Cultura e dá outras providências.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 11-10-09 (46º dia)

**DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 4-9-09**

Nº 5.892/2009 (Poder Executivo) – Altera os limites originais da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape, situada nos Municípios de Maragogipe e Cachoeira, Estado da Bahia, e dá outras providências.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 11-10-09 (46º dia)

**DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09**

Nº 5.939/2009 (Poder Executivo) – Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETRO-SAL, e dá outras providências.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 17-10-09 (46º dia)

**DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 9-9-09**

Nº 5.941/2009 (Poder Executivo) – Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição, e dá outras providências.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 17/10/2009 (46º dia)

**DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 9-9-09**

II – Recursos

1. CONTRA APRECIÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RICD

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS), ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1º do RICD).

1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 375/2007 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente e Cultural de Papagaio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Papagaio, Estado de Minas Gerais.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 942/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paranhana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 996/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária a Voz do Povo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olinda, Estado do Maranhão.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 997/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Matões do Norte – MA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Matões do Norte, Estado do Maranhão.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 1.002/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Entre Rios de Minas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 1.014/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Habitacional de Alfenas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alfenas, Estado de Minas Gerais.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 1.097/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Promoção Artística e Cultural de Novo Oriente de Minas – APACNOM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 1.118/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Francisco Badaró – FUNDEC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Francisco Badaró, Estado de Minas Gerais.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 1.243/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a AMCAR – Associação dos Moradores do Canto do Rio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 1.481/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à L.M. Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santa Lúcia, Estado de São Paulo.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 1.511/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Osvaldo Cruz a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 1.543/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araras, Estado de São Paulo.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 1.625/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ouro Branco-AL a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Branco, Estado de Alagoas.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 1.644/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação dos Educadores de Paulo Jacinto a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paulo Jacinto, Estado de Alagoas.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 1.692/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 1.693/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Juriti, Estado do Pará.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 1.703/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Canarana Telecomunicação Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Quêrência, Estado de Mato Grosso.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 1.717/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Sociedade de Amigos do Bairro Vista Alegre – SAVA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito

de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Potim, Estado de São Paulo.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 1.725/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores de Palestina de Goiás a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palestina de Goiás, Estado de Goiás.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 1.730/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Cedro – Pernambuco a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cedro, Estado de Pernambuco.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

PROJETO DE LEI

Nº 4.746/1998 (Araldo Faria de Sá) – Dispõe sobre o exercício da profissão de Pedagogo e dá outras providências.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 2665/2000 (Senado Federal – Luzia Toledo) – Denomina “Senador João Calmon” a Escola Técnica Federal do Espírito Santo – Uned, de Colatina.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Nº 2876/2000 (Senado Federal – Romero Jucá) – Denomina Rodovia Governador Hélio Campos o trecho da BR-174.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Nº 3271/2000 (Senado Federal – Maria do Carmo Alves) – Institui o Dia Nacional do Inventor e dá outras providências.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Nº 3530/2000 (Senado Federal – Romero Juca) – Denomina Ponte José Vieira de Sales Guerra a ponte sobre o rio Branco, na BR-174, no Município de Caracaraí, no Estado de Roraima.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Nº 6288/2002 (Dr. Rosinha) – Proíbe a utilização de herbicidas para capina química em áreas urbanas

e de agrotóxicos em geral em áreas de proteção de mananciais.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 9-9-09

Nº 7409/2006 (Senado Federal-Cristovam Buarque)

– Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Nº 218/2007 (Clodovil Hernandez) – Condiciona a concessão de reajustes nas tarifas ou preços praticados pelas empresas prestadoras dos serviços públicos que especifica à prévia realização de audiência pública.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 1.756/2007 (Paulo Henrique Lustosa) – Altera dispositivos da Lei nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, dispondo sobre fixação do valor das anuidades, taxas e emolumentos devidos pelos profissionais da categoria, pelas pessoas naturais e jurídicas, aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais em que estão registrados.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 1.832/2007 (Senado Federal – Geraldo Mesquita Junior) – Denomina “Euclides da Cunha” o trecho acreano da rodovia BR-364 e altera a Lei nº 8.733, de 25 de novembro de 1993, que “dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à rodovia BR-364”.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-9-09

Nº 2.109/2007 (Valtenir Pereira) – Institui o dia 04 de outubro como o “Dia Nacional dos Agentes de Combate às Endemias”.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Nº 2.135/2007 (Andreia Zito) – Cria no calendário oficial do Brasil o Dia do Seresteiro.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Nº 2.226/2007 (Gorete Pereira) – Denomina “Rodovia Pe. Cícero Romão Batista” o trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará, entre as divisas com os Estados de Pernambuco e da Paraíba.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/9/2009

Nº 2.239/2007 (Vanessa Grazziotin) – Institui o dia 28 de agosto como Dia Nacional em Homenagem a todas às vítimas do regime militar, no período de 1964 a 1985.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Nº 2.247/2007 (Pompeo de Mattos) – Declara o Ator Paulo Autran Patrono do Teatro Brasileiro.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Nº 2.314/2007 (Wolney Queiroz) – Denomina “Rodovia João Lyra Filho” o trecho da rodovia da BR-104 entre as cidades de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Nº 2368/2007 (Dr. Talmir) – Inclui o nome do Padre José de Anchieta no Livro dos Heróis da Pátria.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Nº 2.390/2007 (Edson Duarte) – Institui o Dia Nacional de Luta dos Acidentados por Fontes Radioativas.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Nº 2.425/2007 (Rose de Freitas) – Denomina “Rodovia Deputado Aloízio Santos” o trecho da BR-262, do quilômetro Zero, em Cariacica, até o quilômetro 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Nº 2.514/2007 (Senado Federal – Renato Casagrande) – Denomina “Rodovia Prefeito João Eutrópio” o trecho da Rodovia BR-484 situado entre a sede do Município de Afonso Cláudio e seu Distrito de Serra Pelada, no Estado do Espírito Santo.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 2.515/2007 (Senado Federal – Flávio Arns) – Institui a data de 5 de junho como o “Dia Nacional da Reciclagem”.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 2.518/2007 (Senado Federal – Marconi Perillo) – Institui o “Dia do Movimento Pestalozziano no Brasil”, a ser comemorado no dia 26 de outubro.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 2.596/2007 (Maurício Rands) – Inscreve o nome de Domingos Martins no Livro dos Heróis da Pátria.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 3.305/2008 (José Eduardo Cardozo) – Dispõe sobre normas gerais para licitação e contratação pela Administração Pública de serviços de publicidade e dá outras providências

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 4.145/2008 (Poder Executivo) – Autoriza a União a doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de anti-retrovirais e outros medicamentos.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-9-09

Nº 4.760/2009 (Poder Executivo) – Autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

1.2 COM PARECERES CONTRÁRIOS

PROJETO DE LEI

Nº 1583/2007 (Enio Bacci) – Acresce o Parágrafo Único aos artigos 4º e 5º da Lei nº 7.102 de 20 de junho de 1983, determinando horário para transporte de valores.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-9-09

Nº 3337/2008 (Silas Câmara) – Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, autorizando a emissora detentora de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens a operar em caráter provisório até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. **E seus apensados.**

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 4069/2008 (Juvenil) – Dispõe sobre o processo de produção de papel e dá outras providências.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-9-09

Nº 4073/2008 (Juvenil) – Dispõe sobre a proibição de utilização de cartão de crédito para fins de doações de qualquer espécie.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

2. CONTRA PARECER TERMINATIVO DE COMISSÃO – ART. 54 DO RICD C/C ART. 132, § 2º DO RICD (MATÉRIAS SUJEITAS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO EM APRECIACÃO PRELIMINAR, NOS TERMOS DO ART.144 DO RICD)

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – PEC: art. 202, § 1º do RICD.

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – DEMAIS PROPOSIÇÕES: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, §2º, do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1º do RICD).

2.1 PELA INCONSTITUCIONALIDADE E/OU INJURIDICIDADE OU INADMISSIBILIDADE

PROJETO DE LEI

Nº 1.640/2003 (Eduardo Cunha) – Dispõe sobre a separação pela instituição bancária do limite do cheque especial do valor do saldo disponível em conta corrente.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-9-09

2.2 PELA INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E/OU ORÇAMENTÁRIA

PROJETO DE LEI

Nº 1.456/2003 (Carlos Abicalil) – Dispõe sobre a criação da Fundação Universidade Federal Autônoma dos Povos Indígenas.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 2970/2004 (Nelson Pellegrino) – Cria o Programa Nacional “Mutirões pelo Trabalho”, e dá outras providências.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 5.184/2005 (Barbosa Neto) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Federal do Norte Goiano, no Estado de Goiás e dá outras providências. **E seus apensados.**

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-9-09

Nº 1.338/2007 (Uldurico Pinto) – Fixa limite para recolhimento na fonte do Imposto de Renda incidente sobre rendimentos do trabalho.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 3565/2008 (Senado Federal – Kátia Abreu) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia – UFEVAR, com sede no Município de Araguatins, Estado do Tocantins. **E seus apensados.**

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-9-09

Nº 4458/2008 (Paulo Abi-Ackel) – Concede remissão e anistia em relação aos tributos que menciona, devidos por sociedades civis de prestação de serviços profissionais.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 301/2008 (Carlos Souza) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Microrregião de Coari e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo

da Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Microrregião de Coari.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

3. CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE – ART. 164, § 2º, DO RICD

(SUJEITO A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, APÓS OUVIDA A CCJC, NOS TERMOS DO ART. 164, §§ 2º e 3º DO RICD)

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (Art. 164, § 2º, do RICD).

PROJETO DE LEI

Nº 2.857/1989 (MATHEUS IENSEN) – Assegura prioridade de atendimento em instalações financeiras a idosos, mulheres grávidas e deficientes físicos

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 101/2003 (Pompeo de Mattos) – Dispõe sobre a prioridade na tramitação de processos e procedimentos em que for parte pessoa portadora de deficiência e/ou necessidades especiais.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 4.799/2005 (Corauci Sobrinho) – Determina prioridade de julgamento dos processos que envolvam pessoas portadoras de deficiência e dá providências correlatas.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 4.835/2005 (Poder Executivo) – Institui a Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF, devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e do antigo Distrito Federal, altera dispositivos da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, dispõe sobre a reorganização e a remuneração da Carreira Policial Civil dos ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-9-09

Nº 7.034/2006 (Luiz Antonio Fleury) – Inclui art. 82-A à Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para proibir o ingresso de qualquer pessoa portando aparelho celular ou de radiofrequência em estabelecimento prisional.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 728/2007 (Fernando de Fabinho) – Dispõe sobre a obrigatoriedade de indicação da situação de adimplência do consumidor, nas faturas emitidas por concessionárias de serviços públicos.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 2.142/2007 (Juvenil Alves) – Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 2.220/2007 (Otavio Leite) – Determina a obrigação de campo próprio nas faturas de cobrança apresentadas aos usuários dos serviços públicos Federais, Estaduais, do Distrito Federal ou Municipais, onde conste informação da existência ou não de débitos anteriores.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 2752/2008 (Armando Abílio) – Acrescenta o art. 42-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 2.796/2008 (Fernando Chucre) – Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para definir a idade na prioridade dos procedimentos judiciais, nos termos do Estatuto do Idoso.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 2.842/2008 (Rodrigo Rollemberg) – Altera e acrescenta artigos na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, para dispor sobre a prioridade em processos judiciais.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 3.468/2008 (Dr. Talmir) – Dispõe sobre preferência em processos judiciais.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 3.532/2008 (Marcelo Ortiz) – Dispõe sobre prioridade na tramitação de atos e diligências judiciais e administrativas e no atendimento em estabelecimentos bancários aos portadores do vírus HIV ou de Câncer.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 3.926/2008 (Milton Monti) – Obriga a emissão de certidão de quitação anual pelas empresas prestadoras de serviços públicos.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 4.011/2008 (Jair Bolsonaro) – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor, para estabelecer obrigatoriedade de fornecimento de certidão de quitação de débitos por concessionárias e prestadoras de serviço público.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 4.012/2008 (Jair Bolsonaro) – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 4.329/2008 (Nelson Goetten) – Altera o Estatuto do Idoso em relação à prioridade na tramitação dos processos judiciais.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 4.824/2009 (João Herrmann) – Dispõe sobre a padronização, pelo Poder Executivo, das denominações e siglas dos serviços bancários oferecidos aos clientes.

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 9-9-09

Nº 4.931/2009 (Celso Russomanno) – Acrescenta novo art. 42-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com a finalidade de obrigar os fornecedores de produtos e serviços a emitirem recibo de quitação consolidado para o consumidor nas condições que especifica.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Nº 5.225/2009 (José Airton Cirilo) – Obriga as concessionárias e empresas prestadoras de serviços públicos a emitir recibo de quitação, no final de cada ano, para os consumidores.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 11/1991 (AVENIR ROSA) – Cria o Grupo Parlamentar Brasil – Venezuela – Guiana.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Nº 155/2004 (Luiz Piauhyllino) – Criação do Grupo Brasil-Tailândia

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

4. DEVOLVIDO(S) AO(S) AUTOR(ES)

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – RCP: art. 35, §§ 1º e 2º, do RICD.

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – DEMAIS PROPOSIÇÕES: art. 137, § 1º, do RICD.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 1763/2009 (Manato) – Autoriza a realização de plebiscito que definirá o limite de idade para a imputabilidade do menor infrator.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

PROJETO DE LEI

Nº 5.720/2009 (Capitão Assunção) – Altera a Lei nº 7.524 de 17 de julho de 1.986, que dispõe sobre a manifestação, por militar inativo, de pensamento e opinião políticos ou filosóficos.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 201/2009 (José Carlos Aleluia) – Altera o art. 1º da Resolução nº 21, de 1997, da Câmara dos Deputados

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPEDIENTE DO MÊS DE SETEMBRO DE 2009

Dia 3, 5ª-feira

15:00 GERMANO BONOW (DEM – RS)

15:25 DALVA FIGUEIREDO (PT – AP)

Dia 4, 6ª-feira

10:00 ROSE DE FREITAS (PMDB – ES)

10:25 PEDRO WILSON (PT – GO)

10:50 EDUARDO LOPES (PSB – RJ)

11:15 PASTOR MANOEL FERREIRA (PTB – RJ)

11:40 SARNEY FILHO (PV – MA)

Dia 8, 3ª-feira

15:00 CARLOS ALBERTO CANUTO (PMDB – AL)

15:25 CELSO MALDANER (PMDB – SC)

Dia 9, 4ª-feira

15:00 VICENTE ARRUDA (PR – CE)

15:25 LÉO VIVAS (PRB – RJ)

Dia 10, 5ª-feira

15:00 VALADARES FILHO (PSB – SE)

15:25 ALBERTO FRAGA (DEM – DF)

Dia 11, 6ª-feira

10:00 MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS)

10:25 EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE)

10:50 CARLOS EDUARDO CADOCA (PSC – PE)

11:15 ALBANO FRANCO (PSDB – SE)

11:40 PAULO BORNHAUSEN (DEM – SC)

Dia 14, 2ª-feira

15:00 JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

15:25 TADEU FILIPPELLI (PMDB – DF)

15:50 SUELI VIDIGAL (PDT – ES)

16:15 VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

16:40 GUILHERME CAMPOS (DEM – SP)

Dia 15, 3ª-feira

15:00 DÉCIO LIMA (PT – SC)

15:25 HENRIQUE FONTANA (PT – RS)

Dia 16, 4ª-feira

15:00 DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)

15:25 ARACELY DE PAULA (PR – MG)

Dia 17, 5ª-feira

15:00 PEPE VARGAS (PT – RS)

15:25 EDUARDO GOMES (PSDB – TO)

Dia 18, 6ª-feira

10:00 GLADSON CAMELI (PP – AC)

10:25 NILMAR RUIZ (DEM – TO)
 10:50 CLÓVIS FECURY (DEM – MA)
 11:15 JAIR BOLSONARO (PP – RJ)
 11:40 RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF)

Dia 21, 2ª-feira

15:00 LUCIANA COSTA (PR – SP)
 15:25 DAGOBERTO (PDT – MS)
 15:50 FÉLIX MENDONÇA (DEM – BA)
 16:15 JOSÉ CARLOS VIEIRA (DEM – SC)
 16:40 ARMANDO ABÍLIO (PTB – PB)

Dia 22, 3ª-feira

15:00 CLÁUDIO DIAZ (PSDB – RS)
 15:25 PAULO ABI-ACKEL (PSDB – MG)

Dia 23, 4ª-feira

15:00 EVANDRO MILHOMEN (PCdoB – AP)
 15:25 GERSON PERES (PP – PA)

Dia 24, 5ª-feira

15:00 SILAS CÂMARA (PSC – AM)
 15:25 EDUARDO AMORIM (PSC – SE)

Dia 25, 6ª-feira

10:00 SARAIVA FELIPE (PMDB – MG)
 10:25 LÁZARO BOTELHO (PP – TO)
 10:50 VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG)
 11:15 HUMBERTO SOUTO (PPS – MG)
 11:40 ÁTILA LINS (PMDB – AM)

Dia 28, 2ª-feira

15:00 VITOR PENIDO (DEM – MG)
 15:25 BEL MESQUITA (PMDB – PA)
 15:50 GERALDO SIMÕES (PT – BA)
 16:15 MARIA HELENA (PSB – RR)
 16:40 ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP)

Dia 29, 3ª-feira

15:00 LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS)
 15:25 VALDEMAR COSTA NETO (PR – SP)

Dia 30, 4ª-feira

15:00 LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO)
 15:25 MILTON VIEIRA (DEM – SP)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

I – COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
 ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 06

HORÁRIO: 10h

A – Audiência Pública:

Tema:

“PL 5.665/2009, do Poder Executivo, que Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNA-TER, cria o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, e dá outras providências”.

Expositores:

Dr. ARGILEU MARTINS DA SILVA – Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;(confirmado)

Dr. CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA – Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA;(confirmado)

Dr. JOSÉ SILVA SOARES – Presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER;(confirmado)

Dr. ANTONINHO ROVARIS – Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;(confirmado)

Dra. ELISANGELA DOS SANTOS ARAUJO – Coordenadora-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Brasil – FETRAF;(confirmada) e

Dr. EUGÊNIO FERRARI – Representante da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA.(confirmado)

Autor do Requerimento nº 431/09 – Deputado Wandenkolk Gonçalves-PSDB/PA.

AVISOS

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE
 EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ
 (DIA 04/09/2009)**

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.768/09 – Do Sr. Zé Geraldo – que “modifica o art. 11 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009”.

RELATOR: Deputado MOISES AVELINO

PROJETO DE LEI Nº 5.774/09 – Do Sr. Homero Pereira – que “institui a Política Nacional de Fomento ao Turismo Rural”.

RELATOR: Deputado FÁBIO SOUTO.

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE
RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.639/09 – Do Sr. Flávio Bezerra – que “dispõe sobre o pagamento de adicional de insalubridade aos pescadores profissionais e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 469/07 – Do Sr. Flávio Bezerra – que “dispõe sobre o direito dos pescadores a concessão das terras que ocupam para desempenhar suas funções e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MOISES AVELINO

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

AVISOS

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE
RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.641/09 – Do Sr. Dr. Nechar – que “autoriza as televisões educativas, culturais e comunitárias a veicularem propaganda comercial”.

RELATOR: Deputado JORGINHO MALULY.

PROJETO DE LEI Nº 5.657/09 – Do Senado Federal – Valdir Raupp – (PLS nº 74/2008) – que “altera o art. 19 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de Leiloeiro ao território da República, para incluir como competência dos leiloeiros a venda em hasta pública ou público pregão por meio da rede mundial de computadores”.

RELATOR: Deputado ELEUSES PAIVA.

PROJETO DE LEI Nº 5.788/09 – Do Sr. Eliene Lima – que “veda a publicação de informações acerca de passageiros de transportes públicos por qualquer veículo de comunicação”.

RELATOR: Deputado JOSÉ PAULO TÓFFAN

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 01

HORÁRIO: 10h

A – Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 98/09 Do Sr. Jorginho Maluly – que “requer sejam convidados representantes da Associação Comercial do Clube de Diretores Lojistas, da Administração dos Shoppings Centers, do Procon, do Instituto de Defesa do Consumidor e da Promotoria de Defesa do Consumidor do Distrito Federal e Territórios, para prestarem esclarecimentos sobre o impacto do Projeto de Lei nº 2.889, de 1997”.

REQUERIMENTO Nº 111/09 Do Sr. Flávio Dino – (PL nº 2336/2007) – que “requer a realização de audiência pública para debater o PL nº 2636/2007, que trata da competência penal da Justiça do Trabalho”.

B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:

URGENTE

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI Nº 4.208/01 – que “altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão, medidas cautelares e liberdade, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos seguintes dispositivos constantes: a) do art. 1º do Substitutivo do Senado Federal: §§ 2º e 7º do art. 282; dos §§ 1º e 2º do art. 283, em substituição aos §§ 1º a 3º do texto da Câmara dos Deputados; dos §§ 1º e 3º do art. 289; caput do art. 295; art. 299; parágrafo único do art. 300; caput do art. 306; incisos III e IV do art. 313; caput e os incisos I a III do art. 318; incisos I, IV, V e IX do art. 319; incisos I e II do art. 325 do Senado, em substituição aos incisos I, II e III da Câmara dos Deputados; inciso III do § 1º do art. 325; inciso V do art. 341; art. 343; caput do art. 350; art. 439, b) dos §§ 2º a 6º do art. 289-A, constante do art. 2º do Substitutivo do Senado Federal, em substituição aos §§ 2º a 4º do texto da Câmara dos Deputados e c) do art. 4º do Substitutivo do Senado Federal; pela rejeição: a) do art. 315-A, constante do art. 2º do Substitutivo do Senado Federal, e b) dos seguintes dispositivos constantes do art. 1º do Substitutivo do Senado Federal, para manutenção do respectivo dispositivo do texto da Câmara dos Deputados: §§ 4º e 6º do art. 282; incisos II e III do art. 310; art. 311; art. 321; caput do § 1º do

art. 325; e pela manutenção dos demais dispositivos do texto da Câmara dos Deputados, que não foram alterados pelo Senado Federal.

(Avulso Nº 1486)

EMENDA DO SENADO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 224/01 – que “dá nova redação ao § 1º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios”.

RELATOR: Deputado FELIPE MAIA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da Emenda do Senado.

PRIORIDADE

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 864/01 – Do Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – que “dispõe sobre a validação dos atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.079-77, de 25 de janeiro de 2001, que “Dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, e dá outras providências””.

RELATOR: Deputado MAURÍCIO RANDS.

PARECER: pela inconstitucionalidade.

Vista conjunta aos Deputados Colbert Martins e Regis de Oliveira, em 15-7-09.

O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 5-8-09.

PROJETO DE LEI Nº 1.844/99 – Do Senado Federal – Freitas Neto – (PLS nº 411/1999) – que “altera dispositivo da Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997, que regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996”. (Apensados: PL nº 190/1999 (Apensados: PL nº 1296/1999 e EMR 1/0), PL nº 2655/2000, PL nº 2680/2000, PL nº 6353/2002 e PL nº 1263/2007)

RELATOR: Deputado RICARDO TRIPOLI.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do PL nº 1296/1999 e da Emenda da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, do PL nº 190/1999, do PL nº 2655/2000, com emenda, do PL nº 2680/2000, do PL nº 6353/2002, com emenda, e do PL nº 1263/2007, com substitutivo, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 3.770/08 – Da Comissão de Legislação Participativa – (SUG 87/2007) – que “altera o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 – Código de Processo Penal”.

RELATOR: Deputado MARCELO ITAGIBA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

Vista conjunta aos Deputados João Campos, Luiz Couto e Regis de Oliveira, em 24-6-09.

O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 1-7-09.

Discutiram a matéria os Deputados Antonio Carlos Biscaia, José Eduardo Cardozo e Eliseu Padilha. Suspensa a discussão por acordo, em 26-8-09.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 246/05 – Do Sr. Celso Russomanno – que “estabelece requisitos para a concessão, por instituições públicas, de financiamento, crédito e benefícios similares”.

RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Vista ao Deputado José Genoíno, em 25-8-09.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 361/06 – Do Sr. Arnaldo Madeira – que “altera o art. 3º da Lei Complementar nº 62, de 1989”.

RELATOR: Deputado FELIPE MAIA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, e da Emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com subemenda substitutiva.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 174/09 – Da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – que “altera os arts. 66, 82 e 87 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, modificando o horário de funcionamento das sessões ordinárias do Plenário”.

RELATOR: Deputado ELISEU PADILHA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito pela aprovação.

Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Panunzio, Colbert Martins, Efraim Filho, José Eduardo Cardozo e José Genoíno, em 11-8-09.

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 191/00 – Do Sr. Alceu Collares – que “dá nova redação ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal”. (Apensados: PEC 271/2000, PEC 152/2003, PEC 268/2008 e PEC 363/2009)

RELATOR: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.
PARECER VENCEDOR: Parecer Vencedor, Dep. José Eduardo Cardozo (PT-SP), pela inadmissibilidade desta, da PEC 271/2000, da PEC 152/2003, da PEC 268/2008 e da PEC 363/2009, apensadas.

Vista ao Deputado Marcelo Itagiba, em 12-8-09.

O Deputado Marcelo Itagiba apresentou voto em separado em 19-8-09.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215/00 – Do Sr. Almir Sá – que “acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal”. (Apensados: PEC 579/2002, PEC 257/2004, PEC 275/2004, PEC 319/2004, PEC 156/2003, PEC 37/2007 e PEC 117/2007)

RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.

PARECER: pela admissibilidade desta, da PEC 579/2002, da PEC 156/2003, da PEC 257/2004, da PEC 275/2004, da PEC 319/2004, da PEC 37/2007 e da PEC 117/2007, apensadas.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 286/00 – Do Sr. Nilson Pinto – que “acrescenta alínea ao inciso XXXII do art. 5º da Constituição Federal”.

RELATOR: Deputado VICENTE ARRUDA.

PARECER: pela admissibilidade, com substitutivo redacional.

Vista conjunta aos Deputados Colbert Martins e Silvino Peccioli, em 18-3-08.

(Avulso nº 228)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 503/02 – Da Sra. Miriam Reid – que “altera o inciso II do art. 208 para assegurar a garantia do ensino médio”. (Apensado: PEC 78/2003 (Apensado: PEC 210/2003 (Apensado: PEC 232/2004)))

RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA.

PARECER: pela admissibilidade desta, da PEC 78/2003, da PEC 210/2003 e da PEC 232/2004, apensadas.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 317/04 – Do Sr. Sandro Mabel e outros – que “acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir a Carreira de Administrador Municipal”

RELATOR: Deputado LEO ALCÂNTARA.

PARECER: pela admissibilidade.

Vista ao Deputado Vicente Arruda, em 23-6-09.

Discutiram a matéria os Deputados Antonio Carlos Biscaia, Bonifácio de Andrada e Colbert Martins, em 23/06/2009.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18/07 – Do Sr. Marcelo Serafim e outros – que “altera a redação do art. 57, caput, da Constituição Federal”.

RELATOR: Deputado CIRO GOMES.

PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80/07 – Do Sr. Geraldo Pudim e outros – que “altera o art. 20 da Constituição Federal, para prever mecanismos de fiscalização dos recursos resultado da exploração de

petróleo ou gás natural, de recursos hídricos distribuídos aos Estados, Distrito Federal e Municípios”.

RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pela admissibilidade, com emenda redacional.

Vista ao Deputado Antonio Carlos Biscaia, em 7-4-09.

Concedido prazo ao relator nos termos do art. 57, inciso XI, do Regimento Interno, em 5-5-09.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 83/07 – Do Sr. José Fernando Aparecido de Oliveira e outros – que “acrescenta o § 4º ao art. 25 da Constituição Federal e o art. 182-A, instituindo o plano diretor metropolitano e sua obrigatoriedade”.

RELATOR: Deputado SARNEY FILHO.

PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122/07 – Do Sr. Alfredo Kaefer – que “dá nova redação aos arts. 21 e 177 da Constituição Federal, para excluir do monopólio da União a construção e operação de reatores nucleares para fins de geração de energia elétrica”.

RELATOR: Deputado BRUNO ARAÚJO.

PARECER: pela admissibilidade.

Vista conjunta aos Deputados Chico Lopes e Regis de Oliveira, em 28-10-08.

O Deputado Chico Lopes apresentou voto em separado em 30-10-08.

(Avulso nº 1601)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 161/07 – Do Sr. Celso Maldaner – que “altera o inciso III do art. 225 e o § 4º do art. 231 da Constituição Federal, e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”. (Apensado: PEC 291/2008)

RELATOR: Deputado MOREIRA MENDES.

PARECER: pela admissibilidade desta e da PEC 291/2008, apensada.

Vista ao Deputado Luiz Couto, em 26-5-09.

O Deputado Luiz Couto apresentou voto em separado em 3-6-09.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 197/07 – Do Sr. Zenaldo Coutinho – que “estabelece a publicação do veto como marco inicial da contagem do prazo de trinta dias a que se refere o art. 66, § 6º, da Constituição”.

RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.

PARECER: pela admissibilidade.

Vista ao Deputado Luiz Couto, em 15-7-09.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 198/07
– Do Sr. André de Paula – que “acrescenta § 2º ao art. 161 da Constituição Federal”.

RELATOR: Deputado RICARDO TRIPOLI.

PARECER: pela admissibilidade.

Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Pannunzio, Colbert Martins e Silvio Costa, em 4-8-09.

Discutiram a matéria os Deputados Antonio Carlos Pannunzio, José Genoíno e Geraldo Pudim. Asseguradas as inscrições dos Deputados Colbert Martins, Silvio Costa e João Almeida, em 4-8-09.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 201/07
– Do Sr. Valadares Filho – que “altera o art. 6º da Constituição Federal, para estabelecer o esporte no rol dos direitos sociais”.

RELATOR: Deputado CHICO LOPES.

PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 213/07
– Do Sr. Sebastião Bala Rocha – que “dispõe sobre os Servidores Públicos Federais da Administração Direta e Indireta, os Servidores Municipais e os integrantes da carreira policial militar dos ex-territórios do Amapá e Roraima”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO BRITO.

PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 250/08
– Do Sr. Pedro Chaves – que “acresce artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 261/08
– Do Sr. Rodrigo Rollemberg – que “altera o art. 14, § 3º, inciso VI, alínea “c”, seus §§ 5º e 6º e o art. 32, dando nova redação ao § 2º, acrescentando os §§ 3º, 4º e 5º, renumerando-se os demais, para dispor sobre o cargo de Administrador Regional do Distrito Federal”.

RELATOR: Deputado MÁRCIO FRANÇA.

PARECER: pela admissibilidade.

Vista ao Deputado Mendonça Prado, em 8-7-09.

O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 14-7-09.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 284/08
– Do Sr. Armando Monteiro – que “altera o § 2º do art. 62 e o inciso I do art. 150 da Constituição Federal, para dispor sobre exigência de lei complementar para majoração ou instituição de tributos”

RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.

PARECER: pela admissibilidade.

Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Biscaia, José Eduardo Cardozo e Maurício Quintella Lessa, em 5-5-09.

Encerrada a discussão, em 15-7-09.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 294/08
– Do Sr. Eduardo Valverde – que “modifica o inciso I do art. 114 da Constituição da República, para afirmar a competência material da Justiça do Trabalho nos dissídios decorrentes da contratação irregular na administração pública, em inobservância ao disposto no art. 37, incisos II, V e IX da CRFB”. (Apensado: PEC 328/2009)

RELATOR: Deputado FLÁVIO DINº

PARECER: pela admissibilidade desta e da PEC 328/2009, apensada.

Vista ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, em 4-8-09.

Assegurada a inscrição do Deputado José Genoíno para debater a matéria, em 4-8-09.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 325/09
– Do Sr. Valtênir Pereira – que “acrescenta Seção ao Capítulo IV do Título IV da Constituição Federal, dispondo sobre a perícia oficial de natureza criminal”.

RELATOR: Deputado VIEIRA DA CUNHA.

PARECER: pela admissibilidade.

Vista conjunta aos Deputados José Maia Filho e Regis de Oliveira, em 11-8-09.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 341/09
– Do Sr. Regis de Oliveira – que “modifica os dispositivos constitucionais retirando do texto matéria que não é constitucional”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO.

PARECER: pela admissibilidade, com dois substitutivos.

Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Biscaia, Colbert Martins, Gerson Peres, Jorginho Maluly, Luiz Couto, Marcelo Itagiba, Mendonça Prado e Roberto Magalhães, em 14-7-09.

O Deputado Marcelo Itagiba apresentou voto em separado em 7-8-09.

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 515/03 – Do Sr. Jair Bolsonaro – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que “regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade””.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 4-3-09.

PROJETO DE LEI Nº 1.625/03 – Do Sr. Jaime Martins – que “estabelece o direito ao mutuário do Sistema Financeiro da Habitação de ter abatido de suas prestações da casa própria o valor correspondente ao reajuste do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço relativo aos planos “Verão” e “Collor I””.

RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, e das Emendas da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Vista conjunta aos Deputados José Eduardo Cardozo e Sérgio Barradas Carneiro, em 26-8-09.

PROJETO DE LEI Nº 1.982/03 – Do Sr. Eduardo Valverde – que “regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal, a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO

PARECER: pela inconstitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste, das Emendas da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e das Subemendas da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 3.169/04 – Da Sra. Rose de Freitas – que “cria o Monumento Natural da Pedra do Penedo, no Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo”.

RELATOR: Deputado SARNEY FILHO.

PARECER: pela injuridicidade.

PROJETO DE LEI Nº 5.140/05 – Do Sr. Marcelo Barbieri – que “modifica a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a execução trabalhista e a aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica”. (Apensados: PL nº 5328/2005 e PL nº 870/2007)

RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do PL nº 5328/2005, apensado, nos termos do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL nº 870/2007, apensado.

Vista ao Deputado Efraim Filho, em 7-5-09.

O Deputado Luiz Couto apresentou voto em separado em 14-8-09.

PROJETO DE LEI Nº 6.979/06 – Do Sr. Dr. Rosinha – que “dispõe sobre a responsabilidade solidária do mandatário cujo mandato seja outorgado por empresa domiciliada em território ou país com tributação favorecida, inclui crimes como antecedentes para crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 765/2007)

RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e do PL nº 765/2007, apensado, com substitutivo.

Vista ao Deputado Mainha, em 22-4-09.

C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões:

PRIORIDADE

PROJETO DE LEI Nº 6.129/90 – Do Senado Federal – FRANCISCO ROLLEMBERG – (PLS nº 123/1989) – que “estabelece diretrizes para uma Política Nacional de Habitação Rural e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, da Emenda 2 da Comissão de Desenvolvimento Urbano e das Emendas 1 a 5 da Comissão de Finanças e Tributação, com substitutivo; e pela constitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição da Emenda 1 da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Vista ao Deputado Sérgio Barradas Carneiro, em 11-11-08.

O Deputado Sérgio Barradas Carneiro apresentou voto em separado em 7-4-09.

PROJETO DE LEI Nº 3.003/04 – Do Sr. Tadeu Filippelli – que “dispõe sobre a alteração da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Geraldo Pudim (PMDB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.

Vista conjunta aos Deputados Bonifácio de Andrada, Luiz Couto e Silvinho Peccioli, em 3-6-08.

O Deputado Luiz Couto apresentou voto em separado.

PROJETO DE LEI Nº 3.622/04 – Do Sr. Gilmar Machado – que “acrescenta § 2º ao art. 82 da Lei nº 9.424,

de 24 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. (Apensado: PL nº 5680/2005)

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, da Emenda da Comissão de Educação e Cultura e do PL nº 5680/2005, apensado, com substitutivo.

Vista ao Deputado Gerson Peres, em 11-8-09.

PROJETO DE LEI Nº 7.100/06 – Do Senado Federal-Sérgio Zambiasi – (PLS nº 341/2005) – que “altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, dentre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas, e de conceder, pelo Poder Público, incentivos especiais ao proprietário rural que substituir a cultura do tabaco por atividades alternativas”.

RELATOR: Deputado PASTOR MANOEL FERREIRA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda redacional, e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Vista conjunta aos Deputados Colbert Martins, José Maia Filho, Marcelo Ortiz e Regis de Oliveira, em 30-6-09.

PROJETO DE LEI Nº 7.337/06 – Do Senado Federal – José Jorge – (PLS nº 50/2006) – que “altera a Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, para dispor sobre a concessão de medida liminar em mandados de segurança contra atos do Supremo Tribunal Federal, do Presidente da República ou das Mesas ou Comissões do Congresso Nacional ou de suas Casas e para estabelecer o cabimento de agravo contra a decisão do relator concessiva de liminar”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

Vista ao Deputado Roberto Magalhães, em 5-5-09.

PROJETO DE LEI Nº 7.378/06 – Do Senado Federal – Paulo Paim – (PLS nº 170/2005) – que “modifica o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, concedendo adicional de periculosidade aos eletricitários”. (Apensado: PL nº 7384/2006)

RELATOR: Deputado PASTOR MANOEL FERREIRA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do PL nº 7384/2006, apensado.

Vista ao Deputado Valtenir Pereira, em 4-3-08.

O Deputado Roberto Magalhães apresentou voto em separado em 21-5-09.

PROJETO DE LEI Nº 410/07 – Do Senado Federal – Ana Júlia Carepa – (PLS nº 326/2005) – que “denomina “Aeroporto Internacional de Belém / Val-de-Cans/ Júlio Cezar Ribeiro” o aeroporto internacional de Belém (Val-de-Cans), no Estado do Pará, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO BRITO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 412/07 – Do Senado Federal – Paulo Paim – (PLS nº 286/2006) – que “institui o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças””

RELATOR: Deputado MOREIRA MENDES.

PARECER: pela inconstitucionalidade, injuridicidade e técnica legislativa.

Vista ao Deputado Luiz Couto, em 10-4-08.

O Deputado Luiz Couto apresentou voto em separado em 15-4-08.

Discutiram a matéria os Deputados Luiz Couto, Flávio Dino, Antonio Carlos Pannunzio e Magela, em 30-4-09.

PROJETO DE LEI Nº 4.385/08 – Do Poder Executivo – que “autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da Delegação Especial Palestina e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PAULO MALUF.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 2.050/96 – Do Sr. Ricardo Barros – que “altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que “dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, e dá outras providências””. (Apensados: PL nº 2184/1996 e PL nº 2185/1996)

RELATOR: Deputado CARLOS WILLIAN.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, do PL nº 2184/1996 e do PL nº 2185/1996, apensados, com emendas.

Vista conjunta aos Deputados Paes Landim e Roberto Magalhães, em 16-4-09.

PROJETO DE LEI Nº 2.808/97 – Do Sr. Jair Bolsonaro – que “altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências””. (Apensados: PL nº 1596/2003 e PL nº 6081/2005)

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda, do PL nº 1596/2003 e do PL nº 6081/2005, apensados. Vista conjunta aos Deputados Chico Lopes e Mendonça Prado, em 12-3-09.

O Deputado José Eduardo Cardozo apresentou voto em separado em 02-4-09.

PROJETO DE LEI Nº 2.442/00 – dos Srs. Gilmar Machado e Walter Pinheiro – que “altera os dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado CIRO NOGUEIRA.

PARECER: pela inconstitucionalidade deste e da Emenda da Comissão de Educação e Cultura.

PROJETO DE LEI Nº 3.478/00 – Do Sr. Paulo Paim – que “altera a redação do inciso II, do artigo 202 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996”. (Apensados: PL nº 3529/2000 e PL nº 3572/2000)

RELATOR: Deputado JOSÉ GENOÍNO

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e pela inconstitucionalidade do PL nº 3529/2000 e do PL nº 3572/2000, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 5.696/01 – Do Sr. Pedro Fernandes – que “altera o § 2º, do art. 3º, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, faculta a aplicação do rito sumaríssimo da referida Lei às causas que especifica e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 599/2003 e PL nº 1415/2003 (Apensado: PL nº 1690/2007))

RELATOR: Deputado VICENTE ARRUDA.

PARECER: pela inconstitucionalidade, injuridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste, do PL nº 599/2003, do PL nº 1415/2003 e do PL nº 1690/2007, apensados.

Vista ao Deputado Geraldo Pudim, em 28-10-08.

O Deputado Geraldo Pudim apresentou voto em separado em 11-11-08.

PROJETO DE LEI Nº 5.710/01 – Do Sr. Fernando Ferro – que “acrescenta parágrafo ao art. 543, da Consolidação da Leis do Trabalho, a fim de dispor sobre a indenização em caso de rescisão do contrato de empregado eleito para cargo de dirigente sindical ou suplente”.

RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Vista ao Deputado Gerson Peres, em 14-7-09.

PROJETO DE LEI Nº 6.963/02 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “institui diretriz sobre a obrigatoriedade de implantação de programas de racionalização do uso da água”. (Apensado: PL nº 7345/2002)

RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e do PL nº 7345/2002, apensado, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 544/03 – Do Sr. Nelson Marquezelli – que “dispõe sobre a prática da drenagem linfática manual nos hospitais públicos, contratados, conveniados e cadastrados do Sistema Único de Saúde – SUS”.

RELATOR: Deputado NELSON TRAD.

PARECER: pela inconstitucionalidade.

Vista ao Deputado Ricardo Barros, em 16-4-09.

O Deputado Ricardo Barros apresentou voto em separado em 29-4-09.

PROJETO DE LEI Nº 721/03 – Do Sr. Tadeu Filippelli – que “altera a redação do art. 16 e respectivo § 1º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989”.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação.

Vista conjunta aos Deputados Luiz Couto e Silvinho Peccioli, em 16-12-08.

PROJETO DE LEI Nº 1.408/03 – Da Sra. Lúcia Braga – que “estabelece para idosos a partir de sessenta e cinco anos vantagem na compra de passagem em transporte rodoviário intermunicipal e interestadual”. (Apensados: PL nº 1758/2003, PL nº 2722/2003, PL nº 2879/2004, PL nº 2907/2004, PL nº 3528/2004 e PL nº 5132/2005)

RELATOR: Deputado RICARDO TRIPOLI.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, do PL nº 1758/2003, do PL nº 2722/2003, do PL nº 2879/2004, do PL nº 2907/2004, do PL nº 3528/2004 e do PL nº 5132/2005, apensados.

Vista ao Deputado Luiz Couto, em 24-6-09.

PROJETO DE LEI Nº 1.767/03 – Do Sr. Neucimar Fraga – que “fixa prazo para conclusão de ação fiscalizatória do Tribunal de Contas da União realizada em obras e edificações e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PAES LANDIM.

PARECER: pela injuridicidade deste e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Vista ao Deputado Eduardo Cunha, em 28-10-08.

PROJETO DE LEI Nº 1.831/03 – Do Sr. Lobbe Neto – que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”. (Apensado: PL nº 3230/2004)

RELATOR: Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, com subemendas, e do PL nº 3230/2004, apensado, com emendas.

O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 4-3-09.

PROJETO DE LEI Nº 2.084/03 – Do Sr. Paes Landim – que “institui política para aproveitamento de jovens dispensados do serviço militar obrigatório e de treinamento em trabalho para primeiro emprego”.

RELATOR: Deputado PASTOR MANOEL FERREIRA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos das Emendas da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

PROJETO DE LEI Nº 2.192/03 – Do Sr. Carlos Sampaio – que “dispõe sobre a jornada de trabalho do Fonoaudiólogo”. (Apensado: PL nº 2.688/2003)

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda, e do PL nº 2688/2003, apensado, com substitutivo.

Vista ao Deputado Luiz Couto, em 28-10-08.

PROJETO DE LEI Nº 2.330/03 – Do Sr. Lincoln Portela – que “altera o art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estabelecer o prazo prescricional de vinte anos para ação de responsabilidade civil decorrente de moléstias profissionais contraídas por trabalhadores em decorrência de atividades insalubres, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Biscaia e Gerson Peres, em 10-3-09.

Os Deputados Gerson Peres e Hugo Leal apresentaram votos em separado.

PROJETO DE LEI Nº 2.511/03 – Do Sr. Neucimar Fraga – que “altera o inciso I do art. 23 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado CARLOS WILLIAN.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.

O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 7-7-09.

PROJETO DE LEI Nº 2.756/03 – Do Sr. Milton Monti – que “dispõe sobre a comemoração de feriado e dá outras providências”

RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 4.875/05 – Do Sr. Wladimir Costa – que “acrescenta a alínea “j”, ao art. 4º, da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade”.

RELATOR: Deputado WILSON SANTIAGO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Biscaia, João Campos, Mendonça Prado e Sérgio Barradas Carneiro, em 2-4-09.

Os Deputados Antonio Carlos Biscaia, Celso Rusomanno e Sandra Rosado apresentaram votos em separado.

PROJETO DE LEI Nº 5.062/05 – Do Sr. Wladimir Costa – que “dispõe sobre a sujeição da OAB ao controle externo”.

RELATOR: Deputado MARCELO ORTIZ.

PARECER: pela inconstitucionalidade.

PROJETO DE LEI Nº 5.276/05 – Da Sra. Vanessa Graziotin – que “dispõe sobre a intervenção cirúrgica de simpatectomia para correção da Hiper-hidrose e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 5.391/05 – Do Sr. Gilmar Machado – que “dispõe sobre as medidas a serem adotadas no traumatismo dentário ocasionado pela prática esportiva e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado LEO ALCÂNTARA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e

técnica legislativa deste, com emendas, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda, e da Emenda da Comissão de Turismo e Desporto.

Vista ao Deputado Vieira da Cunha, em 26-8-09.

PROJETO DE LEI Nº 5.605/05 – Da Sra. Gorete Pereira – que “acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a aplicação de multas trabalhistas a entidades filantrópicas que dependem da transferência de recursos públicos”.

RELATOR: Deputado ARACELY DE PAULA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Vista conjunta aos Deputados Colbert Martins e Luiz Couto, em 5-8-09.

PROJETO DE LEI Nº 6.246/05 – Da Sra. Sandra Rosado – que “proíbe a cobrança de taxas, pelas empresas privadas, para fins de preenchimento de vagas em seu quadro de pessoal”.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Vista ao Deputado Regis de Oliveira, em 18/12/2007. O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 7-2-08.

(Avulso nº 243)

PROJETO DE LEI Nº 6.303/05 – Do Sr. Celso Russomanno – que “altera a ementa do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942”.

RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

Vista ao Deputado José Eduardo Cardozo, em 11-8-09.

PROJETO DE LEI Nº 6.746/06 – Do Sr. Júlio Redeker – que “dispõe sobre os aspectos trabalhista, previdenciário e tributário das quantias espontaneamente pagas pelas empresas a seus empregados a título de prêmio por desempenho”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da Subemenda da Comissão de Finanças e Tributação.

Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Pannunzio e Emiliano José, em 25-8-09.

PROJETO DE LEI Nº 6.898/06 – Do Sr. Sandes Júnior – que “altera o art. 236 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil”.

RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Vista ao Deputado Geraldo Pudim, em 23-10-07.

PROJETO DE LEI Nº 7.233/06 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “altera o art. 69 e o item 6 do Anexo II – Sinalização, da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a travessia de pedestres em passagem sinalizada”.

RELATOR: Deputado PASTOR MANOEL FERREIRA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas.

Vista ao Deputado Luiz Couto, em 17-6-08.

PROJETO DE LEI Nº 28/07 – Do Sr. Edinho Bez – que “altera a Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, para prorrogar a vigência das sanções relativas ao descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

RELATOR: Deputado MARCELO ORTIZ.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

Vista conjunta aos Deputados José Maia Filho, Pastor Manoel Ferreira e Regis de Oliveira, em 30-6-09.

Os Deputados Regis de Oliveira e Pastor Manoel Ferreira apresentaram votos em separado.

PROJETO DE LEI Nº 48/07 – Do Sr. Neilton Mulim – que “dá nova redação ao inciso V do art. 53, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente”.

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda.

PROJETO DE LEI Nº 361/07 – Do Sr. João Campos – que “dispõe sobre suspensão de prazos processuais em caso de advogada que deu á luz”.

RELATORA: Deputada SOLANGE AMARAL.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Solange Amaral (DEM-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Vista ao Deputado Antonio Carlos Biscaia, em 26-3-08.

Os Deputados Antonio Carlos Biscaia e Regis de Oliveira apresentaram votos em separado.

PROJETO DE LEI Nº 443/07 – Da Sra. Sandra Rosado – que “cria o programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MÁRCIO FRANÇA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Vista ao Deputado Luiz Couto, em 25-8-09.

PROJETO DE LEI Nº 774/07 – Do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que “dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências””

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

Vista ao Deputado Regis de Oliveira, em 5-8-09.

O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado em 5-8-09.

PROJETO DE LEI Nº 804/07 – Do Sr. Lincoln Portela – que “altera o art. 1º da Lei nº 11.179 de 22 de setembro de 2005, que “altera os arts. 53 e 67 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.””

RELATOR: Deputado VALTENIR PEREIRA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Biscaia, Flávio Dino, Gerson Peres, Marcelo Itagiba e Vicente Arruda, em 19-8-09.

PROJETO DE LEI Nº 805/07 – Do Sr. Lincoln Portela – que “altera a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 2004, que “Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB””.

RELATOR: Deputado VALTENIR PEREIRA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas, e, no mérito, pela aprovação.

Vista conjunta aos Deputados Maurício Quintella Lessa e Sérgio Barradas Carneiro, em 5-5-09.

PROJETO DE LEI Nº 944/07 – Do Sr. Sebastião Bala Rocha – que “altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado WOLNEY QUEIROZ.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 1.208/07 – Do Sr. Celso Ruscumano – que “acrescenta parágrafo ao art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

RELATOR: Deputado HUGO LEAL.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das Emendas da Comissão de Viação e Transportes.

Vista ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 28-4-09.

Discutiu a matéria o Deputado José Genoíno, em 28-4-09.

PROJETO DE LEI Nº 1.305/07 – Do Sr. Deley – que “institui o Dia Nacional do Jogo Limpo (fair play) contra o Doping nos Esportes”.

RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Vista ao Deputado Flávio Dino, em 26-8-09.

Discutiram a matéria os Deputados Antonio Carlos Biscaia, João Almeida, Paulo Maluf, Geraldo Pudim e Marcelo Itagiba. Mantidas as inscrições dos Deputados Sandra Rosado, Major Fábio e Jorginho Maluly, em 26-8-09.

PROJETO DE LEI Nº 2.445/07 – Do Sr. Vicentinho – que “dispõe sobre a oficialização em Território Nacional do Hino à Negritude”.

RELATOR: Deputado GONZAGA PATRIOTA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, e da Emenda da Comissão de Educação e Cultura.

PROJETO DE LEI Nº 2.466/07 – Do Sr. Ilderlei Cordeiro – que “dispõe sobre o valor das multas aplicáveis a infrações ambientais em propriedades rurais”.

RELATOR: Deputado CARLOS WILLIAN.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com subemenda.

PROJETO DE LEI Nº 2.685/07 – Do Sr. Fernando Coruja – que “altera a redação do inciso II do art. 4º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 que instituiu o Código Civil”.

RELATOR: Deputado BENEDITO DE LIRA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 3.005/08 – Do Sr. Regis de Oliveira – que “dá nova redação ao art. 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, tornando obrigatória a contratação do serviço de Inspeção de Segurança Veicular mediante proces-

so de licitação pública, estabelecendo um número de instituição técnica por região, calculado com base na frota de veículo a ser inspecionada”.

RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com substitutivo.

Vista conjunta aos Deputados Efraim Filho e José Genoíno, em 2-6-09.

PROJETO DE LEI Nº 3.377/08 – Do Sr. Carlos Souza – que “acrescenta artigo à Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 – Lei da Ação Civil Pública, para estabelecer prazo prescricional”.

RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Vista ao Deputado Luiz Couto, em 7-5-09.

O Deputado Luiz Couto apresentou voto em separado em 4-6-09.

PROJETO DE LEI Nº 3.378/08 – Do Sr. Antonio Palocci – que “dispõe sobre a alteração do artigo 20 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, visando garantir a liberdade de expressão e informação”.

RELATOR: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Vista ao Deputado Regis de Oliveira, em 28-4-09.

Encerrada a discussão. Aprovado por unanimidade requerimento de adiamento da votação, por 5 sessões, apresentado pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia, em 5-5-09.

PROJETO DE LEI Nº 3.379/08 – Do Sr. Edinho Bez – que “inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica”.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Vista ao Deputado Luiz Couto, em 12-8-09.

PROJETO DE LEI Nº 3.619/08 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “modifica a redação do art. 478 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002)”.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Vista ao Deputado José Genoíno, em 15-7-09.

PROJETO DE LEI Nº 3.734/08 – Do Sr. Ribamar Alves – que “altera a lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, que altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas”.

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e pela antirregimentalidade da emenda apresentada nesta Comissão.

Vista ao Deputado José Eduardo Cardozo, em 25-8-09.

PROJETO DE LEI Nº 3.912/08 – Do Sr. Bernardo Ariston – que “acrescenta dispositivo ao artigo 312 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal”.

RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Vista conjunta aos Deputados José Genoíno e Luiz Couto, em 28-5-09.

O Deputado Antonio Carlos Biscaia apresentou voto em separado em 30-6-09.

PROJETO DE LEI Nº 4.076/08 – Do Sr. Juvenil – que “acrescenta o art. 512-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil”.

RELATOR: Deputado GERSON PERES.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Vista ao Deputado Luiz Couto, em 15-7-09.

PROJETO DE LEI Nº 4.082/08 – Do Sr. Walter Brito Neto – que “dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “Institui o Código Civil””.

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

AVISOS PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 04/09/2009)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 4.097/04 – Do Sr. Zenaldo Coutinho – que “dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos”. (Apensado: PL nº 1497/2007 (Apensado: PL nº 1505/2007))

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 5.637/09 – Do Sr. Celso Russomanno – que “altera a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal”
RELATOR: Deputado FLÁVIO DINº

PROJETO DE LEI Nº 5.748/09 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “altera o parágrafo único do art. 146 da Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil”
RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.815/09 – Do Senado Federal – (PLS nº 347/2008) – que “altera o art. 806 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para ampliar o prazo para a interposição da ação principal de competência das defensorias públicas”
RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 4.004/01 – Do Sr. Lincoln Portela – que “proíbe a divulgação prévia de informações referentes a operações policiais e dá outras providências”
RELATOR: Deputado MARCELO ITAGIBA.

PROJETO DE LEI Nº 6.756/06 – Do Sr. Vicentinho – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de parcelamento da concessão de abonos salariais, tendo em vista os limites legais de isenção da tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física”
RELATOR: Deputado JOSÉ GENOÍNº

PROJETO DE LEI Nº 3.358/08 – Do Sr. Vic Pires Franco – que “altera o art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para inserir novo parágrafo que dispõe sobre vinculação de garantia na aquisição de produto de consumo durável ou não durável mediante financiamento”
RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO.

PROJETO DE LEI Nº 3.643/08 – Do Poder Executivo – que “cria cargos de Analista, Inspetor e Agente Executivo no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários”
RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 3.910/08 – Do Senado Federal – Paulo Duque – (PLS nº 733/2007) – que “dispõe sobre a criação do “Dia Nacional do Arqueólogo””
RELATOR: Deputado GONZAGA PATRIOTA.

PROJETO DE LEI Nº 3.956/08 – Do Poder Executivo – que “dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS destinados ao Ministério da Fazenda”
RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.089/08 – Do Sr. Roberto Santiago – que “denomina Viaduto Centenário da Imigração Japonesa o viaduto localizado no km 43-44 da BR-381, Rodovia Fernão Dias, no Município de Atibaia, Estado de São Paulo”
RELATOR: Deputado PAULO MALUF.

PROJETO DE LEI Nº 4.221/08 – Do Sr. Luiz Sérgio – que “dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 8.630, de 23 de fevereiro de 1993, que “Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências”, para integrar as autoridades de inspeção do trabalho às demais autoridades em exercício no porto organizado”
RELATOR: Deputado ELISEU PADILHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.390/08 – Do Sr. Alex Canziani – que “institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade”
RELATOR: Deputado MOREIRA MENDES.

PROJETO DE LEI Nº 4.483/08 – Da Sra. Luiza Erundina – que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para prever a instituição de conselhos de escola e de conselhos de representantes dos conselhos de escola”
RELATOR: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.

PROJETO DE LEI Nº 4.866/09 – Da Sra. Rose de Freitas – que “inclui o Rio Santa Maria da Vitória na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que cria o Plano Nacional de Viação”
RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.894/09 – Do Sr. Nelson Bornier – que “torna obrigatório a disponibilização do Código de Defesa dos Direitos do Consumidor, para consulta, pelos estabelecimentos comerciais e dá outras providências”
RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 2.340/07 – Do Sr. Juvenil Alves – que “dispõe sobre a responsabilidade solidária das pessoas jurídicas exploradoras de atividade de comércio, revenda, transporte ou empacotamento de carvão vegetal e demais atividades relacionadas à circulação

de carvão vegetal no mercado nacional e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PROJETO DE LEI Nº 2.726/07 – Do Senado Federal – Sérgio Zambiasi – (PLS nº 574/2007) – que “introduz § 3º ao art. 801 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil”.

RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

PROJETO DE LEI Nº 4.731/09 – Da Sra. Luciana Costa – que “cria a “identidade odontológica””.

RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

PROJETO DE LEI Nº 5.088/09 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para instituir a imprescritibilidade da ação de nulidade de registro de marca na situação que determina”.

RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.

PROJETO DE LEI Nº 5.695/09 – Do Sr. Regis de Oliveira – que “altera o Código de Processo Civil”.

RELATOR: Deputado FLÁVIO DINº

PROJETO DE LEI Nº 5.780/09 – Do Sr. Gilmar Machado – que “dispõe sobre a informatização dos serviços notariais e de registros”.

RELATOR: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 6.243/05 – Da Sra. Sandra Rosado – que “acrescenta inciso ao art. 473 da CLT, a fim de permitir ao empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo de salário para acompanhar filho em virtude de enfermidade”.

RELATOR: Deputado CHICO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 3.947/08 – Do Poder Executivo – que “cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS destinados ao Gabinete de Segurança Institucional e ao Ministério da Justiça”.

RELATOR: Deputado JOSÉ GENOÍNº

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 3.281/08 – Do Senado Federal – Eduardo Azeredo – (PLS nº 543/2007) – que “altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazos de permanência de estrangeiros no Brasil e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PAES LANDIM.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REUNIÃO ORDINÁRIA AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 08

HORÁRIO: 10h

A – Audiência Pública:

“DEBATER O PL nº 757/2003 QUE PROÍBE AS PRESTADORAS DOS SERVIÇOS MÓVEL CELULAR E MÓVEL PESSOAL DE UTILIZAREM O SERVIÇO DE MENSAGEM PARA A VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA COMERCIAL”.

Requerimento n. 164/2009 – Deputado Vinícius Carvalho

Convidados:

GUILHERME FERNANDES NETO (CONFIRMADO)
Promotor de Justiça de defesa do Consumidor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – PRO-DECON/MPFDFT

LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES (CONFIRMADA)

Coordenadora Geral do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC/MJ

OMARSON COSTA (CONFIRMADO)

Presidente da Mobile Marketing Association – MMA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 04-09-09)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.508/07 – Do Sr. Felipe Bornier – que “obriga a criação de unidade do Procon nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JÚLIO DELGADO.

PROJETO DE LEI Nº 5.756/09 – Do Sr. Jefferson Campos – que “dispõe sobre a disposição da inscrição do prazo de validade nas embalagens de produtos alimentícios”.

RELATOR: Deputado WALTER IHOSHI.

PROJETO DE LEI Nº 5.805/09 – Do Sr. Bispo Gênata – que “acrescenta parágrafo ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990”.

RELATOR: Deputado FILIPE PEREIRA.

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (5 SESSÕES)****DECURSO:** 1ª SESSÃO**ÚLTIMA SESSÃO:** 10-9-09**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.014/03 – Do Sr. Ricardo Izar – que “dispõe sobre a identificação e os padrões de qualidade da água adicionada de sais e envasamento para comercialização”.

RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO.

PROJETO DE LEI Nº 3.019/08 – Do Sr. Antonio Bulhões – que “acrescenta parágrafo ao art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que “Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias””.

RELATOR: Deputado VITAL DO RÊGO FILHO.

DECURSO: 3ª SESSÃO**ÚLTIMA SESSÃO:** 8-9-09**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 2.807/08 – Do Sr. Silas Câmara – que “acrescenta o inciso XIII ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997”.

RELATOR: Deputado ELISMAR PRADO.

PROJETO DE LEI Nº 5.713/09 – Do Sr. Celso Russo-manno – que “acrescenta o art. 2ºA à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001”.

RELATOR: Deputado JÚLIO DELGADO.

PROJETO DE LEI Nº 5.783/09 – Do Sr. José Paulo Tóffano – que “obriga a manutenção dos calibradores de pressão de pneumáticos e a sua aferição periódica por órgão federal competente”.

RELATOR: Deputado LEANDRO VILELA.

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE
EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 4-9-09)****Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 4.960/09 – Do Sr. Waldemir Moka – que “altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária,

assegurando prioridade ao produtor rural titular de créditos, nas condições que especifica”.

PROJETO DE LEI Nº 5.429/09 – Do Sr. Ribamar Alves – que “obriga os supermercados, hipermercados e similares a oferecerem em local específico, os produtos alimentícios que comercializam, destinados e/ou indicados para diabéticos e hipertensos, e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 5.510/09 – Da Sra. Solange Almeida – que “dispõe sobre a obrigação de restaurantes, lanchonetes, bares e similares instalarem lavatórios nas suas dependências”.

PROJETO DE LEI Nº 5.527/09 – Do Sr. Geraldo Resende – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul”.

PROJETO DE LEI Nº 5.563/09 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de prova de regularidade fiscal às empresas que pretenderem incluir o nome de consumidor inadimplente em bancos de dados de proteção ao crédito ou entidades afins”.

PROJETO DE LEI Nº 5.571/09 – Do Sr. Ricardo Quirino – que “acrescenta e altera parágrafos ao artigo 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor”.

PROJETO DE LEI Nº 5.579/09 – Do Sr. Fernando Chiarelli – que “dispõe sobre a incidência de Imposto de Exportação sobre petróleo bruto”.

PROJETO DE LEI Nº 5.599/09 – Do Sr. Roberto Alves – que “torna obrigatória a contratação de nutricionistas para supermercados e varejo de alimentos em todo o território brasileiro”.

PROJETO DE LEI Nº 5.620/09 – Do Sr. Paes Landim – que “extingue a cobrança de encargo financeiro relativo ao cancelamento ou baixa de contratos de câmbio de exportação de mercadorias e serviços e de transferência financeira do exterior”.

PROJETO DE LEI Nº 5.623/09 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “altera o § 1º do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, introduzido pela Lei nº 10.303, 31 de outubro de 2001, que “Dispõe sobre as Sociedades por Ações””.

PROJETO DE LEI Nº 5.687/09 – Do Sr. João Dado – que “altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), prevenindo o prévio licenciamento ambiental da importação de substâncias e produtos químicos, e outras substâncias e produtos que comportem risco para a vida,

a qualidade de vida ou o meio ambiente, e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 5825/2009)

PROJETO DE LEI Nº 5.696/09 – Do Sr. Paulo Rubem Santiago – que “torna obrigatória apresentação do Quadro de Sócios e Administradores para inscrição, suspensão ou baixa da pessoa jurídica domiciliada no exterior no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ”.

PROJETO DE LEI Nº 5.712/09 – Da Sra. Vanessa Grazziotin – que “altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo de Desenvolvimento Econômico Incentivado”.

PROJETO DE LEI Nº 5.731/09 – Do Senado Federal – Paulo Otávio – (PLS nº 136/2003) – que “altera as Leis nºs 8.218, de 29 de agosto de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para permitir a produção e a guarda da escrituração em meio eletrônico”.

PROJETO DE LEI Nº 5.751/09 – Do Sr. Beto Faro – que “altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 e dá outras providências”

PROJETO DE LEI Nº 5.792/09 – Do Sr. Vital do Rêgo Filho – que “altera os §§ 1º e 2º do art. 616 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a prestação de informações na negociação coletiva”.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.074/07 – Do Sr. William Woo – que “dispõe sobre a obrigação dos postos de gasolina, hipermercados, empresas vendedoras ou distribuidoras de óleo de cozinha e estabelecimentos similares de manter estruturas destinadas à coleta de óleo de cozinha usado e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 2075/2007 (Apensado: PL nº 2116/2007), PL nº 2076/2007 (Apensado: PL nº 2115/2007) e PL nº 4015/2008)

RELATOR: Deputado ANTÔNIO ANDRADE.

PROJETO DE LEI Nº 4.251/08 – Do Senado Federal- Gerson Camata – (PLS nº 35/2004) – que “altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir novas hipóteses de aplicação de sanções aos infratores que exercem atividades relativas à

indústria de petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis”. (Apensados: PL nº 1509/2007 e PL nº 5158/2009)

RELATOR: Deputado JOSÉ GUIMARÃES.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 04-09-09)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.611/09 – Do Sr. Waldir Neves – que “altera o inciso I do art. 9º da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973”.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 04-09-09)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.835/06 – Do Sr. Gilmar Machado – que “aprova o Plano Nacional de Cultura”.

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.054/09 – Do Sr. Bispo Gênata – que “inclui na grade complementar dos ensinos fundamental e médio das escolas públicas e particulares disciplina relativa a “Doação de Órgãos e Tecidos” “.

RELATORA: Deputada NILMAR RUIZ.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 9-9-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.935/08 – Da Sra. Alice Portugal – que “dispõe sobre a destinação dos bens de valor artístico, histórico e/ou cultural apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados por ór-

gãos e entidades da administração pública federal e da justiça federal”.

RELATOR: Deputado PEDRO WILSON.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.703/06 – Do Senado Federal – Benício Sampaio – (PLS nº 268/2002) – que “dispõe sobre o exercício da medicina”.

RELATOR: Deputado LOBBE NETO.

PROJETO DE LEI Nº 5.701/09 – Do Sr. Marcos Antonio – que “institui o dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, feriado nacional”.

RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL.

PROJETO DE LEI Nº 5.746/09 – Do Senado Federal – Serys Silhessarenko – (PLS nº 23/2009) – que “dispõe sobre a criação do “Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra””. (Apensado: PL nº 5371/2009)

RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.764/08 – Do Sr. Angelo Vanhoni – que “altera as Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para incluir as doações de obras de arte e bens de valor histórico e cultural feitas pelo contribuinte a museus públicos federais, até a data limite de entrega da declaração de ajuste, entre as hipóteses de dedução do valor do Imposto de Renda devido”. (Apensado: PL nº 3552/2008)

RELATOR: Deputado MARCELO ALMEIDA.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-9-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.434/05 – Do Sr. Eduardo Gomes – que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte”.

RELATOR: Deputado ELISMAR PRADO.

PROJETO DE LEI Nº 7.475/06 – Do Sr. Arlindo Chinaglia – que “institui o Dia Nacional da Vigilância Sanitária”.

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PROJETO DE LEI Nº 3.725/08 – Do Sr. Valdir Colatto – que “institui bolsa de estudo para estudantes de

educação superior de cursos que integram os campos agropecuário, florestal e médico veterinário”.

RELATOR: Deputado JOÃO MATOS.

PROJETO DE LEI Nº 4.880/09 – Do Sr. Wellington Fagundes – que “denomina Jamil Boutros Nadaf, o contorno Norte, trecho de 39,71 km que atravessa a área periurbana de Cuiaba e Várzea no estado de Mato Grosso, com início na BR-070/163/364 em Cuiabá/MT até interceptar com a rodovia BR-163/364 em Várzea Grande/MT”.

RELATOR: Deputado CARLOS ABICALIL.

PROJETO DE LEI Nº 4.984/09 – Da Sra. Maria do Rosário – que “acrescenta inciso ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dispondo sobre dispensa de licitação para compra de produtos destinados à alimentação escolar, quando provenientes da agricultura familiar”.

RELATOR: Deputado IRAN BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 5.048/09 – Do Sr. Inocêncio Oliveira – que “denomina “Viaduto Inspetor Vitorino” o viaduto construído no km 637 da BR-104, no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco”

RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

PROJETO DE LEI Nº 5.144/09 – Do Senado Federal – Magno Malta – (PLS nº 192/2008) – que “denomina “Rodovia Ignez Cola” o trecho da rodovia BR-93 compreendido entre a cidade de Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, e o contorno da cidade de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro”.

RELATOR: Deputado NEILTON MULIM.

PROJETO DE LEI Nº 5.164/09 – Do Sr. Edinho Bez – que “denomina “Rodovia Abel Dal Pont” o trecho rodoviário da BR-285, entre as cidades de Timbé do Sul, no Estado de Santa Catarina, e São José dos Ausentes, no Estado do Rio Grande do Sul”.

RELATOR: Deputado OSVALDO BIOLCHI.

PROJETO DE LEI Nº 5.600/09 – Do Sr. Roberto Alves – que “proíbe a recusa da expedição do diploma, suspensão de provas e exames finais, retenção de documentos escolares e quaisquer outras penalidades pedagógicas aos alunos inadimplentes do ensino fundamental, médio e superior, pelas instituições privadas de ensino no Brasil”.

RELATOR: Deputado IRAN BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 5.660/09 – Do Senado Federal Roberto Saturnino – (PLS nº 332/2006) – que “altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir os projetos de atualização e aprimoramento profissional para áreas técnicas do audiovisual entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)”.

RELATOR: Deputado ANGELO VANHONI.

PROJETO DE LEI Nº 5.690/09 – Do Sr. Manoel Junior – que “acrescenta § 2º ao art. 6º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, dispondo sobre a correção anual dos valores per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar”.

RELATOR: Deputado JOAQUIM BELTRÃO.

PROJETO DE LEI Nº 5.710/09 – Do Sr. Átila Lira – que “dispõe sobre a denominação da Barragem de Piaus, no rio Marçal, entre os Municípios de Pio IX e São Julião, no Estado do Piauí”.

RELATOR: Deputado PROFESSOR SETIMO.

PROJETO DE LEI Nº 5.718/09 – Da Sra. Lídice da Mata – que “inscreve o nome de Sórora Joana Angélica, no Livro dos “Heróis da Pátria””.

RELATOR: Deputado JOSEPH BANDEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.736/09 – Do Senado Federal – Cristovam Buarque – (PLS nº 332/2008) – que “institui o “Dia Nacional do Piso Salarial dos Professores””.

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.740/09 – Do Senado Federal – Valter Pereira – (PLS nº 445/2008) – que “institui o dia 22 de novembro como “Dia da Comunidade Libanesa no Brasil””.

RELATOR: Deputado JORGINHO MALULY.

PROJETO DE LEI Nº 5.743/09 – Do Senado Federal – Gilberto Goellner – (PLS nº 491/2008) – que “institui o “Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário””.

RELATOR: Deputado MARCOS ANTONIO.

PROJETO DE LEI Nº 5.759/09 – Da Sra. Gorete Pereira – que “denomina Açude Deputado Francisco Diógenes Nogueira, o Açude Figueiredo, localizado no município de Alto Santo, no Ceará”.

RELATOR: Deputado EUDES XAVIER.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.762/09 – Da Sra. Luciana Costa – que “altera dispositivos da Lei nº 9.433, de 8

de janeiro de 1997, que dispõe sobre a utilização de recursos hídricos, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado BRIZOLA NETO.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-9-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.986/08 – Do Senado Federal – Renato Casagrande – (PLS nº 204/2008) – que “altera dispositivos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para promover a geração e o consumo de energia de fontes renováveis”.

RELATOR: Deputado MARCIO JUNQUEIRA.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 09

HORÁRIO: 10h

Tema:

Discutir sobre o incidente radioativo do dia 15 de maio de 2009, na Usina Nuclear Angra 2.

Convidados:

JOÃO CARLOS DA CUNHA BASTOS, Superintendente de Coordenação da Operação da Eletrobrás Termonuclear S/A (ELETRONUCLEAR).

LAERCIO ANTONIO VINHAS, Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Autor do Requerimento nº 278/09: Deputado **ANTONIO CARLOS MENDES THAME**.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 04/09/2009)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 178/07 – Do Sr. Otavio Leite – que “acrescenta Parágrafo Único ao art. 9º da Lei nº 6.815, de 1980, que “Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração””. (Apensados: PL nº 3059/2008 e PL nº 4010/2008 (Apensado: PL nº 4652/2009))

RELATOR: Deputado ARNON BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.127/08 – Do Sr. Marcelo Ortiz – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de levantamento prévio geológico para o gravame ou utilização de áreas de que trata o inciso III do § 1º do art. 91, inciso III do § 1º do art. 225 e o art. 231, da Constituição Federal, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado FERNANDO GABEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.785/09 – Do Poder Executivo – que “dispõe sobre o ensino na Aeronáutica e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado LELO COIMBRA.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.433/09 – Do Sr. Paes de Lira – que “altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado CAPITÃO ASSUMÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 5.605/09 – Do Sr. Paes de Lira – que “revoga dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas-Sinarm, define crimes e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA.

PROJETO DE LEI Nº 5.708/09 – Do Sr. Nelson Goetten – que “altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal”.

RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REUNIÃO ORDINÁRIA AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 11

HORÁRIO: 09h30min

A – Audiência Pública:

(Requerimento nº 303/09 do Deputado Eleuses Paiva)

Tema:

“Discutir a dispensação do medicamento Tamiflu.”

Convidados:

EDUARDO HAGE – Diretor de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde

JUVÊNCIO FURTADO – Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia

ALBERI GRANDO – Secretário Municipal de Saúde de Passo Fundo – RS

CELSO RAMOS – Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro

JOSÉ LÚCIO DOS SANTOS – Superintendente de Vigilância em Saúde do Governo do Estado do Paraná

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.763/08 – Do Sr. Vital do Rêgo Filho – que “dispõe sobre a comercialização de óculos e lentes de contato”.

RELATOR: Deputado GERALDO RESENDE.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 9-9-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.338/09 – Do Senado Federal – Efraim Morais – (PLS nº 421/2007) – que “altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção progressiva do imposto de renda da pessoa física incidente sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de 66 (sessenta e seis) anos”. (Apensados: PL nº 2890/2008 (Apensados: PL nº 3382/2008 e PL nº 5018/2009), PL nº 5373/2009 e PL nº 5761/2009)

RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 4-9-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 422/07 – Do Sr. Flaviano Melo – que “Altera o art. 162, Seção III, e o art. 168, Seção V, do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.” (Apensado: PL nº 3707/2008)

RELATOR: Deputado GERALDO RESENDE.

**COMISSÃO DE TRABALHO,
DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.097/08 – Do Sr. Arnon Bezerra – que “obriga os Conselhos Profissionais a disponibilizar lista de membros sob os quais pesam sindicância, inquérito ou processos na Justiça em decorrência de suas atividades profissionais”.

RELATOR: Deputado GLADSON CAMELI.

PROJETO DE LEI Nº 2.519/07 – Do Senado Federal – Rosalba Ciarlini – (PLS nº 412/2007) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Seridó Potiguar, por desmembramento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte”.

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PROJETO DE LEI Nº 4.452/08 – Do Sr. Humberto Souto – que “altera o art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, obrigando os prestadores de serviços de concessões e permissões públicas a participarem de cursos e normas de atendimento ao consumidor”.

RELATOR: Deputado DANIEL ALMEIDA.

PROJETO DE LEI Nº 4.541/08 – Do Sr. Vitor Penido – que “autoriza a criação de Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, no município de Nova Lima, no Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 4.543/08 – Do Sr. Vitor Penido – que “autoriza a criação de Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, no município de Itapeçerica, no Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado DANIEL ALMEIDA.

PROJETO DE LEI Nº 4.545/08 – Do Sr. Vitor Penido – que “autoriza a criação de Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, no município de Ponte Nova, no Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 4.552/08 – Da Sra. Gorete Pereira – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus avançado da Universidade Federal do Ceará (UFC) no município de Beberibe-CE”.

RELATOR: Deputado LUCIANO CASTRO.

PROJETO DE LEI Nº 4.783/09 – Da Sra. Gorete Pereira – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus avançado da Universidade Federal do Ceará (UFC) no município de Canindé – CE”.

RELATOR: Deputado LUCIANO CASTRO.

PROJETO DE LEI Nº 4.796/09 – Do Sr. Carlos Zarattini – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Região Sul da Grande São Paulo, no Estado de São Paulo, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado VICENTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 5.075/09 – Do Sr. Geraldo Resende e outros – que “autoriza o Poder Executivo a instituir a Escola Técnica de Dourados, vinculada à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)”.

RELATORA: Deputada THELMA DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.178/09 – Da Sra. Gorete Pereira – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus avançado da Universidade Federal do Ceará (UFC) no município de Brejo Santo – CE”.

RELATOR: Deputado EUDES XAVIER.

PROJETO DE LEI Nº 5.316/09 – Do Senado Federal- Marconi Perillo – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Itumbiara, no Estado de Goiás”.

RELATOR: Deputado JOVAIR ARANTES.

PROJETO DE LEI Nº 5.342/09 – Do Senado Federal – Adelmir Santana – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no Distrito Federal”.

RELATOR: Deputado LAERTE BESSA.

PROJETO DE LEI Nº 5.531/09 – Do Sr. Geraldo Resende – que “autoriza o Poder Executivo a instituir Campus em Naviraí, do Instituto Federal de Mato Grosso

do Sul, criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008”.

RELATORA: Deputada THELMA DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.540/09 – Do Sr. Marcos Antonio – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de São Lourenço da Mata, com sede no Município de São Lourenço da Mata – PE”.

RELATOR: Deputado FERNANDO NASCIMENTO.

PROJETO DE LEI Nº 5.583/09 – Do Sr. Marcos Antonio – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Jaboatão dos Guararapes, com sede no Município de Jaboatão dos Guararapes – PE.”

RELATOR: Deputado FERNANDO NASCIMENTO.

PROJETO DE LEI Nº 5.644/09 – Do Senado Federal – Serys Shhessarenko – (PLS nº 26/2009) – que “autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Sinop, no Estado de Mato Grosso, campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) de Mato Grosso”.

RELATOR: Deputado PEDRO HENRY.

PROJETO DE LEI Nº 5.645/09 – Do Senado Federal – Cícero Lucena – (PLS nº 101/2009) – que “autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Catolé do Rocha, no Estado da Paraíba, campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) da Paraíba”.

RELATOR: Deputado ARMANDO ABÍLIO.

PROJETO DE LEI Nº 5.646/09 – Do Senado Federal – Kátia Abreu – (PLS nº 123/2008) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Transporte Hidroviário, com sede no Município de Xambioá, no Estado do Tocantins”.

RELATOR: Deputado JOVAIR ARANTES.

PROJETO DE LEI Nº 5.653/09 – Do Senado Federal – Flávio Arns – (PLS nº 415/2008) – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus, no Município de Ibaiti, no Estado do Paraná, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) do Paraná”.

RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS BUSATO.

PROJETO DE LEI Nº 5.734/09 – Do Senado Federal – Maria do Carmo Alves – (PLS nº 257/2006) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Fran-

cisco, com sede na cidade de Propriá, no Estado de Sergipe”.

RELATORA: Deputada GORETE PEREIRA.

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 04-09-09)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.078/08 – Do Sr. Vital do Rêgo Filho – que “dispõe sobre o exercício da Profissão de Agente de Turismo”.

RELATORA: Deputada LÍDICE DA MATA.

PROJETO DE LEI Nº 5.077/09 – Do Sr. Silvio Torres – que “dispõe sobre o empregador rural e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado AFONSO HAMM.

PROJETO DE LEI Nº 5.754/09 – Da Sra. Gorete Pereira – que “acrescenta artigo à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, dispondo sobre a paralisação de competições para correção de erros de arbitragem”.

RELATOR: Deputado EDINHO BEZ.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 3-9-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.030/08 – Do Sr. Otavio Leite – que “acrescenta os incisos VII, VIII e IX ao art. 21 e os arts. 32-A, 32-B e 32-C, à Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 4031/2008, PL nº 4033/2008, PL nº 4032/2008 e PL nº 4034/2008)

RELATOR: Deputado MARCELO TEIXEIRA.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 561/07 – Do Sr. Otavio Leite – que “altera inciso I e exclui parágrafo único do art. 40, e acrescenta inciso no art. 105 da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”. (Apensados: PL nº 4496/2008 e PL nº 4631/2009)

RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES.

PROJETO DE LEI Nº 1.985/07 – Do Sr. Wellington Fagundes – que “altera o anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, adicionando ao traçado da BR-080 o trecho, desde Entroncamento BR-158 (Vila Ribeirão Bonito) – Ribeirão Cascalheira, passando por Alô Brasil, Canabrava do Norte, São José do Xingu, até a cidade de Matupá”.

RELATOR: Deputado LEONARDO QUINTÃO.

II – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47, DE 2003, DO SENADO FEDERAL, QUE “ALTERA O ART. 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA INTRODUIR A ALIMENTAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL”.

AVISO

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 6ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-9-09

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47/03 – Do Senado Federal – Antonio Carlos Valadares – que “altera

o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social”. (Apensado: PEC 64/2007)

RELATOR: Deputado LELO COIMBRA.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30-A, DE 2007, DA SRA. ANGELA PORTELA, QUE “DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO XVIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AMPLIANDO PARA 180 (CENTO E OITENTA) DIAS A LICENÇA À GESTANTE”

AVISO

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 8ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30/07 – Da Sra. Angela Portela e outros – que “dá nova redação ao inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, ampliando para 180 (cento e oitenta) dias a licença à gestante”.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 300-A, DE 2008, DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, QUE “ALTERA A REDAÇÃO DO § 9º, DO ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL”. ESTABELECE QUE A REMUNERAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DOS ESTADOS NÃO PODERÁ SER INFERIOR À DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, APLICANDO-SE TAMBÉM AOS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E AOS INATIVOS.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 17-9-09

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 300/08 – Do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “altera a redação do § 9º do art. 144 da Constituição Federal”.

RELATOR: Deputado MAJOR FÁBIO.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488-A, DE 2005, DA SRA. MARIA HELENA, QUE “DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 31 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998”. (INCLUI OS EMPREGADOS DO EXTINTO BANCO DE RORAIMA, CUJO VÍNCULO FUNCIONAL TENHA SIDO RECONHECIDO, NO QUADRO EM EXTINÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL. ALTERA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

AVISO

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 8ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-9-09

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488/05 – Da Sra. Maria Helena e outros – que “dá nova redação ao art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998”.
RELATOR: Deputado LUCIANO CASTRO.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR A VIOLÊNCIA URBANA

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 03

HORÁRIO: 9h30min

A – Audiência Pública:

Tema: “Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública”.

Expositor:

SENHOR RENATO SÉRGIO DE LIMA – SECRETÁRIO GERAL DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

III – Comissões Mistas

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 DIAS ÚTEIS)

DECURSO: 5º dia

ÚLTIMO DIA: 2-9-09

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO referente ao Aviso nº 20/2009-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1073/2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentaram, atinentes ao Levantamento de Auditoria realizada no Governo do Estado de Roraima – TC 006.251/2009-1”.

RELATOR: Senador JOÃO RIBEIRO

IV – Coordenação De Comissões Permanentes

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES EM 2-9-09:

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.798/2009
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.799/2009
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.800/2009
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.801/2009
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 397/2009

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 398/2009

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional:

MENSAGEM Nº 667/2009

MENSAGEM Nº 671/2009

Comissão de Seguridade Social e Família:

PROJETO DE LEI Nº 5.677/2009

PROJETO DE LEI Nº 5.820/2009

PROJETO DE LEI Nº 5.826/2009

Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 300-A, de 2008, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que “altera a redação do § 9º, do artigo 144 da Constituição Federal”. Estabelece que a remuneração dos Policiais Militares dos estados não poderá ser inferior à da Polícia Militar do Distrito Federal, aplicando-se também aos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar e aos inativos.:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 300/2008

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 219, de 2003, do Sr. Reginaldo Lopes, que “regulamenta o inciso XXXIII do art. 5º, da Constituição Federal, dispondo sobre prestação de informações detidas pelos órgãos da Administração Pública” (fixa o prazo máximo de 15 ‘quinze’ dias úteis para prestação de informações):

PROJETO DE LEI Nº 219/2003

(Encerra-se a sessão às 20 horas e 57 minutos.)

ATO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência da Câmara dos Deputados **RETIFICA** o Ato que criou a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao **Projeto de Lei nº 5938, de 2009**, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências", para que a mesma seja destinada a proferir parecer ao **Projeto de Lei nº 2502, de 2007**, do Sr. Eduardo Valverde, que "altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo", tendo em vista que o primeiro foi apensado ao segundo.

Publique-se.

Brasília, 02 de setembro de 2009.



MICHEL TEMER
Presidente

ATO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência da Câmara dos Deputados **RETIFICA** o Ato que criou a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao **Projeto de Lei nº 5940, de 2009**, do Poder Executivo, que "cria o Fundo Social - FS, e dá outras providências", para que a mesma seja destinada a proferir parecer ao **Projeto de Lei nº 5417, de 2009**, do Sr. Pedro Eugênio, que "cria o Fundo Soberano Social do Brasil - FSSB e dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e dá outras providências", tendo em vista que o primeiro foi apensado ao segundo.

Publique-se.

Brasília, 02 de setembro de 2009.



MICHEL TEMER
Presidente

PARECERES**PROJETO DE LEI Nº 3.531-B, DE 2000**

(Do Senado Federal)

PLS Nº 164/2000**OFÍCIO (SF) Nº 1278/2000**

Denomina Sebastião Diniz a ponte sobre o rio Uraricoera, na rodovia BR-174, no Estado de Roraima; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. PEDRO FERNANDES); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. GONZAGA PATRIOTA).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; e Constituição e Justiça e de Cidadania (ART. 54).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusivo pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**I – Relatório**

O Projeto de Lei em epígrafe, oriundo do Senado Federal, tem como único escopo denominar de Ponte Sebastião Diniz a ponte localizada sobre o rio Uraricoera na rodovia BR-174 no Estado de Roraima.

Em sua justificação, o Senador Mozarildo Cavalcanti tece considerações sobre a história da rodovia e explica que a homenagem é justa, na medida em que Sebastião Diniz foi pioneiro responsável pela abertura da picada entre as cidades de Manaus e Boa Vista, que deu origem, anos depois, à BR-174.

A proposição chega a esta Casa para revisão, conforme determinação constitucional (art. 65, CF). Tramita em regime de prioridade (art. 151, II, a, RICD) e é de competência conclusiva das comissões (art. 24, II, RICD). Foi distribuída, para exame de mérito, à Comissão de Viação e Transportes, que a aprovou unanimemente e sem emendas.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a c/c art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.531, de 2000.

Trata-se de matéria relativa a transporte. É competência privativa da União sobre ela legislar (art. 22, XI, CF). Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, disciplinar as matérias de competência da União (art. 48, CF). A iniciativa legislativa do parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada a outro Poder (art. 61, CF).

De outra parte, obedecidos os requisitos constitucionais formais, observa-se que a proposição não afronta qualquer outro dispositivo constitucional material. É jurídica, pois foi elaborada em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, especialmente com o disposto no art. 2º da Lei nº 6.682, de 1979, que assevera:

“Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à Humanidade.” (grifamos)

No tocante à técnica legislativa empregada, nenhum reparo há a ser feito, uma vez que a proposição foi redigida em acordo com a orientação da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.531, de 2000.

Sala da Comissão, 15 de setembro de 2008. – Deputado **Gonzaga Patriota**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.531/2000, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Gonzaga Patriota.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Panunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho,

Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.004-A, DE 2001

(Do Sr. Lincoln Portela)

Proíbe a divulgação prévia de informações referentes a operações policiais e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação (relator: DEP. PAES DE LIRA).

Despacho: Às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e Constituição e Justiça e de Cidadania (ART. 54).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – ART. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado Parecer Vencedor

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 4.004, de 2001, de autoria do Ilustre Deputado Lincoln Portela visa tornar sigilosos os documentos públicos que envolvam planejamento e execução de operações policiais, atribuindo a esses o grau de sigilo “reservado”, bem como a desclassificação desses documentos no prazo de setenta e duas horas após a conclusão das operações, disponibilizando-os à imprensa e ao público em geral.

O Autor justifica o Projeto argumentando que o vazamento de informações no curso da operação prejudica o combate à criminalidade, alertando os criminosos sobre a operação, reduzindo sua eficácia. Sustenta que o rigor no controle da divulgação das informações relativas a operações policiais é uma alternativa constitucional para a preservação do sigilo e garantia de maiores chances de êxito dessas operações, as quais tem custo elevado e envolvem os policiais por longos períodos.

Não foi apresentada emenda alguma no prazo regimental nessa Comissão.

O Projeto foi despachado para a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, e para a de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nesta Comissão o relator Deputado Neilton Mulim, que apresentou o seu Parecer pela aprovação, na forma de Substitutivo, teve o seu parecer rejeitado.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Trata-se de uma discussão cada vez mais atual e intensamente vivenciada pela sociedade. Efetivamente, em muitas oportunidades as informações acerca das operações policiais são divulgadas muito antes do seu término, prejudicando o resultado de um trabalho que envolve meses ou até anos de preparação e empenho por parte dos Policiais e a aplicação de recursos significativos por parte da Administração Pública.

É evidente que o vazamento de informações sobre operações policiais, em todos os níveis de governo, acarreta em prejuízo as investigações em curso, alertando os criminosos e diminuindo a possibilidade de colheita de provas aptas a embasar um futuro processo criminal e uma condenação.

Em última análise, esse vazamento contribui diretamente para impunidade, pois chega aos infratores da lei por meio de informantes ou pela divulgação prematura e ilegal nos meios de comunicação tornando a operação ineficaz.

Em casos mais agudos, o vazamento provoca risco à vida dos policiais empenhados na operação.

Deve-se ressaltar o Relatório do Deputado Neilton Mulim, que pretendeu ampliar os casos de sigilo, regulamentando a matéria de maneira mais ampla para todo o País, porém já existe proposição nesse sentido tramitando na Casa.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.004, de 2001, na forma como apresentado pelo autor Deputado Lincoln Portela.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2009. – **Paes De Lira**, Deputado Federal, PTC-SP.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 4.004/01, nos termos do Parecer Vencedor do Relator, Deputado Paes de Lira. O Parecer do Deputado Neilton Mulim passou a constituir voto em separado.

Estiveram presentes os Deputados: Alexandre Silveira – Presidente, Laerte Bessa – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Arnaldo Faria de Sá, Bispo Gê Tenuta, Capitão Assunção, Domingos Dutra, Enio Bacchi, Francisco Tenorio, João Campos, Marina Maggessi, Neilton Mulim e Perpétua Almeida – Titulares; Carlos Sampaio, Guilherme Campos, Iriny Lopes e Paes de Lira – Suplentes.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009. – Deputado **Alexandre Silveira**, Presidente.

VOTO EM SEPARADO

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 4.004, de 2001, de autoria do Nobre Deputado Lincoln Portela tem por objetivo tornar sigilosos todos os documentos públicos que

envolvam planejamento e execução de operações policiais, atribuindo a estes o grau de sigilo “reservado”. Prevê, ainda, a desclassificação desses documentos no prazo de setenta e duas horas após a conclusão das operações, tornando-se ostensivos e disponíveis para o livre acesso pelo público.

Caso seja necessário um prazo mais extenso para a manutenção do sigilo, existe dispositivo que possibilita, em razão do interesse da sociedade e do Estado, prorrogar o prazo de desclassificação dos documentos para cinco anos. Ademais, a proposição em análise tipifica como crime de violação de sigilo funcional a divulgação de documentos ou informações relativos a operações policiais em andamento.

Em sua justificativa, o Autor argumenta que os vazamentos de informação prejudicam o combate à criminalidade, alertando os criminosos sobre as operações a serem realizadas, o que reduz a sua eficácia. Em sua conclusão, afirma que o rigoroso controle da divulgação de informações e documentos relativos a operações policiais é uma alternativa constitucional e democrática para a preservação do sigilo das operações policiais.

Por despacho da Mesa, datado de 25 de junho de 2002, o Projeto de Lei nº 4.004/01 foi distribuído à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, nos termos em que dispõem os arts. 24, inciso II e 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão Permanente.

É o relatório.

II – Voto

O Projeto de Lei nº 4.004/01 foi distribuído a esta Comissão por referir-se a tema previsto na alínea “d”, inciso XVI, do art. 32, do RICD.

Cumprimentamos o nobre Autor pela sua preocupação em analisar e propor a discussão da necessidade de atribuição de grau de sigilo às informações atinentes às operações conduzidas por órgãos de segurança pública. Entendo que a matéria foi amplamente discutida na Comissão de Relações Exteriores, bem como nesta Comissão, com manifestações de doutas na área, como a Deputado Moroni Torga, com quem concordo, pois entendemos que a discussão é absolutamente válida e necessária, mormente nos dias atuais quando inúmeras operações policiais são divulgadas pela imprensa sem nenhuma restrição ou responsabilização dos autores dessa publicidade proibida.

Um dos aspectos mais importantes para o bom funcionamento de um órgão de segurança pública é a adesão dos seus integrantes às normas e modos de atuação próprios de cada instituição policial. No que diz respeito à manutenção do sigilo das operações, fica óbvio que há o maior interesse dos próprios policiais que desejam obter êxito no seu trabalho de investigação e de repressão aos ilícitos.

Tendo esse pressuposto em mente, entendemos que o previsto no art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que trata do sigilo e acesso aos documentos públicos, é muito genérico e a sua regulamentação pelo Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, somente diz respeito à administração pública federal, conforme definido no próprio conteúdo desta norma legal.

É necessário admitir que não é somente a União que necessita de normas gerais para a formulação de uma política de procedimentos para a salvaguarda de assuntos sigilosos. Atualmente, as operações policiais realizadas pelos Estados e pelo Distrito federal exigem, às vezes, anos de preparação, tempo durante o qual é necessário manter-se estrito sigilo em todo tipo de dado, informação e documento que são produzidos.

Ademais, não podemos nos esquecer do combate aos delitos transnacionais, que envolvem operações conjuntas entre os órgãos de segurança pública federais, estaduais e do Distrito Federal, o que exige um conjunto mínimo de normas gerais que garantam o bom funcionamento e o acesso mútuo aos assuntos sigilosos de cada um deles.

Dessa forma, propomos, na forma de substitutivo, normas gerais para o tratamento de assuntos e documentos sigilosos. Entendemos que seria demasiadamente restritivo propor uma legislação que dissesse respeito unicamente aos órgãos de segurança pública estaduais, motivo pelo qual decidimos propor a regulamentação do tema em termos de normas gerais.

Essa proposta não difere do que atualmente é estabelecido para os órgãos da administração federal. Consiste em estabelecer os graus de sigilo com as suas respectivas definições, abrangências e duração, bem como a definição das autoridades que podem classificar e desclassificar as informações.

Nos primeiros três artigos propomos os critérios gerais para a classificação de um assunto sigiloso e algumas definições de termos utilizados no texto da proposição.

No art. 4º estabelece os graus de sigilo e os critérios específicos de suas abrangências e para a sua aplicação.

No art. 5º são definidas as autoridades que possuem competência para atribuir classificação sigilosa, tomando-se o cuidado para garantir que cada ente fede-

rado defina, em sua legislação, quais serão as demais autoridades que possuirão esta competência.

No art. 6º ao final trata-se dos prazos máximos para a manutenção de uma classificação sigilosa, da desclassificação e dos temas que cada ente federado deve tratar em sua legislação própria de forma a minimamente padronizar o tratamento do tema.

Quanto à tipificação do crime de violação de sigilo funcional, optamos por não incluí-la no substitutivo por causa da suficiente clareza com que está prevista no art. 325 do Código Penal Brasileiro. Uma vez que o dado, informação, documento ou material de que trata a proposição possuirá uma classificação sigilosa e aquelas pessoas que necessitarem conhecer o assunto deverão responsabilizar-se, por escrito, pela manutenção do sigilo, ficando muito bem caracterizado o crime de violação de sigilo funcional.

De forma a proporcionar tempo para que cada ente federado elabore sua própria legislação foi incluída uma cláusula de vigência.

Pensamos que, dessa maneira, será possível contar com uma lei que sirva de parâmetro geral para que cada instituição ou órgão público, de quaisquer dos entes federados, possa formular a sua própria política de salvaguarda de assuntos sigilosos.

Em função do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.004, de 2001, na forma do substitutivo.

Sala da Comissão, de de 2009. – Deputado **Neilton Mulim.**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.004, DE 2001

Estabelece normas gerais para salvaguarda de assuntos sigilosos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais para a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos, bem como das áreas e instalações onde tramitam.

Art. 2º São considerados sigilosos, e serão como tal classificados, dados, informações, documentos ou materiais cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possa acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Art. 3º Para os efeitos desta lei são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

I – classificação: atribuição, pela autoridade competente, de grau de sigilo a dado, informação, documento, material, área ou instalação;

II – desclassificação: cancelamento, pela autoridade competente ou pelo transcurso de prazo, da classificação, tornando ostensivos dado, informação, documento ou material;

III – grau de sigilo: gradação atribuída a dado, informação, documento, material, área ou instalação considerados sigilosos em decorrência de sua natureza ou conteúdo;

IV – marcação: aposição de marca assinalando o grau de sigilo;

V – medidas especiais de segurança: medidas destinadas a garantir sigilo, inviolabilidade, integridade, autenticidade, legitimidade e disponibilidade de dados e informações sigilosos, objetivando prevenir, detectar, anular e registrar ameaças reais ou potenciais a esses dados e informações;

VI – necessidade de conhecer: condição pessoal, inerente ao efetivo exercício de cargo, função, emprego ou atividade, indispensável para que uma pessoa, tenha acesso a dados ou informações sigilosos;

VII – ostensivo: sem classificação sigilosa, cujo acesso público pode ser franqueado;

VIII – reclassificação: alteração, pela autoridade competente, da classificação de dado, informação, documento, material, área ou instalação sigilosos; e

IX – sigilo: segredo; de conhecimento restrito a pessoas credenciadas; proteção contra revelação não-autorizada.

Art. 4º Os dados, informações, documentos, materiais, áreas ou instalações sigilosos serão classificados em ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados, em razão de suas características, do seu teor ou dos seus elementos intrínsecos.

§ 1º São passíveis de classificação como ultra-secretos, dentre outros, dados ou informações referentes à soberania e à integridade territorial nacionais, a planos e operações militares ou de segurança pública, às relações internacionais do País, a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico de interesse da defesa nacional e a programas econômicos, cujo conhecimento não-autorizado possa acarretar dano excepcionalmente grave à segurança da sociedade e do Estado.

§ 2º São passíveis de classificação como secretos, dentre outros, dados ou informações referentes a sistemas, instalações, programas, projetos, planos ou operações de interesse da defesa nacional ou de segurança pública, a assuntos diplomáticos e de inteligência e a planos ou detalhes, programas ou instalações estratégicos, cujo conhecimento não-autorizado

possa acarretar dano grave à segurança da sociedade e do Estado.

§ 3º São passíveis de classificação como confidenciais dados ou informações que, no interesse dos Poderes Constituídos e das partes, devam ser de conhecimento restrito e cuja revelação não-autorizada possa frustrar seus objetivos ou acarretar dano à segurança da sociedade e do Estado.

§ 4º São passíveis de classificação como reservados dados ou informações cuja revelação não autorizada possa comprometer planos, operações ou objetivos neles previstos ou referidos, bem como a honra ou imagem de pessoas.

§ 5º Na classificação dos documentos será utilizado, sempre que possível, o critério menos restritivo possível.

§ 6º Toda e qualquer pessoa que tome conhecimento de documento sigiloso, nos termos desta lei fica, automaticamente, responsável pela preservação do seu sigilo.

§ 7º É obrigatório a exigência de termo de compromisso de manutenção de sigilo das pessoas que direta ou indiretamente tenham acesso a dados ou informações sigilosos.

§ 8º Os procedimentos ou processos instruídos por dado, informação, documento ou material sigiloso deverão possuir grau de sigilo idêntico.

§ 9º A classificação de áreas e instalações será feita em razão dos dados ou informações sigilosos que contenham ou que no seu interior sejam produzidos ou tratados, obedecido o disposto nesta lei.

Art. 5º A atribuição da classificação sigilosa é de competência das seguintes autoridades:

I – Chefes dos Poderes Constituídos da União, Estados e Distrito Federal para o grau de sigilo secreto e ultra-secreto;

II – Chefes dos Poderes Constituídos dos Municípios para os graus de sigilo confidencial e reservado.

Parágrafo único. As autoridades competentes para atribuir os demais graus de sigilo serão definidas em regulamentação própria de cada ente federado, admitida a delegação de competência.

Art. 6º Os prazos de duração da classificação a que se refere este Decreto vigoram a partir da data de produção do dado ou informação e são os seguintes:

I – ultra-secreto: máximo de cinqüenta anos;

II – secreto: máximo de trinta anos;

III – confidencial: máximo de vinte anos; e

IV – reservado: máximo de dez anos.

Parágrafo único. O prazo de duração da classificação sigilosa poderá ser renovado uma única vez, por período nunca superior aos prescritos no *caput*,

pela autoridade competente, devendo justificar, por escrito, tal decisão.

Art. 7º Poderá ocorrer a alteração de classificação sigilosa ou desclassificação de um documento ou informação na forma da regulamentação própria de cada ente federado.

§ 1º A realização da reclassificação deverá indicar, por escrito, os motivos que a justificam.

§ 2º A reclassificação não inicia a contagem de novo prazo.

Art. 8º A regulamentação própria de cada ente federado tratará da gestão dos dados ou informações sigilosas, bem como da sistemática de transmissão, difusão, expedição, registro, tramitação, guarda, reprodução, avaliação, preservação, eliminação, acesso e transporte.

Art. 9º O acesso a dado, informação, documento, material, área ou instalação sigilosos de que trata esta lei é admitido:

I – ao agente público, no exercício de cargo, função, emprego ou atividade pública, que tenham necessidade de conhecê-los; e

II – ao cidadão, naquilo que diga respeito à sua pessoa, ao seu interesse particular ou do interesse coletivo ou geral, mediante requerimento ao órgão, instituição ou entidade competente.

§ 1º Todo aquele que tiver conhecimento, nos termos desta lei, de assuntos sigilosos fica sujeito às sanções administrativas, civis e penais decorrentes da eventual divulgação dos mesmos.

§ 2º O acesso de visitas a áreas e instalações sigilosas será disciplinado por meio de instruções especiais dos órgãos, entidades ou instituições interessados.

§ 3º Serão liberados à consulta pública os documentos que contenham somente informações pessoais, desde que previamente autorizada pelo titular ou por seus herdeiros.

§ 4º A negativa de autorização de acesso deverá ser justificada.

§ 5º A legislação própria de cada ente federado regulará as medidas que visem à definição, demarcação, sinalização, segurança e autorização de acesso às áreas sigilosas.

Art. 10º Os documentos permanentes de valor histórico, probatório e informativo não podem ser desfigurados ou destruídos, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, nos termos da legislação em vigor.

Art. 11º A comunicação de dados e informações sigilosos por meio de sistemas de informação será feita em conformidade com o estabelecido nesta lei

e com o disposto na regulamentação própria de cada ente federado.

Art. 12º A legislação própria de cada ente federado tratará das medidas adicionais necessárias à salvaguarda de planos, contratos, pesquisas, trabalhos de aperfeiçoamento ou de novo projeto, prova, produção, aquisição, armazenagem ou emprego de material sigiloso, bem como definição, demarcação, sinalização, segurança e autorização de acesso às áreas sigilosas.

Art. 13º A celebração de contrato cujo objeto seja sigiloso, ou que sua execução implique a divulgação de desenhos, plantas, materiais, dados ou informações de natureza sigilosa, será regulada pelos entes federados nos termos do previsto nesta lei.

Art. 14º Esta Lei entra em vigor 180 dias após a data da sua publicação.

Art. 15º Fica revogado o art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

Sala da Comissão, 18 de março de 2009. – Deputado **Neilton Mulim**.

PROJETO DE LEI Nº 4.220-B, DE 2001

(Do Senado Federal)

PLS nº 261/2000

Ofício (SF) nº 165/2001

Denomina “Viaduto Trampolim da Vitória” o viaduto localizado no entroncamento das rodovias BR-101 e BR- 304(B), no Município de Parnamirim, no Estado do Rio Grande do Norte; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. GONZAGA PATRIOTA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. FELIPE MAIA).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Chega para revisão nesta Casa Legislativa, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, a proposição em epígrafe, originária do Senado Federal, que visa a denominar o viaduto localizado no entroncamento das Rodovias BR-101 e BR-304(B), no Estado do Rio Grande do Norte, de “Viaduto Trampolim da Vitória”.

O Autor, Senador Agnelo Alves, defendeu a apresentação da proposta rememorando que a expressão

“Trampolim da Vitória” foi utilizado pelo Presidente Franklin Roosevelt, quando de seu encontro com o Presidente Vargas, em Natal, durante a Segunda Guerra Mundial, no momento da instalação da base aérea, que viria a ser o ponto de apoio para a invasão da África. O objetivo da iniciativa é, portanto, manter presente na memória dos brasileiros a participação potiguar nesse importante fato histórico.

A matéria tramita em regime de prioridade (art. 151, II, a, RI) e é de competência conclusiva das comissões (art. 24, II, RI). Foi distribuída, para exame de mérito à Comissão de Viação e Transportes, que a aprovou unanimemente e sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado Gonzaga Patriota.

Decorrido o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a c/c art. 54) determina que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se manifeste terminativamente acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.220, de 2001.

A proposição disciplina matéria relativa a transporte, sendo competência da União sobre ela legislar (art. 22, XI, CF). Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, disciplinar as matérias de competência da União (art. 48, CF). A iniciativa legislativa do parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada a outro Poder (art. 61, CF).

De outra parte, obedecidos os requisitos constitucionais formais, observa-se que a proposição não afronta qualquer outro dispositivo constitucional material. É jurídica, pois foi elaborada em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, especialmente com o disposto no art. 2º da Lei nº 6.682, de 1979, que assevera:

“Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à Humanidade.” (grifamos)

No tocante à técnica legislativa empregada, nenhum reparo há a ser feito, uma vez que a proposição foi redigida em acordo com a orientação da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Pelo exposto, manifesto meu voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.220, de 2001.

Sala da Comissão, 18 de julho de 2008. – Deputado **Felipe Maia**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.220-A/2001, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Felipe Maia.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.401-B, DE 2001

(Do Poder Executivo)

Mensagem nº 260/2001

Aviso nº 278/2001 – C. Civil

Inscribe o nome do Jornalista José Hipólito da Costa Furtado de Mendonça no Livro dos Heróis da Pátria; tendo pareceres: da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pela aprovação (relator: DEP. CLEMENTINO COELHO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. JOSÉ GENOÍNO).

Despacho: Às Comissões de Educação, Cultura e Desporto; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de iniciativa do Poder Executivo, inscreve no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia em

Brasília, o nome do jornalista José Hipólito da Costa Furtado de Mendonça.

Na Exposição de Motivos, encaminhada pela Mensagem Presidencial nº 00123, de 21 de março de 2001, o Chefe da Casa Civil da Presidência da República da época argumenta que a figura do jornalista homenageado destaca-se nos anais da História do Brasil, uma vez que foi ele o “fundador em Londres, em 1808, do jornal “Correio Braziliense”, que se constituiu em ferramenta eficaz e arauto da liberação da nação brasileira dos vínculos de subordinação a Portugal, defendendo, inclusive, a interiorização da capital em artigo publicado em 1813.”

A matéria é de competência conclusiva das comissões (art. 24, II, RICD) e tramita em regime prioritário (art. 151, II, a RICD). Foi distribuída, para exame de mérito, à Comissão de Educação e Cultura que a aprovou unanimemente e sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado Clementino Coelho.

Decorrido o prazo regimental nesta Comissão, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto de lei em exame.

A matéria é de competência legislativa concorrente da União (CF, art. 24, IX), sendo atribuição do Congresso Nacional sobre elas dispor, com a sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa do Poder Executivo é legítima, sedimentada no que dispõe o art. 61 de nossa Constituição Federal.

Atendidos os requisitos constitucionais formais, resta-nos examinar se o projeto está em conformidade com o ordenamento jurídico-constitucional em vigor no país, o que se constata afirmativamente.

Outrossim, nada há a criticar no tocante à técnica legislativa e à redação empregadas na elaboração da proposição, que se encontram de acordo com as exigências da Lei Complementar nº 95/98, que trata das regras de elaboração das leis, alterada pela Lei Complementar nº 107/01.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.401, de 2001.

Sala da Comissão, 28 de outubro de 2008. – Deputado **José Genoíno**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.401-A/2001,

nos termos do Parecer do Relator, Deputado José Genoíno.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 7.025-C, DE 2002

(Do Senado Federal)

PLS nº 68/2002

Ofício (SF) nº 654/2002

Denomina Viaduto Múcio Teixeira o viaduto localizado no km 166 da BR-060; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. PHILEMON RODRIGUES); da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pela aprovação (relator: DEP. PAULO LIMA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relatora: DEP. SANDRA ROSADO).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; Educação, Cultura e Desporto e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões – art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão e Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Lei originário do Senado Federal, tendo por objetivo denominar “Viaduto Múcio Teixeira” o viaduto localizado no km 166 da BR-060 no Município de Goiânia (saída para Guapo), no Estado de Goiás.

Conforme destaca o eminente Senador Mauro Miranda, autor da proposição, Múcio Teixeira foi um dos homens públicos que mais lutaram pelas causas do Estado de Goiás, estando sempre ligado à busca de soluções para o setor agropecuário, tendo proferido inúmeras palestras no Brasil e no exterior sobre o tema. Além disso, Múcio Teixeira envidou significativos esforços para aprovar propostas para o setor ro-

doviário de seu Estado, o que justificaria a presente homenagem.

Na Câmara Alta, a matéria foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Educação.

Nesta Casa, o projeto foi inicialmente apreciado, quanto ao mérito, na Comissão de Viação e Transportes, onde foi aprovado *in totum*.

A seguir, opinou a Comissão de Educação e Cultura no sentido da aprovação da proposição.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao presente projeto nesta Comissão.

É o relatório.

II – Voto da Relatora

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.025, de 2002, a teor do disposto no art. 32, inc. IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A matéria em apreço é da competência privativa da União (art. 22, XI – CF), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção presidencial (art. 48 – CF), sendo a iniciativa parlamentar legítima, em face da inexistência de iniciativa privativa de outro Poder.

A proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

No que tange à juridicidade, a edição de lei para dar nome a obra de arte situada em rodovia harmoniza-se com o ordenamento jurídico vigente, estando prevista no art. 2º da Lei nº 6.682/79, o qual, ao dispor genericamente sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, faculta que, por lei especial, seja dado o nome de pessoa falecida, que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade, a estações terminais, trechos de via ou obras de arte, hipótese em que se enquadra o homenageado pelo projeto em tela. Dessa forma, o projeto em exame está inteiramente adequado quanto à juridicidade.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107/01.

Ex positis, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.025, de 2002.

Sala da Comissão, 05 de novembro de 2008. – Deputada **Sandra Rosado**, Relatora.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.025-B/2002, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Sandra Rosado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 250-B, DE 2003

(Do Sr. Alberto Fraga)

Institui na República Federativa do Brasil, a data de 13 de maio, como sendo o dia da Polícia Militar; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. CHICO ALENCAR); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. MAJOR FÁBIO).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação Do Parecer Da Comissão De Constituição E Justiça E De Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe, apresentado pelo Deputado Alberto Fraga, institui o dia 13 de maio como data comemorativa do dia da Polícia Militar.

Argumenta o autor em sua justificação, que as polícias militares, “com uma doutrina única de manter a paz e a segurança pública, a incolumidade do cidadão

e o cumprimento da lei”, são “instituições seculares, formadas por profissionais da pátria abnegados em razão das causas sociais, diuturnamente e sem imporem limites às suas atividades, atendem a milhares de chamados da população todos os dias, sempre tentando restabelecer o espírito de paz e de harmonia que deve prevalecer em uma sociedade democrática.”

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III). Foi distribuída, para exame de mérito, à Comissão de Educação e Cultura, que a aprovou unanimemente, nos termos do parecer do relator, Deputado Chico Alencar.

Esgotado o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Segundo mandamento regimental desta Casa (art. 32, IV, a e art. 54), cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a pronúncia acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 250, de 2003.

Os requisitos constitucionais formais exigidos para a regular tramitação da proposição foram atendidos, na medida em que o projeto disciplina matéria relativa à cultura, sendo, então, competência legislativa concorrentemente da União, Estados e Distrito Federal sobre ela legislar (CF, art. 24, IX). Em decorrência, afere-se do texto constitucional caber ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). Outrossim, a iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Paralelamente, observa-se que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material, estando em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 250, de 2003.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2009. – Deputado **Major Fábio**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 250-A/2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Major Fábio.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Panunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 2.871-B, DE 2004

(Da Sra. Rose de Freitas)

Institui o dia 12 de agosto como o “Dia Nacional de Direitos Humanos”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. MILTON MONTI); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. JOÃO MAGALHÃES).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 Ricd).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei em análise, de autoria da Deputada Rose de Freitas, tem como único escopo instituir o dia 12 de agosto como o “Dia Nacional de Direitos Humanos”.

Justificando sua iniciativa, a autora ressalta que os princípios inscritos na Declaração Universal de Direitos Humanos “*constituem um conjunto indissociável e interdependente de direitos individuais e coletivos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, sem os quais a dignidade da pessoa humana não se realiza por completo.*” Acrescenta que o desrespeito a esses direitos humanos resultam em atos bárbaros que ultrajam a consciência humana. Cita, então, o covarde assassinato de Margarida Maria Alves, trabalhadora rural, rendeira e primeira mulher a presidir o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba.

Conclui que o projeto pretende homenagear essa “*notável mulher paraibana, incansável defensora dos oprimidos e dos injustiçados*”, propondo a “*comemoração anual do “Dia Nacional dos Direitos Humanos, na data do aniversário da morte de Margarida Maria Alves*”.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que, no mérito, a aprovou, unanimemente e sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado Milton Monti.

Esgotado o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a e art. 54), determina caber a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a pronúncia acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei em epígrafe.

Os requisitos constitucionais formais exigidos para a regular tramitação da proposição foram atendidos, na medida em que o projeto disciplina matéria relativa à cultura, sendo, então, competência legislativa concorrentemente da União, Estados e Distrito Federal sobre ela legislar (CF, art. 24, IX). Em decorrência, afere-se do texto constitucional caber ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). Outrossim, a iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Paralelamente, observa-se que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material, estando em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, uma vez que a proposição está

inteiramente adequada às disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Posto isso, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2871, de 2004.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2008. – Deputado **João Magalhães**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.871-A/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado João Magalhães.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Panunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 2.992-B, DE 2004

(Do Sr. Carlos Santana)

Institui o Dia Nacional do Quilo; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. PEDRO IRUJO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. GONZAGA PATRIOTA).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Cuida-se de Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado **Carlos Santana**, que institui o Dia Nacional do Quilo, evento organizado pela ONG Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, com o objetivo de arrecadar alimentos e promover discussões sobre o problema da fome. A data, três de novembro, foi escolhida em virtude de ser o dia do aniversário de Betinho, fundador da ONG; e o evento já ocorre em todo o território nacional.

Para o autor, oficializar a data, além de homenagear Betinho, deve ampliar o espaço de discussão e sensibilização acerca de um dos mais graves problemas pátrios.

A Comissão de Educação e Cultura desta Casa aprovou unanimemente a proposição, acompanhando voto do Relator, Deputado Pedro Irujo.

Nos termos do artigo 32, IV, *a*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa do projeto, que está sujeito à apreciação conclusiva das comissões e tramita em regime ordinário

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O projeto de lei em exame observa os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa parlamentar, nada havendo a obstar ao prosseguimento da matéria, no que concerne à sua constitucionalidade formal. Da mesma forma, os requisitos materialmente constitucionais foram atendidos, inclusive com prestígio ao objetivo da República Federativa do Brasil de erradicar a pobreza (CF, art. 3.º, III) e ao seu fundamento na dignidade da pessoa humana (CF, art. 1.º, III)

No que se refere à juridicidade, entendemos que o projeto não diverge de princípios jurídicos que possam barrar a sua aprovação por esta Comissão, restando, ao contrário, bem inserido no ordenamento jurídico-positivo pátrio.

No que toca, por fim, à técnica legislativa da proposição, temos por obedecidos os mandamentos da Lei Complementar Nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar Nº 107, de 26 de abril de 2001.

Feitas essas considerações, nosso voto é pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa** do Projeto de Lei Nº 2.992, de 2004.

Sala da Comissão, 11 de março de 2008. – Deputado **Gonzaga Patriota**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.992-A/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Gonzaga Patriota.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtênir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.040-C, DE 2004

(Do Senado Federal)

PLS Nº 371/2003

OFÍCIO Nº 313/2004

Denomina “Chico Xavier” o trecho da rodovia BR-050, entre a divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e a divisa dos Municípios de Uberaba com Uberlândia, em Minas Gerais; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. DEVANIR RIBEIRO); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (DEP. BONIFÁCIO ANDRADA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. BONIFÁCIO DE ANDRADA).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O projeto de lei em epígrafe, originário do Senado Federal, tem como meta denominar “Chico Xavier” o trecho da rodovia BR-050, entre a divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e a divisa dos Municípios de Uberaba com Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

Chega a esta Casa Legislativa para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.

O Senador Aelton Freitas, ao justificar sua iniciativa, traça breve biografia do homenageado e ressalta que “*Francisco Cândido Xavier, mais conhecido por Chico Xavier, foi uma das mais instigantes figuras da história recente do Brasil, considerado o médium do século e o maior psicógrafo de todos os tempos.*”

Acrescenta que “*Inspiradas no seu exemplo e obra, várias centenas de instituições de solidariedade foram criadas: orfanatos, escolas para os pobres, lares para deficientes, ambulatórios médicos e bibliotecas. Foram instituídos também: programas de assistência social, como os que promoviam alfabetização de adultos ou ofereciam sopas para os pobres.*”

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime prioritário (RI, art. 151, II, a). Foi distribuída, para exame de mérito, às Comissões de Viação e Transportes e de Educação e Cultura, que a aprovaram unanimemente e sem emendas.

Decorrido o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a c/c art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.040, de 2004.

Trata-se de matéria relativa a transporte e à cultura. É competência privativa da União sobre ela legislar (art. 22, XI e art. 24, IX, CF). Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, disciplinar as matérias de competência da União (art. 48, CF). A iniciativa legislativa do parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada a outro Poder (art. 61, CF).

De outra parte, obedecidos os requisitos constitucionais formais, observa-se que a proposição não afronta qualquer outro dispositivo constitucional ma-

terial. É jurídica, pois foi elaborada em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, especialmente com o disposto no art. 2º da Lei nº 6.682, de 1979, que assevera:

“Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte *ou trecho de via* poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de *nome de pessoa falecida* que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à Humanidade.” (grifamos)

No tocante à técnica legislativa empregada, nenhum reparo há a ser feito, uma vez que a proposição foi redigida em acordo com a orientação da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.040, de 2004.

Sala da Comissão, 31 de março de 2008. – Deputado **Bonifácio De Andrada**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.040-B/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Bonifácio de Andrada.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.300-B, DE 2004

(Do Sr. Severiano Alves)

Inscribe o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria; tendo pareceres da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. OSVALDO BIOLCHI); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. SÉRGIO BRITO).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54).

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão e Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado SEVERIANO ALVES, que inscreve no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia em Brasília, o nome de GETÚLIO DORNELLES VARGAS.

Em sua justificação, o autor aponta que “a instituição de homenagens a determinadas personagens da História do País, tem como objetivo básico o resgate da memória brasileira como instrumento de afirmação da cidadania e de construção da identidade nacional.”

Esclarece que a proposição tem como escopo prestar justa e oportuna homenagem a um dos personagens de nossa História que, por sua atuação como homem público merece ter seu nome registrado no “Livro dos Heróis da Pátria”.

O autor disserta sobre a biografia do homenageado e lembra que Getúlio Dornelles Vargas ocupou os postos de deputado estadual, deputado federal, ministro de estado, governador, chefe revolucionário, presidente interino, ditador, senador da República e presidente eleito pelo povo.

O autor ressalta que “não há quem possa negar a influência de Getúlio na vida política nacional. Foi o presidente que governou o País por mais tempo, ao ponto de seu governo, em diferentes momentos da história, ser denominado genericamente de “Era Vargas”, compreendendo os períodos de 1930-1933 (Governo Provisório); 1934-1937 (Governo Constitucional); 1937-1945 (Estado Novo) e 1950-1954 (2º mandato presidencial).”

A matéria é de competência conclusiva das comissões (art. 24, II, RICD) e tramita em regime ordinário (art. 151, III, RICD). Foi distribuída, para exame de mérito, à Comissão de Educação e Cultura que a aprovou unanimemente e sem emendas.

Decorrido o prazo regimental nesta Comissão, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.300, de 2004.

A matéria é de competência legislativa concorrente da União (CF, art. 24, IX), sendo atribuição do Congresso Nacional sobre elas dispor, com a sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa parlamentar é legítima, sedimentada no que dispõe o art. 61 de nossa Constituição Federal.

Atendidos os requisitos constitucionais formais, resta-nos examinar se o projeto está em conformidade com o ordenamento jurídico-constitucional em vigor no país, o que se constata afirmativamente.

Outrossim, nada há a criticar no tocante à técnica legislativa e à redação empregadas na elaboração da proposição, que se encontram de acordo com as exigências da Lei Complementar nº 95/98, que trata das regras de elaboração das leis, alterada pela Lei Complementar nº 107/01.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.300, de 2004.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2009. – Deputado **Sérgio Brito**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.300-A/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Sérgio Brito.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.308-B, DE 2004

(Da Sra. Rose de Freitas)

Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional da Parteira Tradicional; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura pela aprovação (relatora: DEP. MARINHA RAUPP); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relatora: DEP. SANDRA ROSADO).

Despacho: Às Comissões Educação e Cultura; Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

A proposição em epígrafe institui o dia 20 de janeiro como dia nacional da parteira tradicional.

Justificando sua iniciativa, a autora ressalta o valor do trabalho realizado pelas parteiras tradicionais, buscando prestar homenagem às “milhares de mulheres denodadas e desprendidas” que, segundo afirma, realizam 450.000 partos por ano em todo o País.

O projeto recebeu parecer pela aprovação na Comissão de Educação e Cultura, nos termos do parecer da relatora, Deputada Marinha Raupp.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, não foram oferecidas emendas ao projeto, conforme atesta a Secretaria desta Comissão.

É o relatório.

II – Voto da Relatora

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, *a*, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa da União (CF, art. 22, I), sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), mediante iniciativa legislativa concorrente (CF, art. 61, **caput**). Não há, de outra parte, qualquer violação a princípios ou normas de ordem material na Constituição de 1988.

Nada tendo a opor quanto à juridicidade e à técnica legislativa da proposição, manifestamo-nos pela

constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Nº 3.308, de 2004.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2008. – Deputada **Sandra Rosado**, Relatora.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.308-A/2004, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Sandra Rosado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.687-C, DE 2004

(Do Sr. Rubens Otoni)

Denomina “Viaduto Governador Henrique Santillo” o viaduto localizado no km 432 da BR-153, no Município de Anápolis – GO; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. HOMERO BARRETO); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relatora: DEP. CELCITA PINHEIRO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. SANDRO MABEL).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; Educação e Cultura; Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado RUBENS OTONI estabelece que o viaduto construído no quilômetro 432 da rodovia BR-153, no município de Anápolis, será denominado “Viaduto Governador Henrique Santillo”.

Em sua justificação, o autor noticia a biografia do homenageado e assevera que Henrique Santillo dedicou toda sua vida à política, à coletividade e ao Brasil. Afirma que ele foi homem público honrado, idealista e democrata, tendo participado ativamente do processo de democratização do Brasil.

Por fim, o autor argumenta que “A homenagem é uma oportunidade de demonstração do apreço e o reconhecimento do povo goiano e de todos os brasileiros a esse respeitável homem público, que tanto lutou pela liberdade, pela democracia e por um Brasil menos desigual e mais solitário.”

A matéria tramita em regime ordinário (art. 151, III, RICD) e é de competência conclusiva das comissões (art. 24, II, RICD). Foi distribuída, para exame de mérito, à Comissão de Viação e Transportes, e à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que a aprovaram unanimemente e sem emendas.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto Do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a c/c art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.687, de 2004.

Trata-se de matéria relativa a transporte e cultura. É competência da União sobre ela legislar (art. 22, XI, c/c art. 24, IX, CF). Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, disciplinar as matérias de competência da União (art. 48, CF). A iniciativa legislativa do parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada a outro Poder (art. 61, CF).

De outra parte, obedecidos os requisitos constitucionais formais, observa-se que a proposição não afronta qualquer outro dispositivo constitucional material. É jurídica, pois foi elaborada em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País,

especialmente com o disposto no art. 2º da Lei nº 6.682, de 1979, que assevera:

“Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à Humanidade.” (grifamos)

No tocante à técnica legislativa empregada, nenhum reparo há a ser feito, uma vez que a proposição foi redigida em acordo com a orientação da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.687, de 2004.

Sala da Comissão, 22 de outubro de 2008. – Deputado **Sandro Mabel**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.687-B/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Sandro Mabel.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.700-A, DE 2004

(Do Sr. Arnaldo Faria de Sá)

Dispõe sobre a instituição no Brasil, do conceito de férias partilhadas na forma que específica e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Educação e Cultura, pela rejeição (relator: DEP. PAULO RUBEM SANTIAGO).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; Turismo e Desporto Trabalho, de Administração e Serviço Público Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Educação e Cultura

I – Relatório

O projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, visa estabelecer que as férias dos Estados e do Distrito Federal sejam “desencontradas” das férias do estado de São Paulo.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art.24, II do Regimento Interno das Câmara dos Deputados.

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Educação e Cultura.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição. É o Relatório.

II – Voto do Relator

A proposta em tela apresenta aspectos problemáticos no que se refere à técnica legislativa, como numeração imprecisa, utilização de minúsculas no início dos dispositivos, apresentação de cláusula revogatória genérica e inobservância em geral dos parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar nº 95/98. No que atine à constitucionalidade, há desconsideração da autonomia federativa. Ambos os aspectos serão oportunamente apreciados pela Douta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Do ponto de vista do mérito a ser avaliado pela Comissão de Educação e Cultura, a proposição não é menos imune a observações críticas.

Em harmonia com o princípio federativo, cláusula pétrea da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que os sistemas de ensino dos entes federados têm liberdade de organização (art.8º, §2º).

O art. 22, § 2º do mencionado diploma dispõe, **verbis**:

“Art. 22

§2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei.” (grifos nossos)

Ora, as peculiaridades locais não devem se subordinar à referência de um único ente federado, tanto mais quando – nos parece – os turistas e estudantes paulistas não se beneficiariam da medida proposta. Como ressalta o artigo inaugural da LDB, a educação abrange processos formativos que se desenvolvem na convivência humana (art. 1º, LDB).

Subtrair dos paulistas a possibilidade de encontrar em suas férias brasileiros de outros estados na mesma situação remove uma possibilidade de mútuo enriquecimento cultural e, no sentido amplo, educacional, nos termos da LDB.

O período das aulas deve ser organizado em função das necessidades pedagógicas e administrativas dos sistemas de ensino.

Observe-se, ainda, que o calendário escolar já não é plenamente coincidente, exatamente em face da autorização prevista no art. 22, §2º da LDB. Além de situações específicas como a alternância regular de períodos de estudos, prevista no art. 23, e o ajuste a períodos de colheita por alguns sistemas de ensino, não é incomum que, em Estados e Municípios da Região Nordeste, em virtude de sua tradição cultural de valorização das festas juninas, as férias alcancem o mês de junho e, em contrapartida, as aulas do segundo semestre se iniciem em julho, quando muitos estudantes paulistas estão gozando suas férias.

Diante do exposto voto contrariamente ao Projeto de Lei nº 3.700, de 2004.

Sala da Comissão, 26 de junho de 2008. – Deputado **Paulo Rubem Santiago**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou unanimemente o Projeto de Lei nº 3.700/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Paulo Rubem Santiago. O Deputado Alex Canziani apresentou voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Maria do Rosário – Presidente, Fátima Bezerra, Lobo Neto e Alice Portugal – Vice-Presidentes, Alex Canziani, Angelo Vanhoni, Antônio Carlos Biffi, Ariosto Holanda, Átila Lira, Bel Mesquita, Carlos Abicalil, Iran Barbosa, João Matos, Joaquim Beltrão, Jorginho Maluly, Neilton Mulim, Nilmar Ruiz, Osvaldo Biolchi, Paulo Rubem Santiago, Pinto Itamaraty, Raul Henry, Reginaldo Lopes, Rogério Marinho, Wilson Picler, Chico Abreu, Emiliano José, Fernando Nascimento, Lira Maia, Luiz Carlos Setim, Professor Ruy Pauletti, Professora Raquel Teixeira e Raimundo Gomes de Matos.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009. – Deputada **Maria do Rosário**, Presidente.

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO ALEX CANZIANI

I – Relatório

O Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá, determina que as férias escolares dos demais Estados da Federação não devam coincidir com as férias escolares estabelecidas pelo Estado de São Paulo, criando o conceito de férias partilhadas.

O autor defende que a determinação de períodos distintos de férias pelos Estados incrementaria o turismo nacional, contribuiria para a geração de empregos, além de racionalizar a distribuição da demanda por turismo ao longo do ano, o que atenuaria o aumento dos preços no período de “alta estação”. Aduz ainda que as vantagens advindas das férias partilhadas seriam obtidas a partir da coordenação entre os Estados e os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Turismo, sem custo para a Fazenda Pública.

O ilustre Relator Paulo Rubem Santiago proferiu parecer pela rejeição da proposição no mérito. Em síntese, alega que o projeto de lei fere o princípio da gestão democrática do ensino público, bem como “o espírito descentralizador” estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pois seria atribuição de cada sistema de ensino a fixação do respectivo calendário escolar.

É o Relatório.

II – Voto

A proposição em análise tem o mérito de articular os Estados federados e a União em torno de objetivos comuns: o incentivo ao turismo, a geração de empregos e o crescimento econômico. Evidentemente que o ilustre Relator Paulo Rubem Santiago não é contrário a nenhuma dessas finalidades, mas levanta questionamentos sobre as conseqüências das “férias partilhadas” na educação escolar, preocupação precípua desta Comissão. É nossa tarefa demonstrar que as razões aduzidas no relatório não se sustentam mediante exame mais detido e sereno da matéria.

Não prosperam os argumentos do Relator de que a proposição fere o princípio da descentralização e da gestão democrática do ensino público. Ora, em nenhum momento o Projeto de Lei fixa o período de férias escolares dos Estados, ao contrário, permite que os Estados determinem as férias escolares de acordo com suas peculiaridades locais, climáticas ou econômicas, desde que se articulem de forma a evitar o período coincidente com o Estado de São Paulo. Se são os próprios Estados que irão decidir, entre si, sobre o período de férias escolares, não pode pros-

perar o argumento de que a autonomia dos sistemas de ensino foi violada.

É a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que dispõe, em seu art. 8º, que os entes federados organizarão os respectivos sistemas de ensino em colaboração, competindo à União (art. 8º, §1º) a coordenação política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

Qual outro ente federado, senão a União, poderia articular os Estados em torno de objetivos nacionais tais como o desenvolvimento do turismo, a geração de empregos e o crescimento econômico? Centralizador e autoritário seria fixar um período único de férias para todos os Estados ou, de antemão, firmar um calendário nacional para diferentes períodos de férias por Estado. Nenhuma destas alternativas está sendo proposta. Não há de fato nenhum vício centralizador na proposição.

O Projeto de Lei incentiva a coordenação inteligente entre os sistemas de ensino a fim de que o turismo nacional seja incrementado, mantendo a liberdade dos Estados para estabelecerem o período de férias escolares, com a cautela de que se articulem com o Estado de São Paulo para evitar períodos coincidentes. É medida simples, porém criativa, de elevado impacto social positivo para o desenvolvimento econômico, sem custos para os cofres públicos, e, o mais importante, sem ônus ou qualquer prejuízo para a educação escolar ou para a autonomia dos sistemas de ensino, bastando a cooperação desta Casa.

Ante o exposto, o voto é pela Aprovação do Projeto de Lei nº 3.700, de 2004. – Sala da Comissão, 11 de abril de 2007. – Deputado **Alex Canziani**.

PROJETO DE LEI Nº 3.738-B, DE 2004

(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Institui o dia 25 de outubro como Dia Nacional do Macarrão; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relatora: DEP. IARA BERNARDI); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. LUIZ COUTO).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei referenciado propõe seja atribuída a designação de “Dia do Macarrão” ao dia 25 de outubro.

A proposição foi distribuída à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que a aprovou, em julgamento de mérito, sem qualquer emenda, porém com o voto em separado do Deputado Colombo consignando que a matéria não justifica a sua elevação à efeméride nacional.

Finda a legislatura foi arquivada e, após, com o início da subsequente, desarquivada a requerimento de seu autor.

Nesta fase, o projeto de lei – que tramita em regime ordinário e sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões – encontra-se submetido ao crivo desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania sem ter recebido emenda.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 32, IV, “a”, do RICD, que compete a esta CCJC manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e redacional do projeto de lei referenciado.

Analisando-o, verifico que estão satisfeitos os mandamentos dos artigos 22, I e 61 da Lei Maior não ocorrendo, pois, vício constitucional. Ademais, ele não contraria Princípio Geral de Direito, de onde decorre a juridicidade de seus mandamentos.

A técnica legislativa e a redacional com que foi elaborado não estão a merecer reparos, vez que observam os ditames da Lei Complementar Nº 95/98, que disciplina o processo de elaboração das leis.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica redacional e legislativa do Projeto de Lei Nº 3.738, de 2004.

Sala da Comissão, 6 de outubro de 2008. – Deputado **Luiz Couto**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.738-A/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Luiz Couto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pan-

nunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.984-B, DE 2004

(Do Senado Federal)

PLS Nº 481/2003

OFÍCIO Nº 1.160/04 (SF)

Institui o Dia Nacional do Engenheiro Eletricista; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação deste e do de nº 2545/2003, apensado (relator: DEP. LUCIANO LEITOA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do de nº 2.545/2003, apensado (relator: DEP. JOSÉ CARLOS ALELUIA).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), Apense A Este O PI 2.545/2003.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de projeto de lei oriundo do Senado Federal propondo a instituição de um “Dia Nacional do Engenheiro Eletricista”, a ser comemorado em 23 de novembro de cada ano. Em apenso encontra-se um projeto idêntico, apresentado a esta Casa pelo então Deputado José Roberto Arruda em 2003.

Nas justificações apresentadas, que trazem também idêntico texto, procura-se fazer um breve relato histórico da criação do Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá (IEMI), criado justamente em um 23 de novembro pelo Professor Theodomiro Carneiro Santiago, “verdadeiro ícone da engenharia elétrica no Brasil”. Segundo o ali exposto, o citado professor, de espírito

visionário e empreendedor, viajou em maio de 1912 para a Europa, onde visitou os principais centros de ensino da engenharia elétrica, tendo por lá contratado professores belgas, franceses e suíços, e comprado equipamentos de laboratório, tudo destinado à nova escola a ser criada, que passaria a se constituir em referência para o estudo da engenharia elétrica no País. Ao final das justificações, salienta-se que as proposições foram redigidas em regime de co-autoria entre o Deputado José Roberto Arruda e o Senador Alberto Silva, tendo sido os textos apresentados perante cada uma das Casas simultaneamente.

Distribuídas as proposições para exame de mérito à Comissão de Educação e Cultura, receberam parecer pela aprovação por parte daquele órgão técnico.

É o relatório.

II – Voto do Relator

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete pronunciar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação dos projetos em apreço.

Encontram-se atendidos os requisitos formais de constitucionalidade pertinentes à competência legislativa da União e às atribuições normativas do Congresso Nacional, nos termos do que dispõem os artigos 24, IX e 48, *caput*, ambos da Constituição Federal. Não havendo reserva de iniciativa sobre o tema, revela-se legítima a apresentação dos projetos por parte de parlamentar, encontrando abrigo na regra geral do art. 61, *caput*, da mesma Constituição.

No que se refere ao conteúdo, não se vislumbra nenhuma incompatibilidade entre a norma que se pretende aprovar e os preceitos que informam o texto constitucional vigente.

Quanto aos aspectos de juridicidade, técnica legislativa e redação, também não vemos o que se possa objetar, estando os textos em sintonia com o prescrito nas regras da Lei Complementar nº 95/98 e suas alterações.

Tudo isso posto, outro não pode ser o nosso voto senão no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e redação dos Projetos de Lei nºs 3.984, de 2004 e 2.545, de 2003.

Sala da Comissão, 14 de abril de 2009. – Deputado **José Carlos Aleluia**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.984-A/2004 e

do de nº 2.545/2003, apensado, nos termos do Parecer do Relator, Deputado José Carlos Aleluia.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 5.077-B, DE 2005

(Do Sr. Nelson Bornier)

Obriga todas as praças de pedágio a criarem guichês específicos para o atendimento à veículos ciclomotores, motos, motocicletas, motonetas e triciclos; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. JAIR DE OLIVEIRA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela inconstitucionalidade e injuridicidade (relator: DEP. REGIS DE OLIVEIRA).

Despacho: Às Comissões de: Viação e Transportes; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 Ricd).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

PARECER VENCEDOR

Trata-se de projeto de lei que visa obrigar todas as praças de pedágio a criarem guichês específicos para o atendimento à veículos ciclomotores, motos, motocicletas, motonetas e triciclos.

Como justificativa, o autor, ilustre deputado Nelson Bornier, alega as dificuldades enfrentadas pelos motociclistas nos guichês de pedágio que vão desde o tempo despendido para o pagamento até a falta de segurança enfrentada no posicionamento das motocicletas nas filas do pedágio.

Distribuída, preliminarmente, à Comissão de Viação e Transporte, o relator, ilustre deputado Jair de Oliveira concluiu pela aprovação da proposição, na forma do substitutivo apresentado.

Submetido à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o relator, ilustre deputado Carlos Willian apresentou voto pela aprovação da proposição sugerindo o aperfeiçoamento da ementa.

Embora a matéria seja louvável, a sua instituição na ordem jurídica deve ocorrer em conformidade com as disposições constitucionais e legais em vigor.

As estradas são bens públicos que podem ser explorados diretamente ou mediante concessão. Naturalmente, cada ente da federação, União, Estados ou Municípios, goza de discricionariedade administrativa para decidir se, quando e como devem ser exploradas suas vias públicas. Tal discricionariedade permite que cada ente da Federação decida, avaliando critérios de conveniência e oportunidade, quais vias devem ser submetidas à licitação, bem como a melhor oportunidade para realizar tais serviços.

Assim, é importante perceber que o exercício dessa discricionariedade administrativa é de competência exclusiva do Poder Executivo de cada um dos entes federados. Não pode o Poder Legislativo intrometer-se no juízo discricionário que a separação dos poderes assegurou ao Executivo.

Por isso, a doutrina e a jurisprudência vêm reconhecendo que há uma zona de atuação reserva ao executivo, denominando-a “reserva de administração”.

A reserva de administração é aquela que por disposição da lei maior é livre, discricionário e exclusivo desenrolar da ação administrativa.

Segundo Canotilho, “por reserva de administração entende-se um núcleo funcional da administração resistente à lei, ou seja, um domínio reservado à administração contra as ingerências do parlamento” (Canotilho, J.Joaquim Gomes, “Direito Constitucional e Teoria da Constituição”, 6ª edição, Coimbra, 2002, pág. 733).

Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

“O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. É que, em tais matérias, o Legislativo não se qualifica como instância de revisão dos atos administrativos emanados do Poder Executivo. Precedentes. Não cabe, desse modo, ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de poderes, desconstituir, por lei, atos de caráter administrativo que tenham sido editados pelo Poder Executivo, no estrito desempenho de

suas privativas atribuições institucionais. Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgredir o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação ultra vires do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais.” (STF, ADI 2364 MC/AL, relator Ministro Celso de Mello, julgada em 01/08/2001 pelo Tribunal Pleno).

O poder de atuação de que dispõe cada órgão superior do Estado deve ser limitado de modo a não invadir ou cercear a execução e aplicação das leis da competência de qualquer dos outros, a fim de que se garanta o equilíbrio inerente à separação de poderes.

Em matéria de organização da estruturação da administração, dos serviços públicos, há um limite de pormenorização normativa que está reservada à regulamentação, sob pena de, do contrário, o legislador já estar, efetivamente, administrando.

Assim, o Poder Legislativo, no estabelecimento de normas gerais, não pode descer a detalhes a ponto de interferir em decisões administrativas, tais como o número máximo ou mínimo de praças de pedágio, o número de atendentes por praça ou, como sugere o projeto de lei sob análise, a inclusão de guichês para atendimento exclusivo de veículos ciclomotores, motos, motocicletas, motonetas e triciclos. O poder concedente detém poder discricionário exclusivo, resguardado constitucionalmente da interferência do Poder Legislativo, para decidir sobre a questão.

Diante de todo o exposto, conclui pela inconstitucionalidade, antijuridicidade e, no mérito, pela rejeição.

Sala da Comissão, 18 de setembro de 2007. – Deputado **Regis de Oliveira**.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, contra os votos dos Deputados Luiz Couto, Geraldo Pudim e José Genoíno, pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei nº 5.077-A/2005, nos termos do parecer do Deputado Regis de Oliveira, designado Relator do vencedor. O parecer do Deputado Carlos William passou a constituir voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, Eliseu Padilha, Bonifácio de Andrada e José Maia Filho – Vice-Presidentes, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Carlos Bezerra, Colbert Martins, Eduardo Cunha, Efraim Filho, Emiliano José, Felipe Maia, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gerson Peres, Gonzaga

Patriota, Indio da Costa, Jefferson Campos, João Almeida, João Campos, João Paulo Cunha, José Carlos Aleluia, José Eduardo Cardozo, José Genoíno, Jutahy Junior, Marcelo Itagiba, Marcelo Ortiz, Márcio França, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Regis de Oliveira, Roberto Magalhães, Rubens Otoni, Sérgio Barradas Carneiro, Sérgio Brito, Valtênir Pereira, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Bispo Gê Tenuta, Chico Lopes, Dilceu Sperafico, Dr. Rosinha, Hugo Leal, João Magalhães, José Guimarães, Leo Alcântara, Luiz Couto, Marcos Medrado, Pastor Pedro Ribeiro, Renato Amary e Silvio Costa.

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO CARLOS WILLIAM

I – Relatório

1. O presente projeto de lei tem por objetivo obrigar a todas as praças de pedágios a criarem guichês específicos para o atendimento a veículos ciclomotores, motos, motocicletas, motonetas e triciclos.

2. Alega-se, em **justificação**, que o tempo despendido pelos motociclistas, para pagar o pedágio, é consideravelmente maior, pois têm de retirar as luvas, pegar o dinheiro, que pode estar guardado numa pochete ou bolsa e, em caso de chuva, o acesso aos documentos e ao dinheiro se torna mais complicado, porque o motociclista terá de abrir a capa de chuva e, após, tirar as luvas. Além disso, a comunicação com o operador da cabine implicará na retirada do capacete.

Acrescenta ainda a **justificação**, quanto ao posicionamento da moto no pedágio, a situação também é especial. Se a moto avançar ao lado dos carros, haverá reclamações de toda ordem; se a moto ficar na fila, ocupando o lugar de um carro, os motoristas se postarão ao lado da moto, como acontece no trânsito, dia a dia.

E mais, a maioria das motos não podem ficar paradas por muito tempo com o motor ligado. O motociclista tem que desligá-la e empurrá-la, ao longo da fila, até a cabine. O resultado imediato disso tudo é sempre a demora na operação e, conseqüentemente, o aumento das filas.

3. A COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES aprovou o projeto, com **Substitutivo**, nos termos do parecer do relator, Deputado JAIR DE OLIVEIRA, dele se colhendo:

“Com efeito, não se pode obrigar as praças de pedágio a fazer o que quer que seja. São aqueles que administram as rodovias – Administração Pública ou concessionários – os que têm o dever de cumprir a lei. Outro aspecto a se considerar é que, em se tratando de matéria relativa à segurança da circulação de motocicletas, a proposta deveria ser incorporada ao Código de Trânsito Brasileiro, até como forma de viabilizar seu cumprimento em vias sob domínio de quaisquer dos entes federativos.”

4. O **Substitutivo** aprovado começa alterando a ementa:

“Acrescenta dispositivos ao Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a passagem de motocicletas por praças de cobrança de pedágio.”

O **art. 2º** acrescenta os seguintes **arts. 55-A e 243-A à Leis nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

“Art. 55-A. A passagem de motocicletas, motonetas ou ciclomotores por praça de cobrança de pedágio instalada em via pública deverá se dar por faixa exclusiva ou dedicada preferencialmente a esses veículos, estejam eles isentos ou não do pagamento da tarifa.”

.....
 “Art. 243-A Deixar, o responsável pela cobrança de pedágio em via pública, de reservar faixa exclusiva ou preferencialmente dedicada à passagem, pela praça de pedágio, de motocicletas, motonetas e ciclomotores.

Infração – gravíssima;
 Penalidade – multa.”

Quanto ao **art. 3º**, estabelece **cláusula de vigência** para **cento e vinte dias** após a publicação. É o relatório.

II – Voto

1. Compete à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA analisar projetos, emendas e substitutivos submetidos à Câmara e suas Comissões, do ponto de vista da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa (art. 32, IV, alínea a, do Regimento Interno).

2. Cuida-se do instalar nas praças de pedágio, obrigatoriamente, guichês especializados para atendimento a veículos ciclomotores e outros do gênero.

3. Trata-se, com efeito, de matéria da competência legislativa privativa da União, a teor do art. 22, XI, da Constituição Federal, segundo o qual:

“Art. 22 Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
 XI – trânsito e transporte;

4. Com fulcro nessa disposição, foi editada a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código Brasileiro de Trânsito. Daí por que bem se houve o Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes de incluir, no seu bojo, a matéria cogitada no PL.

5. Verifica-se, assim, que tanto PL quanto Substitutivo se enquadram nas normas constitucionais, pelo que o voto é pela sua constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Quanto à ementa do Substitutivo, todavia, merece ser aperfeiçoada, o que se empreende na emenda anexa.

Sala da Comissão, de maio de 2007. – Deputado **Carlos Willian**.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.077, DE 2005

Acrescenta dispositivos ao Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a passagem de motocicletas por praças de cobrança de pedágio.

Autora: COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à **ementa** a seguinte redação:

“Acrescenta dispositivos ao Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a passagem de motocicletas, motonetas e ciclomotores por praças de cobrança de pedágio.”

Sala da Comissão, 14 de maio de 2007. – Deputado **Carlos Willian**.

PROJETO DE LEI Nº 5.091-B, DE 2005

(Do Sr. Moacir Micheletto)

Institui o Dia Nacional do Engenheiro Industrial Madeireiro; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. JOÃO CORREIA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. Tadeu Filippelli).

Despacho: Às Comissões de: Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 5.091, de 2005, de autoria do Deputado Moacir Micheletto, institui o Dia Nacional do Engenheiro Industrial Madeireiro, a ser comemorado, anualmente, no dia 26 de março, em todo o território nacional.

Segundo o autor, *“O trabalho do engenheiro industrial madeireiro começa na hora do corte das árvores. Depois, ele é responsável por fazer todas as transformações e os tratamentos necessários para produzir derivados de madeira, como celulose, compensados e aglomerados.”*

Acredita o autor, que *“Ao homenagearmos esse profissional dedicando-lhes um dia especial estamos reconhecendo o valor desta nova área especializada, e sobremaneira, do cidadão brasileiro que procura aliar desenvolvimento sustentável com conhecimento tecnológico.”*

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que, no mérito, a aprovou, unanimemente e sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado João Correia.

Decorrido o prazo regimental de cinco sessões neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De acordo com o Regimento Interno (art. 32, IV, a e art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei em epígrafe.

O projeto trata de matéria cuja competência legislativa é concorrentemente da União (CF, art. 24, IX), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Verificada a obediência aos requisitos constitucionais formais, constata-se, outrossim, que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material.

Ademais, o projeto é jurídico, pois está em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.091, de 2005.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 2008. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.091-A/2005, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Tadeu Filippelli.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: José Genoíno, Presidente em exercício (Art. 40, caput, do RI), Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **José Genoíno**, Presidente em exercício.

PROJETO DE LEI Nº 5.252-C, DE 2005

(Do Senado Federal)

PLS nº 297/2004

Ofício (SF) nº 767/2005

Institui o Dia Nacional da Alimentação; tendo pareceres: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (relatora: DEP. CELCITA PINHEIRO); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. LELO COIMBRA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relatora: DEP. SANDRA ROSADO).

Despacho: Às Comissões de: Seguridade Social e Família; Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de projeto de lei, oriundo do Senado Federal, que intenta instituir o “Dia Nacional da Alimentação”, a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de outubro.

A proposição em apreço é de autoria do Senador Maguito Vilela, que, na justificação, esclarece que a providência ora alvitada se afigura oportuna no sentido de mobilizar o Poder Público e conscientizar a sociedade brasileira da importância e da viabilidade da erradicação da fome e da desnutrição crônicas.

Nesta Câmara dos Deputados, a proposição em comento foi, inicialmente, despachada à Comissão de Seguridade Social e Família, que, unanimemente, concluiu por sua aprovação, nos termos do parecer da relatora, Deputada Celcita Pinheiro, que apresentou complementação de voto.

Em seguida, foi encaminhada à Comissão de Educação e Cultura, que, também, unanimemente, decidiu por sua aprovação, nos termos do parecer do relator, Deputado Lelo Coimbra.

Cabe, agora, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisá-la quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, a teor do que estabelece o art. 54, I, do Regimento Interno.

A matéria está submetida ao regime prioritário de tramitação e sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, conforme dispõe o art. 24, II, também do Regimento Interno.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto da Relatora

Sobre os aspectos de competência deste Órgão Colegiado, constatamos que estão atendidas as normas constitucionais relativas à competência legislativa da União para dispor sobre a matéria (art. 22, I), à atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (art. 48, *caput*,) e à legitimidade da iniciativa parlamentar concorrente (art. 61, *caput*).

Quanto à juridicidade, o contido na proposição em comento não discrepa do ordenamento jurídico vigente.

No tocante à técnica legislativa e à redação empregadas, a proposição em exame parece ajustar-se aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Pelas precedentes razões, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.252, de 2005.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2008. – Deputada **Sandra Rosado, Relatora.**

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.252-B/2005, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Sandra Rosado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli, Presidente.**

PROJETO DE LEI Nº 5.310-B, DE 2005

(Do Sr. Daniel Almeida)

Institui o dia 9 de junho como “Dia Nacional do Cipeiro”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. IVAN PAIXÃO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. GONZAGA PATRIOTA).

Despacho: Às Comissões de: Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer Dacomissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Pelo presente Projeto de lei, pretende o seu ilustre Autor homenagear os “cipeiros” (membros das CIPAS – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, criadas em 1978).

Alega o Autor a importância das CIPAS e dos seus membros, que fizeram diminuir o número de acidentes do Trabalho no país, e a necessidade que se tem de continuar a valorizar a segurança do trabalho no país, em razão do número ainda alto de acidentes.

Ainda em 2005 o Projeto foi distribuído à CEC – Comissão de Educação e Cultura, onde foi aprovado nos termos do Parecer do Relator, ilustre Deputado IVAN PAIXÃO.

Após o regular desarquivamento no início da Legislatura, o Projeto encontra-se nesta douta CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde aguarda Parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no prazo do regime ordinário de tramitação.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O Projeto de lei em epígrafe não tem problemas de iniciativa – só a lei federal pode evidentemente instituir um “Dia Nacional” no país.

A matéria insere-se entre as de competência da União (CF: art. 48, **caput**) e a iniciativa não é reservada.

Também não há problemas no terreno legal e regimental, e a técnica legislativa empregada é adequada.

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.310, de 2005.

É o voto.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 2008. – Deputado **Gonzaga Patriota**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.310-A/2005,

nos termos do Parecer do Relator, Deputado Gonzaga Patriota.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 5.540-B, DE 2005

(Do Sr. Ary Kara)

Institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Radiologia; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação deste e pela rejeição do de nº 5.777/05, apensado (relator: DEP. JOSÉ LINHARES); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do de nº 5.777/05, apensado (relator: DEP. JORGINHO MALULY).

Despacho: Às Comissões de: Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado **Ary Kara**, tem como único escopo instituir o Dia Nacional dos Trabalhadores em Radiologia, a ser comemorado anualmente no dia 29 de outubro em todo o território nacional.

O autor justifica sua iniciativa ressaltando que homenagear os trabalhadores em radiologia é um ato de reconhecimento da relevância dos serviços prestados por esses profissionais à saúde dos brasileiros. Lembra que o dia escolhido para a celebração é a data

em que foi editada a Lei nº 7.394/85, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico em radiologia.

À proposição acima mencionada, foi apensado o Projeto de Lei nº 5.777, de 2005, de autoria do Deputado Paulo Magalhães, com objetivo semelhante: instituir o Dia do Técnico em Radiologia, a ser comemorado no dia 8 de novembro, dia em que Röntgen descobriu experimentalmente o funcionamento do Raio X.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que, no mérito, aprovou o PL 5.540/05 (principal) e rejeitou o PL 5.777/05 (apensado), nos termos do parecer do relator, Deputado José Linhares.

Esgotado o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas aos projetos.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a* e art. 54), determina caber a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a pronúncia acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dos Projetos de Lei em análise.

Os requisitos constitucionais formais exigidos para a regular tramitação das proposições foram atendidos, na medida em que os projetos disciplinam matéria relativa à cultura, sendo, então, competência legislativa concorrentemente da União, Estados e Distrito Federal sobre ela legislar (CF, art. 24, IX). Em decorrência, afere-se do texto constitucional caber ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). Outrossim, a iniciativa parlamentar de ambos os projetos é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Paralelamente, observa-se que as proposições também respeitam os demais dispositivos constitucionais de cunho material, estando em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que as proposições encontram-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.540, de 2005 e do Projeto de Lei nº 5.777, de 2005.

Sala da Comissão, 06 de novembro de 2008. – Deputado **Jorginho Maluly**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.540-A/2005 e do PL 5.777/2005, apensado, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Jorginho Maluly.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**. Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 6.277-C, DE 2005

(Dos Srs. Geraldo Resende e Antônio Carlos Biffi)

Denomina Rodovia Federal Francisco Anselmo Gomes de Barros a BR-359, no trecho Coxim – Alcinoópolis; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. MOISÉS AVELINO); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. CARLOS ABICALIL); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. NELSON TRAD).

Despacho: Às Comissões de: Viação e Transportes; Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 Ricd).

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Pelo presente Projeto de lei, pretendem os seus ilustres Autores dar denominação supletiva ao trecho

rodoviário federal mencionado na ementa, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Justificam a homenagem os Autores do Projeto, aduzindo que o homenageado foi ardoroso defensor do meio ambiente e do Pantanal entre nós. Morreu pela causa.

Ainda em 2006 o Projeto foi distribuído à CVT – Comissão de Viação e Transportes, mas não chegou a ser apreciado à época. Já na presente legislatura, após o regular desarquivamento, aquele órgão técnico afinal aprovou o Projeto, nos termos do Parecer do Relator, nobre Deputado MOISÉS AVELINO.

A seguir foi a vez da CEC – Comissão de Educação e Cultura, analisar o Projeto, tendo sido o mesmo também aprovado pela Comissão, também endossando-se o Parecer do Relator, ilustre Deputado CARLOS ABICALIL.

Agora o Projeto encontra-se nesta douta CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde aguarda Parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no prazo do regime ordinário de tramitação.

É o relatório.

II – Voto do Relator

A iniciativa da presente proposição é válida, pois evidentemente só a lei federal pode dar denominação à trecho de rodovia federal.

A matéria insere-se entre as da competência da União (CF: art. 48, **caput**) e a iniciativa não é reservada.

No terreno da juridicidade, o Projeto é amparado pelo art. 2º da Lei nº 6.682/79, como bem lembrou o colega Relator na CVT.

Finalmente, quanto à técnica legislativa, nada a objetar.

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 6.277/05.

É o voto.

Sala da Comissão, 08 de dezembro de 2008. – Deputado **Nelson Trad**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.277-B/2005, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Nelson Trad.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia,

Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 6.327-B, DE 2005

(Do Sr. Gonzaga Patriota)

Denomina a nova Refinaria de petróleo de Pernambuco de Refinaria Abreu e Lima; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. PAULO RUBEM SANTIAGO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. WOLNEY QUEIROZ).

Despacho: Às Comissões de: Educação e Cultura; Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Pelo presente Projeto de lei, quer o seu ilustre Autor atribuir o nome de ABRU E LIMA – “homem cosmopolita que nunca deixou de ser um grande brasileiro e defensor da América do Sul”, à nova Refinaria de petróleo do Estado de Pernambuco.

O Projeto foi distribuído, ainda na Legislatura anterior, à CEC – Comissão de Educação e Cultura, onde terminou aprovado, já no início da presente Legislatura, nos termos do Parecer do Relator, nobre Deputado PAULO R. SANTIAGO.

Agora o Projeto encontra-se nesta douta CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde aguarda Parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no prazo do regime ordinário de tramitação.

É o relatório.

II – Voto do Relator

A iniciativa da proposição em epígrafe é válida, pois sendo a “refinação de petróleo nacional ou estrangeiro” monopólio da União entre nós (CF: art. 177, II) é evidente que só a lei federal pode dar denominação à uma Refinaria.

O (sucinto) Projeto de lei não oferece, outrossim, outro problema no plano constitucional, nem sob os aspectos jurídico e regimental. Há inclusive precedentes na atribuição por lei de denominação a Refinaria de petróleo no país, como apontado pelo nobre colega Relator na Comissão de mérito. A técnica legislativa empregada é adequada.

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 6.327/05.

É o voto.

Sala da Comissão, 04 de agosto de 2008. – Deputado **Wolney Queiroz**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.327-A/2005, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Wolney Queiroz.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 6.367-B, DE 2005 (Do Sr. Rafael Guerra)

Institui o Dia do Intensivista; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. PROFESSOR SETIMO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. COLBERT MARTINS).

Despacho: Às Comissões de: Educação e Cultura; Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Em análise o Projeto de Lei nº 6.367, de 2005, de autoria do Deputado Rafael Guerra, que tem como escopo único instituir o Dia Nacional do Intensivista, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de novembro.

O autor, ao justificar a iniciativa, esclarece que o projeto pretende homenagear o médico intensivista, anualmente, no dia 10 de novembro, data da fundação da AMIB – Associação de Medicina Intensiva Brasileira, reconhecida como entidade oficial da especialidade pelos principais órgãos que representam a classe médica: o Conselho Federal de Medicina (CFM) e pela Associação Médica Brasileira (AMB). Assevera, ainda, que a AMIB busca sempre a excelência na capacitação e qualificação profissional; a humanização das UTIs, envolvendo pacientes, familiares e equipes; fomenta a pesquisa; valoriza os princípios éticos e bioéticos e tem o compromisso com a responsabilidade social e defesa da assistência universal e igualitária nas questões de saúde.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que, no mérito, a aprovou, unanimemente e sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado Professor Sétimo.

Decorrido o prazo regimental de cinco sessões neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De acordo com o Regimento Interno (art. 32, IV, a e art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei em epígrafe.

O projeto trata de matéria cuja competência legislativa é concorrentemente da União (CF, art. 24, IX), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Verificada a obediência aos requisitos constitucionais formais, constata-se, outrossim, que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material.

Ademais, o projeto é jurídico, pois está em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.367, de 2005.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2008. –
Deputado **Colbert Martins**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.367-A/2005, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Colbert Martins.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. –
Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 7.022-B, DE 2006

(Do Sr. Beto Albuquerque)

Confere ao município de São Leopoldo o título de “Berço da Colonização Alemã no Brasil”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. JOÃO MATOS); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. VALTENIR PEREIRA).

Despacho: Às Comissões de: Educação e Cultura; Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei referenciado atribui confere ao Município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, o título de “Berço da Colonização Alemã no Brasil”.

A proposição foi distribuída à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que a aprovou, em julgamento de mérito, sem emenda.

Nesta fase, o projeto de lei em epígrafe, que tramita em regime ordinário e sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões, encontra-se submetido ao crivo desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para parecer, ocasião em que também não recebeu emenda.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Consoante o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, consoante o art. 32, IV, “a”, do RICD, compete a esta CCJC manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e redacional do projeto de lei referenciado.

Analisando-o, verifico que estão satisfeitos os mandamentos dos artigos 22, I e 61 da Lei Maior não ocorrendo, pois, vício constitucional. Ademais, ele não contraria Princípio Geral de Direito, de onde decorre a juridicidade de seus mandamentos.

Quanto à técnica legislativa e redacional com que foi elaborado, o projeto não merece reparo, vez que observa os ditames da Lei Complementar Nº 95/98, que disciplina o processo de elaboração das leis.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica redacional e legislativa do Projeto de Lei Nº 7.022, de 2006.

Sala da Comissão, em 5 de junho de 2009. –
Deputado **Valtenir Pereira**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.022-A/2006, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Valtenir Pereira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Panunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 7.402-B, DE 2006

(Do Sr. Antônio Carlos Biffi)

Institui o dia 8 de julho como o Dia dos Trabalhadores em Massas Alimentícias; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. SEVERIANO ALVES); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. SANDRO MABEL).

Despacho: Às Comissões de: Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Em análise o Projeto de Lei nº 7.402, de 2006, de autoria do Deputado Antônio Carlos Biffi, tem como escopo único instituir o Dia dos Trabalhadores em Massas Alimentícias, a ser comemorado, anualmente, em todo o território nacional, no dia 8 de julho.

Em sua justificação, o autor afirma:

“Nesta data é comemorado o Dia do Padeiro, entretanto entendemos que precisamos estender a comemoração aos trabalhadores em massas alimentícias, pois segundo a Classificação Brasileira de Ocupações, CBO, do Ministério do Trabalho, o Grupo de Base dos Padeiros, Confeiteiros e afins compreende

atividades de padeiro, confeitoiro e masseiro (de massas alimentícias).”

Ainda de acordo com o autor, o surgimento de novas tecnologias vem alterando o exercício de profissões tradicionais e exige atualização não só nas denominações como na especificação das atividades.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que, no mérito, a aprovou, contra o voto em separado do Deputado Dr. Ubiali, nos termos do parecer do relator-substituto, Deputado Severiano Alves.

Decorrido o prazo regimental de cinco sessões neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De acordo com o Regimento Interno (art. 32, IV, a e art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei em epígrafe.

O projeto trata de matéria cuja competência legislativa é concorrentemente da União (CF, art. 24, IX), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Verificada a obediência aos requisitos constitucionais formais, constata-se, outrossim, que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material.

Ademais, o projeto é jurídico, pois está em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.402, de 2006.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2008. – Deputado **Sandro Mabel**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e

técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.402-A/2006, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Sandro Mabel.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Panunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 7.428-C, DE 2006

(Do Sr. Paes Landim)

Denomina “Milton Brandão” a rodovia BR-404 que liga as cidades de Piri-piri – PI, a Icó – CE; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. JOSÉ AIRTON CIRILO); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. ÁTILA LIRA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. PASTOR PEDRO RIBEIRO).

Despacho: Às Comissões de: Viação e Transportes Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Pelo presente Projeto de lei, pretende o seu ilustre Autor dar denominação à rodovia federal descrita na ementa, que corta os Estados do Ceará e do Piauí.

Após o regular desarquivamento no início da Legislatura, o Projeto foi distribuído inicialmente à Comissão de Viação e Transportes, que o aprovou nos termos do Parecer do Relator, nobre Deputado JOSÉ AIRTON CIRILO.

A seguir, já neste ano, o Projeto foi analisado pela CEC – Comissão de Educação e Cultura, que também o aprovou nos termos do Parecer do Relator, nobre Deputado ÁTILA LIRA.

Agora o Projeto encontra-se nesta douda CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde aguarda Parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no prazo do regime ordinário de tramitação.

É o relatório.

II – Voto do Relator

A iniciativa da proposição em epígrafe é válida, pois à evidência só se pode dar denominação à uma rodovia federal por lei federal. A matéria insere-se entre as de competência da União e não tem a iniciativa reservada ao Executivo (CF: art. 48, **caput**).

Sem problemas no terreno da constitucionalidade, o sucinto Projeto de lei encontra amparo legal no art. 2º da Lei nº 6.682/79, como bem apontado pelo colega Relator na CVT.

Finalmente, a técnica legislativa empregada é adequada.

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 7.428/06.

É o voto.

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2008. – Deputado **Pastor Pedro Ribeiro**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.428-B/2006, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Pastor Pedro Ribeiro.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Panunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 79-B, DE 2007

(Da Sra. Ana Arraes)

Institui o dia 9 de dezembro como o “Dia Nacional do Frevo”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. RUBEM SANTIAGO e relator-substituto: DEP. NERI GELLER); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. GONZAGA PATRIOTA).

Despacho: Às Comissões de: Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**I – Relatório**

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria da Deputada Ana Arraes, institui o dia 9 de dezembro como o “Dia Nacional do Frevo”, em homenagem à data natalícia do maestro Nelson Ferreira.

A autora ressalta, em sua justificação, o papel decisivo que Nelson Heráclito Alves Ferreira exerceu para a divulgação do frevo, ritmo contagiante, genuinamente pernambuca. N^o Segundo ela, *“Os frevos e as evocações de Nelson Ferreira que energizam até hoje as evoluções coreográficas dos ‘passistas frevolentos, pierrôs e porta-bandeiras’, também arrastam consigo nos becos e travessias estreitas e sombras da velha capital pernambucana, o fervor de multidões arrebatadas.”* Acrescenta que *“É raro dentre os brasileiros haver um que não prescinda no corpo os primeiros acorde de um frevo.”*

A proposição tramita em regime ordinário e é de competência conclusiva das comissões, conforme preceitua o art. 24, II do Regimento Interno desta Casa. Foi distribuída, para exame de mérito, à Comissão de Educação e Cultura, que a aprovou unanimemente e sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado Paulo Rubem Santiago, e do relator-substituto, Deputado Neri Geller.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas neste Órgão Técnico.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a c/c art. 54),

cumprir que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analise os aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa do Projeto de Lei nº 79, de 2007.

A matéria é de competência legislativa concorrente da União (CF, art. 24, IX). Cabe ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa do parlamentar é legítima (CF, art. 61), uma vez que não está reservada a outro Poder.

Depois de verificados os requisitos constitucionais formais, afere-se que a proposição respeita, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material. Além disso, o projeto está em acordo com as demais normas infra-constitucionais em vigor no país, assim como atende aos princípios de Direito.

No que diz respeito à técnica legislativa, nada há a ser modificado. O Projeto de Lei ora examinado foi elaborado conforme as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 79, de 2007.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 2008. – Deputado **Gonzaga Patriota**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 79-A/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Gonzaga Patriota.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtênir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 677-C, DE 2007

(Do Sr. Paulo Roberto)

Institui o Dia Nacional de Conscientização da Hemofilia; tendo pareceres: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (relatora: DEP. JANETE ROCHA PIETÁ); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. DR. UBIALI); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. INDIO DA COSTA).

Despacho: Às Comissões de: Seguridade Social e Família; Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**I – Relatório**

O projeto de lei n.677, sob análise, propõe a Criação do “Dia Nacional de Conscientização a Hemofilia” em 17 de abril de cada ano, com o objetivo do Estado promover nesta data atividades voltadas à saúde do portador de hemofilia e à conscientização da sociedade sobre a doença, o seu tratamento e as formas de prevenção e reabilitação.

Com efeito, não se trata de modo algum de instituição de data comemorativa, mas sim com o propósito ainda mais nobre de suscitar o debate em torno dessa doença, um momento para reflexão e conscientização da sociedade, o que por essas razões mereceu aprovação unânime na Comissão de Educação e Cultura; e na Comissão de Seguridade Social e Família, encaminhado o projeto a esta Comissão de Constituição e Justiça para relatório final em caráter terminativo, inclusive.

II – Voto do Relator

Quanto ao mérito, louva-se a iniciativa desta proposição que manifesta a devida preocupação em conscientizar a sociedade sobre a hemofilia, para isso reservando o dia 17 de abril de cada ano com o propósito do Estado fomentar nesta data atividades voltadas ao portador da doença, sua inserção na sociedade e a conscientização sobre as formas de tratamento e reabilitação, num verdadeiro exercício de cidadania.

Cumprindo avaliar a juridicidade e a constitucionalidade desta proposição, não há qualquer mácula

nesse sentido, até porque a promoção da Saúde é um dever do Estado (art.196 Constituição Federal), cumprindo a todas as suas instâncias de governo tal obrigação (Art.23 n.II Constituição Federal), por isso não interferindo esta proposta na repartição dos poderes quando outorga ao Poder executivo o dever de promover e coordenar as atividades nesta data reservada a conscientização da hemofilia, na medida em que essas ações são justamente de sua atribuição pelo próprio comando Constitucional.

Igualmente, não há reparo algum ao texto ou a redação da proposta, pois atende a boa técnica como se exige.

Por essas razões, prestigia-se a iniciativa, concluindo pela aprovação do Projeto de Lei 677, de 2007

Sala da Comissão, 16 de abril de 2009. – Deputado **Indio da Costa**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 677-B/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Indio da Costa.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 764-B, DE 2007

(Do Sr. Geraldo Thadeu)

Institui o Dia Nacional do Ouvidor; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. PROFESSOR RUY PAULETTI); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e téc-

nica legislativa (relator: DEP. HUMBERTO SOUTO).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, tem como único objetivo instituir o Dia Nacional do Ouvidor, a ser comemorado anualmente no dia 16 de março.

Conforme informa em sua justificação o autor, o Dia do Ouvidor foi criado em 2001, durante o VI Encontro Nacional de Ouvidores/Ombudsmen, realizado em Recife, anos após a criação, em 16 de março de 1995, da Associação Brasileira de Ouvidores – ABO.

Esclarece que “a Ouvidoria atua e se relaciona interna e externamente com o seu público de maneira a garantir aos cidadãos o suporte necessário na obtenção dos serviços e produtos de qualidade. É um canal constituído e oferecido à população para receber críticas, sugestões, elogios e também tirar dúvidas, constituindo-se, portanto, um instrumento de excelência para o fortalecimento da cidadania.”

Acredita que a aprovação do presente projeto de lei contribuirá para que as Ouvidorias cumpram com seu papel institucional de zelar pelo direito à manifestação do cidadão.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que, no mérito, aprovou, unanimemente e sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado Ruy Pauletti.

Decorrido o prazo regimental de cinco sessões neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De acordo com o Regimento Interno (art. 32, IV, a e art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 764, de 2007.

O projeto trata de matéria cuja competência legislativa é concorrentemente da União (CF, art. 24, IX), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República

(CF, art. 48). A iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Constatada a obediência aos requisitos constitucionais formais, verifica-se, outrossim, que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material.

Ademais, o projeto é jurídico, pois está em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 764, de 2007.

Sala da Comissão, 17 de março de 2008. – Deputado **Humberto Souto**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 764-A/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Humberto Souto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 769-B, DE 2007

(Do Sr. Angelo Vanhoni)

Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relatora: DEP. ALICE PORTUGAL); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. VITAL DO RÊGO FILHO).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Em análise o Projeto de Lei nº 769, de 2007, de autoria do Deputado Ângelo Vanholi, que institui o Dia Nacional da Educação Ambiental, a ser comemorado, anualmente, no dia 3 de junho, em todo o território nacional.

O autor argumenta que com o advento das novas tecnologias de produção, as sociedades modernas passaram a estabelecer novos patamares de consumo. Com isso, houve graves conseqüências ambientais como o aquecimento global, a poluição e a escassez da água, a poluição do solo e do ar e o acentuado problema do desmatamento das florestas.

Acredita que a instituição de um Dia Nacional da Educação Ambiental, a ser comemorado na mesma data em que começou a ECO-92 no Rio de Janeiro, contribuirá para aumentar o debate sobre o tema e construir uma sinergia em torno dele.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que, no mérito, a aprovou, unanimemente e sem emendas, nos termos do parecer da relatora, Deputada Alice Portugal.

Esgotado o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a e art. 54), determina caber a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a pronúncia acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei em análise.

Os requisitos constitucionais formais exigidos para a regular tramitação da proposição foram atendidos, na medida em que o projeto disciplina matéria relativa à cultura, sendo, então, competência legislativa concorrentemente da União, Estados e Distrito Federal sobre ela legislar (CF, art. 24, IX). Em decorrência, afere-se do texto constitucional caber ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). Outrossim, a iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se

trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Paralelamente, observa-se que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material, estando em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 769, de 2007.

Sala da Comissão, 04 de agosto de 2008. – Deputado **Vital Do Rêgo Filho**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 769-A/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Vital do Rêgo Filho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 1.677-B, DE 2007

(Do Sr. Gastão Vieira)

Institui o dia 18 de junho como Dia do Tambor-de-Crioula; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. PAULO RUBEM SANTIAGO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. FLÁVIO DINO).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O presente projeto, proposto pelo Deputado Gastão Vieira, tem por objetivo instituir o dia 18 de junho como Dia do Tambor-de-Crioula. Explica, em sua justificativa, que se trata de manifestação cultural maranhense oficialmente reconhecida pelo Ministério da Cultura como Patrimônio Imaterial do Brasil no dia 18 de junho de 2007.

Na Comissão de Educação e Cultura, o projeto foi aprovado à unanimidade.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Tendo em vista as atribuições regimentais da CCJC (art. 32, IV, alínea a do Regimento Interno), cabe inicialmente ressaltar que, do ponto de vista da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta quaisquer vícios. A matéria é de competência legislativa concorrente da União, conforme expressa o art. 24, IX, da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade material, o PL também não apresenta vícios, pois não fere qualquer tipo de preceito constitucional. A proposição em tela preenche, também, os requisitos de juridicidade e de boa técnica legislativa, estando em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar 95.

Aproveitando o ensejo, cabe elogiar a relevante iniciativa do Deputado Gastão Vieira. Como bem demonstrado pelo Deputado Paulo Rubem Santiago no parecer que elaborou para a Comissão de Educação e Cultura, presente Projeto de Lei enaltece a manifestação cultural do Tambor-de-Crioula, “oportunizando o conhecimento para os demais de nossa rica cultura popular, repleta de usos, costumes, gestos, modismos, danças, cantorias, e todos, sagrados, legitimados pelo povo que se exprime com sentimento e vivacidade”. A aprovação deste Projeto constitui justo reconhecimento e apoio a todos os participantes de tão bela manifestação do povo maranhense e brasileiro.

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL 1677/2007.

Sala da Comissão, 15 de maio de 2008. – Deputado **Flávio Dino**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.677-A/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Flávio Dino.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.176-B, DE 2008

(Do Sr. Rodovalho)

Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção a Trombose; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. DR. UBIALI); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. COLBERT MARTINS).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD.)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Deputado Rodovalho, que intenta instituir o Dia Nacional de Combate e Prevenção a Trombose, a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de setembro.

Na justificativa, o autor esclarece que “a Trombose Venosa profunda (TVP) é uma doença grave, caracterizada pela formação aguda de um trombo (coágulo)

no interior das veias profundas da perna. Infelizmente quando não diagnosticada a tempo e tratada adequadamente, pode evoluir e causar sérias complicações, que podem incapacitar o indivíduo para determinadas atividades e até levar ao óbito”.

Aduz, ainda, que “a TVP com frequência não dá sinais de alerta e, por isso, pode passar despercebida. É comum só ser descoberta frente a uma grave complicação da doença. Tanto a prevenção quanto avaliação do risco tromboembólico são medidas simples, porém vitais, daí a importância de médicos e pacientes estarem juntos no combate à TVP”.

Finalmente, conclui que “o objetivo deste projeto é levar informação clara e objetiva à população, de modo a conscientizá-la da gravidade da doença e da necessidade da adoção de medidas preventivas”.

A proposição em epígrafe foi, inicialmente, examinada pela Comissão de Educação e Cultura, que, unanimemente, concluiu por sua aprovação, nos termos do voto do relator, Deputado Dr. Ubiali.

Cabe, agora, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisá-la quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, a teor do que estabelece o art. 54, I, do Regimento interno.

A matéria está submetida ao regime de tramitação ordinária e sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, conforme dispõe o art. 24, II, também do Regimento Interno.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Quanto aos aspectos de competência deste Órgão Colegiado, constatamos que estão atendidas as normas constitucionais relativas à competência legislativa da União para dispor sobre a matéria (art. 22, I), à atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (art. 48, *caput*), e à legitimidade da iniciativa parlamentar corrente (art. 61, *caput*).

No que toca à juridicidade, verificamos a conformação da proposição em exame com o direito, porquanto não ofende princípios e regras da ordem jurídica vigente.

No que tange à técnica legislativa e à redação utilizadas, a proposição em comento parece ajustar-se aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.176, de 2008.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2008. – Deputado **Colbert Martins, Relator..**

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.176-A/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Colbert Martins.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Panunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtênir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli, Presidente.**

PROJETO DE LEI Nº 3.216-C, DE 2008

(Do Sr. Daniel Almeida)

Denomina “Ponte Antônio Conselheiro” a ponte sobre o Rio São Francisco, localizada na rodovia BR-116, na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. CLÁUDIO CAJADO); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relatora: DEP. ALICE PORTUGAL); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. GONZAGA PATRIOTA).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei referenciado atribui à ponte sobre o Rio São Francisco, localizada na Rodovia BR-116, na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco a denominação de “Ponte Antônio Conselheiro”.

Popularmente conhecida como Ponte do Ibó, por cujo trajeto Antônio Conselheiro passava de canoa em suas vindas da cidade de Juazeiro do Norte, essa ponte deveria ter sido construída há quarenta anos, quando a BR- 116 foi desviada por Petrolina pelo governador pernambucano, Nilo Coelho, aumentando em mais duzentos quilômetros o trajeto entre o nordeste e o sudeste.

A ex-prefeita Cleuza Pereira do Nascimento e muitos outros salgueirenses sempre defenderam a necessidade de construção da Ponte do Ibó. Tive o privilégio, juntamente com o Dep. Mário Negromonte, de apresentar emenda ao Orçamento Geral da União, para a sua construção.

A proposição – que pretende homenagear o líder carismático que liderou a famosa Guerra dos Canudos, imortalizado na obra-prima de Euclides da Cunha, “Os Sertões” – foi distribuída à Comissão de Viação e Transportes e à de Educação, Cultura e Desporto, sendo por elas aprovada, sem qualquer emenda, em julgamento de mérito.

Nesta fase, o projeto de lei em epígrafe, que tramita em regime ordinário e sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões, encontra-se submetido ao crivo desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para parecer, ocasião em que não recebeu emenda.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Consoante o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 32, IV, “a”, do RICD, compete a esta CCJC manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, bem como sobre a técnica legislativa e redacional do projeto de lei referenciado.

Analisando-o, verifico que estão satisfeitos os mandamentos dos artigos 22, I e 61 da Lei Maior não ocorrendo, pois, vício constitucional. Ademais, ele não contraria Princípio Geral de Direito, de onde decorre a juridicidade de seus mandamentos.

Quanto à técnica legislativa e redacional com que foi elaborado, não merece reparo, vez que observa os ditames da Lei Complementar N° 95/98, que disciplina o processo de elaboração das leis.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica redacional e legislativa do Projeto de Lei N° 3.216, de 2008.

Sala da Comissão, 21 de maio de 2009. – Deputado **Gonzaga Patriota**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei n° 3.216-B/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Gonzaga Patriota.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI N° 3.313-B, DE 2008

(Do Sr. Costa Ferreira)

Institui o Dia Nacional da Fé Cristã; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. JOSÉ LINHARES); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. CARLOS WILLIAN).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer Da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe pretende instituir o Dia Nacional da Fé Cristã, a ser comemorado anualmente no dia 25 de dezembro.

O autor da proposição justifica sua iniciativa nos seguintes termos:

“Acredito existirem três razões que justificam a instituição do Dia Nacional da Fé Cristã: os brasileiros são em sua maioria cristãos; a data celebrada coincide com o dia do nascimento de Jesus Cristo, origem, razão e inspiração das religiões que o seguem e não configura a criação de mais de um feriado, pois permite a todos irmanados pelos sentimentos cristãos comemorar em dia já consagrado os mais puros sentimentos de confraternização e renovação da fé em Cristo.”

A matéria tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III) e é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura que, no exame de mérito, a aprovou unanimemente sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado Rogério Marinho.

Não foram apresentadas emendas neste Órgão Técnico, decorrido o prazo regimental.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a c/c* art. 54), cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise dos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.313, de 2008.

Os requisitos constitucionais formais foram atendidos. A matéria é de competência legislativa concorrente da União (CF, art. 24, IX), sendo atribuição do Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa do parlamentar é legítima (CF, art. 61), uma vez que não está reservada a outro Poder.

De igual modo, verifica-se que proposição respeita as demais normas constitucionais de cunho material. Além disso, o projeto está em acordo com as normas infraconstitucionais em vigor no país, assim como atende aos Princípios Gerais de Direito.

No que diz respeito à técnica legislativa, nada há a ser modificado. O Projeto de Lei ora examinado foi elaborado conforme as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.313, de 2008.

Sala da Comissão, 04 de agosto de 2009. – Deputado **Carlos Willian**, Relator.

III – Parecer da Comissão

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou

unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.313-A/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Carlos Willian.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.373-B, DE 2008

(Do Sr. Guilherme Campos)

Institui o Dia Nacional das Hemoglobinopatias; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. DR. UBIALI); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. VITAL DO RÊGO FILHO).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão De Constituição E Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Guilherme Campos, institui o Dia Nacional das Hemoglobinopatias, a ser celebrado anualmente no dia 8 de maio.

Dispõe como objetivos do Dia Nacional das Hemoglobinopatias:

“1 – estimular ações de informação e conscientização relacionadas às hemoglobinopatias;

II – promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral aos portadores de hemoglobinopatias;

III – apoiar as atividades organizadas e desenvolvidas pela sociedade civil em prol dos portadores de hemoglobinopatias;

IV – difundir os avanços técnico-científicos relacionados às hemoglobinopatias.”

Em sua justificativa, o autor esclarece que os distúrbios das hemoglobinas humanas são as doenças genéticas mais comuns em todo mundo.

Segundo ele, “*As mais importantes doenças são a doença falciforme e as talassemias, que representam um importante problema de saúde pública. Segundo dados da OMS, 7% da população mundial portam genes responsáveis por hemoglobinopatias, sendo que 50 mil a 100 mil crianças morrem anualmente com talassemia em todo mundo, e não menos que 50% das crianças portadoras de doença falciforme.*”

Propõe, assim, a criação de um Dia Nacional coincidente com o Dia Mundial das Hemoglobinopatias, já criado pela OMS, com o intuito de promover ações adequadas para o enfrentamento do problema.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que a aprovou, unanimemente, nos termos do parecer do relator, Deputado Dr. Ubiali.

Esgotado o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a e art. 54), determina caber a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a pronúncia acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.373, de 2008.

Os requisitos constitucionais formais exigidos para a regular tramitação da proposição foi atendido, na medida em que o projeto disciplina matéria relativa à cultura e à proteção e defesa da saúde, sendo, então, competência legislativa concorrentemente da União, Estados e Distrito Federal sobre ela legislar (CF, art. 24, IX e XII). Em decorrência, afere-se do texto constitucional caber ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). Outrossim, a iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Paralelamente, observa-se que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de

cunho material, estando em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Diante do exposto, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.373, de 2008.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2009. – Deputado **Vital Do Rêgo Filho**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.373-A/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Vital do Rêgo Filho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.459-B, DE 2008

(Do Sr. Chico Lopes)

Institui a Semana Nacional de Cientificação por um Consumo Sustentável e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação do de nº 3582/08, apensado, e pela rejeição deste (relator: DEP. ELISMAR PRADO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do de nº 3.582/2008, apensado (relator: DEP. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Chico Lopes institui a Semana Nacional de Conscientização por um Consumo Sustentável, a ser comemorada anualmente na primeira semana do mês de junho.

Determina, ainda, que durante a semana comemorativa serão desenvolvidas atividades como palestras, debates e seminários, prioritariamente, por instituições públicas e privadas, ações de conscientização, sob forma de audiências públicas, sobre a importância desses produtos na alimentação humana.

O autor argumenta que a proposição encontra justificativa na necessidade da construção de uma sociedade ambientalmente responsável, face ao aquecimento global que tem provocado mudanças climáticas em nosso planeta.

Em apenso, tramita o Projeto de Lei nº 3.582, de 2008, de autoria da Deputada Rebecca Garcia, que, de forma mais abrangente, institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável, com o objetivo de estimular a adoção de práticas de consumo e de técnicas de produção ecologicamente sustentáveis.

Segundo sua autora, a proposição que apresenta “tem por fim instituir uma Política de Educação para o Consumo Sustentável, voltada tanto para o grande público como para as escolas, capaz de promover o engajamento da sociedade na conservação, na recuperação e na melhoria do meio ambiente.”

A matéria tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III) e é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura que, no exame de mérito, aprovou o Projeto de Lei nº 3.582, de 2008, apensado, e rejeitou o Projeto de Lei nº 3.459, de 2008, nos termos do parecer do relator, Deputado Elismar Prado.

Esgotado o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De acordo com determinação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a c/c art. 54), cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de

Cidadania a análise dos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.459, de 2008 e do Projeto de Lei nº 3.582, de 2008.

A matéria é de competência legislativa concorrente da União (CF, art. 24, IX), sendo atribuição do Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa dos parlamentares é legítima (CF, art. 61), uma vez que não está reservada a outro Poder.

Após verificados os requisitos constitucionais formais, afere-se que as proposições respeitam, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material. Além disso, os projetos estão em acordo com as normas infraconstitucionais em vigor no país, assim como atendem aos Princípios Gerais de Direito.

No que diz respeito à técnica legislativa, nada há a ser modificado. Os Projetos de Lei ora examinados foram elaborados conforme as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01.

Diante do exposto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.459, de 2008 e do Projeto de Lei nº 3.582, de 2008.

Sala da Comissão, 02 de abril de 2009. – Deputado **Maurício Quintella Lessa**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.459-A/2008 e dode nº 3.582/2008, apensado, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Maurício Quintella Lessa.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.536-B, DE 2008

(Do Senado Federal)

PLS nº 571/2007**Ofício nº 819/2008 (SF)**

Dispõe sobre a criação do “Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”, bem como da “Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. PEDRO WILSON); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. JOSÉ GENOÍNO).

DESPACHO: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**I – Relatório**

Chega a esta Casa Legislativa para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o projeto de lei em epígrafe, oriundo do Senado Federal, que tem como objetivo instituir o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, a ser comemorado no dia 28 de janeiro de cada ano, além da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, que deverá incluir a data acima referida.

O Senador José Nery, autor da proposição, ao justificar sua iniciativa, lembra, com pesar, que “Milhares de trabalhadores brasileiros são submetidos a condições degradantes de trabalho, sem qualquer proteção e garantia, impossibilitados de usufruir do fruto de seu trabalho e, muitas vezes, privados do direito mais fundamental do ser humano: a liberdade de ir e vir. Tais condições configuram o que se tem chamado modernamente de trabalho análogo à escravidão, uma vez que, essencialmente, não guardam diferenças substanciais com o trabalho escravo de outros tempos.”

Acredita ser de grande relevância estabelecer uma data e, mais ainda, uma semana inteira, para promover a intensificação das discussões e reflexões sobre o tema, visando à busca de soluções e medidas mais efetivas e eficazes para a erradicação definitiva do que considera uma chaga social.

Propõe o dia 28 de janeiro para homenagear a coragem e luta dos auditores fiscais do Trabalho João Batista Soares Lages, Eratóstenes de Almeida Gonçal-

ves, Nelson José da Silva e do motorista Ailton Pereira de Oliveira, assassinados na zona rural de Unaí-MG, no dia 28 de janeiro de 2004, quando executavam uma operação de fiscalização de uma denúncia de trabalho escravo naquela região.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime prioritário (RI, art. 151, II, a). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que, no mérito, a aprovou, unanimemente, nos termos do parecer do relator, Deputado Pedro Wilson.

Decorrido o prazo regimental de cinco sessões neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De acordo com o Regimento Interno (art. 32, IV, a e art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.536, de 2008.

O projeto trata de matéria cuja competência legislativa é concorrentemente da União, Estados e Distrito Federal (CF, art. 24, IX), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Constatada a obediência aos requisitos constitucionais formais, verifica-se, outrossim, que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material.

Ademais, o projeto é jurídico, pois está em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Diante do exposto, voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.536, de 2008.

Sala da Comissão, 18 de dezembro de 2008. – Deputado **José Genoíno**, Relator.

III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.536-A/2008,

nos termos do Parecer do Relator, Deputado José Genoíno.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Panunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.817-C, DE 2008 (Do Sr. Cláudio Diaz)

Denomina “Rodovia Denis William Lawson” o trecho da BR-101, entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. BETO ALBUQUERQUE); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. LUIZ CARLOS SETIM); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. ELISEU PADILHA).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei referenciado, de autoria do Deputado Cláudio Diaz, pretende denominar “Rodovia Denis William Lawson” o trecho da Rodovia BR-101, entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado de Rio Grande do Sul, homenageando o criador e presidente da Comissão Pró-Construção da BR-101, responsável pelas obras de sua pavimentação e, na mesma época, presidente da Câmara do Comércio da cidade de Rio Grande.

O projeto de lei foi distribuído à Comissão de Viação e Transportes e à Comissão de Educação e Cultura, para juízo de mérito, sendo por ambas aprovado sem emendas.

Nesta fase, a proposição, que tramita em regime ordinário e sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, encontra-se sob o crivo desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para parecer.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 32, IV, “a”, do RICD, que compete a esta CCJC manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e redacional da proposição referenciada.

Analisando-a, verifico que estão satisfeitos os mandamentos dos artigos 22, I e 61 da Lei Maior não ocorrendo, pois, vício constitucional. Ademais, ela não contraria Princípio Geral de Direito, de onde decorre a juridicidade de seus mandamentos.

Ademais, a sua técnica legislativa e redacional não está a merecer reparos, vez que respeita os ditames da Lei Complementar Nº 95/98, que disciplina o processo de elaboração das leis.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica redacional e legislativa do Projeto de Lei Nº 3.817-A, de 2008.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2009. – Deputado **Eliseu Padilha**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.817-B/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Eliseu Padilha.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Panunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. –
Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.905-B, DE 2008

(Do Sr. Leandro Sampaio)

Institui o Dia Nacional de Valorização da Família; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. FRANK AGUIAR); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. CARLOS WILLIAN).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24, li.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição E Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 3.905, de 2008, de autoria do Deputado Leandro Sampaio, institui o Dia Nacional de Valorização da Família, a ser comemorado, anualmente, no dia 21 de outubro.

Segundo o autor, a proposição tem como objetivo “criar momentos de reflexão para chamar a atenção da sociedade, de governos e responsáveis por políticas locais para a importância da família como instituição fundamental para o desenvolvimento humano. Reflexão esta, que leve ao investimento em políticas públicas que promovam, entre tantas carências familiares, a igualdade de posição entre os cônjuges; assistência social à infância e juventude; resolução dos problemas do desemprego; acesso à educação; e condições dignas de moradia, gerando estruturas sociais que permitam às famílias marginalizadas atingir condições mínimas de estabilidade.”

A matéria tramita em regime ordinário (art. 151, III, RI) e é de competência conclusiva das comissões (art. 24, II, RI). Foi distribuída, para exame de mérito, à Comissão de Educação e Cultura, que a aprovou unanimemente e sem emendas, nos termos do parecer do relator Deputado Frank Aguiar.

Neste Órgão Técnico, esgotado o prazo regimental de cinco sessões, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a c/c art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analise os aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.905, de 2008.

A proposição diz respeito à cultura. Nesse sentido, pode-se afirmar que o projeto trata de matéria cuja competência legislativa é concorrentemente da União (CF, art. 24, IX), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Constatada a obediência aos requisitos constitucionais formais, verifica-se, outrossim, que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material.

Ademais, o projeto é jurídico, pois está em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.905, de 2008.

Sala da Comissão, 18 de junho de 2009. – Deputado **Carlos Willian**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.905-A/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Carlos Willian.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim,

Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.765-B, DE 2009

(Da Sra. Sueli Vidigal)

Institui, no Calendário Oficial do País, o “Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relatora: DEP. LÍDICE DA MATA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relatora: DEP. SANDRA ROSADO).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria da Deputada Sueli Vidigal, institui, no Calendário Oficial do Governo Nacional, o “Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil”, a ser comemorado anualmente no dia 24 de fevereiro.

Em sua justificação, a autora assevera que em 24 de fevereiro de 1932 a mulher brasileira obteve o direito de votar nas eleições nacionais por meio do Código Eleitoral Provisório. Na época, a conquista não foi completa, uma vez que esse direito só se referia às mulheres casadas, com autorização do marido, viúvas e solteiras com renda própria.

Após breve histórico da conquista do voto feminino no Brasil, a autora aponta o nome de várias mulheres que lutaram por esse direito e a quem se pretende homenagear com a criação deste Dia Nacional.

A matéria tramita em regime ordinário (art. 151, III, RI) e é de competência conclusiva das comissões (art. 24, II, RI). Foi distribuída, para exame de mérito, à Comissão de Educação e Cultura, onde foi aprovada unanimemente, nos termos do parecer da Relatora, Deputada Lídice da Mata.

Neste Órgão Técnico, esgotado o prazo regimental de cinco sessões, não foram apresentadas emendas às proposições.

É o relatório.

II – Voto da Relatora

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a c/c art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analise os aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.765, de 2009.

Ao analisarmos a matéria, verificamos que a proposição é formalmente constitucional, na medida em que trata de matéria que envolve competência legislativa da União (CF, art. 22, XXIX e art. 24, IX). Cabe ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa do parlamentar é legítima (CF, art. 61), uma vez que não está reservada a outro Poder.

De outra parte, o Projeto em análise foi elaborado em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor, assim como tem boa técnica legislativa, pois está adequado aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 4.765, de 2009.

Sala da Comissão, 08 de julho de 2009. – Deputada **Sandra Rosado**, Relatora.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.765-A/2009, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Sandra Rosado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 5.050-A, DE 2009

(Do Sr. Felipe Bornier)

Torna obrigatório a divulgação de tabela de preços dos seus serviços, pelas prestadoras de serviços de telefonia, de fornecimento de água, gás e energia elétrica, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Defesa do Consumidor, pela aprovação (relator: DEP. JÚLIO DELGADO).

Despacho: Às Comissões de Defesa do Consumidor; Trabalho, de Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor**I – Relatório**

Cabe a esta Comissão de Defesa do Consumidor apreciar o projeto de lei em epígrafe, que em seguida será apreciado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Trata-se de iniciativa que obriga as empresas concessionárias de serviços de telefonia e de fornecimento de água, gás e energia elétrica a publicarem, mensalmente, em dois jornais de grande circulação no estado, tabela de preços de seus serviços e qualquer taxa ou cobrança praticada. Tais tabelas mensais também deverão informar qualquer alteração ocorrida nos preços dos serviços, bem como o respectivo motivo. Além disso, devem informar endereços, telefones e contatos para atendimento regular ou emergencial disponíveis para utilização pelo consumidor.

Dentro do prazo regimental, a proposição não recebeu emendas.

II – Voto do Relator

O projeto de lei em apreciação vem, em boa hora, regulamentar a informação ao consumidor sobre os preços cobrados pelos serviços públicos que têm um nítido caráter de essencialidade.

É verdade que o Código de Proteção e Defesa do Consumidor já obriga, em seu art. 31, o fornecedor a informar de forma clara o preço dos produtos e serviços que oferta ao mercado. Mas a proposta sob análise não trata da prestação de serviços em geral,

trata da prestação de serviços que são indispensáveis à sobrevivência digna de qualquer cidadão, que são consumidos por praticamente todos os brasileiros, como é o caso da energia elétrica. Sendo assim, nada mais natural que para esses serviços especiais haja uma regulamentação específica, de modo a proporcionar que o consumidor tenha fácil e amplo acesso a informações claras e de fácil compreensão sobre os preços cobrados por serviços tão relevantes.

Ao nosso ver, a publicação dos preços desses serviços em jornais de grande circulação é uma forma adequada de se popularizar essa informação, pois um grande número de pessoas tem acesso aos jornais. Além disso, com toda certeza, essas tabelas de preços serão reproduzidas em outros meios de comunicação, como na Internet, por exemplo.

Consideramos fundamental que exista uma regra única para a divulgação dos preços dos serviços essenciais. Pois, se cada agência reguladora como ANATEL, ANEEL, ANP passar a determinar uma regra diferente para a divulgação dos preços, teremos uma grande confusão e o consumidor terá muita dificuldade para consultar ou comparar preços quando necessitar.

A divulgação mensal das tabelas de preços não só permitirá ao consumidor uma comparação mais eficiente entre os preços de empresas diferentes, mas que oferecem o mesmo serviço, o que incentivará a concorrência, mas também permitirá que ele acompanhe a evolução dos preços dentro da mesma empresa, o que facilitará a identificação de eventuais abusos de aumento de preços.

Pelas razões expostas, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.050, de 2009.

Sala da Comissão, 01 de julho de 2009. – Deputado **Júlio Delgado**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Defesa do Consumidor, em reunião extraordinária realizada hoje, aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 5.050/2009, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Júlio Delgado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Ana Arraes – Presidenta, Filipe Pereira e Vinicius Carvalho – Vice-Presidentes; Antonio Cruz, Carlos Sampaio, Celso Russomanno, Dimas Ramalho, Dr. Nechar, Elismar Prado, Elizeu Aguiar, Felipe Bornier, José Carlos Araújo, Júlio Delgado, Luiz Bittencourt, Neudo Campos, Tonha Magalhães, Bruno Rodrigues, João Carlos Bacelar, Julio Semeghini e Nilmar Ruiz.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009. – Deputada **Ana Arraes**, Presidenta.

COMISSÕES**ATAS****COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL****53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária****Ata Da 41ª Reunião Extraordinária Audiência Pública Realizada em 25 de Agosto de 2009.**

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, no Anexo II, Plenário 15 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Silas Câmara – Presidente; Sergio Petecão e Dalva Figueiredo – Vice-Presidentes; Marcelo Serafim, Maria Helena e Perpétua Almeida – Titulares; Eduardo Valverde, Lupércio Ramos, Marinha Raupp, Neudo Campos, Urzeni Rocha, Valtenir Pereira, Vanessa Grazziotin e Zé Geraldo – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Antonio Feijão, Asdrubal Bentes, Fernando Melo, Henrique Afonso, Janete Capiberibe, Márcio Marinho, Natan Donadon, Nilson Pinto, Sebastião Bala Rocha, Washington Luiz e Zé Vieira. Estiveram presentes como convidados os senhores Paulo Guilherme Francisco Cabral – Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Márcio Macedo Costa – Chefe do Departamento de Políticas e Estudos Ambientais da Área de Meio Ambiente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Roberto Smeraldi – Presidente da Organização Não Governamental Amigos da Terra – Amazônia Brasileira. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente em exercício, Deputado Sérgio Petecão, declarou aberta a audiência pública destinada a discutir o FINANCIAMENTO DA PECUÁRIA NA REGIÃO AMAZÔNICA, em atendimento ao Requerimento Nº 505/09 do Senhor Deputado Eduardo Valverde. Para compor a Mesa convidou os expositores, facultando a palavra, inicialmente, ao Senhor Paulo Guilherme Francisco Cabral Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Após a exposição do Senhor Paulo Guilherme, concedeu a palavra ao Senhor Márcio Macedo Costa Chefe de departamento de Políticas do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Em seguida, falou o Presidente da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Senhor Roberto Smeraldi. Antes de dar início ao debate, falou o autor do requerimento, Deputado Eduardo Valverde. Após ouvi-lo, o Presidente em exercício, Deputado

Sérgio Petecão, abriu o debate com os expositores convidados. Finalizando a discussão sobre o Financiamento da Pecuária na Região Amazônica, falaram os expositores para suas considerações finais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício, Deputado Sérgio Petecão, encerrou os trabalhos às dezesseis horas e trinta minutos. E, para constar, eu _____, Iara Araújo Alencar Aires, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Silas Câmara _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária****Ata da 42ª Reunião Ordinária Deliberativa Realizada em 26 de Agosto de 2009.**

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, no Anexo II, Plenário 15 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Sergio Petecão e Sebastião Bala Rocha – Vice-Presidentes; Asdrubal Bentes, Henrique Afonso, Janete Capiberibe, Marcelo Serafim, Márcio Marinho, Maria Helena, Natan Donadon, Nilson Pinto, Perpétua Almeida, Washington Luiz e Zé Vieira – Titulares; Anselmo de Jesus, Átila Lins, Eduardo Valverde, Francisco Praciano, Lindomar Garçon, Lúcio Vale, Lupércio Ramos, Marcio Junqueira, Marinha Raupp, Neudo Campos, Valtenir Pereira, Vanessa Grazziotin, Wandenkolk Gonçalves, Zé Geraldo e Zequinha Marinho – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Antonio Feijão, Dalva Figueiredo, Fernando Melo e Silas Câmara. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as atas da Trigesima Oitava Reunião Ordinária de Audiência Pública, realizada em 18 de agosto de 2009, da Trigesima Nona Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 19 de agosto de 2009 e da Quadragésima Reunião Ordinária de Audiência Pública, realizada em 19 de agosto de 2009. A Deputada Janete Capiberibe solicitou a dispensa da leitura das atas. Em votação, as Atas foram aprovadas. **EXPEDIENTE:** Informou as designações realizadas em 24 de agosto de 2009: Ao deputado Valtenir Pereira, o Projeto de Lei Nº 4955/2009 – Do Senhor Paulo Bornhausen – que altera o art. 51 da lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008. Ao deputado Anselmo de Jesus, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1642/2009 – Da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável – que autoriza a União a ceder ao estado de Rondônia, a título de utilização gratuita, imóvel rural de sua propriedade, situado na Gleba Jacy-Paraná, no município de Porto Velho. Comunicou que Mato Grosso realizou a etapa estadual do III Simpósio Amazônia nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 2009, sob a coordenação do deputado Homero Pereira – membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, lembrando que o simpósio foi realizado em conjunto com a Bienal dos Negócios da Agricultura, onde foi debatido o tema “Meio Ambiente e a Sustentabilidade da Produção”, realçando que participaram do evento cerca de 300 pessoas. Comunicou ainda a realização com êxito a etapa estadual, no Amazonas, graças ao apoio recebido dos nossos colegas deputados estaduais, do presidente da Comissão de Assuntos Amazônicos e Meio Ambiente, deputado Luiz Castro e do presidente da Assembléia Legislativa do Amazonas, além do apoio técnico da Confederação Nacional do Comércio (CNC/SESC/SENAC). Lembrou que a etapa estadual em Maranhão terá a coordenação do presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, deputado Roberto Rocha e o deputado Washington Luiz, titular deste Colegiado. Lembrou que no próximo dia 2 de setembro a etapa estadual do Simpósio em Tocantins, será coordenada pelo deputado estadual José Viana, presidente da Comissão do Meio Ambiente da assembléia legislativa local. Pediu a manifestação de algum parlamentar para representar a CAINDR nessa etapa em Palmas (TO). Comunicou ainda que no próximo dia 4 de setembro, será realizada a etapa estadual no Pará, sob a coordenação do deputado Nilson Pinto; no dia 11, no Acre e Amapá, coordenadas pelos deputados Sérgio Petecão e Dalva Figueiredo, respectivamente; no dia 18 de setembro, a etapa estadual será em Rondônia, com os deputados Eduardo Valverde e Marinha Raupp como coordenadores e no dia 22 do mesmo mês, o evento será realizado em Roraima, com as providências já tomadas pela deputada Maria Helena. Finalizando, afirmou que com essas discussões nos estados estaremos recolhendo importantes subsídios ao grande simpósio que realizaremos no dia 7 de outubro, no auditório Nereu Ramos desta Casa, para discutir a questão do desenvolvimento sustentável e das mudanças climáticas na Amazônia. **ORDEM DO DIA:** A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 561/09 – Do Sr. Zé Geraldo – que “requer a realização de audiência pública para debater o PL nº 5768/2009, que modifica o Artigo 11 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, de minha autoria”. **APROVADO.** 2 – REQUERIMENTO Nº 562/09 – Da Sra. Vanessa Grazziotin – que “requer a realização de Seminário na cidade Manaus, em par-

ceria com o Ministério do Esporte; Secretária de Juventude, Esporte e Lazer do Estado do Amazonas e a Assembléia do Estado do Amazonas, no próximo dia 9 de outubro, para debater a Lei nº 11.438/2006, de Incentivo ao Esporte”. **APROVADO.** 3 – REQUERIMENTO Nº 563/09 – Do Sr. Silas Câmara – que “requer sejam convidados, em audiência pública nesta Comissão, o Presidente da **INFRAERO**, Murilo Marques Barboza; os Ministros das Cidades, Márcio Fortes; da Defesa, Nelson Azevedo Jobim; Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende; do Esporte, Orlando Silva de Jesus Júnior e o Secretário de Planejamento do Governo do Estado do Amazonas, para prestarem esclarecimentos sobre as providências que vêm sendo tomadas por esses Órgãos com vistas à realização, no país, da Copa do Mundo de 2014”. **APROVADO.** Subscreeveu o Requerimento o Deputado Asdrubal Bentes. 4 – REQUERIMENTO Nº 564/09 – Do Sr. Zé Geraldo – que “requer a realização de audiência pública para debater a emergencial importância de se traçar meios para a regulamentação da criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, propostos no PLP 130/1996 que encontra-se apensado ao PLP 416/2008”. **APROVADO.** Subscreeveram o Requerimento os Deputados Sergio Petecão, Lúcio Vale, Asdrubal Bentes, Anselmo de Jesus, Sebastião Bala Rocha e Marinha Raupp. 5 – REQUERIMENTO Nº 565/09 – Do Sr. Marcio Junqueira – que “requer a realização de audiência pública convocando o Excelentíssimo Senhor Paulo Bernardo, Ministro de Estado do Planejamento, para tratar sobre a execução orçamentária”. **APROVADO**, transformando a proposta de audiência pública para uma reunião de trabalho com o Ministro do Planejamento, Senhor Paulo Bernardo, precedida de encontros com o Coordenador da Bancada do Norte e com o Ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro Filho. B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: **PRIORIDADE 6** – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 299/08 – Do Sr. Carlos Souza – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Microrregião do Madeira e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Microrregião do Madeira”. **RELATOR:** Deputado FRANCISCO PRACIANº **PARECER:** pela aprovação. **RETIRADO** de pauta de ofício. 7 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 302/08 – Do Sr. Carlos Souza – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Microrregião de Parintins e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Microrregião de Parintins”.

RELATOR: Deputado LUPÉRCIO RAMOS. PARECER: pela aprovação. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 8 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 422/08 – Do Sr. Carlos Souza – que “autoriza o Poder Executivo a criar o Pólo de Desenvolvimento da Microrregião de Parintins, Estado do Amazonas, assim como instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado dessa Microrregião”. RELATORA: Deputada MARI-NHA RAUPP. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO** de pauta de ofício. – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 424/08 – Do Sr. Carlos Souza – que “autoriza o Poder Executivo a criar o Pólo de Desenvolvimento da Microrregião do Japurá, Estado do Amazonas, assim como instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado dessa Microrregião”. RELATOR: Deputado LUPÉRCIO RAMOS. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO** de pauta de ofício. 10 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 426/08 – Do Sr. Carlos Souza – que “autoriza o Poder Executivo a criar o Pólo de Desenvolvimento da Microrregião de Coari, Estado do Amazonas, assim como instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado dessa Microrregião”. RELATOR: Deputado FRANCISCO PRACIANº PARECER: pela aprovação. **RETIRADO** de pauta de ofício. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: PRIORIDADE 11 – PROJETO DE LEI Nº 4.694/09 – Do Senado Federal – Jayme Campos – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barra do Garça, no Estado do Mato Grosso”. RELATORA: Deputada JANETE CAPIBERIBE. PARECER: pela aprovação. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 12 – PROJETO DE LEI Nº 4.697/09 – Do Senado Federal – Jayme Campos – (PLS 439/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sinop, no Estado de Mato Grosso”. RELATOR: Deputado HENRIQUE AFONSO. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO** de pauta de ofício. 13 – PROJETO DE LEI Nº 4.702/09 – Do Senado Federal – Jayme Campos – (PLS 440/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Várzea Grande, no Estado do Mato Grosso”. RELATORA: Deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARECER: pela aprovação. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 14 – PROJETO DE LEI Nº 4.703/09 – Do Senado Federal – Jayme Campos – (PLS 441/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Alta Floresta, no Estado de Mato Grosso”. RELATOR: Deputado ANSELMO DE JESUS. PARECER: pela rejeição. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 15 – PROJETO DE LEI Nº 4.704/09 – Do Senado Federal – Arthur Virgílio – (PLS 457/2007) – que

“dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas”. RELATOR: Deputado ÁTILA LINS. PARECER: pela aprovação. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 16 – PROJETO DE LEI Nº 4.705/09 – Do -Senado Federal – Arthur Virgílio – (PLS 458/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tabatinga no Estado do Amazonas”. RELATOR: Deputado ILDERLEI CORDEIRO. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO** de pauta de ofício. 17 – PROJETO DE LEI Nº 4.708/09 – Do Senado Federal – Mário Couto – (PLS 490/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Breves, no Estado do Pará”. RELATOR: Deputado GIOVANNI QUEIROZ. PARECER: pela aprovação. Retirado de Pauta de Ofício. 18 – PROJETO DE LEI Nº 4.711/09 – Do Senado Federal – Kátia Abreu – (PLS 529/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Gurupi, no Estado do Tocantins”. RELATOR: Deputado MARCIO JUNQUEIRA. PARECER: pela aprovação. Retirado de pauta de ofício. 19 – PROJETO DE LEI Nº 4.714/09 – Do Senado Federal – Mário Couto – (PLS 554/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Exportação (ZPE) no Município de Paragominas, no Estado Pará”. RELATOR: Deputado LÚCIO VALE. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO** de pauta de ofício. 20 – PROJETO DE LEI Nº 4.717/09 – Do Senado Federal – Mozarildo Cavalcanti – (PLS 397/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Boa Vista, no Estado de Roraima”. RELATOR: Deputado MARCIO JUNQUEIRA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO** de pauta de ofício. 21 – PROJETO DE LEI Nº 4.728/09 – Do Senado Federal -Roseana Sarney – (PLS 234/2007) – que “dispõe sobre a Criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barreirinhas, no Estado do Maranhão”. RELATOR: Deputado ZÉ VIEIRA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO** de pauta de ofício. 22 – PROJETO DE LEI Nº 4.730/09 – Do Senado Federal – Roseana Sarney – (PLS 254/2007) – que “dispõe sobre a Criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rosário, no Estado do Maranhão”. RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO. PARECER: pela aprovação, com emenda modificativa. **RETIRADO** de pauta de ofício. 23 – PROJETO DE LEI Nº 4.734/09 – Do Senado Federal – Valdir Raupp – (PLS 351/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia”. (Apensado: PL 5386/2009) RELATORA: Deputada PERPÉTUA ALMEIDA. PARE-

CER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 5386/2009, apensado. **RETIRADO** de pauta de ofício. 24 – PROJETO DE LEI Nº 4.739/09 – Do Senado Federal – Flexa Ribeiro – (PLS 357/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (**ZPE**) no Município de Santarém, no Estado do Pará”. RELATOR: Deputado ZÉ GERALDO. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO** de pauta de ofício. 25 – PROJETO DE LEI Nº 4.744/09 – Do Senado Federal – Roseana Sarney – (PLS 377/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (**ZPE**) no Município de Bacabeira, no Estado do Maranhão”. RELATOR: Deputado ILDERLEI CORDEIRO. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO** de pauta de ofício. TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA 26 – PROJETO DE LEI Nº 4.689/09 – Do Sr. Acélio Casagrande – que “dispõe sobre a abertura de crédito na rede bancária oficial para atender as vítimas de calamidade pública”. RELATORA: Deputada DALVA FIGUEIREDO. PARECER: pela aprovação. Retirado de Pauta pela Relatora. 27 – PROJETO DE LEI Nº 5.375/09 – Do Sr. Giovanni Queiroz – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (**ZPE**) no Município de Marabá, Estado do Pará”. RELATOR: Deputado ASDRUBAL BENTES. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO** de pauta de ofício. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício, Deputado Sebastião Bala Rocha, agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às doze horas e três minutos. E, para constar, eu _____, Iara Araújo Alencar Aires, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Silas Câmara _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

TERMO DE REUNIÃO

Em dois de setembro de dois mil e nove, deixou de se reunir, ordinariamente, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para apreciar as matérias constantes da Pauta 16/2009, às dez horas, no Plenário 6 do Anexo II desta Casa, por falta de quorum. Assinaram o livro de presença dos Senhores Deputados Fábio Souto – Presidente; Wandenkolk Gonçalves – Vice-Presidente; Carlos Alberto Canuto, Celso Maldaner, Edson Duarte, Ernandes Amorim, Fernando Coelho Filho, Flávio Bezerra, Giovanni Queiroz, Homero Pereira, Lucia-

na Costa, Márcio Marinho, Mário Heringer, Moacir Micheletto, Moises Avelino, Moreira Mendes, Paulo Piau, Pedro Chaves, Tatico e Veloso. Justificaram a ausência os Deputados Alfredo Kaefer, Claudio Diaz, Nazareno Fonteles e Vítor Penido. E, para constar, eu _____, Moizes Lobo da Cunha, Secretário, lavrei o presente Termo.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 24ª Reunião Ordinária Realizada em 26 de Agosto de 2009.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Anexo II, Plenário 13 da Câmara dos Deputados, sob a presidência alternada das Deputadas Cida Diogo e Luiza Erundina. A Lista de Presença registrou o comparecimento dos Senhores Deputados Eduardo Gomes – Presidente; Cida Diogo e Luiza Erundina – Vice-Presidentes; Antonio Carlos Chamariz, Bispo Gê Tenuta, Charles Lucena, Edigar Mão Branca, Eleuses Paiva, Emanuel Fernandes, Eunício Oliveira, Francisco Rossi, Gilmar Machado, Gustavo Fruet, José Rocha, Lindomar Garçon, Manoel Salvianno, Miro Teixeira, Narcio Rodrigues, Paulo Roberto Pereira, Paulo Teixeira, Rodrigo Rollemberg, Solange Amaral, Uldurico Pinto, Wladimir Costa e Zequinha Marinho – Titulares; Angela Amin, Ariosto Holanda, Arolde de Oliveira, Celso Russomanno, Duarte Nogueira, Eliene Lima, Fernando Ferro, Flávio Bezerra, Jô Moraes, Jorginho Maluly, Julio Semeghini, Lobbe Neto, Márcio Marinho, Nelson Meurer, Rômulo Gouveia e Sueli Vidigal – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Abelardo Camarinha, Beto Mansur, Bilac Pinto, Dr. Adilson Soares, Glauber Braga, Iriny Lopes, Jader Barbalho, Nelson Proença, Paulo Bornhausen, Paulo Henrique Lustosa, Paulo Pimenta, Professora Raquel Teixeira, Ratinho Junior, Sandes Júnior e Víc Pires Franco. Justificou a ausência o Deputado Nelson Proença. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 23ª reunião, realizada no dia 19 de agosto de 2009. A Deputada Cida Diogo solicitou a dispensa da leitura da Ata. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi **APROVADA** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou ao Plenário que: **1)** recebeu do presidente da UL do Brasil Certificações, Pericles Arilho, correspondência informando que a empresa recorreu, mediante defesa apresentada em 8/08/08, do Procedimento de Apura-

ção por Descumprimento de Obrigação mencionado na apresentação do Sr. Jarbas José Valente, da Anatel, na audiência pública realizada na comissão em 07/07/09; **2)** recebeu do Diretor-presidente do Serpro, Marcos Vinicius Ferreira Mazoni, convite para participar da abertura do Congresso Internacional Software Livre e Governo Eletrônico – CONSEGI 2009, que será realizado dia 26 de agosto, às 17h30, no auditório da ESAF; **3)** recebeu do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Deputado Eduardo Sciarra, convite para participar da Conferência das Cidades, que acontecerá nos dias 1º e 2 de setembro, no Auditório Nereu Ramos; **4)** recebeu do chefe da delegação da Comissão Européia no Brasil, Embaixador João Pacheco, convite para participar de café da manhã, no dia 10 de setembro, na residência do embaixador, por ocasião da visita do diretor-geral para a Sociedade da Informação e Mídia da Comissão Européia no Brasil; **5)** recebeu justificativa de ausência do Deputado Nelson Proença nas reuniões dos dias 26 e 27 de agosto, em razão de compromissos político-partidários; **6)** recebeu da Deputada Professora Raquel Teixeira ofício solicitando a inclusão dos nomes do Ministro Gilmar Mendes, presidente do STF e da coordenadora do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Goiás, Liz Caroline Lemos, entre os convidados da audiência pública que discutirá a dispensa de graduação para o exercício da profissão de jornalista. Consultado o Plenário da comissão, a inclusão dos nomes dos convidados foi aprovada. **ORDEM DO DIA: 1 – REQUERIMENTO Nº 199/09** – Da Sra. Cida Diogo – que “requer realização de audiência pública para discutir a situação da Conferência Nacional de Comunicação”. **APROVADO. 2 – PROJETO DE LEI Nº 2.722/07** – Da Comissão de Legislação Participativa – (SUG 68/2007) – que “dispõe sobre a possibilidade de acúmulo das franquias de minutos mensais ofertados pelas operadoras de telefonia”. **RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo. Vista ao Deputado Glauber Braga, em 19/08/2009. RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR. 3 – TVR Nº 1.277/09** – Do Poder Executivo – (MSC 406/2009) – que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 613, de 19 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultura Comunitária “Feliz Cidade” Emissora FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itatinga, Estado de São Paulo”. **RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS CHAMARIZ. PARECER: pela aprovação. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 4 – TVR Nº 1.290/09** – Do Poder Executivo – (MSC 406/2009) – que “sub-

mete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 634, de 19 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura São Francisco para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jatobá, Estado de Pernambuco”. **RELATORA: Deputada IRINY LOPES. PARECER: pela aprovação. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 5 – TVR Nº 1.335/09** – Do Poder Executivo – (MSC 409/2009) – que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 442, de 17 de julho de 2008, que outorga autorização a Associação Beneficente Cultural União Comunitária de Mafra Santa Catarina executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina”. **RELATORA: Deputada JÔ MORAES. PARECER: pela aprovação. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 6 – TVR Nº 1.340/09** – Do Poder Executivo – (MSC 409/2009) – que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 462, de 28 de julho de 2008, que outorga autorização a Associação Comunitária de Radiodifusão de Patrocínio executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR: Deputado RÔMULO GOUVEIA. PARECER: pela aprovação. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 7 – TVR Nº 1.341/09** – Do Poder Executivo – (MSC 409/2009) – que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 482, de 12 de agosto de 2008, que outorga autorização a Associação de Mobilização Comunitária de Fortaleza de Minas executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza de Minas, Estado de Minas Gerais”. **RELATOR: Deputado JORGINHO MALULY. PARECER: pela aprovação. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 8 – TVR Nº 1.347/09** – Do Poder Executivo – (MSC 409/2009) – que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 516, de 29 de agosto de 2008, que outorga autorização a Associação de Radiodifusão Comunitária Artística e Cultural de Realeza- (ARACOCRE) executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Realeza, Estado do Paraná”. **RELATORA: Deputada SUELI VIDIGAL. PARECER: pela aprovação. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 9 – TVR Nº 1.356/09** – Do Poder Executivo – (MSC 414/2009) – que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de feverei-

ro de 2009, que renova a concessão outorgada da Rádio Agreste Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santo Antônio, Estado do Rio Grande do Norte”. RELATOR: Deputado FRANCISCO ROSSI. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.**

10 – **TVR Nº 1.364/09** – Do Poder Executivo – (MSC 420/2009) – que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 305, de 11 de junho de 2008, que outorga permissão à Márcio Freitas Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Conceição do Pará, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: Deputado PAULO BORNHAUSEN. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.**

11 – **TVR Nº 1.369/09** – Do Poder Executivo – (MSC 420/2009) – que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 551, de 04 de setembro de 2008, que outorga permissão à Sistema Haragon de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo”. RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.**

12 – **TVR Nº 1.378/09** – Do Poder Executivo – (MSC 407/2009) – que “submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 663, de 14 de outubro de 2008, que autoriza a Associação Comunitária Aliança executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mineiros, Estado de Goiás”. RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.**

13 – **PROJETO DE LEI Nº 2.016/07** – Do Sr. Ribamar Alves – que “obriga o Serviço de Telefonia Celular nos municípios com mais de 10.000 (dez mil) habitantes” (Apensado: PL 2678/2007) RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 2678/2007, apensado. **Vista ao Deputado José Rocha, em 19/08/2009. O Deputado José Rocha apresentou voto em separado em 25/08/2009. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.**

14 – **PROJETO DE LEI Nº 4.961/09** – Do Sr. Otavio Leite – que “dispõe sobre a publicidade oficial em jornais intitulados alternativos, de bairros ou regionais, de todo o País”. RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** Antes de dar início ao item B da pauta (proposição sujeita à apreciação do plenário), a Deputada

Luiza Erundina, que presidia a reunião, passou a presidência para a Deputada Cida Diogo. **ENCERRAMENTO:** Antes de encerrar os trabalhos, a Presidente lembrou a todos os próximos eventos da comissão: dia 27 de agosto, às 9h30, audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura para debater a dispensa de graduação para o exercício da profissão de jornalista, fruto do requerimentos nºs 191/2009 (CCTCI) e 247/2009 (CEC), da Deputada Professora Raquel Teixeira e outros; dia 1º de setembro, às 14h30, audiência Pública para debater a disponibilidade, no país, de molibdênio-99/tecnécio-99m, produto utilizado em exames médicos de alta complexidade, fruto do requerimento nº 188/2009, do Deputado Eleuses Piva. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou os trabalhos às dez horas e trinta e dois minutos. Para constar, eu,, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado Eduardo Gomes Presidente.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 25ª Reunião Ordinária Audiência Pública Conjunta Com a Comissão de Educação e Cultura, Realizada em 27 de Agosto de 2009.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e nove, reuniram-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e a Comissão de Educação e Cultura, no Anexo II, Plenário 13 da Câmara dos Deputados, sob a presidência alternada das Deputadas Professora Raquel Teixeira, Primeira-Vice Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura e Jô Moraes, co-autora do requerimento (CCTCI) nº 191/2009. A Lista de Presença da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática registrou o comparecimento dos Senhores Deputados Professora Raquel Teixeira – Vice-Presidente; Antonio Carlos Chamariz, Francisco Rossi, Gilmar Machado, Gustavo Fruet e Paulo Pimenta – Titulares; Colbert Martins, Duarte Nogueira, Eliene Lima, Fernando Ferro, Jô Moraes e Lobbe Neto – Suplentes. Compareceu também o Deputado Maurício Quintella Lessa, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Abelardo Camarinha, Beto Mansur, Bilac Pinto, Bispo Gê Tenuta, Charles Lucena, Cida Diogo, Dr. Adilson Soares, Edigar Mão Branca, Eduardo

Gomes, Eleuses Paiva, Emanuel Fernandes, Eunício Oliveira, Glauber Braga, Iriny Lopes, Jader Barbalho, José Rocha, Lindomar Garçon, Luiza Erundina, Manoel Salviano, Miro Teixeira, Narcio Rodrigues, Nelson Proença, Paulo Bornhausen, Paulo Henrique Lustosa, Paulo Roberto Pereira, Paulo Teixeira, Ratinho Junior, Rodrigo Rollemberg, Sandes Júnior, Solange Amaral, Uldurico Pinto, Vic Pires Franco, Wladimir Costa e Zequinha Marinho. Justificou a ausência o Deputado Nelson Proença. A Lista de Presença da Comissão de Educação e Cultura registrou o comparecimento dos Senhores Deputados Maria do Rosário – Presidente; Lobbe Neto – Vice-Presidente; Iran Barbosa e Professor Setimo – Titulares; Eduardo Barbosa, Fernando Nascimento, Luiz Carlos Setim, Pedro Wilson, Professora Raquel Teixeira e Raimundo Gomes de Matos – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Alex Canziani, Alice Portugal, Angelo Vanhoni, Antônio Carlos Biffi, Ariosto Holanda, Átila Lira, Bel Mesquita, Carlos Abicalil, Clóvis Fecury, Fátima Bezerra, Gastão Vieira, João Matos, Joaquim Beltrão, Jorginho Maluly, Joseph Bandeira, Lelo Coimbra, Marcos Antonio, Neilton Mulim, Nilmar Ruiz, Osvaldo Biolchi, Paulo Rubem Santiago, Pinto Itamaraty, Raul Henry, Reginaldo Lopes, Rogério Marinho e Wilson Picler.

ABERTURA: A Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião, aprovada mediante os requerimentos (CCTCI) nº 191/2009 e (CEC) nº 247/2009, de autoria da Deputada Professora Raquel Teixeira. Apoiaram a iniciativa, subscrevendo os requerimentos, os Deputados Julio Semeghini e Jô Moraes, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e Maria do Rosário, Iram Barbosa, Eduardo Barbosa, Emiliano José, Átila Lira e Lelo Coimbra, da Comissão de Educação e Cultura. A reunião teve a finalidade de debater a dispensa de graduação para o exercício da profissão de jornalista. Justificaram a ausência o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes; o Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, do Supremo Tribunal Federal, o Senhor Edison José Biasin, Presidente do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo – Seresp; a Senhora Judith Brito, Presidente da Associação Nacional de Jornais – Anj; o Senhor Gilberto Selber, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – Crub, que indicou como representante a Senhora Elen Galdes, jornalista e professora do curso de comunicação social da Universidade Católica de Brasília – UCB, e o Senhor Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert. Após os cumprimentos, a Presidente apresentou suas colocações sobre o tema e passou a palavra para a Deputada Maria do Rosá-

rio, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, que também falou sobre a decisão do STF e suas implicações na educação e nos processos de ensino. A seguir, a Presidente convidou os expositores para tomarem assento à Mesa e concedeu-lhes a palavra na seguinte ordem: **1) Cezar Britto**, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; **2) Sérgio Murillo de Andrade**, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj; **3) Edson Spenthof**, presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo – FNPJ; **4) Elen Galdes**, jornalista e professora do curso de comunicação social da Universidade Católica de Brasília – UCB; **5) Lis Caroline Lemos**, coordenadora do diretório central dos estudantes da Universidade Federal de Goiás – UFG. Encerradas as exposições dos convidados, a Presidente lamentou a ausência dos representantes do STF, ANJ e Abert, e destacou a presença da Senhora Terezinha Nunes, jornalista e deputada estadual de Pernambuco, e dos alunos de jornalismo da Universidade Católica de Brasília e do Estado de Goiás. Durante a fase de debates, falaram os deputados Pedro Wilson, Jô Moraes, co-autora do requerimento, Paulo Pimenta, Colbert Martins, Francisco Rossi, Professor Setimo, Fernando Ferro e Maurício Quintella Lessa. Falou, também, autorizada pela presidente, a deputada estadual de Pernambuco Terezinha Nunes. A seguir, a Presidente concedeu a palavra aos expositores para as considerações finais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às doze horas e quarenta e seis minutos. O inteiro teor foi gravado, passando, o arquivo de áudio, a integrar o acervo documental desta reunião para degravação, mediante solicitação escrita. E, para constar, eu
....., Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente,
..... Deputada Professora Raquel Teixeira, 1ª Vice-presidente no exercício da Presidência, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Sexagésima Segunda Reunião Ordinária, Realizada em 1º de Setembro de 2009

Às quinze horas e onze minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, no Anexo II, Plenário 01 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Tadeu Filippelli – Presi-

dente; José Maia Filho – Vice-Presidente; Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Arolde de Oliveira, Carlos Bezerra, Colbert Martins, Eduardo Cunha, Efraim Filho, Emiliano José, Felipe Maia, Fernando Coruja, Flávio Dino, Geraldo Pudim, Gerson Peres, Gonzaga Patriota, Índio da Costa, João Almeida, José Eduardo Cardozo, José Genoíno, Magela, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Itagiba, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Osmar Serraglio, Pastor Manoel Ferreira, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Roberto Magalhães, Rubens Otoni, Sandra Rosado, Sérgio Barradas Carneiro, Vicente Arruda, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, Vital do Rêgo Filho e Zenaldo Coutinho – Titulares; Arnaldo Faria de Sá, Chico Lopes, Dilceu Sperafico, Domingos Dutra, Eduardo Amorim, Fátima Bezerra, Hugo Leal, Jaime Martins, Jair Bolsonaro, Jairo Ataíde, João Magalhães, Jorginho Maluly, José Guimarães, Leo Alcântara, Luiz Couto, Major Fábio, Marcos Medrado, Maria Lúcia Cardoso, Moreira Mendes, Odílio Balbinotti, Pompeo de Mattos, Renato Amary, Ricardo Barros, Solange Amaral e William Woo – Suplentes. Compareceu também o Deputado Rodrigo Rollemberg, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Augusto Farias, Bonifácio de Andrada, Ciro Gomes, Ciro Nogueira, Eliseu Padilha, Francisco Tenorio, Jefferson Campos, João Campos, João Paulo Cunha, José Carlos Aleluia, José Mentor, Jutahy Junior, Márcio França, Mendonça Prado, Nelson Trad, Paes Landim, Paulo Maluf, Sérgio Brito, Valtenir Pereira e Wolney Queiroz. O Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da sexagésima primeira reunião ordinária realizada em vinte e sete de agosto. O Deputado Regis de Oliveira requereu dispensa da leitura da Ata. Em votação, a Ata foi aprovada, contra o voto do Deputado Jorginho Maluly. Os Deputados Jorginho Maluly e Antônio Carlos Biscaia solicitaram verificação de votação. O DEM e o PSDB em obstrução. O Presidente procedeu à chamada nominal. Votaram **sim** os Deputados Antônio Carlos Biscaia, Colbert Martins, Eduardo Cunha, Emiliano José, Gerson Peres, José Genoíno, Magela, Marçal Filho, Mauricio Quintella Lessa, Mauro Benevides, Pastor Manoel Ferreira, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Tadeu Filipelli, Vicente Arruda, Arnaldo Faria de Sá, Eduardo Amorim, João Magalhães, José Guimarães, Leo Alcântara, Luiz Couto, Odílio Balbinotti, Carlos Bezerra, Moreira Mendes, Flávio Dino, Gonzaga Patriota, Sandra Rosado, Vieira da Cunha, Marcelo Ortiz e Geraldo Pudim. Votou **não** o Deputado Jorginho Maluly. Encerrada a votação, o Senhor Presidente proclamou o resultado: foram computados trinta e um votos, trinta favoráveis e um

contrário. Foi aprovada a Ata. **EXPEDIENTE:** 1 – Comunicação da Presidência da Comissão de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 7.232, de 2006 (item 139), em razão da apensação do Projeto de Lei nº 5.811, de 2009; 2 – Ofício do Vereador Elói Ferraz de Andrade, Presidente da Câmara Municipal de Ibirubá – RS, manifestando apoio ao substitutivo aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família, ao Projeto de Lei nº 3.829, de 2004. **ORDEM DO DIA:** Os Deputados Eduardo Cunha, Arnaldo Faria de Sá, Regis de Oliveira, José Genoíno, Gerson Peres, Jorginho Maluly, Luiz Couto, Antônio Carlos Biscaia, Vicente Arruda e Zenaldo Coutinho requereram inversão de pauta para apreciação dos itens setenta e dois, cento e quatro, três, cento e dezoito, cento e cinquenta, cento e quarenta e cinco, cento e cinquenta e dois, cento e doze, cento e trinta e sete, e cento e quarenta e quatro, respectivamente. Foram os requerimentos aprovados pelo plenário da Comissão. **1 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 867/08** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 166/2007) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Santana do Araguaia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santana do Araguaia, Estado do Pará”. RELATOR: Deputado GERSON PERES. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **2 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 887/08** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 578/2008) – que “aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária de Vitória do Xingu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vitória do Xingu, Estado do Pará”. RELATOR: Deputado GERSON PERES. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **3 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 915/08** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 639/2008) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Municipal Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Gurupá – ASMUDEACS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Gurupá, Estado do Pará”. RELATOR: Deputado GERSON PERES. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **4 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.245/08** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 967/2008) – que “aprova o ato que au-

toriza a Associação Cultural Comunitária New Life a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carapicuíba, Estado de São Paulo”. RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **5 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.405/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1038/2008) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Menino Deus de Itatira Sede a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itatira, Estado do Ceará”. RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **6 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.480/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 151/2007) – que “aprova o ato que outorga permissão à Rádio Maguari de Baturité Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ipú, Estado do Ceará”. RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **7 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.521/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1158/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Amigos de Horizonte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Horizonte, Estado do Ceará”. RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **8 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.546/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1222/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Tabirensense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tabira, Estado de Pernambuco”. RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **9 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.549/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1230/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitária de Tianguá – ADECOM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusivi-

dade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tianguá, Estado do Ceará”. RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **10 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.558/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1249/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Radiodifusão Comunitária Mais Esperança FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra de Guabiraba, Estado de Pernambuco”. RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **11 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.559/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1250/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente “Poeta Bernardino Valença Borba” a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cortês, Estado de Pernambuco”. RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **12 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.582/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1082/2008) – que “aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Comunicadores do Capuan – AMCC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caucaia, Estado do Ceará”. RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **13 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.599/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1212/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Ação Social de Icarai de Minas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icarai de Minas, Estado de Minas Gerais”. RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **14 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.601/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1223/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária Antoninense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de An-

tonina, Estado do Paraná”. RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **15 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.622/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1261/2009) – que “aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO NÚCLEO CULTURAL BENTOGONÇALVENSE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **16 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.623/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1251/2009) – que “aprova o ato que autoriza a FM Catanduvas – Associação Comunitária Rádio FM Catanduvas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina”. RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **17 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.624/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1196/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Maçambará a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maçambará, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **18 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.638/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1209/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Apiúna a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Apiúna, Estado de Santa Catarina”. RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **19 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.647/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1104/2008) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Santa Fé de Minas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé de Minas, Estado de Minas

Gerais”. RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **20 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.181/03** – Do Sr. Leonardo Monteiro – que “estabelece diretrizes para verificação da segurança de barragens de cursos de água para quaisquer fins e para aterros de contenção de resíduos líquidos industriais”. RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **21 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.108/03** – Do Sr. Walter Pinheiro – que “dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em Território Nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países”. RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **22 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.338/04** – Do Sr. Benedito de Lira – que “altera a redação de dispositivo do art. 3º da Lei nº 10.267, de 18 de agosto de 2001, que alterou o § 3º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973”. RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **23 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.401/04** – Do Sr. Lobbe Neto – que “cria a disciplina “Educação Financeira” nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio” e **UMA EMENDA DE REDAÇÃO**. RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final com emenda. **24 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 6.070/05** – Do Sr. Celso Russomanno – que “altera o Inciso III do art. 162 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”. RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **25 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 7.520/06** – Do Sr. Sandro Mabel – que “obriga a feitura de curso de treinamento para o cargo de Conselheiro Tutelar”. RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **26 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 613/07** – Do Sr. André de Paula – que “regulamenta a profissão de Repentista em todo território nacional, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **27 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 819/07** – Do Sr. Sandro Mabel – que “dispõe sobre o Dia Nacional do Respeito ao Contribuinte”.

RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **28 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.014/07** – Do Sr. Celso Russomanno – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de especificação de data de postagem nas correspondências que encaminham documentos de cobrança”. RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **29 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.002/07** – Do Sr. Dr. Talmir – que “inscreve os nomes de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, heróis paulistas da Revolução Constitucionalista de 1932, no Livro dos Heróis da Pátria”. RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **30 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.506/07** – Da Sra. Gorete Pereira – que “denomina “Rodovia Luiz Otacílio Correia” o trecho da rodovia BR-230, entre as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará”. RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **31 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.879/08** – Do Poder Executivo – que “dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **32 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.626/08** – Do Sr. Felipe Bornier – que “altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que diz respeito à proteção aos animais silvestres apreendidos”. RELATOR: Deputado ZENALDO COUTINHO. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **33 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.324/08** – Do Sr. Angelo Vanhoni – que “institui o dia 24 de agosto como o Dia Nacional da Comunidade Ucraniana, com fundamento no § 2º do art. 215 da Constituição Federal”. RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **34 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.622/09** – Do Sr. Vinicius Carvalho – que “legitima o Ministério Público a requerer revisão criminal”. RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Redação Final. **35 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 921/08** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR

651/2008) – que “aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural, Recreativa e Assistencial Sãomateuense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão”. RELATOR: Deputado SARNEY FILHO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **36 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.404/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1037/2008) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itacajá, Estado do Tocantins”. RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **37 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.425/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1090/2008) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Divino Pai Eterno a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taipas do Tocantins, Estado do Tocantins”. RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **38 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.458/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1169/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Centro de Montezuma a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montezuma, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **39 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.482/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 438/2008) – que “aprova o ato que outorga permissão à AUTO CAP – COMUNICAÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Alto Alegre, Estado de Roraima”. RELATOR: Deputado SERGIO PETECÃO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado

por unanimidade o Parecer. **40 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.583/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1056/2008) – que “aprova o ato que outorga permissão à Rádio Três Climas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Chorozinho, Estado do Ceará”. RELATOR: Deputado VICENTE ARRUDA. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **41 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.584/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1036/2008) – que “aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Região do Além Rio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **42 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.597/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1170/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **43 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.610/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1041/2008) – que “aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Araguaçu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araguaçu, Estado do Tocantins”. RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **44 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.629/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1156/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação de Prudente de Moraes de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Prudente de Moraes, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA. PA-

RECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **45 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.636/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 965/2008) – que “aprova o ato que autoriza o Centro Social de Monte Grave a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Milhã, Estado do Ceará”. RELATOR: Deputado VICENTE ARRUDA. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **46 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.648/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1172/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicações ECOCAP FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitão Poço, Estado do Pará”. RELATOR: Deputado GERSON PERES. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **47 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.686/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1298/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico e Cultural Liberdade de Goiânia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goiânia, Estado de Goiás”. RELATOR: Deputado SANDRO MABEL. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **48 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.689/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1288/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Dário Meira a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dário Meira, Estado da Bahia”. RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **49 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.691/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1273/2009) – que “aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Assistencial Diário do Amapá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município Macapá, Estado do Amapá”. RELATOR: Deputado SANDRO MABEL. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer.

TOR: Deputado SERGIO PETECÃO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **50 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.706/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1373/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Folião João de Lázaro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rosa do Tocantins, Estado do Tocantins”. RELATOR: Deputado SANDRO MABEL. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **51 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.712/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1339/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Clube de Natércia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Natércia, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **52 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.714/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1326/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Planalto de Itapiúna a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itapiúna, Estado do Ceará”. RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **53 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.723/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1306/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação dos Apicultores de Ponte Alta do Tocantins a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponte Alta do Tocantins, Estado do Tocantins”. RELATOR: Deputado SANDRO MABEL. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **54 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.724/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1301/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Esperantina – TO a executar, pelo prazo de dez

anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Esperantina, Estado do Tocantins”. RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **55 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.729/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1292/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Central de Organizações Populares de Contenda – PR a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contenda, Estado do Paraná”. RELATOR: Deputado DR. ROSINHA. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **56 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.733/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 1278/2009) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Integrada de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Matupá, Estado do Mato Grosso”. RELATOR: Deputado CARLOS BEZERRA. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **57 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.734/09** – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – (TVR 867/2008) – que “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultura para São Félix a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Félix do Coribe, Estado da Bahia”. RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer. **58- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.618/09** – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 476/2008) – que “aprova os textos das Resoluções MEPC 117 (52) e MEPC 118 (52) MEPC 132 (53), MEPC 141 (54), MEPC 143 (54), MEPC 154 (55), MEPC 156 (55) e MEPC 164 (56), adotadas por ocasião de realização das Sessões de nº 52ª, 53ª, 54ª, 55ª e 56ª, do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, que resultaram na adoção de Emendas à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Marinha por Navios – MARPOL 73/78, da Organização Marítima Internacional”. RELATOR: Deputado MARCELO ORTIZ. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi

aprovado por unanimidade o Parecer. **59 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.662/09** – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 975/2008) – que “aprova o texto da Emenda à Convenção que estabelece o Conselho de Cooperação Aduaneira, adotado em Bruxelas, em 30 de junho de 2007”. RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer.

60 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.669/09 – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 537/2008) – que “aprova o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2008”. RELATOR: Deputado DR. ROSINHA. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer.

61 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.670/09 – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 838/2008) – que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Índia em Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, no dia 12 de setembro de 2006”. RELATOR: Deputado MAURO BENEVIDES. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer.

62 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.672/09 – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 914/2008) – que “aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka, assinado em Brasília, em 16 de setembro de 2008”. RELATOR: Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer.

63 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.674/09 – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 1002/2008) – que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul Relativo à Assistência Mútua entre suas Administrações Aduaneiras, celebrado na Cidade do Cabo, em 11 de maio de 2008”. RELATOR: Deputado LUIZ COUTO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o Parecer.

64 – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 351/09 – Do Senado Federal – Renan Calheiros – (PEC 12/2006) – que “altera o art. 100 da

Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios”. (Apensados: PEC 116/2003 (Apensado: PEC 329/2009), PEC 250/2004 (Apensados: PEC 527/2006, PEC 572/2006, PEC 588/2006, PEC 67/2007, PEC 69/2007, PEC 153/2007 e PEC 243/2008), PEC 290/2004, PEC 467/2005, PEC 366/2009 e PEC 395/2009) RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA. PARECER: pela admissibilidade desta, nos termos das emendas, da PEC 329/2009, da PEC 527/2006, da PEC 572/2006, da PEC 588/2006, da PEC 67/2007, da PEC 69/2007, da PEC 153/2007, da PEC 243/2008, da PEC 116/2003, da PEC 250/2004, da PEC 290/2004, da PEC 467/2005 e da PEC 395/2009, apensadas; e pela inadmissibilidade da PEC 366/2009, apensada. O Deputado Regis de Oliveira apresentou voto em separado. Reiniciada a discussão, fizeram uso da palavra os Deputados Regis de Oliveira, Marcelo Ortiz, Marcelo Itagiba (aparte: Marcelo Ortiz), Antônio Carlos Biscaia, Zenaldo Coutinho (aparte: Marcelo Itagiba) e Vicente Arruda. Mantidas as inscrições dos Deputados José Eduardo Cardozo, Moreira Mendes, José Genoíno, Gerson Peres, Pompeo de Mattos, Guilherme Campos e Sérgio Baradas Carneiro. Suspensa a discussão, em virtude do início da Ordem do Dia do Plenário. O Senhor Presidente encerrou a reunião às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, antes convocando reunião ordinária, para a próxima quarta-feira, dois de setembro, às dez horas, para apreciar os itens remanescentes da pauta. E, para constar, eu _____, Rejane Salete Marques, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Tadeu Filipelli, _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 29ª Reunião Ordinária Audiência Pública, Realizada em 25 de Agosto de 2009.

Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, no Plenário Nº 05 – Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados José Guimarães, Renato Molling e Vanessa Grazziotin – titulares. Compareceu também o Deputado Paulo Rocha, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Albano Franco, Capitão Assunção, Dr. Ubiali,

Edmilson Valentim, Edson Ezequiel, Fernando de Fabinho, João Maia, Jurandil Juarez, Laurez Moreira, Leandro Sampaio, Luiz Paulo Vellozo Lucas, Miguel Corrêa, Nelson Goetten e Osório Adria^o O Deputado Guilherme Campos justificou a ausência a esta reunião. **ABERTURA:** O coordenador dos trabalhos, Deputado Renato Molling, declarou abertos os trabalhos, agradeceu a presença de todos e informou que a presente Reunião de Audiência Pública objetivou discutir o tema *Balanço Social*, matéria objeto do PL 32/1999. Em seguida, convidou para tomar assento à Mesa os senhores(as): JORGE CAJAZEIRA, Conselheiro da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Dra. ANDRÉA ESPÍNDOLA, Advogada da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo – CNC; MÁRIO SÉRGIO F. VASCONCELOS, Diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN; ANTÔNIO DUARTE CARVALHO DE CASTRO, Presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA; e JOÃO GILBERTO AZEVEDO, Gerente-Executivo de Desenvolvimento e Orientação do Instituto Ethos e UniEthos. Após tomarem assento à Mesa, o Deputado Renato Molling concedeu a palavra aos expositores, por até 20 minutos para a apresentação de suas palestras e ao autor da proposição, Deputado Paulo Rocha. Terminadas as exposições, o Deputado Renato Molling facultou a palavra aos presentes, momento em que se manifestou sobre o tema, na qualidade de participante, o senhor Emerson Casali. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o coordenador dos trabalhos, Deputado Renato Molling, encerrou os trabalhos às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, antes porém convocou os senhores Deputados membros da Comissão para Reunião Ordinária Deliberativa, no dia vinte e seis de agosto corrente, às nove horas e trinta minutos no Plenário Professor Roberto Campos, nº 05. E, para constar, eu, Anamélia Lima Rocha M. Fernandes, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Deputado Renato Molling, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**. O inteiro teor da reunião encontra-se gravado, passando o arquivo de áudio a integrar seu arquivo documental.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 30ª Reunião Ordinária, Realizada em
26 de Agosto de 2009.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, no Anexo II, Plenário 05 da Câmara dos

Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Edmilson Valentim – Presidente; Dr. Ubiali e João Maia – Vice-Presidentes; Capitão Assunção, Edson Ezequiel, José Guimarães, Jurandil Juarez, Laurez Moreira, Leandro Sampaio, Luiz Paulo Vellozo Lucas, Miguel Corrêa, Osório Adriano, Renato Molling e Vanessa Grazziotin – Titulares; Armando Monteiro, Guilherme Campos, Maurício Trindade, Moreira Mendes e Rebecca Garcia – Suplentes. Compareceu também o Deputado Luiz Carlos Haully, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Albano Franco, Fernando de Fabinho e Nelson Goetten. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 28ª reunião, realizada no dia 19 de agosto de 2009. Por solicitação do Deputado Jurandil Juarez, foi dispensada a leitura da ata. Em votação, a Ata foi aprovada. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 247/09 –** Do Sr. José Guimarães – que “requer a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei nº 1.621 de 2007, de autoria do Dep. Vicentinho, que *dispõe sobre as relações de trabalho em atos de terceirização e na prestação de serviços a terceiros no setor privado e nas sociedades de economia mista*”. **DISCUTIRAM A MATÉRIA: DEP. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE), DEP. DR. UBIALI (PSB-SP) E DEP. RENATO MOLLING (PP-RS). APROVADO COM A MODIFICAÇÃO DE QUE SEJAM REALIZADAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ACRESCIDAS DAS REPRESENTAÇÕES SUGERIDAS PELOS DEPUTADOS ARMANDO MONTEIRO E RENATO MOLLING. 2 – REQUERIMENTO Nº 248/09 –** Do Sr. Edmilson Valentim e outros – que “requer realização de Audiência Pública nesta Comissão, a fim de debater a proposta de Modelo Regulatório do Pré-Sal”. **DISCUTIRAM A MATÉRIA: DEP. EDMILSON VALENTIM (PCdoB-RJ), DEP. JOÃO MAIA (PR-RN), DEP. OSÓRIO ADRIANO (DEM-DF), DEP. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE), DEP. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM), DEP. JURANDIL JUAREZ (PMDB-AP), DEP. RENATO MOLLING (PP-RS), DEP. EDSON EZEQUIEL (PMDB-RJ) E DEP. DR. UBIALI (PSB-SP). APROVADO, SUBSCRITO PELOS MEMBROS DA CDEIC, COM A SUGESTÃO DE QUE SEJA REALIZADA COMISSÃO GERAL PARA DEBATER O TEMA, E EFETIVAÇÃO DE REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO-CFT, DE MINAS E ENERGIA-CME E OUTRAS. B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA: 3 – PROJETO DE LEI Nº 2.339/07 –** Do Sr. Alex Canziani – que “altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, na parte rela-

tiva ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas”. (Apensado: PL 3.502/2008) RELATOR: Deputado DR. UBIALI. PARECER: pela aprovação deste e do PL 3.502/2008, apensado, com substitutivo. **DISCUTIRAM A MATÉRIA: DEP. DR. UBIALI (PSB-SP), DEP. MIGUEL CORRÊA (PT-MG), DEP. LUIZ PAULO VELLOZO LUCAS (PSDB-ES) E DEP. JOÃO MAIA (PR-RN). APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA: 4 – PROJETO DE LEI Nº 4.283/08 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “altera os arts. 57 e 175 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, incluindo o Instituto Nacional de Propriedade Industrial no pólo passivo da relação processual, quando o mesmo não for autor, na forma dos arts. 56 e 173 da mesma lei”. RELATOR: Deputado GUILHERME CAMPOS. PARECER: pela aprovação. **Vista ao Deputado Elizeu Aguiar, em 27/05/2009. O Deputado Miguel Corrêa apresentou voto em separado em 07/07/2009. RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR. 5 – PROJETO DE LEI Nº 4.524/08 – Do Sr. Jefferson Campos – que “estabelece limites de intensidade sonora para tocadores pessoais de música em formato digital”. RELATOR: Deputado AELTON FREITAS. PARECER: pela aprovação. **Vista ao Deputado Dr. Ubiali, em 15/07/2009. RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. UBIALI. 6 – PROJETO DE LEI Nº 4.876/09 – Do Sr. Ratinho Júnior – que “estabelece contrapartidas para as empresas que receberem incentivos fiscais do Governo Federal”. RELATOR: Deputado JURANDIL JUAREZ. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA PELO AUTOR. 7 – PROJETO DE LEI Nº 2.765/08 – Do Sr. Angelo Vanhoni – que “dispõe sobre a relação de Instituições do Poder Público e suas Associações de Amigos”. RELATOR: Deputado JURANDIL JUAREZ. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR. 8 – PROJETO DE LEI Nº 4.804/09 – Da Sra. Elcione Barbalho – que “modifica a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, para restringir a aplicação do regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares”. RELATOR: Deputado JURANDIL JUAREZ. PARECER: pela aprovação. **O Deputado José Guimarães apresentou voto em separado em 05/08/2009. DISCUTIRAM A MATÉRIA: DEP. JURANDIL JUAREZ (PMDB-AP), DEP. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE), DEP. JOÃO MAIA (PR-RN), DEP. MIGUEL CORRÊA (PT-MG), DEP. DR. UBIALI (PSB-SP), DEP. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM), DEP. MOREIRA MENDES (PPS-RO) E DEP. LUIZ PAULO VELLOZO LUCAS (PSDB-ES). **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR. 9 – PROJETO**************

DE LEI Nº 5.019/09 – Do Sr. Júlio Delgado – que “altera o art. 2º da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, para permitir a redução da jornada de trabalho nos termos que estabelece”. RELATOR: Deputado DR. UBIALI. PARECER: pela aprovação. **VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS MIGUEL CORRÊA E VANESSA GRAZZIOTIN. 10 – PROJETO DE LEI Nº 6.590/06 – Do Sr. Paulo Pimenta – que “modifica a Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, proibindo a cobrança de assinatura por pontos adicionais instalados no domicílio do assinante de serviço de TV a cabo”. (Apensados: PL 7.160/2006, PL 631/2007, PL 2.175/2007 e PL 2.342/2007) RELATOR: Deputado DR. UBIALI. PARECER: pela aprovação deste, das Emendas 1/2008 e 2/2008 apresentadas ao projeto e dos PLs nºs 7.160/2006, 631/2007, 2.175/2007 e 2.342/2007, apensados, com substitutivo. **VISTA AO DEPUTADO MIGUEL CORRÊA. 11 – PROJETO DE LEI Nº 3.711/08 – Do Sr. Rafael Guerra – que “regulamenta o exercício da atividade das Cooperativas de Profissionais de Saúde de nível superior que menciona e dá outras providências”. RELATOR: Deputado DR. UBIALI. PARECER: pela aprovação deste e das Emendas nºs 1/2008 a 9/2008 apresentadas na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR. 12 – PROJETO DE LEI Nº 4.774/09 – Do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “altera a Lei nº 8.981 de 20 de janeiro de 1995, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências”. RELATOR: Deputado GUILHERME CAMPOS. PARECER: pela aprovação, com emendas. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DO DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES. 13 – PROJETO DE LEI Nº 4.972/09 – Da Sra. Rebecca Garcia – que “obriga as empresas a ressarcirem ao Sistema Único de Saúde (SUS) as despesas decorrentes da assistência prestada aos seus empregados vítimas de acidente do trabalho ou doença profissional ou do trabalho”. RELATOR: Deputado DR. UBIALI. PARECER: pela rejeição. **Vista ao Deputado Miguel Corrêa, em 12/08/2009. RETIRADO DE PAUTA PELA AUTORA. 14 – PROJETO DE LEI Nº 1.897/07 – Do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “altera o caput do art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações”. RELATOR: Deputado MOREIRA MENDES. PARECER: pela aprovação, com emenda. **Vista ao Deputado Guilherme Campos, em 05/12/2007. DISCUTIRAM A MATÉRIA: DEP. DR. UBIALI (PSB-SP), DEP. JURANDIL JUAREZ (PMDB-AP), DEP. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) E DEP. OSÓRIO ADRIANO (DEM-DF). PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO, DEP. MOREIRA MENDES (PPS-RO), PELA APROVAÇÃO. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER COM**************

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO. ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às doze horas e trinta e sete minutos, antes porém convocou reunião de audiência pública, conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação, para o dia vinte e sete de agosto corrente, às dez horas, no Plenário 4, Anexo II, a fim de debater o tema “Ouvir, conhecer e debater a produção técnica do IPEA relacionada ao IPTU”. E, para constar, eu _____, Anamélia Lima Rocha M. Fernandes, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Edmilson Valentim _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O interior teor encontra-se gravado, passando o arquivo de áudio a integrar seu arquivo documental.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

VI Seminário Nacional pela Cidadania LGBT

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Evento: Seminário

Nº: 0592/09

Data: 14-5-09

Início: 09h15min

Término: 12h52min

Duração: 03h37min

Tempo de Gravação: 03h37min

Páginas: 71

Quartos: 44

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

FERNANDA BENVENUTI – Representante da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA.

YONE LINDGREN – Coordenadora Política da Articulação Brasileira de Lésbicas.

TONI REIS – Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais – ABGLT.

PERLY CIPRIANO – Representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

LUIZ COUTO – Deputado Federal e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

MARIA DO ROSÁRIO – Deputada Federal e Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

GUSTAVO VENTURI – Representante da Fundação Perseu Abramo.

MARIA BERENICE DIAS – Vice-Presidenta Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.

JACQUELINE ROCHA CÔRTEZ – Representante do UNAIDS.

LÉO MENDES – Secretário de Comunicação ABGLT.

JULIAN RODRIGUES – Ativista do Fórum Paulista LGBT.

DENISE LIMEIRA – Representante da Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL.

CLÓVIS ARANTES – Secretário da AGBLT para a Região Centro-Oeste.

ROBERTO AUGUSTO LOPES GONÇALE – Delegado da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Jurídica da OAB do Rio de Janeiro.

FÁTIMA CLEIDE – Senadora da República.

SUMÁRIO: VI Seminário Nacional pela Cidadania LGBT.

OBSERVAÇÕES

Reunião conjunta com as Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

Houve exibição de imagens.

Houve exibição de vídeo.

Não houve encerramento formal do seminário.

A SRA. APRESENTADORA – Bom dia.

Inicia-se a solenidade de abertura do VI Seminário Nacional pela Cidadania LGBT, organizado pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, em parceria com as Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Educação e Cultura.

O evento tem por objetivo analisar em profundidade os direitos humanos das lésbicas, **gays**, bissexuais, travestis e transgêneros, bem como discutir proposta de legislação específica que garanta o pleno exercício da cidadania desse segmento da população.

Neste momento, passamos a compor a Mesa. Convidamos o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, Deputado Roberto Britto (*palmas.*); o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Deputado Luiz Couto (*palmas.*); o representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Minorias da Presidência da República, Sr. Perly Cipriano (*palmas.*); o Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais – ABGLT, Sr. Toni Reis (*palmas.*); a Coordenadora Política da Articulação Brasileira de Lésbicas, Sra. Yone Lindgren (*palmas.*); a representante da Articulação Nacional de Travestis

e Transexuais – ANTRA, Sra. Fernanda Benvenuti (*palmas.*). Os senhores podem se sentar.

Vou passar a palavra ao Deputado Roberto Britto para fazer a abertura dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Exmo. Sr. Deputado Luiz Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias; Exmo. Sr. Perly Cipriano, representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. Yone Lindgren, Coordenadora Política da Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL; Sra. Fernanda Benvenuti, da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA; Sr. Toni Reis, Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais – ABGLT, a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados tem se constituído em espaço privilegiado de interlocução desta Casa de Leis com a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, não poderia estar ausente do grande debate sobre os direitos da população de lésbicas, **gays**, bissexuais, travestis e transexuais que mais uma vez acontece no Congresso Nacional.

O VI Seminário Nacional pela Cidadania LGBT marca a continuidade desse debate no Poder Legislativo Federal. O tema ganhou maior relevância quando o Brasil realizou a I Conferência Nacional de LGBT, convocada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2008.

Nessa conferência, houve expressiva participação de militantes do movimento social e de representantes dos Poderes Públicos, aprovando o conjunto de mais de 500 proposições nas diversas esferas da vida social, e muitas delas expressas em proposições que hoje tramitam nesta Casa de Leis e no Senado Federal.

O Congresso Nacional pode dar grande contribuição à conquista da cidadania pela população LGBT, aprovando os projetos de lei que reconhecem os seus direitos.

Saudamos a realização deste seminário e reiteramos nosso compromisso com as lutas e reivindicações do movimento LGBT brasileiro. Acreditamos que, um dia, alcançaremos a sociedade que desejamos, na qual todas as pessoas tenham reconhecidos os seus direitos de cidadania e que não haja qualquer forma de discriminação.

Um abraço a todos e um bom seminário. (*Palmas.*)

Passo a palavra à Sra. Fernanda Benvenuti, representante da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais, pelo prazo de 10 minutos.

A SRA. FERNANDA BENVENUTTI – Bom dia a todos.

Não vou usar os 10 minutos.

Quero saudar a todos e dizer que para nós, da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais, é um prazer e uma honra vir mais uma vez a esta Casa e poder participar do VI Seminário.

Precisamos fazer uma avaliação do que se avançou e como podemos avançar ainda mais, porque este é o VI Seminário em que estaremos aqui, na Casa do Povo, mais uma vez discutindo e apresentando as nossas demandas para esta Casa implementar daqui para frente. Precisamos, de fato, fazer essa avaliação.

No VI Seminário, precisamos avaliar o que propusemos no primeiro e nos demais até o sexto, para que não fiquemos apenas de seminário em seminário, sem sabermos, de fato, no que se avançou para a comunidade LGBT no Brasil.

Acreditamos que esta Casa tem o poder de implementar todas as políticas e de fazer com que as políticas aconteçam. Esta é a Casa em que as leis acontecem e são pensadas para a sociedade e para a comunidade.

Nós, da comunidade LGBT, acreditamos – estou convencida disso – que esta Casa é o lugar que comporta toda a diversidade, independentemente de sermos **homo** ou hetero, mas esta, sim, é a nossa Casa e é desta Casa que temos de nos apropriar e de conhecê-la a fundo e os seus trâmites, porque é nela que precisamos fazer com que as nossas leis e as nossas políticas aconteçam neste País.

No mais, é só agradecer e dizer a todos que tenhamos um bom dia de novas propostas e de avaliação das propostas, que já foram feitas nos 5 seminários que antecederam a este.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Agradeço à Sra. Fernanda Benvenuti a exposição.

Quero registrar a presença de uma das coordenadoras da Frente Parlamentar LGBT, a nobre Deputada Cida Diogo, competente Parlamentar que realiza um belo trabalho em prol da população LGBT. (*Palmas.*)

Passo a palavra à Sra. Yone Lindgren, Coordenadora Política da Articulação Brasileira de Lésbicas.

Passo a palavra à Sra. Yone Lindgren, Coordenadora Política da Articulação Brasileira de Lésbicas. A senhora dispõe de 10 minutos.

A SRA. YONE LINDGREN – Muito obrigada. Bom dia a todos.

É sempre com muito orgulho que vimos a esta Casa. Acredito que eu não vá utilizar nem metade do tempo, na medida em que a companheira Fernanda já explicitou tão bem os nossos receios e anseios.

Nos últimos 6 anos não podemos negar o avanço de podermos, pelo menos, lutar pelos direitos que temos ou que deveríamos exercer plenamente na nossa

sociedade. De 2003 para cá, houve Brasil sem Homofobia, conferências, seminários e projetos.

Acredito que eu tenha não só de cumprimentar os presentes e agradecer o companheirismo e a parceria de todos, na pessoa do Perly Cipriano e da Deputada Cida Diogo, que tanto tem feito pela nossa Frente.

A Articulação Brasileira de Lésbicas, como diz o nosso logotipo, além de lutar pelo direito das mulheres, luta pelo direito das mulheres homoafetivas. E isso é mais uma dificuldade no caminho das mulheres pela equidade de direitos.

Acredito e vivencio o momento que estamos caminhando para chegar a essa equidade, e contamos com todos da Casa e dos movimentos sociais para que isso seja fato no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto)

– Agradeço à Sra. Yone Lindgren pela exposição.

Passo a palavra ao Sr. Toni Reis, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais. O senhor dispõe de 10 minutos.

O SR. TONI REIS – Bom dia a todos.

Ocuparei todos os minutos que sobraram da Fernanda e da Yone. (*Risos.*) Perdão, Presidente, foi apenas uma brincadeira para ver todos sorrindo nesta manhã bonita.

É muito emocionante e bonito lésbicas, gays, travestis, transexuais dentro do Congresso. Nós merecemos uma salva de palmas por estarmos aqui juntos na qualidade de cidadãos e cidadãs. (*Palmas.*)

Estamos aqui fazendo cumprir a Constituição Federal. Todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza. Então, nesse sentido, é importante e histórico que a Comissão de Participação Legislativa continue a tradição de fazer o VI Seminário pela Cidadania nesta Casa.

Sr. Presidente, parabênizo V.Exa. por ter sido eleito para presidir os trabalhos; queremos o Partido Progressista conosco na luta contra o preconceito e contra a discriminação.

Quero agradecer a minha querida amiga, Deputada Maria do Rosário, Presidenta da Comissão de Educação e Cultura, ao meu querido amigo, a quem muito admiro, Deputado Luiz Couto, que tem sido nosso grande defensor nesta Casa. Inclusive, se hoje nós temos orçamento, Dr. Perly Cipriano, é porque o Deputado Luiz Couto e a Deputada Janete Rocha Pietá foram os que defenderam a emenda parlamentar na Comissão de Direitos Humanos. Muito obrigado.

Quero agradecer à nossa querida amiga, Deputada Cida Diogo, que tem sido uma grande defensora e lutadora pelos nossos direitos. Somos solidários a tudo o que a senhora sofreu de perseguição por certos

setores fundamentalistas. Queremos que a senhora continue nessa luta conosco.

Quero agradecer também ao Programa Nacional DST/AIDS, que tem sido grande parceiro na luta contra a AIDS e a discriminação.

Ao Dr. Perly, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que financia nosso projeto de atuação neste Parlamento, o nosso muito obrigado. Transmita ao Ministro Paulo Vannuchi o nosso grande abraço.

Quero agradecer ao nosso Deputado Pedro Wilson, grande defensor dos direitos humanos, que está aqui conosco, e ao querido Deputado Dr. Rosinha, que esteve presente, cumprimentou-nos, mas teve de sair porque tinha outro compromisso.

Cito ainda a minha querida Maria Berenice, grande desembargadora, que tem sido nossa grande aliada. Saúdo também o ilustre palestrante Gustavo Venturi, que falará sobre a pesquisa Perseu Abramo. Seja muito bem-vindo ao nosso recinto.

Quero agradecer à Jacqueline Côrtes, que está neste auditório, representando a UNAIDS, o esforço da ONU, no combate à AIDS, que lançará um vídeo de combate à homofobia, à lesbofobia e à transfobia logo após a Mesa de abertura.

Pessoal, estamos aqui para conversar. Este seminário é importante, está sendo transmitido por todos os meios de comunicação da Câmara, será registrado nos Anais e precisamos deixar esse fato registrado na história.

Nos últimos anos, 2.990 homossexuais foram barbaramente assassinados neste País, o que é uma vergonha. Segundo pesquisas da UNESCO, 40% dos adolescentes não gostariam da presença de *gay*, lésbica e travesti na sala de aula. Imaginem os senhores, heterossexuais aliados aqui, serem rejeitados por 40% de uma turma na escola, e 60% dos professores não sabem lidar com essa situação. Por isso é muito importante que tenhamos ações de combate ao preconceito e à discriminação.

Em se tratando de uma pessoa heterossexual, vou citar o Dr. Perly, que é heterossexual assumido (*risos*); ele já assumiu várias vezes que gosta do sexo oposto, e nós temos de respeitá-lo. Sou profundo respeitador dos heterossexuais, porque se não houvesse a relação heterossexual eu não teria nascido. Então, é importante que tenhamos respeito e tenhamos essas pessoas como aliadas. Comparando, Dr. Perly, heterossexual tem 37 direitos, que eu e meu companheiro que vivemos juntos há 20 anos não temos na condição de homossexual. Isso está errado, está contra a Constituição Federal, que estabelece que todos são iguais perante a lei e que não haverá discriminação de qualquer natureza. É nesse sentido que estamos aqui.

Deputado Roberto Britto, nós queremos ser tratados com igualdade, como qualquer cidadão e cidadã. Não queremos privilégios nenhum. Não quero ser indelicado, mas não queremos aposentadorias especiais, não queremos cotas de passagens, não queremos absolutamente nenhum privilégio, queremos direitos iguais, nem mais, nem menos.

E é isso que de forma muito bacana queria citar.

Aproveito para saudar nossa querida Deputada Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul, que juntamente com o Deputado Luciano Zica, foram os grandes pioneiros nesta Casa. Parabéns pela iniciativa, Deputada Maria do Rosário, e muito obrigado pelo histórico de luta com a nossa comunidade.

Hoje, o Brasil é vanguarda na ONU, Dr. Perly. O Brasil foi um dos líderes que teve resolução de 66 países que assinaram a defesa dos direitos humanos. Hoje o Uruguai, a Colômbia, a cidade de Buenos Aires e a cidade do México reconhecem a união estável. E como está a situação no Brasil? Infelizmente não temos esse direito reconhecido.

Sabemos que o Executivo já fez grande parte. Inclusive hoje à tarde, no Palácio do Itamaraty, lançaremos o Plano Nacional LGBT, fruto da 1ª Conferência. O Executivo, com o Programa Brasil sem Homofobia, trabalhou em prol da diminuição do preconceito.

O Judiciário, Dra. Berenice Dias, tem sido grande aliado da nossa luta, e nós temos muitas jurisprudências. E o Legislativo? Infelizmente, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, não temos nada a comemorar aqui dentro.

E aqui faço os nossos pedidos.

Primeiro, nós temos o PLC 122, que criminaliza a homofobia. O que nós queremos? Não queremos prender nenhum padre, nenhum pastor. Pelo contrário, acho que nós temos de defender a diversidade religiosa e o direito de cada um professar seu credo. Mas não podemos admitir que pessoas fundamentalistas incitem a violência e a discriminação contra nossa comunidade. Queremos que a homofobia seja igualada ao racismo. Hoje, no Brasil, uma pessoa que discrimina um negro, uma negra pode ser processada. Mas, infelizmente, uma pessoa que discrimina um gay, uma lésbica, um travesti um transexual fica impune.

É isso o que nós queremos, é o PLC 122 que se encontra no Senado e que está encontrando muitas resistências com o fundamentalismo religioso.

Eu acho que esta Casa tem de se pautar pelo princípio da laicidade, pelo Estado laico. O Estado não tem de se basear em livros religiosos, embora devamos respeitar todos os livros, mas aqui é a Constituição Federal.

Então, a maior reivindicação do nosso movimento é a criminalização da homofobia. Nos últimos 2 dias fizemos um seminário e vamos propor um substitutivo ao projeto para corrigir algumas incoerências internas do projeto, mas queremos o apoio desta Casa e da Frente Parlamentar e dos nossos aliados.

Outra questão que queremos é o PLC 4.914/2009, que reconhece a união estável. Para deixar bem claro, nítido e esclarecedor, nós não queremos, Deputados e Deputadas, o casamento, nós não queremos o matrimônio, nós queremos o reconhecimento dos direitos civis.

Nesse sentido, nós ficamos 2 anos no movimento tentando chegar a um consenso, e os senhores conhecem muito bem as divergências que existem em qualquer setor, mas conseguimos chegar a um consenso e o que queremos é a união estável, é o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

E, aí, numa ação de **advocacy**, coordenado pela ABGLT e outras redes, 12 partidos políticos, 12 Parlamentares assinaram esse projeto, coordenado pelo Deputado José GenofNº Cito aqui o apoio do PSDB, na pessoa da Deputada Raquel Teixeira; da Manuela D'Ávila, do Pcdob do Rio Grande do Sul; da Maria Helena, do PSB de Roraima; do Celso Russomanno, do seu partido, Deputado Roberto; do Ivan Valente, do PSOL; do Fernando Gabeira, do PV; do Arnaldo Faria de Sá, do PTB de São Paulo; da Solange Amaral, do Democratas do Rio de Janeiro; da Marina, do PPS do Rio de Janeiro; do Colbert Martins, do PMDB da Bahia; e do Paulo Rubens Santiago, do PDT de Pernambuco. Nós falamos com os respectivos Líderes para que assinassem esse projeto de lei.

Esperamos contar com o apoio de todos. Se todos esses partidos e esses Deputados articularem suas bancadas, teremos 444 votos. Esperamos que o nosso pedido seja aceito.

Outra prioridade é o nome social das pessoas travestis e transexuais. Muito se vê nas manchetes de jornais a discriminação que as nossas companheiras e companheiros, os travestis e as pessoas transexuais, masculino e feminino, sofrem principalmente nas escolas e no serviço público.

O que nós queremos é que seja reconhecido o nome social dessas pessoas nas instituições públicas. E, aí, nós temos o projeto de lei da Deputada Cida Diodo para que seja reconhecido o nome social. Então, nesse sentido, nós gostaríamos de ter o compromisso desta Casa para aprovarmos pelos menos uma lei. São 20 anos da Constituição Federal e até agora nós não temos esse direito. Temos de nos somar aos outros movimento que aqui participam, de mulheres, negros, índios, do meio ambiente, para que, juntos, possamos

fazer e aprovar, esperamos, no sétimo encontro. Com certeza, não arredaremos o pé desta Casa até que tenhamos os nossos direitos garantidos e que os 37 direitos sejam cumpridos.

E, aí, Deputada Cida Diogo, eu quero ler uma frase do nosso querido Presidente Lula, quando ele se dirigiu ao nosso Congresso: *“Sei muito bem que, por minha atitude de apoio à luta de vocês, lésbicas, gays, travestis e transexuais, eu também tenho sido alvo de preconceito, de resistências, de alguns setores atrasados e, ao mesmo tempo, hipócritas. Já propus a criação do Dia do Combate à Hipocrisia. Têm criticado o nosso Governo por apoiar iniciativa que criminaliza palavras e atos ofensivos à homossexualidade, isso não tem importância. Continuarei, com o apoio de todo o Governo, a manter essa atitude”*.

Então, os Parlamentares que nos apoiam também poderão sofrer algum tipo de preconceito e discriminação, mas eu gostaria de fazer um apelo em nome da ABGLT, da nossa comunidade, que continuam nos apoiando porque, com certeza, a racionalidade e a filosofia racional vencerão o preconceito e a discriminação.

Meu bom dia e que tenhamos um excelente dia, que vai ser histórico com o lançamento do Plano Nacional de Políticas de Cidadania e Direitos Humanos LGBT.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto)

– Agradeço ao Sr. Toni Reis a brilhante exposição.

Passo a palavra ao Sr. Perly Cipriano, representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, por 10 minutos.

O SR. PERLY CIPRIANO – Bom dia a todos.

Deputado Roberto Britto, Deputado Luiz Couto, Deputado Pedro Wilson, Deputada Cida Diogo,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto)

– Eu convido a nossa Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação desta Casa, para compor a Mesa. *(Palmas.)*

O SR. PERLY CIPRIANO – ...Deputada Maria do Rosário, que vem engrandecer e embelezar esta Mesa, querida Yone, querida Fernanda, Toni, a realização do VI Seminário Nacional Pela Cidadania LGBT é mais um passo na caminhada para construirmos política de Estado. Eu tenho arriscado um pouco mais, é uma política de nação. Nação em que não haja racismo, machismo, xenofobia, intolerância religiosa, homofobia, lesbofobia ou transfobia. Sem isso nós não teremos, de fato, completado um projeto de nação.

Ao trabalharmos para ter uma política de Estado, só podemos fazer como estamos fazendo, com a

presença do movimento, nenhuma política para o movimento e, sim, com o movimento.

Que os 3 Poderes possam, juntos, realizar o que é de seu dever. O Executivo cumprindo as suas obrigações, já criou o Brasil sem Homofobia, já realizou a 1ª Conferência do Mundo, já elaborou o plano que vai ser lançado hoje às 15h, mas precisa caminhar muito mais.

E o Judiciário, a Dra. Berenice aqui está, tem tido papel destacado na luta pela construção de política de Estado para a população LGBT.

E o Parlamento? Eu acho que o Parlamento tem realizado, sim, na medida em que se tem reunido, tem discutido, tem uma frente muito grande. Eu acho que talvez seja uma das maiores frentes que nós temos.

São ritmos diferentes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário têm ritmos diferentes para realizar as políticas. Então, nesse sentido, eu acho que os 3 Poderes precisam estar irmanados na construção desse projeto de nação.

E este seminário vai ajudar a avançar. Nós, Toni, estamos de acordo, nem mais nem menos direitos, direitos iguais. Para isso devemos estar irmanados, lutando, fazendo avanços *(palmas)* e sabendo superar as contradições, as dificuldades. Se há intolerância religiosa, não será com intolerância que vamos tratá-los, vamos tentar discutir com as suas bases, com todas as diferentes áreas, vamos trabalhar na legislação.

No dia em que houver a criminalização da homofobia, vamos verificar que diminuirá em muito o preconceito, não que as pessoas vão arrancar o preconceito do coração, mas elas deixarão de expressá-lo publicamente. E obrigará as pessoas a pensarem mais naquela discriminação que praticavam.

Então, eu quero, em nome do Ministro Paulo Vannuchi, em nome da Secretaria Especial, desejar o melhor seminário possível no sentido da consolidação da política pública, da política de Estado e do projeto de nação que nós precisamos trabalhar juntos.

Bom trabalho, bom seminário. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto)

– Eu quero fazer 2 pedidos. Primeiro, silêncio às pessoas que estão na platéia. Peço também que desliguem os celulares ou, pelo menos, coloquem no silencioso para que o expositor não seja perturbado.

Anuncio a honrosa presença do Deputado Lincoln Portela.

Agradeço ao Sr. Perly Cipriano a exposição, e passo a palavra ao Deputado Luiz Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

V.Exa. dispõe de até 10 minutos para sua exposição. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sr. Presidente, demais membros da Mesa.

Registro a presença dos Srs. Deputados Cida Diogo, Pedro Wilson, Lincoln Portela, Maria do Rosário, José Genoíno.

Este evento está sendo transmitido pelo *site*: www.twitter.com/cvdhcamara.

O companheiro Rogério, assessor de comunicação da Comissão, pede-nos para lembrar todos podem acompanhar este seminário na Internet por meio desse *site*.

O importante para nós é saber que existe toda uma história de luta. Este 6º Seminário é resultado de longa caminhada contra a intolerância, a violência e a discriminação. Vocês resistiram. Muitas vezes houve a vontade de não continuar, mas vocês continuaram e disseram à sociedade brasileira: “*Dessa nossa luta, desse nosso espaço, ninguém nos tira. Ninguém vai tirar de nós essa luta*”.

No primeiro seminário, quando vocês não contavam aqui com mais do que 3 ou 4 Comissões Temáticas, era a Comissão de Direitos Humanos, ainda muito acanhadamente, que mostrava a nossa luta a favor da cidadania do LGBT.

Como disse o Toni, houve toda uma luta, mas precisamos continuar combatendo o preconceito, que ainda é grande, assim como a discriminação.

O fundamentalismo está presente. Mas, como disse o Presidente Lula, a hipocrisia ainda parece ser a grande força. O farisaísmo ainda é muito forte, e todos nós temos de fazer com que a cidadania seja plena. Não há meia cidadania. Ou é cidadania ou não é.

A violência praticada contra o grupo LGBT mostra que não se trata apenas de violência, mas de homicídios, na realidade, execuções sumárias de homossexuais, travestis, lésbicas. Isso aparece nos relatórios sobre os grupos de extermínio, que atuam e quase sempre ficam impunes. São os chamados crimes insolúveis, misteriosos, porque não se quer buscar os responsáveis.

Em toda essa luta, a Comissão de Direitos Humanos tem sido referência.

Desejo que este 6º Seminário Nacional pela Cidadania LGBT possa nos fazer avançar na implementação de políticas públicas, nos projetos em tramitação nesta Casa, acabando de vez com o preconceito e com a intolerância. Somos todos cidadãos, merecemos respeito, direitos plenos, e não meios direitos.

Um bom seminário a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Agradeço ao Deputado Luiz Couto a exposição.

Aviso a todos que no Plenário IV, em frente, há um telão. As pessoas que não quiserem ficar em pé, aqui atrás, poderão ficar no Plenário IV, pois a retransmissão é ao vivo.

Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário, Presidenta da Comissão de Educação e Cultura desta Casa.

V.Exa. dispõe de até 10 minutos para sua exposição.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO – Sr. Presidente, Deputado Roberto Britto, a quem cumprimento, Deputado Luiz Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, é uma satisfação para a Comissão de Educação e Cultura fazer parte deste seminário mais uma vez. Por onde passamos, assumimos tarefas e mantemos boas causas. Então, neste ano, dirijo-me a vocês com a responsabilidade que tenho como Presidenta da Comissão de Educação e Cultura.

Agradeço ao Toni Reis a menção à origem desse seminário, a referência aos Deputados Zica e Luiz Couto e a mim, no que diz respeito ao trabalho parlamentar.

O que acredito ser mais interessante, Srs. Deputados, é que por onde passamos semeamos uma visão de tolerância, respeito e amizade, com a possibilidade de as pessoas viverem plenamente a democracia que Perly Cipriano aqui destacou.

Certamente, o Parlamento sente muito orgulho de viver este momento e contar com a presença da Fernanda e da Yone, dos integrantes da Mesa e de todos vocês.

Permitam-me ainda destacar o nome de 2 pessoas que, ao longo da minha trajetória militante, têm sido muito importantes, e acredito que para vocês também.

Uma delas é a Professora e Desembargadora Maria Berenice Dias, que neste momento não integra o Judiciário. Ela já cumpriu a sua etapa nesse Poder. Na qualidade de juíza e desembargadora deixou jurisprudência, constituiu políticas e avançou muito mais do que nós na formulação da lei, em termos de respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural. Eu a cumprimento com muito carinho; ela que, como eu, é do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Pode parecer estranho fazer essa citação, mas, ao longo do nosso trabalho, pessoas vão nos mobilizando. A Fernanda certamente é uma figura importantíssima para a implementação de políticas públicas. E também para que lá na Paraíba as políticas que interagem com o Parlamento, por intermédio do Deputado Luiz Couto, acabem se realizando.

No caso, sinto-me com a responsabilidade de dizer que o companheiro que está ali, o Leandro Bor-

toli, é meu assessor na área de diversidade sexual, de combate à homofobia há pelo menos 10 anos, e gostaria de fazer um agradecimento público a ele. *(Palmas.)* Ele vai acompanhar os trabalhos.

Sr. Presidente da Comissão de Legislação Participativa, Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Educação realizará este ano profundo debate sobre o Plano Nacional de Educação, que no ano que vem completará 10 anos de vigência. A legislação nacional indica que em 5 de janeiro de 2011 deveremos ter em vigor um novo plano de educação, com desdobramentos para os planos estaduais e municipais de educação, o que consolida sistemas articulados da área de educação.

Da mesma forma, a área de cultura está-se estruturando por meio da realização de conferência nacional.

Tanto a educação quanto a cultura estão promovendo conferências.

Até o final de junho, a área de educação deve realizar suas conferências municipais e intermunicipais; no segundo semestre as conferências estaduais e do Distrito Federal; e em abril do próximo ano será realizada a Conferência Nacional de Educação, que aponta diretrizes para o Plano Nacional de Educação.

A área da cultura também realizará no início do próximo ano a Conferência Nacional de Cultura.

Por que estou dizendo isso? Porque o Plano Nacional de Educação em vigor, no que se refere ao combate à violência, ao preconceito e às diversidades de toda ordem, como parte da construção das políticas educacionais nacionais, não menciona isso.

Então, a minha intervenção neste momento objetiva fazer um convite aos senhores, às senhoras e aos movimentos a se fazerem presentes, de forma organizada, estruturada e com propostas, às conferências municipais de educação que estão acontecendo agora; à Conferência Estadual de Educação, que estará acontecendo no segundo semestre, nos Estados dos senhores e das senhoras. Preparem-se, aprovando propostas em todas essas etapas, para que o Plano Nacional de Educação contenha em si o combate à homofobia e a visão da responsabilidade da escola no cuidado, na atenção com a diversidade sexual na formação do ser humano, na formação do conhecimento.

Precisamos de uma perspectiva que trabalhe o enfrentamento do preconceito a partir de uma visão histórica, que consiga situar os sujeitos históricos, que adote um conceito no qual não apenas a heterossexualidade esteja presente na história – porque esse é um jeito de contar a história. Como a história sempre foi contada pela visão de poucos, dos poderosos, na

perspectiva de classe e de gênero, nós, mulheres, estamos apagadas da história; a comunidade negra, os negros e as negras, estão apagados da história, em termos de reconhecimentos dos heróis e da trajetória. *(Palmas.)*

Da mesma forma, na história, a presença da homossexualidade, do homossexual, é sempre uma alusão que reflete muito mais os preconceitos do que uma visão de respeito às sociedades humanas que foram se compondo a partir da diversidade.

Sem a presença do movimento social, teremos uma conferência com o mesmo resultado: a invisibilidade. Será que a escola pode continuar negando a diversidade sexual? Essa diversidade sexual que aparece, na prática, por meio do preconceito, ou na escrita, por que negada? Num sentido mais amplo, essa diversidade é escrita na porta do banheiro e na classe, ela acontece naquele encontrão entre meninos, naquele abraço entre meninas. Mas, na verdade, a escola oficial, a estrutura oficial de educação brasileira continua negando isso.

Essas perguntas estou me fazendo hoje, na condição de Presidenta da Comissão de Educação e Cultura, pois quero que esses temas sejam tratados numa perspectiva também educacional e no âmbito da cultura. Convido todos a estarem conosco na organização dessas conferências, trabalhando de forma direta e defendendo suas causas, seu jeito de ser, de olhar e de pensar. Uma sociedade verdadeiramente democrática não deve começar apenas quando somos adultos; ela perpassa todas as fases da vida, todos os gêneros, todas as orientações sexuais e todas as possibilidades de sermos brasileiros, plenamente cidadãos e cidadãs.

Muito obrigada. Contem com a Comissão de Educação e Cultura e vamos ao trabalho. Bom seminário a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Agradeço à Deputada Maria do Rosário, Presidenta da Comissão de Educação e Cultura da Casa.

Registro a presença da Deputada Professora Raquel Teixeira, de Goiás. *(Palmas.)*

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO – Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, até em função da leitura do Sr. Toni Reis, a Deputada Professora Raquel Teixeira é uma das autoras, ao lado do Deputado José Genoíno, do PL nº 4.914, de 2009. Portanto, agradeço a S.Exa. estar assumindo também esse projeto de lei de interesse da sociedade brasileira. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Registro também a presença da Deputada Manuela D'Ávila, do Rio Grande do Sul *(palmas)*, que está participando deste evento.

Agradeço a todos os componentes da Mesa de abertura as exposições e passo a palavra ao nosso Deputado Luiz Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que irá presidir os trabalhos.

Portanto, com a palavra o Deputado Luiz Couto. Aproveito o momento para pedir licença para me retirar, porque vou presidir o Seminário de Guardas Municipais e Segurança Pública, que se realiza aqui ao lado.

Muito obrigado e sucesso a todos e todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Quero apenas dizer que quem irá coordenar a Mesa agora será a Deputada Manuela D’Ávila. (*Palmas.*)

Portanto, convido a Deputada Manuela D’Ávila para coordenar os trabalhos desta primeira Mesa.

Agradeço a todos os Srs. Parlamentares a presença, registrando, mais uma vez, a importância deste evento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Manuela D’Ávila) – Bom dia a todos e agradeço a presença. É um prazer muito grande, para mim e para o meu partido, poder contribuir para este seminário, que é de vocês, porque são vocês que organizam suas atividades na Câmara dos Deputados. Nós, Deputadas e Deputados, apenas damos suporte a essa luta que vocês desenvolvem em todo o Brasil.

A organização do seminário prevê que cada um dos palestrantes tenha 10 minutos para sua exposição. Depois haverá o debate, para o qual passaremos uma lista para que vocês se inscrevam. Concederemos 3 minutos para as perguntas, seguidos de 3 minutos para as respostas.

Convido para compor a Mesa o Sr. Gustavo Venturi, da Fundação Perseu Abramo (*palmas*); a nossa querida amiga, conterrânea e incansável, Dra. Maria Berenice Dias, do Instituto Brasileiro de Direito de Família (*palmas*); e a Sra. Jacqueline Côrtes Rocha, do UNAIDS (*Palmas.*)

O Sr. Gustavo Venturi e a Sra. Jacqueline Côrtes fizeram um acordo: o Sr. Gustavo irá apresentar os dados da pesquisa e levará um tempo maior; a Sra. Jacqueline usará um tempo um pouco menor.

Então, se todos concordam, poderemos começar pela apresentação da pesquisa, que certamente embasará a fala dos demais convidados e dará a vocês mais subsídios para opinarem.

Convido, portanto, o Sr. Gustavo Venturi, da Fundação Perseu Abramo, para apresentar a pesquisa.

O SR. GUSTAVO VENTURI – Cumprimento a Deputada Manuela e todos os presentes e agradeço a oportunidade. Só uma pequena correção, eu sou professor de Sociologia da USP, e a pesquisa é da Fundação Perseu Abramo e da Rosa Luxemburgo,

que é uma fundação alemã, mas com ela eu não tenho vínculo direto.

Eu coordenei a pesquisa porque, até o ano passado, eu coordenava o Núcleo de Estudos da Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Manuela D’Ávila) – Enquanto o Sr. Gustavo pega o microfone sem fio, anuncio a presença da Deputada Luiza Erundina, do PSB de São Paulo, a quem cumprimento. (*Palmas.*)

O SR. GUSTAVO VENTURI – A pesquisa foi feita em 2 módulos, primeiro uma pesquisa nacional, com a pretensão de representar a população brasileira urbana acima de 16 anos de idade, 150 Municípios em 25 Estados, cobrindo todo o País. Os dados foram coletados em junho do ano passado. Depois fizemos um segundo levantamento, em janeiro deste ano, com 413 gays e lésbicas residentes em 9 regiões metropolitanas do País.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

A primeira pesquisa teve foco na percepção do preconceito e nas manifestações de preconceito de natureza homofóbica, e a segunda foi mais centrada nas experiências e vivências de discriminação.

Eu vou começar mostrando alguns dados do segundo módulo, feito apenas com lésbicas e gays das regiões metropolitanas do País.

Um dado contrastante, que vemos logo de cara e que mostra a gravidade da questão, é que, quando nós perguntamos à população em geral, a cada entrevistado se já se sentiu discriminado alguma vez por causa da sua orientação sexual, da sua conduta sexual ou por suas preferências sexuais, 4% da população disse que sim.

No seguimento LG – lésbicas e gays –, 53% afirmaram ter sido discriminados pelo menos uma vez em função de sua orientação sexual.

Sobre o tipo de discriminação que sentiu, se violência psicológica, moral ou verba, foi dito espontaneamente por metade da amostra, ou seja, 47%: violência física e agressão, 3%; expulsão de casa, 2%; demissão do trabalho ou não ser admitido em um trabalho, 1%; violência indireta, no sentido de sua homossexualidade ser exposta e expor outros a situações vexatórias, violência sexual e assédio, não atingiu 1%, mas também foi citada, assim como a discriminação religiosa.

Quando, no entanto, perguntamos de forma estimulada sobre uma série de situações, a taxa de 53% sobe para 59% para os que dizem que foram discriminados, pelo menos uma vez, nas seguintes situações – aqui é resumo dos que seriam os agentes discriminadores.

Disseram que foram discriminados: por parte dos pais, 22%; por outros familiares, 31%; por colegas da

escola, 27%; em locais de lazer, 26%; por parte de amigos, 24%; em locais de comércio como bancos, *shoppings*, 20%; por colegas de trabalho, 18%; ao não conseguir algum trabalho, 15%; ao entrar em alguma escola, 13%; por membros e líderes da sua igreja, 13%; por parte de policiais na rua, 11%; em locais de práticas esportivas, 10%; por chefias no trabalho, 9%; por policiais em delegacias, por policiais civis, também 9%; em repartições públicas, 7%; por professores, 7%; por profissionais da área de saúde, 5%; e ao tentar alugar alguma casa, 5%.

Aqui fica bastante clara a dimensão institucional da discriminação. É por isso que o problema não se reduz a uma questão interpessoal, de relações interpessoais de pessoas que eventualmente dizem que não gostam de *gays*, nem de lésbica ou de travesti ou de transexual.

Muitas vezes essa manifestação adquire caráter institucional. Nós vemos aqui agentes de Estado, que deveriam tratar todos os cidadãos de forma igual, mas embora sejam representantes do Estado, nesses espaços institucionais, da saúde, da educação, da segurança etc., discriminam. E essa discriminação aparece de forma bastante clara, segundo relatos dos nossos entrevistados.

Daí a complexidade do fenômeno e a necessidade evidente de que haja políticas públicas que intervenham nessa questão.

Bem, vou direto ao módulo Conjunto da População, porque nosso tempo é bastante curto. Temos o seguinte.

Quando se pergunta para o conjunto da população: “*Você acredita que exista preconceito contra gays ou lésbicas ou travestis, ou bissexuais, ou travestis, ou transexuais?*” Um patamar de 90%, 92%, disse sim, que o preconceito existe. E quando perguntamos diretamente: “*E você tem preconceito contra gays lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais?*” A média caiu para 27%, sendo que 23% disseram que tinham preconceito contra os 5 grupos e um terço, 32%, que tinham preconceito por pelo menos um dos grupos.

Evidentemente era esperada essa queda entre a percepção geral da disseminação do preconceito e aqueles que assumiram ser preconceituosos. No entanto, nos chamou a atenção porque em outras pesquisas da Fundação Perseu Abramo, em 2003, sobre o racismo, por exemplo, apenas 4% dos brasileiros disseram sim, que tinham preconceito racial, e nas pesquisas com idosos, em 2006, em parceria com o SESC, apenas 4% disseram sim, que tinham preconceito contra idosos. E aqui temos 27% da população brasileira dizendo que tem preconceito contra lésbicas, *gays*, travestis, bissexuais e transexuais.

Bem, de qualquer forma, como já esperávamos que o preconceito fosse menor, o questionário tem um conjunto de frases e de situações hipotéticas das quais vou mostrar apenas algumas, por meio das quais nós construímos um índice de preconceito velado.

Por exemplo, com relação às seguintes afirmações:

“*Deus fez o homem e a mulher com sexos diferentes para que cumpram o seu papel e tenham filhos?*” Oitenta e quatro por cento da população brasileira acredita totalmente nessa afirmação e 8% em parte. Ou seja, 92%.

“*A homossexualidade é um pecado contra as leis de Deus?*” É crença de dois terços da população brasileira, em algum grau.

“*As pessoas bissexuais que gostam sexualmente de homens e mulheres não sabem o que querem e são mais resolvidas.*” Temos aqui 57% de algum grau de concordância contra 27 de discordância.

“*Casais de gays ou lésbicas não deveriam criar filhos.*” Esse item já está um pouco mais dividido. Temos 47% a 38%. Mas ainda a maioria é contrária à adoção.

“*Quase sempre os homossexuais são promíscuos, isto é, têm muitos parceiros.*” O resultado foi 45% de concordância contra 36% de discordância, ou seja, são manifestações claras de uma visão preconceituosa;

“*A homossexualidade é uma doença que precisa ser tratada?*”. Ainda tem a credibilidade de 41% em algum grau da população brasileira, 2 de cada 5 brasileiros, contra 48. Ai começa a pesar para o outro lado, aqueles que discordam, mas ainda está muito dividido.

“*A homossexualidade é uma safadeza ou doença de caráter?*” Trinta e sete por cento concordam em algum grau, contra 49% que discordam.

“*Mulher que vira lésbica é porque não conheceu homem de verdade?*” Trinta e dois por cento acreditam nisso. E nós sabemos que essa discriminação pode ter expressões extremamente graves e violentas.

Usamos na sensibilização dos pesquisadores que participariam da pesquisa, um vídeo feito em São Paulo, cujo diretor não me lembro do nome, chamado *Questão de Gênero* – e muitos de vocês devem conhecer –, sobre transexuais na cidade de São Paulo. Há nele um depoimento bastante contundente de um transexual, que antes da sua passagem, da sua transexualização, não sei se pode se dizer assim, quando ainda no colegial, foi estuprada por vários rapazes que tinham esse tipo de mentalidade: para a mulher saber exatamente o que é o sexo ela tem de conhecer homens de verdade.

Outra questão: *“Os gays são os principais culpados pelo fato de a AIDS estar se espalhando pelo mundo?”* Um terço da população brasileira, 33%, acredita nisso, contra 52% que não acreditam.

Foram testadas algumas situações reais ou hipotéticas. Por exemplo: *“Se você tivesse um colega gay ou lésbica?”* Setenta por cento disseram que não importariam, que lhes era indiferente; 20% não gostariam, mas procurariam aceitar; 4% mudariam de emprego. Em relação ao chefe, o mesmo patamar, 21% não gostariam e procurariam aceitar, e 5% mudariam de trabalho.

Pergunta: *“Se um casal de vizinhos homossexuais mudasse para a sua vizinhança?”* Vinte por cento disseram que não gostariam, mas procurariam aceitar, e 3% que mudariam de casa.

Aqui temos um patamar de aceitação majoritário, que começa a cair quando nós falamos: *“E se você soubesse que seu melhor amigo é gay ou que sua melhor amiga é lésbica?”* Sobe para 26% os que dizem que não gostariam mas procurariam aceitar, e sobre para 9% aqueles que dizem que acabariam com a amizade.

Pergunta: *“E se você fizesse um tratamento com um médico ou uma médica e soubesse que é gay ou lésbica?”* Dezessete por cento dizem que procurariam aceitar, mas não gostariam, e 18% mudariam de médico.

No caso de professores, 17% dizem que tirariam os filhos da escola ou, o que costuma acontecer com mais frequência, pressionariam a escola para demitir os professores homossexuais, e 23% dizem que não gostariam, mas procurariam aceitar.

Por fim, nessa escala de proximidade em relação a ter um filho gay ou lésbica, aquela indiferença da maioria desaparece. Apenas 13% dizem que não se importariam, que acham isso indiferente; salta para 72% os que dizem que não gostariam mas procurariam aceitar, e 7% expulsariam o filho ou a filha de casa. De fato vimos, naquele outro módulo, a narrativa de várias lésbicas e gays que disseram que foram expulsos.

Sabendo, então, que o preconceito assumido não corresponderia ao que seria o preconceito real, nós pegamos não só aquelas frases e situações que eu mostrei, mas ao todo 26 variáveis, e criamos uma escala a partir do tipo de resposta que as pessoas deram para aquelas questões.

Logo no início do questionário, antes de falar em discriminação e preconceito, lançamos a seguinte questão: *“Muitas vezes achamos esquisitas ou estranhas algumas pessoas que a gente vê que são diferentes da gente. Que tipo de pessoas o senhor acha estranho, não gosta de ver ou de encontrar?”*

De cara, 6% da população, sem que a temática da sexualidade ou da diversidade estivesse colocada, disse: *“Não gosto de encontrar gay, não gosto de encontrar travesti, não gosto de encontrar lésbica”*. Quem se manifestou assim já ganhou 2 pontos na escala.

Depois, numa lista de 28 grupos sociais mais variados – culturais, étnicos, religiosos etc. –, com relação àqueles 5 grupos, ou seja, travestis, transexuais, gays, lésbicas e bissexuais, perguntávamos: *“O que você sente, normalmente, quando vê ou encontra?”* Quem disse repulsa ou ódio ganhou 2 pontos, antipatia ganhou um ponto, indiferença, zero, satisfação e alegria, zero. E assim fomos pontuando as respostas que foram dadas antes de se falar em discriminação e preconceito, e chegamos a um resultado. As frases podiam ser positivas ou negativas. Por exemplo: *“Existe gente decente e indecente, isso não depende da orientação sexual”*. Quem concordasse totalmente com isso ganhava zero, se concordasse em parte ou discordasse em parte, um ponto, se discordasse totalmente ganhava 2. Com isso se construiu o índice de preconceito velado. E concluímos que 45% da população manifestou ou preconceito médio ou forte, 6% forte.

Agora, como preconceito e homofobia devem ser distinguidos, porque preconceito está no campo dos valores, da atitude, e não necessariamente se traduz em ações, em comportamento, precisávamos de um índice mais rigoroso para tentar isolar realmente o percentual de homofóbicos. E aqui, evidentemente, vocês viram, pela natureza das perguntas, que, ao falarmos de homofobia, estamos falando também em transfobia e lesbofobia, porque as perguntas englobavam todas essas categorias.

Nesse índice, fomos mais rigorosos: 1 ponto só para quem dizia o que sentia normalmente, e só pontuamos quem dizia repulsa ou ódio; antipatia foi zerado, para isolarmos mais. Todas as frases ficaram de fora do índice de homofobia, dada a possível ambiguidade que poderia haver na leitura, e trabalhamos, além daquelas situações anteriores, com esses comportamentos hipotéticos. Só pontuamos quem disse que mudaria de trabalho se tivesse chefe ou colega gay ou lésbica, que mudaria de casa, que acabaria a amizade, que mudaria de médico, que, no caso de professor, tiraria os filhos da escola ou expulsaria os filhos de casa. Com isso, concluímos que 25% da população brasileira manifestou-se portadora de homofobia, sendo 19% medianamente e 6% fortemente homofóbicos, a partir da construção dessas frases.

Quando dizemos *“um em cada 4 brasileiros, 25%”*, é preciso lembrar, logo de cara, de que se trata de 1 em cada 3 homens contra 1 em cada 5 mulheres e, na média, 1 em cada 4. Ou seja, os homens são mais ho-

motóforos do que as mulheres. Isso tem uma influência muito forte da idade. Entre os idosos, a homofobia é mais alta. Isso tem uma correlação alta com a escolaridade. Vamos ver que escolaridade é uma variável importante para explicar a questão da homofobia.

Entre os jovens, ela é um pouco maior, mesmo entre as mulheres, mas particularmente entre os rapazes de 16 e 17 anos, certamente pressionados pelas cobranças de definição da sua identidade e toda a formação de gênero da sociedade brasileira, que é patriarcal e machista. Então, há uma manifestação alta de homofobia na primeira idade, depois ela declina, mas sempre os homens mais do que as mulheres, em qualquer faixa etária.

Se considerarmos por região, é um pouco maior no Norte, Centro-Oeste e Nordeste do que no Sul e Sudeste. Mas isso guarda uma forte relação, acreditamos, com a residência em grandes municípios e com a origem, cidade ou campo. Nós não fizemos a pesquisa com pessoas residentes no campo, mas perguntamos onde elas passaram a maior parte da vida. Aquela média nacional de 25% de motóforos cai para 22% entre os que dizem que passaram a maior parte da vida na cidade e sobe para 38% entre os que dizem que cresceram no campo.

Por municípios: pela sua natureza, nas capitais, a taxa nacional de 25% cai para 20%; em outras cidades da região metropolitana, 23%; no interior, 27%, e acrescenta-se que, quanto menor o município, maior a taxa: 25% nos grandes municípios do interior, 27% nos médios, 30% nos pequenos.

Aqui, a principal variável deixa bastante claro como preconceito e ignorância caminham juntos inclusive em relação ao não acesso à educação formal – o que, evidentemente, não é escolha de nenhum cidadão, mas aqui se manifesta de forma clara. Entre os que nunca foram à escola, o índice de homofobia encontrado foi de 52%; entre os que frequentaram até a 4ª série, 36%; de 5ª a oitava, 25%; para quem chegou ao ensino médio, praticamente igual, 22%; e para quem chegou ao superior ou mais o índice de homofobia cai para 10%.

Por religião: o mais alto índice foi encontrado entre os evangélicos, mas evidentemente a contribuição dos católicos é bastante elevada, até porque quase 70% da população brasileira é católica.

Um dado bastante interessante – estou caminhando para a conclusão, já que estou estourando o tempo – é que controlamos o grau de convívio com a população LGBT. Quanto maior o convívio social com a diversidade, seja um convívio mais distante, em termos de amizade, seja a presença na família, menor a taxa de homofobia. Ela diminui gradualmente quanto maior

é o convívio com a diversidade. Entre os que dizem que têm convívio apenas com um dos grupos ou que não têm com nenhum, sempre a taxa de homofobia é mais alta do que entre os que convivem com 2, com 3 ou com todos os grupos.

Então, essa questão da convivência é bastante importante, o que demonstra, a nosso ver, que a estratégia do movimento LGBT, há pelo menos 2 décadas, de investir na questão da visibilidade é fundamental, por conta de fazer com que as pessoas percebam a existência dos grupos LGBT. Com essa convivência, tende a diminuir o preconceito.

Perguntamos: “*Na sua opinião, os governos deveriam ter obrigação de combater a discriminação contra LGBT ou isso é um problema que as pessoas têm de resolver entre elas, sem a interferência do Governo?*” Apenas um quarto da população acredita que o Governo deve intervir nisso. Para 70% isso é problema das pessoas. Mas como vimos no início, pelo relato das vivências de discriminação, ela adquire, em uma série de momentos, aquela dimensão institucional, o que, portanto, exige que haja uma intervenção das políticas públicas. Mas a opinião pública ainda não está majoritariamente convencida disso.

A título de comparação, quando levantamos essa questão nas pesquisas sobre o racismo sobe para 36% os que acham que é obrigação do Governo intervir com políticas públicas para combater o racismo, a discriminação racial, e cai para 49% os que acham que isso é um problema interpessoal.

“*E como deveria intervir?*” Opiniões da população: com legislação específica, campanhas, programas, palestras, na mídia, com um conjunto de medidas.

“*Os direitos LGBT são respeitados?*” Apenas 5% reconhecem que são totalmente respeitados; 33% acham-se parcialmente respeitados; e 43% dizem que não são respeitados. A taxa é a mesma entre lésbicas e gays.

“Qual a principal área em que o Governo deveria atuar para combater a homofobia no Brasil?”

Aqui as áreas foram estimuladas. Para a população em geral, a educação veio em primeiro lugar; a saúde, em segundo; o mercado de trabalho, em terceiro; a Justiça, em quarto; e a cultura, em quinto, entre as 5 áreas estimuladas.

Já entre lésbicas e gays entrevistados, educação e justiça disputaram o primeiro lugar.

No aspecto de direitos humanos:

“Qual seria a principal ação a ser adotada?”

De acordo com a visão da população em geral, que coincide com a de lésbicas e gays, a principal ação seria garantir a parceiros homossexuais o direi-

to à herança, no caso de morte de um dos cônjuges. Essa ação liderou o **ranking**.

Em segundo lugar: realizar uma campanha nacional de combate à homofobia e à transfobia.

Em terceiro lugar, facilitar o recebimento e divulgação de denúncias de discriminação homofóbica e transfóbica.

Em quarto lugar, proibir e multar a veiculação de programas e propagandas na TV, rádio e jornais impressos que promovem a homofobia e transfobia.

É interessante observar que a grande maioria da população em geral e lésbicas e *gays* reconhecem que aumentou a visibilidade dos grupos LGBT na mídia nos últimos tempos. Só que a avaliação que se faz disso é muito diferente. A maioria absoluta de lésbicas e *gays* acha isso positivo, enquanto que apenas 24% da população em geral considera essa visibilidade positiva e 37% acha que ela é negativa.

Sabemos do papel negativo de reprodução do preconceito que muitos programas pretensamente humorísticos trazem cotidianamente no reforço do preconceito contra LGBT. Portanto, essa discussão sobre o comportamento da mídia, a nosso ver, é bastante relevante.

Por fim: *“Quais seriam os locais mais adequados para denúncias de discriminação contra LGBT?”*

As lésbicas e *gays* disseram: delegacias específicas para LGBT, 61%; delegacias de crimes raciais e intolerância, 50%; delegacias comuns, 45%. E para a população em geral: delegacias de crimes raciais e intolerância seriam a primeira opção; delegacias comuns, 45%; delegacias para LGBT, 32%; disque cidadania, 43%.

Na áreas de saúde e educação, dentre os itens citados, a principal área de atuação, a mais citada, de longe, segundo a população, deveria ser a qualificação dos profissionais, justamente para evitar aquele problema de que falávamos, da discriminação institucional.

Na área da justiça também: qualificar os policiais e demais profissionais da área de segurança para atenderem com respeito à população LGBT foi a resposta que liderou entre os itens citados.

Esses foram os principais resultados. O nosso tempo está estourado.

Os dados podem ser encontrados no *site* da Fundação Perseu Abramo, que é www.fpabramo.org.br, e a maior parte deles lá está disponível. Em breve, os bancos de dados dessa pesquisa estarão disponíveis em 2 centros de Estudos: o Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade de Campinas e o Consórcio de Informação Social – CIS, uma parceria entre a USP e a ANPOCS. Ambos fazem coletas de

bancos de dados em pesquisas dessa natureza e disponibilizam para o público em geral.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Manuela D’Ávila) – Obrigada, Gustavo, e também pela justeza no tempo.

Quero passar a palavra para a Dra. Maria Berenice Dias. (*Palmas.*)

A SRA. MARIA BERENICE DIAS – Sra. Presidente, este momento é tão significativo porque aqui nós estamos na Casa do povo. Eu assim a chamo porque todos os que ingressam nesta Casa o fazem através do povo, que os elege, que os conduz até aqui. Por isso que eu acho que este evento não podia ser realizado neste recinto, tão restrito, a ponto de termos de transbordar para outra sala. (*Palmas.*) Nós tínhamos de estar no plenário desta Casa, o movimento e todos os Deputados e Senadores, porque todos foram eleitos com o voto do segmento que hoje se faz presente nesta Casa pelo sexto evento.

E cada vez mais se trazem esperanças, gritos, para tentar dar visibilidade ao segmento lésbicas, *gays*, bissexuais e transsexuais. Neste País, que tem uma Constituição encharcada de direitos, princípios e garantias, não há uma única norma jurídica que atenda a esse segmento. E vivemos num País democrático, de direito.

Essa absoluta invisibilidade é totalmente perversa. Não existe forma pior de se discriminar alguém do que o condenar à invisibilidade, como está fazendo ainda o nosso legislador. Nós temos projetos de leis nesta Casa desde o ano de 1995 – o projeto de lei da Deputada Marta Suplicy. E nada. Temos o Projeto de Lei nº 122, de 2006, cuja Relatora é a Senadora Fátima Cleide. E nada. Temos agora um novo projeto, o Projeto de Lei nº 4.914, de 2009, para reconhecer a união estável. Bem disse o Toni: nem casamento. Nada.

Hoje eu vim aqui não só como cidadã, mas também em nome do Poder Judiciário, o qual integrei por 35 anos. E agora me aposentei e abri o primeiro escritório de direito homoafetivo – aliás, essa expressão que eu criei hoje vejo nas camisetas e fico até emocionada –, para que alguém tenha uma porta para bater, porque está sendo o Judiciário o caminho que está emprestando dignidade ao segmento homossexual deste País.

Existe um fato interessante, uma circunstância que torna importante este momento de o Legislativo: ouvir a voz do Judiciário, porque o fato sempre chega antes da norma, antes da lei. E, antes da lei, bate às portas do Poder Judiciário. Acaba o Judiciário precisando dar uma resposta, e a resposta do Poder Judiciário acaba servindo de norte ao legislador, que sempre que edi-

ta uma lei em consonância com o que vem decidindo a Justiça, transforma em pauta de conduta, em regra jurídica, o que a Justiça já está enxergando como o caminho a ser trilhado.

Não ver esse movimento, não ter a capacidade de absorver essa consolidação da jurisprudência resulta nesse reflexo perverso que temos ainda aqui. E sempre que o Parlamento se omite, acaba perdendo o poder, porque o caminho acaba sendo conduzido pelo Judiciário. A jurisprudência consolidada é que serve de norte para a cidadania. Então, dessa omissão do Legislativo ele está se acanhando e se omitindo no desempenho da sua função.

Os avanços no Poder Judiciário já são significativos. Temos a fixação da competência. Ou seja, as ações envolvendo os homossexuais estão sendo apreciadas pelas varas de famílias, onde há o reconhecimento de se tratar, então, de uma entidade familiar. Também a jurisprudência se inclina de forma majoritária para identificar nessas uniões a estabilidade, merecedora da tutela, merecedora das consequências jurídicas. E aí o direito à herança, o direito previdenciário, o direito de participar de planos de saúde, o direito de ser nomeado inventariante e direitos outros também em outras áreas, como o direito à cidadania aos casais binacionais, visto de permanência, direito a auxílios previdenciários, mediante portaria do INSS baixada por determinação judicial, que vem sendo concedido até em sede administrativa.

Mas todos esses avanços no âmbito da Justiça são vagarosos. E são vagarosos porque também batem muitas vezes na dificuldade de um Juiz em dar um passo além daquela costumeira cegueira da Justiça, que tem uma venda nos olhos.

Precisamos mesmo é de leis. E é isto o que se vem preconizar neste evento. E é importante que os legisladores saibam que o Executivo está fazendo a sua parte: fez "*O Brasil sem Homofobia*" e lança hoje esse Plano Nacional de Promoção da Cidadania e de Direitos Humanos.

O movimento igualmente está fazendo a sua parte: faz paradas, seminários, congressos, tal como o que ocorreu no ano passado.

O Judiciário também está fazendo a sua parte, no momento em que está indicando, sinalizando, não só as Justiças Estaduais, mas a Justiça Federal, os Tribunais Estaduais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal sinalizam no sentido de que não se pode mais conviver com esta perversa omissão desta Casa, como foi dito hoje aqui pelo Deputado Roberto Britto, a Casa das Leis. Se é realmente a Casa das Leis, precisa inserir no âmbito de sua proteção todos os seus cidadãos.

A Constituição é encharcada de direitos: o direito à liberdade, o direito à igualdade, o direito à família. Tudo está posto na Constituição. Existe um direito fundamental à constituição de família, que nada mais é do que o direito à felicidade, um direito de todos. É isso o que a Constituição promete ao ser encharcada. E é esse direito, o direito à felicidade, que todos os presentes, os movimentos de todo o País, vêm pedir, implorar, rogar e exigir do Parlamento, ou seja, que se assegure a felicidade a todos os cidadãos, um direito de todos nós.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Manuela D'Ávila) – Obrigada, Dra. Maria Berenice. Eu queria registrar a presença de alguns Deputados, alguns que já compareceram a esta reunião e estão em outras audiências, assim como alguns que ainda estão conosco.

Deputada Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas; o Deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo; o Deputado Fernando Gabeira, do PV do Rio de Janeiro; o Deputado Pedro Wilson, do PT de Goiás; o Deputado José Genoíno, do PT de São Paulo, que retornará à reunião, porque apresentou o projeto conosco; o Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão; e o Deputado Lobbe Neto, do PSDB de São Paulo.

Passo a palavra para a Sra. Jacqueline Côrtes, do UNAIDS, para fazer a sua apresentação.

A SRA. JACQUELINE ROCHA CÔRTEZ – Obrigada. Cumprimento a Mesa, a Deputada Manuela D'Ávila, a Dra. Maria Berenice e o Gustavo. Bom dia a todos e a todas. Gostaria de registrar a presença também da minha colega de trabalho e coordenadora adjunta do nosso escritório, Naiara Costa.

Vou falar rapidamente porque o nosso objetivo, na condição de representantes, enquanto UNAIDS aqui, é apoiar todo esse movimento, como fazemos há muito tempo, e lançar neste plenário uma campanha contra a homolesbotransfobia, que faz parte do mandato do UNAIDS em nível global, em nível regional, América Latina e Caribe, e, conseqüentemente, Brasil.

Registro que há aproximadamente 40 dias, no mês de março, o Dr. Michel Sidibé, que é o Diretor-Executivo do UNAIDS, que é o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV e AIDS – e ele é também Subsecretário-Geral das Nações Unidas – esteve em sua primeira missão ao Brasil. Ele assumiu em janeiro deste ano e esteve nesta Casa com Parlamentares da Comissão de Direitos Humanos e da Frente Parlamentar de HIV e AIDS discutindo e, inclusive, travando reuniões com o Movimento LGBT do Brasil.

E é fundamental para o UNAIDS a preocupação muito grande da questão do combate ao estigma, ao preconceito, à discriminação, porque, como é sabido

pela maioria dos presentes, isso contribui para a propagação do HIV no mundo, uma vez que a população fica afastada dos serviços de saúde, que não estão preparados para atender especificidades da população LGBT, que tem preconceitos, falta informação e, conseqüentemente, a transmissão do HIV torna-se maior, por falta de acesso e informação adequada. Essas informações acabam chegando assimetricamente às pessoas.

E no mandato do UNAIDS a prioridade e o foco são os direitos humanos nas populações mais vulneráveis, a saber: profissionais do sexo, usuários de droga, gays, lésbicas, travestis e transexuais.

Achei fundamental o que a Dra. Berenice falou sobre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o momento de esta Casa desempenhar seu papel, na condição de legisladora, e também de atender a um pleito que se coloca há muito tempo com relação às ações de educação para disseminação das leis. Elas são fundamentais, porque punem, coíbem e orientam o cidadão a respeitarem o outro.

É por isso que estamos aqui. Porém, há necessidade de mudanças das normas sociais. E isso tem que ser acompanhado de educação. Acho que esta Casa tem também por obrigação disseminar a educação sobre a lei que aprova.

Tendo dito isso, falo sobre a campanha. Essa campanha sobre a homofobia é uma iniciativa do UNAIDS, do PNUD, que é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e de redes de organização da sociedade civil regionais, a exemplo da *Latin America and the Caribbean Council of AIDS Service Organizations – LACASO*, que trabalha com associações e organizações na luta contra a AIDS; a ASICAL (Associação para a Saúde Integral e Cidadania da América), que é uma rede latino-americana que trabalha com cidadania e com a questão da homofobia de gays, lésbicas, travestis e transexuais; e a Rede LACTRANS, que é a rede de pessoas “trans” da América Latina e Caribe.

Trata-se da primeira vez que uma campanha é lançada regionalmente pelo UNAIDS e faz alusão ao dia 17 de maio, próximo domingo, que é o Dia Mundial contra a Homofobia ou pelos direitos sexuais e da livre expressão e da diversidade sexual.

Ontem e hoje pela manhã colocamos em todas as pastas e entregamos a todos que estão nas listas da ABGLT uma mídia que contém campanha que, *a priori*, foi feita apenas para a Internet, mas foi adaptada pelo escritório do Brasil com som e imagens, para que possamos veicular nas televisões não somente públicas, mas nas televisões comerciais também.

Então, peço a todos que repassem esse material a todas as redes a que vocês tiverem acesso. *(Palmas.)*

Muito obrigada. São 6 spots com fundos musicais diferentes. Cada spot tem 30 segundos e, então, em 3 minutos nós encerramos a apresentação.

O Léo Mendes pediu-me que eu lembrasse que o Deputado Pedro Wilson, do PT Goiás, está na tribuna anunciando o lançamento dessa campanha. Gostaria de agradecer a S.Exa.

(Exibição de vídeo.) (Palmas.)

A SRA. JACQUELINE ROCHA CÔRTEZ – É para reforçar o diga não à homofobia. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Manuela D'Ávila) – A Jacqueline brincou perguntando se a ONU está do nosso lado. Seria difícil o Congresso Nacional estar contra, não é, Genóio? Acho que a gente deve mostrar esses vídeos para os Congressistas.

Quero agradecer ao Prof. Gustavo, à Sra. Maria Berenice Dias, do Instituto Brasileiro de Direito de Família, e à Sra. Jacqueline Côrtes, do UNAIDS, a presença.

Como o Toni Reis, da ABGL, me orientou – sou orientada por vocês neste seminário –, vamos compor a segunda Mesa e depois será feito o debate.

Portanto, agradeço a vocês a presença. Convido a Deputada Professora Raquel Teixeira, do PSDB de Goiás, para coordenar o segundo momento do seminário. Tem sido S.Exa. uma parceira nossa, mostrando que a nossa luta é pluripartidária. E a Deputada comporá a segunda Mesa. *(Palmas.)*

Boa luta para todos nós para combatermos e derrotarmos os homofóbicos deste País e os do Congresso Nacional.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Bom dia a todos e a todas.

Não posso deixar de lamentar, antes de chamar os convidados – infelizmente, tendo de concordar –, a fala da Dra. Maria Berenice Dias, Deputado José Genóio – não sei se V.Exa. já estava aqui –, quando ressalta a ausência do Legislativo na questão homofobia, na questão que envolve gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, enfim. Espero que esta Mesa, inclusive através da palavra do Deputado José Genóio – se a Senadora Fátima Cleide chegar –, possa dar uma visão diferente, mostrando que alguns Parlamentares estão, sim, extremamente preocupados com essa questão.

Dando seqüência, quero convidar o Deputado José Genóio e o Dr. Roberto Augusto Lopes Gonçalves, representante da Comissão de Direitos Humanos

da OAB do Rio de Janeiro, para comporem a Mesa. (Palmas.)

Acabo de ser informada de que a Senadora Fátima Cleide está a caminho.

Quando S.Exa. chegar, também fará parte da Mesa.

Passo a palavra ao Sr. Roberto Augusto Lopes Gonçalves, representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Rio de Janeiro,

O SR. ROBERTO AUGUSTO LOPES GONÇALE

– Bom dia.

O tema que nos traz aqui é justamente o novo projeto de lei que está sendo encaminhado por vários Parlamentares desta Casa e que tratam da equiparação ou da extensão dos direitos e deveres relativos ao capítulo referente à união estável no Código Civil para os casais do mesmo sexo.

Primeiro, quero relatar como se forma essa discussão. O primeiro texto legal que encontramos no Congresso Nacional, como já foi dito, foi em 1995, através do projeto da ex-Deputada Marta Suplicy. Naquele projeto havia um arcabouço legal que tratava dos relacionamentos hoje designados homoafetivos. Naquela época não existia nenhuma designação.

Passado o tempo, esse projeto não conseguiu evoluir. Evoluiu nas Comissões, foi a plenário, foi retirado várias vezes de pauta, encontrando-se ainda hoje em plenário. Quantos anos? Quinze anos passados.

O direito, a evolução social não nos dá mais a garantia de que esse projeto, mesmo que aprovado, tenha uma consistência, uma viabilidade do ponto de vista da efetivação dos direitos da população LGBT. Ele está completamente ultrapassado. Ele foi ultrapassado novamente agora pela a edição do novo Código Civil, que determina, normatiza e traz todas as regras relativas à convivência entre duas pessoas. No caso, ele especifica explicitamente a questão da união estável entre o homem e a mulher.

Então, do ponto de vista político, do ponto de vista social, do ponto de vista do Direito, o que se encontrava na Casa àquela época, quando se começou a discussão de um novo projeto, já era anacrônico, destoante, inclusive, dos instrumentos normativos que esta Casa publicou posteriormente a ele.

Do ponto de vista social, ele era absolutamente não resolvido, por conta inclusive da evolução jurisprudencial e doutrinária sobre o tema.

Esse projeto já também é parte de uma evolução, de um amadurecimento do movimento homossexual brasileiro e das entidades que o representa, notadamente a ABGLT, que começa a interagir não só dentro do próprio campo de atuação do movimento GLBT, mas também com vários outros segmentos da

sociedade e entidades representativas. No caso, por exemplo, eu cito a OAB.

O primeiro arcabouço de propostas e discussão de substituição nos moldes atuais foi fornecido pela OAB em um seminário sobre homoafetividade que houve na sede da OAB-RJ.

Na Mesa, estava a representante da Senadora Fátima Cleide, a Deputada Cida Diogo e outros Parlamentares. E se começou a fazer um debate ali sobre a possibilidade da formação de um texto mais adequado, mais enxuto e que trouxesse toda a gama de direitos e de deveres – porque falamos muito de direitos, mas a discussão aqui também é concentrada em deveres – que pudesse resolver de imediato ou a médio prazo a questão.

Feito esse debate preliminar, houve a interação com a própria estrutura do movimento. Discutiu-se e produziram-se seminários, várias redes participaram. O texto da proposta inicial sofreu modificação, mas o eixo, a ideia central de adequação não se restringiu ao Código Civil, à norma constitucional, mas efetivamente à experiência social que temos hoje.

Hoje não se pode negar que a questão GLBT só não está resolvida aqui dentro, porque lá fora já está. Lá fora, já está.

Se esta Casa é do povo, é a representação do povo, ela está em dicotomia. É uma posição esquizofrênica desta Casa – quase esquizofrênica. Por quê?

Vejam bem, do ponto de vista das empresas, várias empresas hoje já reconhecem o relacionamento. As questões estão nas pautas dos sindicatos, inclusive são aprovadas em acordos coletivos. Toda a gama de direitos e deveres que hoje se postula aqui é garantida em convenções coletivas. No campo do Judiciário, que é um Poder conservador, extremamente conservador, onde é difícil entrar-se em algumas discussões, há entendimentos quase pré-sumulados.

Por exemplo, quando foi aprovado o Código Civil, Ministros do STF disseram: “*Já nasceu com atraso, porque não tratou da questão homoafetiva.*”

Estamos aqui em uma posição dicotômica. Esta Casa está em uma posição de divergência com o sentimento nacional, com a sociedade civil, com a sociedade organizada e com outros Poderes constituintes da República.

No Executivo, há todo um plano de metas e normatizações internas que reconhece os direitos e os deveres. No Judiciário, a mesma coisa. Hoje, na iniciativa privada, há seguro especial para casais homoafetivos, plano de saúde para casais homoafetivos. Isso de forma espontânea, sem a necessidade de provocação judicial. Por quê? Porque se sedimentou o conceito.

A academia hoje produz conhecimento suficiente para que o Legislativo consiga sanear suas dúvidas, se é que elas existem; superar os seus preconceitos, se é que eles existem, enfim, sanear essa coisa paralisante. E essa coisa paralisante aqui é muito interessante, porque temos experiências legislativas tanto em Estados quanto em Municípios com configurações muito mais conservadoras.

Há legislações em Municípios pequenos que tratam da questão da homoaferividade, do amparo a direitos do exercício da aferividade em Câmaras, em Assembleias com o conservadorismo mais apurado, mais exigente e mais atuante. Então, apenas a questão do conservadorismo ou do fundamentalismo não é um argumento que me convença a contento. Não é.

No Rio de Janeiro, nós enfrentamos alguns Governos extremamente complicados do ponto de vista da sua relação com o MHB. Tivemos enfrentamentos na Assembleia Legislativa, a exemplo de vetos a projetos, tramitações complicadas, mas conseguimos. Foram aprovados vários instrumentos legais na Assembleia Legislativa em um momento político em que o conservadorismo, em tese, seria dominante naquela Casa. Não é o que se verifica aqui – inclusive, não é o que se verifica aqui.

Do ponto de vista político, hoje não há essa configuração. Há núcleos radicalizados, fundamentalistas, com discursos extremamente atrasados? Há. É um reflexo da sociedade brasileira. Esta Casa representa a sociedade brasileira. Mas dizer que a sociedade brasileira é conservadora, é atrasada, é fundamentalista e é impeditiva para o exercício correto da população GLBT e dos seus direitos é um equívoco, porque esta Casa também não é assim.

Acho que essa polêmica, não só do ponto de vista doutrinário, do Direito, mas também do ponto de vista político, da possibilidade que damos aos fundamentalistas de segregar, de discriminar e de não dar sequência ao direito de um segmento populacional que este Congresso Nacional também tem a obrigação de representar, é uma discussão necessária dentro dos quadros, dentro da Frente de LGBT e de todos os Parlamentares desta Casa.

Trago essa discussão porque hoje identifico o Congresso Nacional como um outro País. Não é o País em que eu vivo, porque o País em que eu vivo me concede direitos. O País em que eu vivo me permite incluir o meu companheiro no plano de saúde. O País em que vivo me concede tutelas antecipadas, inclusive para que sejam resguardados direitos da população GLBT. O País em que vivo produz conhecimento suficiente para espancar qualquer dúvida sobre a ne-

cessidade de uma regulamentação efetiva por parte do Legislativo.

Quando eu chego a este Congresso e não vejo essa produção legislativa, fico pensando: Meu Deus, onde estou!? Como se criou essa dicotomia? Como é que se permitiu que o mundo real, que o mundo em que eu vivo seja tão diferente do mundo interno desta Casa?

Essa discussão tem de sair do patamar das questões para onde naturalmente ela é arrastada: o embate dos dogmas religiosos, do preconceito e da discriminação. Eu acho que o molde em que esse debate tem que se dar é o do campo dos direitos humanos, da efetividade do direito constitucional. E aí eu pego o gancho do raciocínio da Dra. Maria Berenice para afirmar: não é possível uma legislação ordinária tão dicotômica, tão divergente com direito constitucional! Não é possível que esta Casa produza debates em que um Parlamentar diga que esse segmento não tem direito algum, invocando, equivocadamente, justificações bíblicas ou justificações espirituais. (*Palmas.*) É um grande equívoco.

Eu acho que essa adequação da constitucionalidade dos direitos, da constitucionalidade do princípio da dignidade humana, da isonomia e da igualdade é um debate. É com esse debate, é com essas ferramentas que nós temos que, efetivamente, localizar o debate aqui no Congresso, fazer um debate político, efetivo, sobre o grau de conservadorismo desta Casa, que eu não qualifico como tão majoritário ou tão amplo. Enfim, existe uma discussão política a ser feita e existe esse debate.

Há uma outra questão muito colocada. Também fazemos algumas colocações sobre o assunto, eu me refiro à questão da família. Esse debate é muito tenso. Uma das vertentes de pensamento que tivemos para implementar esse projeto é justamente sair desse debate. O que estamos debatendo aqui são os direitos civis, os direitos e os deveres relacionados com as possibilidades dessa circunstância fática, que se caracteriza pelos laços de companheirismo, baseados no afeto e não no comércio e não no econômico. O que se regula aqui e o que se pede para regular não é uma nova forma de família, não é uma forma de nova união estável. O debate aqui não é esse. O debate aqui é que existem vários direitos e vários deveres que não são nem concedidos e nem postulados por conta da sua falta de normatização efetiva, os quais são postulados na Justiça e são conseguidos – e aí se critica o protagonismo judicial –, mas se não houvesse protagonismo judicial, onde estaria a nossa cidadania? Continuará no lixo, continuaria esperando! Embora essa tarefa legislativa seja precípua, seja efetiva do

Poder Legislativo, não se pode, de forma discordante, manietar o Judiciário, quando, caracterizando uma situação de fato, onde existe uma inconstitucionalidade, onde existe um afronta à dignidade da pessoa humana, efetivamente, sanear aquela questão não do ponto de vista normativo, mas do ponto de vista indicativo, do ponto de vista de uma colocação efetiva do que existe dentro do tecido social. O Judiciário também é uma expressão do tecido social. Então, é nesse sentido que a gente coloca que o que se postula aqui são direitos e deveres, a partir da construção que já existe, à equitação e à analogia.

É isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Teixeira)

– Obrigada, Dr. Roberto.

Em seguida, passo a palavra ao Deputado José Genoíno, autor do PL 4.914, projeto esse que eu também tenho a honra de haver subscrito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO – Bom dia companheiros e companheiras. É uma honra e um dever participar deste debate. Primeiramente, eu acho legítimo o chamamento e a pressão feita sobre o Congresso Nacional. E aí temos que aceitar a pressão, aceitar esse chamamento e colocar esse tema na agenda política do Congresso Nacional. Mas é necessário, ao aceitar o chamamento e a pressão, dizer para vocês que este assunto sempre constou da pauta do Congresso Nacional.

Primeiro, é bom lembrar que na Constituinte, quando o assunto não tinha chegado ao Judiciário, à OAB ou aos Governos, esse tema foi objeto da agenda, tanto de emendas populares, como de projeto de iniciativa de emenda constitucional, que era sobre a orientação sexual. Vocês devem estar lembrados dessa bandeira. (*Palmas.*)

Segundo, temos que lembrar aqui o trabalho realizado por esta Casa quando promoveu um debate sobre o Projeto nº 1.151, assinado pela Deputada Marta Suplicy. Foram audiências, debates. Foi a primeira vez que a Casa colocou, de maneira explícita, a polêmica e a divergência.

Em terceiro lugar, esse assunto continua em pauta. Aliás, eu faço questão de ler aqui para vocês os nomes dos Deputados e das Deputadas que assinam esse projeto. Esse projeto sobre o qual vou falar aqui não é de minha autoria. Primeiro, o projeto é uma deliberação do movimento; segundo, esse projeto tem como autores o Deputado Genoíno, a Deputada Raquel Teixeira, que está aqui na Mesa, a Deputada Manuela D'Ávila, a Deputada Maria Helena, o Deputado Celso Russomanno, o Deputado Ivan Valente, o Deputado Fernando Gabeira, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, a Deputada Solange Amaral, a Deputada Marina

Maggessi, o Deputado Colbert Martins e o Deputado Paulo Rubens.

É importante lembrar que esse projeto é de autoria coletiva. E a fundamentação dele tem esse sentido. Eu faço questão de deixar isso claro, porque um projeto com a importância que tem para o movimento e para vocês que são protagonistas, como militantes políticos, como nós, de uma causa, é decisivo trabalharmos com essa visão pluralista e ampla.

Eu vou dividir a minha colocação aqui em 2 aspectos. O primeiro aspecto diz respeito à questão da tramitação. Esse projeto foi encaminhado para a Comissão de Seguridade. Ontem, eu fiz uma questão de ordem ao Presidente da Câmara para que o mérito do projeto não seja da Comissão de Seguridade, porque a Comissão de Seguridade também trata de matérias atinentes à saúde e à família. Eu defendo que esse projeto, que dispõe sobre modificação no Código Civil, tem que ter como mérito a Comissão de Justiça, até para ser retirado da área da seguridade, família e saúde. O Presidente Michel Temer recebeu e não respondeu à questão de ordem. Portanto, temos a oportunidade de fazer esse debate sobre a apreciação.

Ele foi apensado a um outro projeto, de autoria do ex-Deputado Clodovil, que prevê a união estável na forma de contrato, que pode ser pública ou secreta. Por isso que ele foi apensado. Então, temos esse processo de tramitação.

De qualquer maneira, como se trata de modificação no Código Civil, aquilo que diz respeito ao art. 1.727 da Lei nº 10.406, ele vai, necessariamente, para a Comissão de Justiça. No mesmo sentido, o parecer das Comissões não é terminativo, pois o projeto vai, necessariamente, para o plenário. Portanto, o nosso objetivo é manter o assunto em pauta e fazer o debate.

O projeto, portanto, possibilita isso. E aí vamos ter que fazer articulações para que esse projeto possa ser aprovado. Aí vem a primeira observação. A tática para o encaminhamento do projeto tem que ser suprapartidária. E aqui vocês sabem, neste assunto não tem o corte Esquerda e Direita, nem tem o corte Governo e Oposição. Não tem. Primeiro porque a Esquerda se divide, o Governo se divide, a Oposição se divide. Ele tem um corte, que eu diria, mais universal e tem que ser encarado desta maneira para que a gente possa ter êxito. Nessas matérias que eu vou entrar em seguida, que é a outra parte da minha colocação, a Esquerda se divide. Eu acho que um dos problemas do fracasso de algumas propostas da Esquerda foi não ter universalizado o conceito de direitos. Essa questão vai estar presente no encaminhamento do projeto.

Este evento de ontem e de hoje – uma outra questão importante – está possibilitando colocar, com

os fatos e as conquistas já obtidas, a luta em 2 patamares: o patamar da luta parlamentar e o patamar da luta política, direta, com a pressão, com a cobrança, com o chamamento etc.

Vocês sabem que democracia no Parlamento é uma faca de 2 gumes, porque as decisões de outras instâncias do Estado são majoritárias. Por exemplo, uma decisão do Judiciário é, por excelência, majoritária. A decisão de um Poder Executivo é, por natureza, majoritária. O Prefeito decide, baixa o decreto; o Presidente decide. O Parlamento, para o bem e para o mal, é uma casa plural, onde a gente tem que fazer debate, consenso e dissenso. É por isso que um tema como esse provoca essa polêmica e divisão no Parlamento, porque é da natureza do Parlamento. Por isso que o Parlamento é proporcional; por isso que o Parlamento é a instituição por excelência representativa da sociedade. Qual é o obstáculo que nós temos que vencer? Primeiro, não interditar o debate; segundo, construir maioria para ganhar no terreno dos direitos da cidadania; terceiro, fazer alianças dentro desse encaminhamento universal do projeto. Por que esse assunto mexe nos confins e nos escaninhos do modelo de sociedade? Não é por acaso. Por que quando se discute a sexualidade se mexe com tanta coisa, com tantos tabus?

E a Dra. Berenice, no seu livro, coloca isso na abertura do primeiro capítulo. Porque nós, que defendemos essa causa, estamos tratando de um conceito universal de seres humanos. E o conceito universal de seres humanos e o conceito de direitos e felicidade não pode gerar uma relação de dominação, de exclusão e de manipulação entre seres humanos. Nós estamos tirando dessa história de preconceito e violência o véu que esconde a verdade da sexualidade num conceito fundamentalista de negar essa verdade. Por isso que a força, por isso que a lei, por isso que o aparato serve a um sistema de dominação.

Em uma visão de sociedade justa, democrática e pluralista e o direito à diversidade e de não gerar dominação nem preconceito é, no meu modo de entender, a razão fundante desse tipo de luta que estamos travando aqui. Porque, quando discutimos o conceito de direitos civis, no âmbito de um projeto de autoria coletiva, não estamos discutindo aqui uma formalidade ou uma convenção da sociedade humana, que é o casamento dessa ou daquela forma. Nós estamos discutindo um conceito de direitos civis universais, no sentido de que pessoas podem estabelecer relações de direitos e obrigações. Nós não estamos partindo de uma convenção que se estabelece ao longo da história da humanidade. Nós estamos partindo de um conceito mais amplo, que é o conceito de direitos civis. Por

isso que, além de sair dessa armadilha do casamento, como ficou conhecido o Projeto 1.151, além de a gente sair da armadilha da disputa ideológica de ficar discutindo conceito de família, estamos discutindo o conceito de gente. (*Palmas.*) E o conceito de gente se insere dentro de uma totalidade, a qual não separa os humanos daquilo que ficou, em nossa história, conhecido como direitos imediatos daquilo que é da essência humana.

Por isso que, em nossa visão, não se separa o direito de moradia, o direito ao trabalho, o direito à alimentação, o direito à educação e à saúde do direito à felicidade, do direito a não ser dominado por preconceito. Nós não dividimos o ser humano de maneira compartimentalizada. Você aqui é bem por isso, mas aqui se justifica tal coisa.

Eu acho que essa ideia que temos, qual seja, a de ganhar no debate, é fundamental para o suporte a esse projeto. Estamos discutindo uma visão de gente e quebrando os tabus que vocês conhecem tão bem, ao longo da história da humanidade, sobre como se tratou o direito dos seres humanos à felicidade. Não é por acaso que os grandes momentos de obscurantismo na história da humanidade, necessariamente, estiveram combinados com grandes momentos de repressão aos direitos humanos considerados nessa esfera universal.

Todo grande retrocesso político teve uma ponta muito profunda no combate, na discriminação, na violência a esse aspecto da felicidade, a esse aspecto da visão global de gente. Inquisição, o nazismo-fascismo, os processos de perseguição, os campos de concentração, o processo da discriminação, enfim, tudo isso gera, nesse ponto, aquilo que a gente podia chamar de dominação do coração, da mente, que não é explícita – a par da dominação material explícita.

E vocês sabem que, na questão do preconceito, o que está camuflado é mais complicado do que o explícito. Por isso entendo que essa causa tem uma universalidade que deve se incorporar na plataforma democrática da sociedade brasileira. É uma agenda democrática, com essa visão.

Eu, na condição de militante de esquerda e de partícipe da construção de experiências socialistas, sei que as experiências autoritárias de não incorporar essa dimensão humana na construção da sociedade democrática geraram grandes fracassos e grandes decepções, porque dividiu o ser humano entre o revolucionário, que luta pelo direito à comida, ao trabalho etc., do ser humano que luta pelo direito à felicidade. E isso ocorre muitas vezes com a seguinte ideia: quando se é pobre, há a dominação, quando se é rico, não tem.

Nesta matéria, pessoal, há a gaiola de ouro e também a gaiola de papelão. A discriminação e a violência atingem quem está dentro da gaiola de ouro e da gaiola de papelão. Por isso que o combate ao preconceito tem essa universalidade, porque ele funciona tanto para quem mora na favela como para quem mora nos bairros chiques das grandes cidades. Ele se dá dessa maneira, vamos dizer assim, consentida no senso comum de um conservadorismo que impõe nas mentes das pessoas essa forma de dominação. No fundo, no fundo, o que está em jogo – e eu acho que essa é uma revisão importante no movimento de esquerda – é compreender que a libertação do ser humano é total, é ampla, não pela metade. Segundo, o que é mais transformador na sociedade? Quando os humanos se transformam em sujeitos autônomos, e não consumidores. Vocês são sujeitos autônomos. Qualquer visão de transformar o ser humano em consumidor faz com que se perca a dimensão da autonomia do sujeito para transformar, para exigir, para sonhar, para construir possibilidades.

E as formas repressivas e discriminatórias que o sistema legal criou – e disso temos experiência no Brasil – levaram a dominação política para um nível mais brutal, qual seja, a dominação da mente, do coração, do preconceito, da hipocrisia, do farisaísmo.

E o problema mais sofisticado desse tipo luta que travamos é colocar as pessoas que têm a sua verdade interior como pessoas que assumem a culpa, porque nós já nascemos com a mácula do pecado. Nós não nascemos com a perspectiva do futuro, do parabrisa, do sonho e da utopia; nascemos como se fôssemos predestinados ao sofrimento, ao preconceito e ao pecado. Por isso que a sexualidade envolve essa questão tão complexa na ideologia e na cultura. No fundo, o ser humano pode conquistar a sua felicidade, mas tem que ter limites, tem que ter barreiras, e nós estamos quebrando essas barreiras num conceito universal de direitos civis, direito de ser gente.

Temos que fazer esse debate aqui na Casa, pois é fundamental. Não se trata de um debate do tipo corporativo; não é um debate setorial, não é um debate de uma corporação qualquer, é um debate que envolve os elementos de uma visão de sociedade que queremos construir, por isso ele tem que se incorporar dentro dessa agenda.

É com essa visão, meus amigos e minhas amigas, que estou trabalhando com esse projeto, junto com as companheiras e os companheiros de outros partidos. Essa é uma luta que nós vamos travar aqui. A decisão aqui no Congresso não será fácil, porque esta é uma Casa plural. O Toni sabe. Ele é testemunha aqui, assim como outros companheiros, quando houve as primeiras

audiências do Projeto nº 1.151. Não tinha esse cenário que está tendo aqui. Não havia essa repercussão nem a quantidade de Deputados que hoje assinam o atual projeto. E os Deputados sequer passavam pela Comissão como estão passando aqui. E o que se falava nos corredores e o que se instigava na Comissão era a resistência. Por isso, Deputada Raquel Teixeira, eu aceito o chamamento e a pressão. Mas como vejo as coisas em evolução, eu acho que nós estamos num patamar mais avançado para essa luta, chamando o testemunho de companheiros aqui.

Pessoal, quando eu fui defender, na Constituinte, no Capítulo Dos Direitos e Garantias, o direito à orientação sexual, perguntavam: “Trata-se orientação na escola? É curricular?” É o que me perguntavam quando da Constituinte.

Portanto, estou só dizendo para vocês que deve haver pressão, mas eu não sou tão cético com a possibilidade dessa caminhada ter êxito. É uma luta, é duro, é uma articulação pluripartidária. Vocês fizeram uma coisa correta: quanto mais partidos apoiarem será melhor. Esta causa não tem paternidade. Esta causa é universal. E é nisso que nós temos que nos empenhar para que esse projeto se incorpore na agenda nacional do debate político, do debate democrático.

Está bom, pessoal. Contem comigo e um grande abraço. *(Palmas.)*

A SRA PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Antes de chamar a Senadora Fátima Cleide, que já está presente, e é Relatora do PLC 122/2006 e do PLC 72/2007, eu quero publicamente pedir desculpas ao Dr. Roberto. Quando coordenamos uma mesa de debates, recebemos antes certas orientações. Cada palestrante tinha direito a 10 minutos para se pronunciar, e eu controlei o tempo do Dr. Roberto nesses 10 minutos. Eu não tive coragem de interromper o Deputado Genoíno, até porque eu me senti profundamente representada nas suas palavras e, por isso, peço desculpas ao Dr. Roberto. Mas eu acho que o Deputado José Genoíno expressava por todos nós a tônica, o tom, o rumo que esse debate tem de seguir nesta Casa. Portanto, o Deputado extrapolou os 10 minutos a que tinha direito com o total apoio da coordenação da Mesa.

Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, quero também registrar a presença da Sra. Deputada Fátima Bezerra e convidá-la para fazer parte da Mesa. A Deputada Fátima Bezerra é uma das coordenadoras da Frente Parlamentar pela Cidadania, LGBT.

Registro a presença do Deputado Abicalil, do PT do Mato Grosso, e também a presença da assessoria

do Deputado Henrique Afonso, do PT do Acre. A Senadora Fátima é a próxima oradora. (*Palmas.*)

A SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Bom dia a todos, cumprimento a Coordenadora da Mesa, Deputada Raquel Teixeira. É um prazer fazer parte desta Mesa. Cumprimento também o Dr. Roberto Augusto Lopes, a Deputada Fátima Bezerra, com muito prazer cumprimento o Deputado José Genoíno, que se incorpora mais uma vez a essa luta. O Deputado Genoíno estava há pouco tempo contando o histórico dessa luta. O Deputado está há muito mais tempo do que muitos de nós no Congresso Nacional, desde a Constituinte, levantando a bandeira dos direitos civis da população LGBT.

Quero cumprimentar a todos os que estão presentes neste 6º Seminário Nacional pela Cidadania LGBT. Como disse o Deputado José Genoíno, eu estou cada vez mais céptica, Dra. Berenice, com relação à aprovação por esse Congresso dos direitos e avanços em relação à população LGBT.

Digo isso porque, na condição de Relatora do PLC nº 122 – muitas e muitos de vocês já sabem –, eu tomei um choque quando percebi a reação homofóbica a partir do momento em que essa discussão começou a ser travada no Senado Federal, porque na Câmara dos Deputados esse tema já vem sendo debatido desde a Constituinte. No entanto, no Senado, nós nunca tínhamos ousado pensar em LGBT. Foi com o advento dessa proposição, Projeto de Lei da Câmara nº 122, originário de uma iniciativa legislativa, da ex-Deputada Iara Bernardi, que data de 2003, que posteriormente recebeu um substitutivo do Deputado Luciano Zica, que nós efetivamente começamos essa discussão.

E a minha surpresa foi grande. Primeiro, porque, confesso, eu desconhecia o universo em que vivem, a realidade em que vivem lésbicas, bissexuais, *gays*, travestis e transexuais neste País. E acredito que o PLC nº 122 cumpriu essa tarefa de dar visibilidade a essa realidade nua, crua e dura, que vitima a cada 2 dias uma pessoa neste País. O preconceito e a discriminação levam à morte uma pessoa a cada 2 dias neste País.

E este preconceito foi agora claramente identificado através da pesquisa da Fundação Perseu Abramo. Lá no Senado Federal, temos buscado, através do PLC nº 122, inovar inclusive com relação ao Regimento da Casa. Nós criamos, logo no início, um grupo de trabalho para discutir o projeto, o que não é regimental. Esse grupo fez várias rodadas de discussão, chamando todos e todas que quiseram discutir. Realizamos audiência pública, de modo que já chegamos ao terceiro ano de discussão dessa matéria no Senado Federal sem que ela tenha sido aprovada em nenhuma Comissão.

O PLC entrou na Comissão de Direitos Humanos, e passamos o ano de 2007 discutindo essa matéria. No final do ano sofremos uma manobra regimental, através de um requerimento assinado pelo Senador Gim Argello, que determinou a ida desse projeto para a Comissão de Assuntos Sociais, para onde ele nunca deveria ter ido. Bastava ter sido discutido na Comissão de Direitos Humanos, que é a Comissão de mérito e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Na Comissão de Assuntos Sociais, eu já fiz a leitura do Relatório no ano passado, e ele recebeu 2 votos em separado, um do Senador Magno Malta, que todos conhecem – e eu não preciso dizer a vocês que tem posições extremadas –, e a outra do Senador Marcelo Crivella.

O Senador Marcelo Crivella propõe 10 emendas ao nosso projeto, e elas simplesmente esquartejam, acabam com o nosso projeto, enfim, elas não permitem que seja criminalizada a homofobia neste País. Desse modo, eu devolvi o Relatório para a Comissão há cerca de um mês. O projeto estava pautado na semana que passou na CAS, mas não houve sessão – foi feita uma audiência pública no dia da sessão. Ontem não houve sessão novamente, mas, misteriosamente, também ontem o projeto desapareceu da pauta.

Regimentalmente, uma vez pautado, o projeto tem de continuar na pauta, mas ontem ele foi retirado. Enfim, não houve sessão mais uma vez e não pudemos discuti-lo. A novidade é que temos conversado com o Senador Marcelo Crivella e ele começa a dar sinais de que está disposto a conversar no sentido de fazermos um acordo para criminalizar a homofobia no País. (*Palmas.*)

Eu acho muito importante que começemos a ter essas conversas, no sentido de construir pontes, ligações, com o Senador Marcelo Crivella, pois eu acredito que ele é uma peça fundamental para podermos avançar na tramitação dessa matéria. Porém, como nós temos percebido que é difícil até pautar a discussão na Comissão de Assuntos Sociais e, regimentalmente, passamos a entender – até pouco tempo nós não tínhamos esse entendimento – que, caso o PLC nº 122 seja rejeitado na Comissão de Assuntos Sociais, logo em seguida deve haver a votação dos votos em separado. E há uma tendência – é o que nós sentimos – para que seja aprovado o voto em separado do Senador Marcelo Crivella. Do jeito que está, nós entendemos que não dá para corrermos risco.

Ontem eu estive no seminário do Projeto Aliadas, onde deixei uma proposição para que o movimento discutisse quais estratégias nós deveríamos perseguir daqui para a frente e, ao final do dia, eu soube que foi formada uma comissão para que possamos estudar a

possibilidade de fazer um substitutivo que contemple um pouco daquilo que já havíamos discutido anteriormente, ou seja, fazer alterações para corrigir pequenas imperfeições que possam haver no projeto.

Portanto, a minha disposição é a de que aproveemos o mais rápido possível a criminalização da homofobia neste País. Não podemos continuar a ver nossos amigos e amigas morrendo de forma brutal, sofrendo violências que vão da humilhação e do constrangimento até a retirada da própria vida, sem que o Congresso Nacional se manifeste.

Penso que cabe a nós nos mobilizarmos e estudarmos – e aí é tarefa de todos nós, Deputados e Senadores –, como conseguir ganhar mentes e corações para essa proposta da criminalização da homofobia.

Fico contente quando ouço o relato de quem está nessa discussão há décadas, como é o caso do companheiro Deputado José Genoíno, e creio que, de alguma forma, avançamos nesse processo. Hoje já existe uma Frente em que pelo menos 250 Deputados e Senadores se manifestaram com a sua assinatura pela adesão a essa Frente Parlamentar que discute o avanço dos direitos e da cidadania LGBT neste País. Podemos considerar isso um grande avanço.

E existe grande possibilidade desse número, de 250, passar para 300 amanhã, 350 depois de amanhã, a depender da nossa organização e mobilização.

Eu também relato o Projeto de Lei nº 72, de 2007, que trata da mudança no nome para os transexuais nos documentos de identificação civil. O relatório está prestes a ser concluído, e pretendemos entregá-lo em meados do mês de junho à Comissão de Direitos Humanos.

Com certeza, vai ser mais uma frente de batalha. Alguns Estados, a exemplo de Pará, Piauí, Goiás, já têm esse respeito às pessoas transexuais e travestis, que hoje têm o direito de serem tratadas pelo nome social.

Esperamos que, mesmo sendo mais uma frente de batalha, seja também mais uma oportunidade de dar visibilidade a essa dura realidade em que vivem as nossas travestis, as pessoas que se identificam como transexuais no nosso País.

Então, companheiros, eu me disponho a fazer muitos diálogos e a estabelecermos uma ponte, tendo como principal objetivo a criminalização da homofobia e o avanço dos direitos sociais e civis da população LGBT no Brasil.

Tenho esperança de que hoje, com o lançamento do Plano Nacional para Políticas Públicas da População LGBT, consigamos avançar e possamos romper na prática, no dia-a-dia, com o preconceito e a discriminação existentes neste País. Sei que será muito difícil

aprovarmos todas as matérias que por aqui tramitam, mas acredito que o mais difícil já passou, e a cada dia obtemos pequenos avanços nesse processo. Uma hora a coisa vira e, se Deus quiser, o fim do preconceito e da discriminação serão realidades, como base de uma nova sociedade, em que a justiça, o respeito e as desigualdades imperem.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Agradeço à Senadora Fátima Cleide a participação.

A próxima fala não estava prevista, mas não poderia deixar de chamar para nos trazer uma palavra a Deputada Fátima Bezerra, que é uma das coordenadoras da Frente Parlamentar de Cidadania LGBT, autora de um projeto que, desde 2007, tenta estabelecer o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Assim como a Senadora Fátima Cleide, a Deputada tem tido dificuldades para aprovar aqui esse projeto, embora a data seja internacionalmente reconhecida. Na prática, 17 de maio já é o dia de combate à homofobia, e talvez aí esteja uma das questões colocadas pelo Dr. Roberto, que a sociedade tem um mundo que esta Casa ainda não está conseguindo absorver.

Registro com alegria a presença entre nós do Bispo Gê Tenuta. (*Palmas.*)

Tem a palavra a Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA – Bom dia a todos e todas. Quero saudar a Deputada Raquel, que coordena os trabalhos da Mesa; o Roberto, que trouxe importantes contribuições na manhã de hoje; o nosso companheiro, Deputado José Genoíno, que também tem dado contribuição muito importante. Tão logo tomei conhecimento da sua disposição de assumir o compromisso de apresentar o projeto de lei que trata da parceria civil fiquei muito feliz, porque, sem dúvida nenhuma, V.Exa. tem o perfil adequado e reúne amplas condições para, por intermédio de uma ação coletiva e pluripartidária, levar adiante esse debate.

Quero saudar também a companheira Senadora Fátima Cleide, que, no âmbito do Senado Federal, tem dado importante contribuição na relatoria de relevantes projetos que dizem respeito aos direitos da comunidade LGBT, principalmente o Projeto de Lei nº 122, de 2006, que trata da criminalização da homofobia.

Quero saudar os representantes da ABGLT, da ANTRA e da ABL, enfim, abraçar a cada um e a cada uma e dizer o quanto é importante estarem mais uma vez neste Congresso Nacional para dar continuidade a fundamental debate sobre a cidadania LGBT.

Quero saudar a Dra. Berenice, sem dúvida alguma, importante parceira, que tem dado inestimável contribuição a essa luta.

Agora há pouco, no plenário, fazia o registro das atividades do dia de hoje e destaquei a sexta edição deste seminário. É importante inclusive ressaltar a parceria não só das entidades, mas da própria Frente Parlamentar no âmbito da nossa Casa, que envolve Comissões, como a de Educação e Cultura, a de Legislação Participativa e a de Direitos Humanos.

Dizia também das atividades que teremos por volta das 13h, do ato que realizaremos aqui no Congresso, ato este que está ocorrendo também nos demais Estados. Lá no meu Estado, o Rio Grande do Norte, o ato público vai se dar amanhã, em Natal.

E eu falava também da solenidade, Deputada Raquel, que teremos mais tarde, lá no Itamaraty, quando a Secretaria Especial de Política de Direitos Humanos vai lançar o Plano Nacional no que diz respeito aos direitos da cidadania LGBT.

Quero ainda aqui dizer, Deputado Genoíno – eu ouvi atentamente a sua fala, assim como a da Senadora Fátima Cleide – que há alguns temas essenciais que nos causam revolta, tristeza, frustração, na medida em que não os vemos avançarem no âmbito do Congresso Nacional.

Refiro-me, por exemplo, à reforma política. Todos nós sabemos o quanto está anacrônico, o quanto já está apodrecido esse sistema partidário e eleitoral vigente no nosso País. Mas, infelizmente, até o presente momento esta Casa não consegue dar passos concretos no que diz respeito exatamente a promover as mudanças tão necessárias para o sistema partidário e eleitoral do nosso País.

Outro tema, Deputado Abicalil, também muito importante, é a política de cotas. Infelizmente, até o presente momento, não conseguimos avançar como gostaríamos no debate que tem sido travado no âmbito do nosso Congresso, de maneira nenhuma, na medida em que as cotas, no que diz respeito à questão racial, continuam exatamente entravadas no Senado. Saiu aqui da Câmara, inclusive V.Exa. deu importante contribuição, mas no âmbito do Senado, infelizmente, não se conseguiu avançar.

E falo agora do tema da cidadania LGBT. A Senadora Fátima Cleide acaba de fazer um breve resumo das dificuldades encontradas. A Deputada Raquel mencionou agora há pouco, por exemplo, um projeto de nossa autoria, simples. Na verdade, atendendo às reivindicações da comunidade LGBT, apresentei um projeto com o intuito simplesmente de institucionalizar o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Na verdade, visando tornar realidade aqui-

lo, inclusive, que já acontece na prática, nas praças e nas ruas deste País.

O nosso intuito, ao tomar essa iniciativa de soleznizar essa data, tem caráter didático, pedagógico, para que possamos, cada vez mais, promover a discussão, o debate, a reflexão.

Mas, enfim, causa-nos muita tristeza não ver essa pauta avançar no âmbito do Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, isso tem de ser mais um motivo para não desistirmos, Dra. Berenice, e para continuarmos resistindo, lutando exatamente para avançar.

É nesse aspecto que eu acho que o Deputado José Genoíno tem, sim, um importante papel a contribuir nessa luta pela legitimidade, pela boa fundamentação, inclusive jurídica. Na verdade, nós queremos, cada vez mais, fazer um diálogo nesta Casa, inclusive e principalmente com aqueles que são contrários e que têm impedido esses avanços.

A Frente, claro, se constitui numa instância muito importante, e hoje já conta com mais de 250 representantes, mas a Frente só tem vida aqui nesta Casa se também estiver ao lado exatamente da mobilização da sociedade.

Desde quando Deputada Estadual lá no meu Estado que eu tenho militado, que eu tenho participado, e nós temos de insistir.

Eu quero concluir dizendo que temos de dialogar com aqueles que ainda são refratários, que são hostis, que não aceitam. Temos de insistir no diálogo com essas pessoas, dizer-lhes que ao defender iniciativas como essa, ao aprovar legislações como essa, o Congresso Nacional não está querendo fomentar o ódio, a intolerância, não quer destruir famílias, muito pelo contrário, nós queremos construir uma cultura de paz, de amor, de respeito, queremos tão-somente que a nossa Constituição seja respeitada.

O Ministro Edson Santos ontem, na solenidade do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, disse que o debate que estamos enfrentando neste momento, no que diz respeito às cotas raciais, tem levado, inclusive, alguns setores que são contrários a escrever na grande imprensa – acusando aqueles que defendem a política das cotas raciais – que com essas iniciativas nós estaríamos promovendo os conflitos raciais. Na verdade, os que pensam assim precisam ler a Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, que, com tanta sabedoria, trouxe inscrito o artigo que estabelece que todos têm de ser iguais perante a lei, independente de cor, de raça, de credo, de religião, de sexo e de orientação sexual.

Na verdade, o que nós queremos é que a nossa Constituição seja respeitada.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Eu agradeço à Deputada Fátima Bezerra.

Registro as presenças das assessorias do Deputado Chico Alencar, do Deputado Fernando Melo, do Deputado Iran Barbosa, a quem agradecemos.

Passaremos agora à parte final do nosso seminário. Há 3 Deputados e 3 representantes da sociedade civil, não Parlamentares, inscritos para falar. E depois os 3 palestrantes terão o tempo para suas palavras finais. Às 12h30m, no máximo, temos de sair daqui para fazer a foto na frente do Congresso Nacional. Assim, para que possamos sair e fazer as fotos, eu peço a todos os inscritos que se atenham aos 3 minutos.

Com a palavra o Deputado Paes de Lira, do PTC de São Paulo.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA – Sra. Presidenta, eu fui o único Parlamentar não citado aqui pela Presidência da Mesa, e não é por acaso. Talvez os assistentes pensem, pela presença parlamentar aqui representada e pelas manifestações, que exista alguma unanimidade na Casa a respeito dos projetos trazidos pela Exma. Sra. Senadora Fátima Cleide e pelo Exmo. Sr. Deputado José Genoíno, embora o Deputado Genoíno haja alertado que não existe um corte de Esquerda e Direita nessa matéria. Não existe um corte nítido, mas, na verdade, existe uma divisão da Casa.

Senhoras e senhores, eu não vejo como necessárias essas legislações. Essas legislações, na verdade, incluindo aquelas destinadas à criação de cotas, são tendentes a criar, aí sim, verdadeiros *apartheids* na sociedade brasileira, são tendentes a criar ódio racial, são tendentes a criar separação entre pessoas que convivem harmonicamente, embora não seja evidentemente um paraíso o nosso sistema social.

Existe uma lei estadual em São Paulo, por exemplo, uma lei muito mais forte, muito mais incisiva do que aquela que se propõe com a pretensão de combater a homofobia aqui no Congresso Nacional. É uma lei que estabelece penas fortíssimas, muito pesadas, para quem pratique qualquer ato que possa ser considerado discriminatório a homossexuais e, entre outras coisas, permite que a pessoa que se disser ofendida processe um agente público, ou militar, do Estado, sem declaração de identidade. A pessoa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA – Eu estou com a palavra e exijo respeito!

(Apupos.)

Exijo respeito. Sou um Parlamentar nesta Casa. As suas vaias mostram que vocês apreciam a ditadura mesmo.

(Apupos.)

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA – Eu exijo respeito. Estou com a palavra e sou um Parlamentar nesta Casa.

Aliás, Sra. Presidenta, eu peço que a senhora oriente a plateia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Eu quero pedir que cada um se limite, Deputado, ao seu tempo de 3 minutos, e que nós ouvíssemos com respeito todas as manifestações. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA – Eu ainda estou no meu tempo, mas a senhora aprova que a palavra seja cassada pela vaia, Presidenta?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA – Muito bem, muito bem.

Então, o que eu estava tentando dizer é que essas legislações, no meu entender, e podem ter certeza que é no entender de muitas pessoas que representam o povo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal também, tendem a produzir, aí sim, verdadeiros *apartheids* na sociedade brasileira.

Essa lei de São Paulo, como dizia, permite que as pessoas que se julguem ofendidas, atingidas, processem, no anonimato, o agente público, ou militar, sem declaração de identidade.

Será possível que nós não iremos enxergar nisso graves violações constitucionais? Nós temos de verificar todos os aspectos da questão.

No que toca aos direitos das pessoas que se qualificam como homossexuais, lésbicas, transexuais, travestis, na verdade, o Código Civil, no Capítulo do Direito das Sucessões e dos Contratos, é suficiente para assegurar qualquer espécie de acordo, ou qualquer espécie de relacionamento entre pessoas, porque pode ser resolvido por acordos, sem dúvida alguma.

Não há necessidade de promovermos legislações que, na verdade, vão reduzindo o direito de expressão, vão encurralando o direito de expressão, vão tornando o direito de expressão e de manifestação do pensamento meras declarações. Tudo que existe na Constituição vale, lembrou muito bem a Deputada Fátima Bezerra. Todos são iguais perante a lei, e como são todos iguais perante a lei, basta a legislação comum para proteger os direitos de todos, basta o Código Penal para impedir que **gangs**, quadrilhas organizadas, que devem ser combatidas e metidas na cadeia, pratiquem violências.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Deputado, o seu tempo de 3 minutos está esgotado.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA – A senhora foi muito tolerante com os demais, mas no meu tempo não. Peço 1 minuto para concluir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Trinta segundos.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA – Muito bem, muito bem.

Então, vamos combater essas *gangs* e essas quadrilhas que praticam violências colocando-as na cadeia mesmo, com decisão e força, mas utilizando os instrumentos de que dispõe a lei, e, evidentemente, zelando pelos direitos humanos de todos e evitando legislações que venham a dividir a sociedade brasileira, que venham a promover o **apartheid** social, como essas que estão em discussão aqui.

Muito obrigado. (*Apupos.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Eu passo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Deputada Raquel Teixeira, prezados integrantes da Mesa, prezados Deputados, companheiros das entidades e dos movimentos que vêm aqui dos Estados, eu quero, inicialmente, ressaltar e elogiar a fala do Deputado José Genoíno quando S.Exa. se refere ao compromisso dos Parlamentares que colocaram a sua assinatura nesse projeto reconhecendo o protagonismo da sociedade.

É muito importante, na nossa democracia bastante defeituosa, nós construirmos essa relação e a fortalecermos na ação direta das comunidades, dos trabalhadores, dos movimentos sociais, sobretudo na esfera dos direitos humanos.

Em segundo lugar, eu queria trazer aqui algumas questões que me parecem importantes após o seminário.

Sou membro da Comissão de Direitos Humanos e integro hoje, como representante desta Comissão, o Comitê Nacional para Educação em Direitos Humanos vinculado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos. E nós estamos, em cada Estado, em cada uma das cidades do País, dando passos para a construção dos comitês estaduais e municipais para a educação em direitos humanos.

Quero enfatizar esse aspecto porque acho que a questão da criminalização foi muito bem exposta pela Mesa. Na verdade, a legislação que queremos construir é na prática uma ferramenta. Mas o aspecto essencial no combate à violência contra a comunidade LGTB, no combate à violência contra a mulher, contra o idoso, contra as crianças e os adolescentes vem da construção de uma sociedade pautada em outros valores.

Nós temos uma relação muito intensa com as entidades feministas na discussão, na capacitação, na formação para implementação prática da Lei Maria da Penha, e todos nós sabemos que o machismo, o preconceito, o racismo, a intolerância não estão no tipo sanguíneo. São formações e construções culturais de uma sociedade que precisa ser revirada de dentro para fora.

Falo também do ponto de vista da questão da criminalização porque fui membro titular da CPI do Sistema Carcerário, e, além da questão da violência contra as pessoas que integram a comunidade LGTB, há um aspecto muito mais grave: a violência contra as pessoas que integram a opção sexual LGTB dentro do sistema carcerário. Hoje, a população carcerária, de quase 500 mil presos e presas, é um dos grandes universos de prática de violência contra homossexuais, *gays*, lésbicas e todos aqueles que estão nos porões dos presídios, das penitenciárias, das carceragens, das delegacias.

Se, na sociedade, há ainda aqueles que acham que é normal um ato de violência e de discriminação, nos presídios há aqueles que acham que é normalíssimo na hierarquia do sistema prisional, praticada pelos presos, pelos grupos e quadrilhas dentro daquele sistema, impor a essas pessoas a violência como sujeição à ética e à ordem legal dentro dos presídios.

Eu quero, portanto, fazer aqui duas sugestões. A primeira delas é que em cada um dos Estados haja empenho de todos nós, Deputados que assinamos esse projeto e Deputados que não assinaram mas que têm compromisso com a luta dos direitos humanos. Assim acontece no meu Estado de Pernambuco, Estado com maior número de homicídios, com maior índice de violência e agressões devido à homofobia, com maior número de homicídios e atos de violência contra a mulher.

Algumas entidades têm trabalhado junto às redes municipais de educação. Cito aqui a GESTOS, uma instituição parceira nessa luta da educação pela diversidade. Embora tenha conseguido com a Secretaria Municipal da Educação, em Recife, produzir 3 mil livros didáticos para educação em direitos humanos voltada ao combate à homofobia e na defesa da diversidade, esse material didático infelizmente não saiu das prateleiras.

Por último, nós estamos trabalhando não apenas para combater a homofobia, não apenas para construir a lei que criminalize a homofobia, mas para assegurar ao serviço público qualidade, respeito e dignidade no atendimento a essas pessoas.

Nós construímos, com a Prefeitura de Recife, um programa que permitiu o treinamento e a capacitação

da assistência judiciária para o adequado atendimento às mulheres vítimas de violência. E eu presumo que aqueles e aquelas que são vítimas de atos de violência e que procuram os serviços públicos são profundamente maltratados, desrespeitados, sofrendo dos poderes públicos uma violência em dobro, além daquela violência praticada cotidianamente na sociedade.

Encerro, Deputada Professora Raquel Teixeira, lembrando que este é o primeiro ano de mandato dos novos prefeitos e prefeitas. Eles, bem como aqueles que foram reeleitos e reeleitas, encaminharão, em setembro, às suas câmaras municipais os seus orçamentos municipais para 2010. Nós teremos então de ocupar as câmaras municipais para identificar nesses projetos de orçamento quais são os planos municipais de combate à homofobia, de promoção dos direitos humanos, de garantia da participação dessas entidades da comunidade LGTB na definição de políticas e de recursos. *(Palmas.)*

Lembro que não adianta definir Plano Nacional de Combate à Homofobia, de Promoção dos Direitos Humanos, de Combate à Violência contra a Mulher se, na hora de construirmos políticas e ações, não há recursos nos orçamentos. Isso é essencial.

Coloco-me à disposição dos senhores para isso. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Muito obrigada, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Abicalil, pelo prazo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ABICALIL – Quero agradecer a V.Exa. a oportunidade da fala. Antes de prosseguir, quero cumprimentá-los pela nossa sexta edição.

Acho que esta Legislatura, e já o final da Legislatura anterior, deu a esta temática uma presença que de fato, como registrou a Senadora Fátima Cleide, altera posições de comportamento inclusive sobre atividades não contempladas em regimentos – refiro-me a regimentos de funcionamento.

O regime de funcionamento muda à medida que a sociedade entra. E esta é uma oportunidade em que a sociedade entra no Parlamento.

Também quero dizer que esta Mesa, com a maioria feminina, justifica a razão da Conferência do ano passado ter ordenado de maneira diferente o nome da nossa Frente Parlamentar – LGBT —, o que não é uma marca simples. Vocês, que são mulheres e Parlamentares na vida pública, sabem o tamanho e a intensidade dessa disputa de participação e presença do gênero feminino na condução e liderança de deter-

minados movimentos, o que é para nós também um registro importante.

Tenho absoluta convicção – digo isso em diversas frentes de militância por direitos humanos e por direito de cidadania – de que não há uma única lei que tenha instituído direitos que antes não tenham sido motivo de luta, de conflito e de afirmação desses direitos. Portanto, não nos surpreendem aqueles que acham que lei que assegura direito está segregando, porque antes ela é produto de luta por afirmação de direito de alguém que foi segregado, colocado na escuridão e à margem. *(Palmas.)*

Não é um fenômeno dessa Legislatura. Não é um fenômeno deste século, só que este século não tem o direito de repetir os erros e as discriminações do século passado.

Nós todos desta sala viemos do século passado. Muitos de nós, em razão da luta por direitos, Deputado José Genoíno, expuseram a sua própria vida. E V.Exa. é testemunha presente dessa situação. Portanto, tenho convicção absoluta de que qualquer lei que afirme direito é, em primeiro lugar, motivo de luta e de disputa, de denúncia, de grito, de manifestação, como faremos hoje ao meio-dia e meia na frente do Congresso Nacional. *(Palmas.)*

Não é por outra via que essas demandas entram no horizonte da institucionalidade em qualquer país, especialmente em países que querem consolidar a democracia, como é o nosso.

Por essa razão, tenho a convicção de que as leis vão se consolidando e afirmando. E aqui a memória da Constituinte é fundamental, Deputado José Genoíno, inclusive aquela que nós fizemos ontem no plenário, à noite, durante os intervalos de votação da Medida Provisória nº 458. É fundamental porque, se é verdade que qualquer lei de direito é antes produto de luta, também é verdade que nenhuma lei coloca fim a todas as lutas. O que significa que o cenário das 4 proposições que hoje são motivo de debate, todas elas prontas para a deliberação de alguma das Casas, Câmara ou Senado, é importante. Para nós, como Parlamentares participantes da Frente e que mobilizamos em diversas áreas o Brasil sem homofobia, nas diversas áreas de atuação dos nossos respectivos mandatos, só há razão para permanecermos na luta porque, por um lado, nós temos memória das conquistas e não as perderemos. E toda vez que o Parlamento perde a oportunidade de legislar e essa tarefa se transfere ao Judiciário – lembrava muito bem em plenário outro dia, sobre outra matéria, o Deputado José Genoíno – , Senadora Fátima Cleide, essa inversão não é boa para a democracia.

Temos matéria de direito sucessório, por exemplo, já deliberada com jurisprudência em Tribunais. Matérias previdenciárias já regulamentadas por decisões judiciais. Matéria de união estável já consolidada por decisões judiciais. Para quem? Para aqueles que tiveram acesso ao serviço de Direito. Está aqui a OAB representada.

Queremos que essas disposições que inclusive ultrapassam determinadas legislações sejam consolidadas de maneira universal na garantia de direitos. Por isso tratamos de legislações.

Tenho absoluta convicção de que as matérias tratadas aqui hoje nada mais são do que, por um lado, a garantia de Constituição no que diz respeito à igualdade de direitos, e, por outro lado, o dever público de assegurar as condições de superação da desigualdade. Por isso essa marca do nosso sexto seminário seguramente nos aponta que o sétimo e o oitavo farão de novo memória, apontarão de novo vitória e alimentarão mais ainda a luta.

Parabéns a todos nós. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Agradeço ao Deputado Carlos Abicalil.

Antes de passar a palavra ao Sr. Léo Mendes, primeiro não Parlamentar inscrito, consulto o Deputado Chico Alencar se S.Exa. deseja se manifestar. Não está inscrito S.Exa., mas, na condição de Parlamentar, tem a prioridade.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Perguntar se Parlamentar quer se manifestar é achar que, oferecendo milho para bode, ele vai recusar. (*Risos.*)

Em primeiro lugar, esclareço que não estou aqui há mais tempo porque estava em outras atividades, no plenário, e em atividades de ordem pessoal médica. Só consegui me liberar agora.

Quero dizer, na minha condição de cidadão que professa a fé cristã, de formação católica, que toda forma de discriminação é odiosa. Jesus Cristo pregou isso, falava com os diferentes da sua época. A moral vigente dominante o condenou também por isso e não apenas por supostamente pretender ser rei.

O reconhecimento da diversidade é uma imposição da democracia e da cultura dos nossos tempos. E todo o arcabouço jurídico sempre vem depois da realidade dos fatos.

Nós, nos tempos de luta pela democracia, que o corredor que dá acesso ao plenário da Casa revela em uma belíssima exposição do movimento dos operários do ABC, aprendemos desde àquela época que a luta faz a lei. A lei não é uma peça dogmática imutável, inscrita em uma pedra.

O conceito inclusive de moralidade e de ética é sobredeterminado pelas circunstâncias históricas. E a ética universal é a do amor ao próximo e do respeito à dignidade da pessoa humana. Nem o gênero foi explicitado. Aquela ideia de Declaração Universal dos Direitos do Homem já é uma expressão superada. Portanto, por tudo o que ouvi aqui em termos de avanço e de respeito, quero apenas me associar a essa luta, a esse movimento, e dizer que a dignidade de todos os que afirmam a sua maneira de ser feliz e de existir tem de ser preservada como um compromisso vital de todos nós.

Estou aqui para isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigado, Deputado Chico Alencar.

Passo a palavra ao Sr. Léo Mendes, Secretário de Comunicação da ABGLT.

Estou sendo chata, mas quero lembrar que daqui a 15 minutos teremos de sair para fazer a foto e ainda há 5 inscritos mais a Mesa.

O SR. LÉO MENDES – Primeiro, quero parabenizar a Deputada Professora Raquel Teixeira, de Goiás, que é cristã também, espírita, e defensora da nossa causa. S.Exa. participa das nossas Paradas do Orgulho LGBT, defende as nossas causas no Parlamento e sabe que no dia 17 de maio é comemorado o Dia Mundial de Combate à Homofobia. Foi quando a Organização Mundial de Saúde chegou à conclusão de que nós, homossexuais, somos iguais aos heterossexuais, não há diferença nenhuma, não há doença. E mais: a Organização e os psicólogos chegaram à conclusão de que nós não optamos por ser homossexuais. Nós temos uma orientação sexual. Mesmo porque alguém com 18 ou 20 anos de idade jamais optaria por sofrer, por ser discriminado, por ser expulso de casa, por apanhar, por ser humilhado, por não ter direitos civis, políticos e culturais no País, por morrer.

Então, no dia 17 de maio relembremos 3 mil pessoas assassinadas, durante esses 15 anos, neste País chamado Brasil, do qual o senhor é Deputado, simplesmente porque eram homossexuais. Essas pessoas foram assassinadas com 50 facadas, com tiros, com tijoladas; foram jogadas vivas dentro de rios, foram queimadas, enfim, foram vítimas das maiores atrocidades que se pode imaginar.

Se no Irã os homossexuais são assassinados porque a lei manda matá-los, no Brasil eles são assassinados por falta de uma lei que diga que eles têm direitos. (*Palmas.*) Como diz o Presidente Lula, quando um Deputado vem cobrar imposto, não pergunta se pessoa é homossexual, mas, na hora de criar direitos, diz que determinadas pessoas não têm direitos por serem homossexuais, pois são iguais a todas. Então,

se pagamos impostos criados por esta Casa, dos Deputados, também queremos direitos. E não queremos privilégios, Deputado; queremos, no mínimo, ser respeitados.

Hoje o idoso tem a seu favor o Estatuto do Idoso; a mulher tem uma legislação que lhe garante a vida; a criança, o adolescente e o índio têm os direitos garantidos. Se até as árvores, as águas, o ar e a moeda do País são protegidos, por que nós, LGBTs, não podemos ser protegidos, Deputado? Por que somente nós não podemos ter lei neste País? (*Palmas.*) Por que somente nós temos que viver eternamente pagando impostos e mantendo Parlamentos, escolas, meios de comunicação e as estruturas familiares?

Além do senhor, Deputado, e de todos os Deputados e Senadores, temos o exemplo do Senador Magno Malta que, de forma canhestra, por meio da Fundação Perseu Abramo e de uma pesquisa realizada, disse que a maioria da população não quer que se aprove a lei contra a homofobia. Mas foi feita no Senado Federal uma pesquisa na qual 70% dos entrevistados disseram que os Senadores devem aprovar uma lei contra a homofobia, porque, neste País, somos 20 milhões de cidadãos e cidadãs LGBTs que sofremos, a cada minuto, discriminação – além dos nossos pais, mães e irmãos, que somam 50 milhões de pessoas. Não sou só eu que sofro discriminação; meu pai, Deputado, minha mãe e meus irmãos também sofrem diariamente discriminação por eu ser homossexual.

A Deputada que me representa, Professora Raquel Teixeira, sofre discriminação indireta por me defender; o senhor, por vir aqui, por e estar presente a esta reunião, provavelmente sofrerá discriminação lá fora, pois as pessoas vão lhe perguntar o que o senhor estava fazendo numa sala onde se estava discutindo a situação de “veados” neste País. (*Palmas.*)

Precisamos mudar esse quadro para que uma pessoa idosa, uma mulher ou um indígena possam ter respeitada a sua dignidade no País. E, para termos dignidade – desculpe-me, Deputado —, precisamos de leis, precisamos que esta Casa de Leis garanta os nossos direitos, para que não sejamos mais discriminados, para que tenhamos os mesmos direitos dos heterossexuais e possamos ser cidadãos e cidadãs.

No que diz respeito a direitos humanos, algumas pessoas não podem ser melhores do que outras.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, Léo.

Registro e agradeço a presença do Dr. João Alberto Simões Pires Franco, da Defensoria Pública da União, que prestigia este seminário.

Passo a palavra imediatamente ao próximo inscrito, Julian Rodrigues, do Fórum Paulista GLBT.

O SR. JULIAN RODRIGUES – Boa tarde.

Começo minha intervenção cumprimentando os amigos da Mesa: a Fátima, nossa guerreira – aliás, há 2 Fátimas; o Genoíno, companheiro de São Paulo; e a Raquel.

Começarei discorrendo sobre um tema de que o Genoíno e o Abicalil já falaram: os direitos civis e humanos.

Quando, em 1789, foi feita a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, ela era dos homens – o Chico Alencar lembrou bem. Hoje ela não é somente dos homens, mas das mulheres também. Houve um tempo em que as mulheres não votavam. Houve um tempo – e ele não está muito longe – em que a família era sagrada, composta por um homem e uma mulher, que não podiam se divorciar. E o seu chefe era o marido. Houve um tempo em que os negros não tinham alma. Houve um tempo em que se achava que a escravidão era legítima – e não estamos falando de muito tempo atrás.

Então, se hoje temos direitos civis, não é porque eles estão escritos em algum lugar, mas porque houve luta social – das mulheres, dos negros e dos indígenas. Por isso, hoje a Constituição reconhece tais direitos, como bem lembrou bem o Genoíno, um pioneiro, juntamente com outros, como o nosso João Antonio Mascarenhas, do Movimento LGBT, que trabalhou com o Genoíno na Constituinte o tema da orientação sexual.

No ano passado comemoramos 20 anos de aprovação da Constituição, e o segmento LGBT é o único no Brasil que ainda não tem nenhuma lei ou norma infraconstitucional a seu favor. Pessoas com deficiência, negros, mulheres, indígenas, como disse o Léo Mendes, têm leis para protegê-los; o único segmento que não tem nenhuma lei a seu favor é o de lésbicas, gays, homossexuais, travestis e transexuais. Por que somente nós não temos lei?

O cineasta americano Michael Moore, que vocês conhecem e fez os documentários *Fahrenheit 9/11* e *Tiros em Columbine*, ao falar sobre os Estados Unidos – e serve para nós também —, diz que a questão LGBT é a última fronteira dos direitos civis. Avançamos tanto nos últimos 200 anos! Somente no que diz respeito aos LGBTs não avançamos! Por que todo mundo pode?

O argumento do Deputado também era usado para se dizer que não era necessária a Lei Caó, que criminalizou o racismo. (*Palmas.*) Para que criminalizar o racismo? Hoje ninguém tem coragem de vir a público

falar contra a lei, embora o racismo exista. Mas ninguém mais tem coragem de dizer isso publicamente.

Dizem que queremos criminalizar a liberdade de expressão. Não é isso, pois a liberdade de expressão não é um direito absoluto. Os direitos têm que ser balanceados! Se eu chegar aqui e xingar judeus, negros e mulheres, posso ser preso, porque a minha liberdade de expressão não é absoluta. Não tenho liberdade para ofender ou discriminar. Portanto, não existe liberdade de expressão para discriminar homossexuais. Está errado!

A Bíblia não pode ser usada para discriminar! Parlamento não é templo! Ou discutimos o Estado laico, ou não vamos avançar na democracia brasileira! (*Palmas.*) Isto aqui não é uma igreja; isto é um Parlamento! O Estado brasileiro não é regido pela Bíblia, e todos têm direito de acreditar no que quiserem. Inclusive nós, ateus, temos o direito de não acreditar em nada – somos uma minoria também discriminada. Portanto, o Estado é laico.

A minoria não pode, Deputado Genoíno, impedir que a maioria aprove as leis. Tenho certeza de que vocês são maioria aqui. Vocês, aqui presentes, são uma minoria militante, mas, nesta Casa, tenho certeza de que há uma maioria silenciosa que não é homofóbica nem fundamentalista. Ela pode não estar engajada e mobilizada ainda, mas, se pautarmos e colocarmos a votos nossos projetos, vamos ganhar. Existe uma minoria barulhenta, que tem direito a ser minoria, mas não pode impedir o avanço da maioria. A minoria fundamentalista (*palmas*) não pode impedir que as leis sejam aprovadas! Esta Casa tem correlação de forças, o Deputado José Genoíno sabe disso. A matéria não está restrita à esquerda; ela passa pelo centro, pela direita liberal, pela social democracia. Não é uma matéria da esquerda puramente. Portanto, há maioria nesta Casa para aprovar nossos direitos.

Termino dizendo que em 2010 haverá eleições. O Movimento LGBT cresceu e aprendeu a fazer política também. Aprendeu, com o movimento sindical, não a colocar cartaz em postes, mas a fazer listas de políticos homofóbicos. No ano passado, nós fizemos uma carta aberta ao povo do Rio de Janeiro, pedindo que não votasse no Senador Marcelo Crivella para Prefeito. Parece que ajudou um pouquinho. Vamos preparar uma lista, em 2010, com o nome dos Deputados, por Estado, que aqui vieram falar contrariamente e não nos deixaram avançar. Eu sou de São Paulo e quero dizer que o Deputado Paes de Lira já está encabeçando essa lista no meu Estado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA – Sra. Presidenta, quero fazer apenas um pequeno aparte.

Gostaria de agradecer a inserção do meu nome em primeiro lugar nesta lista. Tenho muito orgulho disso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, Julian.

Passo a palavra imediatamente a Denise Limeira, da ABL.

A SRA. DENISE LIMEIRA – Bom, fica difícil falar algo depois de tudo ter sido dito. Por isso, vou continuar a minha questão anterior.

Seria muito importante, além do reconhecimento do nome social e da criminalização da homofobia, dar atenção especial ao projeto, pouco discutido, sobre reprodução assistida para mulheres que fazem sexo com mulheres. Essa é uma demanda da Conferência Nacional LGBT e também está no Plano Nacional de Políticas para LGBT.

Queria apenas salientar isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, Denise.

Passo a palavra imediatamente a Sra. Fernanda Benvenuti.

A SRA. FERNANDA BENVENUTTI – Boa tarde.

Sra. Presidenta, minha primeira reclamação é por ter que falar olhando para a Mesa. Eu gostaria de falar olhando para o público, mas o microfone não permite essa possibilidade.

Falarei olhando para os senhores, Deputado Paes de Lira, porque o senhor trava o discurso homofóbico baseado numa democracia que me parece ser para brancos, para uma classe de meia dúzia de políticos – isso é o que o senhor está dando a entender —, e nos critica, dizendo que não há necessidade dessa legislação. Eu lhe pergunto se alguma vez na vida o senhor levou um tapa na cara por ter orientação sexual diferente da heteronormatividade; se alguma vez foi impedido de entrar em uma universidade; se alguma vez o senhor esteve na rua, na prostituição, porque este País não dá a travestis e homossexuais a oportunidade de terem emprego (*palmas*); se, porventura, alguma vez o senhor empregou na sua casa pessoa homossexual.

Agora, Deputado, a parte que eu estava me coçando para lhe dizer. Infelizmente, Clodovil se foi – ou felizmente, para o senhor. Clodovil está morto e não vai mais lhe dar votos na eleição de 2010, certo? O senhor entrou nesta Casa pela porta dos fundos, enquanto nós entramos pela porta da frente para exigir nossos direitos. (*Palmas.*)

O mesmo direito que lhe assiste de estar nesta Mesa para nos discriminar, para dizer que a lei nos protege, nós também temos de lhe dizer o que acon-

tecerá em 2010. E o senhor faz ironia e agradece ser o primeiro da lista dos homofóbicos. Porém, o senhor será o último da lista, entre os perdedores. (*Palmas.*)

Lamentavelmente, ainda nos deparamos com essas cenas. Eu não vim da Paraíba para ouvir esse tipo de comentário. Porém, como estamos numa democracia ainda em construção, o senhor tem todo o direito e o livre arbítrio de falar o que quiser, mas também tem a obrigação de ouvir as nossas dores, as nossas lamúrias e o nosso sofrimento. (*Palmas.*)

Deputado, as palmas da plateia neste momento não criticam apenas a sua fala homofóbica; servem também para mostrar a essa mesma parcela de homofóbicos que nos discrimina que, mesmo 2 homossexuais sendo assassinados por dia; mesmo com toda a homofobia; mesmo com toda essa violência, nós existimos e temos clareza de que também buscamos um dia ser, na sociedade, tão felizes e tão iguais quanto o senhor.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Muito obrigada, Fernanda.

Passo, rapidamente, a palavra ao último inscrito, Sr. Clóvis Arantes, a quem peço que seja breve, porque já vencemos o tempo e temos ainda uma foto e uma manifestação para fazer lá fora.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA – Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – O Deputado foi citado nominalmente. Por isso, tem direito a 1 minuto.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA – Quero apenas esclarecer que aceito o rótulo, mas não me considero homofóbico. E mais, estou defendendo uma posição com toda a clareza e expondo argumentos. Claro que não é a posição do seu agrado. Claro que não é a posição da Senadora Fátima Cleide e do Deputado José Genoíno. Mas esta é uma casa de debates. A democracia é isso. Existem divergências de opiniões. As pessoas lutam por realizar suas aspirações, na Câmara dos Deputados e no Senado da República, por meio de legislação. É assim que funciona. E eu estou aqui realmente para fazer um contraponto. E até os estou ajudando, porque os alerto de que não existe uma posição homogênea de aceitação de suas posições. Haverá um debate. E tenho certeza de que muitas pessoas acompanharão o meu pensamento nesta Casa e no Congresso Nacional. Aliás, o Deputado Genoíno os alertou a esse respeito com palavras mais suaves que as minhas.

E quero apenas corrigir algo – e tenho esse direito: eu não cheguei a esta Casa pela porta dos fundos; cheguei a esta Casa porque tenho votos populares,

embora, evidentemente, não se comparem, em número, aos dos ilustres Parlamentares que aqui estão. O sistema proporcional da Constituição da República foi o que me trouxe para esta Casa, como o segundo deputado mais votado do PTC, em São Paulo, embora tenha sido declarado eleito em outubro de 2006.

Concordo com o debate de ideias e gostei que me tenha olhado nos olhos para expor suas posições. Mas essa sua afirmação não tem fundamento algum. Estou aqui porque a Constituição da República disse que tenho esse direito. E estou aqui para defender as posições das pessoas que eu imagino pensem como eu. Farei isso porque é a minha missão, assim como a missão contrária é do Deputado José Genoíno e da ilustre Senadora Fátima Cleide.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Com a palavra o Sr. Clóvis Arantes.

O SR. CLÓVIS ARANTES – Sou Clóvis Arantes, de Mato Grosso.

Quero dizer ao Deputado, que não se considera homofóbico, que as pessoas que colocaram, na Bahia, o cartaz “*Limpem a cidade matando um homossexual por dia*” não se consideravam homofóbicas; achavam que simplesmente estavam fazendo o seu papel de cidadãos, contribuindo para a limpeza da cidade. Isso é muito sério.

Depois da fala do Léo e do Julian tenho muito pouco a dizer.

Estamos, nesta Casa, lutando para ver nossas leis aprovadas, mas não nos restringimos a este espaço. Estamos, nas conferências, lutando por moradia, por saúde. Estamos em todas as conferências. E, na maioria delas, as nossas delegações têm sido as maiores. E não vamos lá apenas para brigar pelos direitos dos LGBTs; vamos, sim, lutar pelo direito à dignidade. Vamos lutar pelo heterossexual, pelo homossexual, por toda a população, que deve ter seus direitos assegurados.

Este é um dos momentos em que nós, LGBTs, estamos reunidos, mas nós estamos em todos os lugares deste País, e, cada dia mais, vamos ocupar os espaços – e não somente os periféricos. Como disse o Julian, cada dia mais vamos ocupar os espaços políticos de decisão deste País. Em 2010 nós vamos realmente mostrar a que veio o Movimento LGBT e para que estamos aqui fazendo política, dizendo que queremos direitos, e não privilégios. E 2010 será o momento de dizermos quem são os inimigos e os amigos do Movimento LGBT.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Obrigada, Clóvis.

Atrasamos um pouco. Logo o Toni virá até aqui dar a orientação final sobre as fotos, mas, antes, a Senadora Fátima Cleide e o Roberto querem 1 minuto para suas considerações finais.

O SR. ROBERTO AUGUSTO LOPES GONÇALE – Bom, eu acho interessante o debate e até louvo o Deputado por vir trazer a sua opinião. Às vezes, ser contrário a um movimento de maré ascendente é um pouco difícil. Louvo também a possibilidade de abertura democrática do debate.

Entretanto, gostaria de retificar uma informação: em São Paulo não há anonimato; há sigilo, um direito previsto para proteção principalmente às vítimas de violência. Então, faço este reparo de ordem técnica, porque o que é considerado sigilo não necessariamente é considerado anonimato. Há anonimato quando a pessoa não está identificada e, para haver sigilo, é necessário haver a identificação do sujeito que se protege. Então, se há sigilo, do ponto de vista lógico, a pessoa é identificada e está protegida.

Acho fundamental que se faça esse debate, mas também que se superem as iniciativas inerciais da minoria frente à maioria.

Concordo com o Júlio e acho que esta Casa não é conservadora; ela está desassociada da sociedade civil e precisa votar.

Na sua intervenção final, o senhor fez uma referência à violência. Digo ao senhor, portanto, que a ausência de direitos da população LGBT, a negativa de exercício de direitos, é a principal violência que o nosso segmento sente, efetivamente, no dia a dia.

A OAB do Rio de Janeiro está à disposição para fomentar esse debate, para contribuir com ele, na medida do possível, e para, efetivamente, dar o melhor encaminhamento a essa questão, dentro do Congresso Nacional, para que este Poder efetivamente produza uma legislação positiva para o segmento LGBT.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Senadora Fátima Cleide.

A SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Deputada Raquel, acredito muito no que disse o Deputado Paulo Rubem: acredito na educação como instrumento de superação da ignorância.

Eu me confessei ignorante, no início, com relação à vida, à dureza e à crueldade a que estão submetidas as pessoas LGBT neste País. E, por acreditar na educação e na evolução do ser humano, faço aqui, com muito carinho, Deputado Paes de Lira, a oferta ao senhor de uma síntese do debate em defesa da diversidade sexual neste País, em defesa dos direitos civis, em defesa de todos aqueles que têm orientação sexual, que têm afetividade diferente da minha, que

sou declaradamente heterossexual. Acredito que o senhor, brevemente, estará cerrando fileiras conosco pela ampliação desse direito. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA – Mencionou-se que o ano de 2010 será muito especial para o País: haverá eleições e vamos escolher desde o Presidente da República até os membros das Assembleias Legislativas. Esse será um momento muito oportuno para intensificarmos esse debate.

Sinceramente, não é justo nem confortável para nós que, de um lado, Genoíno, comemoremos os 20 anos da Constituição Cidadã, da qual você, junto com outros, foi protagonista, e, ao mesmo tempo, ao fazermos um balanço, constatemos que, como foi dito aqui, durante esses 20 anos, Dra. Berenice, nenhuma – absolutamente nenhuma! – legislação voltada para a cidadania GLBT foi aprovada nesta Casa.

Digo isso para reforçar o quanto nós ainda temos que lutar, o quanto nós temos que nos mobilizar, o quanto de adesão da sociedade nós temos que conseguir, Deputado Abicalil, porque essa situação realmente é muito estranha.

Concluo, portanto, dizendo que o Partido dos Trabalhadores, o nosso partido, sempre teve como marca central o compromisso com o combate a todo e qualquer tipo de discriminação. Essa luta, para nós, é uma questão de cidadania; essa luta, para nós, é uma questão de democracia; essa luta, para nós, visa fundamentalmente a reafirmarmos o caráter laico e republicano do Estado brasileiro. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Deputado José Genoíno.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO – Olha, pessoal, eu falei bastante, já expus a minha opinião para vocês. Quero, agora, parabenizá-los por este evento. Este dia é muito importante. Haverá novos eventos, dos quais vou participar, de acordo com a minha agenda. É luta! Vamos lutar!

Um grande abraço. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Eu agradeço a presença de todos, mas, antes de passar a palavra ao Toni, que vai fazer o encerramento, quero fazer uma sugestão. Eu acho que a presença de opiniões diferentes...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO – Aliás, Raquel, você pode falar um pouco. Você é uma pessoa importante.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Eu queria falar, mas eu respeito o tempo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO – Fale.

Ela merece falar. Ela tem tido um papel muito importante nas articulações aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Eu só acho que, diante de opiniões divergentes, eu endosso tudo o que você disse, Genoíno.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO – Eu sei, Raquel.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Mas eu acho que talvez seja interessante termos alguma argumentação também que não seja só baseada naquilo que nos move, como os direitos civis, os direitos humanos, o direito à felicidade, o suprapartidarismo nessas causas.

No seu último livro – por alguma razão, não consigo lembrar o título; vou lembrá-lo daqui a pouco. Eu o li há uns 4 meses –, Alvin Toffler, autor, também, de *A Terceira Onda*, faz uma análise dos sistemas econômicos no mundo. Começa do sistema agrário, passa pelo sistema industrial e vai para o sistema da sociedade do conhecimento, fazendo uma interação e uma relação direta entre a família, que produz riqueza. Segundo ele, a família agrária é estendida, enorme, com o pai provedor, a mãe em casa; a família industrial é menor, e a mulher vai para o mercado de trabalho; a sociedade do conhecimento, cuja alavanca econômica é o conhecimento, se caracteriza por famílias completamente diversificadas. O que a caracteriza é a diversidade do perfil da família: não interessa se é homem, se é mulher, se é branco, se é negro, se é alto, se é baixo; o que interessa é a relação afetiva, que dá proteção, carinho e respeito ao parceiro e às crianças envolvidas.

Acho que esse modelo afetivo, que extrapola ideologias, religiões, gêneros, mas que tem preocupação com a proteção, o respeito, a segurança, a felicidade da pessoa, é fruto de uma análise muito interessante, porque ligada ao sistema econômico.

Concordo que toda conquista de direitos se dê pela luta. Nem com a legislação a luta se encerra. Esse é um movimento que está fadado a vencer. Não há retorNº Não há possibilidade de impedimento àquilo que nos move. É uma questão de tempo, às vezes. Mas está na hora; está acontecendo. A luta continua.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. TONI REIS – Eu gostaria de dizer algumas palavrinhas. Não falarei mais que 3 minutos.

Primeiro, agradeço à Deputada Raquel o seu trabalho de coordenação da Mesa.

Segundo, quero parabenizar a Maria Eduarda, que está ali, uma pessoa maravilhosa, transexual, assessora do Russomanno, que foi uma das que mais ajudou na articulação do projeto que o Genoíno está

encabeçando, junto com outros 12 Deputados. Obrigada, Maria Eduarda, pela ajuda que nos deu. (*Palmas.*) É importante uma pessoa da nossa comunidade colaborar aqui dentro.

Gostaria de agradecer à Comissão de Legislação Participativa, na pessoa da Sônia, da Gisele, da Cibele, que tanto nos ajudaram.

Agradeço ao pessoal da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão de Direitos Humanos, que nos ajudou a organizar este evento.

Gostaria de parabenizar todos os membros da Frente Parlamentar que estão aqui e nos ajudaram: o Paulo Santiago, que está junto conosco no projeto; o Abicalil, que sempre tem nos ajudado na questão da educação; o nosso querido Chico Alencar, do PSOL, que sempre está junto conosco.

Inclusive, voltando lá no Paulo Santiago, nós vamos precisar muito da ajuda de vocês na implementação do Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos do Governo Federal. Não há um centavo para a aplicação do plaNº Então, com a Frente Parlamentar, queremos falar de maneira bem bonita, bacana, transparente, cidadã: vamos precisar nos organizar para colocar no Orçamento recursos para a execução do Plano nos 18 Ministérios. Vamos lá! Precisaremos do apoio do PSDB, Deputada Raquel, de maneira bem bacaninha.

Agradeço ao Deputado Paes Lira a presença. Quero dizer uma coisa para o senhor: sabia que eu estou aqui dentro desde 1995, quando o meu companheirinho, o inglês ali, veio prestar depoimento? Eu era minoria. Muitas vezes, havia uma fila com vários pastores evangélicos, e as pessoas me vaiavam. É muito triste ser minoria. Digo isso para o senhor ter um mínimo de sentimento do que é ser minoria. É muito triste. Respeito o senhor. Quanto às suas opiniões, temos divergências e vamos discuti-las. Mas é importante o senhor estar aqui para debatermos.

Nas campanhas políticas é assim, companheiro. Estão aqui os aliados e os adversários, mobilizados. O senhor, hoje, está na nossa lista de adversários, mas podemos conversar. Quem sabe chegamos a algum denominador comum? (*Palmas.*) Pelo que percebi, o senhor é uma pessoa com certa compreensão. Se o senhor estudar um pouquinho, ler, virá para o nosso lado.

Queria agradecer à Secretaria Especial dos Direitos Humanos o Programa Nacional DST/AIDS; e ao Deputado José Fernando Aparecido, de Minas Gerais. Inclusive, pessoal, havia, aqui, vários assessores do pessoal da Frente Evangélica. Tivemos uma boa conversa como Bispo Gê sobre a questão do PLC nº 122. Nós estamos abertos ao diálogo e à negocia-

ção. Como foi dito aqui, queremos direitos iguais; nem mais, nem menos.

Domingo é o Dia Internacional de Combate à Homofobia. Nós começamos em Brasília. Estamos aqui desde o dia 8 e hoje encerramos nossa atividade em Brasília, com o lançamento, no Palácio do Itamaraty, do Plano Nacional de Combate à Homofobia. Então, todas e todos estão convidados. Vai ser muito bacana. É um fato histórico no mundo – não apenas no Brasil. Não houve um Presidente da República, em nenhuma situação, que tenha convocado uma conferência nacional e, como agora, criado um plano envolvendo 18 Ministérios. Então, vai ser muito importante. Todos estão convidados para a cerimônia.

A nossa ideia é fazer, de forma muito bonita, como sempre fazemos nas 150 paradas LGBT em todo o País. Deputado Paes Lira, haverá 3 milhões e 500 mil pessoas na parada. Inclusive o senhor está convidado para assistir. Não vamos poder chamar o senhor para ir no caminhão porque vai dar problema, mas o senhor está convidado para sentir... Se for, vamos ver. A Senadora está fazendo um pedido. Vamos verificar, estudar. Mas o senhor está convidado a participar, pegar a bandeirinha do arco-íris.

A partir de segunda-feira, esse dia será comemorado em todas as Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, com debates. Pessoal, temos aqui representações de todos os Estados e de todas as redes LGBT. Isso é importante ser dito.

O que vamos fazer agora? O pessoal da Segurança está aqui. Já articulamos direitinho. Não vai haver quebra-quebra. É tudo bacana, beleza, sem ocupação, neste momento, em que estamos todos dialogando. Se os Parlamentares nos acompanharem, faremos de uma forma bem bonitinha, com a bandeirinha do arco-íris, que representa a diversidade humana: todos são iguais; ninguém é igual a ninguém; e nós somos todos especiais. Vamos caminhar com os Parlamentares, passando pelo Salão Verde, se os Parlamentares estiverem conosco – se não, não vai dar para passar sem eles. Vamos ao gramado, onde queremos tirar uma foto bem bacana, com o Senado e a Câmara ao fundo, as nossas torres gêmeas, porque queremos fazer um cartaz – o sétimo do nosso seminário – com todo mundo defendendo a diversidade humana e os direitos humanos.

Chamamos o Julian, o Léo, o Denilson, que estão preparando as palavras de ordem bem bacanas para irmos. Nossa palavra de ordem, Léo, é: “*Direitos iguais, nem menos nem mais*”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Só um minutinho, Toni. Só um minutinho, Léo. A Segurança está pedindo orientação da Mesa,

para não haver tumulto. Sairemos daqui, passaremos pelo Salão Verde, pela Chapelaria. Isso é importante porque a Segurança, já sabendo desse trajeto, poderá nos acompanhar. Ficamos combinados assim com a Segurança? Está certo? Obrigada.

O SR. TONI REIS – Ali está a bandeira, pessoal. Será legal se os Parlamentares puderem ir na frente. Por favor, peguem a bandeira do arco-íris.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Raquel Teixeira) – Olha, houve ligeira modificação. Atenção! Houve uma ligeira modificação no trajeto: não será através do Salão Verde, mas pelo São Negro, por orientação, e aí sairemos. Está bom?

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 15ª Reunião Ordinária, Realizada em 9 de junho de 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia nove de junho de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no Plenário 06 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Luiz Couto – Presidente; Pedro Wilson e Cleber Verde – Vice-Presidentes; Chico Alencar, Domingos Dutra, Janete Rocha Pietá, Lucenira Pimentel, Pompeo de Mattos, Ricardo Quirino, Suely e Veloso – Titulares; Antonio Bulhões, Eduardo Barbosa, Iriny Lopes e Paes de Lira – Suplentes. Compareceu também o Deputado Jairo Ataíde, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Edmar Moreira, Geraldo Thadeu, Miguel Martini e Pastor Pedro Ribeiro. **ABERTURA:** O Senhor Presidente, Deputado Luiz Couto, declarou abertos os trabalhos e comunicou ao plenário que a reunião fora convocada nos termos do requerimento do Deputado Cleber Verde. **ORDEM DO DIA:** Reunião de Audiência Pública. **TEMA:** A retificação do Decreto nº 81.240/78 e os direitos previdenciários. **EXPOSITORES:** **Sr. Fernando Veloso Toscano de Oliveira** – Presidente da Associação Brasileira de Previdência-ABRAPREV; **Sr. José Carlos de Almeida** – Representante da Associação Brasileira de Previdência/ABRAPREV; **Sr. Fernando Tolentino de Sousa Vieira** – Diretor-Geral da Imprensa Nacional; **Sr. Jorge Luiz Alencar Guerra** – Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional. Dando início ao debate, os expositores expuseram suas considerações acerca do tema. Ao término das explanações dos expositores, fizeram uso da palavra, por ordem de inscrição, os Deputados Pompeo de Mattos, Paes de Lira, Chico Alencar, Jairo Ataíde,

Luiz Couto e Pedro Wilson. A seguir, os expositores apresentaram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às dezesseis horas e quarenta e seis minutos. O inteiro teor foi gravado, passando o arquivo de áudio a integrar o acervo documental desta reunião para degravação mediante solicitação escrita. E, para constar, eu _____, Márcio Marques de Araújo, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Luiz Couto _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Evento: Audiência Pública

N°: 0803/09

Data: 9-6-09

Início: 14h38min

Término: 16h46min

Duração: 02h06min

Tempo de Gravação: 02h06min

Páginas: 41

Quartos: 25

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

FERNANDO VELOSO TOSCANO DE OLIVEIRA – Presidente da Associação Brasileira de Previdência – ABRAPREV.

JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA – *Representante da Associação Brasileira de Previdência – ABRAPREV.*

FERNANDO TOLENTINO DE SOUZA VIEIRA – Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

LEANDRO SCHMAEDEKE – Funcionário aposentado do Banco do Brasil.

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA – Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional.

SUMÁRIO: Discussão sobre o tema A retificação do Decreto nº 81.240/78 e os direitos previdenciários.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Declaro abertos os trabalhos da presente audiência pública, que tratará do tema “*A retificação do Decreto nº 81.240/78 e os direitos previdenciários*”.

Esta reunião tem como objetivo discutir denúncia de fraude no decreto que normaliza os direitos de beneficiários de planos de previdência fechada em caso de saída antecipada ou fim do contrato de trabalho, Decreto 81.240/78.

A denúncia foi feita pela Associação Brasileira de Previdência – ABRAPREV. A entidade afirma que há retificação na pág. 9.004 do *Diário Oficial* da União de 16 de junho de 1978, sem comprovação de origem. A mudança incluída no texto, segundo a ABRAPREV, prejudica mais de 40 mil ex-funcionários do Banco do Brasil.

O Decreto 81.240/78 estabelece como princípio dos planos de benefícios a possibilidade de saída voluntária e antecipada com direito a restituição de no mínimo 50% das contribuições já pagas. E para o caso de fim do contrato de trabalho, possibilita o resgate da reserva matemática, montante reservado como garantia do benefício futuro.

As alterações introduzidas no § 2º do art. 31 do decreto, segundo a entidade, acabam com o direito dos participantes de planos de previdência privada de saída voluntária e antecipada.

Informo que a realização deste evento atende a requerimento de autoria do Deputado Cleber Verde, Vice-Presidente desta Comissão.

Comunico que esta audiência pública está sendo transmitida através do *Twitter*: www.twitter.com/cdhcamara.

O representante da Previdência Complementar, que talvez não tenha sido convidado para participar, enviou uma nota técnica, que vou ler e que vai servir para o debate e para as pessoas contestarem ou não a informação. Foi a Assessoria de Comunicação Social, a Dra. Zenaide Azeredo.

A nota diz o seguinte:

“Previdência Complementar

SPC nega denúncia de fraude supostamente ocorrida em legislação há 21 anos.

Decreto contestado foi revogado em 2002.

A denúncia de pretensa fraude na legislação dos fundos de pensão foi negada ontem pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão do Ministério da Previdência Social responsável pela supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). A SPC esclarece que o Decreto 81.240/78 foi revogado por outro decreto, o de número 4.206, de 23 de abril de 2002, onde os direitos dos participantes são regulamentados e resguardados conforme a Lei Complementar nº 109, de 2001.

O esclarecimento da SPC decorre da acusação feita pela Abraprev – Associação Brasileira de Previdência – segundo a qual teria havida uma retificação do Decreto 81.240, de 1978, prejudicando mais de 40 mil funcionários do Banco do Brasil.

Segundo a associação, com essa mudança no decreto, ocorrida há 21 anos, teria sido

retirado o direito dos participantes de receberem a restituição das contribuições, em caso de saída antecipada do plano de benefícios, ou o resgate da reserva matemática, em caso de fim de contrato de trabalho.

A SPC explica ainda que os direitos dos participantes encontram-se regulamentados nos artigos 14 e 17 da Lei Complementar 109/01 e da resolução CGPC nº 06, de 30 de outubro de 2003.

No que se refere ao resgate dos benefícios, a SPC lembra a Resolução nº 06/03, que disciplina os institutos de benefício proporcional diferido, da portabilidade do resgate e do autopatrocínio em plano de entidades fechadas de previdência complementar. – **Zenaide Azeredo**, Comunicação Social do Ministério da Previdência Social.”

Nós pedimos ao nosso secretário que tirasse cópia, para entregar a todos os participantes desta audiência pública, que nas suas falas poderão se referir a essa nota técnica, podendo até contestá-la.

Convido para a mesa o Sr. Fernando Veloso Toscano de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira de Previdência – ABRAPREV. (*Palmas.*)

Convido o Sr. José Carlos de Almeida, representante da Associação Brasileira de Previdência – ABRAPREV. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Fernando Tolentino de Souza Vieira, Diretor-Geral da Imprensa Nacional. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Jorge Luiz Alencar Guerra, Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional. (*Palmas.*)

Dando início às exposições dos nossos convidados, esclareço que o tempo concedido aos expositores será de 15 minutos.

Após a exposição, será concedida a palavra aos Deputados presentes, respeitada a ordem de inscrição. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para formular suas considerações ou pedidos de esclarecimentos, dispondo os expositores do mesmo tempo para resposta.

Esclareço que esta reunião está sendo gravada, para posterior transcrição, e por isso solicito que falem ao microfone.

Concedo a palavra ao nosso convidado Dr. Fernando Veloso Toscano de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira de Previdência – ABRAPREV.

O SR. FERNANDO VELOSO TOSCANO DE OLIVEIRA – Boa tarde. Ilustre Deputado Luiz Couto, Deputado Cleber Verde, demais membros, imprensa, convidados e autoridades, vou ler um pequeno texto, que seria um pronunciamento nosso de abertura a

respeito do que está sendo tratado aqui. Depois, o Dr. José Carlos vai dar andamento à exposição.

Não poderia deixar de agradecer publicamente o empenho e a dedicação do Deputado Cleber. Sem ele, nosso objetivo não teria sido alcançado. O seu compromisso com a verdade e o esclarecimento dos fatos ora denunciados nos deu impulso ao projeto maior, que é a defesa dos demitidos e aposentados.

Não posso também deixar de citar e agradecer o interesse e a boa vontade dos demais movimentos, sejam eles formais ou informais, sindicatos, confederações, organizações sociais, imprensa e Parlamentares. Foram dezenas, centenas, talvez milhares de cartas e *e-mails* recebidos de apoio. Alguns deles inclusive custearam despesas para colegas enviarem representantes de outros Estados.

A força de todos vocês nos fez ainda mais fortes e dispostos a enfrentar esse sistema, que tanto insiste em tirar os direitos de milhares de brasileiros, mesmo que à revelia da lei.

A Associação Brasileira de Previdência conseguiu, através do Requerimento 21/09, do Deputado Federal Cleber Verde, a aprovação desta audiência pública, o primeiro passo para corrigir as injustiças e distorções dos planos de previdência privada.

Esse é o passo inicial justamente na direção de se discutir a fraude, o Decreto 81.240/78, que acabou gerando enormes prejuízos a todos os participantes dos planos de previdência complementar no Brasil, em especial os demitidos do Banco do Brasil, que, com ou sem justa causa, ao saírem dos seus empregos, por força de legislação fraudada, deixaram para o fundo parte substancial das suas reservas de aposentadoria, que era justamente a garantia de um futuro digno e estável.

Como exemplo, os demitidos dos anos de 1990 a 1992 receberam a metade das cotas pessoais e nada das cotas patronais, ou seja, pouco mais de 16% de tudo a que tinham direito. A Previ engoliu 84% de um dinheiro que não lhe pertencia para pagar o rombo do grupo pré-67, que originalmente deveria ter sido suportado pelo Tesouro Nacional e pelo Banco do Brasil.

Essa denúncia de fraude num decreto é muito grave. Vi milhares de brasileiros sofridos, com suas vidas destruídas, marginalizados, sem emprego, perspectivas e humilhados. Eu, como brasileiro, como cidadão, não posso aceitar isso passivamente. Na medida em que tomei conhecimento dessa situação, da fraude, dos caminhos tortuosos escolhidos pelo Poder Público para atingir seus objetivos, passei, de uma forma ou de outra, a fazer parte do sofrimento desses colegas e me tornei corresponsável pelo esclarecimento do que realmente aconteceu.

Importante ressaltar que foram enviados ofícios com a denúncia dessa fraude, em 18 de fevereiro deste ano, ao Deputado Federal Celso Russomanno, do PP de São Paulo, e ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Francisco Cesar Asfor Rocha; dia 10 de março, para a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados; dia 19 de março, para o Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza; e, dia 1º de abril, para o Secretário de Previdência Complementar.

Todos eles se quedaram inertes, nem ao menos se dignaram a uma resposta.

Daí devo ressaltar a importância que teve o Deputado Cleber Verde, que, junto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, teve a coragem de lutar para conseguir esta audiência pública, além de outras providências que serão tomadas logo a seguir.

Acredito que todos tenham recebido o livreto que foi preparado com o intuito de melhor esclarecer o tema. Quem não tiver recebido, por favor, peça a algum colega da ABRAPREV.

Convido agora o Dr. José Carlos de Almeida, associado da ABRAPREV, advogado especialista em Direito Previdenciário, a contar um pouco da sua história pessoal, que se confunde com os PDVs, para que todos possam entender a essência do problema.

Posteriormente, se houver condição, eu vou querer que o Dr. Leandro Schmaedeke, funcionário aposentado do Banco do Brasil e profundo conhecedor dessas questões, um dos principais responsáveis pela descoberta da fraude, após anos de pesquisas incansáveis, trate especificamente da questão da fraude.

Agradeço a todos a presença, em especial a atenção ao que está sendo aqui explanado, para que, após a conclusão desta audiência pública, possamos dar continuidade ao que aqui iniciamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Antes de passar a palavra ao Dr. José Carlos, informo que a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil foi convidada para participar deste evento e o Sr. Sérgio Ricardo Silva Rosa, Presidente, encaminhou justificativa de ausência:

“Em relação ao ofício em epígrafe, esclarecemos que as regras adotadas por esta entidade, para gestão dos planos e benefícios, são pautadas de acordo com os preceitos legais para o sistema previdenciário privado brasileiro, inclusive quanto ao estipulado à época pela Lei 6.435, de 1977.

Assim, não há, por parte desta entidade, quaisquer considerações adicionais quanto à edição, publicação ou revogação de normas legislativas ou administrativas regulamentares.

Esclarecido esse ponto e tendo em vista a impossibilidade de compatibilização de agenda para a data designada para a audiência pública dessa Comissão, informo que não será possível nosso comparecimento.

Ao ensejo, manifesto protesto de estima e consideração. – **Sérgio Ricardo Silva Rosa, Presidente**”.

Convido para presidir os trabalhos desta audiência pública o seu proponente, o Deputado Cleber Verde, Vice-Presidente desta Comissão.

Com a palavra o Dr. José Carlos de Almeida, representante da Associação Brasileira de Previdência – ABRAPREV.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA – Obrigado, Deputado. Faço minhas as palavras do Dr. Fernando, principalmente as de agradecimento, mas quero reforçar o agradecimento em meu nome, que fui pedevista por 2 vezes, participei de 2 planos de demissão do banco, e de todos os pedevistas aqui presentes.

Somente quem trabalhou no Banco do Brasil sabe a importância desse emprego. Quando entrei no Banco do Brasil, meu pai, que era analfabeto, saiu por toda a cidade festejando, como se eu tivesse ganhado na Mega Sena. Eu acho que assim aconteceu com muitas das pessoas aqui presentes. Somente quem trabalhou no banco sabe da importância. A gente vestia a camisa do banco. Os colegas do banco eram como se fossem uma família. Quando a gente passava perto de qualquer cidade e via a logomarca do banco, sentia uma sensação de alegria, porque a gente fazia parte daquilo. Talvez muita gente estranhe, mas era como se a gente fizesse parte de alguma coisa muito grande, muito importante.

Eu vou pular muitos fatos aqui. Eu tinha uma crença muito grande no banco. Apesar de já ser engenheiro civil formado pela USP – na época, a melhor escola de Engenharia do País –, eu deixei de ser engenheiro para ser empregado do banco porque, naquela época, se dessem um tiro numa árvore, cairiam 5 pardais e 10 engenheiros, pois havia mais engenheiro do que pardal na cidade. Era a brincadeira que o pessoal fazia na época.

O primeiro PDV do Banco do Brasil foi por volta, acho, de 1991 e foi o primeiro golpe nos funcionários. O pessoal levou 50% das cotas pessoais, com expurgo de correção monetária bem maior. Nessa época, eu não fui demitido. Como eu fiquei, fui escolhido para ser transferido. Quer dizer, uma eleição gloriosa. Eu

tinha acabado de montar o Partido dos Trabalhadores na cidade. Naquela época, o PT ainda comia criança. Para quem não sabe, nós éramos comunistas, bandoleiros, bandidos. Eu enfrentei uma cidadezinha pequena, cercada de terra por todos os lados, onde a cultura não chegava, e fui perseguido até ser transferido. Então, esse foi o primeiro PDV. Como eu fiquei, fui transferido. Mesmo assim, continuei acreditando no banco.

O segundo PDV foi mais triste, porque percebi que 13 mil funcionários foram eleitos. Na verdade, foram refugados, escolhidos para serem refugados da empresa.

Isso não foi uma estratégia imediata da empresa, não. Houve um plano de endividamento, um plano de achatamento salarial, os créditos foram abertos, cheque especial, a Previ abriu empréstimo simples. Depois que o funcionário estava bem endividado e que havia o risco de ser demitido sem direito a nada pelo endividamento, simplesmente o banco soltou uma lista oferecendo tudo que era de pleno direito do funcionário, como se aquilo fosse uma vantagem. Eu, por exemplo, recebi 3,5 salários brutos para fazer parte do PDV.

Bom, eu vi a agonia desse pessoal que acreditava na empresa, que sentia – para ser bem exato – que a Previ era a mãe e o banco era o pai. Essa é a sensação que as pessoas têm. E de que você não precisa estudar, o banco lhe dá tudo. E, de fato, aprendi muito no banco. Considero que tenho 3 diplomas: um de engenheiro, um de advogado e o que me deu mais firmeza para trabalhar e enfrentar a vida, o de bancário, através do Banco do Brasil, porque aprendi muito. Aprendi a disciplina, aprendi que é muito importante fazer as coisas corretamente. Aprendi a escrever, praticamente, no Banco do Brasil. O banco é uma universidade. Entrei com 28 anos de idade no Banco do Brasil. Eu não sabia escrever, porque, na verdade, sabemos que no Brasil as escolas não ensinam a escrever. Não é?

Bom, saí do banco com uma idéia de lutar. Eu era advogado. Não tinha nem prestado a prova da OAB ainda, mas acreditava que ia passar. Passei e parti para essa luta de defesa dos pedevistas.

Queria que a Previ estivesse presente. O Presidente da Previ mandou uma cartinha dizendo que tudo está de acordo com a Lei nº 6.435. Nada está de acordo com nada. Eu acho que temos que nos preocupar com o que está de acordo com a justiça. Porque, na verdade, quem construiu o patrimônio da Previ foi o pessoal que entrou depois de 1967; que realmente contribuiu. E todas essas demissões, de 40 mil funcionários, foram para sobrar reservas para pagar aposentadoria de funcionários que não contribuíram – a responsabi-

lidade era do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional. Com a saída dos 40 mil, esse pseudossuperávit é que serviu para pagar aposentadoria, fazer a reserva de quem nunca contribuiu.

E hoje temos uma realidade na Previ, o Plano de Benefício nº 1, em que, por incrível que pareça, os que contribuíram mesmo, os que entraram no banco a partir de 15 de abril de 1967, os que realmente contribuíram, tiveram desconto no seu salário e o banco contribuiu por eles, têm uma aposentadoria em média abaixo de 5 mil. E aqueles que nunca contribuíram têm uma aposentadoria acima de 15 mil.

Então, você chega para o colega pré-67 e pergunta: *“Qual a sua aposentadoria?”* *“Quinze mil. E a sua?”* *“Cinco.”* *“Você contribuiu para a Previ?”* *“Não, o banco ia contribuir, mas não contribuiu. Aí, sobrou o dinheiro dos pedevistas, integralizaram as minhas reservas”*.

Então, aqui vai a primeira resposta para a Previ. A Previ tem 3 correspondências dizendo a todo o Brasil, a todos os funcionários que, se ela devesse, pagaria. Então, eu iria sugerir ao Presidente, se ele estivesse presente, que a Súmula 289 declara devidos os expurgos. Então, ele deve. E por que não paga se tem uma correspondência que diz que se devesse pagaria? Então, essa correspondência era só para esvaziar o nosso trabalho.

E quanto ao esclarecimento da Secretaria de Previdência Complementar, a única coisa que agradeço à Secretaria de Previdência Complementar é que eles fizeram um apanhado das leis. Eu, como tive muita dificuldade, na época, advogado recém-formado, sem OAB... Não tem livro de previdência no Brasil. A previdência complementar no Brasil é incipiente. Eu fui buscar, na minha inocência, na Secretaria de Previdência, porque entendia que deveria ter a apostila com as leis.

Lá chegando, conversei com a advogada, que pediu que eu fosse a outro setor. A pessoa veio e me entregou a apostila. Pensei que ia ser muito fácil. Foi quando ele chegou perto com a apostila e falou: *“Mas quem você representa?”* Aí, logicamente, eu tive que mentir que representava a ANABB. Saiu no ato. Eu não representava ninguém à época. Levei essa apostila, e ela, com o apanhado das leis, é que foi minha bíblia durante muito tempo.

E a luta começou. Queria que a Previ estivesse aqui também para ouvir o seguinte: o advogado que trabalhava para ela no início foi perseguido de todas as formas. Chegou um momento... O Presidente da ANABB não apareceu. É o meu amigo Valmir Camilo. Eu tinha feito um contrato com a ANABB, assinado por toda a diretoria da entidade, para fazer a defesa dos aposentados numa ação que eu havia proposto. Mas,

por uma ironia do destino, o Presidente caiu, à época, e subiu à presidência uma senhora – não vou falar o nome porque não me lembro bem. Literalmente, naquela época eu estava passando fome, eu já tinha uns 3 mil clientes e literalmente passava fome. Eu tinha a expectativa de que essa ação me daria uma entrada de recurso. Um dia, na ANABB, a Marilda, Secretária do Dr. Valmir, me disse: *“Dr. Zé Carlos, o senhor é um homem muito inocente, muito puro, e eu vou falar para o senhor a verdade. O senhor está aqui agora e eles estão reunidos lá no restaurante do Francisco, a diretoria da Previ com a Presidente da ANABB, para descobrir uma maneira para acabar com o senhor”*. E eu falei: *“Ó, eu já estou acabado”*.

As coisas acontecem. Eu queria que a Previ visse isso, porque eu estava brigando com todos os advogados da Previ, o maior fundo de pensão do País. Literalmente, eu não tinha almoço e não tinha templo para almoçar. Essa é a verdade. Um dia, em frente ao Venâncio, eu liguei para o Valmir e disse: *“Valmir, cara, eu estou passando fome, me dá uma chance aí”*. Ele me arrumou um dinheiro e me deu uma força muito grande. A Previ também não poderia saber que um dos seus conselheiros é que estava sustentando o Dr. José Carlos de Almeida.

Chegou ao ponto em que eu estava com uma pilha de contas para pagar, o telefone cortado. A única colaboradora que sobrou foi minha esposa, que vivia chorando na sala ao lado. E uma pilha de conta e uma pilha de reclamação.

Eu queria só justificar ao Deputado que, na verdade, a fraude é o coroamento de toda essa situação. A fraude em si não mostra nada, porque, se não contar a história, ninguém sabe da injustiça. Então, vou pedir só um pouco mais de paciência, Deputado. Eu já estou chegando lá.

Na verdade, passei mais de 1 ano estudando para entrar contra essa ação contra a Previ. Eu já tinha ouvido falar sobre sistema, mas só vim conhecer o sistema mesmo depois dos 50 anos. No Banco do Brasil, eu via que o banco fazia parte de um sistema, tanto que um gerente me disse uma vez: *“Olha, você é petista, você é contestador, mas, meu amigo, lutar contra o sistema não adianta nada, você vai sempre levar a pior”*.

Hoje, eu sei que o sistema é o seguinte: ou você faz parte do sistema ou você é vítima dele. E, para resumir, o sistema é obra-prima do demônio, porque o sistema vive do ego e vive do poder. E quem não tem poder traduzido em fama, em dinheiro, o poder da mídia, o poder da religião, é vítima do sistema. Ou segue o sistema para não ser tão prejudicado.

Senti isso porque no Superior Tribunal de Justiça o maior argumento para negar as cotas patronais era o de que a adesão ao fundo tinha sido voluntária, o participante concorreu por sua livre e espontânea vontade. Quando cheguei ao Superior Tribunal de Justiça provando que a adesão era obrigatória e, conseqüentemente, era salário, a resposta que tive, após 3 embargos de declaração, foi que não pode ser devolvido o que não foi desembolsado. É um puro sofisma, porque não decorre de princípio jurídico ou de lei alguma.

Mas a questão é que toda essa história do PDV foi muito bem pensada, muito bem articulada por uma empresa inclusive de fora do País, e o Banco do Brasil foi escolhido como balão de ensaio, porque, se passasse por cima do Banco do Brasil, que tinha um funcionalismo mais bem organizado no País, passar por cima do resto era brincadeira. Então, o balão de ensaio foi o Banco do Brasil, porque, se conseguissem passar pelo banco, passariam por todos. E estamos iniciando esse trabalho através dos funcionários do banco para também resgatar, voltando as injustiças para o pessoal dos outros fundos, das outras estatais.

Não existe um milagre da Previ. Existe, sim, uma injustiça muito grande. Quarenta mil demitidos geraram um superávit. E é simples de analisar. Em 1995, o patrimônio da Previ era de 11 bilhões, e, no ano seguinte, a Previ apareceu com 23 bilhões de patrimônio, sobrando 11 bilhões. Esses 11 bilhões eram justamente o cálculo que o banco fez que devia para ela.

Então, tenho 2 indagações: de onde partiu essa valoração de ativos que saiu de 11 para 23 e de onde saiu esse lucro, esse superávit? O superávit eu sei de onde saiu. Saiu da perda do emprego das pessoas, seguida da perda da dignidade, porque a perda do emprego no Banco do Brasil gerou a perda da dignidade. E muitos perderam a vida, muitos perderam a família e muitos são vítimas até hoje. Conseguiram sair do banco, mas tirar o banco de dentro deles, e a mágoa, e a revolta pela injustiça, não conseguiram, e isso tem atrapalhado a vida de muita gente até hoje.

Então, vamos propriamente à fraude que acumulou com toda a injustiça, porque para haver essa verdadeira apropriação indébita de emprego, de patrimônio, de dignidade, de vida de pessoas, utilizaram-se de um decreto. E a coisa é tão ridícula e tão visível. Eu responderia agora à Secretaria de Previdência o seguinte: eu sei que tem uma lei complementar nova, mas estou falando de fatos que aconteceram na lei anterior e a lei atual não pode retroagir. Estou também falando de fatos que só descobrimos recentemente, a partir de 2008. E se a fraude foi descoberta agora, ela ressuscita todos esses direitos. E como foi fraudada? É só perguntar. Acho que não vou perguntar, mas vou

dizer assim: certamente os pedevistas não têm a mesma idade. Tem? Não. Quarenta mil funcionários com a mesma idade? Impossível. Também não têm o mesmo tempo de contribuição. Então, se vocês olharem o Decreto 81.240/78 nesse inciso VIII, em que estamos provando a fraude, pegando a cópia original e mostrando que a redação original não tinha essa alteração, vocês verão que ele fala em devolução proporcional ao tempo de contribuição e tempo de idade. Aí, jogaram um parágrafo vinculado a esse inciso, quando, na verdade, esse parágrafo que falava em devolução de 50% estaria vinculado ao inciso VII, saída voluntária, e não saída de demissão, e devolveram 50% das contribuições pessoais para todo o mundo. Aí eu digo: isso significa então que todos têm a mesma idade e o mesmo tempo de contribuição. Por quê? Porque todo o mundo levou 50%.

E eu quero encerrar aqui, pessoal, porque, na questão da fraude e do fundo de pensão, na verdade, aqui deveria estar o Presidente da República, aqui deveria estar a candidata à Presidência da República Dilma Rousseff. Por que deveriam estar aqui presentes? Porque o fundo de pensão alavancou o desenvolvimento da maioria dos países. Hoje, nós estamos dizendo aqui o seguinte: o fundo de pensão só funciona se o participante realmente tomar posse desse patrimônio, não posse direta, mas se pelo menos fizer uma fiscalização direta.

O modelo brasileiro é falido. O fundo de pensão não faz um pequeno negócio sem que saia a autorização da Presidência da República. O Presidente do Conselho tem o voto de minerva, e ele é nomeado pela estatal. Isso é tão simples, se vocês perceberem, por exemplo, que há pouco tempo, dias atrás, o Presidente do Banco do Brasil foi trocado da noite para o dia só porque não quis baixar os juros! Mas ele tinha feito seu trabalho. Ora, quem nomeia o Presidente do fundo é o Govern^o

A Secretaria da Previdência Complementar ficou 20 anos sem perceber que não tinha integralizado as reservas de mais de 30 mil funcionários. E a justificativa para a demissão dos “pedevistas” foi a seguinte: que o Banco do Brasil tinha uma folha de salário alta. Pagava mais de R\$ 80 milhões por mês. E esses R\$80 milhões eram justamente o Pré-67. Porque a PREVI não pagava o salário; saía diretamente... saía do banco para a PREVI, e da PREVI para esses funcionários.

Então, pessoal, fundo de pensão é o futuro do País. E eu não estou falando aqui só da fraude. Se se corrigir essa injustiça, estaremos devolvendo credibilidade aos fundos de pensão. Posso falar de carteirinha que, se eu entrasse hoje por concurso público numa estatal, a única coisa que eu não faria seria participar

de um fundo de pensão. Por quê? É garantia de demissão futura.

Nós não criamos o fundo de pensão para gerar aposentadoria. Nós criamos o fundo de pensão para gerar demissão cíclica, e garantia de não aposentadoria, e garantia de apropriação de emprego e da dignidade das pessoas. E isso precisa acabar, porque em todo fundo que é do trabalhador todo o mundo mete a mão, menos o trabalhador. Ele só é chamado para pagar o prejuízo, como está acontecendo agora.

Vou encerrar. Esperamos com isso sensibilizar as pessoas. Algumas revoltam-se, mas é verdade. E eu creio que nós buscamos a solução administrativa. E até, Deputado, permita-me falar sobre o PL nº 512/07. Eu diria o seguinte: nós estamos envolvidos com o pessoal do Banco do Brasil, e sabemos que essa injustiça é geral, mas os maiores injustiçados foram os funcionários do Banco. O PL tenderá a criar uma expectativa para todos os “pedevistas”, e a situação da PREVI hoje é superavitária. Ela não vai corrigir só essa injustiça, se quiser, mas também a injustiça dos aposentados.

Então, a sugestão que eu tenho é a seguinte: façamos o PL, sim, porque é um projeto de lei para a reintegração dos “pedevistas”. Mas façamos também uma tentativa de sensibilizar o Governo Federal, o Executivo e a Diretoria do Banco do Brasil para que, numa assembléia de acionistas, elabore-se uma carta circular em que se defina essa reintegração dos funcionários, porque aí não haveria como ser questionada na Justiça inclusive essa questão de direito adquirido.

Mas, em todo caso, finalizando, e pedindo desculpas ao Deputado pela demora, com PL ou sem PL, com reconhecimento de banco e com o reconhecimento de PREVI, eu, advogado, que passei fome até agora, e no momento em que a ABRAPREV está apoiando-nos e estamos recebendo algumas ações, usaremos, sim, os recursos recebidos da própria PREVI para lutar, nem que eu tenha de visitar a casa de cada “pedevista”.

E nós temos a solução jurídica, sim. Nós vamos exigir a devolução da reserva matemática, com base no enriquecimento sem causa. E isso não há prescrição, isso não há súmula nenhuma que impeça. Esse é o nosso trabalho e esta será a minha luta até o fim da minha vida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde)

– Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero registrar a presença do Sr. Marcelo Dantas, Presidente da ANDEBB, de Aracaju, Sergipe.

Ao fazer este registro, e antes de passar a palavra para o próximo orador, quero só aproveitar para fazer um pequeno comentário. Primeiro, quero regis-

trar que a Comissão, infelizmente, deixou de convidar o Ministério da Previdência, que não foi incluído no requerimento. Foram convidadas outras autoridades, a exemplo inclusive do representante da Casa Civil e do STJ, que também não puderam estar presentes. O porquê do convite foi exatamente o alvo desta audiência pública.

Esta Comissão de Direitos Humanos tem uma Subcomissão Especial para discutir o PDV, o pedido de demissão voluntária. Quando nos foi solicitado avaliar essa possível alteração do decreto, fizemos um requerimento, que foi aprovado por esta Comissão, e que culminou com esta a audiência pública, que tem o objetivo de apurar a retificação publicada no *Diário Oficial* de 16 de junho de 1978, que alterou o Decreto nº 81.240, de 1978. O referido decreto regulamentou as disposições da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, relativas às entidades fechadas de previdência privada, e revogada em 2001 pela Lei Complementar nº 109/01. Conforme relatos, a suspeita reside na retificação feita à página 9.004 do *Diário Oficial da União*, de 16 de junho de 1978, pois se questiona a origem e se indaga sobre supostos prejuízos causados aos segurados pela retificação desse decreto.

De 1978 até 2001, o Decreto nº 81.240, de 1978, esteve inquestionavelmente em vigor, uma vez que o advento da Lei Complementar nº 109, de 2001, a lei regulamentada pelo decreto foi revogada expressamente. Entendimentos jurisprudenciais abordam com cuidado a vigência dos decretos regulamentadores após a revogação das normas por ela regulamentada. O entendimento predominante é o de que, se o decreto regulamentador for recepcionado pela nova norma, ou seja, se os dispositivos nele constantes estiverem de acordo com a nova lei, nesse caso a Lei Complementar nº 109, de 2001, a que se refere a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, o decreto permanece, portanto, em vigor.

Questões sobre a validade da norma devem ser discutidas perante o Poder Judiciário, que certamente está apto para dirimir tais questões. O que nos traz a este plenário é discutir direitos adquiridos na vigência da norma e tentar, com a presença das autoridades e entidades interessadas, buscar soluções que possam atender a toda a sociedade. Esta é a função do Parlamento e principalmente da Comissão de Direitos Humanos, e o intuito desta audiência é atender aos anseios da população e tentar solucionar as questões de interesse de toda a coletividade, principalmente dos trabalhadores de alguma forma ligados à aposentadoria complementar.

Faço este preâmbulo, antes de passar a palavra aos próximos oradores, para entendermos de um

modo geral o porquê desta audiência pública, que se faz necessária, uma vez que a Comissão de Direitos Humanos foi solicitada para, em audiência, discutir um tema que consideramos relevante para a vida de centenas, de – por que não dizer? – de milhares de trabalhadores de empresas, a exemplo do que foi apontado pelo orador que me antecedeu, ex-funcionário do Banco do Brasil, e assim tantos outros funcionários do referido banco.

Portanto, o que estamos fazendo hoje nesta audiência pública é exatamente isso, tentando ouvir aqueles que, de fato, conhecem o problema, e identificar se de fato houve essa retificação. E obviamente a Comissão, como está sendo tudo registrado e gravado, vai, oportunamente, com o fim desta audiência, tomar as providências devidas, tendo ouvido os Srs. Parlamentares e representantes de entidades aqui hoje presentes.

Para dar continuidade passo a palavra, então...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) – Pois não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, quero pedir vênias V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) – Concedida.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – ...até porque, na verdade, a Comissão de Direitos Humanos tem uma amplitude. Eu tenho pleno conhecimento, até porque, a exemplo de outros colegas Deputados, está aqui o nosso Presidente, Deputado Luiz Couto, que trata bem desse tema. E esse tema, especificamente, tem a possibilidade de ser aprofundado dentro da Subcomissão que trata da questão dos demitidos, dos PDVs. E há na CEANISTI um trabalho de que inclusive sou o Sub-Relator, na CEANISTI. E há também, dentro da Comissão, uma Subcomissão Permanente que V.Exa. coordena e de que estou também na Relatoria. Sugiro depois, digamos, diante de todo esse material que vamos reunir aqui, pedirmos vênias ao Presidente Luiz Couto para nos aprofundarmos dentro da Subcomissão, para irmos assim às últimas consequências.

Faço esta introdução para ficar sob a nossa responsabilidade esse compromisso, esse dever, esse empenho, digamos assim, já, desde logo, para que não fique só na audiência pública. Que possamos ampliar, depois aprofundar e chegar a um ponto comum, em relação a essa questão toda que estamos começando a debater hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) – Feito o registro, com certeza, a Presidência vai colher todo o material aqui, hoje, abordado em audiência,

para levar aos efeitos da Subcomissão de que V.Exa. faz parte e que tão bem representa na condição de coordenador.

Mas, dando continuidade aos trabalhos, passo a palavra ao nobre Sr. Fernando Tolentino de Souza Vieira, Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

O SR. FERNANDO TOLENTINO DE SOUZA VIEIRA – Nobre Deputado Vice-Presidente Cleber Verde, no momento presidindo os trabalhos da Comissão, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Fernando Toscano, Dr. José Carlos de Almeida, da ABRAPREV, Sr. Jorge Luiz Alencar Guerra, nosso companheiro de direção na Imprensa Nacional, na condição de coordenador de editoração e publicação e de responsável editorial pelo jornal, o responsável editorial pelos *Diários Oficiais* publicados pela Imprensa Nacional, sendo jornalista, meus senhores, minhas senhoras, devo dizer que estamos falando aqui de uma época em que evidentemente não estávamos nem na direção. Nem mesmo Jorge Guerra, que é servidor concursado do órgão, na época ainda não era servidor daquela instituição ainda. Só no ano seguinte ele chegou lá, como estagiário, segundo me relatou.

Estou naquele órgão desde 2003. Fui levado para lá, sou técnico do Legislativo do Distrito Federal, sou jornalista e administrador público. Então, entrei na Imprensa Nacional em 13 de fevereiro de 2003, já no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Todavia, trata-se de uma publicação que é caracterizada como fraudulenta, do distante ano de 1978.

Mas acho que a contribuição que a Imprensa Nacional poderia dar aos senhores aqui, hoje, é eu dizer que, mesmo tendo chegado à Imprensa Nacional em 2003, posso assegurar, com toda a tranquilidade, que a Imprensa Nacional, um órgão que existe há 201 anos, que foi criada em 1808 por D. João, é um dos 3 órgãos mais antigos do Brasil, desde então publicando documentos oficiais e dando divulgação e presunção de conhecimento, e, portanto, caracterizando, oficializando os atos; e o *Diário Oficial da União*, desde 1862, desde o dia 1º de outubro de 1862, não registra na sua história casos de fraude perpetrados pela Imprensa Nacional, ou pelo *Diário Oficial*.

É evidente que nós não vamos aqui entrar no mérito dessa questão, de que tenha ou não havido fraude, porque não temos o controle dos atos oficiais a montante na Imprensa Nacional, quer dizer, antes que cheguem à Imprensa Nacional para que sejam publicados. O que podemos assegurar é, mesmo antes de assumirmos a direção da Imprensa Nacional, a total credibilidade com relação aos atos publicados pelos *Diários Oficiais da União*, pelo *Diário Oficial* e pelo *Diário da Justiça*. Falhas há, erros há, é claro,

mas não há registro de fraude na história da Imprensa Nacional, na história do Judiciário; não há na história, enfim, denúncias contra aquelas publicações.

Desde 2003, a Imprensa Nacional opera em sistemas mais modernos. Evidentemente, hoje, apesar de seus 201 anos, apesar de ser um órgão vetusto, a Imprensa Nacional é um dos órgãos mais intensivos de tecnologia da Administração Pública Federal. É o primeiro órgão a receber suas informações em sistemas não patrimoniais, sistemas livres, um órgão que tem nas suas páginas da Internet total acessibilidade. **O Diário Oficial** pode ser navegado pela tecla TAB; pode ser navegado inclusive por pessoas com deficiências visuais.

Somos como que um jornal que tem cadastradas 8,5 mil sucursais, das quais cerca de 2 mil, 2 mil e poucas sucursais enviam matérias todos os dias. Isso obriga-nos a ser um órgão intensivo de tecnologia, altamente moderNº Nossas informações chegam à Imprensa Nacional, em geral, no final do dia, é claro que algumas antes, mas às 3h30, 4h da manhã, nossos jornais, pelo menos desde 2003, já estão prontos, e às 5h são colocados à disposição, o que faz com que estejam à disposição do Brasil inteiro no mesmo dia. Antes eles só chegavam no dia seguinte, mas hoje chegam impressos ao Brasil inteiro no mesmo dia. Estão na nossa página da Internet, em nosso portal, invariavelmente, às 8h, da manhã. São acessados intensivamente nos primeiros horários do dia, fazendo com que nosso portal seja um dos mais acessados do Brasil, com capacidade de navegação muito boa, com capacidade de 10 mil acessos simultâneos, com todos os requisitos de segurança de informação, para que não sejamos vítimas de ataques de *hackers* e de outros tipos de crime na Internet.

As matérias, salvo aquelas que são agendadas pela origem, são invariavelmente publicadas no dia seguinte. Então, o que podemos dizer é que chegam à Imprensa Nacional, todas elas, criptografadas; não há nenhum tipo de manipulação da informação no caminho para a Imprensa Nacional. O sistema é intensamente moderno.

Nós, da Imprensa Nacional, temos a determinação histórica de que a instituição não altera os atos, de tal forma, por exemplo, que hoje estamos sugerindo a quem nos envia informações que utilizem a nova ortografia, mas nós sequer alteramos a ortografia, segundo o novo acordo, porque não admitimos que qualquer alteração ocorra nos atos e nas informações que chegam à Imprensa Nacional. A credibilidade é o nosso negócio. Recebemos informações de todo o Governo Federal, recebemos informações do Judiciário, recebemos informações de órgãos públicos estaduais,

federais, de conselhos profissionais e de empresas, organizações sociais, OSCIPs, ONGs; enfim, todas aquelas entidades que estão obrigadas a fazer suas publicações, e agora o MERCOSUL, tudo aquilo que é obrigado a fazer sua publicação está presente no **Diário Oficial**.

Pois não.

O SR. LEANDRO SCHMAEDEKE – Diretor Fernando Tolentino, meu nome é Leandro Schmaedeke. Por favor, gostaria de saber o seguinte: nós descobrimos essa suposta fraude; nós temos certeza de que foi uma fraude, pelas consequências dessa retificação. Eu gostaria de saber o que é uma retificação. Retifica-se o quê? O que está errado ou o que está certo?

O SR. FERNANDO TOLENTINO DE SOUZA VIEIRA – Bem, posteriormente o Dr. Jorge Luiz Guerra vai poder fazer uma apreciação mais detalhada. Vamos dizer o seguinte: temos até, como vimos aqui, nessa publicação, um equívoco de interpretação, com relação a um aspecto: o que ocorreu em 1978 foi uma retificação pela origem. Ou seja, houve uma publicação, que vem, evidentemente, como é um decreto, da Presidência da República, do Palácio do Planalto. E constatamos que 153 dias depois, se não me engano, a origem encaminhou uma retificação daquela publicação para que nós outra vez publicássemos. Então, isso foi publicado como retificação da origem.

A Imprensa Nacional, quando, eventualmente... Como eu disse aqui no início, ninguém é infalível. Como eventualmente pode haver uma falha... Há poucos dias observei com o Dr. Jorge Guerra que um decreto saíra assinado pelo Ministro da Justiça, e ali vinha “genro”, com letra minúscula. Eu observei isso com o Dr. Jorge Guerra, que me disse: olhe, nesse tipo de situação, é factível pensar numa correção. Mas a orientação que nós temos é de que, quando vem em minúsculo, sai em minúsculo, porque nós não queremos, sob nenhum aspecto, caracterizar que houve alteração na Imprensa Nacional.

Evidentemente, se há um erro, e erros há, porque ninguém é infalível, a Imprensa Nacional registra. Alguns casos de erros, pelo menos um deles, na implantação do nosso sistema de informática, ocorreu dentro da Imprensa Nacional, quando da utilização de uma ferramenta, um trecho – felizmente era um salmo – foi inserido numa publicação. Então, esse foi um erro da Imprensa Nacional. Não aqueles outros, como o que chegou de Pernambuco, que não era um salmo; era uma conversa de um casal de namorados, que foi inserida numa decisão judicial. E não como aquele outro, que foi na implantação do sistema de remessa de matéria no Ministério do Trabalho. O estagiário, sem querer, enviou o que ele fazia como um teste, e saiu a publica-

ção, à época, nas páginas dos jornais, no aniversário do então Presidente da República, sendo contratados Elba Ramalho, Pelé, etc. para animarem. Aquilo era um teste do sistema que era feito por um estagiário, que enviou quando não deveria ter enviado. Foi publicado porque foi recebido, evidentemente.

Mas houve aquele salmo; esse foi um erro do **Diário Oficial**. A retificação desse erro do **Diário Oficial** é feita por nós. Mas é muito comum que se veja nas páginas dos **Diários Oficiais** – e nós temos o máximo de cuidado com isso, quando dizemos que há uma correção – identificar-se que essa correção é de um ato que veio equivocadamente da origem, porque evidentemente a origem também é falível, como todos são falíveis. Mas ali nós fazemos questão, para dar credibilidade ao veículo, aquele instrumento de publicação, de identificar de onde veio esse erro, porque o erro pode ter sido nosso, mas quando não é nosso nós não o assumimos como nosso, nós identificamos que aquele erro vem da origem.

Então, era essa pequena informação que eu queria prestar aqui, aproveitando a oportunidade, evidentemente, para prestigiar nosso veículo de informações oficiais como um veículo atual, moderno, caminhando para a frente, que investe em tecnologia da informação, como investe também na área gráfica – ele é uma gráfica, desde 1808 – mas com o objetivo de sensibilizar os Srs. Deputados e os companheiros que estão aqui na platéia no sentido de que se trata de uma instituição e de órgãos confiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) – Passo a palavra ao Sr. Jorge Luiz Alencar Guerra, Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional.

O SR. JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA – Boa tarde, Deputado Cleber, demais Deputados, Dr. José Carlos, Dr. Fernando Veloso e demais presentes. Quando recebemos o convite para vir aqui, eu ative-me a 2 aspectos. Pesquisei, debrucei-me sobre edições históricas, sobre o banco de dados da Imprensa Nacional, e ative-me à legislação em 2 aspectos principais.

Primeiro, a Imprensa Nacional sempre frisou, em suas normas, publicações, portarias e manuais que eram liberados aos usuários do **Diário Oficial**, o respeito à fidelidade do original. O respeito à fidelidade nós sempre mantivemos. O Dr. Tolentino foi feliz ao explicar que há 2 formas. As retificações são feitas quando o erro vem da origem, por ato da origem, encaminhado pela mesma fonte ou mesma origem e autoridade que encaminhou o ato original, isso ao longo de pelo menos... Eu estou propriamente no **Diário Oficial** desde 1985.

A outra forma é a reclamação por ato que contenha erro. E aí, muitas vezes, era colocado, até 1998, o prazo de 5 dias úteis. Depois, entendendo que muitas vezes o cidadão pode ler isso com bastante defasagem no tempo, nós colocamos, atendendo à legislação vigente, o prazo de 90 dias para se reclamar. Essa reclamação é vinda de terceiro, ele alertando. Aí, o que fazemos? Se o erro foi da Imprensa Nacional, nós nunca tivemos esse tipo de erro, porque a origem já teria reclamado. Mas se é da origem, nós alertamos a origem. Fazemos um contato e informamos que aquele ato...

Desde 1997, a Imprensa Nacional trabalha com o sistema eletrônico de envio, editoração e publicação eletrônica. Ao longo desse tempo, nós tivemos um fato, a que o Dr. Tolentino se referiu, que foi o fato mais desgastante, de dia 19 de maio de 1999, quando aqueles 2 extratos de inexigibilidade, vindos da Presidência da República, mais precisamente da SUDAM, apareceram no jornal. Era um ato... Depois eu soube, de colegas da imprensa que me ligaram de manhã. E, à primeira vista, olhei e disse: não, é um ato perfeito, tem parte, tem recurso, tem objeto, tem valor, tem. Mas o que está errado? Não, o errado é tal. E aí nós pudemos identificar que era, como disse o Dr. Tolentino, uma pessoa, em Belém do Pará, que deveria estar operando no módulo treinamento, e estava operando no módulo produção. A matéria chegou, inclusive contendo o carimbo do SIDEC, do Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras do Governo, o que nós dava a certeza de que era uma matéria legal, matéria apta a entrar no **Diário Oficial**.

Há também a preocupação de que, quando a matéria, mesmo transmitida por uma origem cadastrada, chega à Imprensa Nacional, nós façamos aquela leitura crítica, às vezes ali em cima. Entramos em contato com o órgão e perguntamos se é isso mesmo que eles estão publicando. Logo depois desse fato, eu tirei do jornal – eu era o então Chefe da Divisão de Jornais – uma publicação do INSS. Era uma compra de equipamentos para montar um salão de beleza. E, como eu já estava ressabiado depois do que tinha acontecido na semana anterior, não medi... disse: pode tirar do jornal. No outro dia foi um rebu. Era um programa de reinclusão da mão de obra de pessoas pelo INSS. Eu tive de pagar o pato e justificar que a matéria... Mas foi de forma precavida. Eu não sabia que o INSS ia comprar escova, secador de cabelo, essas coisas.

Então, nós temos, assim, ao longo desse tempo... Eu peguei praticamente a legislação de 1980 para cá, até porque em 1980, 1979 a 1982, naquela fase, o jornal era feito de 3 formas: chegava o original, que era fotografado; às vezes ia para a composição a frio,

outras para a composição a quente; passando por isso, ia para uma revisão, quer dizer, factível de erro de todo tipo. E em 1982 uma portaria da Diretoria Geral determinou que os originais seriam fotografados, aí, sim, respeitando... O marco para nós, hoje, na Imprensa Nacional, é essa portaria. Desde ali que se respeita a fidelidade do original. Do jeito que o original chega, ele é publicado.

Hoje, eletronicamente, não temos essa preocupação, porque, a qualquer momento, desde que foi implantado, qualquer cidadão pode chegar à Imprensa Nacional e procurar a origem de uma matéria, porque teremos condições de auditar a origem, o nome de quem mandou, o ofício eletrônico, a data, se foi... Então, há todo esse sistema.

Na Imprensa Nacional realmente nós temos trabalhado, como diz o Diretor-Geral, com o espectro de propiciar, por meio do **Diário Oficial da União**, principalmente cidadania. Fizemos chegar a todas as Capitais o **Diário Oficial da União** no mesmo dia de circulação, o que, para nós, é um marco muito importante.

Então, praticamente, seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) – Feitos os registros, vamos dar início ao debate, obedecendo à ordem de inscrição.

Como primeiro inscrito, passo a palavra ao nobre Deputado Pompeo de Mattos, ex-bancário, ou bancário do Banco do Brasil, e ex-Presidente desta Comissão.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Quero cumprimentar o Deputado Cleber Verde, nosso parceiro, amigo, irmão, companheiro de lutas e de jornadas. No passado, quando presidi a Comissão de Direitos Humanos, tive a honra de tê-lo como meu 3º Vice-Presidente. Agora ele já subiu, já é 2º Vice-Presidente. (*Risos.*) Está evoluindo.

Agora, temos a honra também de estar num desafio juntos, nessa Subcomissão que vai tratar exatamente desse tema, dentro da Comissão de Direitos Humanos, da qual o Deputado Cleber Verde é o coordenador e eu tenho a honra de ser o Relator.

Então, quero cumprimentar o Dr. Fernando Velloso Toscano e também o Dr. José Carlos de Almeida. Não entendi o que está escrito ali: “Relator da CPI do sistema”? Não entendi o que significa essa...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Está errado, não é? Eu também não entendi esse cargo aí. Primeiro, não sabia que havia CPI, muito menos relatoria. (*Risos.*) Mas me chamou a atenção.

Quero cumprimentar o Dr. Fernando Tolentino de Souza, e também o Dr. Jorge Luiz Alencar Guerra, e o nosso Presidente Padre Luiz Couto, a Deputada Lu-

ciana Genro, que chega aqui, e os outros Deputados que já estiveram e que estão aqui.

Quero dizer, muito rapidamente, Sr. Presidente, primeiro, que sou funcionário do Banco do Brasil. E eu brinquei com José Carlos, que é advogado e me disse que aprendeu a ler no Banco do Brasil. Eu disse-lhe que aprendi a escovar os dentes lá. Não sabia escovar os dentes direito. Sou lá do interior, filho de um assentado. Nasci num assentamento de reforma agrária. Meu pai foi assentado por Brizola, e com 14 anos eu vim para a cidade, do interior, com as unhas todas encravadas da terra vermelha lá do Rio Uruguai, das Missões, na divisa com a Argentina, e entrei para o Banco do Brasil. Tanto que no primeiro telefonema que eu fui atender, quando tocou o telefone eu atendi, falei muito mal, mas falei; enfim, o outro lado desligou, e quando eu fui devolver o telefone ao gancho eu não sabia se era assim ou era assim. (*Risos.*) E fiquei apavorado, pensando se eu tinha errado. Fiquei ali, tentando: se tocar de novo é porque está certo. E como demorou para tocar o telefone! Eu estava suando, ali do lado do telefone.

Tenho mil histórias para contar dentro do Banco do Brasil, mas sou funcionário do Banco. Fui estagiário, depois fui contínuo, estafeta no Banco, enfim, entrei na carreira administrativa e, por conta do serviço de estafeta do banco, virei Vereador, Prefeito. Conhecia todas as casas, as pessoas da cidade, virei Prefeito da cidade. Meu chefe foi meu Vice-Prefeito; agora, imaginem, eu fui Prefeito com 26 anos. Fui Deputado Estadual por 2 mandatos e estou aqui agora no terceiro mandato.

E quando tratam de Banco do Brasil aqui na Câmara, vamos dizer assim, já há uma espécie de consenso, porque vivo dizendo que sou do Banco do Brasil, e Cleber, e todo o mundo sabe; então, quando o assunto é Banco do Brasil, chamam Pompeo – tanto que o Deputado Cleber imediatamente se comunicou comigo. Sempre que há um assunto que interessa ao Banco, aos colegas, aos funcionários, estou no meio. O requerimento para realização da Sessão Solene do Bicentenário do Banco do Brasil foi de minha autoria.

Quando mudaram o regramento interno de acesso e comissionamento dos funcionários do Banco, convidei a participar da audiência pública a direção, inclusive o Presidente do Banco, nesta Casa, para colocá-los contra a parede e em favor dos funcionários.

Quero dizer com isso que tenho toda uma luta em favor dos funcionários do Banco. Às vezes, confunde-se um pouco o funcionário e o Banco, mas sabemos que a razão de ser do Banco é o funcionário. No entanto, o Banco vive um pouco sem razão – tenho essa compreensão.

Lembro-me de que, na CPI dos Correios, recaíram muitas demandas contra o Banco do Brasil – eu era membro da CPI, inclusive oposição ao Governo –, mas o Banco, sabia eu, estabeleceu equilíbrio, a ponto de combater quem agiu errado, preservando a instituição. Inclusive, para um dos diretores do Banco, o Pizzolato, que era meu amigo, deu tudo errado, mas a instituição Banco do Brasil foi preservada.

Faço essa ressalva para dizer que tomo o assunto como de importância extrema, relevante, séria. As acusações postas são graves. Se confirmadas, são gravíssimas e de repercussão homérica, fantástica, de fazer cair a casa.

Quero dar essa dimensão ao fato por conta daquilo que transparece.

Não estou absolutamente afirmando, porque, todos juntos – aqueles que sabem mais, o Schmaedecker, nosso colega, é um profundo conhecedor –, precisamos aprofundar esse debate. Eu o questionava, porque recebi, Deputado Cleber Verde, um *e-mail* de um colega do Banco, Ary Taunay Filho – não sei se está aqui hoje. Nesse *e-mail*, ele estava angustiado e indignado. A certa altura, indignado até comigo, a ponto de dizer:

“Nos meses passados, foram inúmeras as vezes que buscamos contato com o Deputado, pedindo ajuda e apoio à nossa reivindicação. E, acreditamos, sempre, que alguém saído do nosso meio, um colega, nunca nos negaria a mão. Fomos infelizes na avaliação, embora tenhamos insistido. Sequer uma resposta negativa recebemos, muito menos uma positiva”.

Eu já respondi ao *e-mail*, mostrando tudo o que tenho feito, nesta Casa, em relação aos colegas funcionários e ao próprio Banco. Apresentei 2 propostas de emenda à Constituição, para garantir o Banco como instituição de vanguarda, de Estado do País.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Não sei. Mas eu respondi. Na verdade, ninguém enviou correspondência para mim. Tive cuidado. Fernando Veloso Toscano disse para quem enviou, e não foi para mim, mas para o Deputado Celso RussomanNº

Presidi esta Comissão – ali está o Dr. Márcio – por mais de um ano, e não recebi nenhuma correspondência sobre esse tema. Aliás, sobre nada do Banco do Brasil. Na ocasião, quando da discussão do PDV, numa outra Comissão que trata dos demitidos e anistiados do Plano Collor, sim. Mas não recebi correspondência, quanto mais *e-mail*. Não vou ler o restante, tamanha é a indignação. Acredito que nenhum outro colega tenha

recebido, fora o Deputado Celso Russoman^{Nº} Perguntava então como chegou ao Deputado Cleber Verde. Por um assessor do Deputado Cleber Verde, que é amigo do Dr. Fernando. Se a notícia chegasse a mim – porque somos como irmãos siameses –, comunicaria S.Exa. imediatamente, e vice-versa. E S.Exa. me disse: “*Pompeo, é Banco do Brasil, você tem de estar lá*”. Eu lhe disse “*Estou junto; subscrevo o requerimento e sou parceiro*”.

Faço essas afirmações para ressaltar que somos parceiros para o que der e vier, para esclarecer os fatos na sua essência, na sua amplitude, plenitude. Se confirmado parte do que se está alegando, a situação é gravíssima.

Para encaminhar a minha manifestação, quero dizer que, na convicção que tenho, daquilo que de forma incipiente pude observar e compreender, não acho que seja um problema da imprensa nacional – quero muito claramente já deixar compreendido da minha parte –, muito menos da Coordenação de Publicação, de Divulgação, da Diretoria Geral, da Secretaria Geral ou, ainda, do impressor. A imprensa nacional não faz outra coisa senão aquilo que lhe é remetido à publicação. Não é dado o direito, tampouco o dever de questionar se aquilo é aquilo mesmo, se aquela matéria pode ou não – não há revisor nem sensor na imprensa nacional. Disso, tenho clara compreensão.

É preciso tomar algumas iniciativas. Há vontade política por parte da Comissão de Direitos Humanos, que tem uma equipe fantástica de servidores, de trabalhadores, de operadores do Direito, de funcionários, de militantes. Então, a Comissão de Direitos Humanos tem bons profissionais, aptos, capazes e competentes, e é óbvio que vai abraçar essa causa – aliás, já abraçou.

O tema, na Comissão, Deputado Cleber Verde, vai caber a V.Exa., na qualidade de Coordenador, e a mim, na qualidade de Relator. Trata-se de uma tarefa que me vai honrar, desafiar, aliás, já estou aqui curiosíssimo – sou advogado, portanto, gosto muito. Além da competência da assessoria, vou virar esse livreto ao avesso. Como dizemos lá nas Missões: “*Vou entrar na perna do pato e sair na perna do pinto*” (*risos*), para compreender bem e mais. Vou questionar as autoridades, buscar informações oficiais e protocolar na Comissão de Direitos Humanos e, conforme o caso, na Casa mesmo. Vou buscar, por exemplo, um parecer da assessoria jurídica da Câmara dos Deputados, uma análise desses decretos, do que diz um, do que diz outro, do que diz a retificação. Vou fazer pedido oficial à Casa, para que solicite informações à PREVI com referência a prazos, dados, vou solicitar informação ao Banco do Brasil sobre todos os questionamentos

que vamos fazer. Obviamente, com o Schmaedecker – vou gravar esse nome –, que já está ali brandindo o livro com convicção de quem tem daquilo que acredita, vamos, então, buscar essas informações para fazer as perguntas, porque a boa resposta vem de uma pergunta bem formulada. Precisamos fazer a pergunta de tal forma que não leve a tergiversação na resposta, que seja feita de forma direta. Também faremos pedido de informação à Secretaria Nacional de Previdência Complementar, que é, na minha convicção, quem mais tem o dever de informar.

Se algo houve de errado – não quero falar em fraude, e absolutamente não quero tolher ninguém de falar, pelo menos por enquanto; não quero eu usar a palavra fraude, mas algo houve. Tem boi na linha, nesse mato tem coelho, eu sinto, estou farejando. Na minha convicção, isso aconteceu lá na Casa Civil, na Presidência da República, ao seu tempo, parece-me, quando Ernesto Geisel era Presidente. Naquele tempo, tudo acontecia, tudo podia. Meu pai foi preso pela ditadura. Eles não sabiam por que estavam prendendo meu pai, ele também não sabia, mas foi preso; depois, soltaram-no e nem ele sabia por que foi solto, assim como os outros não sabiam por que tinham soltado. Era a época do “*não sei*”, do “*não compreendia*”, do “*não vi*”, do “*não estava lá*”, do “*não me lembro*”, do “*tu falas, senão, te silêncio*”, do “*se tu te silencia, faço tu falares, porque te torturo*”. Então, era uma coisa assim: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

Estamos em tempo de democracia, temos uma Comissão ativa, atuante e altiva; temos um momento solene entre nós, de averiguação, de auscultação, de análise, de estudo, de aprofundamento, de vontade manifesta. Essa é a minha vontade, e o tanto que me cabe, vou fazer.

O que me cabia, meu Presidente Cleber Verde, com a vênua do nosso Presidente Padre Luiz Couto, era exatamente firmar esse compromisso.

Já estou vislumbrando algumas ações, e procurei discorrer sobre algumas atitudes que possamos tomar em conjunto. Agora, sim, conheço os fatos, não porque não quisesse conhecê-los antes, mas porque não sabia. Podem ter certeza de que vou me inteirar e me aprofundar. Tenham audiência permanente comigo, para que possamos aprender, porque o diabo não é diabo só porque é inteligente, mas porque tem experiência – tem vivência nesse tema. Nós, na Comissão e, como de resto, na vida pública e na política, sabemos de tudo um pouco. De tudo sei um pouco, mas de um pouco não sei tudo. Desse pouco, para que saibamos tudo, temos de buscar informação exatamente com quem sabe, com quem conhece, com

quem se dedica e, ainda mais, com quem vive esse drama, essa angústia.

Sou funcionário do Banco e dependente da PRE-VI. Um dia, acho, vou aposentar-me, talvez, com mil reais. Brinco com o meu assessor que o meu futuro no Banco do Brasil é me aposentar com mil reais – já disse isso ao Dr. Márcio também. Saí do Banco num posto efetivo; o Banco mudou as regras, comissionando todo mundo, mas não posso ser comissionado porque não estou lá. Então, serei aposentado naquele posto efetivo de mil reais, com 35 anos de Banco. Já disse, o meu futuro é obscuro. Não há problema, tenho convicção, tenho causa, e as causas são as que nos animam e nos alimentam. Quando temos causa, não perdemos nunca, adiamos a vitória.

Aqui temos uma boa causa, para nos debruçarmos sobre ela de forma coletiva, ampla, aberta e transparente – não dói, não machuca. A verdade faz bem, e vamos buscá-la. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) – Tem a palavra o Deputado Paes de Lira.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que lutam por esta causa, parece-me, falando objetivamente, que o Dr. Fernando Tolentino deixou muito claro que essa retificação foi feita a partir da origem. Ou seja, o que a imprensa oficial publicou foi exatamente aquilo que chegou às mãos dela e, portanto, na forma que foi relatada, que está relatada nesse documento. Isso é matéria incontroversa, portanto. Vem, então, 153 dias depois, uma retificação da origem.

Ora, o primeiro ponto crucial é esse: era um decreto, obviamente assinado pelo Presidente da República. Se veio da origem uma retificação, ela só teria valor se assinada pela mesma autoridade. Esse é o primeiro ponto crucial que creio que os senhores devam levar em consideração. Para essa verificação, vence o que disse o Deputado Pompeo de Mattos, porque tudo isso tem de ser levantado, verificado, apurado na época. Se houver na retificação uma assinatura do Presidente da República, na verdade, é a mesma coisa que um ato de mudança do decreto que compete ao Poder Executivo, ao Presidente da República. Mesmo assim, nesse interregno de 153 dias, esse decreto teria produzido efeito jurídico. Então, as pessoas que se desligaram ali estariam abrigadas pelo texto original do decreto, conforme estava publicado. Isso também é incontroverso no universo jurídico. São pontos importantes e exigem uma investigação documental. O fac-símile do decreto original não está nesse volume e seria extremamente importante que estivesse. Não sei se tiveram acesso a ele, mas o fato é que realmente esse caso exige uma

investigação aprofundada, documental, voltando ao passado, até 1978, o que, sabemos, não é fácil.

Deputado Pompeo de Mattos, não é só naquela época. Vamos para épocas mais recentes?

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA – Sim. Temos 2 confissões, pelo menos, de que o texto da Constituição da República foi modificado por artes e intervenções em 2 situações distintas. Confissões de que o texto final aprovado foi ligeiramente modificado pela intervenção de pessoas que tinham o poder de fazê-la. Então, coisas erradas e tortas podem acontecer, sim, entre uma decisão legislativa, mesmo que ela seja uma decisão legislativa de âmbito de decreto, do Poder Executivo, e a sua publicação se dê no *Diário Oficial*. Aconteceu com a Constituição da República, e de modo confesso. Não estou aqui fazendo ilações, foram confissões. Devemos, realmente, por meio do poder da Comissão de Direitos Humanos, levar essa apuração até a origem.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Que o diga Jobim.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA – Já que V.Exa. pronunciou o nome, que o diga Jobim, mas também que o diga Jarbas Passarinho, porque também confessou uma. Então, são duas. Aí, talvez sejam até 2 antípodas ideológicos confessando atos da mesma natureza – um mais perto de mim; outro mais perto de V.Exa., mas ambos confessando atos da mesma natureza. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Mas eu longe dos 2. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA – Muito bem. Apesar do chiste aqui, o assunto é muito sério e a investigação tem de ser feita.

Eu me preocupo, meus caros amigos, com o segundo passo dessa sua causa, porque é um Plano de Demissão Voluntária. Aí, temos carradas de decisões judiciais que desfavorecem a sua causa, porque toda a documentação acostada a esses enormes processos relacionados a Planos de Demissão Voluntária, seja no Banco do Brasil, seja em qualquer outra parte – há até um caso, por exemplo, em debate, dos Correios, em termos de aposentadoria – acaba demonstrando, pelo menos em primeira análise, que as pessoas, de fato, voluntariamente, aderiram a esse plano. Então, na segunda etapa, parece-me que a sua causa é um pouco mais complicada, e terão de lutar muito mais. Mas, na primeira fase, creio, apesar de ser um caso de 1978, seja possível apurar tudo documentalmente. E se houve, realmente, a fraude – também não uso o termo, mas estou me apegando à sua acusação –, ela representará ato nulo de pleno direito, e os direi-

tos afetados por esse ato nulo de pleno direito serão recompostos. Cabe ao Poder Legislativo tomar medidas para fazê-lo.

Muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) – Tem a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Boa tarde a todos.

Parabéns, Deputado Cleber Verde, pela iniciativa desta audiência.

Presidente Luiz Couto, sempre democrático, tudo o que afeta direito adquirido, vida do trabalhador, o ser humano na sua dignidade, é objeto da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que neste estranho País é, muitas vezes, maioria.

Atenho-me, aqui, ao sentido maior de uma audiência pública, que é o de nós, Deputados, para interferirmos no processo – o que o Deputado Pompeo de Mattos e o que o Deputado Paes de Lira já informaram –, ouvirmos, recolhermos informações.

Então, a primeira indagação é dirigida ao próprio Presidente da reunião, porque esta Mesa está muito incompleta. Para a audiência pública avançar, seria importante que a Casa Civil da Presidência da República estivesse aqui – ela tem muito a dizer. Seria importante, também, que a Presidência do Superior de Justiça também aqui estivesse, assim como seria importante a presença da Procuradoria Geral da República.

Então, como sei que houve esse objetivo, por que será que eles não compareceram? Essa ausência é uma posição? “Não houve fraude; não há problema algum; está tudo resolvido; a vida segue.” Se for assim, agregamos gravidade à responsabilidade do Executivo, numa situação que já é muito grave. Trata-se de desrespeito a quem ajudou a construir uma instituição pública tão importante, o Banco do Brasil.

A segunda indagação é no sentido de se saber se pelo menos não houve alguma justificativa. De qualquer forma, já sugiro que tudo o que emanar desta audiência pública chegue imediatamente, ainda amanhã, até essas autoridades.

Já folhiei o alentado livreto da ABRAPREV e lembro que há 2 projetos em tramitação na Casa – um, de autoria do Deputado Daniel Almeida, do PCdoB; outro, do Senador Inácio Arruda. São projetos relativamente recentes. Vi, aqui, que estão em tramitação lenta e ordinária – são de 2007. Há projeto aqui de 1997. Outro dia, numa manifestação em relação às artes circenses e à proibição do uso de animais em circo, colocaram um enorme elefante inflável em frente ao Anexo 2, e muita gente achou que era uma homenagem à lentidão paquidérmica do nosso trabalho legislativo. Mas não era. Agora, a lentidão existe mesmo.

Faço uma observação aos nossos companheiros da Mesa, à exceção da imprensa oficial, que são projetos que, embora contemplem o princípio da readmissão, que é mais do que reintegração, eles são incompletos, injustos e inconsistentes. Seria bom que isso fosse explanado.

Por fim, indago a posição dos componentes da Mesa sobre a criação de mais um órgão, também objeto de um projeto de em tramitação, a PREVIC, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, que substituiria a Secretaria de Previdência Complementar. Em que sentido esse organismo burocrático pode ajudar a fazer o essencial de qualquer órgão estatal, que é a fruição da Justiça e a garantia do Direito?

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) – Concedo a palavra ao Deputado Jairo Ataíde, do DEM de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO JAIRO ATAÍDE – Cumprimento o Deputado Cleber Verde, e o parabênico. Cumprimento também os membros da Mesa, na pessoa do meu quase conterrâneo Fernando ToscaNº

Nesta oportunidade, quero hipotecar integral apoio a todos os filiados da PREVI que optaram pelo PDV. Faço isso por entender que, naquele momento, na época do desligamento, essa questão deveria ter sido discutida, pensada, para que os filiados não tivessem o prejuízo que foi contabilizado, auferido e observado.

Quanto à questão da publicação, realmente é estranho que um ato que tenha sido publicado, depois seja revisado sem a mesma fonte, a mesma origem. Entendo que, se houve erro, simplesmente deveria ter sido republicado, de acordo com a origem, e não alterado o texto do decreto. Não é aceitável essa alteração sem a assinatura do Presidente que fez a emissão do primeiro ato do decreto.

Portanto, uma injustiça foi cometida a qualquer custo, independentemente dessa apuração, e merece o respaldo desta Casa, dos Parlamentares.

Coloco-me ao lado de todos os prejudicados pelo PDV e em sua defesa.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) – Esta Presidência justifica que a Casa Civil, o STJ e a Procuradoria Geral da República foram convidados, mas não enviaram nenhuma correspondência à Comissão no intuito de esclarecer o porquê da ausência a esta audiência pública.

Conforme solicitado pelo nobre Deputado Chico Alencar, daremos conhecimento do que houve nesta audiência pública, até para que se esclareça – como disse o Deputado Pompeo de Mattos – todos os fatos

possíveis. Esta Comissão de Direitos Humanos tem essa prerrogativa. A prerrogativa maior é da Comissão Especial, instituída com essa finalidade.

Concedo a palavra ao Presidente da ABRA-PREV para responder à indagação do Deputado Chico Alencar.

O SR. FERNANDO VELOSO TOSCANO DE OLIVEIRA – Deputado, inicialmente, agradeço a presença a V.Exa. É muito importante para nós esse apoio.

Quanto à questão da intimação da Casa Civil, da Procuradoria Geral da República e do Superior Tribunal de Justiça, ressalto que foram entregues documentos, ofícios – inclusive, os originais estão aqui – protocolizados desde o dia 18 de fevereiro, e ninguém nos respondeu. Em seguida, encaminhei um ofício ao Deputado Cleber Verde, que fez o requerimento constatando que fossem intimados. Depois, entendeu-se por bem que não viessem a participar. Já não tenho como esclarecer esse fato, mas reafirmo que houve esse pedido.

A Súmula nº 290, do STJ, foi alicerçada em cima de um decreto fraudado. Outro problema maior: a retificação ocorreu 153 dias após, quando deveria ter ocorrido, no máximo, em 5 dias úteis, ou, então, que fosse feito um novo decreto.

Isso foi muito grave, foi denunciado a todos eles e nenhum nos respondeu. Eu trouxe ao Deputado, que deu encaminhamento a esta audiência.

Quanto à questão do PL, o Dr. José Carlos explicará um pouco melhor.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA – Não se trata de explicar, apenas de esclarecer que, juridicamente, uma nova lei, para regular fatos passados, tem poder limitado. Ela violaria um direito adquirido em face da Constituição. Passados 2 anos da demissão, como uma lei obrigaria o Banco a readmitir, se já se passaram 15 anos?

Sabemos, politicamente, que os PDVs aconselham funcionários públicos e estatais. O negócio era tão lucrativo, que a PREVI comprou estatal e depois realizou o PDV. O lucro, digamos, era um novo negócio da China. O participante passa 15, 20, 30 anos pagando as cotas patronal e pessoal, como se fosse um salário indireto, um direito dele; quando ele sai, leva a pessoal expurgada de correção monetária, perde o emprego por causa disso e tem de pagar os rombos e os desmandos do Governo no fundo de pensão.

Faço uma crítica – não sei se estou sendo impróprio, peço desculpas por isso. Li alguns documentos de uma CPI desta Casa, não sei qual, e observei que sempre se registrava: “O Governo Federal, o Executivo, autorizou isso, fez isso, fez aquilo...” Do começo ao fim, “o Executivo fez” e, ao final, “a CPI concluiu

que ele deveria fazer isso...” Francamente, entendi que mandaram a raposa fechar o buraco do galinheiro por onde ela tirou as galinhas.

CPI e PL não resolvem, porque tudo será discutido na Justiça.

Realizo palestra em todo o Brasil e observo o rosto sofrido do pessoal. Sou exemplo disso, porque minha saída do Banco gerou insegurança no meu lar – minhas filhas estão aqui de exemplo – e desestabilizou meu casamento. Muitos perderam a vida, porque não souberam lidar com a situação. Graças a Deus, abracei essa luta. Passei fome, literalmente. Cheguei ao ponto de ir ao Tribunal, para protocolar processo, e não ter dinheiro para pagar o táxi. Pegava o táxi e dizia que havia esquecido a carteira. Tinha custas a pagar e ficava esperando. O irônico era que eu estava litigando contra a PREVI, que tem os melhores advogados. Nunca ouvi tanta mentira. Eles precisavam mentir, e mentem. E conseguem convencer, porque uma mentira contada várias vezes passa a ser verdade.

Uma grande verdade que era contada era que os funcionários do Banco do Brasil demitidos sacaram vultosas quantias. Fui criticado por um desembargador, fui perseguido. Eu estava passando fome e ele disse que eu estava enriquecendo, angariando causa. Fui advertido pela OAB e não tive tempo de me defender, aliás, nem me deram oportunidade de defesa. Foi uma acusação do Presidente da PREVI.

Digo isso apenas para que o pessoal saiba que me pisaram o pescoço. Eu era o único que estava tentando fazer justiça. Os próprios colegas demitidos ligavam para me criticar porque eu não estava conseguindo resultado. Eu não tinha tempo nem de parar para explicar o quanto eu estava apanhando.

Mas eu acreditei. No final, conseguimos uma vitória e agradei a Deus, pensando que era uma vitória nossa, do grupo que estava conosco. Na verdade, descobri que foi uma providência divina. Foi um santo, o Ministro Ruy Rosado de Aguiar. Não fosse S.Exa., Relator do processo, não teríamos conseguido nem os expurgos.

O Ministro Ruy Rosado de Aguiar iniciou o discurso quando já havia sido levantada uma divergência, que não existia no Tribunal. Não vou mencionar o nome do Ministro que levantou essa divergência que não existia. Por sorte, o Relator, por uma providência divina, foi o Ministro Ruy Rosado de Aguiar, que já se aposentou. Ele começou o discurso da seguinte forma: “*Nós temos dado a correção monetária em todos os casos no Tribunal, historicamente, inclusive nós temos dado até quando ela não é pedida, nas liquidações de sentenças, porque entendemos que, se o devedor não pagar a correção monetária, ele estará pagando me-*

nos do que deve. Então, haverá uma ofensa à coisa julgada, porque ele vai protelar, a correção monetária vai comer o direito e ele vai pagar menos". E com esse discurso S.Exa. conseguiu, em votação apertada, a vitória que redundou na Súmula nº 289.

Por isso eu digo que o projeto de lei vai abrir uma oportunidade de essa discussão continuar na Justiça.

Eu pediria empenho a esta Comissão – e já vejo que V.Exas. estão empenhados – neste sentido. Essa solução administrativa tem origem no Conselho de Administração do Banco do Brasil porque, se sair do Conselho, é como se o Banco confessasse o direito.

E a PREVI tem dinheiro sobrando, porque ela parou de contribuir. O Banco do Brasil já levou mais de 20 bilhões da PREVI, por baixo. A PREVI hoje tem mais de 30 bilhões. Então pelo menos no Banco do Brasil se corrija essa injustiça contra os aposentados que ingressaram no Banco a partir de 1967, que são os verdadeiros construtores do patrimônio da PREVI, por causa da contribuição que fizeram.

As pessoas pensam que a PREVI é um fundo bem administrado. A questão não é essa. Com a chegada do Governo Lula e a colocação do Meirelles na presidência do Banco Central, o Brasil ganhou credibilidade internacional e as nossas ações valorizaram. O milagre dos fundos está explicado da seguinte forma: os fundos de pensão foram obrigados a entrar nas privatizações. Primeiramente, eles foram impedidos, porque ao Governo não interessava a moeda podre dos fundos, fruto de imposição dos governos militares.

O milagre econômico é o seguinte: por exemplo, a Vale do Rio Doce teve uma valorização, em um ano, de vinte vezes – disseram-me, não tenho o valor exato. Houve uma valorização estrondosa. Imaginem a PREVI! A PREVI praticamente comprou a Vale, em consórcio com outros fundos. E ela comprou as bananas – porque a Vale foi vendida a preço de banana, visto que nada valoriza vinte vezes em pouco mais de um ano, não existe milagre de administração que faça isso em uma empresa – por um terço do valor. Se realmente houve valorização de vinte vezes, ao comprar por um terço do valor ela ganhou sessenta vezes. Enquanto os empresários que compraram por fora ganharam vinte vezes, a PREVI ganhou sessenta vezes. O PDV, então, tornou-se inócuo. Portanto, dinheiro existe.

Mas não se vai corrigir a injustiça, e sim minorá-la, porque, mesmo que a PREVI venha, por meio da reserva matemática, pagar uma aposentadoria, que é a solução ideal para esse pessoal sofrido, o sofrimento que eles passaram foi grande e a sobrevida deles foi muito diminuída; então até essa aposentadoria está diminuída, pelo próprio sofrimento deles.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sr. Presidente, em primeiro lugar quero parabenizar V.Exa. pelo requerimento e por estar presidindo, em nome da Presidência, agora como Segundo Vice-Presidente, esta audiência pública.

Somente a Comissão Parlamentar de Inquérito é que pode intimar ou convocar. Nós podemos convidar. Isso é o máximo que podemos fazer, porque não temos poder de polícia, como tem a chamada Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, peço desculpas, porque ele foi apresentado como Relator da CPI do Sistema, quando na realidade não é isso; ele é ex-funcionário do Banco do Brasil. Se houver uma CPI, vamos convidá-lo para ser Relator e, então, possa aparecer como Relator da CPI.

Mas estou querendo dizer o seguinte: o que interessa a esta Comissão é que a verdade se estabeleça. Estamos vendo que o caso não tem nada a ver com a Imprensa Nacional. Eles já disseram que alguns erros foram cometidos e que foram depois revistos. Contudo, nesse caso, se houve erro, o erro é de origem. E é isso que queremos.

Numa audiência pública, se chamássemos muita gente e disponibilizássemos 15 minutos para cada um... Daqui a pouco os senhores verão essa luz vermelha piscando: estarão chamando-nos para a Ordem do Dia, e teremos de concluir a audiência e ir votar. O importante é que foram convocadas seis pessoas. Se cada pessoa tivesse o tempo de quinze minutos, além das perguntas, não teríamos mais tempo. Temos dito aos companheiros que, normalmente, em uma audiência pública com mais de seis convidados, não sobra tempo nem para perguntas quando termina a exposição, se todos utilizam o tempo – e alguns utilizam mais do que o tempo estabelecido.

Não tivemos a resposta do Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil – ANABB, Valmir Camilo, que não justificou a ausência. Foi convidado e não justificou a ausência.

O Sérgio Rosas, da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, respondeu dizendo que não poderia comparecer.

O que vamos fazer? Todo o resultado desta audiência pública...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Valmir Camilo, segundo informação, está em viagem no exterior.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Não é CPI, é audiência pública.

Portanto, para STJ, AGU, PGU, SPC, Casa Civil, vamos fazer questionamentos, e vamos fazê-los como um pedido de informação.

Temos um decreto de 1978. Houve uma demora muito grande para que essa questão fosse apresentada. O Deputado Pompeo de Mattos levantou isto: se tivéssemos sido provocados antes, essas questões já estariam muito mais avançadas.

Acho que vamos solicitar essas informações e encaminhá-las para aqueles que estiveram presentes, principalmente os que representam a categoria. Caso a resposta que os senhores receberem não sejam suficientes e consistentes, poderemos fazer outra audiência pública, chamando essas autoridades que deram as informações que os senhores não consideraram consistentes.

Nesse sentido, a Presidência da Comissão de Direitos Humanos tem a obrigação de fazer com que o resultado desta audiência pública chegue a quem efetivamente deu origem a esse erro – se houve o erro, se houve essa fraude – e depois encaminhar aos senhores.

Já está acendendo a luz que comunica o início da Ordem do Dia.

Consideramos que esta audiência pública foi importante, porque levantou uma série de questões importantes que podem ser motivo não apenas para que o Judiciário possa ter elementos para balizar decisões, mas também para que a AGU, a Procuradoria Geral da União, o próprio Superior Tribunal de Justiça, a Secretaria de Previdência Complementar e a própria Casa Civil possam responder às indagações apresentadas aqui.

Nós, com o Presidente, faremos chegar as provocações e os questionamentos feitos. E também encaminharemos aos senhores as respostas que serão dadas. Caso não sejam consistentes, iremos convocar outra audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde) – Com a palavra o Deputado Pedro Wilson.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON – Sr. Presidente, senhoras e senhores convidados, colegas Parlamentares, demais presentes, aprendi bastante ouvindo mais. Contudo, eu gostaria de manifestar meu aplauso à Comissão de Direitos Humanos e Minorias e de dizer que devemos procurar realizar audiência com outros organismos. Nem todos podem comparecer, mas todos devem explicar-se.

Como vimos aqui – e também recebi um texto da Previdência Complementar – é preciso colocar todo o jogo na mesa. Acho que, se uma vida é atingida na subtração dos seus direitos humanos, direitos individuais ou direitos coletivos, esta Comissão e todos nós

devemos ser lutadores, para resgatar o jogo da verdade e da cidadania.

Por isso, acho que a partir desta audiência pública temos mais elementos. Certamente a Comissão, por intermédio de sua Assessoria e também por intermédio da Casa, pode ampliar o atendimento não só à Comissão mas aos Deputados postulantes, como bem disseram o Deputado Pompeo de Mattos e os Deputados Deputado Chico Alencar e Luiz Couto.

A audiência é o instrumento mais poderoso que temos para colocar o jogo da verdade. Às vezes, podemos até falar mal da imprensa oficial, mas temos que ouvi-la. Podemos falar de mudanças a esse zum-zum. Eu não chego a afirmar que houve mudança, porque nenhum desses ditos senhores citados aqui afirmou categoricamente. É um perigo imenso para a República dizer que a Carta Magna foi fraudada.

Ouve-se muito aqui no Congresso e em todos os Estados do Brasil que há um perigo enorme entre um texto aprovado e um texto publicado, mas é preciso que resguardemos as leis. Caso contrário, daqui a pouco colocaremos em dúvida todas as nossas leis. Sou contra muitas leis e duvido de muitas outras, mas cumpro-as, porque, se deixarmos de cumprir o império da leis, como dizia Rui Barbosa, corremos grande risco.

Podemos lutar para mudar a lei e resgatar a verdade. A partir da verdade desse pleito, teremos os direitos recompostos. É certo que, passados 21 anos, muitos direitos já não serão mais resgatados. Pessoas foram prejudicadas. Essa história dos PDVs no Brasil tem faces dolorosas!

Por outro lado, Sr. Presidente, ilustre Deputado que preside esta audiência, não podemos brincar com os direitos dos outros. Como bem disse o Zé Carlos, qual é sentimento de cada um? Não podemos brincar. Refiro-me à área dos direitos humanos. Sou advogado, mais para rábula. Os doutores aqui presentes sabem muito mais do que eu, mas não podemos brincar com as expectativas de direito das pessoas.

Ouvimos a fala de V.Sa., dolorosa. Ela tocou-lhe, não porque V.Sa. está procurando um direito, mas porque sofreu a subtração de um direito pessoal.

Há muitos processos em que se prorroga de tal forma a expectativa de direito, que as pessoas acabam perdendo a esperança. A última coisa que podemos perder é a esperança: a esperança dos direitos constitucionais, dos direitos históricos, dos direitos sociais, dos direitos humanos e do direito de ter direito de reclamar – este é um dos direitos mais básicos deste País.

Por isso, ilustre Deputado Cleber Verde, que honra esta Casa e a representação política brasileira, parabênizo V.Exa. e coloco-me à disposição. Espero que possamos dar uma resposta, porque já passou

muito tempo. Se nós procrastinarmos esse tempo ou não descobriremos que esses direitos são verdadeiros – nós podemos chegar a esse corte na carne, o que não imagino... Há os pré-requisitos. Acho que seria importante ouvir o Ministério Público, porque o Ministério Público é detentor do dever de estar ao lado dos direitos difusos, dos direitos de cada cidadão.

Agora mesmo estamos ampliando a Defensoria Pública. Essa área tem o dever de dar informação e, mais do que informação, de fazer uma pesquisa, de buscar provas e verdades, para que os lados requerentes possam ganhar os direitos ou ter uma justificativa tão frontal, tão cabal, que aceitem o resultado dos autos. Uma das piores coisas no País ocorrem quando se olha a realidade e verifica-se que os direitos não foram obtidos porque as ações para obtê-los foram insuficientes.

Por isso, parabenizo V.Exa.

Há um grande desafio da Comissão e da Associação Brasileira da Previdência, das pessoas que lutam ao longo da história, das associações do Banco do Brasil, da PREVI. Costumo dizer que ninguém é obrigado a entrar no setor público ou na ação pública, mas quem entra tem o dever de dar satisfação. Aparentemente, não tenho nada a ver com a história, mas vamos descobrindo-a.

Por exemplo, em Goiás, há uma luta de muitos servidores da chamada Caixa Econômica do Estado de Goiás, a CAIXEGO, que teve um processo de turbação terrível e acabou fechada. Alguns obtiveram seus direitos estabelecidos, mas milhares até hoje lutam pelos seus direitos no Estado de Goiás. A responsabilidade é do Estado de Goiás, a responsabilidade é da República brasileira. Isso faz com que as pessoas vão à luta. Lá, há uma luta intensa. Não é fácil, passado muito tempo, resgatar direitos, porque as testemunhas, as provas, o processo... Mas nada como buscar a verdade e a história que foi do passado, e que deve revelar-se no presente! O tempo que esconde pode também revelar, e teremos os direitos requeridos.

Por isso, parabenizo V.Exa. Imagino que esta continuará sendo uma árdua luta, mas é para isso que a luta dos direitos humanos se faz presente. Parabéns a V.Exa.!

Vamos à luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleber Verde)

– Como disse o Deputado Luiz Couto, quando essa luz começar a acender, estão-nos chamando para a Ordem do Dia na Casa.

Em nome da Presidência, Deputado Luiz Couto, Deputado Pedro Wilson, Deputado Paes de Lira, eu gostaria de dizer algo: Rui Barbosa disse que não há mais nada mais relevante para a vida social do que a

formação do sentimento de justiça. Acho que é isso que todos nós, nesta oportunidade, estamos buscando, mesmo que tardiamente, Deputado Domingos Dutra.

Vejo um registro da Secretaria de Previdência Social que desmente a questão da fraude, dizendo ser impossível que tenha ocorrido, negando-a. Os decretos teriam sido revogados em 2001 e em 2002. Nós entendemos que, de 1978 a 2001, passou-se muito tempo. E, mesmo com a revogação do decreto, há uma interpretação jurídica. O próprio STJ já se pronunciou. Há jurisprudência do próprio STJ de que há entendimento controverso nessa questão: a revogação de uma lei não automaticamente revoga o decreto, e assim por diante.

Esta Comissão, por meio desta audiência pública, quer nada mais que elucidar um problema possível que de fato apresenta a ABRAPREV, confirmado inclusive também pela ANABB – que infelizmente não está presente, mas que também confirmou, e que estaria presente para manifestar a sua posição. A Comissão de Direitos Humanos tem essa prerrogativa, muito mais ainda em função da Subcomissão criada para discutir o PDV.

Uma coisa está muito ligada a outra, porque, ao se resolver, ao se elucidar essa questão, como disse o Deputado Pompeo de Mattos, se isso minimamente for verdadeiro, isso terá consequências grandiosas, efeito financeiro para as pessoas que foram demitidas, o retorno de recursos financeiros que irão receber, em função de que não foi atentado: um direito inerente a ele e que, por conta da interpretação do decreto e da colocação do decreto em prática, acabou ensejando um valor muito aquém do devido àquelas pessoas. Portanto, poderá haver uma consequência grandiosa na vida das pessoas que já foram demitidas e dos funcionários que ainda estão na ativa. Foi nesse intuito que a Comissão aprovou o requerimento.

Quero agradecer a todos os membros da Comissão a aprovação unânime, definindo para hoje esta audiência pública.

Como disse o Deputado Pompeo de Mattos, nós vamos a fundo nessa questão. A Comissão Especial, à qual pertence o Deputado Pompeo de Mattos e que nós estamos coordenando, vai encaminhar ofício a todas as instituições para buscar esclarecimentos quanto a esta matéria abordada. E as instituições convidadas para esta audiência pública vão, com certeza, receber o que nós conseguimos nessa avaliação, neste dia dessa audiência pública.

Portanto, resta-nos agradecer de forma especial ao Sr. Fernando Veloso Toscano de Oliveira, Presidente

da Associação Brasileira de Previdência —ABRAPREV; ao Sr. José Carlos de Almeida, representante da Associação Brasileira de Previdência – ABRAPREV; ao Sr. Fernando Tolentino de Sousa Vieira, Diretor-Geral da Imprensa Nacional; ao Sr. Jorge Luiz Alencar Guerra, Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional; ao Sr. Marcelo Dantas, Presidente da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil – ANDEBB de Aracaju, Sergipe; a todos os senhores e as senhoras que vieram prestigiar esta audiência pública.

Agradeço às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados.

Esta audiência pública, quero registrar, é uma das mais representativas. Esta audiência pública, devido à importância deste evento, trouxe diversos Deputados, que se manifestaram. Isso mostra a importância do tema e, certamente, a preocupação da Comissão em buscar esclarecimento para essa situação, que nos parece muito grave.

Portanto, agradeço novamente a todos os Deputados, aos convidados e aos demais presentes nesta audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 16ª Reunião Ordinária Realizada em 10 de junho de 2009.

Às quatorze horas e trinta e três minutos, do dia 10 de junho de 2009, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no Plenário 9, Anexo II da Câmara dos Deputados, com as presenças dos Senhores Deputados Luiz Couto – Presidente; Pedro Wilson, Cleber Verde e Geraldo Thadeu – Vice-Presidentes; Chico Alencar, Domingos Dutra, Janete Rocha Pietá, Lucenira Pimentel, Pastor Pedro Ribeiro, Ricardo Quirino e Veloso – Titulares; Iriny Lopes e Paes de Lira – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Edmar Moreira, Miguel Martini, Pompeo de Mattos e Suely. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação as Atas das reuniões anteriores, realizadas nos dias 20, 21 e 27 de maio de 2009. Em votação, as Atas foram aprovadas por unanimidade dos presentes. **ORDEM DO DIA: A) DELIBERAÇÃO DAS PROPOSTAS DE EMENDAS DA CDHM À LDO PARA O EXERCÍCIO DE 2010: I. PRIORIDADES E METAS:** Programa: 0150 – Proteção e Promoção dos

Povos Indígenas-MJ – Emenda nº 01 – Ação: **Promoção do etnodesenvolvimento em terras indígenas.** Programa: 0154 – Garantia e Acesso a Direitos Humanos – Emenda nº 02: Ação: **Apoio a centros de referência em Direitos Humanos.** Programa: 1404 – Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Emenda nº 03 – Ação: **Fortalecimento institucional da rede nacional de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.** Programa: 0073 – Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Emenda nº 04 – Ação: **Apoio a comitês de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.** Programa: 0699 – Assistência Jurídica Integral e Gratuita. Emenda nº 05 – Ação: **Instalação de serviços da Defensoria Pública da União. Em discussão, ninguém fez uso da palavra. Em votação, as propostas de emendas à LDO foram aprovadas por unanimidade dos presentes. II. EMENDAS DE TEXTO:** 1. **Emenda Modificativa** – Dê-se a seguinte redação ao caput do Art. 4º: “Art. 4º – As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2010, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e ao PPI, bem como àquelas constantes do Anexo I desta Lei, especialmente as que promovam a igualdade de gênero e étnico-racial ou atendam a pessoas com deficiência, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2010, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.” 2. **Emenda Aditiva** – Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 49: “§1º. As empresas, inclusive as instituições bancárias, que receberem recursos públicos, ou tiverem isenção/redução de impostos devido à situação de crise deverão assegurar contrapartida social, como manutenção de empregos, novas contratações ou aumentos salariais”. 3. **Emenda Aditiva** – Inclua-se o seguinte inciso no Art. 91, renumerando os demais: “I – redução dos níveis de desemprego e assegurar o trabalho decente a trabalhadores e trabalhadoras”. 4. **Emenda Aditiva** – Inclua-se o seguinte parágrafo no Art. 4º: “Parágrafo único: Fica o poder executivo obrigado a publicar demonstrativo de cumprimento de metas sociais, por metas físicas e financeiras, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, com avaliação do cumprimento das metas sociais relativas ao ano anterior. O desenvolvimento das ações para cumprimento dessas metas será amplamente divulgado, permitindo seu monitoramento pela sociedade”. 5. **Emenda Aditiva** – Inclua-se o seguinte parágrafo no Art. 17, renu-

merando os demais: “§ 4º – O Poder Executivo realizará audiências públicas durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária de 2010, que contarão com a participação de entidades dos movimentos sociais, em conformidade com o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000”. 6. **Emenda Aditiva** – Inclua-se o seguinte parágrafo no Art. 71, renumerando os demais: “§2º – Os órgãos deverão divulgar no prazo de 20 dias úteis após o estabelecido no caput deste artigo o impacto da limitação de empenho e movimentação financeira nos programas e ações a seu cargo”. Em discussão fizeram uso da palavra os Deputados Paes de Lira, Domingos Dutra, Veloso e Pedro Wilson. **Em votação, as propostas de emendas ao texto da LDO de nºs 1 e 2 foram aprovadas com voto contrário do Deputado Paes de Lira e as demais emendas de nºs 3, 4, 5 e 6 foram aprovadas por unanimidade dos presentes. B – Requerimentos: 1. Requerimento nº 55/2009** – Do Sr. Pompeo de Mattos – que requer a realização de audiência pública para debater, com integrantes da Comissão de Mortos e Desaparecidos, o tratamento dado aos restos mortais retirados da região do Araguaia. Em discussão, ninguém fez uso da palavra. **Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes. 2. Requerimento nº 62/2009** – Do Sr. Luiz Couto – que requer a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias no 3º Encontro Europeu de Brasileiras e Brasileiros no Exterior, a ser realizado no período de 26 a 28 de junho, em Barcelona, Espanha, com o objetivo de propiciar aos brasileiros que vivem na Europa uma abertura de diálogo com o poder público brasileiro, visando construir políticas públicas que atendam às necessidades desses nacionais. Em discussão, fizeram uso da palavra os Deputados Cleber Verde e Domingos Dutra. **Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes. 3. Requerimento nº 63/2009** – Da Sra. Janete Rocha Pietá e outros – que requerem a realização de audiência pública, conjunta com as Comissões de Finanças e Tributação, de Seguridade Social e Família e de Educação e Cultura, para debater a formação dos Educadores Sociais. Em discussão, ninguém fez uso da palavra. **Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes. 4. Requerimento nº 64/2009** – Do Sr. Pompeo de Mattos – que requer a realização de audiência pública, conjunta com a CEANISTI – Comissão Especial Destinada a Acompanhar a Aplicação das Leis de Anistia, para debater a questão dos demitidos da Vale do Rio Doce durante a Reforma Collor. Em discussão, fez uso da palavra o Deputado Chico Alencar. **Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade**

de dos presentes. 5. Requerimento nº 65/2009 – Do Sr. Chico Alencar – que requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Legislação Participativa e a Ouvidoria Parlamentar desta Casa, para discutir ações que aprofundem a ética, a transparência e o controle popular sobre os poderes da república. Em discussão, fez uso da palavra os Deputados Domingos Dutra e Ricardo Quirino. **Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes. 6. Requerimento nº 66/2009** – Da Senhora Janete Rocha Pietá e Vicentinho, que requerem a realização de audiência pública, conjunta com as Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para tratar sobre a atuação diplomática brasileira no Haiti. Em discussão, ninguém fez uso da palavra. **Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes. 7. Requerimento nº 67/2009** – Do Sr. Luiz Couto – que requer a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias no Seminário Pró-Conferência de Comunicação, a realizar-se no próximo dia 26 de junho, na cidade de Porto Velho-Rondônia, uma promoção da Comissão Estadual Pró-Conferência de Comunicação e do mandato do Deputado Eduardo Valverde, membro da Comissão Organizadora da Conferência. Em discussão, ninguém fez uso da palavra. **Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes. 8. Requerimento nº 68/2009** – Do Sr. Luiz Couto – que requer o deslocamento de uma representação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias à cidade de Belém-PA, para verificar “in loco” graves denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes. Em discussão, fizeram uso da palavra os Deputados Domingos Dutra, Pastor Pedro Ribeiro, Ricardo Quirino e Veloso. **Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes. 9. Requerimento nº 69/2009** – Do Sr. Paes de Lira – que requer a realização de audiência pública para debater os direitos da família. Em discussão, fizeram uso da palavra os Deputados Pastor Pedro Ribeiro, Pedro Wilson e Domingos Dutra. **Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes. 10. Requerimento nº 70/2009** – dos Srs. Luiz Couto, Ivan Valente e Janete Rocha Pietá – que requerem a realização de audiência pública com o intuito de ouvir as partes envolvidas no incidente de violência ocorrido no campus da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo(SP), na tarde do dia nove de junho do corrente aNº Em discussão, fez uso da palavra o Deputado Paes de Lira. **Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes.** Nada mais havendo a tratar a presente reunião foi suspensa para lavratura da Ata,

a qual foi submetida a votação e aprovada por unanimidade dos presentes. A presente reunião foi encerrada às dezesseis horas e três minutos. E, para constar, eu _____, Márcio Marques de Araújo, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Luiz Couto _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Seminário Tráfico e Exploração de Crianças e Adolescentes

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Evento: Seminário

N°: 0880/09

Data: 17-6-09

Início: 14h48min

Término: 18h18min

Duração: 03h29min

Tempo de Gravação: 03h29min

Páginas: 63

Quartos: 42

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

MARIA AURÉLIA DE SÁ PINTO – Coordenadora de Gestão Estratégica do Programa Turismo Sustentável e Infância do Ministério do Turismo.

CARLOS ELY SOUTO DE ABREU – Representante da Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI.

LUIZ GUSTAVO VIEIRA DE CASTRO – Representante da Confederação Brasileira de Futebol – CBF.

ROBERTO CABRINI – Jornalista e repórter da Rede Record de Televisão.

ANA TERESA IAMARINO – Representante da Secretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

RICARDO RODRIGUES LINS – Coordenador de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça.

RAFAEL DIAS MARQUES – Procurador do Trabalho e Vice-Coordenador de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público Federal do Trabalho.

MARIA LUIZA MOURA DE OLIVEIRA – Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

SUMÁRIO: Seminário Tráfico e Exploração de Crianças e Adolescentes.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Houve exibição de vídeo.

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Declaro abertos os trabalhos do seminário sobre o tema “Tráfico e Exploração de Crianças e Adolescentes”.

A realização deste evento atende a requerimento de iniciativa deste Presidente, em parceria com o Deputado Paulo Henrique Lustosa, Presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e membro desta Comissão.

O Deputado Paulo Henrique Lustosa iria coordenar uma Mesa, mas foi convidado a participar de um evento em Fortaleza, acompanhando a Ministra Dilma Rousseff, e solicitou que eu fizesse a justificativa de sua ausência.

Trata-se de um tema constante da pauta desta Comissão, porque, lamentavelmente, o tráfico e a exploração sexual e do trabalho de crianças e adolescentes continuam presentes em nossa realidade social, mudando por vezes a sua configuração, mas persistindo como violação grave e massiva dos direitos humanos no Brasil.

O programa **Repórter Record**, exibido em 19 de abril próximo passado, seguido por outras reportagens da tevê brasileira, deu grande visibilidade ao assunto e evidenciou a sua gravidade. O referido programa expôs como funciona uma rede internacional de tráfico de seres humanos, especialmente de crianças e adolescentes, com fins de exploração sexual e trabalhista.

O Jornalista Roberto Cabrini, que conduziu o **Repórter Record**, será o expositor da 4ª Mesa deste seminário.

Também abordaremos a problemática de crianças e adolescentes que deixam o Brasil para atuar em clubes esportivos no exterior, principalmente no futebol europeu, tornando-se atletas profissionais precoces, sem as proteções devidas a esses adolescentes e jovens. Isso sem falar naqueles que também deixam suas famílias e estudos em busca de uma oportunidade no futebol brasileiro.

Há denúncias de negligência e exploração por parte de clubes que não prestam o devido suporte a esses garotos, que acabam caindo em uma triste ilusão, tornando-se vítimas de uma exploração que quase nunca vem a público.

No momento em que o nosso País prepara-se para sediar a Copa do Mundo de 2014, é preciso co-

bramos responsabilidade social dos clubes, da CBF e de autoridades públicas quanto a essa questão.

Para falar sobre esse tema encontra-se presente o Diretor de Registro e Transferência da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, Luiz Gustavo Vieira de Castro.

Também está conosco a Dra. Maria Aurélia de Sá Pinto, do Ministério do Turismo, que falará sobre o turismo sexual no Brasil, outra chaga que persiste e está diante dos olhos de todos, principalmente nas grandes cidades litorâneas do Nordeste e no Rio de Janeiro.

A cobertura midiática sobre a exploração de crianças e adolescentes será o tema da exposição de Carlos Ely, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI, que possui uma importante experiência na medição e análise dessa cobertura.

A Dra. Maria Luiza Moura de Oliveira, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e o Dr. Ricardo Rodrigues Lins, Coordenador do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça, falarão sobre as políticas públicas de prevenção ao tráfico e à exploração de crianças e adolescentes.

Gostaria de comunicar, ainda, que abriremos a palavra a outras autoridades públicas presentes com atuação nos temas em discussão. Concederemos um tempo bastante reduzido, pois será necessário encerrarmos os trabalhos por volta das 18h.

Anuncio a presença do Dr. Rafael Dias Marques, Vice-Coordenador de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público Federal do Trabalho; da Dra. Ana Teresa Iamarino, representante da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; da Dra. Leila Paiva, Coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; e da Dra. Cyntia Ramos, Oficial de Projetos do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da OIT.

Dando início ao nosso Seminário, convido para compor a primeira Mesa, que tratará do tema *Turismo Sexual no Brasil*, a Sra. Maria Aurélia de Sá Pinto, Coordenadora de Gestão Estratégica do Programa Turismo Sustentável e Infância do Ministério do Turismo.

Com a palavra a Sra. Maria Aurélia de Sá Pinto, que disporá de 15 minutos para sua exposição.

A SRA. MARIA AURÉLIA DE SÁ PINTO – Boa tarde.

É com muita honra que aqui represento o Ministério do Turismo, em especial a sua Coordenação-Geral, a Sra. Elisabeth Bahia.

Na realidade, trouxe uma exposição sintética de todas as atividades. O que é o programa, o que o programa tem feito, de que forma ele tem trabalhado e os resultados de uma forma geral. Infelizmente, não estamos conseguindo abrir a apresentação. Trouxe também várias campanhas trabalhadas ao longo destes anos, para que os senhores tivessem conhecimento.

Em 2004, com o intuito de enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como todos sabem, determinou aos Ministérios ações conjuntas para esse fim. A partir disso, o Ministério do Turismo criou o Programa Turismo Sustentável e Infância.

Em 2005, foram realizadas algumas ações.

O Ministério do Turismo, para aqueles que não o conhecem, tem como missão desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de emprego e divisas, proporcionando a inclusão social.

O Programa TSI – Turismo Sustentável e Infância tem como objetivo a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos turísticos.

Quais são os princípios desse programa?

A garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, a responsabilidade social corporativa e o desenvolvimento sustentável.

(Segue-se exibição de imagens.)

Ações que o programa desenvolve hoje para enfrentar a problemática: seminários de sensibilização em toda a cadeia produtiva do turismo e na sociedade civil; formação de agentes multiplicadores de informações locais, a fim de ampliar o trabalho e buscar uma velocidade maior em favor da multiplicação do conhecimento, uma vez que o nosso País é muito grande; campanhas de comunicação; projetos de inclusão social. Esses projetos de inclusão social têm como objetivo capacitar os jovens de 16 a 26 anos em cursos ou funções demandadas pela cadeia do turismo. Eles são capacitados em estágios acompanhados nos estabelecimentos do *trade* turístico. Em seguida, de acordo com o desempenho desses jovens e a demanda do próprio estabelecimento, eles são contratados. Tenho alguns resultados aqui.

No momento, esses projetos estão sendo implementados em 4 cidades do Estado de Pernambuco, em 5 cidades da Paraíba – foi piloto em Fortaleza, no Ceará –, além de 3 cidades da Baixada Santista: Guarujá, Santos e São Vicente. De 120 jovens que concluíram e receberam seus certificados, em torno de 45% já foram contratados.

Espaços de construção e de políticas públicas. Como e onde estamos participando, onde estamos

presentes, além de alguns parceiros: a Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em parceria também com as secretarias municipais e estaduais; as comissões intersetoriais, Programa Nacional Brasil sem Homofobia; universidades e a sociedade civil; empresas representativas do setor turístico, Câmara Temática de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Câmara Temática do TSI junto ao Conselho Nacional do Turismo – são bem significativos os nossos trabalhos com o CNT – e Comissão Nacional contra o Trabalho Infantil.

O TSI integra o Comitê Executivo da Força-Tarefa para Proteção de Crianças no Turismo. É parceiro do (*ininteligível.*) e do ECPAT Internacional e faz parte do Grupo de Ação Regional das Américas para Proteção de Crianças e Adolescentes em Viagens de Turismo. No momento, quem dirige a Secretaria Executiva desse grupo é o Governo do Equador, onde esta semana ocorrem reuniões de capacitação desse grupo e uma cúpula de Ministros de 9 países da América Latina para traçar o plano de ação para os próximos 2 anos.

Não temos ainda, é claro, os resultados de 2009.

Foram aprovados 55 convênios; 410 agentes locais formados; 111 seminários de sensibilização realizados; mais de 100 mil pessoas sensibilizadas entre seminários e *workshops*; e seriam 3,1 milhões em materiais de comunicação distribuídos – ainda não fiz a correção; um documentário realizado nesse período e 2 filmes, *spots*, pequenos – informativo e de educação –, que podem ser utilizados nos seminários de capacitação e na capacitação de formadores.

Inclusão social com capacitação profissional.

No projeto que mencionei antes já foram qualificados 460 jovens, 45% destes já estão empregados formalmente; 390 encontram-se em processo de capacitação; 300 jovens em formação para atividades culturais e o desenvolvimento do turismo em Fortaleza.

Aqui, temos um quadro do orçamento deste período.

Em 2005, quando ele foi criado, o programa tinha 200 mil. Hoje, em 2009, temos 8 milhões 169 mil, que consideramos um valor significativo para os resultados apresentados. A tendência é crescer um pouco mais em 2010 porque, neste ano, serão ampliadas as ações com a Copa de 2014, para a qual já temos uma previsão de orçamento de 9 milhões de reais para trabalharmos nas cidades que foram designadas para sediar a Copa.

Aqui os senhores podem ver a evolução e o trabalho das campanhas de comunicação e divulgação.

Aqui mostra como começaram as campanhas, com um aspecto triste e sombrio. Ao longo dos anos,

elas foram se modificando. Aqui vemos o globinho, a marca do TSI – Turismo Sustentável e Infância. Essa foi a primeira campanha internacional do Grupo de Ação Regional das Américas.

Aqui vemos as festas juninas. Sempre estamos sempre presentes com o nosso material nas grandes feiras, regionais, nacionais e internacionais, divulgando e informando a população.

Aqui mostra a nossa participação nos Jogos Pan-Americanos.

Vemos agora campanhas de carnaval.

Aqui são peças feitas em parceria com a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Aqui vemos ações de jovens da Baixada Santista no período do carnaval, de sensibilização de outros jovens.

Esta campanha é de 18 de maio de 2009.

Aqui são peças de comunicação distribuídas em feiras, bares e restaurantes. Essas propagandas também são expostas em aeroportos e feiras.

Vemos os leques contendo o “Disque 100 e Denuncie”.

Aqui são as bandanas que usamos na Parada Gay do ano passado, com a frase “Diversidade: o Brasil fica mais bonito assim.”

Aqui vemos um cartão telefônico.

Essa foi uma campanha no Pará.

Aqui vemos um folheto, do qual trouxe alguns exemplares para os senhores.

O cartaz que vemos é sobre um projeto que a Polícia Rodoviária Federal está implementando agora. A primeira etapa abrangerá 9 capitais, sensibilizando e informando os policiais rodoviários federais.

Este material foi desenvolvido por um dos nossos parceiros para ser trabalhado em feiras e eventos internacionais ocorridos na Europa e na América Latina.

Bom, após essa visão geral, posso abrir espaço para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – As perguntas serão feitas após as exposições. Teremos vários expositores e, ao final, as pessoas poderão fazer os questionamentos.

Agradeço à Dra. Maria Aurélia de Sá Pinto a participação.

Em continuidade ao nosso seminário, darei início à segunda Mesa, sobre o tema “Tratamento da Mídia sobre a Exploração de Crianças e Adolescentes”.

Convido para compor essa Mesa o expositor Carlos Ely Souto de Abreu, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao nosso expositor Sr. Carlos Ely. S.Sa. disporá de até 15 minutos.

O SR. CARLOS ELY SOUTO DE ABREU – Boa tarde a todos e a todas.

Inicialmente, agradeço e parablenizo a Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Discutir este tema é fundamental e prioritário para nós. Discutir a participação, a colaboração e a interação da mídia no enfrentamento da violência é ainda mais caro e prioritário, porque entendemos que um jornalismo de qualidade pode prestar fundamental contribuição, seja para trazer esse tema à discussão da opinião pública, seja para exercer o papel de controle social do Estado. Isso porque consideramos que uma das principais contribuições da imprensa nos últimos anos é cobrar do Estado o cumprimento de políticas públicas de qualidade. Portanto, nesse sentido, parabenizamos a Comissão.

(Segue-se exibição de imagens.)

Rapidamente, para quem eventualmente não conhece a ANDI, nossa instituição tem quase 16 anos de atuação voltada à defesa de crianças e adolescentes por meio da qualificação de jornalistas, estudantes de Jornalismo e fontes de informação.

Nesse sentido, fazemos sugestão de pautas; elaboramos publicações como essa que distribuí aqui – que, infelizmente não foi possível distribuir a todos; oficinas nas redações, seminários e trabalhos de qualificação diretamente com jornalistas. Trabalhamos com as fontes de informação porque entendemos que não adianta qualificar somente o jornalista se as fontes tiverem ainda algum preconceito ou desconhecimento com relação ao trabalho que ele exerce. Com relação aos estudantes de Jornalismo, entendemos que é fundamental qualificar as novas gerações para a discussão sobre direitos humanos e o papel da mídia nesse contexto.

Então, o trabalho da nossa organização visa construir nos meios de comunicação uma política de respeito aos direitos humanos, em especial aos de crianças e adolescentes.

Temos, portanto, várias iniciativas, a exemplo do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, em parceria com a Childhood Brasil. No ano passado, fizemos uma série de ações, juntamente com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, visitando mais de 10 redações pelo Brasil afora, além de universidades. Como falei, também trabalhamos com fontes de informação. Então, temos trabalhado com esse enfoque.

Aqui vemos aquilo que falei. A ANDI, a exemplo de diversos especialistas em comunicação no mundo inteiro, entende que o jornalista e o jornalismo têm um papel fundamental: levar as questões de interesse público para serem debatidas pela sociedade, qualificando

essa discussão; e exercer o controle social sobre as políticas públicas de Estado.

Entrarei agora no tema. A ANDI não fez, com relação à mídia, cobertura específica sobre o tráfico de crianças e adolescentes, mas elaboramos já dois estudos sobre como a mídia tem coberto o tema e o fenômeno da violência sexual como um todo contra a criança e o adolescente. O primeiro foi em 2003, com apoio da Childhood Brasil; o segundo, em 2006, com apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Podemos dizer que, nesse fenômeno da violência sexual, o aspecto do tráfico é o menos percebido por boa parte das redações. Isso não ocorre por acaso, uma vez que o tráfico foi configurado como crime há pouco tempo – ou seja, até juridicamente, ele é relativamente novo no Brasil. Assim, a cobertura reflete o *status* desse fenômeno.

A primeira pesquisa que fizemos abrangeu 49 jornais e está publicada no livro *“O Grito dos Inocentes – os Meios de Comunicação e a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes”*, que talvez algum dos senhores conheça.

Na segunda pesquisa, atualizada em 2006 e também com dados de 2008, feita com apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, fizemos um recorte em 19 jornais. É uma pesquisa bastante representativa porque abrange jornais de todos os Estados brasileiros.

Em 2000, os mesmos 19 jornais analisados mais à frente, em 2006 e 2008, foram responsáveis por um número estimado de 780 notícias sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. Em 2008, houve um crescimento desse número, que passou para 2.800 notícias. Isso é motivo para comemorarmos, não somente pelo aumento numérico, mas pelo avanço qualitativo da cobertura.

Os textos sobre violência sexual – esse é um dado importante – tendem a ser mais qualificados do que a média dos que abordam outras formas de violência contra crianças e adolescentes.

O relatório de Paulo Sérgio Pinheiro aponta as 7 formas de violência contra a criança e o adolescente. Nesse contexto, a violência sexual tem cobertura mais qualificada. Ela tem sido enriquecida não só por uma discussão sobre as causas e consequências, mas também por uma tentativa de apontar soluções. Este talvez seja um dos principais papéis do jornalismo: além de apontar as mazelas, colocar o dedo na ferida, apontar caminhos.

O cidadão brasileiro fica às vezes um pouco descrente, um pouco sem fé. Quando vê essa avalanche de denúncias, não sabe para onde ir; fica descrente de que possa haver um futuro para essas crianças e ado-

lescentes. Vários registros feitos em jornais impressos apontam o caminho para a solução do problema, seja por política pública, seja pelo trabalho das organizações da sociedade civil; apontam soluções e mostram que o problema pode ser encarado, pode ser enfrentado.

Dezenove por cento das notícias sobre violência sexual mencionaram algum tipo de legislação. Esse percentual é expressivo porque, de todas as notícias que tratam sobre criança e adolescente, somente 6% falam em marco legal, falam de legislação.

É bom salientar que, à medida que se exponham as leis, as convenções nacionais e internacionais, os acordos firmados pelo Brasil e a própria legislação brasileira, empodera-se o cidadão para cobrar os seus direitos. Portanto, consideramos fundamental esse recurso.

Sete e meio por cento das matérias fizeram alguma referência a política pública e 2,5% das matérias fizeram menção ao orçamento.

Não só no aspecto da violência sexual, mas na cobertura da criança brasileira como um todo, os dados ainda são muito deficitários. Infelizmente, a política pública não é tratada, não tem papel de destaque na nossa cobertura, menos ainda o orçamento.

Nós, enquanto fontes, enquanto atores sociais ou gestores públicos, temos o papel de dar mais transparência aos orçamentos. Sabe-se quão difícil é acessar dados orçamentários, dados de política pública, principalmente nos Estados e municípios, e essa dificuldade se reflete nesses números, como também a dificuldade de informação.

Infelizmente, o estudante de Jornalismo passa pelos 4 anos de faculdade sem ver disciplina sobre orçamento, sem ver disciplina sobre política pública, vendo alguma coisa, quando vê, sobre direitos humanos – há clara deficiência na formação do profissional de comunicação –, e há essa obrigação, como atores sociais, como fontes de informação, tanto das ONGs em geral, quanto da sociedade civil e principalmente dos gestores públicos.

Vinte e um por cento das reportagens analisadas discutiam as causas da violência. Esse é um dado importante. Os jornalistas estão conseguindo perceber outros fatores da violência sexual além da pobreza – estou falando com pessoas que conhecem a área e sabem que a pobreza é um dos fatores fundamentais, mas não é a única razão. O importante é que os jornalistas começam a perceber, e esse dado aponta para isso, as outras implicações, os outros aspectos envolvidos no fenômeno da violência sexual, o que, para nós, é algo a se comemorar.

As soluções para o problema da violência sexual são discutidas em 15% das notícias. Esse aspecto

importante mostra que a imprensa está preocupada em apontar soluções e ouvir especialistas. Há uma participação fundamental e importante das fontes credenciadas de informação nessa cobertura.

Entretanto, os jornalistas têm dado pouca relevância ao papel do Estado. Daí por que não é de se estranhar que aqueles dados sobre orçamento e políticas públicas sejam tão deficitários ainda na cobertura.

Traduzindo, temos uma cobertura muito pontual. O jornalista vai à Delegacia da Criança e do Adolescente e, tendo ali uma criança apreendida e um turista, faz aquela cobertura circunstancial, mas não consegue fazer a articulação entre aquele dado, aquele flagrante, aquela prisão que foi feita, e um problema de contexto, um problema de fundo: quantas crianças foram apreendidas ou foram descobertas em situação semelhante? Qual encaminhamento foi dado a essas crianças? Que tipo de atendimento foi dado a elas? Que encaminhamento foi dado à pessoa que foi presa com essa menina ou esse menino? Fundamentalmente, falta compreensão do problema como fenômeno de política pública ou ausência de política pública.

Agora, um dado preocupante e de se lamentar: 10% das notícias fazem menção ao nome das meninas e dos meninos ou testemunhas. Obviamente, isso é um problema, porque coloca as crianças em risco ou em vulnerabilidade; expõe as crianças a uma situação vexatória e expõe testemunhas à retaliação das redes de exploração.

Dois e meio por cento das matérias trazem fotos que permitem identificar crianças e/ou adolescentes, e as fontes policiais ainda são as com maior peso nessa cobertura.

Sabe-se que existem programas sensacionalistas na mídia – existem jornalistas e jornalistas –, mas posso garantir, pela minha experiência, não só na ANDI mas experiências passadas em meios de comunicação, que essas deficiências são resultado principalmente da má formação, da falta de qualificação dos nossos profissionais sobre esse tema.

As visitas que a ANDI já fez, somando-se, no projeto, à Secretaria Especial de Direitos Humanos e à Partners of the Americas, em 2006 – foram mais de 20 oficinas em diferentes redações Brasil a fora –, mostraram que as redações estão abertas ao tema. Os jornalistas têm interesse em se qualificar, em conhecer melhor o tema. Ocorre que, por falta de qualificação, de espaços para discussão sobre esse tema no dia-a-dia das redações, que é acachapante, acaba-se, muitas vezes, reproduzindo o senso comum, reproduzindo conceitos equivocados, como prostituição infantil; acaba-se não percebendo a natureza particular de um fenômeno e outro.

Às vezes, no afã de dar voz a essa cobertura, ao ouvir meninos e meninas, acaba-se dando a eles visibilidade, mostrando o seu rosto ou outra característica que permita identificar essa criança. E, o que é mais grave: em muitos casos, ouvindo meninas que foram vítimas de violência, acaba-se revitimizando meninas e meninos, o que também é um problema. O que a gente tem feito é alertar nessas diferentes oficinas e publicações.

Recentemente, com a PETROBRAS, criamos o projeto Jornalista Amigo da Criança. É um guia para jornalistas para cobertura da violência sexual, onde se chama a atenção para esse *modus operandi*, para os cuidados que eles devem ter, seja para não se expor à retaliação das redes de exploração, seja para não expor crianças à violência dessas redes ou a uma situação de visibilidade ou vexatória.

Eu tinha falado a vocês que um dos projetos que a ANDI desenvolve há 6 anos – vamos para a quinta edição; na verdade, são 10 anos – com o Childhood Brasil e diversos outros parceiros, como o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, é o Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística.

Ele é um prêmio diferente de jornalismo. Ele não premia matérias já veiculadas e, sim, projetos de reportagem. Recebemos sugestões de pauta do Brasil inteiro, que vêm, obviamente, bem embasadas, apresentando o que o jornalista pretende mostrar, todo o **modus operandi** da cobertura. Selecionamos as melhores propostas e concedemos uma bolsa de investigação. Para televisão, na última edição, foram quase 15 mil reais e, para jornal, na faixa de 10 mil reais.

Esse é um recurso importante para veículos de comunicação, principalmente veículos regionais, que, muitas vezes, não têm fôlego para dar conta de uma cobertura mais exaustiva, um mês de investigação, de colocar um repórter dedicado àquela reportagem por um mês. Além disso, temos uma consultoria técnica. Especialistas ficam à disposição desses jornalistas durante todo o processo de elaboração da reportagem.

Na última edição do Tim Lopes, tivemos a felicidade de ter a Gadelha, que está aqui presente, como uma das consultoras desse projeto.

O resultado final está registrado nessa publicação que alguns de vocês tiveram a oportunidade de receber – quem porventura tiver interesse pode procurar depois; eu faço chegar até vocês também. Essa publicação registra as conquistas dessa experiência. Mostra que, sim, o jornalismo e o jornalista têm um papel fundamental e têm todo interesse de engajamento nessa questão. O que falta, realmente, é dar mais transparência às informações; aproximar, cortar as arestas que porventura ainda existam entre fontes

na área e jornalistas, e fazer, enfim, com que esse diálogo flua. Afinal de contas, as crianças, os meninos e meninas adolescentes Brasil afora, agradecem pela qualificação dessa cobertura e por um jornalismo de mais qualidade.

Tinha algumas descrições sobre o projeto, mas acho que são supérfluas. O importante é salientar que, além dos jornalistas, as empresas de comunicação também são muito sensíveis ao tema. Essa experiência de quase 10 anos de Concurso Tim Lopes tem mostrado que há uma abertura, há uma disposição também das organizações em tratar o tema.

O Tim Lopes, como falei a vocês, concede uma bolsa de investigação, mas não foram raras as circunstâncias em que as próprias empresas de comunicação investiram além dos 10 mil, 15 mil que a ANDI concedeu como bolsa. Investiram mais – muitas vezes, quase a mesma quantidade de recursos – para ampliar as investigações. Temos vários exemplos, ao longo desses 10 anos, de empresas que compraram o tema, que nele investiram e têm investido.

É importante registrar que, depois de conquistar o Tim Lopes, não só esses jornalistas mas também essas empresas de comunicação compram esse tema, vamos dizer assim, e inserem dentro da cultura das suas redações a preocupação com a cobertura de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: exploração, abuso e tráfico.

Agradeço a todos.

Até mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Obrigado, Dr. Ely.

Vamos agora para a terceira Mesa.

Convido para compor a Mesa sobre o tema “Processo de Seleção de Meninos e Meninas para Atividades Esportivas no Estrangeiro” o Dr. Luiz Gustavo Vieira de Castro, representante da Confederação Brasileira de Futebol – CBF.

Registro a presença em nosso plenário do jornalista e repórter Roberto Cabrini, da Rede Record.

O SR. LUIZ GUSTAVO VIEIRA DE CASTRO – Boa tarde a todos e ao Deputado Luiz Couto, em particular, que fez o convite à Confederação Brasileira de Futebol.

Estou aqui para tentar explicar o problema da transferência de jogadores para o exterior.

A Confederação Brasileira de Futebol está associada à Fédération Internationale de Football Association – FIFA. Tenho em mãos o Regulamento sobre o Estatuto e a Transferência de Jogadores da FIFA. O seu art. 19 trata especificamente da proteção aos menores de idades.

Em relação aos menores de idade, existem 3 possibilidades de transferência para o exterior. Duas delas não cabem no caso do Brasil, porque são transferências feitas no continente europeu. Como lá os cinquenta e tantos países são pequenos, é possível fazer a transferência se o jogador morar a 50 quilômetros da fronteira com o outro país. Mas, no Brasil, pela sua extensão, a 50 quilômetros já é outro bairro. Então, a única possibilidade de transferência de jogadores brasileiros para o exterior é a seguinte: se os pais dos jogadores trocarem o seu domicílio para o país sede do clube requerente e por razões não relacionadas ao futebol.

Vou dar alguns exemplos de casos que já aconteceram de jogadores que, espero, estarão daqui a uma semana ganhando a Copa das Confederações.

O primeiro exemplo é o de Alexandre Pato. Quando ele tinha 17 anos, todos já viam tudo aquilo que ele poderia demonstrar como jogador. O Internacional de Porto Alegre estreou o jogador entre os meses de novembro e dezembro de 2006.

Alexandre Rodrigues da Silva é o Alexandre Pato. Seu pai se chama Geraldo Rodrigues da Silva, e sua mãe, Roseli Rodrigues da Silva. Era um atleta do Internacional.

Normalmente, esses casos são acompanhados pela televisão, pelos meios de comunicação, mas eu acompanhava por documentação que chegava do Milan, da Itália.

Ele só fez 18 anos no dia 2 de setembro de 2007 e não poderia ser transferido antes. A possibilidade seria o pai e a mãe morarem na Itália, na cidade de Milão, com uma ocupação totalmente diversa do futebol. Com isso, ele poderia acompanhar os pais; sem isso, a FIFA nega a possibilidade e a CBF em hipótese alguma pode fazer essa transferência – quer dizer, quem até faria seria a minha pessoa, mas isso não ocorreria em hipótese alguma.

Isso é feito com extremo cuidado. Nos anos 90, quando a FIFA ainda não havia regulamentado essa questão, uma quantidade grande de jogadores brasileiros ia para o exterior. Se se acertasse, muito bem; se não se acertasse, o agente do jogador abandonava a criança. Normalmente, são crianças de pouco poder aquisitivo, até de famílias muito humildes, que ficam no exterior numa situação realmente muito complicada. Mas, de 10 anos para cá, a regulamentação está em vigor.

O Alexandre Pato, não sei se os senhores lembram, foi para Milão sem ser transferido da CBF; somente foi transferido no início do ano de 2008, quando já tinha 18 anos e 3 meses. Quer dizer, mesmo a

um jogador famoso não era possível dar essa transferência.

Também temos o exemplo do Anderson, um jogador que está machucado e por isso não está na Seleção. É um meio-campista. Era do Grêmio de Porto Alegre. Foi aquele jogador que fez um gol que classificou o Grêmio para a Primeira Divisão, nos últimos minutos de jogo, em Recife.

Então, o Anderson é um brilhante jogador e sua situação é mais ou menos semelhante à do Alexandre Pato. Ele ia para o Futebol Clube do Porto. A mãe dele é uma senhora humilde; ele já não tem pai, que faleceu. Lá em Portugal o Futebol Clube do Porto arranhou uma ocupação para a senhora sua mãe; ela trabalharia no clube. Ora, uma senhora que nem sei se era alfabetizada poderia exercer que função no Futebol Clube do Porto? Não é possível nenhuma atividade relacionada ao futebol. Seria o próprio clube em que ele iria jogar. Então, nós negamos essa transferência, e ele tão-somente foi transferido quando completou 18 anos. Ele ainda ficou no Grêmio, jogou pelo Grêmio, ajudou o Grêmio Porto-alegranse a voltar para a Primeira Divisão, e se transferiu no início do outro ano, com 18 anos e meio.

Estou dando exemplos que todos nós acompanhamos pela própria mídia.

Há outra situação, de dois jogadores que eram do Fluminense Futebol Clube do Rio de Janeiro, os gêmeos Rafael e Fábio. Esses jogadores foram contratados pelo Manchester United, em 2006 quando ainda estavam para fazer 17 anos e não foram transferidos. A CBF foi consultada, e nós negamos. Os pais deles teriam de estar trabalhando em Manchester, no mínimo na Inglaterra. Eles moravam em Petrópolis. O pai não tinha possibilidade de transferência para exercer qualquer atividade. Eles ficaram no Fluminense até completar 18 anos. Com 18 anos e dias, veio o pedido da Football Association – FA, da Inglaterra, e foi feita a transferência, com os jogadores já com 18 anos.

Estou dando esses 4 exemplos para demonstrar como faz a CBF, seja no caso de um jogador famoso, seja no de um jogador ainda não muito famoso, sem tanta habilidade. Se for adolescente, terá a mesma proteção.

O continente que mais solicita esses jogadores é o europeu onde, por conta do Michel Platini, estão fazendo uma legislação, tratando principalmente da América Latina, da Ásia e da África, mais rigorosa do que a que já existe para evitar esse trânsito de jogadores menores de 18 anos.

O próprio Presidente Blatter exemplifica quando é possível fazer, e o nosso Presidente, Ricardo Teixeira, em reunião de diretoria – ele faz parte do corpo dire-

tivo da FIFA –, alerta que essa vigilância tem que ser grande; que não pode haver erro em hipótese alguma. Menor de 18 anos não pode sair do Brasil.

Há outro exemplo aqui. Há cerca de 4 anos, uma criança de 16 anos queria ir para os Estados Unidos. Eu disse: não pode ir. O pai dele me telefonou. Era uma pessoa abastada, que morava em São Paulo, dona de uma firma de certo vulto e que tinha casa em Miami. Ele me disse: “por favor, deixe meu filho ir para os Estados Unidos porque ele vai estudar lá. Aqui ele não quer nada. Lá, ele vai jogar futebol, vai estudar e, quem sabe, com isso, não pega gosto pelo estudo”. Eu disse: “Somente se o senhor me comprovar isso que o senhor está me dizendo”. Então, ele mandou toda a documentação e o jogador pôde realmente ir. Um ano ou dois depois, ele esteve na CBF para agradecer porque o seu filho pegou gosto pelo estudo, apesar de continuar jogando futebol.

Neste caso, foi possível porque, comprovadamente, ele trabalhava no Brasil, tinha uma fábrica. Enfim, era uma pessoa de posses, mas teve de comprovar. Sem a comprovação, a CBF não passa a transferência, que é de minha responsabilidade; em hipótese e maneira nenhuma.

Eu trouxe aqui um dado sobre o grande número de jogadores maiores de 18 anos que vão jogar no exterior.

No início da gestão do Presidente Ricardo Teixeira, em 1989, foram 132; em 1990, 136, e isso foi crescendo, até que, em 2007, 1.242 jogadores brasileiros foram jogar no exterior. Ano passado, houve uma diminuição: 1.157. Este ano, até o dia 10 deste mês, 431.

Isto traz vantagens e desvantagens. São brasileiros que vão para o exterior praticarem a sua profissão e ganharem o seu dinheiro. Alguns, como Kaká e Robinho, ganham milhões, e são quantias que eles trazem para o nosso País, o que é bom. Jogadores até sem muita habilidade vão jogar em lugares que, sabemos, as manchetes dos jornais só cobrem o lado político, econômico, mas nunca o lado esportivo. Por exemplo, no Vietnã, os jogadores ganham 10 mil dólares.

Hoje, o Vietnã é um país em pleno desenvolvimento, com taxas chinesas de crescimento. São cerca de 40 jogadores brasileiros jogando no Vietnã. Quer dizer, é a nossa cultura exportada para lá e a de lá vindo para cá. Jogadores brasileiros estão na Malásia, na China, na Coreia, e não vou citar nem os países europeus, embora fosse o caso de lembrar de países do Leste Europeu, como a Moldávia, Bielo-Rússia, Lituânia, Armênia. Acredito que, dos 207 países que compõem a FIFA, no máximo uns 20 não fizeram transferência de jogador brasileiro. Tem jogador brasileiro até nas

Ilhas Faroe, um arquipélago próximo da Islândia, com 50 mil habitantes.

Luís Nachbin, um jornalista sensacional, que faz suas reportagens praticamente sozinho, filma, narra, e que já visitou todos os lugares deste Planeta – provavelmente ele aparecerá em outro planeta –, fez uma reportagem nas Ilhas Faroe, onde os jogadores saíam o bacalhau durante o inverno porque nessa época não dá jogar devido à proximidade com o Polo Norte, e, no verão, jogam futebol.

As Ilhas Faroe disputam as eliminatórias europeias para a Copa do Mundo. Lá, 4, 5, 6 jogadores brasileiros ganham em euros, porque Faroe, para os europeus, é considerada uma possessão dinamarquesa, mas para a FIFA é um país.

Volta e meia, chego na CBF e converso com jogadores que já estiveram em outros países. Há pouco tempo, conheci o neto do Didi – o nosso Valdir Pereira, bicampeão do mundo. Esse rapaz jogou na Hungria, sabe falar húngaro, das línguas mais difíceis do mundo, e eu, com o pouco que sei de Geografia, perguntei sobre a cidade de Budapeste. Ele me disse que já conhecia toda Europa.

O que quero dizer com isso? Que, da mesma forma que alguns jogadores vão e voltam sem aprender nada, acredito que a grande maioria enriquece a sua cultura e ganha dinheiro. É um mercado de trabalho porque, indo de início jogadores, posteriormente irão médicos, e os nossos médicos são os melhores do mundo na parte esportiva – exemplo disso foi a recuperação do Kaká: aqui no Brasil, em poucos dias, recuperou-se; nossos preparadores físicos são os melhores, sem falar dos nossos técnicos, todos eles puxados por esses jogadores que vão para o exterior exercer sua profissão.

Acredito que hoje estejam jogando futebol no exterior, em todos os cantos do mundo, quase 6 mil brasileiros, e muitos há mais de 10 anos.

Agora, voltando ao assunto inicial, a CBF realiza competições, e é aí que os olheiros ficam mais interessados nos jogadores. São competições de Sub-15, onde jogam crianças até de 14 anos; Sub-17, e as Sub-19 e Sub-20, que já seriam maiores de idade. Foi numa dessas, de 15 e 17, que Ronaldinho Gaúcho passou a ser conhecido. Ele, com 17 anos, já era conhecido em todo o mundo – acho que o Adriano também; o Fenômeno não, acho que foi da Sub-20, não me lembro bem. Mas na de 17 um número muito grande de jogadores é observado pelos clubes estrangeiros, antes que eles, vamos dizer, explodam e tenham de pagar mais caro.

Com esse cuidado muito grande da FIFA e que a CBF segue, sem dúvida nenhuma, conseguimos evitar,

pelo menos no futebol, a ida de jogadores transferidos da CBF. Alguém poderá perguntar: e aqueles jogadores de 14,15,16 anos que estão jogando lá fora? Esses saíram sem a transferência da CBF. Ela não tem como impedir a saída de brasileiros do País. Ela não autoriza a transferência. Se a FIFA descobrir que, em qualquer país, um jogador menor de idade, sem ou até acompanhado pelos pais, esteja praticando o futebol até como profissional, haverá sanções ao clube que o contratou – de modo geral, clubes europeus.

Então, o menor de idade que esteja jogando no exterior não recebeu a transferência da CBF. Não era um jogador que se chama de Federado, e aí é qualquer Federado: seja Federação de Brasília, seja São Paulo, seja Rio. Esse adolescente saiu do Brasil sem que a CBF tivesse tomado conhecimento; o jogador não era da família futebol ainda. Isto nós não podemos intervir nem impedir. Agora, transferência da CBF, menor de 18 anos, mesmo que seja jogador consagrado...

Não sei se o Alexandre Pato nem o Anderson, se fossem para o exterior, estariam cercados de todos os cuidados, mas não se pode abrir uma brecha. Se é para um por que não para o outro? Tem que haver igualdade, seja lá a habilidade do jogador que for. O Pelé, aos 17 anos, já era campeão do mundo, e não poderia se transferir. Não seria possível.

Acredito que, em linhas gerais, eu tenha esclarecido esse problema e, mais adiante, na mesa de debates, estarei à disposição para prestar mais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Dr. Luiz Gustavo Vieira de Castro, solicito a V.Sa., quando da segunda rodada, que fale um pouco sobre a situação dos empresários que levam para o exterior meninos que jogam futebol sem nenhuma relação oficial e também das escolinhas. Esclareça se há algum controle por parte da CBF, porque é através delas que muitos meninos estão indo para fora, mesmo com tutores. Quando lá chegam – recebemos esse tipo de denúncia – e o clube verifica que não houve autorização, que alguém ganhou dinheiro com a transação, são jogados no meio da rua, vão para a marginalidade.

Depois, V.Sa. poderá nos esclarecer mais a respeito, embora saiba que a CBF só trabalha com aqueles que vão oficialmente, que têm um contrato com o clube e que tiveram a transferência da CBF. Por outro lado, um número muito grande de brasileiros, como disse V.Sa., vêm jogando em outros lugares sem terem recebido qualquer autorização por parte da CBF.

Registro as presenças da Deputada Maria do Rosário, da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente; dos Deputados Veloso e Ricardo

Quirino e da Deputada Janete Pietá, também membros da Comissão.

Registro a presença da Dra. Mariane Joviask, Procuradora do Trabalho e representante da Coordenadoria de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes.

Dando continuidade ao Seminário, iniciaremos agora a quarta Mesa, cujo tema é *Tráfico de Seres Humanos na Região Norte do Brasil*.

Convido para compor a Mesa o ilustre expositor, o jornalista Roberto Cabrini, que também é repórter da Rede Record. Além da exposição do convidado, vamos exibir um compacto da reportagem sobre o tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Concedo a palavra ao Sr. Roberto Cabrini.

O SR. ROBERTO CABRINI – Boa tarde a todos. Para mim, é um prazer muito grande estar aqui.

Meus agradecimentos ao Deputado Luiz Couto pelo honroso convite para participar deste Seminário da Comissão de Direitos Humanos – e nenhuma democracia existe sem uma Comissão de Direitos Humanos atuante. Procuro nortear toda a minha carreira pelos direitos humanos. E acredito que o jornalismo não vale a pena se não puder defender os direitos mais básicos, mas elementares dos seres humanos.

Fico muito feliz de saber que essa reportagem provocou uma discussão em âmbito nacional. Afinal, a grande missão do jornalismo é provocar reflexões, é provocar discussões.

Evidentemente, muitos já trabalharam esse tema – pesquisadores e sociólogos importantes deste País, como os da Universidade de Brasília, por exemplo – e realizaram trabalhos relevantes a respeito.

A reportagem que produzimos num documentário de uma hora teve o objetivo de trazer à tona essa discussão, que o País não pode adiar. O Brasil precisa discutir isso, mas com vontade de resolver, e não apenas ficar fingindo que quer resolver algo que, na verdade, está sendo empurrado para a frente, conforme costumamos dizer.

Estamos falando de um negócio clandestino, gerador de US\$32 bilhões no mundo inteiro. A magnitude de recursos impressiona, só perde para o tráfico de drogas e de armas. E o Brasil é hoje um dos principais fornecedores de mão de obra para esse esquema. É evidente que estamos falando de um negócio de mão dupla, que só existe porque existem também países receptores dessa exploração e que até mesmo a incentivam, mas o Brasil não pode ficar fora dessa discussão, o Brasil precisa enfrentá-la – e com muita coragem.

Para ilustrar melhor, seria interessante neste momento exibirmos o compacto da reportagem. Depois continuamos a discutir o tráfico de seres humanos.

(Exibição de vídeo.)

O SR. ROBERTO CABRINI – Esse rapaz que vocês viram morreu justamente porque a polícia da Guiana Francesa colocou um cabo de aço no rio, e ele foi apanhado.

A gente fez questão de exibir isso, inclusive nesse trecho sobre o tráfico de mulheres, porque nenhum fenômeno é isolado. Estamos falando de fenômenos conjugados. As mesmas razões que levam tantas brasileiras a serem enganadas, algumas ou a maioria parcialmente enganadas; outras têm consciência do que vão fazer. Mas todas são vítimas dessa mesma realidade perversa socioeconômica que leva esses brasileiros a invadirem um país para conseguirem trabalhar.

As explicações disso – é claro – estão em nosso País, pois esses brasileiros vivem em lugares onde não existem oportunidades ou opções. Ou seja, esses homens ou esses garimpeiros aceitam o risco de viver na ilegalidade e não se veem como criminosos, até porque, de certa forma, estão tentando ganhar o “pão nosso de cada dia”. Mas, antes de tudo, o ato deles é ilegal. E, é claro, entendemos as atitudes de um país soberano ao reprimir essas atividades. Mas o mesmo fenômeno social que provoca a saída de tantas brasileiras para tantos países provoca também a saída desses brasileiros. Jamais iremos mudar a situação sem conseguirmos abrir um leque de opções a essas pessoas.

O Suriname é, hoje, uma rota importante. Não faz muito tempo houve uma pesquisa importante realizada por sociólogos e sociólogas da Universidade de Brasília, quando foram identificadas 241 rotas de tráfico de seres humanos no Brasil. São muitas rotas. Desse número, pelo menos 131 são rotas internacionais.

A rota do Suriname é hoje muito importante porque, através do Suriname, as brasileiras são levadas a países da Europa, como a Espanha, a Holanda, a Alemanha. Esses são os países que mais recebem essas mulheres. Essa forma de escravidão aproveita-se da ignorância e falta de informação dessas pessoas. Elas geralmente são atraídas com promessas de trabalho, algumas, conforme eu dizia, têm consciência parcial da realidade, outras não. Mas quando chegam lá, elas são escravizadas pelos métodos tradicionais da escravidão moderna, ou seja, a pessoa vai adquirindo uma dívida cada vez maior, que se torna impagável.

Muitos desses homens, esses exploradores que se classificam de empresários, é bom dizer – muitos acreditam que não cometem ilegalidade –, retêm os passaportes dessas mulheres e, é muito frequente,

a passagem de volta, e elas vão contraindo dívidas. Então se torna muito difícil voltarem para o País. Elas ainda têm receio de divulgar a situação em que se encontram até por preconceito – é questão cultural –, e assim vão ficando.

Precisamos analisar essa situação com grande profundidade. Por que isso de fato ocorre? O primeiro fator é gritante, todos viram: socioeconômico. Estamos falando de brasileiros que são presas fáceis porque não têm opções; estamos falando de regiões cujo índice de desemprego é realmente muito grande.

Mas outro fator tão importante quanto esse é a omissão, a ausência do Estado. Sabemos que no Brasil a prostituição – isso sempre caminha com o negócio clandestino da prostituição – é permitida. Considerada ilegal é a facilitação da prostituição. Mas é claro que isso gera uma enorme hipocrisia. O que acontece?

Todos sabemos que, culturalmente – faz parte das tradições não só do Brasil, mas de tantos países, possuir prostíbulo, que se enquadram dentro da lei de facilitação da prostituição –, não existe interesse nenhum em mudar a situação. Por quê? Porque é geradora de um grande negócio para policiais corruptos: extorsão. Não existe prostíbulo no Brasil que não seja visitado periodicamente por policiais corruptos. Essas casas só conseguem funcionar se pagarem determinada quantia.

Então, os policiais, que deveriam estar investigando brasileiras que são presas fáceis de uma máfia internacional, estão muitas vezes – é claro que não podemos generalizar – preocupados com a perpetuação desse negócio, gerador de muito dinheiro, num país que paga mal seus policiais e onde tanta gente encontra nesse tipo de negócio, a corrupção, uma maneira de melhorar seus ganhos.

A repressão que deveria existir é enormemente dificultada pelo desinteresse claro, patente. Isso notamos em cidades que fornecem esse material humano, pessoas que são enganadas e depois levadas. Notamos que grande parte dos policiais que atuam nessas regiões sabe perfeitamente o que está havendo, mas não encontra motivação e situação política para reprimir. Isso que ocorre nessas regiões é sabido de grande parte da população.

Entrevistei um agenciador de menores de idade, pessoas que são contratadas, aliciadas para a prostituição infantil, que atua em plena rodoviária de Belém do Pará, lugar altamente movimentado. Essa entrevista fazia parte dessa reportagem também – os senhores assistiram ao compacto. Nós não a incluímos. Mas me chamou muito a atenção, quando entrevistei a pessoa, que, evidentemente, negou que cometia isso, mas tínhamos imagens de câmeras escondidas que mostra-

vam como aliciava, como negociava, principalmente com estrangeiros.

O turismo sexual é um componente muito importante. O Brasil precisa decidir até quando vai aceitar ser um grande foco de atração de turismo sexual, porque existe o estereótipo enorme no exterior de que as mulheres brasileiras são maravilhosas, sensuais, de que aqui a prostituição é fácil, não existe repressão. Então, as pessoas são atraídas e alimentam esse tipo de negócio. Nós precisamos, antes de tudo, valorizar nossas mulheres e os brasileiros.

Mas eu dizia que é uma questão cultural também, porque nessa rodoviária de Belém do Pará, quando eu entrevistava esse homem, a entrevista se deu diante de dezenas de motoristas de táxis, e todos eles, sem exceção, conheciam esse homem e sabiam da sua atividade. Jamais fizeram nada para reprimir.

Não se trata aqui de condenar alguém individualmente, mas só vamos avançar se houver uma mudança cultural, se houver uma política educativa mostrando que essa exploração homem/homem tem de acabar.

Todos viram uma entrevista com o Embaixador brasileiro, uma pessoa muito instruída e que tenta fazer o seu trabalho. Notamos também que jamais houve participação efetiva da Embaixada brasileira – não especificamente desse Embaixador, que não está lá há muito tempo –, do Estado, de policiais querendo informações.

Todos viram aquelas pessoas no garimpo, numa terra sem lei, aquelas pessoas que tentaram interromper a minha entrevista. Elas se autointitulam militares, mas não o são. São apenas pessoas que chegaram antes a essas zonas de garimpo, estão ali ilegalmente e exploram os brasileiros, exigem propina para permitir a presença deles lá. Quem não paga propina é morto. Isso já aconteceu muitas vezes. Existem histórias também de brasileiras assassinadas, e nunca houve inquérito policial para investigar. Ou seja, é um mundo sem lei; existe uma confraria do silêncio, de autoridades de nível diplomático, policiais do Suriname. Refiro-me ao Suriname porque a matéria focou aquele país, mas isso acontece em muitos países da Europa. Inclusive, eu estava anotando, na pesquisa que fizemos, que são receptores de mulheres brasileiras, de trabalho escravo, países como Espanha, Holanda, Portugal, Estados Unidos, Venezuela, Itália, Suíça e Alemanha, ou seja, uma gama muito grande. O negócio é de mão dupla e só se resolverá se se fizer um trabalho em conjunto com os países receptores. Há, portanto, que se realizar um trabalho em conjunto com a polícia dos países receptores. A Polícia brasileira deve falar ativamente, e com vontade de resolver, não só para dizer que está tentando. Tem de haver uma decisão, disposição

política para resolver o caso. Vejo muita simulação de eficiência e pouca disposição de fato para mudar essa situação. Chama muita a atenção a forma como esse negócio corre livre e impunemente, sem que absolutamente nada seja mudado.

É evidente que temos policiais que querem acabar com isso, mas nem sempre encontram apoio. Há autoridades que querem enfrentar essa situação. O Promotor Ubiratan Cazeta, por exemplo, não é o único, mas é um homem legitimamente interessado em mudar essa situação, mas não encontra apoio das mais diversas frentes.

Não se trata aqui de apenas apontar o dedo para um segmento, esse é um trabalho para toda a sociedade. É preciso mudança cultural. Até quando vamos aceitar ser um País tão conhecido no exterior pelo turismo sexual, que é acompanhado pela impunidade? A decisão cabe a nós.

Nós, jornalistas, temos a função de mostrar a paisagem. Somos apenas a janela. Quem muda a paisagem é a sociedade como um todo – as autoridades, o Ministério Público, a Polícia, os nossos governantes. Existem atitudes muito importantes. Recentemente, o Governo do Pará elegeu o combate ao tráfico de seres humanos como uma de suas prioridades. É uma atitude louvável. Em nosso País, todos sabemos que existe a tendência de, depois de um certo tempo, esquecer-se o assunto, e a situação continua a mesma. Cabe a todos nós que estamos aqui, a todo o País, perguntar até quando permitiremos que a situação continue como está. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Muito obrigado, jornalista Roberto Cabrini, pelo trabalho que vem realizando para mostrar a realidade e também apresentar as políticas que podem ser efetivadas para o enfrentamento do problema e do compromisso, conforme S.Sa. colocou, que esse é o trabalho que faz, na defesa dos direitos humanos, da dignidade do ser humano.

Agradecemos a V.Sa.

Registro as presenças dos Deputados Domingos Dutra, Antonio Bulhões, Geraldo Thadeu e da Deputada Iriny Lopes.

Convido a Deputada Janete da Rocha Pietá para presidir os trabalhos neste momento. Tendo em vista que S.Exa. está em outra Comissão, convidamos o Deputado Domingos Dutra.

Informamos que na próxima quarta-feira, dia 24 de junho, será exibido o documentário *Garapa*, do Diretor José Padilha, de *Tropa de Elite*, no Plenário 3 desta Casa, a partir das 14h. Convidamos todos para assistirem ao filme que aborda o tema da fome e da insegurança alimentar no Brasil. A sessão especial é

de iniciativa desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Comissão de Legislação Participativa e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra)

– Em continuidade ao seminário, daremos início à 5ª Mesa, que abordará as atuais políticas públicas para coibir e prevenir o tráfico e a exploração de crianças e adolescentes.

Para compor a Mesa, convido a expositora Maria Luiza Moura de Oliveira, Conselheira do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e o Dr. Ricardo Rodrigues Lins, Coordenador de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Ministério da Justiça.

Concedo a palavra à Sra. Ana Teresa, representante da Secretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. S.Sa. dispõe de 10 minutos para sua exposição.

A SRA. ANA TERESA IAMARINO – Boa tarde a todos que estão aqui presentes neste seminário.

De antemão, agradeço, em nome do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a oportunidade de estarmos aqui para apresentar nossas reflexões.

Vou falar também de alguém não só do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Vou falar um pouco de alguém que já está numa história há bastante tempo. Esse debate vai tomando assento em cenários diversos, mas, com certeza, o País já enfrenta a questão da violação dos direitos humanos de crianças, pelo menos, a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que já tem 19 anos, a serem completados agora, dia 13 de julho. Vou falar também de mim na qualidade de profissional que atua nessa área.

Sou psicóloga e represento o Conselho Federal de Psicologia no CONANDA. Também vou falar de alguém que vem de Goiás, Estado onde vivemos essa triste realidade do tráfico de pessoas, de seres humanos.

Nesta nossa saudação inicial, eu gostaria de fazer um destaque à Comissão de Direitos Humanos, na pessoa do Deputado que a preside, Luiz Couto, que tem nos acompanhado em diversos debates, em especial em debates, na contramão do que estamos fazendo aqui, no sentido de eleger e dizer da necessidade de proteção à criança e ao adolescente.

Hoje houve, logo cedo, na CCJ, uma sessão que quer nos roubar direitos conquistados pela população infanto-juvenil, que é a redução da maioridade penal. Então, fico pensando na contradição em que vivemos na sociedade.

Falar dessa luta por direitos humanos significa encarar, na mesma Casa parlamentar, Câmara dos Deputados e Senado Federal, o lugar em que a infância é colocada nos debates.

Chamo a atenção das pessoas presentes, em especial dos Parlamentares, para tanta contradição temos de enfrentar. Eu gostaria de fazer esse registro.

Quero dizer aos senhores que pertenço a um órgão paritário, o CONANDA. Construímos essa apresentação de forma colegiada, em conjunto com o SPDCA. Trata-se de um programa de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, que já existe há algum tempo, e que vem desenvolvendo ações nessa direção.

Como já disseram algumas pessoas que me antecederam, esse enfrentamento não depende de ações isoladas, ele depende, sim, de uma assunção de responsabilidade de toda a sociedade brasileira com relação à população de crianças e adolescentes deste País.

A não-efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente nos leva a todas essas histórias que acabam alcançando todas as faixas etárias. Com certeza, o barqueiro que morreu recentemente nas águas de um rio amazônico certamente, quando criança, teve algum direito violado que o levou àquela condição de vida.

Temos de alertar todos e dizer que o nosso debate tem um endereço, sim, o nosso, no sentido de que a população infanto-juvenil deve ser respeitada, para que não precise virar mercadoria, como temos visto em desvelamentos de violação de direitos.

Penso que está claro neste seminário que acreditamos e encaramos esta Comissão como um espaço ampliado para trazeremos para a cena do Parlamento esse tema como um debate político. Falar das políticas públicas construídas para garantir direitos humanos da população de crianças e adolescentes significa cobrar do Parlamento, pois, dessas conversas e reuniões que temos aqui, saímos com compromissos selados. Saímos daqui dizendo, ao aprovar uma lei, um PL, o que neles está implícito. Temos feito alguns levantamentos e vimos que muitos PLs lesam direitos conquistados, como, no caso do próprio ECA. Faço esse alerta.

Incluir tema como esse, tão espinhoso, que de fato confronta toda a sociedade brasileira – Estado, família, sociedade como um todo – significa, de fato, assumir a dimensão e a complexidade para que esse tema nos convoca.

Estamos diante de um problema que tem causas variadas. Não adianta pensarmos que esta é uma questão só do nosso País. Recentemente, sediamos um congresso mundial, ocasião em que tivemos oportunidade de dialogar com mais de 170 países aqui re-

presentados. Verificamos que todos enfrentam a mesma situação. Então, estamos diante de um fenômeno mundial. É lógico que cada um vai ter de tratar da sua fatia, pois que se trata de violação com consequências severas para a vida das pessoas e do planeta.

Srs. Deputados, aqui cabe o alerta de que devemos pensar numa política pública que leve em conta todo o mundo. Estamos falando de situações transnacionais, de cenários virtuais, de situações que nos pegam muitas vezes desatualizados. Por isso, manter esse debate na pauta, como a Comissão de Direitos Humanos está fazendo, significa realmente dialogar com as frentes abertas neste País, que já vêm há anos lutando.

Somos contra a redução da idade penal porque nela implicam muitas questões, como o nosso grau de aceitação com relação a pessoas que traficam crianças. Sabemos que existe o tráfico interno: meninas e meninos são tirados de suas casas para fazer trabalhos domésticos em outras casas. Muitas portas são aceitas socialmente e expõem essas pessoas a situações dramáticas, em que essas pessoas são tratadas como mercadorias

Para auxiliar nessa reflexão, cabe ao Conselho Nacional, eu diria, um observatório nacional, um pararaio, de onde se consegue ter uma visão do nosso País.

Cada vez mais temos de nos mobilizar e nos articular, para dar conta de todas as frentes.

Seria interessante dizer do que estamos falando, ou seja, de um assunto que tem implicação na vida de todas as pessoas, especialmente na vida de crianças e adolescentes.

Essa população que aqui convocamos – no caso, faço um recorte bem específico na população de crianças e adolescentes – é da ordem de quase 60 milhões de pessoas, o que corresponde a 32% da população brasileira. Esse número é superior à população de muitos países da América Latina. Nesse universo, um número expressivo de meninos e meninas ainda é vítima de violação dos seus direitos, tendo em vista o trabalho infantil e – no caso específico deste seminário – a exploração sexual e o abandono^o

Nosso País é imenso, em seu território cabem muitos países. São 5.565 municípios. Segundo pesquisas e cruzamentos de dados, em 930 municípios, já mapeados, há essa extrema vulnerabilidade em relação à violência sexual.

Padecemos de lugares onde o mínimo ainda não chegou. Esse é um alerta que cabe fazer aqui, no sentido de compreendermos de que políticas públicas precisamos.

O País é muito grande, então, temos muitas estradas. A Polícia Rodoviária Federal, todos os anos, faz um relatório. O mais recente nos dá conta de 1.200 pontos de vulnerabilidade nessas rodovias que cortam o nosso País, pontos onde se identificam situações em que uma criança, um adolescente pode estar exposto a esse tema que aqui estamos tratando.

Quanto às políticas públicas, ressalto o Disque 100, um serviço de interesse público instalado no País. Por esse número, fácil de gravar, temos recebido inúmeras denúncias – em média, 1.700 chamadas ao dia. De cada 1.200 chamadas, 80 são denúncias de algum tipo de acontecimento. Com certeza, do outro lado da linha, há uma criança que está vivendo uma concretude dessa dimensão de violação de direitos.

De 2003 até 2009, foram 2 milhões de atendimentos, com 98.711 denúncias formalizadas, o que já permite um retrato da situação. Numa reunião hoje cedo, eu dizia que nesse retrato o Disque-Denúncia não denuncia somente a violação de direitos de uma criança que está com a sua intimidade agredida. Se estamos recorrendo a esse serviço é porque nos está faltando, na ponta, uma política estruturada, de Município, de Estado, da Federação.

Como essas forças estão se reunindo para que, por exemplo, a Pacaraima, fronteira seca brasileira com a Venezuela, a política pública chegue, de modo a evitar essa situação de uma criança ser levada a qualquer hora e a qualquer custo?

Bem, vou anunciar alguns dados que o Disque tem nos trazido de 2005 até 2009. No ano de 2008, temos 95 registros de tráfico de crianças chegando até o Disque 100, que são denúncias formalizadas. Em 2009, até o mês de maio –mês passado –, nós temos 24 registros de situações de crianças também envolvidas na questão do tráfico.

Eu tinha preparado várias questões para abordar, mas em função do tempo vou me ater a algumas que são importantes.

Nós temos o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, que foi aprovado há 9 anos. Esse plano vem dando conta de organizar, em torno de 6 eixos, ações concretas para fazer o enfrentamento dessa temática que estamos tratando aqui. Talvez seja importante as pessoas aqui presentes, inclusive a própria mídia, tomar mais intimidade com essa estratégia em torno da qual o Brasil vem trabalhando.

Na esfera do Governo Federal, temos o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, que é um programa que vem dando atenção e fazendo articulação para cumprir esses eixos, que são os eixos de um plano nacional estabelecido em todo território.

Principais metas: levantamento das pessoas que são traficadas; fortalecimento dos Disques locais. Cada Estado tem se organizado em forma de Disque-Denúncia para aquela localidade, o que facilita muito a ação; implementação de metas para o plano nacional do tráfico de pessoas, que também é algo que vai ser tratado aqui agora; adoção de melhores práticas – como a gente formar uma investigação mais reativa e proativa; ter uma base de polícia de inteligência mais estruturada.

A gente está diante, como eu já disse, não de um problema só localizado, mas de uma questão mundial. O Brasil é signatário do Protocolo de Palermo. Hoje circula nesta Casa um PL que tipifica e detalha tipos de situações. Daqui a pouco, pode ser que estejamos fazendo mesa-redonda para esse tipo de situação, que é a questão do trabalho escravo. Mas a remoção de órgãos, o tráfico de órgãos também é algo urgente a ser tratado. Esse problema é difícil, é complexo, mas ele também está nessa rota aí. Não podemos escapar desse debate.

Com referência às dificuldades encontradas para a implementação de algumas questões, já falei um pouco. Temos uma extensão territorial muito grande, o que exige uma política muito forte nos Municípios e nos Estados. Temos uma extensão de fronteira seca muito grande. Trabalhamos muito nessas localidades por aí, inclusive em município sem território.

Existem também muitos preconceitos. A gente fala um pouco dessa revolução cultural que temos que fazer, especialmente em relação ao tratamento que se destina a crianças e adolescentes em nosso País.

Nesse monitoramento das redes nós trabalhamos com um tipo de fenômeno que flutua muito. Temos que ter realmente uma rede do lado de cá muito bem organizada. E eu digo isso a partir do próprio Parlamento, de como se pode alcançar e criar verdadeiramente a proteção.

E os cenários novos que acabam nos pegando de surpresa, mas já temos que nos preparar para eles. Trata-se da questão das redes virtuais. Muitas crianças são capturadas por esse tipo invisível de conforto, que muitas vezes as famílias encontram ao deixar o filho entregue a um computador. Antes era a televisão, mas hoje ele é teleguiado, e fazendo combinações até de comunidades suicidas, como a temos visto acontecer, em especial aqui em Brasília. Muitos adolescentes têm levado a sua vida a termo. E muitas pessoas são capturadas por essas redes.

E por último eu queria dizer a todos que a proteção das crianças e dos adolescentes, a par dos progressos inegáveis da modernidade, tem garantido uma melhoria sem tamanho, porém ainda parcial. Se olharmos a

condição de vida da maioria das pessoas dessa faixa etária, vamos observar isso. Também são imensuráveis os avanços verificados nos trabalhos desenvolvidos, o usufruto da informação, da cultura escrita, o acesso a bens de primeira necessidade: educação, saúde e habitação. Todavia, esses progressos não são universais, nem comuns a todas as crianças do mundo. Conforme sinalizam muitas informações disponíveis, a gente encontra dados assustadores de desigualdades sociais, como índices globais, que repercutem diariamente na vida das crianças e adolescentes afetados pela situação de violação, que são privações e pobreza em regiões ao redor do mundo, em países e grupos sociais com grandes e graves carências socioeconômicas. Por isso temos muito a fazer. Nossa responsabilidade nessa luta é grande e a luta precisa de todos nós, especialmente quando vemos tragédias que nos emudecem e deixam toda a Nação atônita, no caso brasileiro, quando literalmente assistimos à morte dramática de adolescente, transmitida ao vivo e em cores por todo o País. Nós inclusive já participamos de audiências, aqui mesmo no Congresso brasileiro, em que nós temos de estruturar e estabelecer uma ética que de fato faça valer direitos humanos de crianças e adolescentes.

Então, pensando nessa condição, eu perguntaria em que lugar a criança comparece na exposição midiática? Muitas vezes em contexto de crime, ou como criminosa, ou como alguém que é grande ameaça para a sociedade, ocasião em que sempre se pede a redução da maioridade penal.

Então, de novo eu digo que, na condição Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, vemos que há uma grande contradição e que está em nossas mãos resolvê-la.

Muito obrigada. É pena que tenhamos um tempo tão pequeno (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – É assim mesmo, a nossa vontade no enfrentamento dos crimes é maior do que o tempo que temos para falar. Mas é sempre assim, o desejo e a ação devem ser sempre muito grandes.

Concedo a palavra ao Dr. Ricardo Rodrigues, Coordenador de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Ministério da Justiça. V.Sa. dispõe de até 15 minutos.

O SR. RICARDO RODRIGUES LINS – Boa tarde a todos os senhores e senhoras, boa tarde também aos participantes da Mesa. Eu trabalho na Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, coordenando o enfrentamento ao tráfico de pessoas. Trata-se de uma Coordenação ligada ao gabinete do Secretário Nacional de Justiça. Nosso trabalho se dá na implementação de um Plano Nacional de Enfrentamento ao

Tráfico de Pessoas, construído com a sociedade civil. Nós temos metas tanto na área de prevenção quanto da assistência e repressão a esse crime.

A Mesa, assim como os expositores que me antecederam, disseram muito bem: esse crime é muito complexo, envolve fatores psicossociais e discriminatórios que também precisam ser enfrentados. A nossa meta é implementar todo o plano até 2010, quando pretendemos formar uma rede.

Nós temos dito que enfrentar o tráfico de pessoas é formar uma rede interligada e, ao mesmo tempo, interdependente. Somente o trabalho da polícia na repressão não vai resolver o problema do tráfico de pessoas ou do aumento desse crime. É preciso, sim, o trabalho que vem se dando em outras áreas, como a Secretaria de Políticas para a Mulher, que também ajuda a reduzir a violência doméstica e o tráfico de mulheres para que consigamos diminuir esse crime efetivamente.

(Segue-se exibição de imagens.)

Temos aqui um esboço da política que foi criada em 2006, e que o Governo vem implementando. Foi discutida, como eu disse, num seminário, em que construímos todas as metas. Ela está disponível no *site* do Ministério da Justiça.

Eu sempre digo isso porque essa política traz a necessidade de um diálogo constante entre os vários órgãos, no sentido de que eles se reconheçam interdependentes. E para a repressão é necessário um trabalho conjunto do Ministério Público Federal com as polícias, para que se consiga reduzir esse tipo de crime. E mais ainda, na questão da assistência, precisamos das ONGs, dos serviços que já são oferecidos pelo Ministério da Saúde, pelo Sistema Único de Saúde; precisamos do trabalho de prevenção que vem sendo realizado pelas escolas. Enfim, há necessidade de ações conjuntas e de permanentes diálogos.

A política nacional traz diretrizes e princípios na área do enfrentamento ao tráfico de pessoas, e nesse sentido coloca, dentre seus princípios, a necessidade de se trabalhar com toda a sociedade civil, como acontece no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

Bom, trago alguns princípios. Não vou fazer essa leitura, mas sempre temos a ideia de que principalmente as mulheres que são profissionais do sexo, trabalhadoras do sexo, procuram esse tipo de atividade para serem traficadas. O que quero deixar bem claro é que, independentemente da atividade exercida, ninguém deve sofrer violência contra sua dignidade como pessoa. Ou seja, a mulher pode procurar a prostituição porque é livre, mas ela não pode ser violentada, sofrer violência e ter o seu principal direito, que é o direito

à liberdade, cerceado, o direito à própria dignidade como pessoa.

Bom, a política também incentivou a formulação de outras políticas. São Paulo vem elaborando a sua política, já está em fase final do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, assim como Pernambuco e o Pará, como já foi citado pela Mesa.

Bom, esse é o plano também disponível.

Todas as ações na área de educação e saúde vêm estabelecidas como metas, todos os Ministérios já estão implementando, como colocou o Ministério do Turismo, ações que constam aqui do plano de enfrentamento desse problema, ações preventivas, que são fundamentais. Eu sempre digo que a informação é uma arma poderosa. Se damos essa informação às comunidades de que existe esse tipo de crime, de que vem se recrutando pessoas, podemos evitar e muito esse tipo de recrutamento, esse tipo de violência. É preciso também não só divulgar o fenômeno, mas divulgar os serviços oferecidos, que ainda são poucos, mas que pretendemos ampliar. Essa é uma ação conjunta que envolve também toda a sociedade e até organizações não governamentais, que já estão atuando nessa área.

Aqui são as ações que o plano traz, seja na área de segurança, seja na área de educação.

A questão do tráfico de pessoas já é antiga, vem desde quando se abordava a questão do tráfico de mulheres, só que estabelecido mesmo temos o tráfico internacional. Com a mudança no Código Penal, em 2005, trouxemos a figura do tráfico de pessoas, tanto internacional quanto nacional. Então, havia um recorte de gênero, e hoje nós temos casos já reconhecidos, sendo investigados, de transexuais, de transgêneros em geral e principalmente em outras modalidades.

Há um crescimento também da questão do tráfico para fins de remoção de órgãos. O Ministério Público Federal tem registrado e investigado vários casos. São denúncias que estão em andamento, algumas já com condenações. Então, é preciso também termos a visão dessas modalidades. Já foram realizadas pesquisas aqui no Brasil, pelo Governo Federal, que já estão disponíveis também para a sociedade, além da PESTRAF, que foi coordenada pela ONG CECRIA, com o patrocínio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça.

Essas são algumas ações, principalmente de capacitação. Nós teremos agora, de 22 a 24 de junho, em São Paulo, na próxima semana, um seminário internacional sobre o tráfico de pessoas, com participação de países do MERCOSUL, que formará e capacitará profissionais da área de segurança pública e justiça para reprimir esse tipo de crime.

Essa transparência mostra algumas campanhas.

Aqui temos algumas publicações, principalmente das pesquisas que nós temos.

O Governo também deu prioridade aos chamados Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Os Núcleos são centros de articulação instalados em parceria com os Governos Estaduais, em que fazemos um trabalho de formação das redes. Em um recente caso, em que não havia um Núcleo no Estado, nós fizemos, até por uma questão de risco dessa pessoa, dessa vítima, por solicitação da Deputada Maria do Rosário, a transferência de uma dessas vítimas para que ela fosse atendida por um dos núcleos e encaminhada à rede de referência de atendimento às mulheres vítimas de violência nesse acompanhamento. Então, é primordial – e este é o nosso trabalho – divulgar que existem os Núcleos e os Centros de Referência da Mulher, dentre outros órgãos que prestam esse atendimento. A Polícia também deve reconhecer a necessidade dessa parceria, porque, muitas vezes, a vítima não presta depoimento por falta de assistência psicológica e social para que se fortaleça e possa denunciar esse tipo de quadrilha. Registro que, independentemente do fato de ela querer ou não prestar depoimento, nós lhe damos assistência.

Hoje temos uma parceria e vamos implementar outros Núcleos. Já estamos assinando convênios com outros Estados, entre eles a Bahia, que, além do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, terá o que chamamos de postos avançados – postos localizados nos locais estratégicos, a exemplo de aeroportos e terminais rodoviários, que prestarão informações e recepcionarão as pessoas que retornam. Isso também é fundamental para que o atendimento esteja mais próximo da vítima.

Já falei um pouco sobre os Núcleos e os postos avançados. As equipes, na sua maioria, são fornecidas pelas Secretarias de Justiça, portanto os profissionais que atendem àquelas pessoas são servidores dos Estados.

Todos os recursos hoje disponíveis são do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Temos 2 tipo de ações: as de formação de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; e ações mais gerais, da própria Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Essas são as 2 ações.

Aqui temos uma visão geral dos Núcleos já implantados: Pernambuco, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo e Pará. Este ano, estaremos inaugurando um Núcleo no Acre, que também oferecerá esse serviço à população.

Apenas para finalizar, Deputado, registro que o trabalho realizado ao longo desses anos, não somente pelo Governo Federal, mas por toda a sociedade civil, fez com que também aumentasse o número de inquéritos instaurados. Ou seja, a população acreditava que o tráfico de pessoas e a escravidão moderna eram fenômenos que não existiam. Isso, então, facilitava a ação do traficante, que ia recrutar pessoas no interior. Imaginem, nas regiões do Nordeste, onde muitas vezes nem se tinha acesso à informação, como era fácil recrutar uma jovem para o mercado do sexo! Muitas vezes, ela nem sabia que era para isso, ela pensava que se tratava de nova oportunidade, que iria viajar e conhecer outros países, onde trabalharia e ganharia mais.

Então, quando uma autoridade, seja delegado ou Prefeito, diz que isso não existe na sua cidade, ele faz com que ali haja maior número de pessoas recrutadas, porque a informação não chega até lá – e ela é essencial.

Este seminário é fundamental, assim como o trabalho do jornalista Roberto Cabrini, que, ao divulgar a informação, faz com que a pessoa conheça a existência desse fenômeno e pense muitas vezes antes de aceitar uma proposta desse tipo. Portanto, repito, a informação é essencial.

Hoje temos 207 condenações por tráfico de pessoas, o que entendemos que ainda é muito pouco, pois, para os senhores terem ideia, de 2002 a 2008, conseguimos elevar esse número. Não estou dizendo que a repressão deva ser o principal foco da política; ela é um dos focos. O fundamental são a assistência e a prevenção. E devemos comemorar o fato de haver condenações, sim, porque pretendemos reduzir a impunidade desse tipo de crime. Esse fato refere-se apenas ao tráfico internacional de pessoas, em razão do trabalho que vem sendo feito pela Polícia Federal, pela Polícia Rodoviária Federal e pelo Ministério Público Federal, em parceria, conforme foi citado, com Estados como Goiás, entre outros, e vem dando resultado. Temos de comemorar, sim, porque, quando conseguimos punir um desses traficantes, demonstramos à sociedade que o Estado vem atuando nessa repressão. Mas queremos fazer mais; queremos levar informação e prestar melhor assistência a essas vítimas.

Para concluir, registro que estamos também lançando uma campanha nacional para divulgar essa informação. Precisamos de parceiros, da imprensa, do Poder Legislativo e de toda a sociedade para fazer com que não somente esse fenômeno, mas também os centros de assistência às pessoas que sofrem com ele sejam conhecidos, para que elas saibam onde procurar ajuda.

A Secretaria Nacional de Justiça está à disposição de todos e pretendemos formar e ampliar cada vez mais essa rede.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Obrigado, Dr. Ricardo. Quero fazer apenas uma pergunta: o Distrito Federal não aparece nessa pesquisa porque não se dispõe de dados ou porque aqui não houve condenação?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – O Distrito Federal não tem?

O SR. RICARDO RODRIGUES LINS – Somente Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Mas exploração...

O SR. RICARDO RODRIGUES LINS – Pretendemos também, Deputado, levar a todos esses locais e comunidades a informação de que há um canal de denúncia, a exemplo do Disque 100, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que faz um trabalho muito bom nesse sentido. Ou seja, queremos possibilitar que a população tenha acesso ao Disque 100, para que a polícia possa investigar as denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – O Distrito Federal não dispõe de banco de dados sobre essa situação?

O SR. RICARDO RODRIGUES LINS – Tal informação não chegou ao âmbito do Ministério Público Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Está certo.

Concedo a palavra à Dra. Ana Teresa Iamarino, representante da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

A SRA. ANA TERESA IAMARINO – Boa tarde a todos.

Sei que hoje o enfoque deste seminário são as crianças e os adolescentes, mas, conforme vimos no decorrer da discussão, não há como falar sobre o tráfico de pessoas sem mencionar a questão do gênero e a maior vulnerabilidade das meninas e mulheres.

Falarei primeiramente do órgão que represento, porque a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres é muito recente e, às vezes, até desconhecida.

(Segue-se exibição de imagens.)

A SPM, criada em 2003, é uma Secretaria Especial vinculada à Presidência da República, com *status* de Ministério. Entre todas as suas competências, destaco a de assessorar diretamente a Presidência da República na elaboração e articulação de políticas para as mulheres, bem como no planejamento de gênero

a ser executado por todo o Governo Federal e pelos Governos Estaduais e Municipais.

Sou responsável pelas ações de enfrentamento ao tráfico de mulheres e à exploração sexual de meninas e adolescentes, que estão a cargo da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

Gosto de reforçar as ações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres porque, como bem ressaltou o Roberto Cabrini, todas as nossas ações, que, de alguma forma, minimizam a violência, são de prevenção ao tráfico.

Trabalhamos com um conceito de violência baseado na Convenção de Belém do Pará, que diz em seu art. 1º:

“Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.”

Gostaria de apenas destacar que, ao falar em gênero, não estamos ressaltando a diferença entre homem e mulher, mas, sim, a feminilidade e a masculinidade, os papéis que são atribuídos à mulher. Por isso, usamos a palavra “gênero”.

Essa violência é multidimensional e, para combatê-la, temos de adotar uma ação também multidimensional, que envolva as diferentes esferas da vida social: educação, justiça, segurança pública, assistência social, entre outras. Isso porque todas essas áreas de alguma forma têm competência no enfrentamento a essa violência.

A política é baseada em 4 eixos principais, que chamamos de dimensões. Primeiro, a dimensão da prevenção, que irá trabalhar todas as ações educativas e culturais que interfiram nos padrões sexistas; segundo, a dimensão da assistência, que consiste no fortalecimento da rede de atendimento especializada às mulheres; terceiro, a dimensão do combate, com ações punitivas e de responsabilização; e, quarto, a de garantias de direitos, que é o exercício da cidadania e do empoderamento das mulheres.

Nosso trabalho de enfrentamento ao tráfico de pessoas está muito baseado na constituição de uma rede de atendimento nesse eixo da atenção.

Entendemos como rede toda ação articulada entre as diversas instituições governamentais ou não governamentais, para dar conta da complexidade desse fenômeno, que, como já mencionei, é multidimensional.

Este desenho ilustra um pouco o que temos trabalhado na rede de atendimento. Na área de segurança, temos as delegacias especializadas de atendimento

à mulher, um trabalho muito próximo com o Corpo de Bombeiros, com as Polícias Civil, Militar e Federal, com os IMLs; na saúde, existem hospitais especializados em serviços para cuidar de vítimas de violência sexual, saúde mental, Programa Saúde da Família e postos de saúde; na Justiça, há os juizados especializados de violência contra a mulher; núcleos especializados nas defensorias públicas, Ministérios Públicos e serviços de responsabilização dos agressores, como prevê a Lei Maria da Penha no que diz respeito à violência doméstica; na assistência social, os serviços de atendimento, que são os Centros de Referência de Atendimento à Mulher, com a prestação principalmente de serviço psicossocial, as casas-abrigo, locais seguros e sigilosos para mulheres que se encontram em situação de risco iminente de morte, e os CRAS e CREAS, com os quais também mantemos parcerias.

Como mencionou a colega do CONANDA, nós também, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, mantemos um serviço de utilidade pública, o Ligue 180, uma central de atendimento à mulher que funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, é gratuito e pode ser acionado de qualquer região do País. Ele é uma importante porta de entrada. Muitas mulheres acessam o 180. A principal atribuição desse serviço é prestar informação às mulheres, encaminhá-las para os serviços da rede de atendimento e, no caso de denúncias, temos um fluxo definido com a Polícia Federal e com as Polícias Cíveis, para encaminhamento em casos de urgência.

Então, para instrumentalizar e para fazer valer essa política, foi criado o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Ele foi lançado pelo Presidente na 2ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres, em agosto de 2007, e compõe a agenda social do Governo Federal. É, portanto, uma estratégia de descentralização dessa política fazer com que essas ações cheguem na ponta, e trabalha de uma forma tripartite, sempre em parcerias com Governos Estaduais e Municipais na elaboração e na execução dessas políticas. O objetivo geral é enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, numa visão integral desse fenômeno.

Estão definidos no Pacto 4 eixos principais. Primeiro, a implementação da Lei Maria da Penha e o fortalecimento dos serviços especializados; segundo, o eixo de proteção dos direitos sexuais reprodutivos e o enfrentamento da feminilização da AIDS; terceiro, o eixo da proteção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão; e, quarto, o eixo de combate à exploração sexual de meninas e adolescentes e ao tráfico de mulheres.

Como este é o nosso tema, vou-me deter a ele. Ele é colocado aqui como um eixo, porque entendemos que o tráfico de mulheres é uma das formas de violência contra a mulher, portanto, baseado em gênero. Não é à toa que a imensa maioria de casos de tráfico de seres humanos é de mulheres.

Entendemos que isso ocorre porque ainda existe uma cultura machista, em que as mulheres, muitas vezes, são vistas como mercadorias, e os padrões sexistas ainda são muito estruturantes na nossa sociedade. De fato, às mulheres não são dados todos os direitos como deveria. Elas são, portanto, o público mais vulnerável nesse tipo de crime.

Temos aqui exemplos de ações desenvolvidas no eixo de enfrentamento ao tráfico de mulheres, que passa pela capacitação de profissionais. Temos prestado atendimento não só pelo 180, serviço ligado diretamente à Secretaria, mas também pelo centros de referência de atendimento à mulher.

Trabalhamos, portanto, um módulo específico do tráfico em todas as nossas capacitações da rede. Foram instalados também serviços de acolhimento em algumas fronteiras. Esse é um trabalho inicial, mas que já vem dando bons resultados.

Aqui estão todos os parceiros que compõem a nossa agenda social, o Pacto, todos eles com ações definidas e com orçamento também destinado especificamente a desempenhar as atividades previstas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Vou destacar agora algumas das nossas atividades no combate ao tráfico.

Trouxemos algumas das lições das mulheres que vivem na realidade do tráfico. Isso já foi bem abordado aqui, essa compreensão, mesmo assim eu destaco que essas mulheres são excluídas do processo de decisão, de desenvolvimento, de emprego e de trabalho. Seus empregos giram sempre em torno de demandas masculinas. A grande maioria delas é abusada na infância e sua sexualidade está a serviço dos homens. Elas não usam a sexualidade para fins de realização pessoal, mas sempre para servir a alguém. A maioria também é mãe desde a adolescência. O fato de terem essa responsabilidade quase que total pelos filhos, porque a maioria é de mãe solteira – os homens não se responsabilizam pelos filhos nem em parte nem totalmente –, acaba sendo um dos fatores para que ela busque outras alternativas de sustento.

É importante também mencionar o contexto da família quando se trata de tráfico, as relações familiares, principalmente na infância. Ou seja, com quem essas mulheres moravam, como eram tratadas, se têm ou não históricos de abuso, se têm ou não filhos. Conhecer o ambiente familiar em que ela vive costuma

definir o contexto. Isto tudo é muito importante para, depois, saber por que elas se tornaram vítimas desse crime. Na maioria dos casos, elas são de famílias desestruturadas: sofreram algum tipo de violência, seja abuso sexual, seja violência doméstica; possuem filhos e baixa renda. Esse contexto é muito importante para identificar e até definir políticas para lidar com a situação.

Elas vivem, em sua maioria, numa dualidade, num contexto de pobreza em que as perspectivas de trabalho são quase nulas. Elas não possuem renda, nem têm condições de trabalhar, não se realizam por meio do trabalho. Elas se veem entre ser uma boa mãe, ficar com os filhos, ou deixá-los para ir buscar alternativas. Isto aparece bastante na reportagem. Elas lutam sozinhas para sobreviver.

Percebemos que, quando elas se encontram no tráfico, elas estão numa situação pró-ativa das suas vidas. Elas não se enxergam como vítimas. Então, não adianta propormos políticas em que seja necessário o reconhecimento pela pessoa como vítima e que ela vá buscar o serviço. Na maioria dos casos, elas não se reconhecem como vítimas, nem percebem o quão a vida delas está carente de direitos.

Gostaria de ressaltar que, para um atendimento adequado, nossa preocupação, nosso foco na Secretaria, apesar de reconhecer a importância da responsabilização e do combate ao crime, é principalmente a prevenção e o atendimento a essas mulheres. Não condicionamos o atendimento à denúncia, mas tentamos trabalhar para que essas mulheres se sintam com poder suficiente a ponto de terem segurança para denunciar.

Para que tenhamos um atendimento adequado, precisamos recuperar essa vítima. Trata-se de um processo complexo, que exige tempo e apoio especializado. Não é num primeiro atendimento, no acolhimento, que isso vai ocorrer. Ela não pode ser tratada como criminosa. Na maioria das vezes, elas até praticam algum ato ilegal, mas sempre são vítimas de alguma exploração e de violação de direitos. Então, por mais que ela saiba que ela vai se prostituir em outro lugar e concorde, isso não pode ser motivo para que aceitemos que ela seja explorada.

Devemos requisitar todos os tipos de exames médicos, se houver algum sinal de violência – e na maioria das vezes há –, respeitar a sua privacidade, não divulgando nomes e imagens, e oferecer segurança, dar assistência social, assistência como um todo.

A Secretaria participou ativamente na elaboração da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e agora também, na execução do Plano Nacional, já começamos o trabalho de fortalecimento

e capacitação dos centros de referência. Este número está até atualizado. Atualmente são 125 centros, e não 116, porque ontem foi inaugurado um outro. Os centros de referência já estão em funcionamento no País e ainda temos uma previsão de aumento de pelo menos 30% até o final de 2010.

Esses serviços estão sendo capacitados para prestar atendimento a mulheres egressas do tráfico, para que elas possam resgatar a dignidade, o seu poder. Inclusive, na época da sua criação, eles foram elaborados seguindo a lógica da Lei Maria da Penha, principalmente nos crimes de violência doméstica praticada por companheiros.

Agora há uma compreensão de que, na verdade, esses serviços devem dar conta de todo e qualquer tipo de violência que a mulher possa sofrer, e o tráfico é um deles. Alguma adequação no trabalho, como, por exemplo, definir plano de segurança dessas mulheres, já está sendo feita, além da elaboração de novas metodologias e capacitação desses serviços.

Temos trabalhado uma nova política de abrigo que se baseie não só nas casas-abrigo, porque sabemos que, apesar de ser um serviço sigiloso e seguro, não se sustenta se fixado sempre em um lugar.

Entendemos também que, em alguns casos, não é apropriado elas serem encaminhadas para casas-abrigo. Nos casos de tráfico, por exemplo, sabemos que, às vezes, não é bom adotar o mesmo trabalho realizado nos casos de violência doméstica.

Agora está sendo pensada e já vai ser implementada, no começo do próximo semestre, a Central de Abrigo, em que os 180 vão ser responsáveis por receber as demandas de abrigo e, nesse primeiro momento, em 7 capitais teremos postos de encaminhamento para casas-abrigo ou outros serviços alternativos de abrigo.

Temos apoiado também, por meio de editais e de projetos de convênio, projetos inovadores nessa área com organizações governamentais e não governamentais.

O Disque 180 passou a atender o tráfico desde junho de 2008. Até então essa não era uma demanda específica e não trabalhávamos com isso de forma sistematizada. Definimos um fluxo com o Disque 100, para casos de denúncias de crianças e adolescentes, e com a Polícia Federal, no caso de outros tipos de denúncia.

Como já foi dito, não adianta trabalharmos apenas as ações internamente. Tudo que fazemos aqui para resgate e diminuição das desigualdades de gênero também precisamos trabalhar com os demais países, senão não conseguimos um resultado efetivo.

Então nós temos, no âmbito da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, um projeto que já foi aprovado e tem previsão para iniciar-se neste segundo semestre. Esse projeto engloba uma unificação conceitual de análise legislativa desses países, para que se façam os encaminhamentos e também o fortalecimento das redes de atenção e de serviços, inclusive com a criação de um serviço de acolhimento na nossa principal fronteira, Foz de Iguazu, fronteira seca situada entre o Paraguai e Argentina. Trata-se de um piloto desse projeto, que está previsto para ter início no próximo semestre.

Além disso, temos trabalhado muito com a criação de centros de acolhida. Já temos parceria em andamento avançado com a Espanha e Portugal. Quanto ao Suriname, realizamos um encontro com as autoridades e atores governamentais desses países e com a sociedade civil para discutir esse tema. Desse encontro saiu a criação de um grupo de trabalho, no âmbito de acordos bilaterais, que discute a migração. Ou seja, já vai ser criado um grupo de trabalho para discutir migração no âmbito bilateral. E nós conseguimos aprovar a criação, nesse grupo de trabalho, de um subgrupo específico de gêneros para pensar essas políticas. A partir desse subgrupo, nós pretendemos maior proximidade com esse país, para que possamos enfrentar essa questão conjuntamente, pois sabemos que ele é uma rota muito importante.

Nós temos com o Paraguai o projeto que já mencionei. Na Venezuela, em Pacaraima, também está sendo criado, nos mesmos moldes, um serviço de acolhimento na fronteira seca e, com a Bolívia, já foi dado início a essas negociações.

Temos também parceria com o Ministério do Trabalho, para núcleos de gêneros nas casas dos trabalhadores, com olhar diferenciado para identificar casos. Esses núcleos estão sendo criados também nos outros países. Sobre os demais eu já falei. Eu só queria destacar que, apesar de todos esses avanços que temos tido com a execução da política e com todos esses planos, ainda temos muitas dificuldades, em primeiro lugar, para trabalhar em redes, pois sabemos que os serviços interrelacionados são um grande desafio. Em segundo lugar, o Brasil é um país de dimensões continentais, com muitas especificidades, e todas elas tem de ser levadas em conta. Garantir o enfoque nas vítimas é sempre muito difícil, é mais fácil combater os problemas diretamente, pensando nas organizações criminosas, porque dá mais ibope.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) –
Obrigado, Sra. Ana Teresa.

O Dr. Luiz Gustavo Vieira de Castro, representante da CBF, precisa ir para o aeroporto e por isso me pediu que lhe fosse concedido um tempo agora para responder. Se algum Parlamentar tiver alguma indagação sobre o processo de seleção de meninos e meninas para exercerem atividades esportivas no estrangeiro, poderá fazê-la agora. Eu já falei a S.Sa. sobre a questão da fiscalização relacionada com empresários e também das escolinhas de futebol, que muitas vezes não tem registro, mas é com algumas delas que ocorre a ida não-oficial dos esportistas para o exterior.

Se os Srs. Deputados tiverem alguma pergunta específica, podem fazê-la? (*Pausa.*)

Não? Então, concedo a palavra ao Dr. Luiz Gustavo.

O SR. LUIZ GUSTAVO VIEIRA DE CASTRO –

Com relação a essas escolinhas, nós vimos, pelos meios de comunicação, que alguns clubes, como o Roma e o Milan, têm escolinhas no Brasil. Eu não sei qual é o clube que tem escolinha no aterro do Flamengo. Eles treinam jogadores, sempre menores de idade, e naturalmente esses jogadores não estão registrados na Federação do Rio de Janeiro, tampouco na CBF, mas depois vão para o exterior.

Apenas para fazer um parêntese, hoje talvez o melhor jogador do mundo seja o Messi, um argentino que está em Barcelona desde a idade de 13 ou 14 anos. Eles escolheram aquela criança, levaram-na para lá. Nesse caso, não houve qualquer violência; pelo contrário, ele foi maravilhosamente tratado. Mas se o jogador não corresponder, quem sabe, não será abandonado em uma cidade como Barcelona.

Não falo sobre alguém especificamente mas, se tudo for sucesso, não haverá problema. Agora, no primeiro momento em que algo der errado, como fica essa criança?

A FIFA já está tratando dessa questão. E isso tudo acontece no continente europeu. Sem dúvida, é onde há mais recursos e não há tanta matéria prima. Somos os melhores do mundo. A Argentina seria o segundo melhor do mundo. Assim ocorre nos países da América Latina, Ásia e África, e os europeus ficam de olho.

Então, a FIFA e a UEFA estão atentas, e Michel Platini está empenhado no assunto; inclusive dá declarações consistentes no sentido de ter o controle dessas escolas. Porque a CBF não pode ter o controle de uma escola de futebol. Se no Rio de Janeiro já é difícil, que dirá em Brasília, que já tem 2,5 milhões de habitantes e várias escolas de futebol em Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho. Portanto, é preferível controlar lá fora quem tiver essas escolinhas aqui no Brasil.

Um outro assunto que o senhor levantou de forma muito importante é o dos agentes de futebol. Esses

agentes, com uma transferência como a do Ronaldo ou do Kaká, se ganharem qualquer 1% sobre o montante, isso significa uma fábula de dinheiro, e todos dizem que têm jogadores.

Devo esclarecer, primeiro, que ninguém possui jogadores, pois ele só pode ser registrado por uma entidade esportiva. Volta e meia recebo telefonemas de agentes que me dizem: “Eu tenho dois jogadores”. Pergunto: “O senhor tem o quê? O senhor é registrado na FIFA ou na CBF?” Pergunto porque há exigência de um concurso na CBF, no qual o agente deve demonstrar conhecimento das leis. Eles pagam um seguro no valor de 225 mil francos suíços, dinheiro que fica depositado na FIFA, para haver uma responsabilidade pecuniária. Se fizerem algo de errado, haverá uma quantia substancial garantidora. Então, esse agente tem uma responsabilidade maior. Mas, enquanto temos pouco mais de 340 agentes de futebol, acredito que milhares de pessoas têm um jogador que, se começar a ficar em evidência, vão tentar colocá-lo em um clube no exterior ou aqui no Brasil.

Uma das providências tomadas pela CBF foi a exigência da assinatura do pai ou responsável pelo menor, se for o caso, mas somente válida por um ano. Até há algum tempo não era assim. Cito o exemplo de um jogador do Brasiense, bom jogador, o Iranildo. Havia uma procuração que determinava 60% ia para o agente e tinha validade eterna. Ou seja, vamos chegar ao ponto da escravidão! Quer dizer, é uma forma de escravidão. Pelo amor de Deus! Mas ele já se livrou disso há uns 4 ou 5 anos.

Isso ocorre porque muitos jogadores têm origem humilde. Há agentes que os orientam para que falsifiquem a certidão de nascimento, porque os jogadores não vão ter essa noção. São crianças de 12, 13 ou 14 anos que, mesmo com a assistência dos pais, não têm condição de avaliar essas questões. Por vezes, encontramos o que chamamos de “gato”, com diferença de idade de até 5 anos. Cinco anos já é um “tigre”, nem “gato” é mais. Isso já diminuiu bastante, mas devemos ficar sempre atentos. Conheço jogadores que foram para o exterior com determinada idade e voltaram com 3 anos a menos. É por isso, então, que pedimos a certidão de nascimento.

A CBF já enviou funcionários a Montes Claros, para o interior de São Paulo, e muitos já foram para a fronteira entre Maranhão e Tocantins. O Sandro Hiroshi, por exemplo, era de Tocantins, mas foi registrado lá no Maranhão. Ele tinha carteira de identidade, título de eleitor, enfim, tudo falsificado, até o passaporte.

Agora, as seleções, quando convocam os jogadores, devem ter muita certeza da situação deles, e já se tem bastante experiência sobre isso. No caso, en-

viamos um funcionário para a cidade de nascimento do jogador, inclusive para visitar as escolas, porque não raro jogadores estão terminando o equivalente ao segundo grau com 14 anos. Se for assim, são gênios. Nem precisariam jogar futebol, poderiam ir para uma universidade.

Então, há várias formas de tentar diminuir essas ocorrências.

Acredito que eu tenha respondido às indagações. Colocamo-nos à disposição na CBF para quaisquer outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Obrigado, Dr. Luiz Gustavo Vieira de Castro, representante da Confederação Brasileira de Futebol, pelas explicações e também pelos encaminhamentos que foram sugeridos.

É claro que temos algumas questões a serem ainda feitas. Inclusive a representante da OIT já nos procurou, porque estão pensando em algumas modificações na chamada Lei do Passe e, ao que parece, envolvem questões ligadas ao futebol, inclusive com a redução da idade exigida. Precisamos, depois, tratar dessas questões com a CBF.

O SR. LUIZ GUSTAVO VIEIRA DE CASTRO – E temos aqui em Brasília a Federação Brasiliense de Futebol, que, de certa forma, nos representa, além do Dr. Wandemberg Sobreira, que é o representante da CBF junto ao Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Muito obrigado.

Ainda há uma pergunta ao Dr. Luiz Gustavo.

PARTICIPANTE – É um rápido esclarecimento que gostaria do Dr. Luiz Gustavo. Sou da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Lá nós operamos o Disque 100, como foi mencionado aqui, um disque-denúncia nacional que recebe hoje as denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes.

O Dr. Luiz Gustavo chegou a mencionar que existem adolescentes jogando no exterior sem o conhecimento e a devida anuência por parte da CBF. Eventualmente, esses clubes podem ser multados, e apenas civil e administrativamente.

Gostaria que o senhor pudesse rapidamente falar mais alguma coisa sobre o assunto, porque podemos receber denúncias sobre adolescentes que estejam jogando irregularmente em clubes no exterior e, além do encaminhamento para as autoridades competentes, poderíamos também fazê-lo para a CBF, para fins de responsabilização civil desse clube.

Quero saber como seria possível estabelecer esse fluxo e se, de fato, é viável essa providência.

O SR. LUIZ GUSTAVO VIEIRA DE CASTRO – A CBF geralmente toma conhecimento dessa informação, de modo geral, pela mídia ou por meio de alguém que faça uma denúncia. Penso que jogadores menores, por vezes até com 12, 13 ou 14 anos, que estejam jogando no exterior devem ser atletas com um certo sucesso. Ou seja, o clube que o acolheu está prevendo que ele se tornará um grande jogador. Então, deve aquele clube tratá-lo da melhor forma possível, deve levar inclusive os pais para o exterior.

Não acredito que um jogador com poucos recursos será deixado no exterior sem o tratamento devido. Mesmo assim, trata-se de atitude irregular. Nesse sentido, a FIFA e a UEFA estão empenhadas em que isso seja totalmente esclarecido. A intenção não é impedir a transferência, mas ela deve ser conhecida e estar regulamentada, afinal de contas é um cidadão brasileiro que está fora do país.

Por mais que seja aquele atleta bem cuidado materialmente, deve-se estar atento para o lado psicológico. Todos os tratamentos que uma criança merece devem ser providos pelo clube. Pode ser um futuro gênio do futebol, mas ainda é uma criança.

Portanto, caso isso aconteça, vocês podem realmente notificar a CBF, porque teremos facilidade junto à FIFA para chegar a esse jogador, seja lá onde ele estiver – de modo geral eles estão na Europa, mas são 207 países associados, mais do que a ONU.

A CBF, conforme salienta inclusive do Presidente Ricardo Teixeira em reuniões de diretoria, orienta o máximo de cuidado não só com o futebolista, mas principalmente aquele brasileiro que poderá estar lá fora sendo prejudicado ou até explorado. Vou-lhe dar um cartão com os telefones e *e-mails* da CBF.

A CBF coloca-se sempre à disposição de quaisquer pessoas que tenham denúncia sobre adolescentes brasileiros que estão sendo desviados no exterior com ou sem bom tratamento. Isso realmente é importante.

Os meios de comunicação hoje facilitam demais. Ouvi coisas aqui que não imaginava que pudessem acontecer. Enfim, como disse o Cabrini, a sociedade tem que reagir. E cada um com seu quinhão, enveredando.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias está de parabéns. É realmente um espetáculo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Obrigado.

Dr. Luiz Gustavo, sabemos que o Brasil tem grande fronteira seca. Recebemos denúncias de que garotos são levados com a promessa de que serão jogadores ou modelos, e lá são usados para exploração sexual.

Transformam-se em garotos de programa, alguns são até obrigados a se transformar em travestis.

Esse fato chama nossa atenção. E não depende apenas da CBF, que trata das transferências. Mas depois é importante discutirmos a respeito desses agentes clandestinos.

O SR. LUIZ GUSTAVO VIEIRA DE CASTRO – Não regulamentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Isso. O pai de um menino que começa a jogar acaba aceitando que ele vá para fora, mas não sabe que o filho não está jogando futebol.

O SR. LUIZ GUSTAVO VIEIRA DE CASTRO – Ocorre o seguinte no que diz respeito a futebol: há 3 anos, a melhor jogadora do mundo é uma brasileira, a Marta, de Alagoas. Aqui o futebol feminino ainda não apareceu, mas essa é a tendência. Elas foram vice-campeãs olímpicas. Também meninas de 13, 14 vão aparecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Com certeza.

Muito obrigado.

O Dr. Rafael Dias Marques, Vice-Coordenador de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente, do Ministério Público Federal do Trabalho, terá 5 minutos para falar. Em seguida, os Parlamentares farão suas indagações a todos os presentes, que disporão de tempo para resposta.

Com a palavra o Dr. Rafael Dias Marques.

O SR. RAFAEL DIAS MARQUES – Boa tarde a todos os presentes.

Sou Procurador do Trabalho, membro do Ministério Público do Trabalho, e atuo nessa área de combate à exploração do trabalho de crianças e adolescentes. O Ministério Público do Trabalho é um ramo do Ministério Público da União que tem por missão constitucional combater todas as formas de trabalho degradante, imoral, escravo, enfim, todas essas mazelas do mundo do trabalho.

Gostaria então de pontuar, dentro do que foi aqui debatido, duas questões. Primeiro, quero agregar à fala do Sr. Luiz Gustavo sobre a formação profissional de atletas.

Na verdade, todas as mazelas citadas nesse processo de seleção demonstram apenas uma ponta do *iceberg* do mundo de irregularidades trabalhistas do futebol, especialmente quando se fala de atletas em formação profissional. Não é preciso ir à Europa; basta ir aos clubes brasileiros para ver as condições a que são sujeitos os atletas em formação profissional: ficam em alojamentos desprovidos de convivência familiar, com pouca higiene, altamente insalubres, muitas vezes com a liberdade de ir e vir cerceada.

O que estou dizendo pode ser comprovado em reportagens de TV. No ano passado, reportagem do **Sport TV** foi premiada por mostrar toda essas mazelas do atleta em formação.

Levanto essa primeira questão a fim de chamar a atenção da Câmara para o projeto de lei que está para ir ao plenário e que altera a Lei Pelé. Infelizmente, a despeito de todas as nossas gestões junto à Comissão Especial e ao Relator, não só do Ministério Público, mas da OIT e do Fórum Nacional, muitas das questões protetivas desses atletas em formação não foram observadas, dentre as quais se destaca a ausência de qualquer ação trabalhista em relação a esses atletas em formação, vistos como peças descartáveis.

É impressionante a descartabilidade desse grande exército de meninos que têm o sonho de se tornar um ronaldinho e que não chegam lá. Sabemos que a porcentagem é extremamente reduzida daqueles que conseguem perseverar. Então, sua infância é levada por esse perverso mercado do futebol, pois eles não são protegidos.

O Parlamento brasileiro tem a chance de efetivamente mudar esse padrão legal do País e prever, nesse projeto de lei, proteções trabalhistas a esse atleta em formação.

Vou deixar com o Deputado Luiz Couto a proposta de um grupo de estudo feito pelo Ministério Público, pela OIT e pelo Fórum Nacional de proteção a esse atleta em formação, e sobre o qual não vou entrar em detalhe aqui por conta do tempo.

A segunda questão que quero pontuar diz respeito à exploração sexual de crianças e adolescentes. Foi mencionado aqui pelo Sr. Roberto Cabrini os milhões movimentados por essa indústria. Aqueles que a comandam possuem grande lastro econômico e lucram com essa atividade.

O Ministério Público tem grande preocupação com a punição das pessoas que lucram com essa atividade. Vivemos a cultura da impunidade, mas temos de punir. Criminalmente, são pífiyas as condenações impostas pela Justiça brasileira a esses grandes exploradores. As estatísticas demonstram isso. A nossa preocupação é ativar outra espécie de punição: a punição patrimonial dessas pessoas que exploram o trabalho sexual de crianças e adolescentes.

Para o Ministério Público do Trabalho, para a comunidade internacional a exploração sexual com fins comerciais constitui-se grave forma de trabalho degradante, tal como ou pior que o trabalho escravo. À medida que há essa exploração do trabalho, o patrimônio moral da sociedade brasileira é lesado. Isso gera dano moral coletivo que tem de ser reparado pela

Justiça brasileira, tal como acontece quando o Ministério flagra o trabalho escravo.

Quando impusemos essas condenações via Justiça por dano moral coletivo, também queremos puxar essa discussão para o tema exploração sexual. Queremos firmar que, além de grave violação dos direitos humanos, é um trabalho degradante, cujos danos extrapolam a própria criança e adolescente explorados e atingem o patrimônio da sociedade brasileira. Isso nos envergonha, nos humilha, e temos o direito de ser indenizados por esse dano moral, que não é apenas da criança, mas de toda a sociedade.

Essa tese que aventamos no combate ao trabalho escravo vem tendo guarida na Justiça do Trabalho e vamos iniciá-la em relação a essa área, principalmente considerando que a reprimenda penal não é suficiente para dar conta da punibilidade desses exploradores de crianças e adolescentes.

Também espero que o Parlamento seja sensível a esse ponto e possa normatizar ainda mais a questão do dano moral coletivo na exploração sexual de crianças e adolescentes.

São essas as reflexões que trago ao Parlamento brasileiro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Obrigado, Dr. Rafael.

Passamos a ouvir os Srs. Deputados.

Com a palavra o Deputado Veloso, PMDB da Bahia.

O SR. DEPUTADO VELOSO – Minhas perguntas serão dirigidas ao jornalista Roberto Cabrini.

Acompanho as reportagens feitas por V.Sa. Sempre o achei, acima de tudo, corajoso. Para fazer as reportagens que faz é preciso ter coragem! Por isso, eu o parabenizo.

São 3 perguntas objetivas.

Emocionou-me muito a reportagem feita por V.Sa. com as moças exploradas sexualmente. Quando V.Sa. as entrevistou, elas demonstraram o desejo de retornar ao País? V.Sa. soube se alguma delas estava com AIDS, já que elas disseram na reportagem que muitos faziam sexo sem camisinha e elas poderiam, sim, ter contraído alguma doença? As autoridades de lá, não tomam nenhuma providências? Ou elas não denunciam, com medo, e eles sabem que não querem? Como V.Sa. disse, algumas são assassinadas. Será que é o receio? É o medo?

Por último, gostaria de saber de V.Sa... A mulher, infelizmente, não é explorada apenas sexualmente. Ela é explorada em todos os sentidos: fisicamente, pelo marido... É violentada pelo marido, pelo namorado, pelo noivo. Sempre a mulher é a vítima. Existe a Lei

Maria da Penha, mas há impunidade. Batem, agredem, lesionam, agredem emocionalmente a mulher.

Eu sei de um caso. Uma vizinha me disse que o marido a chama de lixo. Uma outra senhora me procurou uma vez para dizer o seguinte: “Meu marido é Flamengo, eu sou Vasco da Gama. Ele sai, vai assistir futebol na televisão, quando volta, se o Flamengo ganhou, beijinho para cá, beijinho para lá, passo uma noite agradável.” Quando o Flamengo perde, ela disse, chega em casa batendo na mulher, agredindo-a fisicamente, agredindo-a emocionalmente. Então, acho que a mulher é sempre vítima, em todos os sentidos.

São essas as perguntas, com respeito, que faço a V.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – E o Flamengo levou uma surra de 5 a 0 do Coritiba!

Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Sr. Presidente, senhores convidados, lamento que o debate de tema dessa importância coincida com um dia tão ativo aqui na Casa. Às quartas-feiras, os Parlamentares têm múltiplas atividades que concorrem com o plenário. Toda hora um Deputado sai e volta, porque estamos em processo de votação.

Quero realçar o papel desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias para a cidadania brasileira. Diante de um Parlamento que se debruça, no seu conjunto, sobre grandes temas voltados para o poder econômico, nesta Comissão se expressam a sociedade civil e aqueles que estão à margem, secularmente, historicamente esquecidos. Portanto, temos que fortalecer cada vez mais o papel desta Comissão de Direitos Humanos para a cidadania brasileira.

Acho que a nossa grande pergunta é: como combater a criminalidade? Para onde você se vira, depara com as mais diversas formas de criminalidade.

Sr. Presidente, senhores convidados, acho que a saída principal é fortalecer e radicalizar a democracia no País, para garantir direitos e diminuir as desigualdades. Se formos listar aqui todos casos, todas as mazelas, desde os jogadores, as crianças que estão sendo reféns de espertalhões ou de clubes, aos outros temas que foram colocados, veremos que, no fundo, tudo é fruto da pobreza.

A pobreza é extravagante. Há desigualdade neste País, onde uma minoria pode alimentar o seu *poodle* com filé, pode dar a ele banho com xampu, deixá-lo em hotel, e uma grande maioria que, neste momento, está catando comida em lixeira, disputando com animais, com urubus, restos de comida para se alimentar. Portanto, esta é a realidade contra a qual temos que lutar para diminuir a desigualdade e também eliminar a impunidade.

Temos percorrido os cárceres. Na segunda-feira, estivemos no Espírito Santo. Por incrível que pareça, 50% das pessoas que visitamos nas penitenciárias em que diligenciamos cometeram crimes de furto, roubo e tráfico. Não encontramos ninguém preso por tráfico de arma, tráfico de mulher, nada. Há uma direção para os pobres. Aqueles que pegam pequenas coisas, estão lá presos. Não encontramos preso nenhum grande traficante, só a raia miúda, que foi encontrada com um cartucho de qualquer droga. Portanto, temos que diminuir a impunidade.

Temos também que reduzir essa cultura das ações isoladas. É preciso que haja, como disse o repórter Roberto Cabrini, uma tomada de consciência da sociedade brasileira, porque só assim vai-se democratizar o Estado para que ele aja de forma articulada, com políticas públicas que visem diminuir a pobreza, mas também com repressão – porque é preciso reprimir. Assim é que vamos recuperar valores como cidadania, liberdade, fraternidade, e não alimentar essa cultura do individualismo, que também é bastante forte.

Eu gostaria de indagar o repórter Roberto Cabrini, em razão da importância – nós acompanhamos as reportagens que ele faz e também as de outras emissoras – e do grande espaço que a mídia tem. Há programas que repercutem positivamente, mas, por outro lado, 90% da programação é lixo puro. Nos programas de final de tarde só há violência. Pela manhã, se assistimos a programas estaduais quando vamos tomar café, levamos para a mesa um corpo.

Pergunto: Roberto, na sua opinião, o que há de negativo? Além da injustiça, das ações desarticuladas, da impunidade, até que ponto a mídia também tem a sua parcela de contribuição nesse caos em que vivemos, onde as grandes vítimas são os mais pobres? Como a mídia pode potencializar o seu poder?

As pessoas dizem que ela é o quarto poder. Às vezes, é o primeiro poder. Esta Casa, muitas vezes, se move pelo que a mídia produz. Neste momento, há um fato extremamente positivo: a mídia está mostrando os escândalos do Senado Federal, que deveria ser extinto, pela quantidade de atos irregulares ali cometidos. Portanto, a mídia tem papel relevante no processo de democratização.

Aos outros 3 conferencistas, pergunto qual é a receptividade do Poder Judiciário. É um desafio do nosso século transformar esse Poder em serviço público, porque os juízes, na sua grande maioria, consideram-se semideuses: acima deles, Deus; abaixo, todos nós. Portanto, quais são os entraves que o Poder Judiciário tem demonstrado?

Quero saber também qual é a receptividade dos Estados como um todo, dos Governos Estaduais, das

Prefeituras para esse trabalho que, como disse o repórter Roberto Cabrini, tem que ser uma ação conjunta de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Muito obrigado, Deputado Domingos Dutra. Vou convidá-lo, depois, para assumir a Presidência, porque tenho uma audiência pública e devo me ausentar por um momento desta reunião.

Antes de sair, quero fazer uma pergunta principalmente a Roberto Cabrini, que foi claro ao dizer que existe um processo de corrupção, o qual se estabelece a partir do pagamento de propina, mas também pela omissão, pela conivência. Se alguém tem uma relação política, isso é abafado, não pode aparecer.

Há, então, uma tríplex relação: violência sexual, processo de corrupção e processo de impunidade estão intimamente ligados. Você poderia tratar um pouco desse aspecto?

Temos aqui a CPMI que identificou as redes de exploração sexual e as diversas rotas. Havia um Vice-Governador envolvido. Houve toda uma ação e conseguiram tirar o nome dele. Houve toda uma presença nesse sentido.

No meu Estado mesmo havia uma relação grande de pessoas envolvidas, e os nomes dessas pessoas não foram publicados porque fizeram acordo para que não fosse feita a devida publicação. Depois ficam reclamando, dizendo que as CPIs só dão em pizza. Mas essas coisas que apareceram não foram publicadas.

Especialmente para o companheiro da ANDI, Carlos Ely, digo o seguinte: nas matérias publicadas pela imprensa, quando se fala em abuso, redes de exploração, se há envolvimento de um zé-ninguém, aparece o seu nome, dizendo que ele foi explorado pelo fulano de tal, mas quando está envolvida, por exemplo, uma autoridade, o nome não aparece. Pergunto se, quanto à publicidade das informações, o poder econômico e o político não têm como interferir para que algumas matérias não sejam publicadas. E, como a grande maioria dos donos de jornais têm poder econômico e político muito forte, seria importante que o senhor tratasse dessa questão.

Na qualidade de Presidente da Comissão, agradeço a todos a presença.

Vamos continuar nossa luta em defesa da criança e do adolescente, contra o tráfico de seres humanos, contra aqueles que estão ganhando dinheiro à custa do sofrimento e da dor de muitas pessoas.

Passo a palavra ao Sr. Roberto Cabrini. Depois, o Deputado Domingos Dutra concederá a palavra aos outros expositores.

O SR. ROBERTO CABRINI – Antes de responder às perguntas, eu gostaria de fazer grandes elogios ao

alto nível das discussões a que assisti aqui. Eu pude externar observações, mas também aprender. E saio daqui com mais esperança de que existam, sim, possibilidades, soluções e, principalmente, disposição de combater todas as mazelas que mencionamos neste debate.

Respondendo às diversas indagações, falarei agora sobre AIDS. Mostramos na reportagem um depoimento – não estava neste compacto, mas eu tive acesso à informação – no sentido de que brasileiras que foram motivo de tráfico sexual e contraíram AIDS foram exterminadas, assassinadas. Sumiram com elas. Elas simplesmente desaparecem.

Desaparecimento de pessoas é algo muito comum nessa parte do mundo. As pessoas simplesmente desaparecem e você nunca mais sabe o que aconteceu com elas. Eu tive acesso a muitos relatos. Quando esses objetos – porque as mulheres são transformadas em objetos – não têm mais serventia – no caso, porque contraem AIDS –, eles são simplesmente exterminados. Essa é a mais pura realidade.

O que nos provoca inquietação é a ausência do Estado em todos esses casos, a ausência de interesse das autoridades do Suriname no assunto, que é algo que acontece pelo menos em grande escala nos países consumidores desses seres humanos vítimas do tráfico sexual.

Há toda uma cadeia. Temos que lembrar que estamos falando de algo que gera 32 bilhões de dólares no mundo. É uma máfia altamente poderosa. E, se existe algo que promotores e jornalistas investigativos éticos conhecem muito bem, é que investigados não mandam flores. Falamos de pessoas altamente perigosas, que fazem pressões, que fazem *lobbies*, que fazem tudo pela perpetuação do seu negócio.

A solução para o problema está no engajamento de toda a sociedade. A responsabilidade não é apenas de um segmento, mas de todos. Precisa haver disposição de todos.

Perguntaram-me a respeito da programação da televisão, que exhibe programas que não contribuem tanto com a sociedade. Acho que isso se aplica... Existem Deputados que honram a confiança neles depositada pelos eleitores, pelo povo brasileiro, e aqueles que não a honram; existem jornalistas dignos e jornalistas indignos, que se vendem, que se prostituem, a seu modo. Cabe à sociedade exigir uma programação de nível. Existem, sim, programas de nível; existem, sim, pessoas altamente dignas; e também aquilo que não contribui, aquilo que é mero oportunismo, até porque a mídia não é um aspecto isolado, desengajado da sociedade, mas apenas a sua continuação. Cada

país, cada sociedade tem a mídia que merece, a mídia que exige.

O que seria da democracia americana, que tanto costumamos elogiar, se não fosse o escândalo de *Watergate*, denunciado pela própria mídia? Falou-se muito da matança e da tortura de seres humanos em Abu Ghraib, no Iraque, cometidas pelo país mais democrático do mundo, que mais fala em direitos humanos. Então, é algo muito grave. Aquele é um país de contradições. O mesmo país que está preocupado que o Brasil tenha o seu primeiro submarino atômico já tem 50 deles. Mas a boa notícia para a democracia americana é que isso foi, sim, denunciado pela própria mídia americana.

Então, cabe à sociedade produzir a mídia que quer, que acha necessária para o seu país, porque a mídia é apenas uma continuação da sociedade. Se ela não atender a sua função devida, não receberá apoio. E, até por uma questão da seleção natural, do Charles Darwin, ela deixará de existir. Precisamos lutar pela polícia que queremos, pelo Congresso que queremos, pela mídia que queremos e assim por diante.

Sobre o medo, esse tráfico de seres humanos com certeza se perpetua através dele. Muitas brasileiras querem voltar ao Brasil, mas estão de tal forma engessadas nesses países que não sabem os direitos que possuem. Não estamos falando apenas da ação isolada de um explorador sexual, de um explorador do tráfico de seres humanos. Estamos falando – gosto muito de usar essa expressão – de uma confraria do silêncio; de toda uma estrutura, de todo um *establishment* unido para a perpetuação desse negócio. Participam disso parte do Congresso do Brasil, do Suriname e de todos os países envolvidos; a polícia; as autoridades.

Conforme dizia o promotor, se existe algo muito nocivo para a sociedade, é quando governantes ou qualquer tipo de autoridade negam a existência de algo. O primeiro passo para se combater algo com sucesso é admitir, sim, que há uma doença social, e não tentar enganar.

Um aspecto muito importante que temos que ressaltar aqui é que há necessidade de ampla mudança cultural. No que diz respeito ao tráfico de seres humanos, um dos principais componentes são parentes das vítimas. Grande parte das moças aliciadas são convencidas por parentes. Ou seja, não existe respeito ao ser humano. E, quando se trata de mulheres em países machistas – e infelizmente somos um deles –, esse desrespeito é ainda maior.

Então, é preciso levar a informação; é preciso conscientizar com profundidade a sociedade. Senão, vão-se obter apenas mudanças ocasionais, que aten-

dem a uma demanda temporal e não a uma solução definitiva. Precisa haver um grande trabalho de conscientização social, porque é assim que vamos produzir policiais que não aceitam se corromper, congressistas que vão lutar contra isso de forma decisiva e também jornalistas dispostos a enfrentar os riscos que envolvem um jornalismo digno.

Mas ninguém faz nada sozinho. Ou se muda a mentalidade de todos, ou simplesmente nada vai mudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) – Agradecemos ao jornalista Roberto Cabrini.

Concedo agora a palavra a Sra. Ana Teresa Iamarino, representante da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher.

A SRA. ANA TERESA IAMARINO – Obrigada, Deputado.

Antes de responder à sua pergunta, eu gostaria de reforçar que de fato a impunidade é um grande problema, e a responsabilização é muito importante, mas o apelo que fazemos – e nosso desafio – é que esse combate e essa responsabilização não estejam desarticulados da atenção à vítima. Muitas vezes, grandes operações são feitas, boates são fechadas, os responsáveis são presos. Mas o que é feito com as mulheres?

Hoje temos uma estrutura e uma rede que podem dar respostas, que pode dar conta de mudar a vida dessas mulheres, desde que o trabalho seja feito de forma articulada, que essa rede seja acionada, que seja feito um trabalho conjunto. É claro que a impunidade é um grande problema, mas isso ocorre justamente porque há vítimas. Então, a vítima nunca pode ser esquecida nesse processo.

Em relação à pergunta feita sobre os desafios, as dificuldades que se tem na implementação da política no âmbito dos Estados e municípios, no nosso caso, as nossas ações que são feitas no âmbito do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência Contra a Mulher têm algumas condicionantes. Uma delas é haver pelo menos uma ação em cada um dos eixos, para que o Estado e os municípios recebam recursos e possam trabalhar de forma articulada no âmbito do Pacto. Então, o Pacto, hoje, está implementado em pelo menos 15 Estados, e, até o final do ano, a perspectiva é de que esteja nos 27 Estados. Então, temos conseguido fazer essa articulação. É claro que em alguns casos há resistência, às vezes até conceitual, mas temos feito um trabalho cotidiano de esclarecimento dessas questões e, inclusive, de uniformização de conceitos.

Acho que foram essas as perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) – Agradeço à Dra. Ana Teresa Iamarino.

Concedo a palavra ao Dr. Ricardo Rodrigues Lins, Coordenador de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Ministério da Justiça.

O SR. RICARDO RODRIGUES LINS – Eu queria também concordar com a Ana em relação a essa receptividade pelos Estados. Também temos conseguido fechar alguns convênios, implementar os núcleos. É pena que alguns municípios não tenham informação adequada para também oferecer seus projetos em tempo hábil para o Governo abrir esses projetos, principalmente pelo PRONASCI.

Eu acho também que precisamos conscientizar não só o Poder Judiciário, mas também os integrantes de outros Poderes sobre essa problemática e sensibilizá-los quanto a essa questão de enxergar a vítima como vítima, mas não como aquela que procurou ser vitimizada, que procurou essa violência – ainda há essa discriminação em todos os setores, infelizmente.

Concordo também com o representante do Ministério Público do Trabalho em que precisamos punir de forma exemplar, também de forma pecuniária, as pessoas que consomem esse tipo de produto da exploração, para que consigamos ter uma punição em todas as áreas, em todas as frentes. Acho que a atuação do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal são fundamentais para enfrentarmos esse tipo de crime.

Era isso que queria colocar, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) – Agradeço ao Dr. Ricardo.

Concedo a palavra à Dra. Maria Luiza Moura de Oliveira, Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

A SRA. MARIA LUIZA MOURA DE OLIVEIRA – Destacaria alguns pontos em relação ao que estamos conversando aqui e às perguntas feitas.

Primeiro falarei sobre a corresponsabilidade. Quando foi perguntado em relação à receptividade do Poder Judiciário nessas nossas empreitadas para garantir direitos humanos para a sociedade brasileira. Acho que temos que avançar muito nesse diálogo. Acho que existem relações de poder desiguais, e nisso construímos relações violentas, no sentido de que esses processos, muitas vezes, nos casos das crianças que são vítimas de violência, demoram anos. Eu já atendi crianças vítimas de violência cujo processo tem 20 anos e não foi julgado.

Então, realmente, no que chamamos de prioridade nacional absoluta, em especial quando essa população está envolvida numa situação criminosa, como é

a violação de direitos sexuais, existe realmente uma lentidão, uma demora. Por isso, precisamos colocar a prioridade constitucional também para dialogar com os processos judiciais que estão aí, porque a infância e a adolescência duram um tempo que nunca coincide com o tempo da Justiça. Acho que construímos muita injustiça nessa relação.

Alertaria para isso, já que este Parlamento tem o poder de abrir e instalar esse diálogo com a Justiça. Chamaria a atenção para isso.

Na mesma linha de corresponsabilidade, sempre falamos que a política é uma política intersetorial. Ela precisa da mão e da força do Poder Público Federal, Estadual e Municipal, que é onde a criança vive, mora, onde acontece tudo. Então, também nessas correlações de responsabilidade, vejo que temos que melhorar muito o Pacto Federativo. Muitas vezes, quando selamos convênios, ações para serem desenvolvidas, não vemos essa resposta ecoando na mesma dimensão nas esferas de poder local, estadual e federal. Como essas relações estão sendo construídas para a efetivação de uma política responsável? Acho que também temos muito a avançar nessa área.

Para isso, temos que tratar o sujeito infanto-juvenil, as mulheres, os homens, enfim, toda a sociedade como um tema suprapartidário. Vemos que, muitas vezes, questões partidárias vão interferindo na efetivação da política e até da legislação brasileira. Digo isso mesmo em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente – e pego de novo o debate da redução da maioridade penal, que divide o Parlamento e, com isso, também vai dividindo a imagem da criança na mídia, vai dividindo a posição e a formação da opinião pública brasileira.

Nessa linha, ainda, de corresponsabilidade, queria também fazer uma reflexão em relação à questão das emissoras, das empresas de comunicação. Aprovamos recentemente a classificação indicativa, que é uma lei de proteção à infância e adolescência brasileira, em relação à produção midiática a que assistimos, que chega a nossa casa todos os dias. Concordo com o Deputado: almoçamos aos som de balas perdidas, de sangue. Acho que, sim, presenciamos uma naturalização da violência dirigida às pessoas na sociedade.

A ANDI tem, inclusive, estudo sobre o que isso vai gerar na sociedade. Vai gerando uma certa naturalização das questões da violação de direitos. Assim, as pessoas de fato começam a virar presunto. E isso entra como uma dessensibilização da nossa relação humana com o outro. Isso tem interferência, sim, e precisamos cuidar disso.

Aprovamos a classificação indicativa, após muito debate. Tivemos um primeiro enfrentamento por conta

do último fuso-horário brasileiro, quando se derrubou o funcionamento e o respeito à classificação indicativa, que visava realmente a zonestar o País, para que as crianças, naquele horário, não assistissem a uma programação que não fosse adequada para o seu desenvolvimento. E agora, de novo, sofremos um golpe em relação à questão do fuso-horário, porque ontem foi aprovado no Senado um projeto de lei do Senador Arthur Virgílio que acaba com ele no Brasil.

Isso é muito grave. Em que vai impactar? Primeiramente, na vida escolar das crianças. Isso acaba, faz cair por terra de vez a classificação indicativa, que foi polêmica. Chamo a atenção das emissoras de televisão. Estamos numa batalha para conseguir aprovar a conferência de comunicação. Por quê? Para realmente estabelecermos relações éticas no consumo de comunicação no País.

Eu chamo a atenção de todos para essas coisas. Realmente, o esforço é coletivo: temos que contar com uma leitura acerca da sociedade que queremos; do projeto político que escolhemos para a sociedade; de qual, de fato, é o projeto de proteção de população infanto-juvenil neste País, porque, se uma associação de empresas vem ao Ministério da Justiça e pede para que não se respeite a classificação indicativa, ela está pedindo para não respeitarmos o que estamos defendendo aqui, que são a criança e o adolescente.

Eu chamaria a atenção para essas coisas. Temos um papel muito importante, mas temos que, nesse papel importante, estabelecer em que princípios estamos trabalhando. E, como estamos na Comissão de Direitos Humanos, acredito que o princípio maior seja a luta por direitos humanos. Portanto, vamos ter que rever, sim, nossas relações de lucro. Muitas vezes, vemos empresas de comunicação dizendo que tal matéria vai circular porque ela dá mais iBope, como ocorreu com relação ao caso da Eloá. Naquela ocasião, muitas pessoas ligaram para o CONANDA e afirmaram que havia situações graves, outras crianças sendo violadas em aeroportos, isso e aquilo. Ao ligarem para determinadas empresas... *“Não, nós não vamos circular essa notícia, porque o que está dando IBOPE é o caso da Eloá.”* (Pausa.)

Nessa linha, temos oportunidade de fazer as reflexões e apresentar o assunto para o público. Já é pública a nossa coragem política para enfrentar esse debate na dimensão que ele tem de ser feito. Partindo desta Comissão de Direitos Humanos, o debate tem de ser estabelecido nesses princípios. Essas coisas têm de ser ditas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) – Nós agradecemos à Sra. Maria Luiza Moura de Oliveira e a todos que aqui estiveram as contribuições valiosas que trouxeram ao País por meio desta Comissão.

Solicitamos a todos que nos remetam sugestões, denúncias, contribuições para que possamos traduzi-las em matéria legislativa, em providências a serem encaminhadas para os outros órgãos do Estado.

Desejamos que cada um, em sua área de atuação, continue com essa firmeza, superando desafios que sabemos existir em todas as áreas de atuação, tanto na área privada quanto na área pública.

Pedimos ao Dr. Rafael que nos mande contribuições, de acordo com o discurso que fez, para que possamos traduzi-las em matéria legislativa e ter mais informações sobre a atuação dos senhores, as fontes que tiveram, para darmos eco na Comissão.

Desejamos ao Roberto Cabrini que continue fazendo suas matérias com dignidade e muita firmeza, tendo a noção – e ele tem essa noção – de que ao fazer qualquer matéria está falando para milhões de brasileiros. A televisão talvez seja a forma mais educativa ou deseducativa. Das mídias, a TV é a que tem maior amplitude, chega aos lugares mais pobres. Com o programa Luz para Todos, do Governo Federal, a comunidade rural está tendo acesso a um país a que até pouco tempo não tinha acesso. Desejo que S.Sa. continue fazendo essas matérias com firmeza, com a noção de que está contribuindo também não só com a denúncia, com o jornalismo investigativo, mas sobretudo para forçar as autoridades a cumprirem suas obrigações.

Nós estamos passando a S.Sa. um VT da CPI do Sistema Carcerário, que nós chamamos de inferno carcerário. Nenhum de nós conviveu com os campos de concentração, mas quem quiser ter a noção do que seja o inferno, quem quiser fazer estágio – é evidente que nenhum de nós vai para o inferno –, pode visitar uma penitenciária, não só a penitenciária para os adultos, mas as penitenciárias onde estão os menores em conflito com a lei, que na verdade não são espaços para recuperação, são verdadeiras prisões. Estamos passando o VT a S.Sa. para que faça bom uso. Esse é o nosso desejo.

Podem ter certeza de que esta Comissão de Direitos Humanos vai ser o espaço para que o povo brasileiro possa ecoar todas as suas denúncias, todos os seus anseios. Dentro do possível, vamos contribuir para construir neste século um país verdadeiramente democrático. E só será democrático no dia em que não

houver essa diferença tão grande entre uma minoria e a grande massa do povo brasileiro.

Obrigado. (*Palmas.*)

Declaro encerrado este seminário.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 27ª Reunião Ordinária Realizada em 26 de Agosto de 2009.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, no Plenário Deputado Mussa Demes (Plenário nº 04) do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Vignatti, Presidente e com a presença dos senhores Deputados Luiz Carlos Hauly, e Félix Mendonça, respectivamente, 2º e 3º Vice-Presidentes; Aelton Freitas, Alfredo Kaefer, Andre Vargas, Armando Monteiro, Arnaldo Madeira, Carlos Melles, Ciro Pedrosa, Geraldinho, Gladson Cameli, Guilherme Campos, João Dado, João Pizzolatti, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Luiz Carreira, Manoel Junior, Marcelo Castro, Pedro Eugênio, Pedro Novais, Pepe Vargas, Ricardo Barros, Rodrigo Rocha Loures, Silvio Costa e Vicentinho Alves (Titulares); Eduardo Cunha, João Magalhães, João Oliveira, João Paulo Cunha, Jorge Boeira, José Maia Filho, Leonardo Quintão, Maurício Quintella Lessa, Osmar Júnior, Paulo Maluf, Professor Setimo, Reginaldo Lopes, Vital do Rêgo Filho e Zonta (Suplentes). Compareceram também os Deputados Ariosto Holanda e Ronaldo Caiado, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Antonio Palocci, Eduardo Amorim, Ilderlei Cordeiro, Ricardo Berzoini, Virgílio Guimarães e Wilson Santiago. Justificaram ausência os Deputados Ricardo Berzoini, por estar exercendo função de Presidente do Partido dos Trabalhadores – PT e Virgílio Guimarães, em razão de compromisso político-partidário. Os Deputados Júlio Cesar e Virgílio Guimarães justificaram a ausência na reunião de audiência pública realizada no dia 25 de agosto passado, por motivos político-partidários. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as atas das 25ª Reunião Ordinária Deliberativa e 26ª Reunião de Audiência Pública, realizadas, respectivamente, em 19 e 25 de agosto, cujas cópias foram distribuídas aos membros. Em seguida, por solicitação do Deputado Manoel Junior, foi dispensada a leitura das atas e, não havendo quem quisesse discuti-las para eventuais retificações, as atas foram aprovadas unanimemente. **ORDEM DO DIA:** O Presidente comunicou aos senhores membros o recebimento do **AVISO nº 68/09** do Banco Central do Brasil, que “encaminha ao

Congresso Nacional os demonstrativos das emissões do real referentes ao segundo trimestre de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária”. Em seguida, o Presidente comunicou aos membros que havia sobre a mesa requerimentos de inversão de pauta dos itens: 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 38, 40 e 37 e indagou aos senhores parlamentares se poderia votar em bloco os requerimentos de inversão de pauta. Havendo concordância, colocou em votação os requerimentos que foram aprovados. Logo após, o Presidente anunciou o item 17. Em seguida, o Deputado Guilherme Campos pediu a palavra e questionou o procedimento de se votar os projetos aprovados para inversão antes dos requerimentos de audiência pública, itens 01 a 07 da pauta. Segundo o Deputado Guilherme Campos, a inversão deve ocorrer dentro do grupo. Dessa forma, primeiro votariam-se os requerimentos de audiência pública e só depois os projetos objeto da inversão de pauta aprovada, de acordo com o que preceitua o artigo 160 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O Presidente, respondendo à referida questão de ordem, esclareceu que o procedimento utilizado, ou seja, a deliberação das proposições objeto da inversão de pauta antes dos requerimentos de audiência pública encontrava abrigo regimental no § 1º do artigo 50. O Deputado Guilherme Campos insatisfeito com a decisão da presidência registrou que iria recorrer ao Plenário da Casa. Passou-se a deliberação do item 17. **17) PROJETO DE LEI Nº 3.946-A/08** – Do Poder Executivo (MSC nº 651/08) – que “cria cargos no Quadro de Pessoal Permanente da Agência Nacional de Cinema – ANCINE, de que trata a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004”. RELATOR: Deputado MANOEL JUNIOR. PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária. O Presidente informou que a matéria encontrava-se em votação, sendo possível apenas o encaminhamento de votação. A seguir, encaminharam favoravelmente a aprovação do projeto, os Deputados Silvio Costa, pelo PMN; Rodrigo Rocha Loures, pelo PMDB; Manoel Junior, como relator e representando o PSB; e Geraldinho, pelo Pso; e contrariamente, os Deputados Júlio Semeghini, pelo PSDB; e Guilherme Campos, pelo DEM. O Presidente, antes de colocar o projeto em votação esclareceu ao Deputado Guilherme Campos que não havia sobre a mesa requerimento de retirada de pauta para essa proposição. Em votação, aprovado o parecer, contra os votos dos Deputados Arnaldo Madeira, Félix Mendonça, Guilherme Campos, Júlio Semeghini e João Oliveira. Apresentou voto em separado o Deputado Alfredo Kaefer. **18) PROJETO DE LEI Nº 3.955-A/08** – Do Poder Executivo (MSC nº 661/08)

– que “dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS destinados ao Ministério da Justiça”. RELATOR: Deputado JOÃO DADO. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária. O Presidente informou que havia sobre a mesa REQUERIMENTO – Do Sr. Guilherme Campos – para que “seja retirado de pauta o item 18, nos termos regimentais”. O Deputado Pepe Vargas questionou a votação do requerimento de retirada de pauta, tendo em vista considerá-lo prejudicado quando da aprovação do requerimento de inversão de pauta. O Presidente explicou que o requerimento de retirada de pauta não estava prejudicado e precedia a apreciação da matéria principal de acordo com o artigo 159, § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Encaminhou contrariamente ao requerimento, o Deputado Pepe Vargas, e favoravelmente, o Deputado Luiz Carreira. Em votação, rejeitado o requerimento, contra os votos dos Deputados Arnaldo Madeira, Félix Mendonça, Júlio Semeghini, Luiz Carreira e Guilherme Campos, que solicitou verificação de votação. Procedida a chamada nominal, nos termos do art. 52, § 5º, do Regimento Interno, obteve-se o seguinte resultado: 14 votos contrários e 05 votos favoráveis ao requerimento. Votaram contrariamente ao requerimento de retirada de pauta os senhores membros titulares: Aelton Freitas, André Vargas, Armando Monteiro, Pedro Eugênio, Pepe Vargas, Rodrigo Rocha Loures, Vignatti, João Dado, Manoel Junior, Silvio Costa e Ciro Pedrosa e os senhores membros suplentes: Eduardo Cunha, João Paulo Cunha e Zonta. Votaram favoravelmente ao requerimento de retirada de pauta os senhores membros titulares: Félix Mendonça, Guilherme Campos, Júlio Cesar e Geraldinho e o senhor membro suplente: José Maia Filho. Rejeitado o requerimento de retirada de pauta. A matéria foi mantida na pauta. Seguiu-se a apreciação da matéria. O Presidente passou a palavra ao relator, Deputado João Dado para fazer a leitura do seu parecer. Em seguida, o Presidente comunicou que havia um voto em separado apresentado pelo Dep. Alfredo Kaefer. Discutiram a matéria os Deputados Silvio Costa, Guilherme Campos, Arnaldo Madeira, Luiz Carreira, Manoel Junior, Alfredo Kaefer, André Vargas, Pedro Eugênio, Pepe Vargas e Pedro Novais. O Presidente anunciou que havia sobre a mesa REQUERIMENTO – Do Sr. Rodrigo Rocha Loures – para que “seja encerrada a discussão do parecer ao Projeto de Lei 3.955/08”. Em votação, o requerimento foi aprovado, contra os votos dos Deputados Arnaldo Madeira, Alfredo Kaefer, Félix Mendonça, Guilherme Campos, Luiz Carreira e Geraldinho. Encerrada a discussão. Em votação, aprovado o parecer do relator, contra os votos dos Deputados Félix Mendonça, Luiz Carreira, Arnaldo Madeira, Alfredo Ka-

fer, Guilherme Campos e Armando Monteiro. O Deputado Félix Mendonça assumiu a Presidência, nos termos regimentais. **19) PROJETO DE LEI Nº 3.643-A/08** – Do Poder Executivo (MSC nº 444/08) – que “cria cargos de Analista, Inspetor e Agente Executivo no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários”. RELATOR: Deputado VIGNATTI. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária. O Presidente informou que havia sobre a mesa REQUERIMENTO – Do Sr. Guilherme Campos – para que “seja retirado de pauta o item 19, nos termos regimentais”. Encaminhou contrariamente a retirada da matéria o Deputado Pepe Vargas e, favoravelmente, o Deputado Silvio Costa. Em votação, rejeitado o requerimento, contra os votos dos Deputados Arnaldo Madeira, Armando Monteiro, Geraldinho, Guilherme Campos, Luiz Carreira e Silvio Costa. Passou-se a apreciação da matéria. Discutiram a matéria os Deputados Pepe Vargas, André Vargas, Guilherme Campos, João Dado, Rodrigo Rocha Loures, Silvio Costa, Manoel Junior, Arnaldo Madeira, Luiz Carreira e Aelton Freitas. O Presidente anunciou que havia sobre a mesa REQUERIMENTO – Do Sr. Rodrigo Rocha Loures – para que “seja encerrada a discussão do parecer ao Projeto de Lei nº 3.643-A/08, item 19 da pauta”. Em votação, foi aprovado o requerimento de encerramento de discussão, contra os votos dos Deputados Arnaldo Madeira, Guilherme Campos, Luiz Carreira, Geraldinho e Silvio Costa. Encerrada a discussão. Em votação, aprovado o parecer do relator contra os votos dos Deputados Arnaldo Madeira, Guilherme Campos, Geraldinho e Silvio Costa que requereu verificação de votação em conjunto com os Deputados Eduardo Cunha e André Vargas. O Presidente informou que a verificação era regimental, concedendo-a. Procedida a chamada nominal, nos termos do art. 52, § 5º, do Regimento Interno, o Presidente passou a Presidência ao Deputado Luiz Carlos Hauly que declarou o resultado: 16 votos favoráveis e 1 voto contrário ao parecer do relator. Votaram, favoravelmente, ao parecer do relator os senhores membros titulares: Aelton Freitas, Andre Vargas, Pedro Eugênio, Pepe Vargas, Ricardo Barros, Rodrigo Rocha Loures, Vignatti, João Dado, Manoel Junior e, os senhores suplentes: Eduardo Cunha, João Magalhães, João Paulo Cunha, Jorge Boeira, Professor Sétimo, Reginaldo Lopes e Zonta. Votou, contrariamente, o senhor membro titular: Deputado Silvio Costa. Após a votação, o Deputado Silvio Costa lamentou a forma como foi encaminhada a votação do projeto. Apoiaram o Deputado Vignatti os Deputados Pepe Vargas, Rodrigo Rocha Loures, Pedro Eugênio e Manoel Junior. Em seguida, o Deputado Arnaldo Madeira pediu a palavra para manifestar apreço ao Deputado Leonardo Quintão que havia lhe telefonado no dia 19 de agosto, após a reunião deliberativa,

pedindo desculpas pelo incidente ocorrido naquela reunião e se comprometendo a se retratar no Plenário da Comissão. Manifestaram-se sobre o assunto os Deputados Luiz Carlos Hauly, Manoel Junior e Guilherme Campos. O Deputado Vignatti pediu a palavra e esclareceu que o Deputado Leonardo Quintão também havia ligado para ele e solicitado, por meio do Ofício nº 355/Gab/CD, a retirada da expressão “*o que estão dizendo, que vão lançar por aí, é do FHC defendendo a apologia às drogas, à liberação da maconha. Este não dá para ver, Sr. Presidente.*” das notas taquigráficas e das gravações daquela reunião. **20) PROJETO DE LEI Nº 3.956-A/08** – Do Poder Executivo (MSC nº 662/08) – que “dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS destinados ao Ministério da Fazenda”. RELATOR: Deputado VIGNATTI. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária. Antes de apreciar o projeto, o Presidente concedeu a palavra ao Deputado Leonardo Quintão que registrou desculpas aos Democratas e ao PDSB e agradeceu o acolhimento que recebeu dos pares. Parabenizaram o gesto do parlamentar os senhores Deputados Luiz Carlos Hauly, Rodrigo Rocha Loures, Arnaldo Madeira e Guilherme Campos. Em seguida, o Deputado Guilherme Campos solicitou ao Presidente que não fosse deliberado mais nenhum item da pauta, o que foi acatado pelos membros presentes e pelo Presidente. O Presidente, Deputado Luiz Carlos Hauly informou que havia sobre a mesa REQUERIMENTO – Requerimento do Sr. Guilherme Campos – para que “seja retirado de pauta o item 20, nos termos regimentais”. Encaminhou favoravelmente a retirada da matéria o Deputado Guilherme Campos e, contrariamente, o Deputado João Dado. Em votação, rejeitado o requerimento, contra os votos dos Deputados Arnaldo Madeira, Guilherme Campos e Geraldinho. O Presidente informou que havia sobre a mesa REQUERIMENTO – Do Sr. Guilherme Campos – para que “seja quebrado o interstício para votação nominal do item 20, nos termos regimentais”. Em votação, o requerimento foi rejeitado. O Presidente passou a palavra ao relator, Deputado Vignatti, para proferir o seu parecer. Em seguida, o Deputado Jorge Boeira solicitou a apreciação do requerimento nº 203/09, item 04 da pauta, justificando que os servidores interessados estavam presentes. O Presidente Luiz Carlos Hauly esclareceu que não era possível fazer inversão de pauta para apreciar o requerimento tendo em vista que havia vários projetos de inversão aprovados e que não seriam apreciados na reunião, retornando a apreciação do item 20. Discutiram a matéria os Deputados Arnaldo Madeira, Rodrigo Rocha Loures, Guilherme Campos, Pedro Eugênio, Geraldinho. Não havendo mais quem quisesse discutir, em votação:

aprovado o parecer, contra os votos dos Deputados Arnaldo Madeira, Alfredo Kaefer, Guilherme Campos e Geraldinho. Logo após, o Presidente anunciou a retirada dos demais itens da pauta, conforme acordado anteriormente com os líderes presentes. **01) REQUERIMENTO Nº 200/09** – Do Sr. Guilherme Campos – para que seja convocada a participar de reunião de audiência pública a Ministra-Chefe da Casa Civil, Sra. Dilma Rousseff, a fim de prestar esclarecimentos sobre suposta interferência em assuntos referentes à Receita Federal do Brasil. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **02) REQUERIMENTO Nº 201/09** – Do Sr. Guilherme Campos – para que seja convidada a participar de reunião de audiência pública a ex-Secretária da Receita Federal do Brasil – RFB, Sra. Lina Maria Vieira, a fim de prestar informações acerca de interferências da Ministra-Chefe da Casa Civil em assuntos da RFB. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **03) REQUERIMENTO Nº 202/09** – Do Sr. Guilherme Campos – para que seja convidada a participar de reunião de audiência pública a Chefe de Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil – RFB, Sra. Iraneth Dias Weiler, a fim de prestar informações acerca de interferências da Ministra-Chefe da Casa Civil em assuntos da RFB. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **04) REQUERIMENTO Nº 203/09** – Do Sr. Jorge Boeira – para que sejam convidados a participar de reunião de audiência pública o Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad; o Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Sergio Machado Rezende; o ex-Deputado Jorge Bittar; o Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos, Sr. Hugo Valadares; o Presidente da União Nacional dos Estudantes, Sr. Augusto Chagas; e o Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, Sr. Ismael Cardoso, a fim de debater o Projeto de Lei nº 2.315/03, que “dispõe sobre os critérios para definição dos valores das bolsas de fomento ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural e dá outras providências”. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **05) REQUERIMENTO Nº 204/09** – Do Sr. Pedro Eugênio – para que seja realizado Seminário a fim de debater a proposta de criação do Fundo Soberano Social do Brasil, nos termos do Projeto de Lei nº 5.417/09. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **06) REQUERIMENTO Nº 205/09** – dos Srs. Carlos Melles e Guilherme Campos – para que sejam convidados a participar de reunião de audiência pública representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR); do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Sindical); do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinpro-

faz); da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a fim de discutir o Projeto de Lei nº 2.412/07, que “dispõe sobre a execução administrativa da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas respectivas autarquias e fundações públicas, e dá outras providências”, e seus apensados, os PLs nºs 5.080/09, 5.081/09 e 5.082/09. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **07) REQUERIMENTO Nº 206/09** – Do Sr. Pedro Eugênio – para que sejam convidados a participar de reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Sr. Guilherme Cassel; o Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Sr. Rolf Hackbart; o Presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER, Sr. José Silva Soares; e o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Sr. Alberto Ercílio Broch, a fim de discutir o Projeto de Lei nº 5.665/09, do Poder Executivo, que “institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNA-TER, cria o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, e dá outras providências”. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **08) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.619/09** – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (MSC nº 627/08) – que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira 2003/2005/2006, celebrado em Brasília, em 14 de maio de 2008”. RELATOR: Deputado VICENTINHO ALVES. PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **09) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 118/03** – Do Sr. Eduardo Valverde – que “institui a Lei Orgânica da Autonomia Universitária e dá outras providências”. EXPLICAÇÃO DA EMENTA: altera a Lei nº 8.666, de 1993. RELATOR: Deputado RODRIGO ROCHA LOURES. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **10) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 378/06** – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “acrescenta dispositivo ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, a fim de fixar prazo para a vigência da contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa”.

RELATOR: Deputado ARMANDO MONTEIRO. PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, nos termos do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e, no mérito, pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo da CTASP, com emenda. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **11) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 419/08** – Do Sr. Carlos Souza – que “autoriza o Poder Executivo a criar o Polo de Desenvolvimento da Microrregião de Tefé, Estado do Amazonas, assim como instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado dessa Microrregião”. RELATOR: Deputado SILVIO COSTA. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **12) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 420/08** – Do Sr. Carlos Souza – que “autoriza o Poder Executivo a criar o Pólo de Desenvolvimento da Microrregião do Madeira, Estado do Amazonas, assim como instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado dessa Microrregião”. RELATOR: Deputado JOÃO DADO. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **13) PROJETO DE LEI Nº 5.779-A/05** – Do Sr. Rubens Otoni – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal”. (Apensado: PL nº 5.797/05). RELATOR: Deputado JOÃO DADO. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do PL nº 5.797/05, apensado. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **14) PROJETO DE LEI Nº 5.782-A/05** – Do Sr. Eduardo Gomes – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Bico do Papagaio, com sede na cidade de Augustinópolis, no Estado do Tocantins, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado JOÃO DADO. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **15) PROJETO DE LEI Nº 5.966-A/05** – Do Sr. Wellington Fagundes – que “autoriza o Poder Executivo a instituir o Campus Universitário de Chapada dos Guimarães da Universidade Federal de Mato Grosso”. RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **16) PROJETO DE LEI Nº 5.969-A/05** – Do Sr. Wellington Fagundes – que “autoriza o Poder Executivo a transformar o Campus Universitário de Rondonópolis da Universidade Federal de Mato Grosso (CUR-UFMT) em Universidade Federal da Região Sul de Mato Grosso e dá outras providências”. RELATOR: Deputado JOÃO DADO. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e or-

çamentária. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **21) PROJETO DE LEI Nº 3.949-A/08** – Do Poder Executivo (MSC nº 654/08) – que “dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral Federal”. RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do PL nº 3.949-A/08 e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **22) PROJETO DE LEI Nº 3.944-A/08** – Do Poder Executivo (MSC nº 649/08) – que “dispõe sobre a criação das Funções Comissionadas do INPI – FCINPI, a extinção de cargos em comissão do grupo DAS, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para dispor sobre a remuneração das FCINPI”. RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **23) PROJETO DE LEI Nº 3.950-A/08** – Do Poder Executivo (MSC nº 656/08) – que “dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Esporte”. RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES. PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **24) PROJETO DE LEI Nº 3.454-A/08** – Do Superior Tribunal Militar (Of. nº 305/08) – que “dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas nos Quadros de Pessoal da Justiça Militar da União”. RELATOR: Deputado JOÃO DADO. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **25) PROJETO DE LEI Nº 1.165-A/07** – Do Senado Federal (PLS nº 156/06) – que “concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida e dá outras providências”. RELATOR: Deputado ARNALDO MADEIRA. PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda, e, no mérito, pela aprovação. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **26) PROJETO DE LEI Nº 6.184/05** – Do Sr. Neuton Lima – que “concede a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para os veículos destinados ao transporte escolar, mediante alteração na Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, nas condições que estabelece”. (Apensados: PLs nºs 6.215/05, 6.224/05, 6.521/06, 6.879/06, 6.880/06, 7.190/06, 7.355/06, 7.532/06, 419/07, 602/07, 646/07, 1.452/07, 1.958/07, 2.393/07, 4.387/08, 4.837/09 e 5.004/09). RELATOR: Deputado ARMANDO MONTEIRO. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação

financeira e orçamentária do PL nº 6.184/05 e dos PLs nºs 6.215/05, 6.224/05, 6.521/06, 6.879/06, 602/07, 1.452/07, 1.958/07, 2.393/07, 4.387/08, 5.004/09, 6.880/06, 7.190/06, 7.355/06, 7.532/06, 646/07, 4.837/09 e 419/07, apensados. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **27) PROJETO DE LEI Nº 1.417-B/99** – Do Sr. Fernando Ferro – que “dispõe sobre a participação do usuário na administração de entidades de pesquisa científica e tecnológica da administração federal, direta e indireta, o Compromisso de Desempenho e dá outras providências”. RELATOR: Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **28) PROJETO DE LEI Nº 1.049-A/03** – Do Sr. Walter Pinheiro – que “acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que ‘dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço’ e dá outras providências”. EXPLICAÇÃO DA EMENTA: equipara o detentor de financiamento imobiliário de entidades fechadas de previdência complementar ao mutuário do SFH, para movimentação da conta vinculada do FGTS. RELATOR: Deputado SILVIO COSTA. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **29) PROJETO DE LEI Nº 7.254-A/06** – Do Sr. Ronaldo Caiado – que “altera a exigibilidade bancária para aplicação em crédito rural”. EXPLICAÇÃO DA EMENTA: eleva para 30% (trinta por cento) a aplicação em crédito rural incidente sobre a média diária dos depósitos à vista das instituições financeiras. RELATOR: Deputado SILVIO COSTA. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e, no mérito, pela rejeição do Projeto e da Emenda da CAPADR. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **30) PROJETO DE LEI Nº 51-A/07** – Do Sr. Neilton Mulim – que “institui isenção de tributos federais incidentes sobre produtos destinados à alimentação humana”. RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **31) PROJETO DE LEI Nº 549-A/07** – Do Sr. Laerte

Bessa – que “dispõe sobre a criação de Fundo de Reequipamento dos órgãos integrantes da Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências”. RELATOR: Deputado JÚLIO CESAR. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **32) PROJETO DE LEI Nº 1.072-A/07** – Do Sr. Silvinho Peccioli – que “cria o Fundo Nacional de Amparo às Santas Casas de Misericórdia, destinando-lhe parte da arrecadação dos tributos federais incidentes sobre o fumo e as bebidas alcoólicas”. RELATOR: Deputado MANOEL JUNIOR. PARECER: pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **33) PROJETO DE LEI Nº 1.859-A/07** – Do Sr. Neilton Mulim – que “dá nova redação ao inciso IV do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995”. EXPLICAÇÃO DA EMENTA: inclui como beneficiário da isenção do IPI para aquisição de veículos o aposentado por invalidez. RELATOR: Deputado SILVIO COSTA. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **34) PROJETO DE LEI Nº 1.955-A/07** – Da Sra. Solange Almeida – que “acrescenta o inciso XVIII ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 1990, para permitir a penhora do saldo da conta do FGTS a fim de garantir cumprimento de pensão alimentícia”. RELATOR: Deputado GUILHERME CAMPOS. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **35) PROJETO DE LEI Nº 2.097-A/07** – Do Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto – que “acrescenta parágrafo ao artigo 16 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências”. EXPLICAÇÃO DA EMENTA: autoriza a pessoa jurídica que optar pelo sistema de tributação com base no lucro presumido ou arbitrado a utilizar o crédito de importação para pagamento de outros impostos federais. RELATOR: Deputado PEPE VARGAS. PARECER: pela inadequação financeira e orçamentária. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **36) PROJETO DE LEI Nº 2.994/08** – Do Sr. Juvenil – que “dispõe sobre a transferência de crédito tributário consignado em decisão administrativa ou judicial”. EXPLICAÇÃO DA EMENTA: autoriza a transferência de crédito tributário a terceiros. RELATOR: Deputado RODRIGO ROCHA LOURES.

PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do Projeto e, no mérito, pela aprovação do Projeto, com Substitutivo. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **37) PROJETO DE LEI Nº 3.256-A/04** – Do Sr. Geraldo Resende – que “dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento fisioterapêutico pelas equipes do Programa de Saúde da Família”. (Apensado: PL nº 4.261/04). RELATOR: Deputado AELTON FREITAS. PARECER: pela inadequação financeira e orçamentária do PL 3.256-A/04 e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 4.261/04, apensado. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **38) PROJETO DE LEI Nº 4.855-A/05** – Da Sra. Rose de Freitas – que “acrescenta dispositivos ao art. 328 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a destinação dos valores arrecadados no leilão de veículos apreendidos e não reclamados por seus proprietários”. RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes e, no mérito, pela aprovação do Projeto e do Substitutivo da CVT, com Substitutivo. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **39) PROJETO DE LEI Nº 7.394-B/06** – Do Sr. Ariosto Holanda e outros – que “dispõe sobre o fomento à capacitação tecnológica da população e seu financiamento”. RELATOR: Deputado MANOEL JUNIOR. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **40) PROJETO DE LEI Nº 1.418/07** – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “altera a tributação dos rendimentos financeiros percebidos por beneficiário residente ou domiciliado no exterior, revoga os arts. 1º e 3º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dá outras providências”. (Apensados: PLs nºs 2.503/07, 2.791/08, 2.967/08, 3.107/08 e 3.315/08). RELATOR: Deputado PEDRO NOVAIS. PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e dos PLs nºs 2.503/07, 2.967/08, 3.107/08, 3.315/08 e 2.791/08, apensados; e, no mérito, pela aprovação do Projeto e dos PLs nºs 2.503/07, 2.967/08, 3.107/08 e 3.315/08, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição do PL nº 2.791/08, apensado. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **41) PROJETO DE LEI Nº 3.266/08** – Do Sr. Dr. Adilson Soares – que “dispõe sobre a criação das

sociedades seguradoras especializadas em microsseguros, dos corretores de seguros especializados e dá outras providências”. **EXPLICAÇÃO DA EMENTA:** para comercialização de planos de microsseguros, cujos prêmios mensais não ultrapassem o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais). **RELATOR:** Deputado AELTON FREITAS. **PARECER:** pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com emenda. Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às treze horas e trinta e um minutos, antes porém, convocando os senhores parlamentares para as seguintes reuniões: no dia 02 de setembro, quarta-feira, às 9 horas, na Sala da Presidência da Comissão de Finanças e Tributação, reunião mensal com o Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin e técnicos, destinada a discutir e analisar a execução orçamentária da União, bem como o desempenho das transferências constitucionais dos fundos de participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios (FPE, FPM, FNE, FNNO e FCO); e às 10 horas, Reunião Ordinária Deliberativa, no Plenário Deputado Mussa Demes (Plenário nº 04). E, para constar, eu, , Marcelle R. Campello Cavalcanti, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. , Deputado Vignatti, Presidente.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Quinta Reunião Ordinária Realizada em 26 de Agosto 2009.

Às dez horas e vinte cinco minutos, do dia vinte e seis de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Plenário 9, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Silvio Torres. Registraram a presença os Senhores Deputados Silvio Torres – Presidente, Rômulo Gouveia e Sueli Vidigal – Vice-Presidentes; Ademir Camilo, Cândido Vaccarezza, Carlos Willian, Devanir Ribeiro, Edson Aparecido, João Magalhães, Leo Alcântara, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Vieira, Paulo Rattes, Rodrigo Maia, Simão Sessim, Solange Almeida e Vadão Gomes – Titulares; Celso Russomanno, Daniel Almeida, Duarte Nogueira, Felipe Bornier, José Carlos Machado, José Carlos Vieira, José Mentor, Luiz Sérgio, Moreira Mendes, Nelson Bornier, Paulo Rocha, Vanderlei Macris e Vicentinho Alves – Suplentes. Não registrou a presença os

Deputados Aníbal Gomes, Léo Vivas e Wellington Roberto. Recebida comunicação da Deputada Sueli Vidigal informando sobre sua impossibilidade de participar das reuniões da Comissão realizadas nos dias doze e treze de agosto do corrente, em virtude de compromissos políticos partidários. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. **ATA:** Em seqüência, o Presidente colocou à apreciação as Atas das Trigésima Segunda, Trigésima Terceira e Trigésima Quarta reuniões, cujas leituras foram dispensadas, a pedido do Deputado Duarte Nogueira. Ato contínuo, o Presidente colocou as Atas em discussão. Manifestaram-se os Deputados Vanderlei Macris que pediu para incluir, na ata da última reunião deliberativa, a informação que o Requerimento de nº 227/09 foi aprovado por unanimidade, pois na referida ata constava somente a informação que o requerimento foi aprovado; Duarte Nogueira que falou sobre os problemas que vem ocorrendo na Receita Federal; Rodrigo Maia que sugeriu iniciar a votação. Em votação, as Atas foram aprovadas contra o voto do Deputado Luiz Sérgio. Ato contínuo, o Deputado Luiz Sérgio e o Deputado Duarte Nogueira pediram verificação de votação. Em seguida, o Presidente submeteu as Atas em votação, que foram aprovadas com doze votos favoráveis e uma abstenção, participaram da votação e votaram sim os Deputados Carlos Willian, Felipe Bornier, João Magalhães, José Carlos Machado, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Vieira, Nelson Bornier, Paulo Rattes, Rodrigo Maia, Silvio Torres, Simão Sessim, Solange Almeida, Vanderlei Macris e com abstenção o Deputado Luiz Sérgio. **ORDEM DO DIA.** O Presidente anunciou que constava sobre a Mesa requerimento para inclusão na ordem do dia do Requerimento de nº 247/09, do Deputado Paulo Rattes. Em votação, o Requerimento foi aprovado, contra o voto do Deputado Simão Sessim. Na oportunidade, o Presidente explicou que o Requerimento de nº 247/2009, ficaria como último item da pauta. Antes de passar para o próximo item, o Presidente concedeu a palavra ao Deputado Carlos Willian que apresentou seu relatório da reunião externa realizada em Belo Oriente, Estado de Minas Gerais, a fim de ser promovido debate acerca do procedimento de construção do novo aeroporto que irá atender à região do Vale do Aço”. Dando continuidade a reunião, o Presidente informou que os Requerimentos de nº 227/09, do Deputado Rodrigo Maia, item 1 e o Requerimento de nº 231/09, do Deputado Vanderlei Macris, item 5, seriam submetidos em conjunto à discussão e à votação, por tratarem do mesmo teor. **1) REQUERIMENTO Nº 227/09,** do Deputado Rodrigo Maia, que “Solicita o comparecimento da chefe de gabinete do secretário da Receita Federal, Senhora Iraneth Dias Weiler, para prestar informações acerca de interferências da ministra-chefe da Casa Civil em assuntos da

Receita Federal” e **REQUERIMENTO Nº 231/09**, do Deputado Vanderlei Macris, que “Requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle convidar a Senhora Iraneth Maria Dias Weller, chefe de gabinete na gestão da ex-Secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira, para prestar esclarecimentos sobre os motivos que levaram à sua exoneração pelo atual Secretário, e para confirmar a veracidade da informação sobre o convite para comparecer ao gabinete da Ministra Dilma Roussef, portado pela Sr. Erenice Guerra”. Usaram a palavra, os autores dos requerimentos, na ordem, os Deputados Rodrigo Maia que defendeu a aprovação da proposição e Vanderlei Macris que ao encaminhar favoravelmente a matéria, ressaltou que os fatos precisam ser esclarecidos. Participaram da discussão, os Deputados Luiz Sérgio que se posicionou contra o requerimento, por se tratar de disputa política; Duarte Nogueira que levantou questão de ordem e disse que, de acordo com o regimento, artigo 192, §1º, na fase de discussão de requerimento um orador encaminha a favor e outro contra e passa-se à votação. Em resposta, o Presidente informou que o dispositivo regimental citado referia-se a encaminhamento de votação e que a proposição em questão estava na fase de discussão. Continuando o seu questionamento, o Deputado Duarte Nogueira argumentou que não cabia discussão para requerimento. Em resposta, o Presidente informou que o artigo 50, do regimento interno, prevê fase de discussão para requerimento. Retornando à discussão da matéria, manifestaram-se os Deputados Daniel Almeida que se posicionou contra o requerimento, por entender que há uma politização dos fatos; no mesmo sentido, Devanir Ribeiro também se declarou contrário; José Mentor ao registrar seu voto contra disse que a Comissão deveria se preocupar com a questão técnica e jurídica da operação realizada pela Petrobras e Sueli Vidigal que também se declarou contrária ao requerimento. Em sequência, fizeram uso da palavra e orientaram suas Bancadas contra o requerimento os Deputados Leo Alcântara, pelo Partido da República; Simão Sessim, pelo Partido Progressista; Luiz Sérgio, pelo Partido dos Trabalhadores; João Magalhães, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro e por último Daniel Almeida, pelo Partido Comunista do Brasil. Em votação, os requerimentos de nºs 227/09 e 231/09 foram rejeitados. Logo em seguida, o Presidente submeteu à votação o requerimento do Deputado Rodrigo Maia pedindo a inversão de pauta do Requerimento de nº 247/2009. Fazendo uso da palavra, pela ordem, o Deputado Luiz Sérgio pediu ao Deputado Paulo Rattes para manter o requerimento como último item da pauta; Rodrigo Maia disse que se não houvesse inversão da pauta para o requerimento, os demais requerimentos seriam retirados de pauta. Em votação, a inversão da pauta foi aprovada. **2) REQUERI-**

MENTO de nº 247/2009, do Deputado Paulo Rattes que “Requer sejam convidados o Senhor José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Presidente da Petrobras S/A, o Senhor Guilherme Almir Barbassa, Diretor Financeiro da Petrobras S/A, representantes da empresa Consórcio Terraplanagem Comperj – CTC, composto pelas empresas Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht e Queiroz Galvão, representante do Tribunal de Contas da União e representante da Controladoria Geral da União, para prestarem esclarecimentos sobre superfaturamento no pagamento de verba indenizatória nas obras de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), na região de Itaboraí/RJ”. Com a palavra, o Deputado Paulo Rattes ao defender a realização da audiência disse que os fatos noticiados precisam ser esclarecidos. Participaram da discussão e sugeriram alteração do convite para convidar a pessoa responsável na Petrobras pelo contrato, no lugar do presidente da Petrobras, os Deputados Carlos Willian, José Mentor, Simão Sessim, Daniel Almeida e Luiz Sérgio; diferentemente os Deputados Vanderlei Macris e Felipe Bornier se declararam favorável ao requerimento e à manutenção do convite ao Presidente da Petrobras; na réplica, o Deputado Paulo Rattes para manter a hierarquia dos convidados sugeriu alteração do requerimento para convidar o Presidente do Tribunal de Contas da União, no lugar do representante do Tribunal. Ato contínuo, o Presidente colocou em votação o requerimento com a alteração proposta pelo autor do requerimento de convidar o Presidente do Tribunal de Contas da União, no lugar do representante do Tribunal e pela manutenção dos demais convidados. Em votação, foi aprovado o requerimento com a alteração. Ato contínuo, o Presidente anunciou que constava sobre a Mesa requerimento do Deputado Vanderlei Macris que solicitava a retirada da ordem do dia dos requerimentos de nºs 230, 232, 233 e 234 de 2009. Em seguida, o Deputado Paulo Rocha citou que conforme acordo firmado, os requerimentos seriam retirados de tramitação. Com a palavra, o Deputado Vanderlei Macris afirmou que o acordo foi para retirar os requerimentos da ordem do dia e não da tramitação. O Presidente lembrou que tem sido procedimento da Comissão retirar, por acordo, requerimento da ordem do dia, a pedido do autor. Fazendo uso da palavra, o Deputado Carlos Willian levantou questão de ordem sobre a aplicação do artigo 164, II, do regimento interno, que trata da prejudicialidade de matéria pendente de deliberação, em virtude de prejudicamento pela Comissão em outra deliberação; ainda com a palavra, Carlos Willian lembrou que o acordo foi para retirar os requerimentos da ordem do dia. Em seguida, o Deputado Cândido Vacarezza esclareceu que o Partido dos Democratas participou do acordo que se o requerimento do Deputado Paulo Rattes fosse aprovado, por consenso, o

referido partido não retornaria à ordem do dia o assunto objeto dos requerimentos em questão, como também não apoiaria, no caso de iniciativa de outros partidos; Vanderlei Macris reafirmou que o acordo feito com o Partido da Social Democracia Brasileira foi de retirar os requerimentos da ordem do dia; Luiz Sérgio lamentou que o acordo estabelecido não foi cumprido na sua integridade e que o Partido da Social Democracia Brasileira não participou do acordo, mas havia o entendimento de ser uma proposta conjunta; Rodrigo Maia disse que na dúvida os requerimentos em questão poderiam ser submetidos à votação. Findas as discussões, a pedido dos respectivos autores, os Deputados Rodrigo Maia, Rômulo Gouveia e Vanderlei Macris foram retirados, por acordo, os requerimentos: **Requerimento de nº 228/09**, do Deputado Rodrigo Maia, que “Solicita a convocação da Ministra-chefe da Casa Civil, senhora Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos acerca de suposta interferência em assuntos referentes à Receita Federal”; **Requerimento 229/09**, do Deputado Rômulo Gouveia, que “Requer nos termos regimentais, a realização de audiência pública com a presença do senhor José Antônio Muniz Lopes, Presidente da Eletrobrás; do senhor Ricardo Pena Pinheiro, Secretário de Previdência Complementar; do senhor Roger Odillo Klafke, Diretor de Fiscalização da SPC; do senhor Luiz Henrique Hamann, Diretor Financeiro de FURNAS Centrais Elétricas S/A; do senhor Paulo Sérgio Petis Fernandes, Diretor de Administração e Finanças da Eletronuclear S/A; do senhor Astrogildo Fraguglia Quental, Diretor Financeiro da Eletrobrás S/A; dos senhores Luiz Alberto Garcia Alvernaz e Satyro Florentino Teixeira Neto, membros da firma Watson Wuatt; do Senhor Toshio Nishioka, membro da firma RSM Boucinhas, Campos & Conti; do senhor Vitor Albano da Silva Esteves, Presidente do Conselho Deliberativo de Administração da Fundação Real Grandeza, para debater acerca de supostas irregularidades contábeis que tiveram por objetivo o incremento artificial do superávit atuarial, através de cobranças de contribuições acima do devido, implicando em despesas das patrocinadoras ilegais, com a conseqüente dedução ilegal de imposto de renda à pagar, além de aumento do endividamento das patrocinadoras, da sua controladora, assim como perdas da capacidade de investimento em geração de energia”; **Requerimento de nº 230/09**, do Deputado Vanderlei Macris, que “Requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle convidar a Senhora Lina Maria Vieira, ex-Secretária da Receita Federal, para prestar esclarecimentos sobre a entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo”; **Requerimento de nº 232/09**, do Deputado Vanderlei Macris, que “Requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle convidar a senhora Erenice Alves Guerra, Secretária Executiva da Casa Ci-

vil da Presidência da República, para prestar esclarecimentos sobre as notícias amplamente divulgadas pela imprensa de seu envolvimento no episódio do encontro, na Casa Civil, da ex-Secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira com a Ministra Dilma Rousseff”; **Requerimento de nº 233/09**, do Deputado Vanderlei Macris, que “Requer à Comissão de Fiscalização Financeira convocar o Senhor Ministro Guido Mantega para prestar esclarecimentos sobre as notícias amplamente divulgadas pela imprensa, relativas à interferência política na Secretaria da Receita Federal, patrocinada por esse Ministro e pelo Palácio do Planalto, a qual levou doze funcionários do alto escalão daquele órgão a pedir exoneração dos cargos que exerciam” e o **Requerimento de nº 234/09**, do Deputado Vanderlei Macris, que “Requer à Comissão de Fiscalização Financeira convidar o Senhor Otacílio Cartaxo, Secretário da Receita Federal, para prestar esclarecimentos sobre as notícias amplamente divulgadas pela imprensa, relativas à interferência política naquela Secretaria, patrocinada pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e pelo Palácio do Planalto, a qual levou doze funcionários do alto escalão daquele órgão a pedir exoneração dos cargos que exerciam”. **3) REPRESENTAÇÃO Nº 35/08**, da Associação Nacional dos Servidores do Patrimônio da União (ANASP), que “Apresenta denúncia sobre a situação de descaso das autoridades com relação à qualidade dos serviços técnico/administrativos praticados na Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, às condições de trabalho, responsabilidades funcional e profissional e Plano de Carreira”. Relatora: Deputada Sueli Vidigal. Relatório Prévio: pela implementação. Com a palavra, a Deputada Sueli Vidigal proferiu a leitura do seu voto que propõe a implementação da Representação. Não houve discussão. Em votação, o relatório prévio foi aprovado. **4) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 82/09**, do Deputado Leo Alcântara, que “Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização sobre as ações previstas no Projeto de Lei nº 1, de 2009-CN, a serem executadas pela Secretaria Especial de Portos”. Relator: Deputado Duarte Nogueira. Relatório Prévio: pela implementação. Fazendo uso da palavra, o Deputado Duarte Nogueira ao defender a aprovação do relatório prévio pela implementação da proposta de fiscalização registrou que estava incluindo em seu relatório a informação de que a qualquer momento a Comissão, fazendo uso das informações obtidas pelo Tribunal de Contas da União, poderia requerer diligências e quaisquer atividades que estejam sob a alçada regimental e constitucional da Comissão, para efeito da fiscalização. Manifestou-se o Deputado Leo Alcântara a favor do relatório prévio, conforme defendido pelo relator. Em votação, o relatório prévio foi aprovado. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a

tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às doze horas e treze minutos, antes, porém, convocou os Deputados para reunião de audiência pública a ser realizada amanhã, dia vinte sete de agosto do corrente às dez horas, destinada a discutir às providências relativas à organização da Copa do Mundo de 2014, para constar, eu, Ariadna Edenice de Mendonça Vasconcelos, Secretária Substituta, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Silvio Torres publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Sexta Reunião de Audiência Pública Realizada em 27 de Agosto de 2009.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia treze de agosto de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Plenário 09, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Silvio Torres. Registraram a presença os Senhores Deputados Silvio Torres – Presidente; Paulo Rattes e Simão Sessim – Titulares; Duarte Nogueira, Felipe Bornier, José Carlos Vieira e Vicentinho Alves – Suplentes. Não registraram a presença os Deputados Ademir Camilo, Aníbal Gomes, Cândido Vaccarezza, Carlos Willian, Devanir Ribeiro, Edson Aparecido, João Magalhães, Leo Alcântara, Léo Vivas, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Vieira, Rômulo Gouveia, Solange Almeida, Vadão Gomes e Wellington Roberto. O Deputado Rodrigo Maia protocolou na Secretaria da Comissão justificativas prévia de sua ausência, em razão de compromissos político-partidários assumidos anteriormente em seu Estado.

ABERTURA: O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião de Audiência Pública destinada a discutir as providências relativas à organização da Copa do Mundo de 2014, aprovada pelo requerimento nº 209/2009, de autoria do Deputado Silvio Torres.

ORDEM DO DIA: Audiência Pública. Inicialmente, o Presidente convidou para compor a Mesa, na ordem, o Senhor Caio Luiz Cibellha de Carvalho, Presidente da São Paulo Turismo, do Município de São Paulo, e o Senhor João Paulo de Jesus Lopes, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos de São Paulo, em substituição a José Luiz Portella, Secretário dos Transportes Metropolitanos, passando-lhes a palavra para fazerem suas exposições. Findas as explanações, o Presidente concedeu a palavra como co-autor do requerimento que deu origem à presente Audiência, ao Deputado Paulo Rattes, que se manifestou com interpelações aos convidados. Dando

continuidade aos trabalhos, o Presidente concedeu a palavra aos convidados para respostas, quando também conduziu suas próprias interpelações, as quais foram também respondidas pelos convidados. Em seguida, solicitou aos convidados que fizessem suas considerações finais. **ENCERRAMENTO:** Encerrado os questionamentos e as explicações pelos convidados, o Presidente teceu suas considerações finais e agradeceu a participação de todos, encerrando a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Ariadna Edenice de Mendonça Vasconcelos, Secretária Substituta, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Silvio Torres, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Sétima Reunião de Audiência Pública Realizada em 1 de Setembro de 2009

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Plenário 09, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Silvio Torres. Registraram a presença os Senhores Deputados Silvio Torres – Presidente; Rômulo Gouveia – Vice-Presidente; Léo Alcântara, Paulo Rattes Rodrigo Maia e Simão Sessim – Titulares; Felipe Bornier, José Carlos Machado, Moreira Mendes, Vanderlei Macris e Vicentinho Alves – Suplentes. Não registraram a presença os Deputados Ademir Camilo, Aníbal Gomes, Cândido Vaccarezza, Carlos Willian, Devanir Ribeiro, Edson Aparecido, João Magalhães, Léo Vivas, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Vieira, Solange Almeida, Vadão Gomes e Wellington Roberto. **ABERTURA:** O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião de Audiência Pública destinada a discutir as providências relativas à organização da Copa do Mundo de 2014, aprovada pelo requerimento nº 184/2009, de autoria dos Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes. **ORDEM DO DIA:** Audiência Pública. Inicialmente, o Presidente convidou para compor a Mesa, na ordem, a Senhora Magnólia Pinheiro, Diretora Substituta do Departamento de Desenvolvimento e Logística do Ministério dos Transportes, em substituição ao Ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, o Senhor Alexandre Barros, Diretor de Infraestrutura da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, substituindo a senhora Solange Paiva Vieira, Diretora Presidente da ANAC, e o Senhor Jonas Maurício Lopes, Superintendente

de Estudos e Projetos de Engenharia da Infraero, substituindo o senhor Murilo Marques Barbosa, Presidente da Infraero, passando-lhes a palavra para fazerem suas exposições. Findas as explanações, o Presidente concedeu a palavra como co-autor do requerimento que deu origem à presente Audiência, ao Deputado Paulo Rattes, que se manifestou com interpelações aos convidados, seguido do Deputado Vanderlei Macris. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente concedeu a palavra aos convidados para respostas. Neste momento, às dezesseis horas e treze minutos, assumiu a presidência dos trabalhos o Deputado Paulo Rattes, o qual concedeu a palavra ao Deputado Silvio Torres, para suas ponderações. Às dezesseis horas e vinte e um minutos, o Deputado Rômulo Gouveia, Presidente da Subcomissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Federais Destinados à Copa de 2014, assumiu a presidência dos trabalhos, concedendo a palavra aos convidados, a Senhora Magnólia Pinheiro, o Senhor Alexandre Barros e o Senhor Jonas Maurício Lopes, para respostas e considerações finais. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os questionamentos e respectivas explicações, o Presidente solicitou aos convidados que enviassem à Comissão as informações a que se referiram no transcorrer da reunião, especificamente aquelas de que não dispunham naquele momento. Por fim, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos, antes, porém, convocou os Deputados para a reunião ordinária deliberativa da Comissão, a ser realizada, quarta-feira, dois de setembro do corrente, às dez horas, no Plenário 09. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Ariadna Edenice de Mendonça Vasconcelos, Secretária Substituta, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Silvio Torres, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 25ª Reunião Ordinária Realizada em 26 de Agosto de 2009.

Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Legislação Participativa, no Anexo II, Plenário 03 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Roberto Britto – Presidente; Eliene Lima e Dr. Talmir – Vice-Presidentes; Francisco Praciano, Iran Barbosa, Janete Rocha Pietá, Jurandil Juarez, Luiza Erundina, Pedro Wilson e Sebastião Bala Rocha – Titulares; João Dado, Lincoln Portela e Nazareno Fonteles – Suplentes. Deixaram de comparecer

os Deputados Eduardo Amorim, Emilia Fernandes, José Carlos Vieira, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim e Vadão Gomes. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a ata da 22ª e da 23ª reuniões, realizadas, respectivamente, nos dias 19 e 20 de agosto de 2009. Por terem sido distribuídas cópias, foi dispensada a leitura por solicitação do Deputado Nazareno Fonteles. Em votação, **as atas foram aprovadas por unanimidade. EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou a designação de relatoria efetuada dia 25 de agosto, conforme cópias distribuídas aos membros da Comissão. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 92/09** – dos Srs. Pedro Wilson e Nazareno Fonteles – que “requer a realização de audiência pública envolvendo as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Legislação Participativa para discutir, no contexto da VI Feira e Encontro dos Povos do Cerrado, a PEC 115/95 – Cerrado e Caatinga e apresentação dos dados do monitoramento do bioma e lançamento do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento do Cerrado”. O Deputado Nazareno Fonteles procedeu à leitura e ao encaminhamento da matéria. Em votação, **o requerimento foi aprovado por unanimidade. B – Sugestões: 2 – SUGESTÃO Nº 151/09** – Do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – que “sugere Projeto de Lei para criar a Semana Nacional da Justiça Fiscal e o Dia Nacional da Justiça Fiscal”. RELATOR: Deputado PEDRO WILSON. PARECER: pela aprovação. O Deputado Nazareno Fonteles foi designado Relator em substituição ao Deputado Pedro Wilson. O Relator Substituto acatou o parecer do relator anterior, procedendo à sua leitura e não havendo quem quisesse discutir a matéria, em votação, **o parecer foi aprovado por unanimidade. 3 – SUGESTÃO Nº 156/09** – Do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – que “sugere a realização de reunião de audiência pública para discutir o tema: ‘compensação de dívida tributária e precatório judicial’”. RELATOR: Deputado JURANDIL JUAREZ. PARECER: pela aprovação. **Não deliberado. 4 – SUGESTÃO Nº 170/09** – Do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – que “sugere a realização de reunião para Audiência Pública para discutir o tema ‘concurso público’”. RELATOR: Deputado JURANDIL JUAREZ. PARECER: pela aprovação. **Não deliberado.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, às 15 horas e seis minutos, antes convocando os senhores Membros da Comissão para Reunião Ordinária de Audiência Pública para debater a matéria objeto do Projeto de Lei 7531/2006, que “dispõe sobre o exercício da atividade de parteira tradicional”, a realizar-se quinta-feira, dia 27 de agosto,

às 9 horas, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados. E, para constar, eu, Sônia Hypolito, lavrei a presente ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Roberto Britto, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Vigésima Oitava Reunião Ordinária Deliberativa Realizada em 26 de Agosto de 2009.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Bernardo Ariston, Presidente; Luiz Alberto e Nelson Bornier, Vice-Presidentes; Alexandre Santos, Arnaldo Jardim, Arnaldo Vianna, Brizola Neto, Bruno Rodrigues, Carlos Alberto Canuto, Eduardo Valverde, Ernandes Amorim, Fábio Ramalho, Fernando Ferro, Fernando Marroni, João Oliveira, Jorge Boeira, José Otávio Germano, Julião Amin, Luiz Fernando Faria, Marcio Junqueira, Marcos Lima, Marcos Medrado, Paulo Abi-Ackel, Silvio Lopes e Vander Loubet, Titulares; Andre Vargas, Átila Lira, Carlos Brandão, Chico D'Angelo, Ciro Pedrosa, Edinho Bez, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Leonardo Quintão, Luiz Bassuma, Maurício Quintella Lessa, Pedro Fernandes, Simão Sessim, Solange Almeida, Tatico e Victor Penido, Suplentes. Compareceu, também, o Deputado Paulo Rattes, como não-membro. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Albérico Filho, Betinho Rosado, Eduardo da Fonte, José Santana de Vasconcellos e Rose de Freitas. O Deputado Ciro Pedrosa apresentou atestado médico para justificar sua ausência à reunião realizada no dia doze deste mês, e o Deputado José Carlos Aleluia comunicou estar ausente às reuniões desta data em razão de compromissos no México e nos Estados Unidos. **ABERTURA:** Alcançado o número regimental, o Senhor Presidente comunicou o início da Reunião Ordinária Deliberativa e submeteu à apreciação a Ata da Reunião Ordinária Deliberativa realizada no dia doze do mês em curso. O Deputado Arnaldo Jardim solicitou dispensa da leitura da Ata, tendo o Plenário da Comissão anuído à solicitação. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente comunicou que, no último dia vinte e cinco, avocou a relatoria do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.741/2009. Ele comunicou, ainda, ter efetuado, neste mês, as seguintes designações de relatorias: no dia treze, ao Deputado Marcio Junqueira, o Projeto de Lei nº 5.335/2009; no dia dezenove, ao Deputado

Betinho Rosado, o Projeto de Lei nº 303/2007 e, ao Deputado Edinho Bez, o Projeto de Lei nº 5.733/2009. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou a anuência do Plenário para que, a convite do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ele participasse da apresentação da proposta do modelo regulatório do pré-sal, a se realizar no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, nesta cidade, no dia trinta e um de agosto. Em votação, a referida participação foi aprovada unanimemente. Ele solicitou, ainda, referendo para a sua participação na Conferência da Viex Americas, realizada no Rio de Janeiro, nos dias vinte e vinte e um deste mês, para discutir as diretrizes e mudanças na regulamentação do setor de exploração e produção de petróleo. A participação foi aprovada unanimemente. Na sequência, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim, que solicitou aditamento ao Requerimento nº 333/2009, de sua autoria, aprovado na Reunião Ordinária Deliberativa realizada no dia primeiro de abril do corrente. O Senhor Deputado pediu que se acrescentasse ao Requerimento a nova programação do Seminário sobre concessões do setor elétrico brasileiro e a realização de parceria com o Jornal Valor Econômico para executar os serviços de aposição da logomarca do jornal no material de divulgação do evento; de contratação de recepcionistas e mestre de cerimônias; de alimentação (*coffe-break*); e de distribuição de convites para entidades interessadas. De acordo com o referido aditamento, a programação do Seminário, a se realizar no dia seis de outubro deste ano, no Auditório Nereu Ramos, nesta Casa, passa a ser a seguinte: Tema-Relicitação ou Prorrogação das Concessões do Setor Elétrico; Programação: 14h-Abertura (Deputado Michel Temer-Presidente da Câmara dos Deputados; Deputado Bernardo Ariston-Presidente da Comissão de Minas e Energia; Sr. Edison Lobão-Ministro de Estado de Minas e Energia); 14h30-1º Painel: Modicidade Tarifária (Mediador: Deputado-a definir; Expositores: Sr. Nelson Hubner-Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica-Aneel; Sr. Ricardo Lima-Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres-Abraça); 15h30-2º Painel: Oferta de Energia (Mediador: Deputado-a definir; Expositores: Sr. Maurício Tiomno Tolmasquim-Presidente da Empresa de Pesquisa Energética-EPE; Sr. Wilson Ferreira Junior-Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base-Abdib); 16h30-3º Painel: Marco Legal Regulatório sobre as Concessões (Mediador: Deputado-a definir; Expositores: Sr. David Waltenberg-Consultor Jurídico e Advogado do Escritório de Advocacia Waltenberg; Sr. Carlos Ary Sunfeld-Doutor em Direito

Administrativo e Advogado do Escritório de Advocacia Sundfeld Advogados; Sr. Floriano de Azevedo Marques Neto-Doutor e Livre-Docente em Direito Público pela Universidade de São Paulo-USP e Advogado do Escritório de Advocacia Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados; Representante do Ministério de Minas e Energia); 18h-Encerramento. Submetido à votação o aditamento foi aprovado por unanimidade. **ORDEM DO DIA: A – MATÉRIA SOBRE A MESA: 1 – REQUERIMENTO Nº 443/2009** – Do Srs. Marcos Lima e Marcio Junqueira – que “requer, nos termos do art. 117, VI, RICD, a retirada da Ordem do Dia do Requerimento nº 428/2009, item 1 da pauta”. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente. **2 – REQUERIMENTO Nº 444/2009** – Do Sr. Marcio Junqueira – que “requer, nos termos do art. 117, VI, RICD, a retirada da Ordem do Dia do Requerimento nº 439/2009, item 4 da pauta”. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente. **B – REQUERIMENTOS: 3 – REQUERIMENTO Nº 428/2009** – Do Sr. José Fernando Aparecido de Oliveira – que “cria a Subcomissão Especial para acompanhar a implementação do sistema MMX Minas-Rio”. O Requerimento foi retirado de pauta a Requerimento aprovado dos Deputados Marcos Lima e Marcio Junqueira. **4 – REQUERIMENTO Nº 437/2009** – Do Sr. Julião Amin – que “requer a realização de Audiência Pública, com a presença do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, para discutir uma nova política de concessão pública de exploração do subsolo brasileiro”. Concedida a palavra ao Autor, este expôs as razões da Proposição. Discutiram a matéria os Deputados Leonardo Quintão, Ernandes Amorim, Brizola Neto, Arnaldo Jardim e Arnaldo Vianna. O Deputado Leonardo Quintão sugeriu que fosse discutido na Audiência Pública o Código de Mineração, e o Deputado Arnaldo Jardim apresentou a sugestão de inclusão de representantes do Ministério de Minas e Energia e da Casa Civil no rol de convidados. Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente, acatadas as sugestões apresentadas. **5 – REQUERIMENTO Nº 438/2009** – Do Sr. Marcio Junqueira – que “requer a realização de Audiência Pública para discutir o contrato existente entre a Alstom e a Eletro-norte para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí”. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Autor, que apresentou as razões da Proposição. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente. **6 – REQUERIMENTO Nº 439/2009** – Do Sr. Marcio Junqueira – que “requer a realização de Audiência Pública para discutir repasses públicos feitos pela Eletrobrás, referentes à Conta de Desenvolvi-

to Energético-CDE, criada pela Lei 10.438/2002, à Tractebel Energia S.A”. A Proposição foi retirada de pauta, a Requerimento aprovado do Autor. **7 – REQUERIMENTO Nº 440/2009** – Do Sr. Betinho Rosado – que “requer a realização de Audiência Pública para a obtenção de esclarecimentos acerca da realização de rodada de licitação de áreas com acumulações marginais”. O Requerimento foi subscrito pelo Deputado Silvio Lopes, que apresentou as razões da Proposição. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente. Na sequência, o Senhor Presidente, por ser o Autor da Proposição seguinte, convidou o Deputado Luiz Alberto para assumir a Presidência dos trabalhos, em atendimento aos arts. 40 e 43 do Regimento Interno desta Casa. **8 – REQUERIMENTO Nº 442/2009** – Do Sr. Bernardo Ariston – que “requer a criação do Grupo de Trabalho sobre Gás Natural”. O Autor apresentou as razões do Requerimento. Em discussão a matéria, manifestaram-se os Deputados Ernandes Amorim, Arnaldo Vianna, Fernando Ferro e Silvio Lopes. Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado unanimemente. Reassumindo a Presidência dos trabalhos, o Deputado Bernardo Ariston declarou que, em razão da Audiência Pública que se realizaria em seguida, seria encerrada a Reunião Ordinária Deliberativa em curso, restando sem deliberação as demais Proposições em pauta. **C – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO DO PLENÁRIO: PRIORIDADE: 9 – PROJETO DE LEI Nº 7.068/2006** – Da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – que “dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes no órgão regulador e fiscalizador da área de radioproteção e segurança nuclear”. Relator: Deputado Ciro Pedrosa. Parecer: pela rejeição. Foi concedida vista conjunta aos Deputados Arnaldo Jardim e Silvio Lopes, em vinte e nove de abril deste ano, tendo o Deputado Silvio Lopes apresentado Voto em Separado, no último dia cinco de maio. O Projeto não foi deliberado. **10 – PROJETO DE LEI Nº 3.245/2008** – Da Comissão de Legislação Participativa (SUG113/2005) – que “acrescenta artigo à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências”. (Apensados: Projetos de Lei nºs 3.847/2008 e 4.840/2009). Relator: Deputado Ernandes Amorim. Parecer: pela aprovação deste e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 3.847/2008 e 4.840/2009, apensados. Foi concedida vista ao Deputado Alexandre Santos, em seis de maio deste ano. O Projeto não foi deliberado. **11 – PROJETO DE LEI Nº 3.324/2008** – Do Sr. Silvinho Peccioli – que “institui a Reserva Produtora

de Água no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC”. Relator: Deputado Carlos Alberto Canuto. Parecer: pela rejeição. Os Deputados William Woo e José Fernando Aparecido de Oliveira apresentaram Votos em Separado. O Projeto não foi deliberado. **TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA: 12 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.138/2008** – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “determina a sustação do Decreto nº 6.640, de 7 de novembro de 2008, do Poder Executivo, por exorbitar do poder regulamentar”. Relator: Deputado José Otávio Germano. Parecer: pela rejeição. O Projeto não foi deliberado. **D – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA: 13 – PROJETO DE LEI Nº 6.834/2006** – Do Sr. Betinho Rosado – que “acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão às expensas da concessionária”. Relator: Deputado Átila Lira. Parecer: pela aprovação. O Projeto não foi deliberado. **14 – PROJETO DE LEI Nº 1.895/2007** – Do Sr. Wandenkolk Gonçalves – que “altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para estender às cooperativas e às colônias de pescadores artesanais os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural”. (Apensado: Projeto de Lei 2.907/2008). Relatora: Deputada Rose de Freitas. Parecer: pela aprovação deste e do Projeto de Lei 2.907/2008, apensado, com Substitutivo. O Projeto não foi deliberado. **15 – PROJETO DE LEI Nº 1.896/2007** – Do Sr. Carlos Souza – que “altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de destinar recursos à Conta de Desenvolvimento Energético-CDE”. Relator: Deputado Betinho Rosado. Parecer: pela aprovação deste e da Emenda 1/2007 apresentada na CME, com Substitutivo. Foi concedida vista ao Deputado Andre Vargas, em cinco de dezembro de dois mil e sete. O Projeto não foi deliberado. **16 – PROJETO DE LEI Nº 2.860/2008** – Do Sr. José Carlos Machado – que “estabelece política tarifária para o setor elétrico nacional visando incentivar a indústria têxtil e dá outras providências”. Relator: Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira. Parecer: pela aprovação. Em dezessete de dezembro de dois mil e oito, foi concedida vista ao Deputado José Otávio Germano, tendo este apresentado Voto em Separado em dezessete de março deste ano. O Projeto não foi deliberado. **17 – PROJETO DE LEI Nº 3.436/2008** – Do Sr. Ivan Valente – que “declara como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Brasil o rio Ribeira de Iguape e dá outras providências”.

Relator: Deputado José Otávio Germano. Parecer: pela rejeição. O Projeto não foi deliberado. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente encerrou os trabalhos às onze horas e nove minutos, tendo antes convocado a Comissão para a Audiência Pública a se realizar em seguida. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado Bernardo Ariston, Presidente.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Vigésima Nona Reunião Extraordinária de Audiência Pública, Realizada em 26 de Agosto de 2009

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e nove, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Minas e Energia, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Bernardo Ariston, Presidente; Luiz Alberto e Nelson Bornier, Vice-Presidentes; Alexandre Santos, Arnaldo Jardim, Arnaldo Vianna, Brizola Neto, Bruno Rodrigues, Carlos Alberto Canuto, Eduardo Valverde, Ernandes Amorim, Fábio Ramalho, Fernando Ferro, Fernando Marroni, João Oliveira, Jorge Boeira, José Otávio Germano, Julião Amin, Luiz Fernando Faria, Marcio Junqueira, Marcos Lima, Marcos Medrado, Paulo Abi-Ackel, Silvío Lopes e Vander Loubet, Titulares; Andre Vargas, Átila Lira, Carlos Brandão, Chico D’Angelo, Ciro Pedrosa, Edinho Bez, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Leonardo Quintão, Luiz Bassuma, Maurício Quintella Lessa, Pedro Fernandes, Simão Sessim, Solange Almeida, Tatico e Vitor Penido, Suplentes. Compareceram, também, os Deputados Paulo Rattes e Carlos Santana, como não-membros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Albérico Filho, Betinho Rosado, Eduardo da Fonte, José Santana de Vasconcellos e Rose de Freitas. **ABERTURA:** O Senhor Presidente comunicou o início da Audiência Pública, que, em atendimento ao Requerimento nº 422/2009, de autoria do Deputado Bernardo Ariston, visava ao debate sobre o projeto de implantação do Mineroduto Minas-Rio e do Complexo Porto do Açú, em São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro, tendo como convidados a Senhora Carla Machado, Prefeita de São João da Barra-RJ; o Senhor Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; a Senhora Renata Bezerra Cavalcanti, Subsecretária de Energia, Logística e Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro; o Senhor

Cristiano Prado M. Barbosa, Gerente de Novos Investimentos e Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro-Firjan; e o Senhor Jorge Luiz Brito Cunha Reis, Coordenador de Mineração e Obras Civas da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama. O Senhor Presidente cumprimentou os presentes, convidou os Expositores para tomarem assento à Mesa e, em seguida, cientificou o Plenário acerca dos procedimentos regimentais. Prosseguindo, o Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Carla Machado, para que iniciasse a apresentação do tema. A senhora Prefeita discorreu sobre o Complexo Logístico e Portuário do Açú, tendo evidenciado os benefícios que o empreendimento traria ao município de São João da Barra, entre os quais a instalação de um parque industrial. Na sequência, tendo assumido a Presidência dos trabalhos o Deputado Leonardo Quintão, este concedeu a palavra ao Senhor Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, que destacou pontos positivos do projeto em discussão, que, segundo ele, reúne a extração com alternativas e soluções de transporte do minério. O Senhor Cláudio Scliar finalizou sua apresentação afirmando que o Ministério de Minas e Energia considerava o projeto extremamente importante, uma interessante proposta econômica. Tendo em vista a necessidade de o Palestrante se ausentar, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos Senhores Deputados para os questionamentos ao Senhor Cláudio Scliar. Manifestaram-se os Deputados Brizola Neto e Carlos Santana, que questionaram o projeto em relação ao aproveitamento dos recursos de que trata o artigo 176 da Constituição Federal. O Expositor afirmou que o Governo analisava o empreendimento com base na legislação em vigor. Prosseguindo, o Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Renata Bezerra Cavalcanti, que traçou um histórico do projeto em referência, tendo destacado seus aspectos de sustentabilidade e responsabilidade econômica. Dando sequência à apresentação do tema, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Cristiano Prado M. Barbosa, que apresentou a visão da Firjan sobre o projeto, tendo afirmado ser o Porto do Açú um eixo de desenvolvimento econômico. Finalizando a exposição do tema, usou a palavra o Senhor Jorge Luiz Brito Cunha Reis que discorreu sobre o processo de licenciamento do mineroduto de que se trata, tendo apresentado o rito de licenciamento, bem como a estrutura do plano básico ambiental do empreendimento. Encerradas as exposições, assumiu a Presidência dos Trabalhos o Deputado Silvio Lopes. O Senhor Presidente deu início ao debate, que teve a participação dos Deputados Brizola Neto, Eduardo Valverde e Silvio Lopes, manifestando preocupação com o

meio ambiente e a população local após a implantação do projeto. Encerrado o debate e tendo reassumido a Presidência dos trabalhos o Deputado Leonardo Quintão, este facultou a palavra aos Expositores, que responderam às indagações formuladas e apresentaram suas considerações finais. Também usou a palavra o Senhor Julio Cesar Carmo Bueno, titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro. Ao final, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a contribuição dos Senhores Expositores para a discussão do tema. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos às quatorze horas e dezessete minutos. E, para constar, eu, Damaci Pires de Miranda, Secretária da Comissão de Minas e Energia, lavrei a presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados Deputados, tendo as notas taquigráficas passado a integrar o acervo documental respectivo. Deputado Bernardo Ariston, Presidente.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Evento: Audiência Pública
Nº: 1294/09
Data: 26-8-09
Início: 11h19min
Término: 14h18min
Duração: 02h58min
Tempo de Gravação: 02h58min
Páginas: 64
Quartos: 36

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

CARLA MACHADO – Prefeita do Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUDIO SCLIAR – Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

RENATA BEZERRA CAVALCANTI – Subsecretária de Energia, Logística e Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro.

CRISTIANO PRADO MARTINS BARBOSA – Gerente de Novos Investimentos e Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN.

JORGE LUIZ BRITO CUNHA REIS – Coordenador de Mineração e Obras Civas da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA.

JÚLIO CESAR CARMO BUENO – Secretário do Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Discussão do projeto de implantação do Mineroduto Minas-Rio e do Complexo Porto do Açú, em São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Houve exibição de vídeo.

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

Há palavras ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Ariston) – Declaro abertos os trabalhos desta audiência pública para discussão do projeto de implantação do Mineroduto Minas-Rio e do Complexo Porto do Açú, em São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro, em atendimento ao Requerimento nº 422, de 2009, de minha autoria, com a participação dos seguintes convidados: Sra. Carla Machado, Prefeita do Município de São João da Barra; Sr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; Sra. Renata Bezerra Cavalcanti, Subsecretária de Energia, Logística e Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Cristiano Prado Martins Barbosa, Gerente de Novos Investimentos e Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro; e Sr. Jorge Luiz Britto Cunha Reis, Coordenador de Mineração e Obras Civas da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais – IBAMA.

Quero lembrar a todos que, como disse anteriormente, na sessão deliberativa, certamente faremos outras audiências públicas sobre o mesmo tema, com outros convidados.

Quero cumprimentar todos os presentes, em especial os convidados, e solicitar-lhes que tomem assento à Mesa, por favor.

Informo que a lista de inscrição para os debates está aberta e que o Deputado que desejar interpelar os senhores expositores deverá dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar seu nome.

Informo que os convidados não deverão ser apartados no decorrer de suas exposições. *(Pausa.)* Somente após encerradas as exposições os Deputados poderão fazer seus questionamentos, tendo cada um o prazo de 3 minutos, e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Passo a palavra à Sra. Carla Machado, Prefeita do Município de São João da Barra, no Rio de Janeiro. V.Exa. terá o prazo de 15 minutos para fazer sua exposição, Sra. Prefeita. V.Exa. tem a palavra.

A SRA. CARLA MACHADO – Bem, eu quero inicialmente cumprimentar o Deputado Bernardo Ariston, Presidente desta respeitada Comissão, e, cumprimen-

mentando o Deputado Bernardo Ariston, cumprimento todos os Deputados aqui presentes.

Quero também fazer uma saudação especial aos Deputados que conhecemos e com quem trabalhamos, Deputados da região, como Arnaldo Vianna, Silvio Lopes, Alexandre Santos, Carlos Santana, enfim, os Deputados que representam aqui o Estado do Rio de Janeiro.

Quero também cumprimentar o Sr. Cláudio, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia; a Dra. Renata Cavalcanti, Subsecretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do Rio de Janeiro; o Sr. Cristiano Prado Barbosa, Gerente de Novos Investimentos e Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro; e o Sr. Jorge Luiz Britto Cunha Reis, representando aqui o IBAMA.

Quero também cumprimentar o representante da Anglo American, que está aqui presente, Sr. Willer, e o Dr. Salomão, Diretor de Desenvolvimento da LLX.

Quero dizer da nossa satisfação pelo convite, Deputado, para participar desta importante reunião, para tratar de assuntos relevantes para o Estado e para o País. Minha equipe fez todo um discurso para que eu pudesse fazer uso, mas vou dispensá-lo, porque eu acho que falamos melhor quando falamos com o coração e colocamos os fatos como os vemos e como estamos participando, até porque as decisões maiores são tomadas em Brasília, mas os municípios, os Prefeitos é que estão na ponta e que sofrem por todas as coisas que acontecem no seu território.

Hoje, em São João da Barra, nós temos um dos maiores investimentos privados do País: o Complexo Logístico do Açú, de que tenho certeza de que V.Exas. já ouviram falar, e de que consta um mineroduto com mais de 500 quilômetros de extensão, vindo de Minas Gerais e chegando até o Açú. Temos um porto que tem um calado natural de mais de 18 metros de profundidade e que vai dar condições para que grandes navios atraiam, para que possamos dali exportar e importar produtos de outros lugares do mundo. Teremos também uma termelétrica. Os senhores sabem da necessidade da geração de energia também, para que todo o setor produtivo seja movimentado. E temos, juntamente com esse calado de mais de 18 metros de profundidade, uma retroárea.

Quem conhece São João da Barra, mais especialmente o 5º distrito de nosso município, sabe que ali se encontram mais de 58% do nosso território, e grande parte é área virgem. Temos também área de restinga, que já foi degradada ao longo do tempo, mas em que há muita coisa a ser recuperada.

Desde 1998, quando eu era Presidente da Câmara lá de São João da Barra, falava-se do porto, da necessidade do País de expandir seus portos, até porque vemos que falta ao Brasil um corredor logístico para levar e trazer os produtos, principalmente para exportar, e o porto de São João da Barra tem esse calado, um calado natural. E o Governo do Estado – à época Garotinho era Governador – havia levantado essa questão, por intermédio da Secretária de Estado de Minas e Energia, e foi oferecido à PETROBRAS (e inclusive isso passou na Assembléia) que o Estado entraria com 33% do investimento. Isso não interessou à PETROBRAS, por motivos outros que ela, melhor do que ninguém, pode declinar, e ficou aquele projeto na gaveta durante um bom tempo.

No Governo da então Governadora Rosinha, esse empreendimento foi mostrado ao empresário Eike Batista, que todos conhecem como um empresário audacioso, e foi aceito. E começou-se a trabalhar. Em princípio, seria um porto somente para exportação de minério de ferro. Já havia um mercado na China, e fizeram inclusive contratos por um bom tempo. Já se havia obtido a mina, em Minas Gerais, que daria condição de exportar minério de ferro com um lastro de cerca de 50 anos.

A partir daí o projeto foi crescendo, e fomos vendo as necessidades. A própria empresa entrou no ramo do petróleo e criou a OGX. A PETROBRAS está em Macaé, ali perto, onde o porto também está complicado. E observou-se que se poderia trabalhar também com produtos **offshore**, como também com o granito vindo do Espírito Santo, e outras intenções mais. Então, o projeto, que seria, em princípio, só para exportar minério de ferro, com uma indústria de pelotização lá dentro, foi crescendo.

Entendemos que naquela região, apesar de termos petróleo – São João da Barra, por exemplo, como já foi citado pelos Deputados aqui, é um município produtor de petróleo –, só começamos a crescer em receita no ano passado, com a entrada do Roncador em operação. Antes o recurso era muito pequeno, mas a partir do ano passado, graças a Deus, nossa receita foi aumentando. Tivemos uma queda este ano, mas todos sabem que é um bem finito. Um dia vai acabar. Mesmo agora, quando nós tivemos essa descoberta toda do pré-sal, estão sendo rediscutidos por aí até os critérios de distribuição desse recurso.

E nós gestores públicos temos uma grande preocupação. Não é só Carla, Prefeita de São João da Barra; não são só os Prefeitos do País inteiro; mas, como eu tenho certeza, é a preocupação de V.Exas. também, Deputados, a questão da geração de emprego, para que realmente a população tenha dignidade,

tenha realmente a condição de cidadania, de colocar comida em sua mesa e de poder dar uma educação melhor aos filhos.

Sabemos que qualquer coisa – isso até se aplica à nossa vida pessoal –, qualquer coisa nunca é de todo boa, tem um lado negativo e tem um lado positivo, e temos de colocar na balança para ver se o positivo é superior ao negativo, e abraçar todas as questões, de forma que desde o princípio estamos conversando, como foi comentado aqui pelo Deputado Silvio Lopes, sobre a questão do Plano Diretor, para que não aconteça com São João da Barra o que aconteceu com Macaé.

Estamos atentos. Já fizemos nosso plano diretor e nosso macrozoneamento, com a ajuda de universidades. Inclusive a FENORTE, que é uma entidade do Município, participou, e gerenciou essa questão. Estamos trabalhando juntamente com o Estado para que possamos levar para lá o desenvolvimento, mas de forma planejada, para que possamos absorver num curto espaço de tempo tudo que está por acontecer.

No início estive com o empresário Eike Batista, e desde o primeiro momento eu levantei a necessidade de absorver nossa mão de obra, não só a de São João da Barra, não, mas de toda aquela região norte-noroeste, que é uma região pobre do Estado do Rio de Janeiro, apesar de obter recursos dos **royalties** do petróleo. E vínhamos trabalhando, e dissemos ao empresário, na ocasião, que tínhamos a necessidade de que se priorizasse nossa mão de obra local, nossa mão de obra regional, tendo em vista até que a grandiosidade do investimento vai ultrapassar as fronteiras do Município, que hoje detém cerca de 30 mil habitantes.

Sabemos da necessidade dos cuidados com o meio ambiente. Nós temos uma população... A vocação do nosso Município é uma vocação humilde, para a pesca, para a agricultura, para o turismo, mas temos trabalhado muito nessas vertentes, a fim de fortalecer esses laços. Sabemos que temos problemas, até porque toda mudança cria aflição, e as pessoas às vezes não detêm os dados necessários para que possam ter uma visão maior do todo. E estamos trabalhando de forma a ter compensações, não para resolver de imediato o problema desses profissionais, tanto da área agrícola como da área da pesca, mas para que eles possam realmente ter uma sustentabilidade plena.

Nós tivemos lá o primeiro licenciamento feito pelo Estado. A empresa é obrigada a obedecer, por lei, o 0,5% da Lei SNUC, mas nós conseguimos obter naquela ocasião, por intermédio da FEEMA, mais 0,5% para que o Município aplicasse em outras coisas. Estamos fazendo projetos, planejando-nos em

várias áreas, e já estamos tendo compensações, fora as obrigatórias.

Não estou aqui para defender a empresa. Eu mal conheço Eike Batista. Mas eu vejo, numa região empobrecida, a geração de mais de 50 mil empregos, graças ao porto (que não vai gerar tanto emprego), ao mineroduto (que também não vai gerar tanto emprego), mas principalmente graças ao futuro parque industrial, onde já existem contratos, trocas, e há a intenção de grandes empresas e siderúrgicas de se instalarem lá, o que vai levar àquele município outras indústrias, outros serviços, outros empregos, diretos e indiretos, oportunidade essa que aquela região nunca teve.

Eu digo novamente, com toda sinceridade, a V.Exas.: agora, há pouco tempo, nós tivemos (estamos tendo, até) um embate. Temos cerca de 300 produtores de terra numa região que o Estado decretou de utilidade pública, mas temos ali um decreto de utilidade pública com fins de desapropriação. Para serem desapropriados, teríamos de ter um plano de compensação a ser conversado com cada produtor rural. Os pescadores (que o Deputado Carlos Santana defende muito, e agradeço o interesse) dentro do nosso Município vão ter um frigorífico de última geração, Deputado, agregando valor ao seu produto – eles que inicialmente queriam receber recurso por um impacto que ainda não dimensionaram.

Então, tudo isso vai ter de passar e está passando por um diagnóstico, por um trabalho de pesquisa socioeconômica, porque é compromisso da empresa com o Município de São João da Barra, com o Governador Sérgio Cabral, que todos os impactos negativos sejam remediados por meio de projetos sustentáveis.

Eu teria muito a dizer a V.Exas. Eu acho que não posso é tomar muito tempo, porque sei da importância do trabalho desta Câmara dos Deputados, desta Casa de Leis. Trouxe aqui um vídeo que, se o Presidente da Comissão permitir, vou mostrar, porque vai dar uma ideia mais real do que está acontecendo lá, colocando-me à disposição de V.Exas. para dirimir quaisquer dúvidas, para que possamos, juntos, construir um município com maior perspectiva, uma região melhor, um Estado melhor, um Brasil com mais alternativas. Então, se o Deputado me permitir, eu gostaria de mostrar o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bernardo Aris-ton) – Sra. Prefeita, em princípio, V.Exa. teve 15 minutos para falar. Mas V.Exa. pode passar o dia inteiro aqui falando, porque esse assunto é importantíssimo (*risos*), e obviamente nós teremos o maior prazer em assistir ao seu vídeo. (*Pausa.*)

(*Segue-se exibição de imagens.*)

A SRA. CARLA MACHADO – Acho que isso aqui não dá tempo de V.Exas. lerem; está-se mostrando um pouco da nossa cidade – onde fica o açu, o calado, ali, com a profundidade de 18,5 metros, que vai chegar a 21 metros quando dragado, e que vai poder receber grandes navios com capacidade em torno de 220 mil toneladas. Aqui há uma ponte, que está sendo construída. Inclusive vou convidá-los para estarem lá conosco, quem quiser. Vamos agendar lá, com a empresa, para que V.Exas. conheçam o local, vejam o que está acontecendo. Essa ponte é mais larga que a Ponte Rio-Niterói, e está com 65% da obra já concluídos.

(Não identificado) – Sr. Presidente, sem querer ser indelicado, será que é possível o Dr. Cristiano se deslocar para que pudéssemos assistir ao vídeo? Obrigado.

A SRA. CARLA MACHADO – Pode passar.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Então, esse Complexo do Açú, em números, está previsto que vai receber US\$ 36 bilhões em investimento, e é um dos maiores projetos do País e da América Latina. Para V.Exas. terem uma ideia, os US\$ 2 bilhões em investimentos no porto e no mineroduto equivalem a 6% de todo o projeto. Na implantação, ele vai gerar 2.400 empregos, e durante a operação 600 empregos. Já no complexo logístico o investimento é de US\$ 34 bilhões, o que equivale a 94% do projeto, e ele vai gerar 50 mil empregos.

Isso quer dizer que em todo o projeto o mineroduto equivale a 6% do investimento. Ele estende-se por 525 quilômetros entre Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais, e São João da Barra, no Rio de Janeiro. E o projeto que se vê hoje, o porto/mineroduto, é grandioso, mas pequeno perante todo o complexo logístico.

Aqui V.Exas. veem o complexo em imagem: ele tem a parte da indústria automobilística que se pretende trazer, 2 siderúrgicas, a cimenteira, o pátio logístico, os granéis líquidos, a parte de estocagem de minério de ferro, apoio **offshore** etc.

Movimentação portuária – a construção foi iniciada em dezembro de 2007, e a operação está prevista para o início de 2012. O Porto do Açú prevê também uma retroárea para armazenamento dos produtos que serão movimentados, além de um complexo industrial contíguo. Então, ele tem capacidade de receber grandes navios, metas anuais para exportação de granéis sólidos, de carga em geral, de minério de ferro, de produtos siderúrgicos, carvão, tudo isso com tendência a crescer.

Qualificação profissional – numa parceria entre a LLX, o SENAI e a Prefeitura, nós já desenvolvemos diversos cursos de qualificação profissional na área da

construção civil. Fora isso, nós temos o Cartão Cidadão, que dá 100% de bolsas de estudo para alunos de medicina e odontologia e entre 60% e 80% para todas as áreas, lá. Hoje temos mais de 800 universitários que recebem esse benefício por parte de São João da Barra, e temos Campos, que é um grande pólo universitário, ali ao lado. Estamos com o PROMINC, Programa Municipal de Incentivo ao Cooperativismo, trabalhando muito na questão do associativismo; criamos o Fundo de Desenvolvimento de São João da Barra, que vai aportar recursos para os pequenos e microempresários; quer dizer, há uma série de programas que estamos desenvolvendo com o objetivo de poder melhorar a qualificação do nosso município.

Obras do porto – hoje nós temos 2.400 trabalhadores; 1.200 são funcionários empregados do Município de São João da Barra e de toda aquela região, principalmente da cidade de Campos.

Crescimento populacional – segundo o IBGE, no último censo nós tínhamos 27 mil habitantes, e hoje estamos com cerca de 30 mil habitantes. E, de acordo com uma avaliação ambiental estratégica que foi feita com o apoio da empresa, teremos em 15 ou 20 anos 250 mil habitantes, o que é uma coisa que realmente nos assusta, mas estamos atentos a isso.

Então, aqui vemos que está havendo crescimento da área urbana. Inclusive somos um município do interior; somos o último município da região norte, que faz quase divisa com o Espírito Santo. E o que vemos dentro do nosso município é que as pessoas, os filhos dos agricultores vêm para a cidade grande para buscar oportunidade de vida, porque não eles têm oportunidade lá. Hoje existe uma concepção de que eles são filhos – e com muito orgulho – de produtores da terra que trabalham de segunda a segunda, faça chuva ou faça sol, mas que querem um futuro diferente para eles, mas sabemos da importância do agricultor também, lá, sabemos da importância daqueles que cultivam a terra e colocam nela amor, como também da importância do pescador. Nós sabemos que todas as gerações vão passando e que é preciso dar alternativa, dar escolha para essas pessoas também.

Então, aqui vemos os impactos. Já temos aqui alguns projetos da Prefeitura. Sabemos que vai haver impactos na área habitacional. Há muita demanda para a frente. Na área de saúde vemos o que temos hoje e o que vamos precisar lá na frente. Há a questão da educação, a questão do condomínio industrial, de que estamos tratando juntamente com o Estado, porque há um número; acho que com mais de mil metros tem de ser condomínio estadual.

E não pensem que não discutimos entre nós, Prefeitura, Estado e empresa. Eu digo que sou brigo-

na pelo meu município. Meu partido político, antes de qualquer coisa... Tenho um partido que me elegeu e me reelegeu, mas meu partido político, Deputado, é o meu município. E nós, com certeza, trabalhando em conjunto – porque precisamos de todas as esferas de Governo, unidas, e da iniciativa privada –, vamos poder proporcionar melhores dias a todos não só do meu município, mas da região.

Então, temos aqui as compensações, que já estão em curso: a fazenda experimental, que a empresa já deu, porque o que existia, a primeira área que a empresa comprou, era de uma usina falida da região, em que, por falta de pagamento, as pessoas que trabalhavam lá, alguns instalaram-se como posseiros. Não tinham luz, não tinham água, não tinham escritura de terra; quase não se plantava nada, porque o solo era arenoso. E a empresa começou a negociar, com a ajuda da Prefeitura; hoje eles têm uma área maior, delimitada, com luz, com água, com assistência técnica, que eles quiseram trocar por um recurso financeiro, e com atendimento por parte da Prefeitura e maquinário. E ao lado há essa área para construir a fazenda experimental em parceria com a Universidade Estadual do Norte Fluminense, para que se possa dar apoio a eles.

Terminal pesqueiro – foi feito um projeto, também cumprindo as exigências, moderno, de que a empresa já comprou parte, e já vão iniciar-se as obras, ficando uma parte para a Prefeitura fazer também: na parte de drenagem, e já fizemos algumas drenagens lá; na usina de reciclagem existente, que é uma usina de separação de lixo, estamos para fazer uma reforma que também já está na compensação, fora dos 5% obrigatórios por lei; e as agrovilas, que são um pensamento nosso para que, quando formos negociar esse parque industrial que vai acontecer lá, aquele que quiser continuar mexendo com a terra possa ter uma terra de melhor qualidade e com um acompanhamento melhor.

Meio ambiente – estamos vendo aí a área que a empresa que comprou, que é uma grande área de terras, que era do Grupo Othon; o Estado, por intermédio da FEEMA, viu que era uma área que deveria ser preservada, é uma área grande de restinga, então tirou da empresa o direito de levar indústrias também para lá, protestando que essa área não seria a mais indicada para isso. (Pode voltar, por favor, porque eu não sei se já terminei.) Então, está aqui a área que será preservada, e já existem projetos na área ambiental, de educação ambiental, que já estão sendo desenvolvidos também lá.

Sabemos que não adianta haver todo um crescimento se não tivermos a questão ambiental em paralelo sendo trabalhada também, sem exageros, a meu ver,

como Prefeita, de parte nenhuma, nem tanto do capitalismo selvagem, como foi pronunciado mais cedo, nem tanto dos ambientalistas, que são às vezes radicais, nem por parte do Poder Público, das pessoas interessadas em resolver problemas também de...

Então, pode passar, por favor.

Arrecadação – V.Exas. veem que coloquei aqui o ISS do meu município, o valor em 2007 e 2008, e o IPTU também. Olhem só como aumentou: em 2007, de R\$ 1.600,00 foi para R\$ 7.400,00; de R\$ 1.010,00, para R\$ 1.900,00; e o alvará também. Nosso PIB vai crescer mais de 500%. Nosso ISS está previsto que vai crescer mais de 350%. O IPTU, mais de 100%. E o IPI do País... É IPI? Não? É PIB? O PIB do País – eu não entendo muito disso; não sou economista, está certo? – vai crescer muito mais.

Então, eu acho que é um projeto planejando o futuro. Nós estamos planejando. Está acontecendo no meu Município uma coisa que nunca aconteceu: fazemos o orçamento e o plano plurianual de investimentos de forma participativa. Já tivemos reuniões em diversas localidades com a sociedade civil organizada, e estaremos remetendo isso à Câmara até o dia 31, para apreciação também pelos Srs. Vereadores lá do Município.

Nós estamos pensando mais à frente na questão da segurança, na criação da Companhia Independente da Polícia, que já pedimos ao Estado, na questão da educação, com a implantação de escola técnica, que já estamos resolvendo, com creches e novas escolas. Na habitação também estamos articulando-nos para a construção de casas populares. No meio ambiente digamos que há um projeto de macrodrenagem lá, e também queremos tornar o nosso Município 100% saneado – porque hoje infelizmente ele não é –, criando novas áreas também de proteção ambiental. Na infraestrutura, a pavimentação de estradas; inclusive a empresa fez um convênio com o Governo do Estado, e a RJ-240, parte dela o Estado... a empresa está viabilizando. Na tecnologia, estamos disponibilizando Internet livre. Saúde estamos vendo, geração de trabalho, fomento e muito mais; quer dizer, estamos pensando em todas as áreas, não é? Isso aqui são projetos nossos, lá, e já estamos iniciando o desenvolvimento deles, em todas as áreas, principalmente na área da infraestrutura urbana para o nosso Município.

Podemos passar adiante. Então, considerações finais: o Complexo Logístico Portuário do Açú é uma realidade, não só para São João da Barra como para toda a região norte fluminense, para o Estado do Rio de Janeiro e para o Brasil. A integração entre a iniciativa privada e os Governos Municipal, Estadual e Federal está fazendo com que novos investidores tenham

a certeza de que estarão direcionando seus capitais para um projeto de credibilidade. São João da Barra foi escolhida para abrigar tamanha responsabilidade, e todos juntos daremos conta do recado. Estamos preparando o Município para o futuro, e estaremos construindo um novo Município.

Tivemos a visita recente do Ministro Secretário Nacional dos Portos. Fizemos uma viagem com o Governador do Estado do Rio de Janeiro, com a FIRJAN, com membros da empresa e 4 Secretários de Estado, para visitar Deputados Federais. Inclusive o Deputado Edmilson Valentim acompanhou-nos nessa comitiva, e as coisas estão acontecendo num curto espaço de tempo. Precisamos realmente dessa união de esforços.

Uma coisa que vi na China e que me deixou muito encantada foi que o crescimento ali se deu com base na confiança na iniciativa privada, cobrando também as contrapartidas para o país. Então, fiquei encantada com isso na China, e acho que está na hora de nos darmos as mãos e cobrarmos responsabilidade aqui também. Hoje o modelo do empresariado que temos de ter é o empresariado que não vise somente ao capital, ao lucro, mas que vise também a mais igualdade social e a um melhor espaço ambiental. E isso não deixamos de cobrar da empresa em hora alguma, e até hoje não tive problemas com relação a isso.

Então, encerro minhas palavras agradecendo a V.Exas. a paciência. Tentei ser o mais rápida possível, mas realmente esse assunto é importante, não só para nós lá do Município, mas, acho, para o País inteiro, e o debate requer um maior espaço de tempo.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Muito obrigado, Prefeita, pela sua fala e pela exposição brilhante sobre o Município como é hoje – e já é um Município bonito, bem cuidado – e como será daqui a alguns anos, com esse desenvolvimento que está chegando, respeitando o meio ambiente e com responsabilidade social.

Tenho um pedido aqui do Secretário Claudio Scliar, que tem um compromisso no Ministério daqui a 1 hora. Estamos atrasados na nossa audiência pública 1 hora e meia. Então, vou passar a palavra ao Prof. Claudio Scliar, para fazer sua exposição, e vou pedir que os próximos debatedores utilizem um prazo de 10 minutos, porque temos mais 5 pessoas para ouvir aqui na Comissão – e temos um prazo regimental para encerrar – para que possamos, na fase de debates, ouvir os debatedores.

Então, passo a palavra para o Prof. Cláudio Scliar.

O SR. DEPUTADO BRIZOLA NETO – Pela ordem, Presidente, só para uma ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Pois não, Deputado Brizola.

O SR. DEPUTADO BRIZOLA NETO – ...no sentido de que, como é um assunto que está despertando muito o interesse dos Deputados – basta ver a presença de muitos nesta Comissão –, tenhamos alguma flexibilidade para permitir a intervenção dos Deputados, que inclusive já estão inscritos, e que possamos alongar, a partir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Durante a fala, Deputado Brizola?

O SR. DEPUTADO BRIZOLA NETO – Não, da maneira que a Presidência encaminhe, para garantir justamente o diálogo, para garantir justamente que haja uma interação entre os questionamentos que os Deputados querem fazer e a exposição que está sendo feita aqui pelos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Certo. Então, vamos combinar aqui. Acho que a idéia é muito boa.

Passo a palavra para o Prof. Cláudio Scliar, e espero que os expositores busquem falar sobre o que é mais importante para o debate, porque acho que o momento mais importante desta Comissão é o das perguntas dos Deputados, para serem respondidas, para esclarecermos tudo sobre esse projeto. Nós já vimos aqui, como a Prefeita disse, que há um impacto populacional bom, grande, mas isso tem de trazer responsabilidade social, saúde, educação, segurança, e isso tudo envolve a representação do Governo, do Estado, e os Deputados terão perguntas a fazer. Então, vamos fazer o seguinte, se a turma aqui topar: vamos dar um prazo, aqui, de 5 a 10 minutos, para os senhores trazerem as coisas mais pertinentes, e certamente, com as perguntas dos Deputados, teremos oportunidade de esclarecer boa parte desse projeto.

Como disse o Presidente Bernardo, certamente teremos aqui mais 1 ou 2 audiências públicas, que serão fruto das perguntas e respostas na fase de debate.

Pergunto aos senhores expositores se têm... se o prazo de 5 a 10 minutos é tempo suficiente para se iniciar o debate. *O.k.*? Vamos fazer assim?

Tem a palavra o Prof. Cláudio Scliar.

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – Um bom dia a todos e a todas presentes aqui. Eu gostaria de agradecer o convite para participar desta audiência e de dizer que para nós do Ministério de Minas e Energia sem dúvida é de grande importância essa participação no Congresso Nacional, na Câmara, em debates, em discussões desse tipo.

Esse projeto, em especial, traz alguns pontos que são extremamente positivos, dentro das preocupações que nós temos expressado no MME. O Ministro Edson

Lobão muitas vezes tem declarado sua preocupação com a questão do comércio do minério simplesmente bruto. Essa é uma preocupação não só brasileira como de muitos outros países. E nós, em função inclusive dessa preocupação e de outras, temos feito todo um processo de debates e discussões no Governo neste momento, até agora, aqui, o que está resultando inclusive num dos pontos sobre os quais vamos ter uma audiência específica aqui, referente às questões do marco regulatório/institucional, nesta Casa, que sem dúvida alguma é o melhor local, o melhor espaço, o fórum para debatermos essas questões.

Mas, como eu estava dizendo, esse projeto traz em si pontos extremamente positivos em relação às nossas preocupações. Ele reúne a extração com alternativas e soluções de transporte e com uma série de opções do ponto de vista da transformação – de uma primeira, de uma segunda, e até mesmo a transformação final. A participação da indústria automobilística eu não conhecia; eu conhecia só a da siderúrgica. V.Exa. já levanta, como um desejo, uma vontade, por parte do Município de São João da Barra, a possibilidade de se ter até a indústria automobilística.

É óbvio que nós profissionais que somos da área, todas as pessoas que tratam com mineração sabem que os bens minerais muitas vezes não têm como ser transformados todos eles na região da mina, ou próximo, por uma determinada unidade só, transformadora e produtora de produtos finais. O comércio nacional e internacional de bens minerais fez parte da história de toda a humanidade. Toda a humanidade! Em toda a história da humanidade houve algumas regiões com uma grande quantidade de determinados tipos de minérios e outras regiões com outros tipos de minérios. Nesse caso, nós estamos tendo uma região que tem uma grande produção de minério, e o minério sendo transportado para o porto, e nessa região uma série de iniciativas de transformação, mas obviamente também de exportação, porque, pela quantidade de minério, não há como pensar que é viável, que é possível fazer a transformação de todo o minério que chega. E há países que não têm muito ferro, e é positivo para nós também exportarmos o ferro – é óbvio que sempre com o máximo de agregação de valor possível, pelo menos a pelletização, que é o caso, inclusive, que também está dentro dessa proposta. Então, para nós, como Ministério de Minas e Energia, esse projeto, o projeto como um todo é extremamente importante, não tenho dúvida alguma.

Como tudo que se dá hoje, do ponto de vista da mineração – o direito minerário hoje no Brasil corre paralelo com o direito ambiental –, a extração mineral só vai ocorrer, assim como a construção do minero-

duto, do porto, a partir dos debates e das discussões ambientais. Nós não podemos perder a perspectiva do holístico, a perspectiva do global, e do ponto de vista global essa proposta que aqui está colocada é extremamente interessante. Ela é uma proposta que aproveita um recurso natural num determinado Estado, transporta-o até outro onde se tem a transformação, e uma parcela é exportada. Ela é extremamente interessante como proposta econômica.

Quanto às responsabilidades mais diretamente ligadas ao Ministério de Minas e Energia, eu gostaria de dizer que da parte DNPM – é um órgão vinculado ao nosso Ministério, o Departamento Nacional de Produção Mineral – agora (isso foi agora, no final de junho de 2009) foram aprovados os planos de aproveitamento econômico de 2 alvarás de pesquisa que a Anglo Ferrous solicitou da região produtora. Os 2 alvarás de pesquisa foram considerados satisfatórios após a análise técnica pelo DNPM. E neste momento o DNPM está esperando a agregação das licenças ambientais, as licenças de instalação, que, ao que parece, já estão em processo de análise, para se chegar à concessão de lavra.

Há um outro direito minerário dessa mesma empresa, que é uma antiga concessão de lavra, que do ponto de vista do DNPM está totalmente **o.k.** É uma concessão de lavra para uma empresa que extrai, que tem suas licenças ambientais, e todos, tanto o alvará de pesquisa, que esperamos que logo se transforme em concessão de lavra, como a concessão de lavra já existente, todos os 2 solicitaram ao DNPM – e isso está sendo estudado – que seja vista a possibilidade de se ter uma servidão, um laudo de servidão ao longo desse mineroduto. Essa servidão, do ponto de vista minerário, é comum, porque a atividade minerária muitas vezes exige determinados tipos de ações que extrapolam o local exato de onde está sendo extraído o minério. Isso está sendo analisado pelo setor jurídico do DNPM. Quanto a isso não temos ainda um laudo definitivo, mas isso está sendo analisado pelo DNPM.

Eu gostaria também de acrescentar que no Ministério, em maio de 2009, o Ministro Edison Lobão assinou uma portaria para que se pudesse fazer o enquadramento no REIDI, no Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura. São procedimentos legais que o Ministério aprova. Isso vai para o Ministério da Fazenda, para algumas deduções, alguns incentivos fiscais possíveis dentro dessa legislação do REIDI. Esse estudo é feito no Ministério; nós, a Secretaria, que é o órgão técnico, já deu o **o.k.**, já aprovamos, e isso está neste momento na Consultoria Jurídica, que vai ver os aspectos mais jurídicos para mandar ao Ministério da Fazenda.

Então, do ponto de vista do Ministério de Minas e Energia, esse investimento, esse projeto é visto de uma maneira muito positiva. Ele, sem dúvida, ao se colocar como objetivo a extração de 26 milhões de toneladas/ano de ferro, é uma contribuição muito grande, do ponto de vista da produção de ferro no Brasil, e, como eu disse, dentro de uma perspectiva de uma política de integração, de integração para a transformação. Então, sem dúvida nenhuma, nós vemos com muitos bons olhos esse projeto.

Eu até solicitaria, Deputado, se fosse possível, se alguém tiver alguma pergunta para mim, antes de eu sair, que a fizesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Eu vou... vamos abrir uma exceção. O professor tem um compromisso no Ministério. Então, eu pergunto se agora, neste momento, conforme a sugestão do Deputado Brizola Neto, algum Deputado deseja aproveitar para fazer algum questionamento, porque o professor vai ter de se retirar. Eu pergunto se há algum Deputado que gostaria de usar da palavra para alguma pergunta, ou para algum esclarecimento por parte do Prof. Cláudio Scliar.

O SR. DEPUTADO BRIZOLA NETO – Eu gostaria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – O Deputado Brizola tem a palavra.

O SR. DEPUTADO BRIZOLA NETO – Vou fazer um comentário breve sobre a sua exposição, e depois também quero fazer alguns questionamentos à Prefeitura e aos demais expositores.

Diz aqui a Constituição Federal, art. 176, que “*as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União*”. E aí veio a Emenda Constitucional nº 6, que diz que é “*garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra*”, não é? Esse, na verdade, é o alvo da grande discussão que existe em torno do novo marco regulatório do petróleo. No novo marco regulatório justamente está-se questionando se após ser extraído o óleo pode realmente pertencer à empresa, e o que se está defendendo hoje, de certa forma majoritariamente, dentro dessa Comissão Interministerial, é que não, que esse óleo pertence à União, e que a União vai pagar pela produção.

No caso do minério – nunca podemos esquecer que petróleo também é minério, e também é um recurso finito –, vemos um interesse do Governo em aumentar a regulamentação do setor mineral, mas o que vemos ainda é uma permissividade muito maior do que a do atual marco regulatório do petróleo.

O que temos hoje? Se fizermos uma comparação simples com o marco regulatório atual do petróleo, que hoje combatemos e queremos mudar, sob a ótica do interesse nacional, como diz aqui a Constituição Federal, ele ainda dispõe de uma Agência Nacional do Petróleo, ele faz os leilões internacionais. Na questão mineral, como é que é? É um departamento! Esse departamento concede lavras a pedido, sem leilões, sem licitações.

Eu acho que eu queria ouvir qual é a posição do Governo, do Ministério das Minas e Energia nesse sentido, e, em relação específica ao projeto, no momento em que se está pensando, inclusive na questão mineral, não só do petróleo, mas também de todos os minérios, em um novo marco legal para exploração, que atenda ao interesse nacional, sobre a viabilidade, a oportunidade desse projeto que está sendo discutido, tendo em vista que é muito boa a perspectiva de desenvolvimento que ele enseja e que aqui foi apresentada para nós, mas o que de concreto existe hoje? Não existe concretamente uma siderurgia, não existe concretamente uma indústria cimenteira instalada lá. O que existe de concreto hoje é um mineroduto e um porto para levar, para fazer na verdade aquilo que o Prof. Eduardo Galeano chamou de veia aberta da América Latina. É uma verdadeira veia aberta, um tubo que embarca diretamente os produtos primários, com essa regulamentação falha que temos hoje.

Então, eu queria ouvir a posição do Governo em relação a esse processo que Brizola tanto chamou de “perdas internacionais”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Professor, use outro microfone, porque esse está com um problema técnico.

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – Bem (*risos*), eu acho que V.Exa. levanta algumas questões extremamente importantes, não é? Mas eu gostaria de... Há alguns aspectos que me parecem importantes, até para pontuar.

Primeiro, há a situação hoje, que foi, em cima do que eu disse, e acredito que V.Exa. e todos nós aqui entendemos que temos uma lei vigente. Há uma proposta de marco, a qual queremos trazer aqui para discussão. Dentro dessa proposta de marco, há questões, como a que o senhor levanta, as quais temos de discutir, debater e ver o que será melhor para o Brasil. Existe um marco regulatório vigente, como o senhor mesmo citou, uma Constituição, um código e muitas leis correlatas. É óbvio que me manifestei e estamos pensando esse projeto dentro das leis vigentes no País e não em termos de futuro, de perspectivas. Algumas preocupações que o senhor levanta também são nossas. Esperamos ser rápidos, mas não há como mensurar.

Outro aspecto que o senhor levantou – acredito que conheça. Estou sem a Constituição aqui para verificar, mas penso que não é preciso. De 1934 até 1988, praticamente os bens minerais – os advogados aqui me desculpem, sou geólogo – eram **res nullius**, ou seja, coisa de ninguém. Em 1988, há uma grande diferença: os bens minerais se tornam da União. Houve um debate, uma discussão muito grande na Constituinte. Vírgula – , após a extração, pertence ao concessionário. Isso está no corpo da Constituição. No meu entendimento, isso não é emenda posterior, está no 176. Não sou advogado, mas me recordo, porque houve uma discussão muito grande. Já que pertence à União, é como se tivesse uma plaquinha. Minério hoje é um recurso, é como se tivesse uma plaquinha: Pertence à União. Aí – vírgula – , após a extração, pertence ao concessionário.

Então, eu gostaria de destacar essa disposição da Prefeita, que, de forma tão empolgada, nos mostrou. Não tenho dúvida de que essa ação de um grupo econômico também tem de se moldar às diferentes parcerias que faz, seja com o Município, seja com o Estado, seja com os Deputados. Hoje, cada vez mais, um bom investimento econômico tem de ser discutido por todos os parceiros, para que consiga produzir resultados, obter lucros, a começar sobre o meio ambiente. É preciso conversar com os gestores públicos, com os Deputados.

A preocupação do Deputado Ariston de chamar o assunto ao debate foi interessante. Trata-se de uma exposição pública dos interesses desse investimento privado. Parece-me extremamente interessante debater, discutir e encontrar a melhor alternativa dentro das leis vigentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Tem a palavra o Deputado Brizola para réplica.

O SR. DEPUTADO BRIZOLA NETO – Obrigado. Apenas farei uma pequena intervenção.

Concordo plenamente que existe legislação vigente. Quando fazemos comparação entre o que houve com o petróleo e a definição do pré-sal, lembramos que o Presidente Lula, num ato de soberania, suspendeu uma licitação internacional e cancelou a concessão de mais de 40 blocos na área do pré-sal para preservar o interesse nacional. No momento em que se discute o aumento da produção, temos o Programa de Aceleração do Crescimento. Todo mundo quer incentivar o crescimento do País. Somos o primeiro a defender que o crescimento econômico traz justiça social, mas temos de discutir qual o crescimento econômico e quais parâmetros queremos, principalmente com a tribulação que temos hoje no setor mineral.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Deputado Brizola, informo a V.Exa. que, ainda neste mês de setembro, vamos aqui discutir o novo Código de Mineração. O Ministério o está discutindo lá, mas deve vir aqui discuti-lo conosco. Vamos realizar uma audiência pública para trazer a esta Casa o que é o grande marco. Temos de garantir o interesse público, movimentar a economia e fazer justiça social.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Vianna.

O SR. DEPUTADO ARNALDO VIANNA – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero parabenizar a Comissão por esta audiência pública, muito importante, sobretudo para mim, que sou Deputado e moro na cidade de Campos dos **Goytacazes**, vizinha a São João da Barra. Fico muito feliz em poder encontrar aqui a Prefeita Carla Machado, cuja luta é muito grande para transformar o seu Município. Não é fácil pegar um Município da forma como sei que a Prefeita Carla encontrou e ter de fazer toda essa transformação num momento tão especial para a região.

Parabenizo o Prof. Scliar. Não é novidade, essa família só traz alegrias para o País.

Essa discussão já ocorre há algum tempo, o que se observa com a visita do Ministro da Secretaria Especial dos Portos, Pedro Brito, acompanhado de Júlio Bueno e de Júlio Lopes, em São João da Barra. Há interesse do Governador do Estado, Sérgio Cabral, em toda essa discussão, que temos acompanhado.

Gostei muito de uma observação feita, se não me engano, por Pedro Brito, sobre Barra do Furado para construção de estaleiros a fim de atender à demanda do porto e de outras empresas que atuam na bacia.

Quero ressaltar essa questão da cidade “x”. Começamos a ver a preocupação da Prefeitura de São João da Barra e do grupo – fico na dúvida se é MMX, LLX, mas é tudo uma coisa só. Há preocupação, por exemplo, com o pessoal de Mato Escuro, de Água Preta, com o pessoal que morava naquela região e que – parece – já foi alocado na Pontinha.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO VIANNA – Ainda não?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO VIANNA – Saco Dantas. Isso. E a Caruara. Fazenda Saco Dantas e Fazenda Caruara.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO VIANNA – A Caruara também tem uma questão que eles vão resolver.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. CARLA MACHADO – Posso falar?

O SR. DEPUTADO ARNALDO VIANNA – Pode, Sra. Carla.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Deputado Arnaldo, vamos manter as perguntas ao professor, porque ele terá de sair; depois, vamos ouvir os debatedores, fazer um ciclo de debates. Pode ser assim, Deputado?

O SR. DEPUTADO ARNALDO VIANNA – Sem problema.

Para encerrar, quero parabenizar a Prefeita Carla Machado pela sua exposição; a Comissão; meu companheiro Leonel Brizola pelas suas importantes preocupações que aqui registrou.

Sr. Presidente, estaremos aqui para olhar com carinho, cuidado, e pensando no seguinte: temos de atender aquela região, que durante muito tempo foi esquecida – Campos, São João da Barra, Quissamã, Carapebus, Macaé. Na realidade, essa região só passou a ser vista no momento da importância do petróleo, porque, fora isso, só se viam as suas mazelas, durante o período em que tínhamos ali a indústria sucroalcooleira. Hoje, temos ali, além dessa indústria, da pecuária de leite e de corte, temos a questão do petróleo. Refiro-me não só ao Município de Campos, como também a toda uma região importante para o País. Essa região não se restringe ao Estado do Rio. É o norte-noroeste fluminense, o sul do Espírito Santo e o sul de Minas Gerais. Se olharmos bem, nesse mapa surgiria um Estado muito forte no País, com o norte-noroeste fluminense, o sul de Minas e o sul do Espírito Santo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Muito obrigado, Deputado Arnaldo Vianna.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Boa tarde a todos.

Não sou da mesma linha do Deputado Brizola Neto. Ninguém aqui é contra o desenvolvimento, é dinossauro, mas temos uma defesa. Eu, pelo menos, vim para esta Casa – estou no quinto mandato de Deputado Federal – em defesa dos trabalhadores. Estou dizendo isso porque, na segunda-feira, estive em Campos e fui procurado pelos companheiros pescadores, uma área em que trabalho já há bastante tempo. Hoje, há desinformação geral em tudo quanto é lado. Se há desinformação, é preciso sentar à mesa e dirimir todas essas dúvidas.

Claro que, como fluminense que sou, quero o desenvolvimento do meu Estado, mas também posso argumentar, porque já tentaram fazer grandes megalomanias industriais em outros lugares que não deram certo – hoje há galpão fechado para tudo quanto

é lado. É preciso responsabilidade. A Prefeitura tem uma responsabilidade maior, porque conduz a questão. A história vai dizer, lá na frente, quem está certo e quem está errado. Por mais que não queiramos, a história vai dizer.

A minha área pega muito a área do porto também. Temos de incluir na discussão se o porto é público, se é privado; se no porto privado pode ou não ter retroárea.

Pecamos em um ponto, Sr. Presidente: aqui deveriam estar presentes pescadores, a Federação dos Estivadores e o setor da agricultura de São João. Seria importante trazer todos os agentes. Sei que muitos deles não têm condições financeiras para aqui comparecer. Sugiro à própria Prefeita, que está muito empenhada – ouvi sua exposição – que faça um convite a esta Comissão e aos Deputados da bancada do Rio de Janeiro. Não sou membro desta Comissão, soube desta audiência pública na segunda-feira em Campos. Sou membro das Comissões de Transportes e de Trabalho. Deveríamos ir ao local fazer essa discussão, seria importantíssimo para nós, pois a preocupação é enorme.

Sou de uma região do Rio de Janeiro onde está sendo construída a maior siderúrgica da América Latina, mas não há trabalhadores especializados. Havia 30 mil trabalhadores no pique da construção, depois mais 3 mil e pouco, mas não se formaram os operários da região. Vendo a experiência do petróleo no Texas, nos Estados Unidos, eu luto para que se crie aqui um fundo e, ao mesmo tempo, algo para essa sociedade que lá está. Pode-se formar hoje o mais jovem. Mas e aquele que está pescando já há 30 anos? Para onde ele vai? Como formar aquele agricultor que está na terra há muito tempo sem perspectiva?

Então, é ótimo para a juventude, a quem se vai dar qualificação profissional para o novo mercado de trabalho, mas existe a preocupação com o intermediário. A grande maioria dos pescadores já tem idade extremamente avançada.

Quero deixar registrada essa preocupação e, ao mesmo tempo, saudar o Presidente por este debate. Precisamos discutir *in loco*, até para ajudar a Prefeita, no sentido de firmar um compromisso por escrito, um documento, porque nós passamos, mas as instituições ficam. E para quem vai ficar no nosso lugar, é importante ter respaldo, para que, mais tarde, se não for cumprido aquele acordo, tenha um instrumento, aquele documento, para reivindicar.

A Prefeita deve saber que os pescadores estão em dificuldades até por conta do defeso, do último acidente que aconteceu. Hoje, 7 mil famílias estão em dificuldades naquela região.

Portanto, faça essa sugestão, pois que nesta mesa de discussão faltaram os pescadores, os agricultores, a federação da estiva.

O SR. DEPUTADO VITOR PENIDO – Sr. Presidente, apenas para informar: os Deputados Brizola Neto, Arnaldo Vianna e Silvio Lopes apoiam a sugestão de uma audiência pública na região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Muito bem.

O Deputado Bernardo já disse aqui, Deputado Carlos Santana – só para informar a V.Exa. –, que teremos também mais uma segunda e uma terceira audiências para discutir esse projeto. Hoje estamos dando oportunidade ao IBAMA, aos representantes dos Governos Federal, Municipal e Estadual, ou seja, estamos ouvindo os órgãos governamentais. Em um segundo momento, ouviremos os representantes dos empreendimentos e da própria população. Sem ouvir a população, nada vai para a frente.

Passar a palavra por um minuto ao Deputado Vitor Penido. Temos de avançar, porque hoje temos um marco histórico nesta Casa. Teremos oportunidade, às 14h, de aprovar o Estatuto da Igualdade Racial – já são 12h30min. Sou membro da Comissão, e vários dos que estão aqui querem participar dessa reunião. Então, vamos evitar os debates ideológicos porque temos mais 4 pessoas para ouvir aqui.

Concedo a palavra ao Deputado Vitor Penido.

O SR. DEPUTADO VITOR PENIDO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais componentes da Mesa, cumprimento o Prof. Claudio Scliar, que, sem dúvida, sempre dispensa muita atenção às cidades mineradoras.

Lamento, porque, para mim, nesta audiência de hoje deveríamos ter ouvido, primeiro a empresa, para que pudéssemos fazer questionamentos. Com certeza, vamos ter de chamar novamente todos que estão aqui para esclarecer dúvidas que porventura tiverem. Penso que houve um erro de estratégia. Digo isso com muita tranquilidade porque sou o maior defensor hoje da mineração correta – não daquela que prejudica.

A minha cidade, Nova Lima, da qual fui Prefeito, deve à mineração, sem dúvida, o crescimento e o desenvolvimento. Nova Lima é a melhor cidade da região metropolitana de Belo Horizonte. Lá estão os melhores bairros, onde residem as pessoas mais bem aquinhoadas e sem nenhum problema com as minas existentes. O Morro do Chapéu é um condomínio de Nova Lima, assim como Belvedere, que está a 500 metros da mina de Águas Claras.

Defendo, sim, a mineração. Sou defensor, às vezes, de recolhimentos – sabe o Prof. Scliar das minhas lutas, tudo sempre foi feito com muita transparência.

Parabenizo o Prof. Scliar e a Prefeita. Tenho certeza de que a sua cidade, Sra. Prefeita, com a mineração e com o mineroduto – e V.Sa. provou com dados –, será bem diferente e atenderá à população.

O nobre Deputado fez um comentário muito importante sobre uma empresa que, antes, empregou 30 mil empregados e, depois, só 3 mil. Faço uma pergunta: se não tivesse aquele projeto, esses 30 mil estariam onde? Claro que precisamos nos preocupar com esses, sim, sem dúvida, mas a implantação de projetos, geralmente, exige maior quantidade de pessoas. Cabe ao administrador público, à Prefeita – e fui Prefeito –, aos nobres Deputados, ao Governador de Estado, ao Presidente da República estabelecer políticas que possam manter esse movimento para que essas pessoas possam se locomover, prestando serviço em outras regiões também. Essa que é a verdade.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Deputado Carlos Santana, para encerrar.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Evidentemente, quase todas essas 30 mil pessoas vão ficar desempregadas na zona oeste, onde temos o maior índice de violência na região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Muito obrigado, Deputado Carlos Santana.

O Deputado Brizola que usar a palavra. Peça que seja breve, porque já se inicia o debate entre os Prefeitos – o Deputado Vitor Penido, 5 vezes Prefeito de Nova Lima, e a Prefeita Carla. Vamos avançar para ouvir os representantes do Governo.

Com a palavra o Deputado Brizola.

O SR. DEPUTADO BRIZOLA NETO – Pela sua generosidade, Presidente, prometemos ser breves.

Levanto mais uma preocupação ao Prof. Cláudio. Assistimos, no começo do ano, às pressões dos mercados internacionais para baixar o preço do minério de ferro. A Vale do Rio Doce, nossa maior exportadora, sofreu grandes contenciosos, pressão dos mercados internacionais com a crise mundial para baixar o valor da tonelada do minério de ferro.

Vimos assistindo nesses investimentos, que, de concreto, há o mineroduto que vai embarcar o minério de ferro para o Brasil exportar. Não podemos esquecer que o minério de ferro ainda é, para o nosso lamento, o principal produto de exportação brasileiro. É um produto primário, é um produto que não agrega tecnologia, não gera grandes empregos dentro do País. A minha preocupação é que esse investimento privado – e sabemos que a Vale hoje controla o embarque de minério

no País – vai criar uma porta de saída, além da Vale, que controla o mercado de minério de ferro no País.

Sendo o minério de ferro o principal produto de exportação brasileira, principal responsável pelos nossos superávits da balança comercial, sem dúvida é o que segura as contas correntes do nosso País, pergunto: até que ponto esse investimento estrangeiro, que vai criar uma nova porta de saída – além das portas de saída que a Vale tem – pode criar algum embaraço para a estipulação do preço do minério de ferro, que hoje a Vale do Rio Doce impõe no mercado mundial?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Para encerrar, tem a palavra o Prof. Scliar.

O SR. CLAUDIO SCLIAR – Não tenho dúvida. Como eu disse, 26 milhões de toneladas por ano é um projeto bastante importante. No Brasil, mais de 300 milhões, 7 ou 8% da produção brasileira. E temos uma série de outros mercados também produzindo. Não acredito que este projeto em especial possa ter um reflexo do ponto de vista de preço no mercado internacional. Não acredito que seja isso.

O ferro é diferente inclusive de outros metais, de outros bens minerais, que são **commodities**, o ferro não é uma **commodity**. Os grandes produtores de ferro são contratados com prazos – aí a mesa de negociação. E a mesa de negociação, como se disse, não é fácil. Os Governos têm de estar atentos a isso. Mas não me parece que esse projeto vá ter esse papel – num primeiro momento, parece-me que não. Para o grupo pode ser que tenha, mas não conheço outras estações do próprio grupo. Do ponto de vista internacional, ele não vai afetar de forma determinante o mercado e o preço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Muito obrigado, Prof. Scliar, a quem agradecemos a presença. V.Sa. pode se retirar devido ao seu agendamento no Ministério.

Muito obrigado.

Passo a palavra à Sra. Renata Bezerra Cavalcante, Subsecretária de Energia, Logística e Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro por 10 minutos.

Em seguida, vamos ouvir os outros e passar para o debate.

A SRA. RENATA BEZERRA CAVALCANTE – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Deputado Leonardo Quintão, a Prefeita Carla, os demais Deputados presentes, o Secretário – que infelizmente não chegou, senão ele poderia fazer uma representação melhor do Governo.

Quanto ao projeto, não trouxemos nenhuma apresentação, até porque concordo que as empresas deveriam estar aqui – acredito que na próxima audiência

estarão – apresentando o projeto com maiores detalhes. O Estado está junto com a Prefeitura tentando organizar e mitigar todos os impactos que qualquer grande projeto traz à população, à região. Essa é a nossa preocupação.

Faço um histórico do que já foi comentado aqui. Esse projeto do porto é realmente antigo, de 1997. Passei 27 anos da minha vida na PETROBRAS, vim para o Governo agora. Lembro-me que o Victer, que era Secretário, também colega nosso, veio conversar sobre isso, tentar que a PETROBRAS assumisse um porto ali.

O projeto de um porto é, como se pode ver pelos investimentos, muito caro e precisa ter sustentabilidade econômica. Realmente, naquela época, não havia como assumi-lo porque não havia sustentabilidade econômica. Trata-se de um projeto muito arrojado, com investimento altíssimo. Vejam o tamanho, como a Prefeita demonstrou, da ponte que vai fazer o cais: serão 2 quilômetros. Vai-se ter ali um entroncamento enorme. Há uma quantidade de pedras. Vale a pena ir à obra porque é emocionante. Então, é necessário ter sustentabilidade econômica, senão o projeto não decola. Houve várias tentativas naquela época, em 1998, e não decolou economicamente.

Quando houve essa integração da mina, o mineroduto e o porto, o projeto se consolidou, porque a exportação do minério, o minério em si viabilizou o porto. Veio a termoelétrica. Então, há um porto e uma termoelétrica. Criou-se as condições mínimas necessárias em termos de infraestrutura para adensar ali um complexo industrial. Buscamos no País hoje melhorar a nossa infraestrutura para propiciar o crescimento.

Então, dentro do Governo, a partir de 2007, quando chegamos, começamos a ver aquilo com muito bons olhos pela própria integração do sistema. E víamos que havia lógica econômica. Dentro da minha formação, pelo menos, e do Secretário também, a primeira coisa que olhamos em um projeto é se ele tem lógica econômica. Como disse o Deputado Santana, quando não tem lógica econômica, não adianta, porque a ideia é boa mas não vai adiante.

O condomínio industrial vai acontecer independente de qual seja a empresa. À medida que há um porto e uma térmica, as condições, chegando ali o gás que está na porta, isso acontece, não há mágica. As empresas vêm porque se oferecem a elas as condições necessárias de infraestrutura.

O Deputado Brizola Neto manifesta muita preocupação quanto ao minério. O Secretário Júlio tem uma frase de muito efeito: “vai o minério e fica a poeira”. Essa é uma preocupação que o Estado tem tido. No ano passado, houve 11 pedidos de liberação para a

construção de portos, terminais para a exportação de minério no Estado. Criamos um grupo dentro do Estado para analisar o que iria para a frente e o que não iria. Dos 11, sobraram 5, que, na realidade, são 3. São 3, que, na realidade, acabam sendo 2. Justamente por isso devemos ter essa preocupação.

A regra número um é a seguinte: quem vai fazer terminal de exportação de minério tem de agregar valor. Não se pode ficar com o terminal e o minério ficar como poeira. Essa é a condição número um, hoje, dentro do Estado onde essa política foi implantada. Vai ter terminal de minério? Vai, porque temos esse entendimento. Minas precisa exportar o minério. O petróleo está para o Rio de Janeiro assim como o minério está para Minas. Precisamos ter esse entendimento, ter um olhar nacional. A saída de Minas é pelo Rio de Janeiro. Então, temos de propiciá-la. Nesse grupo de trabalho, colocamos o Governo de Minas junto para propiciar essa saída, mas tínhamos de fazer de uma forma que fosse boa também para o Rio de Janeiro. Hoje há uma política implantada no sentido de que, para ter terminal de minério, é preciso agregar valor, ter alguma coisa além. Não dá para ter só o terminal, porque, senão: ICMS, nada; emprego é pouco – sabemos que emprego é pouco. E aí fica o quê?

Então, hoje, todos os projetos contemplados agregam valor, sendo que o mais impressionante é o terminal base, enfim, o condomínio da PETROBRAS em Itaguaí, que na nossa previsão, vai gerar 25 mil empregos, fora a arrecadação de ICMS que não dá nem para fazer. Estamos olhando bastante para isso.

Vimos esse projeto dessa forma: o terminal, o minério, o mineroduto e o porto deram sustentabilidade econômica. Viabilizou-se a construção do porto, mas agrega-se valor pelo que ele vai trazer. Com relação à própria térmica, temos algumas dúvidas quanto à arrecadação, mas ela propicia a entrada de novas indústrias, de novas empresas ali, que vai acontecer independentemente de qualquer coisa. O grande mérito do Grupo X foi ser arrojado o suficiente e colocar dinheiro para, junto com a Anglo – hoje na realidade o projeto do mineroduto e da mina é da Anglo – fazer isso acontecer, criar uma condição logística, uma condição de infraestrutura para fazer acontecer. As empresas vão vir, não temos dúvida.

Quero fazer um esclarecimento sobre essa parte que está causando preocupação. Faz muito sentido, todos temos de nos preocupar. O que aconteceu? Houve um erro do Governo, porque a empresa comprou uma área que estava ali como se fosse área industrial. Na realidade, depois de ter adquirido a área, ter feito alguns investimentos, inclusive retirado pessoas, feito a realocação, o nosso pessoal do meio ambiente fez a

análise e verificou que aquela área não dava – não vou entrar em detalhes porque já tenho a fama de não ser muito verde dentro do Governo, até pelo próprio dever de ofício. O pessoal de desenvolvimento normalmente tem algum problema com o pessoal de meio ambiente. Foi preciso fazer algum tipo de troca dessa área, o que não seria problema, pois que era uma fazenda. Como trocar, já que o Governo do Estado quer essa área como uma APA, com parque, enfim, com área de proteção ambiental?

Estamos nessa fase de tentar ver qual a área que vamos trocar, em termos de superfície, para acomodar o que estava previsto, e para adensar essa cadeia. Se não adensar a cadeia, volto àquele primeiro ponto: não adianta ter só o porto e um terminal de minério.

A Prefeita tem sido incansável. Falamos quase todos os dias sobre o assunto. Estivemos em São João da Barra, na quarta-feira, justamente para falar com a população, estamos tendo o cuidado possível. O envolvimento do Governo é total. Ontem, ficamos até às 21h, reunidos como pessoal do meio ambiente, com o Secretário Régis, tivemos uma reunião pela manhã com representantes do meio ambiente, com o pessoal do município, na tentativa de acomodar a melhor situação ambiental e da população. Há o caso dos pescadores e dos agricultores. Entendemos que tem gente de 60, 65 anos que não vai ser treinado para nada, pois que faz aquilo a vida toda. Estamos tendo esse cuidado.

Talvez tenhamos cometido erros, vamos cometer outros, tendo em vista a magnitude do projeto. Se dissermos que tudo vai ser fácil, que não vamos errar, estaremos mentindo. Talvez tenhamos atropelado algumas fases, algumas coisas deveriam ter sido feitas anteriormente, como esse diagnóstico socioambiental, que deveria ter sido feito antecipadamente. Todo grande projeto é assim. Estamos lá para tentar resolver.

Era isso que tinha dizer.

Coloco-me à disposição para as perguntas, para o que eu puder esclarecer – o Secretário está chegando e pode dar maiores detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Muito obrigado, Sra. Renata Bezerra Cavalcante, Subsecretária de Energia, Logística e Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro.

Concedo a palavra ao Sr. Cristiano Prado Martins Barbosa, Gerente de Novos Investimentos e Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. CRISTIANO PRADO MARTINS BARBOSA – Boa tarde, Deputado Leonardo Quintão, na pessoa de quem cumprimento todos os Deputados aqui presentes.

Início minha apresentação mostrando a visão da Federação das Indústrias sobre esse projeto e onde ele se encaixa no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

Vou pedir para passar um rápido vídeo sobre um documento chamado *Decisão Rio*, que a Federação das Indústrias compila anualmente.

(*Exibição de vídeo.*)

Apresentei esse vídeo para mostrar que existe um documento, o mapeamento das intenções de investimento no Estado do Rio de Janeiro. O Porto do Açu, como os senhores viram, foi identificado por nossos estudos técnicos e econômicos como um dos grandes motores da economia fluminense nos próximos anos. Por isso a explicação do título dessa apresentação: Complexo Portuário do Açu, um dos 4 eixos de desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro.

Faço um breve histórico. Um documento preparado no início dessa década já apontava a necessidade da construção do Porto do Açu, com grande impacto para o desenvolvimento logístico nacional e também do Estado do Rio de Janeiro.

Acompanhamos bem de perto o andamento desse projeto e seus impactos, pelo *Decisão Rio*, e sua dimensão o tornam já no presente um dos eixos de desenvolvimento do Estado.

Por que o Porto do Açu é um eixo de desenvolvimento econômico? Por que tecnicamente identificamos isso, economicamente falando? Primeiro, porque ele já se caracteriza como um centro logístico para as Regiões Centro Oeste e Sudeste do Brasil, é localizado no Rio de Janeiro. Ele possui um alto valor de investimento no terminal portuário. Falando só do terminal portuário, 1,6 bilhões é um valor muito superior, se formos considerar as indústrias, como a própria Prefeita Carla Machado já apresentou; ele tem uma retroárea gigantesca, capaz de atrair grandes indústrias – inclui não só a parte de exportação de minério de ferro, como também indústrias para agregar valores, pelletizadoras e siderúrgicas. Também vai gerar um impacto extremamente positivo na região no que se refere à criação de emprego e renda.

O Porto do Açu hoje já é uma realidade, a Secretária já mostrou essa fotos: a ponte sendo construída, já há 2 quilômetros de ponte, os benefícios já surgem. Só no primeiro ano das obras, as empresas que estão trabalhando já foram responsáveis por 71% do total de arrecadação de impostos ali da região, já geraram mais de 5 milhões de reais em receitas para o Município. Hoje, 2.300 pessoas estão empregadas; no pico, serão mais de 4 mil pessoas empregadas, o que representa quase 15% da população de São João da Barra.

Na nossa visão, uma visão técnica, o benefício já é visível a partir da construção do Porto.

Quais os impactos da construção do Porto no fundo do complexo portuário? Primeiro, a criação de uma infraestrutura capaz de atrair 36 bilhões de reais em novos investimentos para a região nos próximos anos. E aí, para comparação, o PIB do Estado do Rio de Janeiro é de 180 bilhões de dólares, e de São João da Barra, de 0,5 bilhão. Então, é um valor muito significativo. É importante dizer novamente que esses números vêm de estudos técnicos contratados pela própria empresa e disponibilizados. Claro que esses números representam a visão do futuro, apontam ordem de grandeza e direção e não necessariamente precisão. Aponta-se uma sinalização muito positiva.

A área de influência do Porto e do complexo portuário alcança mil quilômetros. Quer dizer, os benefícios do Porto não estão restritos ao Rio de Janeiro e ao Espírito Santo. Eles alcançam várias regiões do País e, portanto, beneficiam empresas de várias regiões do País.

A implantação do complexo portuário do Açú no seu todo pode gerar um crescimento do PIB em São João da Barra, acelerar essa taxa de crescimento para algo da ordem de 23% ao ano; a participação do norte fluminense no Estado pode subir significativamente, alcançando 15% do PIB – uma taxa muito expressiva. O Estado do Rio pode obter 26 bilhões de dólares no seu PIB; a geração de mais de 70 mil postos de trabalho; aumento da participação de São João da Barra na arrecadação de ICMS – que pode alcançar mais de 5% com a instalação do complexo como um todo.

O que podemos fazer para maximizar o impacto positivo do Porto do Açú para o Rio de Janeiro e para o Brasil e obviamente minimizar os impactos negativos que, naturalmente, acompanham grandes investimentos e que não há como evitá-los, apenas minimizá-los? Claramente apoiando a construção do Porto e a plena execução do projeto.

Como o Deputado Brizola Neto chamou a atenção, a questão da plena execução é importante para garantir que as indústrias que vão se fixar na retroárea possam agregar valor e gerar benefícios para o Estado e para o País. Então, a plena execução é bastante importante, gerando o aumento da exportação não só de minério de ferro – também o Deputado chamou a atenção –, como de produtos manufaturados, industrializados; aumentando a competitividade logística também para o setor interno e diminuindo o custo logístico de transporte; aumentando o PIB do País. Ainda: uma importante sinalização para os investidores nacionais e internacionais de que aqui é um ambien-

te adequado para se investir e gerar renda e riqueza para a população.

Claramente foi apresentada aqui a necessidade e a importância de se gerar oportunidade para mão de obra local – é um fato, já está sendo trabalhado. A Prefeita já apresentou algumas ações que estão sendo implementadas. É necessário promover e apoiar as ações de ordenamento territorial de criação de infraestrutura e também assegurar a conservação e o uso dos recursos naturais. Obviamente, é importante fazer articulações institucionais que permitam o atendimento dessas demandas.

Chamo a atenção dos senhores, pois que talvez não seja de conhecimento de todos, para o fato de que existe um documento, uma exigência do Governo do Estado, chamado *Avaliação Ambiental Estratégica*, que já traz essa visão de futuro, todos esses números, recomendação de ação para serem implementadas. Foi contratado um estudo de terceiros, isento, para que pudesse ser feito. Esse estudo já está disponível. É muito interessante que esse estudo, numa outra oportunidade, seja apresentado aos senhores para que possam dele ter pleno conhecimento.

Por último, o que o sistema FIRJAN está fazendo? Primeiro, acreditamos nesse futuro e percebemos essas demandas. Já construímos uma nova unidade do SENAI em Macaé, inaugurada no final do ano passado para atender à necessidade de capacitação de mão de obra da região. O sistema FIRJAN e a LLX firmaram acordo conjuntamente com a Prefeitura de São João da Barra para capacitação da mão de obra local. Temos feito vários estudos econômicos e várias reflexões sobre o investimento, seu potencial e o acompanhamento para garantir que possamos dar a máxima contribuição e oferecer todas as contribuições do setor público para a plena transformação do desenvolvimento econômico e social naquela região. Lembro que esse é o principal objetivo do sistema FIRJAN hoje: garantir o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro, sendo bem atendidas a demanda por trabalho, a qualificação e a saúde do trabalhador.

Agradeço a todos a oportunidade.

Coloco-me à disposição para eventuais perguntas. Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Muito obrigado, Sr. Cristiano Prado Martins Barbosa, que aqui representa a FIRJAN, pela sua apresentação.

Tenho a alegria de receber aqui o Sr. Júlio Bueno, Secretário do Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços. Sr. Júlio, seja bem-vindo. É uma alegria muito grande saber que V.Sa. está agora lá no

Governo do Rio de Janeiro, com essa experiência e trazendo desenvolvimento para aquele Estado.

Temos agora o último debatedor, para depois passarmos à fase de debates.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS –

Pela ordem, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Pela ordem, Deputado Alexandre Santos, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS –

Apenas para complementar e nos dar a garantia de que o Rio de Janeiro está bem entregue, está em boas mãos junto ao Governo Sérgio Cabral, ressalto que o Sr. Júlio vem desempenhando uma das funções de revitalização não só do Estado, como da economia, na sua gestão, por meio de projetos que possam dar ao Rio de Janeiro o farol para o Brasil.

Portanto, é uma alegria vê-lo, Sr. Júlio. Tivemos também a grata satisfação de ver aqui a Sra. Renata expondo sobre os problemas do Rio de Janeiro.

Parabéns a sua equipe. Sejam muito bem-vindos a Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Pergunto ao Secretário, que já chegou, se gostaria de usar da palavra. É uma alegria muito grande tê-lo conosco aqui.

Vamos ouvir o Sr. Jorge Luiz Brito Cunha Reis, Coordenador de Mineração e Obras Civas da Diretoria e Licenciamento Ambiental, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais, IBAMA. Provavelmente a sua fala é uma das mais esperadas aqui. Por isso deixamos por último, para, então, iniciar os debates.

V.Sa. dispõe de 10 minutos para sua fala.

O SR. JORGE LUIZ BRITO CUNHA REIS – Todos falaram por mais de 10 minutos, então, vou falar mais.

Boa tarde, é um grande prazer estar nesta Casa. Por incrível que pareça, sou uma das pessoas que mais defendem esta Casa em todas as situações, porque V.Exas. são eleitos. Essa a diferença dos outros Poderes – desculpem-me falar isso, mas é importante para mim fazê-lo como cidadão brasileiro. Os brasileiros os escolheram – isso é importante –, diferentemente do Judiciário.

É um prazer estar aqui nesta Casa, independentemente das posições ideológicas das pessoas – todo mundo as têm.

Quero agradecer o convite. Somos o patinho feio, contra tudo. Isso nos dá mais garra para lidar nessa questão de meio ambiente, que é importante para todos nós. Se não existir ar, se não existir água, vamos desaparecer da Terra. A Terra vai continuar aí.

Eu, geólogo, acho engraçado. A Terra não vai acabar, não, só daqui a 5 bilhões de anos, e ninguém estará presente para ver.

Então, vou falar sobre licença ambiental do mineroduto Rio-Minas, que ficou à parte do IBAMA. Quanto ao licenciamento ambiental desse empreendimento, a MMX, no final de 2005 e princípio de 2006, esteve no IBAMA discutindo como seria o desenvolvimento a ser imprimido.

Há uma mina, com o mineroduto, e há o porto. A princípio, seria colocado como empreendimento único. Mas chegamos à conclusão de que não, que a FEE-MA licenciaria a mina e o porto e o IBAMA licenciaria o mineroduto, ou seja, o transporte.

E o mineroduto tem um traçado bem interessante. Passa pela Serra do Espinhaço, região de Mata Atlântica, a topografia é bem acidentada, vai do Município de Alvorada de Minas até São João da Barra; a extensão é de mais ou menos 525 quilômetros.

O mineroduto vai lançar minério de ferro, mais ou menos numa relação de dois terços de minério de ferro e um terço de água. É o melhor transporte do ponto de vista de engenharia e de logística; nem precisa transportar minério de ferro, o que é uma discussão muito grande. O transporte de ferro próximo à mina é por caminhão ou, então, por ferrovia. Mas o mais eficiente, do ponto de vista de engenharia – entendemos isso –, com relação ao meio ambiente, também se diz que é o duto. Todos os grandes volumes transportados são feitos por dutos. Agora, há questões ambientais que estão sendo levadas em conta. Ele passa por 26 Municípios de Minas Gerais e 7 Municípios do Rio de Janeiro.

Temos um histórico do licenciamento ambiental. Começamos o licenciamento no início de janeiro de 2006 e houve uma discussão sobre termo de referência, quando ouvimos os órgãos ambientais, o IPHAN.

Vejam bem, nós, do IBAMA, e os órgãos ambientais não temos a mesma governança de alguns órgãos, como o DNPM e outros, só para dar um exemplo. Então, meio ambiente é solução para tudo. Às vezes é, às vezes, não. E não temos governança, não fazemos política mineral, não fazemos política de energia. Dizem que somos aqueles chatos a quem eles têm de dar a licença. Então, quero a licença. Vou para lá e eles nos enfiaram goela abaixo. Literalmente é isso.

Há uma discussão muito grande sobre termo de referência, que é um termo em que discutimos uma lei que foi aprovada em 1981, referendada pela Constituição Federal em 1988, art. 225, e fala do impacto ambiental, que prevê um estudo que não é definitivo. Nada no conhecimento humano é definitivo, nem ciência é definitiva, não existe verdade absoluta. Temos os

princípios da Física, que é uma das coisas mais importantes que existem na vida. A física newtoniana serve para nós, há a física de Einstein e a física quântica, que nem está comprovada. Então, dependendo do que se vai fazer, pode-se usar uma das 3 para explicar as situações no mundo em que vivemos.

Portanto, houve uma discussão com o empreendedor, que fez um estudo sobre o impacto ambiental, e foram realizadas audiências públicas em 3 lugares, 2 em Minas Gerais e 1 no Rio de Janeiro. Foi emitida a licença prévia, houve licença de órgãos do SISNAMA, no caso da FEAM, e da FEEMA, que mudou agora, se não me falha a memória para INEA. Eles se manifestaram e foi feita uma vistoria técnica.

Esse é um ponto de uma travessia que vai ter um furo direcional. Estou falando isso porque sou geólogo, mas algumas pessoas da engenharia perguntam como será esse furo, estão preocupadas. A obra de engenharia é bem interessante, vai passar basicamente por mais de 400 drenagens, são mais de 300 áreas próximas a nascentes, algumas a 100 metros, outras a 50 metros, que são preservadas. É uma questão bem interessante e com a qual estamos preocupados.

Essas fotos foram feitas fora da audiência do próprio empreendedor, com participação popular. As pessoas ali questionam. A audiência pública é muito importante, é um lugar muito democrático, mas que não decide nada; serve apenas para mostrar projeto e para trazer subsídios da população, dos cientistas e do povo brasileiro em geral. As pessoas querem discutir o assunto, estão lá para discutir e usam isso de várias formas, desde o desejo de ter uma casa, um terreno ou de resolver um problema de saúde. É legítimo. Mas o IBAMA não é Governo Federal, Estadual ou Municipal. O IBAMA é Executivo, mas trata de política de meio ambiente, de licenciamento ambiental. Então, fica difícil resolvermos as questões. Nós até entendemos.

Ou seja, o nosso uso é ocupação do solo. Nossa questão basicamente é uso e ocupação do solo, que eu vejo nesses empreendimentos. Nós, seres humanos, ocupamos o solo de forma desordenada, haja vista as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, e aí a natureza dá as respostas. Eu, na condição de geólogo, me sinto tranquilo para dizer isso, que a natureza dá uma resposta bem agressiva para nós: enchentes, outras coisas mais, além do efeito estufa, o que gera uma discussão muito grande.

Nós estávamos discutindo também nesse empreendimento, por incrível que pareça. Partimos da licença prévia. O que licença prévia? É a licença que diz se o projeto é viável. Como esse projeto tem uma linha, então, não tinha um traçado definitivo. Algumas pessoas, até o Ministério Público, não entendem, nós

deixamos uma margem para o empreendedor modificar o traçado, e para nós também.

Vejam bem, faz-se uma avaliação e, às vezes, há coisas que não são matemáticas. Há coisas que se sabe que são certas, mas há outras que podem ter... Por exemplo, pode haver uma vegetação preservada. Na Região Norte, há a castanheira; na Região Sul, há o pinheiro, que é preservado. Então, pode-se desviar. Às vezes, por exemplo, há legislações municipais e até estaduais que somos obrigados a seguir. Nós, no IBAMA, seguimos essas legislações.

Por isso que deixamos uma faixa na licença prévia, que o empreendedor poderia lançar, fazer o projeto dele e detalhá-lo mais, para essa questão. Isso é muito importante. Porque, na verdade, ele está lançando uma tubulação de 24 ou 26 polegadas, com 2 estações de bombeamento, e, do ponto de vista físico, é uma coisa simples de construção. O problema é sobre o construtivo e não se está num terreno plano, mas num terreno altamente ondulado, com topografia. Os senhores estão vendo a Serra do Espinhaço, é altamente ondulada, e é complicado ali. Ele está descendo topograficamente para baixo, em direção ao Oceano Atlântico.

Foi dividido o licenciamento de instalação em 3 fases: uma para o canteiro, que foi dada; uma para o mineroduto como um todo, e outra em que ele terá uma senhora barragem de água, e precisará de água para fazer essa popa, para encaminhar esse minério de ferro.

Nesse licenciamento, há os planos básicos ambientais. O empreendedor propõe os planos, identifica os impactos positivos e negativos e apresenta um plano básico ambiental, que contém os programas nos meios físico, biológico e socioeconômico. E ele faz a gestão desses programas. Ele tem um programa de gestão ambiental.

Nós cobramos dele a presença desses programas, e, geralmente, o IBAMA os acatam. Os programas são definidos na licença prévia, e o IBAMA pede o detalhamento nessa instalação. Isso é acatado, e, às vezes, o IBAMA acrescenta mais programas, que entendemos que faltaram.

São vários os programas ambientais. Por exemplo, recuperação das áreas degradadas, haverá os cortes e o aterro.

Projeto de engenharia. Aí há uma imagem de satélite, em que fizemos a vistoria. A parte verde é a estrada. O mineroduto sempre procura áreas que já foram degradadas pelo ser humano, ou seja, rodovias estaduais, municipais, federais. Ele sempre procura áreas que já foram usadas pelo ser humano, porque é mais barato, é simples. Agora, tem também que combinar com a topografia.

A linha vermelha foi a vistoria que nós fizemos.

Os programas ambientais, meio físico, meio biológico e socioambiental nós já falamos.

Água do processo. E aí é uma foto do porto. O pessoal fez uma vistoria recentemente, semana passada. Nós andamos com as equipes do IBAMA de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, percorremos todo o traçado terrestre e aéreo, e serão usados 2.500 metros cúbicos/hora para a mina, e para o centro do mineroduto, 1.300 metros cúbicos/hora.

Essa água é de um rio estadual e quem dará essa outorga é o IGAM. Faremos a popa, está girando 64% ou 70% de sólidos, ou seja, de minério de ferro, e o restante é água.

Há vistoria técnica no local.

Esta é a área próxima à mina, onde haverá um complexo minerário. Nós licenciamos um trecho próximo à mina, onde é o início do mineroduto e a FEAM licenciou a mina como um todo. Há até uma discussão com o Ministério Público Federal, em relação às questões de comunidades quilombolas que atingem a mina e não atingem o mineroduto. É uma discussão complexa, porque no meio ambiente há vários entendimentos. Não é exato, então não é dois mais dois, é quase, então tem uma discussão muito grande sobre isso.

Este é o acesso à primeira estação ao qual demos autorização para desmatamento.

Esta foto é próxima ao porto. Nessa autorização de desmatamento, é até bom dizer o que foi dito aqui, que só damos a autorização de desmatamento expresso. Como não se trata de obra de utilidade pública, não se trata de obra feita pelos Governos Federal, Estadual ou Municipal, exigimos do empreendedor que tenha ou o certificado de propriedade da terra, ou seja, reserva legal, essas questões todas, ou a permissão dos permissionários. Ele só pode entrar na área depois que entrar em acordo com o permissionário, ou seja, posseiro, a pessoa que está na superfície da área. Às vezes, por exemplo, faz-se uma servidão de uma rodovia federal, estadual ou municipal, aí ele entra em contato e nos mostra essa permissão.

Está é apenas uma foto do Porto do Açú, só para mostrar que fizemos uma vistoria também.

Esta é uma obra em uma região acidentada. Vejam que a topografia lá é muito acidentada. Então, vai ser feita ao longo, do lado esquerdo dessa rodovia, que não chega a ser uma rodovia, é um arruamento lá em Minas Gerais.

A próxima é a mesma coisa. Ele está no fundo do vale.

Aqui também há uma área que foi objeto de embargo do IBAMA. Foi recentemente agora, o IBAMA embargou porque houve pressão da Prefeitura.

Estou contando, porque eu, pelo menos, não escondo essas questões. O IBAMA embargou um trecho deles, no Rio de Janeiro, porque estava causando um pouco de poluição do ar. É meio discutível. Depois houve uma movimentação de terra, existe uma estrada aí embaixo, uma estrada estadual e tem uma comunidade próxima aí.

Esta é o que eles chamam de intervenção modelo. Eles controlam tanto a erosão quanto a parte de recuperação de áreas degradadas e também a saúde do trabalhador. Há umas cercas, não sei se dá para ver.

Intervenção modelo que eles também tentam, ou seja, é uma área em que já existia arruamento e eles aproveitaram para lançar a tubulação.

Então, é isso que eu queria apresentar.

Estamos na fase de extensa relação. Há uma ação, proposta recentemente no Ministério Público, contra o IBAMA, a FEEMA e a FEAM. Nós estamos respondendo sobre o entendimento do Ministério Público que deduz que o IBAMA tem que assumir esse licenciamento. Questiona vários fatos, mas isso aí é uma discussão ainda para ser respondida. O processo de licenciamento do IBAMA está à disposição de qualquer cidadão brasileiro. Qualquer pessoa, que vá com a carteira de identidade, chega ao IBAMA e tem acesso a todo o processo de licenciamento. A única coisa que ressalvamos é que se houver algum segredo industrial, não sei se é o caso daqui, não é? Por exemplo, o único empreendimento que eu sei que tem segredo industrial são as Usinas de Angra 2 e 3. Todos os outros empreendimentos do IBAMA estão disponíveis para qualquer cidadão brasileiro. Ele vai lá, só que tem que pagar a taxa. Há projeto lá que tem 6, 7 mil folhas. Então, está livre.

Ou seja, nós trabalhamos tranquilamente, trabalhamos abertamente. Sou servidor público, estou no IBAMA há 28 anos. Nós erramos, por isso é que sou ser humano. Nós erramos, tentamos aprender; aprendemos com outras pessoas. Acho que já participei mais de 100 audiências públicas e são muito importantes, porque vemos outras pessoas.

É aquilo que o Deputado falou: a pessoa precisa de emprego, a pessoa precisa de ser feliz. A felicidade está aqui na terra, não está no céu. Desculpe falar isso, mas a felicidade está aqui na terra, não está no céu, está aqui na terra. O cidadão precisa de emprego, precisa trabalhar. Por isso que é diferente. O geólogo diz o seguinte: *“Saiu das árvores há 5 milhões de anos”*. Eu não quero voltar para as árvores, mas também não quero destruí-las. Porque, se destruímos isso aqui, haverá outros seres vivos para continuar e até um de nós.

Quero dizer que estamos à disposição na coordenação.

Mineração, para se ter idéia, licenciamos pequenas minerações, quer dizer pequenas quantidades, mas licenciamos metade da mineração de ferro no Brasil. Ou seja, nós licenciamos a Ferro-Carajás, que está passando em 130 milhões, já vai haver um projeto de 90 milhões, ou seja, o Brasil vai produzir quase meio bilhão de toneladas de ferro. É muita coisa em uma área sensível. E estamos licenciando essas questões. Há muito conflito porque envolve o uso da terra. Isso é preocupante para nós todos. E há uma pressão muito violenta em cima de nós. E não resolvemos tudo. O IBAMA não resolve as questões de emprego, de renda, a questão de contradição de nosso povo. O IBAMA não vai resolver isso. E as pessoas já jogam para o IBAMA. Eu não tenho governança sobre isso.

Nós entendemos isso, mas há outros órgãos que são responsáveis por isso e de política pública. Deve haver planejamento. Porque, depois vai a outro órgão, como se ele fosse resolver o problema.

Essa é a defesa que eu faço da minha instituição. Quer dizer, não planejam as coisas e depois pedem o seguinte: "Ah! Eu quero a licença". É como o Secretário falou. Fizeram um empreendimento lá do porto e se esqueceram que o órgão ambiental tinha uma proposta lá de unidade de conservação. Há que se pensar, antes, nisso.

Acho que essas questões têm que ser pensadas no Brasil, têm que haver planejamento para dizer o que eu quero. Quero porto, sim. Agora há o porto e a unidade. Tem que se decidir.

Desculpem-me estar abordando isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Lopes) – Acabamos de ouvir a palavra do Dr. Jorge Luiz Brito Cunha Reis, coordenador de Mineração e Obras Civis da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Quero franquear a palavra. Se alguém quiser fazer alguma pergunta ao Dr. Jorge, pode fazê-lo.

O SR. DEPUTADO BRIZOLA NETO – Sr. Presidente, vou insistir e aproveito para cumprimentar o nosso Secretário Júlio Bueno com uma saudação tricolor.

Acompanhamos atentamente a exposição da Subsecretária Renata, da Prefeita e do representante da FIRJAN. Desde o início, vimos aqui uma grande preocupação: a otimização dos recursos naturais brasileiros. É aquela velha história: minério é uma safra só.

A Subsecretária, inclusive, reproduziu uma frase do senhor que é muito boa: o minério vai e fica a po-

eira. E a preocupação que temos é justamente buscar agregar valor a essa produção de minério que, infelizmente, ainda é o principal produto de exportação brasileiro. Queríamos que o Brasil exportasse tecnologia, exportasse conhecimento. Mas ainda exportamos produtos primários, reproduzindo uma ótica de mais de 500 anos, não é? É a velha história: vieram aqui, levavam nosso pau-brasil, depois levavam o nosso ouro, depois levavam o nosso látex, a custo de danos ambientais e socioeconômicos terríveis. Basta irmos às regiões mineradoras de Minas Gerais para ver os passivos. Os passivos são grandes nas regiões mineradoras. Os passivos socioeconômicos e ambientais são enormes nas regiões mineradoras. E não é só no Brasil. Lá no altiplano boliviano, se visitarmos Potosí, vamos sentir que a degradação é muito grande.

A minha preocupação é a seguinte: ficou muito claro que o que viabilizou o investimento foi a embarcação de minério. Este é que é o ponto. Não é o embarque de aço, não é o embarque de nenhum outro produto que agregue valor a esse produto. O que viabilizou esse investimento é mais uma porta de saída para o minério brasileiro. Aliás, uma porta de saída que não seja controlada pela Vale do Rio Doce, que é quem controla os portos secos no Brasil.

Então, não me parece verossímil que se instale todo esse complexo industrial, principalmente, quando vamos falar em siderurgia. O que fica claro é que o que viabiliza o investimento é o embarque de minério e não o embarque de aço.

Então, parece-me que a instalação de uma siderurgia vai contra a lógica do próprio investimento. Porque é um porto para embarcar minério de ferro, para realizar a expressão consagrada pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano: *As veias abertas da América Latina*. Essa é a própria veia aberta da América Latina.

Quero saber qual é a real preocupação que existe dos órgãos públicos, da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, porque precisamos industrializar nosso País, e industrializar não é fazer fábrica de pelota. Nós precisamos fazer industrialização que agregue valor, conhecimento, tecnologia. O aço é até incipiente dentro desse conjunto de valores que precisamos agregar à produção brasileira e que passa necessariamente por um grande projeto de educação.

Então, quero expor essa preocupação e quero saber se essa preocupação também é compartilhada pelos debatedores.

A última questão que quero fazer ao representante do IBAMA é uma preocupação minha, de leigo nessa área ambiental. Foi observado que esse transporte do minério, por meio de mineroduto, usa uma quantidade

descomunal de água. Parece que é um terço de água para dois terços de minério.

A pergunta que faço é a seguinte: onde é despejada essa água no final do mineroduto? E se essa água pode conter algum tipo de contaminação mineral. Sabemos os danos causados pela contaminação do alumínio. Pode haver algum tipo de contaminação no despejo dessa água no final da linha desse mineroduto?

Gostaria que os debatedores comentassem essa preocupação que trazemos, porque é uma preocupação que está aqui neste “livrinho”, que diz que a atividade mineral no País deve atender, em primeiro lugar, ao interesse nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Com a palavra o Sr. Júlio Bueno.

O SR. JÚLIO CESAR CARMO BUENO – Deputado, eu queria dizer para o senhor que a sua preocupação procede, faz sentido. Na verdade, agregar valor é uma questão central para o Brasil. Vou lhe dar um dado para reforçar o seu discurso e, depois, para tentar aliviar o empreendimento, de que somos totalmente a favor. O Brasil exporta cerca de 30% de todo o minério exportado no mundo e produz só 3% do aço. Eu lhe digo isso, porque sou engenheiro metalúrgico, então, tenho essa questão da siderurgia como um valor aqui importante. Mas notamos hoje que há um ciclo de siderurgias no Brasil. Se não fosse a crise econômica que aconteceu, mas que vai retornar, haveria muito mais. Nós temos uma fase de implantação de novas siderúrgicas no Brasil. No Rio de Janeiro, por exemplo, há 2 siderúrgicas novas sendo implantadas, a CSA e a Votorantim; Greenfield e tal.

No caso específico da exportação do minério do Porto do Açú, quer dizer, a grande serventia, na verdade...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JÚLIO CESAR CARMO BUENO – É o porto, que é muito importante. E eu, sinceramente – tenho participado muito do empreendimento, ajudado, porque é muito importante para mim –, acho que realmente vai ter ali uma série de empresas que vai ser articulada por conta do porto e, portanto, por conta da exportação de minério.

Acho também que haverá uma siderúrgica, e faz sentido ter uma siderúrgica ali. E eu vou dizer por quê: o projeto inicial de exportação de minério prevê também a importação de carvão para térmica. Então, aí faz todo sentido que se instale. E o **gap** que nós temos da exportação de minério e da pouca produção de aço, torna o Brasil um destino muito atraente hoje para a siderurgia no mundo. Eu estou lhe contando isso...

O SR. DEPUTADO BRIZOLA NETO O importante é sabermos que existe essa preocupação do Governo e que ele trabalha com isso, fomentando inclusive que haja esse desenvolvimento.

O SR. JÚLIO CESAR CARMO BUENO – É esse o motivo. Eu estive, esta semana, com o Governador Sérgio Cabral e nós assinamos lá o início do estudo de uma siderúrgica chinesa, na região do Açú, de 5 milhões de toneladas/ano – VISCO, é o nome da siderúrgica, só para o nosso conhecimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Muito obrigado, Secretário.

Nós temos aqui mais 3 Parlamentares que gostariam de usar a palavra: Eduardo Valverde, Silvio Lopes e vamos terminar com o Deputado Vitor Penido.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, antes, quero tão somente ressaltar o empenho, obviamente, todo o interesse da Prefeita e do Governo do Estado do Rio de Janeiro em atrair investimento. Isso é um interesse legítimo, uma ação política necessária para gerar trabalho e renda e minimizar os problemas sociais.

Eu estava aqui vendo o posicionamento do Ministério Público Federal, e entendendo o perfil do investidor, o Sr. Eike Batista, cujo perfil é similar ao do Sr. Daniel Dantas. Pelo menos 3 empreendimentos recentes, em que ele teve alguma iniciativa, acabaram sendo questionados pelo Ministério Público, seja no Amapá, seja o chamado Porto Brasil, em Peruíbe, e agora esse novo investimento feito em parceria com a Anglo American. E um dos principais itens que o Ministério Público Federal questionou é no tocante à agilidade com que foram concedidas a aprovação da licença ambiental e a autorização da ANTAQ para funcionar como porto, pelo volume de minério a ser exportado, pois o movimento em torno de 26 milhões de toneladas não é um porto pequeno. E a ANTAQ deveria licitar esse porto e não fazer a concessão. Isso é uma polêmica que o Ministério Público já entrou com ação declaratória de inconstitucionalidade questionando a Lei nº 8.630, no tocante a essa possível privatização dos portos, por entender que a nossa Constituição Federal não permite a privatização e, sim, a concessão ou a delegação do uso, que é um instrumento em que o poder concedente mantém o domínio; apenas delega a sua utilização. Mas isso é outra questão que eu não vou entrar no mérito.

A questão é se, em função do perfil do investidor – que tem um rastro de condutas empresariais que acabam sendo questionadas pelo Ministério Público –, esse licenciamento, o prazo que foi concedido, e que o

Ministério Público alega como rápido demais, não teriam sido observados alguns procedimentos legais.

Então, por isso é que eu dirijo essa primeira indagação ao IBAMA, apesar de não estar presente aqui o INEA, o Instituto Estadual de Meio Ambiente, do Rio de Janeiro, para respondê-la, e também à ANTAQ, que não está presente aqui, para fazê-lo da mesma forma.

A outra é no tocante ao Governo do Estado, que é outro item questionado pelo Ministério Público, referente à desapropriação feita por um decreto, que declarou a área de utilidade pública, a qual serviu ao interesse de investimento privado. Então, desapropria-se para fins de interesse público e, no entanto, é concedida a um particular para exploração. E o Ministério Público também questiona esse decreto de desapropriação.

A outra, já voltando ao impacto ambiental, diz um comentário de um professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como haverá dragagem e ali está próximo à Lagoa Salgada, a UNESCO deve torná-la um patrimônio da humanidade – pelo menos são as informações contidas aqui no *site* – e ali seria um monumento paleontológico, se o porto não vai atrapalhar, se não vai afetar o monumento da humanidade esse parque paleontológico da Lagoa Salgada.

E, no tocante à Prefeitura, a desapropriação da área no retroporto, se aquelas famílias que foram desalojadas teriam condições de ser reabrigadas, e que impacto causou ou causará a essa população desalojada da área do entorno. Parece que é uma área próxima ali do 5º distrito do Município. Se essa fragmentação da licença, que é o item questionado pelo Ministério Público, não foi correta, se deveria haver um licenciamento dentro de um conjunto, a mina, o mineroduto e o porto, um só licenciamento, pois que isso é um impacto, tanto que a ação civil pública do Ministério Público é para o mineroduto e para o porto. Ele faz essas 2 indagações e eu as faço aos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Está bom. Muito obrigado, Deputado Eduardo Valverde.

Nós já temos 2 perguntas para o IBAMA. O Deputado Brizola também se referiu ao assunto. Eu vou fazer o seguinte aqui: como nós estamos evoluindo bastante na Comissão, passarei a palavra para os outros 2 Deputados e, depois, encerramos com os palestrantes. Pode ser? Os senhores concordam? (*Pausa.*)

Então, com a palavra o Deputado Silvio Lopes.

O SR. DEPUTADO SILVIO LOPES – Eu quero também parabenizá-los pela iniciativa de trazer para a discussão desta Comissão assunto tão relevante para a nossa região, principalmente para as regiões norte e noroeste do Estado.

Quero parabenizar, naturalmente, a presença da Prefeita Carla Machado e dizer que ela, ao começar a sua fala dizendo que esteve na China, naturalmente, falou do grande sonho. Eu tenho uma frase que diz que nós nunca devemos deixar os lamentos serem maiores do que os sonhos, senão é um sinal de que nós estamos envelhecendo. E ela está dando uma demonstração de que o sonho é bastante grande e é sinal de que ela está ficando cada vez mais jovem.

Naturalmente, lembrou-me bem o Deputado Brizola que, quando chegam os investimentos que ela viu China – e daí o sonho ficou cada vez mais ativado e mais bonito –, lá, 50% do lucro fica com o Estado. Naturalmente, esses recursos vêm e, cada vez, mais enriquecem o local, fazendo com que realmente vejamos esses recursos serem aplicados. Aonde está a preocupação que todos nós temos? Estamos preocupados e é bom, porque é uma primeira entre muitas outras que vamos fazer. É exatamente por que o impacto quando chega... Eu estou falando assim, porque fui Prefeito por 3 mandatos em Macaé. Quando chegou foi uma beleza, aqueles tratos feitos com a empresa PETROBRAS. Aquilo ia ser uma beleza. Perdemos uma praia porque aquilo ficou tratado, mas não foi cumprido. Temos lá uma área de mais ou menos 50 alqueires de terra reservado pelo Estado para fazer um distrito industrial, há 20 anos, não tem um prego, mas a área está reservada.

Então, nos cabe essa preocupação porque, quando chega, é um canteiro de obras, um bocado de gente que vem de toda parte do Brasil, porque emprego está escasso, está difícil, vão todos para lá. Depois, as empresas fazem contrato de 3 meses, 6 meses e largam aqueles problemas todos para o Prefeito resolver. São crianças que chegam com os pais, o ano letivo já começou, começa a faltar vaga na escola, e o Prefeito é que não é o bom. Os tratos cumpridos, que não estejam escritos, dificilmente serão cumpridos pelas empresas, porque quando acaba de usufruir o lucro, vai embora e deixa ali a poeira, como bem falou o Deputado Brizola.

Preocupado com isso, e atendendo ao que o Deputado Carlos Santana falou, proporia uma discussão mais ampla com a comunidade. Eu gostaria muito. Nesse encontro o Deputado Valverde poderia comparecer, é uma pessoa bastante polêmica, conhecedora, que presta relevantes serviços nesta Comissão. Naturalmente ficaremos felizes em ter maiores esclarecimentos. O que me deixa preocupado é que, quando essas empresas vão para os Municípios, na maioria das vezes municípios bem pequenos, sem nenhuma infraestrutura, vêm pensando apenas em benefício

próprio. Observamos que elas enriquecem e os Municípios empobrecem.

Fico pensando, se hoje sair da PETROBRAS da maneira como foi, agressiva na sua implantação, porque chegou, colocou enrocamento de pedras, depois faria a urbanização. À época, o Prefeito permitiu, não foi ouvido. Pela explanação que ouvi, pelo documento que tenho, muito bem demonstrado pela nossa Prefeita, vi que não foi incluído um plano diretor, com aprovação da própria Câmara, para que isso não ficasse só no “vamos ver se vai acontecer”, para que esses sonhos não sejam frustrados. Naturalmente devem ter-se esquecido de mandar para cá, nessa demonstração que foi feita, de que há um plano diretor, que os pescadores não serão esquecidos, assim como a agricultura, a pecuária. Quando, amanhã, a MMX for embora ficará esse porto com possibilidade de escoar a produção agrícola daquela região enorme, de vocação agrícola. Essa preocupação eu tenho por ser daquela região.

Não estou falando com intenção de agradar à Prefeita ou a quem quer seja daquela região, com a intenção de votos, porque não sou candidato a reeleição. Estou preocupado porque, quando deixar de ser representante daquela região, não quero ver a minha querida São João da Barra agredida, sem condições de se recuperar.

Fica, então, meu agradecimento por esta oportunidade.

Parabenizo a Comissão, porque a discussão é boa e permite que nós possamos opinar. Parabenizo também o Governo do Estado, porque sei que está fazendo um esforço muito grande para levar a indústria. Todos sabemos que se queremos este País desenvolvido, independentemente da preocupação com saúde e geração de emprego, será naturalmente com os portos, com a indústria naval, principalmente com a parte agrícola, pois o mundo inteiro terá que comer. Temos uma região bastante propícia, um clima bastante favorável para produzirmos alimentos, com a preocupação de dar essa contribuição para o mundo e, naturalmente, ver nosso País cada vez mais independente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lenardo Quintão) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Vitor Penido.

O SR. DEPUTADO VITOR PENIDO – Sr. Presidente, Sr. Secretário, representantes da FIRJAN, representantes do órgão ambiental IBAMA, Sra. Prefeita, que tive o prazer de conhecer agora. Quando a senhora falou a respeito do partido, achei que fosse do Democratas, mas perguntei e sei que é do PMDB.

Inicialmente, eu gostaria de dizer o seguinte: sinceramente, sinto-me feliz, porque, na reunião que fizemos para convidar os participantes desta audiência pública, em razão do meu conhecimento com algumas empresas mineradoras do meu Estado, eu achava que não haveria necessidade de termos mais tempo para, digamos assim, criar algumas dificuldades. Hoje, o que vejo é praticamente todos que aqui estão atestarem a importância de irmos pelos caminhos que esse projeto encaminhou. O Estado aprovou. O IBAMA aprovou. A maior autoridade do Município, que é a Prefeita, também aplaude. A Federação da Indústria e Comércio do Rio de Janeiro também abraça isso como um grande ponto de desenvolvimento. Tanto que fala aqui que é um dos 4 eixos de desenvolvimento do Rio de Janeiro. Eu chego até a fazer uma brincadeira: Minas Gerais vai cobrar os **royalties** de vocês. Sabem por quê? Se não tiver mineração, se não tiver o minério, vocês não vão fazer isso.

Eu ouvi, aqui, que esse projeto não é, especificamente, para escoar o minério de Minas Gerais. Desde 1989, ou 1999, discute-se uma pessoa para assumir isso. A partir do momento em que uma empresa de mineração assumir – e nós sabemos que todas as mineradoras têm um tempo determinado, e que mesmo com esse tempo ainda serão exploradas outras atividades e não somente minérios –, essa será uma grande conquista para o Rio de Janeiro e para Minas Gerais, conforme eu disse, anteriormente, naquela brincadeira que fiz. Chamo a atenção para isso, porque satisfaz totalmente esse momento.

E mais, Deputado Brizola Neto, falo isso muito à vontade, porque as pessoas podem dizer que eu só defendo mineração. Pelo contrário: tenho 2 ações contra mineradoras, uma delas de 400 milhões, que já ganhamos. Inclusive, o Vitor era o Presidente dessa associação. Sinto-me à vontade para falar sobre isso, porque defendo projetos que são importantes não só para Minas, mas para o Brasil.

Quando aqui se fala em passivo ambiental, nas cidades de Minas Gerais, que conheço, onde há empresas mineradoras, como Nova Lima, Itabira, Santa Bárbara, Mariana e Conceição do Mato, desde que sejam empresas responsáveis, tenho certeza de que não existe nada. Vou dar um exemplo de 1987, quando fui prefeito pela primeira vez. Esse discurso que (*ininteligível*) tinha razão de ser feito como se fosse hoje, porque na minha cidade, Nova Lima, o Ribeirão do Cardoso e o Ribeirão dos Cristais estão totalmente assoreados, não havia órgão fiscalizador nenhum. Hoje, não, os órgãos fiscalizadores dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro são sérios.

Relativamente ao que disse o professor, referido pelo Deputado Silvio Lopes, devo dizer o seguinte: desde que realmente haja um prefeito ou uma prefeita, como aquela que conheci agora, e desde que haja Deputados Federais, como nós, que estamos aqui, cobrando o acordo que eles assinam – como eu fiz na minha cidade. Não há nenhuma pendência na minha cidade, tudo o que acordei com a MBR, na época, tudo cumprido.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VITOR PENIDO – É claro que tem que colocar no papel. Esse negócio de palavra não existe. Se morrer ou mudar diretor, a história será diferente. Então, é isso que é importante. Chama-se *(ininteligível)* as pessoas.

Perdoem-me, eu sou Deputado por Minas Gerais e pelo Brasil, mas sou obrigado a dar o exemplo da minha cidade, Nova Lima, até para que qualquer pessoa possa ir lá e verificar, até há 4 anos, o que foi feito em razão da mineração.

Lamento que não esteja representada aqui a empresa, para nos apresentar o projeto. Sei que haverá outras oportunidades, mas a primeira coisa seria conhecermos o projeto. Embora, pelo que vi aqui, o projeto já foi apresentado a todos nós aqui. A empresa não precisará apresentar quase nada, senão vamos perder tempo em ouvi-la. Após o que a Prefeita falou, o que o IBAMA falou e o que Secretário de Estado do Rio de Janeiro falou, então, vamos apenas falar: está certo, está certo, está certo, porque os maiores interessados, além das empresas, estão aqui, que são os representantes.

Então, ficam aqui os meus cumprimentos.

Quero dizer que a reunião foi válida, porque tivemos oportunidade de ouvir e de esclarecer.

Parabéns, pelo Rio de Janeiro. Não cobraremos nada de vocês, por terem criado, ou dado a oportunidade de criar esse posto na cidade de São João, que é importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lenardo Quintão) – Muito obrigado, Deputado Vitor Penido.

Só uma correção na sua fala: V.Exa. é Deputado por Nova Lima. Prefeito por 4 mandatos, demarcou sua história lá.

O SR. DEPUTADO VITOR PENIDO – Em Minas Gerais, são 158 Municípios em que estou trabalhando. Não fale de Nova Lima, senão perco, tomo bomba nos outros, pelo amor de Deus! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lenardo Quintão) – Deputado Vitor Penido, é muita alegria tê-lo aqui. A cidade de Nova Lima muito o espera de volta.

Vamos ouvir Prefeita e, na sequência, o representante do IBAMA que poderá encerrar.

Pergunto ao Secretário se gostaria de usar a palavra novamente. *(Pausa.)* Gostaria.

Pergunto ao Sr. Cristiano, da FIRJAN, se gostaria de usar a palavra. *(Pausa.)*

Então, vamos ouvir a Prefeita, em seguida o representante do IBAMA e depois o Secretário.

A SRA. CARLA MACHADO – Novamente, quero agradecer-lhes a oportunidade de participar desta audiência e aprender tantas coisas. Afinal, todos os dias aprendemos, até pelas experiências – positivas e negativas que acontecem no nosso País – dos nobres desta Casa; agradeço ao Deputado Leonardo Quintão pela condução dos trabalhos. S.Exa. é do nosso partido, mas o que eu disse no princípio volto a repetir: antes de partido político, antes de defender o interesse de qualquer segmento, seja da iniciativa privada, seja do Governo do Estado, defendo o interesse do meu Município e do cidadão da minha terra.

Foi citada aqui a experiência de Macaé, que acho uma grande experiência para fazermos de forma diferente.

Eu disse, anteriormente, que já tive vários impasses com a empresa e com o Governo do Estado. Há 2 ou 3 semanas, eu estive com o Júlio e disse-lhe que se não fosse resolvida a situação, quem iria entrar com ação no Ministério Público seria eu. Acho que o nosso dever não é tapar o sol com a peneira, mas é encarmos os problemas de frente.

Tenho problemas com os agricultores, com os pescadores, mas o que representa isso dentro do contexto de geração de emprego, de perspectivas para o Município? Acho que isso fica secundário. Isso não pode ser um problema do cidadão, porque cada um é importante para nós, é uma vida, é uma família.

Sei que existem maneiras para se compor, o que não se pode é querer utilizar-se de uma situação para obter vantagens que não havia anteriormente. Hoje, quando vemos aquela terra — o Deputado Silvio Lopes, com certeza, conhece, até porque por vários anos teve grande votação em meu Município e foi merecedor de tal votação —, que é o solo do 5º Distrito do Município, sabemos que é um solo arenoso, não propício à atividade agrícola, e o agricultor passa por grandes sacrifícios. Ali, não vemos o agricultor ter a qualidade de vida que merece, pelo trabalho que desenvolve, labutando com a terra de segunda a segunda, chova ou faça sol, para fazer com que ela melhore um pouco. Enquanto há outras áreas dentro do Município que são bem mais férteis e que podem ser negociadas para que o agricultor, se necessário for, para o crescimento, para

a geração de emprego, para melhoria da qualidade de vida, seja relocado.

Acho que o princípio de qualquer coisa é o respeito ao ser humano. Eu gostei do que os senhores observaram aqui, que as coisas têm que estar devidamente assinadas. Por exemplo, está na Constituição que os recursos oriundos das compensações pelos investimentos nos municípios sejam prioritariamente utilizados no município. Acho que não deveria ser esse termo “prioritariamente”, devia ser “obrigatoriamente” utilizado dentro do Município, onde, de fato, ocorrem os maiores impactos. A todo momento, cobramos respeito à questão ambiental, porque, sabemos, que sem um meio ambiente saudável não teremos crescimento nem qualidade de vida boa.

Como o senhor enfocou, estamos fazendo os instrumentos pertinentes ao plano diretor. O senhor sabe da realidade dos Municípios do interior. O recurso hoje não é nosso problema, graças a Deus, mas há muita burocracia na legislação. Por exemplo, na contratação de serviços de maior especialização, pois faltam técnicos na nossa região que possam nos ajudar. Nós buscamos parceria com universidade, sim.

No nosso plano diretor, fizemos um macrozoneamento. Nele, constam área de interesse pesqueiro, área rural, área de expansão urbana, área industrial, área de interesse turístico. De forma que estamos nos preparando, mas sempre é muito importante ouvir as opiniões. Para isso, nós não fizemos somente com a ajuda das universidades. Cumprimos a legislação, fizemos as audiências públicas necessárias e encaminhamos esses documentos para a Câmara Municipal, para serem votados. Tudo, em qualquer momento, pode ser revisto de acordo com os interesses.

Nós não vamos abrir mão de que todos os interesses sejam consolidados no que é mais importante para o coletivo. Não vamos deixar que aquele produtor rural ou aquele pescador em situação de miséria. Porque, no meu Município, Deputado, que o senhor conhece, não se vê um mendigo ou uma criança de rua. Eu moro no Município, o meu filho reside ali, e o bem que eu quero para o meu filho quero para todos os filhos são-joanenses.

O que realmente é preciso é nos sentarmos todos. Não podemos admitir que uma terra que valia 18, 19 mil, há pouco tempo, seja vendida hoje por 150 mil, o que inviabiliza qualquer entrada de empresa. Temos que dar um valor real a ela até em função do investimento e da valorização, mas que seja compatível para que se unam todos os interesses.

Como falou o representante do IBAMA, temos as nossas falhas na Administração Pública. Inclusive, no meu palanque eleitoral, disputando uma reeleição, na

qual ganhei em todas as seções eleitorais, pedi desculpas à população pelas falhas que tive, mas vi que tive também acertos que me viabilizaram essa vitória histórica no Município. Não sou simpática nem sempre aos interesses das pessoas, porque sou sincera nas minhas posições. Já tive embates; vou continuar tendo outros, mas conto com os Srs. Deputados para me orientarem.

Nessa questão, principalmente os senhores que representam o Estado do Rio de Janeiro podem me ajudar junto ao Governador de Estado, com quem tenho, além de uma amizade, uma parceria que visa ao bem coletivo, para que todos os recursos, não apenas os da compensação, sejam buscados e investido no nosso Município, ou em outras áreas do Estado que estiverem sendo prejudicadas.

Realmente, a siderúrgica vai poluir? Vai poluir, sim. Quem vai ficar com o pó do minério de ferro somos nós, porque, lá deve ser feito o corredor ecológico. Não sou técnica em todas as áreas, mas podemos aprender um pouquinho de cada coisa. Existem medidas mitigadoras, não para inglês ver, não para fazer de conta, mas para que sejam realmente efetivadas.

Quero agradecer a oportunidade e dizer que estou aprendendo. Devemos colocar as coisas no papel e cobrar. Hoje, é a Carla que está lá. Não pretendo, como o senhor, ter mais mandato. Quero, sim, poder terminar esses 3 anos e 3 meses que tenho à minha frente, fazendo o melhor e cumprindo a missão que Deus e a população de São João da Barra me deram, que é buscar melhores dias e qualidade de vida para o nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Obrigada, Prefeita.

Antes de passar a palavra ao Deputado Silvio Lopes, mais uma vez, Deputado Brizola, quero dar uma sugestão à Prefeita, ao Governo do Estado e a V.Exa, que representa o PDT, nesta Casa.

O Ministério do Trabalho tem um projeto de qualificação fantástico. Quem sabe pegamos esses trabalhadores que terão que ser remanejados ou requalificados e marcamos uma audiência com o Ministro Carlos Lupi – teria até a alegria de ir, bem como o Bernardo, que é o Presidente da Comissão – para que possamos, de imediato, pedir a implantação no Ministério de um PLANSEG. Há muito dinheiro naquele Ministério. Esse projeto cabe direitinho no PLANSEG. Porque, antes da requalificação dos trabalhadores – vão contratar, acho, 3 mil pessoas depois –, devemos qualificar o povo da região.

A SRA. CARLA MACHADO – Poderia interromper V.Exa. só um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Pois não, Prefeita.

A SRA. CARLA MACHADO – Gostaria de dizer que estivemos com o Ministro Carlos Lupi e estamos com um convênio a ser assinado com a Secretaria Estadual de Trabalho. Fizemos por conta própria no município o nosso balcão de oportunidades.

E repito aqui uma resposta que dei ao Deputado – V.Exa. não estava presente. Como a população de lá é acanhada, na negociação da primeira área de terra comprada pela empresa, a população não aceitava nem receber as pessoas da empresa. A população, que estava como posseira na fazenda, não aceitava; e não morava lá não. A população não tinha titularidade, porque naquela área havia uma usina que havia falido; não tinha água, luz. Dentre os 76 posseiros que estavam lá, uns 2, 3 ou 4 tinham casa. Foi dada a esses posseiros outra área de terra, cuja qualidade era melhor, bem como habitação, para quem morava, com acompanhamento técnico. E eles trocaram isso por uma quantia em dinheiro. E após o título de posse, esses posseiros receberiam a escritura da casa com água e luz.

Então, não foi feito nada assim.

Hoje, o que há é uma declaração de utilidade pública do Governo do Estado, tornando aquela área, que é rural, em área industrial. O mal que se fez até agora foi valorizar aquela terra para aquelas pessoas. Porque, na realidade, não se definiu plenamente o que vai ser necessário tirar. Foi detectada uma área, como o Deputado Arnaldo Faria de Sá falou mais cedo, que era Mato Escuro e Água Preta, mas ela já foi retirada do decreto.

Agora, é uma área que pode crescer.

O Deputado Silvio Lopes falou de um assunto, e eu vou responder. É a questão do sonho. Se a gente não sonha não faz nada acontecer. E eu vou continuar sonhando, porque, senão, não vamos avançar nunca, isto é, vamos continuar na mesmice.

Então, acho que ainda temos muito a melhorar; muitas coisas ainda temos que acertar. Mas estamos tendo uma oportunidade. E que seja cobrado, de fato, dos segmentos o que eles têm que fazer – a iniciativa privada, o Governo do Estado, o Governo Municipal e o Governo Federal. Neste momento, temos que estar com esses segmentos de mãos dadas, na busca da solução dos problemas, porque se deixarmos somente para o Poder Público a coisa não vai acontecer e, provavelmente, aquela região irá continuar na mesma condição que se encontra, hoje, a saber: uma região cujo IDH é o menor do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Muito obrigado, Prefeita.

É bom saber que V.Exa está tocando isso com sonho, carinho e amor, o que pode ser visto não só nas suas palavras, mas nos seus olhos também.

Vamos tentar fazer isso, Deputado Brizola. Quem sabe – o Secretário está aqui –, o Governo do Estado, a Prefeitura e o Governo Federal consigam fazer um PLANSEG. Dinheiro tem no Governo Federal.

O SR. DEPUTADO BRIZOLA NETO – Sr. Presidente, acho que haverá colaboração do Ministério do Trabalho para a qualificação de mão de obra local a ser aproveitada no empreendimento. Mas vou insistir aqui em que precisamos deixar esse entendimento mais claro, Sr. Presidente. Precisamos mostrar onde está preservado o interesse nacional. Porque o sonho, Prefeita, é fundamental para que consigamos levantar da cama. Contagiar as pessoas com o sonho é fundamental para que consigamos realizá-lo. No entanto, hoje, concretamente, o que vemos é que a empresa MMX, parceira da Anglo American, uma empresa multinacional, não está interessada em desenvolver a região, a senhora pode ter certeza. Ela está interessada em lucrar com a exportação do minério de ferro que vem de Minas Gerais. Disso não tenho a menor dúvida. É claro que o Poder Público e a maneira como o Poder Público venha a se colocar podem fazer com que a empresa crie condições para desenvolver o local. Agora, isso tem que ser feito com um amplo debate público, com a participação do Ministério Público, com a participação da população local, ouvindo as populações que moram no litoral, os pescadores etc.

O que está ficando claro aqui, Presidente, é o impacto socioeconômico em cima dos pescadores, é o impacto socioeconômico em cima dos agricultores e, por outro lado, o impacto ambiental, que o representante do IBAMA vai poder deixar mais claro. Refiro-me ao impacto ambiental que vai ocorrer no próprio município não só pelo mineroduto, mas pelo aumento do fluxo de pessoas, pelo aumento do fluxo de transporte de cargas pesadas, porque sabemos o que aconteceu em Macaé. E a verdade é que nós não conseguimos ver onde está esse benefício. Eu não estou conseguindo ver, sem uma siderurgia ali, sem uma fábrica de cimento – que não existe no projeto, não existe nenhum contato real, como existem o porto e o mineroduto –, o interesse nacional nesse projeto. Eu estou vendo, na verdade, uma grande veia aberta do nosso Brasil para enriquecer e exportar lucro. É isso que estou vendo.

E duvido muito, Secretário, que se monte uma siderurgia lá. Porque como o senhor mesmo nos mostrou, o Brasil não está conseguindo exportar o seu aço. Lamentavelmente, nós temos um passivo muito grande entre o que produzimos de minério de ferro e o que pro-

duzimos de aço. Nós chegamos a importar aço, sendo o maior produtor de minério de ferro do mundo.

E mais: vejamos os países desenvolvidos. Eu não conheço país desenvolvido que exporte minério de ferro. Pelo contrário, eles compram. Nós estamos tendo um grave prejuízo socioeconômico, um grave prejuízo ambiental e, ainda por cima, estamos dando prejuízo ao interesse nacional. Eu quero entender onde está o ponto bom desse projeto. Desculpem-me ir na contramão de todos os que aqui se colocaram, mas eu não consegui ver onde está preservado o interesse nacional e onde o município vai se beneficiar com o projeto que está aí. Se vier o polo industrial, se vier a siderúrgica, tudo bem. Mas isso tudo é sonho. E aqui trabalhamos com a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Muito obrigado, Deputado Brizola Neto.

Podemos contar com V.Exa. para marcar essa audiência com o Ministro?

O SR. DEPUTADO BRIZOLA NETO – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Porque acho que é um programa que tem o apoio do Governo Federal.

O Secretário e a Prefeita poderiam estar presentes, para apoiar, para assinar esse protocolo, receber dinheiro e qualificar o povo na cidade, porque com qualificação vai ter trabalho. Ninguém vai contratar ninguém sem qualificação. Isso é lei de mercado.

Deputado Brizola, nós apoiamos o trabalho do Ministério. Já fiz nas cidades em que os Prefeitos nos apoiam, e funciona muito bem. As pessoas qualificadas são empregadas. Fica mais barato para o empresário, para a empresa, porque não tem transporte, não tem que trazer gente de fora. Então, nós vamos fazer isso.

Vamos passar a palavra ao Deputado Silvio Lopes, depois vamos ouvir o Sr. Jorge Luiz, do IBAMA.

O SR. DEPUTADO SILVIO LOPES – Serei rápido. Eu continuo ainda com esses sonhos. Eu acho que nós temos de aproveitar, já existe a possibilidade. Vamos aproveitar o que tem, essa veia aberta, que o Deputado Brizola falou, e vamos injetar sangue ali, novas indústrias etc.

Queria dizer à Prefeita que eu não disse que não tenho plano. Eu disse que não veio no documento que me foi apresentado, o plano diretor. A preocupação naturalmente é com aquilo que nós temos de mais importante lá. Não é a MMX. O mais importante é o cidadão, o ser humano, aqueles que lá estão, que até hoje mantiveram aquilo da forma que está.

Com a referência à senhora dizer que não tem nenhum pedinte lá, acho que vai começar a ter. Veja

bem, em município que não gera emprego você não vai ver acúmulo de favelas. Onde gera emprego... Com um salário pequeno, o cidadão que mora a 45 quilômetros daquele local, pega um ônibus. Como é que ele vai vir e voltar com um salário de 600 reais? Ele vai pegar uma folha de zinco para se cobrir. Ele tem até uma casa modesta lá onde ele mora, no bairro dele. Mas ele fica favelado dentro daquilo, em volta do trabalho, e, no final de semana, ele vai para a casinha dele. É modesta, mas é a casinha que ele tem, que conseguiu com sacrifício. Por isso a necessidade de se estabelecer que vai haver um fluxo assim, assim, que vai ter um plano de habitação para abrigar as pessoas que venham. Do contrário, eles vão vir de 45 quilômetros, como é o caso de Macaé. Moram em Conceição de Macabu, em Carapebus, em Quissamã e vão para lá. Ficam ali, debaixo de uma folha de zinco de segunda a sexta-feira; sábado, eles vão para casa, viver com a família na pequena casinha que têm. Isso vai ocorrer lá, porque lá vão começar a oferecer emprego. Não há nenhum município pequeno em que se veja favela em volta quando esse município não oferece emprego. Tomara que a senhora tenha felicidade maior do que a minha e que não venhamos a ter. Por isso, a preocupação da discussão e da rediscussão neste momento em que estamos aqui, com vontade de errar menos e acertar mais. É essa a intenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Muito obrigado, Deputado.

Vamos passar a palavra ao Sr. Jorge Luiz, para que ele possa responder aos Deputados Brizola Neto e Eduardo Valverde.

O SR. JORGE LUIZ BRITO CUNHA REIS – Sobre a poluição. O minério de ferro causa poluição. A quantidade de ferro vai ser maior. São 1.300 metros cúbicos de água. É muita água. Agora, foi feita uma avaliação. Só se faz mineroduto, a polpa, com água, não é? Vai precisar de água. Aí tem de fazer o balanceamento. Causa impacto? Causa impacto. Inclusive, quem vai dar a autorização é o IGAM, que vai dar 2.500: sendo 1.200 para a mina.

Toda mineração causa impacto em água, em água superficial, que ele precisa. Por exemplo, a Vale tem um projeto lá de 130 milhões, que usa água. Ela vai fazer um outro projeto de 90 milhões que vai ser a seco, não vai usar água. É ótimo! beleza! Mesmo assim ela vai ter que usar água para rebaixar e pegar o minério. Ou seja, toda mineração rebaixa o lençol freático. Então, usa água. Em outras palavras: para se tirar minério do subsolo tem-se que tirar água de algum lugar, ou seja, nível freático – nível freático superficial ou até mais subterrâneo. E vai ter de jogar essa água

em algum lugar. E a água é de todos os brasileiros. Quem vai pagar essa conta? É uma questão discutível, é complicado. Nós não estamos em Israel. Nós temos muito. A questão é esta: nós temos muita água. Nós temos mais de 10%. É muito mais valioso do que petróleo. Você vive sem petróleo, sem água você não vive. Noventa e nove por cento do homem é água. Nós nascemos com água. Água é importante. Foi feita uma avaliação dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Uma pergunta ao senhor: essa água é reutilizada? Como é isso?

O SR. JORGE LUIZ BRITO CUNHA REIS – Não. Eu vou chegar lá.

A água, ele vai lançar no Oceano Atlântico, a princípio. Ele tem um futuro projeto, veja bem, que tem a ver com a pergunta do Deputado Valverde, de pós-utilização. Mas eu não posso obrigar o empreendedor. Eu estou com o mineroduto. O IBAMA está licenciando literalmente um cano, um cano que vai transportar uma polpa de ferro que vai ter 64% de minério de ferro, Fe₂O₃, hematita, magnetita e água, H₂O. Ele vai lançar essa polpa, vai levar a um barramento e vai separar fisicamente. Ele vai lançar minério de ferro, só que no Oceano Atlântico. O corpo receptor se chama Oceano Atlântico. Então, claro tem a Resolução CONAMA nº 357. Essa água ele vai lançar de acordo a Resolução nº 357. No futuro, ele disse que vai reutilizar essa água. Mas eu estou licenciando só o mineroduto. O pessoal até pergunta: “*E por que você não licenciou tudo?*” Quando “eu” digo estou falando do IBAMA, porque tem um pouco a ver. O licenciamento é uma coisa, diria, não nebulosa, mas tem várias posições, e não é algo matemático como 2 mais 2 são 4.

Na época, a diretoria do IBAMA, a diretoria da FEEMA e a FEAM decidiram que cada um ia licenciar uma parte. Nós estamos licenciando lá a mesma coisa. Uma mina, em Minas Gerais; um duto que vai passar por Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, e um porto no Espírito Santo. Minas Gerais licencia mina; eu estou licenciando, na minha Coordenação, o mineroduto, e outra Coordenação do IBAMA está licenciando o porto. Isso é muito Kafka. É kafkiano. O IBAMA, um órgão só está licenciando 2 pedaços. Foi o empreendedor que perdeu.

Eu estou contando esse fato porque estou licenciando ene empreendimentos. Por exemplo, estamos licenciando o mineroduto da San Marco, a terceira fase – licenciando o mineroduto e o porto; a mina, não. A mina estava licenciada antigamente.

É a questão que o Deputado falou. O minerador está querendo se livrar da Vale do Rio Doce. A Vale

do Rio Doce domina o quê? Transporte de quê? Ferrovia. Então, é briga.

Desculpa, Deputada, o sistema é capitalista. O sistema capitalista permite isso. Agora, o Governo é que tem de regular essa questão. Não vamos ser nós, coitados, do Meio Ambiente, que vamos resolver essa questão. Cadê o planejamento, cadê o desenvolvimento? Qual é a proposta política de Governo, de Estado? Que Estado é esse?

Desculpem estar falando isso. É essa questão que o Ministério Público está pegando. Vejam bem. O empreendimento é único. O porto não é só para transportar minério de ferro, é para transportar outros produtos. Mas aí já entra a questão da ANTAQ, que não tem nada a ver. É minério de ferro, é siderurgia, é rocha, é não sei o quê. Aí tem uma confusão...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – É privativo o porto. O porto é privativo.

O SR. JORGE LUIZ BRITO CUNHA REIS – É um porto privativo, o que, pela lei, não pode. Veja bem, nós temos normas da área do meio ambiente. O que for questão de meio ambiente nós temos que observar. E, às vezes, usam inclusive o Ministério Público. Nós vamos responder essas questões ao Ministério Público.

O prazo: o empreendedor levou mais tempo do que a legislação permite. Ele demorou mais tempo. Isso é lógico. Nós somos órgão público. É igual à fila do INSS, é igual à gripe A, que está aí. Se forem 300 pessoas para o HRAN agora, não vão ser atendidas. É a mesma coisa no IBAMA. Nós estamos no Brasil, não estamos na Suécia. E é meio ambiente. No meio ambiente, ainda está tudo bem, mas na saúde temos de salvar as pessoas. A gente tem de entender.

O tempo, por incrível que pareça, não foi açodado. Eles entraram em 2006, em 2007 tiveram a licença prévia, em 2008 tiveram a licença de instalação. E estão se enrolando, porque o empreendedor muitas vezes se enrola. Tem empreendedor que pede a licença, recebe a licença e às vezes perde o prazo e não faz, porque tem investimento do BNDES e não sei o quê. É complicado. Tem um empreendedor que levou 13 anos para fazer uma hidrelétrica. E era privado, não era estatal, não. E não fez a hidrelétrica porque não tinha dinheiro, queria dinheiro público.

Quería colocar essas questões para esclarecer. Não vai ser o Meio Ambiente que vai resolver a questão política do Brasil, ou seja, a questão de estar o Brasil exportando minério **in natura** ou aço.

O SR. DEPUTADO SILVIO LOPES – Não diga que vai reaproveitar a água, não, porque o Penido vai querer receber **royalties**, pois ela virá de Minas Gerais. (*Risos.*)

O SR. JORGE LUIZ BRITO CUNHA REIS – O pessoal de Minas Gerais coloca essa questão também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Deputado Vitor, mineral não dá.

Vocês sabem que Minas Gerais tem a segunda maior fonte de água mineral do mundo. Então, nós temos de cuidar dela. Eu já tomei banho de água mineral. É um bicão deste tamanho assim, em Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO VITOR PENIDO – Isso só candidato a Prefeito de Belo Horizonte pode fazer; de Nova Lima não pode, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Vou levar você lá para tomar um banho, Vitor. *(Risos.)*

Agradeço ao Jorge Luiz, que representa o IBAMA. Quando o IBAMA está a favor, penso que é difícil de achar gente contra. Nós temos é que cuidar da questão dos impactos ambientais e sociais nas cidades. Que se possa realmente garantir o desenvolvimento.

Então, vamos encerrar as exposições com o Júlio Bueno.

Eu quero motivar mais uma vez a Prefeitura, o Estado, os representantes de empreendimentos. Vão lá no Ministério do Trabalho, peguem esse recurso para investir na cidade, para qualificar o trabalhador. Se qualificar o trabalhador, empresa nenhuma vai deixar de contratar quem está na porta. Agora, ninguém contrata quem não está qualificado. É a lei do mercado.

Para encerrar nossa audiência pública, porque já extrapolamos o horário, já são 14h8min, concedo a palavra ao Secretário Júlio Bueno, que poderá falar à vontade.

O SR. JÚLIO CESAR CARMO BUENO – Obrigado. A primeira coisa que eu quero fazer é dar uma declaração sobre a atuação da Prefeita Carla Machado. A Prefeita Carla Machado tem defendido o município e a sociedade de forma admirável. Estou falando isso por ser um interlocutor da Prefeita, que muitas vezes briga comigo. Queria dizer isso. A Prefeita tem colocado o interesse público de forma admirável. Queria fazer esse registro. Eu não gosto de fazer registro gratuito, não. Estou fazendo porque eu tenho de fazer. É questão de honestidade fazer esse registro.

O Deputado colocou a questão da desapropriação, que cabe ao Estado. Na verdade, o que nós fizemos foi um decreto de utilidade pública, declarando de utilidade pública uma determinada área para fazer um distrito industrial. Não é para uma empresa só, mas para várias empresas.

Na verdade, as empresas “X” têm feito vários memorandos de entendimento com várias empresas internacionais, e nacionais também. Já tem mais de 60 memorandos de entendimento dessa ordem de grandeza, com empresas interessadas em ir.

Respondendo um pouco ao Deputado Brizola Neto, quero dizer que o porto é a grande âncora para que as empresas fiquem interessadas em ir.

Então, eu não tenho dúvida de que, uma vez se fazendo o porto, que é viabilizado por minério, e na verdade, o Rio fica muito feliz e honrado de ser o porto de Minas Gerais... Quando eu estava no Espírito Santo eu dizia, a gente quer ser o porto de Minas. Agora não, agora eu digo o Rio de Janeiro é o porto de Minas Gerais, porque ajuda muito o desenvolvimento reconhecendo isso.

Então, a desapropriação é isso. Ela vai ser feita, mas antes dela ser feita é importante dizer – e a Prefeita brigou muito – que estamos exigindo que seja feito o levantamento socioeconômico. Cada morador vai entender qual é a questão, qual é o problema, se precisa mesmo desapropriar, se tem outra área possível. Vamos ter um enorme cuidado, porque a desapropriação, cá entre nós, é um ato violento. Como dizia o Marcos, o Estado e a violência são organizados, portanto, temos que ter todo cuidado nisso. E teremos. Queria dar essa tranquilidade. Faremos levantamento socioeconômico de maneira que a gente entenda a questão de cada um, de cada morador.

Foi uma preocupação central da Prefeita, que brigou muito comigo por conta disso, de ter editado decreto antes de fazê-lo.

agora, brincando um pouco com V.Exa., Deputado, diria que não tem problema nenhum; se para o sistema tributário do minério de ferro tivermos situação igual à do petróleo, estamos felizes: ICMS na origem, não no destino, o que é um grande problema que vai ter o Rio de Janeiro. Brincamos com isso no Rio, dizendo assim. A gente quer que o sistema tributário brasileiro seja absolutamente isonômico. Ou no destino ou na origem. Não pode ter o petróleo de um jeito e tudo o mais de outro. Os **royalties** também, é Minas Gerais que recebe. Também estamos felizes com isso e queremos igualzinho. *(Risos.)*

Por fim, a questão do impacto, pegando um pouco a questão levantada pelo Deputado Silvio Lopes. Olha só, eu sou PETROBRAS, eu tenho 31 anos de PETROBRAS. Então, eu conheço Macaé – o senhor conhece 200 vezes mais do que eu – de 1978, quando eu fui a primeira vez a Macaé, no início da Bacia de Campos. E os tempos eram diferentes. Eu queria reconhecer isso. A gente vivia na ditadura, regime autoritário, a sociedade não discutia, a PETROBRAS era um braço civil da ditadura. Era uma outra coisa. Felizmente a gente mudou, tem audiência pública, discussão, tem o Congresso livre, temos que discutir mesmo o projeto, faz parte da luta. É diferente. Mas ainda assim eu gosto mais da Macaé de hoje *(Risos.)*, com os hotéis, restaurantes espetaculares – trabalho

seu. Eu gosto mais da Macaé de hoje. Eu queria fazer esse registro.

Na verdade, os cuidados são enormes e tem que ser mesmo. Quer dizer, a sociedade tem que discutir, tem que entender, estamos nessa trajetória. Deputado, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Volto a palavra ao Deputado Silvio Lopes para encerrar.

O SR. DEPUTADO SILVIO LOPES – Querido Secretário, você sabe que eu sou pai do Glauco Lopes, que é Presidente da Minas e Energia na Assembléia Legislativa. A Macaé de hoje eu também sou obrigado a aplaudir. Mas se tivesse havido discussão nós não teríamos perdido a Imbetiba, por exemplo. Se tivesse havido discussão, hoje o porto de Imbetiba estaria maior. Por que não está? Porque não fizeram a discussão, fizeram os escritórios onde deveria ser o parque de manobra do Porto de Imbetiba, ou do porto da PETROBRAS.

Ela hoje não pode fazer crescer o seu porto, teria que derrubar tudo aquilo que fez porque não foi discutido. Discussão não quer dizer discordar. Discussão é uma coisa, diálogo e outra. O que estamos fazendo é dialogar. Através do diálogo, nós vamos encontrar o entendimento. É o contrário da discussão. Discussão só prova uma coisa: que as 2 pessoas estão no mesmo lugar. O diálogo não. Nós encontramos um denominador comum, que por certo irá levar os benefícios que o nosso Estado precisa, e, principalmente a minha querida São João da Barra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Com a palavra o Deputado Vitor Penido.

O SR. DEPUTADO VITOR PENIDO – Mais uma vez quero cumprimentar todos os que fazem parte desta mesa e insistir naquele ponto que falei. Acho que da parte da mineração, desde que haja um governo sério, que as coisas estejam acertadas, acordadas, tudo bem. Eu tenho certeza absoluta de que não tratamos mais com empresa ou mineradora de fundo de quintal.

E quando se fala em capital, em investimento de mais de 5 bilhões de dólares para aquela região, penso que não tem como deixar de cumprir nada.

Falo pelo seguinte, Deputado Silvio, exemplo de administração também no Rio de Janeiro: o grande problema no Brasil, às vezes, é que brigamos aqui pela lei, mas quando chega na ponta lá embaixo, as pessoas que estão realmente na execução, ocupando cargos públicos, não sabem aproveitar ou assumem posições que não visam ao interesses público, mas aos interesses pessoais ou particulares. Esse talvez seja o maior problema.

Falei aqui com os Deputados a respeito de Nova Lima, sobre o passivo ambiental. Dou o exemplo não

é só de Nova Lima, mas de todas as cidades mine-radoras de Minas Gerais que têm mineração de ferro. Podem verificar, as empresas têm cumprido o que foi tratado. Essa é que é a verdade.

Então, não deixei nenhuma dúvida a respeito desse assunto.

Quero cumprimentar o Secretário e a Prefeita, parabenizando-a pelo trabalho e que Deus dê saúde e vida a S.Exa. para continuar o seu trabalho. Pelo pouco que estou conhecendo aqui, com certeza a população de sua cidade deve estar muito agradecida à Prefeita, que é uma grande executora e uma grande Prefeita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Muito obrigado, Deputado Vitor Penido.

Vamos encerrar a nossa reunião. Antes, porém, informo que o Deputado Bernardo fará uma segunda reunião em que vamos trazer os empreendedores.

O SR. DEPUTADO VITOR PENIDO – Sr. Presidente, apenas uma questão. Está aqui ao meu lado um Prefeito de Minas Gerais, de Cana Verde, o Carlinhos. Gostaria de anunciar a presença dele e dos Vereadores que o acompanham. Os Vereadores são seus amigos e amigos nossos também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Quintão) – Sejam bem-vindos. É um prazer muito grande recebê-los. Nós temos de tratar bem os Vereadores, Vitor Penido, que são os que estão na base ouvindo as pessoas. Eu sei do carinho de V.Exa. pelos Vereadores que estão aqui, pelos de Minas Gerais e do Brasil.

Nós vamos ter o segundo debate em que vamos ouvir os empreendedores. É imprescindível a presença da Prefeita e do Governo, para nós garantirmos realmente essas condicionantes. Tenho certeza de que a empresa grande tem dinheiro sobrando para garantir que a Justiça social seja efetivada lá no município.

Então, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 26ª Reunião, Realizada em 26 de Agosto de 2009.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, no Plenário 6, Anexo II, da Câmara dos Deputados, sob a presidência sucessiva dos Deputados Alexandre Silveira, Presidente, e William Woo, Terceiro-Vice-Presidente. A lista de presença re-

gistrou o comparecimento dos Deputados Alexandre Silveira, Presidente; Raul Jungmann, Primeiro-Vice-Presidente e William Woo, Terceiro-Vice-Presidente; Antonio Carlos Biscaia, Arnaldo Faria de Sá, Bispo Gê Tenuta, Capitão Assunção, Domingos Dutra, Enio Bacci, Fernando Marroni, Fernando Melo, Francisco Tenorio, João Campos, Major Fábio, Marina Maggessi e Perpétua Almeida – Titulares; Elizeu Aguiar, Gonzaga Patriota, Guilherme Campos, Hugo Leal, Iriny Lopes, José Genoíno, Lincoln Portela, Paes de Lira, Paulo Rubem Santiago, Pinto Itamaraty e Pompeo de Mattos – Suplentes. Deixaram de registrar presença os Deputados Laerte Bessa e Neilton Mulim. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da 25ª Reunião, cuja leitura foi dispensada a pedido do Deputado Antonio Carlos Biscaia. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou o recebimento das seguintes correspondências: da Deputada Marina Maggessi, justificando suas ausências nas reuniões dos dias doze e treze de agosto; do Deputado Antonio Carlos Biscaia, apresentando escusas pela ausência na reunião do dia treze de agosto; do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária, solicitando apoio da Comissão para sensibilizar os órgãos competentes no sentido de viabilizarem recursos disponíveis no Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN. **ORDEM DO DIA:** O Presidente comunicou que, com a aquiescência do Plenário, aguardaria a presença do Deputado João Campos, que naquele momento se encontrava em outra reunião, para deliberar os Requerimentos nºs 156/09 e 157/09. **REQUERIMENTO Nº 158/09** – dos Srs. Iriny Lopes e Antonio Carlos Biscaia – que “Requer a realização de audiência pública na CSPCCO para tratar do tema A Investigação Policial através do Inquérito”. Com a palavra, o Deputado Antonio Carlos Biscaia esclareceu que a audiência teria o propósito de discutir recém-publicado estudo sobre a eficácia do inquérito policial, realizado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Em votação, o requerimento foi aprovado. **REQUERIMENTO Nº 159/09** – Da Sra. Iriny Lopes – que “Requer a realização de Audiência Pública na CSPCCO para tratar da violência contra a mulher”. A Deputada Iriny Lopes encaminhou a favor, argumentando que a audiência seria destinada a realizar um balanço dos efeitos da Lei Maria da Penha, na ocasião em que completava três anos de vigência, e que contaria com a presença da Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Colocado em votação, o requerimento foi aprovado. **REQUERIMENTO Nº 160/09** – Do Sr. Guilherme Campos – que “Solicita a convocação do Ministro-Chefe do Gabinete de Segu-

rança Institucional (GSI), General Armando Félix, para prestar esclarecimentos sobre a exclusão das imagens do circuito interno do Palácio do Planalto”. Encaminhando a favor, o Deputado Guilherme Campos ressaltou que o desaparecimento das imagens do sistema de segurança do Palácio do Planalto era fato de suma gravidade, razão pela qual faziam-se necessários os esclarecimentos do Ministro ante a Comissão. Na sequência, o Presidente comunicou que havia recebido, naquele dia, telefonema do Ministro propondo que os membros comparecessem ao Palácio do Planalto para que pessoalmente conhecessem o modo de funcionamento da segurança interna daquele edifício, sua logística e modo de execução, razão pela qual consultou o Deputado Guilherme Campos quanto à possibilidade de retirada do requerimento de convocação. O autor argumentou, porém, que seria importante que o Ministro viesse à Comissão, como forma de deferência, o que não excluiria, porém, qualquer visita por parte dos deputados. Como Líder do Partido dos Trabalhadores, o Deputado José Genoíno argumentou que o telefonema do Ministro era manifestação inequívoca da boa vontade do Governo de esclarecer quaisquer boatos e mal-entendidos, e que, portanto, não via necessidade do comparecimento do Ministro Armando Félix à Comissão, a não ser por razões de disputas políticas. Feitas as orientações de bancadas e submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, contra os votos dos Deputados Marina Maggessi, Bispo Gê Tenuta, Major Fábio, Paes de Lira e Guilherme Campos. Ato contínuo, o Deputado Guilherme Campos requereu verificação de votação. Feita a chamada nominal, votaram a favor os Deputados Marina Maggessi, Bispo Gê Tenuta e Major Fábio, titulares; Paes de Lira e Guilherme Campos, suplentes. Votaram contra os Deputados Antonio Carlos Biscaia, Domingos Dutra, Fernando Marroni, Alexandre Silveira, Capitão Assunção e Francisco Tenório, titulares; Hugo Leal, Iriny Lopes, José Genoíno, Lincoln Portela e Gonzaga Patriota, suplentes. Por conseguinte, foi declarada a rejeição do requerimento. **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.656/09** – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 156/09) – que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública, assinado em Brasília, em 6 de novembro de 2008”. **RELATOR:** Deputado Fernando Marroni. **PARECER:** pela aprovação. Lido pelo Relator, e apoiado pelo Deputado Paes de Lira, o parecer foi submetido a votação e aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 1.947/07** – Do Sr. Sandro Mabel – que “Tipifica o crime de violação de sigilo investigatório”. **RELATORA:** Deputada MARINA MAGGESSI. **PARECER:** pela apro-

vação. Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Biscaia e Hugo Leal, em 19/11/08. O Deputado Antonio Carlos Biscaia apresentou voto em separado em 3/12/08. Lido e discutido o parecer em reunião anterior, encaminhou contra o Deputado Antonio Carlos Biscaia, que argumentou que, não obstante seu respeito pelo autor e pela relatora, a pena prevista no projeto era excessivamente rigorosa para o crime em questão. A relatora encaminhou a favor, ressaltando que a violação de um sigilo investigatório era grave o suficiente a ponto de destruir vidas inteiras. O Deputado Paes de Lira encaminhou contra e apoiou o argumento do Deputado Antonio Carlos Biscaia, acrescentando que, em sua opinião, havia uma tendência no Brasil de se tipificar conduta, o que não necessariamente era bom para o ordenamento jurídico. Os Deputados Francisco Tenório e Pompeo de Mattos, por outro lado, apoiaram a aprovação do parecer da relatora. Submetido a votação, o parecer foi aprovado, contra os votos dos Deputados Antonio Carlos Biscaia, Fernando Marroni e Paes de Lira. Em seguida foi aprovado requerimento do Deputado Guilherme Campos, e outros, para a retirada de pauta do **PROJETO DE LEI Nº 3.730/08. PROJETO DE LEI Nº 3.442/08** – Do Senado Federal – Cristovam Buarque – (PLS 217/06) – que “Altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios”. RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO. PARECER: pela aprovação. Lido o parecer pelo Deputado Paes de Lira, manifestou-se a Deputada Marina Maggessi, louvando a iniciativa do Senador Cristovam Buarque. Submetido a votação, o parecer foi aprovado. **REQUERIMENTO Nº 156/09** – Do Sr. João Campos – que “Requer Audiência Pública para debater o PL 5.117/2009, do dep. Régis de Oliveira”. O autor encaminhou favoravelmente e, consultado pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia, informou que o projeto encontrava-se na Comissão de Segurança. O Deputado Paes de Lira solicitou ao autor que considerasse incluir dentre os convidados os seguintes nomes: Coronel BM Álvaro Maus, representante do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil; Coronel Marlon Jorge Teza, representante da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (FENEME); José Carlos Cosenzo, representante da Federação Nacional do Ministério Público (CONAMP); Gilson Dias da Silva, representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF); Hélio Cardoso Derenne, Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, no que foi atendido pelo Deputado João Campos. Submetido a votação, o requerimento foi aprovado, com as alterações acatadas pelo autor. **REQUERIMENTO Nº 157/09** – Do

Sr. João Campos – que requer seja convidado o Dr. Abizair Antonio Paniago, Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil – CONPC, para debater sobre parceria público-privada contra o crime organizado em audiência pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O Deputado João Campos esclareceu que o requerimento era fruto de pedido do referido Conselho, que gostaria de participar da audiência. O Deputado Paes de Lira propôs ao autor que incluísse o Presidente do Conselho Nacional dos Comandantes das Polícias Militares como convidado, sugestão prontamente acatada pelo autor. Também apoiou o requerimento o Deputado Antonio Carlos Biscaia. Colocado em votação, a matéria foi aprovada, com a modificação acatada pelo autor. **PROJETO DE LEI Nº 5.273/09** – Do Senado Federal – Pedro Simon – que “Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências”. RELATOR: Deputado CAPITÃO ASSUMÇÃO. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Paes de Lira, em 5/8/09. O Deputado Paes de Lira apresentou voto em separado em 12/8/09. O relator leu seu parecer e, durante a discussão, acrescentou que discordava do voto em separado quanto ao prazo de dois anos sugerido para a duração do serviço voluntário, por considerar excessivamente longo, e informou já estar contemplada em seu parecer a questão do serviço militar obrigatório citado no voto em separado, razões pelas quais o manteria. Submetido a votação, o parecer do relator foi aprovado, contra o voto do Deputado Paes de Lira. **PROJETO DE LEI Nº 1.215/03** – Do Sr. Carlos Souza – que “Regulamenta a Guarda Portuária”. RELATOR: Deputado JOSÉ GENOÍNO. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Paes de Lira, em 5/8/09. O Deputado Paes de Lira apresentou voto em separado, em 12/8/09. Lido pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia e submetido a votação, o parecer foi aprovado. O Deputado Paes de Lira indagou ao Presidente a possibilidade de discutir seu voto em separado. Em resposta, por se tratar de matéria vencida, o Presidente sugeriu a ele que apresentasse projeto de lei nos termos do voto em separado. Assumiu a presidência o Deputado William Woo. **PROJETO DE LEI Nº 2.825/03** – Do Sr. Sandro Mabel – que “Acrescenta os arts. 77-A e 86-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que ‘Institui a Lei de Execução Penal’, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado ALEXANDRE SILVEIRA. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do Substitutivo da CTASP.

Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Biscaia, Domingos Dutra e Iriny Lopes, em 17/6/09. O Deputado Antonio Carlos Biscaia apresentou voto em separado em 24/6/09. Lido em reunião anterior, o parecer foi submetido a discussão. O Deputado Antonio Carlos Biscaia reafirmou que mantinha seu voto em separado, pela rejeição do projeto. O Deputado João Campos, por sua vez, destacou as qualidades do projeto e do parecer do relator, que apontavam para a modernização da execução penal, ao privatizar alguns serviços sem, no entanto, retirar do Estado a responsabilidade geral pelo procedimento de execução da pena. Com a palavra, o relator lembrou a todos que no dia anterior havia sido instalada a CPI da Violência Urbana, da qual era presidente, e, já no primeiro dia de trabalho, pôde constatar o quanto a questão da violência é um dos principais clamores da população brasileira, que há muito vem exigindo do poder público melhorias na segurança pública. No seu entender, a CPI seria um passo importante para que o Brasil implantasse um Sistema Nacional de Segurança Pública, nos moldes do já existente Sistema Único de Saúde. Acreditava, assim, que a aprovação do projeto de lei em debate seria importante para a melhoria da execução penal, sem a qual jamais se poderia pensar em uma segurança pública eficiente. A Deputada Marina Magessi apresentou seu apoio à aprovação do parecer, principalmente por representar um avanço na modernização do sistema penitenciário. O Deputado Major Fábio expressou seu voto favorável e considerou a então falta de boa administração na área penitenciária o principal problema da segurança, e não a falta de verbas, como muitos poderiam pensar. Os Deputados João Campos e Paes de Lira sugeriram suprimir o inciso II do art. 86-A, constante do art. 2º do substitutivo do relator, com a conseqüente renumeração do inciso III para II, bem como suprimir a seguinte expressão do inciso I do mesmo artigo: "...inclusive em relação a tratamento psicológico ou de dependência química;". Com a palavra, o relator agradeceu as sugestões, as quais acatou integralmente, e apresentou complementação de voto pela aprovação, com substitutivo, e pela rejeição do substitutivo da CTASP. Em votação, foi aprovado o parecer do relator, com complementação de voto, contra os votos dos Deputados Antonio Carlos Biscaia e Fernando Marroni. Em seguida, foi retirado de pauta o **PROJETO DE LEI Nº 135/07**, visto a aprovação de requerimento de autoria do Deputado Major Fábio. **PROJETO E LEI Nº 1.921/07** – Do Sr. Sebastião Bala Rocha – que “Altera dispositivo da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do

Desarmamento). RELATOR: Deputado HUGO LEAL. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Guilherme Campos, em 5/8/98. Lido pelo relator, manifestaram-se os Deputados Paes de Lira e Antonio Carlos Biscaia. Em votação, o parecer foi aprovado. Foram, então, submetidos a votação, um a um, e aprovados requerimentos dos Srs. Hugo Leal; Marina Magessi; Guilherme Campos e Bispo Gê Tenuta; Iriny Lopes; e Guilherme Campos e Bispo Gê Tenuta, para retirada de pauta, respectivamente, dos **PROJETOS DE LEI Nºs 3.974/08, 4.306/08, 4.535/08, 4.581/09 e da REPRESENTAÇÃO Nº 40/09**. Foi declarado prejudicado requerimento do Deputado Antonio Carlos Biscaia, que também requeria a retirada da última proposição. Antes de encerrar, o Deputado William Woo informou que havia se iniciado, no dia anterior, no Espaço Brasília, a INFOSEG, feira com fornecedores de materiais de segurança. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Terceiro-Vice-Presidente encerrou os trabalhos às dezesseis horas e vinte e seis minutos, tendo antes, porém, convocado reunião de audiência pública para o dia seguinte, dia vinte e sete de agosto de 2009, às dez horas, para debater o “Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e Avaliação da Aplicação da Lei Maria da Penha”. E, para constar, eu, Kátia da Consolação dos Santos Viana, Secretária, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Alexandre Silveira, e pelo Terceiro-Vice-Presidente, Deputado William Woo, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 27ª Reunião, Realizada em 27 de Agosto de 2009.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, no Plenário 10, Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência da Deputada Iriny Lopes. A lista de presença registrou o comparecimento dos Deputados William Woo – Terceiro-Vice-Presidente; Antonio Carlos Biscaia, Fernando Marroni e Major Fábio – Titulares; Hugo Leal, Iriny Lopes, Janete Rocha Pietá e Paulo Rubem Santiago – Suplentes. Compareceram ainda as Deputadas Alice Portugal, Jô Moraes, Luiza Erundina e Sandra Rosado, não-membros. Deixaram de registrar presença os Deputados Arnaldo Faria de Sá, Domingos Dutra, Fernando Melo, Laerte Bessa e Neilton Mulim.

ABERTURA: A Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou a **ORDEM DO DIA:** Audiência pública para debater o tema “Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher e Avaliação da Aplicação da Lei Maria da Penha”, a requerimento de sua autoria. Ato contínuo, convidou para compor a Mesa as Senhoras Ministra Nilcéa Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres; Analba Brazão, Representante da Articulação de Mulheres Brasileiras; Laís Cerqueira, Coordenadora do Núcleo de Gênero do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e Deputada Alice Portugal, Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados. Logo após, concedeu-lhes a palavra na seguinte ordem: Deputada Alice Portugal; Ministra Nilcéa Freire e Senhoras Analba Brazão e Laís Cerqueira. Terminadas as exposições, debateram o tema os Deputados Paulo Rubem Santiago, Janete Rocha Pietá e Luiza Erundina. Com a aquiescência do Plenário, também fizeram uso da palavra as Senhoras Meire Silva, representando o Fórum Cearense de Mulheres, e Rejane Pereira, do Fórum de Mulheres de Pernambuco. A senhora Leilda Lopes, da Associação Benficiente de Caridade de Cuiabá, fez chegar à Mesa proposta escrita para o combate à violência e à desigualdade de gênero. Em seguida a Presidente franqueou a palavra, para considerações finais, às Senhoras Analba Brazão, Laís Cerqueira e Aparecida Gonçalves, Subsecretária de programas e Ações Temáticas da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, representando a Ministra Nilcéa Freire, que, devido a outros compromissos, havia se ausentado da reunião. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente expressou os agradecimentos às convidadas e encerrou os trabalhos às treze horas e sete minutos. E, para constar, eu, Kátia da Consolação dos Santos Viana, Secretária, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Deputada Iriny Lopes, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor foi gravado, podendo ser reproduzido mediante solicitação.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 26ª Reunião (Ordinária), Realizada em 26 de Agosto de 2009.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, no plenário nº 12 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Sabino Castelo Branco – Presidente. Compareceram os Deputados Sérgio Moraes e Manuela d’Ávila – Vice-Presidentes; Andreia Zito, Daniel Almeida, Edgar Moury, Eudes Xavier, Fer-

nando Nascimento, Hermes Parcianello, Laerte Bessa, Major Fábio, Mauro Nazif, Milton Monti, Paulo Rocha, Roberto Santiago, Thelma de Oliveira, Vicentinho e Wilson Braga – titulares; e Armando Abílio, Carlos Alberto Leréia, Carlos Santana, Edigar Mão Branca, Edinho Bez, Gladson Cameli, Jorginho Maluly, José Otávio Germano, Marcio Junqueira, Maria Helena e Vanessa Grazziotin – suplentes. Compareceu também o Deputados Ribamar Alves. O Deputado José Carlos Aleluia apresentou justificativa de falta a esta reunião.

ABERTURA: Havendo número regimental, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em votação as Atas da 24ª e 25ª reuniões. Dispensadas de leitura, as Atas foram aprovadas sem observações. Feito isso, o Sr. Presidente anunciou o tempo de dez minutos para apresentação de requerimentos de procedimento e passou à apreciação das matérias constantes da pauta. **ORDEM DO DIA: 1) – REQUERIMENTO Nº 265/09** – Do Sr. Laerte Bessa – que “requer ao senhor Luis Carlos Bolzan, Diretor do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS, do Ministério da Saúde, por intermédio desta Comissão, cópia do Relatório que revelou, segundo a imprensa, que mais da metade dos recursos repassados pelo governo federal para a Saúde no DF estão em aplicações financeiras no Banco de Brasília (BRB)”. Em votação, o requerimento foi aprovado. **2) – REQUERIMENTO Nº 266/09** – Do Sr. Laerte Bessa – que “requer a realização de Audiência Pública, na CTASP, para debater o Projeto de Lei nº 5.664 de 2009, que dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e dá outras providências”. Em votação, o requerimento foi aprovado. **3) PROJETO DE LEI Nº 4.982/09** – Do Sr. Iran Barbosa – que “regulamenta o art. 7º, inciso X, da Constituição Federal, tipificando como crime a conduta do chefe da Administração Pública dos entes políticos da federação que não cumpre a contraprestação do Pacto Laboral efetuado com seus Agentes Públicos no mês devido, estabelecendo a conduta e a respectiva penalidade a ser aplicada, inserindo o inciso VIII no art. 11 e o art. 19 na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, reenumerando-se os demais, e dá outras providências”. Relator: Deputado Gladson Cameli. Parecer: pela rejeição. Aprovado requerimento do Deputado Fernando Nascimento de retirada de pauta deste item. **4) – PROJETO DE LEI Nº 5.543/09** – Do Tribunal Superior do Trabalho – que “altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região e dá outras providências”. Relator: Deputado José Otávio Germano. Parecer: pela aprovação. Discutiram a matéria os Deputados Sérgio Moraes e Manuela d’Ávila. Em votação, foi aprovado unanimemente o parecer do

relator. **5) – PROJETO DE LEI Nº 5.548/09** – Tribunal Superior do Trabalho – que “dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e dá outras providências”. Relator: Deputado Eudes Xavier. Parecer: pela aprovação. Em votação, foi aprovado unanimemente o parecer do relator. **6) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 862/08** – Do Sr. Raul Jungmann – que “susta a Instrução Normativa nº 1, de 30 de setembro de 2008, de autoria do Ministério do Trabalho e Emprego, que determina a obrigatoriedade de recolhimento da contribuição sindical de todos os servidores públicos da administração federal, estadual e municipal”. Relator: Deputado Roberto Santiago. Parecer: pela rejeição. Concedida vista conjunta aos Deputados Laerte Bessa e Thelma de Oliveira. **7) – PROJETO DE LEI Nº 2.671/07** – Do Senado Federal (PLS 233/07) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Turismo do Araguaia, no Estado do Tocantins”. Relator: Deputado Efraim Filho. Parecer: pela aprovação (lido pela Deputada Manuela d’Ávila). Em votação, foi aprovado unanimemente o parecer do relator. **8) – PROJETO DE LEI Nº 4.391/08** – Do Sr. Juvenil – que “modifica a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para dispor acerca das outorgas de serviço de transporte rodoviário coletivo de passageiros”. Relator: Deputado Márcio Junqueira. Parecer: pela aprovação. Aprovado requerimento do Deputado Edinho Bez de retirada de pauta deste item. **9) – PROJETO DE LEI Nº 5.160/09** – Do Senado Federal – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Piratini, no Estado do Rio Grande do Sul”. Relatora: Deputada Manuela d’Ávila. Parecer: pela aprovação. Em votação, foi aprovado unanimemente o parecer da relatora. **10) – PROJETO DE LEI Nº 4.593/04** – Do Sr. Vicentinho – que “institui isenção da Contribuição para o PIS/PASEP para as entidades sindicais de trabalhadores e remite créditos tributários da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS”. Relator: Deputado Pedro Henry. Parecer: pela rejeição deste e das emendas apresentadas na Comissão (lido pelo Deputado Roberto Santiago). O Sr. Presidente consultou o plenário sobre a conveniência da apreciação do projeto sem a presença do relator. À unanimidade a Comissão decidiu pela apreciação imediata do projeto. Discutiram a matéria os Deputados Vicentinho e Eudes Xavier. Em votação, foi rejeitado o parecer do relator. Aprovado o parecer vencedor, favorável ao projeto e às emendas apresentadas na Comissão, do Deputado Roberto Santiago, contra os votos dos Deputados Laerte Bessa e Manuela d’Ávila. O parecer do primitivo relator passou a constituir voto em separado. **11) – PROJETO DE LEI Nº 6.756/06** – Do Sr. Vicenti-

nho – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de parcelamento da concessão de abonos salariais, tendo em vista os limites legais de isenção da tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física”. Relator: Deputado Paulo Rocha. Parecer: pela aprovação, com substitutivo (lido pelo Deputado Fernando Nascimento). Em votação, foi aprovado unanimemente o parecer do relator. **12) – PROJETO DE LEI Nº 725/07** – Do Sr. Sandes Júnior – que “acrescenta artigo à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a participação simultânea em licitações de empresas em que se evidencie a existência de controle único” (apensado: PL 4.829/09). Relator: Deputado Carlos Santana. Parecer: pela aprovação deste e do PL 4.829/09, apensado, com substitutivo (lido pelo Deputado Laerte Bessa). Em votação, foi aprovado unanimemente o parecer do relator. **13) – PROJETO DE LEI Nº 1.508/07** – Do Sr. Felipe Bornier – que “obriga a criação de unidade do Procon nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências”. Relator: Deputado João Campos. Parecer: pela aprovação (lido pelo Deputado Laerte Bessa). Em votação, foi aprovado unanimemente o parecer do relator. **14) – PROJETO DE LEI Nº 2.031/07** – Do Sr. Índio da Costa – que “torna obrigatório para candidatos eleitos cursos ministrados pelos Tribunais Eleitorais”. Relatora: Deputada Andréia Zito. Parecer: pela aprovação (lido pelo Deputado Roberto Santiago). Discutiram a matéria os Deputados Roberto Santiago e Vicentinho. Em votação, foi rejeitado o parecer da relatora. Aprovado unanimemente o parecer contrário do Deputado Roberto Santiago, designado relator do vencedor. O parecer da primitiva relatora passou a constituir voto em separado. **15) – PROJETO DE LEI Nº 2.110/07** – Do Sr. Luiz Fernando Faria – que “inclui novos parágrafos 3º e 4º no art. 1º da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que “dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências”. Relator: Deputado Márcio Junqueira. Parecer: pela aprovação, com substitutivo. Retirado de pauta, de ofício. **16) – PROJETO DE LEI Nº 2.242/07** – Do Sr. Manoel Junior – que “altera a redação do art. 17 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e dá outras providências”. Relator: Deputado Efraim Filho. Parecer: pela aprovação (lido pelo Deputado Roberto Santiago). Em votação, foi aprovado unanimemente o parecer do relator. **17) – PROJETO DE LEI Nº 2.374-A/07** – Do Sr. Clodovil Hernandez – que “acrescenta parágrafo ao art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, para tornar obrigatório o exame de próstata para os trabalhadores do sexo masculino com idade a partir de quarenta anos”. Relator: Deputado Mauro Nazif. Parecer: pela aprovação deste e do substitutivo da Comissão de Segurida-

de Social e Família, com subemenda substitutiva. Retirado de pauta, de ofício. **18) – PROJETO DE LEI Nº 2.431/07** – Da Sra. Maria do Rosário – que “dispõe sobre a inclusão, nos currículos escolares, de conteúdos e práticas que contribuam para o combate da violência doméstica contra a mulher, ampliando a efetividade da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, notadamente no tocante à implementação dos incisos V, VIII e IX de seu art. 8º” (apensados: PLs nºs 2.629/07 e PL 3.361/08). Relatora: Deputada Vanessa Grazziotin. Parecer: pela aprovação deste e dos PLs nºs 2.629/07 e 3.361/08, apensados, com substitutivo. Aprovado requerimento do Deputado Sérgio Moraes de retirada de pauta deste item. **19) – PROJETO DE LEI Nº 2.714/07** – Do Sr. Edgar Moury – que “altera o art. 18 e os arts. 59 a 64, da Seção V do Capítulo II da Lei nº 8.213, de 1991 e acrescenta o inciso IX ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT”. Relator: Deputado Edigar Mão Branca. Parecer: pela aprovação. O Deputado Roberto Santiago apresentou requerimento de retirada de pauta para este item. Colocado em votação, o requerimento foi aprovado. **20) – PROJETO DE LEI Nº 3.614-A/08** – Do Sr. Rodovalho – que “dispõe sobre a publicação das informações contábeis das empresas públicas”. Relator: Deputado Efraim Filho. Parecer: pela rejeição deste e da emenda apresentada na Comissão de Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio (lido pelo Deputado Roberto Santiago). Em votação, foi aprovado unanimemente o parecer do relator. **21) – PROJETO DE LEI Nº 4.221-A/08** – Do Sr. Luiz Sérgio – que “dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 8.630, de 23 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências, para integrar as autoridades de inspeção do trabalho às demais autoridades em exercício no porto organizado”. Relator: Deputado Gladson Cameli. Parecer: pela aprovação (lido pelo Deputado Fernando Nascimento). Em votação, foi aprovado unanimemente o parecer do relator. **22) – PROJETO DE LEI Nº 4.246/08** – Do Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto – que “altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”. Relator: Deputado Milton Monti. Parecer: pela aprovação. Retirado de pauta, de ofício. **23) – PROJETO DE LEI Nº 4.675/09** – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “adota medidas para combater o desemprego, reduzindo prazos e simplificando procedimentos e estabelecendo critérios para realização de compras governamentais e licitações de obras e serviços pela Administração Pública”. Relator: Deputado Luciano Castro. Parecer: pela aprovação (lido pelo Deputado Fernando Nasci-

mento). Concedida vista ao Deputado Vicentinho. **24) – PROJETO DE LEI Nº 4.787/09** – Da Sra. Luciana Costa – que “modifica a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que regulamenta a profissão de empregado doméstico, com a finalidade de substituir a denominação empregado doméstico para funcionário do lar”. Relatora: Deputada Gorete Pereira. Parecer: pela aprovação (lido pelo Deputado Vicentinho). Discutiu a matéria o Deputado Roberto Santiago. Concedida vista ao Deputado Roberto Santiago. **25) – PROJETO DE LEI Nº 4.882/09** – Do Sr. Ribamar Alves – que “dispõe sobre o pagamento de débitos por entes da Administração Pública mediante uso de cheque nominal e dá outras providências”. Relator: Deputada Andréia Zito. Parecer: pela rejeição (lido pelo Deputado Roberto Santiago). Discutiram a matéria os Deputados Ribamar Alves, Mauro Nazif e Vicentinho. Em votação, foi rejeitado o parecer da relatora. Aprovado unanimemente o parecer favorável do Deputado Vicentinho, designado relator do vencedor. O parecer da primitiva relatora passou a constituir voto em separado. O Sr. Presidente, às onze horas e trinta e dois minutos, declarou encerrados os trabalhos e, para constar, eu, _____, Ruy Omar Prudêncio da Silva, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor da reunião encontra-se gravado, passando o arquivo de áudio a integrar o acervo documental da Comissão.

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 18ª Reunião Ordinária, Realizada em 19 de Agosto de 2009.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia dezanove de agosto de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Turismo e Desporto, no Plenário 5 – Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados **Afonso Hamm** – Presidente; **Marcelo Teixeira, Eugênio Rabelo e Otavio Leite** – Vice-Presidentes; **Arnon Bezerra, Carlos Eduardo Cadoca, Deley, Edinho Bez, Eliene Lima, Fábio Faria, Fernando Lopes, Jackson Barreto, Jerônimo Reis, Lídice da Mata, Lupércio Ramos e Valadares Filho** – Titulares; **Alex Canziani, Cida Diogo, Fábio Souto, Gilmar Machado, Joaquim Beltrão, José Rocha, Sílvio Torres e Thelma de Oliveira** – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Ademir Camilo, Albano Franco, Carlos Brandão, Fátima Pelaes, Fernando de Fabinho, Hermes Parcianello, Jilmar Tatto, João Pizzolatti, José Airton Cirilo, Laurez Moreira,

Manuela D'ávila, Marcos Montes, Moreira Mendes e Vicentinho. **ABERTURA:** Havendo número regimental o Presidente, Deputado Afonso Hamm, declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 17ª Reunião Ordinária Deliberativa, realizada no dia 12 de agosto de 2009. O Deputado Eugênio Rabelo solicitou a dispensa da leitura da Ata. Colocada em votação a solicitação foi aprovada. A Ata foi colocada em votação, e foi aprovada. **EXPEDIENTE:** O Presidente pediu a atenção de todos para a agenda da CTD: 25 de agosto, Audiência Pública sobre Turismo Receptivo em atendimento ao Requerimento nº 172/09 do Deputado Otavio Leite; 28 de agosto: II Fórum Legislativo na Cidade de Natal com destaque para o apoio do Deputado Fábio Faria; as próximas datas são: 14 de setembro, III Fórum em Porto Alegre; 18 de setembro: IV Fórum em Fortaleza. O Presidente informou que, durante a Semana Nacional do Turismo, de 21 a 25 de setembro, teremos uma sessão solene no dia 22 de setembro. O Presidente informou que teve uma audiência com o Presidente da CBF, Senhor Ricardo Teixeira, na última segunda-feira, dia 17, na cidade do Rio de Janeiro. O Presidente pediu a todos os parlamentares que sejam ampliados os trabalhos desta Comissão por meio dos seus pronunciamentos no Plenário. O Presidente informou que as quatro entidades presentes ao Fórum dos Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB): Associação Brasileira de Hotéis (ABIH), Associação Brasileira de Resorts (Resorts Brasil) e Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares (FNHBRS), fizeram questão de destacar a atuação dos parlamentares da Comissão de Turismo e Desporto. O Deputado Sílvio Torres parabenizou todos os membros da CTD pelas atividades desenvolvidas e informou que será realizada amanhã, dia 20, às 10h, no Plenário 13 Audiência Pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para discutir as providências relativas à organização da Copa do Mundo de 2014. O Presidente parabenizou o Deputado Lupércio Ramos e a Deputada Fátima Pelaes pela realização do I Fórum em Manaus. Passou-se à **ORDEM DO DIA: Item 1 – REQUERIMENTO Nº 191/09** – Do Sr. Alex Canziani – que “requer a realização em Curitiba/PR, dia 21 de setembro de 2009, de Seminário para debater os desafios, metas e elaborar estratégias para a realização dos jogos da Copa do mundo de 2014”. O Presidente passou a palavra ao Deputado Alex Canziani para que encaminhasse o Requerimento. O Deputado Alex Canziani falou, ainda, sobre sua participação no JO-PAT 2009 – Jornada de Parques e Atrações Turísticas ocorrida na cidade de São Paulo e informou que participará do Evento da ABAV em Foz do iguaçu no período de 21 a 23 de agosto. Colocado em votação, o

Requerimento foi aprovado. **Item 2 – REQUERIMENTO Nº 192/09** – Da Comissão de Turismo e Desporto, que “requer a realização no dia 22 de setembro de 2009, em Brasília, Distrito Federal, do Fórum legislativo nas Cidades-Sede, para debater e elaborar estratégias para a Copa do Mundo 2014”. O Presidente falou sobre a necessidade de alterar a data para outubro. Colocado em votação, o Requerimento foi aprovado. **B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: Tramitação Ordinária. Item 3 – PROJETO DE LEI Nº 3.850/08** – Do Sr. Bernardo Ariston – que “altera a redação dos arts. 155 e 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal”. Relatora: Deputada Lídice da Mata. **PARECER:** pela rejeição. O Presidente concedeu a palavra à Relatora, para defender seu relatório. Os Deputados Alex Canziani e Carlos Eduardo Cadoca pediram vistas. Foi concedida vista conjunta aos Deputados Alex Canziani e Carlos Eduardo Cadoca. **Item 4 – PROJETO DE LEI Nº 4.372/08** – Do Sr. Juvenil – que “acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal”. Relator: Deputado José Airton Cirilo. **Parecer:** pela aprovação, com substitutivo. Foi concedida vista ao Deputado Arnon Bezerra em 20 de maio de 2009. O Deputado Arnon Bezerra informou que não houve alteração do teor do Projeto. Devido à ausência do Relator, o Presidente solicitou ao Deputado Alex Canziani que lesse o relatório. Colocado em discussão, fez uso da palavra o Deputado Sílvio Torres, que lembrou que foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, Projeto de autoria do Deputado Arlindo Chinaaglia, que já contempla os assuntos tratados nesta proposição. Colocado em votação, o Parecer foi aprovado, com 3 votos contra, dos Deputados Lídice da Mata, Sílvio Torres e José Rocha. **Requerimento** de Inclusão Extrapauta, de autoria dos Deputados Sílvio Torres e Deley. Colocado em votação a inclusão do Requerimento foi aprovado por unanimidade. O Presidente concedeu a palavra aos autores, Deputado Sílvio Torres e Deley, para que apresentassem seu Requerimento. Em discussão, fez uso da palavra o Deputado Afonso Hamm, que sugeriu que seja convidado para este evento o Presidente do Sport Club Internacional, Vitório Carlos Costi Piffero, devido ao sucesso daquele clube no cenário desportivo nacional. Os autores acataram a sugestão. Colocado em votação, o Requerimento foi aprovado. O Presidente informou que o Instituto Frutal encontra-se representado nesta reunião pelo seu Presidente, Euvaldo Bringel Olinda e pelo seu Diretor, Fernando Martins, e que no período de 05 a 07 de novembro, haverá um debate sobre a fruticultura no Cone Sul no Vale dos Vinhedos. **C – Proposições**

Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: Tramitação ordinária. Item 5 – PROJETO DE LEI Nº 1.878/03 – Do Sr. Edson Duarte – que “autoriza as emissoras educativas estatais a transmitirem, sem custos, eventos esportivos de interesse nacional”. (Apensado: PL 825/2007). Relator: Deputado Gilmar Machado. Parecer: Parecer Reformulado, Dep. Gilmar Machado (PT-MG), pela aprovação deste, e do PL 825/2007, apensado, na forma do substitutivo, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3 ao Substitutivo do PL 1878/03. O Presidente concedeu a palavra ao Relator para que lesse seu relatório. Em discussão, fizeram uso da palavra os Deputados Sílvio Torres, Lídice da Mata, Valadares Filho e Afonso Hamm. Colocado em votação, o Parecer foi Aprovado. **Item 6 – PROJETO DE LEI Nº 3.701/08** – Do Sr. Vital do Rêgo Filho – que “altera dispositivos da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências”, para instituir novos percentuais de transferências e fixar novos critérios para escolha do Time do Coração”. Relator: Deputado Marcelo Teixeira. Parecer: pela rejeição. O Presidente concedeu a palavra ao Relator para que lesse seu relatório. Colocado em votação, o Parecer foi Aprovado. O Presidente agradeceu o comparecimento de todos e informou que está em contato com o ex-governador do Rio de Janeiro e Superintendente da Caixa Econômica, Senhor Moreira Franco, para discutir os percentuais das loterias destinados ao esporte brasileiro. Lembrou que, durante a Semana Nacional do Turismo deverão ser aprovados projetos de interesse da área do Turismo no Plenário da Câmara. Informou que na próxima quarta-feira, dia 26 de agosto, o Presidente do Sindicato da Arquitetura e Engenharia (SINAENCO) estará numa Reunião de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano no plenário 16, às 10h. A Deputada Lídice da Mata saudou e registrou o encontro da Abrasel, que será realizado hoje, dia 19 de agosto. O Presidente convidou os Deputados para a Audiência Pública da CTD a ocorrer na próxima terça-feira, dia 25, às 14h. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e trinta e sete minutos. E, para constar, eu, James Lewis Gorman Júnior, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Afonso Hamm, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**.

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 19ª Reunião Extraordinária de Realizada em 25 de Agosto de 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Turismo e Desporto, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados **Afonso Hamm** – Presidente; **Otavio Leite** – Vice-Presidente; **Edinho Bez, Fernando Lopes, Jackson Barreto, Jerônimo Reis, Jilmar Tatto, Lídice da Mata, Lupércio Ramos e Valadares Filho** – Titulares; **Albano Franco, Fábio Souto, Fátima Paelas, Gilmar Machado, José Rocha, Laurez Moreira e Moreira Mendes** – Suplentes. **ABERTURA:** O Presidente, Deputado Afonso Hamm abriu os trabalhos e certificou os presentes acerca dos procedimentos regimentais, informou que esta Audiência Pública tem o objetivo de “debater o Turismo Receptivo Brasileiro e sua possibilidade de Classificação como Atividade Econômica Exportadora” atendendo ao Requerimento nº 172/09 de autoria do Deputado Otavio Leite. Convidou para compor a mesa o Senhor **Mário Augusto Lopes Moysés**, Secretário Executivo do Ministério do Turismo; Senhor **Edson Lupatini Junior**, Secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior; e Senhora **Liziane Angelotti Meira**, Chefe da Divisão de Tributação sobre Comércio Exterior da Receita Federal. Concluídas as apresentações, o Presidente passou a palavra aos convidados que fizeram suas apresentações e, em seguida, responderam as indagações dos parlamentares presentes. Fizeram uso da palavra os Senhores Alexandre Sampaio, Representante de ABIH; Roberto Dultra, Presidente da BITO; Senhor Yoshihiro Karashima, Diretor da ABAV; Senhora Marcia Nekaim, Gerente de Investimento da APEX; Senhor Alexandre Zubaran, Presidente da Associação Brasileira de Resorts; Senhor Norton Lenhart, Presidente da FNHRBS; Senhor Eraldo Alves da Cruz, Vice-Presidente do Conselho de Turismo da CNC; Senhor Guilherme Alcorta, Presidente do PANROTAS; Deputados Lídice da Mata e Edinho Bez. A Presidência dos trabalhos foi passada à Deputada Lídice da Mata. Fez uso da palavra, ainda, o senhor Marcos Pompeu de Sousa Brasil, Secretário Executivo do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – FORNATUR. A Reunião foi encerrada às dezessete horas e vinte e seis minutos. E, para constar, eu, James Lewis Gorman Júnior, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pela Presidente, Deputada Lídice da Mata, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 59-A, DE 2007, DO
SR. MÁRCIO FRANÇA, QUE “ACRESCENTA
DISPOSITIVOS AO ART. 144, CRIANDO A
POLÍCIA PORTUÁRIA FEDERAL, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS”(POLÍCIA PORTUÁRIA
FEDERAL)

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 2ª Reunião Ordinária, Realizada em 12 de Maio de 2009.

Às quinze horas e dezoito minutos do dia doze de maio de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 59-A, de 2007, do Sr. Márcio França, que “acrescenta dispositivos ao art. 144, criando a Polícia Portuária Federal, e dá outras providências”, no Plenário 10 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Paulo Pimenta – Presidente; Arnaldo Faria de Sá – Relator; Antonio Carlos Biscaia, Átila Lins e William Woo – Titulares; Carlos Santana – Suplente. Compareceu também o Deputado Edinho Bez, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Beto Mansur, Capitão Assumção, Eliseu Padilha, Índio da Costa, João Campos, Major Fábio, Manoel Junior, Marcelo Ortiz, Marina Maggesi, Neilton Mulim, Paulo Rocha e Rose de Freitas. Justificou a ausência o Deputado Paulo Rocha. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 1ª Reunião, realizada no dia 7 de abril de 2009. O Deputado Arnaldo Faria de Sá solicitou a dispensa de leitura da Ata. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** O senhor Presidente, em virtude de haver sido distribuída aos parlamentares presentes relação de expedientes recebidos e expedidos pela Comissão, solicitou a dispensa de sua leitura e recebeu anuência do plenário. O senhor Presidente esclareceu questões pertinentes à tramitação da proposta de emenda à Constituição e à apresentação de requerimentos na Comissão. **ORDEM DO DIA:** A – Apresentação do Roteiro de Trabalho: o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá, que apresentou sua proposta de roteiro de trabalho da Comissão nos seguintes termos: 1) a matéria tramitaria em regime especial; 2) o prazo da Comissão seria de 40 sessões, contados a partir do dia 6 de abril (data da constituição da Comissão); 3) o prazo de dez sessões para apresentação de emendas na Comissão, que transcorreu de 8 de abril a 5 de maio, encontrava-se encerrado e nenhuma emenda havia sido

apresentada; 4) o Relator disporia de vinte sessões (prorrogáveis), contados a partir da designação, para emissão do parecer; 5) Trabalhar-se-ia com a expectativa de se concluir os trabalhos na Comissão dentro do prazo regimental; 6) o parecer sobre a proposição seria apresentado após a realização das audiências públicas requeridas; 7) deveriam ser realizadas, preferencialmente, audiências públicas com início para o mês de maio e início de junho; 8) para melhor aproveitamento dos trabalhos, o número de convidados por reunião não deveria ultrapassar o número de 3 (três); 9) as reuniões da Comissão deveriam ser realizadas nas disponibilidades dos plenários, podendo o Presidente convocar outras em dias diferentes quando necessário ou conveniente; 10) os convidados a serem ouvidos seriam selecionados pelos Membros da Comissão, conforme aprovação dos requerimentos apresentados; 11) informalmente, os representantes da Guarda Portuária já estariam autorizados a conversar com o Consultor Legislativo Claudionor Rocha, designado para prestar assessoramento técnico à Comissão, a fim de fazer adaptações do texto e evitar erros de interpretação na aplicabilidade da proposta da Polícia Portuária Federal. Usou da palavra o Deputado Carlos Santana. B – Deliberação de requerimentos: O senhor Presidente informou que nenhum requerimento havia sido protocolizado na Secretaria da Comissão em tempo hábil de ser incluído em pauta e, portanto, não haveria qualquer deliberação na reunião. Porém, disse que os deputados que desejassem apresentar requerimentos poderiam fazê-lo para apreciação na próxima reunião. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, às quinze horas e vinte e seis minutos, o Sr. Presidente pôs termo à reunião. Para constar, eu, , Luiz Claudio Alves dos Santos, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta, e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. O inteiro teor foi gravado, passando o arquivo de áudio correspondente a integrar o acervo documental desta reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR
E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47, DE 2003

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 1ª Reunião Ordinária, Realizada em 20 de Agosto de 2009.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte de agosto de dois mil e nove, por convocação do Presidente da Casa, reuniram-se os Deputados Acélio Casagrande, Antonio Carlos Mendes Thame, Armando Abílio, Chico Alencar, Lelo Coimbra, Nazareno Fonteles, Paulo Rubem Santiago, Thelma de Oliveira, Tonha Ma-

galhões e Valadares Filho – Titulares; Charles Lucena, Emilia Fernandes, Gilmar Machado e João Campos – Suplentes, designados para compor a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2003, do Senado Federal, que “altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social”, no Anexo II, Plenário 5 da Câmara dos Deputados, para instalação da Comissão e eleição do Presidente e Vice-Presidentes. Deixaram de registrar presença os Deputados Antonio Cruz, Dr. Talmir, Eleuses Paiva, Geraldo Thadeu, Jorge Boeira, Joseph Bandeira, Roberto Magalhães e Rose de Freitas. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Deputado Nazareno Fonteles, presidente dos trabalhos nos termos do parágrafo 4º do artigo 39 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, deu início à reunião, passando à leitura do Ato da Presidência que constituiu a Comissão Especial. **ORDEM DO DIA:** O Presidente declarou instalada a Comissão, anunciou o recebimento e registro da candidatura do Deputado Armando Abílio (PTB/PB) à presidência e que não haviam sido registradas candidaturas para as vice-presidências. Em seguida, informou sobre os procedimentos regimentais a serem observados durante o processo eleitoral. Ato contínuo, convidou o Deputado Lelo Coimbra para auxiliar no processo de votação. Este, então, procedeu à chamada nominal dos membros da Comissão. Participaram da votação os Deputados Acélio Casagrande, Armando Abílio, Lelo Coimbra, Nazareno Fonteles, Thelma de Oliveira, Paulo Rubem Santiago e Chico Alencar – titulares; e os deputados suplentes Charles Lucena, Emilia Fernandes e João Campos. Encerrada a votação, o Deputado Paulo Rubem Santiago, em substituição ao Deputado Lelo Coimbra, que auxiliava os trabalhos, procedeu ao escrutínio e apuração dos votos, constatando a coincidência entre o número de votantes e sobrecartas, num total de dez. O Presidente proclamou o resultado, declarando eleito presidente, com dez votos, o Deputado Armando Abílio, a quem convidou para assumir a presidência. O Presidente eleito agradeceu aos pares e designou para a relatoria da Comissão o Deputado Lelo Coimbra (PMDB/PB). Usaram da palavra os Deputados Paulo Rubem Santiago e Nazareno Fonteles. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente convocou reunião ordinária para o dia vinte e seis de agosto, quarta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, para eleição dos vice-presidentes e elaboração do roteiro dos trabalhos, e encerrou os trabalhos às onze horas e quatorze minutos. E, para constar, eu, Cláudia Matias, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Armando Abílio, e publicada no **Diário da**

Câmara dos Deputados. O inteiro teor foi gravado, passando o arquivo de áudio correspondente a integrar o acervo documental desta reunião.

DESIGNAÇÕES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

DESIGNAÇÕES DE RELATORES

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

O Presidente, **Deputado Fábio Souto**, avocou **PROJETO DE LEI Nº 5.774/09 – Do Sr. Homero Pereira** – que “institui a Política Nacional de Fomento ao Turismo Rural”.

Ao Deputado Moises Avelino
PROJETO DE LEI Nº 5.768/09 – Do Sr. Zé Geraldo – que “modifica o art. 11 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009”.

Sala da Comissão, 2 de setembro de 2009. – Deputado **Fábio Souto**, Presidente.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a seguinte designação de relatoria:

Ao Deputado Filipe Pereira
PROJETO DE LEI Nº 5.805/09 – Do Sr. Bispo Gê Tenuta – que “acrescenta parágrafo ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990”.

Ao Deputado Júlio Delgado
PROJETO DE LEI Nº 1.508/07 – Do Sr. Felipe Bornier – que “obriga a criação de unidade do Procon nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências”.

Ao Deputado Walter Ihoshi
PROJETO DE LEI Nº 5.756/09 – Do Sr. Jefferson Campos – que “dispõe sobre a disposição da inscrição do prazo de validade nas embalagens de produtos alimentícios”.

Sala da Comissão, 2 de setembro de 2009. – Deputada **Ana Arraes**, Presidenta.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

Ao Deputado Albano Franco
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 497/09 – Da Comissão Especial destinada ao exame e a

avaliação da Crise Econômico-Financeira e, ao final, formular propostas ao Poder Executivo e ao País, especificamente no que diz respeito à repercussão na Indústria. – que “autoriza a divulgação de informações sobre operações de importação e exportação”.

Ao Deputado Edson Ezequiel

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº

1.665/09 – Da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. – (MSC 813/2008) – que “aprova os textos do Acordo-Quadro de Comércio entre o MERCOSUL e o Estado de Israel, assinado em Montevidéu, em 8 de dezembro de 2005, e do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e o Estado de Israel, assinado em Montevidéu, em 18 de dezembro de 2007”.

Ao Deputado José Guimarães

PROJETO DE LEI Nº 2.581/07 – Do Sr. Walter

Brito Neto – que “dispõe sobre a criação de Área de Livre Comércio (ALC) no município de Campina Grande, Estado da Paraíba”.

PROJETO DE LEI Nº 4.696/09 – Do Senado Federal – Cícero Lucena – (PLS 418/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba”.

PROJETO DE LEI Nº 4.721/09 – Do Senado Federal – João Durval – (PLS 716/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Conceição do Coité, no Estado da Bahia”.

PROJETO DE LEI Nº 4.856/09 – Do Sr. Professor Setimo – que “dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Timon, Estado do Maranhão”.

Ao Deputado Laurez Moreira

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 94/09 – Do Sr. Dr. Ubiali – que “propõe que a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio fiscalize a Agência Nacional de Saúde Suplementar, em sua ação regulatória, ao longo dos últimos cinco anos, no mercado de planos de assistência à saúde”.

Ao Deputado Miguel Corrêa

PROJETO DE LEI Nº 3.524/08 – Do Sr. Ratinho Junior – que “extingue a fiança e o aval prestados por pessoa natural”. (Apensados: PL 3835/2008 e PL 4087/2008)

Ao Deputado Nelson Goetten

PROJETO DE LEI Nº 3.470/08 – Do Sr. Dr. Talmir – que “institui o Programa Empresa Consciente, com a concessão de incentivos fiscais do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ”.

Ao Deputado Renato Molling

PROJETO DE LEI Nº 1.081/03 – Do Sr. Mendes Ribeiro Filho – que “cria a Área Comum de Livre

Comércio no Município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências”.

À Deputada Vanessa Grazziotin

PROJETO DE LEI Nº 6.356/05 – Do Sr. Vicentinho – que “regulamenta a demissão coletiva e determina outras providências”. (Apensado: PL 5232/2009 (Apensado: PL 5353/2009))

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.790/09

– Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 172/2009) – que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais, celebrado em Brasília, em 23 de julho de 2008”.

Sala da Comissão, 2 de setembro de 2009. – **Edmilson Valentim**, Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Andre Vargas

PROJETO DE LEI Nº 1.897/07 – Do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “altera o caput do art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que “Dispõe sobre as Sociedades por Ações””.

PROJETO DE LEI Nº 2.184/07 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “institui taxas de autorização, registro e fiscalização relativas às atividades integrantes da indústria do petróleo e as atividades integrantes do abastecimento nacional de combustíveis”.

Ao Deputado Carlos Melles

PROJETO DE LEI Nº 4.659/09 – Do Senado Federal – Raimundo Colombo – (PLS 461/2008) – que “autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes de Santa Catarina”.

Ao Deputado Geraldinho

PROJETO DE LEI Nº 688/99 – Do Sr. Freire Júnior – que “dispõe sobre o Contrato de Trabalho da Terceira Idade”. (Apensados: PL 725/1999, PL 913/1999, PL 2694/2000, PL 3968/2000, PL 4892/2001, PL 5993/2001 (Apensados: PL 6424/2002 (Apensado: PL 843/2003), PL 6443/2002 e PL 1127/2003), PL 6804/2002, PL 7108/2002, PL 838/2003, PL 956/2003, PL 1147/2003, PL 2635/2003, PL 3172/2004, PL 3345/2004 e PL 3389/2004)

PROJETO DE LEI Nº 6.889/06 – Do Sr. Alexandre Santos – que “autoriza o Poder Executivo a criar

a Escola Técnica Federal do Petróleo de Cachoeiras de Macacu, no Estado do Rio de Janeiro”.

Ao Deputado Gladson Cameli

PROJETO DE LEI Nº 5.780/05 – Do Sr. Jaime Martins – que “autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal de Divinópolis”.

Ao Deputado Guilherme Campos

PROJETO DE LEI Nº 3.595/08 – Do Sr. Luis Carlos Heinze – que “dispõe sobre as contribuições sociais devidas pelo importador de produtos agroindustriais, acrescentando § 8º ao art. 22-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (que lhe foi acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001)”.

Ao Deputado Ilderlei Cordeiro

PROJETO DE LEI Nº 6.354/05 – Do Sr. Leonardo Picciani – que “dispõe sobre a criação da Univesidade Federal da Região Serrana na cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro”.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 981/08 – Do Sr. Flaviano Melo – que “dispõe sobre a realização de referendo para decidir sobre a alteração da hora no Estado do Acre”.

PROJETO DE LEI Nº 4.820/09 – Do Sr. João Herrmann – que “altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências””.

Ao Deputado João Dado

PROJETO DE LEI Nº 6.824/06 – Do Senado Federal – Sérgio Cabral – (PLS 173/2004) – que “acrescenta o art. 31-A à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas mantidas em instituições financeiras públicas ou privadas por cidadãos que se encontrem nas condições que especifica”. (Apensados: PL 1865/1996 (Apensados: PL 2326/1996, PL 1186/2003, PL 2046/2003, PL 2379/2003, PL 3171/2004, PL 3704/2004 (Apensado: PL 551/2007), PL 4687/2004 (Apensado: PL 5414/2005) e PL 1616/2007) e PL 2303/2007)

PROJETO DE LEI Nº 2.249/07 – Do Sr. Armando Monteiro – que “acrescenta os arts. 15-A, 15-B e 15-C à Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), possibilitando a oferta antecipada de bens à penhora”.

PROJETO DE LEI Nº 3.701/08 – Do Sr. Vital do Rêgo Filho – que “altera dispositivos da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que “Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Ser-

viço – FGTS; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências”, para instituir novos percentuais de transferências e fixar novos critérios para escolha do Time do Coração”.

PROJETO DE LEI Nº 4.690/09 – Do Sr. Acélio Casagrande – que “dispõe sobre a suspensão temporária do pagamento de financiamentos das famílias atingidas por calamidade pública”.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 456/09 – Do Sr. Manoel Junior – que “acrescenta parágrafo ao art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Ao Deputado José Maia Filho

PROJETO DE LEI Nº 2.628/07 – Do Sr. Flávio Bezerra – que “institui o de Fundo de Aval para Colônias, Associações e Cooperativas de Pesca e dá outras providências”. (Apensado: PL 3475/2008)

PROJETO DE LEI Nº 4.861/09 – Do Sr. Flávio Bezerra – que “concede aos armadores de pesca o benefício de ajuda de custo para a manutenção da embarcação de pesca durante o período do defeso”.

Ao Deputado Júlio Cesar

PROJETO DE LEI Nº 3.895/08 – Do Sr. Roberto Rocha – que “altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o semi-árido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene”

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.564/09 – dos Srs. Ana Arraes e Vital do Rêgo Filho – que “susta a aplicação do inciso V da Carta-Circular nº 3.295, de 1º de fevereiro de 2008, do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil”.

Ao Deputado Luiz Carlos Hauly

PROJETO DE LEI Nº 2.640/07 – Do Sr. Barbosa Neto – que “dispõe sobre a comercialização de seguro facultativo complementar de viagem no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros”.

Ao Deputado Paulo Maluf

PROJETO DE LEI Nº 5.888/05 – Do Senado Federal – Valdir Raupp – (PLS 210/2005) – que “autoriza a criação da Universidade Federal de Rondônia”.

Ao Deputado Pedro Eugênio

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 266/08 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “regulamenta a faculdade da União condicionar a transferência de recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico

combustível, a Estados, seus respectivos Municípios, e ao Distrito Federal”.

Ao Deputado Pepe Vargas

PROJETO DE LEI Nº 6.140/05 – Do Sr. Medeiros – que “dá nova redação ao art. 40 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o pagamento do abono anual em duas parcelas aos segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social”. (Apensado: PL 6720/2006)

PROJETO DE LEI Nº 3.523/08 – Do Sr. Rodrigo Rollemberg – que “altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991 e o Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, para incluir o artesanato como segurado especial da Previdência Social”.

PROJETO DE LEI Nº 3.949/08 – Do Poder Executivo – que “dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS destinados à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral Federal”.

Ao Deputado Professor Setimo

PROJETO DE LEI Nº 3.823/08 – Do Sr. Valdir Collato – que “dispõe sobre a concessão de crédito rural diferenciado para profissionais universitários na área de agricultura e pecuária”.

Ao Deputado Ricardo Barros

PROJETO DE LEI Nº 5.798/09 – Do Poder Executivo – que “institui o Programa de Cultura do Trabalhador, cria o Vale-Cultura e dá outras providências”.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.791/09 – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 563/2009) – que “aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, que trata, respectivamente, da reforma da expansão da capacidade de investimento e renda do FMI e da distribuição de quotas e do poder de voto dos países membros”.

Ao Deputado Ricardo Berzoini

PROJETO DE LEI Nº 4.249/08 – Do Senado Federal – Garibaldi Alves Filho – (PLS

500/2007) – que “acrescenta os arts. 37-A, 37-B e 37-C à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para prevenir a criação de cadastro de pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou declaradas inidôneas para participar de licitações e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, bem como para permitir a integração entre os cadastros mediante convênio firmado entre os entes federados”. (Apensados: PL 1948/2007, PL 4852/2009 e PL 4871/2009)

PROJETO DE LEI Nº 5.030/09 – Do Senado Federal- Lobão Filho – (PLS 372/2008) – que “reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994,

que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, e dá outras providências”.

Ao Deputado Rodrigo Rocha Loures

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 473/09

– Do Sr. Manoel Junior – que “altera o art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e o art. 10 da Lei nº 8.429, 2 de junho de 1992”.

Ao Deputado Vicentinho Alves

PROJETO DE LEI Nº 4.485/08 – Do Sr. Zequinha Marinho – que “dispõe sobre a concessão de pensão especial aos trabalhadores da extinta Sucam e atual Funasa, contaminadas pelos inseticidas DDT e Malathion”.

Ao Deputado Virgílio Guimarães

PROJETO DE LEI Nº 5.237/09 – Do Senado Federal – Tasso Jereissati – (PLS 266/2003) – que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário do Fundo Garantia-Safra e permitir a adesão de consórcios e condomínios ao benefício Garantia-Safra”.

Ao Deputado Zonta

PROJETO DE LEI Nº 3.062/08 – Da Sra. Angela Amin – que “altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para dispor sobre a cobrança de tarifa de pedágio”. (Apensados: PL 3664/2008 e PL 4375/2008)

Sala da Comissão, 2 de setembro de 2009. – **Deputado Vignatti**, Presidente.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E
CONTROLE

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado José Carlos Vieira

REPRESENTAÇÃO Nº 45/2009, IBSEN MÁRIO NOGUEIRA FERREIRA – Apresenta denúncia envolvendo o uso irregular de verbas federais enviadas ao Governo do Distrito Federal referentes aos programas Bolsa Família e Bolsa Vida Melhor.

Ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira

REPRESENTAÇÃO Nº 10/2007, SINDICATO DOS SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA – solicita providências cabíveis para que os recursos federais transferidos pela União ao município de Mariana – MG, sejam divulgados às entidades, conforme determina a Lei n.º 9.452, de 1997.

Sala da Comissão, 2 de setembro de 2009. – **Deputado Silvio Torres**, Presidente

GRUPO DE TRABALHO DE CONSOLIDAÇÃO
DAS LEIS

53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 3ª Reunião Ordinária, Realizada em 19
de agosto de 2009.

Às quinze horas e vinte e dois minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e nove, reuniu-se o Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis (GTCL), no Anexo II, Plenário 4 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados José Mentor – Coordenador; José Carlos Aleluia, Nelson Marquzezelli, Paulo Maluf, Regis de Oliveira e Roberto Magalhães – Titulares; Antonio Carlos Biscaia, Arnaldo Faria de Sá, Fátima Pelaes, Fernando Chucre, Milton Monti e Zezéu Ribeiro – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Arnaldo Jardim, Asdrubal Bentes, Bruno Araújo, Bruno Rodrigues, Cândido Vaccarezza, Carlos Bezerra, Flávio Dino, José Eduardo Cardozo, Marcelo Ortiz, Marcondes Gadelha, Mauro Benevides, Miro Teixeira, Reginaldo Lopes, Ricardo Tripoli e Sandro Mabel. **ABERTURA:** O senhor Coordenador declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 2ª Reunião realizada no dia 29 de abril de 2009. O Deputado Nelson Marquzezelli solicitou a dispensa de leitura da Ata. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** O senhor Coordenador, em virtude de haver sido distribuída aos parlamentares presentes relação de documentos expedidos e recebidos pelo GTCL, solicitou a dispensa de sua leitura e recebeu anuência do plenário. O Senhor Coordenador informou que: 1) o Presidente da Câmara dos Deputados deferiu as seguintes indicações de membros para ocupar vagas existentes no Grupo de Trabalho: na condição de titulares, os Deputados Marcondes Gadelha e Carlos Bezerra; na condição de suplente, o Deputado Fernando Chucre; 2) havia participado de reunião com o Ministro da Advocacia Geral da União, senhor José Antônio Dias Toffoli, oportunidade em que havia solicitado a colaboração de dois advogados daquele órgão para o trabalho desenvolvido pelo GTCL, e que mantinha contato para que essa cooperação pudesse ser efetivada; 3) tinha analisado os temas definidos pelo GTCL e entendia ser necessária a ampliação dos temas e sua redistribuição, considerando-se as novas indicações de integrantes do Grupo de Trabalho; 4) aguardava audiência com Presidente da Casa, Deputado Michel Temer, para agilizar a apreciação pelo Plenário de alguns temas já deliberados pelo Grupo de Trabalho e, também, com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Deputado Tadeu Fillipelli, para acelerar a tramitação dos projetos de consolidação em tramitação nessa Comissão.

ORDEM DO DIA: A – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: Especial: 1 – PROJETO DE LEI Nº 4.343/08 – Do Sr. Sérgio Barradas Carneiro – que “consolida, no Código Civil, as leis que especifica e dá outras providências”. RELATOR: Deputado RÉGIS DE OLIVEIRA. PARECER: pela aprovação, com emendas. O Senhor Coordenador concedeu a palavra ao Relator, para que procedesse à leitura do Parecer. Em discussão o Parecer, usaram da palavra os Deputados Nelson Marquzezelli e Roberto Magalhães. Submetido à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador encerrou a reunião às quinze horas e trinta e nove minutos. E, para constar, eu, Luiz Claudio Alves dos Santos, Secretário, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Coordenador, Deputado José Mentor, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

SEÇÃO II

ATOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ADOLFO LÚCIO DE OLIVEIRA FERNANDES**, ponto n.º 118.952, do cargo em comissão de Secretário Particular, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido Social Cristão.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **CAIO APOLO SOARES FISCHER**, ponto n.º 113.097, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **DÉBORA BALDUINA DA SILVA GUSMÃO SHIBATA**, ponto n.º 118.887, do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido Social Cristão.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **FABIAN BERNARDO DIAS COSTA**, ponto n.º 119.796, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Terceiro-Secretário, a partir de 28 de agosto de 2009.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **FLAVIA RENATA ALVES BORGES**, ponto n.º 119.739, do cargo

em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Quarto-Secretário.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **JACQUELINE BALDUINA DA SILVA GUSMÃO DE QUEIROZ**, ponto n.º 119.274, do cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **RENAN SANTOS DE MENDONÇA**, ponto n.º 120.013, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto C, CNE-12, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exercia na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Departamento de Comissões, a partir de 1º de setembro de 2009.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, RESOLVE:

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DHIOGO MÁRCIO NOLASCO DE LIMA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Cristão, o cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FABIANA BALDUINA DA SILVA GUSMÃO** para exercer, na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões, o cargo em comissão de

Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JANNE RAQUEL FIGUEREDO PAULINO** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUDMAR CLAURY DE PAIVA OLIVEIRA** para exercer, no Gabinete do Quarto-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **NILMARA AGUIAR ALMEIDA** para exercer, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Departamento de Comissões, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto C, CNE-12, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RENATO DE AZEVEDO TEIXEIRA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Cristão, o cargo em comissão de Secretário Particular, CNE-09, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WILLIAM VINICIUS LOPES CAMARGOS** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados, 2 de setembro de 2009.
– **Michel Temer**, Presidente.

MESA DIRETORA

Presidente:

MICHEL TEMER - PMDB - SP

1º Vice-Presidente:

MARCO MAIA - PT - RS

2º Vice-Presidente:

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - DEM - BA

1º Secretário:

RAFAEL GUERRA - PSDB - MG

2º Secretário:

INOCÊNCIO OLIVEIRA - PR - PE

3º Secretário:

ODAIR CUNHA - PT - MG

4º Secretário:

NELSON MARQUEZELLI - PTB - SP

1º Suplente de Secretário:

MARCELO ORTIZ - PV - SP

2º Suplente de Secretário:

GIOVANNI QUEIROZ - PDT - PA

3º Suplente de Secretário:

LEANDRO SAMPAIO - PPS - RJ

4º Suplente de Secretário:

MANOEL JUNIOR - PSB - PB

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Bloco PMDB, PTC

Líder: HENRIQUE EDUARDO ALVES

Vice-Líderes:

Mendes Ribeiro Filho (1º Vice), Colbert Martins, Edinho Bez, Eunício Oliveira, Gastão Vieira (Licenciado), Maria Lúcia Cardoso, Mauro Benevides, Osmar Serraglio, Celso Maldaner, Darcísio Perondi, Geraldo Pudim, Marcelo Melo, Pedro Novais, Valdir Colatto, Vital do Rêgo Filho, Laerte Bessa, Eduardo Cunha, Rodrigo Rocha Loures e Albérico Filho.

PT

Líder: CÂNDIDO VACCAREZZA

Vice-Líderes:

Anselmo de Jesus, Antonio Carlos Biscaia, Carlos Zarattini, Décio Lima, Devanir Ribeiro, Domingos Dutra, Fernando Ferro, Francisco Praciano, Geraldo Simões, Iriny Lopes, José Genoíno, José Guimarães, Luiz Sérgio, Nilson Mourão, Paulo Rocha, Pepe Vargas, Vicentinho, Reginaldo Lopes, Jilmar Tatto e Virgílio Guimarães.

DEM

Líder: RONALDO CAIADO

Vice-Líderes:

Paulo Bornhausen (1º Vice), Abelardo Lupion, Claudio Cajado, Efraim Filho, Felipe Maia, Guilherme Campos, João Oliveira, Jorginho Maluly, José Carlos Aleluia, Lira Maia, Luiz Carreira, Marcio Junqueira, Onyx Lorenzoni, Roberto Magalhães e Alberto Fraga.

PSDB

Líder: JOSÉ ANÍBAL

Vice-Líderes:

Duarte Nogueira (1º Vice), Bruno Araújo, Lobbe Neto, Raimundo Gomes de Matos, Andreia Zito, Bonifácio de Andrada, Paulo Abiackel, Professor Ruy Pauletti, Renato Amary, Wandenkolk Gonçalves, Professora Raquel Teixeira, William Woo, Pinto Itamaraty, Antonio Feijão e Edson Aparecido.

Bloco PSB, PCdoB, PMN, PRB

Líder: MÁRCIO FRANÇA

Vice-Líderes:

Rodrigo Rollemberg (1º Vice), Ciro Gomes, Marcondes Gadelha, Marcelo Serafim, Dr. Ubiali, Lídice da Mata, Valadares Filho, Júlio

Delgado, Daniel Almeida, Flávio Dino, Cleber Verde, Silvio Costa e Perpétua Almeida.

PR

Líder: SANDRO MABEL

Vice-Líderes:

Lincoln Portela (1º Vice), Aelton Freitas, Chico da Princesa, Giacobbo, Jofran Frejat, José Rocha, Leo Alcântara, Lúcio Vale, Neilton Mulim, Gorete Pereira e João Carlos Bacelar.

PP

Líder: MÁRIO NEGROMONTE

Vice-Líderes:

Benedito de Lira (1º Vice), Antonio Cruz, José Linhares, Pedro Henry, Simão Sessim, Vilson Covatti, Roberto Britto, Dilceu Sperafico, Paulo Maluf e João Pizzolatti.

PDT

Líder: DAGOBERTO

Vice-Líderes:

Brizola Neto (1º Vice), Miro Teixeira, Paulo Pereira da Silva, Paulo Rubem Santiago, Ademir Camilo, Wolney Queiroz e Damião Feliciano.

PTB

Líder: JOVAIR ARANTES

Vice-Líderes:

Luiz Carlos Busato (1º Vice), Alex Canziani, Arnaldo Faria de Sá, Pastor Manoel Ferreira, Paes Landim e Pedro Fernandes.

PV

Líder: SARNEY FILHO

Vice-Líderes:

Edson Duarte, Antônio Roberto, José Fernando Aparecido de Oliveira e Roberto Santiago.

PPS

Líder: FERNANDO CORUJA

Vice-Líderes:

Arnaldo Jardim (1º Vice), Moreira Mendes, Geraldo Thadeu e Humberto Souto.

PSC

Líder: HUGO LEAL

Vice-Líderes:

Eduardo Amorim (1º Vice), Carlos Eduardo Cadoca e Regis de Oliveira.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PSOL

Repr.:

PHS

Repr.: MIGUEL MARTINI

PTdoB

Repr.: VINICIUS CARVALHO

Liderança do Governo

Líder: HENRIQUE FONTANA

Vice-Líderes:

Beto Albuquerque, Wilson Santiago, Milton Monti, Ricardo Barros e Armando Abílio.

Liderança da Minoria

Líder: ANDRÉ DE PAULA

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO**Roraima**

Angela Portela - PT
Edio Lopes - PMDB
Francisco Rodrigues - DEM
Luciano Castro - PR
Marcio Junqueira - DEM
Maria Helena - PSB
Neudo Campos - PP
Urzeni Rocha - PSDB

Amapá

Antonio Feijão - PSDB
Dalva Figueiredo - PT
Evandro Milhomen - PCdoB
Fátima Pelaes - PMDB
Janete Capiberibe - PSB
Jurandil Juarez - PMDB
Lucenira Pimentel - PR
Sebastião Bala Rocha - PDT

Pará

Asdrubal Bentes - PMDB
Bel Mesquita - PMDB
Beto Faro - PT
Elcione Barbalho - PMDB
Gerson Peres - PP
Giovanni Queiroz - PDT
Jader Barbalho - PMDB
Lira Maia - DEM
Lúcio Vale - PR
Nilson Pinto - PSDB
Paulo Rocha - PT
Vic Pires Franco - DEM
Wandenkolk Gonçalves - PSDB
Wladimir Costa - PMDB
Zé Geraldo - PT
Zenaldo Coutinho - PSDB
Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PMDB
Francisco Praciano - PT
Lupércio Ramos - PMDB
Marcelo Serafim - PSB
Rebecca Garcia - PP
Sabino Castelo Branco - PTB
Silas Câmara - PSC
Vanessa Grazziotin - PCdoB

Rondônia

Anselmo de Jesus - PT
Eduardo Valverde - PT
Ernandes Amorim - PTB
Lindomar Garçon - PV
Marinha Raupp - PMDB
Mauro Nazif - PSB
Moreira Mendes - PPS
Natan Donadon - PMDB

Acre

Fernando Melo - PT
Flaviano Melo - PMDB
Gladson Cameli - PP
Henrique Afonso - PT
Ilderlei Cordeiro - PPS
Nilson Mourão - PT
Perpétua Almeida - PCdoB
Sergio Petecão - PMN

Tocantins

Eduardo Gomes - PSDB
João Oliveira - DEM
Laurez Moreira - PSB
Lázaro Botelho - PP

Moises Avelino - PMDB
Nilmar Ruiz - DEM
Osvaldo Reis - PMDB
Vicentinho Alves - PR

Maranhão

Albérico Filho - PMDB
Carlos Brandão - PSDB
Cleber Verde - PRB
Clóvis Fecury - DEM
Davi Alves Silva Júnior - PDT
Domingos Dutra - PT
Flávio Dino - PCdoB
Julião Amin - PDT
Nice Lobão - DEM
Pedro Fernandes - PTB
Pedro Novais - PMDB
Pinto Itamaraty - PSDB
Professor Setimo - PMDB
Ribamar Alves - PSB
Roberto Rocha - PSDB
Sarney Filho - PV
Washington Luiz - PT
Zé Vieira - PR

Ceará

Aníbal Gomes - PMDB
Ariosto Holanda - PSB
Arnon Bezerra - PTB
Chico Lopes - PCdoB
Ciro Gomes - PSB
Eudes Xavier - PT
Eugênio Rabelo - PP
Eunício Oliveira - PMDB
Flávio Bezerra - PMDB
Gorete Pereira - PR
José Airton Cirilo - PT
José Guimarães - PT
José Linhares - PP
Leo Alcântara - PR
Manoel Salviano - PSDB
Marcelo Teixeira - PR
Mauro Benevides - PMDB
Pastor Pedro Ribeiro - PMDB
Paulo Henrique Lustosa - PMDB
Raimundo Gomes de Matos - PSDB
Vicente Arruda - PR
Zé Gerardo - PMDB

Piauí

Alberto Silva - PMDB
Átila Lira - PSB
Ciro Nogueira - PP
Elizeu Aguiar - PTB
José Maia Filho - DEM
Júlio Cesar - DEM
Marcelo Castro - PMDB
Nazareno Fonteles - PT
Osmar Júnior - PCdoB
Paes Landim - PTB

Rio Grande do Norte

Betinho Rosado - DEM
Fábio Faria - PMN
Fátima Bezerra - PT
Felipe Maia - DEM
Henrique Eduardo Alves - PMDB
João Maia - PR
Rogério Marinho - PSDB
Sandra Rosado - PSB

Paraíba

Armando Abílio - PTB
Damião Feliciano - PDT
Efraim Filho - DEM

Luiz Couto - PT
Major Fábio - DEM
Manoel Junior - PSB
Marcondes Gadelha - PSB
Rômulo Gouveia - PSDB
Vital do Rêgo Filho - PMDB
Wellington Roberto - PR
Wilson Braga - PMDB
Wilson Santiago - PMDB

Pernambuco

Ana Arraes - PSB
André de Paula - DEM
Armando Monteiro - PTB
Bruno Araújo - PSDB
Bruno Rodrigues - PSDB
Carlos Eduardo Cadoca - PSC
Charles Lucena - PTB
Edgar Moury - PMDB
Eduardo da Fonte - PP
Fernando Coelho Filho - PSB
Fernando Ferro - PT
Fernando Nascimento - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PR
José Chaves - PTB
José Mendonça Bezerra - DEM
Marcos Antonio - PRB
Maurício Rands - PT
Paulo Rubem Santiago - PDT
Pedro Eugênio - PT
Raul Henry - PMDB
Raul Jungmann - PPS
Roberto Magalhães - DEM
Silvio Costa - PMN
Wolney Queiroz - PDT

Alagoas

Antonio Carlos Chamariz - PTB
Augusto Farias - PTB
Benedito de Lira - PP
Carlos Alberto Canuto - PMDB
Francisco Tenorio - PMN
Givaldo Carimbão - PSB
Joaquim Beltrão - PMDB
Maurício Quintella Lessa - PR
Olavo Calheiros - PMDB

Sergipe

Albano Franco - PSDB
Eduardo Amorim - PSC
Iran Barbosa - PT
Jackson Barreto - PMDB
Jerônimo Reis - DEM
José Carlos Machado - DEM
Mendonça Prado - DEM
Valadares Filho - PSB

Bahia

Alice Portugal - PCdoB
Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM
Claudio Cajado - DEM
Colbert Martins - PMDB
Daniel Almeida - PCdoB
Edigar Mão Branca - PV
Edson Duarte - PV
Emiliano José - PT
Fábio Souto - DEM
Félix Mendonça - DEM
Fernando de Fabinho - DEM
Geraldo Simões - PT
Jairo Carneiro - PP
João Almeida - PSDB
João Carlos Bacelar - PR

Jorge Khoury - DEM
José Carlos Aleluia - DEM
José Carlos Araújo - PR
José Rocha - PR
Joseph Bandeira - PT
Jutahy Junior - PSDB
Lídice da Mata - PSB
Luiz Alberto - PT
Luiz Bassuma - PT
Luiz Carreira - DEM
Marcelo Guimarães Filho - PMDB
Márcio Marinho - PR
Marcos Medrado - PDT
Mário Negromonte - PP
Maurício Trindade - PR
Paulo Magalhães - DEM
Roberto Britto - PP
Sérgio Barradas Carneiro - PT
Sérgio Brito - PDT
Severiano Alves - PDT
Tonha Magalhães - PR
Uldurico Pinto - PMN
Veloso - PMDB
Zezéu Ribeiro - PT

Minas Gerais

Ademir Camilo - PDT
Aelton Freitas - PR
Alexandre Silveira - PPS
Antônio Andrade - PMDB
Antônio Roberto - PV
Aracely de Paula - PR
Bilac Pinto - PR
Bonifácio de Andrada - PSDB
Carlos Melles - DEM
Carlos Willian - PTC
Ciro Pedrosa - PV
Edmar Moreira - PR
Eduardo Barbosa - PSDB
Elismar Prado - PT
Fábio Ramalho - PV
George Hilton - PP
Geraldo Thadeu - PPS
Gilmar Machado - PT
Humberto Souto - PPS
Jaime Martins - PR
Jairo Ataíde - DEM
Jô Moraes - PCdoB
João Bittar - DEM
João Magalhães - PMDB
José Fernando Aparecido de Oliveira - PV
José Santana de Vasconcellos - PR
Júlio Delgado - PSB
Lael Varella - DEM
Leonardo Monteiro - PT
Leonardo Quintão - PMDB
Lincoln Portela - PR
Luiz Fernando Faria - PP
Márcio Reinaldo Moreira - PP
Marcos Lima - PMDB
Marcos Montes - DEM
Maria Lúcia Cardoso - PMDB
Mário de Oliveira - PSC
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Miguel Corrêa - PT
Miguel Martini - PHS
Narcio Rodrigues - PSDB
Odair Cunha - PT
Paulo Abi-ackel - PSDB
Paulo Delgado - PT

Paulo Piau - PMDB
Rafael Guerra - PSDB
Reginaldo Lopes - PT
Rodrigo de Castro - PSDB
Saraiva Felipe - PMDB
Silas Brasileiro - PMDB
Virgílio Guimarães - PT
Vitor Penido - DEM

Espírito Santo

Camilo Cola - PMDB
Capitão Assunção - PSB
Irliny Lopes - PT
Jurandy Loureiro - PSC
Lelo Coimbra - PMDB
Luiz Paulo Vellozo Lucas - PSDB
Manato - PDT
Rita Camata - PMDB
Rose de Freitas - PMDB
Sueli Vidigal - PDT

Rio de Janeiro

Alexandre Santos - PMDB
Andreia Zito - PSDB
Antonio Carlos Biscaia - PT
Arnaldo Vianna - PDT
Arolde de Oliveira - DEM
Bernardo Ariston - PMDB
Brizola Neto - PDT
Carlos Santana - PT
Chico Alencar - PSOL
Chico D'angelo - PT
Cida Diogo - PT
Deley - PSC
Dr. Adilson Soares - PR
Dr. Paulo César - PR
Edmilson Valentim - PCdoB
Edson Ezequiel - PMDB
Eduardo Cunha - PMDB
Eduardo Lopes - PSB
Felipe Bornier - PHS
Fernando Gabeira - PV
Fernando Lopes - PMDB
Filipe Pereira - PSC
Geraldo Pudim - PMDB
Glauber Braga - PSB
Hugo Leal - PSC
Indio da Costa - DEM
Jair Bolsonaro - PP
Leandro Sampaio - PPS
Léo Vivas - PRB
Luiz Sérgio - PT
Marcelo Itagiba - PMDB
Marina Maggessi - PPS
Miro Teixeira - PDT
Neilton Mulim - PR
Nelson Bornier - PMDB
Otavio Leite - PSDB
Pastor Manoel Ferreira - PTB
Paulo Rattes - PMDB
Rodrigo Maia - DEM
Rogerio Lisboa - DEM
Silvio Lopes - PSDB
Simão Sessim - PP
Solange Almeida - PMDB
Solange Amaral - DEM
Suely - PR
Vinicius Carvalho - PTdoB

São Paulo

Abelardo Camarinha - PSB
Aldo Rebelo - PCdoB
Aline Corrêa - PP

Antonio Bulhões - PMDB
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Antonio Carlos Pannunzio - PSDB
Antonio Palocci - PT
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Arnaldo Jardim - PPS
Arnaldo Madeira - PSDB
Beto Mansur - PP
Bispo Gê Tenuta - DEM
Cândido Vaccarezza - PT
Carlos Sampaio - PSDB
Carlos Zarattini - PT
Celso Russomanno - PP
Devanir Ribeiro - PT
Dimas Ramalho - PPS
Dr. Nechar - PV
Dr. Talmir - PV
Dr. Ubiali - PSB
Duarte Nogueira - PSDB
Edson Aparecido - PSDB
Eleuses Paiva - DEM
Emanuel Fernandes - PSDB
Fernando Chiarelli - PDT
Fernando Chucre - PSDB
Francisco Rossi - PMDB
Guilherme Campos - DEM
Ivan Valente - PSOL
Janete Rocha Pietá - PT
Jefferson Campos - PTB
Jilmar Tatto - PT
João Dado - PDT
João Paulo Cunha - PT
Jorginho Maluly - DEM
José Aníbal - PSDB
José C. Stangarlino - PSDB
José Eduardo Cardozo - PT
José Genoíno - PT
José Mentor - PT
José Paulo Tóffano - PV
Julio Semeghini - PSDB
Lobbe Neto - PSDB
Luciana Costa - PR
Luiza Erundina - PSB
Marcelo Ortiz - PV
Márcio França - PSB
Michel Temer - PMDB
Milton Monti - PR
Milton Vieira - DEM
Nelson Marquezelli - PTB
Paes de Lira - PTC
Paulo Maluf - PP
Paulo Pereira da Silva - PDT
Paulo Teixeira - PT
Regis de Oliveira - PSC
Renato Amary - PSDB
Ricardo Berzoini - PT
Ricardo Tripoli - PSDB
Roberto Alves - PTB
Roberto Santiago - PV
Silvio Torres - PSDB
Vadão Gomes - PP
Valdemar Costa Neto - PR
Vanderlei Macris - PSDB
Vicentinho - PT
Walter Ihoshi - DEM
William Woo - PSDB

Mato Grosso

Carlos Abicalil - PT
Carlos Bezerra - PMDB

Eliene Lima - PP
Homero Pereira - PR
Pedro Henry - PP
Professor Victorio Galli - PMDB
Thelma de Oliveira - PSDB
Valtenir Pereira - PSB

Distrito Federal

Alberto Fraga - DEM
Jofran Frejat - PR
Laerte Bessa - PMDB
Magela - PT
Osório Adriano - DEM
Rodovalho - DEM
Rodrigo Rollemberg - PSB
Tadeu Filippelli - PMDB

Goiás

Carlos Alberto Leréia - PSDB
Chico Abreu - PR
Íris de Araújo - PMDB
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Leonardo Vilela - PSDB
Luiz Bittencourt - PMDB
Marcelo Melo - PMDB
Pedro Chaves - PMDB
Pedro Wilson - PT
Professora Raquel Teixeira - PSDB
Ronaldo Caiado - DEM
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PR
Tatico - PTB

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos Biffi - PT
Antonio Cruz - PP
Dagoberto - PDT
Geraldo Resende - PMDB
Marçal Filho - PMDB
Nelson Trad - PMDB
Vander Loubet - PT
Waldemir Moka - PMDB

Paraná

Abelardo Lupion - DEM
Affonso Camargo - PSDB
Airton Roveda - PR
Alceni Guerra - DEM
Alex Canziani - PTB
Alfredo Kaefer - PSDB
Andre Vargas - PT
Andre Zacharow - PMDB
Angelo Vanhoni - PT
Assis do Couto - PT
Cezar Silvestri - PPS
Chico da Princesa - PR
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Eduardo Sciarra - DEM
Giacobo - PR
Gustavo Fruet - PSDB
Hermes Parcianello - PMDB
Luiz Carlos Haully - PSDB
Luiz Carlos Setim - DEM
Marcelo Almeida - PMDB
Moacir Micheletto - PMDB
Nelson Meurer - PP
Odílio Balbinotti - PMDB
Osmar Serraglio - PMDB
Ratinho Junior - PSC
Ricardo Barros - PP

Rodrigo Rocha Loures - PMDB
Takayama - PSC
Wilson Picler - PDT

Santa Catarina

Acélio Casagrande - PMDB
Angela Amin - PP
Celso Maldaner - PMDB
Décio Lima - PT
Edinho Bez - PMDB
Fernando Coruja - PPS
Gervásio Silva - PSDB
João Matos - PMDB
João Pizzolatti - PP
Jorge Boeira - PT
José Carlos Vieira - DEM
Nelson Goetten - PR
Paulo Bornhausen - DEM
Valdir Colatto - PMDB
Vignatti - PT
Zonta - PP

Rio Grande do Sul

Afonso Hamm - PP
Beto Albuquerque - PSB
Cláudio Diaz - PSDB
Darcísio Perondi - PMDB
Eliseu Padilha - PMDB
Emilia Fernandes - PT
Enio Bacci - PDT
Fernando Marroni - PT
Geraldinho - PSOL
Germano Bonow - DEM
Henrique Fontana - PT
Ibsen Pinheiro - PMDB
José Otávio Germano - PP
Luis Carlos Heinze - PP
Luiz Carlos Busato - PTB
Manuela D'ávila - PCdoB
Marco Maia - PT
Maria do Rosário - PT
Mendes Ribeiro Filho - PMDB
Nelson Proença - PPS
Onyx Lorenzoni - DEM
Osvaldo Biolchi - PMDB
Paulo Pimenta - PT
Paulo Roberto Pereira - PTB
Pepe Vargas - PT
Pompeo de Mattos - PDT
Professor Ruy Pauletti - PSDB
Renato Molling - PP
Sérgio Moraes - PTB
Vieira da Cunha - PDT
Wilson Covatti - PP

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Presidente: Fábio Souto (DEM)

1º Vice-Presidente: Wandenkolk Gonçalves (PSDB)

2º Vice-Presidente: Luis Carlos Heinze (PP)

3º Vice-Presidente: Nelson Meurer (PP)

Titulares**PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB**

Anselmo de Jesus

Antônio Andrade vaga do PV

Assis do Couto

Benedito de Lira

Beto Faro

Celso Maldaner vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Dilceu Sperafico

Flávio Bezerra vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Homero Pereira

Leandro Vilela

Luciana Costa

Luis Carlos Heinze

Moacir Micheletto

Moises Avelino

Nazareno Fonteles

Nelson Meurer

Odílio Balbinotti

Osvaldo Reis

Pedro Chaves

Tatico

Valdir Colatto

Waldemir Moka

Zé Gerardo vaga do PSDB/DEM/PPSZonta
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)**PSDB/DEM/PPS**

Abelardo Lupion

Cezar Silvestri

Duarte Nogueira

Fábio Souto

Humberto Souto

Jairo Ataíde

Leonardo Vilela

Lira Maia vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMNLuiz Carlos Setim vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMNMoreira Mendes vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Onyx Lorenzoni

Vitor Penido

Wandenkolk Gonçalves

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT

C/PTdoB ocupa a vaga)

1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Dagoberto

Fernando Coelho Filho

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT

C/PTdoB ocupa a vaga)

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT

SuplentesAfonso Hamm vaga do PSDB/DEM/PPS

Airton Roveda

Camilo Cola

Carlos Alberto Canuto

Dalva Figueiredo

Darcísio Perondi

Eduardo Amorim

Ernandes Amorim

Eugênio Rabelo

Fernando Melo

Geraldo Simões

João Leão (Licenciado)

Lázaro Botelho

Márcio Marinho

Nilson Mourão

Paulo Piau

Rose de Freitas

Vadão Gomes vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Vander Loubet

Velooso

Vignatti

Washington Luiz

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN

ocupa a vaga)

Alfredo Kaefer

Antonio Carlos Mendes Thame

Betinho Rosado

Carlos Melles vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Cláudio Diaz

Eduardo Sciarra

Félix Mendonça vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Francisco Rodrigues

Jerônimo Reis

João Oliveira vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Júlio Cesar

Leandro Sampaio

Marcos Montes vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Osório Adriano

Silvio Lopes

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC

/PTdoB ocupa a vaga)

Giovanni Queiroz vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Mário Heringer

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa

a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa

a vaga)

C/PTdoB ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS

ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS

ocupa a vaga)

ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa

a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa

a vaga)

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC

/PTdoB ocupa a vaga)

PV

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT

C/PTdoB ocupa a vaga)

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha

Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 32

Telefones: 3216-6403/6404/6406

FAX: 3216-6415

Edson Duarte

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente: Silas Câmara (PSC)

1º Vice-Presidente: Sergio Petecão (PMN)

2º Vice-Presidente: Sebastião Bala Rocha (PDT)

3º Vice-Presidente: Dalva Figueiredo (PT)

Titulares**PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB**

Asdrubal Bentes

Dalva Figueiredo

Fernando Melo

Henrique Afonso

Márcio Marinho

Natan Donadon

Silas Câmara

Washington Luiz

Zé Vieira vaga do PSDB/DEM/PPS

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN

ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN

ocupa a vaga)

1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Antonio Feijão

Nilson Pinto

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN

ocupa a vaga)

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/

PTdoB ocupa a vaga)

2 vagas

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Janete Capiberibe

Marcelo Serafim vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Maria Helena

Perpétua Almeida vaga do PSDB/DEM/PPSSebastião Bala Rocha vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Sergio Petecão

PVLindomar Garçon vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Secretário(a): Iara Araújo Alencar Aires

Local: Anexo II - Sala T- 59

Telefones: 3216-6432

FAX: 3216-6440

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Eduardo Gomes (PSDB)

1º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB)

2º Vice-Presidente: Cida Diogo (PT)

3º Vice-Presidente: Luiza Erundina (PSB)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Antonio Carlos Chamariz

Beto Mansur

Bilac Pinto

Charles Lucena

Cida Diogo

Dr. Adilson Soares

Eunício Oliveira

Francisco Rossi

Gilmar Machado

Iriny Lopes

Jader Barbalho

José Rocha

Paulo Henrique Lustosa

Paulo Pimenta

Paulo Roberto Pereira

Paulo Teixeira

Ratinho Junior

Sandes Júnior

Wladimir Costa

Zequinha Marinho

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa

a vaga)

PSDB/DEM/PPS

Bispo Gê Tenuta

Eduardo Gomes

Eleuses Paiva

Emanuel Fernandes

Gustavo Fruet

Manoel Salviano

Narcio Rodrigues vaga do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Nelson Proença

Paulo Bornhausen

Professora Raquel Teixeira

Solange Amaral

Vic Pires Franco

(Dep. do PV ocupa a vaga)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Abelardo Camarinha

Glauber Braga

Luiza Erundina

Miro Teixeira

Rodrigo Rollemberg

Uldurico Pinto

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT

C/PTdoB ocupa a vaga)

PV

Edigar Mão Branca

Lindomar Garçon

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira

Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49

Telefones: 3216-6452 A 6458

FAX: 3216-6465

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente: Tadeu Filippelli (PMDB)

1º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)

2º Vice-Presidente: Bonifácio de Andrada (PSDB)

3º Vice-Presidente: José Maia Filho (DEM)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Suplentes

Angela Amin vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Angelo Vanhoni

Antônio Carlos Biffi

Antonio Palocci

Beto Faro

Celso Russomanno

Colbert Martins

Eliene Lima

Fernando Ferro

Flávio Bezerra

João Matos

José Carlos Araújo

Luiz Fernando Faria

Márcio Marinho

Mendes Ribeiro Filho

Nelson Meurer

Olavo Calheiros

Sabino Castelo Branco

Silas Câmara

Takayama

Wellington Fagundes

(Licenciado)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS

ocupa a vaga)

Andreia Zito

Arnaldo Jardim

Arolde de Oliveira

Clóvis Fecury

Duarte Nogueira vaga do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Índio da Costa

Jorginho Maluly

José Mendonça Bezerra

Julio Semeghini

Lobbe Neto

Raul Jungmann

Roberto Rocha

Rômulo Gouveia

Ariosto Holanda

Fábio Faria

Jô Moraes

Sueli Vidigal

Wilson Picler

(Dep. do

Antonio Carlos Biscaia

Augusto Farias vaga do PSDB/DEM/PPS

Carlos Bezerra vaga do PSDB/DEM/PPS

Ciro Nogueira

Colbert Martins

Eduardo Cunha

Eliseu Padilha

Emiliano José vaga do PV

Geraldo Pudim

Gerson Peres

Jefferson Campos

João Paulo Cunha

José Eduardo Cardozo

José Genoíno

José Mentor

Magela

Marçal Filho

Marcelo Guimarães Filho

Marcelo Itagiba

Maurício Quintella Lessa

Mauro Benevides

Mendes Ribeiro Filho

Nelson Trad

Osmar Serraglio

Paes Landim

Pastor Manoel Ferreira

Paulo Maluf

Regis de Oliveira

Rubens Otoni

Sérgio Barradas Carneiro

Tadeu Filippelli

Vicente Arruda

Vilson Covatti

Vital do Rêgo Filho

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN

ocupa a vaga)

PSDB/DEM/PPS

Antonio Carlos Pannunzio

Arolde de Oliveira

Bonifácio de Andrada

Efraim Filho

Felipe Maia

Fernando Coruja

Índio da Costa vaga do PSOL

João Almeida

João Campos

José Carlos Aleluia

José Maia Filho

Jutahy Junior

Mendonça Prado

Paulo Magalhães

Roberto Magalhães

Zenaldo Coutinho

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT

C/PTdoB ocupa a vaga)

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT

C/PTdoB ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN

ocupa a vaga)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Ciro Gomes

Flávio Dino

Francisco Tenorio

Gonzaga Patriota

Márcio França vaga do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Aracely de Paula

Arnaldo Faria de Sá

Carlos Willian

Celso Russomanno

Décio Lima

Dilceu Sperafico

Domingos Dutra

Dr. Rosinha

Eduardo Amorim

Fátima Bezerra

George Hilton

Hugo Leal

Ibsen Pinheiro

Jaime Martins

Jair Bolsonaro

João Magalhães

José Guimarães

Leo Alcântara

Luiz Couto

Maria do Rosário

Maria Lúcia Cardoso

Maurício Rands

Mauro Lopes

Miguel Corrêa

Odílio Balbinotti

Pastor Pedro Ribeiro

Paulo Rattes

Sandes Barros

Sandes Júnior

Sandro Mabel

Wilson Santiago

(Dep. do PSDB/DEM/PPS

ocupa a vaga)

Alexandre Silveira

Arnaldo Madeira

Bispo Gê Tenuta

Bruno Araújo

Carlos Melles

Edson Aparecido

Humberto Souto

Jairo Ataíde

Jorginho Maluly

Major Fábio

Moreira Mendes

Onyx Lorenzoni vaga do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Paulo Bornhausen

Renato Amary

Ricardo Tripoli

Rômulo Gouveia

Solange Amaral

Vic Pires Franco

William Woo

Beto Albuquerque

Chico Lopes

Eduardo Lopes

Evandro Milhomen

Marcos Medrado

Sandra Rosado
Sérgio Brito vaga do PSDB/DEM/PPS
Valtenir Pereira
Vieira da Cunha
Wolney Queiroz

PV

Marcelo Ortiz
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)

PSOL

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
Secretário(a): Rejane Salete Marques
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 21
Telefones: 3216-6494
FAX: 3216-6499

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Ana Arraes (PSB)
1º Vice-Presidente: Filipe Pereira (PSC)
2º Vice-Presidente: Vinicius Carvalho (PTdoB)
3º Vice-Presidente: Walter Ihoshi (DEM)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Antonio Cruz vaga do PSDB/DEM/PPS
Celso Russomanno
Elismar Prado
Elizeu Aguiar
Filipe Pereira
José Carlos Araújo
Luiz Bittencourt
Neudo Campos
Tonha Magalhães
Vinicius Carvalho
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
(Dep. do PHS ocupa a vaga)

PSDB/DEM/PPS

Carlos Sampaio
Dimas Ramalho
Ricardo Tripoli
Rogerio Lisboa
Walter Ihoshi
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Ana Arraes
Chico Lopes vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Júlio Delgado
1 vaga
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

PV

Dr. Nechar
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)

PSOL

Ivan Valente vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

PHS

Felipe Bornier vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
Telefones: 3216-6920 A 6922
FAX: 3216-6925

Pompeo de Mattos
Sergio Petecão
Silvio Costa

Roberto Santiago

Sarney Filho

Chico Alencar

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Edmilson Valentim (PCdoB)
1º Vice-Presidente: Dr. Ubiali (PSB)
2º Vice-Presidente: João Maia (PR)
3º Vice-Presidente: Fernando de Fabinho (DEM)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Edson Ezequiel
Jairo Carneiro
João Maia
José Guimarães
Jurandil Juarez
Miguel Corrêa
Nelson Goetten
Renato Molling
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)

Aelton Freitas
Antônio Andrade
Armando Monteiro
Carlos Eduardo Cadoca
Elizeu Aguiar vaga do PSDB/DEM/PPS
Maurício Trindade vaga do PHS
Natan Donadon
Rebecca Garcia
Ricardo Berzoini
Silas Brasileiro
Wilson Covatti
Virgílio Guimarães

PSDB/DEM/PPS

Albano Franco
Fernando de Fabinho
Leandro Sampaio
Luiz Paulo Vellozo Lucas
Osório Adriano

Guilherme Campos
Manoel Salviano
Moreira Mendes
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)
1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Capitão Assunção vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Dr. Ubiali
Edmilson Valentim vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Laurez Moreira
Vanessa Grazziotin vaga do PHS

Fernando Coelho Filho
Valadares Filho

PHS

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)
Secretário(a): Anamélia Lima Rocha M. Fernandes
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33
Telefones: 3216-6601 A 6609
FAX: 3216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Eduardo Sciarra (DEM)
1º Vice-Presidente: João Bittar (DEM)
2º Vice-Presidente: Fernando Chucre (PSDB)
3º Vice-Presidente: José Chaves (PTB)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Angela Amin
Chico Abreu
Emília Fernandes
Flaviano Melo
Francisco Praciano
João Carlos Bacelar vaga do PSDB/DEM/PPS
José Chaves
Marcelo Melo
Zezéu Ribeiro
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PV ocupa a vaga)

Acélio Casagrande
Benedito de Lira
Chico da Princesa
José Airon Cirilo
Jurandy Loureiro
Leonardo Monteiro
Luiz Carlos Busato
Pepe Vargas
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Eduardo Sciarra
Araldo Jardim

Fernando Chucre
João Bittar
José Carlos Machado ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/
PTdoB ocupa a vaga)
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

Gustavo Fruet
Jorge Khoury
José Carlos Vieira
Onyx Lorenzoni ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Renato Amary
Flávio Dino
Silvio Costa
(Dep. do PRB ocupa a vaga)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Evandro Milhomen
Fernando Chiarelli
Mário Heringer ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
Osmar Júnior

PV

José Paulo Tóffano ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

PRB

Léo Vivas ^{vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN}

Secretário(a): Estevam dos Santos Silva
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188
Telefones: 3216-6551/ 6554
FAX: 3216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente: Luiz Couto (PT)
1º Vice-Presidente: Pedro Wilson (PT)
2º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB)
3º Vice-Presidente: Geraldo Thadeu (PPS)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Domingos Dutra
Edmar Moreira ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
Janete Rocha Pietá
Lucenira Pimentel
Luiz Couto
Pastor Pedro Ribeiro
Pedro Wilson
Professor Victorio Galli
Suely
Veloso

Suplentes

Antonio Bulhões ^{vaga do PHS}
Carlos Abicalil
Irieny Lopes
José Linhares
Lincoln Portela
Luiz Alberto
Paes de Lira
Pastor Manoel Ferreira
Paulo Henrique Lustosa
(Dep. do PV ocupa a vaga)

PSDB/DEM/PPS

Geraldo Thadeu
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT
C/PTdoB ocupa a vaga)
2 vagas

Eduardo Barbosa
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)
2 vagas

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Pompeo de Mattos
(Dep. do PRB ocupa a vaga)

Janete Capiberibe
Paulo Rubem Santiago
Uldurico Pinto ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}

PHS

Miguel Martini

(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC
/PTdoB ocupa a vaga)

PRB

Cleber Verde ^{vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN}
1 vaga

PV

Antônio Roberto ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

PSOL

Chico Alencar ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
Secretário(a): Márcio Marques de Araújo
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 3216-6571
FAX: 3216-6580

Geraldinho ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Maria do Rosário (PT)
1º Vice-Presidente: Fátima Bezerra (PT)
2º Vice-Presidente: Lobbe Neto (PSDB)
3º Vice-Presidente: Alice Portugal (PCdoB)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Alex Canziani
Angelo Vanhoni
Antônio Carlos Biffi
Bel Mesquita
Carlos Abicalil
Fátima Bezerra
Gastão Vieira (Licenciado)
Iran Barbosa
João Matos
Joaquim Beltrão
Joseph Bandeira
Lelo Coimbra
Maria do Rosário
Neilton Mulim
Oswaldo Biolchi
Professor Setimo ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
Raul Henry ^{vaga do PV}

Suplentes

Angela Portela
Charles Lucena
Chico Abreu
Elismar Prado
Emiliano José
Eudes Xavier
Fernando Nascimento
Geraldo Resende
Jairo Carneiro
José Linhares
Marcelo Almeida
Mauro Benevides
Osmar Serraglio
Pedro Wilson
Roberto Alves
Rodrigo Rocha Loures
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa
a vaga)

Reginaldo Lopes
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

PSDB/DEM/PPS

Clóvis Fecury
Eduardo Barbosa ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Eleuses Paiva
Lira Maia
Luiz Carlos Setim
Narcio Rodrigues
Paulo Magalhães
Professor Ruy Pauletti
Professora Raquel Teixeira
Raimundo Gomes de Matos
(Dep. do PV ocupa a vaga)
1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Alice Portugal
Ariosto Holanda ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Átila Lira
Paulo Rubem Santiago
Wilson Picler ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

Dr. Ubiali
Lídice da Mata
Luiza Erundina
Severiano Alves

PV

(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT
C/PTdoB ocupa a vaga)

José Fernando Aparecido de
Oliveira ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
Marcelo Ortiz

PRB

Marcos Antonio ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
Secretário(a): Anamélia Ribeiro C. de Araújo
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170
Telefones: 3216-6625/6626/6627/6628
FAX: 3216-6635

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Vignatti (PT)
1º Vice-Presidente: Antonio Palocci (PT)
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
3º Vice-Presidente: Félix Mendonça (DEM)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Aelton Freitas	Bilac Pinto
Andre Vargas	Edgar Moury <small>vaga do PSOL</small>
Antonio Palocci	Eduardo Cunha
Armando Monteiro	João Magalhães
Eduardo Amorim	João Paulo Cunha
Gladson Cameli	Jorge Boeira
João Pizzolatti	Leonardo Quintão
Marcelo Castro	Magela
Pedro Eugênio	Maurício Quintella Lessa
Pedro Novais	Oswaldo Biolchi
Pepe Vargas	Paulo Maluf
Ricardo Barros	Pedro Henry
Ricardo Berzoini	Professor Setimo
Rodrigo Rocha Loures	Reginaldo Lopes
Vicentinho Alves	Tonha Magalhães
Vignatti	Vital do Rêgo Filho
Virgílio Guimarães <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small>	Zonta
Wilson Santiago	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
PSDB/DEM/PPS	
Alfredo Kaefer	Antonio Carlos Pannunzio
Arnaldo Madeira	Arnaldo Jardim
Carlos Melles	João Almeida
Félix Mendonça	João Bittar <small>vaga do PV</small>
Guilherme Campos	João Oliveira
Ilderlei Cordeiro	José Carlos Aleluia
Júlio Cesar	José Maia Filho
Julio Semeghini	Nelson Proença <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small>
Luiz Carlos Haulay	Paulo Renato Souza
Luiz Carreira <small>vaga do PV</small>	(Licenciado)
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Rodrigo de Castro
PSB/PDT/PCdoB/PMN	2 vagas
João Dado	Ciro Gomes
Manoel Junior	Julião Amin
Silvio Costa	Osmar Júnior <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	Paulo Pereira da Silva
	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
PV	
Ciro Pedrosa <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	
PSOL	
Geraldinho	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)
Secretário(a): Marcelle R C Cavalcanti	
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136	
Telefones: 3216-6654/6655/6652	
FAX: 3216-6660	
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE	
Presidente: Silvio Torres (PSDB)	
1º Vice-Presidente: Rômulo Gouveia (PSDB)	
2º Vice-Presidente: Sueli Vidigal (PDT)	
3º Vice-Presidente: Léo Vivas (PRB)	
Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Aníbal Gomes	Alexandre Santos
Cândido Vaccarezza <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Augusto Farias
Carlos Willian	Celso Russomanno
Devanir Ribeiro	Edinho Bez
João Magalhães	José Mentor
Leo Alcântara	Jurandil Juarez
Márcio Reinaldo Moreira	Luis Carlos Heinze
Paulo Rattes	Luiz Sérgio
Simão Sessim	Paulo Rocha
Solange Almeida	Vicentinho Alves
Vadão Gomes	(Dep. do PHS ocupa a vaga)
Wellington Roberto	
PSDB/DEM/PPS	
Edson Aparecido	Bruno Araújo
Milton Vieira	Duarte Nogueira
Rodrigo Maia	Humberto Souto <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small>
Rômulo Gouveia	José Carlos Machado
Silvio Torres	José Carlos Vieira
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	Moreira Mendes
PSB/PDT/PCdoB/PMN	Vanderlei Macris
Ademir Camilo	Daniel Almeida
Sueli Vidigal	Márcio França
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
PRB	
Léo Vivas <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small>	
PHS	
	Felipe Bornier <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>
Secretário(a): Marcos Figueira de Almeida	
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161	
Telefones: 3216-6671 A 6675	
FAX: 3216-6676	
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	
Presidente: Roberto Britto (PP)	
1º Vice-Presidente: Eliene Lima (PP)	
2º Vice-Presidente: Dr. Talmir (PV)	
3º Vice-Presidente: Vadão Gomes (PP)	
Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Eduardo Amorim	Angelo Vanhoni
Eliene Lima	Fátima Bezerra
Emília Fernandes	Fernando Ferro
Francisco Praciano	Lincoln Portela
Iran Barbosa	Mário de Oliveira
Janete Rocha Pietá	Nazareno
	Fonteles
Jurandil Juarez	Rodrigo Rocha
	Loures
Leonardo Monteiro	Sabino Castelo
Pedro Wilson	Branco
Roberto Britto	Silas Câmara
Vadão Gomes <small>vaga do PV</small>	1 vaga
PSDB/DEM/PPS	
José Carlos Vieira	Paulo Bornhausen
Luiz Carlos Setim	Rodrigo Maia
(Dep. do PV ocupa a vaga)	3 vagas
2 vagas	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Luiza Erundina	Glauber Braga
Sebastião Bala Rocha	João Dado
PV	
Dr. Talmir <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	1 vaga
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	
Secretário(a): Sônia Hypolito	

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122
Telefones: 3216-6692 / 6693
FAX: 3216-6700

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente: Roberto Rocha (PSDB)
1º Vice-Presidente: Marcos Montes (DEM)
2º Vice-Presidente: Jurandy Loureiro (PSC)
3º Vice-Presidente: Leonardo Monteiro (PT)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Jurandy Loureiro	Aline Corrêa
Leonardo Monteiro	Fernando Marroni
Mário de Oliveira	Homero Pereira
Paulo Piau	Moacir Micheletto
Rebecca Garcia	Paulo Roberto Pereira
Zé Geraldo	Paulo Teixeira
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	Valdir Colatto
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Zezéu Ribeiro
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

PSDB/DEM/PPS

André de Paula <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>	Antonio Feijão
---	----------------

Gervásio Silva	Arnaldo Jardim
Jorge Khoury <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>	Cezar Silvestri <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>

Marcos Montes	Germano Bonow
Marina Maggessi	Luiz Carreira
Roberto Rocha	Moreira Mendes <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small>

Rodovalho <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>	Nilson Pinto <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>
--	---

1 vaga Wandenkolk Gonçalves

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Givaldo Carimbão	Miro Teixeira
(Dep. do PV ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

PV

Antônio Roberto <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>	Fernando Gabeira
--	------------------

Edson Duarte vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Sarney Filho

Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 142
Telefones: 3216-6521 A 6526
FAX: 3216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Bernardo Ariston (PMDB)
1º Vice-Presidente: Eduardo da Fonte (PP)
2º Vice-Presidente: Luiz Alberto (PT)
3º Vice-Presidente: Nelson Bornier (PMDB)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Albérico Filho	Andre Vargas
Alexandre Santos	Chico D'angelo
Bernardo Ariston	Edinho Bez
Carlos Alberto Canuto	Edio Lopes
Eduardo da Fonte	Edson Ezequiel
Eduardo Valverde	Jilmar Tatto
Ernandes Amorim	João Pizzolatti
Fernando Ferro	Leonardo Quintão
Fernando Marroni	Luiz Bassuma
Jorge Boeira	Maurício Quintella Lessa
José Otávio Germano <small>vaga do</small>	Pedro Eugênio

PSDB/DEM/PPS

José Santana de Vasconcellos

Luiz Alberto vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Luiz Fernando Faria
Marcos Lima

Nelson Bornier

Rose de Freitas
Vander Loubet

PSDB/DEM/PPS

Arnaldo Jardim
Betinho Rosado
Bruno Rodrigues
João Oliveira
Marcio Junqueira
Paulo Abi-ackel
Silvio Lopes
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)
(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT
C/PTdoB ocupa a vaga)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Arnaldo Vianna
Brizola Neto vaga do PSDB/DEM/PPS
Julião Amin

Marcos Medrado

(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT
C/PTdoB ocupa a vaga)

PV

Fábio Ramalho

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56
Telefones: 3216-6711 / 6713
FAX: 3216-6720

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Severiano Alves (PDT)
1º Vice-Presidente: Damião Feliciano (PDT)
2º Vice-Presidente: Átila Lins (PMDB)
3º Vice-Presidente: Maria Lúcia Cardoso (PMDB)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Aracely de Paula	Andre Zacharow
Arlindo Chinaglia	Arnon Bezerra <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>
Átila Lins	Carlos Zarattini
Dr. Rosinha	Gladson Cameli
George Hilton	Jackson Barreto
Ibsen Pinheiro	Janete Rocha Pietá
Íris de Araújo	Jefferson Campos
Jair Bolsonaro	José Genoíno
Luiz Sérgio	Lelo Coimbra <small>vaga do PV</small>
Maria Lúcia Cardoso	Luciana Costa
Maurício Rands	Márcio Reinaldo Moreira
Nilson Mourão	Paes Landim <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small>
Takayama	Pastor Pedro Ribeiro
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Paulo Pimenta

Pedro Fernandes vaga do
PSB/PDT/PCdoB/PMN

Simão Sessim
Solange Almeida
Tatico
(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)
(Dep. do PV ocupa a vaga)

Bruno Araújo vaga do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Carlos Brandão
Eduardo Gomes
Eduardo Sciarra
Gervásio Silva
José Carlos Aleluia
Nelson Proença
Paulo Bornhausen

Urzeni Rocha

Vitor Penido

Átila Lira

Davi Alves Silva Júnior
Silvio Costa
(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT
C/PTdoB ocupa a vaga)

Ciro Pedrosa vaga do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

José Fernando Aparecido de
Oliveira

<p>(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga) 1 vaga</p> <p style="text-align: right;">Otavio Leite</p> <p style="text-align: center;">PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Ronaldo Caiado</p> <p>Jô Moraes Manato Ribamar Alves (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)</p> <p style="text-align: right;">Marcelo Serafim Mário Heringer Mauro Nazif</p> <p style="text-align: center;">PV</p> <p>Dr. Talmir</p> <p style="text-align: right;">Dr. Nechar</p> <p style="text-align: center;">PSOL</p> <p>(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)</p> <p style="text-align: right;">(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)</p> <p style="text-align: center;">PRB</p> <p>Cleber Verde <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small></p> <p>Secretário(a): Lin Israel Costa dos Santos Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145 Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786 FAX: 3216-6790</p> <p style="text-align: center;">COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO</p> <p>Presidente: Sabino Castelo Branco (PTB) 1º Vice-Presidente: Sérgio Moraes (PTB) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Manuela D'ávila (PCdoB)</p> <p style="text-align: center;">Titulares</p> <p style="text-align: center;">PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Edgar Moury Eudes Xavier Fernando Nascimento Gorete Pereira <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Hermes Parcianello Jovair Arantes <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Laerte Bessa Luciano Castro Luiz Carlos Busato Milton Monti <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Paulo Rocha</p> <p style="text-align: center;">Suplentes</p> <p>Armando Abílio Carlos Santana Edinho Bez <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Emilia Fernandes Filipe Pereira Gladson Cameli José Otávio Germano Nelson Pellegrino (Licenciado) Oswaldo Reis Sandro Mabel Vinicius Carvalho (Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga) (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga) (Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)</p> <p style="text-align: center;">PSDB/DEM/PPS</p> <p>Andreia Zito Major Fábio</p> <p>Thelma de Oliveira</p> <p>(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)</p> <p style="text-align: right;">João Campos</p> <p style="text-align: right;">Jorginho Maluly</p> <p style="text-align: right;">José Carlos Aleluia</p> <p style="text-align: right;">Lobbe Neto</p> <p style="text-align: right;">Marcio Junqueira</p>	<p>C/PTdoB ocupa a vaga)</p> <p style="text-align: right;">(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)</p> <p style="text-align: center;">PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Daniel Almeida</p> <p>Manuela D'ávila <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Mauro Nazif <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Paulo Pereira da Silva</p> <p>1 vaga</p> <p style="text-align: center;">PV</p> <p>Roberto Santiago Secretário(a): Ruy Omar Prudêncio da Silva Local: Anexo II, Sala T 50 Telefones: 3216-6805 / 6806 / 6807 FAX: 3216-6815</p> <p style="text-align: center;">COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO</p> <p>Presidente: Afonso Hamm (PP) 1º Vice-Presidente: Marcelo Teixeira (PR) 2º Vice-Presidente: Eugênio Rabelo (PP) 3º Vice-Presidente: Otavio Leite (PSDB)</p> <p style="text-align: center;">Titulares</p> <p style="text-align: center;">PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Afonso Hamm Arnon Bezerra Carlos Eduardo Cadoca Deley Edinho Bez <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Eliene Lima Eugênio Rabelo <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Fernando Lopes Jackson Barreto Jilmar Tatto José Aírton Cirilo Lupércio Ramos <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> Marcelo Teixeira</p> <p style="text-align: center;">PSDB/DEM/PPS</p> <p>Carlos Brandão Jerônimo Reis Otavio Leite (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC /PTdoB ocupa a vaga) (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC /PTdoB ocupa a vaga) (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC /PTdoB ocupa a vaga)</p> <p style="text-align: center;">PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Fábio Faria Lídice da Mata Valadares Filho Secretário(a): James Lewis Gorman Junior Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo Telefones: 3216-6831 / 6832 / 6833 FAX: 3216-6835</p> <p style="text-align: center;">COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES</p> <p>Presidente: Jaime Martins (PR) 1º Vice-Presidente: Mauro Lopes (PMDB) 2º Vice-Presidente: Carlos Santana (PT) 3º Vice-Presidente: Hugo Leal (PSC)</p> <p style="text-align: center;">Titulares</p> <p style="text-align: center;">PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p style="text-align: right;">(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)</p> <p style="text-align: right;">Alice Portugal <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small></p> <p style="text-align: right;">Maria Helena Sandra Rosado Sebastião Bala Rocha Vanessa Graziotin <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small></p> <p style="text-align: right;">Edigar Mão Branca</p> <p style="text-align: right;">Alex Canziani Cida Diogo Fátima Pelaes Gilmar Machado Hermes Parcianello João Pizzolatti Joaquim Beltrão José Rocha Vicentinho (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)</p> <p style="text-align: right;">Albano Franco Fábio Souto Fernando de Fabinho Marcos Montes <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small> Moreira Mendes Silvio Torres Thelma de Oliveira Ademir Camilo Laurez Moreira Manuela D'ávila</p>
---	--

<p>Airton Roveda <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small></p> <p>Alberto Silva</p> <p>Camilo Cola <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small></p> <p>Carlos Santana</p> <p>Carlos Zarattini</p> <p>Chico da Princesa</p> <p>Décio Lima</p> <p>Edio Lopes <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small></p> <p>Geraldo Simões</p> <p>Hugo Leal</p> <p>Jaime Martins</p> <p>Lázaro Botelho</p> <p>Leonardo Quintão</p> <p>Lúcio Vale <small>vaga do PV</small></p> <p>Marcelo Almeida <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small></p> <p>Marinha Raupp</p> <p>Mauro Lopes</p> <p>Olavo Calheiros</p> <p>Pedro Fernandes</p> <p>Roberto Britto</p> <p>Silas Brasileiro</p> <p>Wellington Fagundes (Licenciado) <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small></p>	<p>Aelton Freitas</p> <p>Beto Mansur</p> <p>Devanir Ribeiro</p> <p>Eliseu Padilha</p> <p>Flaviano Melo</p> <p>José Chaves</p> <p>Marcelo Teixeira</p> <p>Marcos Lima</p> <p>Nelson Bornier</p> <p>Nelson Trad</p> <p>Pedro Chaves</p> <p>Renato Molling</p> <p>Rita Camata <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small></p> <p>Rubens Otoni</p> <p>Sérgio Moraes</p> <p>(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)</p>	<p align="center">ARTIGOS AINDA NÃO REGULAMENTADOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.</p>																																																									
<p align="center">PSDB/DEM/PPS</p> <p>Afonso Camargo</p> <p>Carlos Alberto Leréia</p> <p>Cláudio Diaz</p> <p>José Mendonça Bezerra</p> <p>Vanderlei Macris</p> <p>(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)</p> <p>Rogério Marinho <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small></p> <p>Walter Ihoshi (Dep. do PV ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)</p>	<p>Alexandre Silveira <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small></p> <p>Arnaldo Jardim</p> <p>Arolde de Oliveira</p> <p>Emanuel Fernandes</p> <p>Fernando Chucre</p> <p>Geraldo Thadeu <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small></p> <p>Lael Varella</p> <p>Roberto Rocha</p>	<p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p> <p>Coordenador: Regis de Oliveira (PSC)</p> <table border="0"> <tr> <td>Titulares</td> <td></td> <td>Suplentes</td> </tr> <tr> <td>Ibsen Pinheiro</td> <td>PMDB</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Osmar Serraglio</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cândido Vaccarezza</td> <td>PT</td> <td></td> </tr> <tr> <td>João Paulo Cunha</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>José Eduardo Cardozo</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>José Genoíno</td> <td>DEM</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Roberto Magalhães</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Solange Amaral</td> <td>PSDB</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Bruno Araújo</td> <td>PP</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Mário Negromonte</td> <td>PDT</td> <td></td> </tr> <tr> <td>João Dado</td> <td>PTB</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Arnaldo Faria de Sá</td> <td>PV</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Marcelo Ortiz</td> <td>PPS</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fernando Coruja</td> <td>PCdoB</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aldo Rebelo</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Flávio Dino</td> <td>PSC</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Regis de Oliveira</td> <td>PRB</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cleber Verde</td> <td>PTdoB</td> <td></td> </tr> </table> <p>Vinicius Carvalho</p> <p>Secretário(a): Raquel Figueiredo</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6240</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p>	Titulares		Suplentes	Ibsen Pinheiro	PMDB		Osmar Serraglio			Cândido Vaccarezza	PT		João Paulo Cunha			José Eduardo Cardozo			José Genoíno	DEM		Roberto Magalhães			Solange Amaral	PSDB		Bruno Araújo	PP		Mário Negromonte	PDT		João Dado	PTB		Arnaldo Faria de Sá	PV		Marcelo Ortiz	PPS		Fernando Coruja	PCdoB		Aldo Rebelo			Flávio Dino	PSC		Regis de Oliveira	PRB		Cleber Verde	PTdoB	
Titulares		Suplentes																																																									
Ibsen Pinheiro	PMDB																																																										
Osmar Serraglio																																																											
Cândido Vaccarezza	PT																																																										
João Paulo Cunha																																																											
José Eduardo Cardozo																																																											
José Genoíno	DEM																																																										
Roberto Magalhães																																																											
Solange Amaral	PSDB																																																										
Bruno Araújo	PP																																																										
Mário Negromonte	PDT																																																										
João Dado	PTB																																																										
Arnaldo Faria de Sá	PV																																																										
Marcelo Ortiz	PPS																																																										
Fernando Coruja	PCdoB																																																										
Aldo Rebelo																																																											
Flávio Dino	PSC																																																										
Regis de Oliveira	PRB																																																										
Cleber Verde	PTdoB																																																										
<p align="center">PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Beto Albuquerque</p> <p>Davi Alves Silva Júnior</p> <p>Giovanni Queiroz</p> <p>(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)</p> <p>Dr. Talmir <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small></p> <p>Fábio Ramalho</p> <p>Secretário(a): Admar Pires dos Santos</p> <p>Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175</p> <p>Telefones: 3216-6853 A 6856</p> <p>FAX: 3216-6860</p>	<p>Gonzaga Patriota</p> <p>Perpétua Almeida</p> <p>Sérgio Brito</p> <p>(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)</p>	<p align="center">COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE TENHAM POR OBJETIVO O COMBATE À PIRATARIA.</p>																																																									
<p align="center">COMISSÕES TEMPORÁRIAS</p> <p align="center">COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR TODOS OS</p>		<p>Presidente: Pedro Chaves (PMDB)</p> <p>1º Vice-Presidente: Guilherme Campos (DEM)</p> <p>2º Vice-Presidente: Julio Semeghini (PSDB)</p> <p>3º Vice-Presidente: Celso Russomanno (PP)</p> <p>Relator: Maria do Rosário (PT)</p> <table border="0"> <tr> <td>Titulares</td> <td></td> <td>Suplentes</td> </tr> <tr> <td></td> <td>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Antonio Carlos Biscaia</td> <td></td> <td>Arnaldo Faria de Sá</td> </tr> <tr> <td>Celso Russomanno</td> <td></td> <td>Bilac Pinto</td> </tr> <tr> <td>Jurandil Juarez</td> <td></td> <td>Eduardo Valverde</td> </tr> <tr> <td>Maria do Rosário</td> <td></td> <td>Laerte Bessa</td> </tr> <tr> <td>Maurício Quintella Lessa</td> <td></td> <td>Mauro Lopes</td> </tr> <tr> <td>Paulo Roberto Pereira</td> <td></td> <td>Paulo Henrique Lustosa</td> </tr> <tr> <td>Pedro Chaves</td> <td></td> <td>Renato Molling</td> </tr> <tr> <td>Regis de Oliveira</td> <td></td> <td>Waldir Maranhão</td> </tr> <tr> <td>1 vaga</td> <td></td> <td>(Licenciado)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>PSDB/DEM/PPS</td> <td>1 vaga</td> </tr> <tr> <td>Arnaldo Jardim</td> <td></td> <td>Augusto Carvalho</td> </tr> <tr> <td>Duarte Nogueira</td> <td></td> <td>(Licenciado)</td> </tr> <tr> <td>Guilherme Campos</td> <td></td> <td>Carlos Sampaio</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Emanuel Fernandes</td> </tr> </table>	Titulares		Suplentes		PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		Antonio Carlos Biscaia		Arnaldo Faria de Sá	Celso Russomanno		Bilac Pinto	Jurandil Juarez		Eduardo Valverde	Maria do Rosário		Laerte Bessa	Maurício Quintella Lessa		Mauro Lopes	Paulo Roberto Pereira		Paulo Henrique Lustosa	Pedro Chaves		Renato Molling	Regis de Oliveira		Waldir Maranhão	1 vaga		(Licenciado)		PSDB/DEM/PPS	1 vaga	Arnaldo Jardim		Augusto Carvalho	Duarte Nogueira		(Licenciado)	Guilherme Campos		Carlos Sampaio			Emanuel Fernandes									
Titulares		Suplentes																																																									
	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB																																																										
Antonio Carlos Biscaia		Arnaldo Faria de Sá																																																									
Celso Russomanno		Bilac Pinto																																																									
Jurandil Juarez		Eduardo Valverde																																																									
Maria do Rosário		Laerte Bessa																																																									
Maurício Quintella Lessa		Mauro Lopes																																																									
Paulo Roberto Pereira		Paulo Henrique Lustosa																																																									
Pedro Chaves		Renato Molling																																																									
Regis de Oliveira		Waldir Maranhão																																																									
1 vaga		(Licenciado)																																																									
	PSDB/DEM/PPS	1 vaga																																																									
Arnaldo Jardim		Augusto Carvalho																																																									
Duarte Nogueira		(Licenciado)																																																									
Guilherme Campos		Carlos Sampaio																																																									
		Emanuel Fernandes																																																									

Julio Semeghini Professora Raquel Teixeira PSB/PDT/PCdoB/PMN	2 vagas	Pastor Manoel Ferreira Wilson Braga <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small> PSDB/DEM/PPS	
Marcelo Serafim Vanessa Grazziotin PV	Beto Albuquerque 1 vaga	Andreia Zito	Eduardo Barbosa Emanuel Fernandes 3 vagas
José Fernando Aparecido de Oliveira PRB	Lindomar Garçon	Arnaldo Jardim	
Marcos Antonio Secretário(a): Maria de Fátima Moreira Local: Anexo II - Pavimento Superior, Sala 150-A Telefones: 3216-6204 FAX: 3216-6225	1 vaga	Claudio Cajado João Almeida (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga) PSB/PDT/PCdoB/PMN	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PREPARAR AS COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DA INAUGURAÇÃO DE BRASÍLIA E DA TRANSFERÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL PARA A NOVA CAPITAL FEDERAL. Presidente: Rodrigo Rollemberg (PSB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Osório Adriano (DEM)		Daniel Almeida Lídice da Mata Sarney Filho Felipe Bornier Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216.6209 FAX: 3216.6225	Pompeo de Mattos 1 vaga Fernando Gabeira 1 vaga
Titulares	Suplentes	PV	PHS
Laerte Bessa Tadeu Filippelli PMDB			
Magela Marco Maia PT			
Osório Adriano DEM			
Jofran Frejat PR			
Rodrigo Rollemberg Secretário(a): - PSB			
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR, ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2008, A APLICAÇÃO DAS SEGUINTE LEIS DE ANISTIA: LEI Nº 8878/1994, QUE "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA"; LEI Nº 10.790/2003, QUE "CONCEDE ANISTIA A DIRIGENTES OU REPRESENTANTES SINDICAIS E TRABALHADORES PUNIDOS POR PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO"; LEI Nº 11.282/2006, QUE "ANISTIA OS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT PUNIDOS EM RAZÃO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO GREVISTA"; E LEI Nº 10.559/2002, QUE "REGULAMENTA O ARTIGO 8º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Presidente: Daniel Almeida (PCdoB) 1º Vice-Presidente: Claudio Cajado (DEM) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3-A, DE 2007, DO SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS, QUE "ALTERA O INCISO XII DO ART. 93 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (PERMITE FÉRIAS COLETIVAS NOS JUÍZOS E TRIBUNAIS DE SEGUNDO GRAU). Presidente: Paulo Abi-ackel (PSDB) 1º Vice-Presidente: Dalva Figueiredo (PT) 2º Vice-Presidente: Júlio Delgado (PSB) 3º Vice-Presidente: Mauro Lopes (PMDB) Relator: Nelson Trad (PMDB)	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Arnaldo Faria de Sá Chico Abreu Elcione Barbalho Fernando Ferro Fernando Lopes George Hilton José Eduardo Cardozo Magela	Aracely de Paula Carlos Santana Fátima Bezerra Filipe Pereira Luiz Couto 4 vagas	Antonio Bulhões Antonio Carlos Biscaia Dalva Figueiredo José Santana de Vasconcellos Márcio Reinaldo Moreira Mauro Lopes Miguel Corrêa Nelson Trad Paes Landim PSDB/DEM/PPS Moreira Mendes Paulo Abi-ackel Vitor Penido 2 vagas PSB/PDT/PCdoB/PMN Júlio Delgado Marcos Medrado PV Fábio Ramalho PRB	Bilac Pinto Geraldo Pudim Nazareno Fonteles Pastor Pedro Ribeiro Ricardo Barros Velooso 3 vagas João Almeida Lael Varella 3 vagas 2 vagas 1 vaga 1 vaga
		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2007, DO SR. VITAL DO REGO FILHO, QUE "ACRESCENTA O ART.73-A À COSTITUIÇÃO FEDERAL, CRIANDO O CONSELHO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS".	

João Paulo Cunha José Genoíno José Otávio Germano Luciano Castro Regis de Oliveira Rita Camata 1 vaga	Lincoln Portela Marcelo Almeida Nelson Bornier Paulo Piau Reginaldo Lopes Sérgio Barradas Carneiro 1 vaga		
PSDB/DEM/PPS			
Bruno Rodrigues Claudio Cajado Felipe Maia Gervásio Silva Raul Jungmann	Efraim Filho José Maia Filho 3 vagas		
PSB/PDT/PCdoB/PMN			
Laurez Moreira Silvio Costa	Pompeo de Mattos Sueli Vidigal		
PV			
Marcelo Ortiz	1 vaga		
PSOL			
Chico Alencar Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: (61) 3216-6241 FAX: (61) 3216-6225	1 vaga		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47, DE 2003, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA INTRODUIZIR A ALIMENTAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL".			
Presidente: Armando Abílio (PTB)			
1º Vice-Presidente:			
2º Vice-Presidente:			
3º Vice-Presidente:			
Relator: Lelo Coimbra (PMDB)			
Titulares		Suplentes	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB			
Acélio Casagrande Antonio Cruz Armando Abílio Jorge Boeira Joseph Bandeira Lelo Coimbra Nazareno Fonteles Rose de Freitas Tonha Magalhães	Aline Corrêa Charles Lucena Dr. Rosinha Elismar Prado Emília Fernandes Gilmar Machado 3 vagas		
PSDB/DEM/PPS			
Antonio Carlos Mendes Thame Eleuses Paiva Geraldo Thadeu Roberto Magalhães Thelma de Oliveira	Ilderlei Cordeiro João Bittar João Campos Raimundo Gomes de Matos 1 vaga		
PSB/PDT/PCdoB/PMN			
Paulo Rubem Santiago Valadares Filho	Mário Heringer Ribamar Alves		
PV			
Dr. Talmir	1 vaga		
PSOL			
Chico Alencar Secretário(a): Cláudia Matias Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6235 FAX: (61) 3216-6225	1 vaga		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 052, DE 2003, DO SR. RIBAMAR ALVES, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 18 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", ESTABELECEDO QUE NA CRIAÇÃO, FUSÃO OU DESMEMBRAMENTO DE MUNICÍPIOS DEVERÃO SER			
PRESERVADOS A CONTINUIDADE E A UNIDADE HISTÓRICO-CULTURAL DO AMBIENTE URBANO.			
Presidente: Eduardo Valverde (PT)			
1º Vice-Presidente: Moacir Micheletto (PMDB)			
2º Vice-Presidente: Jorge Khoury (DEM)			
3º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB)			
Relator: Zequinha Marinho (PSC)			
Titulares		Suplentes	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB			
Angela Amin Eduardo Valverde Flaviano Melo José Airtton Cirilo Luciana Costa Moacir Micheletto Sérgio Moraes Zequinha Marinho 1 vaga	Chico Abreu Leonardo Monteiro Nazareno Fonteles Paes Landim Waldir Maranhão (Licenciado) Zezéu Ribeiro 3 vagas		
PSDB/DEM/PPS			
Carlos Brandão Duarte Nogueira Jorge Khoury Moreira Mendes 1 vaga	Fernando Chucre Geraldo Thadeu Guilherme Campos Raimundo Gomes de Matos 1 vaga		
PSB/PDT/PCdoB/PMN			
Ademir Camilo Ribamar Alves	Arnaldo Vianna Perpétua Almeida		
PV			
Dr. Nechar	José Fernando Aparecido de Oliveira		
PRB			
Cleber Verde Secretário(a): Valdivino Telentino Filho Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6206 FAX: (61) 3216-6225	Marcos Antonio		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59-A, DE 2007, DO SR. MÁRCIO FRANÇA, QUE "ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ART. 144, CRIANDO A POLÍCIA PORTUÁRIA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".			
Presidente: Paulo Pimenta (PT)			
1º Vice-Presidente:			
2º Vice-Presidente:			
3º Vice-Presidente:			
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)			
Titulares		Suplentes	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB			
Antonio Carlos Biscaia Arnaldo Faria de Sá Beto Mansur Eliseu Padilha Neilton Mulim Paes de Lira Paulo Pimenta Paulo Rocha Rose de Freitas	Carlos Santana Fátima Pelaez Magela Pedro Novais 5 vagas		
PSDB/DEM/PPS			
Indio da Costa João Campos Major Fábio Marina Maggessi William Woo	5 vagas		
PSB/PDT/PCdoB/PMN			
Capitão Assunção Manoel Junior	Gonzaga Patriota Márcio França		
PV			
Marcelo Ortiz	1 vaga		
PHS			
1 vaga	1 vaga		

Secretário(a): Luiz Cláudio Alves dos Santos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6287
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 98-A, DE 2007, DO SENHOR OTÁVIO LEITE, QUE "ACRESCENTA A ALÍNEA (E) AO INCISO VI DO ART. 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", INSTITUINDO IMUNIDADE TRIBUTÁRIA SOBRE OS FONOGRAMAS E VIDEOFONOGRAMAS MUSICAIS PRODUZIDOS NO BRASIL, CONTENDO OBRAS MUSICAIS OU LÍTERO-MUSICAIS DE AUTORES BRASILEIROS, E/OU OBRAS EM GERAL INTERPRETADAS POR ARTISTAS BRASILEIROS, BEM COMO OS SUPORTES MATERIAIS OU ARQUIVOS DIGITAIS QUE OS CONTENHAM.

Presidente: Décio Lima (PT)

1º Vice-Presidente: Arnaldo Jardim (PPS)

2º Vice-Presidente: Marcelo Serafim (PSB)

3º Vice-Presidente: Chico Alencar (PSOL)

Relator: José Otávio Germano (PP)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Átila Lins
Bilac Pinto
Chico D'angelo
Décio Lima
Elismar Prado
José Otávio Germano
Lupércio Ramos
Marcelo Melo
Paulo Roberto Pereira

Suplentes

Edio Lopes
Fernando Ferro
Francisco Praciano
Lincoln Portela
Luiz Fernando Faria
Marinha Raupp
Rebecca Garcia
Sabino Castelo Branco
Wladimir Costa

PSDB/DEM/PPS

Albano Franco
André de Paula
Arnaldo Jardim
Germano Bonow
Otavio Leite

Bruno Araújo
Jorge Khoury
Jorginho Maluly
Leandro Sampaio
Professora Raquel Teixeira

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Marcelo Serafim
Vanessa Grazziotin

Fábio Faria
1 vaga

PV

Edigar Mão Branca

Fábio Ramalho

PSOL

Chico Alencar

Ivan Valente

Secretário(a): Angélica Fialho

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: 3216-6218 / 3216-6232

FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 2007, DO SR. PAULO RENATO SOUZA, QUE "CRIA O TRIBUNAL SUPERIOR DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA".

Presidente: Vital do Rêgo Filho (PMDB)

1º Vice-Presidente: Ibsen Pinheiro (PMDB)

2º Vice-Presidente: Gustavo Fruet (PSDB)

3º Vice-Presidente: Francisco Praciano (PT)

Relator: Flávio Dino (PCdoB)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Benedito de Lira
Domingos Dutra
Elizeu Aguiar
Fátima Bezerra
Francisco Praciano
Ibsen Pinheiro
Regis de Oliveira
Vicente Arruda
Vital do Rêgo Filho

Suplentes

Antonio Carlos Biscaia
José Eduardo Cardozo
Leo Alcântara
Luiz Couto
Mauro Benevides
4 vagas

PSDB/DEM/PPS

Antonio Carlos Mendes Thame
Gustavo Fruet
Onyx Lorenzoni
Paulo Bornhausen
Raul Jungmann

Arnaldo Jardim
Carlos Sampaio
Paulo Abi-ackel
2 vagas

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Flávio Dino
Giovanni Queiroz

2 vagas

PV

Marcelo Ortiz

1 vaga

PSOL

Chico Alencar

Geraldinho

Secretário(a): Heloísa Maria Diniz

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6201

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130-A, DE 2007, DO SR. MARCELO ITAGIBA, QUE "REVOGA O INCISO X DO ART. 29; O INCISO III DO ART. 96; AS ALÍNEAS 'B' E 'C' DO INCISO I DO ART. 102; A ALÍNEA 'A' DO INCISO I DO ART. 105; E A ALÍNEA "A" DO INCISO I DO ART. 108, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (REVOGA DISPOSITIVOS QUE GARANTEM A PRERROGATIVA DE FORO OU "FORO PRIVILEGIADO").

Presidente: Dagoberto (PDT)

1º Vice-Presidente: Jorge Tadeu Mudalen (DEM)

2º Vice-Presidente: Paulo Abi-ackel (PSDB)

3º Vice-Presidente: Gonzaga Patriota (PSB)

Relator: Regis de Oliveira (PSC)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Aníbal Gomes
Arnon Bezerra
Eduardo Valverde
Fernando Ferro
João Pizzolatti
Jorge Bittar (Licenciado)
Laerte Bessa
Regis de Oliveira
Vicente Arruda

Suplentes

Átila Lins
Fátima Pelaez
Marcelo Itagiba
Maurício Quintella Lessa
Nilson Mourão
Pedro Fernandes
Rubens Otoni
Sandes Júnior
Virgílio Guimarães

PSDB/DEM/PPS

Alexandre Silveira
Jorge Tadeu Mudalen (Licenciado)
Osório Adriano
Paulo Abi-ackel
Ricardo Tripoli

Antonio Carlos Pannunzio
Geraldo Thadeu
William Woo
2 vagas

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Dagoberto
Gonzaga Patriota

Paulo Rubem Santiago
1 vaga

PV

Fábio Ramalho

1 vaga

PHS

Felipe Bornier

Miguel Martini

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques

Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A

Telefones: 3216.6214

FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 210-A DE 2007, DO SR. REGIS DE OLIVEIRA, QUE "ALTERA OS ARTIGOS 95 E 128 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA RESTABELECER O ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO COMO COMPONENTE DA REMUNERAÇÃO DAS CARREIRAS DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO".

Presidente: João Dado (PDT)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Laerte Bessa (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Arnaldo Faria de Sá	Jofran Frejat
Dalva Figueiredo	Joseph Bandeira
Eduardo Valverde	Magela
Eliene Lima	Marcelo Itagiba
Elismar Prado	Marcelo Melo
Geraldo Pudim	Natan Donadon
João Maia	Paes de Lira
Laerte Bessa	Washington Luiz
Mauro Lopes	1 vaga

Titulares	Suplentes
PSDB/DEM/PPS	
Alexandre Silveira	João Campos
Carlos Sampaio	Marina Maggessi
Jorginho Maluly	William Woo
Major Fábio	2 vagas
Zenaldo Coutinho	

Titulares	Suplentes
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Francisco Tenorio	Dagoberto
João Dado	Flávio Dino

Titulares	Suplentes
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga

Titulares	Suplentes
PSOL	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6232
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22-A, DE 1999, DO SENHOR ENIO BACCI, QUE "AUTORIZA O DIVÓRCIO APÓS 1 (UM) ANO DE SEPARAÇÃO DE FATO OU DE DIREITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", ALTERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 226, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Presidente: José Carlos Araújo (PR)
1º Vice-Presidente: Cândido Vaccarezza (PT)
2º Vice-Presidente: Geraldo Pudim (PMDB)
3º Vice-Presidente: Mendonça Prado (DEM)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Arnaldo Faria de Sá	Angela Portela
Cândido Vaccarezza	Carlos Zarattini
Geraldo Pudim	Luciano Castro
José Carlos Araújo	Mendes Ribeiro Filho
Marcelo Guimarães Filho	Reginaldo Lopes
Maria Lúcia Cardoso	Roberto Britto
Rebecca Garcia	3 vagas
Sérgio Barradas Carneiro	
1 vaga	

Titulares	Suplentes
PSDB/DEM/PPS	
Bruno Araújo	Bonifácio de Andrada
Fernando Coruja	Otavio Leite
Jutahy Junior	3 vagas
Mendonça Prado	
Roberto Magalhães	

Titulares	Suplentes
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Valadares Filho	2 vagas
Wolney Queiroz	

Titulares	Suplentes
PV	
Roberto Santiago	1 vaga

Titulares	Suplentes
PSOL	
Geraldinho	Chico Alencar

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 3216-6232

FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 231-A, DE 1995, DO SR. INÁCIO ARRUDA, QUE "ALTERA OS INCISOS XIII E XVI DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (REDUZINDO A JORNADA MÁXIMA DE TRABALHO PARA 40 HORAS SEMANAIS E AUMENTANDO PARA 75% A REMUNERAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO).

Presidente: Luiz Carlos Busato (PTB)
1º Vice-Presidente: Deley (PSC)
2º Vice-Presidente: Carlos Sampaio (PSDB)
3º Vice-Presidente: José Otávio Germano (PP)
Relator: Vicentinho (PT)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Deley	Carlos Santana
Eudes Xavier	Fátima Bezerra
Gorete Pereira	Maria Lúcia Cardoso
Iran Barbosa	Paulo Rocha
José Otávio Germano	Sandro Mabel
Luiz Carlos Busato	4 vagas
Rita Camata	
Vicentinho	
Wilson Braga	

Titulares	Suplentes
PSDB/DEM/PPS	
Arnaldo Jardim	Guilherme Campos
Carlos Sampaio	Walter Ihoshi
Fernando Chucre	3 vagas
2 vagas	

Titulares	Suplentes
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Daniel Almeida	Chico Lopes
Paulo Pereira da Silva ^{vaga do PHS}	Vanessa Grazziotin
Rodrigo Rollemberg	

Titulares	Suplentes
PV	
Roberto Santiago	1 vaga

Titulares	Suplentes
PHS	
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Felipe Bornier

Secretário(a): Regina Maria Veiga Brandão
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6216
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 270-A, DE 2008, DA SRA. ANDREIA ZITO, QUE "ACRESCENTA O PARÁGRAFO 9º AO ARTIGO 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988". (GARANTE AO SERVIDOR QUE APOSENTAR-SE POR INVALIDEZ PERMANENTE O DIREITO DOS PROVENTOS INTEGRAIS COM PARIDADE).

Presidente: Osvaldo Reis (PMDB)
1º Vice-Presidente: Antônio Carlos Biffi (PT)
2º Vice-Presidente: Mauro Nazif (PSB)
3º Vice-Presidente: Germano Bonow (DEM)
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Andre Zacharow	Chico D'angelo
Antônio Carlos Biffi	Edgar Moury
Arnaldo Faria de Sá	Edinho Bez
Gorete Pereira	Jorge Boeira
Joseph Bandeira	Jurandy Loureiro
Osvaldo Reis	Paes de Lira
Roberto Britto	Pedro Wilson
Rose de Freitas	2 vagas
Zé Geraldo	

Titulares	Suplentes
PSDB/DEM/PPS	
Andreia Zito	Alexandre Silveira
Eleuses Paiva	Carlos Sampaio

<p>Germano Bonow Humberto Souto João Campos</p> <p>Mauro Nazif Pompeo de Mattos</p> <p>Lindomar Garçon</p> <p>Cleber Verde Secretário(a): Maria Terezinha Donati Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6215 FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 277 DE 2008, DO SENADO FEDERAL, QUE "ACRESCENTA § 3º AO ART. 76 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS PARA REDUZIR, ANUALMENTE, A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2009, O PERCENTUAL DA DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DA UNIÃO INCIDENTE SOBRE OS RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE QUE TRATA O ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL".</p> <p>Presidente: Gastão Vieira (PMDB) 1º Vice-Presidente: Antônio Andrade (PMDB) 2º Vice-Presidente: Lobbe Neto (PSDB) 3º Vice-Presidente: Alex Canziani (PTB) Relator: Rogério Marinho (PSDB)</p> <p>Titulares</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Alex Canziani Antônio Andrade Antônio Carlos Biffi Carlos Abicalil Gastão Vieira (Licenciado) João Leão (Licenciado) Milton Monti Nazareno Fonteles Pedro Chaves</p> <p>Suplentes</p> <p>Fátima Bezerra Lelo Coimbra Maria do Rosário Professor Setimo Virgílio Guimarães Waldir Maranhão (Licenciado) 3 vagas</p> <p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Humberto Souto Lobbe Neto Luiz Carreira Paulo Bornhausen Raimundo Gomes de Matos Rogério Marinho <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small></p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Paulo Rubem Santiago (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)</p> <p>1 vaga</p> <p>PV</p> <p>PRB</p> <p>Cleber Verde Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6214 FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 285-A, DE 2008, DO SR. PAULO TEIXEIRA, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS PARA DISPOR SOBRE A VINCULAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS AOS</p>	<p>Jerônimo Reis Major Fábio Raimundo Gomes de Matos</p> <p>Janete Capiberibe Sueli Vidigal</p> <p>1 vaga</p> <p>Marcos Antonio</p> <p>RESPECTIVOS FUNDOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL"</p> <p>Presidente: Renato Amary (PSDB) 1º Vice-Presidente: Luiz Carlos Busato (PTB) 2º Vice-Presidente: Júlio Cesar (DEM) 3º Vice-Presidente: Luiza Erundina (PSB) Relator: Zezéu Ribeiro (PT)</p> <p>Titulares</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Andre Vargas Deley João Leão (Licenciado) Luiz Carlos Busato Marcelo Castro Marcelo Teixeira Paulo Teixeira Waldemir Moka Zezéu Ribeiro</p> <p>Suplentes</p> <p>Anselmo de Jesus Chico da Princesa Colbert Martins Edinho Bez Janete Rocha Pietá Pedro Eugênio 3 vagas</p> <p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Alfredo Kaefer Arnaldo Jardim Félix Mendonça Júlio Cesar Renato Amary</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Brizola Neto Luiza Erundina</p> <p>PV</p> <p>Dr. Nechar</p> <p>PSOL</p> <p>Chico Alencar Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6214 FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 300-A, DE 2008, DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO § 9º, DO ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL". ESTABELECE QUE A REMUNERAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DOS ESTADOS NÃO PODERÁ SER INFERIOR À DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, APLICANDO-SE TAMBÉM AOS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E AOS INATIVOS.</p> <p>Presidente: José Otávio Germano (PP) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Major Fábio (DEM)</p> <p>Titulares</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Arnaldo Faria de Sá Chico Abreu Elismar Prado Fátima Bezerra Flávio Bezerra José Otávio Germano Laerte Bessa Paes de Lira Paulo Pimenta</p> <p>Suplentes</p> <p>Eliene Lima Elizeu Aguiar Emilia Fernandes Jair Bolsonaro Leonardo Monteiro Luiz Couto Neilton Mulim Vital do Rêgo Filho 1 vaga</p> <p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Ilderlei Cordeiro Major Fábio Mendonça Prado 2 vagas</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Capitão Assunção Enio Bacci</p> <p>Abelardo Lupion Guilherme Campos <small>vaga do PHS</small> José Maia Filho Moreira Mendes 2 vagas</p> <p>Damião Feliciano Fernando Chiarelli</p>
---	---

<p>Maria Helena <small>vaga do PHS</small></p> <p>Lindomar Garçon</p> <p>(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)</p> <p>Secretário(a): Valdivino Telentino Filho</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6206</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 308-A, DE 2004, DO SR. NEUTON LIMA, QUE "ALTERA OS ARTS. 21, 32 E 144, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CRIANDO AS POLÍCIAS PENITENCIÁRIAS FEDERAL E ESTADUAIS".</p> <p>Presidente: Nelson Pellegrino (PT)</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente: William Woo (PSDB)</p> <p>3º Vice-Presidente: Mendonça Prado (DEM)</p> <p>Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)</p> <p>Titulares</p> <p>Suplentes</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Afonso Hamm Arnaldo Faria de Sá Fernando Melo Iriany Lopes Laerte Bessa Marcelo Itagiba Nelson Pellegrino (Licenciado) Vital do Rêgo Filho</p> <p>Arnon Bezerra Eduardo Valverde Fernando Ferro Francisco Rossi José Guimarães Leonardo Picciani (Licenciado) Lincoln Portela</p> <p>1 vaga 2 vagas</p> <p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Jairo Ataíde Mendonça Prado Raul Jungmann Rodrigo de Castro William Woo</p> <p>Alexandre Silveira Edson Aparecido Major Fábio Pinto Itamaraty</p> <p>1 vaga</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Francisco Tenório João Dado</p> <p>Sueli Vidigal</p> <p>1 vaga</p> <p>PV</p> <p>Marcelo Ortiz</p> <p>Dr. Talmir</p> <p>PSOL</p> <p>Chico Alencar</p> <p>1 vaga</p> <p>Secretário(a): Mário Dráusio Oliveira de A. Coutinho</p> <p>Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A</p> <p>Telefones: 3216-6203 / 3216-6232</p> <p>FAX: 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 324-A, DE 2001, DO SR. INALDO LEITÃO, QUE "INSERE O § 3º NO ART. 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", APLICANDO, ANUALMENTE, NUNCA MENOS DE 6% DA RECEITA DE IMPOSTOS EM FAVOR DA PRODUÇÃO, PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E O CONHECIMENTO DE BENS E VALORES CULTURAIS.</p> <p>Presidente: Marcelo Almeida (PMDB)</p> <p>1º Vice-Presidente: Zezéu Ribeiro (PT)</p> <p>2º Vice-Presidente: Guilherme Campos (DEM)</p> <p>3º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB)</p> <p>Relator: José Fernando Aparecido de Oliveira (PV)</p> <p>Titulares</p> <p>Suplentes</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Angelo Vanhoni Fátima Bezerra Joaquim Beltrão Lelo Coimbra Marcelo Almeida</p> <p>Alex Canziani Décio Lima Gilmar Machado Luiz Sérgio Magela</p>	<p>Paulo Rocha Tonha Magalhães Zezéu Ribeiro Zonta</p> <p>Maria do Rosário Marinha Raupp Maurício Quintella Lessa Raul Henry</p> <p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Guilherme Campos Ilderlei Cordeiro Marcos Montes Professora Raquel Teixeira Raimundo Gomes de Matos</p> <p>Humberto Souto</p> <p>4 vagas</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Paulo Rubem Santiago Rodrigo Rollemberg</p> <p>Brizola Neto Evandro Milhomen</p> <p>PV</p> <p>José Fernando Aparecido de Oliveira</p> <p>1 vaga</p> <p>PRB</p> <p>Cleber Verde</p> <p>1 vaga</p> <p>Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6203</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 324, DE 2009, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 103-B, PARA MODIFICAR A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA " (ESTABELECE QUE A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA SERÁ EXERCIDA PELO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; ACABA COM O LIMITE DE IDADE PARA OS MEMBROS DO CONSELHO).</p> <p>Presidente: Benedito de Lira (PP)</p> <p>1º Vice-Presidente: Dalva Figueiredo (PT)</p> <p>2º Vice-Presidente: João Bittar (DEM)</p> <p>3º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PR)</p> <p>Relator: Paes Landim (PTB)</p> <p>Titulares</p> <p>Suplentes</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Átila Lins Benedito de Lira Carlos Willian Dalva Figueiredo José Eduardo Cardozo José Mentor Mendes Ribeiro Filho Paes Landim Vicente Arruda</p> <p>Domingos Dutra José Genoíno Maurício Rands Regis de Oliveira</p> <p>5 vagas</p> <p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Bonifácio de Andrada Carlos Sampaio Humberto Souto João Bittar</p> <p>Abelardo Lupion Bruno Araújo Edson Aparecido Moreira Mendes</p> <p>1 vaga</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Severiano Alves</p> <p>2 vagas</p> <p>1 vaga</p> <p>PV</p> <p>Marcelo Ortiz</p> <p>1 vaga</p> <p>PHS</p> <p>1 vaga</p> <p>Secretário(a): Eveline Alminta</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6205</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 336-A, DE 2009, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO IV DO CAPUT DO ART. 29 DA CONSTITUIÇÃO</p>
---	--

FEDERAL, TRATANDO DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À RECOMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS".

Presidente: Fernando Ferro (PT)

1º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB)

2º Vice-Presidente: José Guimarães (PT)

3º Vice-Presidente: Gonzaga Patriota (PSB)

Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Arnaldo Faria de Sá

Dilceu Sperafico

Fernando Ferro

José Carlos Araújo

José Guimarães

Luiz Couto

Nelson Bornier

Nelson Trad

Pedro Chaves

Suplentes

Antônio Carlos Biffi

Dr. Paulo César

Hugo Leal vaga do PSOL

Marcelo Melo

Mauro Benevides

Mauro Lopes

Pastor Manoel Ferreira

Rubens Otoni

Vilson Covatti

1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Abelardo Lupion

Bonifácio de Andrada

Humberto Souto

João Campos

Solange Amaral

Eduardo Gomes

Gervásio Silva

Ilderlei Cordeiro

Paulo Magalhães

Vitor Penido

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Gonzaga Patriota

Mário Heringer

Francisco Tenorio

Ribamar Alves

PV

Roberto Santiago

Ciro Pedrosa

PSOL

Geraldinho

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)

Secretário(a): Fernando Maia Leão

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6205

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 366-A, DE 2005, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO II DO ART. 98 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AO ART. 30 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS", ESTABELECE O CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE JUIZ DE PAZ, MANTENDO OS ATUAIS ATÉ A VACÂNCIA DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES.

Presidente: Antonio Bulhões (PMDB)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: Jorginho Maluly (DEM)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Antonio Bulhões

Arnaldo Faria de Sá

Carlos Zarattini

José Guimarães

Mauro Benevides

Solange Almeida

Vicente Arruda

Vicentinho

Vilson Covatti

Suplentes

Maurício Quintella Lessa

Pastor Manoel Ferreira

Regis de Oliveira

6 vagas

PSDB/DEM/PPS

Fernando Coruja

Jorginho Maluly

Osório Adriano

5 vagas

Vanderlei Macris

1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Marcos Medrado

Valtenir Pereira

2 vagas

PV

Marcelo Ortiz

1 vaga

PRB

Léo Vivas

Cleber Verde

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6214

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 471-A, DE 2005, DO SR. JOÃO CAMPOS, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 236 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", ESTABELECE A EFETIVAÇÃO PARA OS ATUAIS RESPONSÁVEIS E SUBSTITUTOS PELOS SERVIÇOS NOTARIAIS, INVESTIDOS NA FORMA DA LEI.

Presidente: Sandro Mabel (PR)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente: Roberto Balestra (PP)

3º Vice-Presidente:

Relator: João Matos (PMDB)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Alex Canziani

Andre Vargas

João Matos

José Genoíno

Leonardo Quintão

Nelson Bornier

Roberto Balestra (Licenciado)

Sandro Mabel

1 vaga

Suplentes

Arnaldo Faria de Sá

Dr. Rosinha

João Carlos Bacelar

Luiz Bassuma

Moacir Micheletto

Nelson Meurer

Nelson Trad

Regis de Oliveira

1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Gervásio Silva

Humberto Souto

João Campos

Jorge Tadeu Mudalen (Licenciado)

1 vaga

Carlos Alberto Leréia

Guilherme Campos

Raul Jungmann

Zenaldo Coutinho

1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Dagoberto

Gonzaga Patriota

Valadares Filho

1 vaga

PV

Marcelo Ortiz

Ciro Pedrosa

PHS

Miguel Martini

Felipe Bornier

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: 3216-6207/6232

FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 483-A, DE 2005, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 89 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS", INCLUINDO OS SERVIDORES PÚBLICOS, CIVIS E MILITARES, CUSTEADOS PELA UNIÃO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1991, NO QUADRO EM EXTINÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DO EX - TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA.

Presidente: Mauro Nazif (PSB)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: Eduardo Valverde (PT)

Titulares

Suplentes

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Anselmo de Jesus Eduardo Valverde Ernandes Amorim Fátima Pelaes Gorete Pereira Marinha Raupp Natan Donadon Rebecca Garcia 1 vaga	Lucenira Pimentel Marcelo Melo Sabino Castelo Branco Valdir Colatto Zequinha Marinho 4 vagas
PSDB/DEM/PPS	
Andreia Zito Jorginho Maluly Moreira Mendes Urzeni Rocha 1 vaga	Carlos Alberto Leréia Eduardo Barbosa Ilderlei Cordeiro 2 vagas
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Maria Helena Mauro Nazif	Sebastião Bala Rocha 1 vaga
PV	
Lindomar Garçon	Antônio Roberto
PRB	
Léo Vivas	1 vaga
Secretário(a): Maria de Fátima Moreira Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6204/6232 FAX: 3216-6225	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488-A, DE 2005, DA SRA. MARIA HELENA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 31 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998". (INCLUI OS EMPREGADOS DO EXTINTO BANCO DE RORAIMA, CUJO VÍNCULO FUNCIONAL TENHA SIDO RECONHECIDO, NO QUADRO EM EXTINÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL. ALTERA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).	
Presidente: Edio Lopes (PMDB) 1º Vice-Presidente: Marcio Junqueira (DEM) 2º Vice-Presidente: Antonio Feijão (PSDB) 3º Vice-Presidente: Sandra Rosado (PSB) Relator: Luciano Castro (PR)	
Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Angela Portela Arnon Bezerra Dalva Figueiredo Edinho Bez Edio Lopes Luciano Castro Lupércio Ramos Neudo Campos 1 vaga	Arnaldo Faria de Sá Asdrubal Bentes Fátima Pelaes Geraldo Pudim Gorete Pereira Rebecca Garcia 3 vagas
PSDB/DEM/PPS	
Antonio Feijão Francisco Rodrigues Marcio Junqueira Moreira Mendes Urzeni Rocha	Ilderlei Cordeiro 4 vagas
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Sandra Rosado Sergio Petecão	Maria Helena Mauro Nazif <small>vaga do PSOL</small> Sebastião Bala Rocha
PV	
Fábio Ramalho	Lindomar Garçon
PSOL	
Geraldinho	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
Secretário(a): Eveline Alminta Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A	

Telefones: (61) 3216-6211/3216-6232
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 511-A, DE 2006, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA DISCIPLINAR A EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS", ESTABELECENDO QUE A MEDIDA PROVISÓRIA SÓ TERÁ FORÇA DE LEI DEPOIS DE APROVADA A SUA ADMISSIBILIDADE PELO CONGRESSO NACIONAL, SENDO O INÍCIO DA APRECIÇÃO ALTERNADO ENTRE A CÂMARA E O SENADO.

Presidente: Cândido Vaccarezza (PT)
1º Vice-Presidente: Regis de Oliveira (PSC)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Bruno Araújo (PSDB)
Relator: Leonardo Picciani (PMDB)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Cândido Vaccarezza
Gerson Peres
José Eduardo Cardozo
José Genoíno
Leonardo Picciani (Licenciado)
Mendes Ribeiro Filho
Paes Landim
Regis de Oliveira
Vicente Arruda

Suplentes

Augusto Farias
Fernando Ferro
Geraldo Pudim
Ibsen Pinheiro
João Magalhães
José Mentor
Lúcio Vale
Rubens Otoni
1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Bruno Araújo
Humberto Souto
João Almeida
José Carlos Aleluia
Roberto Magalhães

Bonifácio de Andrada
Edson Aparecido
Fernando Coruja
Fernando de Fabinho
João Oliveira

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Dr. Ubiali
Wolney Queiroz

Flávio Dino
1 vaga

PV

1 vaga

Roberto Santiago

PRB

Léo Vivas

1 vaga

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216-6207
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 549-A, DE 2006, DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, QUE "ACRESCENTA PRECEITO ÀS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS, DISPONDO SOBRE O RÉGIME CONSTITUCIONAL PECULIAR DAS CARREIRAS POLICIAIS QUE INDICA".

Presidente: Vander Loubet (PT)
1º Vice-Presidente: Marcelo Itagiba (PMDB)
2º Vice-Presidente: William Woo (PSDB)
3º Vice-Presidente: José Mentor (PT)
Relator: Regis de Oliveira (PSC)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Arnaldo Faria de Sá
Décio Lima
Jair Bolsonaro
José Mentor
Laerte Bessa
Marcelo Itagiba
Neilton Mulim
Regis de Oliveira
Vander Loubet

Suplentes

Angelo Vanhoni
Eliene Lima
José Otávio Germano
Marcelo Melo
Marinha Raupp
Paes Landim
Sandro Mabel
Valdir Colatto
1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Alexandre Silveira

Abelardo Lupion

<p>João Campos Jorginho Maluly Rogerio Lisboa William Woo</p>	<p>Carlos Sampaio Pinto Itamaraty 2 vagas</p>	<p>2º Vice-Presidente: Jô Moraes (PCdoB) 3º Vice-Presidente: Marcelo Ortiz (PV) Relator: Rose de Freitas (PMDB)</p>
<p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Francisco Tenorio Vieira da Cunha</p>	<p>Flávio Dino João Dado</p>	<p>Titulares</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Antonio Carlos Chamariz Bel Mesquita <small>vaga do PHS</small> Emilia Fernandes Fátima Bezerra Ibsen Pinheiro</p>
<p>PV</p> <p>Marcelo Ortiz</p>	<p>Dr. Talmir</p>	<p>Suplentes</p> <p>Aline Corrêa Angela Portela Carlos Willian Gorete Pereira Maria do Rosário Natan Donadon 3 vagas</p>
<p>PRB</p> <p>Léo Vivas Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6206/6232 FAX: 3216-6225</p>	<p>Cleber Verde</p>	<p>Janete Rocha Pietá Maria Lúcia Cardoso Rebecca Garcia Rose de Freitas Tonha Magalhães</p>
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 556-A, DE 2002, DA SRA. VANESSA GRAZZIOTIN, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 54 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", CONCEDENDO AOS SERINGUEIROS (SOLDADOS DA BORRACHA) OS MESMOS DIREITOS CONCEDIDOS AOS EX-COMBATENTES: APOSENTADORIA ESPECIAL, PENSÃO ESPECIAL, DENTRE OUTROS.</p> <p>Presidente: Lindomar Garçon (PV) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Perpétua Almeida (PCdoB)</p>	<p>Titulares</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Áttila Lins Eduardo Valverde Ernandes Amorim Fernando Melo Flaviano Melo Lucenira Pimentel Nilson Mourão Rebecca Garcia Zequinha Marinho</p>	<p>Suplentes</p> <p>Alice Portugal Lídice da Mata</p>
<p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Ilderlei Cordeiro Marcio Junqueira Thelma de Oliveira Urzeni Rocha 1 vaga</p>	<p>Carlos Alberto Leréia Moreira Mendes Raimundo Gomes de Matos 2 vagas</p>	<p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Marcelo Ortiz</p>
<p>PV</p> <p>Perpétua Almeida Vanessa Grazziotin</p>	<p>Mauro Nazif Sebastião Bala Rocha</p>	<p>PHS</p> <p>(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga) Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6241 FAX: (61) 3216-6225</p>
<p>PHS</p> <p>Lindomar Garçon 1 vaga Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6209 FAX: (61) 3216-6225</p>	<p>Felipe Bornier</p>	<p>Titulares</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Arnaldo Faria de Sá Edgar Moury Íris de Araújo Pedro Eugênio Pedro Henry Reinhold Stephanes (Licenciado) Sandro Mabel 2 vagas</p>
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 590-A, DE 2006, DA SRA. LUIZA ERUNDINA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL". (GARANTE A REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL DE CADA SEXO NA COMPOSIÇÃO DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO E DE CADA COMISSÃO, ASSEGURANDO, AO MENOS, UMA VAGA PARA CADA SEXO).</p> <p>Presidente: Emilia Fernandes (PT) 1º Vice-Presidente: Solange Amaral (DEM)</p>	<p>Titulares</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Júlio Delgado Paulo Pereira da Silva</p>	<p>Suplentes</p> <p>Felipe Bornier</p>
<p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Felipe Maia Fernando Coruja Francisco Rodrigues José Aníbal Paulo Renato Souza (Licenciado)</p>	<p>Andraia Zito Efraim Filho Fernando Chucre Fernando de Fabinho Leandro Sampaio</p>	<p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Roberto Santiago</p>
<p>PV</p> <p>Léo Vivas</p>	<p>Daniel Almeida Sergio Petecão</p>	<p>PRB</p> <p>Lindomar Garçon 1 vaga</p>

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A s/ 170
Telefones: 3216.6206
FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 219, DE 2003, DO SR. REGINALDO LOPES, QUE "REGULAMENTA O INCISO XXXIII DO ART. 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DISPONDO SOBRE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DETIDAS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA" (FIXA O PRAZO MÁXIMO DE 15 'QUINZE' DIAS ÚTEIS PARA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES)

Presidente: José Genoíno (PT)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: Mendes Ribeiro Filho (PMDB)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Arnaldo Faria de Sá
Colbert Martins
José Genoíno
Maurício Rands
Mendes Ribeiro Filho
Milton Monti
Reginaldo Lopes
Rodrigo Rocha Loures
1 vaga

Suplentes

Domingos Dutra
Dr. Rosinha
Emiliano José
João Matos
Paulo Teixeira
Pedro Fernandes
Vicente Arruda
2 vagas

PSDB/DEM/PPS

Bonifácio de Andrada
Carlos Sampaio
Guilherme Campos
José Carlos Aleluia
Raul Jungmann

Gustavo Fruet
4 vagas

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Aldo Rebelo
Lídice da Mata

2 vagas

PV

Fernando Gabeira

1 vaga

PHS

1 vaga

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6201

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 630, DE 2003, DO SENHOR ROBERTO GOUVEIA, QUE "ALTERA O ART. 1º DA LEI N.º 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990, CONSTITUI FUNDO ESPECIAL PARA FINANCIAR PESQUISAS E FOMENTAR A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TÉRMICA A PARTIR DA ENERGIA SOLAR E DA ENERGIA EÓLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA).

Presidente: Rodrigo Rocha Loures (PMDB)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente: Arnaldo Jardim (PPS)

3º Vice-Presidente: Duarte Nogueira (PSDB)

Relator: Fernando Ferro (PT)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Bernardo Ariston
Ernandes Amorim
Fernando Ferro
Fernando Marroni
João Maia
Neudo Campos
Paulo Henrique Lustosa
Paulo Teixeira

Suplentes

Airton Roveda
Aline Corrêa
Aníbal Gomes
Carlos Abicalil
Eudes Xavier
Marcos Lima
Nazareno Fonteles
2 vagas

Rodrigo Rocha Loures

PSDB/DEM/PPS

Antonio Carlos Mendes Thame
Arnaldo Jardim
Betinho Rosado
Duarte Nogueira
José Carlos Aleluia

Alfredo Kaefér
Guilherme Campos
Silvio Lopes
Urzeni Rocha
1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Arnaldo Vianna
Beto Albuquerque

Átila Lira
1 vaga

PV

1 vaga

Antônio Roberto

PRB

Léo Vivas

Cleber Verde

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz

Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A

Telefones: 3216.6201

FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 694, DE 1995, QUE "INSTITUI AS DIRETRIZES NACIONAIS DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Eduardo Sciarra (DEM)

1º Vice-Presidente: Francisco Praciano (PT)

2º Vice-Presidente: Fernando Chucre (PSDB)

3º Vice-Presidente: Pedro Chaves (PMDB)

Relator: Angela Amin (PP)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Angela Amin
Chico da Princesa
Francisco Praciano
Jackson Barreto
João Magalhães vaga do PSOL
José Airton Cirilo
Mauro Lopes
Pedro Chaves
Pedro Eugênio
Pedro Fernandes

Suplentes

Aline Corrêa
Arnaldo Faria de Sá
Carlos Zarattini
Edinho Bez
Gilmar Machado
José Chaves
Jurandy Loureiro
Paulo Teixeira
Ratinho Junior

PSDB/DEM/PPS

Arnaldo Jardim
Eduardo Sciarra
Fernando Chucre
José Carlos Vieira
1 vaga

Carlos Sampaio
Cláudio Díaz
Geraldo Thadeu
Vitor Penido
1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Chico Lopes
1 vaga

Juliano Amin
Silvio Costa

PV

José Fernando Aparecido de Oliveira

1 vaga

PSOL

(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)

1 vaga

Secretário(a): Angélica Fialho

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6218 / 6232

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 841, DE 1995, DO SR. VIC PIRES FRANCO, QUE "DISPÕE SOBRE A MULTA A SER APLICADA À EMPRESA DE TRANSPORTE AÉREO EM CASO DE EMISSÃO DE BILHETE DE PASSAGEM EM NÚMERO SUPERIOR À CAPACIDADE DA AERONAVE DESTACADA PARA O RESPECTIVO TRECHO DE VIAGEM" - PL 2.452/07 APENSADO A ESTE.

Presidente: Luiz Sérgio (PT)

<p>Pedro Wilson Rita Camata Sérgio Moraes Vilson Covatti</p> <p style="text-align: right;">4 vagas</p> <p style="text-align: center;">PSDB/DEM/PPS</p> <p>Alceni Guerra Eduardo Barbosa Lobbe Neto Moreira Mendes Nilmar Ruiz</p> <p style="text-align: right;">Andreia Zito João Campos Jorginho Maluly Raimundo Gomes de Matos 1 vaga</p> <p style="text-align: center;">PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Givaldo Carimbão Sueli Vidigal</p> <p style="text-align: right;">Manuela D'ávila Paulo Rubem Santiago</p> <p style="text-align: center;">PV</p> <p>Antônio Roberto</p> <p style="text-align: right;">Marcelo Ortiz</p> <p style="text-align: center;">PHS</p> <p>Felipe Bornier</p> <p style="text-align: right;">Miguel Martini</p> <p>Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216-6205 FAX: 3216-6225</p>	<p style="text-align: center;">NECESSIDADE DE APROVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO POR OUTRO ÓRGÃO.</p> <p>Presidente: 1º Vice-Presidente: Marcelo Melo (PMDB) 2º Vice-Presidente: Angela Amin (PP) 3º Vice-Presidente: Jorge Khoury (DEM) Relator: Renato Amary (PSDB)</p> <p style="text-align: center;">Titulares</p> <p style="text-align: center;">PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Angela Amin Carlos Eduardo Cadoca José Eduardo Cardozo José Guimarães Luiz Bittencourt Luiz Carlos Busato Marcelo Melo 2 vagas</p> <p style="text-align: right;">Suplentes</p> <p>Alex Canziani Beto Mansur Celso Maldaner Celso Russomanno Edson Santos (Licenciado) Homero Pereira José Ailton Cirilo Zezéu Ribeiro 1 vaga</p> <p style="text-align: center;">PSDB/DEM/PPS</p> <p>Arnaldo Jardim Fernando Chucre Jorge Khoury Renato Amary 1 vaga</p> <p style="text-align: right;">Bruno Araújo Dimas Ramalho Eduardo Sciarra Gervásio Silva Ricardo Tripoli <small>vaga do PSOL</small> Solange Amaral</p> <p style="text-align: center;">PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Arnaldo Vianna 1 vaga</p> <p style="text-align: right;">Chico Lopes Gonzaga Patriota</p> <p style="text-align: center;">PV</p> <p>José Paulo Tóffano</p> <p style="text-align: right;">Sarney Filho</p> <p style="text-align: center;">PSOL (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)</p> <p>Ivan Valente</p> <p>Secretário(a): Leila Machado Campos Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216.6212 FAX: 3216.6225</p>
<p style="text-align: center;">COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1921, DE 1999, DO SENADO FEDERAL, QUE INSTITUI A TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Presidente: Leandro Sampaio (PPS) 1º Vice-Presidente: Luiz Carlos Haully (PSDB) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: João Pizzolatti (PP) Relator: Carlos Zarattini (PT)</p> <p style="text-align: center;">Titulares</p> <p style="text-align: center;">PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Alexandre Santos Carlos Zarattini Ernandes Amorim Fernando Ferro Jackson Barreto João Pizzolatti Moises Avelino Pedro Wilson Vicentinho Alves</p> <p style="text-align: right;">Suplentes</p> <p>Adão Pretto Carlos Alberto Canuto Neudo Campos Nilson Mourão Pedro Fernandes Tonha Magalhães 3 vagas</p> <p style="text-align: center;">PSDB/DEM/PPS</p> <p>Edson Aparecido José Carlos Aleluia Leandro Sampaio Luiz Carlos Haully Silvinho Peccioli</p> <p style="text-align: right;">Arnaldo Jardim Augusto Carvalho (Licenciado) Bruno Araújo Fábio Souto Fernando de Fabinho</p> <p style="text-align: center;">PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Ana Arraes Sueli Vidigal</p> <p style="text-align: right;">Chico Lopes Dagoberto</p> <p style="text-align: center;">PV</p> <p>Fábio Ramalho</p> <p style="text-align: right;">Roberto Santiago</p> <p style="text-align: center;">PRB</p> <p>Léo Vivas</p> <p style="text-align: right;">1 vaga</p> <p>Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216-6214 FAX: 3216-6225</p>	<p style="text-align: center;">COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3460, DE 2004, DO SR. WALTER FELDMAN, QUE "INSTITUI DIRETRIZES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE PLANEJAMENTO REGIONAL URBANO, CRIA O SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO E INFORMAÇÕES REGIONAIS URBANAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (ESTATUTO DA METRÓPOLE).</p> <p>Presidente: Marcelo Melo (PMDB) 1º Vice-Presidente: Fernando de Fabinho (DEM) 2º Vice-Presidente: Manuela D'ávila (PCdoB) 3º Vice-Presidente: Leandro Sampaio (PPS) Relator: Índio da Costa (DEM)</p> <p style="text-align: center;">Titulares</p> <p style="text-align: center;">PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Alex Canziani Andre Vargas Antônio Andrade Celso Russomanno Décio Lima Dr. Paulo César Marcelo Melo Zezéu Ribeiro 1 vaga</p> <p style="text-align: right;">Suplentes</p> <p>Arnaldo Faria de Sá Eduardo Cunha Filipe Pereira Geraldo Simões João Leão (Licenciado) Paulo Teixeira 3 vagas</p> <p style="text-align: center;">PSDB/DEM/PPS</p> <p>Fernando Chucre Fernando de Fabinho Índio da Costa Leandro Sampaio Luiz Carlos Haully</p> <p style="text-align: right;">André de Paula Paulo Magalhães 3 vagas</p> <p style="text-align: center;">PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Damião Feliciano Manuela D'ávila</p> <p style="text-align: right;">Evandro Milhomen (Dep. do PRB ocupa a vaga)</p>
<p style="text-align: center;">COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3057, DE 2000, DO SENHOR BISPO WANDERVAL, QUE "INCLUI § 2º NO ART. 41, DA LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979, NUMERANDO-SE COMO PARÁGRAFO 1º O ATUAL PARÁGRAFO ÚNICO", ESTABELECEndo QUE PARA O REGISTRO DE LOTEAMENTO SUBURBANO DE PEQUENO VALOR IMPLANTADO IRREGULARMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E REGULARIZADO POR LEI MUNICIPAL, NÃO HÁ</p>	

Fernando Gabeira	PV	Antônio Roberto	Carlos Abicalil	Fátima Bezerra
Felipe Bornier	PHS	1 vaga	João Matos	Maria do Rosário
	PRB	Léo Vivas <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small>	José Linhares	Milton Monti
Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade			Lelo Coimbra	Nazareno Fonteles
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A			Luciana Costa	Oswaldo Biolchi
Telefones: (61) 3216-6207			Márcio Reinaldo Moreira	Raul Henry
FAX: (61) 3216-6225			Osmar Serraglio	Reginaldo Lopes
			Pedro Wilson	2 vagas
			Professor Setimo	
				PSDB/DEM/PPS
			Clóvis Fecury	Bonifácio de Andrada
			Humberto Souto	Efraim Filho
			Jorginho Maluly	Geraldo Thadeu
			José Carlos Aleluia	Rogério Marinho
			Lobbe Neto	2 vagas
			Professora Raquel Teixeira	
				PSB/PDT/PCdoB/PMN
			Alice Portugal	Chico Lopes
			Átila Lira	Dr. Ubiali
			Sueli Vidigal	Severiano Alves
				PV
			Marcelo Ortiz	Fábio Ramalho
				PHS
			1 vaga	1 vaga
			Secretário(a): Maria de Fátima Moreira	
			Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A	
			Telefones: (61) 3216-6204	
			FAX: (61) 3216-6225	
				COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.436, DE 2008, DO SENADO FEDERAL - SERYS SLHESSARENKO, QUE "MODIFICA O ART. 19 DA LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983, PARA GARANTIR AO VIGILANTE O RECEBIMENTO DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE" - PL. 4.305/04 FOI APENSADO A ESTE.
			Presidente: Filipe Pereira (PSC)	
			1º Vice-Presidente: William Woo (PSDB)	
			2º Vice-Presidente: Guilherme Campos (DEM)	
			3º Vice-Presidente: Flávio Bezerra (PMDB)	
			Relator: Professor Setimo (PMDB)	
				Suplentes
				PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
			Antonio Carlos	Arnaldo Faria de Sá
			Biscaia	
			Eduardo Valverde	Emiliano José
			Filipe Pereira	Fernando Melo
			Flávio Bezerra	Lelo Coimbra
			Luiz Carlos Busato	Leonardo Monteiro
			Neilton Mulim	Marcelo Itagiba
			Paulo Pimenta	Osmar Serraglio
			Professor Setimo	Paes de Lira <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>
			1 vaga	Pastor Pedro Ribeiro
				Wilson Covatti
				PSDB/DEM/PPS
			Alexandre Silveira	Andreia Zito
			Guilherme Campos	Major Fábio
			João Campos	Pinto Itamaraty
				(Dep. do
			William Woo	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
			1 vaga	ocupa a vaga)
				1 vaga
				PSB/PDT/PCdoB/PMN
			Givaldo Carimbão	Capitão Assunção
			Sérgio Brito	Francisco Tenorio
				PV
			1 vaga	1 vaga
				PHS
			Felipe Bornier	Miguel Martini
			Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade	

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3937, DE 2004, DO SR. CARLOS EDUARDO CADUCA, QUE "ALTERA A LEI Nº 8.884, DE 11 DE JUNHO DE 1994, QUE TRANSFORMA O CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE) EM AUTARQUIA, DISPÕE SOBRE A PREVENÇÃO E A REPRESSÃO ÀS INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Vignatti (PT)

1º Vice-Presidente: João Magalhães (PMDB)

2º Vice-Presidente: Eduardo da Fonte (PP)

3º Vice-Presidente:

Relator: Ciro Gomes (PSB)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Augusto Farias

Carlos Eduardo Cadoca

Eduardo da Fonte

João Magalhães

Magela

Miguel Corrêa

Sandro Mabel

Vignatti

1 vaga

Suplentes

Carlos Willian

João Maia

Marcelo Guimarães Filho

Paes Landim

Ricardo Barros

Vadão Gomes

3 vagas

PSDB/DEM/PPS

Antonio Carlos Mendes Thame

Fernando de Fabinho

Cezar Silvestri

Luiz Paulo Vellozo Lucas

Efraim Filho

Walter Ihoshi

Luiz Carlos Haully

2 vagas

1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Ciro Gomes

Evandro Milhomen

Dr. Ubiali

Fernando Coelho Filho

PV

Antônio Roberto

Dr. Nechar

PHS

Miguel Martini

Felipe Bornier

Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz.

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: 3216.6201

FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.212, DE 2004, DO SR. ÁTILA LIRA, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (FIXANDO NORMAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO).

Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)

1º Vice-Presidente: Professor Setimo (PMDB)

2º Vice-Presidente: Jorginho Maluly (DEM)

3º Vice-Presidente: Lobbe Neto (PSDB)

Relator: Jorginho Maluly (DEM)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Alex Canziani

Arnaldo Faria de Sá

Angelo Vanhoni

Emiliano José

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6207
FAX: (61) 3216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI Nº 4.529, DE 2004, DA COMISSÃO
ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR
PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
JUVENTUDE, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA
JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Lobbe Neto (PSDB)
1º Vice-Presidente: Paulo Henrique Lustosa (PMDB)
2º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
3º Vice-Presidente: Eudes Xavier (PT)
Relator: Manuela D'Ávila (PCdoB)

Titulares **Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Eudes Xavier	Antonio Bulhões
Gladson Cameli	Carlos Santana
Luciana Costa	Filipe Pereira
Marinha Raupp	José Airton Cirilo
Pastor Manoel Ferreira	Maurício Quintella Lessa
Paulo Henrique Lustosa	Paulo Roberto Pereira
Raul Henry	3 vagas
Reginaldo Lopes	
Zezéu Ribeiro	

PSDB/DEM/PPS

Andrea Zito	Bruno Araújo
Efraim Filho	Nilmar Ruiz
Felipe Maia	Rodrigo de Castro
Ilderlei Cordeiro	2 vagas
Lobbe Neto	

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Glauber Braga	Sebastião Bala Rocha
Manuela D'Ávila	Valadares Filho

PV

José Fernando Aparecido de Oliveira	Dr. Talmir
-------------------------------------	------------

PRB

Léo Vivas	1 vaga
-----------	--------

Secretário(a): Leila Machado
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI Nº 5.186, DE 2005, DO PODER
EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO
DE 1998, QUE INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE
DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PMDB)
1º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
2º Vice-Presidente: Silvio Torres (PSDB)
3º Vice-Presidente: Guilherme Campos (DEM)
Relator: José Rocha (PR)

Titulares **Suplentes**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Arnaldo Faria de Sá	Deley
Asdrubal Bentes	Luiz Carlos Busato
Dr. Rosinha	Marcelo Teixeira
Eudes Xavier	Mendes Ribeiro Filho
Eugênio Rabelo	Vital do Rêgo Filho
Gilmar Machado	4 vagas
Hermes Parcianello	
José Rocha	
Marcelo Guimarães Filho	

PSDB/DEM/PPS

Guilherme Campos	Marcos Montes
Humberto Souto	Zenaldo Coutinho
Luiz Carlos Haully	3 vagas
Silvio Torres	

1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Fábio Faria	Beto Albuquerque
Manuela D'Ávila	Marcos Medrado

PV

Ciro Pedrosa	1 vaga
--------------	--------

PSOL

Geraldinho	Ivan Valente
------------	--------------

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II - Pavimento superior - sala 170-A
Telefones: 3216.6207
FAX: 3216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI Nº 6.264, DE 2005, DO SENADO
FEDERAL, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE
RACIAL".**

Presidente: Carlos Santana (PT)
1º Vice-Presidente: Damião Feliciano (PDT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Janete Rocha Pietá (PT)
Relator: Antônio Roberto (PV)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Carlos Santana	Carlos Bezerra
Janete Rocha Pietá	Dalva Figueiredo
Leonardo Quintão	Dr. Rosinha
Luis Carlos Heinze	Gilmar Machado
Márcio Marinho	Luiz Alberto
Pastor Manoel Ferreira	Moacir Micheletto
Paulo Henrique Lustosa	Paulo Roberto Pereira
Veloso	Valdir Colatto
Vicentinho	1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Abelardo Lupion	Andrea Zito
João Almeida	Gervásio Silva
Marcio Junqueira	Guilherme Campos
Onyx Lorenzoni	Indio da Costa
Raul Jungmann	João Campos ^{vaga do PHS}
	Paulo Bornhausen

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Damião Feliciano	Edmilson Valentim
Evandro Milhomen	Paulo Rubem Santiago

PV

Antônio Roberto	1 vaga
-----------------	--------

PHS

Felipe Bornier	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
----------------	-------------------------------------

Secretário(a): Mário Dráusio de Azeredo Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 3216.6203
FAX: 32166225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI Nº 7.709, DE 2007, DO PODER
EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.666,
DE 21 DE JUNHO DE 1993, QUE REGULAMENTA O ART. 37,
INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO, INSTITUI NORMAS PARA
LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Tadeu Filippelli (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Márcio Reinaldo Moreira (PP)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

José Eduardo	Hugo Leal
Cardozo	
Márcio Reinaldo	José Santana de Vasconcellos

<p>Paulo Teixeira</p> <p style="text-align: center;">PT</p> <p style="text-align: center;">PSDB</p> <p>Paulo Abi-ackel Secretário(a): Eugênia Kimie Suda Camacho Pestana Local: Anexo II, CEDI, 1º Piso Telefones: 3216-5600 FAX: 3216-5605</p> <p style="text-align: center;">COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR AS CAUSAS, CONSEQÜÊNCIAS E RESPONSÁVEIS PELOS DESAPARECIMENTOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL NO PERÍODO DE 2005 A 2007.</p> <p>Presidente: Bel Mesquita (PMDB) 1º Vice-Presidente: Geraldo Thadeu (PPS) 2º Vice-Presidente: Vanderlei Macris (PSDB) 3º Vice-Presidente: Sandra Rosado (PSB) Relator: Andrea Zito (PSDB)</p> <p>Titulares Suplentes</p> <p style="text-align: center;">PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Angela Amin Aline Corrêa Antonio Bulhões Arnaldo Faria de Sá Bel Mesquita Elismar Prado Dalva Figueiredo Emilia Fernandes Fátima Bezerra José Linhares Fátima Pelaes Lucenira Pimentel Geraldo Pudim Luiz Couto Luiz Bassuma Paulo Henrique Lustosa Maria do Rosário 4 vagas Pastor Manoel Ferreira Rebecca Garcia Vicentinho Alves</p> <p style="text-align: center;">PSDB/DEM/PPS</p> <p>Andrea Zito Ilderlei Cordeiro Bispo Gê Tenuta João Campos Geraldo Thadeu 5 vagas Nilmar Ruiz Raimundo Gomes de Matos Solange Amaral Vanderlei Macris</p> <p style="text-align: center;">PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Manuela D'ávila Sebastião Bala Rocha Sandra Rosado 2 vagas Sueli Vidigal</p> <p style="text-align: center;">PV</p> <p>Dr. Talmir Dr. Nechar</p> <p style="text-align: center;">PHS</p> <p>Miguel Martini 1 vaga Secretário(a): Manoel Alvim Local: Serviço de CPIs - Anexo II, Sala 151-B Telefones: (61) 3216-6210 FAX: (61) 3216-6285</p> <p style="text-align: center;">COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A DÍVIDA PÚBLICA DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS, O PAGAMENTO DE JUROS DA MESMA, OS BENEFICIÁRIOS DESTES PAGAMENTOS E O SEU IMPACTO NAS POLÍTICAS SOCIAIS E NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PAÍS.</p> <p>Presidente: Virgílio Guimarães (PT) 1º Vice-Presidente: Márcio Reinaldo Moreira (PP) 2º Vice-Presidente: Ivan Valente (PSOL) 3º Vice-Presidente: Hugo Leal (PSC) Relator: Pedro Novais (PMDB)</p> <p>Titulares Suplentes</p> <p style="text-align: center;">PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Aelton Freitas Eduardo Amorim Carlos Alberto Canuto Fernando Ferro Ernandes Amorim Iryny Lopes</p>	<p>Hugo Leal José Rocha Luiz Alberto Leonardo Quintão Márcio Reinaldo Moreira Paulo Pimenta Nelson Meurer Pedro Eugênio Pedro Novais Pedro Fernandes Ricardo Berzoini Regis de Oliveira Vignatti 3 vagas Virgílio Guimarães Vital do Rêgo Filho</p> <p style="text-align: center;">PSDB/DEM/PPS</p> <p>Alfredo Kaefer Raul Jungmann Antonio Carlos Pannunzio 6 vagas Ilderlei Cordeiro José Carlos Aleluia José Maia Filho Luiz Carlos Haully Luiz Carreira</p> <p style="text-align: center;">PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Manoel Junior Dagoberto Paulo Rubem Santiago Dr. Ubiali Vanessa Grazziotin Jô Moraes</p> <p style="text-align: center;">PV</p> <p>(Dep. do PSOL ocupa a vaga) Sarney Filho</p> <p style="text-align: center;">PRB</p> <p>Cleber Verde 1 vaga</p> <p style="text-align: center;">PSOL</p> <p>Ivan Valente <small>vaga do PV</small> Secretário(a): Saulo Augusto Local: Serviço de CPIs - Anexo II, Sala 151-B Telefones: (61) 3216-6276 FAX: (61) 3216-6285</p> <p style="text-align: center;">COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A FORMAÇÃO DOS VALORES DAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL, A ATUAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) NA AUTORIZAÇÃO DOS REAJUSTES E REPOSICIONAMENTOS TARIÁRIOS A TÍTULO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ESCLARECER OS MOTIVOS PELOS QUAIS A TARIFA MÉDIA DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL SER MAIOR DO QUE EM NAÇÕES DO CHAMADO G7, GRUPO DOS 7 PAÍSES MAIS DESENVOLVIDOS DO MUNDO.</p> <p>Presidente: Eduardo da Fonte (PP) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Alexandre Santos (PMDB)</p> <p>Titulares Suplentes</p> <p style="text-align: center;">PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Alexandre Santos Antônio Andrade Andre Vargas Antonio Carlos Chamariz Arlindo Chinaglia Carlos Santana Augusto Farias Edio Lopes Carlos Zarattini Elismar Prado Ciro Nogueira Gladson Cameli Eduardo da Fonte Jorge Boeira Fernando Marroni Leo Alcântara Leonardo Quintão Nelson Bornier Marcelo Guimarães Filho Paulo Maluf Maurício Quintella Lessa Raul Henry Wladimir Costa Simão Sessim</p> <p style="text-align: center;">PSDB/DEM/PPS</p> <p>Arnaldo Jardim Alfredo Kaefer Carlos Melles Arolde de Oliveira Claudio Cajado Betinho Rosado Marcio Junqueira Bispo Gê Tenuta Narcio Rodrigues Bruno Rodrigues Rômulo Gouveia Ilderlei Cordeiro Urzeni Rocha Pinto Itamaraty</p> <p style="text-align: center;">PSB/PDT/PCdoB/PMN</p>
--	--

<p>COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A TRAGÉDIA CLIMÁTICA OCORRIDA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.</p>		<p>Carlos Brandão Pinto Itamaraty Roberto Rocha</p>
Titulares		Suplentes
	PMDB	PR
Acélio Casagrande		Zé Vieira
Celso Maldaner		PP
Edinho Bez		Waldir Maranhão (Licenciado)
João Matos		PSB
Mauro Mariani (Licenciado)		Ribamar Alves
Valdir Colatto		PDT
	PT	Davi Alves Silva Júnior
Décio Lima		Julião Amin
Vignatti		PTB
	DEM	Pedro Fernandes
Paulo Bornhausen		PV
	PSDB	Sarney Filho
Gervásio Silva		PCdoB
	PR	Flávio Dino
Nelson Goetten		PRB
	PP	Cleber Verde
Angela Amin		Secretário(a): -
João Pizzolatti		
Zonta		
	PPS	
Fernando Coruja		
Secretário(a): .		
<p>COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DA UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL.</p>		<p>GRUPO DE TRABALHO DE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS. Coordenador: José Mentor (PT)</p>
Titulares		Suplentes
	PMDB	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Gastão Vieira (Licenciado)		Asdrubal Bentes
Oswaldo Reis		Cândido Vaccarezza
	PT	Antonio Carlos Biscaia
Angela Portela		Arnaldo Faria de Sá
Marco Maia		Beto Mansur
Maria do Rosário		Carlos Abicalil
Paulo Pimenta		Carlos Eduardo Cadoca
Pedro Wilson		Fátima Paelas
	DEM	Milton Monti
Germano Bonow		Rubens Otoni
Lira Maia		Zezéu Ribeiro
Nilmar Ruiz		2 vagas
	PSDB	PSDB/DEM/PPS
Professor Ruy Pauletti		Arnaldo Jardim
Professora Raquel Teixeira		Bruno Araújo
	PP	Fernando Chucre
Renato Molling		Raul Jungmann
	PTB	4 vagas
Luiz Carlos Busato		Bruno Rodrigues
	PCdoB	José Carlos Aleluia
Manuela D'ávila		Ricardo Tripoli
Secretário(a): -		Roberto Magalhães
		PSB/PDT/PCdoB/PMN
		Flávio Dino
		3 vagas
		Marcondes Gadelha
		Miro Teixeira
		PV
		Marcelo Ortiz
		Edigar Mão Branca
		Secretário(a): Luiz Claudio Alves dos Santos
		Local: Anexo II, Ala A, sala 153
		Telefones: 3215-8652/8
		FAX: 3215-8657
<p>COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR AS ÁREAS ATINGIDAS PELAS ENCHENTES NO ESTADO DO MARANHÃO.</p>		<p>GRUPO DE TRABALHO PARA EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO À EVENTUAL INCLUSÃO EM ORDEM DO DIA DE PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, SOBRE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL, SOB A COORDENAÇÃO DO SENHOR DEPUTADO JOÃO CAMPOS.</p>
Titulares		Suplentes
	PMDB	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Gastão Vieira (Licenciado)		Antonio Carlos Biscaia
Pedro Novais		Arnaldo Faria de Sá
Professor Setimo		Marcelo Itagiba
	PT	Vinicius Carvalho
Domingos Dutra		1 vaga
	DEM	PSDB/DEM/PPS
Clóvis Fecury		João Campos
Nice Lobão		Raul Jungmann
	PSDB	

Roberto Magalhães

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Abelardo Camarinha

Flávio Dino

Vieira da Cunha

Secretário(a): .

**GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ESTUDAR O
REMANEJAMENTO DO ESPAÇO FÍSICO DAS LIDERANÇAS
PARTIDÁRIAS.**

Coordenador: Hugo Leal (PSC)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Osmar Serraglio		
Vital do Rêgo Filho		
	PT	
Carlos Zarattini		
	PR	
Luciano Castro		
	PP	
Nelson Meurer		
	PDT	
Mário Heringer		
	PSC	
Hugo Leal		
	PMN	
Silvio Costa		

Secretário(a): .

**GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EXAMINAR O
PARECER PROFERIDO PELA COMISSÃO ESPECIAL AO
PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE O
ACONDICIONAMENTO, A COLETA, O TRATAMENTO, O
TRANSPORTE E A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE
SERVIÇOS DE SAÚDE, COM VISTAS A VIABILIZAR, JUNTO À
CASA, A DELIBERAÇÃO SOBRE A MATÉRIA.**

Coordenador: Arnaldo Jardim (PPS)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Lelo Coimbra		
Marcelo Almeida		
Paulo Henrique Lustosa		
	PT	
Fernando Ferro		
Paulo Teixeira		
	DEM	
Jorge Khoury		
	PSDB	
Paulo Abi-ackel		
	PR	
Maurício Quintella Lessa		
	PP	
José Otávio Germano		
	PSB	
Luiza Erundina		
	PTB	
Armando Monteiro		
	PV	
Dr. Nechar		
	PPS	

Arnaldo Jardim

Secretário(a): Leila Machado

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: 3216-6212

FAX: 3216-6225

▶▶▶ Lançamentos da Edições Câmara

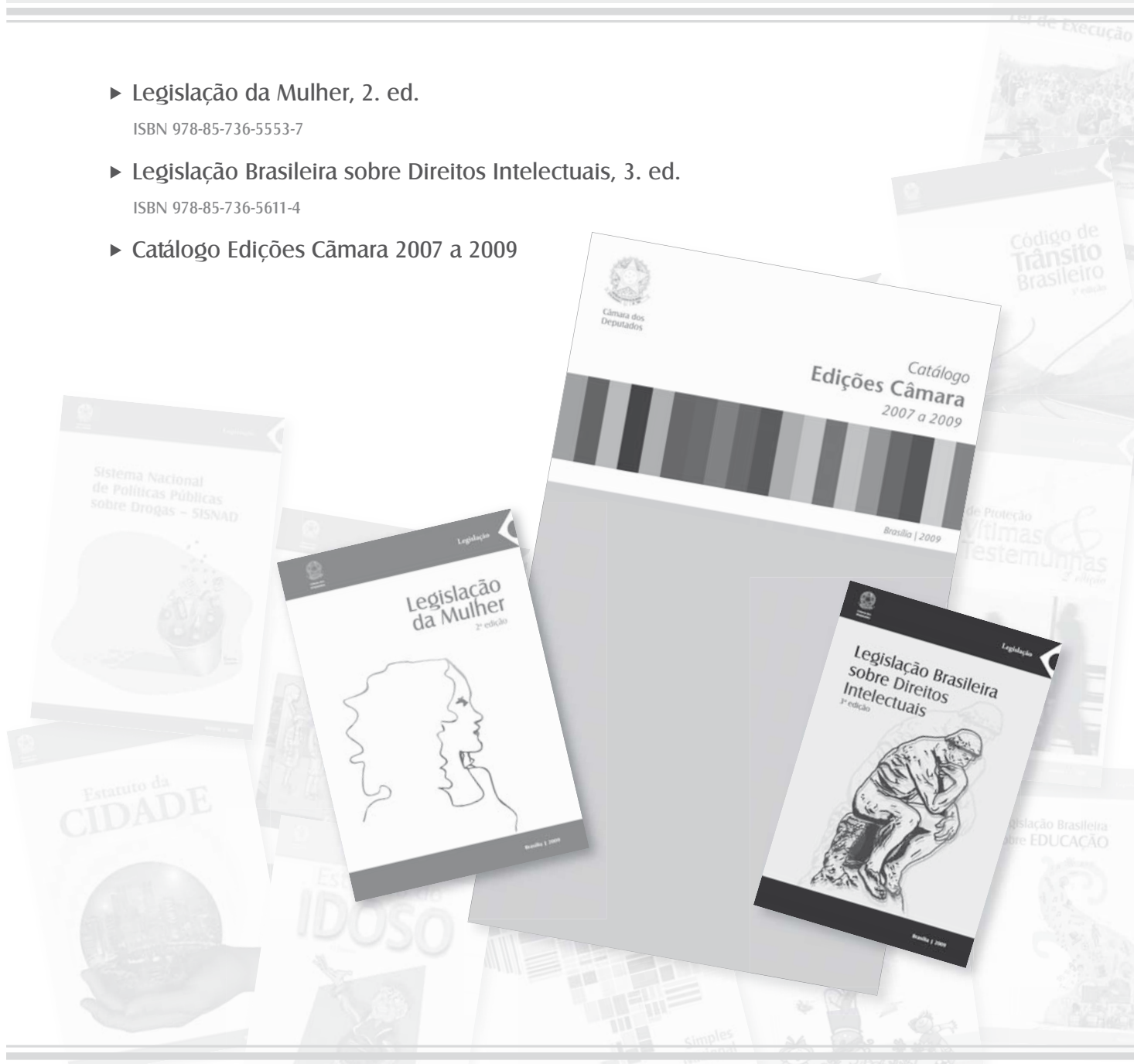
- ▶ Legislação da Mulher, 2. ed.

ISBN 978-85-736-5553-7

- ▶ Legislação Brasileira sobre Direitos Intelectuais, 3. ed.

ISBN 978-85-736-5611-4

- ▶ Catálogo Edições Câmara 2007 a 2009



 **edições
câmara**

 **CEDI**
CENTRO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO

 **CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

INFORMAÇÕES

Coordenação Edições Câmara

Telefones: (61) 3216-5809

E-mail: edicoes.cedi@camara.gov.br

Site: <http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/edicoes>

LOCAL DE VENDA

Mídia Livraria

Ed. Principal e Anexo IV
da Câmara dos Deputados

Telefone: (61) 3216-9070



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



Edição de hoje: 534 páginas

OS: 2009/16961